PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
TJPA - DIÁRIO DA JUSTIÇA - Edição nº 7339/2022 - Segunda-feira, 28 de Março de 2022

PRESIDENTE
Desª. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
VICE-PRESIDENTE
Des. RONALDO MARQUES VALLE
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Desª. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
CONSELHO DA MAGISTRATURA
Desª. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
Desª. EZILDA PASTANA MUTRAN
Des. RONALDO MARQUES VALLE
Desª. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
Desª. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
Desª. EVA DO AMARAL COELHO
Desª. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

DESEMBARGADORES

RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES
LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO
VÂNIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA
VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO
MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS
RICARDO FERREIRA NUNES
LEONARDO DE NORONHA TAVARES
CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES
LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR
RONALDO MARQUES VALLE
GLEIDE PEREIRA DE MOURA
JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO
MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO
MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
ROBERTO GONÇALVES DE MOURA
MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE
LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO
MAIRTON MARQUES CARNEIRO
EZILDA PASTANA MUTRAN
MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA
ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR
ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
EVA DO AMARAL COELHO
KÉDIMA PACÍFICO LYRA
AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO
Plenário da Seção de Direito Público
Sessões às terças-feiras
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura (Presidente)
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto
Desembargador Mairton Marques Carneiro
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira
Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Plenário da Seção de Direito Privado
Sessões às quintas-feiras
Desembargador Constantino Augusto Guerreiro (Presidente)
Desembargador Ricardo Ferreira Nunes
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
Desembargadora Gleide Pereira de Moura
Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Desembargador Amilcar Roberto Bezerra Guimarães
Juiz Convocado José Torquato de Araújo de Alencar
Juíza Convocada Margui Gaspar Bittencourt

1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO
Plenário de Direito Privado
Sessões às segundas-feiras
Desembargador Constantino Augusto Guerreiro
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares (Presidente)
Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Juíza Convocada Margui Gaspar Bittencourt

2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO
Plenário de Direito Privado
Sessões às terças-feiras
Desembargador Ricardo Ferreira Nunes (Presidente)
Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
Desembargadora Gleide Pereira de Moura
Desembargador Amilcar Roberto Bezerra Guimarães
Juiz Convocado José Torquato de Araújo de Alencar

1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO
Plenário de Direito Público
Sessões às segundas-feiras
Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran (Presidente)
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira
Desembargadora Rosileide Maria da Costa

2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO
Plenário de Direito Público
Sessões às segundas-feiras
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário (Presidente)
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto
Desembargador Mairton Marques Carneiro

SEÇÃO DE DIREITO PENAL
Plenário da Seção de Direito Penal
Sessões às segundas-feiras
Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes
Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior
Desembargador Ronaldo Marques Vale
Desembargador Maria Edwiges de Miranda Lobato
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior (Presidente)
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias
Desembargadora Eva do Amaral Coelho
Desembargadora Kédima Pacífico Lyra
Juiz Convocado Altemar da Silva Paes

1ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às terças-feiras
Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira
Desembargador Maria Edwiges de Miranda Lobato (Presidente)
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias

2ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às terças-feiras
Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes (Presidente)
Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior
Desembargador Ronaldo Marques Vale
Juiz Convocado Altemar da Silva Paes

3ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às quintas-feiras
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior
Desembargadora Eva do Amaral Coelho (Presidente)
Desembargadora Kédima Pacífico Lyra

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA ---- 5
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA ---- 33
SECRETARIA JUDICIÁRIA ---- 47
CONSELHO DA MAGISTRATURA ---- 60
SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO ---- 77
UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO- UPJ 98
CEJUSC
PRIMEIRO CEJUSC BELÉM ---- 134
SEÇÃO DE DIREITO PENAL ---- 136
COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS
UPJ DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA CAPITAL - SECRETARIA GERAL ---- 182
FÓRUM CÍVEL
SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 183
UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - EDITAIS ---- 184
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 11 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL 190
FÓRUM CRIMINAL
DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL ---- 194
SECRETARIA DA 8ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 196
SECRETARIA DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI ---- 203
SECRETARIA DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO ---- 207
FÓRUM DE ICOARACI
SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI ---- 211
FÓRUM DE ANANINDEUA
SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA ---- 213
SECRETARIA DA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE ANANINDEUA ---- 218
SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA ---- 219
SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA ---- 242
FÓRUM DE BENEVIDES
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES ---- 249
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BENEVIDES ---- 251
FÓRUM DE MARITUBA
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA ---- 252
EDITAIS
COMARCA DA CAPITAL - EDITAIS ---- 256
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA - EDITAIS ---- 257
SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL - EDITAIS ---- 260
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO ---- 264
COMARCA DE ABAETETUBA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA ---- 268
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA ---- 272
COMARCA DE MARABÁ
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ ---- 273
SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE MARABÁ ---- 275
SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ ---- 277
COMARCA DE SANTARÉM
UPJ DAS VARAS CRIMINAIS DE SANTARÉM - 1 VARA CRIMINAL ---- 280
COMARCA DE ALTAMIRA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA ---- 281
COMARCA DE CASTANHAL
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL ---- 282

SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL ---- 283
COMARCA DE PARAGOMINAS
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS ---- 285
COMARCA DE JURUTI
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE JURUTI ---- 305
COMARCA DE ORIXIMINA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ORIXIMINA ---- 310
COMARCA DE CAPANEMA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA ---- 314
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE CAPANEMA ---- 316
COMARCA DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALINÓPOLIS ---- 326
COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-MIRI ---- 368
COMARCA DE MUANÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MUANÁ ---- 429
SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL DE MUANÁ ---- 446
COMARCA DE SANTARÉM NOVO
SECRETARIA VARA ÚNICA DE SANTARÉM NOVO ---- 449
COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
SECRETARIA DA 2ª VARA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA ---- 465
COMARCA DE CACHOEIRA DO ARARI
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CACHOEIRA DO ARARI ---- 471
COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTE
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GARRAFÃO DO NORTE ---- 486
COMARCA DE AFUÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AFUÁ ---- 487
COMARCA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA ---- 508
COMARCA DE BONITO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BONITO ---- 522
COMARCA DE PRIMAVERA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRIMAVERA ---- 524
COMARCA DE BREU BRANCO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BREU BRANCO ---- 534
COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA ---- 535
COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS ---- 547
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS ---- 552
COMARCA DE AUGUSTO CORREA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORREA ---- 553
COMARCA DE MÃE DO RIO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO ---- 563
COMARCA DE SALVATERRA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALVATERRA ---- 564
COMARCA DE TOME - AÇU
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE TOMÉ - AÇU ---- 565
COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO ---- 580
COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ ---------- 587
COMARCA DE VISEU
SECRETARIA DA VARA UNICA DE VISEU ---------- 592
COMARCA DE ULIANÓPOLIS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS ---------- 594

PRESIDÊNCIA

PORTARIA CONJUNTA Nº 02/2022-GP/CGJ

Dispõe sobre a adequação do horário de funcionamento do protocolo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ao modelo virtual de processos.

A Excelentíssima Senhora Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Excelentíssima Senhora Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha, Corregedora Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a evolução tecnológica dos trabalhos desenvolvidos no Poder Judiciário do Pará (PJPA), especialmente o uso do processo judicial eletrônico e do sistema virtual de tramitação de documentos administrativos;

CONSIDERANDO que a Portaria Conjunta nº 01, de 26 de junho de 2017, que prevê lotação de pelo menos três servidores no serviço de protocolo, com funcionamento de 8 às 18 horas, sob dois turnos de trabalho presencial, preconiza modelo de trabalho obsoleto em relação à atual estrutura virtual dos processos;

CONSIDERANDO a necessidade de melhor dimensionar o quadro de pessoal, bem como adequar o serviço do PJPA às modernas práticas de trabalho, em aprimoramento da prestação jurisdicional, observados os princípios da economicidade e eficiência, ínsitos à gestão pública;

RESOLVEM:

Art. 1º Dispor sobre a adequação do horário de funcionamento do protocolo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ao modelo virtual de processos.

Art. 2º Os serviços de protocolo terão funcionamento presencial, de 8 às 14 horas, e virtual, de 14 às 20 horas.

Parágrafo único. No atendimento virtual, as petições e demais documentos serão encaminhados para o e-mail dos protocolos do Tribunal e dos respectivos Fóruns, disponíveis no sítio eletrônico do Tribunal.

Art. 3º Fica revogada a Portaria Conjunta nº 01/2017-GP/CJRMB/CJCI.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 25 de março de 2.022.

Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Corregedora Geral de Justiça

A Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE:

PORTARIA Nº 907, DE 24 DE MARÇO DE 2022-GP

Altera a Portaria nº 5.903-GP, de 13 de dezembro de 2019, que delega poderes à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças, à Secretaria de Gestão de Pessoas, à Secretaria de Informática e à Secretaria de Engenharia e Arquitetura.

CONSIDERANDO as recomendações da Corregedoria Nacional de Justiça nos autos do Processo de Inspeção nº 0003017-10.2019.2.00.0000 acerca da necessidade de regulamentação para solicitação de passagens aéreas; e,

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho em favor da celeridade e eficiência dos procedimentos administrativos de auxílio à entrega da prestação jurisdicional,

Art. 1º Alterar a Portaria nº 5.903-GP, de 13 de dezembro de 2019, que delega poderes à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças, à Secretaria de Gestão de Pessoas, à Secretaria de Informática e a Secretaria de Engenharia e Arquitetura.

Art. 2º O inciso II do art. 1º da Portaria nº 5.903/2019-GP, passa a vigorar com a seguinte redação:

¿Art.1º .....

II - processar o pagamento de diárias relativas a viagens para dentro e fora do Estado, mediante prévia autorização da Presidência.¿ (NR).

Art. 3º Fica acrescentado o inciso VI ao art. 5º da Portaria nº 5.903/2019-GP, com a seguinte redação:

¿Art. 5º .....

VI - autorizar a concessão de diárias relativas a viagens dentro do Estado.¿ (NR)

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA nº 1013/2022-GP. Belém, 24 de março de 2022.

Considerando o gozo de licença médica da Juíza de Direito Luciana Maciel Ramos,

DESIGNAR o Juiz de Direito Francisco Jorge Gemaque Coimbra, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 1ª Vara de Família da Capital, no dia 28 de março do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1022/2022-GP. Belém, 25 de março de 2022.

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do expediente nº PA-MEM-2021/46307,

REMOVER a servidora LECILIA DUARTE TIBURTINO, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 146676, da Vara Única da Comarca de Dom Eliseu, para a Comarca de São João do Araguaia.

PORTARIA Nº 1023/2022-GP. Belém, 25 de março de 2022.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-OFI-2022/00797,

NOMEAR a servidora ANA DA SILVA MELO ZOPPÉ BRANDÃO, Analista Judiciário - Área Judiciária, matrícula nº 90476, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente de Desembargador, REF-CJI,

lotando-a no Gabinete da Exma. Sra. Maria Filomena de Almeida Buarque, Desembargadora deste Egrégio Tribunal de Justiça, a contar de 18/02/2022.

PORTARIA Nº 1024/2022-GP. Belém, 25 de março de 2022.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº os termos da Portaria nº 140/2013-CJE, publicada no DJe nº 5287 de 19/06/2013;

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-OFI-2022/01493,

DESIGNAR a Senhora THATILA MAIARA PEREIRA DA LUZ, para desenvolver a função de Conciliador Voluntário, junto à Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Conceição do Araguaia, sem ônus para o Poder Judiciário do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 1025/2022-GP. Belém, 25 de março de 2022.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2022/13436,

DESIGNAR a servidora WANESSA DE FÁTIMA COHEN FARIAS, matrícula nº 108952, para exercer a Função de Secretária, junto Juizado Especial Cível da Comarca de Altamira, durante as férias do servidor Alexandre Silva de Souza, matrícula nº 98353, no período de 02/05/2022 a 16/05/2022.

PORTARIA nº 1026/2022-GP. Belém, 25 de março de 2022.

Considerando o pedido de alteração no período do gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Andréa Cristine Corrêa Ribeiro,

RETIFICAR a Portaria nº 1012/2022-GP, designando a Juíza de Direito Carmen Oliveira de Castro Carvalho, titular da 10ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 3ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital, no período de 23 a 25 de março do ano de 2022.

PORTARIA nº 1027/2022-GP. Belém, 25 de março de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Heyder Tavares da Silva Ferreira,

DESIGNAR o Juiz de Direito Eduardo Rodrigues de Mendonça Freire, titular da Vara de Combate ao Crime Organizado da Capital, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Auditoria Militar da Capital, nos dias 24 e 25 de março do ano de 2022.

PORTARIA nº 1028/2022-GP. Belém, 25 de março de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Márcia Cristina Leão Murrieta,

DESIGNAR o Juiz de Direito Max Ney do Rosário Cabral, titular da Vara do Juizado Especial Cível de Acidentes de Trânsito da Capital, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 9ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital, no dia 23 de março do ano de 2022.

PORTARIA nº 1029/2022-GP. Belém, 25 de março de 2022.

Considerando o pedido de alteração no período do gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz

de Direito Marcello de Almeida Lopes,

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 856/2022-GP, que designou o Juiz de Direito Diogo Bonfim Fernandez, titular da Comarca de Dom Eliseu, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Comarca de Ulianópolis, nos dias 14 e 18 de março do ano de 2022.

PORTARIA nº 1030/2022-GP. Belém, 25 de março de 2022.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito José Ronaldo Pereira Sales,

DESIGNAR o Juiz de Direito Iran Ferreira Sampaio, titular da Vara Única de Concórdia do Pará, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Única de Tomé-Açú, nos dias 25 e 28 de março do ano de 2022.

PORTARIA Nº 1034/2022 - GP, DE 25 DE MARÇO DE 2022.

Disciplina a concessão de passagens aéreas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Resolução n° 73, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, que regulamentou a concessão e pagamento de diárias no âmbito do Poder Judiciário; e

CONSIDERANDO as recomendações da Corregedoria Nacional de Justiça nos autos do Processo de Inspeção nº 0003017-10.2019.2.00.0000 acerca da necessidade de regulamentação para solicitação de passagens aéreas no âmbito do Poder Judiciário,

Art. 1º Disciplinar a concessão de passagens aéreas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA).

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Serão beneficiários de passagens aéreas, sem prejuízo do pagamento de diárias, ao(as) magistrados(as) e servidores(as) que se deslocarem a serviço, em caráter eventual ou transitório, da localidade de lotação para outra Comarca do Estado, para outro Estado da Federação ou para o exterior.

Art. 3º A emissão de passagens deve ser solicitada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, nos deslocamentos nacionais, e de 30 (trinta) dias, nos internacionais, contados da data prevista para o evento ou serviço a ser executado

Parágrafo único. As demandas que não permitam a observância dos prazos de antecedência previstos no ¿caput¿ deverão ser submetidas à autorização da Presidência, devidamente justificadas.

Art. 4º Reuniões de Grupos de Trabalho, Comissões, Comitês e quaisquer atividades, que demandem encontros de pessoas de diferentes Comarcas do Estado, devem privilegiar o sistema de videoconferência.

Art. 5º A emissão de passagens aéreas fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA).

Art. 6º Podem ser concedidas passagens aéreas a colaboradores eventuais quando prestarem serviços não remunerados ao PJPA.

Parágrafo único. Considera-se ¿colaborador¿ a pessoa física vinculada à Administração Pública sem vínculo funcional com o TJPA, e ¿colaborador eventual¿ a pessoa física sem vínculo com a Administração Pública.

CAPÍTULO II

DA SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DAS PASSAGENS AÉREAS

Art. 7º. A solicitação das passagens aéreas deve ser encaminhada juntamente com o pedido de concessão de diárias, quando devidas, à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças (SEPLAN), que ficará responsável pela instrução do pedido e encaminhamento à Presidência do Tribunal para deliberação.

Art. 8º A SEPLAN, por meio do Serviço de Concessão de Diárias e Passagens Aéreas, é responsável pelo processamento da aquisição das passagens após autorizada na forma do artigo 5º, podendo criar vias do expediente visando à celeridade do processo.

Art. 9º Fica a SEPLAN autorizada a emitir orientações complementares gerais acerca da forma e da instrução do pedido de emissão de passagens.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS PARA A EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS

Art. 10. A aquisição de passagens aéreas deve considerar os seguintes critérios:

I - menor valor vigente na data da requisição ou pesquisa;

II - tempo de voo, número de conexões ou escalas e horário de embarque/desembarque; e

III - antecedência em relação ao evento ou compromisso de destino.

§ 1º Haverá preferência pela emissão de passagens em voos diretos nos trechos nacionais.

§ 2º. A aquisição de passagens de retorno para localidade diversa do embarque, devidamente justificada, ficará condicionada à autorização da Presidência.

§ 3º É facultado ao(à) requerente sugerir voos ou horários quando da formalização do pedido, devendo observar os critérios discriminados no caput.

Art. 11. As passagens aéreas dispensadas nos termos desta Portaria não incluirão a aquisição de bagagem despachada, salvo quando ofertada sem custo pela empresa aérea prestadora do serviço.

Parágrafo único. Quando indispensável o transporte de materiais ou equipamentos necessários ao desempenho da finalidade da viagem, sendo inviável a remessa por outro meio hábil, fica autorizada a aquisição de bagagem despachada com recursos de suprimento de fundos, criando-se via do expediente ao setor competente para a concessão.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DAS PASSAGENS AÉREAS

Art. 12. Após a emissão das passagens, qualquer solicitação de cancelamento ou alteração de data ou

horário da viagem, devidamente acompanhada de justificativa, fica condicionada à nova autorização pela Presidência.

Parágrafo único. No caso descrito no caput, o Serviço de Concessão de Diárias e Passagens Aéreas deve instruir o processo com a informação dos valores das despesas eventualmente acrescidos, a fim de subsidiar a decisão superior.

Art. 13. O(A) requerente pode alterar, às suas expensas, o percurso, a data ou o horário dos bilhetes anteriormente emitidos, desde que preservado o cumprimento da finalidade da viagem, sem prejuízo das atribuições regulares no órgão de origem.

Parágrafo único. Se a alteração referida no ¿caput¿ inutilizar o bilhete dispensado pelo TJPA, o fato deverá ser comunicado ao Serviço de Concessão de Diárias e Passagens Aéreas, por mensagem ao correio eletrônico: passagens@tjpa.jus.br ou pelo telefone institucional de plantão (91) 98484-0283, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil da data prevista para o embarque, sob pena de ressarcimento ao erário.

Art. 14. As alterações referidas no artigo 13, que impliquem em prorrogação do afastamento do(a) requerente, devem contar com prévia anuência da chefia imediata, quando houver; e, após deliberação da Presidência, devem ser remetidas ao Serviço de Concessão de Diárias e Passagens Aéreas, para as correspondentes providências, incluída a revisão da concessão de diárias, se for o caso.

CAPÍTULO V

DO CANCELAMENTO OU NÃO UTILIZAÇÃO DAS PASSAGENS AÉREAS

Art. 15. Na hipótese de cancelamento da viagem ou de apenas um dos trechos, deve o(a) requerente informar o Serviço de Concessão de Diárias e Passagens Aéreas com antecedência mínima de 01 (um) dia útil da data prevista para o embarque, sob pena de ressarcimento total das despesas.

Art. 16. O(a) requerente que der causa ao cancelamento da viagem ou que não comparecer ao embarque no horário estabelecido (¿no show¿) deverá arcar com todas as despesas relacionadas ao cancelamento ou não utilização do bilhete, por meio de ressarcimento ao erário.

Parágrafo único. O ressarcimento deverá ocorrer mediante depósito do valor total das despesas em favor do Tribunal de Justiça do Estado, mediante o uso do Sistema de Guia de Devoluções e Ressarcimentos (GDR), instituído pela Portaria nº 4.926/2016-GP.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. O acompanhamento da tramitação dos pedidos de concessão de passagens aéreas, em todas as suas fases, é de responsabilidade do(a) requerente ou da unidade solicitante, a quem compete observar as comunicações encaminhadas pelos setores responsáveis por e-mail institucional e Sistema SIGADOC, nos respectivos termos das Portarias nº 1.045/2010-GP nº 2.766/2014-GP.

Art. 18. Compete à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do Tribunal a fiscalização do cumprimento das disposições contidas nesta Portaria, a quem compete remeter, semestralmente, à Presidência a relação de passagens aéreas emitidas no período.

Art. 19. Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência.

Art. 20. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Assunto: Renúncia e designação de interino para o Cartório do Único Ofício de Placas (CNS: 16.032-5).

DECISÃO

Trata-se de renúncia apresentada por Bruno Oliveira Ornelas, oficial titular do Cartório do Único Ofício de Placas, sugerindo a designação de Larice Silva Santos Oliveira, oficiala substituta mais antiga, para responder interinamente pela serventia.

Ouvido o juiz de Registros Públicos do local, corregedor permanente da serventia, este foi favorável à indicação da Sra. Larice Silva Santos Oliveira (ID306953).

Documentos juntados, constando interesse pela interinidade apenas da atual oficiala substituta da serventia, Sra. Larice Silva Santos Oliveira, com negativa expressa da serventia extrajudicial de Uruará (Id919755).

A Corregedoria Geral de Justiça, analisando os documentos insertos aos autos, considerando que a oficiala titular de comarca contígua manifestou não ter interesse em assumir a referida serventia, manifestou-se pela designação de Larice Silva Santos Oliveira, oficiala substituta mais antiga, para responder interinamente pela referida serventia.

É o necessário relato. Decido.

Ocorrendo vacância por qualquer motivo, surge a necessidade de designação de um responsável pelo serviço, conforme dispõe o artigo 39, §2º, da Lei Federal nº 8.935/94, no mesmo sentido as Leis Estaduais ns. 6.438/02 e 6.881/06, cabendo a Presidência designar substituto até preenchimento do cargo por concurso público.

Assim, nos termos do artigo 39, inciso IV da Lei Federal nº 8.935/94, acato o pedido de renúncia de Bruno Oliveira Ornelas, oficial titular do Cartório do Único Ofício de Placas (CNS: 16.032-5), declarando-o vago e, em obediência aos artigos 20, §5º e 39, §2º da Lei nº 8.935/94, designo como responsável interina Larice Silva Santos Oliveira, substituta mais antiga.

À Divisão de Apoio Técnico Jurídico da Presidência para cumprimento do decidido, devendo dar ciência deste ato ao requerente; à Comissão Permanente para Elaboração da Lista de Delegações Vagas; à Corregedoria Geral de Justiça do Poder Judiciário e à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças deste Tribunal.

Publique-se, Registre-se e Intime-se.

Belém, 25 de março de 2022.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

Desembargadora Presidente do TJPA

PORTARIA Nº 626/2022-GP

A Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc,

CONSIDERANDO o expediente registrado sob o nº PA-MEM-2022/02043, subscrito por Bruno Oliveira Ornelas, oficial titular do Cartório do Único Ofício de Placas (CNS: 16.032-5), comunicando sua renúncia mediante ato formal;

RESOLVE:

Art. 1º Acatar o pedido de renúncia de Bruno Oliveira Ornelas, oficial titular do Cartório do Único Ofício de Placas (CNS: 16.032-5).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belém, 25 de março de 2022.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

Desembargadora Presidente do TJPA

PORTARIA Nº 627/2022-GP

A Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc,

CONSIDERANDO o expediente registrado sob o nº PA-MEM-2022/02043, subscrito por Bruno Oliveira Ornelas, oficial titular do Cartório do Único Ofício de Placas (CNS: 16.032-5), comunicando sua renúncia mediante ato formal;

CONSIDERANDO o §3º do art. 8º da Lei estadual nº 6.881/2006, art. 2º do Provimento nº 77/2018/CNJ e art. 39, I da Lei nº 8.935/94,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Larice Silva Santos Oliveira, substituta mais antiga, para responder interinamente pelo Cartório do Único Ofício de Placas (CNS: 16.032-5), nos termos do §2º, artigo 39, da Lei Federal nº. 8.935/94, até ulterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belém, 25 de março de 2022.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

Desembargadora Presidente do TJPA

Referência PA-MEM-2021/47260 / PA-MEM-2022/01303

Requerente: Divisão de Acompanhamento e Fiscalização de Arrecadação Extrajudicial

Assunto: Cessação de interinidade da responsável pelo Cartório do Único Ofício de Ipixuna do Pará - José Olivaldo Oliveira da Silva.

DECISÃO

Trata-se de comunicação realizada pelo Serviço de Fiscalização da Arrecadação Extrajudicial (DIAEX), nos termos do art. 174 do Código de Normas, informando que a serventia extrajudicial do Único Ofício de Ipixuna do Pará possui 176 (cento de setenta e seis) selos não declarados, para adoção das providências cabíveis.

A Coordenação de Arrecadação registrou que foi concedido ao Cartório o prazo de 15 (quinze) dias para o recolhimento das taxas de fiscalização correspondentes e/ou remeter informações ou esclarecimentos sobre a situação dos selos pendentes de prestação de contas, contudo, o prazo encerrou e o cartório não se pronunciou sobre os referidos selos.

A Corregedora Geral de Justiça, verificando as irregularidades no desempenho do mister, e após transcorrer o prazo para prestação de contas, manifestou-se pela cessação da interinidade de José Olivaldo Oliveira da Silva do Cartório do Único Ofício de Ipixuna do Pará, em face da quebra de relação de confiança em que se baseia a designação de caráter precário, autorizando sua pronta revogação, indicando o Sr. José Tarcísio de Melo, titular do Cartório de Vila Badajós, Ipixuna do Pará, para exercer precariamente os serviços da referida serventia.

Relatado. Decido.

Quando se trata de interino, não se aplica, sequer por analogia, as disposições legais pertinentes aos titulares das serventias, no que tange à perda de delegação, ou seja, nesta hipótese, do designado, não é necessário exigir sentença judicial transitada em julgado ou decisão decorrente de processo administrativo, assegurada a ampla defesa, como prescreve o artigo nº 35, da Lei dos Notários e Registradores.

Aliás, o STJ, em precedente da lavra do Ministro Arnaldo Esteves Lima, sustenta que: ¿Havendo o recorrente sido nomeado para exercer a função de tabelião substituto, precariamente, até a realização de concurso, e restando reconhecida a inexistência de direito à efetividade, consequentemente, perece o direito à estabilidade na serventia, podendo perder a função a qualquer tempo, independentemente de processo administrativo¿ (Recurso em Mandado de Segurança n.17.552).

Dispõe o § do art. 36 do Código de Normas que a cessação da interinidade se dará quando comprovada a prática de atos ou fatos, comissivos ou omissivos, incompatíveis com a relação de confiança depositada pelos Órgãos de Direção Superior do Poder Judiciário, mediante decisão administrativa motivada e individualizada, proferida pelo Órgão do Poder Judiciário Competente.

É inegável que, com a conduta praticada o responsável interino não vem cumprindo com os deveres de eficiência e presteza que deve permear a prestação dos serviços, bem como, com a recalcitrância, não fazendo jus a confiança com a administração do Poder Judiciário, configurando gestão temerária da serventia.

Impende ressaltar que a omissão se refere ao montante de 176 (cento de setenta e seis) com pendência de declaração, agindo com descaso e indiferença junto a administração pública quando interpelado por este Poder Judiciário acerca de suas pendências.

O art. 5º do Provimento 77/2018 do CNJ informa que, não havendo um substituto nos moldes do art. 2º e do art. 3º, será designado de forma interina um delegatário em exercício no mesmo município ou no município contíguo, conforme se infere do texto infracitado:

¿Art. 5º Não havendo substituto que atenda aos requisitos do § 2º do art. 2º e do art. 3º, a corregedoria de justiça designará interinamente, como responsável pelo expediente, delegatário em exercício no mesmo município ou no município contíguo que detenha uma das atribuições do serviço vago.¿

Do mesmo modo, o § 3º do art. 8º da Lei n° 6.881/2006 dispõe que a competência para a designação Cartorário Interino é do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, in verbis:

Art. 8º No prazo máximo de seis meses após a vacância ou criação do serviço notarial ou de registro será aberto o procedimento de concurso de provimento ou de remoção.

¿§ 3º É de competência do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado a nomeação do tabelião ou registrador interino.¿

Pelo exposto, considerando as pendências apontadas neste expediente, aliado ao longo período de inadimplência, acolho a manifestação da Corregedoria Geral de Justiça e em face da quebra de relação de confiança em que se baseia a designação de caráter precário, cesso a interinidade de José Olivaldo Oliveira da Silva no Cartório do Único Ofício de Ipixuna do Pará (CNS: 06.720-7)**,** e, com fulcro no artigo 5º do Provimento nº 77/2018 do Conselho Nacional de Justiça, designo José Tarcísio de Melo, titular do Cartório de Vila Badajós, Ipixuna do Pará (CNS: 06.600-1), para responder pelos referidos serviços, até outorga de delegação a um concursado.

À Divisão de Apoio Técnico Jurídico da Presidência para formalização do ato competente, devendo dar ciência da decisão à Corregedoria Geral de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Pará e à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças deste Tribunal.

Publique-se, Registre-se e Intime-se.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

Desembargadora Presidente do TJPA

PORTARIA Nº. 741/2022-GP.

A Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc,

CONSIDERANDO o expediente registrado sob o nº 0003039- 17.2020.2.00.0814, em que Corregedoria Geral de Justiça sugeriu a cessação da interinidade de José Olivaldo Oliveira da Silva no Cartório do Único Ofício de Ipixuna do Pará (CNS: 06.720-7), por quebra da confiança;

CONSIDERANDO que esta Presidência, acolhendo manifestação da Corregedoria Geral de Justiça, decidiu pela cessação da interinidade, em face da quebra de relação de confiança em que se baseia a designação de caráter precário autorizando sua pronta revogação,

R E S O L V E:

Art. 1º CESSAR a designação de interinidade de José Olivaldo Oliveira da Silva no Cartório do Único Ofício de Ipixuna do Pará (CNS: 06.720-7)**.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belém, 25 de março de 2022.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

Desembargadora Presidente do TJPA

PORTARIA Nº. 742/2022-GP.

A Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc,

CONSIDERANDO o expediente registrado sob o nº 0003039- 17.2020.2.00.0814, em que Corregedoria Geral de Justiça, sugeriu a cessação da interinidade de José Olivaldo Oliveira da Silva no Cartório do Único Ofício de Ipixuna do Pará (CNS: 06.720-7), por quebra da confiança;

CONSIDERANDO o § 3º do art. 8º da Lei n° 6.881/2006 que dispõe que a competência para a designação Cartorário Interino é do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará,

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR José Tarcísio de Melo, oficial titular Cartório de Vila Badajós, Ipixuna do Pará (CNS: 06.600-1) para responder interinamente pelo Cartório do Único Ofício de Ipixuna do Pará (CNS: 06.720-7), com fundamento no artigo 5º do Provimento nº 77/2018 do Conselho Nacional Justiça, até seu regular preenchimento por concurso público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belém, 25 de março de 2022.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

Desembargadora Presidente do TJPA

Referência: PA-MEM-2022/08745

PJECOR: 0003284-91.2021.2.00.0814

Assunto: Anexação precária do Cartório do Único Ofício de Vila de Japerica (CNS: 06.785-0) ao Cartório de São João de Pirabas (CNS: 06.818-9)

DECISÃO

Trata-se de expediente subscrito por Mário Rosa Moreira dos Santos, delegatário titular do Cartório do Único Ofício do Município de São João de Pirabas, por meio do qual requer a anexação dos serviços do Cartório de Vila de Japerica, o qual responde precariamente, à sede da Comarca de São João de Pirabas.

Em seus apontamentos o requerente esclarece que foi designado para responder interinamente pelo Cartório da Vila de Japerica, porém têm enfrentado dificuldades no exercício do mister notarial e registral considerando a inviabilidade financeira da referida serventia extrajudicial.

Ressaltou que a distância entre a sede da Comarca e a Vila de Japerica não chega a 10 (dez) quilômetros e que inexiste problema com acessibilidade, pois diariamente a rota entre as localidades possue transporte coletivo, bem como que o Cartório da sede da Comarca conta com equipamentos, pessoal qualificado e área suficiente para abrigar o acervo da serventia da Vila de Japerica.

Por fim, a Corregedoria Geral de Justiça, considerando a absoluta impossibilidade de se prover a serventia, ainda que precariamente, com fulcro no disposto no art. 44 da nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, manifestou-se pela anexação precária das atribuições do Cartório de Vila de Japerica aos serviços do Cartório de São João de Pirabas.

É o necessário relato. Decido.

A Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, que trata dos serviços notariais e de registro (Lei dos cartórios) dispõe que:

Art. 26. Não são acumuláveis os serviços enumerados no art. 5º:

Parágrafo único. Poderão, contudo, ser acumulados nos Municípios que não comportarem, em razão do volume dos serviços ou da receita, a instalação de mais de um dos serviços.

Art. 44. Verificada a absoluta impossibilidade de se prover, através de concurso público, a titularidade de serviço notarial ou de registro, por desinteresse ou inexistência de candidatos, o juízo competente proporá à autoridade competente a extinção do serviço e a anexação de suas atribuições ao serviço da mesma natureza mais próximo ou àquele localizado na sede do respectivo Município ou de Município contíguo.

Da leitura dos artigos supracitados observa-se que, quando não comportarem, em razão do volume dos serviços ou da receita, a instalação de mais de um dos serviços e, verificada a impossibilidade de prover o cartório por desinteresse dos candidatos, a autoridade competente poderá extinguir os serviços e anexar suas atribuições ao serviço da mesma natureza mais próximo ou àquele localizado na sede do respectivo Município ou de Município contíguo.

No mesmo sentido, a Resolução nº 80 de 09/06/2009 do Conselho Nacional de Justiça determina:

Art. 7º Os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios formalizarão, no prazo de 30 dias a contar da publicação desta resolução, por decisão fundamentada, proposta de acumulações e desacumulações dos serviços notariais e de registro vagos (artigos 26 e 49 da Lei n. 8.935/1994), a qual deverá ser encaminhada à Corregedoria Nacional de Justiça;

§ 2º Serão observados os seguintes critérios objetivos para as acumulações e desacumulações que devam ser feitas nas unidades vagas do serviço de notas e de registro, assim como acima declaradas:

f) a fim de garantir o fácil acesso da população ao serviço de registro civil das pessoas naturais, as unidades vagas existentes nos municípios devem ser mantidas e levadas a concurso público de provas e títulos. No caso de não existir candidato, e for inconveniente para o interesse público a sua extinção, será designado para responder pela unidade do serviço vaga o titular da unidade de registro mais próxima, podendo ser determinado o recolhimento do acervo para a sua sede e atendendo-se a comunidade interessada mediante serviço itinerante periódico, até que se viabilize o provimento da unidade vaga;

Em uníssimo, o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará:

Art. 7º Verificada a absoluta impossibilidade de provimento por concurso público da titularidade de serviço notarial ou de registro, seja por desinteresse ou inexistência de candidatos, poderão ser adotadas as seguintes providências:

I - a extinção do serviço, mediante lei de iniciativa do Poder Judiciário;

II - a anexação precária do serviço a outro, preferencialmente da mesma espécie, do mesmo município ou de município contíguo, por ato do órgão competente do Tribunal de Justiça.

§ 1º Autorizadas as providências previstas nos incisos I e II, o acervo da serventia extinta será encaminhado ao serviço da mesma natureza mais próximo, ou àquele localizado na sede da respectiva comarca ou de município contíguo, a critério do Juízo ou da Corregedoria de Justiça (Lei nº 8.935/94, art. 44), ou ao serviço anexado, respectivamente.

Em relação ao inciso ¿I¿ do art. 7º do Código de Normas, cabe destacar que, por meio da Portaria Conjunta n° 045/2020/CJRMB/CJCJ, as Corregedorias de Justiça compuseram Grupo de Trabalho com a Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças, Coordenadoria de Estatística e Comissão Permanente de Serventias Vagas, com a finalidade de realizar estudos jurídicos, estatísticos e de impacto econômico dos serviços, e ao final foram apresentadas sugestões de reorganização das Serventias Extrajudiciais do Estado do Pará, com vistas a apresentação de pré-projeto de lei a ser encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

Os resultados dos estudos foram encaminhados por meio do expediente SIGADOC sob o n° PA-MEM-2021/05439 à esta Presidência, solicitando, dentre outras medidas, a elaboração de anteprojeto de lei para extinção do serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais do Cartório de Vila de Japerica.

Não obstante a participação efetiva da Secretaria de Planejamento e da Coordenadoria de Estatística nos trabalhos, a proposta ainda necessitava de inserção de dados financeiros e estatísticos, já sendo, inclusive, do conhecimento dos referidos setores, que não puderam finalizá-los, tendo em vista o acúmulo de serviço em decorrência das medidas de restrições causadas pela pandemia do COVID-19. Diante da ausência de dados, o referido expediente foi reencaminhado à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças para que procedesse a complementação das informações.

Como se observa, o cartório de Vila de Japerica não foi escolhido por nenhum dos delegatários concursados em virtude dos ínfimos rendimentos que a serventia é capaz de gerar através dos serviços prestados, e o único titular que aceitou o mister informa ser inviável a manutenção dos serviços do cartório na localidade, caso tenha que providenciar locação de imóvel, contratar escrevente, além de custos com energia, água e transporte, mostrando-se inexequível sua continuidade.

Pelo exposto, acompanho a manifestação da Corregedoria Geral de Justiça e, considerando a absoluta impossibilidade de se prover a serventia, ainda que precariamente, em razão do volume dos serviços ou da receita, com fulcro no disposto no art. 44 da Lei Federal nº 8.935/94 (Lei dos Cartórios) e no inciso II do art. 7º do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, determino a anexação precária das atribuições do Cartório do Único Ofício de Vila de Japerica (CNS: 06.785-0) ao Cartório de São João de Pirabas (CNS: 06.818-9).

À Divisão de Apoio Técnico Jurídico da Presidência para formalização do ato competente, devendo dar ciência da decisão à Corregedoria Geral de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Pará e à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças deste Tribunal.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belém-PA, 25 de março de 2022.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

Desembargadora Presidente do TJPA

Protocolo n.º: PA-MEM-2022/01319/ PAD Serv 0000750-77.2021.2.00.0814

Assunto: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Processada: MARIA DAS GRAÇAS DO ESPÍRITO SANTO LEÃO, Titular do Registro de Imóveis de Cachoeira do Arari.

DECISÃO

Tratam os autos de Processo Administrativo Disciplinar, instaurado por meio da Portaria nº. 134/2018, de

20 de setembro de 2018, para apuração de irregularidade em tese na conduta da Oficial Maria das Graças do Espírito Santo Leão, Titular do Registro de Imóveis de Cachoeira do Arari.

Consta dos autos que a instauração foi resultado da apuração prévia realizada pelo Juiz Corregedor da Comarca, após provocado formalmente pela Senhora Conceição Batista de Lima Carvalho que noticiou uma série de irregularidades praticadas na matrícula correspondente à Fazenda Gurupatuba.

Conforme documentos iniciais, o Juiz e o Promotor da Comarca promoveram inspeção no cartório, cujos relatos indicavam o funcionamento precário do serviço em diversos aspectos, desde as instalações físicas, passando pelo acondicionamento e estado do Livros, culminando com a inobservância da legislação e técnica registral na prática de atos de abertura de 21 matrículas referentes a mesma área (fazenda Gurupatuba), assim como em inúmeros outros atos registrais.

Considerando as circunstâncias narradas pelo relatório de inspeção encaminhado à então Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, fora instaurado o presente PAD, conforme decisão de fls. 8-15 do id 257019 destes autos virtuais, para investigação da conduta adotada pela oficial registradora, no contexto especifico em que abriu a matrícula n.639, fls.492, do Livro 2, sem o regular destacamento da matrícula pertinente à área maior (Fazenda Gurupatuba) e Matrícula 707, fls.60, Livro 02-A (ambas assentadas naquele serviço); além da situação encontrada em inspeção de completa precariedade das instalações, estado dos livros e ausência de conhecimento básico necessário ao desempenho das funções e atos de registro de imóveis.

Constituída a Comissão processante, promovidos os atos regulares, a processada apresentou defesa preliminar segundo a qual o Estado do Livros da serventia se deve ao fato de ser um serviço centenário, que a precariedade das instalações se devem a situação de pequeno poderio financeiro e que algumas eventuais falhas na prática de atos de registro são razoáveis dentro do universo e atos praticados e da ausência de orientação seja pelo Corregedor Permanente, seja pela Corregedoria que, durante décadas e a despeito de diversas correições nunca lhe fizeram recomendações ou lhe observaram estar em prática irregular.

Argumentou, ainda, que tem quase 70 anos e que foi nomeada escrevente juramentada em 02/10/1978, assumindo a titularidade do serviço em 09/11/1984, possuindo apenas o ensino fundamental e que se encontra em dificuldades visuais e neurológicas.

Quanto às 21 matrículas abertas, acredita que esteja em conformidade com a legislação pertinente. Fora devidamente ouvida pela Comissão, juntando documentos requeridos.

A processada fora indiciada como incursa no art. 31, ¿I¿, da Lei 8.935/94.

Em defesa final apresentou os mesmos argumentos da defesa inaugural, acrescentando que fora afastada da serventia por determinação judicial efetivada em processo criminal que tramita na Comarca de Cachoeira do Arari.

A Comissão efetivou inspeção in loco, a fim de analisar o quadro geral de prestação do serviço, consignando que pôde confirmar que o ato de abertura da M. 639, fls. 492, Livro.2, foi irregular, não observando as anotações essenciais acerca do imóvel, sem referência a registro anterior ou à matrícula do imóvel originário de onde fora destacada a referida fração, ausente detecção dos defeitos dos títulos, e, ainda, que, na matrícula originária da fazenda foram abertas 21 matrículas, todas com a mesma área total de fazenda.

Procedeu registro do título a despeito dos defeitos apresentados, sem tampouco proceder devolutiva com exigências, abrindo matrícula de parte ideal do condomínio, sem observar que a fazenda não fora dividida e a despeito da inexistência de anuência de todos os condôminos, e, ainda abriu 21 matrículas gêmeas, com área total, mudando apenas o proprietário, incorrendo em erro crasso.

Verificou, ainda, a Comissão que os erros são inúmeros, não apenas com relação a área que deu ensejo à atual investigação, mas a diversos imóveis da Comarca, além de diversas irregularidades como a ausência de livros obrigatórios.

Ressaltando que a Oficial Registradora Maria das Graças do Espírito Santo Leão incorreu, reiteradamente, em faltas graves, por não possuir qualificação técnica necessária ao exercício da delegação, realizando registros sem a devida qualificação dos títulos, incursa pois na conduta do art. 31, I, da Lei nº 8.935/94, a Comissão Processante sugeriu a perda da delegação.

Por fim, constatada a inobservância da legislação em regência, e as faltas graves cometidas, por manifesta imperícia da Titular do Registro de Imóveis de Cachoeira do Arari, acolhendo o Relatório Final da Comissão Processante e, considerando-a incursa, na conduta descrita no art. 31, inciso I, da Lei n. 8.93594, a Corregedoria Geral de Justiça sugeriu a aplicação da penalidade de perda da delegação, prevista no art. 35, II, do mesmo diploma, à Senhora Maria das Graças do Espírito Santo, conforme manifestação transcrita:

As conclusões constantes do relatório conclusivo informam ter incorrido a Senhora Oficial Registradora em inobservância da legislação pertinente a abertura de matrículas em diversos imóveis, verificando, ainda tratar-se as falhas em consequência da falta de conhecimentos básicos sobre direito registral e notarial, de parte processada.

Em sua defesa a registradora sustentou escusas fundadas no fato de ser o acervo centenário, haver poucos recursos financeiros e falta de orientação dos órgãos correicionais.

Do contexto probatório dos autos, verifica-se que a processada efetivamente procedeu a abertura de matrícula para uma porção ideal, descrita como se individualizada fosse, referente à porção de 844 hectares, que originariamente pertence à área maior, de propriedade condominial, ainda não individualizada, sem a anuência dos co-proprietários (Fazenda Guarupatuba, com 7.161 hectares).

Percebe-se, do ato inaugural M-639, fls. 492, Livro-2, que a matrícula fora aberta como se o imóvel fora "criado" no instante da matrícula, sem referência à cadeia dominial, sem observância da especialização subjetiva.

Recebido o protocolo de abertura de matrícula, a oficial deixou de realizar os exames da legalidade do título, quedando-se inerte em proceder análises e exigências indispensáveis para a observância dos princípios e normas do direito registral, tal quais as buscas e verificação que se impõem entre protocolo e registro.

Conforme se depreende de sua defesa, a registradora deixou de fazê-lo por desconhecimento do conteúdo básico sobre o procedimento descrito na Lei de Registros Públicos, vez que destaca entender ter agido de acordo com a legislação, ao proceder a abertura de matrícula com base apenas nos dados fornecidos na Escritura Pública de Compra e Venda que foi apresentada tanto para a porção destacada, quanto para as 21 matrículas referentes a área original da Fazenda Gurupatuba.

As circunstâncias em que os erros se manifestam constituem-se em situação insustentável, vez que a oficial não possui domínio de técnica registral vigente desde 1973, incorrendo em erros crassos incompatíveis com a expertise exigida para o exercício da função delegada pelo Estado.

Ademais, restou constatado também que a processado, realizou a abertura de 21 matrículas sobre a mesma área original, todas com a mesma descrição e perímetro, mudando apenas o nome do proprietário, constituindo multiplicidade de matrículas, e oportunizando multiplicidade de cadeias dominiais, circunstância apenas obstada pelo bloqueio administrativo determinado pela então Corregedora de Justiça das Comarcas do interior, a quando da instauração do presente Processo Administrativo Disciplinar.

Sendo o erro relacionado à M639, fls.462, L-2, por si só de gravidade inescusável, sobreleva em desfavor

da processada, a abertura de 21 matrículas para a área total originária.

Soma-se aos atos de matrículas irregulares, a constatação segundo a qual não se tratou de uma falha isolada sobre a referida Fazenda Gurupatuba, antes, conforme inspeção in loco, realizada pela Comissão Processante, o procedimento incorreto é adotado na quase totalidade dos atos de abertura de matrículas praticados na serventia, há décadas, repercutindo em completo caos registral que coloca em risco a segurança jurídica concernente à propriedade em toda a circunscrição do serviço.

Oportuno destacar trecho do relatório final da Comissão que traduz indubitáveis as conclusões a que ora se chega:

Diante desse quadro de sucessivos erros, esta comissão se deslocou até o cartório localizado próximo ao Rio Camará, em Cachoeira do Arari, cujo cartorário atualmente funciona como interino Cartório de Imóveis da referida comarca, a fim de averiguar os livros advindos da serventia da processada. O que se viu, porém, foi desalentador.

Realmente, com relação ao imóvel em referência FAZENDA SÃO JOÃO DO GURUPATUBA, a cartorária, eu 1981 procedeu a abertura sequencial de 21 matrículas, do número 325 ao número 345, com a mesma área e mesmas confrontações. Ou seja, atualmente, o referido imóvel possui 21 matrículas, com 21 proprietários diversos, todos, em tese, legitimados a transferi-lo a terceiros!

(...)

Veja que, se levarmos a cabo a totalidade da área titularizada conforme alertado pelo Juiz Titular de Cachoeira em sua manifestação, teríamos uma área total com metade da área do Município de Cachoeira do Arari.

Assim agindo, portanto, a processada se olvidou de que, para cada imóvel, deve ser aberta uma única matrícula e que toda mutação jurídico-real que se observar no imóvel será registrada na matrícula correspondente, de forma que toda a vida jurídica deste bem poderia ser conhecida por qualquer interessado (Loureiro, ob Cit. p. 636).

E os erros não param por aqui.

É que analisando os demais livros do cartório, encontramos outros problemas.

Primeiro, não há Livro Protocolo, nem Livro Indicador Real, ou mesmo Indicador pessoal (lembrando que são todos Livros obrigatórios.

0s Livros 2 por sua vez, recebem todos a mesma denominação: Livro 2-A. 0u seja, mesmo quando da abertura de outros Livros 2 (registro geral), que deveriam receber outra sequencial (2-A. 2-B etc), a cartorária manteve o mesmo nome.

Não bastasse isso, as matrículas analisadas possuem, em quase todas elas, o mesmo defeito apontado acima, ou seja, falta de referência aos registros anteriores, perdendo-se, assim, a cadeia dominial, cujo conhecimento tona-se ainda muito mais difícil pela ausência dos Livros Indicar Pessoal e Real.

(...)

A comissão encontrou muitos erros nos registros analisado, na verdade foram raros os registros efetuados em conformidade com a legislação de regência.

(trechos da vistoria in loco realizada pela Comissão processante).

Observa-se do relato da comissão ter a mesma constatado as mesmas condições descritas no relatório de inspeção realizada pelo Juiz Corregedor Permanente em conjunto com o Promotor de Justiça da Comarca. Ou seja, o cenário de caos completamente incompatível com a importância da delegação, em que um registro de imóveis incorre em erros grosseiros pouco imagináveis, a exemplo da abertura de matrícula para uma casa de madeira, e o fato mais marcante e característico do desempenho das funções pela processada: a abertura de matrículas, sem individualização, identificação de cadeia dominial, com base apenas nos documentos apresentados pelos interessados, sem qualquer indicio de qualificação dos títulos, ou qualificação equivocada.

Ressalta-se, inclusive que estas circunstâncias já foram objeto de outra PAD, sendo concluído com a pena de repreensão.

No entanto, em que pese decorrer da instrução a ausência de dolo, as falhas técnicas encontradas manifestam-se em tamanha monta que inviabiliza a continuidade da registradora na função, vez que deixa de observar continuamente as normas mais comezinhas do serviço, o que repercute na incursão de falta gravíssima, na modalidade imperícia da culpa, com repercussão

No mais, impertinente as escusas segundo as quais as falhas ocorreram durante anos sem a devida orientação do Juiz Corregedor Permanente ou da Corregedoria, uma vez que o Oficial deve ser pessoa que possua qualificação técnica operacional dos institutos do direito, não sendo crível esperar que os fiscais da delegação se subsumam na função para prática de atos, ou desempenham função de oferecer qualificação ou formação profissional a quem deve tê-la previamente ao cargo.

Igualmente a alegação de insuficiência de recursos financeiros, pois em que pese ser serventia de baixa arrecadação (dados do Justiça Aberta), tal fato não justifica, tampouco exime a titular do cartório de prestar o serviço com o mínimo indispensável, qual seja a expertise do direito registral, e cumprimento das disciplinas normativas da Lei 6015\73, notadamente aquelas relativas à obrigatoriedade de qualificação do título.

É certo que a titular foi nomeada legalmente, sob regime anterior à Constituição de 1988, mas tal fato, não lhe submete a regime de responsabilidade diferenciado, tampouco lhe exime de responsabilidades.

Desse modo, submetida que se encontra à devida observância da legislação de regência, constata sua inobservância, e as faltas graves cometidas, por manifesta imperícia da Titular do Registro de Imóveis de Cachoeira do Arari, acolho o Relatório Final da Comissão Processante e, considerando-a incursa, na conduta descrita no art. 31, inciso I, da Lei n. 8.93594, e, SUGIRO À PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ que aplique a penalidade de PERDA DA DELEGAÇÃO, prevista no art.35, II do mesmo diploma, à Senhora MARIA DAS GRAÇAS DO ESPÍRITO SANTO.

É o que consta dos autos.

De antemão, destaco a plena observância ao devido processo legal, de sorte que o presente feito administrativo foi regularmente instruído com fiel atendimento às exigências legais, bem como foram asseguradas as garantias constitucionais da ampla defesa e o contraditório ao requerido.

Da análise contextual da instrução procedimental extrai-se a prática de gravíssima infração administrativa, que trouxe grande insegurança jurídica concernente à propriedade em toda a circunscrição do serviço.

Assinalo que não há controvérsia acerca das 21 matrículas abertas em desconformidade com a legislação pertinente, pois a própria requerida, através de sua defesa, assumiu acreditar que estaria fazendo seguindo as normais legais.

Mais do que isso, todo acervo probatório dos autos demonstra cabalmente que a Sra. Maria das Graças do Espírito Santo Leão, na condição de oficiala registradora delegada, deliberadamente agiu praticando inúmeros erros crassos, em total desconhecimento do conteúdo básico sobre o procedimento descrito na

Lei de Registros Públicos, vez que destaca entender ter agido de acordo com a legislação, ao proceder a abertura de matrícula com base apenas nos dados fornecidos na Escritura Pública de Compra e Venda que foi apresentada tanto para a porção destacada, quanto para as 21 matrículas referentes a área original da Fazenda Gurupatuba.

O art. 31 dispõe a inobservância das prescrições legais ou normativas são infrações disciplinares que sujeitam os notários às penalidades:

Art. 31. São infrações disciplinares que sujeitam os notários e os oficiais de registro às penalidades previstas nesta lei:

I - a inobservância das prescrições legais ou normativas;

Diante disso, resta comprovada a autoria e materialidade da infração administrativa praticada por Maria das Graças do Espírito Santo Leão, Oficiala Titular do Registro de Imóveis de Cachoeira do Arari por ter descumprido as obrigações referentes a inobservância das prescrições legais ou normativas, violando, assim, a regra contida no art. 31, I, da Lei nº 8.935/94, não apenas com relação a área que deu ensejo à atual investigação, mas a diversos imóveis da Comarca, além de diversas irregularidades como a ausência de livros obrigatórios.

No que tange a aplicação da pena, deve se considerar os termos dos artigos 32, 33, 34 e 35 da Lei nº. 8.935/94 - Lei dos Cartórios, in verbis:

Art. 32. Os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às seguintes penas:

I - repreensão;

II - multa;

III - suspensão por noventa dias, prorrogável por mais trinta;

IV - perda da delegação.

Art. 33. As penas serão aplicadas:

I - a de repreensão, no caso de falta leve;

II - a de multa, em caso de reincidência ou de infração que não configure falta mais grave;

III - a de suspensão, em caso de reiterado descumprimento dos deveres ou de falta grave.

Art. 34. As penas serão impostas pelo juízo competente, independentemente da ordem de gradação, conforme a gravidade do fato.

Art. 35. A perda da delegação dependerá:

I - de sentença judicial transitada em julgado; ou

II - de decisão decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente, assegurado amplo direito de defesa.

Assim, em consonância com a manifestação da Corregedora Geral de Justiça, aplico a pena de PERDA

DE DELEGAÇÃO em desfavor de MARIA DAS GRAÇAS DO ESPÍRITO SANTO, Oficiala Titular do Registro de Imóveis de Cachoeira do Arari, nos termos do art. 32, inc. IV da Lei dos Cartórios.

Em face da pena aplicada reclamar a incidência do §2º, do artigo 39 da Lei 8.935/94, encaminhe-se à Corregedoria Geral de Justiça para que com a urgência devida, verifique junto aos titulares do mesmo município e do município contíguo, o interesse em assumir a serventia vacante.

Determino:

1) remessa de cópia desta decisão ao Conselho Nacional de Justiça, para atualização dos dados;

2) envio de cópia da decisão à Comissão Permanente para Elaboração da Lista de Delegações Vagas e Central de Apoio aos Magistrados;

3) envio de cópia integral dos autos ao Ministério Público Estadual para fins eventual apuração de crime contra a administração ou à ordem tributária, bem como para possível ajuizamento de ação civil por improbidade administrativa; e,

4) intimação da Corregedoria Geral de Justiça acerca do teor desta decisão.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

À Divisão de Apoio Técnico Jurídico da Presidência para cumprimento desta decisão.

Após manifestação da Corregedoria Geral de Justiça, retornem conclusos.

Belém, 25 de março de 2022.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

Desembargadora Presidente do TJPA

PORTARIA Nº 622/2022-GP

A Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc,

CONSIDERANDO que nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº. 0000750-77.2021.2.00.0814(PA-MEM-2022/01319), promovido pela Corregedoria Geral de Justiça, em que figura como indiciada a oficiala do Cartório do Registro de Imóveis de Cachoeira do Arari, Maria das Graças do Espírito Santo Leão, foram apuradas graves irregularidades praticadas pela aludida Oficiala;

CONSIDERANDO que esta Presidência, acolhendo manifestação da Corregedoria Geral de Justiça, apoiada no Relatório Final da Comissão Processante, decidiu aplicar à Oficiala indiciada Maria das Graças do Espírito Santo Leão a penalidade de perda de delegação, com fundamento nos artigos 33 e 34 por descumprimento dos artigos 1°, 30, II e 31, I e V da Lei n°. 8.935/94, c/c o art.1° da Lei n°. 6015/73;

CONSIDERANDO que o processo que motivou a aplicação da penalidade observou o disposto no art. 35, II, da Lei nº 8.935/94,

RESOLVE:

APLICAR a penalidade de perda de delegação à Oficiala do Cartório do Registro de Imóveis de Cachoeira

do Arari, Maria das Graças do Espírito Santo Leão, com fundamento no artigo 31, I, da Lei Federal n°. 8.935/94.

Publique-se, Registre-se, Intime-se e Cumpra-se.

Belém, 25 de março de 2022.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

Desembargadora Presidente do TJPA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ESTÁGIO Nº 02/2022-SGP

A Secretária de Gestão de Pessoas do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, tendo em vista as atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 1936/2021-GP e considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo, destinado ao recrutamento de estagiários, aberto por meio do Edital nº 01/2021-SGP, CONVOCA os estudantes abaixo relacionados, aprovados no certame supracitado, para que procedam sua habilitação visando a inclusão no Programa de Estágio deste Poder, na modalidade não-obrigatória, consoante os procedimentos estabelecidos no presente ato.

1 - Natureza das oportunidades de estágio

1.1 - As oportunidades de estágio ora disponibilizadas, se destinam ao preenchimento daquelas abertas na forma do Edital Nº 01/2022-SGP, bem como de novas, recém-autorizadas;

1.2 - Para assegurar o adequado preenchimento das vagas destinadas a candidatos cotistas e não cotistas, que se mantiveram abertas, mesmo após a convocação anterior, a proporcionalidade entre tais candidatos vai sofrer variação, de modo que o percentual estabelecido nos itens 5.1 e 6.4 sejam alcançados, quando do efetivo preenchimento das vagas.

2 - Relação dos candidatos:

COMARCA DE AFUÁ

Administração

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	1ª	NATELY OLIVEIRA DOS SANTOS

COMARCA DE ALTAMIRA

Curso de Direito

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
3ª	7ª	LUCAS BARBOSA FERREIRA
4ª	8ª	VITÓRIA COLARES NOBRE PAIXÃO

COMARCA DE ANAJÁS

Ensino Médio

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	1ª	MARIA REYLLA FERREIRA MARTINS

COMARCA DE BAIÃO

Ensino Médio

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	2ª	ANA CAROLINA DA SILVA COELHO

COMARCA DE BELÉM

Curso de Ciências Contábeis

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
4ª	8ª	ELISANE COSTA PAES
5ª	9ª	RAFAEL FRANCA SILVA

Curso de Direito

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
81ª	290ª	FABIOLA LAURIER DE SOUZA CARVALHO
82ª	291ª	PAULO ARTHUR SOBREIRA RIBEIRO
100ª	292ª	CÁSSIA DA CONCEIÇÃO ASSUNÇÃO CARDOSO
101ª	293ª	VICTOR ANDRÉ PEREIRA DA SILVA
107ª	295ª	GLAUBER RUAN DA SILVA GORDO
108ª	296ª	MARIA IZAURA FURTADO ALENCAR
111ª	297ª	MELISSA PAOLA PEREIRA DE SOUZA
115ª	298ª	KELLY AUERBACH FANTIN
116ª	299ª	KARINA DIAS
119ª	300ª	ISABELLE LIMA
120ª	301ª	BEATRIZ MORAES DE MENEZES
122ª	302ª	LETÍCIA DE CÁSSIA MIRANDA CORRÊA

124ª	303ª	ANDREA REJANE RODRIGUES DO ROSARIO MOTA
125ª	304ª	VINICIUS NUNES DANTAS
128ª	305ª	MAYARA VALENTE RODRIGUES
129ª	306ª	BRUNA MARINHO DE JESUS
131ª	307ª	FRANCISDALVA NASCIMENTO PEREIRA E SOUZA
132ª	308ª	RAFAEL AMADOR SILVA
134ª	309ª	VIVIANE PAIXAO SOARES
136ª	310ª	MARIA EDUARDA OLIVEIRA DE VASCONCELOS
137ª	311ª	ALEXANDRA SANDY PARAENSE GARCIA
140ª	312ª	AMANDA ARAÚJO DE AZEVEDO
141ª	313ª	ANDREA LETICIA NASCIMENTO DE SENA
142ª	314ª	LUANA DE MENDONÇA PINGARILHO
143ª	315ª	ALEXANDRINA RODRIGUES DOS REIS
145ª	316ª	DOUGLAS TOSCANO DA ROCHA
147ª	317ª	KÉSIA PRESTES VALENTE
148ª	318ª	ALANNA GOMES LIBDY
149ª	319ª	AMARILDO LOBO PANTOJA
150ª	321ª 1ª Candidato Autodeclarado negro	MARCELE MARTINS RODRIGUES (vaga destinada a candidato autodeclarado negro)
154ª	320ª	RENATA ALMEIDA DOURADO
155ª	323ª 1º Candidato com deficiência	CLARICE RODRIGUES VIEGAS (vaga destinada a pessoa com deficiência)
156ª	324ª 2º Candidato Autodeclarado negro	BYANKA SANTOS DA SILVA (vaga destinada a candidato autodeclarado negro)
157ª	322ª	RAQUEL OLIVEIRA SANTOS

158ª	325ª	LEONARDO SERRUYA SAIFE
159ª	330ª 3º Candidato Autodeclarado negro	THIAGO CARNEIRO MOREIRA (vaga destinada a candidato autodeclarado negro)
160ª	326ª	IZABELLA BRITO RODRIGUES
161ª	327ª	SAMANTA CAROLINA MAGALHÃES QUARESMA
162ª	328ª	BHEATRIZ COELHO TAVARES FERREIRA
163ª	329ª	FELIPE MACHADO SAUL
164ª	331ª	MARCELO ALMEIDA ALVES
165ª	332ª	JESSICA KEITHANE FIGUEIREDO MELO
166ª	333ª	DANIEL DE SOUZA CALIARI FERREIRA
167ª	334ª	JESSICA SANTOS DOS SANTOS
168ª	335ª	MARIA CLARA COSTA DE MENEZES
169ª	336ª	VERENA TYCIANE SANTOS DA COSTA

COMARCA DE BENEVIDES

Curso de Direito

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
2ª	5ª	RAFAEL ALEX DANTAS BENTES

COMARCA DE BRAGANÇA

Curso de Pedagogia

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	1ª	BENEDITA REGINALVA PINHEIRO DE ARAUJO

COMARCA DE BRASIL NOVO

Ensino Médio

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	1ª	BRENDA LAYANE LOPES DO NASCIMENTO

COMARCA DE BREVES

Curso de Serviço Social

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	2ª	JAQUELINE BRITO DA SILVA SANCHES

COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS

Curso de Direito

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
2ª	3ª	ALINE DE OLIVEIRA SILVA
3ª	4ª	KESYA DANYELY DA SILVA SIMPRIANO

Ensino Médio

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	1ª	JOSÉ VITOR LIMA DE ASSUNÇÃO

COMARCA DE CAPITÃO POÇO

Curso de Administração

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	1ª	NUBIA CARLA FONSECA DOS SANTOS

COMARCA DE CASTANHAL

Curso de Direito

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
6ª	14ª	KALYANA LIMA ROTTA BONFIM
7ª	15ª	MAYARA NASCIMENTO TAVARES
8ª	16ª	MÉLANNIE CATHERINE SILVA RAIOL

COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTE

Ensino Médio

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
2ª	3ª	PEDRO ALEX DE SOUZA RODRIGUES

COMARCA DE GURUPÁ

Ensino Médio

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	3ª	STEFANY VITORIA LIMA NEVES

COMARCA DE JACUNDÁ

Curso de Gestão de Recursos Humanos

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	1ª	ANTONIO LUIZ GUIDONI FILHO

COMARCA DE MONTE ALEGRE

Ensino Médio

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	3ª	DALIANE NUNES MEIRELES
2ª	4ª	HUGO ALEXANDRE DE MACEDO NUNES

COMARCA DE MOSQUEIRO

Ensino Médio

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	1ª	LUCAS JEFFERSON FERNANDES DO NASCIMENTO PAIXAO

COMARCA DE MUANÁ

Ensino Médio

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME

1ª	1ª	LUIZ ANTONIO BARBOSA TAVARES FILHO
2ª	2ª	CARLA VIVIANE CARVALHO NUNES

COMARCA DE NOVO PROGRESSO

Curso de Processos Gerenciais

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	1ª	ELIANE MARA MELLO

COMARCA DE OEIRAS DO PARÁ

Ensino Médio

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	1ª	JANAÍNA LINCE MONTEIRO NASCIMENTO

COMARCA DE PARAGOMINAS

Curso de Administração

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	1ª	GEIDIANE SOARES DE SOUSA

COMARCA DE PARAUAPEBAS

Curso de Direito

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
3ª	19ª	VANESSA DA CONCEICAO LIMA
5ª	20ª	EDILANE NOGUEIRA SALGADO

COMARCA DE PORTO DE MOZ

Ensino Médio

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	1ª	LUCAS BARBOSA RULIM PACHECO

COMARCA DE SANTARÉM

Curso de Direito

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
16ª	21ª	ALBERCLEU VALERIO PAIVA
17ª	22ª	OLGA CASTRO
18ª	23ª	INNE MAYARA BASTOS LIMA
19ª	24ª	MELLICE LIMA LOZANO
20ª	27ª	RAYAN PICANÇO DE CAMPOS
21ª	28ª	YASMIN MACEDO MARQUES

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

Curso de Direito

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	2ª	NATAN DE OLIVEIRA HOLANDA

COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFIRIO

Ensino Médio

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	1ª	IVANICE DE OLIVEIRA ARAUJO

COMARCA DE TOMÉ AÇÚ

Curso de Administração

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
1ª	1ª	BRUNO YARIWAKE MOIA

COMARCA DE TUCURUI

Curso de Direito

OPORTUNIDADE ABERTA	CLASSIFICAÇÃO	NOME
2ª	12ª	MARCOS ANTONIO GOMES SOUZA

	1º Candidato com deficiência	(vaga destinada a pessoa com deficiência)
3ª	6ª	ALEXSANDRO CARVALHO MACHADO

3 - Procedimentos

3.1 - Os candidatos relacionados neste Edital deverão:

3.1.1 - Manifestar interesse na vaga de estágio, por e-mail, para o endereço eletrônico estagio.tjpa@ciee.ong.br, no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados da publicação deste Edital e/ou do encaminhamento da convocação, enviado pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE);

3.1.2 - Encaminhar para o e-mail do CIEE (estagio.tjpa@ciee.ong.br), em formato PDF, a documentação exigida para inclusão no Programa de Estágio, prevista no item 9.7 do Edital 01/2021-SGP, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da confirmação do interesse no estágio, por parte do candidato;

3.1.3 - Juntar laudo médico, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, em se tratando de candidatos que declararam tal condição;

3.2 - Caso os prazos previstos neste Edital sejam encerrados em dia não útil, os mesmos serão transferidos para o dia útil subsequente;

3.3 - O descumprimento dos prazos previstos acarretará a eliminação no Processo Seletivo;

3.4 - O documento de que trata o subitem 6.6.1 do Edital 01/2021-SGP, será submetido a homologação por parte da Junta Oficial em Saúde deste Poder;

3.5 Não sendo comprovada a condição de pessoa com deficiência, o candidato figurará somente na lista de classificação geral.

Belém-PA, 25 de março de 2022.

Maria de Lourdes Carneiro Lobato

Secretária de Gestão de Pessoas

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 064/2022-CGJ
A Desembargadora **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**, Corregedora Geral de Justiça do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais, etc.
CONSIDERANDO as razões invocadas no PJECOR pela Comissão Sindicante, nos autos de Sindicância Administrativa **PJECOR Nº 0003776-83.2021.2.00.0814**, instaurada pela Portaria nº 027/2022-CGJ, publicada no DJE em 14/02/2022;
RESOLVE:
I - PRORROGAR por mais **30 (trinta)** dias o prazo para conclusão dos trabalhos relativos à Sindicância Administrativa a cargo da Comissão Sindicante, a fim de apurar os fatos narrados nos autos.
Publique-se. Registre-se. Dê-se Ciência e Cumpra-se.
Belém do Pará, 25/03/2022.
Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha
Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém

PORTARIA Nº 065/2022-CGJ
A Desembargadora **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**, Corregedora Geral de Justiça do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais, etc.
CONSIDERANDO decisão ID 1273897 nos autos de **Sindicância Administrativa PJECOR Nº 0002928-96.2021.2.00.0814**, instaurada pela Portaria nº 155/2021-CGJ, publicada **no DJE em 04/11/2021;**
CONSIDERANDO previsão contida no Parágrafo Único do Art. 201 da Lei Estadual nº 5.810 de 24/01/1994 - Regime Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará.
RESOLVE:
I - PRORROGAR por mais 30 (trinta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos relativos à **Sindicância Administrativa nº 0002928-96.2021.2.00.0814** a cargo da Comissão Sindicante, a fim de apurar os fatos narrados nos autos.
Publique-se. Registre-se. Dê-se Ciência e Cumpra-se.
Belém do Pará, 25/03/2022.
Desa. Rosileide maria da Costa Cunha
Corregedora Geral de Justiça

PROCESSO Nº 0003103-27.2020.2.00.0814

SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA

SINDICADO: VINÍCIUS DE AMORIM PEDRASSOLI ¿ JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DA COMARCA DE SANTARÉM - Adv. Dr. Rodrigo Costa Lobato, OAB/PA 20167

Chamo o processo à ordem, para declarar-me suspeita por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º do Novo Código do Processo Civil**.**

Desse modo, encaminhem-se os autos ao Desembargador mais antigo desta Corte de Justiça, com as cautelas legais, nos termos dos artigos 272 do Código Judiciário do Estado do Pará e 34 do Regimento Interno do TJ/PA.

Dê-se ciência ao Conselho Nacional de Justiça.

Publique-se e intime-se.

À Secretaria para os devidos fins.

Belém, 23/03/2022.

Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Corregedora-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 0003320-36.2021.2.00.0814

REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO

REQUERENTE: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VILLE AMETISTA

ADVOGADO: SYLVIO FONSECA DE NÓVOA (OAB/PA 11.609)

REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE ANANINDEUA/PA

EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO. JUSTIFICATIVA APRESENTADA. MOROSIDADE SANADA POR IMPULSO PROCESSUAL. ARQUIVAMENTO.

DECISÃO

Trata-se de Representação por Excesso de Prazo formulada por Condomínio Residencial Ville Ametista, representado pelo advogado Sylvio Fonseca de Nóvoa, OAB/PA Nº 11.609, em desfavor do Juízo da 3ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Ananindeua**,** expondo morosidade na tramitação dos processos nº 0808957-45.2018.8.14.0006 e nº 0808958-30.2018.8.14.0006.

Instado a manifestar-se acerca da referida morosidade apontada, o Juízo apresentou informações através do ID Nº 908058.

É o necessário a relatar.

Decido.

Analisando os fatos apresentados pelo requerente, percebe-se que a sua real intenção era o prosseguimento dos feitos nº 0808957-45.2018.8.14.0006 e nº 0808958-30.2018.8.14.0006, com a entrega da prestação jurisdicional.

Ocorre que, consoante às informações prestadas pelo Juízo, ora requerido, aliadas às colhidas por meio do Sistema *PJe,* a morosidade reclamada não mais subsiste, uma vez que os autos, objeto do presente expediente, obtiveram impulso, satisfazendo, pois, a pretensão exposta pelo requerente.

Diante do exposto, considerando não haver a princípio qualquer outra medida a ser tomada por este Órgão Correcional, **DETERMINO** o **ARQUIVAMENTO** da presente representação por excesso de prazo, com fulcro no art. 9º, § 2º da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

Utilize-se cópia do presente como ofício.

À Secretaria para os devidos fins.

Belém (PA), data da assinatura eletrônica.

Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Corregedora-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 000514-91.2022.2.00.0814
REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO
REQUERENTE: HUGO NARCIZO ESCOBAR AYLA JUNIOR
REQUERIDA: TATIANA ATAÍDE DO NASCIMENTO ABREU, DIRETORA DE SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ANANINDEUA
EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. ALEGADA MOROSIDADE PELA SECRETARIA EM CUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO DO JUÍZO. NÃO CONFIGURADA. PROCESSO COM REGULAR TRAMITAÇÃO. DILIGÊNCIA ATENDIDA. SATISFEITA PRETENSÃO. ARQUIVAMENTO.
DECISÃO: Trata-se de Pedido de Providências formulado por Hugo Narcizo Escobar Ayla Junior em desfavor de Tatiana Ataíde do Nascimento Abreu, Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Ananindeua alegando morosidade no cumprimento de diligência determinada nos autos nº 0803090-71.2018.8.14.0006. Instada, a Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Ananindeua, em ID 1222037, apresentou manifestação, em resumo, expõe que o feito em questão não goza de prioridade legal, seguindo curso razoável, tendo sido despacho em 17/12/2021, em audiência, e, devolvido à secretaria, que segue ordem cronológica para cumprimento de determinação judicial, conforme prevê o CPC e recomendação desta Corregedoria por ocasião da implantação do projeto RENOVAR na Unidade. E que quanto ao cumprimento na serventia, informa que estão cumprindo os despachos/decisões/sentenças, sem prioridade legal, de abril de2021. É o Relatório.**DECIDO.** Analisando os fatos apresentados pelo requerente, verifica-se que o mesmo em sua inicial alega que a Secretaria da da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Ananindeua não teria cumprido diligencia determinada em audiência

realizada em 16/12/2021, nos autos nº 0803090-71.2018.8.14.0006, no sentido de oficiar à Companhia de Habitação do Estado do Pará ¿ COHAB. Entretanto, em consulta realizada ao Sistema PJE na data de 21/03/2022, pude constatar que a Companhia de Habitação do Estado do Pará ¿ COHAB, em 15/02/2021, juntou aos autos petição em resposta a solicitação contida na ata de audiência datada de 16/12/2021. Outrossim, constatei que o feito continua a apresentar regular tramitação, não havendo que se falar em atraso processual decorrente de ato ou omissão do Juízo requerido de modo a configurar morosidade. Por fim, considerando não haver qualquer outra medida a ser adotada por esta Corregedoria-Geral de Justiça, **DETERMINO o ARQUIVAMENTO** da presente
representação por excesso de prazo, com fulcro no art. 9º, § 2º da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça. Dê-se ciência às partes requerente e requerida. Utilize-se cópia da presente decisão como ofício. À Secretaria para os devidos fins. Belém (PA), 23/03/2022. **Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA - Corregedora-Geral de Justiça**

PROCESSO Nº 0000495-85.2022.2.00.0000
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS
REQUERENTE: WILSON ABIDON DOS SANTOS PARDAUIL
REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DO TERMO DE SANTA CRUZ DO

ARARÍ ¿ COMARCA DE CACHOEIRA DO ARARÍ
EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. AUXÍLIO PARA CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. PROVIDÊNCIA QUE REFOGE À ALÇADA DO JUÍZO. ARQUIVAMENTO.
DECISÃO: Trata-se de Pedido de Providências formulado por Wilson Abidon dos Santos Pardauil solicitando o auxílio deste Órgão Correcional no cumprimento de decisão proferida pelo Juízo de Direito do Termo de Santa Cruz do Arari ¿ Comarca de Cachoeira do Arari, nos autos do Processo nº. 000184-43.2019.8.14.1979. (...) É o Relatório. **DECIDO.** Analisando os fatos apresentados pelo requerente, percebe-se que a sua real intenção era que se fizesse cumprir decisão proferida pelo Juízo do Termo de Santa Cruz do Arari, datada de 13/06/2021, nos autos do processo nº 000184-

43.2019.8.14.1979, que lhe determinara à restituição de do 68 (sessenta e oito) animais. Entretanto, conforme bem elucidado pelo magistrado titular da Unidade em ID 1201058, foram adotadas todas as providências que lhe competiam, não havendo qualquer omissão quanto aos requerimentos que lhe foram formulados. Assim, a medida pretendida pelo requerente refoge a competência deste órgão Correcional, de vez que cabe à autoridade policial a adoção das medidas requisitadas pelo Juízo, tanto é que, o requerente em sua inicial informa que já cientificou à Corregedoria da Polícia Civil acerca dos fatos. Desse modo, não restando configurada a ocorrência de qualquer das hipóteses que possibilitem a intervenção desta Corregedoria-Geral de Justiça, **DETERMINO o ARQUIVAMENTO** dos presentes autos de pedido de providências, com fulcro no §3º do art. 91 do Regimento Interno do TJ/PA. Dê-se ciência às partes requerente e requerida. Utilize-se cópia da presente decisão como ofício. À Secretaria para os devidos fins.Belém (PA), 23/03/2022. **Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA - Corregedora-Geral de Justiça**

PROCESSO Nº 0000471-57.2022.2.00.0814
REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO
REQUERENTE: CELSO RABELO PERDIGÃO
ADVOGADO: ANDRÉ BECKMAN - OAB/PA 16670
REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA 13a VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BELÉM
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. ART. 5º, LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. MOROSIDADE SANADA POR IMPULSO PROCESSUAL. RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

DECISÃO: Cuida-se de Representação por Excesso de Prazo formulada por **CELSO RABELO PERDIGÃO**, através de seu advogado legalmente constituído, em desfavor do **JUÍZO DE DIREITO DA 13a VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BELÉM**, expondo morosidade na tramitação do Processo nº 0049450-27.2014.8.14.0304. Instado a manifestar-se o Juízo requerido, através do Magistrado Daniel Ribeiro Darcier Lobato, em Id 1216261, justificou a morosidade apontada e no que diz respeito à reclamação propriamente dita, informou que ¿em 22/02/2022 foi publicado ato ordinatório para manifestação das partes, em razão da migração dos autos para o Sistema PJE, havendo prazo em curso.¿ É o Relatório. **DECIDO.** Analisando os fatos apresentados pelo reclamante, percebe-se que a sua real intenção é o prosseguimento do Processo de nº 0049450-27.2014.8.14.0304. Deste modo, em que pese ter sido justificada a mora processual,
RECOMENDO ao JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BELÉM, para que empreenda todos os esforços necessários, a fim de garantir a célere tramitação e a efetiva prestação jurisdicional no processo objeto da presente representação, em observância às determinações do CNJ, tendo em vista o cumprimento da Meta 2 e ao Princípio da Celeridade Processual, bem como a razoável duração do processo, consagrados no art. 5º, inciso LXXVIII de nossa Constituição Federal. Ressalta-se que esta Corregedoria de Justiça permanecerá monitorando o processo referido, tendo em vista sua distribuição datar do ano de 2014, pelo que determino o acautelamento dos autos em secretaria pelo prazo de 60 (noventa) dias, após, volvam-me conclusos.

Dê-se ciência às partes. Utilize-se cópia do presente como ofício. À Secretaria para os devidos fins.
Belém, 23/03/2022. **Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA - Corregedora- Geral de Justiça**

PROCESSO Nº 0000369-35.2022.2.00.0814
RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR
REQUERENTE: MAIZANE DIAS DA COSTA, REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MELGAÇO/PA
REQUERIDO: MM. JUIZ DE DIREITO ANDRÉ DOS SANTOS CANTO, TITULAR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MELGAÇO
EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA JURISDICIONAL. EXTRAPOLA A COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO CORRECIONAL. ARQUIVAMENTO.
DECISÃO: A par de tais considerações, levando-se em conta o caráter jurisdicional da questão, e não restando configurada a ocorrência de qualquer das hipóteses que possibilitem a intervenção desta Corregedoria de Justiça, em conformidade com os dispositivos acima transcritos, **DETERMINO o ARQUIVAMENTO** dos presentes autos de pedido de providências. Dê-se ciência às partes requerente e requerida. Utilize-se cópia da presente decisão como ofício. À Secretaria para os devidos fins. Belém (PA), 23/03/2022. **Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA - Corregedora-Geral de Justiça**

PROCESSO Nº 0003944-85.2021.2.00.0814
RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR
REQUERENTE: JUÍZO DE DIREITO DA 2a VARA DA COMARCA DE TAILÂNDIA/PA
REQUERIDO: HERMANN NETO SOARES, OFICIAL DE JUSTIÇA LOTADO NA CENTRAL DE MANDADOS DO FÓRUM CRIMINAL DA COMARCA DE BELÉM
EMENTA: RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. COMPROVAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO DESCRITO DA PETIÇÃO INICIAL E NO MANDADO CITATÓRIO. ESTRUTURA INADEQUADA PARA O TRABALHO REMOTO. AUSÊNCIA DE FALTA DISCIPLINAR. ARQUIVAMENTO COM RECOMENDAÇÃO.
DECISÃO: Cuida-se de Reclamação Disciplinar formulada pelo **JUÍZO DE DIREITO DA 2a VARA DA COMARCA DE TAILÂNDIA/PA**, de ordem do Magistrado Charbel Abdon Haber Jeha, perante esta Corregedoria de Justiça, em desfavor do Oficial de Justiça **HERMANN NETO SOARES**, tendo em vista o mesmo ter restado inerte ao ser oficiado e reiterado pelo Juízo a fim de esclarecer a forma em que se deu o cumprimento do mandado citatório expedido nos autos Processo nº 0800029-90.2021.8.14.0074. A providência citada se deu em virtude da parte demandada ter arguido a nulidade da citação e requerido devolução do prazo para defesa, ressaltando ser incorreto o endereço eletrônico utilizado para citação. (...) Em consulta realizada em 22/03/2022 observo que o processo em questão encontra-se paralisado, aguardando decisão desta Corregedoria de Justiça, não tendo sido até então apreciada a petição que arguiu a nulidade de citação (Id 26447422). É o Relatório. **DECIDO.** Analisando as informações apontadas, percebe-se que o objetivo principal da presente Reclamação é de esclarecer o endereço eletrônico utilizado na citação e eventual falta administrativa por parte do Oficial de Justiça reclamado ao deixar de responder aos ofícios do Juízo reclamante. Ocorre que, consoante às informações prestadas pelo Oficial de Justiça Reclamado, aliada às colhidas por meio do sistema PJE e documentação juntada aos autos, observo que o meeirinho citou o demandado BANPARÁ no endereço constante da petição inicial e do Mandado Judicial (lsampaio@banparanet.com.br), conforme se depreende do Id 944474 ¿ pág. 88, não podendo ser penalizado pelo desacerto da secretaria do Juízo, no entanto, tal imbróglio poderia ter sido brevemente esclarecido caso o reclamado tivesse lavrado a certidão de forma completa, descrevendo o endereço eletrônico utilizado na diligência. Quanto à inércia do reclamado aos chamados do Juízo, a mesma foi justificada pelo fato do requerido não possuir uma estrutura adequada para a realização do trabalho remoto, pois ao não possuir computador próprio tinha que, em meio á pandemia, dirigir-se à sala dos Oficiais de Justiça do Fórum para a realização do seu mister e, inclusive, para efetuar a leitura de seus e-mails institucionais, passando despercebidos os ofícios do Juízo requerente, objeto do presente expediente. Pois bem, com o advento da pandemia e a necessidade forçosa de se adaptar ao trabalho remoto, uma série de situações dessa natureza foram

experimentadas não apenas pelo servidor reclamado, mas por todo o judiciário, que abruptamente teve

que se adaptar a nova rotina de trabalho, portanto, não há como não levar em conta todas essas circunstâncias para uma recomendação de rotina de trabalho ao invés de simplesmente aplicar penalidade. Diante do exposto, considerando não haver a princípio qualquer outra medida a ser tomada por este Órgão Correcional, **DETERMINO o ARQUIVAMENTO** da presente reclamatória, com fulcro no Art. 200, Parágrafo único, da Lei nº 5.810/94, no entanto, **RECOMENDO** ao Oficial de Justiça requerido que, doravante, envide esforços no cumprimento de seus deveres, evitando, dessa forma que reclamações dessa natureza ocorram novamente, a fim de não prejudicar os jurisdicionados, que são os principais sujeitos de proteção jurídica. Da mesma forma, **RECOMENDO** ao Juízo reclamante que dê prosseguimento ao feito de nº 0800029-90.2021.8.14.0074, a fim de apreciar a petição de Id 26447422, de acordo com o seu dever funcional, tendo em vista tratar-se de matéria de cunho eminentemente processual. Dê-se ciência à partes. À Secretaria para os devidos fins. Belém (PA), 23/03/2022. **Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA - Corregedora-Geral de Justiça**

PROCESSO Nº 0004213-27.2021.2.00.0814

SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA APURATÓRIA
DENUNCIANTE: MARIA LEONICE CORREA CASTRO
ADVOGADA: DJEHINE RICHARDS CASTRO DE SOUSA (OAB/PA 31.275)
SINDICADO: VICTOR HUGO MELO LOPES, OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR LOTADO NA CENTRAL DE MANDADOS DA COMARCA DE ANANINDEUA/PA
EMENTA: SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA APURATÓRIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIO DE PRÁTICA DE CRIME DE RESPONSABILIDADE. INEXISTÊNCIA DE MATERIALIDADE DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR. ARQUIVAMENTO.
DECISÃO: Trata-se de Sindicância Administrativa Apuratória instaurada pela Portaria n.º 037/2022-CGJ, datada de 15/02/2022 e publicada no Diário da Justiça eletrônico de 16/02/2022 (Id. 1180163), para apuração de infração funcional, em tese, praticada pelo servidor **Victor Hugo Melo Lopes** , Oficial de Justiça Avaliador lotado na Central de Mandados da Comarca de Ananindeua/PA.
A presente sindicância foi originada na reclamação disciplinar apresentada à esta Corregedoria-Geral de Justiça pela Advogada Djehine Richards Castro de Sousa (OAB/PA 31.275), representando sua genitora Maria Leonice Corrêa Castro, em síntese, em razão de ter o reclamado comparecido ao seu endereço residencial a fim de cumprir Mandado já cumprido por outro Oficial de Justiça Avaliador e, além disso, ter-lhe dispensado tratamento descortês. Devidamente notificado, o Sindicado apresentou inicialmente a manifestação Id. 1151202. Diante dos fatos narrados e a fim de investigar suposta irregularidade porventura cometida pelo Oficial de Justiça Avaliador Victor Hugo Melo Lopes, esta

Corregedoria-Geral de Justiça determinou a instauração da presente Sindicância Administrativa, delegando poderes apuratórios à Comissão Disciplinar Permanente do TJ/PA (Decisão Id. 1160603).
Dando início aos trabalhos, em 22/02/2022 foi lavrada Ata de Instalação e da 1ª Reunião de Instrução contendo deliberações. Foram juntados aos autos dossiê funcional (Id. 1220699) e informações escritas da lavra do Coordenador da Central de Mandados da Comarca de Ananindeua/PA (Id. 1232992) que revelaram a duplicidade de expedição de mandado nos autos do processo n.º 0807893-29.2020.8.14.0006 sem que tenha sido dado conhecimento ao Sindicado e o cumprimento anterior por outro Oficial de Justiça Avaliador, sem o menor indício de má-fé. Durante a instrução processual foi realizada a oitiva do sindicado e da Advogada reclamante, Dra. Djehine Richards Castro de Sousa, esta última na condição de testemunha. Finda a instrução, diante das alegações de mútuo tratamento agressivo sem nenhuma comprovação, a Comissão Disciplinar lavrou Despacho de Instrução e de Indiciação por motivo diverso do conteúdo da reclamação, qual seja, a mora no cumprimento e devolução do Mandado expedido nos autos do processo n.º 0807893-29.2020.8.14.0006. Em nova manifestação (Id. 1284777), o servidor sindicado ratificou as alegações anteriores e considerando o motivo da indiciação, justificou a demora para o cumprimento do mandado em questão, ressaltando que recebeu ordem legítima e a tentou cumprir por diversas vezes, tendo diligenciado a fim de obter sucesso em sua missão. O sindicado destacou, ainda, a dificuldade para o cumprimento de Mandados em tempos de crise sanitária decorrente da pandemia do novo corona vírus. No documento Id. 1286275 foi apresentado o relatório final elaborado pela

Comissão Sindicante, sugerindo o arquivamento do feito, em razão da conclusão de que não restou configurada a desídia, tampouco há indícios da prática de crime de responsabilidade ou infração administrativa. Volveram os autos conclusos para decisão. É o Relatório. Decido. A Lei nº 5.810/94 dispõe que: ¿Art. 199 ¿ A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.¿ A presente sindicância administrativa apuratória foi instaurada em desfavor do Oficial de Justiça Avaliador Victor Hugo Melo Lopes, por determinação desta Corregedoria-Geral de Justiça contida na Portaria nº 037/2022-CGJ, datada de 15/02/2022 e publicada no Diário da Justiça eletrônico de 16/02/2022, que delegou poderes à Comissão Disciplinar Permanente do TJ/PA para conduzir e concluir os trabalhos, no prazo de 30 (trinta) dias. Sua instauração decorreu do recebimento de reclamação disciplinar da lavra da Advogada Djehine Richards Castro de Sousa, alegando cumprimento em duplicidade de mandado já cumprido por outro Oficial de Justiça Avaliador e tratamento descortês. Da leitura dos autos, observa-se que não restou comprovado o alegado tratamento descortês que teria sido dispensado pelo Servidor Sindicado à Advogada, tampouco a desídia ou a prática de crime de responsabilidade ou de infração disciplinar.

Conforme se depreende das provas produzidas nestes autos que culminaram com a apresentação do Relatório Conclusivo Id. 1286275, em consequência do que foi apurado e pelo entendimento já exposto, não se vislumbra estar caracterizada a infração disciplinar passível de punição do servidor VICTOR HUGO MELO LOPES quanto aos fatos constantes destes autos. Muito embora o servidor tenha extrapolado o prazo para a devolução do mandado extraído dos autos do processo n.º 0807893-29.2020.8.14.0006, tal conduta restou justificada pela conjuntura da crise sanitária causada pela pandemia do novo corona vírus e pela delonga nas diligências efetuadas para o cumprimento do mesmo. Verifica-se, então que a Lei n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará, em seus Arts. 201 e 204, estabelece:

¿Art. 201. Da sindicância poderá resultar: I ¿ arquivamento do processo;¿ (Destaquei). ¿Art. 224 ¿ O julgamento acatará o relatório da Comissão, salvo quando contrário às provas dos autos¿. (Grifei).

No presente caso, concluída a fase instrutória, não restou comprovada a responsabilidade administrativa do Servidor, tampouco a materialidade de infração disciplinar. Assim, desta Sindicância Administrativa Apuratória somente poderá resultar o arquivamento. Por todo o exposto, esta Corregedoria acata in totum o Relatório Final da Comissão Sindicante e determina o **ARQUIVAMENTO** dos presentes autos, nos termos do disposto no Art. 201, I, da Lei 5.810/94, acima transcrito. Antes, porém, **RECOMENDA-SE** ao Servidor **Victor Hugo Melo Lopes**, Oficial de Justiça Avaliador lotado na Central de Mandados da Comarca de Ananindeua/PA que, doravante, abstenha-se de reter além do prazo legal os mandados que se encontrarem sob sua responsabilidade para cumprimento, certificando sempre os motivos de sua demora, sob pena de serem adotadas, por este Órgão Correcional, as medidas disciplinares cabíveis. Dê-se ciência às partes. Sirva a presente decisão como ofício. À Secretaria desta Corregedoria-Geral de Justiça para a adoção das providências necessárias. Belém (PA), 23/03/2021 **Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA -**
Corregedora-Geral de Justiça

PJECOR Nº 0003380-09.2021.2.00.0814
REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO
REQUERENTE: IRLÂNDIA MAGALHÃES DOS PASSOS E IRLÂNIA MAGALHÃES DOS PASSOS
REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ORIXIMINÁ/PA
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO. IMPULSO PROCESSUAL. JUSTIFICATIVA APRESENTADA. SATISFEITA A PRETENSÃO JUNTO À CORREGEDORIA. ARQUIVAMENTO.
DECISÃO: Trata-se de representação por excesso de prazo formulada por **Irlândia Magalhães dos Passos e Irlânia Magalhães dos Passos** em desfavor do Juízo da Vara Única da Comarca de Oriximiná, expondo morosidade no julgamento dos autos nº 0000989-61.2007.8.14.0037 e 0008810-22.2019.8.14.0037. Instado, o Juízo através do Exmo. Sr. Dr. Wallace Carneiro de Sousa, em ID 973533, manifestou-se informando que: ¿Primeiramente, faz-se mister salientar que devido à Pandemia de COVID-19, os processos físicos ficaram sem movimentação no ano 2020 e em boa parte do ano 2021. Com o retorno das atividades presenciais, a apreciação dos processos físicos, os quais são maioria nesta Comarca, estão mais lentas devido ao alto número de audiências represadas, obrigando este Magistrado a realizá-las de segunda a sexta, durante todo o expediente, bem como ao

déficit de servidores. Não é despiciendo ainda informar que este magistrado substituto assumiu a Comarca de Oriximiná a partir de 20/09/2021. Superado essa preliminar, passemos ao pedido de providências.Trata-se de uma representação por excesso de prazo, tendo por requerentes Irlândia

Magalhães dos Passos e Irlânia Magalhães dos Passos. O primeiro processo é uma ação de indenização - cumprimento de sentença, onde não foram encontrados bens, a qual encontra-se suspensa, uma vez que foi interposta uma ação de desconsideração da personalidade jurídica. Em 04 de novembro de 2021, o incidente foi recebido e determinada a citação da pessoa jurídica e dos sócios para manifestarem-se no prazo de 15 dias. Neste sentindo, a matéria foi publicada em 10/11/2021. Por fim, os autos encontram-se acautelados em secretaria, para o cumprimento de
diligências, bem como aguardando o término do prazo¿. É o Relatório. **DECIDO.** Analisando os fatos apresentados pelas requerentes, percebe-se que a sua real intenção era o prosseguimento dos feitos nº 0000989-61.2007.8.14.0037 e nº 0008810-22.2019.8.14.0037. Consoante as informações prestadas pelo Magistrado que está respondendo pela unidade requerida, corroboradas por consulta ao Sistema LIBRA, constato que a morosidade reclamada não mais subsiste, uma vez que os autos, objeto do presente expediente, obtiveram impulso, com a prolação de ato judicial, satisfazendo, pois, a
pretensão das requerentes. Constata-se ainda, que o magistrado apontou justificativas relevantes pela mora processual, ao tempo, em que adotou medidas imediatas de gestão processual, demonstrando empenho em solucionar a lide, de modo que não vislumbro, por ora, a existência de indícios de morosidade injustificada. Ante o exposto, não restando configurada infração administrativa imputável ao Juízo requerido e uma vez satisfeita a pretensão das requerentes no que tange ao
impulsionamento do feito, **determino o arquivamento** da presente representação, com fulcro no art. 91, §3º, do Regimento Interno deste TJ/PA. Cumpre, contudo, a este Órgão Censor **RECOMENDAR AO JUÍZO**, que, a despeito das dificuldades não raro existentes nas Comarcas do interior do Estado do Pará, que continue envidando esforços necessários à consecução dos atos do processo objeto da presente representação, atento à observância do princípio da razoável duração do processo, insculpido no art. 5º, LXXVIIII da Constituição Federal. Dê-se ciência às partes. À Secretaria para os devidos fins. Belém, Pa, 23/03/2022. **Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA -**
Corregedora-Geral de Justiça

PJECOR Nº 0004181-22.2021.2.00.0814

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

REQUERENTE: **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO JOÃO DO IVAÍ - PARANÁ**

REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE DOM ELISEU

DECISÃO/OFÍCIO N.º /2022-CGJ. EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CUMPRIMENTO E DEVOLUÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA. PERDA DE OBJETO. ARQUIVAMENTO. Trata-se de expediente oriundo do JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO JOÃO DO IVAÍ, solicitando a intercessão deste Órgão junto ao JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE DOM ELISEU, para devolução da Carta Precatória expedida nos autos do processo nº 0000155-48.2013.8.16.0156. Solicitadas informações ao Juízo requerido, este apresentou manifestação através do ID Nº° 1212020, e os autos retornaram conclusos. É o sucinto relatório. Decido. O JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE DOM ELISEU informou a esta Corregedoria de Justiça que foi promovido o cumprimento e a devolução da Carta Precatória referente aos autos do processo nº 0000155-48.2013.8.16.0156 ao Juízo deprecante em 23/02/2022. Tendo em vista que a carta precatória, objeto do presente expediente, foi devolvida ao Juízo Deprecante, conforme informação prestada pelo Juízo, verifico que resta prejudicado o objeto do presente expediente. Dê-se ciência à parte requerente, encaminhando cópia dos documentos. Após, arquive-se. Belém, Pa, data registrada em sistema. **Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA.** *Corregedora-Geral de Justiça*

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0002877-22.2020.2.00.0814

REQUERENTE: CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

REQUERIDO: CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DO DISTRITO DO RIO ARAXITEUA - COMARCA DE ACARÁ.

EMENTA: PEDIDO DE APOIO ¿ INFORMAÇÕES SOBRE REGISTRO DE NASCIMENTO - PRETENSÃO SATISFEITA - EXAURIMENTO DO OBJETO - ARQUIVAMENTO.

DECISÃO: Trata-se de pedido de apoio formulado pela Corregedoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro junto ao Cartório do Único Ofício do Distrito do Rio Araxiteua, com a finalidade de obter informações sobre o registro de nascimento da Sra. Antônia Auxiliadora Leal Lima. Recebida a demanda, foi ordenada diligência à serventia em referência, havendo resposta vinculada ao id nº 962280, com o encaminhamento da documentação pertinente ao pedido (id nº 962282). É o breve relatório. Decido. Analisando o presente feito, verifica-se que a pretensão da parte demandante foi integralmente satisfeita, restando pendente apenas o envio da resposta recebida nesta CGJ, o que ora se ordena. No mais, não mais havendo motivo para o prosseguimento da atuação disciplinar, determino o **ARQUIVAMENTO** dos fólios digitais em epígrafe. Dê-se ciência às partes. Utilize-se cópia do presente como ofício. À Secretaria para os devidos fins. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA,** *Corregedora Geral de Justiça.*

PJECOR Nº 0004195-06.2021.2.00.0814

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

REQUERENTE: **JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUACEMA - TOCANTINS**

REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

DECISÃO/OFÍCIO N.º /2022-CGJ. EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. DEVOLUÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA. PERDA DE OBJETO. ARQUIVAMENTO. Trata-se de expediente oriundo do Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Araguacema, no Estado de Tocantins, solicitando a intercessão deste Órgão junto ao Juízo de Direito da 2ª vara da Comarca de Conceição do Araguaia, para devolução da Carta Precatória expedida nos autos do processo nº 0000784-59.2018.8.27.2704. Solicitadas informações ao Juízo requerido, este apresentou manifestação nos seguintes termos: "A SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, atendendo intimação nestes autos, vem a presença de Vossa Excelência informar que a CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL expedida pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Araguacema-TO, nos autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário nº 0000784-59.2018.8.27.2704/TO, objetivando a inquirição da testemunha FLÁVIA ÍNDIA ALENCAR foi devolvida à origem no dia 04 de fevereiro de 2021, sem cumprimento, devido à determinação do Juízo desta vara, conforme despacho e AR anexos.". É o sucinto relatório. Decido. O Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Conceição do Araguaia informou a esta Corregedoria - Geral de Justiça que foi promovida a devolução da Carta Precatória referente aos autos do processo nº 0000784-59.2018.8.27.2704 ao Juízo deprecante em 04/02/2022. Tendo em vista que a carta precatória, objeto do presente expediente, foi devolvida ao Juízo Deprecante, conforme

informação prestada pelo Juízo, verifico que resta prejudicado o objeto do presente expediente. Dê-se ciência à parte requerente, encaminhando cópia dos documentos. Após, arquive-se. Belém, Pa, data registrada em sistema. **Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA.** *Corregedora-Geral de Justiça*

PROCESSO Nº 0000460-28.2022.2.00.0814

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

REQUERENTE: TOBIAS CORREA MOREIRA

REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA 3a VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE BELÉM

DECISÃO / OFÍCIO Nº /2022- /CGJ

EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. SOLICITAÇÃO DE EXPEDIÇÃO E PAGAMENTO DE RPV. PRETENSÃO SATISFEITA. ARQUIVAMENTO.

DECISÃO (...).

Analisando os fatos apresentados pelo reclamante, percebe-se que a sua real intenção é o prosseguimento do feito de nº 0042923-69.2088.8.14.0301, especialmente com o efetivo pagamento da RPV pretensa.

Ocorre que, consoante às informações prestadas pela magistrada do feito, aliadas às colhidas por meio do sistema PJE, observo que providência requerida fora satisfeita com o pagamento das RPVs expedidas em favor do exequente e de seu patrono.

Diante do exposto, considerando não haver a princípio qualquer outra medida a ser tomada por este Órgão Correcional, DETERMINO o ARQUIVAMENTO do presente expediente.

Dê-se ciência às partes.

Utilize-se cópia do presente como ofício.

À Secretaria para os devidos fins.

Belém, data da assinatura eletrônica.

Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA Corregedora-Geral de Justiça

PJECOR Nº 0000411-84.2022.2.00.0814 - PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

REQUERENTE: JUÍZO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RIO DO SUL - SANTA CATARINA

DECISÃO/OFÍCIO 2022-CGJ

Trata-se de expediente oriundo da Vara Criminal da Comarca de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, solicitando o encaminhamento de Certidão de antecedentes criminais de **Iverton Renan Ferreira da Silva,** nascido em 12/05/1994, filho de Benedita Ivete da Silva Ferreira, inscrito no CPF sob o n. 030.487.202-43. Desse modo, DETERMINO a expedição de ofício à Distribuição de Feitos Criminais da Comarca de Belém, a fim de que atenda ao pedido formulado, encaminhando a mencionada certidão de antecedentes criminais diretamente ao Juízo requerente. Dê-se ciência ao Juízo requerente acerca da providência acima adotada por esta Corregedoria - Geral de Justiça, informando-lhe que nas próximas oportunidades pode diligenciar, pesquisando e emitindo Certidão de Antecedentes Criminais diretamente no Portal do TJ/PA no seguinte endereço eletrônico da internet: https: // consultas . tjpa . jus . br / certidão / pages / pesquisa Geral Central Certidao . action. Utilize-se cópia do presente como ofício. Por fim, **ARQUIVE-SE**. À Secretaria para os devidos fins. Belém (PA), data da assinatura eletrônica. **Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA -** Corregedora-Geral de Justiça

t

Processo PJe-Cor nº. 0001123-45.2020.2.00.0814

Pedido de Providências

Requerente: Juízo de Direito da 2ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Santos/SP

Requerido: 1º Vara Cível e Empresarial de Barcarena.

DECISÃO: Trata-se de pedido oriundo do Juízo de Direito da 2ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Santos/SP, solicitando auxílio desta Corregedoria de Justiça junto à 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Barcarena cumprimento e devolução de Carta Precatória expedida nos autos do Processo nº 1018516.58.2016.8.26.0562. Instado o Juízo da 1ª Vara Cível e Empresarial de Barcarena manifestou-se em ID 42208, informando a designação de hasta publica para 20/07/2020. Em id 44572 e 108254 constam despachos proferidos pela Exma. Sra. Desa. Diracy Nunes Alves, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, à época, com vistas a obter informações acerca do cumprimento e devolução da missiva, quanto ao expediente encaminhado a este Órgão Correcional em desfavor da Oficiala de Justiça Claudia Larissa Azevedo Barbosa. Em resposta, a MM. Juíza de Direito Carla Sodré da Mota Dessimoni, Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Barcarena, em ID 146692, informa que o expediente foi encaminhado por meio de malote digital (código de rastreio 81420201205490), em 05/06/2020. Ao final, esclarece que a carta precatória foi devolvida ao Juízo deprecante no dia 03/06/2020, sendo informado que não houve licitantes na 2º praça do leilão ocorrido em 08/10/2020. Em decisão constante do ID 164279, a Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, à época, constatou a devolução da missiva ao Juízo deprecante, determinando que este fosse dada a devida ciência, ao tempo em que, determinou que fosse oficiado à Oficial de Justiça Claudia Larissa Azevedo Barbosa, lotada na Comarca de Barcarena-PA, para que se manifestasse no prazo de 05 (cinco) dias, acerca dos fatos ocorridos quanto a realização de praça nos autos da Carta Precatória nº 0800707.80.2019.8.14.0008. Em razão da ausência de resposta, em ID 799922, proferi despacho determinado a reiteração da diligência. Após instada, a Oficial de Justiça Claudia Larissa Azevedo Barbosa, em ID 833860, apresentou manifestação nos seguintes termos: Em resposta ao pedido de providencias formulado pela segunda 2ª Vara Cível do Estado de São Paulo, solicitando a devolução da carta precatória, vem esta Oficial de Justiça informar sobre o processo nº 0800707.80.2019.814.0008, autos nº 1018516.58.2016.8.26.0562/01 no juízo de origem, que no dia 27 de maio de 2019 ocorreu a primeira praça do Leilão, não havendo interessados, conforme documento nº 13648753, acontece que por algum motivo pensei em ter dado baixa no mandado e o arquivei, aguardado o envio do segundo mandado para cumprimento da 2ª praça. No entanto, o

segundo mandado não chegou até esta oficial de justiça, pois no sistema ainda constava em aberto o cumprimento da primeira praça, quando começaram as cobranças, procurei em meus arquivos e encontrei o mandado pra que pudesse finalmente colocá-lo no sistema e ainda me coloquei à disposição para dar cumprimento à segunda praça. A segunda praça ficou designada para o dia 08 de abril de 2020, que não pode ser realizada devido à pandemia do COVID-19 às 8:30h. No entanto, remarcaram para o dia 20 de julho de 2020 e novamente não pode ser concluído pois as atividades no Fórum de Barcarena estavam limitadas e não podia ter a entrada de pessoas externas devido aos protocolos de segurança do COVID-19. Então, 2ª praça foi remarcada para a data de 08/10/2020. No dia 22/09/2020, esta Oficial de Justiça intimou tanto a RADIO FM, na pessoa da Sra. Raimunda Martins como também o Sr. Bruno Renato dos Santos Martins, através do aplicativo WhatsApp, de todo o teor do mandado que designou o leilão do bem penhorado para o dia 08/10/2020. No dia que antecedeu à segunda praça, publiquei o Edital do leilão do grupo MyCommerce ¿ Barcarena do Facebook, a fim de dar ampla publicidade ao leilão. Na data do dia 08/10/2020, às 9h procedi com o pregão, mas não houve nenhum interessado em dar lances ou ofertas, motivo pelo qual encerrei a praça sem compradores e devolvi o mandado ao cartório, aguardando novas determinações. **É o sucinto relatório. Decido.** Em analise aos autos verifica-se que a missiva objeto do presente pedido de providências foi cumprida e devolvida ao Juízo deprecante em 05/06/2020, conforme se constar em pesquisa ao Sistema PJe, sendo o fato devidamente comunicado ao requerente, restando assim satisfeita sua pretensão. Vê-se ainda que a Oficial de Justiça Claudia Larissa Azevedo Barbosa em ID 833860, devidamente justificou a este Órgão Correcional o equívoco ocorrido que acarretou atraso na devolução da missiva, não havendo como se atribuir a mesma o cometimento de falta disciplinar a ensejar a atuação deste Órgão Correcional. Por todo exposto, determino a **ARQUIVAMENTO** do presente pedido de providências, com fulcro no artigo 91, parágrafo 3° do Regimento Interno do TJPA. Dê-se ciência. **A presente decisão servirá como ofício.** À Secretaria para providências**.** Belém, Pa, data registrada no sistema. **DESEMBAGARDORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA,** *Corregedora-Geral de Justiça.*

Processo nº 0000835-29.2022.2.00.0814

DECISÃO/OFÍCIO

Trata-se do OFÍCIO Nº. 585/2022, subscrito pela Dra. Vívian Martins Melo Dutra Juíza de Direito da Vara de Execução Penal Meio Fechado e Semiaberto da Comarca de Trindade - TJE/GO, solicitando a cooperação desta Corregedoria para efetivação do recambiamento do sentenciado Jardson Oliveira Santos, que se encontra recolhido no Centro de Recuperação Penitenciário do Pará III, no Distrito de Santa Izabel/PA para a Unidade Prisional de Trindade/GO. É o relatório. O recambiamento de pessoas presas está regulamentado pela Resolução nº 404/2021-CNJ e pelo Provimento nº 13/2021-CGJ e provimento n.º 153/2021-CGJ. Considerando que o Juízo de origem tomou as providências necessárias para o recambiamento do acusado Jardson Oliveira Santos, do Centro de Recuperação Penitenciário do Pará III para a Unidade Prisional de Trindade/GO, expeça-se ofício à Secretaria de Administração Penitenciária do Pará-SEAP, encaminhando cópia do presente expediente, para que diligencie no sentido de efetivar o procedimento de recambiamento. Dê-se ciência desta Decisão à Vara Criminal da Comarca de Santa Izabel e ao Juízo requerente. Outrossim, considerando os termos da Resolução nº 404/2021-CNJ e do Provimento nº 13/2021-CGJ, dê-se ciência ao Núcleo de Cooperação deste TJPA, para que acompanhe o efetivo recambiamento do Jardson Oliveira Santos, do Centro de Recuperação Penitenciário do Pará III para a Unidade Prisional de Trindade/GO. Após, arquive-se o presente expediente. À Secretaria para providências. Belém, data registrada no sistema. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA -** Desembargadora Corregedora Geral de Justiça do Pará

PROCESSO: 0000035-98.2022.2.00.0814

REQUERENTE: SARA NICOLI OLIVEIRA SANTOS

REQUERIDO: SERVENTIA DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS E DE IMÓVEIS DE NOVO REPARTIMENTO.

EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIA ¿ SERVENTIA EXTRAJUDICIAL ¿ SUPOSTA COBRANÇA ABUSIVA ¿ AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE - ARQUIVAMENTO.

DECISÃO (...).

Em análise ao pleito verifico que a requerente narra fatos que não chegam a uma conclusão de irregularidade a ser apurada, não nos permitindo a compreensão do que realmente deseja.

Cumpre observar ainda que a requerente junta aos autos fotos (prints) de mensagens do aplicativo Whatsapp que não há elementos de prova que demonstre cobranças indevidas de custas ou emolumentos cobrados indevidamente.

Diante do exposto, considerando a ausência de indícios de irregularidade praticada pela Oficiala Interina da serventia de Novo Repartimento, DETERMINO o ARQUIVAMENTO dos presentes autos.

Após, ARQUIVE-SE.

À Secretaria para os devidos fins.

Belém, data registrada no sistema

Rosileide da Costa Cunha Desembargadora Corregedora Geral de Justiça

Processo nº 0000757-35.2022.2.00.0814

DECISÃO

Trata-se do Ofício nº 176/2022 ¿ SJ, subscrito pelo servidor André Magalhães Silva, de ordem do Exmo. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Concórdia do Pará, Dr. Iran Ferreira Sampaio, através do qual, requer providências em relação à recusa da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Pará ¿ SEFA, em dar cumprimento à ordem judicial que determinou a devolução de R$ 10.000,00 (dez mil reais) referentes à fiança arbitrada nos autos de prisão em flagrante nº 0800334-78.2021.8.14.0105. Juntou cópia do despacho, decisão, guia de depósito judicial e comprovantes de envio do requerimento que determinou a referida devolução, bem como dos ofícios encaminhados à SEFA e protocolo de Processo Administrativo. É o relatório. Em consulta acerca da matéria realizada nos autos do Processo nº 0002640-51.2021.2.00.0814, ID nº 942612, foi informado pelo servidor Alex Mota de Souza, chefe da Coordenadoria de Depósitos Judiciais: 1. Em se tratando de valores depositados a título de fiança, junto à Conta Única de Depósitos Judiciais, a devolução do numerário segue o rito ordinário, referente a emissão de alvarás (pedidos de saque), e posterior levantamento, tendo como beneficiário o próprio requerido, conforme estabelece a Portaria 4.174/2014-GP, que regulamenta a Lei Estadual6.750/2005; 2. Já nos casos em que a fiança foi recolhida através de Documento de Arrecadação Estadual - DAE, o numerário correspondente não integra o estoque da Conta Única de Depósitos Judiciais, já que foi processado junto

à Receita Estadual. Desta forma, esta Coordenadoria não tem qualquer ingerência sobre esses valores, orientando sempre as Varas/Juízos a solicitarem a devolução dos créditos, através de expediente próprio (ofício), endereçado à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado, acompanhado sempre da comprovação do recolhimento e de uma guia de depósito judicial (boleto), para que o valor seja transferido e creditado diretamente um uma subconta processual, garantindo maior celeridade ao procedimento administrativo externo. Após a creditação, segue-se o rito já especificado no item 1. Ante o exposto, encaminhe-se as informações prestadas ao Juízo requerente e, após, arquive-se, sem prejuízo de nova comunicação a este órgão correcional, em caso de descumprimento pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado. Belém, data registrada no sistema. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA - Desembargadora Corregedora Geral de Justiça do Pará**

PJECOR Nº 0000652-58.2022.2.00.0814 - PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

REQUERENTE: JUÍZO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE INDAIAL -SANTA CATARINA

DECISÃO/OFÍCIO 2022-CGJ

Trata-se de expediente oriundo da Vara Criminal da Comarca de Indaial, no Estado de Santa Catarina, solicitando o encaminhamento de Certidão de antecedentes criminais de RODRIGO PEREIRA CORREA**,** nascido em 18/06/1997, filho de Elem Cristina Trindade Pereira e Ivan Pastana Correa. Desse modo, DETERMINO a expedição de ofício à Distribuição de Feitos Criminais da Comarca de Belém, a fim de que atenda ao pedido formulado, encaminhando a mencionada certidão de antecedentes criminais diretamente ao Magistrado requerente. Dê-se ciência ao Juiz de Direito requerente acerca da providência acima adotada por esta Corregedoria de Justiça, informando-lhe que nas próximas oportunidades pode diligenciar, pesquisando e emitindo Certidão de Antecedentes Criminais diretamente no Portal do TJ/PA no seguinte endereço eletrônico da internet: https://consultas.tjpa.jus.br/certidao/pages/pesquisaGeralCentralCertidao.action. Utilize-se cópia do presente como ofício. Por fim, **ARQUIVE-SE**. À Secretaria para os devidos fins. Belém (PA), data da assinatura eletrônica. **Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA -** Corregedora-Geral de Justiça

SECRETARIA JUDICIÁRIA

EDITAL Nº 4/2022-SJ. CONCURSO DE REMOÇÃO POR ANTIGUIDADE DE 3ª ENTRÂNCIA. Por deliberação da Douta Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, **acham-se** abertas, em cumprimento ao disposto no art. 192 do Código Judiciário do Estado, na Secretaria Judiciária deste Tribunal, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação deste, as inscrições de Juízes de Direito que, tendo atendido as condições legais até o último dia do prazo de inscrição, pretendam requerer **REMOÇÃO** para provimento ao **23º(vigésimo terceiro) dos 32(trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância,** Comarca da **Capital**, pelo critério de **antiguidade**, 3ª Entrância:

1. Das 32 (trinta e duas) vagas tratadas no presente Edital, 8(oito) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.099, de 1º de janeiro de 2015, 14(quatorze) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.629, de 18 de junho de 2018 e **10(dez) vagas**, que ora são ofertadas, foram criadas pela Lei Estadual nº 7.195, de 18 de agosto de 2008, em consonância com a Resolução nº 2, de 23 de março de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 24/3/2022, sendo o provimento inicial realizado nos termos do art. 1º da Resolução nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019 e em conformidade com o art. 81, caput da Lei Complementar nº 35/1979 (LOMAN), a primeira lotação deve ser ofertada à Remoção;

2. De acordo com a implantação e obrigatoriedade do Sistema Integrado de Movimentação da Carreira da Magistratura (PROMAG), as inscrições devem ser feitas em conformidade com o art. 9º, da Resolução TJPA nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019, sendo vedada a inscrição pelo Sistema Siga-DOC;

3. Ocorrendo uma das exceções previstas no caput do art. 9º da Resolução TJPA nº 9/2018, a inscrição via e-mail funcional deve ser dirigida à Secretaria Judiciária, exclusivamente pelo endereço eletrônico secjud.magistrado@tjpa.jus.br;

4. O presente edital está de acordo com o art. 8º e art. 12 da Resolução TJPA nº 9/2018, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 8/6/2018, assim como amolda-se à interpretação do STF sobre o art. 189 do Código Judiciário do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.008/1981) ¿ nos termos decididos na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4788/PA ¿, estando o processamento em consonância com as balizas traçadas pelo CNJ, v. g., no Procedimento de Controle Administrativo 0003114-78.2017.2.00.0000;

5. Os pedidos devem vir instruídos na forma do art. 35 da Resolução TJPA nº 9/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019. Belém, 25 de março de 2022. **JONAS PEDROSO LIBÓRIO VIEIRA**, Secretário Judiciário.

EDITAL Nº 5/2022-SJ. CONCURSO DE REMOÇÃO POR ANTIGUIDADE DE 3ª ENTRÂNCIA. Por deliberação da Douta Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, **acham-se** abertas, em cumprimento ao disposto no art. 192 do Código Judiciário do Estado, na Secretaria Judiciária deste Tribunal, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação deste, as inscrições de Juízes de Direito que, tendo atendido as condições legais até o último dia do prazo de inscrição, pretendam requerer **REMOÇÃO** para provimento ao **24º(vigésimo quarto) dos 32(trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância,** Comarca da **Capital**, pelo critério de **antiguidade**, 3ª Entrância:

1. Das 32 (trinta e duas) vagas tratadas no presente Edital, 8(oito) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.099, de 1º de janeiro de 2015, 14(quatorze) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.629, de 18 de junho de 2018 e **10(dez) vagas**, que ora são ofertadas, foram criadas pela Lei Estadual nº 7.195, de 18 de agosto de 2008, em consonância com a Resolução nº 2, de 23 de março de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 24/3/2022, sendo o provimento inicial realizado nos termos do art. 1º da Resolução

nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019 e em conformidade com o art. 81, caput da Lei Complementar nº 35/1979 (LOMAN), a primeira lotação deve ser ofertada à Remoção;

2. De acordo com a implantação e obrigatoriedade do Sistema Integrado de Movimentação da Carreira da Magistratura (PROMAG), as inscrições devem ser feitas em conformidade com o art. 9º, da Resolução TJPA nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019, sendo vedada a inscrição pelo Sistema Siga-DOC;

3. Ocorrendo uma das exceções previstas no caput do art. 9º da Resolução TJPA nº 9/2018, a inscrição via e-mail funcional deve ser dirigida à Secretaria Judiciária, exclusivamente pelo endereço eletrônico secjud.magistrado@tjpa.jus.br;

4. O presente edital está de acordo com o art. 8º e art. 12 da Resolução TJPA nº 9/2018, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 8/6/2018, assim como amolda-se à interpretação do STF sobre o art. 189 do Código Judiciário do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.008/1981) ¿ nos termos decididos na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4788/PA ¿, estando o processamento em consonância com as balizas traçadas pelo CNJ, v. g., no Procedimento de Controle Administrativo 0003114-78.2017.2.00.0000;

5. Os pedidos devem vir instruídos na forma do art. 35 da Resolução TJPA nº 9/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019. Belém, 25 de março de 2022. **JONAS PEDROSO LIBÓRIO VIEIRA**, Secretário Judiciário.

EDITAL Nº 6/2022-SJ. CONCURSO DE REMOÇÃO POR ANTIGUIDADE DE 3ª ENTRÂNCIA. Por deliberação da Douta Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, **acham-se** abertas, em cumprimento ao disposto no art. 192 do Código Judiciário do Estado, na Secretaria Judiciária deste Tribunal, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação deste, as inscrições de Juízes de Direito que, tendo atendido as condições legais até o último dia do prazo de inscrição, pretendam requerer **REMOÇÃO** para provimento ao **25º(vigésimo quinto) dos 32(trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância,** Comarca da **Capital**, pelo critério de **antiguidade**, 3ª Entrância:

1. Das 32 (trinta e duas) vagas tratadas no presente Edital, 8(oito) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.099, de 1º de janeiro de 2015, 14(quatorze) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.629, de 18 de junho de 2018 e **10(dez) vagas**, que ora são ofertadas, foram criadas pela Lei Estadual nº 7.195, de 18 de agosto de 2008, em consonância com a Resolução nº 2, de 23 de março de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 24/3/2022, sendo o provimento inicial realizado nos termos do art. 1º da Resolução nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019 e em conformidade com o art. 81, caput da Lei Complementar nº 35/1979 (LOMAN), a primeira lotação deve ser ofertada à Remoção;

2. De acordo com a implantação e obrigatoriedade do Sistema Integrado de Movimentação da Carreira da Magistratura (PROMAG), as inscrições devem ser feitas em conformidade com o art. 9º, da Resolução TJPA nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019, sendo vedada a inscrição pelo Sistema Siga-DOC;

3. Ocorrendo uma das exceções previstas no caput do art. 9º da Resolução TJPA nº 9/2018, a inscrição via e-mail funcional deve ser dirigida à Secretaria Judiciária, exclusivamente pelo endereço eletrônico secjud.magistrado@tjpa.jus.br;

4. O presente edital está de acordo com o art. 8º e art. 12 da Resolução TJPA nº 9/2018, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 8/6/2018, assim como amolda-se à interpretação do

STF sobre o art. 189 do Código Judiciário do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.008/1981) ¿ nos termos decididos na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4788/PA ¿, estando o processamento em consonância com as balizas traçadas pelo CNJ, v. g., no Procedimento de Controle Administrativo 0003114-78.2017.2.00.0000;

5. Os pedidos devem vir instruídos na forma do art. 35 da Resolução TJPA nº 9/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019. Belém, 25 de março de 2022. **JONAS PEDROSO LIBÓRIO VIEIRA**, Secretário Judiciário.

EDITAL Nº 7/2022-SJ. CONCURSO DE REMOÇÃO POR ANTIGUIDADE DE 3ª ENTRÂNCIA. Por deliberação da Douta Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, **acham-se** abertas, em cumprimento ao disposto no art. 192 do Código Judiciário do Estado, na Secretaria Judiciária deste Tribunal, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação deste, as inscrições de Juízes de Direito que, tendo atendido as condições legais até o último dia do prazo de inscrição, pretendam requerer **REMOÇÃO** para provimento ao **26º(vigésimo sexto) dos 32(trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância,** Comarca da **Capital**, pelo critério de **antiguidade**, 3ª Entrância:

1. Das 32 (trinta e duas) vagas tratadas no presente Edital, 8(oito) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.099, de 1º de janeiro de 2015, 14(quatorze) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.629, de 18 de junho de 2018 e **10(dez) vagas**, que ora são ofertadas, foram criadas pela Lei Estadual nº 7.195, de 18 de agosto de 2008, em consonância com a Resolução nº 2, de 23 de março de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 24/3/2022, sendo o provimento inicial realizado nos termos do art. 1º da Resolução nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019 e em conformidade com o art. 81, caput da Lei Complementar nº 35/1979 (LOMAN), a primeira lotação deve ser ofertada à Remoção;

2. De acordo com a implantação e obrigatoriedade do Sistema Integrado de Movimentação da Carreira da Magistratura (PROMAG), as inscrições devem ser feitas em conformidade com o art. 9º, da Resolução TJPA nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019, sendo vedada a inscrição pelo Sistema Siga-DOC;

3. Ocorrendo uma das exceções previstas no caput do art. 9º da Resolução TJPA nº 9/2018, a inscrição via e-mail funcional deve ser dirigida à Secretaria Judiciária, exclusivamente pelo endereço eletrônico secjud.magistrado@tjpa.jus.br;

4. O presente edital está de acordo com o art. 8º e art. 12 da Resolução TJPA nº 9/2018, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 8/6/2018, assim como amolda-se à interpretação do STF sobre o art. 189 do Código Judiciário do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.008/1981) ¿ nos termos decididos na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4788/PA ¿, estando o processamento em consonância com as balizas traçadas pelo CNJ, v. g., no Procedimento de Controle Administrativo 0003114-78.2017.2.00.0000;

5. Os pedidos devem vir instruídos na forma do art. 35 da Resolução TJPA nº 9/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019. Belém, 25 de março de 2022. **JONAS PEDROSO LIBÓRIO VIEIRA**, Secretário Judiciário.

EDITAL Nº 8/2022-SJ. CONCURSO DE REMOÇÃO POR ANTIGUIDADE DE 3ª ENTRÂNCIA. Por deliberação da Douta Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, **acham-se** abertas, em cumprimento ao disposto no art. 192 do Código Judiciário do Estado, na Secretaria Judiciária deste Tribunal, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação deste, as inscrições de Juízes de Direito que, tendo atendido as condições legais até o último dia do prazo de inscrição, pretendam requerer **REMOÇÃO** para provimento ao **27º(vigésimo sétimo) dos 32(trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância,** Comarca da **Capital**, pelo critério de **antiguidade**, 3ª Entrância:

1. Das 32 (trinta e duas) vagas tratadas no presente Edital, 8(oito) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.099, de 1º de janeiro de 2015, 14(quatorze) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.629, de 18 de junho de 2018 e **10(dez) vagas**, que ora são ofertadas, foram criadas pela Lei Estadual nº 7.195, de 18 de agosto de 2008, em consonância com a Resolução nº 2, de 23 de março de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 24/3/2022, sendo o provimento inicial realizado nos termos do art. 1º da Resolução nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019 e em conformidade com o art. 81, caput da Lei Complementar nº 35/1979 (LOMAN), a primeira lotação deve ser ofertada à Remoção;

2. De acordo com a implantação e obrigatoriedade do Sistema Integrado de Movimentação da Carreira da Magistratura (PROMAG), as inscrições devem ser feitas em conformidade com o art. 9º, da Resolução TJPA nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019, sendo vedada a inscrição pelo Sistema Siga-DOC;

3. Ocorrendo uma das exceções previstas no caput do art. 9º da Resolução TJPA nº 9/2018, a inscrição via e-mail funcional deve ser dirigida à Secretaria Judiciária, exclusivamente pelo endereço eletrônico secjud.magistrado@tjpa.jus.br;

4. O presente edital está de acordo com o art. 8º e art. 12 da Resolução TJPA nº 9/2018, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 8/6/2018, assim como amolda-se à interpretação do STF sobre o art. 189 do Código Judiciário do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.008/1981) ¿ nos termos decididos na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4788/PA ¿, estando o processamento em consonância com as balizas traçadas pelo CNJ, v. g., no Procedimento de Controle Administrativo 0003114-78.2017.2.00.0000;

5. Os pedidos devem vir instruídos na forma do art. 35 da Resolução TJPA nº 9/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019. Belém, 25 de março de 2022. **JONAS PEDROSO LIBÓRIO VIEIRA**, Secretário Judiciário.

EDITAL Nº 9/2022-SJ. CONCURSO DE REMOÇÃO POR ANTIGUIDADE DE 3ª ENTRÂNCIA. Por deliberação da Douta Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, **acham-se** abertas, em cumprimento ao disposto no art. 192 do Código Judiciário do Estado, na Secretaria Judiciária deste Tribunal, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação deste, as inscrições de Juízes de Direito que, tendo atendido as condições legais até o último dia do prazo de inscrição, pretendam requerer **REMOÇÃO** para provimento ao **28º(vigésimo oitavo) dos 32(trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância,** Comarca da **Capital**, pelo critério de **antiguidade**, 3ª Entrância:

1. Das 32 (trinta e duas) vagas tratadas no presente Edital, 8(oito) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.099, de 1º de janeiro de 2015, 14(quatorze) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.629, de 18 de junho de 2018 e **10(dez) vagas**, que ora são ofertadas, foram criadas pela Lei Estadual nº 7.195, de 18 de agosto de 2008, em consonância com a Resolução nº 2, de 23 de março de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 24/3/2022, sendo o provimento inicial realizado nos termos do art. 1º da Resolução nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019 e em conformidade com o art. 81, caput da Lei Complementar nº 35/1979 (LOMAN), a primeira lotação deve ser ofertada à Remoção;

2. De acordo com a implantação e obrigatoriedade do Sistema Integrado de Movimentação da Carreira da Magistratura (PROMAG), as inscrições devem ser feitas em conformidade com o art. 9º, da Resolução TJPA nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019, sendo vedada a inscrição pelo Sistema Siga-DOC;

3. Ocorrendo uma das exceções previstas no caput do art. 9º da Resolução TJPA nº 9/2018, a inscrição

via e-mail funcional deve ser dirigida à Secretaria Judiciária, exclusivamente pelo endereço eletrônico secjud.magistrado@tjpa.jus.br;

4. O presente edital está de acordo com o art. 8º e art. 12 da Resolução TJPA nº 9/2018, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 8/6/2018, assim como amolda-se à interpretação do STF sobre o art. 189 do Código Judiciário do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.008/1981) ¿ nos termos decididos na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4788/PA ¿, estando o processamento em consonância com as balizas traçadas pelo CNJ, v. g., no Procedimento de Controle Administrativo 0003114-78.2017.2.00.0000;

5. Os pedidos devem vir instruídos na forma do art. 35 da Resolução TJPA nº 9/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019. Belém, 25 de março de 2022. **JONAS PEDROSO LIBÓRIO VIEIRA**, Secretário Judiciário.

EDITAL Nº 10/2022-SJ. CONCURSO DE REMOÇÃO POR ANTIGUIDADE DE 3ª ENTRÂNCIA. Por deliberação da Douta Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, **acham-se** abertas, em cumprimento ao disposto no art. 192 do Código Judiciário do Estado, na Secretaria Judiciária deste Tribunal, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação deste, as inscrições de Juízes de Direito que, tendo atendido as condições legais até o último dia do prazo de inscrição, pretendam requerer **REMOÇÃO** para provimento ao **29º(vigésimo nono) dos 32(trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância,** Comarca da **Capital**, pelo critério de **antiguidade**, 3ª Entrância:

1. Das 32 (trinta e duas) vagas tratadas no presente Edital, 8(oito) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.099, de 1º de janeiro de 2015, 14(quatorze) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.629, de 18 de junho de 2018 e **10(dez) vagas**, que ora são ofertadas, foram criadas pela Lei Estadual nº 7.195, de 18 de agosto de 2008, em consonância com a Resolução nº 2, de 23 de março de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 24/3/2022, sendo o provimento inicial realizado nos termos do art. 1º da Resolução nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019 e em conformidade com o art. 81, caput da Lei Complementar nº 35/1979 (LOMAN), a primeira lotação deve ser ofertada à Remoção;

2. De acordo com a implantação e obrigatoriedade do Sistema Integrado de Movimentação da Carreira da Magistratura (PROMAG), as inscrições devem ser feitas em conformidade com o art. 9º, da Resolução TJPA nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019, sendo vedada a inscrição pelo Sistema Siga-DOC;

3. Ocorrendo uma das exceções previstas no caput do art. 9º da Resolução TJPA nº 9/2018, a inscrição via e-mail funcional deve ser dirigida à Secretaria Judiciária, exclusivamente pelo endereço eletrônico secjud.magistrado@tjpa.jus.br;

4. O presente edital está de acordo com o art. 8º e art. 12 da Resolução TJPA nº 9/2018, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 8/6/2018, assim como amolda-se à interpretação do STF sobre o art. 189 do Código Judiciário do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.008/1981) ¿ nos termos decididos na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4788/PA ¿, estando o processamento em consonância com as balizas traçadas pelo CNJ, v. g., no Procedimento de Controle Administrativo 0003114-78.2017.2.00.0000;

5. Os pedidos devem vir instruídos na forma do art. 35 da Resolução TJPA nº 9/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019. Belém, 25 de março de 2022. **JONAS PEDROSO LIBÓRIO VIEIRA**, Secretário Judiciário.

EDITAL Nº 11/2022-SJ. CONCURSO DE REMOÇÃO POR ANTIGUIDADE DE 3ª ENTRÂNCIA. Por deliberação da Douta Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, **acham-se** abertas, em cumprimento ao disposto no art. 192 do Código Judiciário do Estado, na Secretaria Judiciária deste

Tribunal, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação deste, as inscrições de Juízes de Direito que, tendo atendido as condições legais até o último dia do prazo de inscrição, pretendam requerer **REMOÇÃO** para provimento ao **30º(trigésimo) dos 32(trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância,** Comarca da **Capital**, pelo critério de **antiguidade**, 3ª Entrância:

1. Das 32 (trinta e duas) vagas tratadas no presente Edital, 8(oito) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.099, de 1º de janeiro de 2015, 14(quatorze) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.629, de 18 de junho de 2018 e **10(dez) vagas**, que ora são ofertadas, foram criadas pela Lei Estadual nº 7.195, de 18 de agosto de 2008, em consonância com a Resolução nº 2, de 23 de março de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 24/3/2022, sendo o provimento inicial realizado nos termos do art. 1º da Resolução nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019 e em conformidade com o art. 81, caput da Lei Complementar nº 35/1979 (LOMAN), a primeira lotação deve ser ofertada à Remoção;

2. De acordo com a implantação e obrigatoriedade do Sistema Integrado de Movimentação da Carreira da Magistratura (PROMAG), as inscrições devem ser feitas em conformidade com o art. 9º, da Resolução TJPA nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019, sendo vedada a inscrição pelo Sistema Siga-DOC;

3. Ocorrendo uma das exceções previstas no caput do art. 9º da Resolução TJPA nº 9/2018, a inscrição via e-mail funcional deve ser dirigida à Secretaria Judiciária, exclusivamente pelo endereço eletrônico secjud.magistrado@tjpa.jus.br;

4. O presente edital está de acordo com o art. 8º e art. 12 da Resolução TJPA nº 9/2018, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 8/6/2018, assim como amolda-se à interpretação do STF sobre o art. 189 do Código Judiciário do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.008/1981) ¿ nos termos decididos na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4788/PA ¿, estando o processamento em consonância com as balizas traçadas pelo CNJ, v. g., no Procedimento de Controle Administrativo 0003114-78.2017.2.00.0000;

5. Os pedidos devem vir instruídos na forma do art. 35 da Resolução TJPA nº 9/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019. Belém, 25 de março de 2022. **JONAS PEDROSO LIBÓRIO VIEIRA**, Secretário Judiciário.

EDITAL Nº 12/2022-SJ. CONCURSO DE REMOÇÃO POR ANTIGUIDADE DE 3ª ENTRÂNCIA. Por deliberação da Douta Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, **acham-se** abertas, em cumprimento ao disposto no art. 192 do Código Judiciário do Estado, na Secretaria Judiciária deste Tribunal, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação deste, as inscrições de Juízes de Direito que, tendo atendido as condições legais até o último dia do prazo de inscrição, pretendam requerer **REMOÇÃO** para provimento ao **31º(trigésimo primeiro) dos 32(trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância,** Comarca da **Capital**, pelo critério de **antiguidade**, 3ª Entrância:

1. Das 32 (trinta e duas) vagas tratadas no presente Edital, 8(oito) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.099, de 1º de janeiro de 2015, 14(quatorze) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.629, de 18 de junho de 2018 e **10(dez) vagas**, que ora são ofertadas, foram criadas pela Lei Estadual nº 7.195, de 18 de agosto de 2008, em consonância com a Resolução nº 2, de 23 de março de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 24/3/2022, sendo o provimento inicial realizado nos termos do art. 1º da Resolução nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019 e em conformidade com o art. 81, caput da Lei Complementar nº 35/1979 (LOMAN), a primeira lotação deve ser ofertada à Remoção;

2. De acordo com a implantação e obrigatoriedade do Sistema Integrado de Movimentação da Carreira da Magistratura (PROMAG), as inscrições devem ser feitas em conformidade com o art. 9º, da Resolução

TJPA nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019, sendo vedada a inscrição pelo Sistema Siga-DOC;

3. Ocorrendo uma das exceções previstas no caput do art. 9º da Resolução TJPA nº 9/2018, a inscrição via e-mail funcional deve ser dirigida à Secretaria Judiciária, exclusivamente pelo endereço eletrônico secjud.magistrado@tjpa.jus.br;

4. O presente edital está de acordo com o art. 8º e art. 12 da Resolução TJPA nº 9/2018, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 8/6/2018, assim como amolda-se à interpretação do STF sobre o art. 189 do Código Judiciário do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.008/1981) ¿ nos termos decididos na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4788/PA ¿, estando o processamento em consonância com as balizas traçadas pelo CNJ, v. g., no Procedimento de Controle Administrativo 0003114-78.2017.2.00.0000;

5. Os pedidos devem vir instruídos na forma do art. 35 da Resolução TJPA nº 9/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019. Belém, 25 de março de 2022. **JONAS PEDROSO LIBÓRIO VIEIRA**, Secretário Judiciário.

EDITAL Nº 13/2022-SJ. CONCURSO DE REMOÇÃO POR ANTIGUIDADE DE 3ª ENTRÂNCIA. Por deliberação da Douta Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, **acham-se** abertas, em cumprimento ao disposto no art. 192 do Código Judiciário do Estado, na Secretaria Judiciária deste Tribunal, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação deste, as inscrições de Juízes de Direito que, tendo atendido as condições legais até o último dia do prazo de inscrição, pretendam requerer **REMOÇÃO** para provimento ao **32º(trigésimo segundo) dos 32(trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância,** Comarca da **Capital**, pelo critério de **antiguidade**, 3ª Entrância:

1. Das 32 (trinta e duas) vagas tratadas no presente Edital, 8(oito) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.099, de 1º de janeiro de 2015, 14(quatorze) vagas foram criadas pela Lei Estadual nº 8.629, de 18 de junho de 2018 e **10(dez) vagas**, que ora são ofertadas, foram criadas pela Lei Estadual nº 7.195, de 18 de agosto de 2008, em consonância com a Resolução nº 2, de 23 de março de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 24/3/2022, sendo o provimento inicial realizado nos termos do art. 1º da Resolução nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019 e em conformidade com o art. 81, caput da Lei Complementar nº 35/1979 (LOMAN), a primeira lotação deve ser ofertada à Remoção;

2. De acordo com a implantação e obrigatoriedade do Sistema Integrado de Movimentação da Carreira da Magistratura (PROMAG), as inscrições devem ser feitas em conformidade com o art. 9º, da Resolução TJPA nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019, sendo vedada a inscrição pelo Sistema Siga-DOC;

3. Ocorrendo uma das exceções previstas no caput do art. 9º da Resolução TJPA nº 9/2018, a inscrição via e-mail funcional deve ser dirigida à Secretaria Judiciária, exclusivamente pelo endereço eletrônico secjud.magistrado@tjpa.jus.br;

4. O presente edital está de acordo com o art. 8º e art. 12 da Resolução TJPA nº 9/2018, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 8/6/2018, assim como amolda-se à interpretação do STF sobre o art. 189 do Código Judiciário do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.008/1981) ¿ nos termos decididos na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4788/PA ¿, estando o processamento em consonância com as balizas traçadas pelo CNJ, v. g., no Procedimento de Controle Administrativo 0003114-78.2017.2.00.0000;

5. Os pedidos devem vir instruídos na forma do art. 35 da Resolução TJPA nº 9/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em

6/6/2019. Belém, 25 de março de 2022. **JONAS PEDROSO LIBÓRIO VIEIRA**, Secretário Judiciário.

ANÚNCIO DE JULGAMENTO

ANÚNCIO DE JULGAMENTO DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL PLENO do ano de 2022: Faço público a quem interessar possa que, para a 12ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se no dia 6 de abril de 2022, às 9h (nove horas), por meio de videoconferência, conforme Portaria Conjunta nº 1/2020-GP-VP-CGJ, de 29/4/2020, que regulamenta os procedimentos a serem adotados em videoconferência, no contexto da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), foram pautados pela Secretaria Judiciária o julgamento dos feitos abaixo discriminados, podendo vir a ser apreciados aqueles que, eventualmente, forem adiados ou suspensos na 11º Sessão Ordinária do Tribunal Pleno do ano de 2022.

PARTE ADMINISTRATIVA

1 - Autos de Sindicância (PJECOR nº 0005896-36.2020.2.00.0814) - SIGILOSO

Sindicante: Corregedoria-Geral de Justiça

Sindicado: (Advs. Felipe Jales Rodrigues ¿ OAB/PA 23230, Rodrigo Costa Lobato ¿ OAB/PA 20167, Brenda Luana Viana Ribeiro ¿ OAB/PA 20739, Tiago Nasser Sefer ¿ OAB/PA 16420, Raissa Pontes Guimarães ¿ OAB/PA 26576)

RELATOR(A): CORREGEDOR(A)-GERAL DE JUSTIÇA

2 - Autos de Sindicância (PJECOR nº 0003103-27.2020.2.00.0814) - SIGILOSO

Sindicante: Corregedoria-Geral de Justiça

Sindicado: (Advs. Felipe Jales Rodrigues ¿ OAB/PA 23230, Rodrigo Costa Lobato ¿ OAB/PA 20167, Brenda Luana Viana Ribeiro ¿ OAB/PA 20739, Raissa Pontes Guimarães ¿ OAB/PA 26576)

RELATOR(A): CORREGEDOR(A)-GERAL DE JUSTIÇA

ANÚNCIO DE JULGAMENTO

ANÚNCIO DE JULGAMENTO DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL DO TRIBUNAL PLENO do ano de 2022: Faço público a quem interessar possa que, para a 12ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual do Tribunal Pleno, a realizar-se através da ferramenta Plenário Virtual, com início às 14h do dia 6 de abril de 2022, e término às 14h do dia 13 de abril de 2022, foram pautados, pela Secretaria

Judiciária, os feitos abaixo discriminados, podendo vir a ser apreciados aqueles que, eventualmente, forem adiados ou suspensos na 11ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual do Tribunal Pleno do ano de 2022.

PROCESSOS¿JUDICIAIS¿ELETRÔNICOS PAUTADOS¿(PJe)

1 ¿ Conflito de Competência Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0806769-29.2020.8.14.0000)

Suscitante: Desembargador Constantino Augusto Guerreiro

Suscitada: Desembargadora Ezilda Pastana Mutran

Agravante: Paulo Guilherme Dantas Ribeiro (Adv. Lidia Tomeko Ohashi Benigno ¿ OAB/PA 20517)

Agravado: Equatorial Transmissora 7 SPE S.A (Adv. Flávio Augusto Montalvão das Neves ¿ OAB/PA 12358)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

2 ¿ Embargos de Declaração em Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0800589-60.2021.8.14.0000)

Embargantes: Helcio Bruno Neris de Souza, Álvaro José da Silva (Adv. Amanda Mayara Bastos Soares ¿ OAB/PA 27895)

Embargado: Governador do Estado do Pará

Embargado: Acórdão Id 5414020

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procuradores do Estado Marlon Aurélio Tapajós Araújo ¿ OAB/PA 12183, Celso Pires Castelo Branco ¿ OAB/PA 3569)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

ATA DE SESSÃO

9ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual do TRIBUNAL PLENO, do ano de 2022, realizada de forma virtual através da ferramenta Plenário Virtual, com os trabalhos iniciados às 14h do dia 16 de março de 2022 e encerrados às 14h do dia 23 de março de 2022, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO.** Nos termos do artigo 5º da Resolução nº 21/2018, participaram da sessão os(as) Exmos.(as) Srs.(as) Desembargadores(as): **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES, LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO, VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA, VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA, CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO, MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS, RICARDO FERREIRA NUNES, LEONARDO DE NORONHA TAVARES, MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES, LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR, RONALDO MARQUES VALLE, GLEIDE PEREIRA DE MOURA, JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO**

ROSÁRIO, MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO, ROBERTO GONÇALVES DE MOURA, MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE, LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO, MAIRTON MARQUES CARNEIRO, EZILDA PASTANA MUTRAN, MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA, JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR, EVA DO AMARAL COELHO, KÉDIMA PACÍFICO LYRA, AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES e os Juízes Convocados ALTEMAR DA SILVA PAES, JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR e MARGUI GASPAR BITTENCOURT. Desembargadoras justificadamente ausentes **MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO e ROSI MARIA GOMES DE FARIAS.**

PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS PAUTADOS (PJe)

1 - Embargos de Declaração em Recurso Especial em Embargos de Declaração em Apelação (Processo Judicial Eletrônico nº 0011653-22.2011.8.14.0301)

Embargante: J. C. Maranhão Comércio e Representações Ltda (Adv. Chedid Georges Abdulmassih - OAB/PA 9678-A)

Embargado: M. Antônio de Sousa - ME (Advs. Fábio Bastos Magno - OAB/PA 21190, Aline de Fátima Martins da Costa - OAB/PA 13372, Rayssa Gabrielle Baglioli Dammski ¿ OAB/PA 26955, Rosane Baglioli Dammski ¿ OAB/PA 7985)

Recorrido: Mapfre Seguros Gerais S.A. (Advs. Carlos Antônio Harten Filho ¿ OAB/PE 19357, Tânia Vainsencher ¿ OAB/PE 20124, Thais Pina Rodrigues ¿ OAB/PA 17784-B)

RELATOR: VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL

Decisão: retirado de pauta.

2 ¿ Agravo Interno em Recurso Especial (Processo Judicial Eletrônico nº 0030692-68.2012.8.14.0301)

Agravante: Unimed de Belém Cooperativa de Trabalho Médico (Adv. Diogo de Azevedo Trindade ¿ OAB/PA 11270)

Agravados: Alcemar José Reis dos Santos, Alcina Lucia Santos Gonçalves (Advs. Taissa Maria Carmona dos Santos ¿ OAB/PA 11496, Fernando da Silva Gonçalves ¿ OAB/PA 1283)

RELATOR: VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL

- Impedimentos/Suspeições: Des. Rômulo José Ferreira Nunes, Des. José Maria Teixeira do Rosário

Decisão: à unanimidade, recurso conhecido e desprovido**.**

3 ¿ Petição Criminal/Notícia de Crime (Processo Judicial Eletrônico nº 0001641-61.2020.8.14.0000) ¿ SIGILOSO

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES

- Impedimentos/Suspeições: Desa. Vânia Lúcia Carvalho da Silveira, Des. Ricardo Ferreira Nunes, Des. Ronaldo Marques Valle

Decisão: à unanimidade, deferido o pedido de arquivamento formulado pelo Procurador-Geral de Justiça.

4 ¿ Petição Criminal/Inquérito Policial (Processo Judicial Eletrônico nº 0004271-22.2019.8.14.0034) - SIGILOSO

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Em Apuração

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES

- Impedimentos/Suspeições: Desa. Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha, Des. Ricardo Ferreira Nunes

Decisão: à unanimidade, deferido o pedido de arquivamento formulado pelo Procurador-Geral de Justiça.

5 ¿ Petição Criminal/Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) (Processo Judicial Eletrônico nº 0003722-80.2020.8.14.0000)

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES

- Impedimento/Suspeição: Des. Ricardo Ferreira Nunes

Decisão: à unanimidade, deferido o pedido de arquivamento formulado pelo Procurador-Geral de Justiça.

6 ¿ Conflito de Competência Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0801044-88.2022.8.14.0000)

Suscitante: Desembargador José Maria Teixeira do Rosário

Suscitada: Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha

Apelante: Município de Belém (Procurador Municipal Bruno Cézar Nazaré de Freitas ¿ OAB/PA 11290)

Apelado: Ministério Público do Estado do Pará

Apelado: Estado do Pará

Procurador de Justiça Cível: Mario Nonato Falangola

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATOR: DES. MAIRTON MARQUES CARNEIRO

- Impedimentos/Suspeições: Des. Rômulo José Ferreira Nunes, Des. José Maria Teixeira do Rosário, Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha

Decisão: à unanimidade, conflito dirimido no sentido de reconhecer a competência da Exma. Sra. Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha.

7 ¿ Agravo Interno em Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0804865-42.2018.8.14.0000)

Agravante: Walmari Prata Carvalho (Advs. Eduardo Tadeu Francez Brasil ¿ OAB/PA 13179, Camila Corrêa Teixeira - OAB/PA 12291)

Agravado: Governador do Estado do Pará

Agravado: Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará ¿ IGEPREV

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procuradora do Estado Silvana Elza Peixoto Rodrigues - OAB/PA 9318)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATORA: DESA. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Decisão: retirado de pauta.

8 ¿ Embargos de Declaração em Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0807053-37.2020.8.14.0000)

Embargante: Willis Gomes de Oliveira (Advs. Fabiano Wanderley Dias Barros - OAB/PA 12052, Helmer Silva Rodrigues - OAB/PA 25607)

Embargada: Decisão ID 3471536

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Alexandre Augusto Lobato Bello - OAB/PA 8160)

RELATORA: DESA. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Decisão: retirado de pauta.

9 ¿ Mandado de Segurança Cível (Processo Judicial Eletrônico nº 0850943-93.2020.8.14.0301)

Impetrante: Dayson Wesley Lima Castro (Adv. Diogo Cordeiro Ferreira - OAB/PA 23084)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Impetrada: Secretária de Estado de Educação

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Daniel Cordeiro Peracchi OAB/PA 10729)

Procurador de Justiça Cível: Jorge de Mendonça Rocha

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATORA: DESA. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

- Impedimentos/Suspeições: Des. Rômulo José Ferreira Nunes, Desa. Vânia Lúcia Carvalho da Silveira

Decisão: à unanimidade, segurança concedida.

E como, nada mais houvesse, foi encerrada a Sessão às 14h, lavrando eu, Jonas Pedroso Libório Vieira, Secretário Judiciário, a presente Ata, que subscrevi.

Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Número do processo: 0000241-75.2021.8.14.0000 Participação: RECORRENTE Nome: MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA Participação: ADVOGADO Nome: ANA ELIZA COELHO SOBRAL OAB: 25414/PA Participação: RECORRIDO Nome: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

RECURSO ADMINISTRATIVO (1299) - 0000241-75.2021.8.14.0000

RECORRENTE: MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA

RECORRIDO: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

RELATOR(A): Desembargadora EVA DO AMARAL COELHO

EMENTA

ACÓRDÃO:

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 0000241-75.2021.8.14.0000

RECORRENTE: MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA (Adv.: Ana Eliza Coelho Sobral)

RECORRIDO: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA:

RELATORA: DESª. EVA DO AMARAL COELHO

RECURSO ADMINISTRATIVO – DECISÃO DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA QUE DETERMINOU AO ANTIGO TITULAR DO CARTÓRIO A DEVOLUÇÃO DOS EMOLUMENTOS RECEBIDOS PELA ESCRITURA DE COMPRA E VENDA SOLICITADA E NÃO FINALIZADA. – PROTOCOLO ABERTO – NÃO COMPROVAÇÃO DE QUE A ESCRITURA FOI DECLARADA SEM EFEITO – DÚVIDA SOBRE A RESPONSABILIDADE DO ATO NOTARIAL NÃO TER SIDO FINALIZADO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Requerente solicitou escritura pública de compra e venda de imóvel em 27 de novembro de 2018 ao Cartório do 1º Tabelionato de Belém/PA, tendo sido pago na mesma data o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), mas até então não finalizado o documento nem entregue ao requerente.

2. Escritura lavrada em 11 de setembro de 2019 (quase um ano após a solicitação) e, apesar de encontrar-se no cartório o documento já selado, não foi devidamente assinado pelos vendedores e nem pelo Tabelião à época.

3. O Recorrente não comprovou sua total isenção de responsabilidade, nem a suposta desídia pelas partes interessadas. Ausente qualquer registro de que a escritura foi declarada sem efeito em razão do decurso do prazo sem assinatura dos vendedores. Arts. 247 c/c 253 do Código de Normas do Estado do Pará.

4. Recurso conhecido e improvido.

Vistos, etc.

Acordam, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes do Conselho da Magistratura do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar provimento, para manter a decisão recorrida em todos os seus termos.

Este julgamento tem como Relatora a Excelentíssima Senhora Desembargadora Eva do Amaral Coelho, sob a presidência da Excelentíssima Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro.

Belém, de fevereiro de 2022.

Desª. EVA DO AMARAL COELHO

Relatora

RELATÓRIO

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 0000241-75.2021.8.14.0000

RECORRENTE: MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA(Adv.: Ana Eliza Coelho Sobral)

RECORRIDO: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA:

RELATORA: DESª. EVA DO AMARAL COELHO

RELATÓRIO

Tratam os autos de Recurso Administrativo (Id 355032) interposto por MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA contra decisão da Corregedoria Geral de Justiça deste Tribunal , a qual determinou a restituição dos emolumentos recebidos pela lavratura de escritura de compra e venda solicitada pelo Sr. Manoel Silva de Freitas.

Os autos tiveram início após reclamação do Requerente acima citado, o qual solicitou providências do Órgão Censor junto ao Cartório do 1º Tabelionato de Belém/PA (denominado a época de Cartório Chada), em razão de ter requerido a lavratura de uma escritura de compra e venda de imóvel, tendo pago na mesma data o valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) sendo que o documento nunca lhe fora entregue.

Foi esclarecido ainda, que em contato com a atual tabeliã Sra. Larissa Prado Santana, tal documento teria sido lavrado após 01(um) ano do pagamento, contudo sem constar as assinaturas dos vendedores e funcionários/Tabelião à época, pelo que não poderia ser disponibilizada ao requerente (Id 95136).

Instado a manifestar-se, o Cartório do 1º Ofício de notas de Belém (Id 98691), apresentou arquivos encontrados na Serventia referente ao caso, pela atual tabeliã (Id 107068).

Após apreciação foi determinada a manifestação do ex-oficial titular do Cartório, Sr. Marcelo Chada (Id 115744), que apresentou suas alegações (Id 127804).

A tabeliã juntou ainda petição com decisão da 6ª Vara Cível e Empresarial de Belém para conhecimento da Corregedoria, referente à determinação de transferência de valores (Id 206844) pior parte do servidor, ocasião em que o ex-cartório foi chamado à manifestação para informar sobre o cumprimento da referida decisão judicial(Id 243910), tendo este apresentado suas razões (Id 258104).

A Corregedoria Geral de Justiça (Id. 286939) determinou então que a Sra. Larissa Prado Santana, adotasse as medidas registrais necessárias para que no termo de encerramento do protocolo aberto para atendimento do requerente, constasse a ausência da assinatura da parte vendedora, considerando sem efeito o ato notarial lavrado pelo antigo titular Marcelo Chada, oportunidade em que decidiu também que o mesmo procedesse a devolução dos emolumentos recebidos no prazo de 05 (cinco) dias, devolução essa que seria feita diretamente ao usuário, devendo juntar prova de quitação nos presentes autos.

O Sr. Manoel manifestou-se informando que decorrido o prazo para devolução do valor, este ainda não havia sido efetuado (Id 331205).

Apresentado Pedido de Reconsideração e Sucessivo Recurso Administrativo (Id 355032), o recorrente pugna pela reforma da decisão, alegando erros evidentes que a maculam de ilegalidade.

Afirma que a sentença criou curiosa inversão do ônus da prova, fixando obrigação para o tabelião que inexiste na legislação, pois não ficou provado que o serviço não fora prestado de modo eficiente e adequado, tendo sido totalmente desconsiderada a boa-fé objetiva.

Alega que não existem prazos a serem cumpridos pelo tabelião, pois o período de 30 (trinta) dias para assinatura é ônus das partes e não do tabelião, e que a decisão é contraditória ao admitir que o ato notarial fora realizado e posteriormente dizer que este se encontra incompleto.

Aduz que a decisão exigiu atos de registros, certidão, anotação, protocolo, que não tem norma ou orientação prévia alguma, violando o fundamento republicano de obediência às normas, e que a sentença exige que se faça contato "via email ou aplicativo "com a parte vendedora, em afronta ao dever de imparcialidade e inércia do tabelião.

Justifica que houve desídia das partes envolvidas no ato notarial em não assinar a escritura, e em seguida efetivam reclamação totalmente desprovida de fundamentos.

Finaliza asseverando que as escrituras foram lavradas, finalizadas e informadas ao setor de arrecadação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com o consequente pagamento das taxas de FRC e FRJ, como pode ser verificado junto ao setor de arrecadação do referido órgão.

Pugna ao fim, pela reconsideração da decisão que determinou a restituição dos valores, eis que cumpriu as determinações do código de normas, não havendo comprovação alguma nos autos sobre a falha na prestação do serviço.

Em reconsideração, a Corregedoria Geral de Justiça indeferiu o pedido, mantendo integralmente a decisão pelos seus próprios fundamentos, e determinou a remessa dos autos ao Colendo Conselho da Magistratura (Id 360500).

Após distribuição, coube a mim a relatoria do feito.

Éo breve relatório.

Sem revisão em razão da natureza do feito.

Passo a proferir o voto.

VOTO

VOTO

O apelo sob análise deve ser conhecido em razão do atendimento dos pressupostos e condições para sua admissibilidade.

Tratam os autos de Recurso Administrativo (Id 355032) interposto por MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA, contra decisão da Corregedoria Geral de Justiça deste Tribunal, a qual determinou a restituição dos emolumentos recebidos pela escritura de compra e venda solicitada pelo Sr. Manoel Silva de Freitas e não finalizada.

Pois bem.

Consta dos autos, que o Senhor MANOEL SILVA DE FREITAS solicitou a lavratura de escritura pública de compra e venda de imóvel em 27 de novembro de 2018 ao Cartório do 1º Tabelionato de Belém/PA (denominado à época de Cartório Chada), tendo sido pago na mesma data o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), mas até então não finalizado o documento nem entregue ao requerente.

Em contato com a atual tabeliã Dra. Larissa Prado Santana, o Senhor MANOEL foi informado de que a referida escritura foi lavrada em 11 de setembro de 2019 (quase um ano após a solicitação), e que apesar de encontrar-se no cartório o documento já selado, não constavam as assinaturas dos vendedores e nem do Tabelião à época.

A Corregedoria de Justiça determinou a manifestação do ex-Tabelião que informou que:

“A narrativa dos fatos refere-se a escrituras públicas que foram lavradas, seladas, mas que não foram finalizadas por ter-se ultrapassado o prazo de 30 dias que podem ficar em aberto. Trata-se de situação corriqueira e de conhecimento da corregedoria geral de justiça, onde existe enorme dificuldade de coletar a assinatura do vendedor, notadamente quando se trata de construtoras e órgãos públicos, como no presente caso, COHAB.

…

Para ser bem franco, muito provavelmente trata-se de mais uma tentativa do que popularmente conhece-se por “se colar colou”. Segundo depoimento em anexo do escrevente, o reclamante foi orientado e sempre teve conhecimento do prazo de 30 dias para a assinatura, e agora diante da situação de prejuízo em que se encontra faz afirmações aleatórias e desprovidas de razão para tentar minorar os prejuízos de uma escritura paga, mas que perdeu seus efeitos, onde o cartório cumpriu com todas as suas responsabilidades legais, inclusive com o dever de informação, repise-se, a partir das orientações que eram repassadas pelo tabelião a todos os escreventes e que acredita-se eram esclarecidas aos usuários do serviço.

…

O ato do tabelião está perfeito e acabado no momento em que imprime e lavra a escritura, sendo obrigatória a emissão do traslado no momento da lavratura, que apenas será entregue as partes após a assinatura das folhas do livro.” - (ID 127804)

Contudo, apesar do tabelião afirmar que o documento encontra-se perfeito e acabado, o mesmo não foi assinado pelo próprio tabelião, o que resta claro que não se pode considerar finalizada a escritura. Não há assinatura dos vendedores (COHAB) nem do tabelião. O documento foi assinado apenas pelo comprador (Sr. MANOEL) e pelos intervenientes (ROBERTO DA SILVA FREITAS e SÔNIA REGINA ABDORAL FREITAS) que cederam e transferiram seus direitos de comprador em relação ao imóvel ao Sr. Manoel e

sua esposa.

A afirmação de que o ato foi finalizado, não condiz com o documento que está sem assinatura dos vendedores e do ex-tabelião.

Como esclarecido na decisão do Órgão Censor, o art. 215, §1º, inciso VII do Código Civil dispõe que:

Art. 215. A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena.

§1 o Salvo quando exigidos por lei outros requisitos, a escritura pública deve conter:

...

VII - **assinatura das partes e dos demais comparecentes, bem como a do tabelião** ou seu substituto legal, encerrando o ato. – grifo nosso

O Código de Normas e Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, por sua vez, prevê que:

Art. 252. São **requisitos formais essenciais** do instrumento público notarial:

...

IV- **ser encerrado com a assinatura do tabelião de notas**, do substituto ou do escrevente a quem o tabelião tenha atribuído poderes para tanto.

Art. 255. A **escritura pública deve conter** os seguintes requisitos, além de outros exigidos por lei:

...

X- **assinatura de todos os comparecentes e do tabelião de notas, seu substituto ou escrevente, encerrando o ato**. – grifo nosso

Em que pese o recorrente alegar que prestou serviço de modo eficiente e adequado, não trouxe aos autos a comprovação de que agiu assim e que está totalmente isento de responsabilidade, nem há informações esclarecendo sobre a ocorrência do excesso de prazo entre o pagamento da nota em 2018 e a lavratura em 2019 (após nove meses).

Éde conhecimento do tabelião todos os seus deveres, conforme estabelecido no Código de Normas que assim dispõe:

Art. 247. Incumbe ao tabelião de notas:

...

X – organizar e manter os arquivos com a utilização de meios seguros que facilitem as buscas, **anotando à margem dos atos lavrados na serventia**, os respectivos aditamentos, as retificações, as ratificações, os distratos, as revogações, os substabelecimentos e **quaisquer outras alterações que foram feitas**. **–** grifo nosso

Não há comprovação de que as partes envolvidas foram devidamente cientificadas, nem que a escritura fora declarada sem efeito em razão de desídia da parte vendedora ou desistência do negócio, conforme disposto no Código de Normas do Estado do Pará, art. 253:

Art. 253. Não sendo possível a lavratura imediata do instrumento público notarial, o tabelião de notas, conforme acordado com o solicitante, designará dia e hora para sua leitura e assinatura, devendo os emolumentos serem pagos pelo interessado, quando do requerimento.

§1º Decorridos 30(trinta) dias da sua lavratura, **o instrumento público notarial não assinado por todos será declarado sem efeito**, não sendo devida qualquer restituição de emolumentos por parte do tabelião de notas, tendo em vista a regular prática do ato no que concerne as atribuições do tabelião.

§2º Sendo necessário novo instrumento público notarial em virtude de ter sido o anterior **declarado sem efeito por falta de assinatura no prazo** previsto no parágrafo primeiro deste artigo, o solicitante deverá arcar com os custos para sua lavratura. – grifo nosso

A decisão da Corregedoria Geral de Justiça é cristalina e nos seguintes termos:

"...imperioso se faz observar o longo decurso temporal existente entre a formalização do pedido do requerente, que se deu em 27.11.2018 e a feitura da nota, no dia 11.09.2019, circunstância que conduz ao entendimento de que, embora o ato notarial tenha sido realizado, tal fato não descaracteriza a imprescindibilidade de cumprimento de prazos por parte do delegatário que a época estava na titularidade do 1º Ofício de Notas de Belém.

Posteriormente, estando a escritura pública confeccionada, permaneceu sem a subscrição do tabelião e dos vendedores, até a presente data.

...

O ponto fulcral do presente caso consiste em não se ter conhecimento de quem foi a responsabilidade tanto pela demora na lavratura do ato notarial quanto pela posterior ausência de assinatura no referido documento.

Sem sombras de dúvidas, acaso restasse comprovado que o delegatário adotou todas as medidas possíveis para prestar o serviço dentro do prazo e de forma eficaz, lhe seriam devidos os emolumentos, a teor do art. 62, I do Código de Normas.

Ocorre que dos autos não consta nenhum ato solene, registro, certidão ou anotação em termo de encerramento do protocolo aberto para a prestação do serviço que demonstrem a responsabilidade da parte vendedora em não subscrever a escritura pública, sendo certo que fatos informados genericamente não podem ser aproveitados como prova, indene de dúvidas.

...

Nesse passo, no contexto em que a escritura pública não foi devidamente assinada pelo oficial e pela parte vendedora, o documento afigura-se incompleto e, portanto, sem eficácia."

Ressalte-se por outro lado, que na decisão juntada aos presentes autos pela atual tabeliã (ID 20925928), de lavra do juiz presidente da transição de titularidade do Cartório Extrajudicial do Serviço Notarial do 1º Ofício da Comarca de Belém, foi constatado que o ex-tabelião procedia irregularmente com o lançamento dos emolumentos no Livro de Depósito Prévio, pois o próprio recorrente noticiou a existência de " *depósitos e recibos de pagamento, referentes a depósito prévio de emolumentos, que não foram adequadamente lançados no Livro de Depósito Prévio ou sistematizados de forma a possibilitar o seu lançamento posterior e averiguação pelas autoridades competentes como determina a norma que rege a matéria*."

Diante de tudo que foi exposto e em concordância com o Órgão Censor de que não restou comprovada a isenção total de responsabilidade por parte do tabelião, nem que houve desídia pelas partes envolvidas, CONHEÇO DO RECURSO E NEGO PROVIMENTO, para manter a decisão recorrida em todos os seus

termos.

Écomo voto.

Belém, de fevereiro de 2022.

Desª. EVA DO AMARAL COELHO

Relatora

Belém, 24/03/2022

Número do processo: 0808873-57.2021.8.14.0000 Participação: RECORRENTE Nome: FERDINANDO GABRIEL DOMINGUES Participação: ADVOGADO Nome: MARILDA DE PAULA SILVEIRA OAB: 90211/MG Participação: ADVOGADO Nome: HEFFREN NASCIMENTO DA SILVA OAB: 59173/DF Participação: ADVOGADO Nome: JONIO GABRIEL DOMINGUES OAB: 20780/PA Participação: RECORRIDO Nome: Corregedoria Geral de Justiça do Pará Participação: INTERESSADO Nome: VALDEISE MARIA REIS BASTOS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

RECURSO ADMINISTRATIVO (1299) - 0808873-57.2021.8.14.0000

RECORRENTE: FERDINANDO GABRIEL DOMINGUES

RECORRIDO: CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PARÁ

RELATOR(A): Desembargadora EVA DO AMARAL COELHO

EMENTA

ACÓRDÃO nº _____ DJe _____/_____/ 2022

CONSELHO DA MAGISTRATURA

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº: 0808873-57.2021.814.0000

RECORRENTE: Ferdinando Gabriel Domingues.

ADVOGADOS: Heffren Nascimento da Silva, Jonio Gabriel Domingues e Marilda de Paula Silveira.

RECORRIDO: Corregedora Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

RELATORA: Desa. Eva do Amaral Coelho

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO, DECISÃO DA CORREGEDORA GERAL DE JUSTIÇA. RECLAMAÇÃO CONTRA MAGISTRADO QUE TERIA EXARADO DECISÃO EM PROCESSO JUDICIAL

SEM APRECIAR PETIÇÃO DE INTERESSADO NA CAUSA. ARQUIVAMENTO DA RECLAMAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE INFRAÇÃO DA MAGISTRADA NA CONDUÇÃO E ATUAÇÃO NO PROCESSO, SEJA POR AÇÃO OU OMISSÃO. ANÁLISE E JULGAMENTO DO ACERTO OU DESACERTO DA DECISÃO JUDICIAL EXACERBA A COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DEFINIDA REGIMENTALMENTE. EXISTÊNCIA DE REMÉDIO PROCESSUAL PRÓPRIO E ADEQUADO PARA ATACAR A DECISÃO JUDICIAL.

1. No caso dos autos, ainda que tenha ocorrido situação anômala ao procedimento judicial, qual seja, a juntada tardia de uma petição do ora recorrente, na qualidade de interessado na lide originária, não se comprovou nos autos qualquer responsabilidade da magistrada reclamada pelo fato, posto que ainda não atuava no processo por ocasião da interposição da petição, tendo agido sempre com celeridade e presteza, após a redistribuição dos autos à sua condução.
2. Outras duas petições do ora recorrente, no mesmo sentido daquela que não havia sido juntada aos autos, foram apreciadas pela magistrada que indicou tratar-se de assunto que deveria ser processado independentemente e não como incidente da causa principal, o que evidencia a ausência de prejuízo ao interessado ante ao não conhecimento da petição juntada tardiamente.
3. Nos termos da Lei Complementar 35/1979 e da Resolução 135 do Conselho Nacional de Justiça, as decisões judiciais só podem ser revistas por órgãos censores quando evidenciam infração administrativa ou ilícito penal, não restando configurado nos autos nem um, nem outro.
4. Recurso conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, os Excelentíssimos Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, integrantes do colendo Conselho da Magistratura, à unanimidade de votos, acordam em conhecer e desprover o Recurso Administrativo interposto, mantendo a decisão recorrida, nos termos e fundamentos do voto da digna Relatora.

Plenário Virtual, em Julgamento por Videoconferência, aos de março de 2022.

Julgamento presidido pela Excelentíssima Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro**.**

Eva do Amaral Coelho

Desembargadora Relatora

RELATÓRIO

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto por **Ferdinando Gabriel Domingues** contra decisão da Excelentíssima Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha, Corregedora Geral de Justiça do Estado do Pará, através da qual foi determinado o arquivamento da Reclamação formulada pelo ora recorrente contra a magistrada Valdeise Maria Reis Bastos, juíza titular da 3ª Vara Cível e Empresarial do Pará.

O processamento destes autos inicia-se com a Reclamação proposta pelo ora recorrente contra a magistrada e servidores que prestam suporte à 3ª Vara Cível e Empresarial de Belém, pela não juntada da

petição nº2021.00480180-16, protocolada em 17.03.2021, no processo nº 0011592-95.1996.814.0301, antes de decisão exarada em 01.07.2021, que determinou a expedição de alvará para levantamento de valores depositados em subconta vinculada àquele processo, o que, na sua compreensão, influenciou no teor da decisão que lhe foi desfavorável.

Após ouvir a magistrada reclamada, a Corregedora Geral de Justiça do Estado do Pará decidiu pelo arquivamento da Reclamação por considerar a questão como de caráter jurisdicional, alheia à competência do órgão censor, bem como pela não configuração de infração disciplinar ou ilícito penal que requeressem a intervenção da Corregedoria.

O reclamante então interpôs o presente recurso arguindo que o objeto da Reclamação não era refutar a decisão da magistrada, mas denunciar a negligência com a não juntada de sua petição nos autos; argumenta que a ausência do petitório nos autos propiciou a determinação da expedição do alvará, o que lhe traz prejuízo, ante a possiblidade de não poder receber os honorários que reputa lhe serem devidos, pelo tempo que trabalhou como advogado da causa; denuncia conluio entre a empresa Souzamar, parte no processo originário e a advogada que lhe sucedeu no processo, situação que entende que deveria ser averiguada pela magistrada; sustenta que na petição, que deveria ser analisada previamente à decisão, estão as circunstâncias que demonstram seu direito incontroverso de receber metade dos honorários de sucumbência. Ao final pediu o provimento do recurso para que se instaure procedimento de apuração de falta disciplinar pela magistrada e servidores e consequentes aplicações de penalidades.

O processo foi encaminhado ao Conselho da Magistratura no qual, após regular distribuição, coube-me a relatoria do feito.

Éo relatório.

VOTO

VOTO

Conheço do recurso eis que presente os requisitos para sua admissibilidade, nestes incluídos a tempestividade, visto que a intimação do reclamante sobre o teor da decisão recorrida deu-se em 13.08.2021, sexta-feira, e a peça recursal foi interposta em 19.08.2021.

O Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará estabelece, em seus artigos 38 e 40, a competência da Corregedoria Geral de Justiça, nos seguintes termos:

Art. 38. A Corregedoria Geral de Justiça, dividida para efeito de jurisdição em Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Estado, tem **funções administrativas, de orientação, fiscalização e disciplinares,** sendo exercida por 2 (dois) Desembargadores eleitos na forma da Lei.

(...)

Art. 40. Aos Corregedores de Justiça, além da incumbência de correição permanente dos serviços judiciários de 1ª instância, zelando pelo bom funcionamento e aperfeiçoamento da Justiça, das atribuições referidas em lei e neste Regimento, compete:

(...)

X - determinar a realização de sindicância ou de processo administrativo decidindo os que forem de sua competência e determinando as medidas necessárias ao cumprimento da decisão;

(...)

Está bem delimitada, portanto, a função exclusivamente administrativa da Corregedoria Geral, a qual atua visando o bom funcionamento e aperfeiçoamento da Justiça, através da determinação de realização de sindicâncias e processos administrativos, caso se verifiquem ao menos indícios de prática profissional destoantes das previsões da lei e das normas administrativas.

No presente caso, a decisão da Corregedora de Justiça apresentou como fundamento, para determinar o arquivamento do procedimento, a natureza judicial da decisão objeto da reclamação, que impossibilitava a atuação correcional do órgão, nos limites regimentais impostos e já relembrados anteriormente.

Esse fundamento reveste-se de plausibilidade, a prime face, quando o atual recorrente, além de propor a Reclamação perante a Corregedoria, também interpôs recurso de Agravo de Instrumento contra a mesma decisão (processo nº 0806454-64.2021.814.0000), recurso este que atualmente encontra-se sob relatoria da Juíza Convocada Margui Gaspar Bittencourt, reconhecendo desta forma, a natureza judicial da decisão atacada.

Resta, portanto, a verificação da existência de indícios do cometimento de falta funcional pela magistrada ou pelos serventuários, para que, de outra forma, pudesse a Corregedoria de Justiça atuar, com a instauração de procedimento investigativo/punitivo.

Com efeito, analisando-se os autos digitalizados constata-se que a petição protocolada sob nº 2021.00450180-16, interposta pelo ora recorrente em 17.03.2021, no processo judicial nº 0011592-95.1996.814.0301, só foi juntada aos autos físicos em 07.07.2021, conforme certidão às fls. 1708 dos autos físicos (pag. 26 dos autos digitalizados nº 616744), posteriormente à decisão da MM. Juíza, exarada em 01.07.2021 e juntada às fls. 1694 dos autos físicos (pag. 18 dos autos digitalizados nº 6061848).

Tal fato, por si só, já se configura uma excepcionalidade, pois exige-se que os atos processuais sucedam-se cronologicamente, em qualquer procedimento judicial, para que não ocorram situações de prejuízo às partes e/ou favorecimentos indevidos, salvo situações com permissivos ou ressalvas legais.

No entanto, para que se impute responsabilidade funcional alguns aspectos têm que ser analisados: 1) se a juntada tardia da petição trouxe de alguma forma prejuízo às partes ou interessados; 2) se a atitude da magistrada cooperou, por ação ou omissão, para essa juntada tardia e para algum prejuízo posterior.

A petição nº 2021.00450180-16, de cuja juntada tardia aos autos resultou a reclamação contra a magistrada, basicamente requeria ao juízo a garantia do pagamento de honorários ao ora recorrente, pelo fato de ter o mesmo atuado como advogado no processo originário e, posteriormente, ter sido destituído da função. Como argumento, denuncia um certo conluio entre a empresa patrocinadora e a advogada que o sucedeu no processo, para impedi-lo de receber a verba advocatícia que entende devida. Seu pedido final é pelo arbitramento dos honorários, a determinação do levantamento da parte incontroversa, o indeferimento da liberação dos referidos valores em favor da novel causídica e a apuração da litigância de má-fé pela empresa e sua advogada, ou seja, todos os pedidos giram em torno da questão dos honorários que entende lhe serem devidos e que, segundo se depreende dos fatos, a empresa se nega a pagar.

Anterior a essa petição, o recorrente já havia peticionado outras duas vezes nos autos. A primeira em 17.12.2018 (protocolo 2018.05121408-53), juntada às fls. 1614/1617 dos autos físicos, e a segunda em 13.08.2020 (protocolo 2020.01658281-54), juntada às fls. 1672/1673 do referido feito. Em ambas os pedidos são basicamente os mesmos: arbitramento de honorários em favor do peticionante, ora recorrente, com seus desdobramentos, quais sejam, bloqueios de verbas da empresa e expedição de alvará para levantamento dos valores.

A decisão da magistrada da qual se originou a reclamação, inicia-se da seguinte forma: *"Indefiro, de plano, o pedido de fls. 1614/1617 e 1672/1673 de origem do antigo patrono da empresa exequente, uma vez que*

tais pretensões devem ser veiculadas através de ação judicial própria, não configurando questão incidental a ser dirimida por mera petição nos autos, seja para cobrar honorários contratuais ou requerer o arbitramento dos honorários sucumbenciais que entender pertinentes. Desta feita, por se tratar de ato estranho aos autos e no escopo de evitar imbróglio desnecessário ao deslinde do feito, DESENTRANHEM-SE as petições e documentos de fls. 1614/1617, 1672/1673 e 1683/1689 e proceda-se a REORGANIZAÇÃO E RENUMERAÇÃO dos autos, de tudo certificado".

Portanto, parece óbvio que o caminho a ser adotado em relação a petição carreada tardiamente, ainda que houvesse sido juntada antes da decisão da qual se reclama, seria o mesmo das petições anteriores, qual seja, desentranhá-la por tratar-se de conteúdo estranho aos autos que deveria ser averiguado e decidido em ação própria e independente, visto que sua finalidade era, em suma, a mesma que as anteriores.

Nesse aspecto, resta claro que a ausência da petição, ainda que situação anômala na formação processual, não trouxe qualquer prejuízo ao reclamante. E não se trata apenas do livre convencimento dessa magistrada em particular, mas uma determinação legal que seria seguida, muito provavelmente, por qualquer juiz que atuasse no caso.

Constata-se, também, pela análise do caderno processual, que os autos originários haviam sido distribuídos a 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital mas, por força da firmação de suspeição da magistrada que nele atuava, foi redistribuído ao juiz da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, substituto legal, e por lá permaneceu tramitando até que, em 02.06.2021, o Dr. Roberto Andrés Itzcovich, juiz titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, constatando que a Dra. Valdeíse Maria Reis Bastos assumira a titularidade da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital, e não havendo impedimento para que ela atuasse no feito, determinou o retorno dos autos à 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital.

Desta forma, na data em que a petição foi protocolada, em 17.03.2021, a Dra. Valdeíse ainda não atuava no processo, não tinha responsabilidade sobre sua tramitação e nem gerenciava sua formação. Não há como se cobrar responsabilidade da magistrada pelo fato da petição não ter sido juntada aos autos imediatamente ou em tempo razoável. Note-se que um mês após a determinação de retorno do processo à Vara originária, a Dra. Valdeíse exarou decisão nos autos em 01.07.2021, o que se entende como prazo razoável, não tendo havido desídia ou negligência por parte da magistrada, que atuou no processo no estado em que o recebeu da nova distribuição.

Conclui-se, nessa toada, que não se apresenta nos autos qualquer indício de cometimento de falta por ação ou omissão da magistrada no exercício de suas funções, seja pela juntada tardia da petição ou pela configuração de prejuízo suportado por qualquer das partes, ou interessados, no processo originário, que tão somente cumpriu sua responsabilidade judicante de decidir em tempo razoável, ao receber o processo.

Em relação a possível prejuízo do recorrente com a decisão da magistrada, ele é alegado na peça recursal, porém sem qualquer comprovação e de uma forma totalmente hipotética. O recorrente alega que a não manifestação da magistrada sobre seu pedido de bloqueio dos bens da empresa que em teoria lhe deixou de pagar os honorários possibilitaria a vazão dos valores e a dificuldade de recuperá-los. Ocorre que, como decidiu a magistrada, tais circunstâncias devem ser apreciadas e decididas em ação própria e independente não havendo possibilidade de se garantir qualquer bloqueio incidentalmente na ação originária, sobretudo porque o recorrente sequer havia proposto o remédio judicial cabível e adequado.

Não aflorando quaisquer indícios de cometimento de falta funcional ou ilegalidade na conduta da magistrada ao conduzir o processo originário, não há como se evocar a atuação censora da Corregedoria Geral de Justiça.

Visto que não se acha pertinência na reclamação com fundamento em infração da magistrada, fica evidente a tentativa do recorrente em manifestar, de forma transversa através da via administrativa, seu inconformismo com a decisão judicial que, se não lhe é de todo desfavorável, no mínimo adia suas pretensões de recebimento dos honorários que entende lhe serem devidos.

Tal evidência se corrobora com a própria ação do recorrente que, além da reclamação administrativa, interpôs recurso de agravo de instrumento contra a decisão da magistrada. E embora ele expresse na peça recursal que o objeto da reclamação não é a decisão proferida, mas os motivos que a levaram a ser prolatada sem a juntada da petição, toda sua fundamentação e seu pedido final na reclamação é no sentido de desconstituição e/ou reforma da decisão da magistrada. Ademais, como já analisado anteriormente, ainda que a petição já estivesse juntada aos autos é quase improvável que o teor da decisão fosse alterado. Supor e defender com tamanha veemência que o resultado da decisão seria diverso, é próximo de se configurar tentativa de condução do processo pelo peticionante e uma afronta ao livre convencimento do juízo.

A Lei Complementar nº 35/1979 (LOMAN), em seus artigos 40 e 41, estabelece regras sobre o assunto, nos seguintes termos.

Art. 40 - A atividade censória de Tribunais e Conselhos é exercida com o resguardo devido à dignidade e à independência do magistrado.

Art. 41 - Salvo os casos de impropriedade ou excesso de linguagem o magistrado não pode ser punido ou prejudicado pelas opiniões que manifestar ou pelo teor das decisões que proferir.

Em casos semelhantes a este, já se definiu a jurisprudência deste Colendo Conselho da Magistratura no sentido de manter as decisões de arquivamento dos procedimentos administrativos intentados perante a Corregedoria de Justiça que buscam discutir o acerto ou erro de decisão judicial.

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. MATÉRIA JUDICIAL. INCOMPETÊNCIA DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA PARA ANÁLISE DE QUESTÃO AFETA AO ACERTO OU DESACERTO DO JULGADO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. A discussão acerca do desacerto ou não de uma sentença possui a via recursal como a apropriada e não através da via administrativa, questionando a higidez do Juízo apenas porque não acolheu a tese que mais lhe interessava. 2. Não é novidade em nossa Corte a discussão acerca da morosidade do Judiciário, porém, quando há uma análise célere ela causa suspeita para a parte perdedora. O simples fato de ter ocorrido celeridade, por si só, não é capaz de gerar indícios claros e inequívocos de qualquer ilegalidade ou improbidade. Para a abertura de procedimento administrativo deve haver indícios mais claros e robustos, e não a mera insinuação. 3. As acusações formuladas pelos Recorrentes refletem apenas o inconformismo com a decisão contrária às suas pretensões, que deveria ser manejada através da via recursal. 4. Pano de fundo da representação é matéria judicial que não é da competência do órgão censor. 5. Recuso conhecido e improvido.

(TJPA – Recurso Administrativo. Processo nº 0004719-39.2015.814.0000, Relatora: Desembargadora ROSI MARIA GOMES DE FARIAS, Data de Julgamento: 10/07/2019, CONSELHO DA MAGISTRATURA, Data de Publicação: 16/07/2019).

RECURSO ADMINISTRATIVO. MATÉRIA JUDICIAL EM DEBATE. IMPEDIMENTO DO CONSELHO E DO ÓRGÃO CORRECIONAL. MEIOS RECURSAIS CABÍVEIS. AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO À SUSPEIÇÃO ALEGADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

(TJPA – Recurso Administrativo. Processo nº 0065772-21.2015.814.0000, Relatora: Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN, Data de Julgamento: 24/05/2017, CONSELHO DA MAGISTRATURA, Data de Publicação: 07/06/2017).

Também no Conselho Nacional de Justiça, há corroboração desse entendimento através do enunciado do art. 9º, §2º, da Resolução 135.

Art. 9º A notícia de irregularidade praticada por magistrados poderá ser feita por toda e qualquer pessoa, exigindo-se formulação por escrito, com confirmação da autenticidade, a identificação e o endereço do denunciante.

(...)

§2º - Quando o fato narrado não configurar infração disciplinar ou ilícito penal, o procedimento será arquivado de plano pelo Corregedor, no caso de magistrados de primeiro grau, ou pelo Presidente do Tribunal, nos demais casos ou, ainda, pelo Corregedor Nacional de Justiça, nos casos levados ao seu exame.

Depois de analisadas detidamente as circunstâncias, fatos e fundamentos trazidos aos autos e considerando que não se vislumbram indícios de cometimento de falta funcional pela magistrada reclamada, e que o inconformismo do recorrente é em verdade contra uma decisão de caráter jurisdicional, como ainda que não compete ao Conselho da Magistratura apreciar insurgências que visem discutir acerto ou erro de decisões judiciais, não há o que se reformar na decisão da Corregedoria Geral que determinou o arquivamento da reclamação, recebida como pedido de providências, posto que escorreita e devidamente fundamentada na lei e normas administrativas pertinentes.

PARTE DISPOSITIVA

Ante o exposto, CONHEÇO do recurso Administrativo interposto por Ferdinando Gabriel Domingues, mas NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão da Corregedora Geral de Justiça que determinara o Arquivamento da Reclamação feita contra a magistrada Valdeise Maria Reis Bastos.

Belém/PA, de março de 2022.

Eva do Amaral Coelho

Desembargadora Relatora

Belém, 24/03/2022

Número do processo: 0805301-93.2021.8.14.0000 Participação: RECORRENTE Nome: WALTER COSTA Participação: ADVOGADO Nome: LARISSA DUARTE DE SOUZA OAB: 18463-B/PA Participação: RECORRIDO Nome: Corregedoria Geral de Justiça do Pará

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

RECURSO ADMINISTRATIVO (1299) - 0805301-93.2021.8.14.0000

RECORRENTE: WALTER COSTA

RECORRIDO: CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PARÁ

RELATOR(A): Desembargadora EVA DO AMARAL COELHO

EMENTA

ACÓRDÃO:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 0805301-93.2021.8.14.0000

ÓRGÃO JULGADOR: CONSELHO DA MAGISTRATURA

EMBARGANTE: WALTER COSTA (Adv.: Larissa Duarte de Souza)

EMBARGADO: V. ACÓRDÃO de ID 6836540 do Egrégio Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA:

RELATORA: DESª. EVA DO AMARAL COELHO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO. NÃO CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Os Embargos de Declaração opostos pelo recorrente padecem de pressuposto intrínseco de admissibilidade recursal, qual seja, o seu cabimento, submetendo-se, portanto, ao princípio da adequação, cuja ausência comporta o seu não conhecimento.

2 - Inexiste previsão legal para a oposição dos aclaratórios na esfera recursal administrativa, sendo este um instituto utilizado apenas em processos judiciais.

3 - Inteligência do art. 28, § 5º do Regimento Interno desta Corte de Justiça dispõe que as decisões do Conselho de Magistratura serão terminativas, salvo nos casos de aplicação de pena disciplinar quando caberá recurso ao Tribunal Pleno.

4 - Embargos de Declaração não conhecidos.

Vistos, etc.

Acordam, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes do Conselho da Magistratura do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por unanimidade, em não conhecer do recurso, pois incabível na espécie.

Julgamento presidido pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro.

Belém, de fevereiro de 2022.

Desa. EVA DO AMARAL COELHO

Relatora

RELATÓRIO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 0805301-93.2021.8.14.0000

ÓRGÃO JULGADOR: CONSELHO DA MAGISTRATURA

EMBARGANTE: WALTER COSTA (Adv.: Larissa Duarte de Souza)

EMBARGADO: V. ACÓRDÃO de ID 6836540 do Egrégio Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA:

RELATORA: DESª. EVA DO AMARAL COELHO

RELATÓRIO

Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ID 7045309) opostos por WALTER COSTA, arguindo a existência de omissão no v. Acórdão de ID 6836540, o qual julgou prejudicado o recurso por perda de objeto, considerando que durante o julgamento do presente feito a Douta Presidência deste Egrégio Tribunal informou que o pedido já havia sido apreciado e deferido por esta em solicitação feita ao referido órgão.

O Conselho da Magistratura julgou o feito em 20 de outubro de 2021, após sustentação oral da representante do embargante.

Fora proferido voto com a análise de todos os pedidos aduzidos no recuso administrativo, culminando no entendimento de todos os julgadores de que o feito restou prejudicado por perda de objeto, considerando que durante o julgamento a Douta Presidente deste Egrégio Tribunal informou que os mesmos pedidos já haviam sido apreciados e deferidos pela mesma em requerimento apresentado ao referido órgão.

Inconformado com a decisão bem como com as informações prestadas pela Presidência do E. Tribunal, o recorrente opôs embargos de declaração (ID 7045315), alegando omissão na decisão colegiada, a fim de determinar à Presidência do TJE/PA a juntada aos autos de todas as informações públicas requeridas exatamente e no limite do que fora requerido.

Éo necessário a relatar.

VOTO

VOTO

Da análise dos autos, verifica-se que os Embargos de Declaração opostos pelo recorrente carecem de pressuposto intrínseco de admissibilidade recursal, qual seja, o seu cabimento, em obediência ao princípio da adequação, cuja ausência comporta o seu não conhecimento.

Inexiste previsão legal para a oposição dos aclaratórios na esfera recursal administrativa, sendo este um instituto utilizável apenas em processos judiciais.

O art. 28, § 5º do Regimento Interno desta Egrégia Corte de Justiça determina que as decisões emanadas pelo Conselho da Magistratura são terminativas, exceto nos casos de aplicação de penalidade disciplinar, hipótese em que cabe recurso hierárquico ao Tribunal Pleno, nos seguintes termos:

Art. 28. Ao Conselho de Magistratura, além das atribuições previstas em lei ou neste Regimento compete:

(...)

§5º **As decisões do Conselho de Magistratura serão terminativas, salvo nos casos de aplicação de pena disciplinar quando caberá recurso ao Tribunal Pleno**, recebido no efeito devolutivo, no prazo de 5 (cinco) dias. - grifo nosso

Sobre o tema, o Egrégio Tribunal Pleno já manifestou o mesmo entendimento ao julgar os Embargos de Declaração em Processo Administrativo Disciplinar nº.: 2008.3.000766-0, sob relatoria da Exma.

Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, cuja ementa assim dispõe:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO PROLATADA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. INADEQUAÇÃO.

1 - **A ausência de previsão legal para interposição de Embargos de Declaração para atacar decisão administrativa evidencia carência de requisito intrínseco de admissibilidade**;

2 Entendimento emanado da Resolução n.º 30/2007 do CNJ que dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável ao Magistrado;

3 Rediscussão do processo. Decisão injusta ou contrária á lei. Cabimento através da via administrativa

4 - Embargos de declaração que não se conhece." (Pleno do TJE/PA, Acórdão n.º 76.553, publicado em 13.04.2009, Processo Administrativo Disciplinar n.º 2008.3.0007660, Relatora Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, julgado em 11.03.2009, DJe de 27/03/2009). - grifo nosso

No mesmo sentido, é a jurisprudência deste Conselho da Magistratura:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA DECISÃO DO CONSELHO DA MAGISTRATURA. INCABÍVEIS POR FALTA DE PREVISÃO LEGAL. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO QUE SE IMPÕE. **1. Não se conhecem dos Embargos de Declaração quando estes são opostos contra decisão na senda administrativa, face a ausência de previsão legal que os ampare**. 2. A atuação do Conselho da Magistratura tem seus limites no artigo 28 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que estabelece como terminativas suas decisões, admitindo recurso, mas ao Tribunal Pleno, tão somente quando delas resultarem aplicação de penalidade. 3. Embargos de Declaração não conhecidos. (2018.04703784-73, 198.112, Rel. MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, Órgão Julgador CONSELHO DA MAGISTRATURA, Julgado em 2018-11-14, Publicado em 2018-11-22) – grifo nosso

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA INTERPOSIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS. CARÊNCIA DE REQUISITO INTRÍNSECO DE ADMISSIBILIDADE. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL PLENO E DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1- O Tribunal Pleno do TJE/PA já possui entendimento pacificado no sentido de que a previsão legal é pressuposto intrínseco de admissibilidade (adequação) para interposição de aclaratórios, cuja a ausência enseja o não conhecimento do recurso. 2- Sabe-se que o presente recurso interposto não encontra respaldo na legislação de direito administrativo, tampouco no Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça, o que inviabiliza sua admissibilidade. 3- Recurso não conhecido. (2019.00145159-63, 199.819, Rel. EZILDA PASTANA MUTRAN, Órgão Julgador CONSELHO DA MAGISTRATURA, Julgado em 2019-01-16, Publicado em 2019-01-18)

Assim, por não haver amparo legal, os presentes embargos declaratórios não devem ser conhecidos por ausência de pressuposto intrínseco de admissibilidade.

Ante ao exposto, NÃO CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS, por serem incabíveis na espécie.

Écomo voto.

Belém, de fevereiro de 2022.

Desa. EVA DO AMARAL COELHO

Relatora

Belém, 24/03/2022

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Faço público a quem interessar possa que, para **a 03ª Sessão PJE por Vídeo Conferência da Seção de Direito Público**, a realizar-se no dia **05 de ABRIL de 2022**, com início às 11h30**,** foi pautado pelo Exmo. Sr. Des. **ROBERTO GONÇALVES DE MOURA**, Presidente da Seção, os seguintes feitos para julgamento:

Processos Pautados

Ordem: 01 **Processo** : **0803761-15.2018.8.14.0000**: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a) : Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO IMPETRANTE : OBRAS SOCIAIS DA PAROQUIA DE NAZARE

ADVOGADO : DANIELLE SIQUEIRA NASCIMENTO - (OAB PA26594-E)

ADVOGADO : JOAO ROGERIO DA SILVA RODRIGUES - (OAB PA15255-A)

ADVOGADO : DAYANE SENA DOS SANTOS - (OAB PA29597-A)

POLO PASSIVO IMPETRADO

: SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

INTERESSADO : ESTADO DO PARA

AUTORIDADE : ESTADO DO PARA

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem : 02 **Processo** : **0802450-52.2019.8.14.0000** : **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a) : Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO PARTE AUTORA : ANA VICTORIA BOTELHO DE BRITO

ADVOGADO : ALESSANDRA DO SOCORRO RODRIGUES BOTELHO - (OAB PA20912)

ADVOGADO : RAFAEL CALVINHO SILVA - (OAB PA017877)

POLO PASSIVO IMPETRADO : SECRETÁRIA DE ESTADO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (SEAD)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO : ESTADO DO PARA

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem : 03 **Processo** : **0809300-54.2021.8.14.0000 MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a) : Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO IMPETRANTE : JOSE QUENIS DA SILVA

ADVOGADO : VIVIANE MARQUES DE OLIVEIRA - (OAB PA22208-A)

POLO PASSIVO IMPETRADO : JOSÉ MAURO Ó DE ALMEIDA

IMPETRADO : SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem : 04 **Processo** : **0804756-57.2020.8.14.0000**: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a) : Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO IMPETRANTE : PRO LAV COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS EIRELI - EPP

ADVOGADO : EWERTON BELLINATI DA SILVA - (OAB MS8212-A)

POLO PASSIVO IMPETRADO : FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS TERCEIRO INTERESSADO : ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem : 05 **Processo** : **0809928-77.2020.8.14.0000**: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a) : Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO AUTORIDADE : ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO REU : MARIA HELENA BOTELHO DE MORAES

ADVOGADO : ANA CLAUDIA CORDEIRO DE ABDORAL LOPES - (OAB PA7901-A)

OUTROS INTERESSADOS TERCEIRO INTERESSADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ **PROCURADORIA** : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Faço público a quem interessar possa que, para **a 5º Sessão PJE Plenário Virtual da Seção de Direito Público**, com início dia **05 de ABRIL de 2022**, a partir da **14h,** foi pautado pela Exmo. Sr. Des. ROBERTO GONÇALVES DE MOURA, Presidente da Seção, os seguintes feitos para julgamento:

Processos Pautados

Ordem : 01 **Processo**: **0000191-59.2015.8.14.0000**: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a) : Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO AUTORIDADE : ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO AUTORIDADE : BELARMINO ROBERTO NASCIMENTO FERREIRA

ADVOGADO : DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

Ordem : 02 **Processo** : **0872793-77.2018.8.14.0301**: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a) : Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO PARTE AUTORA : RMB MANGANES LTDA - EPP

ADVOGADO : LEONARDO ROCHA DE FARIA - (OAB MG93052-A)

POLO PASSIVO IMPETRADO : SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMAS

OUTROS INTERESSADOS TERCEIRO INTERESSADO : ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem : 03 **Processo** : **0809795-98.2021.8.14.0000**: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a) : Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO IMPETRANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO PARÁ

ADVOGADO : ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS - (OAB PA5541-A)

POLO PASSIVO IMPETRADO : SEAP- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem : 04 **Processo** : **0824896-48.2021.8.14.0301: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a) : Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO AUTORIDADE : EDNA BORGES MENDES DIAS

ADVOGADO : DAVID BORGES MENDES - (OAB PA28493-A)

ADVOGADO : IVAN ALBERTO MOCBEL VELOSO - (OAB PA29665-A)

POLO PASSIVO AUTORIDADE : SEPLAD - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

AUTORIDADE : ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ **PROCURADORIA** : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem : 05 **Processo** : **0800925-69.2018.8.14.0000** : **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a) : Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO AUTOR : ESTADO DO PARA

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO REU : TATIMAR MIRANDA DA SILVA

ADVOGADO : JOSE FRANCISCO CORREA DE OLIVEIRA - (OAB PA15229-A)

Ordem: 06 **Processo**: **0808643-82.2021.8.14.0301** : **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a) : Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

POLO ATIVO AUTORIDADE : MICHELE ADRIANA SILVA PIRES

ADVOGADO : JOAO GUTEMBERG VILHENA CATETE - (OAB PA24515-A)

POLO PASSIVO AUTORIDADE : SEAP- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE : JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

REPRESENTANTE : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ **PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem : 07 **Processo 0812179-34.2021.8.14.0000** : **CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA**

Relator(a) : Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

POLO ATIVO EXEQUENTE : MICHELE ADRIANA SILVA PIRES

ADVOGADO : JOAO GUTEMBERG VILHENA CATETE - (OAB PA24515-A)

POLO PASSIVO AUTORIDADE : JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

AUTORIDADE : SEAP- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

INTERESSADO : ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem : 08 **Processo** : **0802576-73.2017.8.14.0000**: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a) : Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

POLO ATIVO AUTOR : ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO REU : DEYSON SILVA DE AGUIAR

ADVOGADO : DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem : 09 **Processo**: **0804480-94.2018.8.14.0000** : **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a) : Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

POLO ATIVO AUTOR : MARIO DA SILVA PINTO JUNIOR

ADVOGADO : RODRIGO MARQUES SILVA - (OAB PA21123-A)

ADVOGADO : JOSE DE OLIVEIRA LUZ NETO - (OAB PA14426-A)

POLO PASSIVO REU : ESTADO DO PARA

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem : 010 **Processo** : **0808181-63.2018.8.14.0000**

Relator(a) : Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

POLO ATIVO AUTOR : ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO REU : NAZILDO VALENTE DA SILVA

OUTROS INTERESSADOS TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO : ESTADO DO PARA

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem : 011 **Processo** : **0801661-24.2017.8.14.0000**: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a) : Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO AUTOR : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

REU : JOSE MARIA VILHENA DOS SANTOS

ADVOGADO : JOSE FRANCISCO CORREA DE OLIVEIRA - (OAB PA15229-A)

Ordem : 012 **Processo** : **0809645-25.2018.8.14.0000**: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a) : Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO AUTOR : ESTADO DO PARA

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO REU : ABNER AGUIAR DE OLIVEIRA

Ordem : 013 **Processo** : **0807863-80.2018.8.14.0000** : **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a) : Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO AUTOR : ESTADO DO PARA

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO REU : FLAVIO NASCIMENTO DE SOUZA

Ordem : 014 **Processo** : **0804688-78.2018.8.14.0000**: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a) : Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO AUTOR : ESTADO DO PARA

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO REU : LEE HANEY DE ARAUJO MENDES

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ **PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem : 015 **Processo** : **0806665-08.2018.8.14.0000** : **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a) : Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO AUTOR : ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO REU : JOSE FLAVIO DO SANTOS VIANA

OUTROS INTERESSADOS TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ **PROCURADORIA**: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 016 **Processo** : **0806382-82.2018.8.14.0000**: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a) : Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO AUTOR : ESTADO DO PARA

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO REU : RONALDO VIVEIROS LIMA

Ordem : 017 **Processo** : **0802463-22.2017.8.14.0000: AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a) : Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO AUTOR : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO REU : ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE CASTRO

ADVOGADO : DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

Ordem : 018 **Processo** : **0805343-50.2018.8.14.0000**: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a) : Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO AUTOR : ESTADO DO PARA

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO REU : EDMUNDO PEREIRA BRITO

ADVOGADO : ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI - (OAB PA7985-A)

Ordem : 019 **Processo** : **0809564-76.2018.8.14.0000**: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Relator(a) : Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO AUTo R : ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO REU : JAILSON SOARES ALBUQUERQUE

ADVOGADO : DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem : 020

Processo

: **0805382-47.2018.8.14.0000**

Classe Judicial

: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Assunto Principal

: **Gratificações e Adicionais**

Sustentação Oral

: Não

Relator(a)

: Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO

AUTOR

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

REU

: ELINEUDE DA COSTA SOUSA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem

: 021

Processo

: **0801875-73.2021.8.14.0000**

Classe Judicial

: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Assunto Principal

: **Sistema Remuneratório e Benefícios**

Sustentação Oral

: Não

Relator(a)

: Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

POLO ATIVO

IMPETRANTE

: ODORICO CORDEIRO MENDES

ADVOGADO

: RENATO JOAO BRITO SANTA BRIGIDA - (OAB PA6947-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem

: 022

Processo

: **0801716-72.2017.8.14.0000**

Classe Judicial

: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Assunto Principal

: **Gratificações e Adicionais**

Sustentação Oral

: Não

Relator(a)

: Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

POLO ATIVO

AUTOR

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

REU

: RANNYERI ZARANZA DIAS DE OLIVEIRA

ADVOGADO

: ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI - (OAB PA7985-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem

: 023

Processo

: **0808786-38.2020.8.14.0000**

Classe Judicial

: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Assunto Principal

: **Adicional por Tempo de Serviço**

Sustentação Oral

: Não

Relator(a)

: Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO

IMPETRANTE

: YURIE KAMIZONO MAC CULLOCH

ADVOGADO

: MANY RABEL BRANDAO DE LIMA - (OAB PA16990-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRACAO

IMPETRADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem

: 024

Processo

: **0807020-18.2018.8.14.0000**

Classe Judicial

: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Assunto Principal

: **Concessão**

Sustentação Oral

: Não

Relator(a)

: Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

POLO ATIVO

AUTOR

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

REU

: ELIVAN DOS SANTOS SOUSA

ADVOGADO

: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem

: 025

Processo

: **0800474-10.2019.8.14.0000**

Classe Judicial

: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Assunto Principal

: **Gratificações e Adicionais**

Sustentação Oral

: Não

Relator(a)

: Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

POLO ATIVO

AUTOR

: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

REU

: GIDALTE BEZERRA DA SILVA

ADVOGADO

: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem : 026 **Processo** : **0809850-83.2020.8.14.0000** : **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Relator(a) : Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO

IMPETRANTE

: JORGENILSON ANDRADE DE MELO

ADVOGADO

: SOLANGE LOPES FERREIRA - (OAB PA26291-A)

POLO PASSIVO

IMPETRADO

: SEAP- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem

: 027

Processo

: **0800600-94.2018.8.14.0000**

Classe Judicial

: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Assunto Principal

: **Assistência Social**

Sustentação Oral

: Não

Relator(a)

: Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO

AUTOR

: ESTADO DO PARA

ADVOGADO

: CHRISTIANNE PENEDO DANIN - (OAB PA8018-A)

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

REU

: ELDER MANOEL SOARES FONSECA

Ordem

: 028

Processo

: **0801822-34.2017.8.14.0000**

Classe Judicial

: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Assunto Principal

: **Gratificações e Adicionais**

Sustentação Oral

: Não

Relator(a)

: Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO

AUTOR

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

REU

: JOSE DOMINGOS PESSOA CABRAL

Ordem

: 029

Processo

: **0800572-63.2017.8.14.0000**

Classe Judicial

: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Assunto Principal

: **Gratificações e Adicionais**

Sustentação Oral

: Não

Relator(a)

: Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO

AUTOR

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

REU

: GILSON MARTINS MENDES

ADVOGADO

: DILERMANO DE SOUZA BENTES - (OAB PA16396)

Ordem

: 030

Processo

: **0008856-93.2017.8.14.0000**

Classe Judicial

: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Assunto Principal

: **Gratificações e Adicionais**

Sustentação Oral

: Não

Relator(a)

: Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO

AUTORIDADE

: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AUTORIDADE

: JOSENIAS COSTA ALMEIDA

ADVOGADO

: FABRICIO BACELAR MARINHO - (OAB PA7617-A)

Ordem

: 031

Processo

: **0801113-96.2017.8.14.0000**

Classe Judicial

: **AÇÃO RESCISÓRIA**

Assunto Principal

: **Gratificações e Adicionais**

Sustentação Oral

: Não

Relator(a)

: Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

POLO ATIVO

AUTOR : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA : PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO REU : MAGDO HENRIQUE DE FREITAS MELO

ADVOGADO : GUSTAVO PERES RIBEIRO - (OAB PA16606-A)

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO- UPJ

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA EM

PLENÁRIO VIRTUAL DA 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA A **10ª SESSÃO ORDINÁRIA** DE 2022, DA EGRÉGIA 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, A SER REALIZADA por meio da ferramenta **plenário virtual**, sistema pje, **com início às 14h Do dia 05 DE ABRIL de 2022 e término às 14h do dia 12 DE ABRIL DE 2022**, FOI PAUTADO, PELO EXMO. SR. DES. **RICARDO FERREIRA NUNES**, PRESIDENTE DA TURMA, O JULGAMENTO DOS SEGUINTES FEITOS:

PROCESSOS ELETRÔNICOS ¿ PJE

ORDEM: 001

PROCESSO: 0800138-98.2022.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: EXONERAÇÃO

RELATOR(A): DESEMBARGADOR RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: J. V. L. B.

ADVOGADO: HENRIQUE BATISTA SILVA - (OAB PA28897-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: S. L. S.

ADVOGADO: SAMARA CHAAR LIMA LEITE - (OAB PA10827)

ORDEM: 002

PROCESSO: 0811504-71.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO INTERNO EMAGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO: DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: JUAREZ IGOR SOBRAL CORDERO

PROCURADOR: CARLOS THADEU MATOS AUAD JUNIOR

ORDEM: 003

PROCESSO: 0810462-84.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

RELATOR(A):DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

EMBARGANTE/AGRAVANTE: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO: DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/AGRAVADO: SOFIA RIBEIRO DE MELO

ADVOGADO: LETICIA BRAGA DA SILVA CORREA JARDIM - (OAB PA17715-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA: MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

ORDEM: 004

PROCESSO: 0814993-19.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: INTERPRETAÇÃO / REVISÃO DE CONTRATO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

EMBARGANTE/AGRAVANTE: VINICIUS CARVALHO DA COSTA

ADVOGADO: DENNIS VERBICARO SOARES - (OAB PA9685-A)

EMBARGANTE/AGRAVANTE: TAHIANA MONTEIRO DE SOUZA COSTA

ADVOGADO: DENNIS VERBICARO SOARES - (OAB PA9685-A)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/AGRAVADO: BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZACAO

PROCURADORIA: BANCO PAN S.A.

ORDEM: 005

PROCESSO: 0809033-82.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

RELATOR(A):DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

EMBARGANTE/AGRAVANTE: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO: DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/AGRAVADO: ANA GABRIELA NUNES MONTEIRO

ADVOGADO: MURILO AMARAL FEITOSA - (OAB PA16700-A)

ADVOGADO: RENATA AUGUSTA CARVALHO REZENDE - (OAB PA22574-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA: TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

ORDEM: 006

PROCESSO: 0805290-64.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: CAUÇÃO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: WANANCY PEDRO DA SILVA FEITOSA

ADVOGADO: JOSENILDO DOS SANTOS SILVA - (OAB PA7812-A)

AGRAVANTE: MARIA GEORGETE DE SOUSA FEITOSA

ADVOGADO: JOSENILDO DOS SANTOS SILVA - (OAB PA7812-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: CASSIO FERNANDES DA LUZ

ADVOGADO: GUILHERME HENRIQUE DE OLIVEIRA MELLO - (OAB PA14565-A)

ADVOGADO: GUILHERME AUGUSTO LIMA MACHADO - (OAB PA19377-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA: MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

ORDEM: 007

PROCESSO: 0815250-44.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: LIMINAR

RELATOR(A):DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: AGOSTINHO ALBERNAS DA SILVA

ADVOGADO: JOSE CLAUDIO DE LIMA PINHEIRO - (OAB PA005345-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: BIOPALMA DA AMAZONIA S.A. REFLORESTAMENTO INDUSTRIA E COMERCIO

ADVOGADO: RENAN AZEVEDO SANTOS - (OAB PA18988-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

ORDEM: 008

PROCESSO: 0808624-77.2019.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: RESGATE DE CONTRIBUIÇÃO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: BANPARÁ

ADVOGADO: ERON CAMPOS SILVA - (OAB PA11362-A)

PROCURADOR:IA BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A - BANPARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO: VERA LUCIA DA ROCHA PAYSANO

ADVOGADO: LARS DANIEL SILVA ANDERSEN TRINDADE - (OAB PA19501)

ADVOGADO: YOLENE DE AZEVEDO BARROS - (OAB PA1490-A)

ADVOGADO: CARLOS ALBERTO GUEDES FERRO E SILVA - (OAB PA1076-A)

ADVOGADO: MICHELLE SILVA FERRO E SILVA - (OAB PA0026910A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA: MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

ORDEM: 009

PROCESSO: 0809748-95.2019.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

RELATOR(A):DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: STAR PARK SERVICE LTDA - ME

ADVOGADO: RENATA KELLY CASTRO MELO - (OAB PA019208)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO: LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS - (OAB PA25197-S)

ADVOGADO: EDSON ROSAS JUNIOR - (OAB PA25196-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

ORDEM: 010

PROCESSO: 0807241-93.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO: DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: JOSE OCTAVIO FRANCO JATENE

ADVOGADO: NILDO TEIXEIRA DIAS - (OAB PA20339-A)

ORDEM: 011

PROCESSO: 0814766-29.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

RELATOR(A):DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO: DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: HEITOR RAFAEL VILHENA GAVINHO

ADVOGADO: LUCAS FONSECA CUNHA - (OAB PA29438-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA: MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

ORDEM: 012

PROCESSO: 0810588-37.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: REVISÃO

RELATOR(A):DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: ARMANDO AUGUSTO COELHO DA SILVA BITTENCOURT

ADVOGADO: VIVIANNE SARAIVA SANTOS - (OAB PA17440-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: AMANDA CARVALHO BITTENCOURT

ADVOGADO: LUCIA VALENA BARROSO PEREIRA CARNEIRO - (OAB PA006935)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

ORDEM: 013

PROCESSO: 0802858-72.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

RELATOR(A):DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO: DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: IZABEL REGINA FONTENELE RIBEIRO

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: NELSON PEREIRA MEDRADO

ORDEM: 014

PROCESSO: 0808077-03.2020.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: CONTRATOS BANCÁRIOS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: BANCO DA AMAZONIA SA [BASA DIRECAO GERAL]

ADVOGADO: HELIANE NUNES PIZA - (OAB PA15086-A)

ADVOGADO: KARLENE AZEVEDO DE AGUIAR - (OAB PA11325-A)

ADVOGADO: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANCO - (OAB PA10396-A)

ADVOGADO: NORTHON SERGIO LACERDA SILVA - (OAB AC2708-A)

PROCURADORIA: BANCO DA AMAZÔNIA S.A

POLO PASSIVO

AGRAVADO: RODOLFO HANS GELLER

ADVOGADO: RODOLFO HANS GELLER - (OAB PA143-S)

AGRAVADO: MIGUEL BORGHEZAN

ADVOGADO: MIGUEL BORGHEZAN - (OAB PA2834-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

ORDEM: 015

PROCESSO: 0814636-39.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL :RESPONSABILIDADE CIVIL

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: WESLEI RESENDE

ADVOGADO: WALERIA MARIA ARAUJO DE ALBUQUERQUE - (OAB PA10314-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: MOVIDA LOCACAO DE VEICULOS S.A.

ADVOGADO: MAYRA PESTANA GALANTE - (OAB SP449631-A)

ORDEM: 016

PROCESSO: 0814527-25.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: SOLVE SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S/A

ADVOGADO: RAFAEL MACEDO ROQUE - (OAB PR63080)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: COURO DO NORTE LTDA

PROCURADOR: MARINA POLIGOWSKI

PROCURADOR: CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN

AGRAVADO: FRANCISCO MARCELO BATISTA BARBOSA

AGRAVADO: MARIA ZILAR PINHEIRO BARBOSA

PROCURADOR: FERNANDO GABRIEL FAZOLLO

ORDEM: 017

PROCESSO: 0802886-40.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: CITAÇÃO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: CONSORCIO PARQUE SHOPPING BELEM

ADVOGADO: TADEU ALVES SENA GOMES - (OAB PA15188-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: ISABELLA DE LIMA PEREIRA - ME

ORDEM: 018

PROCESSO: 0814664-07.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: SM COMUNICACOES LTDA

ADVOGADO: ADELVAN OLIVERIO SILVA - (OAB PA15584-A)

ADVOGADO: EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: REAL ENGENHARIA LTDA

ADVOGADO: RODRIGO PIERRE DE MENEZES - (OAB DF34719)

ADVOGADO: MARIA JOSIANE JORGE DA COSTA CAYRES - (OAB DF50929)

ORDEM: 019

PROCESSO: 0813950-47.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

REPRESENTANTE: YANA MOURA DE SOUSA

ADVOGADO: ANA VICTORIA MENDES DA COSTA - (OAB PA28626)

AGRAVANTE: L. D. S. F.

ADVOGADO: ANA VICTORIA MENDES DA COSTA - (OAB PA28626)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO: DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA: MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

ORDEM: 020

PROCESSO: 0813292-23.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: JUROS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: JOSE CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA

ADVOGADO: EVALDO PINTO - (OAB PA2816-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: RAIMUNDO SOARES

ADVOGADO: JOSE HELDER CHAGAS XIMENES - (OAB PA8142-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: JORGE DE MENDONCA ROCHA

ORDEM: 021

PROCESSO: 0810316-43.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: REVISÃO

RELATOR(A): DESEMBARGADOR AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: JOSE LOPES DA SILVA

ADVOGADO: CICERO SALES DA SILVA - (OAB PA10802-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: MAIANE GRACIELE PEREIRA DA SILVA

PROCURADOR: LAYLLA SILVA MAIA

ADVOGADO: LAYLLA SILVA MAIA - (OAB PA18649-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

ORDEM: 022

PROCESSO: 0802339-97.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E ADMINISTRADORES

RELATOR(A): DESEMBARGADOR AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: KARLA LOPES BARATA CANCELA

ADVOGADO: NELSON RIBEIRO DE MAGALHAES E SOUZA - (OAB PA3560-A)

ADVOGADO: TRICIA FONSECA CARDOSO RODRIGUES E SOUZA - (OAB PA23478-A)

ADVOGADO: MARCIA HELENA DE OLIVEIRA ALVES SERIQUE - (OAB PA16-A)

ADVOGADO: RAIMUNDO NONATO DA TRINDADE SOUZA - (OAB PA14540-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA REIS

ADVOGADO: CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA - (OAB PA1097-A)

ADVOGADO: NELSON PINTO - (OAB PA3153-A)

ADVOGADO: MARCELO PONTE FERREIRA DE SOUZA - (OAB PA4-A)

ADVOGADO: LORENA DO NASCIMENTO BARBOSA MARIA - (OAB PA28420)

AGRAVADO: HELIO MARCIO CASTANHEIRA SOUSA

ADVOGADO: NELSON PINTO - (OAB PA3153-A)

ADVOGADO: CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA - (OAB PA1097-A)

ORDEM: 023

PROCESSO: 0800541-41.2020.8.14.0096

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

RELATOR(A): DESEMBARGADOR RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE: MARIA DO SOCORRO ROSA DOS SANTOS

ADVOGADO: ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB PA28178-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

ORDEM: 024

PROCESSO: 0811045-17.2019.8.14.0040

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: DIREITO DE IMAGEM

RELATOR(A): DESEMBARGADOR RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE: JOSE SILVA CUNHA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO: VIVO TELEFONICA DO BRASIL SA

ADVOGADO: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES - (OAB GO29320-A)

ORDEM: 025

PROCESSO: 0840141-41.2017.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: CONTRATOS BANCÁRIOS

RELATOR(A): DESEMBARGADOR RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE: ELVIS VIEIRA DE ANDRADE

ADVOGADO: KENIA SOARES DA COSTA - (OAB PA15650-A)

ADVOGADO: HAROLDO SOARES DA COSTA - (OAB PA18004-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO HONDA S/A.

ADVOGADO: JULIANO JOSE HIPOLITI - (OAB MS11513-A)

ORDEM: 026

PROCESSO: 0834810-78.2017.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

RELATOR(A): DESEMBARGADOR RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

ADVOGADO: CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ - (OAB PA25485-A)

PROCURADORIA: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

POLO PASSIVO

APELADO: SANDRO HENRIQUE FACUNDO CONCEICAO

ADVOGADO: HELBERT DE PAULA RODRIGUES - (OAB MG124343-A)

ORDEM: 027

PROCESSO: 0042285-26.2014.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: PROMESSA DE COMPRA E VENDA

RELATOR(A): DESEMBARGADOR RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE: ESPERANCA INCORPORADORA LTDA

ADVOGADO: PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA - (OAB PA5586-A)

ADVOGADO: MAISA PINHEIRO CORREA VON GRAPP - (OAB PA11606-A)

ADVOGADO: ISIS KRISHINA REZENDE SADECK - (OAB PA9296-A)

APELANTE: CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA

ADVOGADO: EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

APELANTE: ADRIANO DE CASTRO CARVALHO

ADVOGADO: AYMORE JAROSLAV DE MELO HOSTENSKY - (OAB PA20464-A)

APELANTE: MIDORI UEOKA CARVALHO

ADVOGADO: AYMORE JAROSLAV DE MELO HOSTENSKY - (OAB PA20464-A)

POLO PASSIVO

APELADO: ADRIANO DE CASTRO CARVALHO

ADVOGADO: AYMORE JAROSLAV DE MELO HOSTENSKY - (OAB PA20464-A)

APELADO: MIDORI UEOKA CARVALHO

ADVOGADO: AYMORE JAROSLAV DE MELO HOSTENSKY - (OAB PA20464-A)

APELADO: ESPERANCA INCORPORADORA LTDA

ADVOGADO: PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA - (OAB PA5586-A)

APELADO: CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA

ADVOGADO: EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

ORDEM: 028

PROCESSO: 0009059-64.2019.8.14.0039

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

EMBARGANTE/APELANTE: BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO: WILSON SALES BELCHIOR - (OAB PA20601-A)

ADVOGADO: HIAN CARVALHO OLIVEIRA - (OAB PA25929-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

POLO PASSIVO

EMBARGADO/APELADO: ANTONIO LUIS DO NASCIMENTO

ADVOGADO: RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA - (OAB TO4018-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA: ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

ORDEM: 029

PROCESSO: 0103934-55.2015.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

EMBARGANTE/APELANTE: IVO MARQUES DA SILVA JUNIOR

ADVOGADO: MAURO MARQUES GUILHON - (OAB PA5-A)

EMBARGANTE/APELANTE: MEIB NASCIMENTO MARQUES

ADVOGADO: MAURO MARQUES GUILHON - (OAB PA5-A)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/APELADO: CONSTRUTORA LEAL MOREIRA

ADVOGADO: JULYANA MARIA KATAOKA CRUZ - (OAB PA23550-A)

ADVOGADO: EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

EMBARGADO/APELADO: HARMONICA INCORPORADORA LTDA

ADVOGADO: JULYANA MARIA KATAOKA CRUZ - (OAB PA23550-A)

ADVOGADO: EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

ORDEM: 030

PROCESSO: 0025014-96.2009.8.14.0133

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: ESBULHO / TURBAÇÃO / AMEAÇA

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

EMBARGANTE/APELANTE: JANY KELLY BASTAZINI

ADVOGADO: THALES EDUARDO RODRIGUES PEREIRA - (OAB PA3574-A)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/APELADO: SIMONE LIE NAKAO

ADVOGADO: LEONIDAS GONCALVES DE ALCANTARA - (OAB PA4854-A)

EMBARGADO/APELADO: SATOMI LIA MOKONUMA

ADVOGADO: LEONIDAS GONCALVES DE ALCANTARA - (OAB PA4854-A)

EMBARGADO/APELADO: MASAKAZU SHIMIZU

ADVOGADO: LEONIDAS GONCALVES DE ALCANTARA - (OAB PA4854-A)

EMBARGADO/APELADO: SHIGEHARU SHIMIZU

ADVOGADO: LEONIDAS GONCALVES DE ALCANTARA - (OAB PA4854-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA: TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

TERCEIRO INTERESSADO: ARTEMAS RIBEIRO DE BARROS JUNIOR

ORDEM: 031

PROCESSO: 0808490-83.2020.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: PRÁTICAS ABUSIVAS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

EMBARGADO/APELANTE: MARIA HELENA FERREIRA MATIAS

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

EMBARGANTE/APELADO: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO: DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA: TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

ORDEM: 032

PROCESSO: 0824120-87.2017.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

EMBARGANTE/EMBARGADO/APELANTE: TRANSCOL TRANSPORTE E TURISMO LTDA

ADVOGADO: MANUEL ALBINO RIBEIRO DE AZEVEDO JUNIOR - (OAB PA23221-A)

ADVOGADO: DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

ADVOGADO: JOAO PAULO DE KOS MIRANDA SIQUEIRA - (OAB PA19044-A)

POLO PASSIVO

EMBARGANTE/EMBARGADO/APELADO: VIVO

ADVOGADO: EDUARDO MATZENBACHER ZARPELON - (OAB SP214-S)

ADVOGADO: BELCHIOR DE JESUS CAVALCANTE MACHADO - (OAB PA23320-A)

ADVOGADO: FELIPE ESBROGLIO DE BARROS LIMA - (OAB RS80851-A)

PROCURADORIA: TELEFÔNICA BRASIL S/A

REPRESENTANTE: TELEFONICA BRASIL

PROCURADORIA: TELEFÔNICA BRASIL S/A

ORDEM: 033

PROCESSO: 0844332-27.2020.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: PENHORA / DEPÓSITO/ AVALIAÇÃO

RELATOR(A): JUIZ CONVOCADO JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR

POLO ATIVO

EMBARGANTE/APELANTE: IGREJA MUNDIAL DO PODER DE DEUS

ADVOGADO: CARLA NOURA TEIXEIRA - (OAB SP285115-A)

ADVOGADO: BRENDA DA SILVA ASSIS ARAUJO - (OAB PA15692-A)

ADVOGADO: DENNIS BENAGLIA MUNHOZ - (OAB SP92541-A)

ADVOGADO: ANACELI LACERDA MARIN - (OAB SP198607-A)

ADVOGADO: DANIELA LOPES GUGLIANO BENAGLIA MUNHOZ - (OAB SP130441-A)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/APELADO: SM COMUNICACOES LTDA

ADVOGADO: GILCILEIA DE NAZARE BRITO MONTE SANTO - (OAB PA8592-A)

ADVOGADO: MARIO SERGIO PINTO TOSTES - (OAB PA3352-A)

ADVOGADO: BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA - (OAB PA8770-A)

ORDEM: 034

PROCESSO: 0804998-90.2020.8.14.0040

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: DISSOLUÇÃO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: ENESILDO GONÇALVES DE SOUSA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO: DILMA PACHECO

ADVOGADO: MELQUISEDEQUE QUINTANILHA - (OAB PA8388-A)

APELADO: MARIA CLARA PACHECO SOUSA

ADVOGADO: MELQUISEDEQUE QUINTANILHA - (OAB PA8388-A)

APELADO: WANDERSON PACHECO DE SOUSA

ADVOGADO: MELQUISEDEQUE QUINTANILHA - (OAB PA8388-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA: MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

ORDEM: 035

PROCESSO: 0800012-51.2019.8.14.0130

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: TARIFAS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: VALDECIR DA LUZ CARDOZO

ADVOGADO: WAIRES TALMON COSTA JUNIOR - (OAB MA12234-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB PA15201-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ORDEM: 036

PROCESSO: 0800482-20.2020.8.14.0107

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: LUIZ ALVES DO NASCIMENTO

ADVOGADO: THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO DO BRASIL SA

PROCURADORIA: BANCO DO BRASIL S/A

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA: MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

ORDEM: 037

PROCESSO: 0873690-08.2018.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: LUCIA DE FATIMA AZEVEDO

ADVOGADO: PATRICIA GABRIELA RIBEIRO CABRAL - (OAB PA19014-A)

POLO PASSIVO

APELADO: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO: DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA: MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

ORDEM: 038

PROCESSO: 0800402-84.2020.8.14.0130

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: DALIA PEREIRA DE BRITO

ADVOGADO: WAIRES TALMON COSTA JUNIOR - (OAB MA12234-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB PA28178-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORA: ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

ORDEM: 039

PROCESSO: 0007672-04.2019.8.14.0107

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: RESPONSABILIDADE CIVIL

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: ALENCAR LUIS FRITZEN

ADVOGADO: MIGUEL SZAROAS NETO - (OAB PA8012-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BUNGE ALIMENTOS S/A

ADVOGADO: ERNANE COSTA MOREIRA - (OAB PA17391-A)

ORDEM: 040

PROCESSO: 0010777-67.2011.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: RECONHECIMENTO / DISSOLUÇÃO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: BERENICE PEREIRA FERREIRA

ADVOGADO: GIOVANA EUGENIA DE SOUZA E SILVA - (OAB PA7642-A)

APELANTE: GIOVANA EUGENIA DE SOUZA E SILVA

ADVOGADO: GIOVANA EUGENIA DE SOUZA E SILVA - (OAB PA7642-A)

APELANTE: RAQUEL PRISCILA DE JESUS RIBEIRO E SILVA

ADVOGADO: RODRIGO MONTEIRO BARATA - (OAB PA14377-A)

APELANTE: HELCIMARA DE JESUS FERREIRA E SILVA

ADVOGADO: MARCIA HELENA RAMOS AGUIAR - (OAB PA9089-A)

ADVOGADO: GIOVANA EUGENIA DE SOUZA E SILVA - (OAB PA7642-A)

ADVOGADO: DALIEVANNY SOUZA DE OLIVEIRA - (OAB PA14992-A)

APELANTE: CLAUDIO ROBERTO DE SOUZA E SILVA

APELANTE: JOICE DE JESUS FERREIRA E SILVA

ADVOGADO: GIOVANA EUGENIA DE SOUZA E SILVA - (OAB PA7642-A)

ADVOGADO: MARCIA HELENA RAMOS AGUIAR - (OAB PA9089-A)

APELANTE: PATRICIA DE JESUS RIBEIRO E SILVA

ADVOGADO: RODRIGO MONTEIRO BARATA - (OAB PA14377-A)

APELANTE: MAURICIO DE JESUS RIBEIRO E SILVA

ADVOGADO: RODRIGO MONTEIRO BARATA - (OAB PA14377-A)

APELANTE: INNOCENCIO RICARDO DE SOUZA E SILVA

ADVOGADO: GIOVANA EUGENIA DE SOUZA E SILVA - (OAB PA7642-A)

APELANTE: ANDRÉIA CRISTINA DE JESUS RIBEIRO E SILVA

ADVOGADO: RODRIGO MONTEIRO BARATA - (OAB PA14377-A)

REPRESENTANTE: DEFENSORIA: PUBLICA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO: VERA LUCIA ESTEVES DE LIMA RIBEIRO

ADVOGADO: VANESSA DOS SANTOS BORGES - (OAB PA7012-A)

ADVOGADO: RAFAELLA DIAS MATNI - (OAB PA16366-A)

ORDEM: 041

PROCESSO: 0003021-72.2016.8.14.0061

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: CONTRATOS BANCÁRIOS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PA15674-A)

REPRESENTANTE: BANCO BRADESCO S/A

POLO PASSIVO

APELADO: LB INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS

ADVOGADO: MARIA D AJUDA GOMES FRAGAS PAULUCIO - (OAB PA18305-A)

APELADO: LAUCIONE BONI

ORDEM: 042

PROCESSO: 0051521-77.2015.8.14.0006

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INTERPRETAÇÃO / REVISÃO DE CONTRATO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA SA

ADVOGADO: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PA15674-A)

ADVOGADO: RENATO TADEU RONDINA MANDALITI - (OAB SP115762-A)

POLO PASSIVO

APELADO: JOAO JORGE SOARES ROCHA

ADVOGADO: JOSE EDUARDO PEREIRA ROCHA - (OAB PA18045-A)

ORDEM: 043

PROCESSO: 0001354-15.2019.8.14.0039

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: NELSON DE OLIVEIRA BORGES

ADVOGADO: OTAVIO SOCORRO ALVES SANTA ROSA - (OAB PA26338-A)

ADVOGADO: RODOLFO FIASCHI RICCIARDI - (OAB SP392157-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO: REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI - (OAB SP257220-A)

ORDEM: 044

PROCESSO: 0014028-59.2018.8.14.0039

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: FRANCISCO BRITO DA SILVA

ADVOGADO: RODOLFO FIASCHI RICCIARDI - (OAB SP392157-A)

ADVOGADO: OTAVIO SOCORRO ALVES SANTA ROSA - (OAB PA26338-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO BMG SA

ADVOGADO: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - (OAB MG109730-A)

PROCURADORIA: BANCO BMG S.A.

ORDEM: 045

PROCESSO: 0815196-60.2021.8.14.0006

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: BANCO HYUNDAI CAPITAL BRASIL S.A

ADVOGADO: LUCIANO GONCALVES OLIVIERI - (OAB ES11703-A)

PROCURADORIA: BANCO HYUNDAI CAPITAL BRASIL S.A

POLO PASSIVO

APELADO: WELLITON DE SOUZA CRUZ

ORDEM: 046

PROCESSO: 0054281-89.2012.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: PERDA DA PROPRIEDADE

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: AUGUSTO MENDES DOS SANTOS

ADVOGADO: ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA - (OAB PA13372-A)

POLO PASSIVO

APELADO: OSVALDO RODRIGUES BRAZ

ADVOGADO: VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA - (OAB PA9664-A)

ADVOGADO: ALDA NASCIMENTO COSTA LIMA - (OAB PA012781)

APELADO: MARIA HELENA MARTINS LUCENA BRAZ

ADVOGADO: VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA - (OAB PA9664-A)

ADVOGADO: ALDA NASCIMENTO COSTA LIMA - (OAB PA012781)

ORDEM: 047

PROCESSO: 0800161-52.2019.8.14.0096

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: LIMINAR

RELATOR(A): DESEMBARGADOR AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: ANACLETO FERREIRA MARTINS

ADVOGADO: BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

ADVOGADO: DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (OAB RJ60359-A)

PROCURADORIA: ITAÚ UNIBANCO S.A.

REPRESENTANTE: ITAU UNIBANCO S.A.

ORDEM: 048

PROCESSO: 0800360-40.2020.8.14.0096

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

RELATOR(A): DESEMBARGADOR AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: MARIA DO SOCORRO MENDES DE SOUZA

ADVOGADO: ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB PA15201-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

ORDEM: 049

PROCESSO: 0800235-72.2020.8.14.0096

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

RELATOR(A): DESEMBARGADOR AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: SUZETE SILVA MACHADO

ADVOGADO: ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB PA28178-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

REPRESENTANTE: BANCO BRADESCO SA

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

ORDEM: 050

PROCESSO: 0800498-07.2020.8.14.0096

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

RELATOR(A): DESEMBARGADOR AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: CARLOS ALBERTO SANTOS DA LUZ

ADVOGADO: ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PA15674-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADORIA: PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE: PROCURADORIA GERAL FEDERAL

PROCURADOR:IA PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

ORDEM: 051

PROCESSO: 0800233-05.2020.8.14.0096

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

RELATOR(A): DESEMBARGADOR AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: SUZETE SILVA MACHADO

ADVOGADO: ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

ADVOGADO: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB PA28178-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

REPRESENTANTE: BANCO BRADESCO SA

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

ORDEM: 052

PROCESSO: 0800551-85.2020.8.14.0096

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

RELATOR(A): DESEMBARGADOR AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: MARIA DO SOCORRO MENDES DE SOUZA

ADVOGADO: ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB PA15201-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

ORDEM: 053

PROCESSO: 0800118-81.2020.8.14.0096

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

RELATOR(A): DESEMBARGADOR AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB PA15201-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

POLO PASSIVO

APELADO: ROSILDA NAZARE DA SILVA

ADVOGADO: ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

ORDEM: 054

PROCESSO: 0800499-89.2020.8.14.0096

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

RELATOR(A): DESEMBARGADOR AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: CARLOS ALBERTO SANTOS DA LUZ

ADVOGADO: ANDRELINO FLAVIO DA COSTA BITENCOURT JUNIOR - (OAB PA11112-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PA15674-A)

PROCURADORIA: BANCO BRADESCO S/A

ORDEM: 055

PROCESSO: 0003605-21.2004.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: VÍCIOS FORMAIS DA SENTENÇA

RELATOR(A): DESEMBARGADOR AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: G S ARAUJO - ME

ADVOGADO: JOSE ACREANO BRASIL - (OAB PA1717-A)

POLO PASSIVO

APELADO: INFAN INDUSTRIA QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S/A

ADVOGADO: SERGIO PAULO NASCIMENTO DA SILVA - (OAB PA5654-A)

ADVOGADO: EVILASIO TENORIO DA SILVA NETO - (OAB PE31019)

ORDEM: 056

PROCESSO: 0813162-71.2019.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INSCRIÇÃO NA MATRÍCULA DE REGISTRO TORRENS

RELATOR(A): JUIZ CONVOCADO JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR

POLO ATIVO

APELANTE: LILIANE RUFFEIL TABOSA

ADVOGADO: GABRIEL COMESANHA PINHEIRO - (OAB PA15274-A)

APELANTE: LISOMAR RUFFEIL TABOSA

ADVOGADO: GABRIEL COMESANHA PINHEIRO - (OAB PA15274-A)

POLO PASSIVO

APELADO: JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA EM VIDEOCONFERÊNCIA DA 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA A **9ª SESSÃO ORDINÁRIA** DE 2022, DA EGRÉGIA 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, A SER REALIZADA POR MEIO DE **VIDEOCONFERÊNCIA NO DIA 05 DE ABRIL DE 2022, ÀS 09H30,** CONFORME PORTARIA CONJUNTA Nº 1/2020 ¿ GP-VP-CGJ, DE 29/04/2020, QUE REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS EM VIDEOCONFERÊNCIA, NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), FOI PAUTADO, PELO EXMO. SR. DES. **RICARDO FERREIRA NUNES**, PRESIDENTE DA TURMA, O JULGAMENTO DOS SEGUINTES FEITOS:

PROCESSO:S ELETRÔNICOS

Ordem 001

Processo 0808995-07.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Efeitos

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

AGRAVANTE LUIZ CARLOS ALVES DA MOTA JUNIOR

ADVOGADO GABRIEL MOTA DE CARVALHO - (OAB PA23473-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO BANCO ITAUCARD S.A.

ADVOGADO CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - (OAB PA13846-A)

Ordem 002

Processo 0018943-78.2017.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

Relator(a) Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE TEREZINHA MARLIA VIANA YAMADA

ADVOGADO DANIEL CORDEIRO PERACCHI - (OAB PA10729-A)

ADVOGADO REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA - (OAB PA1746-A)

APELANTE HIROSHI YAMADA

ADVOGADO DANIEL CORDEIRO PERACCHI - (OAB PA10729-A)

ADVOGADO REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA - (OAB PA1746-A)

POLO PASSIVO

APELADO CASTANHEIRA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA

ADVOGADO FABIO BRITO GUIMARAES - (OAB PA15232-A)

Ordem 003

Processo 0800461-79.2018.8.14.0021

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Material

Relator(a) Desembargadora MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE BANCO CETELEM S.A.

ADVOGADO DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - (OAB PA24532-A)

PROCURADORIA BANCO CELETEM

APELANTE TEREZINHA CONCEICAO PAIXAO

ADVOGADO ALINE TAKASHIMA - (OAB PA15740-A)

POLO PASSIVO

APELADO TEREZINHA CONCEICAO PAIXAO

ADVOGADO ALINE TAKASHIMA - (OAB PA15740-A)

APELADO BANCO CETELEM S.A.

ADVOGADO DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - (OAB PA24532-A)

PROCURADORIA BANCO CELETEM

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 004

Processo 0837713-81.2020.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE BANCO PAN S.A.

ADVOGADO ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

PROCURADORIA BANCO PAN S.A.

POLO PASSIVO

APELADO JOSUE DA SILVA MONTEIRO

ADVOGADO FERNANDA DE ARAUJO BARROS - (OAB PA26650-A)

Ordem 005

Processo 0033623-15.2010.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Defeito, nulidade ou anulação

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE REAL ENGENHARIA LTDA

ADVOGADO CAMILLA BARBOSA FIGUEIREDO - (OAB PA18902-A)

ADVOGADO ROLAND RAAD MASSOUD - (OAB PA5192-A)

ADVOGADO OCTAVIO CASCAES DOURADO JUNIOR - (OAB PA649-A)

POLO PASSIVO

APELADO MAURO MOREIRA VINAGRE

ADVOGADO LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA - (OAB PA8289-A)

Ordem 006

Processo 0013112-56.2017.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito

Relator(a) Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE ADRIANA LIMA CAMPOS

ADVOGADO NICOLAU MURAD PRADO - (OAB PA14774-A)

ADVOGADO TATHIANA ASSUNCAO PRADO - (OAB PA14531-A)

POLO PASSIVO

APELADO ANTONIO DE SOUZA NEVES

CEJUSC

PRIMEIRO CEJUSC BELÉM

SESSÃO PRESENCIAL DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO 1º CEJUSC DA CAPITAL, LOCAL: 1º ANDAR DO FÓRUM CÍVEL, AO LADO DO GABINETE DA 1ª VARA DE FAMÍLIA.

DIA 29/03/2022

HORÁRIO: 09:00H

7ª VARA

PROCESSO 0014593-67.2005.8.14.0301

AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

REQUERENTE: J K M D S

ADVOGADO: CAC ALEPA ¿ VERA LUCIA FARACO MACIEL

REQUERIDO: R L R

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

DIA 29/03/2022

HORÁRIO: 09:00H

7ª VARA

PROCESSO 0592666-10.2016.8.14.0301

AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL E PARTILHA DE BENS

REQUERENTE: L O L D S

ADVOGADO: RAIMUNDO NONATO DA SILVA GOMES

REQUERIDA: E N S

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

DIA 29/03/2022

HORÁRIO: 11:00

7ª VARA

PROCESSO 0051094-05.2014.8.14.0301

AÇÃO DE ALIMENTOS

REQUERENTE: N S D S

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO: V R S

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

SEÇÃO DE DIREITO PENAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SEÇÃO DE DIREITO PENAL

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA - PLENÁRIO VIRTUAL (PJE) DA SEÇÃO DE DIREITO PENAL, DO ANO DE 2022:

Faço público a quem interessar possa que, para a 18ª SESSÃO ORDINÁRIA - PLENÁRIO VIRTUAL - PJE da Egrégia Seção de Direito Penal, a iniciar-se no dia 29 de março de 2022, às 14:00h, foi pautado o julgamento dos seguintes feitos:

Ordem: 001

Processo: 0815036-53.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: AILTON DO SOCORRO FÉLIX DAS MERCÊS

ADVOGADO: MÁRCIO FÁBIO NUNES DA SILVA - (OAB PA9612-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 002

Processo: 0800296-56.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: JOANY EUSÉBIO MARTINS

ADVOGADO: ROCIVALDO DOS SANTOS BRITO - (OAB PA6524-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ANAJÁS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 003

Processo: 0800129-39.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: CAUÃ VIEIRA DA SILVA

ADVOGADO: VINICIUS SOUSA HESKETH NETO - (OAB PA32202)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 004

Processo: 0800394-41.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: TIAGO FAISTEE REIS DE QUEIROZ

ADVOGADO: GISÉLIA DOMINGAS RAMALHO GOMES DOS REIS - (OAB PA13576-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 005

Processo: 0801958-55.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: ANDERSON ARAGÃO MORAES

ADVOGADO: CARLOS ANTÔNIO DA SILVA FIGUEIREDO - (OAB PA3985-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE CAMETÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 006

Processo: 0802820-26.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: ANDREY DA SILVA LEÃO

ADVOGADO: MARIA DA PIEDADE DA SILVA - (OAB RN12010)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 007

Processo: 0800474-05.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: JOSÉ MARIA BARBOSA DE SOUZA

IMPETRANTE: ADRIANO HENRIQUE LOPES SILVA

ADVOGADO: MARLI SOUZA SANTOS - (OAB PA4672-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ACARÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 008

Processo: 0801785-31.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: PEDRO FERNANDES DOS SANTOS NETO

ADVOGADO: SÉRGIO PAULO CARDOZO DA SILVA - (OAB TO6428-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 009

Processo: 0802520-64.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: SARA ALINE CORDOVIL PEREIRA

PACIENTE: WALMIRA COSTA GOMES

ADVOGADO: MARTHA PANTOJA ASSUNÇÃO - (OAB PA17854-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE CAMETÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 010

Processo: 0802931-10.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: SELVINO LUCAS OLIVEIRA MARQUES

ADVOGADO: MARTHA PANTOJA ASSUNÇÃO - (OAB PA17854-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE CAMETÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 011

Processo: 0802825-48.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: RAQUEL SILVA TRAVASSOS

ADVOGADO: ROGÉRIO CORRÊA BORGES - (OAB PA13795-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 012

Processo: 0803032-47.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: LUANDERSON COSTA

ADVOGADO: MARCOS ROBERTO DA CUNHA NADALON - (OAB PA16235-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE TERRA SANTA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 013

Processo: 0802396-81.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: CARLOS ANDRÉ DA SILVA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE NOVO REPARTIMENTO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 0014

Processo: 0802679-07.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

PACIENTE: RENYLSON TAVARES DE LIMA

ADVOGADO: ANTÔNIO VITOR CARDOSO TOURÃO PANTOJA - (OAB PA19782-A)

ADVOGADO: LEILA VANIA BASTOS RAIOL - (OAB PA25402-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE INQUÉRITOS POLICIAIS E MEDIDAS CAUTELARES DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 015

Processo: 0801821-73.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

PACIENTE: ADSON SANTOS DE BRITO

ADVOGADO: GABRIEL DE RESENDE BRAGA - (OAB PA28205)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DE SANTARÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 016

Processo: 0802026-05.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

PACIENTE: FRANCISCO NUNES DE OLIVEIRA

ADVOGADO: ANTUNES MULLER VINHOTE DE VASCONCELOS - (OAB PA20527-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ÓBIDOS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 017

Processo: 0801875-39.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

PACIENTE: VASTHI ESQUINA LESSA

ADVOGADO: MYLENE DE JESUS FONSECA - (OAB PA15350-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 018

Processo: 0802407-13.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

PACIENTE: SILVIA LETÍCIA MACIEL NONATO

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 019

Processo: 0802895-65.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

PACIENTE: JETRO CARVALHO SALES

ADVOGADO: ROSICLÉIA SANTOS COSTA - (OAB PA30060-A-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE ITAITUBA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 020

Processo: 0802290-22.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

PACIENTE: WENDER DE PAULA SOUSA

ADVOGADO: JUCIMAR GUIMARÃES ROCHA - (OAB PA25782-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE REDENÇÃO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 021

Processo: 0800347-67.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: MAYELLEN HELENA GONÇALVES ESQUERDO

ADVOGADO: AYRTON RODRIGO DA SILVA SAMPAIO - (OAB PA27614)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 022

Processo: 0801296-91.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: KLEIDSON CHARLES CONCEIÇÃO DA SILVA

ADVOGADO: ANDERSON ARAÚJO DE MEDEIROS - (OAB RN6070)

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 023

Processo: 0801297-76.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: ADRIANO OLIVEIRA DA SILVA E OUTROS

PACIENTE: ANDRESSON SOUZA GOES

PACIENTE: HILDSON ALVES DA SILVA

ADVOGADO: ANDERSON ARAÚJO DE MEDEIROS - (OAB RN6070)

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 024

Processo: 0800310-40.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: ADRIANO SARDINHA

ADVOGADO: WEVERSON RODRIGUES DA CRUZ - (OAB PA25304-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 025

Processo: 0803015-11.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: PATRICHY TAILON SILVA FARRAPO

ADVOGADO: ANA CARLA CUNHA DA CUNHA - (OAB PA7485-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE CAPANEMA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 026

Processo: 0801319-37.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: HENRIQUE DOUGLAS PINTO DA SILVA

ADVOGADO: TIAGO ALAVERON ALMEIDA ALVES - (OAB PA17843-A)

ADVOGADO: RICARDO ALMEIDA ALVES - (OAB PA23156-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE PORTEL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 027

Processo: 0802146-48.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: RAIMUNDO LUCIANO SILVA CONCEIÇÃO

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE TAILÂNDIA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 028

Processo: 0800431-68.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: CÉSAR FERNANDES BARROSO

ADVOGADO: SHEISE RODRIGUES DA SILVA - (OAB PA19975)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE XINGUARA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 029

Processo: 0802223-57.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: THIAGO SODRÉ DIAS

ADVOGADO: SAMUEL FERREIRA VASCONCELOS - (OAB MT24920/O)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE NOVO PROGRESSO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 030

Processo: 0801995-82.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: ANDREIA PAULA DOS REIS MONTEIRO

ADVOGADO: ANTÔNIO VITOR CARDOSO TOURÃO PANTOJA - (OAB PA19782-A)

ADVOGADO: LEILA VANIA BASTOS RAIOL - (OAB PA25402-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 031

Processo: 0801634-65.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **EVA DO AMARAL COELHO**

PACIENTE: CHARLEY SILVA DE SOUZA

ADVOGADO: SAMIO GUSTAVO SARRAFF ALMEIDA - (OAB PA24782)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 032

Processo: 0800891-55.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **EVA DO AMARAL COELHO**

PACIENTE: LINDOMBERTO SILVA DE SOUZA

ADVOGADO: ISA DAIANE RANIERI BATISTA - (OAB DF67352)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 033

Processo: 0813147-64.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **EVA DO AMARAL COELHO**

PACIENTE: SEBASTIÃO BARBOSA RAMOS

ADVOGADO: EWERTON FREITAS TRINDADE - (OAB PA9102-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-MIRI

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 034

Processo: 0801471-85.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **EVA DO AMARAL COELHO**

PACIENTE: BRUNO QUADROS ESTEVAM

ADVOGADO: DENILSON SILVA AMORIM - (OAB PA11373-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 035

Processo: 0801943-86.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **EVA DO AMARAL COELHO**

PACIENTE: REGIEL CARDOSO BARROS

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE MELGAÇO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 036

Processo: 0802371-68.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **EVA DO AMARAL COELHO**

PACIENTE: ANDRÉ PEREIRA LOPES

ADVOGADO: JÉSSICA GABRIELLE PICANÇO ARAÚJO - (OAB PA18946-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 037

Processo: 0801917-88.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **EVA DO AMARAL COELHO**

PACIENTE: ORDENIO VAZ DOS SANTOS

ADVOGADO: ANDERSON ARAÚJO DE MEDEIROS - (OAB RN6070)

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 038

Processo: 0801934-27.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **EVA DO AMARAL COELHO**

PACIENTE: VIRGÍLIO NEVES PANTALEÃO

ADVOGADO: ÁLVARO VIANA ORTIZ - (OAB AM13165-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE TERRA SANTA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 039

Processo: 0801905-74.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **EVA DO AMARAL COELHO**

PACIENTE: GUILHERME MARQUES DE AMORIM

ADVOGADO: GIVANI PEREIRA MONTEIRO - (OAB GO48702)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 040

Processo: 0801834-72.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **EVA DO AMARAL COELHO**

PACIENTE: ARLESON DO ESPÍRITO SANTO CARDIA

ADVOGADO: LAURA DO ROSÁRIO COSTA SILVA - (OAB PA8352-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 041

Processo: 0811522-92.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **EVA DO AMARAL COELHO**

PACIENTE: ALESSANDRO DA SILVA TEIXEIRA

ADVOGADO: PÂMELA DANIELA PINHEIRO SAMPAIO - (OAB PA27721-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 042

Processo: 0811746-30.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Juiz Convocado **ALTEMAR DA SILVA PAES**

PACIENTE: WILLEN PEREIRA PANTOJA

ADVOGADO: FERNANDO HENRIQUE DA SILVA GEYER - (OAB PA27523-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE TAILÂNDIA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 043

Processo: 0812371-64.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Juiz Convocado **ALTEMAR DA SILVA PAES**

PACIENTE: L. M. C.

ADVOGADO: MARLON NOVAES DA SILVA - (OAB PA27852-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO EM EXERCÍCIO NO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem: 044

Processo: 0815162-06.2021.8.14.0000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

IMPETRANTE: THIAGO CALDAS QUEIROZ

ADVOGADO: EVANDO MENDONÇA DUTRA - (OAB PA29371-A)

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Belém(PA), 25 de março de 2022.

MARIA DE NAZARÉ CARVALHO FRANCO

Secretária da Seção de Direito Penal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SEÇÃO DE DIREITO PENAL

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA - PLENÁRIO VIRTUAL (PJE) DA SEÇÃO DE DIREITO PENAL, DO ANO DE 2022:

Faço público a quem interessar possa que, para a 19ª SESSÃO ORDINÁRIA - PLENÁRIO VIRTUAL - PJE da Egrégia Seção de Direito Penal, a iniciar-se no dia 05 de abril de 2022, às 14:00h, foi pautado o julgamento dos seguintes feitos:

Ordem: 001

Processo: 0801805-22.2022.8.14.0000

Classe Judicial: DESAFORAMENTO DE JULGAMENTO

Comarca de origem: BREVES (Termo Judiciário de BAGRE)

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

REQUERENTE: JUIZ(A) DE DIREITO EM EXERCÍCIO NO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE (Dra. Cláudia Ferreira Lapenda Figueiroa)

RÉU(S): JARDEL VALENTE PUREZA

ADVOGADO: WADY CHARONE NETO - (OAB PA28194-A)

REQUERIDA: JUSTIÇA PÚBLICA (Juízo de Direito da Comarca de Breves)

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES

Ordem: 002

Processo: 0813344-19.2021.8.14.0000

Classe Judicial: REVISÃO CRIMINAL

Comarca de origem: BRAGANÇA (Vara Criminal)

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

Revisor(a): Desembargadora EVA DO AMARAL COELHO

REQUERENTE: CARLOS AUGUSTO DE CAMPOS GONÇALVES

ADVOGADO: JOSÉ NAZARENO ROSÁRIO CAMELO - (OAB PA22336)

ADVOGADO: ANDERSON COSTA PINTO - (OAB PA24958-A)

REQUERIDA: JUSTIÇA PÚBLICA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA: Dr. CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR

Ordem: 003

Processo: 0813519-13.2021.8.14.0000

Classe Judicial: REVISÃO CRIMINAL

Comarca de origem: XINGUARA (Vara Criminal)

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

Revisor(a): Desembargadora EVA DO AMARAL COELHO

REQUERENTE: RAIMUNDO DA CRUZ PACHECO

ADVOGADO: ANTÔNIO RAFAEL SILVA CORRÊA - (OAB PA27930-A)

REQUERIDA: JUSTIÇA PÚBLICA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA: Dr. CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR

Ordem: 004

Processo: 0808633-50.2021.8.14.0006

Classe Judicial: CONFLITO DE JURISDIÇÃO

Relator(a): Juiz Convocado **ALTEMAR DA SILVA PAES**

SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELÉM

SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER

Belém(PA), 25 de março de 2022.

MARIA DE NAZARÉ CARVALHO FRANCO

Secretária da Seção de Direito Penal

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DA SEÇÃO DE DIREITO PENAL

16ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL ¿ PJE, DA SEÇÃO DE DIREITO PENAL, iniciada em 22 de março de 2022, às 14h, sob a presidência do Excelentíssimo Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Junior, com a participação dos Excelentíssimos Desembargadores Rômulo José Ferreira Nunes, Vania Fortes Bitar, Vânia Lúcia Carvalho da Silveira, Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, Leonam Gondim da Cruz Júnior, Eva do Amaral Coelho, Kédima Pacífico Lyra, o Juiz Convocado Altemar da Silva Paes e o Representante do Ministério Público, Dr(a). Ricardo Albuquerque da Silva.

JULGAMENTOS PAUTADOS

Ordem: 001

Processo: 0815054-74.2021.8.14.0000 - SEGREDO DE JUSTIÇA

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: A. S. DE S

ADVOGADO: ANNE MAYARA OLIVEIRA BATISTA - (OAB PA24908-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE MEDICILÂNDIA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal conheceu em parte o pedido e, na parte conhecida, denegou a ordem.

Ordem: 002

Processo: 0815223-61.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: S. DA C. S

ADVOGADO: ANNE MAYARA OLIVEIRA BATISTA - (OAB PA24908-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE URUARÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal não conheceu a ordem.

Ordem: 003

Processo: 0814529-92.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: JÚLIO SÉRGIO GAIA RIBEIRO

ADVOGADO: KATARINA DA SILVA PEREIRA - (OAB PA29729)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO ¿ PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal conheceu em parte o pedido e, na parte conhecida, denegou a ordem.

Ordem: 004

Processo: 0800144-08.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: DENILSON DA ROCHA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE BREU BRANCO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 005

Processo: 0800125-02.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: CELIVA MENDES DA SILVA

ADVOGADO: WENDERSON PESSOA DA SILVA - (OAB PA29922-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ALMEIRIM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RETIRADO

Ordem: 006

Processo: 0815036-53.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: AILTON DO SOCORRO FÉLIX DAS MERCÊS

ADVOGADO: MÁRCIO FÁBIO NUNES DA SILVA - (OAB PA9612-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RETIRADO

Ordem: 007

Processo: 0800296-56.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: JOANY EUSÉBIO MARTINS

ADVOGADO: ROCIVALDO DOS SANTOS BRITO - (OAB PA6524-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ANAJÁS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RETIRADO

Ordem: 008

Processo: 0814816-55.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: JOÃO DANIEL FERREIRA PEREIRA

ADVOGADO: FRANK ANDERSON LIMA MARQUES DE SOUZA - (OAB PA29364)

ADVOGADO: ANTÔNIO VITOR CARDOSO TOURÃO PANTOJA - (OAB PA19782-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-MIRI

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 009

Processo: 0801595-68.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: C.A. P DE C

ADVOGADO: DOMENICO FACIOLA BRANCO - (OAB PA32233)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal conheceu em parte o pedido e, na parte conhecida, denegou a ordem.

Ordem: 010

Processo: 0800360-66.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: ABIMAEL PEREIRA DA ROCHA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE DE PARAUAPEBAS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RETIRADO

Ordem: 011

Processo: 0800895-92.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: CLAIOWTON MARCAL SARAIVA

ADVOGADO: FÁBIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA - (OAB PA27263-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 012

Processo: 0815116-17.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: JORNILSON MORAES SOARES

ADVOGADO: FERNANDO HENRIQUE DA SILVA GEYER - (OAB PA27523-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE TAILÂNDIA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 013

Processo: 0800238-53.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: ADÃO CARVALHO ALVES

ADVOGADO: LEONARDO BRAGA DUARTE - (OAB TO8161-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SANTANA DO ARAGUAIA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 014

Processo: 0815237-45.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: LUCILENE DO SOCORRO SANTOS DA SILVA

ADVOGADO: REGINA MARIA SOARES BARRETO DE OLIVEIRA - (OAB PA7508-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE BARCARENA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal não conheceu a ordem.

Ordem: 015

Processo: 0814439-84.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: WANDERSON TIAGO CRUZ BARROS

PACIENTE: ROBERTO VIEIRA DOS SANTOS

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SÃO FÉLIX DO XINGU

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 016

Processo: 0801484-84.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: JOSÉ AGUINALDO MENDONÇA DA ROCHA

ADVOGADO: CARLOS EDUARDO RÉGIS RAMOS - (OAB SP297102)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 017

Processo: 0800048-90.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: RAFAEL MACHADO MARINS

ADVOGADO: CAROLINE ANDRESKA TARGANSKI - (OAB MT28060/B)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE RIO MARIA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal conheceu em parte o pedido e, na parte conhecida, denegou a ordem.

Ordem: 018

Processo: 0814156-61.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: EDIMILSON TEIXEIRA DA COSTA

PACIENTE: MÁRCIO ANTÔNIO OLIVEIRA DE FREITAS

ADVOGADO: JOÃO BATISTA FERREIRA MASCARENHAS - (OAB PA7165-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 019

Processo: 0800806-69.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: ANDREZA NIELI FARIAS SANTANA

ADVOGADO: FERNANDO ANTÔNIO DA SILVA NUNES FILHO - (OAB PA8009-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SALINÓPOLIS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 020

Processo: 0815245-22.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: JOSÉ WELLINGTON RIBEIRO DA SILVA

ADVOGADO: CRISTIANE DO SOCORRO CUNHA DE OLIVEIRA - (OAB PA13558-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 021

Processo: 0814424-18.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: CARLOS EDUARDO AMADEUS FARIAS

ADVOGADO: WANDERGLEISSON FERNANDES SILVA - (OAB PA16961-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA MARABÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 022

Processo: 0800292-19.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: MAKÇUEL SANTOS DIAS

ADVOGADO: WALDIZA VIANA TEIXEIRA - (OAB PA19799-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 023

Processo: 0800392-71.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: DENISON RODRIGO FERREIRA SANTOS

ADVOGADO: GISÉLIA DOMINGAS RAMALHO GOMES DOS REIS - (OAB PA13576-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 024

Processo: 0800731-30.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: MARIVALDO ALMEIDA VILHENA

ADVOGADO: HELISMAURO DA COSTA LOUREIRO - (OAB PA26087-A)

ADVOGADO: KEICIANE BATISTA DA SILVA DOS SANTOS - (OAB MA14276-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 025

Processo: 0814221-56.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: LEONARDO MARTINS MACHADO

ADVOGADO: MARCOS JOSÉ SIQUEIRA DAS DORES - (OAB 14870-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-MIRI

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 026

Processo: 0812570-86.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: LALESKA PEREIRA DO NASCIMENTO

ADVOGADO: LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS OLIVEIRA - (OAB PA22709-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 027

Processo: 0810007-22.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: ROMÁRIO DA SILVA DE SOUSA

ADVOGADO: EDUARDO ABREU SANTOS - (OAB PA27141-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 028

Processo: 0800247-15.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: ANTÔNIO CORREIA DE MORAES NETO

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE DE PARAUAPEBAS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 029

Processo: 0802654-91.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: JEFERSON RIBEIRO DE ANDRADE

PACIENTE: GEAN RIBEIRO DE ANDRADE

ADVOGADO: GUSTAVO INÁCIO DA LUZ NOGUEIRA - (OAB PA29547-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ÓBIDOS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 030

Processo: 0801539-35.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: CARLIANE AZEVEDO ALMEIDA

ADVOGADO: MARTHA PANTOJA ASSUNÇÃO - (OAB PA17854-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE CAMETÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal não conheceu a ordem.

Ordem: 031

Processo: 0814812-18.2021.8.14.0000

Classe Judicial: AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: ROBERTO DO NASCIMENTO CRUZ

ADVOGADO: DIEGO MARINHO MARTINS - (OAB PA25611-B)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE PONTA DE PEDRAS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal negou provimento ao recurso.

Ordem: 032

Processo: 0802184-60.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: MANOEL SANTANA BIBIANO CANTÃO JÚNIOR

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 033

Processo: 0800303-48.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: ANTÔNIO OSVALDINO NUNES LOPES

ADVOGADO: EDUARDO NASCIMENTO DE MOURA - (OAB PA30469-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 034

Processo: 0802408-95.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: MIZAEL DE ASSUNCAO TELES

ADVOGADO: MANOEL PINHEIRO GONÇALVES JÚNIOR - (OAB PA29979-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 035

Processo: 0800972-04.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: IVO FERREIRA FERNANDES

ADVOGADO: ELENIZE DAS MERCÊS MESQUITA - (OAB PA19110-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 036

Processo: 0802451-32.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: EDGAR GUSMÃO DOANO

ADVOGADO: SAMUEL OLIVEIRA DA SILVA - (OAB PA23708-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE REDENÇÃO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 037

Processo: 0802587-29.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: EDSON FREITAS DA SILVA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE TAILÂNDIA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 038

Processo: 0800813-61.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

PACIENTE: ARACILDO SANTOS DA SILVA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE URUARÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 039

Processo: 0802488-59.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

PACIENTE: MARLUCE KELLIS CALANDRINO DE MORAES

ADVOGADO: MARTHA PANTOJA ASSUNÇÃO - (OAB PA17854-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE CAMETÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 040

Processo: 0802238-26.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

PACIENTE: LUIZ ANTÔNIO DA SILVA SEABRA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 041

Processo: 0802385-52.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

PACIENTE: J. M. Q

ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE RIBEIRO ARAÚJO - (OAB PA19554)

ADVOGADO: JUAN CARLOS DE OLIVEIRA CUNHA - (OAB PA28460-A)

ADVOGADO: MARLON NOVAES DA SILVA - (OAB PA27852-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE CURRALINHO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RETIRADO

Ordem: 042

Processo: 0802334-41.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

PACIENTE: MAIARA PANTOJA CARNEIRO

ADVOGADO: AMADEU PINHEIRO CORRÊA FILHO - (OAB PA9363-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-MIRI

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 043

Processo: 0801940-34.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

PACIENTE: BENEDITO DE SOUZA PANTOJA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE MELGAÇO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 044

Processo: 0801220-67.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: GILVANE DE ALMEIDA ALVES

ADVOGADO: MARCELO BRASIL CAMPOS - (OAB PA22245-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE PORTEL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RETIRADO

Ordem: 045

Processo: 0800218-62.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: P. K. DE O. C

ADVOGADO: DIEGO ALVINO DO AMARAL - (OAB PA30752)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 046

Processo: 0800431-68.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: CÉSAR FERNANDES BARROSO

ADVOGADO: SHEISE RODRIGUES DA SILVA - (OAB PA19975)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE XINGUARA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RETIRADO

Ordem: 047

Processo: 0801090-77.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: PAULO VYCTOR PEREIRA DAMASCENO

ADVOGADO: MANOEL PINHEIRO GONÇALVES JÚNIOR - (OAB PA29979-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 048

Processo: 0800778-04.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: JOSÉ MARIA ANDRADE PAIXÃO

ADVOGADO: MARCELO LIENDRO DA SILVA AMARAL - (OAB PA20474)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal concedeu a ordem.

Ordem: 049

Processo: 0801889-23.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: ALEXANDRE NETO DA SILVA

ADVOGADO: ANTÔNIO SILVEIRA GUIMARAES JÚNIOR - (OAB MT15694/O)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE NOVO PROGRESSO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 050

Processo: 0800643-89.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: MARCELO PINHEIRO CARDOSO

ADVOGADO: TAINÁ CORRÊA SILVA - (OAB PA25685-A)

ADVOGADO: LUANE DE MELO RODRIGUES - (OAB PA21873-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE BARCARENA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 051

Processo: 0815317-09.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: RAFAEL PATRICK MORAES DE SOUZA

ADVOGADO: DIEGO JORGE JARDIM PIMENTEL - (OAB PA29797)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELO PLANTÃO CRIMINAL DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal concedeu a ordem.

Ordem: 052

Processo: 0800584-04.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: BRUNO LUÃ SANTOS CARVALHO

ADVOGADO: ANAMÉLIA SILVA FERREIRA - (OAB PA16589-B)

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA DISTRITAL DE MOSQUEIRO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 053

Processo: 0800420-39.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: HENDERSON COSTA PEDROSO

ADVOGADO: WASHINGTON LUIZ DE LIMA NETO - (OAB PA30720-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE VISEU

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 054

Processo: 0800657-73.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: LUCAS KAUAN DA COSTA SANTOS

ADVOGADO: JOÃO AUGUSTO FERREIRA MIRANDA - (OAB PA24621-A)

ADVOGADO: GILCELY CARLA NASCIMENTO DE MORAES - (OAB PA30081-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIRIETO DA 10ª VARA CRIMINAL DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 055

Processo: 0802471-23.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: J. L. A. DE O

ADVOGADO: RINALDO RIBEIRO MORAES - (OAB PA26330-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RETIRADO

Ordem: 056

Processo: 0812652-20.2021.8.14.0000

Classe Judicial: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS

Comarca de origem: REDENÇÃO (Vara Criminal)

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

EMBARGANTE: M.G.B

ADVOGADO: MARCELO GOMES BORGES - (OAB PA21133-A)

ADVOGADO: JANE DA CUNHA MACHADO RESENDE - (OAB PA12065-A)

EMBARGADA: JUSTIÇA PÚBLICA (V. Acórdão ID - 7551176 da E. Seção de Direito Penal)

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal rejeitou os embargos de declaração opostos.

Ordem: 057

Processo: 0801945-56.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **EVA DO AMARAL COELHO**

PACIENTE: DANIEL JOSÉ PEREIRA

ADVOGADO: CHARLAN PEREIRA FERNANDES - (OAB PA23071)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE JACAREACANGA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 058

Processo: 0812371-64.2021.8.14.0000 - SEGREDO DE JUSTIÇA

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Juiz Convocado **ALTEMAR DA SILVA PAES**

PACIENTE: LIDIETE MACHADO CORRÊA

ADVOGADO: MARLON NOVAES DA SILVA - (OAB PA27852-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO EM EXERCÍCIO NO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RETIRADO

Ordem: 059

Processo: 0811166-97.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Juiz Convocado **ALTEMAR DA SILVA PAES**

PACIENTE: GABRIEL DE LIMA CORRÊA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 060

Processo: 0812086-71.2021.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Juiz Convocado **ALTEMAR DA SILVA PAES**

PACIENTE: ANTÔNIO ESTEVAM OLIVEIRA DE SOUSA

ADVOGADO: IGOR CÉLIO DE MELO DOLZANIS - (OAB PA19567-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE URUARÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 061

Processo: 0800134-61.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Juiz Convocado **ALTEMAR DA SILVA PAES**

PACIENTE: MADSON ROBERTO DE LIMA

ADVOGADO: THAÍS NAZARÉ MACHADO DE SOUSA - (OAB PA23600)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 062

Processo: 0815300-70.2021.8.14.0000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

IMPETRANTE: EDVALDO DE ALENCAR OLIVEIRA

ADVOGADO: ARMANDO BARROSO DA COSTA JÚNIOR - (OAB PA11154)

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Decisão : À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal não conheceu a impetração.

A Sessão foi encerrada às 14h do dia 24 de março de 2022. Eu, Maria de Nazaré Carvalho Franco, Secretária da Seção de Direito Penal, lavrei a presente ata, que vai devidamente assinada.

Des. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR

Presidente da Seção de Direito Penal

A Secretária da Seção de Direito Penal, Belª. Maria de Nazaré Carvalho Franco, torna pública as decisões exaradas nos seguintes termos:

PROCESSO Nº 0001223-94.2018.8.14.0000 AÇÃO PENAL ORIGINARIA AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ DENUNCIADO: ODIMAR WANDERLEY SALOMÃO ADVOGADO: FLUVIA MORAES PACHECO ¿ OAB/PA21.887 PROCURADOR DE JUSTIÇA: GILBERTO VALENTE MARTINS RELATOR: Des. RONALDO MARQUES VALLE Vistos etc. Considerando o rito procedimental contido nos artigos 7º, 8º e seguintes da Lei nº 8.038/90, que determina a realização de oitiva do acusado e estabelece posterior faculdade para que este ofereça defesa prévia, determino a remessa dos autos ao Juízo de Direito da Comarca de Afuá, para a realização dos atos de instrução inerentes ao momento processual e, ainda, delego ao referido juízo a presidência de todos os atos procedimentais legalmente previstos, após que os autos a sejam devolvidos ao Tribunal para julgamento do mérito da presente ação. Dada a natureza da matéria, confira-se prioridade devida à realização dos atos delegados. À Secretaria, para os devidos fins. Belém, 24 de março de 2022. Des. RONALDO MARQUES VALLE Relator

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

UPJ DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA CAPITAL - SECRETARIA GERAL

Secretaria Geral das Turmas Recursais-Intimações:

1. Intima o (a) Sr (a) Advogado (a) **KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI, OAB-PA 15.674-A,** a fim de lhe ser devolvida petição, protocolizada em 15.03.2022, protocolo VIA SEDEX referente ao Recurso Inominado nº 0001528-77.2018.8.14.0065, processo com migração no sistema LIBRA para o eletrônico PJE, impossível a juntada de petição física e seu regular processamento, dada a inviabilidade de sistemas;

FÓRUM CÍVEL

SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

RESENHA: 24/03/2022 A 24/03/2022 - SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM - VARA: 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00346422220118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMILTON PINTO SAMPAIO A??o: Cumprimento de sentença em: 24/03/2022 AUTOR:JOSE JORGE OLIVEIRA DE ALMEIDA Representante(s): OAB 3560 - NELSON RIBEIRO DE MAGALHAES E SOUZA (ADVOGADO) OAB 7016 - MARCIA HELENA DE OLIVEIRA ALVES SERIQUE (ADVOGADO) OAB 14540 - RAIMUNDO NONATO DA TRINDADE SOUZA (ADVOGADO) OAB 15285 - REJANE MOURA DE SA BASTOS E SILVA (ADVOGADO) REU:NORTELPA ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 9933 - DANIEL LACERDA FARIAS (ADVOGADO) OAB 11454-B - MICHEL RODRIGUES VIANA (ADVOGADO) OAB 26796 - LAYSE NOELLY COUTO TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 27455 - MARIA GABRIELA REIS NACIF PIMENTEL (ADVOGADO) OAB 13919 - SAULO COELHO CAVALEIRO DE MACEDO PEREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO - PROC. 0034642-22.2011.8140301. Â Â Â Â Â AtravÃ©s do provimento 006/2006, artigo 1Âº Â§ 2Âº, inciso X oriundo da Corregedoria Geral de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: fica intimada a parte embargada/JOSÃ JORGE OLIVEIRA DE ALMEIDA, para se manifestar sobre os embargos de fls. 332/334, no prazo legal. Â Â Â Â Â BELÃM-PA, 24 DE MARÃO DE 2022. DIRETOR DE SECRETARIA.

UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - EDITAIS

EDITAL DE CITAÇÃO

Processo: 0875965-27.2018.8.14.0301

PRAZO: 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS

O Dr. FRANCISCO JORGE GEMAQUE COIMBRA, Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca da Capital do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que por este Juízo expediente da Secretaria da 2ª Vara de Família desta Comarca, processam-se os termos da AÇÃO JUDICIAL, Processo nº 0875965-27.2018.8.14.0301, em que é MARILENE PINHEIRO DA COSTA CPF: 185.154.522-00, SILAS FERREIRA REGO CPF: 329.723.182-34, em face de PRISCILA RODRIGUES REGO, Brasileira, Estudante e, portadora da carteira de identidade n° 6990871 - SSSP/PA, inscrita no CPF/MF sob n° 021.493.082-3, residente em lugar incerto e não sabido, cujo presente Edital tem a finalidade de promover a CITAÇÃO da PARTE REQUERIDA, acima qualificada, dos termos da presente ação para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, conforme previsto no art. art. 344 do CPC que assim dispõe: "não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, assim como será nomeado Curador Especial para sua defesa."

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou a MM. Juíza expedir o presente EDITAL que publicado no Diário da Justiça Eletrônico na rede mundial de computadores e afixar no local público de costume e publicado conforme determina a lei. Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 22 de março de 2022.

Eu, PAULO ANDRE ALONSO DE SOUZA, Auxiliar, Analista Judiciário da Unidade de Processamento Judicial das Varas de Família da Belém, subscrevo o presente, autorizado pelo art. 1º, §2º, IX do Provimento nº 06/2006 da CJRMB.

(assinado digitalmente)

PAULO ANDRE ALONSO DE SOUZA
Unidade de Processamento Judicial das Varas de Família de Belém
Autorizado pelo § 3º do Art. 1º do Provimento 006/2006 da CJRMB

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA

PRAZO: 20 (VINTE) DIAS

PROCESSO: 0853484-02.2020.8.14.0301

A Dra Doutora ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRA, Juíza de Direito, titular da 7ª Vara de Família da Comarca da Capital do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc. FAZ SABER **DIVÓRCIO LITIGIOSO, Processo nº 0853484-02.2020.8.14.0301**, em que é REQUERENTE: EDIMEA DE JESUS QUARESMA GOMES. **REQUERIDO: RAIMUNDO CORRÊA GOMES** , brasileiro, casado , nascido em 21/09/1961, filho de Justina Correa Gomes, sem maiores informações, residente em lugar incerto e não sabido, cujo presente Edital tem a finalidade de promover a **INTIMAÇÃO DO REQUERIDO** acima

qualificado **PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA** (inciso III do art. 257 do CPC).

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL que publicado no Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) e no Diário de Justiça Eletrônico (DJE/PA) na rede mundial de computadores. Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 24 de março de 2022.

(Assinado eletronicamente)

José Alexandre Costa do Nascimento

Auxiliar de Secretaria da UPJ das Varas de Família de Belém.

Autorizado pelo Prov. 006/2006 da CJRMB

SENTENÇA ID 52672784...

SENTENÇA

1-Tratam os autos de **AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO** ajuizada por **EDIMEA DE JESUS QUARESMA GOMES**, através de advogado de habilitado, em face de **RAIMUNDO CORRÊA GOMES**

Narra a autora que contraiu núpcias com o requerido no dia 31 de janeiro de 1987 pelo regime legal da comunhão parcial de bens.

Desta união nasceu uma única filha de nome CRISTIANE DE JESUS QUARESMA GOMES DO ROSÁRIO nascida em 12/10/1983, hoje com 37 anos.

Que a requerente não vive mais no mesmo teto com o requerido por mais de 30 (anos), em vista do mesmo ter abandonado o lar.

A requerente não solicitou alimentos em face do requerido.

A requerente informou que não há bens a serem partilhados.

Não houve pedido de tutela de urgência para decretação do divórcio de forma liminar.

No ID 20062045, consta o despacho inicial do feito, determinando a citação do requerido para contestar o feito, no prazo legal.

Conforme certidão presente no ID 52665067, devidamente citado, o requerido não apresentou contestação.

Deixo de remeter os autos ao Ministério Público ante à ausência de interesse de menores ou incapazes, nos termos do art. 698 do CPC.

É o relatório.

DECIDO.

1-PRELIMINARMENTE

DA DECRETAÇÃO DE REVELIA DA PARTE REQUERIDA.

Considerando que o requerido foi devidamente citado, não tendo apresentado contestação após o prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado aos autos, conforme certidão ID 52665067, **DECRETO A REVELIA** do demandado nos termos do artigo 344 do CPC.

Em se tratando de direito indisponível, não aplico os efeitos do dispositivo supramencionado (artigo 345, II do CPC).

2-DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

Sendo o divórcio matéria unicamente de direito, não há demais provas a serem produzidas nem controvérsias quanto às questões trazidas à apreciação, ensejando, assim, o julgamento antecipado da lide nos termos do artigo 355, I do CPC, ressaltando que o divórcio pode ser decretado sem a prévia partilha de bens, conforme determina o art. 1.581 do Código Civil.

3-DA DECRETAÇÃO DO DIVÓRCIO

Cumpre ressaltar que a Emenda Constitucional nº 66 dispensou, para a dissolução do vínculo conjugal, a prévia separação dos cônjuges.

Dessa forma, o intuito dessa mudança foi fazer com que se tornasse mais célere o procedimento do divórcio no Brasil.

Nesse sentido é o ensinamento da Ilustre Maria Berenice Dias (Artigo - EC 66/10 - e agora? Disponível em http://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/2287526/artigo-ec-66-10-e-agora-por-maria-berenice-dias):

No entanto, como a pretensão do autor, ao propor a ação, era pôr um fim ao casamento, e a única forma disponível no sistema legal pretérito era a prévia separação judicial, no momento em que tal instituto deixa de existir, ao invés de extinguir a ação cabe transformá-la em ação de divórcio. Eventualmente cabe continuar sendo objeto de discussão as demandas cumuladas, como alimentos, guarda, partilha de bens, etc. Mas o divórcio cabe ser decretado de imediato.

A conseqüência principal dessa mudança é o afastamento da possibilidade de discussão da culpa, vez que no divórcio não cabe questionamentos acerca das causas que motivaram o fim da união. Aliás, esse entendimento já vinha sendo prestigiado pela jurisprudência pátria, que reconhecia ser desnecessária a identificação do culpado pela separação, em razão da dificuldade em atribuir a apenas um dos cônjuges a responsabilidade pelo fim do vínculo afetivo.

No entanto, a exclusão da análise da culpa do âmbito do Direito de Família, não impede que o cônjuge que tenha sofrido danos morais, materiais ou estéticos possa demandar o ex-consorte para debater a culpa em ação indenizatória. A matéria, todavia, deverá ser discutida através de ação autônoma perante o juízo Cível, onde será apurado o nexo de causalidade.

Outra questão relevante é a impossibilidade de reconciliação. Ou seja, se antes, com a separação jurídica, era possível o restabelecimento do casamento, vez que tal instituto não tinha o condão de dissolver o vínculo matrimonial, agora, com o divórcio, havendo reconciliação, o casal só poderá restabelecer a união através de novo casamento.

No que diz respeito à partilha, após a Emenda do Divórcio, permanece a regra já consagrada pelo Código

Civil de 2002, que estabelece que o divórcio pode ser levado a efeito sem a prévia partilha dos bens, o que deve ser feito através de ação própria.

Conforme observado nos autos, o autor alegou que o imóvel adquirido na constância do casamento, ainda está pendente de regularização, o que impede a partilha do referido bem, uma vez que que não foi cumprida a determinação do art. 1.227 do Código Civil.

Merece destaque, ainda, o impacto da modificação do texto constitucional na seara do direito aos alimentos, vez que a pretensão alimentar do cônjuge não poderá se fundar na conduta desonrosa do outro consorte ou em qualquer ato culposo que implique violação dos deveres conjugais, conforme preceituam os arts. 1.702 e 1.704 do Código Civil Brasileiro. Pois, se não mais subsiste, diante da nova norma constitucional, a aferição do elemento subjetivo da culpa, o pedido de pensão alimentícia deve ser pautado simplesmente no binômio necessidade (credor) e possibilidade econômica (devedor).

A jurisprudência também se manifestado nesse sentido:

Apelação Cível. Ação de Divórcio Direto Consensual. Prova colhida perante central de conciliação. Contagem do lapso de separação de fato. Emenda Constitucional nº 66/2010. Aplicação imediata e eficácia plena. Ausência superveniente de interesse recursal. Recurso não conhecido. A Emenda Constitucional nº 66/2010 é norma de eficácia plena e de aplicabilidade direta, imediata e integral, que regulamenta, inclusive, os processos em curso, como ¿in casu¿. Diante do fato de que a prova questionada se prestaria única e exclusivamente à aferição do lapso entre a separação de fato e o pedido de divórcio direto, com o advento da nova norma constitucional, pela qual o divórcio passou a independer de restrição temporal ou causal, tornando-se o simples exercício de um direito potestativo das partes, a controvérsia resta esvaziada de interesse recursal. (...)¿ (TJMG, AC nº 0616652-46.2009.8.13.0210, 8ª Câmara Cível, Rel. Des. Vieira de Brito, j. em 21/10/2010).

A nova redação do §6º do art. 226 da Constituição Federal reforçou o entendimento do princípio de que ninguém está obrigado a permanecer casado a outro, se esta não for a sua vontade, como já vinha determinado no art. 5º, XX da própria Constituição.

Assim se criou a figura do divórcio potestativo, onde para que haja o fim da sociedade conjugal, basta haver o pedido de um dos cônjuges, perante a autoridade judiciária, mediante a propositura da competente ação de divórcio, sem a necessidade do preenchimento de qualquer condição ou prazo para sua propositura.

Dessa forma, mesmo que o outro cônjuge não concorde com a dissolução do casamento, o divórcio não poderá ser obstado.

Tem-se ainda que, com a nova redação dada ao §6º do art. 226 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional 66/2010, as normas infraconstitucionais que impunham qualquer tipo de restrição ao deferimento do pedido de divórcio, não foram recepcionadas, bastando, como já mencionado, a vontade do interessado.

A natureza jurídica do divórcio é a de declaração unilateral de vontade, cujos seus requisitos e validade são exclusivamente os necessários a qualquer outro ato jurídico, como exemplo temos a opinião e a posição eventualmente adotada pelo outro cônjuge. Por outras palavras, o pedido de divórcio não comporta sequer contestação, sobre a dissolução do vínculo conjugal considerado em si mesmo.

Nesse sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. DIVÓRCIO LITIGIOSO. DIREITO POTESTATIVO. DESNECESSIDADE DE ATRIBUIÇÃO DE CULPA A UM DOS CÔNJUGES OU LAPSO TEMPORAL. EC Nº 66/2010. SENDO O

DIVÓRCIO DIREITO POTESTATIVO, ESTÁ CONDICIONADO APENAS E TÃO-SOMENTE AO PEDIDO DE UMA DAS PARTES, NÃO HAVENDO FALAR-SE EM NECESSIDADE DE VERIFICAÇÃO DE CULPA OU LAPSO TEMPORAL PARA SUA DECRETAÇÃO, APÓS A PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66/2010, A QUAL MODIFICOU A REDAÇÃO DO ART. 226, § 6º DA CF/88. (TJ-DF - APC: 20110111726092 DF 0043413-11.2011.8.07.0001, Relator: CARMELITA BRASIL, Data de Julgamento: 26/06/2013, 2ª Turma Cível.)

Dessa forma, como nos presentes autos a discussão resta em torno somente sobre a questão do divórcio, não há que se demandar maiores necessidades de produção de prova quanto a este ponto.

Assim, no presente caso, em face da nova lei do divórcio, é dispensável a produção de prova testemunhal, não havendo mais nenhum empecilho legal, para que os suplicantes se divorciem, nem a necessidade de realização de audiência para a oitiva de testemunhas, uma vez que o processo já está devidamente instruído. Consoante se observam dos artigos 37 da lei do divórcio e do 330 do CPC, confira-se:

Art 37 - O juiz conhecerá diretamente do pedido, quando não houver contestação ou necessidade de produzir prova em audiência, e proferirá sentença dentro em 10 (dez) dias.

4- DO NOME DOS DIVORCIANDOS

4.1 ¿ A Divorcianda permanecerá usando o nome de casada.

4.2 ¿ O Divorciando não alterou o nome quando da realização do casamento.

5-DA CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO,** julgando extinto o processo com resolução de mérito, **PARA**:

5.1- DECRETAR o divórcio do casal **EDIMEA DE JESUS QUARESMA GOMES** e **RAIMUNDO CORRÊA GOMES**, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do inciso I do art. 487 do CPC, em atendimento ao art. 1.580, §2º do Código Civil e demais artigos da lei n. 6.515/77, bem como a EC Nº 66.

Entendo que a questão relativa à partilha de bens do casal, por ventura existentes, deve ser realizada perante uma das Varas Cíveis competentes, em ação autônoma e em momento posterior à decretação do presente divórcio, nos termos do art. 1.581 do Código Civil vigente e da súmula 197 do STJ.

5.2- CONDENO ainda a parte requerida, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 90 do CPC, estes últimos que, com fulcro no artigo 85, § 8º do CPC, que arbitro em R$ 3.636,00 (três mil, seiscentos e trinta e seis reais), ou seja, três salários mínimos vigente, acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês, devendo tal valor ser corrigido pelo índice INPC.

Nos termos do art., 46 da Lei Estadual 9.217/21, em caso não pagamento das custas judiciais, o crédito correspondente será encaminhado para cobrança extrajudicial ou inscrição em dívida ativa.

Esta sentença **TEM FORÇA e** servirá como **MANDADO DE AVERBAÇÃO** que deverá ser encaminhado ao Cartório de Registro Civil de Casamento, conforme indicado no ID 20058956, devendo ser remetido juntamente **com a cópia da certidão de trânsito em julgado da presente sentença** e a petição inicial, bem como demais documentos que se fizerem necessários, em anexo a esta sentença,.

O REQUERIDO REVEL, DEVE SER INTIMADA PESSOALMENTE DESTA SENTENÇA.

EM CASO DE FRUSTRAÇÃO DA INTIMAÇÃO PESSOAL DA MESMA, determino a intimação por edital da requerida**, do inteiro teor da sentença prolatada nos autos.**

Assim, proceda-se a sua intimação por edital, com prazo de 20 (vinte) dias (inciso III do art. 257 do CPC).

Nos termos do Parágrafo Único do artigo 257, do CPC, publique-se o Edital no Diário da Justiça. Dê-se ciência às partes (art. 272, do CPC).

À UPJ/FAM para cumprir ainda o disposto no inciso II do art. 257 do CPC, publicando o edital na rede mundial de computadores, no sítio do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, de tudo certificado nos autos;

Expeçam-se ainda mandados, ofícios, certidões e demais diligências, caso sejam necessários. Em caso de expedição de Carta Precatória, o prazo de cumprimento e devolução é de 30 (trinta) dias.

Publique-se, Registre-se e Intimem-se.

Preclusa a via impugnativa, devidamente certificada, arquivem-se os autos com as cautelas legais.

Belém, dia, mês e ano registrado no sistema PJE.

DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRA

JUÍZA DE DIREITO, TITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

RESENHA: 11/03/2022 A 11/03/2022 - SECRETARIA 2ª UPJ VARAS CIVEIS E EMPRESARIAL - COMERCIO E SUCESSAO - VARA: 11ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00378621820178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIO ARAUJO MARCAL A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/03/2022 REQUERENTE:LUIZ DIAS BORGES Representante(s): MARIA DO SOCORRO GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ABC BRASIL SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . Proc.n. 0037862-18.2017.814.0301 Requerente: LUIS DIAS BORGES Requerido: BANCO DO BRASIL S/A Vistos, etc. 1 - Trata-se de AÃÃO DE ORDINÃRIA DE COBRANÃA POR APROPRIAÃÃO INDÃBITA DE QUOTAS DO PASEP, onde foi aduzido que o autor Ã© militar da reserva, titular da conta individualizada do PASEP, sob n. 1.010.365.917-7, cadastrado a partir de 01.01.1979. Por ocasiÃ£o da passagem para a reserva, solicitou ao BB o levantamento do saldo de sua conta PASEP, e verificou que o rÃ©u, apesar de receber os depÃ³sitos, nÃ£o repassou os valores recebidos para a conta individual, a partir do cadastramento, constando somente os valores de movimentaÃ§Ã£o contÃ¡bil a partir de 01.07.1999, nÃ£o lhe sendo permitido o resgate total das quotas de participaÃ§Ã£o no fundo PIS/PASEP, devidamente corrigidas, de acordo com o art. 4Âº do Decreto 71.618/1972, desde o ano de 1983, lhe gerando, dessa maneira, lesÃ£o patrimonial, na ausÃªncia de repasse e de correÃ§Ã£o dos valores no perÃ-odo entre 1979 e 1999. Requereu a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u ao pagamento dos valores das quotas do PASEP depositados na conta n. 1.010.365.917-7 (fls. 03/10). Juntou documentos. Ã o sucinto relatÃ³rio. DECIDO: Inicialmente, nÃ£o acolho a impugnaÃ§Ã£o Ã justiÃ§a gratuita, nÃ£o havendo provas de que a parte autora nÃ£o seja hipossuficiente para fins processuais, e sÃ³ o fato da mesma estar sendo assistida por advogado particular, por si sÃ³, nÃ£o afasta tal condiÃ§Ã£o, conforme jurisprudÃªncia majoritÃ¡ria. Sobre a preliminar de ilegitimidade passiva Â¿ad causamÂ¿ do banco rÃ©u, e TRANDO-SE DE MATÃRIA DE ORDEM PÃBLICO, que pode ser reconhecida de OFÃCIO, o JuÃ-zo transcreve JurisprudÃªncia do TJPA, em caso SEMELHANTE ao tratando nestes autos: Â APELAÃÃO CÃVEL (198) - 0434659-17.2016.8.14.0301 APELANTE: BANCO DO BRASIL SA APELADO: EDIVALDO DOUGLAIR CORREA PINHEIRO RELATOR(A):Â Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN Â EMENTA Â Â Â APELAÃÃO CÃVEL EM AÃÃO DE COBRANÃA. PRETENSÃO DE LEVANTAMENTO DE VALORES DO PROGRAMA DE FORMAÃÃO DE PATRIMÃNIO DE SERVIDOR PÃBLICO/PASEP. DEMANDA AJUIZADA EM FACE DO BANCO DO BRASIL. ILEGITIMIDADE PASSIVAÂ AD CAUSAM. A INSTITUIÃÃO FINANCEIRA Ã APENAS INTERMEDIÃRIA. SÃMULA 77 DO STJ. APLICAÃÃO EXTENSIVA. SENTENÃA REFORMADA PARA EXTINGUIR O PROCESSO, SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. APLICAÃÃO DO ARTIGO 485, VI DO CPC. INVERSÃO DO ÃNUS DA SUCUMBÃNCIA.Â RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Ã UNANIMIDADE. 1. No caso, o autor ajuizou aÃ§Ã£o unicamente contra o Banco do Brasil objetivando o levantamento de depÃ³sitos do Programa de FormaÃ§Ã£o do PatrimÃ´nio do Servidor PÃºblico/PASEP em conta de SUA titularidade, com o acrÃ©scimo de juros remuneratÃ³rios calculados e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, cujo programa possui regulamentaÃ§Ã£o instituÃ-da pela Lei Complementar Federal nÂº 08/70. 2.Â A JurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a (STJ) se consolidou no sentido de que o PIS/PASEP Ã© arrecadado pela UniÃ£o, sendo que a Caixa EconÃ´mica Federal (CEF) e o Banco do Brasil, nos termos da lei complementar de regÃªncia, sÃ£o meras instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias arrecadadoras, de modo que nÃ£o sÃ£o consideradas legitimadas passivas na demanda. 3.Â SentenÃ§a reformada,Â para extinguir o processo, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, VI do CPC. InversÃ£o do Ã´nus da sucumbÃªncia.Â 4. APELAÃÃO CONHECIDA E PROVIDA. Ã UNANIMIDADE.Â Â Â Â Â Â Â RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se deÂ APELAÃÃOÂ interposta peloÂ BANCO DO BRASIL S/AÂ contra a SentenÃ§a proferida pelo Juiz 7Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca da Capital que, nos autos daÂ AÃÃO DE COBRANÃAÂ (proc. nÂº 0434659-17.2016.8.14.0301), ajuizada porÂ EDIVALDO DOUGLAIR CORREA PINHEIROÂ em desfavor do apelante,Â julgou procedente o pedido, determinando ao banco requerido que efetue o pagamento em favor do autor das respectivas cotas do Fundo de ParticipaÃ§Ã£o PIS-PASEP, devidamente corrigidas e acrescidas de juros legais, bem como condenou ao ressarcimento de custas processuais e ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios de 20% sobre o valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pela anÃ¡lise daÂ petiÃ§Ã£o inicial, o apelado relata que Ã© militar da reserva da AeronÃ¡utica do Brasil e aduz que apÃ³s a passagem para a reserva remunerada, procurou o banco demandado com vistas ao recebimento de cotas do Programa de FormaÃ§Ã£o do PatrimÃ´nio do Servidor PÃºblico/PASEP nÂ° 1002810660-9, sendo que os valores depositados nÃ£o

foram pagos e que se encontram Ã disposiÃ§Ã£o da instituiÃ§Ã£o financeira, em razÃ£o de nÃ£o terem sido repassados para a sua conta individual a partir do seu cadastramento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O JuÃ-zo Â¿a quoÂ¿ proferiu SentenÃ§a (id 993089), julgando procedente o pedido, extinguindo o processo, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com base no artigo 487, inciso I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inconformado, oÂ BANCO DO BRASIL S/AÂ interpÃ´s recurso deÂ APELAÃÃO, pugnando pela reforma da sentenÃ§a. Em suasÂ razÃµes recursais, apÃ³s apresentar breve exposiÃ§Ã£o dos fatos, argumenta, em sÃ-ntese, a sua ilegitimidade passiva Â¿ad causamÂ¿, afirmando que o responsÃ¡vel pelos depÃ³sitos Ã© o Ã³rgÃ£o empregador, aduzindo ser o Ãºnico responsÃ¡vel pela inscriÃ§Ã£o do apelado no referido programa PIS-PASEP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sustenta que em nada corroborou ou atuou no sentido de gerar os supostos fatos alegados na inicial, reiterando que nÃ£o Ã© parte legÃ-tima para figurar no polo passivo da demanda, pelo que defende a extinÃ§Ã£o do processo, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do artigo 485, inciso VI do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defende a decretaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o quinquenal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cita jurisprudÃªncias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mÃ©rito, aduz a impossibilidade de cumprimento da sentenÃ§a, afirmando nÃ£o ser possÃ-vel realizar o pagamento de valores pertinentes Ã quota de PASEP, destacando que a responsabilidade pelo pagamento compete ao Ã³rgÃ£o empregador/pagador. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega a reduÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios arbitrados, na hipÃ³tese de manutenÃ§Ã£o da decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao final, requer o conhecimento e provimento do recurso para reformar a SentenÃ§a para julgar improcedente o pedido, diante da ilegitimidade passiva e da prescriÃ§Ã£o (id 993090). Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de tempestividade do recurso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O apelado apresentouÂ contrarrazÃµesÂ Ã ApelaÃ§Ã£o, pugnando pelo improvimento do recurso (id 993092). Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhados a esta E. Corte de JustiÃ§a, o feito foi distribuÃ-do a Exma. Desa. Maria do CÃ©o Maciel Moutinho, tendo a relatora proferido decisÃ£o recebendo o recurso no duplo efeito (id 1045830). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Relatora proferiu decisÃ£o arguindo a sua incompetÃªncia para processar o feito, determinando a remessa dos autos a uma das Turmas de Direito PÃºblico, considerando a condiÃ§Ã£o de servidor pÃºblico do autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Coube-me a relatoria do feito por redistribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio.Â Â VOTOÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Presentes os pressupostos de admissibilidade, eis que tempestivo e dispensado de preparo, conheÃ§o da apelaÃ§Ã£o e passo Ã apreciaÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso concreto, o autor/apelado ajuizou aÃ§Ã£o de cobranÃ§a, objetivando a condenaÃ§Ã£o do Banco do Brasil S/A ao pagamento das respectivas cotas do Fundo de ParticipaÃ§Ã£o do PIS-PASEP nÂº 10028110660-9, de sua titularidade, acrescido de juros e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria do saldo devido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme relatado, a sentenÃ§a impugnada julgou procedente o pedido, determinando que o Banco do Brasil, ora apelante, efetue o pagamento das cotas do PIS-PASEP, extinguindo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, verifico assistir razÃ£o ao apelante, devendo ser acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva Â¿ad causamÂ¿ da instituiÃ§Ã£o financeira, reformando a sentenÃ§a, como passo a demonstrar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre a questÃ£o, consigno que o Programa de FormaÃ§Ã£o de PatrimÃ´nio do Servidor PÃºblico/PASEP foi instituÃ-do pela Lei Complementar nÂº 08/70, com intuito de proporcionar aos servidores pÃºblicos civis e militares a participaÃ§Ã£o na receita das entidades integrantes da AdministraÃ§Ã£o PÃºblica Direta e Indireta. Posteriormente, por intermÃ©dio da Lei Complementar nÂº 26/75, ocorreu a unificaÃ§Ã£o do PIS e do PASEP, ensejando o Fundo PIS-PASEP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destaca-se que com o advento da ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988, o artigo 239 estabeleceu que a partir de sua promulgaÃ§Ã£o, as contribuiÃ§Ãµes devidas pelas empresas e entidades vinculadas aos programas PIS-PASEP nÃ£o seriam mais creditadas aos participantes, senÃ£o vejamos: Â¿Art. 239, CF/88. A arrecadaÃ§Ã£o decorrente das contribuiÃ§Ãµes para o Programa de IntegraÃ§Ã£o Social, criado pelaÂ Lei Complementar nÂº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de FormaÃ§Ã£o do PatrimÃ´nio do Servidor PÃºblico, criado pelaÂ Lei Complementar nÂº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgaÃ§Ã£o desta ConstituiÃ§Ã£o, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego, outras aÃ§Ãµes da previdÃªncia social e o abono de que trata o Â§ 3Âº deste artigo. (...) Â§ 3ÂºÂ Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de IntegraÃ§Ã£o Social ou para o Programa de FormaÃ§Ã£o do PatrimÃ´nio do Servidor PÃºblico, atÃ© dois salÃ¡rios mÃ-nimos de remuneraÃ§Ã£o mensal, Ã© assegurado o pagamento de um salÃ¡rio mÃ-nimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que jÃ¡ participavam dos referidos programas, atÃ© a data da promulgaÃ§Ã£o desta ConstituiÃ§Ã£o.Â¿Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, a partir do ano de 1989, os recursos passaram a ser direcionados para o Fundo de Amparo ao Trabalhador/FAT com vistas a possibilitar o pagamento de seguro desemprego, abono salarial e aplicaÃ§Ã£o em diversos setores da economia nacional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Feitas essas consideraÃ§Ãµes acerca do PIS-

PASEP,Â programa o qual possui regulamentaÃ§Ã£o instituÃ-da pela Lei Complementar Federal nÂº 08/70, importa transcrever o disposto em seus artigos 5Âº, 7Âº, Â§ 6Âº, e 8Âº,Â in verbis: Â¿Art. 5Âº -Â O Banco do Brasil S.A,Â ao qual competirÃ¡ a administraÃ§Ã£o do Programa,Â manterÃ¡ contas individualizadas para cada servidor e cobrarÃ¡ uma comissÃ£o de serviÃ§o, tudo na forma que for estipulada pelo Conselho MonetÃ¡rio Nacional. Â Art. 7Âº -Â O PIS-PASEP serÃ¡ gerido por um Conselho Diretor, Ã³rgÃ£o colegiado constituÃ-do de sete membros efetivos e suplentes em igual nÃºmero, com mandatos de dois anos, designados pelo Ministro de Estado da Fazenda, e terÃ¡ a seguinte composiÃ§Ã£o: I - um representante titular e suplente do MinistÃ©rio da Fazenda; II - um representante titular e suplente do MinistÃ©rio do Planejamento, OrÃ§amento e GestÃ£o; III - um representante titular e suplente do MinistÃ©rio do Desenvolvimento, IndÃºstria e ComÃ©rcio Exterior; IV - um representante titular e suplente do MinistÃ©rio do Trabalho e Emprego; V - um representante titular e suplente da Secretaria do Tesouro Nacional do MinistÃ©rio da Fazenda; VI - um representante titular e suplente dos participantes do PIS; e VII - um representante titular e suplente dos participantes do PASEP. (...) Â§ 6Âº -Â O Conselho DiretorÂ fica investido da representaÃ§Ã£o ativa e passiva do PISPASEP, que serÃ¡ representado e defendidoÂ em juÃ-zo por Procurador da Fazenda Nacional. Â Art. 8ÂºÂ No exercÃ-cio da gestÃ£o do PIS-PASEP, compete ao Conselho Diretor: (...) II -Â ao tÃ©rmino de cada exercÃ-cio financeiro: a) calcular a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria do saldo credor das contas individuais dos participantes; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre a controvÃ©rsia acerca daÂ legitimidade passivaÂ ad causamÂ do Banco do Brasil quanto ao levantamento de depÃ³sitos do Programa de FormaÃ§Ã£o do PatrimÃ´nio do Servidor PÃºblico/PASEP em conta de titularidade do apelado, registro que o Superior Tribunal de JustiÃ§a firmou entendimento no sentido de que o PIS/PASEP Ã© arrecadado pela UniÃ£o, sendo que a Caixa EconÃ´mica Federal (CEF) e o Banco do Brasil sÃ£o meras instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias arrecadadoras, nos termos da lei complementar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, no caso vertente, o banco apelante, enquanto instituiÃ§Ã£o financeira, nÃ£o pode ser considerada parte legÃ-tima para figurar no polo passivo na demanda, sendo o ente pÃºblico, na hipÃ³tese, a UniÃ£o, a parte legÃ-tima, senÃ£o vejamos: Â¿PROCESSUAL CIVIL. AÃÃO CIVIL PÃBLICA. LIBERAÃÃO DO SALDO DA CONTA DO PIS/PASEP NA HIPÃTESE DE INVALIDEZ PERMANENTE. LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO RECONHECIDA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÃNEOS. TUTELA COLETIVA. MINISTÃRIO PÃBLICO. INTERESSE DE AGIR. RELEVANTE INTERESSE Ã COLETIVIDADE. VIABILIDADE. (...) 3. A jurisprudÃªncia desta Corte Superior hÃ¡ muito tempo jÃ¡ afirma que o PIS/PASEP Ã© arrecadado pela UniÃ£o, sendo que a Caixa EconÃ´mica Federal e o Banco do Brasil, nos termos das leis complementares de regÃªncia, sÃ£o meras instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias intermediÃ¡rias. Precedentes: REsp 9.603/CE, Rel. Ministro Garcia Vieira, Primeira Turma, julgado em 20/05/1991, DJ 17/6/1991, p. 8189; AgRg no Ag 405.146/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 6/12/2007, DJ 14/12/2007, p. 379. (...) (STJ, RECURSO ESPECIAL NÂº 1.480.250 - RS (2014/0230786-5), Min. HERMAN BENJAMIN, DJE 08/09/2015) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, cito os precedentes deste E. Tribunal de JustiÃ§a e de outros Tribunais: Â¿APELAÃÃO CÃVEL EM AÃÃO DE COBRANÃA. LEVANTAMENTO DE VALORES DO PROGRAMA DE FORMAÃÃO DE PATRIMÃNIO DE SERVIDOR PÃBLICO/PASEP. DEMANDA AJUIZADA EM FACE DO BANCO DO BRASIL. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAN, UMA VEZ QUE A INSTITUIÃÃO FINANCEIRA Ã APENAS INTERMEDIÃRIA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÃNIME.Â 1. A controvÃ©rsia recursal repousa acerca da legitimidade passiva Â¿ad causamÂ¿ do Banco do Brasil quanto ao levantamento de depÃ³sitos do Programa de FormaÃ§Ã£o do PatrimÃ´nio do Servidor PÃºblico/PASEP em conta de titularidade do apelante, com o acrÃ©scimo de juros remuneratÃ³rios calculados e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, cujo programa possui regulamentaÃ§Ã£o instituÃ-da pela Lei Complementar Federal nÂº 08/70.Â 2.Â A JurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a (STJ)Â se consolidou no sentido de que o PIS/PASEP Ã© arrecadado pela UniÃ£o,Â sendo queÂ a Caixa EconÃ´mica Federal (CEF) eÂ o Banco do Brasil, nos termos da lei complementar de regÃªncia, sÃ£o meras instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias arrecadadoras, de modo que nÃ£o sÃ£o consideradas legitimadas passivas na demanda.Â 3. ApelaÃ§Ã£o cÃ-vel conhecida e improvida. Ã unanimidade.Â Â Â (2020.00629805-09, 212.221, Rel. ROBERTO GONCALVES DE MOURA, ÃrgÃ£o Julgador 1Âª TURMA DE DIREITO PÃBLICO, Julgado em 2020-02-10, Publicado em 2020-02-21) Â EMBARGOS DE DECLARAÃÃO CONVERTIDOS EM AGRAVO INTERNO. PIS/PASEP. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO DO BRASIL. INCIDÃNCIA DA SÃMULA NÂº 77 DO STJ. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1 - Em anÃ¡lise acurada da decisÃ£o monocrÃ¡tica ora embargada, constato que o julgado nÃ£o apresenta qualquer vÃ-cio que justifique a interposiÃ§Ã£o do presente recurso, sendo notÃ³ria a pretensÃ£o do agravante de rediscutir matÃ©ria que foi plenamente analisada por esta relatora a quando do julgamento do recurso de ApelaÃ§Ã£o, hipÃ³tese que se mostra inviÃ¡vel na via recursal eleita. 2 - Isto porque, o julgamento monocrÃ¡tico destacou de forma clara e fundamentada

que o Superior Tribunal de JustiÃ§a jÃ¡ reconheceu que o enunciado da Sumula nÂº 77, se estende ao Banco do Brasil, restando firmado o entendimento de que a instituiÃ§Ã£o financeira agravada Ã© parte ilegÃ-tima para figurar no polo passivo das aÃ§Ãµes relativas as contribuiÃ§Ãµes para o fundo PIS/PASEP. (TJPA - APL nÂº 00300685320118140301, Relatora DesÂª DIRACY NUNES ALVES, publicado no DJe em 08/07/2016) Â APELAÃÃO. AÃÃO DE INDENIZAÃÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. COBRANÃA DE DIFERENÃAS NO SALDO DA CONTA VINCULADA AO PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PÃBLICO - PASEP. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO RÃU (BANCO DO BRASIL S/A). MERO ADMINISTRADOR DA CONTA VINCULADA. 1. A Lei Complementar nÂº 08/1970, instituiu o Programa de Formacao do Patrimonio do Servidor PÃºblico - PASEP, cujo fundo Ã© composto por contribuiÃ§Ã£o da UniÃ£o, dos Estados, dos MunicÃ-pios, do Distrito Federal e dos TerritÃ³rios, mediante recolhimento mensal ao Banco do Brasil. 2. In casu, nÃ£o obstante a parte autora defenda que a matÃ©ria versada na origem se relacione a eventuais saques indevidos em sua conta vinculada ao PASEP, o que realmente atrairia a legitimidade do requerido, em verdade, pretende a parte Ã© a aplicaÃ§Ã£o de atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria que entende devida, tanto que apresentou planilha de cÃ¡lculo unilateral com Ã-ndices de correÃ§Ã£o monetÃ¡ria e juros prÃ³prios que integralizam isoladamente R$ 260.593,73. 3. Com as alteraÃ§Ãµes realizadas pela Lei Complementar nÂº 26/1975, foi estabelecido um Conselho Diretor do PIS-PASEP com competÃªncia para calcular a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e os juros sobre o saldo credor das contas individuais (art. 7Âº do Decreto 4.751/03). 4. Diante da nova disposiÃ§Ã£o normativa, resta claro que nÃ£o compete ao Banco do Brasil escolher e aplicar a melhor forma de atualizaÃ§Ã£o das contas dos participantes, mas sim ao Conselho Diretor que pertence Ã UniÃ£o, como se extrai dos arts. 8Âº e 10 do Decreto 4.751/03. Precedentes do STJ. 5. Preliminar de ilegitimidade passiva do rÃ©u/Banco do Brasil S/A acolhida, devendo o feito ser extinto sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito (art. 485, inciso VI, do CPC). (TJ-TO - AC: 00324856520198270000, Relator: ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE) Â E M E N T A - APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - DEMANDA NA QUAL SE PRETENDE O RECEBIMENTO DE VALORES RELACIONADOS AO PASEP - SUPOSTOS SAQUES INDEVIDOS - ILEGITIMIDADE PASSIVA MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. As instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias, nos termos das leis complementares de regÃªncia, sÃ£o meras arrecadadoras do PIS e do PASEP, nÃ£o sendo responsÃ¡veis por responder demandas que digam respeito Ã suposta incorreÃ§Ã£o quanto Ã atualizaÃ§Ã£o das cotas destes programas, remuneraÃ§Ã£o, depÃ³sitos ou dÃ©bitos,Â razÃ£o pela qual deve ser mantida a sentenÃ§a que reconheceu a ilegitimidade passiva do Banco do Brasil. (TJ-MS - AC: 08024571120198120029 MS 0802457-11.2019.8.12.0029, Relator: Juiz Luiz AntÃ´nio Cavassa de Almeida, Data de Julgamento: 13/03/2020, 1Âª CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: 16/03/2020) (grifei) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mais, vale ressaltar o enunciado da SÃºmula 77 do STJ: Â¿SÃºmula nÂ° 77, STJ. A Caixa EconÃ´mica Federal Ã© parte ilegÃ-tima para figurar no polo passivo das aÃ§Ãµes relativas Ã s contribuiÃ§Ãµes para o fundo PIS/PASEPÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, realizando uma aplicaÃ§Ã£o extensiva da SÃºmula 77 do STJ Ã© possÃ-vel concluir que o Banco do Brasil S/A nÃ£o possui legitimidade para figurar no polo passivo de demanda que discute levantamento de depÃ³sito deÂ PASEP, uma vez que atua como mero depositÃ¡rio dos valores recolhidos. - Da InversÃ£o do Ã´nus da SucumbÃªncia: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, considerando a reforma da SentenÃ§a, a parte vencida deve suportar o Ã´nus da sucumbÃªncia, desta forma, nos termos do artigo 85, Â§2Â° do CPC, condeno o autor/apelado ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios em favor dos representantes do banco apelante, ora fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa. - Dispositivo: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto,Â CONHEÃO E DOU PROVIMENTO ao recurso de ApelaÃ§Ã£o, acolhendo a preliminar de ilegitimidade passiva do Banco do Brasil S/A, para extinguir o processo, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso VI do CÃ³digo de Processo Civil, nos termos da fundamentaÃ§Ã£o lanÃ§ada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã como o voto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente decisÃ£o como mandado/oficio, nos termos da Portaria nÂº 3731/2015-GP. Â Â Â Â Â BelÃ©m (PA),Â 01Â de junho de 2020. Â DesembargadorÂ EZILDA PASTANA MUTRAN, Relatora Ante o exposto, seguindo o precedente deste E.Tribunal, nos termos do inciso VI, do art. 485 do CPC, extingo o processo SEM a resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, acolhendo a preliminar de ilegitimidade passiva Â¿ad causamÂ¿. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, cuja cobranÃ§a ficarÃ¡ suspensa por forÃ§a da A.J.G. P.R.I. BelÃ©m (Pa), 11/03/22. FÃBIO ARAÃJO MARÃAL - Juiz de Direito Auxiliar de 3Âª EntrÃ¢ncia

FÓRUM CRIMINAL

DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL

FÓRUM CRIMINAL DA COMARCA DE BELÉM

A Excelentíssima Doutora **ANGELA ALICE ALVES TUMA,** Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital, no uso de suas atribuições legais etc.

PORTARIA Nº 020/2022-Plantão/DFCrim

A Excelentíssima Doutora **ANGELA ALICE ALVES TUMA**, Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital, no uso de suas atribuições legais etc.

Considerando o disposto na Resolução nº. 013/2009-GP, publicada no DJ 4363, de 25/06/2009, e na Resolução 021/2009-GP, publicada no DJE 4416, de 10/09/2009, e a Resolução n.º 16/2016-GP, publicada no DJE 5980, de 2/06/2016, que tratam do serviço de Plantão no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Considerando a Portaria n.º 110/2016-DFCri, de 16/12/16, que alterou a Portaria n.º 070/2016-DFCri

Considerando o Sigadoc n.º OFI-2017/13165, autorizando o 2º servidor de Secretaria aos finais de semana e feriados;

Resolve:

Art. 1º Divulgar a escala de PLANTÃO DO FÓRUM CRIMINAL, para o mês de **ABRIL/2022:**

DIAS	**HORÁRIO**	**MAGISTRADO**	**SERVIDORES**
01, 02 e 03/04	Dia: 01/04 ¿ 14h às 17h Dias: 02 e 03/04 ¿ 08h às 14h	12ª Vara Criminal da Capital **Dr. Alessandro Ozanan, Juiz Titular ou substituto.** **Celular de Plantão:** (91)98296-1560 **E-mail:** 12crimebelem@tjpa.jus.br	**Diretor (a) de Secretaria:** Leda dos Santos Gonçalves **Servidora de Secretaria;** Géssica Andreza Pinto da Silva **(02 e 03/04)** **Assessor (a) de Secretaria:** Rodrigo da Silva Moura **Servidor(a) Distribuidor:** Luiza Costa Reis **(01 a 03/04)** Carlos Eduardo Correa da Silva (**02 e 03/04)** **Oficiais de Justiça:** Carla Roberta de S. Freire (01/04)

			Carlos Jesse Teixeira Fernandes (01/04) Carlos Mussi Calil Gonçalves (1/04 ¿ Sobreaviso)
			Ana Patrícia Teixeira Coelho Lages (02 e 03/04) Alain Giani Vilhena Barros (02 e 03/04 ¿ Sobreaviso)
			Operadores Sociais: Riane Conceição Ferreira Freitas: Pedagoga/3ª Vara Mulher Raimunda Furtado Caravelas: Serviço Social/1ª VEP Mayra Ramos Lopes: Psicóloga/1ª Crianças e Adolescentes

Art. 2º Poderá haver alteração desta Portaria a qualquer momento a critério da Administração, para se adequar ao que determina o Art. 10, da Resolução 013/2009-GP.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Belém, 11 de março de 2022

ANGELA ALICE ALVES TUMA

Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital

SECRETARIA DA 8ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 24/03/2022 A 24/03/2022 - SECRETARIA DA 8ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 8ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00145122120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:O. E. PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DE JUSTICA/ENTORPECENTES DENUNCIADO:ROBERTA CAMILA DA SILVA E SILVA Representante(s): OAB 16804 - MAXIMILIANO DE ARAUJO COSTA (ADVOGADO) . DELIBERAÃÃO: âConsiderando a ausÃªncia de diligÃªncias na fase do art. 402 do CPP, abra-se vista Ã promotoria natural, e apÃ³s a defesa para memoriais, no prazo igual e sucessivo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 403, Â§3Âº, do CPP. ApÃ³s, conclusos para sentenÃ§aâ. PROCESSO: 00159257420168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:V. S. F. O. DENUNCIADO:CLEBER OLIVEIRA ROSA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â I - RELATÃRIO: Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes institucionais, ofereceu DENÃNCIA contra CLEBER OLIVEIRA ROSA, brasileiro, paraense, natural de BelÃ©m, nascido em 05/05/1971, filho de Tereza Oliveira Sales e AndrÃ© Nascimento Rosa, portador do RG nÂ° 3802388, PC/PA, residente na Rua Doutor Veiga, nÂ° 552, entre Carlos Carvalho e Tabatinga, bairro Jurunas, CEP: 66030030, por infringÃªncia ao artigo 155, Â§4Â°, II do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Consta na presente exordial acusatÃ³ria que no dia 07 de junho de 2016, por volta das 15h30min, o acusado teria furtado o celular da vÃ-tima Vanessa do Socorro Franco de Oliveira quando estava entrando no Ã´nibus na Av. Presidente Vargas. A vÃ-tima tentou correr atrÃ¡s do acusado, porÃ©m nÃ£o o alcanÃ§ou. Â Â Â Â Â Â Â No dia seguinte, a vÃ-tima reconheceu o acusado no mesmo local em que ocorreu o furto. Acionou agentes da Guarda Municipal, que foram atÃ© o local e fizeram a abordagem e detenÃ§Ã£o do rÃ©u. Em sede policial, a vÃ-tima reconheceu Cleber Oliveira Rosa como o autor do furto. Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia em desfavor do rÃ©u foi protocolada no dia 14/07/2016, sendo recebida no dia 21/07/2016 (fl. 26). Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u Cleber Oliveira Rosa foi citado pessoalmente em fl. 57-v, e atravÃ©s de Defensor PÃºblico, apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 58/61. Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 62, nÃ£o sendo o caso de quaisquer das hipÃ³teses de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria elencadas no artigo 397 e seus incisos da lei adjetiva penal, foi designada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. Â Â Â Â Â Â Â Em instruÃ§Ã£o criminal foi ouvida a testemunha de acusaÃ§Ã£o Jaimielson Lima NegÃ-dio. Sendo a vÃ-tima dispensada. Foi decretada a revelia do rÃ©u Ã fl. 101. Â Â Â Â Â Â Â Na fase do Artigo 402 as partes nada requereram. Â Â Â Â Â Â Â Em memoriais finais (fls. 102/106), o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a absolviÃ§Ã£o de Cleber Oliveira Rosa, com fulcro no artigo 386, VII, do CPP, em face de que foram produzidas provas apenas na fase do inquÃ©rito policial, nÃ£o existindo, portanto, provas suficientes para a condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u Cleber Oliveira Rosa, por intermÃ©dio da Defensoria PÃºblica, apresentou memoriais finais em fls. 107/108, momento em que requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado, dado que nÃ£o foram produzidas provas para a condenaÃ§Ã£o, vide Artigo 386, VII, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Decido.Â Â Â Â Â Â Â II - FUNDAMENTAÃÃO: Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de denÃºncia formulada pelo MinistÃ©rio PÃºblico para apurar a prÃ¡tica do crime definido no art. 155, Â§4, II, do CPB, supostamente praticado pelo acusado. Â Â Â Â Â Â Â Diz o art. 155, caput, do CPB: Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia mÃ³vel: Pena - reclusÃ£o, de um a quatro anos, e multa. Â Â§ 4Âº - A pena Ã© de reclusÃ£o de dois a oito anos, e multa, se o crime Ã© cometido: II - com abuso de confianÃ§a, ou mediante fraude, escalada ou destreza IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas Â Â Â Â Â Â Â Ao caso nÃ£o se apresentam preliminares. Passo ao exame de mÃ©rito da aÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â III - DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Em instruÃ§Ã£o processual, foi ouvida apenas a testemunha de acusaÃ§Ã£o Jaimielson Lima NegÃ-dio que declarou: que Ã© escrivÃ£o de polÃ-cia civil; que conhece o rÃ©u porque jÃ¡ conduziu o rÃ©u vÃ¡rias vezes para a seccional em face de crimes de furto no comÃ©rcio; que Cleber Ã© conhecido no comercio como Â¿JabutiÂ¿; que nÃ£o recorda dos presentes fatos. Â Â Â Â Â Â Â Como jÃ¡ informado, o denunciado e a vÃ-tima nÃ£o foram ouvidos. Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, apreciando as provas colhidas nos autos, entende este Juiz que nÃ£o hÃ¡ provas suficientes de que o rÃ©u tenha praticado o delito descrito na denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, nÃ£o hÃ¡ provas concretas sequer de que o crime narrado tenha existido, haja vista que, conforme jÃ¡ mencionado, nenhuma das testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico foram ouvidas em JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Diante disto, tem-se que a prova judicializada nÃ£o logrou comprovar os termos da denÃºncia, sendo hipÃ³tese de absolviÃ§Ã£o, por

insuficiÃªncia de provas, nos termos do art. 155 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, insuficientes sÃ£o as provas para condenar o acusado, devendo ser aplicado o princÃ-pio basilar do direito penal denominado in dubio pro reo - na dÃºvida, em favor do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â O artigo 386, incisos II e VII, do CPP, dispÃµe: Art. 386. O juiz absolverÃ¡ o rÃ©u, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheÃ§a:Â II - nÃ£o haver prova da existÃªncia do fato; [...] VII - nÃ£o existir prova suficiente para a condenaÃ§Ã£o (...). Â Â Â Â Â Â Â Em comentÃ¡rio ao supra colacionado dispositivo legal, afirma Guilherme de Souza Nucci: Prova insuficiente para a condenaÃ§Ã£o: Ã© outra consagraÃ§Ã£o do princÃ-pio da prevalÃªncia do interesse do rÃ©u - in dubio pro reo. Se o juiz nÃ£o possui provas sÃ³lidas para a formaÃ§Ã£o do seu convencimento, sem poder indica-las na fundamentaÃ§Ã£o da sua sentenÃ§a, o melhor caminho Ã© a absolviÃ§Ã£o. (NUCCI, Guilherme de Souza. CÃ³digo de Processo Penal Comentado. 13. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 795-796). Â Â Â Â Â Â Â Segue manifestaÃ§Ã£o da jurisprudÃªncia pÃ¡tria acerca do tema: PENAL. PROCESSUAL PENAL. USO DE DOCUMENTO FALSO (CP: ARTS. 304 E 297). SENTENÃA ABSOLUTÃRIA (CPP: ART. 386, III). AUTORIA. INSUFICIÃNCIA DE PROVAS ABSOLVIÃÃO POR OUTROS FUNDAMENTOS (CPP: ART. 386, VII). APELAÃÃO DESPROVIDA. 1. Meros indÃ-cios ou conjecturas nÃ£o bastam para um decreto condenatÃ³rio, visto que, no processo penal a busca Ã© pela verdade real. 2. Na hipÃ³tese de inexistir prova suficiente para a condenaÃ§Ã£o, nos termos do art. 386, VII, do CPP, a absolviÃ§Ã£o Ã© a medida que se impÃµe. 3. ApelaÃ§Ã£o desprovida. (TRF-1 - ACR: 00044640320044013900, Relator: JUIZ FEDERAL PABLO ZUNIGA DOURADO (CONV.), Data de Julgamento: 03/02/2015, QUARTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: 20/02/2015) (grifo nÃ£o autÃªntico). PENAL. PROCESSO PENAL. REVISÃO CRIMINAL. TRÃFICO E ASSOCIAÃÃO PARA O TRÃFICO. DÃVIDAS QUANTO Ã AUTORIA DO CRIME. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÃÃO POR FALTA DE PROVAS. ART. 386, VII, CPP. PROCEDÃNCIA DO PEDIDO REVISIONAL. 1. NÃ£o obstante durante a fase inquisitorial, bem como judicialmente, tenham sido colhidos diversos depoimentos, a prova testemunhal nÃ£o se mostrou harmÃ´nica e segura, de modo a autorizar um decreto condenatÃ³rio com relaÃ§Ã£o ao aqui requerente. 2. Inexistindo provas cabais produzidas na esfera judicial a autorizar a condenaÃ§Ã£o, impÃµe-se a aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio in dubio pro reo, e, por consequÃªncia, a absolviÃ§Ã£o por ausÃªncia de provas da autoria delitiva, nos termos do art. 386, inciso VII, do CÃ³digo de Processo Penal. 3. RevisÃ£o criminal procedente. Unanimemente Â¿. (TJ-MA - RVCR: 0181322014 MA 0003150-48.2014.8.10.0000, Relator: JOSE DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO, Data de Julgamento: 27/02/2015, CÃMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de PublicaÃ§Ã£o: 16/03/2015) (grifo nÃ£o autÃªntico). Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto: Â Â Â Â Â Â Â JULGO IMPROCEDENTE A DENÃNCIA ofertada em desfavor de CLEBER OLIVEIRA ROSA, brasileiro, paraense, natural de BelÃ©m, nascido em 05/05/1971, filho de Tereza Oliveira Sales e AndrÃ© Nascimento Rosa, pela suposta prÃ¡tica do crime previsto no artigo 155 do CPB, ante a insuficiÃªncia de provas, tudo de conformidade com os preceptivos legais do artigo 386, incisos II e VII, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Transitada livremente em julgado, dÃª-se baixa nos assentos do acusado existentes com relaÃ§Ã£o a este processo, oficiando-se Ã autoridade competente da SEGUP para que assim tambÃ©m seja procedido. Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 24 de marÃ§o de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Dr. Jorge Luiz Lisboa Sanches Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal da Capital P R O C E S S O : 0 0 2 2 0 2 1 3 7 2 0 1 8 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:S. I. L. DENUNCIADO:JONATHAN PAIVA DE ALMEIDA Representante(s): OAB 6083 - SERGIO LUIZ FARIAS DE SOUSA (ADVOGADO) PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â I - RELATÃRIO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes institucionais, atravÃ©s da 7Âª Promotoria de JustiÃ§a, ofereceu denÃºncia contra JONATHAN PAIVA DE ALMEIDA, brasileiro, paraense, portador do RG nÂ° 6508103 SSP/PA, filho de Rosilene do Socorro Paiva de Almeida, residente e domiciliado Ã Rua SÃ£o Benedito, casa 268, entre Passagem Umarizal e Santa Maria, Bairro Sacramenta, BelÃ©m/PA, por infringÃªncia ao artigo 157, Â§2Â°, II e Â§2Â°-A, I c/c art. 14, II, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Narra a denÃºncia que no dia 28/09/2018, por volta das 20h30min, o denunciado adentrou na Loja Sol InformÃ¡tica do IT CENTER, localizada na Avenida Senador Lemos, bairro Sacramenta, anunciando assalto e apontando arma de fogo para Diego Tavares dos Santos, sub gerente do estabelecimento, ordenando que entregasse os aparelhos celulares que estavam na vitrine da loja, momento em que o seguranÃ§a da loja notou dois comparsas do acusado se aproximando da loja, porÃ©m empreenderam fuga quando avistaram o seguranÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ato contÃ-nuo, o seguranÃ§a Mauro SÃ©rgio da Silva Freitas se deslocou em direÃ§Ã£o ao acusado, tendo Jonathan tentado efetuar dois disparos contra o seguranÃ§a, entretanto a arma nÃ£o disparou. Mauro entÃ£o conseguiu desarmar o acusado e imobilizÃ¡-lo. Os clientes da loja comeÃ§aram a linchar o

acusado, que foi conduzido para a UPA por policiais militares e em seguida para a delegacia de polÃ-cia.Â As vÃ-timas realizaram o reconhecimento do assaltante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Auto de exibiÃ§Ã£o e apreensÃ£o de objeto (fl. 19). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia de custÃ³dia de fls. 27/29, foi homologada a prisÃ£o em flagrante do rÃ©u, sendo convertido em prisÃ£o preventiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi protocolada no dia 25/10/2018, sendo recebida por este juÃ-zo no dia 31/10/2018 (fls. 106/108). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ã£o de fls. 134/139, Jonathan Paiva de Almeida, por intermÃ©dio de advogado particular, apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o e pedido de revogaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva. O MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou favorÃ¡vel ao pleito (fl. 145). Este Magistrado, em decisÃ£o de fls. 146/147, deferiu o pleito de revogaÃ§Ã£o da cautelar preventiva, aplicando medidas diversas Ã prisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo de perÃ-cia de mecanismo da arma de fogo apreendida (fls.173/175). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em instruÃ§Ã£o criminal, foram ouvidas a vÃ-tima Diego Tavares dos Santos, e as testemunhas de acusaÃ§Ã£o Walter Junior da Silva Botelho e Mauro Sergio da Silva Freitas, bem como foi realizado o interrogatÃ³rio do rÃ©u Jonathan Paiva de Almeida. Sendo uma testemunha dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na fase do art. 402 do CPP, as partes nada requereram. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico apresentou memoriais finais as fls. 204/209, requerendo a procedÃªncia in totum da denÃºncia e a consequente condenaÃ§Ã£o do rÃ©u Jonathan Paiva de Almeida nas penas do Artigo 157, Â§2Â°, II, Â§2Â°-A, I c/c do Artigo 14, II do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa do rÃ©u Jonathan Paiva de Almeida apresentou memorais finais Ã s fls. 218/221, requerendo, em caso de condenaÃ§Ã£o, a aplicaÃ§Ã£o da pena no mÃ-nimo legal e a aplicaÃ§Ã£o da atenuante da confissÃ£o espontÃ¢nea. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo de perÃ-cia de verificaÃ§Ã£o de sanidade mental (fls. 224/225). Â Em virtude do laudo de sanidade mental, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a absolviÃ§Ã£o imprÃ³pria de Jonathan Paiva de Almeida com fulcro no Artigo 97 do CPB, por ser o rÃ©u inimputÃ¡vel, nos termos do Artigo 26 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Este Ã© o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â II - FUNDAMENTAÃÃO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de denÃºncia formulada pelo MinistÃ©rio PÃºblico para apurar a prÃ¡tica do crime definido no Art. 157, Â§ 2Âº, inciso II e Â§2Âº-A, I c/c art. 14, II, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro, supostamente praticado pelo acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao caso nÃ£o se apresentam preliminares. Passo, pois, ao exame de mÃ©rito da aÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme relatado alhures, em instruÃ§Ã£o processual foi ouvida a vÃ-tima Diego Tavares dos Santos que declarou: que o fato ocorreu quando fazia parte da empresa Sol informÃ¡tica no turno da noite; que ocorreu uma tentativa de assalto; que estava com um outro funcionÃ¡rio no monitoramento das cÃ¢meras, momento em que o seu colega notou que havia um nacional com atitude suspeita na loja, e por isso retornou para a loja e o nacional estava com uma mochila; que o segundo assaltante rendeu os seguranÃ§as da frente; que o seguranÃ§a do estabelecimento reagiu, e o assaltante que havia rendido fugiu para o estacionamento onde tinha um carro branco aguardando e o rÃ©u tentou fugir pela frente, pela Pedro Alvares Cabral, momento em que o seguranÃ§a o segurou; que fecharam a loja, e a populaÃ§Ã£o chegou a agredir o assaltante; que acionaram a polÃ-cia; que o assaltante nÃ£o conseguiu subtrair nenhum bem da loja, mas nÃ£o recorda ao certo; que Jonathan estava armado, o seguranÃ§a conseguiu pegar a sua arma; que o assalto aconteceu por volta das 20h30min; que o seguranÃ§a falou que o Jonathan tentou disparar duas vezes contra o seguranÃ§a, mas a arma falhou. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha arrolada pela acusaÃ§Ã£o Walter Junior da Silva Botelho declarou: que Ã© policial militar; que apenas fez a conduÃ§Ã£o do rÃ©u atÃ© a seccional da sacramenta; que nÃ£o sabe como os fatos ocorreram. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha arrolada pela acusaÃ§Ã£o Mauro Sergio da Silva Freitas declarou: que Ã© fiscal de loja; que na Ã©poca trabalhava na empresa; que os assaltantes entraram na loja e o outro assaltante o fez de refÃ©m; que o Jonathan estava dentro da loja, e quando o vigilante apareceu, os assaltantes fugiram, e o Jonathan foi capturado; que os dois assaltantes estavam armados; que o Jonathan tentou disparar contra o vigilante, mas a arma falhou, entÃ£o a populaÃ§Ã£o pegou ele e sua arma; que nÃ£o chegaram a subtrair nenhum item da loja. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u Jonathan Paiva de Almeida em seu interrogatÃ³rio declarou: que Ã© verdadeira a acusaÃ§Ã£o; que tentou realizar o roubo; que nÃ£o tinha nenhum parceiro, estava sozinho, havia outra pessoa, mas nÃ£o estava com ele; que estava com uma arma, mas nÃ£o disparou e nem tentou disparar em ninguÃ©m; que deitou no chÃ£o e se entregou; que foi a Ãºnica vez que tentou realizar um assalto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CRIME DEFINIDO NO ART. 157, Â§ 2Âº, II, E Â§ 2Â°-A, I, DO CPB (ROUBO QUALIFICADO) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afirma o art. 157, Â§ 2Âº, II e V, e Â§ 2Âº-A, I, do CPB: Art. 157 - Subtrair coisa mÃ³vel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaÃ§a ou violÃªncia a pessoa, ou depois de havÃª-la, por qualquer meio, reduzido Ã impossibilidade de resistÃªncia: Pena - reclusÃ£o, de quatro a dez anos, e multa. Â§ 2Âº - A pena aumenta-se de um terÃ§o atÃ© metade: II - se hÃ¡ o concurso de duas ou mais pessoas; Â§ 2Âº-A - A pena aumenta-se de 2/3 (dois terÃ§os): I - se a violÃªncia ou ameaÃ§a Ã© exercida com emprego de

arma de fogo;Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise do que consta nos presente autos, verifico que o assalto na loja Sol InformÃ¡tica, praticado pelo acusado, na companhia de outros indivÃ-duos nÃ£o identificados, restou devidamente comprovado pelas provas produzidas em JuÃ-zo, tendo em vista o depoimento prestado em JuÃ-zo pelas vÃ-timas e demais testemunhas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A bem da verdade, a palavra das vÃ-timas, em consonÃ¢ncia com o contexto probatÃ³rio constante nos autos, Ã© suficiente para o decreto condenatÃ³rio, nos termos do que afirma a jurisprudÃªncia pacÃ-fica: APELAÃÃO CRIMINAL - ART. 157, Â§ 2Âº, INCISO I, C/C ART. 157, Â§ 2Âº, INCISO I, C/C ART. 70 (DUAS VEZES), TODOS DO CÃDIGO PENAL, EM CONCURSO MATERIAL - SENTENÃA CONDENATÃRIA - IRRESIGNAÃÃO DA DEFESA - REQUERIDA A ABSOLVIÃÃO QUANTO AO 1Âº FATO, POR INSUFICIÃNCIA DE PROVAS - IMPOSSIBILIDADE - MATERIALIDADE E AUTORIA SATISFATORIAMENTE DELINEADAS - PALAVRA DA VÃTIMA EM CRIME DE ROUBO TEM ESPECIAL RELEVÃNCIA - ÃLIBI DEFENSIVO NÃO COMPROVADO - CONDENAÃÃO MANTIDA - APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. NÃ£o obstante o rÃ©u tenha negado o cometimento do primeiro crime de roubo narrado na denÃºncia, ratifica-se a condenaÃ§Ã£o, pois, o reconhecimento positivo promovido ainda na Delegacia e as palavras das vÃ-timas em juÃ-zo relatando os fatos de forma coerente e segura, sobrepÃµem-se tanto Ã negativa de autoria, como constituem provas idÃ´neas e suficientes para embasar o Ã©dito condenatÃ³rio, mormente quando os relatos dos ofendidos nÃ£o foram infirmados por qualquer outro elemento de convicÃ§Ã£o, e a defesa nÃ£o se desincumbiu do seu Ã´nus de comprovar o Ã¡libi sustentado para alegar a negativa de autoria, na forma do art. 156 do CPP. (TJ-MT - APR: 00000011420178110064 MT, Relator: GILBERTO GIRALDELLI, Data de Julgamento: 12/02/2020, Terceira CÃ¢mara Criminal, Data de PublicaÃ§Ã£o: 18/02/2020) APELAÃÃO CRIMINAL - ROUBO CIRCUNSTANCIADO - CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL - PALAVRA DA VÃTIMA - CONDENAÃÃO MANTIDA. I. A confissÃ£o extrajudicial do acusado e os outros elementos de prova, especialmente os depoimentos das testemunhas, embasam o decreto condenatÃ³rio. II. Em crimes contra o patrimÃ´nio, a palavra do ofendido merece especial relevÃ¢ncia e estÃ¡ coerente com o conjunto probatÃ³rio. III. Parcial provimento para reduzir a pena pecuniÃ¡ria. (TJ-DF - APR: 20130510148577, Relator: SANDRA DE SANTIS, Data de Julgamento: 11/06/2015, 1Âª Turma Criminal, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE: 19/06/2015. PÃ¡g.: 48) (grifo nÃ£o autÃªntico). APELAÃÃO - CRIME DE ROUBO - AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS - PALAVRAS DA VÃTIMA - ELUCIDAÃÃO DOS FATOS E RECONHECIMENTO DO AGENTE - CONFISSÃO DO ACUSADO - CONDENAÃÃO MANTIDA. Em sede de crimes patrimoniais, que geralmente sÃ£o praticados na clandestinidade, configura-se preciosa a palavra da vÃ-tima para elucidaÃ§Ã£o dos fatos e reconhecimento do agente, mormente quando nÃ£o hÃ¡ nada nos autos que demonstre que o ofendido tenha inventado tais fatos com a simples intenÃ§Ã£o de prejudicar o acusado. As declaraÃ§Ãµes da vÃ-tima, somadas Ã confissÃ£o do acusado, sÃ£o provas mais que suficientes da autoria do crime, nÃ£o havendo espaÃ§o para absolviÃ§Ã£o. (TJ-MG - APR: 10433130011623001 MG, Relator: SÃ¡lvio Chaves, Data de Julgamento: 26/06/2014, CÃ¢maras Criminais / 7Âª CÃMARA CRIMINAL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 04/07/2014) (grifo nÃ£o autÃªntico). APELAÃÃO. ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO. EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE AGENTES. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS COM RELAÃÃO AO RÃU ROMÃRIO FERREIRA. PALAVRA DAS VÃTIMAS. ROUBO CONSUMADO. INVERSÃO DA POSSE. REFAZIMENTO DA DOSIMETRIA DA PENA. REGIME FECHADO. PROVA ORAL NÃO APTA PARA A CONDENAÃÃO DOS RÃUS FILIPE DE SOUZA, GABRIEL DONIZETE E RODRIGO DE MORAES. IMPROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL E PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO DEFENSIVO. 1. Materialidade e autoria comprovadas com relaÃ§Ã£o ao crime de roubo duplamente majorado. As circunstÃ¢ncias do caso concreto indicam o dolo adequado Ã espÃ©cie do rÃ©u RomÃ¡rio Ferreira. 2. A autoria do crime restou comprovada pelas provas coligidas aos autos, alÃ©m de ter sido o rÃ©u reconhecido, pessoalmente, pela vÃ-tima e pela testemunha arrolada pela acusaÃ§Ã£o. Validade. O reconhecimento que a vÃ-tima efetua, da pessoa do seu roubador, assume fundamental importÃ¢ncia, eis que, em sede de crime de roubo, normalmente tocado de clandestinidade, a palavra da vÃ-tima Ã© a Ãºnica na qual pode a autoridade judiciÃ¡ria fiar-se, Ã falta de testemunhas presenciais. Precedentes do TJSP. [...] (TJ SP - TJ-SP - ApelaÃ§Ã£o APL 30013638820138260333 SP 3001363-88.2013.8.26.0333 (TJ-SP); Data de publicaÃ§Ã£o: 20/01/2016) (grifo nÃ£o autÃªntico). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que o reconhecimento efetuado pelas vÃ-timas se revelou coerente com as demais provas dos autos, especialmente o depoimento prestado pelo policial que efetuou a prisÃ£o do denunciado, revelando que este foi preso em flagrante delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, no presente caso, incide a qualificadora prevista no art. 157, Â§ 2Âº, inciso II, do CPB, tendo em vista que a prova oral colhida na instruÃ§Ã£o criminal revela cabalmente que o delito foi praticado em concurso pelo acusado e outro indivÃ-duo nÃ£o identificado que conseguiu fugir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, os depoimentos estÃ£o em consonÃ¢ncia com as declaraÃ§Ãµes prestadas pelo rÃ©u em sede policial, quando afirmou que estava em companhia

de mais dois assaltantes, vulgo Â¿FumaÃ§aÂ¿ e Â¿FumoÂ¿. Sendo que a retrataÃ§Ã£o do rÃ©u em JuÃ-zo de sua confissÃ£o apresenta-se isolada, podendo, pois, a confissÃ£o extrajudicial do acusado ser valorada para sua condenaÃ§Ã£o. Nesse sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBOS DUPLAMENTE QUALIFICADOS CONSUMADO E TENTADO. PROVA DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA. VIOLAÃÃO DO ART. 155 DO CPP. INOCORRÃNCIA. PROVAS CONFIRMADAS EM JUÃZO. RETRATAÃÃO DA CONFISSÃO ISOLADA. REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. A prova oral produzida na fase investigatÃ³ria serve para valoraÃ§Ã£o da culpa quando somada Ã prova produzida no contraditÃ³rio judicial, situaÃ§Ã£o admitida pela Corte local, descabendo nesta Corte revalorar a suficiÃªncia do grau de certeza para a condenaÃ§Ã£o. 2. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no HC 446.197/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018) (grifo nÃ£o autÃªntico). HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO. 1. VALORAÃÃO DE CONFISSÃO EXTRAÃDA NA FASE POLICIAL PELA SENTENÃA. MAGISTRADO QUE SE FUNDA EM OUTRAS PROVAS PARA JUSTIFICAR A CONDENAÃÃO. POSSIBILIDADE. NULIDADE INOCORRÃNCIA. 2. DOSIMETRIA. PENA-BASE. ELEVAÃÃO. MAUS ANTECEDENTES E CONDUTA SOCIAL. FUNDAMENTO EM PROCESSOS EM CURSO. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÃÃO Ã PRESUNÃÃO DE INOCÃNCIA. 3. EXPRESSÃES VAGAS E IMPRECISAS. USO PARA VALORAR NEGATIVAMENTE AS CIRCUNSTÃNCIAS JUDICIAIS. IMPOSSIBILIDADE. 4. ORDEM CONCEDIDA. 1. NÃ£o hÃ¡ que se falar em nulidade se a sentenÃ§a nÃ£o se baseou exclusivamente em confissÃ£o realizada na fase policial pelo paciente, devidamente acompanhado de advogado, e retratada parcialmente em juÃ-zo, mas em outros elementos de prova, produzidos em contraditÃ³rio penal. [...] (STJ - HC 53.540/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 06/08/2009, DJe 31/08/2009) (grifo nÃ£o autÃªntico). APELAÃÃO CRIMINAL - TRÃFICO - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - PALAVRAS FIRMES DAS TESTEMUNHAS POLICIAIS CORROBORADAS PELOS DEMAIS ELEMENTOS ANGARIADOS - RÃU HIPOSSUFICIENTE - ISENÃÃO DE CUSTAS CONCEDIDA. - AtÃ© que se produza prova em contrÃ¡rio, persiste a presunÃ§Ã£o "juris tantum" de que os policiais agem corretamente, cumprindo com acuidade as suas funÃ§Ãµes. - AfirmaÃ§Ãµes no sentido de que os agentes pÃºblicos mentiram para incriminar um cidadÃ£o devem vir acompanhadas de elementos concretos que as corroborem, para merecerem crÃ©dito. - Faz jus Ã isenÃ§Ã£o das custas processuais o rÃ©u comprovadamente hipossuficiente, nos termos do art. 10, inc. II, da Lei Estadual 14.939/03. (TJ MG - Processo: APR 10024113226245001 MG; Relator: CÃ¡ssio SalomÃ©; Julgamento: 28/02/2013; ÃrgÃ£o Julgador: CÃ¢maras Criminais Isoladas / 7Âª CÃMARA CRIMINAL; PublicaÃ§Ã£o: 08/03/2013) (grifo nÃ£o autÃªntico). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importante mencionar que nada impede que o julgador faÃ§a referÃªncia Ã prova colhida na fase inquisitorial, como no caso dos autos, especialmente porque as testemunhas ouvidas em JuÃ-zo ratificaram in totum os depoimentos prestados perante a autoridade policial e confirmaram a confissÃ£o extrajudicial do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o tema, transcrevo os seguintes julgados do Superior Tribunal de JustiÃ§a: PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÃÃO DOS ARTS. 155 E 386, VII, DO CPP. CONDENAÃÃO LASTREADA EXCLUSIVAMENTE EM PROVAS PRODUZIDAS NA FASE INQUISITORIAL. NÃO OCORRÃNCIA. ABSOLVIÃÃO. IMPOSSIBILIDADE. DEPOIMENTO EXTRAJUDICIAL DO RÃU, RETRATADO EM JUÃZO. RATIFICAÃÃO POR OUTROS ELEMENTOS PROBATÃRIOS, COLHIDOS JUDICIALMENTE. POSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. A condenaÃ§Ã£o do acusado nÃ£o se deu exclusivamente com base no depoimento prestado pela vÃ-tima na fase inquisitorial. Conforme se extrai do decreto condenatÃ³rio, este encontra-se lastreado, tambÃ©m, na prova testemunhal e no prÃ³prio depoimento do acusado, os quais foram produzidos em juÃ-zo, com plena garantia ao contraditÃ³rio e Ã ampla defesa. 2. Nesse contexto, Ã© inadmissÃ-vel o exame do pedido de absolviÃ§Ã£o do rÃ©u, pois o Tribunal de origem, soberano na anÃ¡lise dos elementos fÃ¡ticos e probatÃ³rios dos autos, concluiu que a materialidade e autoria do crime de porte ilegal de arma de fogo atribuÃ-das ao acusado restaram devidamente fundamentadas em provas colhidas tanto na fase inquisitorial quanto na fase judicial, notadamente os depoimentos das testemunhas e dos policiais que efetuaram o flagrante 3. Cumpre ressaltar que, conforme o disposto no art. 155 do CÃ³digo de Processo Penal, nÃ£o se mostra admissÃ-vel que a condenaÃ§Ã£o do rÃ©u seja fundada exclusivamente em elementos de informaÃ§Ã£o colhidos durante o inquÃ©rito e nÃ£o submetidos ao crivo do contraditÃ³rio e da ampla defesa, ressalvadas as provas cautelares e nÃ£o repetÃ-veis. Contudo, mister se faz reconhecer que tais provas, em atendimento ao princÃ-pio da livre persuasÃ£o motivada do juiz, desde que corroboradas por elementos de convicÃ§Ã£o produzidos na fase judicial, podem ser valoradas na formaÃ§Ã£o do juÃ-zo condenatÃ³rio. 4. No caso em apreÃ§o, malgrado o rÃ©u tenha se retratado em juÃ-zo, verifica-se que as declaraÃ§Ãµes por ele prestadas na fase inquisitiva foram confirmadas em juÃ-zo pelos policiais responsÃ¡veis por sua prisÃ£o em flagrante. 5. Agravo regimental a que se nega

provimento. (STJ - AgInt no AREsp 1304665/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 03/09/2018) (grifo nÃ£o autÃªntico). RECURSOS ESPECIAIS. PENAL E PROCESSO PENAL. ASSOCIAÃÃO PARA O TRÃFICO. INÃPCIA DA DENÃNCIA. MATÃRIA SUPERADA COM A SENTENÃA CONDENATÃRIA. CONSIDERAÃÃO DAS PROVAS COLHIDAS NO INQUÃRITO POLICIAL. POSSIBILIDADE. SUFICIÃNCIA PROBATÃRIA. REEXAME DE PROVA. SÃMULA 7/STJ. DOSIMETRIA. PENA-BASE. RECRUTAMENTO DE JOVENS ESPORTISTAS. OPERAÃÃO PLAYBOY. CIRCUNSTÃNCIA JUDICIAL NEGATIVA. REGIME MAIS GRAVOSO. POSSIBILIDADE. SUBSTITUIÃÃO. INCABIMENTO. [...] 2. NÃ£o hÃ¡ ilegalidade na consideraÃ§Ã£o de provas produzidas na fase de inquÃ©rito desde que ratificadas em juÃ-zo ou corroboradas por outras provas produzidas na fase judicial sob o crivo do contraditÃ³rio. [...]. (STJ - REsp 1367765/SC; Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, j. em 16/10/2014, p. DJe 03/11/2014) (grifo nÃ£o autÃªntico). HABEAS CORPUS. LATROCÃNIO. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÃPRIO. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL. CONDENAÃÃO. EXISTÃNCIA DE OUTROS ELEMENTOS SUBMETIDOS AO CONTRADITÃRIO E Ã AMPLA DEFESA.Â DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. TRÃNSITO EM JULGADO DA CONDENAÃÃO. PRISÃO-PENA. MANIFESTO CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. [...] 2. O Juiz, ao proferir um decreto condenatÃ³rio, pode se utilizar de provas produzidas no Ã¢mbito do inquÃ©rito policial, desde que esses elementos sejam corroborados por provas produzidas durante a instruÃ§Ã£o processual ou desde que essas provas sejam repetidas em juÃ-zo. InteligÃªncia do artigo 155, caput, do CÃ³digo de Processo Penal. [...]. (STJ - HC 95086/MG; Min. RogÃ©rio Schietti Cruz, Sexta Turma, j. em 06/02/2014, p. DJe 27/02/2014) (grifo nÃ£o autÃªntico). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recorde-se que, nos termos da jurisprudÃªncia pacÃ-fica, a identificaÃ§Ã£o do comparsa no crime nÃ£o Ã© imprescindÃ-vel para a incidÃªncia da majorante prevista no art. 157, Â§ 2Âº, inciso II, do CPB. Nesse sentido: PENAL. APELAÃÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA O PATRIMÃNIO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO PELO EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE PESSOAS (ART. 157, Â§ 2Âº, I E II, DO CÃDIGO PENAL). SENTENÃA CONDENATÃRIA. RECURSO DO RÃU. PLEITO DE ABSOLVIÃÃO POR INSUFICIÃNCIA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS DEVIDAMENTE COMPROVADAS PELAS PALAVRAS DA VÃTIMA E DIANTE DO RECONHECIMENTO PESSOAL REALIZADO NA DELEGACIA. PEDIDO DE AFASTAMENTO DA MAJORANTE DO EMPREGO DE ARMA. PROVA ORAL E TERMO DE APREENSÃO QUE COMPROVAM A UTILIZAÃÃO DE UMA FACA PELO APELANTE DURANTE A EMPREITADA CRIMINOSA. EXCLUSÃO DA MAJORANTE DO CONCURSO DE PESSOAS. PROVA ORAL QUE CONFIRMA A PRESENÃA DE OUTRO INDIVÃDUO. SENTENÃA MANTIDA. - Evidenciadas a materialidade e a autoria por intermÃ©dio das palavras da vÃ-tima, a qual confirma que o rÃ©u subtraiu trÃªs celulares, um rÃ¡dio e um cinzeiro mediante grave ameaÃ§a, tem-se a formaÃ§Ã£o de substrato probatÃ³rio suficiente a autorizar a condenaÃ§Ã£o do apelante por crime de roubo. - O fato de o apelante nÃ£o ter se utilizado ativamente da arma (faca), tem-se que o carÃ¡ter intimidativo da atitude deste em puxÃ¡-la da cintura durante o crime de roubo foi capaz de amedrontar a vÃ-tima. - A comprovaÃ§Ã£o da majorante do concurso de agentes independe da identificaÃ§Ã£o do segundo elemento quando as provas dÃ£o certeza acerca da sua efetiva participaÃ§Ã£o. - Parecer da PGJ pelo conhecimento e desprovimento do recurso. - Recurso conhecido e desprovido. (TJ-SC - APR: 20130392192 SC 2013.039219-2 (AcÃ³rdÃ£o), Relator: Carlos Alberto Civinski, Data de Julgamento: 30/09/2013, Primeira CÃ¢mara Criminal Julgado) (grifo nÃ£o autÃªntico). APELAÃÃO CRIMINAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. MAJORANTE. CONCURSO DE PESSOAS. CONFIGURADA. DOSIMETRIA DA PENA. FUNDAMENTAÃÃO INIDÃNEA E GENÃRICA. ATENUANTE DO ART. 66 DO CÃDIGO PENAL. NÃO COMPROVADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Ã prescindÃ-vel a identificaÃ§Ã£o/detenÃ§Ã£o de coautor do roubo para a incidÃªncia da qualificadora do concurso de pessoas, quando comprovado por outros elementos de prova que o delito de roubo foi cometido por dois ou mais indivÃ-duos. (...) (TJ-PA - APL: 201030045137 PA, Relator: NADJA NARA COBRA MEDA - JUIZ CONV. MUT., Data de Julgamento: 05/09/2013, 1Âª CÃMARA CRIMINAL ISOLADA, Data de PublicaÃ§Ã£o: 11/09/2013) (grifo nÃ£o autÃªntico). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resta, pois, configurado o crime previsto no art. 157, Â§2Âº, II, do CPB, em sua modalidade tentada (art. 14, II, do CPB), tendo em vista que o crime nÃ£o se consumou por circunstÃ¢ncia alheia Ã vontade dos agentes, qual seja, a reaÃ§Ã£o da vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, incide ao caso a qualificadora prevista no art. 157, Â§ 2Âº-A, inciso I, do CPB, pela utilizaÃ§Ã£o de arma de fogo e a intimidaÃ§Ã£o causada por seu uso, posto que sobejamente comprovada pela prova colhida, em especial o depoimento prestado pelas vÃ-timas, e o auto de exibiÃ§Ã£o e apreensÃ£o de objeto Ã fl. 19, segundo o qual foi apreendida uma arma de fogo tipo revÃ³lver, calibre 38, de nÂº 22050, com trÃªs muniÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, restam comprovadas a materialidade e a autoria do delito previsto no art. 157, Â§ 2Âº, incisos II, e Â§ 2Âº-A, inciso I, do CPB, c/c art. 14 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entretanto, observo queÂ o acusado foi submetido

a perÃ-cia mÃ©dico-legal, em que foi constatada a sua condiÃ§Ã£o de INIMPUTÃVEL, uma vez que o Laudo psiquiÃ¡trico constante Ã s fls. 224 e 225 dos autos apensos revelou que ele foi diagnosticado com epilepsia e sÃ-ndromes epilÃ©pticas generalizadas, alÃ©m de apresentar retardo mental moderado e comprometimento significativo do comportamento, requerendo vigilÃ¢ncia e tratamento, concluindo que o periciando era, ao tempo da aÃ§Ã£o, inteiramente incapaz de compreender o carÃ¡ter delituoso dos fatos e incapaz de determinar-se de acordo com esse entendimento. Figura, portanto, ao abrigo do prescrito no caput do artigo 26 do CPB, o qual dispÃµe: Art. 26. Ã isento de pena o agente que, por doenÃ§a mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da aÃ§Ã£o ou omissÃ£o, inteiramente incapaz de entender o carÃ¡ter ilÃ-cito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O artigo 386, inciso VI, enumera: Art. 386. O Juiz absolverÃ¡ o rÃ©u, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheÃ§a: VI - existirem circunstÃ¢ncias que excluam o crime ou isentem o rÃ©u de pena, ou mesmo se houver fundada dÃºvida sobre sua existÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em razÃ£o da inimputabilidade, Ã© fator impositivo sua absolviÃ§Ã£o, pois ausente um dos elementos fundamentais para tipicidade da conduta ilÃ-cita constante do artigo 157, Â§ 3Âº, 2Âª. Parte: O DOLO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â III - CONCLUSÃO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, com respaldo no incisoÂ IVÂ do artigoÂ 415Â doÂ CPP, ABSOLVO, de forma imprÃ³pria, o denunciado JONATHAN PAIVA DE ALMEIDA, brasileiro, paraense, portador do RG nÂ° 6508103 SSP/PA, filho de Rosilene do Socorro Paiva de Almeida, pela prÃ¡tica do delito previsto no art. 157, Â§ 2Âº, incisos II, Â§2Âº-A, I, do CÃ³digo Penal Brasileiro, por ser o acusado inimputÃ¡vel, nos termos do artigoÂ 26Â doÂ CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Restando comprovada a periculosidade do denunciado e a prÃ¡tica de fato previsto como crime punÃ-vel com reclusÃ£o, impÃµe-se a aplicaÃ§Ã£o de medida de seguranÃ§a visando proteger a sociedade contra a prÃ¡tica de novos delitos e visando proteger o prÃ³prio acusado de si mesmo, razÃ£o pela qual aplico-lhe medida de seguranÃ§a de internaÃ§Ã£o em Hospital de CustÃ³dia e Tratamento PsiquiÃ¡trico do Estado, por tempo indeterminado e pelo prazo mÃ-nimo de 1 (um) ano, conformeÂ artigos 96, 97, Â§ 1Âº e seguintes, do diploma penal pÃ¡trio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada esta decisÃ£o em julgado, expeÃ§a-se guia de execuÃ§Ã£o, encaminhando-se ao JuÃ-zo competente para os devidos fins de direito, com a expediÃ§Ã£o do respectivo Mandado para captura e recolhimento do rÃ©u submetido a medida de seguranÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas processuais. Transitada em julgado e adotadas as diligÃªncias necessÃ¡rias, arquive-se com baixa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adotem-se todos os procedimentos de praxe em casos desta natureza. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 24 de marÃ§o de 2022. Dr. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz Titular da 8Âª. Vara Penal da capital.

SECRETARIA DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

RESENHA: 24/03/2022 A 25/03/2022 - SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 6ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00068596520198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:A. V. O. DENUNCIADO:IASMIN FARIAS DOS SANTOS DENUNCIADO:LUCAS AUGUSTO LEANDRO VIEIRA Representante(s): OAB 6992 - CARLOS JOSE MARQUES DUARTE (ADVOGADO) . Despacho Â Â Â Â Â Â RH Considerando o teor da cota ministerial de fls. 72, bem como a nÃ£o ocorrÃªncia da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento designada naquele momento, redesigno-a para o dia 13/06/2023 Ã s 10:00. Intime-se a vÃtima no endereÃ§o acostado a esta folha. Considerando a insistÃªncia do Parquet nas testemunhas Pedro Costa Lima e TÃbÃ©rio Alves Paulino, expeÃ§a-se ofÃcio ao Comando Geral da Policia Militar para que os apresentem na data designada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 23 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Maria De FÃ¡tima Alves Da Silva JuÃza de Direito respondendo pela 6Âº Vara criminal de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00106053820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:AGUINALDO ROBERTO GOMES DE SOUSA. Vistos, etc Considerando a inÃ©rcia do denunciado a respeito da constituiÃ§Ã£o de novo advogado, pois, intimado, nÃ£o se manifestou, nomeio o Defensor PÃºblico vinculado a esta vara penal para que proceda Ã defesa do rÃ©u. Ademais, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 29/06/2023 Ã¡s 10:00, a qual seguirÃ¡ os termos dos arts. 400 a 404 do CPP. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Intimem-se e cumpra-se. BelÃ©m/PA, 23 de marÃ§o de 2022 MARIA DE FÃTIMA ALVES DA SILVA JuÃza de Direito respondendo pela 6Âº Vara criminal de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00143647820178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:R. N. C. C. DENUNCIADO:DANIELLY CRISTINA SILVA MORAIS Representante(s): OAB 21627 - WALDER EVERTON COSTA DA SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:FELIPE VIANA DE SOUZA Representante(s): OAB 22516 - ANNA CORREA MEDRADO (ADVOGADO) OAB 12815 - RAPHAEL AUGUSTO CORREA (ADVOGADO) OAB 32028 - TCHENAY SOUZA DA SILVA (ADVOGADO) . AÃ§Ã£o Penal Autos: 0014364-78.2017.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Danielly Cristina Silva Morais e Felipe Viana de Souza Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da certidÃ£o de fl. 173, recebo o recurso interposto por DANIELLY CRISTINA SILVA MORAIS por estarem preenchidos os requisitos legais para sua admissibilidade, em especial, a tempestividade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino vista dos autos ao advogado de defesa para apresentaÃ§Ã£o de razÃµes da apelaÃ§Ã£o, no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para oferecer contrarrazÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntadas as razÃµes das partes, remetam-se os autos Ã 2Âª InstÃ¢ncia, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpram-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 23 de marÃ§o de 2022. Maria De FÃ¡tima Alves Da Silva JuÃza de Direito respondendo pela 6Âº Vara criminal de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00202375420208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:C. R. C. DENUNCIADO:IGOR VICTOR DIAS ROQUE Representante(s): OAB 22483 - ARLYSON JOSE DE LIMA MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 24024 - BEIDSON RODRIGUES COUTO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ALAN LOBO VIANA Representante(s): OAB 24024 - BEIDSON RODRIGUES COUTO (ADVOGADO) . Despacho Â Â Â Â Â Â RH Considerando o teor da cota ministerial de fls. 100, designo o dia 11/04/2022 Ã s 10:00 para a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento na qual se procederÃ¡ a oitiva da vÃtima Cleison Rosa Costa, que deve ser intimado no endereÃ§o acostado a esta folha e da testemunha policial Giovani Pamplona Cordeiro, com a devida expediÃ§Ã£o de ofÃcio ao Comando Geral da PolÃcia Militar, bem como a oitiva dos rÃ©us Alan Lobo Viana e Igor Victor Dias Roque. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 23 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Maria De FÃ¡tima Alves Da Silva JuÃza de Direito respondendo pela 6Âº Vara criminal de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00027411720178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): THATIANA TORRES LADISLAU DAS CHAGAS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:MARIA HELENA DA COSTA CARVALHO Representante(s): OAB 4553 - PEDRO HAMILTON DE OLIVEIRA NERY (ADVOGADO)

VITIMA:A. C. . O JuÃ-zo da 6Âª Vara Criminal da Capital, intima o advogado Dr. PEDRO HAMILTON DE OLIVEIRA NERY - OAB/PA nÂ° 4.553, para que, no prazo de lei, apresentem memoriais finais, referente ao processo crime nÂº 0002741-17.2017.814.0401, que tem como denunciada MARIA HELENA DA COSTA CARVALHO Â PROCESSO: 00103577720168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 VITIMA:C. C. E. P. DENUNCIADO:ANTONIO CARLOS DA SILVA PANTOJA DENUNCIADO:EDILENE DOS SANTOS LISBOA DENUNCIADO:JESIMIEL DE SOUSA MAGNO. Â¿Vistos etc. 1 - O ExcelentÃ-ssimo Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, em audiÃªncia, ofereceu proposta de suspensÃ£o condicional do processo na forma do Art. 89 da Lei 9.099/95, considerando que o dano jÃ¡ vem sendo reparado mediante acordo junto a vÃ-tima, a qual foi aceita pelos denunciados(a), ora assistido(a) por seu Advogado, Dr. Alan Damasceno, defensor pÃºblico. ISTO POSTO, DECRETO A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO em relaÃ§Ã£o ao(Ã) denunciados(a) AntÃ´nio Carlos da Silva Pantoja e Edilene dos Santos Lisboa, qualificados(a) nos autos, mediante o cumprimento das seguintes condiÃ§Ãµes, ficando os(a) denunciados(a) advertidos(a) que o seu nÃ£o cumprimento implicarÃ¡ a revogaÃ§Ã£o do benefÃ-cio, quais sejam: I - ProibiÃ§Ã£o de se ausentarem por mais de 30 (trinta) dias da comarca onde residem, sem autorizaÃ§Ã£o judicial; II - NÃ£o cometerem crime ou contravenÃ§Ã£o penal durante o perÃ-odo de suspensÃ£o condicional do processo; III - NÃ£o mudarem de residÃªncia sem prÃ©via comunicaÃ§Ã£o deste juÃ-zo; IV - Comparecimento pessoal e obrigatÃ³rio ao juÃ-zo, trimestralmente, para informar e justificar suas atividades, deixando suas presenÃ§as consignada em cartÃ³rio; 2 - O perÃ-odo de provas serÃ¡ de 2 (dois) anos, sem reconhecimento de culpa. 3 - DecisÃ£o prolatada em audiÃªncia, publicada neste e partes intimadas neste ato, as quais abrem mÃ£o do prazo recursal. 4 - Registre-se e cumpra-se, observadas as cautelas de lei. BelÃ©m (PA), 23 de marÃ§o de 2022. Maria de FÃ¡tima Alves da Silva, Juiz(a) de Direito, respondendo pela 6Âª Vara Criminal da Capital.Â¿ PROCESSO: 00110733620188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:BRUNO RAFAEL DA COSTA SANTOS Representante(s): OAB 21932 - ICARO LEANDRO AQUINO DOS ANJOS (ADVOGADO) OAB 5157 - JANIO SOUZA NASCIMENTO (ADVOGADO) VITIMA:U. F. P. . Â¿VISTOS ETC.Â 1 - Considerando a manifestaÃ§Ã£o das partes, os quais nada requereram na fase do Art. 402 do CPP, determino vistas dos autos, primeiramente, ao Representante do MP, e posteriormente, ao Representante da Defesa, para apresentaÃ§Ã£o das alegaÃ§Ãµes finais de forma escrita, no prazo de lei. 2 - ApÃ³s, conclusos para os ulteriores de direito. 3 - Cumpra-se, observadas as cautelas de lei. BelÃ©m (PA), 23 de marÃ§o de 2022. MARIA DE FÃTIMA ALVES DA SILVA, JuÃ-za de Direito, respondendo pela 6Âª Vara Criminal da CapitalÂ¿. PROCESSO: 00135523120208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): THATIANA TORRES LADISLAU DAS CHAGAS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ROGERIO NUNES DA SILVA Representante(s): OAB 24024 - BEIDSON RODRIGUES COUTO (ADVOGADO) . O JuÃ-zo da 6Âª Vara Criminal da Capital, intima o advogado Dr. JOSÃ RUBENILDO CORREA - OAB/PA nÂ° 9.579, para que, no prazo de lei, apresentem memoriais finais, referente ao processo crime nÂº 001552-31.2020.814.0401, que tem como denunciado ROGÃRIO NUNES DA SILV. Â PROCESSO: 00137256020178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): THATIANA TORRES LADISLAU DAS CHAGAS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:M V S DIAS VILHENA ME Representante(s): OAB 19588 - KHAREN KAROLLINNY SOZINHO DA COSTA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. . O JuÃ-zo da 6Âª Vara Penal da Capital, intima a advogada Dra. KHAREN KAROLLINNY SOZINHO DA COSTA - OAB/PA nÂ° 19.588, para que, elucide o objetivo da pericia nas mÃ-dias anexas, referente ao processo crime nÂº. 0013725-60.2017.814.0401, tendo como denunciadoÂ M V S DIAS VILHENA ME. Â PROCESSO: 00143647820178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): THATIANA TORRES LADISLAU DAS CHAGAS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 VITIMA:R. N. C. C. DENUNCIADO:DANIELLY CRISTINA SILVA MORAIS Representante(s): OAB 21627 - WALDER EVERTON COSTA DA SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:FELIPE VIANA DE SOUZA Representante(s): OAB 22516 - ANNA CORREA MEDRADO (ADVOGADO) OAB 12815 - RAPHAEL AUGUSTO CORREA (ADVOGADO) OAB 32028 - TCHENAY SOUZA DA SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO - INTIMAÃÃO DE ADVOGADO Fica a defesa, na pessoa do(as) advogado(as) WALDER

EVERTON COSTA DA SILVA, OAB/PA 21.627, a apresentar razÃµes do Recurso de ApelaÃ§Ã£o no Processo 00143647820178140401, em que figura como rÃ© DANIELLY CRISTINA SILVA MORAIS no prazo legal, estando os autos do processo, disponÃveis em Secretaria. BelÃ©m (PA), 22/03/2022. Thatiana Torres Ladislau das Chagas Diretora de Secretaria da 6Âª Vara Criminal da Capital Prov. 006/2006-CJRMB PROCESSO: 00158489220078140401 PROCESSO ANTIGO: 200720491262 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:DAVI DE SOUZA BARROSO Representante(s): OAB 111111111111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (CURADOR) PROMOTOR:LUIZ MARCIO TEIXEIRA CYPRIANO. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise aos autos, observo que ao rÃ©u DAVI DE SOUSA BARROS foi fixada medida de InternaÃ§Ã£o em hospital de custÃ³dia e tratamento psiquiÃ¡trico, ou, na ausÃªncia destes, outros estabelecimentos adequados nos termos do art. 96, I, CPB, pelo tempo mÃnimo de 01 (hum) ano e mÃ¡ximo de 30 (trinta) anos. (fls. 117/121). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inconformado com a sentenÃ§a prolatada por este juÃzo, o sentenciado interpÃ´s recurso de apelaÃ§Ã£o. No entanto, apesar de sua apelaÃ§Ã£o ter sido conhecida, teve seu provimento foi negado. (fls. 160) Â Â Â Â Â Â Â Â Â O trÃ¢nsito em julgado veio a ser certificado em 10 de novembro de 2019 (fls. 174), com a consequente determinaÃ§Ã£o do cumprimento da sentenÃ§a (fls. 175). PorÃ©m, em consulta ao INFOPEN verifico que que atÃ© o presente momento o sentenciado nÃ£o iniciou o cumprimento da medida de seguranÃ§a que lhe fora imposta. Â Â Â Â Â Assim, determino a expediÃ§Ã£o do mandado de internaÃ§Ã£o e, apÃ³s o cumprimento, a expediÃ§Ã£o de guia de internaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 24 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Maria de FÃ¡tima Alves da Silva JuÃza de Direito respondendo pela 6Âº Vara criminal de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00218683820178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:PAULO VICTOR PINHEIRO SERRA ME Representante(s): OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. M. A. DENUNCIADO:PAULO VICTOR PINHEIRO SERRA Representante(s): OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUCAS DE OLIVEIRA ARAUJO Representante(s): OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . AÃ§Ã£o Penal Autos: 0021868-38.2017.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Lucas de Oliveira AraÃºjo e outros Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise aos autos, observa-se que o rÃ©u Lucas de Oliveira AraÃºjo reside em Coimbra, Portugal, conforme certificado Ã fl.96, razÃ£o pela qual nÃ£o foi possÃvel intimÃ¡-lo acerca da audiÃªncia. No entanto, observa-se que possui advogado constituÃdo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, intime-se a defesa do rÃ©u para que lhe dÃª ciÃªncia a respeito da audiÃªncia designada para o dia 06/04/2022 Ã s 10:00, bem como para que ele forneÃ§a seu contato telefÃ´nico e e-mail, objetivando a sua participaÃ§Ã£o nesta por intermÃ©dio de videoconferÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpram-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 25 de marÃ§o de 2022. MARIA DE FÃTIMA ALVES DA SILVA JuÃza de Direito respondendo pela 6Âº Vara criminal de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00218683820178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDUARDO LUIS DUARTE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:PAULO VICTOR PINHEIRO SERRA ME Representante(s): OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. M. A. DENUNCIADO:PAULO VICTOR PINHEIRO SERRA Representante(s): OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUCAS DE OLIVEIRA ARAUJO Representante(s): OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . O JuÃzo da 6Âª Vara Penal da Capital intima o(a) advogado(a), Dr(a) ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA, OAB PA 17515 e EUGÃNIO COUTINHO DE OLIVEIRA JUNIOR, OAB/PA 19470, para que, no prazo legal, cumpra o Despacho 202200390844-61, de fl. 97, referente ao processo crime nÂº 0021868-38.2017.814.0401, no qual figura(m) como denunciado(a)(s) LUCAS DE OLIVEIRA ARAÃJO. PROCESSO: 00245956720178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:MARLENE DA SILVA BRITO DENUNCIADO:MARCOS MAGNO DE SOUZA DENUNCIADO:CAMILA MALCHER MOREIRA DENUNCIADO:IAN LUAN BRITO DE FARIA DENUNCIADO:PAULO SERGIO DA MATA ARAUJO. AÃ§Ã£o Penal Autos: 0024595-67.2017.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u(s): Marlene da Silva Brito, Marcos Magno de Souza, Camila Malcher Moreira e Ian Luan Brito de Faria Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da certidÃ£o de fl. 313, recebo o recurso interposto por MARLENE DA SILVA BRITO, MARCOS MAGNO DE SOUZA, CAMILA MALCHER MOREIRA E IAN

LUAN BRITO DE FARIA por estarem preenchidos os requisitos legais para sua admissibilidade, em especial, a tempestividade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino vista dos autos Ã Defensoria PÃºblica para apresentaÃ§Ã£o de razÃµes da apelaÃ§Ã£o, no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para oferecer contrarrazÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntadas as razÃµes das partes, remetam-se os autos Ã 2Âª InstÃ¢ncia, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpram-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 24 de marÃ§o de 2022. Maria De FÃ¡tima Alves Da Silva JuÃza de Direito respondendo pela 6Âº Vara criminal de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00275016420168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:MOISES BERNARDO DA COSTA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:I. F. T. VITIMA:M. F. T. . AÃ§Ã£o Penal Autos: 0027501-64.2016.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Moises Bernardo da Costa Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da certidÃ£o de fl. 150, recebo o recurso interposto por MOISES BERNARDO DA COSTA por estarem preenchidos os requisitos legais para sua admissibilidade, em especial, a tempestividade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino vista dos autos Ã Defensoria PÃºblica para apresentaÃ§Ã£o de razÃµes da apelaÃ§Ã£o, no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para oferecer contrarrazÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntadas as razÃµes das partes, remetam-se os autos Ã 2Âª InstÃ¢ncia, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpram-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 24 de marÃ§o de 2022. MARIA DE FÃTIMA ALVES DA SILVA JuÃza de Direito respondendo pela 6Âº Vara criminal de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00294009720168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: J. K. S. S. VITIMA: E. G. F. MENOR: V. M. D. DENUNCIADO: F. C. S. S. Representante(s): OAB 21906 - EDIEL GAMA LOPES (ADVOGADO)

SECRETARIA DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

RESENHA: 23/03/2022 A 24/03/2022 - SECRETARIA DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELEM - VARA: VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELEM PROCESSO: 00150248220118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDUARDO RODRIGUES DE MENDONCA FREIRE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 DENUNCIADO:JOSE PEDRO AMORIM SOBRINHO Representante(s): OAB 5815 - CASSIO DE SOUZA LOPES (ADVOGADO) OAB 7013 - EVANDRO FARIAS LOPES (ADVOGADO) DENUNCIADO:VALDIR PARIZOTTO DENUNCIADO:WELLINGTON PATRICK BORGES SOUZA Representante(s): OAB 7320 - HUMBERTO FEIO BOULHOSA (ADVOGADO) OAB 14182 - CLODOILSON DE ARAUJO PICANCO (ADVOGADO) AUTORIDADE POLICIAL:BEATRIZ DE OLIVEIRA DA SILVEIRA DPC DENUNCIADO:RAUL PARIZOTTO FILHO Representante(s): OAB 2816-B - EVALDO PINTO (ADVOGADO) DENUNCIADO:VALDIR DIAS DE OLIVEIRA JUNIOR Representante(s): OAB 15127 - KEILE CRISTINE DAS NEVES MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 11302 - JORGE MOTA LIMA (ADVOGADO) OAB 17459 - PARLENE RIBEIRO DIAS (ADVOGADO) INDICIADO:RICARDO DA COSTA MORAES Representante(s): OAB 14713 - RAFAELA BRATTI (ADVOGADO) DENUNCIADO:NELSON PEREIRA DOS SANTOS DENUNCIADO:IVETE LOPES NORONHA DENUNCIADO:FRANCISCO EDSON ANDRADE DA COSTA Representante(s): OAB 7320 - HUMBERTO FEIO BOULHOSA (ADVOGADO) OAB 23.374 - CARLOS ROGERIO ALVES VIEIRA (ADVOGADO) OAB 5662-E - TARCIANO DOS ANJOS OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 14713 - RAFAELA BRATTI (ADVOGADO) DENUNCIADO:MAX DE SOUZA PAIVA DENUNCIADO:ANTONIO VALDEMIR DA SILVA DENUNCIADO:FRANCISCO JOSE GOMES MARQUES DENUNCIADO:MARCOS JOSE DE SOUSA DURAES Representante(s): OAB 14182 - CLODOILSON DE ARAUJO PICANCO (ADVOGADO) DENUNCIADO:WYSNEY RAFAEL SILVEIRA DE ASSIS Representante(s): OAB 8796 - EDNILSON GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22506 - JACQUELINE SILVA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 22962 - ROBINSON RODRIGUES GIBSON (ADVOGADO) DENUNCIADO:CRIS TATIANA FERREIRA DE SOUSA DENUNCIADO:NERILANE COSTA DE CASTRO PESSOA Representante(s): OAB 14182 - CLODOILSON DE ARAUJO PICANCO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ORNELINDA MARIA PAZ ANDRADE Representante(s): OAB 13983 - RODRIGO TAVARES GODINHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SIMONE BARBOSA DA SILVA DENUNCIADO:LILIANA DE NAZARE LOBATO DOS SANTOS Representante(s): OAB 14182 - CLODOILSON DE ARAUJO PICANCO (ADVOGADO) OAB 16635 - MARIO LUCIO JAQUES JUNIOR (ADVOGADO) INDICIADO:THIAGO CORREIA DA SILVA DENUNCIADO:CLEVERTON DA SILVA NUNES Representante(s): OAB 11021 - CESAR RAMOS DA COSTA (ADVOGADO) OAB 10429 - EDUARDO ESUPIARA LINS JENNINGS (ADVOGADO) DENUNCIADO:BRUNO ALMEIDA CARDOSO Representante(s): OAB 14069 - MARCUS NASCIMENTO DO COUTO (ADVOGADO) DENUNCIADO:EVELISE LASSANCE CUNHA DE ALENCAR Representante(s): OAB 3529 - ELIANA FERNANDES LEITE (ADVOGADO) PROMOTOR:MINISTERIO PUBLICO GEPROC INTERESSADO:CARLA CELISE CARVALHO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 7320 - HUMBERTO FEIO BOULHOSA (ADVOGADO) OAB 14713 - RAFAELA BRATTI (ADVOGADO) INTERESSADO:B B FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 19879 - FERNANDO HENRIQUE DE OLIVEIRA GOMES (ADVOGADO) . VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PÃ¡gina 1 de 8 DECISÃO Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que se trata de aÃ§Ã£o penal intentada em face de 21 (vinte e um) denunciados (v. fls. 02 a 04 do vol. 01), aos quais foram atribuÃ-das as condutas descritas nos artigos 288 (quadrilha ou bando, hoje denominado associaÃ§Ã£o criminosa) e 155, Â§ 4.Âº, II (furto qualificado pela fraude) do CÃ³digo Penal, sendo ainda, atribuÃ-do ao denunciado, WELLINGTON PATRICK, as condutas descritas nos artigos 299 (falsidade ideolÃ³gica), 304 (uso de documento falso) do CÃ³digo Penal e art. 1.Âº,Â§ 4.Âº, II da lei n.Âº 9.613/98 (lavagem de dinheiro). O processo encontra-se na fase de anÃ¡lise das respostas Ã s acusaÃ§Ãµes. Dentre os rÃ©us, apresentaram resposta Ã acusaÃ§Ã£o: FRANCISCO EDSON, v. fl. 1590, vol. 04); BRUNO ALMEIDA (fl. 1595/1597, vol. 04); JOSÃ PEDRO (fls. 1731/1733, vol. 04); VALDIR PARIZZOTO (fls. 2495/2507, vol. 07); RAUL PARIZZOTO (fls. 2508/2521, vol. 07); EVELISE LASSANCE (fl. 2694, vol. 08); LILIANA DE NAZARE LOBATO DOS SANTOS, CLEVERTON DA SILVA NUNES, NERILANE COSTA DE CASTRO PESSOA, VALDIR DIAS DE OLIVEIRA JUNIOR, WYSNEY RAFAEL SILVEIRA DE ASSIS, WELLINGTON PATRICK BORGES SOUZA, MARCOS JOSE DE SOUSA DURAES, ORNELINDA MARIA PAZ ANDRADE e CRIS TATIANA FERREIRA DE SOUSA (fls. 2771/2772 e 2860, vol. 09 - Defensoria

PÃºblica). Foi extinta a punibilidade para IVETE LOPES NORONHA, em razÃ£o de sua morte, fl. 2951 do vol. 09. Foram suspensos o processo e o curso do prazo prescricional para: ANTÃNIO VALDEMIR, FRANCISCO JOSÃ GOMES e SIMONE BARBOSA e NELSON PEREIRA e MAX DE SOUZA. O rÃ©u Wysney Rafael, Ã s fls. 2971, 2973/2975 e 2976/2978 peticionou nos autos. O MP, instando acerca da decisÃ£o de fl. 2967, Ã s fls. 2987/2989, do vol. 09, requereu a extinÃ§Ã£o da punibilidade, em razÃ£o da prescriÃ§Ã£o do crime previsto no art. 288 do CÃ³digo Penal, ressalvado a impossibilidade da aludida extinÃ§Ã£o para VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
 os rÃ©us aos quais foi decretada a suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional; manifestou-se, tambÃ©m, favorÃ¡vel ao "(...) pleito de mudanÃ§a de comarca formulado pela defesa de Wysney Rafael Silveira de Assis (fls. 2976/2978) (...), uma vez que o rÃ©u justificou adequadamente a alteraÃ§Ã£o (...)". Ãs fls. 2990/2921 do vol. 09, o MP requereu o desmembramento dos autos em relaÃ§Ã£o a alguns rÃ©us. Ã fl. 2966, do vol. 09, o MP se manifestou sobre as preliminares arguidas pelos rÃ©us. Ã o breve relatÃ³rio. DECIDO. 1. Pois bem, verifico que, de fato, estÃ¡ prescrito o crime de quadrilha ou bando (hoje com a nomenclatura jurÃ-dica de associaÃ§Ã£o criminosa), vejamos: O crime do art. 288 do CÃ³digo Penal Brasileiro - CPB - estÃ¡ prescrito. Isso porque, entre o recebimento da denÃºncia 21/11/2011 (fl. 1431 do vol. 04) e a data atual (10/03/2022), jÃ¡ transcorreu mais de 10 (dez) anos e 3 (trÃªs) meses. Assim, considerando que a pena mÃ¡xima, in abstrato, do crime acima mencionado Ã© de 3 (trÃªs) anos, tem-se o prazo prescricional de 8 (oito) anos (inciso IV do art. 109 do CPB) para o crime, incidindo sobre o crime a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal. Ante o exposto, declaro extinta a punibilidade dos rÃ©us JosÃ© Pedro Amorim Sobrinho, Evelise Lassance de Alencar, Francisco Edson Andrade da Costa, Marcos JosÃ© de Sousa DurÃ£es, Nerilane Costa de Castro Pessoa, Ornelinda Maria Paz Andrade, Raul Parizzoto Filho, Valdir Parizzoto, Wyseny Rafael Silveira de Assis, Liliana de NazarÃ© Lobato dos Santos, Cris Tatiana Correia da Silva, Bruno Almeida Cardoso, Valdir Dias de Oliveira JÃºnior, Cleverton da Silva Nunes e Wellington Patrick Borges Souza, com fulcro no art. 107, IV, c/c art. 109, IV, todos do CÃ³digo Penal, em relaÃ§Ã£o ao crime previsto no antigo artigo 288, do CP. 2. O rÃ©u Wysney Rafael atravessou petiÃ§Ãµes nos autos com os seguintes pedidos: VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
 A. AtualizaÃ§Ã£o de suas informaÃ§Ãµes: endereÃ§o, telefone e e-mail (fls. 2971 do vol. 09). Sem maiores delongas, defiro o pleito como postulado. B. MudanÃ§a de endereÃ§o para a comarca de Parauapebas/PA, por motivos de trabalho (fls. 2976/2978). Face ao pleito, ora versado, e amparado em parecer ministerial favorÃ¡vel (fl. 2989 do vol. 09), defiro o aludido pleito como fora requerido. C. Quanto ao pleito de fls. (2973/2975), indefiro o pleito por ora, porquanto nÃ£o foi devidamente qualificada a testemunha, somente constando no pleito o perfil que seria da rede social da aludida tesetmunha. Nada obsta, todavia, que o rÃ©u, na audiÃªncia instruÃ§Ã£o, traga a mesma para ser ouvida em juÃ-zo, independentemente de intimaÃ§Ã£o. 3. Quanta Ã s preliminares suscitadas, tem-se que somente os rÃ©us BRUNO ALMEIDA, VALDIR PARIZZOTO e RAUL PARIZZOTO as alegam. Pois bem, os rÃ©us aduzem, preliminarmente, a inÃ©pcia da exordial posto que as alegaÃ§Ãµes do parquet seriam genÃ©ricas, vagas e imprecisas, o que impossibilitaria a realizaÃ§Ã£o de suas defesas, razÃ£o pela qual pediram a rejeiÃ§Ã£o da denÃºncia. Com relaÃ§Ã£o Ã alegaÃ§Ã£o de inÃ©pcia, dentre outros motivos, porque a denÃºncia nÃ£o exporia o fato com as suas circunstÂncias, alegando ser genÃ©rica, ou seja, a denÃºncia nÃ£o atenderia aos requisitos do art. 41, do CP etc., a mesma nÃ£o merece acolhida. Ã que, primeiramente, a denÃºncia ofertada pelo parquet, nÃ£o impede ou prejudica o exercÃ-cio da ampla defesa pelos acusados e a compreensÃ£o da acusaÃ§Ã£o, nÃ£o sendo, pois, inepta, tendo, ademais, cumprido o disposto no art. 41, do CPP, e verifico, na espÃ©cie, ausentes as hipÃ³teses constantes do art. 395, do CPP. Neste sentido: PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. REJEIÃÃO DA DENÃNCIA. IMPOSSIBILIDADE. DESCRIÃÃO DE FATO QUE EM TESE CONFIGURA CRIME. ART. 319 DO CP. PRESCRIÃÃO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO. 1. NÃ£o se configura inepta a denÃºncia que nÃ£o obstrui nem dificulta o exercÃ-cio da mais ampla defesa, bem como nÃ£o evidencia consistente imprecisÃ£o no fato atribuÃ-do ao VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
 paciente, a impedir a compreensÃ£o da acusaÃ§Ã£o formulada. Precedentes do STJ. 2. Prejudicada a anÃ¡lise do recurso quanto ao delito de prevaricaÃ§Ã£o pelo reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela prescriÃ§Ã£o da pena em abstrato. 3. Recurso especial parcialmente conhecido e provido para determinar o processamento da aÃ§Ã£o penal quanto ao delito do art. 299 do CP. (STJ - REsp: 558428 RS 2003/0079677-1, Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Data de Julgamento: 29/09/2009, T5 - QUINTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 03/11/2009). RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - PRELIMINAR DE INÃPCIA DA DENÃNCIA - REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP DEVIDAMENTE

PREENCHIDOS - DISCUSSÃO ACERCA DA AUTORIA - MATÃRIA DE MÃRITO - REJEIÃÃO - HOMICÃDIO QUALIFICADO TENTADO - PROVA DA MATERIALIDADE NÃO CONTESTADA - INDÃCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA - IMPOSSIBILIDADE DE DESPRONÃNCIA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I - NÃ£o Ã© inepta a denÃºncia que preenche todos os requisitos do art. 41 do CPP e permite a compreensÃ£o da acusaÃ§Ã£o e o exercÃ-cio da ampla defesa pelo acusado. II - A ausÃªncia de provas Ã© matÃ©ria atinente ao mÃ©rito da causa, nÃ£o havendo que se falar em ausÃªncia de justa causa para instauraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal neste momento processual. III - Incontestada a materialidade e presentes indÃ-cios satisfatÃ³rios de autoria, confirma-se a decisÃ£o de pronÃºncia. (TJ-MG - Rec em Sentido Estrito: 10625120636646002 MG, Relator: Adilson Lamounier, Data de Julgamento: 07/05/2013, CÃ¢maras Criminais / 5Âª CÃMARA CRIMINAL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 13/05/2013). Acrescente-se a isso que, de anÃ¡lise das provas carreadas aos autos atÃ© este instante, verifico, da denÃºncia, a narrativa de fato tÃ-pico com a individualizaÃ§Ã£o das condutas de cada rÃ©u, bem como lastro mÃ-nimo suficiente para o recebimento da aÃ§Ã£o penal, sendo certo, ademais, que a acusaÃ§Ã£o deve ser a mais precisa possÃ-vel, todavia tal premissa hÃ¡ de ser analisada Ã luz do princÃ-pio da razoabilidade, exsurgindo que, em determinadas circunstÃ¢ncias afigura-se deveras inviÃ¡vel detalhar todos os delitos que teriam sido praticados de maneira extremamente minudente. Admitir tal situaÃ§Ã£o de forma invariÃ¡vel poderia inviabilizar a prÃ³pria acusaÃ§Ã£o, jogando os crimes e suas apuraÃ§Ãµes no limbo da impunidade, tendo, na espÃ©cie, o MP confeccionado a exordial com os dados que dispunha, VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO _____ PÃ¡gina 5 de 8 tendo, de mais a mais, a narrativa da vestibular acusatÃ³ria sido satisfatÃ³ria em permitir o pleno exercÃ-cio da ampla defesa pelos rÃ©us, nÃ£o se verificando, outrossim, nenhum prejuÃ-zo Ã s referidas defesas. Assim, exsurge dos autos, pois, em um juÃ-zo perfunctÃ³rio, prÃ³prio deste momento, onde a cogniÃ§Ã£o Ã© nÃ£o exauriente, indÃ-cios suficientes de autoria e prova da materialidade dos crimes objeto do feito em relaÃ§Ã£o aos rÃ©us. NÃ£o Ã© demais lembrar que anÃ¡lises mais aprofundadas da prova serÃ£o realizadas em momento prÃ³prio, em cogniÃ§Ã£o exauriente, apÃ³s regular instruÃ§Ã£o processual, sob o crivo do contraditÃ³rio, quando da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a Destarte, de acordo com as provas arrebanhadas aos autos atÃ© este instante, verifico, como jÃ¡ falado alhures, a existÃªncia de lastro mÃ-nimo probatÃ³rio para o prosseguimento da aÃ§Ã£o penal, nÃ£o havendo, pois, que se falar em ausÃªncia de justa causa para a mesma, sendo que, outr ossim, como jÃ¡ dito, vigora nesta fase o princÃ-pio de in dubio pro societate , gizando - se, ademais, que, tambÃ©m como jÃ¡ falado, pelo conjunto probatÃ³rio constante do feito atÃ© este instante, nÃ£o estÃ£o presentes as hipÃ³teses previstas no art. 395, do CPP, en trementes presentes no sub examen os requisitos constantes do art. 41, do CPP. NÃ£o se verifica, ainda, na espÃ©cie, a presenÃ§a das hipÃ³teses ensejadoras de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, vez que nÃ£o albergada nenhuma das hipÃ³ teses previstas no art. 397, do CPP, que aduz a absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria nas hipÃ³teses de manifesta causa excludente de ilicitude do fato; existÃªncia manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade ou que o fato narrado evidentem ente nÃ£o constitui crime ou extinta a punibilidade do agente. No que concerne Ã alegaÃ§Ã£o de que nÃ£o hÃ¡ prova da existÃªncia de qualquer indÃ-cio de Ã¢nimo de estabilidade para a configuraÃ§Ã£o do crime de associaÃ§Ã£ o criminosa, considerando que o referido crime se encontra prescrito, como jÃ¡ decretado acima, julgo prejudicada referida alegaÃ§Ã£o. Desse modo, por todas as razÃµes expendidas, rejeito, ao menos neste instante, todas as alegaÃ§Ãµes defensivas , bem como, uma vez afastadas as alegaÃ§Ãµes em questÃ£o e nÃ£o vislumbrando as hipÃ³teses previstas nos artigos 395 e 397, do CPP, ratifico o recebimento da denÃºncia, com a ressalva do crime jÃ¡ prescrito, dos feitos suspensos em relaÃ§Ã£o a determinados rÃ©us, como tambÃ©m em relaÃ§Ã£o Ã rÃ© que teve extinta a sua punibilidade. VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO _____ PÃ¡gina 6 de 8 4. No que concerne ao pedido do MP de desmembramento dos autos (fl. 2991, vol. 09) para os rÃ©us ANTÃNIO VALDEMIR DA SILVA, FRANCISCO JOSÃ GOMES MARQUES e SIMONE BARBOSA, constato que, Ã fl. 2826, vol. 04, tal pedido foi indeferido nos seguintes termos, pela douta magistrada que, Ã Ã©poca, era titular desta vara especializada: "(...) Em relaÃ§Ã£o Ã produÃ§Ã£o antecipada de provas entendo cabÃ-vel, porquanto imperioso aproveitar o ato de instruÃ§Ã£o processual dos demais corrÃ©us, razÃ£o pela qual entendo ainda nÃ£o ser o momento oportuno para o desmembramento do feito (...)". Pois bem, considerando que a decisÃ£o em questÃ£o, concessa maxima venia, nÃ£o demonstrou a necessidade concreta da medida, tenho por bem revogÃ¡-la, atÃ© para o bom andamento do feito. Neste sentido Ã© a jurisprudÃªncia: Habeas corpus. Processual penal. ProduÃ§Ã£o antecipada de prova testemunhai (art. 366, CPP). InexistÃªncia de demonstraÃ§Ã£o da necessidade concreta da medida. InvocaÃ§Ã£o de fÃ³rmulas de estilo genÃ©ricas aplicÃ¡veis a todo e qualquer caso. Inadmissibilidade. Flagrante ilegalidade

caracterizada. Writ concedido. 1. A decisÃ£o que determina a produÃ§Ã£o antecipada da prova testemunhai deve demonstrar a presenÃ§a dos requisitos previstos no art. 225 do CÃ³digo de Processo Penal. 2. Firme a jurisprudÃªncia deste Supremo Tribunal no sentido de que "[s]e o acusado, citado por edital, nÃ£o comparece nem constitui advogado, pode o juiz, suspenso o processo, determinar produÃ§Ã£o antecipada de prova testemunhai, apenas quando esta seja urgente nos termos do art. 225 do CÃ³digo de Processo Penal". Precedentes. 3. Na espÃ©cie, o juÃ-zo de primeiro grau valeu-se de fÃ³rmulas de estilo, genÃ©ricas, aplicÃ¡veis a todo e qualquer caso, sem indicar os elementos fÃ¡ticos concretos que pudessem autorizar a medida. 4. Ausente a indicaÃ§Ã£o de circunstÃ¢ncia excepcional que justificasse a antecipaÃ§Ã£o da produÃ§Ã£o da prova testemunhai, hÃ¡ que se reconhecer a ilegalidade da colheita antecipada da prova oral na hipÃ³tese em exame. 5. Ordem concedida. (STF - HC: 130033 DF - DISTRITO FEDERAL 0005924-78.2015.1.00.0000, Relator: Min. VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO _____ PÃ¡gina 7 de 8 DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 03/11/2015, Segunda Turma, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe-250 14-12-2015). O Superior Tribunal de JustiÃ§a, inclusive, jÃ¡ sumulou no sentido de que a produÃ§Ã£o antecipada de prova deve ser concretamente fundamentada, o que nÃ£o se verificou na decisÃ£o que ora se revoga, vejamos: "A decisÃ£o que determina a produÃ§Ã£o antecipada de provas com base no art. 366 do CPP deve ser concretamente fundamentada, nÃ£o a justificando unicamente o mero decurso do tempo" - SÃºmula 455 do STJ. Isso posto, revogo a decisÃ£o de fl. 2826 do vol. 09 no que tange Ã produÃ§Ã£o antecipada de prova. Nesta senda, tendo em vista o excessivo nÃºmero de rÃ©us a serem interrogados e de testemunhas a serem ouvidas, o que inviabiliza uma maior celeridade processual, determino o desmembramento dos presentes autos, nos termos do art. 80 do CPP, devendo ser formados outros trÃªs autos, alÃ©m do presente, com cÃ³pias integrais dos presentes e nos seguintes termos: A) PermanecerÃ£o, nos presentes autos, os rÃ©us: JOSÃ PEDRO AMORIM SOBRINHO, EVELISE LASSANCE CUNHA DE ALENCAR, FRANCISCO EDSON ANDRADE DA COSTA, MARCOS JOSE DE SOUSA DURAES e NERILANE COSTA DE CASTRO PESSOA. B) No primeiro feito que serÃ¡ formado devem figurar os rÃ©us: ORNELINDA MARIA PAZ ANDRADE, RAUL PARIZOTTO FILHO, VALDIR PARIZOTTO, WYSNEY RAFAEL SILVEIRA DE ASSIS e LILIANA DE NAZARE LOBATO DOS SANTOS. C) No segundo feito que serÃ¡ formado figurar os rÃ©us: CRIS TATIANA FERREIRA DE SOUSA, BRUNO ALMEIDA CARDOSO, VALDIR DIAS DE OLIVEIRA JUNIOR, CLEVERTON DA SILVA NUNES e WELLINGTON PATRICK BORGES SOUZA. D) No terceiro feito que serÃ¡ formado devem figurar os rÃ©us: ANTÃNIO VALDEMIR, FRANCISCO JOSÃ GOMES e SIMONE BARBOSA, VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO _____ PÃ¡gina 8 de 8 ressaltando que para os aludidos rÃ©us o processo se encontra suspenso, conforme decisÃ£o de fls. 2826 do vol. 09. Determino, ainda, a migraÃ§Ã£o dos presentes autos e dos autos dos processos que foi determinado o desmembramento ao PJE e, apÃ³s, conclusos para a designaÃ§Ã£o de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o. 5. Certifique a secretaria acerca do cumprimento do decisum de fls. 2871/2876 e de fl. 2893, ambos, do vol. 09, que determinou o desmembramento dos autos para os rÃ©us NELSON PEREIRA e MAX DE SOUZA. Caso ainda nÃ£o tenha sido cumprido pela secretaria, determino o seu cumprimento, com urgÃªncia, devendo o aludido desmembramento ser migrado para o sistema PJE. Todos os grifos sÃ£o do signatÃ¡rio. 6. P.R.I.C. BelÃ©m/PA, data registrada no sistema. EDUARDO RODRIGUES DE MENDONÃA FREIRE Juiz de Direito da Vara de Combate ao Crime Organizado Documento assinado digitalmente

FÓRUM DE ICOARACI

SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0802399-49.2021.8.14.0201

O Dr. **GERALDO NEVES LEITE** ¿ Juiz de Direito, respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, **A INTERDIÇÃO DE DANIEL PEREIRA PINHEIRO FILHO**, brasileiro(a), nascido(a) aos 12/02/1998, portador(a) do RG nº 6035781 PC/PA e CPF nº 874.739.412-91; filho(a) de Daniel Pereira Pinheiro e Adriana Camdim Pinheiro, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº 91624, Fls.183, Liv.88-A, no Cartório de Registro Civil do 1º Ofício de Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a)) **DANIEL PEREIRA PINHEIRO**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 1667463 PC/PA e CPF nº 318.852.842-68, residente e domiciliado(a), no Conjunto Maria Helena Coutinho Travessa WE3, Quadra 29, nº 05, CEP: 66.820-751, Tenoné/Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0802399-49.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **DANIEL PEREIRA PINHEIRO** e como interditando (a) **DANIEL PEREIRA PINHEIRO FILHO,** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos quatro (04) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois (2022). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0800026-79.2020.8.14.0201

O Dr. **GERALDO NEVES LEITE** ¿ Juiz de Direito, respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, **A INTERDIÇÃO DE MARIA DE NAZARE SOARES FERREIRA**, brasileiro(a), nascido(a) aos 06/11/1936, portador(a) do RG nº 8668538 PC/PA e CPF nº 304.894.822-87; filho(a) de Carlos Alberto Garcia Soares e Geraldina Borges Soares, cujo registro de casamento foi feito sob o nº **068536 01 55 1978 2 00004 022 0002630 41** no Cartório de Registro Civil de Val de Cães, Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os

atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a)) **MARIA ELIETE PIMENTEL**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 2995993 PC/PA e CPF nº 211.532.562-15, residente e domiciliado(a), na Travessa Leblon, nº 3152, CEP: 66.843-150, Água Boa/Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0800026-79.2020.8.14.0201), tendo como autor (a) **MARIA ELIETE PIMENTEL** e como interditando (a) **MARIA DE NAZARE SOARES FERREIRA,** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos quinze (15) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois (2022). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

FÓRUM DE ANANINDEUA

SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

Processo: 0003115-35.2007.8.14.0006, Ação Penal, Procedimento Ordinário ACUSADO: ADRIANO DA SILVA SOUSA. Representante Dr. RUAN LEONARDO SEABRA SANTOS (OAB/PA 26910), 2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA. Pelo presente, tendo em vista o despacho às fls. 161, considere-se intimado o advogado do réu, para que tome ciência do que consta dos autos e, nos termos art. 5º, §3º, do Estatuto da OAB c/c art. 6º do Regulamento Geral da Advocacia, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente comprovação de que notificou o réu quanto a renúncia dos poderes outorgados. Ananindeua, 25 de março de 2022. Roberto Vidigal, Analista Judiciário da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua/Pa.

Processo: 0003115-35.2007.8.14.0006, Ação Penal, Procedimento Ordinário ACUSADO: ADRIANO DA SILVA SOUSA. Representante Dr. RUAN LEONARDO SEABRA SANTOS (OAB/PA 26910), 2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA. Pelo presente, tendo em vista o despacho às fls. 161, considere-se intimado o advogado do réu, para manifestação formal quanto ao disposto no art.396-A. Ananindeua, 25 de março de 2022. Roberto Vidigal, Analista Judiciário da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua/Pa.

Processo: 0003115-35.2007.8.14.0006, Ação Penal, Procedimento Ordinário ACUSADO: FABIO FERREIRA DA ROCHA. Representante Dr. HELENA CONCEICAO DE SOUZA FRANCA (OAB/PA 3064), 2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA. Pelo presente, tendo em vista o despacho às fls. 161, considere-se intimado o advogado do réu, para manifestação formal quanto ao disposto no art.396-A. Ananindeua, 25 de março de 2022. Roberto Vidigal, Analista Judiciário da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua/Pa.

Processo:0002168-68.2015.8.14.0006, Ação Penal, Procedimento Ordinário ACUSADO: LUIZ FERNANDO CORNELIO SILVA. Representante Drª. THAIS BORGES SILVA PRAIA OAB/PA 22814, 2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA. Pelo presente, tendo em vista a SENTENÇA EXTINTIVA prolatada, considere-se intimado o advogado do réu, para que tome ciência do que consta dos autos e da referida sentença. Ananindeua, 25 de março de 2022. Roberto Vidigal, Analista Judiciário da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua/Pa.

Processo:0009531-28.2010.8.14.0006, Ação Penal, Procedimento Ordinário ACUSADO: ANTONIO

MARCOS FARIAS DO NASCIMENTO . Representante Drª. AURORA CRISTINA SILVA LOPES OAB/PA 13375, e Drª SUELLEN CASSIANE DOS REMEDIOS ALVES OAB/PA 15289, 2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA. Pelo presente, tendo em vista a SENTENÇA EXTINTIVA prolatada, considere-se intimado o advogado do réu, para que tome ciência do que consta dos autos e da referida sentença. Ananindeua, 24 de março de 2022. Roberto Vidigal, Analista Judiciário da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua/Pa.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 15 DIAS
(ART. 392, II §1º DO CPP)
Processo: 0009810-97.2012.8.14.0006

O Doutor EDILSON FURTADO VIEIRA, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que a este lerem ou dele tomarem conhecimento que, a Ré **MARCOS RENATO CHAVES DIAS**, nascido em 13/04/1970, filho de Ana Chaves Dias, que declarou **EXTINTA A PUNIBILIDADE**, em relação ao Réu acima citada, por decurso do prazo de suspenção condicional do processo sem que houvesse a revogação de qualquer das condições impostas, nos termos do artigo 89, §5º, da Lei 9.099/95. Expede-se o presente EDITAL, para que a Ré fique ciente e, querendo, compareça neste Juízo, localizado na Rua Cláudio Saunders n° 193, Centro, Ananindeua/PA, a fim de ser intimada do inteiro teor da sentença. Eu, Roberto R F Vidigal Filho, Analista Judiciário, o digitei, de ordem do Meritíssimo Juiz.

Ananindeua (PA), 25 de março de 2022.

ROBERTO R F VIDIGAL FILHO
Analista Judiciário Mat.:5686-3
Secretaria da 2ª Vara Criminal
Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 15 DIAS
(ART. 392, II §1º DO CPP)
Processo: 0014922-13.2013.8.14.0006

O Doutor EDILSON FURTADO VIEIRA, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que a este lerem ou dele tomarem conhecimento que, o Réu **EDSON ALMEIDA DE SOUZA**, nascido em 24/07/1975, filho de Maria de Jesus Almeida, que declarou **EXTINTA A PUNIBILIDADE**, em relação ao Réu acima citada, por decurso do prazo de suspenção condicional do processo sem que houvesse a revogação de qualquer das condições impostas, nos termos do artigo 89, §5º, da Lei 9.099/95. Expede-se o presente EDITAL, para que a Ré fique ciente e, querendo, compareça neste Juízo, localizado na Rua Cláudio Saunders n° 193, Centro, Ananindeua/PA, a fim de ser intimada do inteiro teor da sentença. Eu, Roberto R F Vidigal Filho, Analista Judiciário, o digitei, de ordem do Meritíssimo Juiz.

Ananindeua (PA), 25 de março de 2022.

ROBERTO R F VIDIGAL FILHO
Analista Judiciário Mat.:5686-3

Secretaria da 2ª Vara Criminal
Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 15 DIAS
(ART. 392, II §1º DO CPP)
Processo: 0002168-68.2015.8.14.0006

O Doutor EDILSON FURTADO VIEIRA, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que a este lerem ou dele tomarem conhecimento que, ao Réu **LUIZ FERNANDO CORNELIO SILVA**, RG.:1843323/PC/Pa, filha de Catarina Edina Maria Nelio Silva, que declarou **EXTINTA A PUNIBILIDADE**, em relação à Ré acima citada, por decurso do prazo de suspenção condicional do processo sem que houvesse a revogação de qualquer das condições impostas, nos termos do artigo 89, §5º, da Lei 9.099/95. Expede-se o presente EDITAL, para que a Ré fique ciente e, querendo, compareça neste Juízo, localizado na Rua Cláudio Saunders n° 193, Centro, Ananindeua/PA, a fim de ser intimada do inteiro teor da sentença. Eu, Roberto R F Vidigal Filho, Analista Judiciário, o digitei, de ordem do Meritíssimo Juiz.

Ananindeua (PA), 25 de março de 2022.

ROBERTO R F VIDIGAL FILHO
Analista Judiciário Mat.:5686-3
Secretaria da 2ª Vara Criminal
Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 15 DIAS
(ART. 392, II §1º DO CPP)
Processo: 0009531-28.2010.8.14.0006

O Doutor EDILSON FURTADO VIEIRA, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que a este lerem ou dele tomarem conhecimento que, o Réu **ANTONIO MARCOS FARIAS DO NASCIMENTO**, RG.:3146300 /PC/Pa, filho de Terezinha de Jesus Farias Do Nascimento, que declarou **EXTINTA A PUNIBILIDADE**, em relação à Ré acima citada, por decurso do prazo de suspenção condicional do processo sem que houvesse a revogação de qualquer das condições impostas, nos termos do artigo 89, §5º, da Lei 9.099/95. Expede-se o presente EDITAL, para que a Ré fique ciente e, querendo, compareça neste Juízo, localizado na Rua Cláudio Saunders n° 193, Centro, Ananindeua/PA, a fim de ser intimada do inteiro teor da sentença. Eu, Roberto R F Vidigal Filho, Analista Judiciário, o digitei, de ordem do Meritíssimo Juiz.

Ananindeua (PA), 25 de março de 2022.

ROBERTO R F VIDIGAL FILHO
Analista Judiciário Mat.:5686-3
Secretaria da 2ª Vara Criminal
Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO DE 15 DIAS
(ART. 392, II §1º DO CPP)
Processo: 0003570-33.2009.8.14.0006

O Doutor EDILSON FURTADO VIEIRA, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que a este lerem ou dele tomarem conhecimento que, o Réu **LUIS ANCHIETA OLIVEIRA**, filho de Helenita Valeriano de Oliveira, que declarou **EXTINTA A PUNIBILIDADE**, em relação à Ré acima citada, por decurso do prazo de suspenção condicional do processo sem que houvesse a revogação de qualquer das condições impostas, nos termos do artigo 89, §5º, da Lei 9.099/95. Expede-se o presente EDITAL, para que a Ré fique ciente e, querendo, compareça neste Juízo, localizado na Rua Cláudio Saunders n° 193, Centro, Ananindeua/PA, a fim de ser intimada do inteiro teor da sentença. Eu, Roberto R F Vidigal Filho, Analista Judiciário, o digitei, de ordem do Meritíssimo Juiz.

Ananindeua (PA), 25 de março de 2022.

ROBERTO R F VIDIGAL FILHO
Analista Judiciário Mat.:5686-3
Secretaria da 2ª Vara Criminal
Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 15 DIAS
(ART. 392, II §1º DO CPP)
Processo: 0003485-72.2013.8.14.0006

O Doutor EDILSON FURTADO VIEIRA, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que a este lerem ou dele tomarem conhecimento que, o Réu **ANTONIO SERGIO RIBEIRO LOPES**, filho de Domila Magno Ribeiro, que declarou **EXTINTA A PUNIBILIDADE**, em relação à Ré acima citada, por decurso do prazo de suspenção condicional do processo sem que houvesse a revogação de qualquer das condições impostas, nos termos do artigo 89, §5º, da Lei 9.099/95. Expede-se o presente EDITAL, para que a Ré fique ciente e, querendo, compareça neste Juízo, localizado na Rua Cláudio Saunders n° 193, Centro, Ananindeua/PA, a fim de ser intimada do inteiro teor da sentença. Eu, Roberto R F Vidigal Filho, Analista Judiciário, o digitei, de ordem do Meritíssimo Juiz.

Ananindeua (PA), 25 de março de 2022.

ROBERTO R F VIDIGAL FILHO
Analista Judiciário Mat.:5686-3
Secretaria da 2ª Vara Criminal
Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 15 DIAS
(ART. 392, II §1º DO CPP)
Processo: 0008567-74.2009.8.14.0006

O Doutor EDILSON FURTADO VIEIRA, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que a este lerem ou dele tomarem conhecimento que, o Réu **DULCIDIO**

SOARES MONTEIRO, filho de Maria Jose Soares Monteiro, que declarou **EXTINTA A PUNIBILIDADE**, em relação à Ré acima citada, por decurso do prazo de suspenção condicional do processo sem que houvesse a revogação de qualquer das condições impostas, nos termos do artigo 89, §5º, da Lei 9.099/95. Expede-se o presente EDITAL, para que a Ré fique ciente e, querendo, compareça neste Juízo, localizado na Rua Cláudio Saunders n° 193, Centro, Ananindeua/PA, a fim de ser intimada do inteiro teor da sentença. Eu, Roberto R F Vidigal Filho, Analista Judiciário, o digitei, de ordem do Meritíssimo Juiz.

Ananindeua (PA), 25 de março de 2022.

ROBERTO R F VIDIGAL FILHO
Analista Judiciário Mat.:5686-3
Secretaria da 2ª Vara Criminal
Comarca de Ananindeua

SECRETARIA DA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE ANANINDEUA

ATO ORDINATÓRIO

De ordem da MM. Juíza FABÍOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, Titular desta unidade intimem-se os advogados **Aderson Zynato Soares Lobão OAB/PA 21.467 e Armando Barroso da Costa Júnior OAB/PA 11.154,** atuando na defesa do acusado D. R. S. C. para que informem o endereço do referido Denunciado, para fins de citação, nos autos do Processo nº 0805814-43.2021.8.14.0006.

Ananindeua/PA, 17 de março de 2022. Iara Fernandes Analista Judiciário Vara do Tribunal do Júri Comarca de Ananindeua-PA

SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA

RESENHA: 19/03/2022 A 25/03/2022 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA PROCESSO: 00002840420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Cumprimento de sentença em: 21/03/2022 REQUERIDO:IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS REQUERENTE:KARLA DIPPOLITO Representante(s): OAB 19257 - ALEXANDRE SANTOS BRANDAO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0000284-04.2015.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso o recolhimento de custas esteja regular, cumpra-se o despacho de fl. 46 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depois, conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00009110820158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 EXEQUENTE:HOSPLOG COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Representante(s): OAB 29443 - JOSE DE PAULA MONTEIRO NETO (ADVOGADO) OAB 26364 - MARCIAL BARRETO CASABONA (ADVOGADO) OAB 253950 - NADIA MARIA MONTE DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 95.370 - MARIA LUCIA CIAMPA BENHAME PUGLISI (ADVOGADO) EXECUTADO:IDESMA - INSTITUTO DE SAUDE SANTA MARIA. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0000911-08.2015.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Refiro-me Ã petiÃ§Ã£o de fl. 102 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, cumpra-se a diligÃªncia de citaÃ§Ã£o (fl. 99 dos autos), novamente, no endereÃ§o de fl. 102 dos autos, por carta precatÃ³ria, caso as custas jÃ¡ estejam pagas regularmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso nÃ£o estejam, intime-se a parte para que as recolha, em 15 dias. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00010658920168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:ROGER MANOEL ALVES DOS SANTOS Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU UNIBANCO SA Representante(s): OAB 29442 - ENY BITTENCOURT (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0001065-89.2016.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo observo, nÃ£o hÃ¡ mais provas a produzir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Anuncio o julgamento antecipado do mÃ©rito, na forma do artigo 355, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro o ao autor justiÃ§a gratuita, razÃ£o pela qual nÃ£o Ã© necessÃ¡rio o envio dos autos Ã UNAJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se as partes deste despacho. Depois, conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00011362820158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 21/03/2022 REQUERENTE:ISAIAS DE OLIVEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 6602 - MARIO RASSI CONCEICAO AMORAS (ADVOGADO) REQUERIDO:ODINEIA DA SILVA LIMA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0001136-28.2015.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â JÃ¡ houve anÃºncio de julgamento antecipado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Venham conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro ao autor justiÃ§a gratuita. Logo, sem necessidade de remessa dos autos Ã UNAJ. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00013631820158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:JUCILEA DAMASCENO DOS SANTOS Representante(s): DEFENSORIA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA CELPA Representante(s): OAB 6.100 - LUCIMARY GALVAO LEONARDO GARCES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0001363-18.2015.8.14.0006 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Refiro-me aos embargos de declaraÃ§Ã£o de fl. 170 a 175 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao embargado para responder no prazo legal de 05 dias. Â Â Â Â Â Â Â

Â Â Depois, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Ananindeua, 18 de fevereiro de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua/PA Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00013711220118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 REQUERENTE:DINAMICA FOMENTO MERCANTIL SS LTDA Representante(s): OAB 8901 - LUCIANA MARTINS GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:EXPORTADORA PERACCHI LTDA Representante(s): OAB 8291 - BRUNNO GARCIA DE CASTRO (REP LEGAL) REQUERIDO:IDEMAR CORDEIRO PERACCHI Representante(s): OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0001371-12.2011.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao agravo protocolado do TJE/PA, mantenho minha decisÃ£o em todos os seus fundamentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã petiÃ§Ã£o de fls. 128 a 130 dos autos, intime-se a requerida para que se manifeste em 05 dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depois, conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00014574620108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 EXEQUENTE:GLOBAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA. Representante(s): OAB 207660 - CINIRA GOMES LIMA MELO (ADVOGADO) EXECUTADO: ISV BEZERRA ME. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0001457-46.2010.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Refiro-me ao pleito de fl. 97 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro-o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A empresa autora deve recolher custas da diligÃªncia de penhora online via SISBAJUD, em 15 dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depois, conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00015043720158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Cumprimento de sentença em: 21/03/2022 REQUERENTE:BANCO DA AMAZONIA SA BASA Representante(s): FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) REQUERIDO:REFRIGERANTES GAROTO INDUSTRIA E COMERCIO SA. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0001504-37.2015.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Haja vista o contido no artigo 513, inciso II, do CPC, indefiro o pleito de citaÃ§Ã£o por edital do executado revel que foi revel na fase de conhecimento, o qual foi citado pessoalmente, na ocasiÃ£o, e nÃ£o contestou a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Trata-se de execuÃ§Ã£o relativa a obrigaÃ§Ã£o de fazer, neste caso. Â Â Â Â Â Logo, Ã© de bom alvitre que o rÃ©u seja intimado pessoalmente a fim de que as cumpra. Â Â Â Â Â Portanto, defiro o pleito de pesquisa de endereÃ§o via SISBAJUD e INFOJUD, desde jÃ¡, devendo haver recolhimento de custas das diligÃªncias, em 15 dias. Â Â Â Â Â Intime-se o exequente. Depois, conclusos. Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00017110720138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Busca e Apreensão Infância e Juventude em: 21/03/2022 REQUERENTE:BANCO SAFRA SA Representante(s): FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAO GUSTAVO SALGADO DA COSTA Representante(s): OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0001711-07.2013.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se pessoalmente parte autora/requerente e por meio do advogado para que, em 05 dias, se manifeste a respeito do contido nos documentos de fls. 83 e 84 dos autos, haja vista que nÃ£o fez a diligÃªncia determinada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Depois, conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00017359820148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Cumprimento de sentença em: 21/03/2022 REQUERENTE:RODRIGO DA SILVA JESUS Representante(s): OAB 23128-B - NATHALIA RUFFEIL RODRIGUES AITA (ADVOGADO) REQUERIDO:JCCOMERCIO DE VEICULOS E TRANSPORTES VIACAO PINHEIRO. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0001735-98.2014.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Indefiro o pleito de fl. 98 dos autos. Â Â Â Â Â Na verdade, a decisÃ£o de fl. 91 dos autos Ã© acertada. NÃ£o hÃ¡, pois, como reconsiderÃ¡-la, exceto se esgotadas todas as outras diligÃªncias e se estas forem, de resto, infrutÃ-feras. Â Â Â Â Â Defiro o pleito de penhora via SISBAJUD. Â Â Â Â Â A rigor, o exequente nÃ£o se manifestou sobre a penhora

dos bens de fl. 87 (veÃ-culos), se a quer ou nÃ£o, haja vista que sÃ³ foram feitas pesquisas quanto aos veÃ-culos, no sistema RENAJUD. Â Â Â Â Â Quanto Ã busca de imÃ³veis, defiro o prazo adicional de 30 dias para que o autor faÃ§a buscas em cartÃ³rios de registros de imÃ³veis, recolhendo lÃ¡ mesmo os emolumentos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Venham conclusos apÃ³s a intimaÃ§Ã£o. Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00019190619988140006 PROCESSO ANTIGO: 199810013633 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 AUTOR:SOCIEDADE ANONIMA BITAR IRMAOS Representante(s): OAB 5132 - RUI GUILHERME TRINDADE TOCANTINS (ADVOGADO) AUTOR:MIGUEL DE PAULO RODRIGUES BITAR AUTOR:MIGUEL DE PAULO RODRIGUES BITAR JUNIOR AUTOR:ADLA CHARONE BITAR REU:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 10176 - ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (ADVOGADO) ADVOGADO:SANTANA PEREIRA Representante(s): JOSE SANTANA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0001919-06.1998.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face do conteÃºdo da certidÃ£o de fl. 487, torno sem efeito o despacho de fl. 480. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tecnicamente, o processo ainda estÃ¡ suspenso, pois nÃ£o foi julgada a apelaÃ§Ã£o nos autos do processo nÂº 0000756-98.8.14.0006, malgrado certa inÃ©rcia do autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, aguarde-se. Em havendo manifestaÃ§Ãµes, conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00020578420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO A??o: Monitória em: 21/03/2022 REQUERENTE:J C MARANHAO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Representante(s): OAB 14782 - JOSE MILTON DE LIMA SAMPAIO NETO (ADVOGADO) OAB 16286 - ELIELTON JOSE ROCHA SOUSA (ADVOGADO) OAB 9678-A - CHEDID GEORGES ABDULMASSIH (ADVOGADO) OAB 20089 - VIRNA JULIA OLIVEIRA COUTINHO LOBATO (ADVOGADO) REQUERIDO:TIETE COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte exequente, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar juntando aos autos o pagamento de custas de 01(uma) diligÃªncia do oficial de justiÃ§a de CITAÃÃO, uma vez que sÃ³ apresentou Ã s fls. 94/96 o pagamento de EXPEDIÃÃO DE MANDADO PELA SECRETARIA. Salientando que o boleto pode ser expedido atravÃ©s do site do Tribunal de JustiÃ§a: https://apps.tjpa.jus.br/custas/. ObservaÃ§Ã£o: O pagamento das custas processuais deverÃ¡ ser comprovado conforme determina o Art. 9, Â§ 1Âº da LEI nÂº. 8.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015. Ananindeua ,Â 21 de janeiro de 2022. GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO Diretor(a) / Analista / Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00022165520118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Monitória em: 21/03/2022 REQUERENTE:VIAÇAO FORTE LTDA Representante(s): OAB 13304 - ARETHA NOBRE COSTA (ADVOGADO) OAB 21806 - VANESSA DE CASSIA PINHEIRO DE MACEDO (ADVOGADO) REQUERIDO:EXPRESSO MAYARA LTDA Representante(s): OAB 6260 - JOSE ROBERTO MELLO PISMEL (ADVOGADO) OAB 11585 - BENEDITO MARQUES DE MATOS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0002216-55.2011.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Venham conclusos para bloqueio de bens via SISBAJUD. Custas jÃ¡ recolhidas pelo exequente. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00025072720158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 REQUERENTE:ATACADAO DISTRIBUICAO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Representante(s): OAB 11099 - WILSON LINDBERGH SILVA (ADVOGADO) OAB 8724 - ANA KARINA TUMA MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:DISTRIBUIDORA IRIS DA AMAZONIA LTDA. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0002507-27.2015.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Intime-se a parte autora pessoalmente e por advogado para que, em 05 dias, se manifeste a respeito dos documentos de fls. 231 a 233 dos autos, requerendo desde logo o que for necessÃ¡rio ao prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Depois, conclusos rapidamente. Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00026283220118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 REQUERENTE:BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRURGICAS

LTDA Representante(s): OAB 197358 - EDINEIA SANTOS DIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA (HOSPITAL METROPOLITANO). PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0002628-32.2011.8.14.0006 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Suspendo, por ora, as diligÃªncias do despacho de fl. 109. Â Â Â Â Â Â Â Intime-se parte autora por meio do advogado para que, em atÃ© 05 dias, se manifeste sobre os documentos de fls. 111 a 114 dos autos, pedindo desde logo o que for necessÃ¡rio, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Depois, conclusos. Ananindeua, 09 de fevereiro 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00033078420178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Busca e Apreensão em: 21/03/2022 REQUERIDO:VALDIR FONSECA BARROS Representante(s): OAB 9612 - MARCIO FABIO NUNES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERENTE:IRESOLVE COMPANHIA SECURATIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S Representante(s): OAB 12450 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0003307-84.2017.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â O autor nÃ£o se manifestou sobre o despacho de fl. 101 dos autos. Â Â Â Â Â Intime-se-o para que se manifeste, em 05 dias, sobre a petiÃ§Ã£o de fl. 104 dos autos, pois o rÃ©u quer, segundo ele, pagar o dÃ©bito. Â Â Â Â Â Depois, conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00051404020178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Busca e Apreensão Infracional em: 21/03/2022 REQUERENTE:ITAU SEGUROS SA Representante(s): OAB 19639-A - JOAO ALVES BARBOSA FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA LUIZA DA SILVA DOS ANJOS. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0005140-40.2017.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Refiro-me ao pedido de fl. 84 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o autor para que recolha custas da diligÃªncia, em 15 dias, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Ã UNAJ para que calcule e informe existÃªncia de eventuais custas pendentes de pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Caso as haja, intime-se a parte respectiva para que faÃ§a o pagamento, sob pena de inscriÃ§Ã£o do dÃ©bito em dÃ-vida ativa do estado, na forma da lei. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00055657220148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Habilitação de Crédito em: 21/03/2022 REQUERENTE:IRMAOS TEIXEIRA LTDA Representante(s): OAB 14073 - CARLA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 16096 - RODRIGO RISTER REIS RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 10725 - UGO VASCONCELLOS FREIRE (ADVOGADO) OAB 9933 - DANIEL LACERDA FARIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:CARMONA CABRERA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA Representante(s): OAB 11126 - CARLA RENATA MOREIRA PEREIRA NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 16587-B - SAMANTHA DE OLIVEIRA FERREIRA (ADVOGADO) SÍNDICO:CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA Representante(s): OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 16587-B - SAMANTHA DE OLIVEIRA FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0005565-72.2014.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Ã UNAJ para que certifique se hÃ¡ custas pendentes de pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Caso as haja, intime-se parte respectiva para que as recolha, sob pena de inscriÃ§Ã£o do dÃ©bito em dÃ-vida ativa do estado, na forma da lei. Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o houve manifestaÃ§Ã£o do administrador judicial. Intime-se-o, pois, pessoalmente, por mandado, no novo endereÃ§o: Rua Rui Barbosa, 1442, Ed. Bittar, Sala 407, NazarÃ©, BelÃ©m/PA, para que o faÃ§a, em 15 dias, abrindo-se-lhe vistas dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Depois, conclusos para sentenÃ§a. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00055778620148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Habilitação de Crédito em: 21/03/2022 REQUERENTE:IRMAOS TEIXEIRA LTDA - TUDO CASA Representante(s): OAB 14073 - CARLA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 10725 - UGO VASCONCELLOS FREIRE (ADVOGADO) OAB 9933 - DANIEL LACERDA FARIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:CARMONA CABRERA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA Representante(s): OAB 11126 - CARLA RENATA MOREIRA PEREIRA NASCIMENTO (ADVOGADO) SÍNDICO:CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA Representante(s): OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 16587-B - SAMANTHA DE OLIVEIRA

FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0005577-86.2014.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã UNAJ para que certifique sobre existÃªncia de custas pendentes, informando-as, se for o caso, em 10 dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso as haja, intime-se a parte respectiva para que as recolha, em 15 dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa do estado, na forma da lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depois, conclusos para sentenÃ§a. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00055787120148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Habilitação de Crédito em: 21/03/2022 REQUERENTE:IRMAOS TEIXEIRA LTDA Representante(s): OAB 14073 - CARLA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 10725 - UGO VASCONCELLOS FREIRE (ADVOGADO) OAB 9933 - DANIEL LACERDA FARIAS (ADVOGADO) REQUERENTE:CARMONA CABRERA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA Representante(s): OAB 11126 - CARLA RENATA MOREIRA PEREIRA NASCIMENTO (ADVOGADO) SÍNDICO:CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA Representante(s): OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 16587-B - SAMANTHA DE OLIVEIRA FERREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0005578-71.2014.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â O administrador judicial ainda nÃ£o se manifestou nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se pessoalmente, por mandado, no novo endereÃ§o: Rua Rui Barbosa, 1442, Ed. Bittar, Sala 407, NazarÃ©, BelÃ©m/PA, para que o faÃ§a, em 15 dias, abrindo-se-lhe vista dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã UNAJ para que certifique se hÃ¡ custas pendentes de pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso as haja, intime-se parte respectiva para que as recolha, sob pena de inscriÃ§Ã£o do dÃ©bito em dÃ-vida ativa do estado, na forma da lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depois, conclusos para sentenÃ§a. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00056814920128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:LUIZA SILVANA MEIRELES LINHARES Representante(s): OAB 24608 - PATRICIA AUGUSTA DE ARAÚJO RAMOS (ADVOGADO) OAB 25220 - BRITIS HELENA VALENTE DO CARMO (ADVOGADO) REQUERIDO:CLARO SA Representante(s): OAB 41486 - RAFAEL GONCALVES ROCHA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0005681-49.2012.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Secretaria deve cadastrar novo advogado da rÃ©, Dr. Rafael GonÃ§alves Rocha, fl. 117 a 122 -V dos autos, se ainda nÃ£o o fez. Â Â Â Â Â Anuncio o julgamento antecipado do mÃ©rito, na forma do artigo 355, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Intimem-se as partes. Â Â Â Â Â Depois, conclusos. Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00057968420018140006 PROCESSO ANTIGO: 200110049642 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão em: 21/03/2022 REQUERIDO:TRANSPORTES MARITUBA LTDA Representante(s): OAB 9770 - MANOELA MORGADO MARTINS (ADVOGADO) OAB 10710 - LEUNIA VALERIA BARBOSA SANTOS (ADVOGADO) REQUERENTE:TRANSPORTADORA CAETE LTDA Representante(s): OAB 3321 - RUI GUILHERME CARVALHO AQUINO (ADVOGADO) OAB 7335 OAB/PA - SOSTENES ALVES DE SOUZA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 9770 - MANOELA MORGADO MARTINS (ADVOGADO) OAB 6258 - JOSE CELIO SANTOS LIMA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0005796-84.2001.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Cumpra-se o disposto no despacho de fl. 182 dos autos, se custas recolhidas pelo exequente estiverem em ordem (fls. 194 a 198 dos autos). Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00063152720118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:SOLOTECNICA ENGENHARIA DE FUNDAÇÕES CONSULTORIA E PROJETOS LTDA Representante(s): OAB 12815 - RAPHAEL AUGUSTO CORREA (ADVOGADO) OAB 12766 - KAUE OSORIO AROUCK (ADVOGADO) REQUERIDO:COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO PARA - CDI/PA Representante(s): OAB 11537 - LUCIANO DA SILVA FONTES (ADVOGADO) REQUERIDO:O D MARQUIORO ME Representante(s): OAB 1643 - HERMENEGILDO ANTONIO CRISPINO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0006315-27.2011.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o

embargado para que se manifeste, no prazo legal, sobre os embargos de declaraÃ§Ã£o de fls. 301 a 304 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Depois, conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00064315120128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 REQUERENTE:BANCO ITAU SA Representante(s): OAB 16793 - RODRIGO OSCAR RAMOS DE MELO (ADVOGADO) OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) OAB 22112-A - CARLOS ALBERTO BAIAO (ADVOGADO) OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLAI (ADVOGADO) REQUERIDO:BTR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA Representante(s): OAB 11259 - PEDRO TEIXEIRA DALL AGNOL (ADVOGADO) OAB 12029 - MARIA IZABEL DA SILVA ALVES (ADVOGADO) OAB 18716 - JULIANA CARDOSO PARAGUASSU (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE TADEU CHARONE BITAR Representante(s): OAB 11259 - PEDRO TEIXEIRA DALL AGNOL (ADVOGADO) OAB 12029 - MARIA IZABEL DA SILVA ALVES (ADVOGADO) OAB 18716 - JULIANA CARDOSO PARAGUASSU (ADVOGADO) REQUERIDO:MIGUEL PAULO R. BITAR JR Representante(s): OAB 11259 - PEDRO TEIXEIRA DALL AGNOL (ADVOGADO) OAB 12029 - MARIA IZABEL DA SILVA ALVES (ADVOGADO) OAB 18716 - JULIANA CARDOSO PARAGUASSU (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0006431-51.2012.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Refiro-me Ã certidÃ£o de fl. 153 dos autos. Â Â Â Â Â Secretaria deve republicar o despacho de fl. 127 a 128 dos autos, se jÃ¡ foram cadastrados os advogados dos executados (fl. 67 a 69 dos autos). Â Â Â Â Â Depois, venham conclusos, inclusive sob a possibilidade de penhora online. Intimem-se. Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00078584920138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Cumprimento de sentença em: 21/03/2022 REQUERENTE:LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA PROGRAMA DE ASSISTENCIA MEDICA LIDER Representante(s): OAB 18711 - MAX PINHEIRO MARTINS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 22540 - PAULA AMANDA RIBEIRO TEIXEIRA VASCONCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:SAULO DE TARSO ROCHA BITTENCOURT Representante(s): OAB 19691 - PAULO SERGIO DE SOUZA BORGES FILHO (ADVOGADO) OAB 19603 - IAN PIMENTEL GAMEIRO (ADVOGADO) OAB 20740 - LEONY RIBEIRO DA SILVA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0007858-49.2013.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro o pedido de fl. 151 para bloqueio via RENAJUD, mediante pagamento prÃ©vio de custas da diligÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o requerente para que as recolha em 15 dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa do estado, na forma da lei. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00083389520118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Cumprimento de sentença em: 21/03/2022 REQUERENTE:LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Representante(s): OAB 16307 - ABEL PEREIRA KAHWAGE (ADVOGADO) OAB 18711 - MAX PINHEIRO MARTINS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 22540 - PAULA AMANDA RIBEIRO TEIXEIRA VASCONCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:RODRIGO CABRAL DA SILVA Representante(s): OAB 2338 - JAKELYNE MANTEIRO FERNANDES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0008338-95.2011.8.14.0006 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Intime-se parte requerente por meio do advogado para que, em atÃ© 05 dias, se manifeste sobre o resultado da consulta havido, pedindo desde logo o que for necessÃ¡rio, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Depois, conclusos. Ananindeua, 14 de fevereiro 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00083836520128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REPRESENTANTE:MARIA SOFIA MARINHO BRANDAO Representante(s): OAB 11279 - ALBERTO AUGUSTO VELHO VILHENA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 21689 - GISELE MARIA OLIVEIRA E SOUSA VILHENA (ADVOGADO) REQUERENTE:A. S. B. O. REQUERIDO:TERRA PLENA LTDA Representante(s): OAB 1717 - JOSE ACREANO BRASIL (ADVOGADO) REQUERIDO:ADILSON DE OLIVEIRA CONCEICAO. PROCESSO 0008383-65.2012.8.14.0006 Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de indenizaÃ§Ã£o por materiais e morais movida por ANA SOFIA BRANDÃO OLIVEIRA, representada pela sua guardiÃ£ provisÃ³ria, MARIA SOFIA MARINHO BRANDÃO contra TERRAPLENA LTDA. Â Â Â Â Â Â Juntou documentos nas fls. 25 a 39 dos autos. Â Â Â

Â Â Â Na fl. 40 dos autos, despacho inicial para citaÃ§Ã£o da rÃ©. Houve deferimento de justiÃ§a gratuita Ã autora. Â Â Â Â Â Â CitaÃ§Ã£o da rÃ©, fls. 41 a 42 dos autos. Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o da rÃ©, fls. 43 a 184 dos autos. Â Â Â Â Â Â Ato ordinatÃ³rio determinando a rÃ©plica da autora de fl.185 dos autos. Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o de rÃ©plica da autora de fls. 188 a 231. Â Â Â Â Â Â Despacho de fls. 232 dos autos em que o MM Juiz determina que a impugnaÃ§Ã£o do valor da causa seja encaminhada ao setor de distribuiÃ§Ã£o para registro e autuaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o/despacho de fl. 233, em que o MM. Juiz defere a citaÃ§Ã£o do litisdenunciado, Sr. Adilson de Oliveira ConceiÃ§Ã£o, motociclista da moto em questÃ£o. Suspendeu o processo atÃ© a manifestaÃ§Ã£o do denunciado. Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da rÃ© de fls. 238 e 239 em que apresentou cÃ³pia da inicial para citaÃ§Ã£o de denunciado Ã lide. Â Â Â Â Â Â Houve citaÃ§Ã£o do denunciado, Sr. Adilson de Oliveira ConceiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da rÃ© de fls. 242 a 253Â dos autos dando conta de que houve sentenÃ§a na aÃ§Ã£o cÃ-vel tambÃ©m de indenizaÃ§Ã£o relativa ao processo de nÂº 0001107-77.2012.8.14.0201, a qual tramitava na 2Âª Vara Distrital CÃ-vel de Icoaraci, tendo no polo ativo o Sr. Adilson de Oliveira ConceiÃ§Ã£o, e no polo passivo a empresa TERRAPLENA LTDA, relativamente ao mesmo fato questionado na presente aÃ§Ã£o. Na sentenÃ§a de fls. 247 a 249 dos autos, a MM. JuÃ-za julgou o mÃ©rito da aÃ§Ã£o, considerando-a totalmente improcedente, por culpa exclusiva da vÃ-tima, em excludente de responsabilidade civil, conforme cÃ³pia anexada da sentenÃ§a respectiva. Â Â Â Â Â Â Despacho da MM. JuÃ-za de fl. 254 em que determina a remessa dos autos ao MPE para manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Novo despacho de fl. 255, no mesmo sentido, pois o anterior nÃ£o foi assinado pela MM. JuÃ-za. Â Â Â Â Â Â O MPE se manifestou a respeito, pedindo o prosseguimento do feito, fl. 256 dos autos. Â Â Â Â Â Â Despacho de fl. 258 para certificaÃ§Ã£o quanto Ã apresentaÃ§Ã£o ou nÃ£o de contestaÃ§Ã£o de denunciado. Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de fl. 259 dando conta de que o denunciado nÃ£o se manifestou nos autos, ou seja, nÃ£o apresentou contestaÃ§Ã£o, inclusive. Â Â Â Â Â Â Despacho de fl. 261 para que a autora se manifestasse sobre pedido da rÃ© de reconhecimento de coisa julgada, neste caso. Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o da autora de fls. 262 a 264 dos autos, em que refuta a tese de existÃªncia de coisa julgada suscitada pela rÃ©. Â Â Â Â Â Â Despacho para especificaÃ§Ã£o de provas de fl. 292 dos autos. Â Â Â Â Â Â RÃ© apresentou manifestaÃ§Ã£o, pedindo produÃ§Ã£o de prova oral, fl. 292 dos autos. Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de saneamento do feito de fls. 296 e 296-V dos autos. Preliminar suscitada em contestaÃ§Ã£o decidida. Juntada de cÃ³pia da decisÃ£o em que houve rejeiÃ§Ã£o Ã impugnaÃ§Ã£o do valor da causa, o qual, claro, foi mantido, fls. 297 e 298 dos autos.Â Â Â Â Â Â Juntada pela rÃ© de cartas-convites Ã s testemunhas para que viessem Ã audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. Reproduziu, na petiÃ§Ã£o, inclusive, depoimento do motociclista vÃ-tima do acidente em questÃ£o, colhido nos autos do processo que tramitava na 2Âª Vara CÃ-vel Distrital de Icoaraci, segundo jÃ¡ referido acima. Reproduziu a sentenÃ§a respectiva, tambÃ©m, tudo nas fls. 300 a 350 dos autos. Â Â Â Â Â Â Ata da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento havida em 23.01.2020, fls. 351 e 352 dos autos. Parte autora nÃ£o compareceu. Houve comparecimento da rÃ©. Â Â Â Â Â Â Memoriais finais da empresa rÃ© de fls. 354 a 369 dos autos. Postulou improcedÃªncia total dos pleitos da requerente. Pediu que o processo fosse chamado Ã ordem, em razÃ£o da ausÃªncia do MPE na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, na forma do artigo 178, II, c/c artigo 179, I, do CPC. Pediu confissÃ£o ficta da parte autora, que nÃ£o indicou provas a serem produzidas e nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. Pediu aplicaÃ§Ã£o de revelia ao litisdenunciado, o qual, citado, nÃ£o apresentou resposta nos autos.Â Pleiteou, finalmente, CondenaÃ§Ã£o da autora e do litisconsorte Adilson de Oliveira ConceiÃ§Ã£o ao pagamento de custas e de honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â NÃ£o houve manifestaÃ§Ã£o ou razÃµes finais protocoladas pela autora e pelo litisdenunciado, segundo se pode depreender da certidÃ£o de fl. 372 dos autos. Â Â Â Â Â Â Novo despacho do MM. Juiz de fl. 373 designando data para sentenÃ§a, inclusive. Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o da Secretaria de fl. 374 dando conta de inexistÃªncia de petiÃ§Ãµes pendentes de juntada. Â Â Â Â Â Â Os autos me vieram conclusos para a sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Transformei o julgamento em diligÃªncia, depois de estudar atentamente os autos, em decisÃ£o de fls. 375 a 376-V dos autos, abrindo vistas ao MPE para que se manifestasse. Â Â Â Â Â Â MPE se manifestou, em fls. 378 a 380 dos autos, dando conta, em suma, de que nÃ£o tem interesse na causa em questÃ£o.Â Â Â Â Â Â Ã O RELATÃRIO. DECIDO. Â Â Â Â Â Preliminares arguidas em contestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM Â Â Â Â Â A ilegitimidade ativa ad causam, neste caso, diz respeito Ã impertinÃªncia entre o suposto ou afirmado titular do direito, segundo a inicial, e aquele que, concretamente, em face da aÃ§Ã£o, deverÃ¡ ser beneficiado/atendido, como autor, em razÃ£o do que foi decidido no provimento jurisdicional. Â Â Â Â Â A empresa rÃ© diz que, no polo ativo, figuram a Srta. ANA SOFIA BRANDÃO OLIVEIRA, menor impÃºbere, representada pela Sra. MARIA SOFIA BRANDÃO [genitora da menor], mas nÃ£o existe inventariante do espÃ³lio, segundo os artigos 12, V, e 991, I, do antigo CPC. Â Â Â Â Â Logo, diz a rÃ© de certa forma, nÃ£o hÃ¡ como admitir a regularidade legal do polo ativo. Â Â Â Â Â No entanto, apesar de a

lei processual civil obrigar os herdeiros sobreviventes Ã abertura de inventÃ¡rio, em razÃ£o de falecimento da pessoa, esta regra, mesmo sendo de certa forma imperativa, mas por razÃµes culturais (deficiÃªncia ou mesmo falta de tradiÃ§Ã£o ou de cultura jurÃ-dica, principalmente ou inclusive), mormente quanto Ã s pessoas pobres e desprovidas de bens, nÃ£o Ã© seguida pela grande maioria da populaÃ§Ã£o brasileira, em parte, tambÃ©m, por falta de suporte cogente espraiado na estrutura estatal (normas administrativas e leis, mas com proibiÃ§Ãµes rigorosas para o caso de omissÃ£o de inventÃ¡rio, inclusive quanto ao recebimento de benefÃ-cios sociais, por exemplo), que obrigasse o povo a adotar a inventarianÃ§a formal (a aÃ§Ã£o de inventÃ¡rio e a consequente designaÃ§Ã£o de inventariante), mesmo em situaÃ§Ãµes em que nÃ£o houvesse bens a inventariar. Â Â Â Â Â Esta deficiÃªncia, ainda insuperÃ¡vel, no Brasil, faz com que se aceite, em juÃ-zo, a representaÃ§Ã£o pertinente, mas de certa informalidade, como o caso em questÃ£o. O prÃ³prio instituto da habilitaÃ§Ã£o (artigo 687 e seguintes, do CPC) a admite. Â Â Â Â Â No entanto, no caso em questÃ£o, o dano causado nÃ£o atingiu somente a vÃ-tima falecida, mas tambÃ©m sua herdeira menor, segundo dispÃ´s a inicial, a qual ficou sem o provedor da famÃ-lia, razÃ£o por que, a meu ver, seria cabÃ-vel a aÃ§Ã£o mesmo sem haver representaÃ§Ã£o do espÃ³lio.Â A parte autora estÃ¡ a agir, pois, em nome prÃ³prio, como detentora de um afirmado direito que, a priori, foi atingido pela rÃ©, em ato ativo ou comissivo. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡, por consequÃªncia, ilegitimidade ativa ad causam. Indefiro o pedido.Ik Â Â Â Â Â Decreto revelia do denunciado, Sr. Adilson de Oliveira ConceiÃ§Ã£o, na forma do artigo 128, II, c/c o artigo 344, ambos do CPC, o qual nÃ£o respondeu nos autos, malgrado tenha sido regularmente citado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mÃ©rito, vejo que a autora tem razÃ£o em seus pedidos, segundo a fundamentaÃ§Ã£o abaixo e acima. Â Â Â Â Â A autora diz, na inicial, que Ã© filha de Helaine Cristina Marinho e de SÃ©rgio Santos de Oliveira, nascida em 03.07.2009.Â Â Â Â Â Â Sua mÃ£e, entretanto, diz, veio a falecer trÃ¡gica e precocemente aos 27 anos e 10 meses de idade, em decorrÃªncia de acidente de trÃ¢nsito ocorrido em 18.09.2010, ocasiÃ£o em que a motocicleta que a conduzia na garupa, que trafegava na Rodovia Augusto Montenegro, foi atingida por um caminhÃ£o da empresa requerida, o qual manobrou na Avenida Alacid Nunes e, abruptamente, segundo diz, adentrou na pista da rodovia. Â Â Â Â Â Segundo foi apurado em instruÃ§Ã£o, inclusive tendo havido, principalmente, juntada de prova emprestada, seja de processo criminal a respeito, seja de processo civil que tramitou em outra comarca, com partes diferentes, a meu ver ficou sedimentada a culpa concorrente rÃ©, no episÃ³dio questionado e relatado acima. Â Â Â Â Â DEPOIMENTO DE EDMÃLSON DO NASCIMENTO RODRIGUES, testemunha, prova emprestada, auto de prisÃ£o em flagrante, fl. 155 dos autos. Â Â Â Â Â A principal testemunha, neste caso, foi o Sr. EdmÃ-lson do Nascimento Rodrigues, o qual relatou que vinha tambÃ©m dirigindo sua motocicleta, na Rua Alacid Nunes, logo atrÃ¡s da motocicleta acidentada (esta Ãºltima dirigida por um homem e, na garupa, havia uma mulher), e tambÃ©m na frente havia um caminhÃ£o tipo caÃ§amba Mercedes Benz, que acionara o pisca-pisca com a intenÃ§Ã£o de dobrar Ã direita, para a Rodovia Augusto Montenegro. Â Â Â Â Â O Sr. EdmÃ-lson notou, naquela ocasiÃ£o, que o semÃ¡foro estava com sinal verdade e, quando [o caminhÃ£o] comeÃ§ou a manobrar, a motocicleta acidentada, que estava atrÃ¡s do caminhÃ£o, mas Ã frente da motocicleta do Sr. EdmÃ-lson (razÃ£o pela qual este Ãºltimo estava a ver tudo), tentou passar pela lateral da caÃ§amba, momento em que bateu no pneu dianteiro desta Ãºltima e a mulher (a vÃ-tima fatal), que vinha na garupa da moto, desequilibrou-se e caiu. Â Â Â Â Â O condutor da moto acidentada, segundo EdmÃ-lson, caiu para o lado oposto. Â Â Â Â Â Na sequÃªncia, diz, ainda, EdmÃ-lson, o condutor da caÃ§amba ainda tentou descer desta, mas vÃ¡rias pessoas lhe disseram: Â¿para, para!Â¿, aproximando-se do motorista, o qual retornou para dentro do caminhÃ£o e deu partida [e saiu], arrastando a moto que estava caÃ-da e, tambÃ©m, arrastando o condutor acidentado, o qual estava caÃ-do ao lado do veÃ-culo. Â Â Â Â Â Depois, segundo EdmÃ-lson, pessoas (provavelmente outros mototaxistas) impediram a passagem da caÃ§amba, a qual ficou parada em frente Ã portaria da empresa White Martins. O motorista ficou rodeado de mototaxistas e populares, que queriam agredi-lo. O prÃ³prio Sr. EdmÃ-lson diz que impediu que estas pessoas o fizessem.Â Em seguida, chagou a PolÃ-cia Militar e o retirou do local. Â Â Â Â Â Em seu depoimento, o motorista da caÃ§amba da empresa rÃ© afirmou que sÃ³ saiu do local do acidente porque ficou com medo de ser linchado. Â Â Â Â Â Ou seja, de certa forma ele saiu do local com medo de ser linchado, o que Ã© comum que aconteÃ§a, aqui no ParÃ¡ e no Brasil, que Ã©, provavelmente, uma manifestaÃ§Ã£o de Ã³dio de classes tÃ-pica da brutalidade brasileira. Â Â Â Â Â O certo Ã© que o motorista da caÃ§amba agiu desta forma em certo estado de necessidade, embora tenha, concretamente, alterado a cena dos fatos, que era, tambÃ©m, cena suscetÃ-vel de apuraÃ§Ã£o criminal. A prova pericial com os veÃ-culos posicionados no exato local dos acontecimentos elucidaria os fatos com maior precisÃ£o. Â Â Â Â Â Ficou claro, pelo depoimento do Sr. EdmÃ-lson, que houve, no primeiro momento do acidente, culpa exclusiva do mototaxista que conduzia a vÃ-tima fatal, Sr. EdÃ-lson Oliveira ConceiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â A caÃ§amba, provavelmente, vinha em baixa velocidade, pois iria dobrar, sinalizou que iria fazÃª-lo (o pisca-pisca estava

funcionando normalmente e visÃ-vel, pois EdmÃ-lson, que vinha atrÃ¡s da motocicleta do acidente, o viu). Â Â Â Â Â Motocicletas, comumente, ao menos nas ruas de BelÃ©m e de Ananindeua, quase sempre e historicamente querem andar Ã frente dos carros, talvez porque seja mais desconfortÃ¡vel dirigi-las enfileiradas a estes e atrÃ¡s, alÃ©m de atrasÃ¡-las, porque, por serem pequenas, Ã¡geis e velocÃ-ssimas, hÃ¡ sempre a possibilidade de andarem sem empecilhos Ã frente dos outros veÃ-culos, experimentando com mais pertinÃªncia, inclusive, a conhecida sensaÃ§Ã£o de liberdade e de aventura que proporcionam a quem as dirige.Â Â Â Â Â Â O que tambÃ©m provavelmente aconteceu, neste caso, foi que a motocicleta do acidente tentou passar Ã frente da caÃ§amba antes que esta dobrasse, causando a colisÃ£o com a parte lateral da roda dianteira desta, tendo havido a queda que provocou a morte da vÃ-tima fatal e os ferimentos do mototaxista que a dirigia.Â Â Â Â Â Â Segundo verifico, o depoimento da Ãºnica testemunha, que a rigor viu como os fatos ocorreram, nÃ£o dÃ¡ conta de que a Sra. Helaine Cristina Marinho BrandÃ£o, a vÃ-tima fatal, foi arrastada pela caÃ§amba ou que esta Ãºltima lhe passou por cima, quando o motorista, Sr. DenÃ-lson Silva Alves, arrancou novamente, na tentativa de fugir de um possÃ-vel linchamento por outros mototaxistas ou populares que inclusive o impediram seguir em frente, mais adiante.Â Â Â Â Â Â Ele diz apenas, em seu depoimento, que a caÃ§amba, quando o motorista entrou novamente nela e saiu em fuga do local do acidente, arrastou a moto do acidente e o mototaxista, seu condutor, que tambÃ©m estava caÃ-do ao chÃ£o, na pista de rolamento da Rodovia Augusto Montenegro. Â Â Â Â Â EdmÃ-lson nÃ£o fez, pois, menÃ§Ã£o a respeito de possÃ-vel arrasto da Sra. Helaine Cristina, ao menos naquele momento, ou mesmo de possÃ-vel novo atropelamento desta. Portanto, atÃ© aqui, a meu ver, nÃ£o hÃ¡ culpa do motorista da caÃ§amba, ao menos quanto Ã Sra. Helaine Cristina, Ãºnica vÃ-tima fatal. Â Â Â Â Â NOVO DEPOIMENTO DE EDMÃLSON DO NASCIMENTO RODRIGUES, testemunha, em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento deste processo, fls. 351 e 352 dos autos. Â Â Â Â Â Em juÃ-zo, nestes autos, EdmÃ-lson de certa forma confirmou o que dissera antes. Disse que viu o rapaz [motorista da caÃ§amba] dar o alerta para a direita e que o rapaz da moto [condutor da motocicleta envolvida no acima, Sr. EdÃ-lson] bateu na lateral da carreta, entre os pneus traseiros e dianteiros, prÃ³ximo ao pneu traseiro. Â Â Â Â Â No momento do acidente, a carreta [caÃ§amba] jÃ¡ estava fazendo a curva e estava na metade desta; como a rua [Alacid Nunes] era estreita, teve que abrir para a esquerda para poder fazer a curva Ã direita. Ele jÃ¡ tinha vista o condutor da caÃ§amba dar o pisca antes do acidente [antes da colisÃ£o].Â Na sua frente, nÃ£o havia mais ninguÃ©m, a nÃ£o ser o motociclista e a caÃ§amba. Acredita que a moto [conduzida por Edilson] estava prÃ³xima Ã caÃ§amba, pelo fato de ter batido, e que nÃ£o sabe dizer a distÂncia da moto para a caÃ§amba, quando esta Ãºltima deu sinal de pisca.Â Â Â Â Â Â Afirmou que no local nÃ£o tinha, ainda, semÃ¡foro, na Ã©poca, e que sÃ³ depois soube do Ã³bito [da vÃ-tima Heliane]. O condutor da moto estava no mesmo sentido da caÃ§amba (sentido Icoaraci), mas nÃ£o dobrou, foi reto. A colisÃ£o se deu entre o pneu traseiro e o tanque da carreta [caÃ§amba], do seu lado direito. Â Â Â Â Â Finalmente, disse que Ã© motorista de Ã´nibus hÃ¡ 20 anos e que, no dia do acidente, estava dirigindo uma moto. Â Â Â Â Â DEPOIMENTO DE DENÃLSON SILVA ALVES, motorista da caÃ§amba, prova emprestada, auto de prisÃ£o em flagrante, fls. 157 e 158 dos autos. Â Â Â Â Â Em depoimento Ã autoridade policial, quando do inquÃ©rito respectivo, que resultou em aÃ§Ã£o criminal de cuja denÃºncia, aliÃ¡s, foi absolvido (vide fls. 336 a 342 dos autos), o motorista da caÃ§amba, Sr. DenÃ-lson Silva Alves, disse que vinha na Rua Alacid Nunes e parou no semÃ¡foro, aguardando o sinal verde. Sinalizou para manobrar Ã direita, na Rodovia Augusto Montenegro, sentido Icoaraci, e, apÃ³s o sinal verde, deu inÃ-cio Ã manobra de dobra, momento em que escutou o barulho da colisÃ£o da motocicleta ocupada por duas pessoas, um homem e uma mulher. Â Â Â Â Â Disse que vÃ¡rias pessoas se aglomeraram no local do acidente, e diziam: para! e pega! Ao tentar descer do caminhÃ£o para verificar o acidente e para prestar socorro Ã s vÃ-timas, foi rodeado por vÃ¡rias pessoas que tentaram agredi-lo, principalmente mototaxista[s]. Â Â Â Â Â Para resguardar sua integridade fÃ-sica, disse que se obrigou a retornar Ã caÃ§amba e a sair do local, no afÃ£ de comunicar a autoridade policial sobre o fato. Mais Ã frente, foi bloqueado por mototaxista[s], que queriam linchÃ¡-lo. Â Â Â Â Â Para escapar, segundo referiu, manobrou na contramÃ£o da Rodovia Augusto Montenegro e se abrigou na garagem da empresa White Martins, quando foi novamente cercado por mototaxistas, os quais o espancaram na nuca. Dois destes acalmaram os Ã¢nimos dos mais exaltados. Em seguida, chegou a PolÃ-cia, que o conduziu Ã Seccional de PolÃ-cia Civil. LÃ¡, tomou conhecimento de que a mulher faleceu e o outro foi encaminhado ao Hospital Metropolitano.Â Â Â Â Â Â Mencionou, finalmente, que Ã© condutor hÃ¡ 15 anos e habilitado hÃ¡ dois anos e meio na categoria Â¿dÂ¿. Aquela foi a primeira vez em que se envolveu em acidente de trÃ¢nsito. Â Â Â Â Â DEPOIMENTO DE ADÃLSON DE OLIVEIRA CONCEIÃÃO, mototaxista, condutor da motocicleta, no acidente, prova emprestada juntada pela rÃ©, autos do processo civil de nÂº 0001107-77.2012.8.14.0201, relativamente ao mesmo fato, ADÃLSON DE OLIVEIRA CONCEIÃÃO x TERRAPLENA LTDA, 2Âª Vara Distrital de Icoaraci, audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e

julgamento, fls. 243 a 245 dos autos. Â Â Â Â Â Neste depoimento, AdÃ-lson disse que estava conduzindo sua moto a 30 ou 40 km/h, com uma passageira, na Rua Alacid Nunes, pista de mÃ£o dupla, inÃ-cio da tarde. Na sua frente, havia uma caÃ§amba, a qual, segundo ele, realizou uma manobra sem sinalizar se ia fazer a curva Ã direita ou Ã esquerda, entrando Ã direito, no sentido da Rod. Augusto Montenegro, na esquina da qual existia um bueiro. Mencionou que a caÃ§amba nÃ£o reduziu a velocidade ao fazer a curva. Como a via (Alacid Nunes) era muito estreita, conduzia sua moto muito prÃ³ximo Ã caÃ§amba, mais ou menos um metro. Â Â Â Â Â No momento da manobra, disse, desequilibrou-se, e puxou a direÃ§Ã£o da moto para a direita para evitar a colisÃ£o. A sua moto chegou a bater com o guidÃ£o esquerdo na lateral do veÃ-culo [caÃ§amba]. A moto tombou e ambos, ele e a passageira, caÃ-ram. Percebeu a roda dianteira da caÃ§amba passando pelo lado direito do seu corpo, atingindo-o.Â Disse que o caminhÃ£o [caÃ§amba] tentou ir para a frente, mas nÃ£o o fez, porque a moto, que estava junto ao pneu traseiro direito, o impedia. Â Â Â Â Â Menciona que tentou puxar a passageira que se encontrava ainda caÃ-da, com a perna presa na moto, mas sem sucesso. Refere que ela ainda estava viva, porque a ouviu chamar pela filha. Disse que o caminhÃ£o seguiu em frente, passando por cima das costas da passageira. Percebeu quando o pneu passou por cima das costas da passageira (a vÃ-tima Heliane), levando-lhe a pele no pneu. Possui habilitaÃ§Ã£o e estava de capacete. Sua moto nÃ£o chegou a ultrapassar a caÃ§amba. Â Â Â Â Â Ele disse que permaneceu consciente por cerca de 15 minutos e que ainda estava consciente quando socorrido pelo SAMU, cerca de meia hora apÃ³s o acidente. Disse que o acidente lhe provocou fratura exposta na bacia e hemorragia na veia da perna.Â Â Â Â Â Â Portanto, pelos depoimentos nos autos, verifica-se que a testemunha EdmÃ-lson nada disse a respeito da vÃ-tima HELAINE CRISTINA MARINHO BRANDÃO.Â Pelo que ele afirmou, isoladamente, segundo menciono acima, nÃ£o hÃ¡ como se atribuir culpa ao motorista da caÃ§amba e, por consequÃªncia, Ã rÃ©, neste caso. Â Â Â Â Â No entanto, no depoimento pessoal prestado pelo Sr. AdÃ-lson Oliveira ConceiÃ§Ã£o, ora denunciado Ã lide, condutor da motocicleta envolvida no acidente, houve culpa do motorista da caÃ§amba de propriedade da rÃ©, Sr. DENÃLSON SILVA ALVES, o qual afirmou que o caminhÃ£o seguiu em frente, passando por cima das costas da passageira. Percebeu quando o pneu passou por cima das costas da passageira (a vÃ-tima Heliane), levando-lhe a pele no pneu. Â Â Â Â Â Mesmo que haja certas inconsistÃªncias no depoimento dele (emprestado dos autos do processo civil concernente ao mesmo fato, mas em aÃ§Ã£o movida por ele contra a mesma rÃ© TERRAPLENA), talvez pelo fato de nÃ£o estar compromissado (tratou-se de depoimento pessoal) e de, possivelmente, estar distorcendo um pouco os fatos para corroborar afinal a sua prÃ³pria causa, mas a verdade Ã© que seu depoimento, no cerne e de certa forma, condiz com o depoimento do Sr. EdmÃ-lson, segundo o cotejo entre ambos que fiz, e este Ãºltimo Ã© a Ãºnica testemunha ouvida que viu o fato com muitos detalhes, exceto, exatamente, no que concerne Ã situaÃ§Ã£o da vÃ-tima Helaine Cristina Marinho BrandÃ£o, pois, como jÃ¡ dito, o depoimento do Sr. EdmÃ-lson foi omisso a respeito do fato logo posterior Ã colisÃ£o (a arrancada da caÃ§amba, na fuga do motorista), talvez porque ele nÃ£o o presenciou de concreto ou com os mesmos detalhes (nada mencionou a respeito deste segundo momento do acidente, nos dois depoimentos prestados, um na PolÃ-cia, no calor dos fatos, em 2010; e outro em JuÃ-zo, mais de nove anos depois, em 2020, embora nÃ£o haja inconsistÃªncias significativas ou maiores entre ambos, no cotejo, o que enfatiza sua boa memÃ³ria dos daqueles acontecimentos, inclusive, e sua fidelidade ao acontecido) quando o Sr. DenÃ-lson, percebendo que poderia ser linchado, saiu novamente com a caÃ§amba, alterando a cena do fato, e, segundo AdÃ-lson, arrastando a vÃ-tima Helaine precisamente neste momento e lhe passando por cima das costas. Â Â Â Â Â Observe-se que o Sr. AdÃ-lson teve seus pedidos indeferidos naquela aÃ§Ã£o (foi julgada totalmente improcedente), em parte porque ele nÃ£o omitiu como agiu naquele momento e como o fato aconteceu (demonstrando, afinal, sua prÃ³pria culpa, naquela aÃ§Ã£o), havendo inconsistÃªncias mais expressivas apenas quanto ao acionamento do pisca-pisca pela caÃ§amba e quanto Ã existÃªncia de um semÃ¡foro no local do acidente (a testemunha EdmÃ-lson, aliÃ¡s experiente motorista de Ã´nibus, disse que houve acionamento do pisca; AdÃ-lson disse que nÃ£o; AdÃ-lson disse que havia semÃ¡foro no local; EdmÃ-lson disse que nÃ£o, naquela Ã©poca). Â Â Â Â Â Observe-se, ainda, que a presente aÃ§Ã£o diz respeito, substancialmente, ao que aconteceu Ã vÃ-tima Helaine Cristina, e nÃ£o ao Sr. AdÃ-lson, cujos resultados sÃ£o diferentes, razÃ£o pela qual os fatos nÃ£o devem ser avaliados como equivalentes. Â Â Â Â Â AdÃ-lson era o condutor da moto do acidente; portanto, tambÃ©m responsÃ¡vel pelos fatos. Foi efetivamente imprudente, e causou, sozinho, o acidente, no primeiro momento deste; ou seja, provocou a colisÃ£o, porque ficou muito prÃ³ximo da caÃ§amba, ao invÃ©s de ficar atrÃ¡s desta, como estava, aliÃ¡s, a testemunha EdmÃ-lson, mais prudente e atenta. NÃ£o observou o pisca-pisca acionado pela caÃ§amba, que tinha preferÃªncia para dobrar porque estava na frente, por lÃ³gico. Na verdade, o Sr. EdÃ-lson provavelmente nÃ£o freou sua motocicleta, quando deveria fazÃª-lo, avanÃ§ando imprudentemente e se chocando com um veÃ-culo grande e pesado. Machucou-se seriamente, tambÃ©m, segundo depÃ´s. Â Â Â

Â Â A Sra. Helaine, neste caso, sÃ³ foi vÃ-tima, nada mais, tanto da imprudÃªncia do Sr. EdÃ-lson, quanto da imprudÃªncia do motorista da rÃ© (malgrado eventual estado de necessidade, mas no aspecto criminal), Sr. DenÃ-lson, segundo o depoimento do Sr. EdÃ-lson e segundo esclarece, de certa forma, o laudo do IML de fl. 176, o qual comento abaixo. NÃ£o observou, porÃ©m, que havia uma senhora, passageira do mototaxista, presa Ã moto caÃ-da e ainda viva, a qual foi claramente arrastada e, segundo viu EdÃ-lson, a caÃ§amba lhe passou pelo corpo, provocando-lhe a morte, segundo se depreende do conteÃºdo do laudo necroscÃ³pico do IML. Â Â Â Â Â Segundo o laudo necroscÃ³pico, quanto Ã s lesÃµes externas no corpo da vÃ-tima Helaine, havia escoriaÃ§Ãµes em arrasto distribuÃ-das nas regiÃµes posteriores (de trÃ¡s) do tÃ³rax e do abdÃ´men, abdominal lateral direita, flanco direito, flanco esquerdo, posterior do membro superior direito, deltoidea esquerda, antero-lateral da coxa direita, joelhos, anteriores da perna esquerda. EerosÃ£o interessando a regiÃ£o lÃ¡bio-maxilar. Â Â Â Â Â Portanto, houve, tambÃ©m, culpa da rÃ© TERRAPLENA LTDA. Â Â Â Â Â O motorista da caÃ§amba, ao sair do local do acidente, fÃª-lo quando a autora e o mototaxista ainda estavam no local do acidente, sendo que a autora ainda estava em situaÃ§Ã£o perigosa, aparentemente. Â Â Â Â Â NÃ£o fora retirada, entÃ£o, do espaÃ§o em que estava caÃ-da, e, segundo o Sr. AdÃ-lson Oliveira ConceiÃ§Ã£o, na nova arrancada da caÃ§amba posterior ao acidente em si, na tentativa de fuga do motorista desta, mesmo que por razÃµes justas (fugia de agressÃµes ou mesmo de possÃ-vel linchamento), no mÃ-nimo agravou os ferimentos da autora, provocando-lhe o Ã³bito. Â Â Â Â Â As extensas escoriaÃ§Ãµes Â¿em arrastoÂ¿, segundo o laudo do IML, e as lesÃµes em partes posteriores [costas] do tÃ³rax (fratura de 2Âº e 3Âº arcos costais anteriores esquerdos, hemotÃ³rax, laceraÃ§Ã£o do fÃ-gado, rotura do pulmÃ£o direito e coraÃ§Ã£o) estÃ£o a indicar que a caÃ§amba nÃ£o sÃ³ a arrastou como lhe passou por cima das costas, o que dÃ¡ certa credibilidade ao depoimento de Adilson, o suficiente para caracterizar culpa da rÃ©, in elegendo, na forma dos artigos 186 e 932, III, ambos do CC, alÃ©m da SÃºmula 341, do STF. De resto, paralelamente, a responsabilidade, neste caso, Ã© tambÃ©m objetiva, na forma do artigo 927, Â§ Ãºnico, do CC. Â Â Â Â Â A empresa TERRAPLENA LTDA, em sua atividade e objeto social, segundo consulta on line que fiz no site da Receita Federal e segundo documento de fl. 31 dos autos, faz coletas de resÃ-duos e transportes (transporte e elevaÃ§Ã£o de materiais em obras, inclusive), genericamente, e atua no ramo de construÃ§Ã£o civil. Â Â Â Â Â Logo, responde objetivamente, em face do risco da atividade, segundo o artigo 927, parÃ¡grafo Ãºnico, c/c o artigo 186, ambos do CC. Â Â Â Â Â Observe-se que nÃ£o se trata, neste caso, de culpa recÃ-proca, quanto aos atos da rÃ© TERRAPLENA LTDA e do mototaxista e denunciado, Sr. AdÃ-lson Oliveira ConceiÃ§Ã£o, tanto quanto Ã definiÃ§Ã£o do ato ilÃ-cito em si, segundo a definiÃ§Ã£o acima, quanto ao estabelecimento do quantum de indenizaÃ§Ã£o, em face, claro, da existÃªncia paralela de responsabilidade subjetiva e de responsabilidadeÂ objetiva, jÃ¡ que esta Ãºltima, diga-se, Ã© atribuÃ-vel inteiramente Ã rÃ© TERRAPLENA LTDA, ao contrÃ¡rio daquela primeira, atribuÃ-vel a ambas. Â Â Â Â Â Se houvesse sÃ³ responsabilidade subjetiva, em forma de imprudÃªncia, em culpa in elegendo, segundo jÃ¡ caracterizei ao norte, uma das facetas do fato em questÃ£o, e ausÃªncia de paralelismo com a responsabilidade objetiva, certamente eu deveria considerar, em sentenÃ§a, a existÃªncia de culpa recÃ-proca e a consequente diminuiÃ§Ã£o proporcional do quantum de indenizaÃ§Ã£o. PorÃ©m, nÃ£o Ã© o caso, claro.Â Â Â Â Â Ou seja, a atividade praticada pela rÃ© Ã© essencialmente arriscada para a comunidade, pelo fato de que seus veÃ-culos pesados (caÃ§ambas e caminhÃµes) sÃ£o obrigados a trafegar em vias pÃºblicas constantemente, em transporte de cargas tambÃ©m pesadas. Â Â Â Â Â Ã justificÃ¡vel, faticamente, aquele perigo ou risco essencial a que me refiro acima? Sim, a meu ver, pelas seguintes razÃµes. Â Â Â Â Â Nesses veÃ-culos, hÃ¡ uma natural perda de visibilidade quanto, por exemplo, Ã retrovisÃ£o, em razÃ£o do formato saliente e abrangente das carrocerias e tambÃ©m do volume das cargas destas Ãºltimas, inclusive. Â Â Â Â Â De outra forma, sabe-se que o peso excessivo sempre lhes dificulta ou mesmo impede, em certas circunstÃ¢ncias, atos de frenagens que sÃ£o vitais Ã adequada seguranÃ§a no trÃ¢nsito de quaisquer veÃ-culos. Â Â Â Â Â De resto, veÃ-culos pesados sÃ£o mais difÃ-ceis de serem dirigidos, razÃ£o pela qual se exige de seus motoristas habilitaÃ§Ã£o especialÃ-ssima. Â Â Â Â Â Finalmente, os veÃ-culos de empresas de transporte se movimentam com mais frequÃªncia em vias pÃºblicas, e trazem quase sempre consigo todas as situaÃ§Ãµes logo acima mencionadas, as quais acarretam, naturalmente, certos riscos aos cidadÃ£os e transeuntes. Â Â Â Â Â Aplica-se ao caso em questÃ£o, tambÃ©m, o artigo 932, III, do CC, repito. Â Â Â Â Â O Sr. Sr. DenÃ-lson Silva Alves era motorista da rÃ© TERRAPLENA LTDA e estava, quando do acidente, a serviÃ§o desta. Â Â Â Â Â Se o empregado estÃ¡ a agir em nome da empresa, como no caso em questÃ£o, seus ilÃ-citos devem ser reparados pela empresa que o contratou, em razÃ£o do instituto da culpa in elegendo, inclusive. Â Â Â Â Â No que tange ao denunciado, Sr. AdÃ-lson Oliveira ConceiÃ§Ã£o, ele causou o acidente, no primeiro momento, com sua imprudÃªncia, ao nÃ£o manter distÂ¢ncia adequada da caÃ§amba e, possivelmente, ao tentar lhe passar Ã frente, em manobra arriscada e

perigosa. Â Â Â Â Â Sabe-se que, pelo que se depreende do depoimento da Ãºnica testemunha dos fatos no processo, acima referido, a caÃ§amba nÃ£o vinha em alta velocidade, acionou o sinal de dobra (pisca), e manobrou dando o espaÃ§o adequado para fazÃª-lo com seguranÃ§a, ao dobrar para entrar na Rodovia Augusto Montenegro. Â Â Â Â Â Logo, deve ser condenado a ressarcir a rÃ© TERRAPLENA LTDA, em eventual aÃ§Ã£o regressiva contra ele movida por esta Ãºltima. Â Â Â Â Â Houve danos morais, em razÃ£o de todo o sofrimento por que passou a autora e sua famÃ-lia com a morte da sua mÃ£e e provedora. Â Â Â Â Â Â NÃ£o Ã© difÃ-cil se lobrigar tal situaÃ§Ã£o de perda definitiva, o abalo psicolÃ³gico e moral da notÃ-cia, a revolta, o desconsolo, o desassossego, o trauma, a sensaÃ§Ã£o de desamparo e outros sentimentos negativos que, nÃ£o raro, perduram a vida toda da pessoa atingida, neste caso a autora.Â Â Â Â Â Â Â Os danos morais sÃ£o presumidos, porque ocorrem no Ã¢mbito do espÃ-rito da pessoa afetada. Â Â Â Â Â Analisam-se os fatos, e deles se retiram conclusÃµes a respeito do sofrimento moral havido ou nÃ£o, por depreensÃ£o lÃ³gica. Â Â Â Â Â HÃ¡ nexo de causalidade entre a aÃ§Ã£o ou omissÃ£o da rÃ© TERRAPLENA LTDA e os prejuÃ-zos morais experimentados pela autora. A responsabilidade Ã© objetiva, segundo jÃ¡ referido e fundamentado acima, na forma do artigo 927, parÃ¡grafo Ãºnico, do CC, repito.Â Â Â Â Â Â Deve-se, pois, imaginar a situaÃ§Ã£o psicolÃ³gica e, portanto, moral de quem passou por todo o sofrimento de perda de ente querido ainda tÃ£o jovem. Â Â Â Â Â Portanto, os danos morais existiram e foram substanciais, a fim de que se estabeleÃ§a uma indenizaÃ§Ã£o respectiva. Â Â Â Â Â A rÃ© TERRAPLENA LTDA Ã© aparentemente idÃ´nea, do ponto de vista financeiro, e deve suportar os valores fixados nesta sentenÃ§a. A vÃ-tima falecida, Sra. HELAINE CRISTINA MARINHO BRANDÃO, era comerciÃ¡ria, e certamente ganhava salÃ¡rio-mÃ-nimo, embora nÃ£o haja comprovaÃ§Ã£o nos autos a respeito.Â Â Â Â Â Â Portanto, o valor a ser fixado abaixo leva em consideraÃ§Ã£o os princÃ-pios da proporcionalidade e da razoabilidade, inclusive, como de certa forma querem as rÃ©s, em contestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Houve, a rigor, tambÃ©m, paralelamente Ã responsabilidade objetiva, aÃ§Ã£o imprudente da rÃ©, em fortuito externo, consoante jÃ¡ mencionei acima. Â Â Â Â Â OrÃ§amento domÃ©stico da famÃ-lia da autora certamente foi sensibilizado com o fato, sendo ela uma crianÃ§a de pouco mais de um ano, na Ã©poca do acidente. Â Â Â Â Â O valor do quantum serÃ¡ aquele arbitrado no dispositivo desta sentenÃ§a.Â Â Â Â Â Â Portanto, sem razÃ£o a rÃ© TERRAPLENA LTDA, quando diz, em contestaÃ§Ã£o, que nÃ£o houve danos morais, neste caso. Â Â Â Â Â Houve, tambÃ©m, danos materiais. Â Â Â Â Â Ao morrer, a vÃ-tima deixou uma crianÃ§a, a autora, em certa situaÃ§Ã£o de desamparo. Â Â Â Â Â Ter-se-Ã¡, pois, uma crianÃ§a desfalcada de sua principal provedora e provÃ¡vel arrimo financeiro, afora os aspectos afetivos. NÃ£o poderÃ¡ mais contar, em inevitÃ¡veis momentos de dificuldades, por exemplo, com as iniciativas da mÃ£e e com os esforÃ§os materiais desta Ãºltima para provÃª-la de afeto e recursos para sobrevivÃªncia. Â Â Â Â Â Portanto, acho justo atender ao pedido de pensÃ£o alimentar mensal, mas de apenas um salÃ¡rio-mÃ-nimo, Ã autora (Ã mÃ-ngua de demonstraÃ§Ã£o documental a respeito de atividade de comerciÃ¡ria exercida pela vÃ-tima, Sra. Helaine BrandÃ£o), no valor de R$ R$ 1.212,00 mensais (salÃ¡rio mÃ-nimo atual), valor que corresponde, provavelmente, Ã remuneraÃ§Ã£o mensal que ela recebia em sua atividade, desde a data do acidente atÃ© quando farÃ¡ 24 anos (em tese, quando estarÃ¡ apta ao trabalho, estando formada e com curso superior. Â Â Â Â Â Sem razÃ£o a rÃ© TERRAPLENA, quando diz que houve, exclusivamente, fato de terceiro, caracterizando, segundo diz em contestaÃ§Ã£o, a excludente de responsabilidade civil. A fundamentaÃ§Ã£o acima dÃ¡ conta de que esta nÃ£o ficou caracterizada, inclusive. Â Â Â Â Â Houve culpa (imprudÃªncia) do denunciado AdÃ-lson, no primeiro momento do acidente, mas, no segundo momento deste, houve culpa (tambÃ©m imprudÃªncia) exclusiva da rÃ© TERRAPLENA e, ainda, paralelamente, o que Ã© essencial neste caso, segundo jÃ¡ expliquei acima, houve responsabilidade objetiva, a qual abrange todo o acidente, ao menos com relaÃ§Ã£o Ã vÃ-tima Helaine, mÃ£e da autora. Â Â Â Â Â A culpa do terceiro, o denunciado Ã lide, Sr. AdÃ-lson, fica parcialmente reconhecida, neste caso, relativamente Ã rÃ©, com aplicaÃ§Ã£o do artigo 125 e ss, do CPC, em especial o artigo 128, II (contra o qual deverÃ¡ atuar regressivamente em juÃ-zo, na forma abaixo), jÃ¡ que o Ã³bito da Sra. Helaine ocorreu em razÃ£o do que aconteceu no segundo momento do acidente e a autora, de resto, nÃ£o lhe atribuiu nenhuma culpa, nada pedindo a respeito.Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Destarte, julgo procedentes os pleitos da autora, na forma da fundamentaÃ§Ã£o acima, e extingo este processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, na forma do artigo 487, I, do CPC. Â Â Â Â Â Condeno a rÃ©, TERRAPLENA LTDA., pois, a indenizar a autora, a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o por danos morais, na quantia de R$ 100.000,00 (cem mil reais), a qual jÃ¡ estipulo atualizadamente, mais juros de mora de 1% ao mÃªs, a partir da citaÃ§Ã£o, na forma do artigo 405, do CC e da SÃºmula 54, do STJ. Â Â Â Â Â A partir da data da sentenÃ§a, o valor em questÃ£o serÃ¡ corrigido pelo INPC, de forma simples, mais os juros de mora jÃ¡ especificados acima. Â Â Â Â Â Condeno a rÃ©, TERRAPLENA LTDA, a pagar Ã autora, a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o por danos materiais, a quantia mensal de R$ 1.212,00 (mil e duzentos e doze reais),

correspondente ao salÃ¡rio mÃ-nimo atual, a partir de 18.09.2010, data do acidente fatal, atÃ© a data em que a autora, que nasceu em 03.07.2009 (certidÃ£o de nascimento de fl. 32 dos autos), completarÃ¡ 24 anos, ou seja, atÃ© 03.07.2033, no total de 273 meses e 15 dias. Â Â Â Â Â Neste caso, em face do longo trato sucessivo, transformo a indenizaÃ§Ã£o mensal, a tÃ-tulo de pensÃ£o estipulada como danos materiais, em valor Ãºnico, na quantia de R$ 331.482,00, a qual serÃ¡ corrigida pelo INPC desde a data desta sentenÃ§a, de forma simples (sem capitalizaÃ§Ã£o), mais juros de mora de 1% ao mÃªs, a partir da citaÃ§Ã£o, calculados de forma simples. Â Â Â Â Â Custas pela rÃ©. Â Â Â Â Â Condeno a rÃ© TERRAPLENA LTDA a que pague a quantia correspondente a 14%, a tÃ-tulo de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, aos advogados da autora, percentual que incidirÃ¡ sobre o valor da condenaÃ§Ã£o total, considerando o grau de zelo profissional havido e o tempo de trabalho exigido dos advogados na feitura de peÃ§as e no acompanhamento do feito. Â Â Â Â Â QUANTO AO DENUNCIADO Ã LIDE, SENHOR ADÃLSON DE OLIVEIRA CONCEIÃÃO Â Â Â Â Â Condeno o denunciado revel, que deverÃ¡ pagar, SEGUNDO A PROPORÃÃO DE SUA CULPA, CONFORME FUNDAMENTAÃÃO ACIMA, Ã rÃ© TERRAPLENA LTDA 50% do valor que esta pagarÃ¡ aos advogados da autora, regressivamente, a tÃ-tulo de honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais. Condeno-o, ainda, a, regressivamente, pagar Ã rÃ© 50% das custas a que esta foi condenada nesta sentenÃ§a. Condeno-o, finalmente, a, regressivamente, a pagar Ã rÃ© os valores que esta pagarÃ¡ Ã autora, a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o por danos morais e materiais, conforme acima.Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, se nÃ£o houver pedidos das partes, observadas as cautelas legais e de praxe. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes e cumpra-se, sendo que o revel na forma do artigo 346, do CPC. Â Ananindeua-PA, 05 de marÃ§o de 2022 Â WEBER LACERDA GONÃALVES Â Juiz de Direito TitularÂ 27 PROCESSO: 00087360520098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Apelação Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:RAIMUNDO BECHARA DA COSTA Representante(s): OAB 3887 - ANGELA DA CONCEICAO SOCORRO MOURAO PALHETA (ADVOGADO) OAB 9201 - TANIA CRISTINA ALVES DOS REIS (ADVOGADO) OAB 16253 - ANTONIO BARBOSA DE OLIVEIRA NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 12436 - ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 14665 - PEDRO THAUMATURGO SORIANO DE MELLO FILHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0008736-05.2009.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Trata-se de cumprimento de sentenÃ§a, segundo fls. 230 a 231 dos autos. Â Â Â Â Â 1 - O executado deverÃ¡ ser intimado, por via postal (haja vista que nÃ£o tem advogado constituÃ-do nos autos), para pagar o dÃ©bito, acrescido de custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias (caput), nos termos dos Â§Â§ 2.Âº a 4.Âº do art. 513 do CPC. Â Â Â Â Â NÃ£o ocorrendo o pagamento voluntÃ¡rio no prazo do caput do art. 523 do CPC, o dÃ©bito serÃ¡ acrescido de multa de dez por cento e, tambÃ©m, de honorÃ¡rios de advogado de dez por cento (Â§1Âº), esclarecendo, contudo, que, caso haja o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorÃ¡rios previstos no Â§1.Âº, incidirÃ£o sobre o restante (Â§2.Âº). Â Â Â Â Â NÃ£o efetuado tempestivamente o pagamento voluntÃ¡rio, sem nova conclusÃ£o, serÃ¡ expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, seguindo-se atos de expropriaÃ§Ã£o (Â§3.Âº). Â Â Â Â Â Caso o Oficial de JustiÃ§a nÃ£o encontre o executado, de acordo com o caput do art. 513 do CPC, deve ser observado, no que couber e conforme a natureza da obrigaÃ§Ã£o, o Processo de ExecuÃ§Ã£o, e arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a dÃ-vida, e apÃ³s efetivado serÃ¡ convertido em penhora, independente de termo, dispensando os comandos dos Â§Â§1.Âº e 2Âº do art. 818 do CPC. Â Â Â Â Â 2 - No mandado deverÃ¡, ainda, constar a faculdade de, querendo, o executado impugnar o cumprimento de sentenÃ§a, nos termos do art. 525 do CPC. Â Â Â Â Â Intime-se e Cumpra-se. Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00090184620128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:FRANCISCO DINIZ MULER Representante(s): OAB 18870 - PAULO MARCELO DA SILVA PALMEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:INFINITY BONAIRE PARTICIPACOES DE COMPROMISSO DE VENDA E EMP REPRESENTANTE:RODRIGO OSWALDO PADILHA PENTEADO FRANCO GRILLO REQUERIDO:ENGETOWER ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 23994 - BRUNO SODRE LEAO (ADVOGADO) OAB 18913 - BERNARDO JOSE MENDES DE LIMA (ADVOGADO) OAB 23221 - MANUEL ALBINO RIBEIRO DE AZEVEDO JUNIOR (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0009018-46.2012.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Secretaria deve certificar se houve rÃ©plica do autor, em

face do despacho de fl. 193 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Secretaria deve cadastrar advogados de fl. 194 dos autos, se ainda nÃ£o o fez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Finalmente, Secretaria deve certificar se houve ou nÃ£o manifestaÃ§Ã£o do autor para especificaÃ§Ã£o de provas, jÃ¡ que, aparentemente, sÃ³ houve manifestaÃ§Ã£o da rÃ© Engetower, fls. 205 a 209. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o autor para que se manifeste em rÃ©plica Ã contestaÃ§Ã£o de fl. 191 dos autos, mesmo esta sendo apenas genÃ©rica, no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depois, venham conclusos para saneamento do feito. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00092863220148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERIDO:AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 6171 - MARCOS ANDRE HONDA FLORES (ADVOGADO) OAB 22339 - JOSE DE LIMA MENDES JUNIOR (ADVOGADO) REQUERENTE:ANDRE FELIPE BATISTA FERREIRA Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0009286-32.2014.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Anuncio o julgamento antecipado do feito, na forma do artigo 355, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Processo tramitando sob justiÃ§a gratuita ao autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se as partes e venham conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00093042420128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 REQUERENTE:SAFRA LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL Representante(s): FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (ADVOGADO) REQUERIDO:RAIMUNDO NONATO PEREIRA SOUZA Representante(s): OAB 8726 - PAULO SERGIO DE LIMA PINHEIRO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0009304-24.2012.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Enviem-se os autos Ã UNAJ para que calcule e informe custas eventualmente pendentes de pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em as havendo, intime-se a parte respectiva para que as recolha, em 15 dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa do estado, na forma da lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depois, venham conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00096694420138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:EDILZA ROCHA DA COSTA Representante(s): OAB 9087 - PAULO ANDRE CORDOVIL PANTOJA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARCOS MARCELINO ADIMINISTRATIVA DE CONSORCIOS SS LTDA Representante(s): OAB 18029 - ANDRESA SOUZA COSTA (ADVOGADO) OAB 25103 - LIVIA DA SILVA DAMASCENO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0009669-44.2013.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Anuncio o julgamento antecipado do mÃ©rito, na forma do artigo 355, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Intimem-se as partes para, se quiserem, se manifestem a respeito do anÃºncio, em 05 dias. Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00097923720168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:JOAO BATISTA DE ARAUJO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:MARIA RISONEIDE LOPES DA SILVA REQUERIDO:FERNANDO LOUZEIRAO LEAL JUNIOR. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0037495-74.2015.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Considerando a possibilidade de conciliaÃ§Ã£o entre as partes, designo a audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o para o dia 03/05/2022 Ã s 10:30h. Â Â Â Â Â A ferramenta utilizada serÃ¡ o Microsoft Teams (https://teams.mi-crosoft.com) via computador, notebook ou smartphone das partes, advogados e testemunhas, com conexÃ£o via internet. A ferramenta pode ser encontrada digitando a referÃªncia em site de busca na internet. Â Â Â Â Â O link de acesso Ã sala de audiÃªncia virtual serÃ¡ enviado a todos os participantes por e-mail. Â Â Â Â Â No dia e hora designados, os participantes deverÃ£o portar documento de identificaÃ§Ã£o pessoal com foto. Â Â Â Â Â Ã possÃ-vel encontrar o guia prÃ¡tico para participar de audiÃªncia virtual atravÃ©s do link: Â Â Â Â Â http://.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Secretaria-de-Informati-ca/542280-teletrabalho.xhtml Â Â Â Â Â INTIMEM-SE. Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de

Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00105101020118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Cumprimento de sentença em: 21/03/2022 REQUERENTE:LÍDER COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA Representante(s): OAB 9296 - ISIS KRISHINA REZENDE SADECK (ADVOGADO) OAB 18942 - MARINA RODRIGUES VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:CRISTIAN OLIVEIRA DA SILVA. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0010510-10.2011.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â O oficial de JustiÃ§a, em sua certidÃ£o de fl. 100 dos autos, menciona que nÃ£o Â¿conseguiu atendimentoÂ¿, na diligÃªncia que fez. Â Â Â Â Â NÃ£o diz se havia ou nÃ£o pessoas na casa, se estavam ou nÃ£o se ocultando, ao menos aparentemente. Â Â Â Â Â Diz que falou com vizinhos, mas nÃ£o lhes mencionou os nomes. Â Â Â Â Â Observe-se que diligÃªncias negativas devem ser certificadas com clareza e pertinÃªncia, a fim de que se lhes dÃª credibilidade, o que nÃ£o ocorreu, neste caso. Â Â Â Â Â FaÃ§a-se, portanto, nova diligÃªncia no local, na tentativa de cumprir o mandado e, em caso negativo, o oficial deve certificar se hÃ¡ possibilidade de ocultamento ou nÃ£o, a fim de que se tomem, em juÃ-zo, as providÃªncias previstas em lei. Â Â Â Â Â Depois, conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00105501620168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 EXEQUENTE:MENDANHA COMERCIAL DE PECAS LTDA Representante(s): OAB 16306 - CLAUDIO FERNANDO DE SOUZA SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:MENEZZES MAQUINAS LOCACAO COMERCIO LTDA EPP. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0010550-16.2016.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se o despacho de fl. 102 dos autos, caso as custas tenham sido recolhidas regularmente. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00109240820118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:COMERCIO DE ALIMENTOS LIRIO LTDA Representante(s): OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 13281 - MARCELA MACEDO DE QUEIROZ (ADVOGADO) REQUERENTE:FLAVIO WANDERLEY ANAISSE REQUERENTE:WERCIA WANDERLEY ANAISSE REQUERIDO:UNIBANCO ITAU S/A Representante(s): OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) OAB 20001-A - GERMANA VIEIRA DO VALLE (ADVOGADO) OAB 22112-A - CARLOS ALBERTO BAIAO (ADVOGADO) PERITO:BENEDITA DIAS DE CARVALHO. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0010924-08.2011.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Substituo a perita Benedita Dias de Carvalho pelo perito - contador Tadeu Wilson da Costa Ribeiro, conforme petiÃ§Ã£o de fl. 463 dos autos. Â Â Â Â Â JÃ¡ houve o depÃ³sito de honorÃ¡rios, fls. 461 e 462 dos autos. Â Â Â Â Â Banco ItaÃº jÃ¡ apresentou seus quesitos, fl. 468-V e 470 dos autos. Â Â Â Â Â Autores tambÃ©m jÃ¡ presentaram seus quesitos, fls. 471 e 474 dos autos. Â Â Â Â Â Destarte, nomeio como perito o Sr. Tadeu Wilson da Costa Ribeiro, perito-contador que cumprirÃ¡ escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso (CPC, art. 466), fixando desde jÃ¡ o prazo de 90 (noventa) dias para entrega do laudo, que deverÃ¡ conter os elementos constantes do art. 473 do CPC. Â Â Â Â Â Dentro do prazo comum de 15 (quinze) dias da intimaÃ§Ã£o da presente decisÃ£o, as partes poderÃ£o indicar assistente tÃ©cnico, pois jÃ¡ apresentaram desde logo os quesitos respectivos (CPC, art. 465, Â§1.Âº). Â Â Â Â Â Sem nova conclusÃ£o, deverÃ¡ o perito ser intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar proposta de honorÃ¡rios, dispensada a apresentaÃ§Ã£o de currÃ-culo, em face do conhecimento pÃºblico e notÃ³rio de sua especialidade (CPC, arts. 374, I, c/c 465, Â§2.Âº, II), e seus contatos profissionais, em especial o endereÃ§o eletrÃ´nico, para onde serÃ£o dirigidas as intimaÃ§Ãµes pessoais. Â Â Â Â Â Sem nova conclusÃ£o, as partes serÃ£o intimadas da proposta de honorÃ¡rios para, querendo, manifestarem-se no prazo de 05 (cinco) dias, apÃ³s o que serÃ¡ arbitrado o valor, intimando-se as partes para os fins do art. 95. Â Â Â Â Â Apresentada a proposta, voltem conclusos.Â Â Â Â Â Â Intimem-se e Cumpra-se. Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00110265420168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:ANTONIO MANITO DE LIMA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO SANTADER SA Representante(s): OAB 20599-A - MARCO ANDRE HONDA FLORES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª

VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0011026-54.2016.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Refiro-me Ã petiÃ§Ã£o de fl. 127 dos autos. Â Â Â Â Â A propÃ³sito, suspendo o processo, em razÃ£o da morte da autora em abril de 2021, conforme certidÃ£o de Ã³bito de fl. 127-V dos autos. Â Â Â Â Â Concedo o prazo de 30 dias para que haja habilitaÃ§Ã£o, na forma do artigo 687 e seguintes, do CPC, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Intimem-se as partes. Â Â Â Â Â Depois, conclusos. Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00111171020088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810063187 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Cumprimento de sentença em: 21/03/2022 REQUERENTE:ADALBERTO TELES DE CARVALHO Representante(s): OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:ADELSON TELES DE CARVALHO Representante(s): OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA (ADVOGADO) OAB 18107 - ZARAH EMANUELLE MARTINHO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 27467 - LUCIANO SILVA MONTEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:FABIO WILSON OLIVEIRA MIRANDA Representante(s): OAB 12.283 - JEFF LAUNDER MARTINS MORAES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0011117-10.2008.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Secretaria deve certificar se despacho de fl. 230 foi publicado ou nÃ£o. Â Â Â Â Â Caso nÃ£o o tenha sido, faÃ§a-se-o imediatamente, haja vista que, inclusive, nÃ£o houve pagamento das custas relativas ao bloqueio via SISBAJUD e Ã pesquisa de bens via RENAJUD, ou a compensaÃ§Ã£o ali referida, pois a certidÃ£o da UNAJ nada diz a respeito (fl. 340 dos autos). Â Â Â Â Â Depois, conclusos rapidamente. Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00113493520118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:KLB COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA ME REQUERIDO:JOSE MARCOS NOGUEIRO PAULINO. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0011349-35.2011.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Secretaria deve cumprir as diligÃªncias de fl. 180 dos autos, pois aparentemente ainda nÃ£o o fez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Indefiro o pleito de fl. 181. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro o pleito de fl. 183 dos autos, na forma de pesquisa de bens via INFOJUD. Autor deve recolher custas da diligÃªncia, em 15 dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depois, conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00116134720148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Habilitação de Crédito em: 21/03/2022 REU:MARCOS MARCELINO CIA LTDA Representante(s): OAB 1097 - CLAUDIO MENDONCA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) AUTOR:ENGEPLAN - ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA Representante(s): OAB 12077 - ADRIANO PALERMO COELHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0011613-47.2014.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que o atual administrador judicial nÃ£o se manifestou sobre o despacho de fl. 32 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, deverÃ¡ ser intimado pessoalmente, por mandado, no novo endereÃ§o do autor: Rua Rui Barbosa, 1442, Ed. Bittar, Sala 407, NazarÃ©, BelÃ©m/PA, para que se manifeste em 10 dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se trata de habilitaÃ§Ã£o retardatÃ¡ria, Ã UNAJ para que informe se hÃ¡ custas pendentes, em 10 dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depois, conclusos para sentenÃ§a. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00124884620168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO A??o: Cumprimento de sentença em: 21/03/2022 REQUERENTE:BENEDITO RAFAEL FIGUEIREDO CARDOSO Representante(s): OAB 6218 - ADILSON JOSE MOTA ALVES (ADVOGADO) OAB 23445 - RAISSA FERNANDES SENNA ALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:ORIVALDO FERREIRA PINHEIRO Representante(s): OAB 17547 - EMMELY FERNANDES LEANDRO PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:MARISOL FERNANDES PINHEIRO Representante(s): OAB 17547 - EMMELY FERNANDES LEANDRO PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:RAIMUNDO JOSE PEREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 14701 - KEISE PINHEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Nos termos do art. 3Âº, VI, da Lei 8.328/2015, intimar a parte autora para que comprove nos autos, no prazo de 15(quinze) dia, o recolhimento de custas de distribuiÃ§Ã£o da carta precatÃ³ria na Comarca de BELÃM-Pa, conforme

determina a Lei de custas, LEI nÂº. 8.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015, art. 28, Â§ 1Âº.: Quando ambos os juÃ-zos deprecante e deprecado pertencerem Ã jurisdiÃ§Ã£o do TJPA, a carta precatÃ³ria somente serÃ¡ expedida apÃ³s o interessado comprovar o recolhimento tanto das custas processuais referentes Ã expediÃ§Ã£o da carta precatÃ³ria no juÃ-zo deprecante, quanto as referentes Ã distribuiÃ§Ã£o da mesma no juÃ-zo deprecado. Â Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 21 de janeiro de 2022. Â Glenda Marreira Vidal do Nascimento Auxiliar judiciÃ¡rio 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua-PA. (Nos termos do provimento nÂº 008/2014-CRJMB, Art. 1Âº, Â§3Âº, de 05/12/2014, que alterou o provimento nÂº 006/2006-CRJMB). PROCESSO: 00130748820138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:JURANDIR CARVALHO DA SILVA Representante(s): OAB 13622 - MAURO PINHO DA SILVA (DEFENSOR) REQUERIDO:VALDECI FERREIRA DA SILVA. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0013074-88.2013.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Vistas Ã egrÃ©gia DPE para que diga sobre o conteÃºdo do despacho de fl. 29 e documentos de fls. 33 a 35 dos autos, em 10 dias. Â Â Â Â Â Depois, conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00137223420148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLENDA MARREIRA VIDAL DO NASCIMENTO A??o: Apelação Cível em: 21/03/2022 EXEQUENTE:NORTE MODAL TRANSPORTES LTDA Representante(s): OAB 12779 - KAMILLA FREITAS CARNEIRO OLIVEIRA DA SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:GEOMIX SERVICOS DE CONCRETO LTDA Representante(s): OAB 1569 - JOSE AUGUSTO TORRES POTIGUAR (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, II, do PROVIMENTO NÂº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, INTIMO a parte exequente, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuei o pagamento de custas complementares de expediÃ§Ã£o de mandado pela secretaria, uma vez que sÃ³ juntou custas de diligÃªncia do oficial de justiÃ§a. Ananindeua,Â 21 de janeiro de 2022 Glenda Marreira Vidal do Nascimento Auxiliar de Secretaria 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00140904320148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 REQUERENTE:ALTEMIR MONTEIRO DE BRITO Representante(s): OAB 18737 - DEIVID DOS SANTOS NOVAES (ADVOGADO) OAB 18921 - ANDRE FELIPE DE SOUZA BARRETO (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE RAIMUNDO NUNES MARTINS. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0014090-43.2014.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Refiro-me Ã s petiÃ§Ãµes de fls. 33 a 37 dos autos e 38 a 39 dos autos. Â Â Â Â Â Na verdade, o sistema BACENJUD abrange todos os bancos comerciais autorizados a atuar no mercado financeiro pelo BACEN. Â Â Â Â Â Defiro o pleito de penhora via SISBAJUD e de pesquisa de bens via RENAJUD e INFOJUD. Â Â Â Â Â Depois da intimaÃ§Ã£o do autor, venham conclusos para penhora online e pesquisa. Â Â Â Â Â Cumpra-se. Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00154391320168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 REQUERENTE:BANCO BRASIL SA Representante(s): OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:P P R CONSTRUCAO CIVIL E SERVICOS LTDAEPP REQUERIDO:CAUE PEIXOTO TORRES AZEVEDO. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0015439-13.2016.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Refiro-me ao pleito de fl. 114 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, defiro-o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a carta precatÃ³ria, relativamente aos dois rÃ©us, desde que pagas as custas em 15 dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O mandado deve ser de citaÃ§Ã£o, penhora e avaliaÃ§Ã£o, alÃ©m de intimaÃ§Ã£o de arresto do imÃ³vel descrito na certidÃ£o de fl. 111 dos autos, o qual compunha o rol de garantias da cÃ©dula de crÃ©dito bancÃ¡rio, fl. 30 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depois, conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00154764520138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 REQUERENTE:CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA Representante(s): OAB 15674-A - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (ADVOGADO) OAB 12008 - MAURA POLIANA SILVA RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 19390-A - RENATO TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) REQUERIDO:MARTOP CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA Representante(s): OAB 11477 - MARILIA PIANCO YAMADA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO

ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0015476-45.2013.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Refiro-me Ã petiÃ§Ã£o de fl. 107 e 118 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se novo mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o no novo endereÃ§o ali referido, com recolhimento de custas da diligÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio ao DETRAN/PA, faÃ§a-se a pesquisa via RENAJUD, tambÃ©m mediante recolhimento de custas, em 15 dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Depois, venham conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00162305020148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:MARCIA LIMA DOS SANTOS Representante(s): OAB 19471 - JONATAN DOS SANTOS PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:META EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA Representante(s): OAB 14373 - JULIANA SANTA BRIGIDA BITTENCOURT (ADVOGADO) OAB 13726 - CINTHIA MERLO TAKEMURA CANTO (ADVOGADO) REQUERIDO:CKOM ENGENHARIA IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 13730 - DANIEL PANTOJA RAMALHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0016230-50.2014.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Em face de conteÃºdo da certidÃ£o de fl. 180 dos autos, anuncio o julgamento antecipado do mÃ©rito, na forma do artigo 355, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Depois, conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00163075920148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Busca e Apreensão em: 21/03/2022 REQUERENTE:BANCO FINASA BMC SA Representante(s): OAB 20636-A - PATRICIA PONTAROLI JANSEN (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:ELIEZIO LOBO DIAS. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0016307-59.2014.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Refiro-me ao pedido de fl. 71 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Suspendo o feito por 60 dias, ou seja, atÃ© 16/05/2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Depois, parte autora terÃ¡ 10 dias para ofertar novo endereÃ§o do rÃ©u, sob pena de extinÃ§Ã£o. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00165169120158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) REQUERIDO:MARALICE DA GAMA GOMES ME REQUERIDO:MARALICE DA GAMA GOMES. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0016516-91.2015.8.14.0006 DECISÃO Â Â Â Â Â Suspendo, por ora, o cumprimento da diligÃªncia de penhora via SISBAJUD, a fim de que, em 05 dias, exequente junte aos autos planilha atualizada de dÃ©bitos. Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, remetam-se os autos Ã central de digitalizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Depois, conclusos imediatamente para fazimento da diligÃªncia, jÃ¡ via PJE, com etiqueta respectiva, inclusive. Ananindeua, 17 de fevereiro de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00168231120168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Monitória em: 21/03/2022 REQUERENTE:BANCO BRASIL SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:IU DA SILVA CIA LTDA ME REQUERIDO:IRATAN ULISSES DA SILVA. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0016823-11.2016.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Refiro-me ao pleito de fl. 93 dos autos. Â Â Â Â Â Venham conclusos para diligÃªncias relativas a SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD, em pesquisa de endereÃ§os, se custas estiverem em ordem. Â Â Â Â Â FaÃ§a-se a citaÃ§Ã£o postal dos rÃ©us, segundo jÃ¡ determinado e no endereÃ§o disponÃ-vel nos autos. Â Â Â Â Â Cumpra-se. Depois, conclusos. Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00179767920168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Embargos em: 21/03/2022 EMBARGADO:MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 22728-A - WASHINGTON LUIZ DE MIRANDA DOMINGUES TRANM (ADVOGADO) EMBARGANTE:NILZA ELIZABETE GOMES DA SILVA EMBARGANTE:WALESKA GOMES DA SILVA RAIOL EMBARGANTE:CLAUDOMIRO EPIFANIO DA SILVA

EMBARGANTE:RAIMUNDO TEIXEIRA RAIOL JUNIOR Representante(s): OAB 22675 - EDERSON ANTUNES GAIA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0017976-79.2016.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Intimem-se pessoalmente os autores para que cumpram as diligÃªncias de fls. 117 dos autos (recolhimento de custas). Â Â Â Â Â Depois, conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00197634620168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Execução de Título Judicial em: 21/03/2022 REQUERENTE:MARIA EMILIA CAMPINAS HOULSTON Representante(s): OAB 20336 - MARCELO LEONAM CORREA DE BARROS (ADVOGADO) OAB 23564 - SUZY MARA DA SILVA PORTAL (ADVOGADO) REQUERIDO:TEX ROONY ALVES DE ANDRADE JÚNIOR Representante(s): OAB 2478 - ANTONIO DE PADUA TUMA HABER (ADVOGADO) OAB 6158 - RAIMUNDO KULKAMP (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0019763-46.2016.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Prioridade jÃ¡ cadastrada. Â Â Â Â Â Secretaria deve colocar tarja de prioridade. Â Â Â Â Â Verifico que o rÃ©u foi citado via postal, conforme documento de fls. 32 e 33 dos autos, tanto que constituiu advogado nos autos, Dr. Raimundo Kulcamp, fls. 34 e 35 dos autos. Â Â Â Â Â A citaÃ§Ã£o foi feita em 15/02/2017, mas o AR foi juntado em 23/03/2017. PorÃ©m, em 23/03/2017, ainda, houve audiÃªncia de justificaÃ§Ã£o e as partes entraram em acordo, o qual, no entanto, posteriormente, revelou-se infrutÃ-fero, pois uma de suas clÃ¡usulas (nÂº 03), condiciona a saÃ-da do rÃ©u do imÃ³vel Ã venda efetiva deste Ãºltimo pelo preÃ§o de R$ 200.000,00, sendo que o rÃ©u receberia 30% desse valor (nÃ£o foi dito a tÃ-tulo de que o receberia). Â Â Â Â Â Pois bem, o fato Ã© que nÃ£o fluiu o prazo para contestaÃ§Ã£o, em razÃ£o de que a sentenÃ§a foi prolatada no mesmo dia. Â Â Â Â Â Depois, a autora pediu desarquivamento dos autos e deu conta de que o acordo se tornou inexequÃ-vel, haja vista que o imÃ³vel foi sobrevalorizado, ao se lhe estipular um valor venal de R$ 200.000,00, nÃ£o compatÃ-vel com o preÃ§o de mercado, segundo reavaliaÃ§Ãµes juntadas nos autos. Â Â Â Â Â De resto, a autora diz que o rÃ©u dificulta a venda, pois, em realidade, nÃ£o a quer de fato, considerando que mora, ainda, no imÃ³vel com sua famÃ-lia. Tal afirmaÃ§Ã£o faz sentido porque tem amparo lÃ³gico. Â Â Â Â Â Pediu, entÃ£o, a desocupaÃ§Ã£o do imÃ³vel, para que possa ser vendido. Â Â Â Â Â Em despacho de fl. 50 dos autos, indeferi o pleito de tutela de urgÃªncia feito em execuÃ§Ã£o de sentenÃ§a, de carta forma, jÃ¡ que posterior a esta. Â Â Â Â Â Em verdade, o rÃ©u nunca se pronunciou sobre sua condiÃ§Ã£o quanto ao imÃ³vel, nem mesmo no acordo, e, malgrado ter advogado habilitado nos autos, nada respondeu sobre o conteÃºdo do despacho, aparentemente. A audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o resultou inÃºtil, sem resultados. Â Â Â Â Â Destarte, a Secretaria deve certificar se houve ou nÃ£o manifestaÃ§Ã£o do rÃ©u executado nos autos. Â Â Â Â Â Intime-se pessoalmente o rÃ©u e por seu advogado para que, em 05 dias, faÃ§a manifestaÃ§Ã£o nos autos sobre todas as petiÃ§Ãµes da autora entranhadas nos autos apÃ³s a homologaÃ§Ã£o do acordo, sob pena de preclusÃ£o. Â Â Â Â Â Depois, venham conclusos rapidamente para nova decisÃ£o a respeito do pleito de tutela de urgÃªncia, inclusive. Â Â Â Â Â Cumpra-se com urgÃªncia. Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00202965520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Cumprimento de sentença em: 21/03/2022 AUTOR:AURINO MARTINS Representante(s): OAB 586 - FRANCISCO CAETANO MILEO (ADVOGADO) OAB 4596 - ANA MARIA FERNANDEZ MILEO (ADVOGADO) OAB 8255 - JULIANA MARIA FERNANDEZ MILEO MARTINS (ADVOGADO) OAB 7303 - FRANCISCO SAVIO FERNANDEZ MILEO (ADVOGADO) OAB 25124 - ANTONIO BRAZ FERNANDEZ MILEO (ADVOGADO) REU:INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0020296-55.2011.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o autor para que se manifeste nos autos a respeito dos documentos de fls. 235 a 238 dos autos, em 05 dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Depois, conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00224941520168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 187329 - CARLA PASSOS MELHADO (ADVOGADO) OAB 13536-A - CELSO MARCON (ADVOGADO) REQUERIDO:CLEITON CARNEIRO DE ARAUJO. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0022494-15.2016.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Refiro-me Ã petiÃ§Ã£o de fl. 66 dos autos. Â Â

Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, expeÃ§a-se novo mandado para endereÃ§o ali indicado, renovando-se as diligÃªncias de fl. 66 dos autos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00425856320158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 REQUERENTE:BANCO HONDA SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 20868-A - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) REQUERIDO:ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0042585-63.2015.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Intime-se a parte autora pessoalmente e por advogado para que, em 05 dias, se manifeste a respeito dos documentos de fls. 67 a 69 dos autos, requerendo desde logo o que for necessÃ¡rio ao prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Depois, conclusos rapidamente. Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00585481420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 21/03/2022 REQUERENTE:HUMBERTO FARIAS UCHOA Representante(s): OAB 5265 - SAMUEL TEIXEIRA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. PROCESSO 0058548-14.2015.8.14.0006 Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de restabelecimento de auxÃ-lio-doenÃ§a c/c conversÃ£o em aposentadoria por invalidez e antecipaÃ§Ã£o de tutela movida por HUMBERTO FARIAS UCHOA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.Â Â Â Â Â Â Juntou documentos com a inicial, nas fls. 09 A 147 dos autos. Â Â Â Â Â Â Despacho inicial de fl. 148 e 149 dos autos. Deferimento de justiÃ§a gratuita. NomeaÃ§Ã£o de perita e designaÃ§Ã£o de perÃ-cia. Ordem de citaÃ§Ã£o e de intimaÃ§Ã£o do rÃ©u. Pedido de tutela antecipada teve sua apreciaÃ§Ã£o postergada, inclusive. Â Â Â Â Â Â Juntada da perÃ-cia de fls. 151 a 154 dos autos. Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o do pedido de tutela antecipadaÂ fls. 155 e 156 dos autos. Houve deferimento do pleito para adequaÃ§Ã£o do benefÃ-cio percebido pelo autor e para que este fosse enquadrado como auxÃ-lio-doenÃ§a acidentÃ¡rio, atÃ© futura decisÃ£o de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â PetiÃ§Ã£o do autor de fl. 166 dando conta de que a liminar nÃ£o foi cumprida pelo INSS. Â Â Â Â Â Â Nova petiÃ§Ã£o do autor para que fosse feita remessa dos autos ao INSS, fl. 168. Â Â Â Â Â Â Feita a remessa ao INSS, este respondeu nos autos, fls. 171 a 212 dos autos. Â Â Â Â Â Â Nova decisÃ£o do juÃ-zo de fls. 213 a 213-V dos autos. Â Â Â Â Â Â Nova manifestaÃ§Ã£o do INSS de fls. 216 a 229 dos autos. Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fl. 233 dos autos, anunciando o julgamento antecipado do mÃ©rito, na forma do artigo 355, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o do INSS de fls. 235 e 236 dos autos. Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o fl. 238 dos autos para manifestaÃ§Ã£o das partes sobre o laudo pericial e, especificamente, do requerente sobre os documentos de fls. 171 a 212 dos autos. Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o do INSS o laudo pericial, fl. 243 dos autos, em que faz pedido. Â Â Â Â Â Â Juntada de instrumento de mandato outorgado ao advogado do autor, fls. 245 a 246 dos autos. Â Â Â Â Â Â Despacho de fl. 247 dos autos, em que o MM. Juiz indeferiu o pleito do INSS. Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o dando conta de que nÃ£o hÃ¡ petiÃ§Ãµes pendentes de juntada nos autos, fl. 251 dos autos. Â Â Â Â Â Â Novo despacho de fl. 252 dos autos. Â Â Â Â Â Â Ã O RELATÃRIO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Trata-se de julgamento antecipado do mÃ©rito, na forma do artigo 355, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Na verdade, nÃ£o houve, aparentemente, citaÃ§Ã£o formal do INSS, pois o mandado nÃ£o foi juntado aos autos. No entanto, foi feita a remessa dos autos em 03.03.2016, e o rÃ©u se manifestou vÃ¡rias vezes, inclusive em outras remessas. Â Â Â Â Â Â Portanto, em face do que diz o artigo 344, do CPCÂ , entendo que houve certa revelia do INSS, o qual nÃ£o contestou a aÃ§Ã£o quando da primeira remessa, embora tenha se manifestado continuamente nos autos, sempre dizendo da impertinÃªncia dos pleitos do autor, tendo juntado vÃ¡rios documentos a respeito da causa, inclusive.Â Â Â Â Â Â Â De qualquer sorte, em face de presenÃ§a de laudo pericial nos autos e de vÃ¡rios documentos importantes, inclusive a cÃ³pia do processo administrativo relativo ao pedido do autor, devo relativizar o principal efeito da revelia, neste caso, previsto no artigo 344, do CPC, que Ã© a presunÃ§Ã£o de veracidade dos fatos referidos pelo autor na inicial, em homenagem ao princÃ-pio do livre convencimento do juiz, inclusive, e por tudo aquilo que se me apresenta nos autos. Â Â Â Â Â Â No mÃ©rito, propriamente, vejo que o autor nÃ£o tem razÃ£o, em seus pedidos, segundo a fundamentaÃ§Ã£o abaixo. Â Â Â Â Â Â O autor diz, na inicial, que foi contratado pela SOTREQ S.A como eletricista de mÃ¡quinas II. Em 22.11.2001, durante sua atividade normal, sofreu acidente de trabalho, com lesÃ£o na coluna vertebral. Â Â Â Â Â Â Diz que hÃ¡ defasagem mÃ©dia de 45,3% em seu benefÃ-cio, desde a Ã©poca em que foi dada ciÃªncia ao INSS a respeito. Refere que tem direito de receber o remanescente defasado. Â Â Â Â Â Â Aduz que tem direito

de receber o que estÃ¡ defasado hÃ¡ mais de 10 anos, desde 25.08.2005 atÃ© os dias atuais (entÃ£o, outubro de 2015), quando foi plenamente concretizado o direito do autor Ã conversÃ£o de auxÃ-lio-doenÃ§a para auxÃ-lio-doenÃ§a acidentÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Pediu antecipaÃ§Ã£o de tutela para que houvesse desde logo a revisÃ£o do benefÃ-cio em questÃ£o e o pagamento jÃ¡ atualizado. Â Â Â Â Â Â O MM. Juiz, entÃ£o, em despacho inicial, mas por equÃ-voco depois consertado, deferiu a tutela antecipada para determinar a adequaÃ§Ã£o do benefÃ-cio percebido pelo autor e para que este fosse enquadrado como auxÃ-lio-doenÃ§a acidentÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Depois, nas fls. 213 e 213-V dos autos, revogou a sua decisÃ£o anterior acima referida, e indeferiu o pleito de antecipaÃ§Ã£o de tutela feito pelo autor. Â Â Â Â Â Â Na verdade, segundo posso verificar detidamente nos autos, o autor nÃ£o justificou plenamente seu pedido ao longo de todo o processo, no qual sÃ³ se manifestou no inÃ-cio. Â Â Â Â Â Ele nÃ£o indicou com documentos, inclusive com memÃ³ria de cÃ¡lculo pertinente e analÃ-tica, o seu pedido de revisÃ£o, de resto jÃ¡ anteriormente indeferido pelo INSS. Â Â Â Â Â Limitou-se a juntar seus extratos bancÃ¡rios entÃ£o completos, de janeiro de 2005 a setembro de 2015, em que hÃ¡, naturalmente, os lanÃ§amentos a crÃ©dito feito pelo INSS relativos aos seus benefÃ-cios, sob o histÃ³rico Â¿PGTO INSSÂ¿. Â Â Â Â Â Segundo os extratos de fls. 19 a 147 dos autos, o valor do auxÃ-lio variou, mas crescendo sempre, ao longo dos anos, de sorte que nÃ£o ficou estagnado. Â Â Â Â Â Como se trata de uma aÃ§Ã£o revisional, teria sido de bom alvitre que, mesmo na vigÃªncia do CPC anterior, o autor providenciasse fazimento de memÃ³ria de cÃ¡lculo com as discriminaÃ§Ãµes necessÃ¡rias e com base em seu pedido, a fim de que houvesse o cotejo necessÃ¡rio em face das informaÃ§Ãµes e possÃ-veis cÃ¡lculos que pudessem ser feitos pelo INSS. NÃ£o o fez. Â Â Â Â Â O previsto no artigo 330, Â§ 2Âº, por exemplo, aplicÃ¡vel em outras situaÃ§Ãµes de revisÃ£o, por Ã³bvio, serve como base cognitiva para se fazerem depreensÃµes a respeito do caso em questÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o houve a discriminaÃ§Ã£o necessÃ¡ria das parcelas controversas, mesmo que estas sejam todas elas. Â Â Â Â Â Tal demonstraÃ§Ã£o Ã© essencialmente matemÃ¡tica, mas que diz respeito Ã pertinÃªncia jurÃ-dica do pedido e, portanto, a cÃ¡lculos feitos com observÃ¢ncia do artigo 61, da lei 8.213/91, que trata especificamente desta situaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Em decisÃ£o em que revogou a liminar concedida, de fls. 213 e 231-V dos autos, jÃ¡ houvera observado a impertinÃªncia do pedido feito pelo autor na inicial. Â Â Â Â Â Enfatizou que nÃ£o restam dÃºvidas de que o autor Ã© beneficiÃ¡rio do auxÃ-lio-doenÃ§a acidentÃ¡rio, mesmo porque o prÃ³prio laudo pericial produzido em razÃ£o desta aÃ§Ã£o o confirma claramente, observo. Â Â Â Â Â Notou, ainda, o equÃ-voco do autor quanto ao fato de que entende que seu salÃ¡rio benefÃ-cio Ã© o teto previdenciÃ¡rio, hoje, verifico, no valor de R$ 7.087,22. Â Â Â Â Â Em verdade, o autor nÃ£o comprovou sua situaÃ§Ã£o salarial, pois sequer juntou seus contracheques condizentes ao perÃ-odo histÃ³rico controvertido. Seu pedido administrativo feito junto Ã autarquia previdenciÃ¡ria, por sua vez, foi arquivado. Â Â Â Â Â A rigor, o salÃ¡rio de benefÃ-cio diz respeito Ã base de cÃ¡lculo do valor que serÃ¡ recebido pelo segurado do INSS, cujo valor mÃ-nimo Ã©, atualmente, de R$ 1.212,00 (piso) e cujo valor mÃ¡ximo Ã© de R$ 7.087,22 (teto). Â Â Â Â Â Por lÃ³gico, o valor real do benefÃ-cio do autor, neste caso, terÃ¡ que levar em conta, necessariamente, suas contribuiÃ§Ãµes Ã PrevidÃªncia, as quais nÃ£o foram demonstradas pelo autor. Â Â Â Â Â Os parÃ¢metros estÃ£o albergados, alÃ©m do artigo 61, da lei 8.213/91 e no artigo 33 e seguintes, da mesma lei. Â Â Â Â Â No entanto, o autor nada fez neste sentido. Portanto, tem razÃ£o o MM. Juiz, na decisÃ£o de fls. 213 e 213-V dos autos, quando afirma que o salÃ¡rio de benefÃ-cio Ã© um valor que deve se situar entre o salÃ¡rio mÃ-nimo e o teto da previdÃªncia, ambos jÃ¡ acima referidos, levando-se em conta, claro, os dispositivos legais tambÃ©m acima referidos. Â Â Â Â Â Por conseguinte, o auxÃ-lio-doenÃ§a acidentÃ¡rio, em seu caso, deve ser pago se considerando o percentual de 91% sobre o valor encontrado, o qual diz respeito ao interregno entre o piso e o teto da previdÃªncia, e nÃ£o, necessariamente, sobre o teto, como quer o autor na inicial, interpretaÃ§Ã£o que, neste caso, nÃ£o tem a menor congruÃªncia, Ã mÃ-ngua, inclusive, de falta de demonstraÃ§Ã£o matemÃ¡tica em contrÃ¡rio pelo autor, na inicial, e Ã mÃ-ngua de documentos comprobatÃ³rios, inclusive. Â Â Â Â Â NÃ£o demonstrou, por exemplo, como alega o INSS, que os seus salÃ¡rios de contribuiÃ§Ã£o estÃ£o incorretos. Â Â Â Â Â O INSS, ao contrÃ¡rio, juntou vÃ¡rios documentos pertinentes nos autos, inclusive aqueles de fls. 220 a 229 dos autos (CNIS), todos relativos ao autor. Â Â Â Â Â Devo, pois, ratificar a decisÃ£o de fls. 213 a 213-V dos autos. Â Â Â Â Â TambÃ©m, devo indeferir os pleitos do autor, totalmente, segundo a fundamentaÃ§Ã£o acima. Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Indefiro os pleitos do autor contidos na inicial, e extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, na forma do artigo 487, I, do CPC. Â Â Â Â Â Ratifico a decisÃ£o de fls. 213 a 213-V dos autos com os acrÃ©scimos e fundamentaÃ§Ãµes contidos nesta sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Custas pelo autor. Como lhe foi deferido o benefÃ-cio da justiÃ§a gratuita, suspendo-lhe a cobranÃ§a respectiva. Â Â Â Â Â Condeno o autor a pagar honorÃ¡rios advocatÃ-cios aos advogados do autor, no valor correspondente ao percentual de 10% sobre o valor da causa atualizado. No entanto, como Ã© beneficiÃ¡rio de justiÃ§a gratuita, suspendo-lhe o pagamento. Â Â Â Â Â Remetam-se

os autos Ã digitalizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, se nÃ£o houver pedidos das partes, observadas as cautelas legais e de praxe. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes e cumpra-se. O INSS deve ser intimado por remessa eletrÃ´nica dos autos. Â Ananindeua-PA, 06 de marÃ§o de 2022 Â WEBER LACERDA GONÃALVES Â Juiz de Direito TitularÂ 2 PROCESSO: 00605384020158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Processo de Execução em: 21/03/2022 REQUERENTE:BANCO HONDA SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 20868-A - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) REQUERIDO:ROBSON BORGES DA CUNHA Representante(s): OAB 7261 - JOSE OTAVIO NUNES MONTEIRO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0060538-40.2015.8.14.0006 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Intime-se parte requerente por meio do advogado para que, em atÃ© 05 dias, se manifeste sobre o resultado da consulta havido, pedindo desde logo o que for necessÃ¡rio, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Depois, conclusos. Ananindeua, 07 de fevereiro 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00646358320158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:JEFFERSON DA COSTA NASCIMENTO Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMAC SA Representante(s): OAB 12.151 - CARLOS AUGUSTO MONTEZUMA FIRMINO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0064635-83.2015.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Em face do conteÃºdo da certidÃ£o de fl. 247 dos autos, intime-se o rÃ©u Banco Gmac S A, pessoalmente e por seu advogado, para que confirme ou nÃ£o o acordo feito com o autor de fls. 223 e 223-V dos autos, o qual estÃ¡ subscrito, de sua parte, pela advogada, Dra. Drielle Castro Pereira, do escritÃ³rio LeÃ£o Matos, que nÃ£o estÃ¡ constituÃ-da nos autos, em 05 dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Depois, conclusos. Ananindeua, 16 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00675241020158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 REQUERENTE:FRANCISCO DE JESUS FILHO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERENTE:FRANCISCA BRITO DE JESUS Representante(s): OAB 4276 - PAULO ROBERTO VALE DOS REIS (ADVOGADO) OAB 14276 - KEICIANE BATISTA DA SILVA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA MISSILENE FERREIRA VIEIRA Representante(s): OAB 4276 - PAULO ROBERTO VALE DOS REIS (ADVOGADO) OAB 27841-A - KEICIANE BATISTA DA SILVA DOS SANTOS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0067524-10.2015.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Intime-se pessoalmente a autora, por mandado, a fim de que contrate novo advogado ou peÃ§a Ã Defensoria PÃºblica para patrocinÃ¡-la, em 15 dias, sob pena de extinÃ§Ã£o, pois seu advogado consta nos arquivos da OAB/PA como falecido. Â Â Â Â Â Depois, conclusos. Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00705224820158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBER LACERDA GONCALVES A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 21/03/2022 REQUERENTE:BANCO PAN S A Representante(s): OAB 20636-A - PATRICIA PONTAROLI JANSEN (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:C DO S P DOS S FIALHO. PODER JUDICIÃRIO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DA 2Âª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo n.Âº 0070522-48.2015.8.14.0006 DecisÃ£o Â Â Â Â Â Refiro-me Ã petiÃ§Ã£o de fl. 133 dos autos. Â Â Â Â Â Suspendo o processo por mais 60 dias, ou seja, atÃ© 15/05/2022. Naquele entretempo, parte autora deve, neste caso, diligenciar a respeito da localizaÃ§Ã£o do veÃ-culo, sob pena de extinÃ§Ã£o. Ananindeua, 15 de marÃ§o de 2022 WEBER LACERDA GONÃALVES Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Ananindeua Â Â Â Â Â Â 1 PROCESSO: 00030659619988140006 PROCESSO ANTIGO: 199810021259 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALISON DIAS MONTEIRO A??o: Apelação Cível em: 22/03/2022 REPRESENTANTE:CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO REQUERENTE:MARIA DOS REMEDIOS SOUZA GONCALVES Representante(s): OAB 6907 - CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 12018 - MARCIA BIANCA MACAMBIRA SANTOS (ADVOGADO) OAB 9612 - MARCIO FABIO NUNES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:FIRMA TRANSPORTES BERTOLINI LTDA Representante(s): OAB 7450 - ADRIANA DE

CASSIA FERRO MARTINS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â De acordo com o que dispÃµe o art. 1Âº, Â§1Âº do Provimento 006/2006-CJRMB, nesta data, intimo o nobre advogado, Dr. MARCIO FABIO NUNES DA SILVA OAB/PA nÂº 9612, a DEVOLVER, no prazo de 24 horas, os autos de nÂº 0003065-96.1998.8.14.0006, que estÃ¡ com CARGA desde 11/12/2018, nÃ£o tendo sido devolvido o declinado processo atÃ© a presente data. Â Ananindeua/PA, 22/03/2022 ALISON DIAS MONTEIRO Auxiliar JudiciÃ¡rio 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial - Comarca de Ananindeua-PA. (Nos termos do provimento nÂº 008/2014-CRJMB, Art. 1Âº, Â§3Âº, de 05/12/2014, que alterou o provimento nÂº 006/2006-CRJMB). P R O C E S S O : 0 0 0 6 4 3 1 5 1 2 0 1 2 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALISON DIAS MONTEIRO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 24/03/2022 REQUERENTE:BANCO ITAU SA Representante(s): OAB 16793 - RODRIGO OSCAR RAMOS DE MELO (ADVOGADO) OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) OAB 22112-A - CARLOS ALBERTO BAIAO (ADVOGADO) OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLAI (ADVOGADO) REQUERIDO:BTR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA Representante(s): OAB 11259 - PEDRO TEIXEIRA DALL AGNOL (ADVOGADO) OAB 12029 - MARIA IZABEL DA SILVA ALVES (ADVOGADO) OAB 18716 - JULIANA CARDOSO PARAGUASSU (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE TADEU CHARONE BITAR Representante(s): OAB 11259 - PEDRO TEIXEIRA DALL AGNOL (ADVOGADO) OAB 12029 - MARIA IZABEL DA SILVA ALVES (ADVOGADO) OAB 18716 - JULIANA CARDOSO PARAGUASSU (ADVOGADO) REQUERIDO:MIGUEL PAULO R. BITAR JR Representante(s): OAB 11259 - PEDRO TEIXEIRA DALL AGNOL (ADVOGADO) OAB 12029 - MARIA IZABEL DA SILVA ALVES (ADVOGADO) OAB 18716 - JULIANA CARDOSO PARAGUASSU (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao despacho de folhas 155, procedo atravÃ©s deste, republicaÃ§Ã£o do DESPACHO do JuÃ-zo constante Ã s fls. 127-128, passando a transcrevÃª-lo para ciÃªncia e intimaÃ§Ã£o dos interessados. ALISON DIAS MONTEIRO Auxiliar JudiciÃ¡rio - Mat. 102270 D E S P A C H OÂ Vistos.Â 1. Considerando a ausÃªncia de citaÃ§Ã£o, deixo para analisar o pedido de penhora online,Â formulados Ã s fls. 112, em momento oportuno.Â 2. Cite(m)-se o(s) executado(s), em trÃªs dias contados da citaÃ§Ã£o, pagar a dÃ-vida, as custas eÂ os honorÃ¡rios ora arbitrados no item 4 infra, sob pena de penhora de bens.Â Escoado o prazo supra (3 dias) sem pagamento, deverÃ¡ o Senhor Oficial de JustiÃ§a procederÂ Ã avaliaÃ§Ã£o e Ã penhora, que deverÃ¡ preferencialmente recair sobre os bens eventualmenteÂ indicados na petiÃ§Ã£o inicial.Â Lavrado o auto de penhora, depÃ³sito e avaliaÃ§Ã£o, na mesma oportunidade intime(m)-se o(s)Â executado(s) e, cuidando-se de constriÃ§Ã£o de imÃ³vel, o(s) respectivo(s) cÃ´njuge(s) seÂ casado(s) for(em).Â 3.Advirta(m)-se o(s) executado(s) que, caso queira(m) opor embargos Ã execuÃ§Ã£o,Â deverÃ¡(Ã£o) fazÃª-lo no prazo de quinze dias contado da juntada ao processo do comprovanteÂ de citaÃ§Ã£o, independentemente da realizaÃ§Ã£o da penhora.Â Nesse mesmo prazo (15 dias contados da juntada do mandado/carta de citaÃ§Ã£o aos autos),Â poderÃ¡(Ã£o) o(s) executado(s), caso reconheÃ§a(m) expressamente o crÃ©dito do exequente -Â inclusive custas e honorÃ¡rios - e deposite(m) 30% do seu valor, requerer lhe(s) sejaÂ admitido a pagar o restante da dÃ-vida em atÃ© seis parcelas iguais, mensais e sucessivas,Â devidamente corrigidas (INPC) e acrescidas de juros de 1% ao mÃªs.Â 4 Ficam os honorÃ¡rios advocatÃ-cios arbitrados em 10% do dÃ©bito exequendo, valor esse queÂ serÃ¡ reduzido Ã metade na hipÃ³tese de o pagamento da dÃ-vida ocorrer no prazo de trÃªs diasÂ contado da data da citaÃ§Ã£o.Â Intimem-seÂ Gabinete do Juiz em Ananindeua-ParÃ¡, aos 22 de agosto de 2019.Â MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLOÂ JUIZ DE DIREITOÂ Titular de 2Âª EntrÃ¢nciaÂ Em exercÃ-cio na 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Ananindeua-PaÂ Em auxÃ-lio ao Juizado Especial de AbaetetubaÂ Juiz de Direito

SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

EDITAL DE INTIMAÇ¿O

Processo Nº **00093012520198140006**

PRAZO DE **10 (DEZ)** DIAS

Denunciado: **MARCOS DOS SANTOS TEODORO**

Filiaç¿o: **MARIA DO SOCORRO RAMALHO DOS SANTOS E REGINALDO MARTINS TEODORO**

Data de nascimento: **17/01/1990**

Último endereço: **SANTA FÉ, Nº 600, RUA JOVELINA CORDEIRO, LOTEAMENTO AGAZILÂNDIA, PRÓXIMO AO UIRAPURU, BAIRRO ICUÍ-GUAJARÁ, CEP: 67.125-320, ANANINDEUA ¿ PA**.

O Excelentíssimo Senhor Doutor EMANOEL JORGE DIAS MOUTA, Juiz de Direito titular pela 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que o(a) Investigado(a)(s) acima identificado(a)(s); fica INTIMADO(A)(S) para que constitua advogado particular ou indique a necessidade de patrocínio da Defensoria Pública. Ficando ciente o(a) investigado(a)(s), de que n¿o constituindo advogado particular no prazo de **10 (dez)** dias após sua intimaç¿o, será nomeado Defensor Público.

FICA O(A) INDICIADO(A) INTIMADO(A) ainda para comparecer(em) **à SESS¿O DE DEPOIMENTO ESPECIAL designada para o dia 03 de maio de 2022, às 09:30 horas**, nos moldes do artigo 10 e do artigo 12, da Lei nº 13.41/2017, bem como da Recomendaç¿o nº 33, de 23/11/2010 do CNJ, audiência que será realizada na 4ª Vara Criminal do Fórum da Comarca de Ananindeua, localizado na Avenida Claudio Sanders, antiga Estrada do Maguari, 193 (2º andar), bairro Centro, Ananindeua ¿ Pará.

Eu, Kátia R. da S. Motta, Auxiliar Judiciário lotada na 4ª Vara Criminal, o digitei, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a).

Ananindeua, **25 de março de 2022**.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal Comarca de Ananindeua

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ANANINDEUA

Autos de nº: 0803061-79.2022.8.14.0006

Denunciado: EDINILSON ARAÚJO DA COSTA, nascido em 22.06.1991, filho de Maria de Jesus Araújo Costa, atualmente custodiado no(a) _____.

Defesa: DRA. ELIZELMA DA ASSUNÇÃO FRANCO MONTEIRO OAB/PA 27.023, DRA. JUCYLEIA DOS SANTOS DE SOUZA OAB/PA 22.809

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, e por nada ter sido apontado na peça acusatória que propiciasse a rejeição da exordial, **RECEBO A DENÚNCIA** e DETERMINO:

CITE-SE pessoalmente o(a)(s) denunciado(a)(s) para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

Na resposta, o(a)(s) denunciado(a)(s) poderá(ão) arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(a)(s) denunciado(a)(s), citado(a)(s), não constituir defensor, desde já NOMEIO Defensor Público com atuação na Comarca para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias.

Expeça-se o necessário, inclusive carta precatória.

Outrossim, no que tange à manifestação pela prisão preventiva do réu, deixo de apreciá-la, tendo em vista que já fora decretada a custódia cautelar (ID 51802454), e o cumprido o respectivo mandado de prisão preventiva (ID 51918052), estando, portanto, atualmente preso preventivamente o acusado.

Intime-se a Defesa constituída.

C Ó P I A D E S S A D E S P A C H O S E R V I R Á C O M O M A N D A D O D E CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/CARTAPRECATÓRIA/REQUISIÇÃO/NOTIFICAÇÃO/ OFICIO DO NECESSÁRIO.

Ananindeua - PA, 24 de março de 2022.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua - PA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ANANINDEUA

Autos de nº: 0802948-28.2022.8.14.0006

Denunciado: DOUGLAS GOMES DE SOUZA, nascido em 28.07.1999, filho de Janilde Amorim Gomes, atualmente custodiado no(a) _____.

Defesa: DR. VINICIUS SOUSA HESKETH NETO OAB/PA 32.202

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, e por nada ter sido apontado na peça acusatória que propiciasse a rejeição da exordial, **RECEBO A DENÚNCIA** e DETERMINO:

CITE-SE pessoalmente o(a)(s) denunciado(a)(s) para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

Na resposta, o(a)(s) denunciado(a)(s) poderá(ão) arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(a)(s) denunciado(a)(s), citado(a)(s), não constituir defensor, desde já NOMEIO Defensor Público com atuação na Comarca para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias.

No que tange ao pedido de revogação da prisão preventiva (ID 52052136), e considerando a manifestação do Ministério Público (ID 54822195, páginas 3/4), **passo a decidir**.

Sabe-se que, indiscutivelmente, no processo penal pátrio vige a regra de que a prisão de caráter processual é a exceção, só podendo ser decretada ou mantida quando houver razões suficientes para sua concretização.

A primeira razão para a prisão processual é a existência do chamado *fumus commissi delict*, a prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria. A segunda razo é o *periculum libertatis*, que segundo o artigo 312 do Código de Processo Penal indica os requisitos que podem fundamentar a prisão preventiva, sendo eles: a) garantia da ordem pública e da ordem econômica (impedir que o réu continue praticando crimes); b) conveniência da instrução criminal (evitar que o réu atrapalhe o andamento do processo, ameaçando testemunhas ou destruindo provas); c) assegurar a aplicação da lei penal (impossibilitar a fuga do réu, garantindo que a pena imposta pela sentença seja cumprida).

Analisando os argumentos trazidos pela Defesa do acusado, entendo que inexistem fatos novos a serem acrescentados a motivar a revogação da prisão decretada nos autos.

Com efeito, restam preenchidos os requisitos exigidos pelo art. 312 do CPP, posto que, presentes o *fumus comimissi delict* e o *periculum libertatis*. O primeiro resta configurado pelos elementos de informação que embasam a denúncia. O segundo se fundamenta na garantia da ordem pública.

Destarte, consta nos autos elementos idôneos a indicar a materialidade da prática delitiva bem como a revelar indícios da respectiva autoria, estes consubstanciados, notadamente, no teor das declarações prestadas pela vítima e pela testemunha, ambas ouvidas na fase extrajudicial.

Ainda, verificam-se sérios indícios de periculosidade do requerente, pois no caso concreto **o acusado, teria supostamente ofendido a dignidade sexual da vítima, K.D.F.M.J. (15 anos), por meio de atos libidinosos diversos, valendo-se da confiança que possuía com a família (é irmão da madrasta da vítima) e aproveitando-se de momento em que estava a sós com o adolescente, em um dos quartos da casa onde reside a vítima.**

Tais fatos evidenciam a **periculosidade em concreto** do agente e corrobora a necessidade de

resguardar a ordem pública, a fim de se evitar o cometimento de novos delitos deste viés contra as ofendidas dos autos e/ou outras vítimas em potencial.

Denota-se ainda que sem o cárcere o acusado certamente terá a oportunidade de influenciar ou intimidar a vítima, seus familiares e/ou testemunhas, haja vista que **o acusado é irmão da madrasta da vítima**. Assim, a decretação da prisão mostra-se necessária para **conveniência da instrução criminal**, porquanto, caso o denunciado esteja em liberdade, o ofendido e as mencionadas testemunhas não terão a necessária tranquilidade para comparecer em Juízo e relatar os fatos, o que pode representar óbice e/ou prejuízo à eventual instrução processual.

Registre-se que primariedade e bons antecedentes, por si só, são insuficientes para a concessão de liberdade quando presentes os requisitos da prisão preventiva. Da mesma forma, não subsiste a eventual alegação de residência fixa e ocupação lícita, consoante o entendimento consolidado também do Supremo Tribunal Federal, os quais, por si sós, não inviabilizam a custódia cautelar daquele que sofre a persecução penal instaurada pelo Estado, se presentes os motivos legais autorizadores da medida extrema restritiva, como se verifica na hipótese em apreço.

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO, AMEAÇA E CÁRCERE PRIVADO. FUNDAMENTOS DA CUSTÓDIA CAUTELAR MANTIDOS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODO DE EXECUÇÃO DO DELITO. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA NO CASO. RECURSO IMPROVIDO. 1. A prisão cautelar encontra fundamento na jurisprudência desta Corte, segundo a qual configura legítima a manutenção da segregação cautelar se as circunstâncias concretas da prática do crime revelam a periculosidade do agente. 2. **A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a primariedade, a residência fixa e a ocupação lícita não possuem o condão de impedir a prisão cautelar, quando presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, como ocorre no caso.** 3. Recurso improvido. (STF - RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS RHC 116469 MT (STF) Data de publicação: 02/12/2013) *grifei*

Nessas linhas de entendimento, cito Súmula 08 do TJE/PA que se aplica ao caso concreto:

As qualidades pessoais são irrelevantes para a concessão da ordem de Habeas Corpus, mormente quando estiverem presentes os requisitos da prisão preventiva.

Quanto à alegação de negativa de autoria, tenho que esta fase do feito exige investigação com esteio no instituto do **indício**, previsto no **art. 312 do Código de Processo Penal** (CPP). Assim, descer a minúcias sobre esse tema (indícios de autoria), nesta fase procedimental, resulta no adiantamento, indevido e ilegal, da decisão que será proferida posteriormente, no momento processual adequado para tal análise. Deste modo, prevalecem os indícios suscitados na esfera policial, que embasaram a denúncia, os quais são suficientes para ensejar a manutenção da medida constritiva de liberdade prevista no art. 312 do CPP.

Assim, **a gravidade concreta do suposto delito**, a necessidade de assegurar a **instrução criminal**, e conferir **efetiva proteção à integridade física e psicológica das vítimas e às demais provas do processo** ¿ haja vista que neste tipo de crime é comum, como dito acima, o temor das testemunhas em dizer o que sabem, estando o réu solto ¿ **dão ensejo à manutenção da custódia cautelar**.

Por outro lado, não vislumbro a possibilidade de aplicação de medida cautelar típica ou atípica diversa da prisão, pois se fosse imposta, seria **inadequada e insuficiente**, já que a consequência imediata seria a soltura do acusado e, conforme demonstrado na fundamentação supra, este não possui condição de voltar ao convívio social nesta fase do procedimento sem acarretar abalo à ordem pública (CPP, art. 282, §6º), devendo prevalecer, neste instante procedimental, o direito à segurança pública em detrimento ao direito à liberdade individual, sendo esta ponderação resultante da aplicação do **princípio da proporcionalidade.**

Isto posto, para a **garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal**, nos termos do art. 312 e art. 313, inciso I, do Código de Processo Penal, **INDEFIRO** o pedido de **REVOGAÇO DA PRISÃO PREVENTIVA de DOUGLAS GOMES DE SOUZA.**

Cite-se o acusado. Expeça-se o necessário, inclusive carta precatória.

Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa.

CÓPIA DESSA DESPACHO SERVIRÁ COMO MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/CARTAPRECATÓRIA/REQUISIÇÃO/NOTIFICAÇÃO/ OFICIO DO NECESSÁRIO.

Ananindeua - PA, 24 de março de 2022.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua - PA

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº 0006293-06.2020.814.0006

Denunciado: FERNANDES DE QUADROS PIMENTEL

Advogado(s) de defesa: Dr, ADILSON FARIAS DE SOUSA, OAB/PA 23745

Na forma do Art. 1º, §2º, XXIV, do Provimento 006/2006-CJRMB, alterado pelo Provimento nº 08/2014 ¿ CJRMB, fica o(a) advogado(a)(s) de defesa acima identificado(a)(s), intimado(a)(s) para que apresente **as suas ALEGAÇÕES FINAIS**, no prazo legal, conforme Decisão que segue reproduzida abaixo, sob pena de ser aplicada multa pelo abandono injustificado de causa e comunicada a OAB/PA para as providências que entender necessárias, conforme **PORTARIA 03, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018**, que segue reproduzida abaixo.

Ananindeua, 25/03/2022.

Paula Heloisa Sousa de Carvalho

Analista Judiciário lotada na Secretaria da 4ª Vara Criminal Comarca de Ananindeua
PORTARIA N. 03, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018.

O Excelentíssimo Juiz de Direito **EDUARDO ANTONIO MARTINS TEIXEIRA**, Titular da 4ª Vara Penal de Ananindeua, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 5.008/81 (Código judiciário do Estado do Pará), a Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil) e o Provimento Nº 006/2006 da CJRMB.

CONSIDERANDO:

a) que é dever do magistrado, na condição de gestor da unidade judicial, fixar procedimentos, não previstos em lei e/ou regulamento, para facilitar e direcionar o serviço judiciário no âmbito de sua vara;

b) que se faz necessário padronizar, no âmbito das Secretaria Judicial, os atos de administração e de mero expediente sem caráter decisório delegados pelo juízo;

c) que a sistemática descrita contribuirá para empreender maior celeridade processual;

d) Por fim, que a adoção desse procedimento tem suporte no art. 93, XIV da Constituição Federal, bem como no art. 162, § 4º do Código de Processo Civil.

RESOLVE:

Art. 1º Quando o réu/indiciado possuir advogado constituído nos autos e este, devidamente intimado pelo DJE (diário de justiça), deixar de apresentar manifestação obrigatória para o regular andamento processual, devem ser adotados pela secretaria os seguintes atos ordinatórios:

§1º. Certificar a ocorrência e intimar novamente o advogado pelo DJE para que apresente a manifestação, no prazo legal, sob pena de ser aplicada multa pelo abandono injustificado de causa e comunicada a OAB/PA para as providências que entender necessárias.

§2º. Após transcorrido o decurso do prazo do parágrafo 1º, e não havendo manifestação do advogado devidamente intimado pelo DJE (Diário de Justiça), deverá ser certificado nos autos, em seguida, intimado pessoalmente o réu/indiciado, para que indique novo advogado ou requeira o patrocínio da Defensoria Pública, devendo constar do mandado que, transcorrido o prazo sem manifestação, será nomeada a Defensoria Pública para atuar na sua defesa até que constitua novo causídico; não localizado o réu no endereço constante nos autos, intime-se por edital com prazo de 05 (cinco) dias;

Art.2º. Esgotados os prazos sem manifestação do réu/indiciado por advogado, devidamente certificado nos autos, dar vista dos autos à Defensoria Pública para atuar na sua defesa.

Art.3º Esta portaria entra em vigor no dia 27 de fevereiro de 2018.

Art.4º. Dê-se ciência a todos os servidores. Encaminhe-se cópia à Defensoria Pública, ao Ministério Público e a CJRMB.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE NO DJE E AFIXE-SE NO ÁTRIO DO FÓRUM. CUMPRA-SE.

EDUARDO ANTONIO MARTINS TEIXEIRA

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Penal de Ananindeua

MEDIDAS PROTETIVAS: 0806015-35.2021.8.14.0006

REQUERENTE: C. M. S.

ADVOGADA: DRA. KARLA C. FURTADO MARTINS, OAB/PA 23132

REQUERIDO: L. DE A. N.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Trata-se de autos de medidas protetivas com pedido de prisão preventiva formulado pela advogada da requerente em desfavor do requerido.

No ID 31483167 foi prolatada sentença julgando procedente o pedido e mantendo as medidas protetivas.

Seis meses após a sentença, houve informação de possível descumprimento de medidas protetivas (47639604).

Os autos foram em remessa à Equipe Interdisciplinar para avaliar a eventual conduta descumpridora das medidas protetivas.

A Equipe Interdisciplinar apresentou Relatório Social no ID 54887891 informando que ¿o requerido atualmente tem cumprido as medidas protetivas que foram deferidas contra sua pessoa e a favor da requerente, e que a requerente sinalizou que esta questão (posse e venda do imóvel) será processada pela vara cível competente¿.

É o relatório. **DECIDO**.

A custódia só pode ser decretada em razão de decisão escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, quando preenchidos os pressupostos e fundamentos insculpidos no artigo 312 do Código de Processo Penal e demonstrada concreta e objetivamente sua real necessidade.

No presente caso, não restam preenchidos requisitos elencados pelo artigo 312 do CPP, mormente no que atine ao *periculum libertatis*, haja vista que não há provas nos autos do suposto descumprimento, tendo a requerente, inclusive, informado perante a Equipe Multidisciplinar que o requerido está cumprindo as medidas determinadas por este Juízo.

E não havendo motivos para a manutenção da segregação cautelar, não deve o requerido ter sua liberdade restringida, posto que em liberdade não apresenta motivos que poderá vir a prejudicar o andamento de futura instrução criminal, ou se furtar à aplicação da lei penal, ou ainda para a garantia da ordem pública.

Diante disso, **INDEFIRO O PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA**, ante a ausência de fundamentos que justifiquem a decretação da segregação cautelar, por demais gravosa neste momento, razão pela qual ADVIRTO ao requerido para que cumpra as medidas proibitivas deferidas contra ele, sob pena de ser decretada sua prisão em momento futuro.

CIÊNCIA ao Ministério Público e à advogada da requerente.

Intimem-se as partes.

Cumpra-se a sentença do ID 31483167.

Ananindeua/PA, 24 de março de 2022.

(assinado eletronicamente)

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua/PA

FÓRUM DE BENEVIDES

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES

Processo n. 0017171-23.2004.8.14.0097

Ação Monitória

Requerente: Banco do Brasil S.A

Advogado: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB/PA 15.201-A

Requerido: A. O. Carvalho - ME

1. O Banco do Brasil opôs embargos de declaração contra a sentença proferida à fl. 57, que encerrou a fase de conhecimento sem resolução do mérito, em virtude de abandono da causa pelo autor/embargante. Aduziu que houve omissão da sentença, eis que sem fundamentação, bem como obscuridade, posto que dissociada da realidade dos autos. Disse que não deu impulsionamento ao feito, em virtude de erro em seu sistema interno, que dava o presente processo como encerrado, porém afirmou que tem todo o interesse no seu prosseguimento. Lembrou que, atualmente, o ordenamento jurídico prima pela busca da resolução do mérito das causas, tanto que permite a retratação das sentenças proferidas sem resolução do mérito. Sustentou que não foi intimado para dar prosseguimento ao feito, o que, pelo princípio da vedação à decisão surpresa, também recomenda a retratação da sentença. É o relatório. Decido. Os embargos de declaração não devem ser conhecidos. Com efeito, não houve omissão nem contradição na sentença, que está devidamente fundamentada juridicamente e embasada nos fatos constantes dos autos, pois lá consta que o autor/embargante, apesar de intimado, não promoveu os atos e diligências que lhe competiam para a realização da citação dos réus, o que inviabilizou o prosseguimento do feito. foi intimado, De fato, observa-se que, em 04.08.2014, o autor/embargante foi intimado, por seu procurador, para recolher as custas da carta precatória para citação do réu João Batista da Silva (fl. 45); em 23.09.2014, ele, também por seu procurador, foi intimado para se manifestar sobre a não citação da ré A O Carvalho ME (fls. 30/32), e, em 08.11.2018, foi intimado pessoalmente para dar prosseguimento ao feito (fls. 53/55), não tendo se manifestado quanto a nenhuma das intimações, conforme se vê pelas certidões de fls. 52 e 56). Aliás, depois de uma manifestação que fez em 22.02.2011, antes das tentativas de citação dos réus, o autor/embargante somente voltou a se manifestar em 10.12.2020, com a oposição dos embargos de declaração sob exame. Logo, não houve decisão surpresa nem descumprimento da legislação vigente, mas sim, apenas e tão somente a inércia, devidamente apontada na sentença, do autor/embargante em promover os atos e diligências que lhe incumbiam para a realização da citação dos réus. O que se percebe é que o autor/embargante, na verdade, busca a reforma da sentença, o que desafiaria recurso de apelação, em sede do qual seria, inclusive, possível a retratação deste juízo (artigo 485, §7º, do Código de Processo Civil), como ele lembrou no bojo dos embargos de declaração. Ocorre que, ainda que, com amparo no princípio da fungibilidade dos recursos, os embargos de declaração opostos fossem recebidos como apelação, haveria óbice para o juízo de retratação, em razão da prescrição da pretensão do autor/embargante. Explico. É que, como houve inércia do autor/embargante em promover a citação dos réus, a interrupção do prazo prescricional não se operou. Assim sendo, como a pretensão do autor/embargante de ver reconhecida obrigação de pagar quantia certa em razão de inadimplemento de contrato de abertura de crédito remonta a 08.04.2003 (fls. 2/4 e 14/15), constata-se que, desde o surgimento da referida pretensão, decorreram mais de dezessete anos até a oposição dos embargos de declaração, que seria o termo inicial da prescrição, sendo que o prazo prescricional da pretensão do autor/embargante é de cinco anos (artigo 219 do Código de Processo Civil de 1973; artigos 240 e 1.046 do Novo Código de Processo Civil, e, artigos 202 e 206, §5º, I, do Código Civil). Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, por reputar que a pretensão do autor/embargante/embargante, na verdade é de reforma da sentença e, não, de esclarecimento de obscuridade e/ou suprimento de omissão, não conheço dos embargos de declaração opostos às fls. 58/63-

verso. Intime-se o advogado do autor/embargante/embargante da presente decisão. 2. Preclusa a presente decisão: a) intime-se o advogado do réu para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda, bem como atualização monetária e incidência dos demais encargos legais (artigo 46 da Lei Estadual 8.328/2015). b) não efetuado o pagamento das custas, conforme item 2.a, expeça-se carta de crédito e, em seguida, encaminhe-se a mesma para a Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (SEPLAN), conforme dispõem os §§6º e 7º do artigo 46 da Lei Estadual 8.328/2015 e arquive-se os autos. Benevides-PA, 24 de janeiro de 2022. Vanessa Ramos Couto Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Benevides ¿ mat. 48.615 Ato de designação: Portaria n. 074/2021-SJ

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BENEVIDES

JUÍZA: EDILENE DE JESUS BARROS SOARES.

PROCESSO Nº 00014250320208140097 ¿ AÇÃO PENAL ¿ CRIME SEXUAL ¿ DENUNCIADO: MARCUS VICTOR DA SILVA (ADV. RODRIGO CARDOSO DA MOTTA OAB/PA 19547) ¿ DESPACHO: 01- Designo audiência para o dia 15 de JUNHO de 2022, às 09:00h. 02-Intimem-se Acusado, Defesa do Acusado e Ministério Público. 03- Requisitem-se/ intimem-se as testemunhas de acusação e defesa que faltam serem ouvidas. Intime-se e expeça-se o necessário para realização do ato.

PROCESSO Nº 00116190420168140097 ¿ AÇÃO PENAL ¿ VIOLÊNCIA DOMESTICA ¿ DENUNCIADO: ANDRE LUIZ SILVA DA SILVA (ADV. NATANAEL BRUNO SANTOS NASCIMENTO OAB/PA 22448) - TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO - DELIBERAÇÃO: Redesigno esta audiência de continuação para o dia 08/02/2023 as 09h30min para oitiva da testemunha CRISTIANO GOMES RAMOS a ser intimado no endereço: XXXX, BAIRRO XXXX - XXXX (Tel. XXXX). Nada mais havendo, a MM. Juíza deu por encerrado o presente termo. Todas as partes que se encontram a audiência declaram que dispensam a assinatura física, levando em conta o momento da pandemia do covid-19. Valendo a assinatura do (a) magistrado (a), o qual possui fé pública, como forma de validar a presença de todas as partes.

FÓRUM DE MARITUBA

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA

RESENHA: 25/03/2022 A 25/03/2022 - GABINETE DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA - VARA: VARA CRIMINAL DE MARITUBA PROCESSO: 00017394520148140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WAGNER SOARES DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:KLEITON PEREIRA DE ALBUQUERQUE DENUNCIADO:OBEDES GOMES DE LIMA DENUNCIADO:OCIVALDO SOUZA PINHEIRO DENUNCIADO:ELIZANGELA GRANDE CABRAL VITIMA:M. J. Representante(s): ANTONIO JOSAFA SENA DE LIMA (REP LEGAL) DENUNCIADO:EMILIO SERGIO ALVES GAIA Representante(s): OAB 7932 - MARCO ANTONIO GOMES DE CARVALHO (ADVOGADO) . Processo: 0001739-45.2014.814.0133 AÃ§Ã£o Penal - art. 180, Â§1Âº do CP RÃ©u: ELIZANGELA GRANDE CABRAL, EMÃLIO SERGIO ALVES GAIA, KLEITON PEREIRA DE ALBUQUERQUE, OBEDES GOMES DE LIMA e OCIVALDO SOUZA PINHEIRO SENTENÃA RELATÃRIO Vistos etc. O ÃrgÃ£o Ministerial denunciou ELIZANGELA GRANDE CABRAL, EMÃLIO SERGIO ALVES GAIA, KLEITON PEREIRA DE ALBUQUERQUE, OBEDES GOMES DE LIMA e OCIVALDO SOUZA PINHEIRO, qualificado nos autos, pela prÃ¡tica do crime tipificado no art. 180, Â§1Âº do CP. Narra Ã peÃ§a exordial, em sÃ-ntese, que no dia 19.03.2014, pela parte da manhÃ£, na feira municipal de Marituba, uma equipe de policiais, civis e militares, encontraram com os denunciados joias de ouro obtidas por meio de roubo a uma joalheria do municÃ-pio de CapitÃ£o PoÃ§o. Na denÃºncia consta tambÃ©m que Elizangela e Obedes eram casados e dentro do carro dos mesmos estava um mostruÃ¡rio das joias, que Ocivaldo estava com um cordÃ£o de ouro e que, no decorrer na investigaÃ§Ã£o Kleiton confessou ter vendido parte das joias para EmÃ-lio. Por fim, em Auto de ApresentaÃ§Ã£o e ApreensÃ£o e Auto de Entrega, de fls. 28/29, foi constatado que os objetos eram de posse de AntÃ´nio JosafÃ¡ Sena de Lima. Â A denÃºncia foi recebida em decisÃ£o do JuÃ-zo, Ã s fls.05, em 21.07.2014; Os denunciados foram citados, tendo EmÃ-lio apresentado resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 26/28 e os denunciados Kleiton, Obedes, Ocivaldo e Elizangela apresentada resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 60/63; Em sede de inquiriÃ§Ã£o de testemunha por carta precatÃ³ria, Ã s fls. 102/103, foi ouvida a vÃ-tima ANTÃNIO JOSAFÃ SENA DE LIMA; em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o de fls. 130, foram ouvidas a testemunha de acusaÃ§Ã£o FÃBIO HOLANDA NUNES e a testemunha de defesa RAIMUNDO ASSUNÃÃO DO NASCIMENTO PEREIRA e o interrogatÃ³rio dos acusados. Em audiÃªncia de fls. 205 o MinistÃ©rio PÃºblico desistiu da oitiva da testemunha Victor Hugo de Oliveira; Em Memoriais Escritos, o MinistÃ©rio PÃºblico, requereu a absolviÃ§Ã£o dos acusados (fls. 206/208). A Defesa dos denunciados apresentou Memoriais Escritos onde tambÃ©m pugnou pela AbsolviÃ§Ã£o (fls.209/211). Vieram-me os autos conclusos para decisÃ£o. FUNDAMENTAÃÃO ConcluÃ-da a instruÃ§Ã£o processual, estando o feito pronto para julgamento, impÃµe-se, em razÃ£o da atual fase procedimental, o exame das provas produzidas, a fim de ser valorada a pretensÃ£o do MinistÃ©rio PÃºblico e, em contrapartida, a que resultou da defesa, de modo a ser realizada, diante dos fatos que ensejaram a presente persecuÃ§Ã£o criminal, a prestaÃ§Ã£o jurisdicional do Estado. Trata-se da apuraÃ§Ã£o da prÃ¡tica dos delitos previstos nos art. 180, Â§1Âº do CP, praticado pelos acusados ELIZANGELA GRANDE CABRAL, EMÃLIO SERGIO ALVES GAIA, KLEITON PEREIRA DE ALBUQUERQUE, OBEDES GOMES DE LIMA e OCIVALDO SOUZA PINHEIRO. MATERIALIDADE E AUTORIA Da anÃ¡lise do conjunto probatÃ³rio colacionado ao processo, chego Ã ilaÃ§Ã£o irrefutÃ¡vel de que a denÃºncia nÃ£o merece acolhimento no que concerne ao crime imputado ao rÃ©u. SenÃ£o vejamos. Da anÃ¡lise do conteÃºdo dos autos, verifica-se que a autoria nÃ£o restou devidamente demonstrada. Assim, o ponto nefrÃ¡lgico do presente decisium encontra-se circunscrito na existÃªncia de prova suficiente da prÃ¡tica pelos acusados do crime pelo qual foram denunciados. Lembremo-nos do princÃ-pio da persuasÃ£o (convicÃ§Ã£o) racional, tambÃ©m denominado de livre convencimento motivado, no qual o juiz nÃ£o Ã© um dÃ©spota arbitrÃ¡rio, julgando apenas de acordo com seu sentimento e impressÃ£o pessoal, e nem um sujeito passivo, mero observador de regras matemÃ¡ticas que aprioristicamente atribuem o valor da prova, mas, sim, o destinatÃ¡rio da mesma que a valora de forma fundamentada e com base nela profere sua decisÃ£o. Pois bem, Ã© o julgador quem vai caracterizar a prova como adequada e satisfatÃ³ria a demonstrar o fato perquirido, atÃ© mesmo pela inexistÃªncia do sistema tarifado de provas, o que nÃ£o implica na inviabilidade do Ã³rgÃ£o de segundo grau, eventualmente chamado a analisar a mesma questÃ£o, compreendÃª-la de forma diversa. Â¿NÃ£o existe hierarquia entre provas; cada uma delas vale pelo seu conteÃºdo e pela sua forÃ§a probante, mas

de acordo com cada situaÃ§Ã£o concreta. Desde que dÃª as razÃµes do resultado a que chegou na avaliaÃ§Ã£o das provas, o juiz tem poder para, na fase instrutÃ³ria, admiti-las ou refutÃ¡-las, e para, na fase decisÃ³ria, reconhecÃª-las e aferi-las devidamente, podendo assim reconhecer um fato ou desprezÃ¡-loÂ¿.(AudiÃªncia, InstruÃ§Ã£o e Julgamento, Vallisney Souza Oliveira, Editora Saraiva, 2001, pÃ¡g. 16). Ã possÃ-vel, por exemplo, dependendo do caso concreto, acolher-se a palavra de uma Ãºnica testemunha. O princÃ-pio do Livre Convencimento Motivado ou da PersuasÃ£o (ConvicÃ§Ã£o) racional abdica o brocado Â¿testis unus, testis nullusÂ¿. Â¿por forÃ§a do princÃ-pio em estudo, o juiz nÃ£o estÃ¡ adstrito a critÃ©rios legais no exame das provas, vale dizer, nÃ£o existem provas com valor absoluto - nÃ£o hÃ¡ rÃ-gida hierarquia entre as provas - de tal modo que nÃ£o serÃ¡ absurdo acolher-se a palavra de uma Ãºnica testemunha, desprezando-se os depoimentos de muitas, quando por sua idoneidade e circunstÃ¢ncias do caso, assim houver por bem o magistrado decidirÂ¿ (Manual das provas no processo Civil, JoÃ£o Batista Lopes, pÃ¡g. 14). O juiz decide a lide conforme seu convencimento, valorando as provas dos autos com liberdade e interpretando/aplicando a totalidade do ordenamento jurÃ-dico, utilizando-se dos mÃ©todos hermenÃªuticos. Deve observar os ditames constitucionais, fazendo rigoroso controle de constitucionalidade, negando aplicabilidade de preceitos que atinjam a Carta Magna e, por Ãºltimo, mantendo coerÃªncia. Por outro lado, frisamos nÃ£o incumbir ao Estado Juiz julgamentos polÃ-ticos, encargo cabÃ-vel ao povo, quando do exercÃ-cio do voto, e ao Poder Legislativo, quando, por exemplo, delibera a respeito das contas do gestor pÃºblico ou da violaÃ§Ã£o do decoro por parlamentar. Assim sendo, nÃ£o hÃ¡ provas suficientes e adequadas a condenaÃ§Ã£o dos acusados, tendo em vista que nÃ£o foi possÃ-vel ouvir a vÃ-tima e a Ãºnica testemunha ouvida nÃ£o recordava dos fatos. Ademais, os denunciados interrogados negaram os fatos. Aplica-se, ao caso, o princÃ-pio do in dÃºbio pro reo. Veja-se transcriÃ§Ã£o de jurisprudÃªncia nesse sentido: APELAÃÃO. CRIME CONTRA O PATRIMÃNIO. ROUBO MAJORADO. PLEITO CONDENATÃRIO. IMPOSSIBILIDADE. INSUFICIÃNCIA PROBATÃRIA PARA CONDENAÃÃO. PRINCÃPIO DO IN DUBIO PRO REO. MANUTENÃÃO DA SENTENÃA ABSOLUTÃRIA. NÃ£o havendo prova inconcussa e estreme de dÃºvidas da autoria do roubo, impÃµe-se a absolviÃ§Ã£o. Caso dos autos em que a vÃ-tima nÃ£o soube reconhecer os autores do crime e as testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o nÃ£o presenciaram o fato, sendo inviÃ¡vel um decreto condenatÃ³rio. APELO DESPROVIDO. (ApelaÃ§Ã£o Crime NÂº 70052828241, Sexta CÃ¢mara Criminal, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: JosÃ© Luiz John dos Santos, Julgado em 23/05/2013) (TJ-RS - ACR: 70052828241 RS, Relator: JosÃ© Luiz John dos Santos, Data de Julgamento: 23/05/2013, Sexta CÃ¢mara Criminal, Data de PublicaÃ§Ã£o: DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia 05/06/2013) APELAÃÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO SIMPLES TENTADO. ART. 157, CAPUT, C/C ART. 14, INCISO II, AMBOS DO CPB. SENTENÃA QUE CONDENOU O APELANTE AO CUMPRIMENTO DA PENA DE 04 (QUATRO) ANOS E 20 (VINTE) DIAS DE RECLUSÃO, ASSIM COMO AO PAGAMENTO DE 20 (VINTE) DIAS-MULTA, NO MÃNIMO LEGAL. APELO DEFENSIVO. PLEITO DE ABSOLVIÃÃO POR INSUFICIÃNCIA DE PROVAS PARA A CONDENAÃÃO. ACOLHIMENTO. SENTENÃA CONDENATÃRIA EMBASADA EXCLUSIVAMENTE NA PALAVRA DA VÃTIMA. DUAS VERSÃES CRÃVEIS A RESPEITO DO DELITO. FRAGILIDADE DAS PROVAS ACUSATÃRIAS. PALAVRA DO OFENDIDO NÃO REFLETIDA NO LASTRO PROBATÃRIO. TESTEMUNHAS POLICIAIS QUE, ALÃM DE NÃO TEREM PRESENCIADO O FATO, NÃO SOUBERAM PRECISAR, COM DETALHES, O OCORRIDO, MORMENTE PELO DECURSO DE QUASE 08 (OITO) ANOS ENTRE A PRISÃO FLAGRANCIAL E A AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO. AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS DUVIDOSAS. APLICAÃÃO DO PRINCÃPIO IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÃÃO QUE SE IMPÃE. APELO CONHECIDO E PROVIDO. (Classe: ApelaÃ§Ã£o, NÃºmero do Processo: 0001142-17.2006.8.05.0001, Relator (a): Ivone Bessa Ramos, Primeira CÃ¢mara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 16/11/2017)(TJ-BA - APL: 00011421720068050001, Relator: Ivone Bessa Ramos, Primeira CÃ¢mara Criminal - Primeira Turma, Data de PublicaÃ§Ã£o: 16/11/2017) Deve, necessariamente, a sentenÃ§a condenatÃ³ria arrimar-se em provas firmes e consistentes, sob pena de fazer tabula rasa do princÃ-pio constitucional da presunÃ§Ã£o da inocÃªncia. O Direito Penal nÃ£o opera com conjecturas, e a justiÃ§a penal nÃ£o se realiza a qualquer preÃ§o. NÃ£o existindo provas suficientes para a condenaÃ§Ã£o, nÃ£o pode o Juiz criminal proferir sentenÃ§a condenatÃ³ria. Existem, na verdade, limitaÃ§Ãµes impostas por valores mais altos que nÃ£o podem ser violados. Ao lume do exposto, julgo improcedente o pedido, absolvendo os rÃ©us ELIZANGELA GRANDE CABRAL, EMÃLIO SERGIO ALVES GAIA, KLEITON PEREIRA DE ALBUQUERQUE, OBEDES GOMES DE LIMA e OCIVALDO SOUZA PINHEIRO, qualificados nos autos, com fundamento no art. 386, inciso VII do CPP, por ausÃªncia de prova suficiente para a condenaÃ§Ã£o. Sem custas e honorÃ¡rios. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Marituba, 25 de marÃ§o de 2022 WAGNER SOARES DA COSTA Juiz de Direito PROCESSO: 00032039420208140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WAGNER SOARES DA COSTA A??o: Ação Penal

- Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:BENIANE DA SILVA E SILVA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando o requerimento de fls. 18/19, determino Ã secretaria que expeÃ§a mandado de notificaÃ§Ã£o para a denunciada no endereÃ§o de fls. 09. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, intime-se a Dra Denilza de Souza Teixeira OAB/PA 8020 para que, no prazo de 15 dias, se manifeste quanto ao pedido ministerial de decretaÃ§Ã£o da custÃ³dia cautelar da acusada. 3.Â Â Â Â Â Ao fim do prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, retornem conclusos. Marituba (PA), 25 de marÃ§o de 2022 WAGNER SOARES DA COSTA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00071344220198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WAGNER SOARES DA COSTA A??o: Carta Precatória Criminal em: 25/03/2022 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA COMARCA DE LIMOEIRO DO AJURU JUIZO DEPRECADO:JUIZO CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DENUNCIADO:JOSE MENDES PANTOJA. DESPACHO 1. Diante da impossibilidade de cumprimento da precatÃ³ria pelas razÃµes apresentadas na certidÃ£o retro e considerando que hÃ¡ a possibilidade de oitiva da testemunha diretamente pela vara deprecante por instrumentos de videoconferÃªncia, informo que este juÃ-zo se coloca a disposiÃ§Ã£o caso, seja necessÃ¡ria a utilizaÃ§Ã£o da sala de audiÃªncia desta Vara, em dia e horÃ¡rio designado pelo juÃ-zo deprecante. 2. Diante disto, considerando que nÃ£o consta na carta data da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o, determino a devoluÃ§Ã£o da presente carta precatÃ³ria com as homenagens de estiloÂ 25 de marÃ§o de 2022 Vara Criminal de Marituba WAGNER SOARES DA COSTA Juiz de Direito . PROCESSO: 00118337620198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WAGNER SOARES DA COSTA A??o: Inquérito Policial em: 25/03/2022 AUTOR DO FATO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:J. J. C. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, por seu representante legal nesta Comarca, postulou o arquivamento, Ã s fls. 112/113, do presente InquÃ©rito Policial, instaurado para apurar o crime homicÃ-dio praticado contra os nacionais mencionados nos autos, ocorrido em 21.09.2019, no municÃ-pio de Marituba. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da anÃ¡lise dos autos, verifico que assiste razÃ£o ao MinistÃ©rio PÃºblico, tendo o fato ocorrido em razÃ£o de uma troca de tiros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, na medida em que a reconhecida causa excludente de antijuridicidade da conduta, no caso em tela a legitima defesa prÃ³pria e de terceiro (art. 23, II, do CÃ³digo Penal), impede a deflagraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, por absoluta ausÃªncia de justa causa, donde concluo pela necessidade de arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isto, ACOLHO o pedido do MinistÃ©rio PÃºblico e DETERMINO o ARQUIVAMENTO dos autos, com base no artigo 28 do CÃ³digo do Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA AO MINISTÃRIO PÃBLICO. CERTIFIQUE-SE e ARQUIVE-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso tenham sido determinadas medidas cautelares aos investigados, diante do teor desta decisÃ£o, estas devem ser revogadas. Marituba (PA), 25 de marÃ§o de 2022 WAGNER SOARES DA COSTA Juiz de Direito PROCESSO: 01256013320078140133 PROCESSO ANTIGO: 200120002883 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WAGNER SOARES DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 ACUSADO:MARCELO DOS SANTOS ACUSADO:CARLOS JAIR DE MOURA MARTINS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Considerando o requerimento realizado, DETERMINO com urgÃªncia o desarquivamento dos autos de 0125601-33.2007.8140133. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, cumpra-se o requerido pela Defensoria PÃºblica. 3.Â Â Â Â Â Em seguida, dÃª-se vistas Ã defesa que requeira o que mais entender cabÃ-vel. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 25 de marÃ§o de 2022 WAGNER SOARES DA COSTA Juiz de Direito PÃ¡gina de 1 PROCESSO: 06280748120168140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WAGNER SOARES DA COSTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 VITIMA:N. A. O. FLAGRANTEADO:MARCELO FELIPE FERNANDES MONTEIRO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando o requerimento de fls. 147/152, determino que a secretaria tome as providÃªncias necessÃ¡ria para a devida correÃ§Ã£o da situaÃ§Ã£o do denunciado perante os sistemas de informaÃ§Ã£o. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, certifique-se nos autos as providÃªncias adotadas. 3.Â Â Â Â Â Em seguida, cumpra-se a decisÃ£o de fls.146 Marituba (PA), 25 de marÃ§o de 2022 WAGNER SOARES DA COSTA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00009012920198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: A. V. S. DENUNCIADO: M. R. C. R.

EDITAIS

COMARCA DA CAPITAL - EDITAIS

EDITAL DE PROCLAMAS - CARTORIO VAL DE CÃES

Faço saber por lei que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos por lei:

ERNANI PINHEIRO CHAVES e MARCOS ROBERTO DE SOUSA MOURA. Ele solteiro, Ela solteiro.

FABRÍCIO SANTOS DA SILVEIRA e RUBENITA TRINDADE DE SOUZA. Ele divorciado, Ela solteira.

FRANCISCO IVANILDO MELO DA SILVA e EDILENA DE SOUZA BARBOSA. Ele solteiro, Ela divorciada.

MICHEL AUGUSTA DA SILVA e GISELE DA SILVA FARIAS. Ele solteiro, Ela viúva.

OSVALDINO BRANDÃO CORRÊA e TATIANA DE SOUZA DANTAS. Ele solteiro, Ela solteira.

WALDELI DO SOCORRO SOUZA DIAS e JACIDALVA MARIA DIAS DA SILVA. Ele solteiro, Ela solteira.

WILLIAM CRUZ DO ESPIRITO SANTO e DICLÉIA COSTA DOS SANTOS. Ele solteiro, Ela solteira.

Se alguém souber de impedimentos denuncie-o na forma da Lei. E Eu, Acilino Aragão Mendes, Oficial do Cartório Val-de-Cães, Comarca de Belém Estado do Pará, faço afixação deste, neste Oficio e sua publicação no Diário de Justiça. Belém, 25 de março de 2022.

EDITAL DE PROCLAMAS

Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, Oficial do Cartório de Registros Civil Segundo Ofício da Comarca de Belém do Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio os seguintes casais:

1. LEANDRO CLAUDIO DA CONCEIÇÃO e LAYSE MALCHER MATAR. Ele é solteiro e Ela é solteira.

2. MURILO SIDNEY DA CRUZ GONÇALVES FILHO e THAYNÁ HANNECKER MESQUITA DOS SANTOS. Ele é solteiro e Ela é solteira.

3. ANTONIO PEREIRA DO NASCIMENTO e LÚCIA NATSUKO SAKAI. Ele é divorciado e Ela é divorciada.

Eu, Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, oficial, o fiz publicar. Belém, 24 de março de 2022.

PROCESSO: 0818900-40.2019.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Doutor JOAO LOURENCO MAIA DA SILVA, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº **0818900-40.2019.8.14.03001** da Ação de CURATELA requerida por **TATIANY CRISLANY RODRIGUES DA SILVA**, portador(a) do RG: 5538057-PC/PA 3VIA e CPF: 918.308.932-20, a interdição de **JOSÉ SILVESTRE DA SILVA NETO**, portador(a) do RG: 5205761-PC/PA 2VIA e CPF: 002.328.832-97, nascido em 19/12/1977, filho(a) de Odivar de Matos Martins e Maria Carmelia da Silva Martins, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿Ante o exposto, julgo procedente o pedido e decreto a interdição definitiva de JOSE SILVESTRE DA SILVA NETO, declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III, do Código Civil do Brasil, e de acordo com o artigo 1.775, do Código Civil do Brasil, nomeio-lhe Curador(a) o(a) requerente TATIANY CRISLANY RODRIGUES DA SILVA, que deverá prestar o compromisso legal, em cujo termo deverão constar as restrições determinadas pelo juízo. O(A) curador(a) não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da(o) interditada(o). O(A) curador(a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do(a) interditado(a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Em razão do disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil do Brasil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil do Brasil, inscreva-se a presente no registro de pessoas naturais e imediatamente publique-se no sitio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, publique-se também na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdição e os limites da curatela. Sem custas. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Belém, 30 de agosto de 2021. JOÃO LOURENÇO MAIA DA SILVA Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém¿. **JOAO LOURENCO MAIA DA SILVA** Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 0830535-81.2020.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Doutor JOÃO LOURENÇO MAIA DA SILVA, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº PROCESSO: **0830535-81.2020.8.14.0301** da Ação de CURATELA requerida por **DEISEANE DE SOUZA LOPES**, portador(a) do RG: 2150736-PC/PA 6VIA e CPF: 381.210.002-97, a interdição de **HELIO DAS MERCES LOPES JUNIOR**, portador(a) do RG: 5709760-PC/PA 2VIA e CPF: 932.833.772-00, nascido em 30/09/1987, filho(a) de Helio das Merces Lopes e Laurenca Gisela de Souza Lopes, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte:¿ Ante o exposto, julgo procedente o pedido e decreto a interdição definitiva de HELIO DAS MERCES LOPES JUNIOR, declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III, do Código Civil do Brasil, e de acordo com o artigo 1.775, do Código Civil do Brasil, nomeio-lhe Curador(a) o(a) requerente DEISEANE DE SOUZA LOPES, que deverá prestar o compromisso legal, em cujo termo deverão constar as restrições determinadas pelo juízo. O(A) curador(a) não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da(o) interditada(o). O(A) curador(a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do(a) interditado(a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Em razão do disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil do Brasil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil do Brasil, inscreva-se a presente no registro de pessoas naturais e imediatamente publique-se no sitio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis)

meses, publique-se também na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdição e os limites da curatela. Sem custas. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Belém, 08 de outubro de 2021. LUCIANA MACIEL RAMOS Juíza de Direito Respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Belém¿ **JOÃO LOURENÇO MAIA DA SILVA** Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 0809626-18.2020.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Doutor JOÃO LOURENÇO MAIA DA SILVA, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº PROCESSO: **0809626-18.2020.8.14.0301** da Ação de CURATELA requerida por **EDUARDO DA CRUZ SILVA**, portador(a) do RG: 495997-3-Ministério da Defesa e CPF: 329.571.652-87, a interdição de **DIONEA DA CRUZ SILVA**, portador(a) do RG: 1612655-PC/PA 2VIA e CPF: 221.700.142-68, nascido em 05/02/1928, filho(a) de Torquato Tasso da Silva e Ignez Augusta da Silva, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte:¿ Ante o exposto, julgo procedente o pedido e decreto a interdição definitiva de DIONEA DA CRUZ SILVA, declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III, do Código Civil do Brasil, e de acordo com o artigo 1.775, do Código Civil do Brasil, nomeio-lhe Curador(a) o(a) requerente EDUARDO DA CRUZ SILVA, que deverá prestar o compromisso legal, em cujo termo deverão constar as restrições determinadas pelo juízo. O(A) curador(a) não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da(o) interditada(o). O(A) curador(a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do(a) interditado(a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Em razão do disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil do Brasil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil do Brasil, inscreva-se a presente no registro de pessoas naturais e imediatamente publique-se no sitio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, publique-se também na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdição e os limites da curatela. Sem custas. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Belém, 7 de outubro de 2021. LUCIANA MACIEL RAMOS Juíza de Direito Respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Belém¿

PROCESSO: 0849143-64.2019.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS, Juíza de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº PROCESSO: 0849143-64.2019.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por JANER MARIA GOMES DA SILVA, portador(a) do RG: 3534776-PC/PA e CPF: 118.082.252-87, a interdição de MARTA GOMES DE ARAUJO SANTOS, portador(a) do RG: 2771760-PC/PA 2VIA e CPF: 471.174.862-87, nascido em 08/10/1931, filho(a) de José Gomes de Araújo e Brasilia Marcellina de Brito, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿Ante o exposto, julgo procedente o pedido e decreto a interdição definitiva de MARTA GOMES DE ARAUJO SANTOS, declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III, do Código Civil do Brasil, e de acordo com o artigo 1.775, do Código Civil do Brasil, nomeio-lhe Curador(a) o(a) requerente JANER MARIA GOMES DA SILVA, que deverá prestar o compromisso legal, em cujo termo deverão constar as restrições determinadas pelo juízo. O(A) curador(a) não tem poderes para vender, permutar e

onerar bens imóveis da(o) interditada(o). O(A) curador(a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do(a) interditado(a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Em razão do disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil do Brasil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil do Brasil, inscreva-se a presente no registro de pessoas naturais e imediatamente publique-se no sitio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, publique-se também na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdição e os limi-tes da curatela. Sem custas. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Belém, 26 de novembro de 2021. CELIO PETRONIO D'ASSUNÇÃO Juiz de Direito Respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém¿.

VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS

Juíza de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 0864368-27.2019.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº 0864368-27.2019.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por ROSA MARIA CONCEIÇAO CARDOSO, portador do RG: 2693366-PC/PA 4VIA e CPF: 724.364.762-68, a interdição de ROSIMARY CARDOSO FARIAS, portador do RG 5173986-PC/PA e CPF: 896.074.302-04, nascido em 25/04/1985, filho(a) de Aluizio Farias Batista e Rosa Maria Conceição Cardoso, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿ISTO POSTO, decido o seguinte: Reconheço a incapacidade relativa do(a) interditando(a) ROSIMARY CARDOSO FARIAS, e, com funda-mento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição, nomeando-lhe curador(a) o(a) senhor(a) ROSA MARIA CONCEIÇÃO CARDOSO, conforme artigo 1.767 e seguin-tes, do mesmo Código; Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o(a) interditado(a) impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), to-dos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador(a); O (a) curador (a), ora nomeado (a), deverá comparecer na secretaria o juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo; O (A) curador (a) não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da (o) interditada (o). O (A) curador (a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do (a) interditado (a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Expeça-se Mandado de Registro da presente Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do(a) interditado(a) que foi decretada a interdição e nomeado curador(a) a(o) mesmo(a); e Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do(a) interditado(a). Caso seja eleitor, expeça-se oficio ao Cartório Eleitoral comunicando da sentença que decretou interdição e curatela, do (a) interditado (a). Custas pelo autor, caso não seja beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. P.R.I.C. Após, com o trânsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe. Belém/PA; VALDEISE MARIA REIS BASTOS Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital¿

VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS

Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital

SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL - EDITAIS

RESENHA: 24/03/2022 A 25/03/2022 - SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 6ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00068596520198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:A. V. O. DENUNCIADO:IASMIN FARIAS DOS SANTOS DENUNCIADO:LUCAS AUGUSTO LEANDRO VIEIRA Representante(s): OAB 6992 - CARLOS JOSE MARQUES DUARTE (ADVOGADO) . Despacho Â Â Â Â Â Â RH Considerando o teor da cota ministerial de fls. 72, bem como a nÃ£o ocorrÃªncia da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento designada naquele momento, redesigno-a para o dia 13/06/2023 Ã s 10:00. Intime-se a vÃ-tima no endereÃ§o acostado a esta folha. Considerando a insistÃªncia do Parquet nas testemunhas Pedro Costa Lima e TÃ-bÃ©rio Alves Paulino, expeÃ§a-se ofÃ-cio ao Comando Geral da Policia Militar para que os apresentem na data designada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 23 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Maria De FÃ¡tima Alves Da Silva JuÃ-za de Direito respondendo pela 6Âº Vara criminal de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00106053820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:AGUINALDO ROBERTO GOMES DE SOUSA. Vistos, etc Considerando a inÃ©rcia do denunciado a respeito da constituiÃ§Ã£o de novo advogado, pois, intimado, nÃ£o se manifestou, nomeio o Defensor PÃºblico vinculado a esta vara penal para que proceda Ã defesa do rÃ©u. Ademais, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 29/06/2023 Ã¡s 10:00, a qual seguirÃ¡ os termos dos arts. 400 a 404 do CPP. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Intimem-se e cumpra-se. BelÃ©m/PA, 23 de marÃ§o de 2022 MARIA DE FÃTIMA ALVES DA SILVA JuÃ-za de Direito respondendo pela 6Âº Vara criminal de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00143647820178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:R. N. C. C. DENUNCIADO:DANIELLY CRISTINA SILVA MORAIS Representante(s): OAB 21627 - WALDER EVERTON COSTA DA SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:FELIPE VIANA DE SOUZA Representante(s): OAB 22516 - ANNA CORREA MEDRADO (ADVOGADO) OAB 12815 - RAPHAEL AUGUSTO CORREA (ADVOGADO) OAB 32028 - TCHENAY SOUZA DA SILVA (ADVOGADO) . AÃ§Ã£o Penal Autos: 0014364-78.2017.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Danielly Cristina Silva Morais e Felipe Viana de Souza Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da certidÃ£o de fl. 173, recebo o recurso interposto por DANIELLY CRISTINA SILVA MORAIS por estarem preenchidos os requisitos legais para sua admissibilidade, em especial, a tempestividade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino vista dos autos ao advogado de defesa para apresentaÃ§Ã£o de razÃµes da apelaÃ§Ã£o, no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para oferecer contrarrazÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntadas as razÃµes das partes, remetam-se os autos Ã 2Âª InstÃ¢ncia, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpram-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 23 de marÃ§o de 2022. Maria De FÃ¡tima Alves Da Silva JuÃ-za de Direito respondendo pela 6Âº Vara criminal de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00202375420208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:C. R. C. DENUNCIADO:IGOR VICTOR DIAS ROQUE Representante(s): OAB 22483 - ARLYSON JOSE DE LIMA MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 24024 - BEIDSON RODRIGUES COUTO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ALAN LOBO VIANA Representante(s): OAB 24024 - BEIDSON RODRIGUES COUTO (ADVOGADO) . Despacho Â Â Â Â Â Â RH Considerando o teor da cota ministerial de fls. 100, designo o dia 11/04/2022 Ã s 10:00 para a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento na qual se procederÃ¡ a oitiva da vÃ-tima Cleison Rosa Costa, que deve ser intimado no endereÃ§o acostado a esta folha e da testemunha policial Giovani Pamplona Cordeiro, com a devida expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio ao Comando Geral da PolÃ-cia Militar, bem como a oitiva dos rÃ©us Alan Lobo Viana e Igor Victor Dias Roque. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 23 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Maria De FÃ¡tima Alves Da Silva JuÃ-za de Direito respondendo pela 6Âº Vara criminal de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00027411720178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): THATIANA TORRES LADISLAU DAS CHAGAS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:MARIA HELENA DA COSTA CARVALHO Representante(s): OAB 4553 - PEDRO HAMILTON DE OLIVEIRA NERY (ADVOGADO)

VITIMA:A. C. . O JuÃ-zo da 6Âª Vara Criminal da Capital, intima o advogado Dr. PEDRO HAMILTON DE OLIVEIRA NERY - OAB/PA nÂ° 4.553, para que, no prazo de lei, apresentem memoriais finais, referente ao processo crime nÂº 0002741-17.2017.814.0401, que tem como denunciada MARIA HELENA DA COSTA CARVALHO Â PROCESSO: 00103577720168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 VITIMA:C. C. E. P. DENUNCIADO:ANTONIO CARLOS DA SILVA PANTOJA DENUNCIADO:EDILENE DOS SANTOS LISBOA DENUNCIADO:JESIMIEL DE SOUSA MAGNO. Â¿Vistos etc. 1 - O ExcelentÃ-ssimo Representante do MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, em audiÃªncia, ofereceu proposta de suspensÃ£o condicional do processo na forma do Art. 89 da Lei 9.099/95, considerando que o dano jÃ¡ vem sendo reparado mediante acordo junto a vÃ-tima, a qual foi aceita pelos denunciados(a), ora assistido(a) por seu Advogado, Dr. Alan Damasceno, defensor pÃºblico. ISTO POSTO, DECRETO A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO em relaÃ§Ã£o ao(Ã) denunciados(a) AntÃ´nio Carlos da Silva Pantoja e Edilene dos Santos Lisboa, qualificados(a) nos autos, mediante o cumprimento das seguintes condiÃ§Ãµes, ficando os(a) denunciados(a) advertidos(a) que o seu nÃ£o cumprimento implicarÃ¡ a revogaÃ§Ã£o do benefÃ-cio, quais sejam: I - ProibiÃ§Ã£o de se ausentarem por mais de 30 (trinta) dias da comarca onde residem, sem autorizaÃ§Ã£o judicial; II - NÃ£o cometerem crime ou contravenÃ§Ã£o penal durante o perÃ-odo de suspensÃ£o condicional do processo; III - NÃ£o mudarem de residÃªncia sem prÃ©via comunicaÃ§Ã£o deste juÃ-zo; IV - Comparecimento pessoal e obrigatÃ³rio ao juÃ-zo, trimestralmente, para informar e justificar suas atividades, deixando suas presenÃ§as consignada em cartÃ³rio; 2 - O perÃ-odo de provas serÃ¡ de 2 (dois) anos, sem reconhecimento de culpa. 3 - DecisÃ£o prolatada em audiÃªncia, publicada neste e partes intimadas neste ato, as quais abrem mÃ£o do prazo recursal. 4 - Registre-se e cumpra-se, observadas as cautelas de lei. BelÃ©m (PA), 23 de marÃ§o de 2022. Maria de FÃ¡tima Alves da Silva, Juiz(a) de Direito, respondendo pela 6Âª Vara Criminal da Capital.Â¿ PROCESSO: 00110733620188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:BRUNO RAFAEL DA COSTA SANTOS Representante(s): OAB 21932 - ICARO LEANDRO AQUINO DOS ANJOS (ADVOGADO) OAB 5157 - JANIO SOUZA NASCIMENTO (ADVOGADO) VITIMA:U. F. P. . Â¿VISTOS ETC.Â 1 - Considerando a manifestaÃ§Ã£o das partes, os quais nada requereram na fase do Art. 402 do CPP, determino vistas dos autos, primeiramente, ao Representante do MP, e posteriormente, ao Representante da Defesa, para apresentaÃ§Ã£o das alegaÃ§Ãµes finais de forma escrita, no prazo de lei. 2 - ApÃ³s, conclusos para os ulteriores de direito. 3 - Cumpra-se, observadas as cautelas de lei. BelÃ©m (PA), 23 de marÃ§o de 2022. MARIA DE FÃTIMA ALVES DA SILVA, JuÃ-za de Direito, respondendo pela 6Âª Vara Criminal da CapitalÂ¿. PROCESSO: 00135523120208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): THATIANA TORRES LADISLAU DAS CHAGAS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ROGERIO NUNES DA SILVA Representante(s): OAB 24024 - BEIDSON RODRIGUES COUTO (ADVOGADO) . O JuÃ-zo da 6Âª Vara Criminal da Capital, intima o advogado Dr. JOSÃ RUBENILDO CORREA - OAB/PA nÂ° 9.579, para que, no prazo de lei, apresentem memoriais finais, referente ao processo crime nÂº 001552-31.2020.814.0401, que tem como denunciado ROGÃRIO NUNES DA SILV. Â PROCESSO: 00137256020178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): THATIANA TORRES LADISLAU DAS CHAGAS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:M V S DIAS VILHENA ME Representante(s): OAB 19588 - KHAREN KAROLLINNY SOZINHO DA COSTA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. . O JuÃ-zo da 6Âª Vara Penal da Capital, intima a advogada Dra. KHAREN KAROLLINNY SOZINHO DA COSTA - OAB/PA nÂ° 19.588, para que, elucide o objetivo da pericia nas mÃ-dias anexas, referente ao processo crime nÂº. 0013725-60.2017.814.0401, tendo como denunciadoÂ M V S DIAS VILHENA ME. Â PROCESSO: 00143647820178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): THATIANA TORRES LADISLAU DAS CHAGAS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 VITIMA:R. N. C. C. DENUNCIADO:DANIELLY CRISTINA SILVA MORAIS Representante(s): OAB 21627 - WALDER EVERTON COSTA DA SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:FELIPE VIANA DE SOUZA Representante(s): OAB 22516 - ANNA CORREA MEDRADO (ADVOGADO) OAB 12815 - RAPHAEL AUGUSTO CORREA (ADVOGADO) OAB 32028 - TCHENAY SOUZA DA SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO - INTIMAÃÃO DE ADVOGADO Fica a defesa, na pessoa do(as) advogado(as) WALDER

EVERTON COSTA DA SILVA, OAB/PA 21.627, a apresentar razÃµes do Recurso de ApelaÃ§Ã£o no Processo 00143647820178140401, em que figura como rÃ© DANIELLY CRISTINA SILVA MORAIS no prazo legal, estando os autos do processo, disponÃveis em Secretaria. BelÃ©m (PA), 22/03/2022. Thatiana Torres Ladislau das Chagas Diretora de Secretaria da 6Âª Vara Criminal da Capital Prov. 006/2006-CJRMB PROCESSO: 00158489220078140401 PROCESSO ANTIGO: 200720491262 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:DAVI DE SOUZA BARROSO Representante(s): OAB 111111111111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (CURADOR) PROMOTOR:LUIZ MARCIO TEIXEIRA CYPRIANO. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise aos autos, observo que ao rÃ©u DAVI DE SOUSA BARROS foi fixada medida de InternaÃ§Ã£o em hospital de custÃ³dia e tratamento psiquiÃ¡trico, ou, na ausÃªncia destes, outros estabelecimentos adequados nos termos do art. 96, I, CPB, pelo tempo mÃnimo de 01 (hum) ano e mÃ¡ximo de 30 (trinta) anos. (fls. 117/121). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inconformado com a sentenÃ§a prolatada por este juÃzo, o sentenciado interpÃ´s recurso de apelaÃ§Ã£o. No entanto, apesar de sua apelaÃ§Ã£o ter sido conhecida, teve seu provimento foi negado. (fls. 160) Â Â Â Â Â Â Â Â Â O trÃ¢nsito em julgado veio a ser certificado em 10 de novembro de 2019 (fls. 174), com a consequente determinaÃ§Ã£o do cumprimento da sentenÃ§a (fls. 175). PorÃ©m, em consulta ao INFOPEN verifico que que atÃ© o presente momento o sentenciado nÃ£o iniciou o cumprimento da medida de seguranÃ§a que lhe fora imposta. Â Â Â Â Â Assim, determino a expediÃ§Ã£o do mandado de internaÃ§Ã£o e, apÃ³s o cumprimento, a expediÃ§Ã£o de guia de internaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 24 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Maria de FÃ¡tima Alves da Silva JuÃza de Direito respondendo pela 6Âº Vara criminal de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00218683820178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:PAULO VICTOR PINHEIRO SERRA ME Representante(s): OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. M. A. DENUNCIADO:PAULO VICTOR PINHEIRO SERRA Representante(s): OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUCAS DE OLIVEIRA ARAUJO Representante(s): OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . AÃ§Ã£o Penal Autos: 0021868-38.2017.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Lucas de Oliveira AraÃºjo e outros Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise aos autos, observa-se que o rÃ©u Lucas de Oliveira AraÃºjo reside em Coimbra, Portugal, conforme certificado Ã fl.96, razÃ£o pela qual nÃ£o foi possÃvel intimÃ¡-lo acerca da audiÃªncia. No entanto, observa-se que possui advogado constituÃdo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, intime-se a defesa do rÃ©u para que lhe dÃª ciÃªncia a respeito da audiÃªncia designada para o dia 06/04/2022 Ã s 10:00, bem como para que ele forneÃ§a seu contato telefÃ´nico e e-mail, objetivando a sua participaÃ§Ã£o nesta por intermÃ©dio de videoconferÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpram-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 25 de marÃ§o de 2022. MARIA DE FÃTIMA ALVES DA SILVA JuÃza de Direito respondendo pela 6Âº Vara criminal de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00218683820178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDUARDO LUIS DUARTE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:PAULO VICTOR PINHEIRO SERRA ME Representante(s): OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. M. A. DENUNCIADO:PAULO VICTOR PINHEIRO SERRA Representante(s): OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUCAS DE OLIVEIRA ARAUJO Representante(s): OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . O JuÃzo da 6Âª Vara Penal da Capital intima o(a) advogado(a), Dr(a) ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA, OAB PA 17515 e EUGÃNIO COUTINHO DE OLIVEIRA JUNIOR, OAB/PA 19470, para que, no prazo legal, cumpra o Despacho 202200390844-61, de fl. 97, referente ao processo crime nÂº 0021868-38.2017.814.0401, no qual figura(m) como denunciado(a)(s) LUCAS DE OLIVEIRA ARAÃJO. PROCESSO: 00245956720178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:MARLENE DA SILVA BRITO DENUNCIADO:MARCOS MAGNO DE SOUZA DENUNCIADO:CAMILA MALCHER MOREIRA DENUNCIADO:IAN LUAN BRITO DE FARIA DENUNCIADO:PAULO SERGIO DA MATA ARAUJO. AÃ§Ã£o Penal Autos: 0024595-67.2017.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u(s): Marlene da Silva Brito, Marcos Magno de Souza, Camila Malcher Moreira e Ian Luan Brito de Faria Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da certidÃ£o de fl. 313, recebo o recurso interposto por MARLENE DA SILVA BRITO, MARCOS MAGNO DE SOUZA, CAMILA MALCHER MOREIRA E IAN

LUAN BRITO DE FARIA por estarem preenchidos os requisitos legais para sua admissibilidade, em especial, a tempestividade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino vista dos autos Ã Defensoria PÃºblica para apresentaÃ§Ã£o de razÃµes da apelaÃ§Ã£o, no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para oferecer contrarrazÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntadas as razÃµes das partes, remetam-se os autos Ã 2Âª InstÃ¢ncia, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpram-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 24 de marÃ§o de 2022. Maria De FÃ¡tima Alves Da Silva JuÃza de Direito respondendo pela 6Âº Vara criminal de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00275016420168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARIA DE FATIMA ALVES DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:MOISES BERNARDO DA COSTA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:I. F. T. VITIMA:M. F. T. . AÃ§Ã£o Penal Autos: 0027501-64.2016.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Moises Bernardo da Costa Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da certidÃ£o de fl. 150, recebo o recurso interposto por MOISES BERNARDO DA COSTA por estarem preenchidos os requisitos legais para sua admissibilidade, em especial, a tempestividade. Â Â Â Â Â Â Â Â Determino vista dos autos Ã Defensoria PÃºblica para apresentaÃ§Ã£o de razÃµes da apelaÃ§Ã£o, no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para oferecer contrarrazÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Juntadas as razÃµes das partes, remetam-se os autos Ã 2Âª InstÃ¢ncia, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpram-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 24 de marÃ§o de 2022. MARIA DE FÃTIMA ALVES DA SILVA JuÃza de Direito respondendo pela 6Âº Vara criminal de BelÃ©m/PA. PROCESSO: 00294009720168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: J. K. S. S. VITIMA: E. G. F. MENOR: V. M. D. DENUNCIADO: F. C. S. S. Representante(s): OAB 21906 - EDIEL GAMA LOPES (ADVOGADO)

JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

RESENHA: 24/03/2022 A 24/03/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DA JUSTICA MILITAR - VARA: VARA UNICA DA JUSTICA MILITAR PROCESSO: 00002623820188140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE CAVALCANTE MONTEIRO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 ENCARREGADO:FERNANDO ALBERTO SOUZA LIMA DENUNCIADO:HILÁRIO TAVARES DE PAIVA FILHO Representante(s): FABIO PIRES NAMEKATA - DEFENSOR PÚBLICO (DEFENSOR) VITIMA:A. C. O. E. . CERTIDÃO Â Certifico que o acusado: HILARIO TAVARES DE PAIVA FILHO, apresentou os comprovantes de depÃ³sitos bancÃ¡rios, em cumprimento a ata de AudiÃªncia constante a fl. 24, que determinou que o acusado reparasse o dano causado ao ErÃ¡rio PÃºblico, no valor total de R$ 1.380,00 (um mil trezentos e oitenta reais) ao FISP, afim de usufruir da causa legal de extinÃ§Ã£o da punibilidade, cujos comprovantes de depÃ³sitos encontram-se as fls. 29v, 31, 32v e 33. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â BelÃ©m, 24 de marÃ§o de 2022. Simone Cavalcante Monteiro Â Assessora JudiciÃ¡ria da JME/PA PROCESSO: 00003810420158140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REU:A COLETIVIDADE O ESTADO AUTOR:JOAO RODOLFO DOS SANTOS SILVA Representante(s): OAB 23854 - WALTER SIQUEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 23853 - ERIKA CLICIA RIBEIRO DE SOUZA (ADVOGADO) . PODER J U D I C I Ã R I O J U S T I Ã A M I L I T A R D O E S T A D O D O P A R Ã _____ CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Carolina Abreu Silva, Diretora de Secretaria em exercÃ-cio da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, usando das atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o concedidas por lei, certifica que , este processo transitou em julgado em 2 3 / 0 3 / 2 0 2 2 . C a r o l i n a A b r e u S i l v a A n a l i s t a S e c r e t a r i a d a J M E / P A _____ Av 16 de Novembro, 486, BelÃ©m/PA, CEP 66023-220 CAS PROCESSO: 00004261320128140200 PROCESSO ANTIGO: 201210000125 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAROLINA ABREU SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 AUTOR:JOABE EVERTON MOTA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 23547 - MAYCO AMORIM (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA -PMPA. P O D E R J U D I C I Ã R I O J U S T I Ã A M I L I T A R D O E S T A D O D O P A R Ã _____ CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Carolina Abreu Silva, Diretora de Secretaria em exercÃ-cio da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, usando das atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o concedidas por lei, certifica que , nesta data ocorreu a devoluÃ§Ã£o dos autos pelo advogado. Por esse motivo, faÃ§o os autos conclusos. 24/03/2022 Carolina Abreu Silva Analista Secretaria da JME/PA _____ Av 16 de Novembro, 486, BelÃ©m/PA, CEP 66023-220 CAS PROCESSO: 00005803820128140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA COSTA LEONARDO A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 24/03/2022 DENUNCIADO:CARLOS GONZAGA DOS SANTOS GOMES VITIMA:O. E. . Processo: 0076194-37.2015.8.14.0200 CERTIDÃO Eu, LetÃ-cia Costa Leonardo, Diretora de Secretaria da Vara Ãnica da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, certifico que procedi o apensamento da AÃ§Ã£o Penal de nÃºmero 0000580-38.2012.8.14.0133. BelÃ©m/PA, 24.03.2022. LetÃ-cia Costa Leonardo Diretora de Secretaria da Vara Ãnica da JME/PA PROCESSO: 00006071420128140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA COSTA LEONARDO A??o: Processo de Conhecimento em: 24/03/2022 AUTOR:RUBENS RODRIGUES MOREIRA Representante(s): OAB 14654 - ADALBERTO DE ANDRADE RAMOS (ADVOGADO) OAB 7283 - PAULA HELENA MENDES LIMA (ADVOGADO) OAB 13378 - DANIEL AUGUSTO BEZERRA DE CASTILHO (ADVOGADO) OAB 7562 - JAIME CARNEIRO COSTA (ADVOGADO) OAB 14426 - JOSE DE OLIVEIRA LUZ NETO (ADVOGADO) OAB 7605 - PAULO RONALDO MONTE DE M. ALBUQUERQUE (ADVOGADO) OAB 13556 - THAYANE TEREZA GUEDES TUMA (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. DESPACHO ORDINATÃRIO Considerando o teor do Provimento nÂº 006/2006-CJRMB, art. 1Âº, Â§ 1Âº, VI, que trata da competÃªncia do Diretor de Secretaria para a prÃ¡tica de atos ordinatÃ³rios, nesta data faÃ§o remessa dos autos para a Defensoria PÃºblica, em conformidade com a decisÃ£o de fl. 591. BelÃ©m, 24 de marÃ§o de 2022. LetÃ-cia Costa Leonardo Diretora da Secretaria da Vara Ãnica da JustiÃ§a Militar REMESSA Nesta data, procedi a remessa dos presentes autos Ã Defensoria PÃºblica BelÃ©m, 25/03/2022. Secretaria da Vara Ãnica da JustiÃ§a Militar Estadual PROCESSO: 00012792220128140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS

A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 AUTOR:JOAO OLIVEIRA FRANCO Representante(s): OAB 9083 - ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA - CMT GERAL DA PMPA. CERTIDÃO Â Â Emanuel Nazareno da Costa Santos, Analista JudiciÃ¡rio do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, lotado na JustiÃ§a Militar do Estado (Secretaria CÃ-vel), usando das atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o conferidas por Lei, CERTIFICA que nos Autos de AÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 0001279-22.2012.814.0200, que DEIXOU DE EXPEDIR MANDADOS DE INTIMAÃÃO para as testemunhas, CINTIA FARIAS, DEYANE LINIE DA SILVA SOUZA e MANOEL MARIA SANTIAGO SALES, arroladas pelo Autor, tendo em vista que as mesmas nÃ£o foram localizadas, sendo que estÃ£o em lugar incerto e nÃ£o sabido, conforme certidÃµes de folhas 655, 657 e 659 dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, Pa., 24 de marÃ§o de 2022. Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA Mat. 132241 PROCESSO: 00016861820188140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 AUTOR:WILLIAM DA SILVA SOARES REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO Â Â Emanuel Nazareno da Costa Santos, Analista JudiciÃ¡rio do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, lotado na JustiÃ§a Militar do Estado (Secretaria CÃ-vel), usando das atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o conferidas por Lei, CERTIFICA que nos Autos de AÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 0001686-18.2018.814.0200, que o AUTOR, WILLIAM DA SILVA SOARES, foi devidamente intimado (edital fls. 114 dos autos) para apresentar RÃPLICA, porÃ©m, transcorreu livremente o prazo (11/02/2022) sem manifestaÃ§Ã£o do Advogado do Autor. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, Pa., 24 de marÃ§o de 2022. Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA Mat. 132241 PROCESSO: 00021671020208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 AUTOR:KELVY BITENCOURT DE ANDRADE Representante(s): OAB 20476 - MAURICIO PIRES RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 27831 - MARCOS PIRES RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 28518 - VANESSA NEVES COSTA (ADVOGADO) OAB 23422 - LUCIANA DOLORES MIRANDA GUIMARÃES (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. CERTIDÃO Â Â Emanuel Nazareno da Costa Santos, Analista JudiciÃ¡rio do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, lotado na JustiÃ§a Militar do Estado (Secretaria CÃ-vel), usando das atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o conferidas por Lei, CERTIFICA que nos Autos de AÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 0002167-10.2020.814.0200, que FEZ A JUNTADA DA PETIÃÃO INICIAL constante nos AUTOS CÃVEL NÂº 0801147-84.2019.814.0070, (COMARCA DE ABAETETUBA-PA), em que figura como AUTOR, JOSÃ LAMEIRA DA SILVA, conforme documentos de folhas 216/21 dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, Pa., 24 de marÃ§o de 2022. Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA Mat. 132241 PROCESSO: 00022078920208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA COSTA LEONARDO A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 AUTOR:MARCIO DA SILVA BARROS Representante(s): OAB 6266 - ALCINDO VOGADO NETO (ADVOGADO) REU:A COLETIVIDADE O ESTADO. Ã- CERTIDÃO Certifico, em virtude de minhas atribuiÃ§Ãµes legais, que a decisÃ£o de fl. 47 foi publicada no DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia 17 de marÃ§o de 2022, EdiÃ§Ã£o nÂº. 7332/2022, conforme comprovante juntado Ã fl. 48. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, 24 de marÃ§o de 2022. LetÃ-cia Costa Leonardo Diretora de Secretaria da Vara Ãnica da JustiÃ§a Militar Estadual PROCESSO: 00032535020198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE CAVALCANTE MONTEIRO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 ENCARREGADO:ISAQUE COSTA RODRIGUES DENUNCIADO:FRANKDAVISON BRILHANTE PIXUNA VITIMA:J. F. L. R. A. DENUNCIADO:EZEQUIAS DE LIMA PEREIRA Representante(s): OAB 16932 - JOSE AUGUSTO COLARES BARATA (ADVOGADO) DENUNCIADO:CARLOS ALBERTO BARROS DE ALMEIDA JUNIOR PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DE JUSTICA MILITAR. CERTIDÃO Â Certifico observadas as atribuiÃ§Ãµes legais que me sÃ£o conferidas pelo provimento nÂº 08/2014-CJRBB, que foram feitos autos apartados ao acusado EZEQUIAS DE LIMA PEREIRA em razÃ£o do sursis processual, aceito pelo mesmo. Certico ainda quanto aos demais acusados foi determinado o prosseguimento do feito, pelo que faÃ§o os autos conclusos para decisÃ£o. BelÃ©m, 24 de marÃ§o de 2022. Simone Cavalcante Monteiro Assessor JudiciÃ¡rio da JME/PA PROCESSO: 00039746520208140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Inquérito Policial em: 24/03/2022 ENCARREGADO:JEOGENYS SALAZAR DE ALMEIDA INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:J. L. S. L. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0003974-65.2020.8.14.0200 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de InquÃ©rito Policial Militar, instaurado para apurar a conduta funcional do SD PM FRANCISCO PANTOJA NETO, no evento ocorrido neste municÃ-pio, no dia 19/04/2020, que culminou com a morte de JosÃ© Luiz dos Santos Lobato, vÃ-tima de disparo de arma de fogo apÃ³s intervenÃ§Ã£o

policial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s a conclusÃ£o do InquÃ©rito Policial Militar, o SD PM FRANCISCO PANTOJA NETO foi indiciado para ser processado e julgado pelos fatos apurados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Remetidos os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, a Promotoria de JustiÃ§a Militar pugnou pela remessa do feito para a JustiÃ§a Comum, em virtude da incompetÃªncia da JustiÃ§a Militar, o que foi acolhido pelo magistrado da Vara Ãnica da JustiÃ§a Militar (fl. 88).Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em decisÃ£o de fl. 90, foi recebido o presente processo e encaminhado ao MinistÃ©rio PÃºblico, para adoÃ§Ã£o das providÃªncias cabÃ-veis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu o arquivamento do feito, por entender que estÃ¡ caracterizada a ocorrÃªncia de causas de exclusÃ£o de ilicitude, previstas no artigo 23 e 25, ambos do CP (fl. 92-f. e v.). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se sabe, a persecuÃ§Ã£o penal depende do preenchimento de certas condiÃ§Ãµes, dentre as quais destaca-se a justa causa, entendida como o lastro probatÃ³rio mÃ-nimo, apto a desencadear o exercÃ-cio da aÃ§Ã£o penal, ou seja, indÃ-cios de autoria e prova da materialidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consoante manifestaÃ§Ã£o do titular da aÃ§Ã£o penal, o presente procedimento policial caracteriza ocorrÃªncia de causas de exclusÃ£o de ilicitude, nÃ£o havendo elementos de prova nos autos suficientes Ã Persecutio Criminis, ou seja, inviabilizando o oferecimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, e considerando o parecer ministerial, DETERMINO o arquivamento deste inquÃ©rito policial, na forma do artigo 28 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 24 de marÃ§o de 2022. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00051270720188140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA COSTA LEONARDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 PROMOTOR:PRIMEIRA PROMOTORIA DE JUSTICA MILITAR DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:KEVIN WELDER SILVA RABELO Representante(s): OAB 10329 - DJALMA DE ANDRADE (ADVOGADO) DENUNCIADO:THIAGO LUIZ NASCIMENTO ALVES Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 8748 - RICARDO ALEXANDRE ALMEIDA ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:RAIMUNDO ALVES DE SOUSA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) DENUNCIADO:MISAEL PINHEIRO OLIVEIRA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) DENUNCIADO:REGINALDO DIAS DE SOUSA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) DENUNCIADO:FRANCISCO ALAN SILVA DOS SANTOS Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 8748 - RICARDO ALEXANDRE ALMEIDA ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:RILTON JOSE RODRIGUES ARAUJO Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) DENUNCIADO:VANDERLEI LOPES DA SILVA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) DENUNCIADO:JAKSON FERREIRA PIMENTEL Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) DENUNCIADO:DORIELSON JOSE NASCIMENTO LIMA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 13052 - OMAR ADAMIL COSTA SARE (ADVOGADO) OAB 27641 - RUI GUILHERME DE ALMEIDA DE SOUSA JUNIOR (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . Processo: 0005127-07.2018.8.14.0200 CERTIDÃO Eu, LetÃ-cia Costa Leonardo, Diretora de Secretaria da Vara Ãnica da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, certifico que os documentos de protocolos de nÃºmeros 2019.02071013-15 e 2020.02396203-22, solicitando a disponibilidade deste processo, estÃ£o juntados nos autos de nÃºmero 0005227-59.2018.8.14.0200. BelÃ©m/PA, 24.03.2022. LetÃ-cia Costa Leonardo Diretora de Secretaria da Vara Ãnica da JME/PA PROCESSO: 00333246720128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 AUTOR:MARCELO DE CASTRO CUNHA Representante(s): OAB 16649 - DIOGO CUNHA PEREIRA (ADVOGADO) REU:GOVERNO DO ESTADO DO PARA. ARQUIVAMENTO Â Â De ordem do Exmo Sr. Dr. Juiz de Direito Titular da JustiÃ§a Militar do Estado do ParÃ¡, aos 24 dias do mÃªs de marÃ§o de 2022, na Secretaria da JMEPA, procedi o arquivamento dos autos de Processo NÂº 0033324-67.2012.814.0301. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS Analista JudiciÃ¡rio Mat. 132241 PROCESSO: 00333246720128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMANUEL NAZARENO DA COSTA SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 AUTOR:MARCELO DE CASTRO CUNHA Representante(s): OAB 16649 - DIOGO CUNHA PEREIRA (ADVOGADO) REU:GOVERNO DO ESTADO DO PARA. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Emanuel Nazareno da Costa Santos, Analista JudiciÃ¡rio do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, lotado na JustiÃ§a Militar do Estado (Secretaria CÃ-vel), usando das atribuiÃ§Ãµes que lhe sÃ£o

conferidas por Lei, CERTIFICA que nos Autos de PROCESSO CÃVEL NÂº 00033324-67.2012.814.0200, a SENTENÃA de folhas 84 dos autos, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO, para o RÃU-ESTADO DO PARÃ- que foi devidamente intimado (fls. 87 dos autos), porÃ©m, nÃ£o se manifestou, transitando em julgado no dia 24/03/2022. CERTIFICA ainda que o MINISTÃRIO PÃBLICO MILITAR tomou ciÃªncia da sentenÃ§a de folhas 84 dos autos, conforme manifestaÃ§Ã£o Ã s folhas 89 dos autos. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. BelÃ©m, Pa., 24 de marÃ§o de 2022. Analista JudiciÃ¡rio da JMEPA Mat. 132241 PROCESSO: 01051956720158140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA COSTA LEONARDO A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 24/03/2022 ENCARREGADO:ANTONIEL NASCIMENTO DE SOUSA INDICIADO:HARLEY LEVY CORREA DA SILVA INDICIADO:PEDRO ANTONIO PINHEIRO BONATTI Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 19600 - ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . Â¿ ATO ORDINATÃRIO De ordem do MM. Dr. LUCAS DO CARMO DE JESUS, Juiz de Direito da Vara Ãnica da JustiÃ§a Militar, nos autos do processo n. 0105195-67.2015.814.0200, procedo Ã intimaÃ§Ã£o dos Advogados habilitados pelo indiciado PEDRO ANTONIO PINHEIRO BONATTI, para que fique(m) ciente(s) que os referidos autos encontram-se disponÃ-veis na Secretaria deste JuÃ-zo. BelÃ©m, 24 de marÃ§o de 2022. LetÃ-cia Costa Leonardo Diretora da Secretaria da Vara Ãnica da JustiÃ§a Militar PROCESSO: 00015857820188140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Inquérito Policial Militar em: ENCARREGADO: A. M. S. INVESTIGADO: V. H. G. S. INVESTIGADO: E. M. S. PROMOTOR: P. P. J. M.

COMARCA DE ABAETETUBA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA

RESENHA: 25/03/2022 A 25/03/2022 - GABINETE DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA

PROCESSO: 00009192120148140070 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/03/2022---REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:MARCIO ANTONIO DA CUNHA PAIVA Representante(s): OAB 17160 - JEFFERSON MAXIMIANO RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 21871 - SHIRLEY ALEXANDRIA RODRIGUES (ADVOGADO) . Conforme Detalhamento da Ordem Judicial de Bloqueio via Sistema SISBAJUD juntada Ã s fls. 113/117, houve Ãªxito parcial na constriÃ§Ã£o, por insuficiÃªncia de saldo. Â Dessa forma, intime-se a parte executada na pessoa de seu advogado constituÃ-do nos autos (CPC, artigo 854, Â§ 2Âº), para os fins dispostos no parÃ¡grafo 3Âº do artigo 854. Â ApÃ³s, remetam-se os autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do FÃ³rum da Comarca de Abaetetuba, para conversÃ£o em arquivo digital e migraÃ§Ã£o ao Sistema PJe, de acordo com a determinaÃ§Ã£o contida no OfÃ-cio Circular nÂº 17/2022-GP. Â Publique-se. Cumpra-se. Â Abaetetuba, 24 de marÃ§o de 2022. Â ADRIANO FARIAS FERNANDES Â JUIZ DE DIREITO

PROCESSO: 00017471220178140070 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 25/03/2022---EXEQUENTE:RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA Representante(s): OAB 147850 - FERNANDA REIS DOS SANTOS SEMENZI (ADVOGADO) OAB 86925 - ALYSON TOSIN (ADVOGADO) OAB 363926 - ALYSSON TOSIN (ADVOGADO) EXECUTADO:JOAO RODRIGUES DE BRITO FILHO. Vistos e etc. Findo o prazo de suspensÃ£o requerido, intime-se a parte exequente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste requerendo o que entender de direito, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito. Intime-se. Publique-se. Abaetetuba/PA, 24 de marÃ§o de 2022. ADRIANO FARIAS FERNANDES Juiz de Direito

PROCESSO: 00023503420088140070 PROCESSO ANTIGO: 200810028305 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES A??o: Procedimento Comum Cível em: 25/03/2022---REQUERIDO:SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCACAO - SEDUC REQUERENTE:ELIZABETY BARBOSA VAZ Representante(s): OAB 12726 - AUREA JUDITH FERREIRA RODRIGUES (ADVOGADO) CLAUDIO ALADIO DE SOUSA FERREIRA (ADVOGADO) . SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de fase de cumprimento de sentenÃ§a visando o recebimento de valores oriundos de julgado cÃ-vel, que reconheceu o direito da parte autora/exequente ELIZABETY BARBOSA VAZ ao recebimento de valores a tÃ-tulo de FGTS em face do ESTADO DO PARÃ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado para impugnar a execuÃ§Ã£o, o ente pÃºblico executado nÃ£o se manifestou, conforme certidÃ£o de fl. 133. Â Ã¿ o relevante a relatar. Fundamento e Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o constatado, nos termos do art. 535, Â§ 3Âº, II, CPC, determino Ã Secretaria da Vara que expeÃ§a o respectivo ofÃ-cio requisitÃ³rio de valores ao Procurador Geral do Estado do ParÃ¡, na modalidade RPV, para que, no prazo de 02 (dois) meses, providencie o pagamento da quantia necessÃ¡ria Ã satisfaÃ§Ã£o do crÃ©dito, o qual homologo no valor de R$ 8.466,02 oito mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e dois centavos), observando-se as diretrizes constantes da ResoluÃ§Ã£o nÂº 29, de 11 de novembro de 2016, do TJ/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a parte exequente, para que, no prazo de 10 (dez) dias, indique os dados bancÃ¡rios correspondentes.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requisite-se e expeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que este juÃ-zo encerrou a prestaÃ§Ã£o jurisdicional, com a expediÃ§Ã£o do oficio requisitÃ³rio respectivo, na forma de RPV, ponho fim Ã fase de cumprimento de sentenÃ§a, nos termos do art. 904, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de fixar honorÃ¡rios advocatÃ-cios nesta fase, uma vez que prejudicada a impugnaÃ§Ã£o apresentada pela Fazenda PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, e cumpridas as deliberaÃ§Ãµes acima, ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba - PA, 24 de marÃ§o de 2022. ADRIANO FARIAS FERNANDES JUIZ DE DIREITO

PROCESSO: 00023552020118140070 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES A??o: Cumprimento de sentença em: 25/03/2022---REQUERENTE:REGINEY PASSOS FERREIRA Representante(s): OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) OAB 20476 - MAURICIO PIRES RODRIGUES (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO COMARCA DE ABAETETUBA JUÃZO DE DIREITO DA 1Âª. VARA CÃVEL FÃ³rum Juiz Hugo Oscar Figueira de MendonÃ§a, Av. D. Pedro II, 1177, Bairro AviaÃ§Ã£o, CEP 68.440-000. Fone: (91) 3751-0800 AUTOS NÂº 0002049-51.2011.814.0070 SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de fase de cumprimento de sentenÃ§a visando o recebimento de valores oriundos de julgado cÃ-vel, que reconheceu o direito da parte autora/exequente REGINEY PASSOS FERREIRA ao recebimento de valores a tÃ-tulo de adicional de interiorizaÃ§Ã£o em face do ESTADO DO PARÃ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente intimada, a parte executada impugnou o pedido, alegando excesso de execuÃ§Ã£o, indicando o valor de R$ 52.147,51 como o correto (fls. 192/224). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instada, a parte exequente anuiu com o valor apresentado pelo ente pÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relevante a relatar. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o aceite aos cÃ¡lculos apresentados pelo executado, nÃ£o hÃ¡ Ã³bice Ã homologaÃ§Ã£o dos valores constantes da memÃ³ria de cÃ¡lculo juntada aos autos, encerrando-se com isso, a presente fase. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, HOMOLOGO os valores apresentados Ã s fls. 192/224, no importe de R$ 52.147,51 (cinquenta e dois mil, cento e quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos), e determino a expediÃ§Ã£o de requisiÃ§Ã£o do pagamento na forma de precatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sequÃªncia, intime-se a Fazenda PÃºblica Estadual, a fim de que informe, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da existÃªncia de dÃ©bitos da parte credora a serem eventualmente compensados na requisiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, expeÃ§a-se a competente requisiÃ§Ã£o de pagamento na forma de precatÃ³rio ao ExcelentÃ-ssimo Sr. Presidente do TJ/PA para fins de, por meio desta, requisitar Ã Fazenda PÃºblica Estadual o pagamento do montante de R$ 50.147,51 (cinquenta mil, cento e quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos), sendo o importe devido Ã parte exequente. Desse importe, deverÃ¡ ser destacado 20 % (vinte por cento) devido a tÃ-tulo de honorÃ¡rios contratuais Ã patrona do exequente, conforme requisitado nas petiÃ§Ãµes de fls. 155 e 231. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos honorÃ¡rios sucumbenciais (R$ 2.000,00), homologo como parcela autÃ´noma devida aos patronos do exequente. Deste modo, nos termos do art. 535, Â§ 3Âº, II, CPC, determino Ã Secretaria da Vara que expeÃ§a o respectivo ofÃ-cio requisitÃ³rio de valores ao Procurador Geral do Estado do ParÃ¡, na modalidade RPV, para que, no prazo de 02 (dois) meses, providencie o pagamento da quantia necessÃ¡ria Ã satisfaÃ§Ã£o do crÃ©dito de titularidade da patrona do exequente, observando-se as diretrizes constantes da ResoluÃ§Ã£o nÂº 29, de 11 de novembro de 2016, do TJ/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requisite-se e expeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que este juÃ-zo encerrou a prestaÃ§Ã£o jurisdicional, com a expediÃ§Ã£o dos ofÃ-cios requisitÃ³rios respectivos, ponho fim Ã fase de cumprimento de sentenÃ§a, nos termos do art. 904, inciso I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de fixar honorÃ¡rios advocatÃ-cios nesta fase. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, e cumpridas as deliberaÃ§Ãµes acima, ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abaetetuba - PA, 24 de marÃ§o de 2022. ADRIANO FARIAS FERNANDES JUIZ DE DIREITO

PROCESSO: 00030489120178140070 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES A??o:

Procedimento Comum Cível em: 25/03/2022---REQUERENTE:BENEDITA TEIXEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 13047 - MARCIO NEIVA COELHO (DEFENSOR) REQUERIDO:BANCO BRADESCO SA AGENCIA ABAETETUBA Representante(s): OAB 20601-A - WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO) . Vistos etc. BENEDITA TEIXEIRA DA SILVA, qualificada nos autos, assistida pela Defensoria PÃºblica, ajuizou AÃ¿Ã¿O DECLARATÃ¿RIA DE NULIDADE DE ATO JURÃDICO c/c REPETIÃ¿Ã¿O DE INDÃ¿BITO e INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS E MATERIAIS em face de BANCO BRADESCO. A autora informa ser aposentada, fazendo jus a aposentadoria por idade junto ao INSS. Alega que, foi surpreendida com vÃ¡rios descontos em seu benefÃ-cio previdenciÃ¡rio, contudo afirma que nÃ£o celebrou e nem autorizou a realizaÃ§Ã£o dos tais contratos de emprÃ©stimo perante a instituiÃ§Ã£o bancÃ¡ria requerida, a qual passou a realizar dÃ©bitos em seu benefÃ-cio. Pugnou pela concessÃ£o de tutela antecipada para abstenÃ§Ã£o do banco rÃ©u em efetuar os descontos. Com a petiÃ§Ã£o inicial, juntou documentos de fls. 10/13. Em decisÃ£o inicial, foi deferida a justiÃ§a gratuita a autora, porÃ©m indeferida a medida liminar pleiteada (fls. 15/16). Citado, o requerido contestou a aÃ§Ã£o Ã s fls. 20/24, juntando documentos de fls. 25/41. RÃ©plica Ã s fls. 46/47. Ã¿s fls. 48/49, foi proferida decisÃ£o de saneamento, na qual foram rejeitadas as preliminares suscitadas na contestaÃ§Ã£o, bem como fixados os pontos controvertidos, e determinada a intimaÃ§Ã£o das partes para se manifestarem quanto a necessidade de produÃ§Ã£o de provas, as quais intimadas, deixaram transcorrer o prazo inertes. Posteriormente, designada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o, apenas a parte autora se fez presente. Na ocasiÃ£o, a requerente nÃ£o apresentou testemunhas, tendo sido encerrada a instruÃ§Ã£o processual (fl. 57). Â Vieram os autos conclusos. Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. Decido.Â Â FUNDAMENTO.Â NÃ£o Ã© lÃ-cito se cerrar os olhos para a realidade vivenciada em nosso paÃ-s e olvidar que hÃ¡ um grande nÃºmero de fraudes envolvendo emprÃ©stimos consignados, mormente tendo como prejudicado aposentados e pensionistas. NÃ£o raramente nos deparamos com notÃ-cias que informam a existÃªncia de quadrilhas especializadas em, atravÃ©s de uma pluralidade de ardis, obter documentos de pessoas idosas - ou mesmo a assinatura destes -, realizando emprÃ©stimos junto a instituiÃ§Ãµes financeiras e deixando com os aposentados apenas a dÃ-vida a ser paga e um problema jurÃ-dico a ser desembaraÃ§ado. Tal situaÃ§Ã£o, por Ã³bvio, sempre deve ser considerada quando o Poder JudiciÃ¡rio enfrenta uma situaÃ§Ã£o envolvendo a negativa de emprÃ©stimo consignado por parte de um aposentado, impondo que o julgador observe com acurÃ¡cia os documentos apresentados para verificar se hÃ¡ indÃ-cios de fraude. Malgrado o exposto, no entanto, nÃ£o pode a cautela se sobrepor a realidade dos autos. E, na situaÃ§Ã£o examinada, nÃ£o se vislumbra qualquer indÃ-cio de que ocorreu o vÃ-cio no negÃ³cio jurÃ-dico afirmado pelo demandado e negado pela demandante. O requerido, ao apresentar o contrato assinado - ainda que atravÃ©s de oposiÃ§Ã£o de digital - cumpriu seu encargo probatÃ³rio. Se a requerente entendia que aquela digital nÃ£o era sua, impunha-lhe o Ã´nus de impugnar este fato - o que, induvidosamente, nÃ£o ocorreu. Igualmente, hÃ¡ nos autos documento que atesta a transferÃªncia do valor tomado como emprÃ©stimo no contrato firmado entre os litigantes para uma conta corrente supostamente da autora (fl. 12 e 13 dos autos). E este fato nÃ£o foi controvertido pela demandante em momento algum dos autos - a requerente apenas se silenciou sobre o fato. NÃ£o houve impugnaÃ§Ã£o especificada pela parte autora, Ã´nus que lhe competia. Certamente, a inversÃ£o do Ã´nus da prova, mesmo em casos de relaÃ§Ã£o de consumo, deve encontrar limites no princÃ-pio da razoabilidade. NÃ£o se pode impor que o fornecedor anteveja todas as argumentaÃ§Ãµes do consumidor e jÃ¡ apresente todas as provas para fazer frente a eventuais e incertos questionamentos. Em outras palavras, a inversÃ£o do Ã´nus da prova nÃ£o leva a uma automÃ¡tica procedÃªncia dos pedidos da inicial. Ã¿ apenas uma regra que distribui o Ã´nus probandi. No caso em exposiÃ§Ã£o, a demandante alegava que nÃ£o tinha tomado emprÃ©stimo junto Ã instituiÃ§Ã£o financeira. Ao inverter-se o Ã´nus da prova, determinou-se que o demandado comprovasse a existÃªncia desse liame negocial envolvendo as partes - ou seja, apresentar o contrato firmado entre as partes (o que foi devidamente levado a efeito). Quando, porÃ©m, por outro lado, a instituiÃ§Ã£o financeira trouxe aos autos documentos que comprovaram o recebimento do valor pela autora, nÃ£o houve qualquer impugnaÃ§Ã£o. DaÃ- a razÃ£o precÃ-pua para o julgamento de improcedÃªncia dos pedidos. Com efeito, exigir que o requerido vislumbrasse previamente que a requerente nÃ£o reconheceria como sua a digital oposta no documento e jÃ¡ requisitasse uma perÃ-cia tÃ©cnica para esclarecer uma dÃºvida que sequer existia nos autos Ã© expandir em demasia o Ã´nus probatÃ³rio que lhe foi imposto.Â Por Ã³bvio, deve este argumento ser refutado. Ademais, Ã© importante ressaltar que hÃ¡ muito o princÃ-pio da boa-fÃ© processual vem sendo prestigiado em nosso sistema jurÃ-dico, refutando-se prÃ¡ticas como a deduÃ§Ã£o de alegaÃ§Ãµes meramente protelatÃ³rias ou as chamadas Â¿nulidades de bolsoÂ¿ (a parte verifica uma determinada nulidade e, dolosamente, nÃ£o a apresenta imediatamente nos autos, mantendo-a oculta para alegar apenas se nÃ£o tiver Ãªxito na aÃ§Ã£o ou em outra situaÃ§Ã£o que lhe seja mais vantajosa). Portanto, se a demandante entendia que havia a necessidade de se examinar a regularidade da digital

oposta no contrato, deveria ter manifestado em sua rÃ©plica ou em outro momento dos autos, o que nÃ£o foi feito. Portanto, de acordo com as provas dos autos, entendo que nÃ£o hÃ¡ como se considerar nulo o contrato. DISPOSITIVO Isso posto, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS da inicial, por entender que inexiste, nos autos, prova da irregularidade no contrato de emprÃ©stimo consignado que motivou o dÃ©bito contestado. Como consequÃªncia, julgo extinto o processo, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a requerente em custas processuais e em honorÃ¡rios advocatÃ-cios, arbitrando-os em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Todavia, por ser a demandante beneficiÃ¡ria da gratuidade da justiÃ§a, determino a suspensÃ£o da exigibilidade do crÃ©dito atÃ© que se comprove a insubsistÃªncia da condiÃ§Ã£o de hipossuficiÃªncia financeira que autoriza o benefÃ-cio. Ultrapassados 5 (cinco) anos sem que tenha se verificado que a sucumbente possui suficiÃªncia de recursos para assumir os Ã´nus sucumbenciais, devem as referidas condenaÃ§Ãµes serem extintas (art. 98, Â§3Âº do CPC). DÃª-se ciÃªncia a Defensoria PÃºblica. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, arquive-se. Serve como mandado (003/2009-CJCI). Abaetetuba, 24 de marÃ§o de 2022. Â ADRIANO FARIAS FERNANDES Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 7 8 9 1 1 2 0 1 3 8 1 4 0 0 7 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 25/03/2022---REQUERENTE:RECON ADMINISTRATIVA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 86.925 - ALYSSON TOSIN (ADVOGADO) OAB 147850 - FERNANDA REIS DOS SANTOS SEMENZI (ADVOGADO) REQUERIDO:RAIMUNDO GOMES PINHEIRO. Vistos e etc. Considerando a informaÃ§Ã£o de fls. 77, defiro o requerimento da parte autora/exequente para que seja oficiado o CartÃ³rio de Registro Civil desta Comarca, mediante prÃ©vio recolhimento de custas. Assim, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, recolha as custas intermediÃ¡rias, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito. Publique-se. Abaetetuba/PA, 24 de marÃ§o de 2022. ADRIANO FARIAS FERNANDES Juiz de Direito

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA

RESENHA: SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA - VARA: 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA

PROCESSO: 00017418520048140070 PROCESSO ANTIGO: 200410009790 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIANA CRISTINA FERREIRA DA CUNHA Ação: Procedimento Comum Cível em: 15/03/2022---AUTORA: I.G.D.R. Representante(s): OAB 20476 - MAURICIO PIRES RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 27831 - MARCOS PIRES RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 28518 - VANESSA NEVES COSTA (ADVOGADO) OAB 23422 - LUCIANA DOLORES MIRANDA GUIMARÃES (ADVOGADO). REU: M. T. F. AUTOS Nº 0001741-85.2004.8.14.0070 - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS. **DESPACHO-MANDADO**. Diante do que preconiza o art. 139, V, do CPC, e considerando a proximidade da VI
SEMANA ESTADUAL DE CONCILIAÇÃO 2022, a realizar-se no período de 06 a 10/06/2022, vislumbro a possibilidade de designação de audiência de conciliação nos presentes autos. Considerando, ainda, a situação peculiar decorrente da pandemia da COVID-19, atendendo às disposições da Portaria Conjunta nº 15/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI, que prioriza a realização de audiências de forma virtual, designo o dia 06/06/2022, às 12h30min, para a realização de audiência de conciliação que poderá ser na modalidade presencial, considerando tratar-se de processo que tramita em meio físico, ou por videoconferência, se assim as partes preferirem. Caso as partes acenem pela audiência por videoconferência, a sessão virtual será realizada através do aplicativo Microsoft Teams, ferramenta homologada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, devendo as partes, devidamente representadas por procuradores com poderes para transigir acessarem, na data e hora designadas, o seguinte link: . Intimem-se, pois, as partes, para informar, desde já, e-mail e telefone com aplicativo de mensagens instantâneas instalado (WhatsApp ou Telegram) para fins de envio do link para participarem do ato. Não possuindo as partes recursos tecnológicos necessários ao ingresso na audiência telepresencial (smartphone ou computador com acesso à internet), a audiência poderá se
realizar de forma semipresencial, com as partes e testemunhas comparecendo presencialmente ao Fórum (observado o uso obrigatório de máscaras), facultada a participação remota dos procuradores judiciais, Defensoria Pública e Ministério Público. Eventuais intercorrências que interfiram na participação na audiência deverão ser comunicadas previamente ao e-mail deste Juízo (2civelabaetetuba@tjpa.jus.br) ou por meio do telefone (91) 3751-0802, sem prejuízo do peticionamento nos autos eletrônicos. Encaminhe-se os autos à Defensoria Pública para ciência desta decisão a fim de que encaminhe comunicação para o e-mail desta Vara, até às 12 horas do dia anterior à data designada para a realização do ato, para que, em resposta deste Juízo, possa receber a confirmação do link de ingresso para acesso à sessão conciliatória. Cite-se o requerido, por Carta precatória, no endereço acima. Não sendo encontrado o requerido no endereço acima, cite-se o requerido no seguinte endereço: x. Não realizado o acordo, o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15(quinze) dias, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação (CPC/2015, arts. 697 e 335, I). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Observe-se o cumprimento como medida urgente, uma vez que os autos foram incluídos no rol de processos destinados à Semana Nacional de Conciliação (08/11/2021 a 12/11/2021) e por tratar-se de ¿processos de META 02. Cumpra-se, servindo este despacho, por cópia digitada, como OFÍCIO/MANDADO nº____/2015-Sec. 2ª VC, consoante inteligência do Provimento nº 003/2009-CJCI. Abaetetuba-PA, assinado eletronicamente, mediante utilização de certificação digital, na data de sua inclusão no Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE.DIANA CRISTINA FERREIRA DA CUNHA, Juíza de Direito.

COMARCA DE MARABÁ

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

AUTOS: 0001305-07.2019.8.14.0028. ACUSADO: DOUGLAS ARAÚJO GOMES. ADVOGADO: CLAUDIO MARINO FERREIRA DIAS, OAB/PA 24.293.

SENTENÇA

Vistos, etc.

O Representante do Ministério Público Estadual ofertou proposta de suspensão condicional do processo em favor de **DOUGLAS ARAÚJO GOMES.**

Em audiência realizada neste juízo, o acusado concordou em ser submetido ao período de provas.

Consoante documento juntado pela Vara de Execução Penal, o acusado cumpriu integralmente com o acordo, sem que haja respondido a outro processo crime ou ainda tenha suportado qualquer tipo de condenação.

É o relatório. Passo a decidir.

Consoante documento juntado aos autos, verifica-se que o acusado **DOUGLAS ARAÚJO GOMES** cumpriu integralmente as condições acordadas em audiência de proposta de suspensão condicional do processo, sem que tenha dado causa à revogação do benefício durante o período de prova, razão pela qual é salutar a extinção da punibilidade em relação ao fato delituoso narrado nos autos.

Diante do exposto, **DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE DOUGLAS ARAÚJO GOMES** em relação ao fato delituoso narrado nestes autos, com fulcro no art. 89, § 5º, da Lei nº 9.099/95, determinando à Secretaria, após o trânsito em julgado, o arquivamento do presente feito, a fim de que seja consultado somente para os fins do art. 76, § 6º, da referida legislação.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Ciência ao Ministério Público.

Marabá, 07 de março de 2022.

RENATA GUERREIRO MILHOMEM DE SOUZA

Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Marabá

SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO: 30 dias O Dr. **AMARILDO JOSÉ MAZUTTI,** Juiz de Direito Titular da Vara Agrária de Marabá, Estado do Pará, república Federativa do Brasil na Forma da Lei etc... **FAZ SABER** a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante o Juízo da Região Agrária de Marabá e expediente da Secretaria da Região Agrária de Marabá e Comarca de Marabá, se processam os autos de **Ação Civil Pública nº 0800772-78.2020.8.14.0028,** em que figura como autor(es): **Ministério Público do Estado do Pará** e réu(s): **José Macena de Miranda, Neusa Maria Santis Semioti e outros.** Em razão da notícia constante nos autos de que os requeridos NEUSA MARIA SANTIS SEMIOTI e possíveis herdeiros e interessados ausentes, incertos ou desconhecidos, do espólio de JOSÉ MACENA DE MIRANDA (art. 259, III, do CPC) encontram-se em local incerto e não sabido, pelo presente edital ficam o autor devidamente intimado do teor do r. despacho de ID 48503696, a seguir transcrito: Processo nº 0800772-78.2020.8.14.0028 Requerente (s): Ministério Público Requerido (s): José Macena de Miranda e outros AÇÃO CIVIL PÚBLICA SENTENÇA Vistos os autos. 1. RELATÓRIO O Instituto de Terras do Estado do Pará - ITERPA interpôs Embargos de Declaração com Efeito Modificativo (ID nº 32943334) em face da decisão de ID nº 28507857, com a finalidade de corrigir erro material consistente na inclusão do ITERPA no pólo passivo. Alega que, ao determinar ao autor a emenda à inicial objetivando a inclusão no pólo passivo o Município de São João do Araguaia e o Estado do Pará, equivocadamente, se manifestou acrescendo a autarquia estadual, ora embargante, e o erro se manteve na decisão deste Juízo (ID nº 16861283) O Ministério Público, autor, se manifestou pelo conhecimento e acolhimento dos embargos (ID nº 44651021). Eis o relato necessário, passo a decidir. 2. FUNDAMENTAÇÃO O recurso de embargos de declaração é o instrumento cabível para sanar eventuais vícios na sentença ou acórdão, enfim, qualquer decisão judicial, provocados por obscuridade, contradição ou omissão, conforme se depreende do art. 1.022 do Código de Processo Civil, in verbis: ¿Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I. Esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II. Suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o Juiz de ofício ou a requerimento; III. Corrigir erro material.¿ Analisando detidamente os autos, constato que a pretensão da embargante merece prosperar, diante do erro material existente na decisão vergastada, posto que houve efetivamente o erro material no dispositivo da decisão que determinou a permanência do ITERPA no pólo passivo, eis que a decisão (ID nº 16861283) determinou a emenda à inicial para incluir no pólo passivo da lide apenas o Estado do Pará e o Município de São João do Araguaia. 3. DISPOSITIVO Ante o exposto, com fundamento no art. 1022 e seguintes do Código de Processo Civil, CONHEÇO e ACOLHO os EMBARGOS DECLARATÓRIOS para, corrigindo erro material, retificar a parte dispositiva da decisão de ID nº 28507857, EXCLUINDO-SE o ITERPA do pólo passivo da demanda e INCLUINDO-O na condição de assistente simples da parte autora. Verifico, ainda, que há informações nos autos de que o requerido JOSÉ MACENA DE MIRANDA faleceu (ID nº 31940820), bem como da não localização da requerida NEUSA MARIA SANTIS SEMIOTI (ID nº 32958053). Posto isto, DETERMINO: I. INTIME (M)-SE as partes; II. À Secretaria para que RETIFIQUE as partes no sistema PJE; III. CITE-SE, por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, a requerida NEUSA MARIA SANTIS SEMIOTI, nos termos do artigo 256, II, o Código de Processo Civil ¿ CPC; IV. CITEM-SE, por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, os possíveis herdeiros e interessados ausentes, incertos ou desconhecidos, do espólio de JOSÉ MACENA DE MIRANDA (art. 259, III, do CPC). P.R.I. Cumpra-se. Servirá esta, mediante cópia, como OFÍCIO/MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/EDITAL, nos termos do Provimento nº 11/2009-CJRMB, Diário da Justiça nº 4294, de 11/03/2009, no que couber. Marabá (PA), 28 de janeiro de 2022. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI Juiz de Direito Titular da 3ª Região Agrária ¿ Marabá¿ .¿ E, para que ninguém possa alegar ignorância no presente ou no futuro, será o edital publicado no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Pará e afixado no átrio da Vara Agrária de Marabá, na forma da Lei, informando que este Juízo Funciona das 08:00 às 14:00 horas, na Rodovia Transamazônica, s/n ¿ Agrópolis do INCRA, Amapá, Estado do Pará. **EXPEDIDO** nesta cidade de Marabá, **04 dias do mês de março de 2022.** Eu, Alline N. Raiol S. Pereira, Diretora de Secretaria, este digitei e o subscrevo (art. 1º, § 3º do Provimento nº 006/2006-CJRMB c/c 006/2009-CJCI). **Alline Nazareth Raiol Sousa Pereira. Diretora de Secretaria Região Agrária de Marabá.**

SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Prazo de 15 (quinze) dias

Processo n. º: 0021398-59.2017.814.0028

Capitulação: Art. 129, §9º e 147 do CPB c/c a Lei n° 11.340/2006

Acusado: Geovane Novais dos Santos

Vítima: D.N.D.

O Exmo. Sr. Dr. ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI, Juiz de Direito Titular da3ª Vara Criminal, desta cidade e comarca de Marabá, Estado do Pará, na forma da lei etc.

FAZ SABER

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como vítima: D.N.D., brasileira, nascida em 21/02/2003, filha de MARIA DE FATIMA BRITO NOVAIS e ALDAIR JOSE DIAS DA SILVA, e como réu: GEOVANE NOVAIS DOS SANTOS, brasileiro, nascido em 23/06/1995, filho de MARIA DE FATIMA BRITO DE NOVAIS e ROBERTO BERNARDINO DOS SANTOS, que este procedimento foi **SENTENCIADO E O RÉU CONDENADO**. E constando dos autos estar o (a) requerente/vítima e/ou o requerido/réu em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, para INTIMÁ-LOS dos termos da SENTENÇA, a seguir transcrita: ¿(¿) DISPOSITIVO Ante a todo o exposto, considerando haver transcorrido o prazo acima, entre a data do recebimento da denúncia (20/06/2019 ¿ fls. 04) até a presente, com fulcro no art. 107, IV, Código Penal DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE GEOVANE NOVEIS DOS SANTOS, qualificado nos autos, relativamente ao crime de ameaça, contido no artigo 147 do Código Penal, em face de D.N.D., também qualificada; fato ocorrido em 13/12/2017. Ademais, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a pretensão punitiva estatal para CONDENAR GEOVANE NOVAIS DOS SANTOS, já qualificado, pela prática do crime de lesão corporal no âmbito familiar, em face de D.N.D., diante de suficiente demonstração probatória de materialidade e autoria do delito.¿. O (a) requerente/vítima e/ou o requerido/réu deverá(ão) ficar ciente(s) que dispõe de cinco (05) dias de prazo, após decorrido a publicação do presente edital, para recorrer, querendo, da decisão para a instância superior. (¿) Findada a marcha trifásica de aplicação da pena, de conformidade com o disposto no art. 68, caput, do Código Penal, FIXO A PENA DEFINITIVA EM 1 (UM) ANO, 1 (UM) MÊS E 10 (DEZ) DIAS DE DETENÇÃO. (¿) Marabá, 19 de agosto de 2021. Alexandre H. Arakaki, Juiz de Direito. O (a) requerente/vítima e/ou o requerido/réu deverá(ão) ficar ciente(s) que dispõe de cinco (05) dias de prazo, após decorrido a publicação do presente edital, para recorrer, querendo, da decisão para a instância superior. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Marabá, Estado do Pará, na Secretaria da 3ª Vara Criminal, no dia 08 de março de 2022. Eu, _____ (Amanda Moreno de Jesus), Auxiliar de Secretaria, o digitei e conferi.

ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI

Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Prazo de 90 (noventa) dias

Processo nº: 0012252-96.2014.814.0028

Capitulação: Artigo 147 e art. 129, §9º, ambos do CP

Réu: Emilson dos Santos Martins

Vítima: F.T.R.

O Exmo. Sr. Dr. ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI, Juiz de Direito Titular da3ª Vara Criminal, desta cidade e comarca de Marabá, Estado do Pará, na forma da lei etc.

FAZ SABER

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como vítima: F.T.R., brasileira, nascida em 11/05/1980, filha de MARIA DE LOURDES TEIXEIRA ROSA, e como réu: EMILSON DOS SANTOS MARTINS, brasileiro, nascido em 24/10/1977, filho de MARIA BALBINA DOS SANTOS MARTINS e JOSE FERREIRA MARTINS, que este procedimento foi **SENTENCIADO E JULGADO PROCEDENTE EM PARTE**. E constando dos autos estar o (a) requerente/vítima e/ou o requerido/réu em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, para INTIMÁ-LOS dos termos da SENTENÇA, a seguir transcrita: ¿(¿) Ante a todo o exposto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a pretensão punitiva estatal para **CONDENAR EMILSON DOS SANTOS MARTIS**, já qualificado, pela prática do crime de lesão corporal no âmbito doméstica e familiar contra a mulher, em face da suficiente demonstração probatória de autoria e materialidade, ancorado no artigo 129, § 9º do Código Penal. **ABSOLVO** o mesmo acusado da imputação de cometimento do crime de ameaça, contido no artigo 147 do Código Penal, diante da ausência de provas de materialidade e autoria, nos termos do artigo 386, VII do Código de Processo Penal. (¿) Findada a marcha trifásica de aplicação da pena, de conformidade com o disposto no art. 68, caput, do Código Penal, **FIXO A PENA DEFINITIVA EM 1 (UM) ANO E 4 (QUATRO) MESES DE DETENÇÃO. (¿) Marabá, 20 de agosto de 2021.** Alexandre H. Arakaki, **Juiz de Direito** . O (a) requerente/vítima e/ou o requerido/réu deverá(ão) ficar ciente(s) que dispõe de cinco (05) dias de prazo, após decorrido a publicação do presente edital, para recorrer, querendo, da decisão para a instância superior. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Marabá, Estado do Pará, na Secretaria da 3ª Vara Criminal, no dia 08 de março de 2022. Eu, _____ (Amanda Moreno de Jesus), Auxiliar de Secretaria, o digitei e conferi.

ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI

Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Prazo de 15 (quinze) dias

Processo n. 0001788-37.2019.814.0028

Capitulação: ART. 147 do CP

Réu: JENIVAL DE SALES COSTA

O Exmo. Sr. Dr. ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI, Juiz de Direito Titular da3ª Vara Criminal, desta cidade e comarca de Marabá, Estado do Pará, na forma da lei etc.

FAZ SABER

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como vítima: T.D.C., brasileira, nascida em 06/03/1981, filha de NIRACI DIAS CARDOSO, e como réu: JENIVAL DE SALES COSTA, brasileiro, nascido em 02/02/1982, filho de FRANCISCA DE SALES COSTA e GERALDO DE SALES, que este procedimento foi **SENTENCIADO E O RÉU ABSOLVIDO**. E constando dos autos estar o (a) requerente/vítima e/ou o requerido/réu em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, para INTIMÁ-LOS dos termos da SENTENÇA, a seguir transcrita: ¿(¿) **Do exposto, não havendo provas suficientes para embasar um decreto condenatório, eis que ausente demonstração cabal de autoria e materialidade, evitando-se condenações pautadas em suposições, JULGO IMPROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, por ausência de provas para a condenação (artigo 386, VII, CPP) e, por consequência, ABSOLVO JENIVAL DE SALES COSTA, já qualificado, pelo delito tipificado no artigo 147 do Código Penal. Restitua ao acusado eventual fiança recolhida. Procedam-se as comunicações e anotações necessárias. Transitada em julgado, arquive-se. Sem custas. Cientes os presentes.** Marabá, 03 de agosto de 2021. ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI Juiz de Direito¿. O (a) requerente/vítima e/ou o requerido/réu deverá(ão) ficar ciente(s) que dispõe de cinco (05) dias de prazo, após decorrido a publicação do presente edital, para recorrer, querendo, da decisão para a instância superior. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Marabá, Estado do Pará, na Secretaria da 3ª Vara Criminal, no dia 08 de março de 2022. Eu, _____ (Amanda Moreno de Jesus), Auxiliar de Secretaria, o digitei e conferi.

ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI

Juiz de Direito

Processo nº: 0009911-24.2019.8.14.0028
Denunciado: Marcos William dos Santos Pereira.

Advogado(a) do(a) ré(u):
VILMA ROSA LEAL DE SOUZA ¿ OAB/PA 10.289

ATO ORDINATÓRIO (Conforme preceitua o artigo 1.º, §1.º, IX do Provimento 006/2006CJRMB e 006/2009 CJCI). Pelo presente ato,fica(m) o (s) Advogado (s) acima mencionado INTIMADO(S), para tomar ciência da audiência de instrução e julgamento designada para o dia05 de maio de 2022 às 11:00, nos autos acima mencionados. O referido é verdade e dou fé.
Marabá/PA, 25 de março de 2022.

FRANCISCO ALVES DE LIMA
Diretor de Secretaria Assino de acordo com o artigo 1.º, § 1.º, IX do Provimento 006/2006 CJRMB e 006/2009CJCI

COMARCA DE SANTARÉM

UPJ DAS VARAS CRIMINAIS DE SANTARÉM - 1 VARA CRIMINAL

Processo N° 00011046-02.2019.8.14.00051 Beneficiaria: NETIANA ROCHA AVELINoAdvogado Dr Wandre Leal, OAB/PA 13.836Considerando o comparecimento da beneficiaria NETIANA ROCHA AVELINO, que neste Ato para justifica o n¿o cumprimento do ACORDO DE N¿O PERSERCUÇ¿O PENAL, firmado nesta Vara Penal, na data 12/07/2021, com os senhores Eduardo Alves Cardoso, Rosana Maria Ferreira da Costa e Antonia Dezincourt Malheiros, que estava doente na época do cumprimento do citado acordo e que ocasionou a falta dos devidos pagamentos acordados. E está se compromete neste ato a iniciar os pagamentos acordados e neste momento a Advogado da beneficiaria se compromete a juntar os documentos de constataç¿o da referida doença (COVID) em 15 (quinze) dias. A revogaç¿o do benefício da suspens¿o condicional do processo pode ser obrigatória ou facultativa. Será obrigatória quando o beneficiário for processado por outro crime ou n¿o realizar a reparaç¿o do dano sem motivo justificado. No caso em tela, conforme se extrai da ANPP, a beneficiária n¿o cumpriu as condiç¿es acordadas. No entanto, por se tratar de causa de revogaç¿o facultativa, designo nova audiência extraordinária para **o dia 25/04/2022 às 10h30min**, ocasi¿o em que será verificada a manutenç¿o ou revogaç¿o do benefício da sursis processual Expeça-se o necessário. Santarém, 22 de março de 2022. **ALEXANDRE RIZZI** Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Criminal Comarca de Santarém NETIANA ROCHA AVELINO Beneficiaria Dr. Wlandre Gomes Leal Advogado OAB/PA 13.836

COMARCA DE ALTAMIRA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO: VINTE (20) DIAS

Processo nº 0801548-16.2021.8.14.0005

O Dr. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA, MM. Juiz de Direito da 1.ª Vara Cível e Empresarial, Infância e Juventude da Comarca de Altamira, Estado do Pará, na forma da lei etc.

FAZ SABER, aos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara e Infância e Juventude desta Comarca, tramitam os autos de Ação de Adoção c/c Destituição do Poder Familiar ¿ Processo nº 0801548-16.2021.8.14.0005, em que o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL move em desfavor de FRANCISCA DAS CHAGAS DOS SANTOS, mãe biológica de J. C. dos S., CPF nº 863.628.362-00, filha de Raimundo Nonato dos Santos e de Maria Rosinete dos Santos, que se encontra em lugar incerto e não sabido, e por meio deste, fica a mesma **CITADA**, para que conteste a ação no prazo de 10 (dez) dias, indicando as provas a serem produzidas e oferecendo, desde logo, o rol de testemunhas e documentos (art. 158, caput e § 4º, do ECA). E para que não se alegue ignorância, foi expedido o presente edital em duas (02) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que serão publicadas nos termos da Lei. **CUMPRA-SE.** Dado e passado na cidade de Altamira, Estado do Pará, 24 (vinte e quatro) de março (03) de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Ilaine Scheffler Schneider, Analista Judiciário, o digitei e eu, Maria Francisca Fortunato da Silva, Diretora de Secretaria conferi e subscrevo.

MARIA FRANCISCA FORTUNATO DA SILVA

Diretora de Secretaria

Conforme Prov. 006/2009-CJCI, Art. 1º, § 2º, Inciso

COMARCA DE CASTANHAL

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

PROCESSO/CARTA PRECATÓRIA nº 0008645-17.2014.8.14.0015 CRIME DE FURTO QUALIFICADO. DENUNCIADO(S) ALEX PABLO TOCANTINS PINHEIRO e IVANDEL FRANCISCO DA COSTA ROSSI (Adv.: JOSÉ MÁRIO RANGEL FORATINI OAB/PA Nº 15.284). Pelo presente, faz-se público, a quem interessar possa, em específico ao(s) advogado(s) constituído(s), de que fora designada audiência para o dia 18/04/2022, às 10h00min.

SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL

PROCESSO Nº 0001922-45.2015.8.14.0015

Requerente: Estado do Pará.

Advogada: Maria Tereza da Costa- Procuradora do Estado

Requerido: Leonor Pereira da Costa

Advogada: Daniel Pena Shesquini OAB-PA nº 14.732

Éder Nilson Viana da Silva OAB-PA nº 21.363

Ação: Ação Civil Pública - Fazenda Minas Gerais (Acará/PA)

DESPACHO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 1º, Parágrafo 2º, inciso XI, do provimento 006/09 da CJCI, que delegou poderes ao Diretor de Secretaria e atribuições para praticar atos de administração e mero expediente, sem caráter decisório, bem como nos termos do artigo 8º, Parágrafo 10 da Portaria Conjunta nº 03 ¿ GP/VP-TJPA, ficam as partes intimadas de que os presentes autos foram digitalizados para tramitação no Sistema de Processo Judicial Eletrônico ¿ PJE.

Castanhal, 25 de março de 2022.

JOEL DOS SANTOS GOMES JÚNIOR

Diretor de Secretaria da Vara Agrária de Castanhal.

PROCESSO Nº 0010631-16.2018.8.14.0031

Requerente: Biopalma Da Amazônia S/A Reflorestamento Industria E Comércio.

Advogados (as): Pedro Bentes Pinheiro Filho OAB/PA 3.120

Danielle Serruya Soriano de Mello OAB-PA 17.830

Pedro Bentes Pinheiro Neto OAB-PA 12.816

Igor Klautau de A. Pereira OAB-PA 20.110.

Ricardo Brandao Coelho OAB/PA N° 21935

Afonso Jofrei Macedo Ferro OAB/PA 27867-B

Telma Lucia Borba Pinheiro OAB/PA N°: 7.359

Requerido: Naelson De Araújo Gomes E Outros

Advogados (as): Cordolina Do Socorro Ferreira Ribeiro OAB/PA N° 6766

Ana Caroline Ribeiro De Brito OAB N° 28523

Afonso Jofrei Macedo Ferro OAB/PA N°: 27.867-B

Aç¿o: Reintegraç¿o / Manutenç¿o De Posse

DESPACHO ORDINATÓRIO

Nos termos do art. 1º, Parágrafo 2º, inciso XI, do provimento 006/09 da CJCI, que delegou poderes ao Diretor de Secretaria e atribuiç¿es para praticar atos de administraç¿o e mero expediente, sem caráter decisório, bem como nos termos do artigo 8º, Parágrafo 10 da Portaria Conjunta nº 03 ¿ GP/VP-TJPA, ficam as partes intimadas de que os presentes autos foram digitalizados para tramitaç¿o no Sistema de Processo Judicial Eletrônico ¿ PJE.

Castanhal, 25 de março de 2022.

JOEL DOS SANTOS GOMES JÚNIOR

Diretor de Secretaria da Vara Agrária de Castanhal.

COMARCA DE PARAGOMINAS

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS

P R O C E S S O : 0 0 0 2 2 7 3 7 7 2 0 1 4 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCIO TEIXEIRA BITTENCOURT A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 18/10/2021---REQUERENTE:BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO: WELLIGTON DE SOUZA DA SILVA CESSIONÁRIO:RIO TIBAGI COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRDITOS FINANCEIROS Representante(s): OAB 89.774 - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) . Processo nÂº 0002273-77.2014.8.14.0039 SENTENÃ¿A VISTOS ETC. Â 1.Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE BUSCA E APREENSÃ¿O proposta originalmente por BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S/A, posteriormente assumiu o polo ativo RIO TIBAGI COMPANHIA SECUTIZADORA DE CRÃ¿DITOS FNANCEIROS em desfavor WELLIGTON DE SOUZA DA SILVA. 2.Â Â Â Â Â A parte autora RIO TIBAGI COMPANHIA SECUTIZADORA DE CRÃ¿DITOS FNANCEIROS requereu a extinÃ§Ã£o do feito requerendo a desistÃªncia da aÃ§Ã£o. (fls. 84). 3.Â Â Â Â Â As custas processuais pendentes (fls. 115) foram devidamente recolhidas. (fls. 125 a 129). 4.Â Â Â Â Â BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÃ¿RCIOS LTDA, em face de FRANCISCO WILKE SILVA LIMA, referente ao veÃ-culo: um automÃ³vel, marca CHEVROLET, modelo CRUZE LTZ NB, ano/modelo 2012/2012, cor PRATA, CÃ³digo de RENAVAM 00461851512, Chassi n.Âº 9BGPN69M0CB271102 e placa NXN-2960. Ã¿ o RelatÃ³rio. DECIDO. 5. A parte requerida nÃ£o chegou a ser citada, a parte autora requereu a desistÃªncia, nÃ£o Ã© necessÃ¡ria a manifestaÃ§Ã£o da parte autora, nos moldes do que determina o Â§4Âº do artigo 485 do CÃ³digo de Processo Civil. 6. Ante o exposto, tendo em vista o requerimento de DESISTÃ¿NCIA da parte autora, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÃ¿Ã¿O DE MÃ¿RITO, NOS TERMOS DO ART. 485, VIII DO CPC. 7. Diferentemente do que constou na decisÃ£o judicial, restou prejudicado o pedido de baixa pois no presente processo nÃ£o foi lanÃ§ada restriÃ§Ã£o judicial pelo Sistema RENAJUD.Â Caso a parte requerida tenha efetuado o pagamento, o que se presume pois supostamente celebrou acordo, caberÃ¡ a parte autora proceder a baixa administrativa da alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria.Â 8. Custas se houverem deverÃ£o ser pagas pela parte autora. Restou certificado nos autos que jÃ¡ foram pagas. Por razÃµes de praxe nos moldes do artigo 46 da Lei de Custas (LEI nÂº. 8.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015) na hipÃ³tese de nÃ£o pagamento das custas pelo condenado no prazo legal, o crÃ©dito correspondente serÃ¡ encaminhado para inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, e sofrerÃ¡ atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e incidÃªncia dos demais encargos legais pela Secretaria de Estado da Fazenda. (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂ°. 8.583/2017). 9. Intime-se a parte autora pelo Pje. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. 10. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas e advertÃªncias legais. Paragominas (PA), 18 de Outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â MARCIO TEIXEIRA BITTENCOURT Â Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Paragominas.

P R O C E S S O : 0 0 0 1 6 7 4 6 5 2 0 1 9 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCIO TEIXEIRA BITTENCOURT A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/03/2022---REQUERIDO:ANTONIO MARCOS GONCALVES Representante(s): OAB 26543 - MARGEAN MARVIN SANTANA LIMA (ADVOGADO) REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB/CE 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO), OAB/CE 10.422 ¿ HIRAN LEÃO DUARTE (ADVOGADO), OAB/CE 10.423 ¿ ELIETE SANTANA MATOS (ADVOGADO). PROCESSO NÂº 0001674-65.2019.8.14.0039 SENTENÃ¿A VISTOS ETC. Â 1.Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE BUSCA E APREENSÃ¿O proposta por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A, em face de ANTÃ¿NIO MARCOS GONÃ¿ALVES, referente ao veÃculo Marca: GM/COBALT LTZ 1.8 8V 4 Portas - Placa QDR-8995 2. A liminar de busca e apreensÃ£o foi deferida tendo sido determinada a citaÃ§Ã£o. (fls. 48 a 51). 3. A parte autora foi devidamente citada. (fls. 56), tendo sido apreendido o veÃculo, o qual foi entregue ao fiel depositÃ¡rio RÃ´mulo Henrique Bezerra de Holanda, em 24 de Maio de 2019. 4. Auto de Busca e ApreensÃ£o com o respectivo levantamento fotogrÃ¡fico. (fls. 57 a 59). 5. Restou comprovado nos autos o depÃ³sito judicial em

30/05/2019 do valor correspondente Ã R$ 31.049,42. (fls. 60/61). 6. Diante do pagamento integral do dÃ©bito foi revogada a liminar, conforme decisÃ£o datada de 12 de junho de 2019. (fls. 66/66vÂº). 7. Expedido Mandado de RestituiÃ§Ã£o o fiel depositÃ¡rio nÃ£o foi localizado. (fls. 68/69), restou anexado aos autos a AutorizaÃ§Ã£o de RemoÃ§Ã£o. (fls. 70). 8. PetiÃ§Ã£o da parte autora informando a disponibilidade e local para a restituiÃ§Ã£o do veÃculo. (fls. 79). 9. O veÃculo foi entregue para a parte requerida em 05 de julho de 2019, conforme DeclaraÃ§Ã£o de Retirada. (fls. 88). 10. PetiÃ§Ã£o da parte autora requerendo o levantamento judicial dos valores depositados pela parte requerida. (fls. 89 a 91). 11. O advogado da parte requerida peticionou nos autos informando o falecimento do senhor ANTÃ¿NIO MARCOS GONÃ¿ALVEZ (CertidÃ£o de Ã¿bito fls. 101) e a respectiva habilitaÃ§Ã£o dos herdeiros, os quais passaram a ser representados em juÃzo pela Defensoria PÃºblica. (fls. 98 a 104). 12. A parte autora peticionou nos autos informando requerendo a desistÃªncia. (fls. 108). 13. Restou certificado nos autos o recolhimento das custas processuais pela parte requerente. (fls. 101). Ã¿ o RelatÃ³rio. DECIDO. 14. Preliminarmente, importante ressaltar que o fiel depositÃ¡rio nÃ£o foi intimado para a devoluÃ§Ã£o do veÃculo, por outro lado o veÃculo apreendido jÃ¡ havia sido removido para Marituba. Na decisÃ£o que determinou a devoluÃ§Ã£o do veÃculo nÃ£o fixou o prazo para o inÃcio da contagem da multa. Uma vez que o veÃculo foi devolvido em 05 de julho de 2019. NÃ£o hÃ¡Â que se falar em multa pelo descumprimento.Â 15.A parte requerida nÃ£o chegou a apresentar contestaÃ§Ã£o, razÃ£o pela qual desnecessÃ¡ria a sua intimaÃ§Ã£o para concordÃ¢ncia nos moldes do Â§4Âº do Artigo 485 do CPC. 16. Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÃ¿NCIA DA AÃ¿Ã¿O, julgando EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do Art. 485, VIII, do CPC. 17. Diferentemente do que constou na decisÃ£o judicial, restou prejudicado o pedido de baixa pois no presente processo nÃ£o foi lanÃ§ada restriÃ§Ã£o judicial pelo Sistema RENAJUD. Caso a parte requerida tenha efetuado o pagamento, caberÃ¡ a parte autora proceder a baixa administrativo da alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria. 18. Custas se houverem deverÃ£o ser pagas pela parte autora. No entanto, restou certificado nos autos que jÃ¡ foram quitadas. Mesmo assim, nos moldes do artigo 46 da Lei de Custas (LEI nÂº. 8.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015) na hipÃ³tese de nÃ£o pagamento das custas pelo condenado no prazo legal, o crÃ©dito correspondente serÃ¡ encaminhado para inscriÃ§Ã£o em dÃvida ativa, e sofrerÃ¡ atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e incidÃªncia dos demais encargos legais pela Secretaria de Estado da Fazenda. (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂ°. 8.583/2017). 19. Intime-se a parte autora pelo Pje. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. 20. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas e advertÃªncias legais. Paragominas (PA), 09 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â MARCIO TEIXEIRA BITTENCOURT Â Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial de Paragominas.

PROCESSO: 00030125020148140039 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MIRIAN ZAMPIER DE REZENDE A??o: Consignação em Pagamento em: 04/03/2022---REQUERIDO:BANCO FINASA BMC S/A Representante(s): OAB 22189 - OSIRES ANTINOLFI FILHO (ADVOGADO) OAB 21483 - CLAYTON MOLLER (ADVOGADO) OAB 25812 - ANA LUCIA ANTINOLFI (ADVOGADO) REQUERENTE:D E D LOCACOES E SERVICOS LTDA ME Representante(s): OAB 5201 - ELDELY DA SILVA HUBNER (ADVOGADO) . SENTENÃ¿A 1.Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de ConsignaÃ§Ã£o em pagamento ajuizada por D E D LOCAÃ¿Ã¿ES E SERVIÃ¿OS LTDA ME, em face do BANCO FINASA BMC S.A, estando a parte devidamente qualificada na presente aÃ§Ã£o. 2.Â Â Â Â Â Com a inicial vieram documentos, fls.09/17. 3.Â Â Â Â Â Em decisÃ£o interlocutÃ³ria, deferiu-se o depÃ³sito das parcelas devidas, fls.18. 4.Â Â Â Â Â O Requerido foi devidamente citado e contestaÃ§Ã£o tempestivamente, fls.39/47. 5.Â Â Â Â Â AudiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o frustrada por ausÃªncia da parte Requerida, fls.140. 6.Â Â Â Â Â Parte Requerente peticionou informando ter realizado o pagamento integral do valor devido ao Requerido, fls.151. 7.Â Â Â Â Â Intimado para se manifestar sobre a petiÃ§Ã£o de fls.151, o Requerido postulou pela transferÃªncia via TED do valor depositado judicialmente, concordando, portanto, com os valores consignados. Â Ã¿ o que importa relatar. Decido. 8.Â Â Â Â Â Diante da aquiescÃªncia do requerido com os valores depositados nos autos, fls.161, e da certidÃ£o constante nas fls.154, Ã© de rigorÂ a procedÃªncia do pedido e a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o, face o reconhecimento jurÃdico do pedido. 9.Â Â Â Â Â Com efeito, preconiza o artigo 546 do CÃ³digo de Processo Civil, queÂ acolhido o pedido, declarar-se-Ã¡ "extinta a obrigaÃ§Ã£o e condenarÃ¡ o rÃ©u ao pagamento de custas e honorÃ¡rios advocatÃcios". Em seu parÃ¡grafo Ãºnico tem-se que se procede "do mesmo modo se o credor receber e der quitaÃ§Ã£o". 10.Â Â Â Â Â Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado porÂ D E D LOCAÃ¿Ã¿ES E SERVIÃ¿OS LTDA ME com fundamento no artigo 487, inciso III,

a, do CÃ³digo de Processo Civil, declarando extinta as obrigaÃ§Ãµes oriundas do contrato de financiamento firmado entre as partes. 11.Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se alvarÃ¡/mandado de levantamento do valor consignado em proveito do requerido. 12.Â Â Â Â Â Condeno o Requerido em custas e honorÃ¡rios advocatÃcios, que arbitro em 10% sobre o valor dado a causa (art. 85, Â§ 2Âº do CPC). 13.Â Â Â Â Â Remetam-se os autos Ã UNAJ. As custas pendentes se houverem deverÃ£o ser pagas pela parte Requerida. Por razÃµes de praxe nos moldes do artigo 46 da Lei de Custas (LEI nÂº. 8.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015) na hipÃ³tese de nÃ£o pagamento das custas pelo condenado no prazo legal, o crÃ©dito correspondente serÃ¡ encaminhado para inscriÃ§Ã£o em dÃvida ativa, e sofrerÃ¡ atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e incidÃªncia dos demais encargos legais pela Secretaria de Estado da Fazenda. (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂ°. 8.583/2017). 14.Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas e advertÃªncias legais, devendo ser adotas as exigÃªncias estabelecidas pela RESOLUÃ¿Ã¿O NÂº 20, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021. DispÃµe sobre o Procedimento Administrativo de CobranÃ§a de custas e outras despesas processuais pendentes em processos judiciais transitados em julgado, no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Esta decisÃ£o serve como Mandado de intimaÃ§Ã£o e alvarÃ¡ de levantamento, nos termos do Provimento nÂº03/2009, da CJCI - TJEPA. ParagominasÂ (PA),Â Â data registrada pelo sistema. .Â Â MIRIAN ZAMPIER DE REZENDE JuÃza de Direito Respondendo pela 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 9 2 6 7 9 2 0 1 4 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MIRIAN ZAMPIER DE REZENDE A??o: Cumprimento de sentença em: 04/03/2022---REQUERENTE: BANCO FINASA BMC SA REQUERIDO:D E D LOCACOES E SERVICOS LTDA ME Representante(s): OAB 5201 - ELDELY DA SILVA HUBNER (ADVOGADO) REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO). SENTENÃ¿A R. H. 1.Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o ajuizada por BANCO FINASA BMC S/A em face de D E D LOCAÃ¿Ã¿ES E SERVIÃ¿OS LTDA, na qual o banco requerente pleiteia a busca e apreensÃ£o do veÃculo Camionete, strada working 1.4, ano 2011/2010, cor cinza, placa NSY7363, chassi 9BD27855MB7354769, tendo em vista o inadimplemento da parte requerida. 2.Â Â Â Â Â Juntou procuraÃ§Ã£o e documentos (fls. 04/28). 3.Â Â Â Â Â Recebida a inicial, a medida liminar foi deferida (fls. 31). 4.Â Â Â Â Â Ao cumprir a decisÃ£o que deferiu a liminar, o oficial de justiÃ§a obteve a informaÃ§Ã£o de que a parte Requerida interpÃ´s uma AÃ§Ã£o de ConsignaÃ§Ã£o em Pagamento, a qual tramita sob o nÂº 0003012-50.2014.8.14.0039, como certificado nas fls.36. 5.Â Â Â Â Â Houve determinaÃ§Ã£o de suspensÃ£o da liminar deferida (fls.33) e de apensamento da AÃ§Ã£o de ConsignaÃ§Ã£o (fls.48). 6.Â Â Â Â Â A parte autora requereu comprovaÃ§Ã£o do depÃ³sito integral das parcelas, o que foi deferido nas fls.52 e devidamente cumprido nas fls.54 e ss., alÃ©m de certificado nas fls.80. 7.Â Â Â Â Â A parte autora peticionou informando a concordÃ¢ncia com os valores depositados, fls.94 e requerimento de arquivamento dos autos, fls104. Ã¿ o relatÃ³rio. Decido. 8.Â Â Â Â Â Ante o exposto, verificada a superveniente perda do objeto e do interesse processual, julgo extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do disposto nos artigos 493 e 485, VI, do CPC, revogando a decisÃ£o liminar concedida. 9.Â Â Â Â Â Remetam-se os autos Ã UNAJ. As custas pendentes se houverem deverÃ£o ser pagas pela parte Requerente. Por razÃµes de praxe nos moldes do artigo 46 da Lei de Custas (LEI nÂº. 8.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015) na hipÃ³tese de nÃ£o pagamento das custas pelo condenado no prazo legal, o crÃ©dito correspondente serÃ¡ encaminhado para inscriÃ§Ã£o em dÃvida ativa, e sofrerÃ¡ atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e incidÃªncia dos demais encargos legais pela Secretaria de Estado da Fazenda. (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂ°. 8.583/2017). 10.Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas e advertÃªncias legais, devendo ser adotas as exigÃªncias estabelecidas pela RESOLUÃ¿Ã¿O NÂº 20, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021. DispÃµe sobre o Procedimento Administrativo de CobranÃ§a de custas e outras despesas processuais pendentes em processos judiciais transitados em julgado, no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡. 11.Â Â Â Â Â Deixo de condenar a parte autora em honorÃ¡rios advocatÃcios, visto a nÃ£o apresentaÃ§Ã£o de contestaÃ§Ã£o. Publique-se. Registre-se. Intime-se, via DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquive-se, com as cautelas e advertÃªncias legais. ParagominasÂ (PA),Â Â data registrada pelo sistema. .Â Â MIRIAN ZAMPIER DE REZENDE JuÃza de Direito Respondendo pela 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas

PROCESSO: 00002684120108140039 PROCESSO ANTIGO: 201010001498 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MIRIAN ZAMPIER DE REZENDE A??o: Consignação em Pagamento em: 04/03/2022---REQUERIDO:BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 3056 - AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 9803-A - MARIA LUCILIA GOMES (ADVOGADO) REQUERENTE: SHEILA MARIA TAVARES GOMES Representante(s): OAB 13853 - HESIO MOREIRA FILHO (ADVOGADO). DECISÃ¿O INTERLOCUTÃ¿RIA Vistos os autos, 1.Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o de fls.240, defiro o pedido de levantamento dos valores depositados na subconta 1468300652. 2.Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se AlvarÃ¡ Judicial conforme os dados indicados na petiÃ§Ã£o de fls.237. 3.Â Â Â Â Â Em seguida, ainda considerando a certidÃ£o de fls.240, intimem-se as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, dizerem se ainda hÃ¡ interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. ParagominasÂ (PA),Â Â data registrada pelo sistema. .Â Â MIRIAN ZAMPIER DE REZENDE JuÃza de Direito Respondendo pela 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas.

PROCESSO 0007321-41.2019.8.14.0039 AÇÃO CIVIL PÚBLICA AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL REQUERIDO: ARNALDO ANDRADE BETZEL Representa(s): OAB/PA 18914 ¿ CAMILA MAIA MIGLIANO (ADVOGADO). DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. Tratam os autos de Ação Civil Pública, proposta por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARA, em face de Arnaldo Andrade Betzel, estando as partes devidamente qualificadas nos autos. As partes entabularam acordo, o qual foi homologado em audiência e o processo teve declarado seu trânsito em julgado na mesma data, fls.22. O processo foi arquivado. O Requerido solicitou desarquivamento dos autos e a juntada de documentos que comprovaram que adimpliu tempestivamente com as parcelas a que ficara obrigado por força do acordo, como certificado nas fls.52. O Ministério Público requereu o arquivamento dos autos e a destinação dos valores pagos ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, apresentando seus dados bancários. É o breve relatório. Decido. Conforme depreende-se, dos termos da certidão de fls.52 e da Manifestação do Ministério Público, fl.56, houve quitação integral do acordo celebrado entre as partes. Logo, o processo deve ser arquivado. Defiro o pedido de que os valores pagos sejam destinados ao Fundo Municipal do Meio Ambiente. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos oportunamente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Paragominas (PA), 24 de janeiro de 2022. WANDER LUIS BERNARDO Juiz de Direito Respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Paragominas.

PROCESSO: 00032171920098140039 PROCESSO ANTIGO: 200910020342 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MIRIAN ZAMPIER DE REZENDE A??o: Execução de Alimentos em: 21/02/2022---REQUERENTE:ALZIRA FONSECA SALES Representante(s): OAB 11637 - AUMIL TERRA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE ALVES CORGOZINHO FILHO Representante(s): OAB 6977 - LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA (ADVOGADO). SENTENÃ¿A PROCESSOS: 0000677-88.2018.8.14.0039 Â 0003217-19.2009.8.14.0039 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos.Â 1.Â Â Â Â Â RelatÃ³rio dispensado, nos termos do art. 459 do CPC. 2.Â Â Â Â Â Inicialmente, importante destacar que os processos se encontram parados por inÃ©rcia da parte Requerente, sendo que, a mesma nÃ£o se fez presente na audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, instruÃ§Ã£o e julgamento e seu procurador nÃ£o se manifestou sobre a certidÃ£o de fls.116, como comprometeu-se, na menciona audiÃªncia, a realizar. 3.Â Â Â Â Â A tentativa de intimaÃ§Ã£o pessoal da autora para manifestaÃ§Ã£o de interesse restou frustrada (fls.116 dos autos 000677820088140039). 4.Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pela extinÃ§Ã£o do processo. Â 5.Â Â Â Â Â AlÃ©m do mais, conforme artigo 77 do CPC, Ã© dever da parte Â¿manter atualizados seus dados cadastrais perante os Ã³rgÃ£os do Poder JudiciÃ¡rio e, no caso do Â§ 6Âº do art. 246 deste CÃ³digo, da AdministraÃ§Ã£o TributÃ¡ria, para recebimento de citaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes Â¿.Â Deixando de fazÃª-lo e nÃ£o mais sendo encontrado, configura-se o abandono da causa. 6.Â Â Â Â Â Quando o autor deixa de proceder a atos de sua responsabilidade, permitindo a paralisaÃ§Ã£o do processo por mais de 30 dias, motiva a extinÃ§Ã£o do processo sem julgamento do mÃ©rito, conforme inciso III do artigo 485 e, segundo o inciso II do mesmo artigo, o processo serÃ¡ extinto quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligÃªncia das partes. NÃ£o

Ã© razoÃ¡vel postergar o feito quando a parte autora demonstra desinteresse no seu prosseguimento. 7.Â Â Â Â Â Assim, cabÃvel a extinÃ§Ã£o do processo, em razÃ£o de seu abandono, conforme entendimento dos nossos tribunais, neste sentido: APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÃ¿Ã¿O DE ALIMENTOS. EXTINÃ¿Ã¿O. ABANDONO. APLICAÃ¿Ã¿O DA SÃ¿MULA 240 STJ. AUSÃ¿NCIA DE REQUERIMENTO. SENTENÃ¿A CASSADA. APLICAÃ¿Ã¿O TEORIA DA CAUSA MADURA. PAGAMENTO. DEMONSTRADO. EXTINÃ¿Ã¿O POR PAGAMENTO. ART. 924, II DO CPC. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. PRELIMINAR DE NULIDADE ACOLHIDA. SENTENÃ¿A CASSADA. APLICADA TEORIA DA CAUSA MADURA. EXECUÃ¿Ã¿O EXTINTA. 1. O CÃ³digo de Processo Civil estabelece no art. 485, III a possibilidade de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos casos em que o autor abandonar a causa. 2. O CPC exige a presenÃ§a de trÃªs requisitos: o abandono do processo por mais de 30 (trinta) dias, a intimaÃ§Ã£o do patrono e a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte para se manifestar. (TJ-DF 20140310104428 - Segredo de JustiÃ§a 0010274-57.2014.8.07.0003, Relator: ROMULO DE ARAUJO MENDES, Data de Julgamento: 09/03/2017, 1Âª TURMA CÃVEL, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE: 22/03/2017 . PÃ¡g.: 606/625) 8.Â Â Â Â Â Ante o exposto, com fundamento no Art. 485, II e III, do CPC, julgo extinta, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, a presente aÃ§Ã£o. 9.Â Â Â Â Â Caso nÃ£o se trate de demanda com concessÃ£o de gratuidade de justiÃ§a, remetam-se os autos Ã UNAJ. As custas pendentes, se houverem, deverÃ£o ser pagas pela parte autora. Por razÃµes de praxe nos moldes do artigo 46 da Lei de Custas (LEI nÂº. 8.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015) na hipÃ³tese de nÃ£o pagamento das custas pelo condenado no prazo legal, o crÃ©dito correspondente serÃ¡ encaminhado para inscriÃ§Ã£o em dÃvida ativa, e sofrerÃ¡ atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e incidÃªncia dos demais encargos legais pela Secretaria de Estado da Fazenda. (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂ°. 8.583/2017). Â 0759 10.Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas e advertÃªncias legais, devendo ser adotas as exigÃªncias estabelecidas pela RESOLUÃ¿Ã¿O NÂº 20, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021. DispÃµe sobre o Procedimento Administrativo de CobranÃ§a de custas e outras despesas processuais pendentes em processos judiciais transitados em julgado, no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. ServirÃ¡ a presente decisÃ£o, inclusive por cÃ³pia, como Mandado de NotificaÃ§Ã£o/CitaÃ§Ã£o/IntimaÃ§Ã£o, nos termos do Provimento nÂº03/2009, da CJCI - TJEPA. Paragominas (PA), 21 de fevereiro de 2022 . MIRIAN ZAMPIER DE REZENDE JuÃza de Direito Respondendo pela 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas.

PROCESSO: 00006778820088140039 Ação: DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO REQUERENTE: A. F. S. REQUERIDO: J. A. C. F. Representante: OAB/PA 6977 ¿ LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA (ADVOGADO). SENTENÃ¿A PROCESSOS: 0000677-88.2018.8.14.0039 Â 0003217-19.2009.8.14.0039 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos.Â 1.Â Â Â Â Â RelatÃ³rio dispensado, nos termos do art. 459 do CPC. 2.Â Â Â Â Â Inicialmente, importante destacar que os processos se encontram parados por inÃ©rcia da parte Requerente, sendo que, a mesma nÃ£o se fez presente na audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, instruÃ§Ã£o e julgamento e seu procurador nÃ£o se manifestou sobre a certidÃ£o de fls.116, como comprometeu-se, na menciona audiÃªncia, a realizar. 3.Â Â Â Â Â A tentativa de intimaÃ§Ã£o pessoal da autora para manifestaÃ§Ã£o de interesse restou frustrada (fls.116 dos autos 000677820088140039). 4.Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pela extinÃ§Ã£o do processo. Â 5.Â Â Â Â Â AlÃ©m do mais, conforme artigo 77 do CPC, Ã© dever da parte Â¿manter atualizados seus dados cadastrais perante os Ã³rgÃ£os do Poder JudiciÃ¡rio e, no caso do Â§ 6Âº do art. 246 deste CÃ³digo, da AdministraÃ§Ã£o TributÃ¡ria, para recebimento de citaÃ§Ãµes e intimaÃ§ÃµesÂ¿.Â Deixando de fazÃª-lo e nÃ£o mais sendo encontrado, configura-se o abandono da causa. 6.Â Â Â Â Â Quando o autor deixa de proceder a atos de sua responsabilidade, permitindo a paralisaÃ§Ã£o do processo por mais de 30 dias, motiva a extinÃ§Ã£o do processo sem julgamento do mÃ©rito, conforme inciso III do artigo 485 e, segundo o inciso II do mesmo artigo, o processo serÃ¡ extinto quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligÃªncia das partes. NÃ£o Ã© razoÃ¡vel postergar o feito quando a parte autora demonstra desinteresse no seu prosseguimento. 7.Â Â Â Â Â Assim, cabÃvel a extinÃ§Ã£o do processo, em razÃ£o de seu abandono, conforme entendimento dos nossos tribunais, neste sentido: APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÃ¿Ã¿O DE ALIMENTOS. EXTINÃ¿Ã¿O. ABANDONO. APLICAÃ¿Ã¿O DA SÃ¿MULA 240 STJ. AUSÃ¿NCIA DE REQUERIMENTO. SENTENÃ¿A CASSADA. APLICAÃ¿Ã¿O TEORIA DA CAUSA MADURA. PAGAMENTO. DEMONSTRADO. EXTINÃ¿Ã¿O POR PAGAMENTO. ART. 924, II DO CPC. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. PRELIMINAR DE NULIDADE ACOLHIDA. SENTENÃ¿A CASSADA. APLICADA TEORIA DA CAUSA MADURA.

EXECUÃ¿Ã¿O EXTINTA. 1. O CÃ³digo de Processo Civil estabelece no art. 485, III a possibilidade de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos casos em que o autor abandonar a causa. 2. O CPC exige a presenÃ§a de trÃªs requisitos: o abandono do processo por mais de 30 (trinta) dias, a intimaÃ§Ã£o do patrono e a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte para se manifestar. (TJ-DF 20140310104428 - Segredo de JustiÃ§a 0010274-57.2014.8.07.0003, Relator: ROMULO DE ARAUJO MENDES, Data de Julgamento: 09/03/2017, 1Âª TURMA CÃVEL, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE: 22/03/2017 . PÃ¡g.: 606/625) 8.Â Â Â Â Â Ante o exposto, com fundamento no Art. 485, II e III, do CPC, julgo extinta, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, a presente aÃ§Ã£o. 9.Â Â Â Â Â Caso nÃ£o se trate de demanda com concessÃ£o de gratuidade de justiÃ§a, remetam-se os autos Ã UNAJ. As custas pendentes, se houverem, deverÃ£o ser pagas pela parte autora. Por razÃµes de praxe nos moldes do artigo 46 da Lei de Custas (LEI nÂº. 8.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015) na hipÃ³tese de nÃ£o pagamento das custas pelo condenado no prazo legal, o crÃ©dito correspondente serÃ¡ encaminhado para inscriÃ§Ã£o em dÃvida ativa, e sofrerÃ¡ atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e incidÃªncia dos demais encargos legais pela Secretaria de Estado da Fazenda. (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂ°. 8.583/2017). Â 0759 10.Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas e advertÃªncias legais, devendo ser adotas as exigÃªncias estabelecidas pela RESOLUÃ¿Ã¿O NÂº 20, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021. DispÃµe sobre o Procedimento Administrativo de CobranÃ§a de custas e outras despesas processuais pendentes em processos judiciais transitados em julgado, no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. ServirÃ¡ a presente decisÃ£o, inclusive por cÃ³pia, como Mandado de NotificaÃ§Ã£o/CitaÃ§Ã£o/IntimaÃ§Ã£o, nos termos do Provimento nÂº03/2009, da CJCI - TJEPA. Paragominas (PA), 21 de fevereiro de 2022 . MIRIAN ZAMPIER DE REZENDE JuÃza de Direito Respondendo pela 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas.

(REPUBLICADO POR RETIFICAÇÃO)PROCESSO: 00006866420098140039 PROCESSO ANTIGO: 200910004073 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCIO TEIXEIRA BITTENCOURT A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 08/11/2021---REQUERIDO: MICHEL FRANK MANARI BANDEIRA REQUERENTE: BANCO HONDA SA Representante(s): OAB/CE 10.422 ¿ HIRAN LEÃO DUARTE (ADVOGADO), OAB/CE 10.423 - ELIETE SANTANA MATOS (ADVOGADO). SENTENÃ¿A 1.Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o com pedido de liminar ajuizada por BANCO HONDA S.A em face de MICHEL FRANK MANARI BANDEIRA, qualificados nos autos. 2.Â Â Â Â Â Juntou procuraÃ§Ã£o e documentos (fls. 05/19). 3.Â Â Â Â Â DecisÃ£o InterlocutÃ³ria deferindo a liminar da busca e apreensÃ£o do bem objeto do pedido e determinando a citaÃ§Ã£o da parte Requerida (fls.22). 4.Â Â Â Â Â CertidÃ£o de nÃ£o apreensÃ£o do bem em razÃ£o de sua nÃ£o localizaÃ§Ã£o (fls.31). 5.Â Â Â Â Â SentenÃ§a extinguindo o processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito diante de paralisaÃ§Ã£o do feito por inÃ©rcia da parte Requerente que deveria ter manifestado interesse no feito, indicado o local onde se encontra o bem a ser apreendido e o endereÃ§o atual do devedor (fls.37). 6.Â Â Â Â Â Diante de reforma da sentenÃ§a pelo Tribunal de JustiÃ§a (fls.66), o Requerente foi intimado para cumprir a diligÃªncia que motivou a extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, o que o fez nas fls.71. 7.Â Â Â Â Â ApÃ³s nova frustraÃ§Ã£o na tentativa de busca e apreensÃ£o (fls.93), a parte autora requereu o bloqueio do bem via RENAJUD (fls.103), o que foi deferido (fls.108 e 109). 8.Â Â Â Â Â Intimado, atravÃ©s de seu advogado, para indicar o endereÃ§o do Requerido ou requerer buscas para sua localizaÃ§Ã£o, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito, o Requerente permaneceu inerte (fls.110 e 111). 9.Â Â Â Â Â Intimado pessoalmente para manifestar seu interesse no feito, atravÃ©s do cumprimento do determinado na DecisÃ£o de fl.108, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito, o Requerente permaneceu inerte (fls.115). Ã¿ o RelatÃ³rio. DECIDO. 10.Â Â Â Â Â A Ãºltima manifestaÃ§Ã£o do Requerente foi protocolada em 20 de janeiro de 2020, embora tenha sido intimado, atravÃ©s de seus advogados, em 13 de janeiro de 2021 e pessoalmente em 15 de junho de 2021. 11.Â Â Â Â Â Dentro dos princÃpios da efetividade e da eficiÃªncia processual, os processos nÃ£o podem ficar paralisados em razÃ£o da inÃ©rcia das partes. No caso em questÃ£o, nÃ£o Ã© a primeira vez que o Requerente deixa de promover atos e diligÃªncias que sÃ£o de sua incumbÃªncia, apesar de intimado para isso, o que inclusive, jÃ¡ foi motivo de extinÃ§Ã£o do processo (fls.37). 12.Â Â Â Â Â Assim, cabÃvel a extinÃ§Ã£o do processo, em razÃ£o de seu abandono, conforme entendimento dos nossos tribunais, neste sentido: APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÃ¿Ã¿O DE ALIMENTOS. EXTINÃ¿Ã¿O. ABANDONO. APLICAÃ¿Ã¿O DA SÃ¿MULA 240 STJ. AUSÃ¿NCIA DE REQUERIMENTO. SENTENÃ¿A CASSADA. APLICAÃ¿Ã¿O TEORIA DA CAUSA MADURA. PAGAMENTO. DEMONSTRADO.

EXTINÃ¿Ã¿O POR PAGAMENTO. ART. 924, II DO CPC. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. PRELIMINAR DE NULIDADE ACOLHIDA. SENTENÃ¿A CASSADA. APLICADA TEORIA DA CAUSA MADURA. EXECUÃ¿Ã¿O EXTINTA. 1. O CÃ³digo de Processo Civil estabelece no art. 485, III a possibilidade de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos casos em que o autor abandonar a causa. 2. O CPC exige a presenÃ§a de trÃªs requisitos: o abandono do processo por mais de 30 (trinta) dias, a intimaÃ§Ã£o do patrono e a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte para se manifestar. (TJ-DF 20140310104428 - Segredo de JustiÃ§a 0010274-57.2014.8.07.0003, Relator: ROMULO DE ARAUJO MENDES, Data de Julgamento: 09/03/2017, 1Âª TURMA CÃVEL, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE : 22/03/2017 . PÃ¡g.: 606/625) 13.Â Â Â Â Â Ante o exposto, com fundamento no Art. 485, II e III, do CPC, julgo extinta, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, a presente aÃ§Ã£o. 14.Â Â Â Â Â Remetam-se os autos Ã UNAJ. As custas pendentes se houverem deverÃ£o ser pagas pela parte autora. Por razÃµes de praxe nos moldes do artigo 46 da Lei de Custas (LEI nÂº. 8.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015) na hipÃ³tese de nÃ£o pagamento das custas pelo condenado no prazo legal, o crÃ©dito correspondente serÃ¡ encaminhado para inscriÃ§Ã£o em dÃvida ativa, e sofrerÃ¡ atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e incidÃªncia dos demais encargos legais pela Secretaria de Estado da Fazenda. (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂ°. 8.583/2017). Â 15.Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas e advertÃªncias legais, devendo ser adotas as exigÃªncias estabelecidas pela RESOLUÃ¿Ã¿O NÂº 20, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021. DispÃµe sobre o Procedimento Administrativo de CobranÃ§a de custas e outras despesas processuais pendentes em processos judiciais transitados em julgado, no Ã¢mbito do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡. Publique-se. Registre-se. Intime-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Paragominas/PA, 8 de novembro de 2021. MÃRCIO TEIXEIRA BITTENCOURT Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas.

PROCESSO: 00009280320198140039 A??o: EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL REQUERENTE: J. A. R. S. REPRESENTANTE: E. S. R. Representante(s): OAB/PA 26738 - JOSE WILSON ALVES DE LIMA SILVA(ADVOGADO) OAB/PA 26739 - RANIELE XAVIER DE JESUS SILVA (ADVOGADO). SENTENÇA 1. Trata-se de AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE TÍTULO JUDICIAL ajuizada por J.A.R.S. representado por ESTEFANI SILVA RAMOS, em face de JODSON DE SOUZA SILVA e MARIA DE SOUZA SILVA, qualificados nos autos. 2. Na inicial (fls.03/05) a autora aduz que a parte executada não vem cumprindo a decisão interlocutória (fl.11) que fixou pensão alimentícia em 50% do salário mínimo. 3. Recebida a Inicial foi determinado a intimação pessoal do executado para pagar os alimentos em atraso, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de pagamento, sob pena de protesto do pronunciamento judicial e prisão civil (fl.12). 4. A parte executada foi devidamente citada (fls.14/15). 5. O Ministério Público requereu a designação de audiência de instrução nos termos do art. 358 do CPC (fl.16). 6. A parte autora foi intimada por intermédio de seus procuradores, para informar se recebeu ou não as prestações alimentícias em atraso (fls.17/18) e não houve manifestação (fl.19). 7. Em parecer o Ministério Público requereu a extinção do feito sem resolução do mérito (fl.21). 8. Em despacho de fl.22 foi determinada a exclusão da requerida Maria de Souza Silva do polo passivo e intimação pessoal da autora para informar se há interesse no prosseguimento da ação (fl.22). 9. Em petição de fl.25 a autora informou que houve pagamento das prestações alimentícias atrasadas e requereu a extinção do feito (fl.25). É o Relatório. DECIDO. 10. De acordo com o que se depreende dos autos, a exequente informou que o devedor satisfez a obrigação que ensejou a presente ação, com a quitação das prestações alimentícias em atraso conforme manifestação à fl.25. 11. Ante o exposto, nos termos do art. 924, III c/c art. 925, ambos do CPC, DECLARO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, reconhecendo o adimplemento das prestações alimentícias em atraso. 12. Isento de custas processuais uma vez deferida a Justiça Gratuita. 13. Intime-se o Ministério Público. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas e advertências legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se em segredo de justiça. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Paragominas (PA), 16 de agosto de 2021. MÁRCIO TEIXEIRA BITTENCOURT Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Paragominas/PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 6 2 8 4 5 2 2 0 1 4 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCIO TEIXEIRA BITTENCOURT A??o: Procedimento Comum Cível em: 23/11/2021---REQUERENTE: ERISVALDO DA SILVA CONCEICAO Representante(s): OAB 12541 - DIOGO MARCELL SILVA NASCIMENTO ELUAN (DEFENSOR) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. SENTENÃ¿A 1.Â Â Â Â Â Trata-se

de aÃ§Ã£o de conversÃ£o de auxÃlio doenÃ§a por acidente de trabalho em aposentadoria por invalidez acidentÃ¡ria ajuizada por ERISVALDO DA SILVA CONCEIÃ¿Ã¿O, em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, estando a parte devidamente qualificada na presente aÃ§Ã£o. 2.Â Â Â Â Â Com a inicial vieram documentos, fls.12/23. 3.Â Â Â Â Â O Requerido apresentou contestaÃ§Ã£o, fls.37/53 4.Â Â Â Â Â O Requerente se manifestou em rÃ©plica, fls.56/63. 5.Â Â Â Â Â Determinou-se a intimaÃ§Ã£o do Requerente para que, no prazo de 30 (trinta) dias, dÃª entrada junto ao INSS pedindo o benefÃcio que estÃ¡ sendo pleiteado via judicial, tendo o INSS o prazo de atÃ© 90 dias para se manifestar. 6.Â Â Â Â Â Houve juntada, pela parte Requerente, de cÃ³pia da Â¿ComunicaÃ§Ã£o da decisÃ£oÂ¿, comprovando que o benefÃcio foi pleiteado perante o INSS (fls.73/76) e determinaÃ§Ã£o deste juÃzo para que o INSS apresentasse cÃ³pia da perÃcia realizada e da decisÃ£o administrativa de reconsideraÃ§Ã£o (fls.77), o que nÃ£o foi cumprido (fls.78). 7.Â Â Â Â Â Despacho determinando a produÃ§Ã£o de prova pericial (fls.80) e ofÃcio do Centro de PerÃcias CientÃficas Â¿Renato ChavesÂ¿ informando impossibilidade de realizar a perÃcia do caso em questÃ£o, por este nÃ£o se tratar de questÃ£o de competÃªncia tÃ©cnica de perito na Ã¡rea criminal. Ã¿ o que importa relatar. Decido. 8.Â Â Â Â Â De largada, fundamental frisar que a aposentadoria por invalidez serÃ¡ concedida ao segurado que ficar incapacitado para o trabalho total e permanentemente, segundo o disposto no artigo 42 da Lei 8.213/91. Ã¿ vista disso, tem-se necessÃ¡rio o preenchimento de trÃªs requisitos para a concessÃ£o da aposentadoria por invalidez, quais sejam: 1- a existÃªncia de incapacidade laborativa total e permanente; 2- cumprir a carÃªncia, quando exigida e; 3- a qualidade de segurado na Ã©poca do surgimento da incapacidade. 9.Â Â Â Â Â No caso em questÃ£o, a qualidade de segurado restou comprovada diante da concessÃ£o do benefÃcio de auxÃlio acidente pelo prÃ³prio INSS sem resistÃªncia, conforme consta nos autos (fls.75), no mais, compreendo que a carÃªncia resta incontroversa na demanda. Com relaÃ§Ã£o Ã prova da incapacidade, no entanto, a perÃcia atestou que nÃ£o se constata, no caso em questÃ£o, a incapacidade para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual (fls.74). 10.Â Â Â Â Â Segundo o princÃpio da nÃ£o-adstriÃ§Ã£o ao laudo pericial, o julgador apenas poderÃ¡ deixar de basear suas decisÃµes nas conclusÃµes do perito, caso as demais provas presentes nos autos indiquem, com seguranÃ§a, que os fatos nÃ£o ocorreram conforme descritos pelo experto, o que nÃ£o ocorre no caso em questÃ£o. 11.Â Â Â Â Â No caso em questÃ£o, entre os documentos juntados pelo prÃ³prio Requerente, hÃ¡ outros laudos mÃ©dicos que comprovam a nÃ£o incapacidade laborativa do Requerente, como o de fls.13, que em 2014, atestava Â¿Eixo cervical preservadoÂ¿ e Ã© exatamente a coluna cervical e a clavÃcula que o Requerente afirma terem sofrido lesÃµes de forma tÃ£o grave que resultou em sua incapacidade laborativa permanente. 12.Â Â Â Â Â Assim sendo a improcedÃªncia do pedido de aposentadoria por invalidez Ã© medida que se impÃµe, restando provado que nÃ£o hÃ¡ incapacidade laborativa permanente da parte autora, e compreendendo que maiores provas documentais se mostram desnecessÃ¡rias para formaÃ§Ã£o da convicÃ§Ã£o desse magistrado, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral, nos termos do artigo 487, I do CPC. 13.Â Â Â Â Â Restam as partes advertidas, desde logo, que a oposiÃ§Ã£o de embargos de declaraÃ§Ã£o fora das hipÃ³teses legais e/ou com natureza infringentes, importarÃ¡ a multa do artigo 1026, Â§2Âº, do CPC. Em caso de recurso de apelaÃ§Ã£o, ciÃªncia Ã parte contrÃ¡ria para, querendo, apresentar contrarrazÃµes no prazo de 15 dias Ãºteis (art. 1.010 Â§1Âº do CPC). ApÃ³s, subam os presentes autos ao Tribunal, com nossas homenagens e cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. 14.Â Â Â Â Â Isento de custas e honorÃ¡rios advocatÃcios, visto a concessÃ£o dos benefÃcios da justiÃ§a gratuita; 15.Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas e advertÃªncias legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Paragominas/PA, 23 de novembro de 2021. MÃRCIO TEIXEIRA BITTENCOURT Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara CÃvel e Empresarial Comarca de Paragominas/PA.

PROCESSO: 00010382920088140039 A??o: EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL em: ---REQUERENTE: V. L. C. S. REP LEGAL: M. C. S. REQUERIDO: A. R. F. Representante: OAB/PA 17945 ¿ RUANDERSON DIAS CAETANO (ADVOGADO). SENTENÇA 1. Trata-se de AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE FIXOU ALIMENTOS ajuizada por V.L.C.F., representado neste ato por sua genitora a Sra. MARIA CARVALHO SILVA em face de ADILSON RODRIGUES FURTADO, qualificados nos autos. 2. Na inicial (fls. 79/80) a autora requer o cumprimento da sentença homologatória de fls.85/85Vº que fixou alimentos em 32,01% (trinta e dois vírgula zero um por cento) do salário-mínimo. 3. Juntou documentos. (fls. 81/85), em especial sentença que fixou alimentos de fl. 85/85vº e planilha demonstrativa de débito alimentar de fl.81. 4. Recebida a inicial foi determinado a intimação do executado para pagar os alimentos em atraso,

provar que o fez ou justificar a impossibilidade de pagamento, sob pena de protesto de pronunciamento judicial e prisão civil (fl.86). 5. Em devolução da carta precatória o oficial de justiça certificou que citou o executado (fl.106vº) e este apresentou manifestação em fls. 93/93vº propondo à exequente acordo para pagamento da pensão alimentícia. 6. A exequente foi intimada a se manifestar quanto a proposta de acordo ofertada pelo executado (fl.97) e manteve-se inerte como certificado em fl.108. 7. O Ministério Público requereu nova intimação pessoal da autora para manifestar-se acerca da proposta de acordo (fl. 109vº). Determinada a intimação da exequente em despacho de fl. 110. 8. O oficial de justiça certificou que deixou de intimar a exequente pois no endereço informado no mandado não constavam dados que possibilitaram êxito na diligência (fls.112/113). 9. A Defensoria Pública informou que tentou contato telefônico várias vezes com a requerente, mas não obteve êxito (fl.113vº). 10. O Ministério Público requereu a intimação da requerente no endereço informado na inicial de fl.79. (fl.114vº). 11. A autora foi intimada para se manifestar quanto ao acordo proposto em fl.93 e quedou-se inerte (fls.117/119). 12. O órgão ministerial nada requereu em fl. 120vº. É o Relatório. DECIDO. 13. O executado foi citado (fl.106vº) e apresentou proposta de acordo para pagamento das parcelas alimentícias em atraso (fl.93/93vº), intimada pessoalmente a manifestar-se acerca do acordo a autora quedou-se inerte (fl.117/119). 14. Ante o exposto, tendo em vista a ausência de interesse processual da exequente em diligenciar em atos que lhe incumbem para o desenvolvimento regular do processo, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias apesar de devidamente intimada julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos do Art. 485, III, IV e VI do CPC. 15. Isento de custas processuais e honorários advocatícios, uma vez deferida a Justiça Gratuita. 16. Intime-se a Defensoria Pública. Intime-se o Ministério Público. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas e advertências legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Paragominas (PA), 28 de julho de 2021. MARCIO TEIXEIRA BITTENCOURT Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Paragominas.

PROCESSO:00043732920198140039 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MÍRIAN ZAMPIER DE REZENDE A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/05/2021--- REQUERIDO:GERILSON DOS SANTOS G JUNIOR Representante(s): OAB 30133 - IOLINDEMBERG MENDES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERENTE: BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 12.002 - CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS (ADVOGADO). SENTENÇA. SENTENÇA 1. Trata-se de ação de busca e apreensão com pedido liminar ajuizada por BANCO BRADESCO S.A em face de GERILSON DOS SANTOS G. JUNIOR, qualificados nos autos, na qual o banco requerente pleiteia a busca e apreensão do veículo Fiat/Uno Way 1.0, cor branca, placa OMH1226, ano de modelo/fabricação 2012/2013, chassi nº 9B019516200380810, tendo em vista o inadimplemento da parte requerida. 2. Juntou procuração e documentos (fls. 09/54). 3. Recebida a inicial, a medida liminar foi deferida (fls. 65/66), citado pessoalmente o requerido (fls. 77/79) e certificada a realização da diligência de Busca e Apreensão do veículo em 09.11.2020, com sua entrega a fiel depositário indicado pela parte autora (fl. 80). 4. Proposta de acordo formulada pelo requerido (fls. 70/72). 5. Petição formulada pelo requerido requerendo a notificação da parte autora para informar conta bancária para depósito integral dos valores indicados na petição inicial (fl. 75). 6. Auto de Busca e Apreensão (fls. 81/83). 7. Manifestação da parte autora pelo desinteresse no acordo proposto pela parte requerida e requerendo julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, CPC (fl. 85). É o que importa relatar. Decido. 8. Inicialmente, importante destacar que o presente processo se refere à busca e apreensão de veículo alienado fiduciariamente, que deve seguir o rito processual descrito no Decreto-Lei nº 911/69. 9. Entendo que para o manejo da ação de busca e apreensão, são necessários, para constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, o contrato celebrado entre as partes, o inadimplemento das obrigações contratadas e a comprovação da efetiva constituição em mora do devedor fiduciário. 10. No caso dos autos, o devedor fiduciário foi devidamente constituído em mora (fls. 23), sendo incontroverso o inadimplemento das obrigações contratadas. 11. A mora de obrigação contratual garantida por alienação fiduciária faculta ao credor considerar, de pleno direito, vencidas todas as obrigações contratuais (Art. 2º, §3º, do Decreto-Lei 911/69), motivo pelo qual, para sua purgação, necessário o pagamento da integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial (Art. 3º, §2º, do Decreto-Lei 911/69). 12. Para purgação da mora, necessário o pagamento da integralidade do débito, conforme acima exposto. Nesse sentido, também, o entendimento de nossos Tribunais, senão vejamos: DIREITO BANCÁRIO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PURGA DA MORA. INTEGRALIDADE DA DÍVIDA. STJ. RECURSO REPETITIVO. SUCUMBÊNCIA RECURSAL. 1. O STJ julgou o recurso especial repetitivo nº 1.418.593/MS, em que se firmou o entendimento de que, para

contratos firmados após a Lei 10.931/2004, não se faz mais possível deferir a purga da mora no âmbito da ação de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente com base no Decreto-lei nº 911/69 a partir apenas do depósito das parcelas vencidas. 2. A tese firmada pelo STJ no julgamento citado apenas confirma a dicção legal do Decreto-Lei n 911/69, artigo 2º, caput, e §§ 1º e 2º, que é explícito ao impor o pagamento da integralidade da dívida para que seja possível a restituição do bem. 3. Uma vez configurada a mora ou o inadimplemento, o Decreto-lei nº 911/1969 prevê que, se o devedor fiduciante pagar a integralidade da dívida, o bem lhe será restituído livre de ônus. Por outro lado, se não houver o pagamento integral da dívida, a propriedade se consolidará em favor do credor fiduciante. 4. Reconhecida a sucumbência recursal, devem os honorários advocatícios ser majorados, nos termos do art. 85, § 11º, do CPC. 5. Recurso conhecido e não provido. (TJDF 20150310274167 0026927-03.2015.8.07.0003, Relator: ANA CANTARINO, Data de Julgamento: 23/02/2017, 8ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE: 08/03/2017. Pág.: 378/391) 13. Assim, tendo a requerida deixado de comprovar o pagamento ou depósito do valor devido, subsistindo a sua mora, a presente ação deve ser julgada procedente. Nesse sentido: APELAÇÃO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. VEÍCULO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE. REJEIÇÃO. REVISÃO DE CLÁUSULAS. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. TABELA PRICE. LIMITAÇÃO DOS JUROS. PURGA DA MORA. AUSÊNCIA. NULIDADE DO AUTO DE APREENSÃO. AUSÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Interposto o recurso de apelação dentro do prazo legal, afasta-se a preliminar de não conhecimento por intempestividade. 2. Embora seja possível deduzir, em sede de contestação à ação de busca e apreensão, matéria afeta a existência de capitalização, o reconhecimento da nulidade de cláusulas contratuais não é suficiente para elidir a mora, que decorre "do simples vencimento do prazo para pagamento" (artigo 2º, § 2º do Decreto-Lei nº 911/69). Inteligência da Súmula 380 do STJ. 3. Inexistindo prova da realização de pagamento ou depósito, subsiste a mora do devedor, fundamento hábil a embasar a procedência da busca e apreensão do bem objeto de contrato com alienação fiduciária. 4. Constatado que o auto de apreensão do veículo foi lavrado de acordo com ordem judicial e por oficial de justiça, não há que se falar em sua nulidade por ter sido efetivado via administrativa. 5. Recurso desprovido. (TJ-DF 20160110074026 0002222- 10.2016.8.07.0001, Relator: GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA, Data de Julgamento: 10/05/2017, 7ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 19/05/2017 . Pág.: 686-692) De se observar ainda que as manifestações formuladas pela parte requerida em fls. 70/72 e 75 não são capazes de elidir a obrigação ou suspender o prazo para a realização do pagamento que a ela competia, o qual possui meios jurídicos adequados de efetivação. 14. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO (Art. 487, I, do CPC), para tornar definitiva a liminar concedida, declarando consolidadas a propriedade e posse plena e exclusiva do veículo descrito na inicial, no patrimônio do credor fiduciário (autor), assim que apreendido, ficando desde já autorizada sua alienação e a expedição de novo certificado de registro de propriedade, nos termos do Art. 3º, §1º, do Decreto-Lei nº 911/69, alterado pela Lei nº 10.931/2004. 15. Condeno o requerido ao pagamento, ao autor, das custas processuais que antecipou (Art. 82, §2º, do CPC), e, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa (Art. 85, §2º, do CPC). 16. Remetam-se os autos à UNAJ. As custas pendentes se houverem deverão ser pagas pela parte autora. Por razões de praxe nos moldes do artigo 46 da Lei de Custas (LEI nº. 8.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015) na hipótese de não pagamento das custas pelo condenado no prazo legal, o crédito correspondente será encaminhado para inscrição em dívida ativa, e sofrerá atualização monetária e incidência dos demais encargos legais pela Secretaria de Estado da Fazenda. (Redação dada pela Lei n°. 8.583/2017). 17. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas e advertências legais, devendo ser adotas as exigências estabelecidas pela RESOLUÇÃO Nº 20, DE 13 DE OUTUBRO DE 2021. Dispõe sobre o Procedimento Administrativo de Cobrança de custas e outras despesas processuais pendentes em processos judiciais transitados em julgado, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Paragominas/PA, 25 de fevereiro de 2022 MÍRIAN ZAMPIER DE REZENDE Juíza Substituta respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Paragominas/PA.

PROCESSO:00070948520188140039 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MÍRIAN ZAMPIER DE REZENDE A??o: Procedimento Comum Cível em: 23/11/2020---REQUERENTE:MAURICIO DE SOUZA RODRIGUES Representante(s): DIOGO MARCELL SILVA NASCIMENTO ELUAN (DEFENSOR) REQUERIDO:UNIAO NORTE DO PARANA DE ENSINO S A Representante(s): OAB 109730 - FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (ADVOGADO). SENTENÇA. SENTENÇA Proc. N° 0007094-85.2018.8.14.0039 Trata-se de ação de obrigação de fazer com tutela satisfativa de urgência c/c

reparação por danos morais ajuizada por MAURÍCIO DE SOUZA RODRIGUES em face de UNIÃO NORTE DO PARANÁ DE ENSINO S.A, estando as partes devidamente qualificadas na presente ação. Com a inicial vieram documentos, fls.12/17, em especial registros de identificação da parte autora, extrato de disciplinas e cópia de mensagem eletrônica no tocante a situação do autor quanto a conclusão do curso. O autor alega na inicial, que cursou licenciatura em educação física na instituição requerida. Contudo, no ano de 2017, apesar de haver sido habilitado para realização do ENADE, não realizou a prova em função de esta não haver sido aplicada pela requerida. Dessa forma, o autor afirma que ficou em situação irregular perante o ENADE, fato que ocasionou na impossibilidade de participar de sua formatura, vez que não possuía o ¿¿ status¿¿ de formado no sistema da instituição ré. A parte autora salienta que ao tomar conhecimento de iminente processual judicial a sua nota perante o ENADE foi regularizada. Todavia, aduz que por negligência da ré não pôde participar de sua colação de grau, razão pela qual ingressou com a presente demanda para entrega de seu diploma e condenação da requerida em danos morais na importância de trinta mil reais. Em decisão à fl.18, houve indeferimento da liminar pleiteada. A parte requerida devidamente citada, apresentou contestação, fls.24/46, alegando culpa do requerente, impossibilidade de inversão do ônus da prova e danos morais, inexistência de nexo-causal, vedação ao enriquecimento ilícito e observância do princípio da eventualidade com aplicação de correção monetária e dos juros moratórios. O requerente apresentou réplica à contestação, fls.50/53, oportunidade em que apresentou documentos que comprovam a conclusão do curso pelo autor e informação de dispensa do Enade 2018. Em nova manifestação as fls.58/59, a requerida informa cumprimento espontâneo da obrigação de fazer pleiteada pelo autor. O requerente, fl.64, informou que houve entrega do diploma de conclusão do curso, bem como salientou intenção na manutenção da demanda no tocante aos danos morais. Oportunizou-se a produção de provas pelos litigantes, fl.65, ocasião em que o autor requereu o chamamento do feito à ordem para saneamento da demanda, se mantendo a ré inerte, conforme certidão à fl.70. É O BREVE RELATO.DECIDO. Defiro a gratuidade pleiteada ao requerente, vez que dos autos não se extrai elementos que a desabonem. Oportunizado a produção de provas, a parte requerente pugnou pela prolação de decisão de saneamento, nos termos do artigo 357, do CPC. Pois bem, no mérito, a lide comporta julgamento antecipado, nos moldes do artigo 355, I do CPC, porquanto do arrazoado das partes e das provas documentais já carreadas aos autos pode-se extrair o desate da controvérsia, mostrando-se irrelevante para a solução da demanda, a prolação de decisão de saneamento ou a produção de prova oral. Lembre-se que as provas produzidas no processo se destinam à formação do livre convencimento do magistrado e, por isso, a antecipação do julgamento não caracteriza cerceamento de defesa se os aspectos relevantes da causa estão suficientemente líquidos para embasar a decisão. Nesse sentido: ¿¿ A decisão pela necessidade ou não da produção de prova é uma faculdade do magistrado, a quem caberá decidir se há nos autos elementos e provas suficientes para sua convicção. (STJ, 2ª Turma, REsp n° 944.975-RS, Rel. Min. CASTRO MEIRA, julgado em 07/08/2007, DJ 20/085/2007). ¿¿Constantes dos autos elementos de prova documental suficientes para formar o convencimento do julgador, inocorre cerceamento de defesa se julgada antecipadamente a controvérsia¿¿. (STJ, 4ª Turma, AgRg no Ag 14952/DF, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEXEIRA, Julgado em 04/12/1991, Dj 03/02/1992, p.472) Registro, ainda, que cabe ao Juiz, nos termos do artigo 139, II, do Código de Processo Civil, velar pela rápida solução do litígio, bem assim, com fundamento no artigo 370, parágrafo único, do Código de Processo Civil, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências que se mostrarem desnecessárias, como no caso em tela constitui a dilação probatória. Compulsando os autos, resta cristalino que a relação jurídica entre os litigantes está acobertada pelo Código de Defesa do Consumidor, vez que o autor se encontra configurado como adquirente de serviço e a instituição ré como prestadora desses, consoante inteligência dos artigos 2 e 3, da lei 8.078/1990. Além da responsabilidade objetiva, na espécie incidem outras regras do sistema protetivo do consumidor, em especial aquelas que asseguram a inversão do ônus da prova em benefício do consumidor hipossuficiente, artigo 6, VIII do Código de Defesa do Consumidor. No mais, a inversão do ônus da prova nas relações de consumo busca a proteção e a facilitação da defesa do consumidor em juízo. Assim, por se tratar de questão consumerista, bem como sendo a parte autora hipossuficiente, na medida em que há uma dificuldade do consumidor de ordem técnica e jurídica de produzir provas em juízo, inverto o ônus da prova. No mérito a ação é procedente. A parte autora alegou em sua peça de início, que por negligência da instituição de ensino não pôde participar de sua formatura, vez que esta o habilitou para participar do ENADE, porém, não aplicou a prova. Dessa forma, caberia a parte requerida, nos termos do artigo 373, II do CPC, provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, o que não o fez, já que sua peça de defesa não contra-argumentou de forma pormenorizada as alegações do requerente, pelo contrário, se limitou em apresentar argumentos genéricos, que não a desincumbiram de seu ônus probatório. No mais, a parte requerida, conforme se extrai dos documentos apresentados, anuiu com pleito autora, vez que, de forma

espontânea, carreou aos autos documentos que comprovam a entrega do diploma, fl.58-verso, o que foi, inclusive, confirmado pelo requerente, fl.64. Em assim sendo, a controvérsia nos autos se limita quanto ao pleito de fixação de danos morais pela conduta perpetrada pela requerida, nesse caminho, não houve argumentos robustos que desabonem o pleito autoral no tocante a fixação de verba indenizatória. Pois bem. Em regra, o diploma deveria ser entregue no ato da solenidade de graduação, em decorrência de sua própria solenidade e por espelhar a realidade de que determinada pessoa logrou êxito no curso. Todavia, evidencia-se conduta negligente da requerida ao impedir a formatura do requerente por ato por ela praticado e, pela via de consequência, a celebração de sua conquista perante familiares e amigos. No que diz respeito aos danos morais, a legislação atual prefere deixar a critério do julgador a fixação do quantum devido, nessa linha, para fixação do valor indenizatório, deve-se observar as disposições dos artigos 186 e 927, do Código Civil, senão vejamos: ¿¿Artigo 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.¿¿ ¿¿Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.¿¿ Em sendo assim, para que reste reconhecido o cabimento da indenização, é imperiosa a demonstração de ocorrência de conduta antijurídica que cause dano, bem como nexo de causalidade entre a conduta praticada e o dano sofrido. No caso em comento, vez que se trata de relação de consumo, aplica-se a responsabilidade civil objetiva, ou seja, a obrigação de reparar independente da demonstração de culpa, bastando a caracterização do defeito no serviço, o dano e o nexo de causalidade para que se imponha ao fornecedor a obrigação de reparar o prejuízo causado, nessa perspectiva a redação do artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor: ¿¿ Artigo 14- O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.¿¿ O autor, ao imputar a requerida conduta negligente no trato do pacto contratual firmado entre os mesmos, argumentando haver sido impedido de acessar seu diploma por oportuno da colação de grau, fato que lhe causou transtornos, imputou à ré, conforme acima salientado, o ônus da prova do qual esta não se desvencilhou. Logo, cogente se mostra reconhecer a falha na prestação do serviço. É imperioso ressaltar que, o mero de descumprimento de contrato mão gera dano moral, todavia, restará configurada a ofensa quando se mostra inconteste, como no caso em comento, o abuso de direito no não cumprimento do ajuste ou conduta, comissiva ou omissiva, que repercuta diretamente na prática do ato ilícito. Nesse sentido a jurisprudência: APELAÇÃO. DIREITO DO CONSUMIDOR. ATRASO NA ENTREGA DE DIPLOMA. FALHA NO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Incumbe ao réu demonstrar fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito do autor, conforme dispõe o artigo 373, II, do Código de Processo Civil. 2. A conclusão de um curso superior ou técnico é momento acompanhado de grande expectativa e de novas oportunidades acadêmicas e profissionais, restando configurado o dano moral quando há atraso injustificado e não razoável na emissão e entrega do diploma. 3. No momento do arbitramento do valor dos danos morais o Julgador deve avaliar todos os panoramas da causa, como a capacidade econômica do ofendido, o patrimônio do ofensor, dentre outros, tendo em vista que a indenização deve pautar-se pelos Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade, de forma a ser suficiente para recompensar a vítima, sem implicar em enriquecimento sem causa. 4. Apelação conhecida e não provida. (TJDF. APC 0711328- 29.2019.8.07.0007 AC 124.6231; Oitava Turma Cível; Relator: Des. Eustáquio de Castro; Julg. 29/04/2020; Publ. PJe 12/05/2020). APELAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CC. PEDIDO DE DANOS MORAIS. ATRASO NA ENTREGA DO DIPLOMA. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. O atraso injustificado no cumprimento de obrigação assumida pela Ré configura ato lesivo à integridade moral da consumidora Autora. Evidência nos autos capaz de ensejar o dever de reparação moral. Quantum indenizatório fixado de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade no patamar de R$ 5.000,00, conforme as peculiaridades do caso. Reforma parcial da sentença, com reconhecimento da sucumbência da Ré. RECURSO DA AUTORA PROVIDO. (TJSP. AC 1071897-38.2018.8.26.0100; Ac. 13455840; São Paulo; Vigésima Oitava Câmara de Direito Privado; Relator: Des. Berenice Marcondes Cesar; Julg. 10/11/2011; DJESP 08/04/2020; Pág. 2287). APELAÇÃO CÍVEL DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PEDIDOS DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. Expedição de diploma de graduação. Demora injustificada na entrega do documento que somente restou disponibilizado à autora após o ajuizamento da ação. Indenização por dano moral devida. Caracterizado o dano de ordem subjetiva frente à ocorrência de situação que extrapola os limites do razoável, aceitável e usualmente esperado em casos símiles. Quantum indenizatório mantido.

Adequação aos parâmetros da câmara. Juros de mora que têm por termo inicial a data da citação frente à origem contratual do direito à reparação. Artigos 405 do Código Civil e 240, caput, do Código de Processo Civil. Adequação de ofício. UNÂNIME. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO E, DE OFÍCIO, ALTERARAM O TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE A CONDENAÇÃO. (Apelação Cível Nº 70071803365, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Katia Elenise Oliveira da Silva, Julgado em 14/12/2016). Contudo, importante ainda ter em mente que o julgador deve evitar o enriquecimento sem causa e tendo como base a narrativa processual, bem como o cumprimento espontâneo da obrigação, consubstanciada na entrega do diploma e que a humilhação e a dor não são aferíveis economicamente, de modo que a intenção é amenizar esses sentimentos, assim caracterizada a responsabilidade da requerida e o dano, necessário que seja, o autor, indenizado (CC-arts. 186 e 927) e o valor da indenização deve ser fixado ¿¿ mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado o autor da ofensa. ¿¿ (RT 706/67), bem como a capacidade financeira das partes. Dessa forma, com base no constante dos autos, assim como pautada na observância dos requisitos acima narrados, entendo satisfatória a fixação do dano moral na quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil) reais. Ante o exposto, conforme o contido na demanda e com base nas premissas acima mencionadas, julgo PROCEDENTE o pedido com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para: 1- Condenar a parte requerida, em indenizar o autor, na importância de R$ 5.000,00 (cinco mil) reais, a título de dano moral, cujo valor deve ser corrigido monetariamente partia da data de arbitramento, conforme súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, e com incidência de juros de mora de (um por cento) ao mês, a partir da citação da parte promovida, artigo 219, do CPC. 2- Homologar o reconhecimento do pedido com relação à obrigação de fornecer o diploma, nos moldes do artigo 487, III, ¿¿ a¿¿, Código de Processo Civil. Em virtude da sucumbência, condeno a parte requerida em custas e despesas processual, bem como em honorários advocatícios, os quais arbitro de 20 (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, do Código de Processo Civil. A correção monetária sobre a verba honorária deve ser feita pela taxa SELIC a partir do trânsito em julgado nos termos do artigo 85, § 16º, do CPC c/c artigo 406, do CC. Advirto o requerido que o não pagamento no prazo legal acarretará na inscrição em Dívida Ativa e sofrerá atualização monetária e incidência dos demais encargos legais pela Secretaria de Estado da Fazenda, conforme artigo 46, da lei 8.328/2015. Saliento que o cumprimento de sentença deverá ser peticionado de forma digital (cadastrado como incidente processual apartado, instruindo-se com as principais peças do processo de conhecimento, tais como petição inicial, contestação, petição da reconvenção, sentença, acórdãos, certidão de trânsito em julgado, etc.). Alerte-se às partes que embargos declaratórios não se prestam à revisão de fatos e provas, nem à impugnação da justiça da decisão, cabendo sua interposição nos estreitos limites previstos nos artigos 1.022 do CPC. A interposição de embargos declaratórios meramente protelatórios ensejará a aplicação de multa, nos termos do artigo 1.026, § 2º, do CPC. E será considerado ato protelatório a interposição de embargos prequestionadores, ante o caráter devolutivo do recurso de apelação. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver mais juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo ¿¿ a quo¿¿ (artigo 1010 do CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária, caso possua advogado, para oferecer contrarrazões recursais, no prazo legal. Em seguida, encaminhem-se os autos ao E. TJPA (art. 1.009, § 3º, do NCPC), com as homenagens de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos oportunamente. Paragominas, 16 de novembro de 2020. RACHEL ROCHA MESQUITA DA COSTA Juíza de Direito.

PROCESSO:00017217320188140039 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MÍRIAN ZAMPIER DE REZENDE A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/07/2021---REQUERENTE:JOSE ANTONIO PINHEIRO DE VILHENA Representante(s): OAB 15808 - PAULO DE SOUSA MOTA (ADVOGADO) OAB 16133 - ZIVIANE SILVA DE ARAUJO (ADVOGADO) REQUERIDO:ALCINDO CAMPOS Representante(s): OAB 19588 - KHAREN KAROLLINNY SOZINHO DA COSTA (ADVOGADO) OAB 20656 - CORACY MARIA MARTINS DE ALMEIDA LINS (ADVOGADO). SENTENÇA. PROCESSO nº: 0001721-73.2018.8.14.0039 REQUERENTE: José Antônio Pinheiro de Vilhena REQUERIDO: Alcindo Campos SENTENÇA Vistos e examinados os autos. I - Cuida-se de AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS movida por JOSÉ ANTÔNIO PINHEIRO DE VILHENA representado por advogado em face do ALCINDO CAMPOS. II - Dispõe o autor, em sede de petição inicial (fls. 03/08), que sofreu ato difamatório perpetrado por ALCINDO CAMPOS durante a reunião oficial de final de ano na sede da Federação Paraense de Judô, momento em que o requerido supostamente haveria

imputado fatos violadores à honra do requerente. II ¿ Autor apresenta documentos (fls. 09/13) III ¿ Contestação pela parte ré (fls. 25/27). IV ¿ Réplica à contestação apresentada pela parte autora (fls. 35/40); novos documentos acostados pelo autor (fls. 43/48) V ¿ Audiência de Instrução e Julgamento realizada em 19 (dezenove) de junho de 2019, com oitiva de testemunhas do acusado. Apresentadas alegações finais, vieram conclusos os autos. É a síntese do necessário. Doravante, decido. DO MÉRITO Presentes os pressupostos processuais e os requisitos de admissibilidade da demanda, já tendo sido analisadas eventuais preliminares e prejudiciais de julgamento do mérito em momento processual anterior, passo ao exame do mérito. Cuidam-se os autos de ação de reparação de danos morais, afirmando a parte requerente que sofreu prejuízo imaterial ao ter sua honra violada por suposto ato de difamação praticado pelo requerido durante a reunião oficial de final de ano na sede da Federação Paraense de Judô. Com efeito, narra o autor que teria incidido o réu em ato ilícito quando, enquanto presidente, na reunião de final de ano da referida Federação, na qual não estava presente o requerente, após leitura da lista de indicados para promoção interna, teria afirmado ser contrário à promoção do ora autor, afirmando que o mesmo não possuiria os requisitos morais para tanto, por ter supostamente solicitado recursos financeiros para que votasse em uma das chapas durante o pleito eleitoral da gestão 2017/2019. Tem-se como ponto controvertido a existência dos fatos trazidos na causa de pedir da demanda, já que o requerido afirma que durante a reunião não foram proferidas falas desabonadoras à honra do requerente. No mérito, o pedido revela-se improcedente. O princípio da dignidade da pessoa humana está erigido como valor fundamental do Estado Democrático de Direito, constituindo seu fundamento último e valor-fonte de onde emanam todos os direitos inerentes à pessoa. Este princípio deve ser entendido partindo da premissa kantiana de ser o homem um fim em si mesmo, nunca instrumento para fins outros, pois em torno de suas reais necessidades que as normas jurídicas devem se inclinar. Tendo isso em conta, decorrem diretamente da cláusula geral de tutela da dignidade humana ora explicitada os direitos da personalidade, cuja violação enseja o surgimento de danos morais, passíveis de reparação, conforme art. 5º, X, Constituição Federal. Segundo ensinamento de Maria Celina Bodin de Moraes (Danos à Pessoa Humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais, 2003, Renovar, p. 132-133), ocorrem danos morais quando da violação a uma situação jurídica subjetiva extrapatrimonial, que encontra proteção em nosso ordenamento jurídico por meio da cláusula geral de tutela da personalidade consagrada em nossa Constituição Federal, decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana. Elenca a autora os quatro substratos componentes da dignidade da pessoa humana, a saber: igualdade, liberdade, integridade psicofísica e solidariedade, que, caso violados, ensejarão situação de dano de caráter extrapatrimonial indenizável. Por outro lado, constitui princípio geral de direito, informador de toda a teoria da responsabilidade civil, que o dever de indenizar somente é imputado a quem causa indevidamente dano a outrem em razão de uma conduta em desconformidade com o ordenamento jurídico. Nessa ótica, nos termos dos arts. 186 e 927, do Código Civil, a conduta culposa, o dano e o nexo de causalidade são elementos essenciais da responsabilidade civil, sendo que, sem referida trilogia, não há que se cogitar a existência de uma obrigação indenizatória. Isso posto, no caso dos autos, não há comprovação robusta de que o réu tenha imputado ao autor da demanda os fatos violadores da sua honra na forma narrada na petição inicial. De fato, não se considera abstratamente ilícita prova produzida em decorrência de gravação unilateral de conversas telefônicas, no sentido do entendimento consolidado de nossas Cortes Superiores, conforme se depreende do seguinte excerto: "na linha da jurisprudência desta Corte e do col. Supremo Tribunal Federal, 'é lícita a prova produzida a partir de gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, quando não existir causa legal de sigilo ou de reserva da conversação' (RE n. 630.944 AgR, Segunda Turma, Rel. Min. Ayres Britto, DJe de 19/12/2011). Contudo, a gravação trazida aos autos, ainda que considerada licitamente produzida, não produz suporte probatório apto à comprovação do pedido autoral, posto que seu conteúdo advém de situação de informalidade, sem compromisso de veracidade das informações prestadas, que, diga-se, não foram reiteradas em sede de colheita de prova oral em audiência, ante a ausência das testemunhas da parte requerente. Da ata notarial trazida em fls. 46/49, do mesmo modo, nada se extrai acerca dos fatos narrados, tendo em vista retratar apenas a existência de conversa em aplicativo de mensagens instantâneas em que o interlocutor narra ter sido informado por terceiros acerca dos acontecimentos ora controvertidos. Ademais, as testemunhas ouvidas em juízo arroladas pela parte requerida estavam presentes na reunião oficial de final de ano na sede da Federação Paraense de Judô e afirmaram não terem ciência de imputação pelo réu de conduta ofensiva à honra do autor. O ônus probandi competia ao autor, nos termos do art. 373, inciso I, do CPC. Sendo assim, não restando devidamente comprovada a existência de conduta culposa por parte do réu, improcedente o pedido de responsabilização civil por eventuais danos morais causados ao autor. DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pela parte autora, resolvendo o mérito nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a parte requerente ao pagamento de

custas processuais. Condeno a requerente ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa em favor do(a) advogado(a) da parte requerida, na forma do art. 85, § 2º., I e III, do CPC. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimentos, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. SE NECESSÁRIO, CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO/OFÍCIO, conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJ/CI 003/2009, devendo o Diretor observar o disposto nos artigos 3º e 4º. Paragominas (PA), 24 de fevereiro de 2022 MIRIAN ZAMPIER DE REZENDE Juíza de Direito Respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Paragominas.

P R O C E S S O : 0 0 0 1 3 6 1 4 1 2 0 1 8 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MÍRIAN ZAMPIER DE REZENDE A??o: Procedimento Comum Cível em: 27/11/2020---REQUERENTE: JOAO CLAUDIO ROSA Representante(s): OAB/PA 6977 - LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA (ADVOGADO) REQUERIDO:CLARISSE PINHEIRO CORREA Representante(s): OAB/PA 10.049-B ¿ NILVANE PIMENTA CABRAL (ADVOGADO), OAB/PA 8798-B - MARIO ALVES CAETANO (ADVOGADO). SENTENÇA. PROCESSO nº: 0001361-41.2018.8.14.0039 REQUERENTE: João Cláudio Rosa REQUERIDO: Clarisse Pinheiro Corrêa SENTENÇA Vistos e examinados os autos. I - Cuida-se de AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS MATERIAIS movida por JOÃO CLÁUDIO ROSA representado por advogado em face do CLARISSE PINHEIRO CORRÊA. II - Dispõe o autor, em sede de petição inicial (fls. 03/05), que adquiriu em 11/07/2005 terreno localizado no Lote 11, Quadra 14, Loteamento JK, cujas dimensões consistem em 15 metros de frente e fundos e 30 metros pelas laterais, totalizando 450m², confrontando-se pela frente com a Rua Casemiro de Abreu, pelos fundos com o Lote 12, pela lateral esquerda com o Lote 09, e pela lateral direita com o Lote 13. Salienta que a parte requerida possuía procuração pública que lhe autorizava a representar a outorgante REGINA PAULA NASCIMENTO DA SILVA perante a empresa NIRVANA IMOBILIÁRIA LTDA. Narra que no ano de 2017, ao buscar efetuar a regularização da escritura do imóvel perante o Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, tomou conhecimento de que o documento firmado pela requerida não possuía validade para regularizar o imóvel, posto que a parte signatária não correspondia ao representante da empresa, informando referido Cartório, ainda, que a área fora registrada em nome de terceiros. Pleiteia indenização no valor de R$64.500,00 (sessenta e quatro mil e quinhentos reais), valor atual do imóvel conforme orçamento elaborado por imobiliária. II ¿ Autor apresenta documentos (fls. 06/13) III ¿ Contestação pela parte ré (fls. 20/33). IV. Parte ré apresenta documentos (fls. 61/66) V. Audiência de Instrução e Julgamento realizada em 28 (vinte e oito) de maio de 2019 (fl. 73) Vieram conclusos. É a síntese do necessário. Doravante, decido. DAS PRELIMINARES DA ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM Sabe-se que a análise da legitimidade e interesse processual, antes chamadas de condições da ação, deve ser feita a qualquer tempo pelo juízo, ainda que de ofício, até o trânsito em julgado da lide, conforme art. 485, §3º, CPC. A legitimidade para agir (legitimatio ad causam) é entendida como a pertinência subjetiva da demanda, ou seja, a situação que permite que um dado sujeito proponha uma demanda judicial face a outro, tendo em vista, em regra, a relação jurídica material entre os mesmos. Sob esse aspecto, a teoria da asserção defende que as questões relacionadas às condições da ação, como é o caso da legitimidade passiva, são aferidas à luz do que o autor afirma na petição inicial, adstritas ao exame da possibilidade, em tese, da existência do vínculo jurídico-obrigacional entre as partes, e não do direito provado. De tal modo, tendo em vista o aduzido pelo autor na inicial, e com base na teoria da asserção, entende este juízo que a responsabilização da ré é matéria que deve ser submetida ao exame de mérito e ao plexo probatório trazido aos autos. DA PRESCRIÇÃO Tratam-se os autos de ação em que se pleiteia responsabilização civil da ré pelos prejuízos supostamente ocasionados ao autor em decorrência de venda em duplicidade de Terreno correspondente ao Lote 11, da Quadra 14, localizado no Loteamento JK, com as delimitações constantes da petição inicial e supramencionadas. Nesse aspecto, cumpre salientar que, no julgamento do AgInt no AgRg no AREsp. 267726/SP, T4, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, j. 18.10.2016, DJe 24.10.2016, o STJ decidiu que, em se tratando de responsabilidade civil derivada do não cumprimento dos chamados deveres anexos ao contrato, sua natureza é contratual, a ensejar a aplicação da norma residual do art. 205 do CC/2002, o que se aplica ao presente caso, por tratar-se a situação conforme narrada em sede exordial de hipotética violação aos deveres decorrentes da boa-fé processual. O termo inicial da prescrição, contudo, tendo em vista as circunstâncias fáticas que circundam o caso, deve atender à teoria da actio nata, sendo o momento em que a escritura da suposta segunda relação contratual de compra e venda tendo por objeto o imóvel descrito na presente lide foi levado a registro público, pois, somente nesse momento, partindo-se da presunção de publicidade dos atos registrais, pode-se considerar conhecido o prejuízo sofrido pelo autor apto a ensejar ajuizamento de ação de responsabilização civil. Não havendo prova nos autos pela parte ré

no que tange ao momento da publicidade do ato, portanto, inviável a análise por este juízo acerca do transcurso de eventual prazo prescricional, privilegiando-se ainda o julgamento do mérito estritamente considerado. DO MÉRITO Presentes os pressupostos processuais e os requisitos de admissibilidade da demanda, passo ao exame do mérito. Cuidam-se os autos de ação de reparação de danos materiais, afirmando a parte requerente que sofreu prejuízo financeiro em decorrência de atuação da requerida enquanto procuradora de REGINA PAULA na negociação de imóvel adquirido pelo autor. Com efeito, narra o autor o fato de que teria incidido a ré em atos ilícitos, tendo em vista que os documentos firmados entre autor e ré não se prestaram ao registro do imóvel perante o Cartório de Registro de Imóveis, bem como que teria tido notícias no próprio Cartório de que o imóvel teria sido registrado em nome de um terceiro. Incontroversa nos autos a ocorrência do negócio jurídico aventado, divergindo as partes quanto aos sujeitos da relação material, tendo em vista alegar o autor que procedeu à negociação junto à ré, enquanto a parte requerida, por sua vez, afirma que atuou apenas com os poderes estipulados em instrumento de mandato outorgado pela então proprietária do imóvel, a Sra. REGINA PAULA, sendo que, inclusive, referida procuração estipulava período e objeto específicos para sua atuação em nome da estipulante. No mérito, o pedido revela-se improcedente. Constitui princípio geral de direito, informador de toda a teoria da responsabilidade civil, o dever de indenizar por quem causa indevidamente dano a outrem em razão de uma conduta em desconformidade com o ordenamento jurídico. Nessa ótica, nos termos dos arts. 186 e 927, do Código Civil, a conduta culposa, o dano e o nexo de causalidade são elementos essenciais da responsabilidade civil, sendo que, sem referida trilogia, não há que se cogitar a existência de uma obrigação indenizatória. No caso dos autos, não há comprovação de que a ré, que participou da primeira alienação do imóvel, tenha intermediado, ou tenha, em nome próprio, efetivado segunda alienação a terceiro, ônus probandi que competia ao autor, nos termos do art. 373, inciso I, do CPC. Não se vislumbra, ainda, o liame de causalidade havido entre a conduta da ré e o prejuízo experimentado pelo requerente, já que não há provas de que tenha agido a mesma de forma contrária à lei ou à boa fé negocial para além dos fatos narrados pela própria parte autora. No tocante à negociação travada entre requerente e ré, a última, agindo em nome e nos interesses de REGINA PAULA, conforme declaração juntada em fls. 10, do mesmo modo, não há controvérsia. Todavia, foi eventual segunda negociação que deu ensejo aos danos narrados na inicial e, no tocante a esta, inexiste qualquer prova da participação da ré CLARISSE PINHEIRO CORREA. Vale aduzir, ressalte-se, que em momento algum é juntado contrato particular de compromisso de compra e venda, ou qualquer outro documento válido que ateste alguma das negociações, seja entre REGINA e JOÃO CLÁUDIO, seja entre REGINA e suposto novo comprador do imóvel em duplicidade, inviabilizando a própria comprovação do dano do autor. O único documento trazido aos autos, em verdade, trata-se de declaração assinada pela ré atuando em nome da proprietária do imóvel, em que consta a declaração de que referido imóvel fora vendido para o autor. Mesmo a declaração trazida pela ré em fl. 65 em nada contribui ao deslinde do feito, tendo em vista ter por objeto os lotes 15 e 16 de propriedade de REGINA PAULA, sendo que o imóvel objeto da presente ação se refere a lote diverso, de nº 11. Não há, portanto, qualquer indício da participação da ré na aludida renegociação do imóvel, o que, em verdade, sequer é demonstrado nos autos, não havendo igualmente comprovação do pagamento alegado, o valor despendido, ou mesmo a quem teria sido feito. DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE A lei não define de forma expressa o conceito de denunciação da lide, sendo a normativa regente prevista no artigo 125, NCPC, que apresenta as hipóteses de cabimento, a partir do que a doutrina se encarregou de definir o instituto. Sendo assim, a denunciação da lide é espécie de intervenção de terceiros coercitiva em que uma das partes traz ao processo um terceiro que tem responsabilidade de a ressarcir dos danos que porventura advenham do resultado do processo. Em síntese, cabe ao juízo o deferimento da denunciação da lide nos casos em que exista potencial direito regressivo contra terceiros. No presente caso, contudo, não há, na causa de pedir, demonstração de qualquer vínculo, de natureza legal ou contratual entre ré e a empresa NIRVANA IMOBILIÁRIA LTDA que autorize a primeira a cobrar regressivamente da última eventuais prejuízos que lhe decorram do presente processo, sequer em sede de análise sumária dos fatos descritos. Deste modo, indefiro a denunciação da lide, ainda que em momento processual extemporâneo, por tratar-se de evidente inexistência de interesse processual que legitime a propositura de demanda acessória, em aplicação do artigo 330, III, Código Processo Civil. LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ Por fim, quanto à alegada litigância de má-fé do autor, não verifico nos autos elemento capaz de ensejar a condenação por má-fé processual, haja vista que não foi comprovado abuso do direito de ação violador da boa fé objetiva, muito embora improcedente a demanda, tendo exercido o autor seu direito fundamental de acesso jurisdicional. DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pela parte autora na ação principal, resolvendo o mérito nos termos do art. 487, I, do CPC, e INDEFIRO a denunciação da lide pleiteada pela parte requerida, extinguindo o feito sem resolução de mérito quanto à demanda acessória, nos termos dos art. 330, I, c.c

art. 485, I, CPC. Condeno a parte requerente ao pagamento de custas processuais. Condeno a requerente ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa em favor do(a) advogado(a) da requerida, na forma do art. 85, § 2º., I e III, do CPC. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimentos, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. SE NECESSÁRIO, CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO/OFÍCIO, conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJ/CI 003/2009, devendo o Diretor observar o disposto nos artigos 3º e 4º. Paragominas (PA), 23 de fevereiro de 2022 MIRIAN ZAMPIER DE REZENDE Juíza de Direito Respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Paragominas.

P R O C E S S O : 0 0 1 1 3 0 1 9 8 2 0 1 6 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROGERIO TIBURCIO DE MORAES CAVALCANTI A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 14/10/2020---REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB/PA 13536-A - CELSO MARCON (ADVOGADO) REQUERIDO:VIVIANI MARINS DOS SANTOS. SENTENÇA. Vistos, etc. Proc. N° 0011301-98.2018.8.14.0039 Tratam os autos de ação de execução de título extrajudicial, ajuizada por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A em face de VIVIANI MARINS DOS SANTOS, estando as partes devidamente qualificadas na inicial. Com a inicial vieram documentos, fls.05/29, em especial demonstrativo do débito e instrumento de protesto. Fora determinada a citação da parte executada, fl.36, seguida de ordem para recolhimento de custas, não tendo este se realizado, razão pela qual determinou-se a intimação pessoal da exequente para manifestar interesse no prosseguimento do feito e proceder ao recolhimento das custas cabíveis, fl.41. Após regular recolhimento, o mandado de citação e penhora foi expedido, tendo sido certificado que a executada faleceu, fl.70. A exequente foi regularmente intimada, fl.72, oportunidade em que pugnou pela dilação de prazo para apresentação de manifestação, fl.74. Já a fl.75, determinou-se a intimação pessoal da parte autora, para impulsionar o feito, contudo, não houve manifestação, conforme certidão à fl.78. É O BREVE RELATÓRIO. DECIDO. No presente caso tenho que as informações contidas nos autos demonstram desinteresse da parte autora em prosseguir com a demanda, já que não atende ao chamado judicial para dar prosseguimento do feito, sendo que é dever da parte cooperar com regular andamento do processo. Assim, quando o autor deixa de proceder a atos de sua responsabilidade, permitindo a paralisação do processo por mais de 30 dias, a extinção do processo sem julgamento do mérito é o caminho a se seguir. In casu, a demanda foi ajuizada em 2016, estando parada sem qualquer manifestação, desde abril de 2019, o que demonstra inércia irrazoável da parte. Nesse sentido, temos: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇ¿O DE REINTEGRAÇ¿O DE POSSE. ARRENDAMENTO MERCANTIL. INTERPOSIÇ¿O DE DOIS RECURSOS PELA MESMA PARTE. N¿O CONHECIMENTO DA ÚLTIMA INSURGÊNCIA RECURSAL.ABANDONO DA CAUSA. EXTINÇ¿O DO PROCESSO SEM RESOLUÇ¿O DE MÉRITO. SÚMULA 240/STJ. INAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE CITAÇ¿O DA PARTE REQUERIDA. APLICAÇ¿O DA SÚMULA 7/STJ. 1. Manejados dois recursos pela mesma parte contra uma única decisão, a preclusão consumativa e o princípio da unirrecorribilidade recursal impedem o exame do que tenha sido protocolizado por último. 2. Não se aplica o enunciado da Súmula 240/STJ aos casos em que não houve a instauração da relação processual com a citação da parte requerida. 3. Constatado o abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias e a inércia da parte autora após a intimação para dar andamento ao feito, pode ser declarada a extinção do processo, conforme previsão no art. 267, III, §1º, do CPC de 1973. 4. O acolhimento da pretensão recursal sobre a alegada inexistência dos pressupostos para extinção do feito exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice do enunciado da Súmula 7 do STJ. 5. Agravo interno de fls. 207-216 não provido e agravo interno de fls. 217-226 não conhecido (AgInt no AREsp 1015747/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOM¿O, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 09/08/2017). Destaquei. Como já dito acima, a parte autora deixou de contribuir para impulsionar o feito, pois, intimada pessoalmente para manifestar interesse no prosseguimento da demanda, permaneceu inerte, de modo que não é razoável deixar o feito em acervo sem tramitação, Diante do exposto, resolvo o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Em virtude do princípio da causalidade arcará a autora com custas e despesas processuais. Advirto que o não pagamento no prazo legal acarretará na inscrição em dívida ativa com atualização monetária e incidência dos demais encargos legais pela Secretaria de Estado da Fazenda, conforme artigo nº 46 da Lei 8.328/2015. Em função da extinção da presente demanda, determino a baixa da (s) penhora (s)/ arresto, efetivada (s). Oficie-se ao cartório de Paragominas, caso

necessário, para que cumpra o determinado. Na oportunidade, autorizo a Secretaria desta Vara a praticar todos os atos que se mostram necessários para o deslinde do presente feito. Alerte-se às partes que embargos declaratórios não se prestam à revisão de fatos e provas, nem à impugnação da justiça da decisão, cabendo sua interposição nos estreitos limites previstos nos artigos 1.022 do CPC. A interposição de embargos declaratórios meramente protelatórios ensejará a aplicação de multa, nos termos do artigo 1.026, § 2º, do CPC; e será considerado ato protelatório a interposição de embargos prequestionadores, ante o caráter devolutivo do recurso de apelação. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver mais juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo `¿ a quo¿¿ (artigo n° 1010, do CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária, caso possua advogado, para oferecer contrarrazões recursais, no prazo legal. Em seguida, encaminhem-se os autos ao E. TJPA (art. 1.009, § 3º, do NCPC), com as homenagens de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos oportunamente. Paragominas/PA, 13 de outubro de 2020. ROGÉRIO TIBÚRCIO DE MORAES CAVALCANTI Juiz de Direito.

P R O C E S S O : 0 1 3 6 1 1 3 5 2 2 0 1 5 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MIRIAN ZAMPIER DE REZENDE A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/03/2022---REQUERENTE:JOSE AURELIANO GOMES DA SILVA FILHO Representante(s): OAB/PA 13853 - HESIO MOREIRA FILHO (ADVOGADO) OAB/PA 16777 ¿ BRUNO SOARES FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB/PA 27658 - VICTOR GABRIEL SILVEIRA DE VILHENA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL. SENTENÃ¿A 1.Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de conversÃ£o de auxÃlio doenÃ§a por acidente de trabalho em aposentadoria por invalidez acidentÃ¡ria ajuizada por JOSÃ¿ AURELIANO GOMES DA SILVA FILHO, em face do INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, estando a parte devidamente qualificada na presente aÃ§Ã£o. 2.Â Â Â Â Â Com a inicial vieram documentos, fls.09/53. 3.Â Â Â Â Â O Requerido foi devidamente citado, mas nÃ£o apresentou contestaÃ§Ã£o, conforme certidÃ£o de fls.63. 4.Â Â Â Â Â Determinou-se a realizaÃ§Ã£o de perÃcia mÃ©dica (fls.64). Em continuidade, houve nomeaÃ§Ã£o de perito, que aceitou o encargo, fl.66. Houve intimaÃ§Ã£o das partes, para apresentarem quesitos, fls.67 e 70. 5.Â Â Â Â Â Realizada a perÃcia mÃ©dica, fls.80, o perito atestou ter o Requerente sido Â¿submetido a tratamento cirÃºrgico de fraturas expostas com lesÃµes tendineas extensoras de dedos 2 e 3 da mÃ£o (E). Foi realizado, na Ã©poca, tenorrafias e limpezas de ferimentos. Cirurgia em 04/08/2004. Evoluiu com consolidaÃ§Ã£o de fraturas sem desvio e rigidez articular de infralanges nas proximais dos dedos 2 e 3. Hoje, ao exame, apresenta 90Â° de flexÃ£o em interfalanges na proximal de dedo 2 e 85Â° de flexÃ£o de mesma posiÃ§Ã£o do dedo 3. Segundo informaÃ§Ãµes de tabela de incapacidade funcional do INSS, somados as restriÃ§Ãµes de ambos os dedos, o mesmo apresenta restriÃ§Ã£o de movimentos no valor aproximado de 10%Â¿. 6.Â Â Â Â Â Houve intimaÃ§Ã£o das partes para se manifestarem com relaÃ§Ã£o ao laudo pericial, fls.86. O requerente, manifestou-se pela inconclusividade do laudo e requereu o julgamento antecipado da lide, destacando que jÃ¡ existe um laudo nos autos (juntado por ele com a petiÃ§Ã£o inicial), apontando que o autor Ã© portador de uma debilidade permanente, com a impossibilidade de exercer atividade laboral, e o Requerido apresentou documentos apontando a existÃªncia de vÃnculos empregatÃcios do Requerente pÃ³s acidente e o resultado negativo de requerimentos de benefÃcio deste perante o instituto em razÃ£o de parecer contrÃ¡rio da perÃcia mÃ©dica e atÃ© nÃ£o comparecimento do Requerente para realizaÃ§Ã£o de exame mÃ©dico pericial. 7.Â Â Â Â Â Sobre tais documentos, o Requerente manifestou-se juntando contratos de locaÃ§Ã£o de automÃ³vel firmados entre a Prefeitura Municipal e o Requerente, alÃ©m de sua CTPS, argumentando que como o contrato foi firmado por pessoa fÃsica, no sistema do INSS aparece como vÃnculo empregatÃcio, mas que este nÃ£o ocorreu, uma vez que o Requerente se encontra impossibilitado de exercer atividade laboral e que sua CTPS demonstra tal inexistÃªncia (fls.109 e ss. e 124). 8.Â Â Â Â Â Houve despacho determinando a intimaÃ§Ã£o do perito para apresentaÃ§Ã£o de laudo suplementar que responda expressamente os quesitos apresentados pelas partes (fls.129). 9.Â Â Â Â Â O novo laudo pericial, realizado por perito diverso daquele que realizara o anterior, em razÃ£o da impossibilidade do profissional, atestou nos seguintes termos: Â¿O exame fÃsico realizado durante esta perÃcia, tendo decorridos aproximadamente 17 (dezessete) anos, evidencia perda mÃnima de mobilidade em flexÃ£o do 2Âº e 3Âº quirodÃ¡ctilos da mÃ£o esquerda, com movimento ativo total (TAM) de 237Â° para o 2Âº e 232Â° para o 3Âº, porÃ©m com preservaÃ§Ã£o da pinta ou movimento de oposiÃ§Ã£o entre o polegar e todos os dedos, que Ã© a funÃ§Ã£o primordial da mÃ£o. E com relaÃ§Ã£o ao punho, todos os movimentos foram preservados, tanto de forma passiva, como ativa. ForÃ§a muscular preservada

equilateral entre membros superiores. AlÃ©m do membro superior direito ser o dominanteÂ¿ (fls.157). Quanto aos quesitos, respondeu que Â¿a doenÃ§a relacionada em questÃ£o determinou uma deficiÃªncia fÃsica parcial, de grau mÃnimo (residual), que nÃ£o incapacita o periciado para o trabalhoÂ¿, ao ser perguntado, no item 7.1 se o reclamante encontra-se acometido de alguma doenÃ§a que o incapacite para o trabalho e qual. Repetiu em diversas respostas aos quesitos de lei, que nÃ£o hÃ¡ incapacidade para o trabalho e, por fim, em sua conclusÃ£o, assim dispÃ´s: Â¿Conclui-se que hÃ¡ nexo de causalidade da enfermidade com o acidente de trabalho em questÃ£o. Que a perda de funÃ§Ã£o da mÃ£o esquerda Ã© mÃnima (residual) e sequelar. Que nÃ£o hÃ¡ incapacidade para atividade laborativaÂ¿ (fls.161). 10.Â Â Â Â Â Intimados para manifestarem-se quanto ao laudo (fls.163), o Autor requereu julgamento antecipado da lide, destacando que jÃ¡ existe nos autos um laudo do Centro de PerÃcias CientÃficas Renato Chaves, apontando que o Requerente Ã© portador de uma debilidade permanente, com a impossibilidade de exercer atividade laboral, e o Requerido manifestou-se pela improcedÃªncia dos pedidos formulados na inicial, tendo em vista que o laudo mÃ©dico concluiu pela inexistÃªncia da incapacidade alegada. Ã¿ o que importa relatar. Decido. 11.Â Â Â Â Â De largada, fundamental frisar que a aposentadoria por invalidez serÃ¡ concedida ao segurado que ficar incapacitado para o trabalho total e permanentemente, segundo o disposto no artigo 42 da Lei 8.213/91. Ã¿ vista disso, tem-se necessÃ¡rio o preenchimento de trÃªs requisitos para a concessÃ£o da aposentadoria por invalidez, quais sejam: 1- a existÃªncia de incapacidade laborativa total e permanente; 2- cumprir a carÃªncia, quando exigida e; 3- a qualidade de segurado na Ã©poca do surgimento da incapacidade. 12.Â Â Â Â Â No caso em questÃ£o, a qualidade de segurado restou comprovada diante da concessÃ£o do benefÃcio de auxÃlio doenÃ§a pelo prÃ³prio INSS sem resistÃªncia, conforme consta nos autos, no mais, compreendo que a carÃªncia resta incontroversa na demanda. Com relaÃ§Ã£o Ã prova da incapacidade, no entanto, a perÃcia determinada por este juÃzo, atestou que a perda da funÃ§Ã£o da mÃ£o lesionada, hoje, se restringe Ã apenas 10%, sendo afastado pelo laudo pericial, portanto, o requisito da incapacidade laboral total e permanente. 13.Â Â Â Â Â AlÃ©m do mais, segundo o princÃpio da nÃ£o-adstriÃ§Ã£o ao laudo pericial, o julgador apenas poderÃ¡ deixar de basear suas decisÃµes nas conclusÃµes do perito, caso as demais provas presentes nos autos indiquem, com seguranÃ§a, que os fatos nÃ£o ocorreram conforme descritos pelo experto, o que nÃ£o ocorre no caso em questÃ£o. Destaca-se que o Autor, diante do resultado dos laudos produzidos apÃ³s determinaÃ§Ã£o do juÃzo, fundamenta seu requerimento em laudo mÃ©dico realizado ainda em 2015 que juntara na ocasiÃ£o do protocolo da petiÃ§Ã£o inicial. No entanto, nÃ£o se pode ignorar o transcurso do tempo e as evoluÃ§Ãµes vividas pelo Requerente durante ele, sejam em resposta natural do seu prÃ³prio corpo ou resultadas de tratamentos e procedimentos a que eventualmente se submetera. 14.Â Â Â Â Â Assim sendo a improcedÃªncia do pedido de aposentadoria por invalidez Ã© medida que se impÃµe, restando provado que nÃ£o hÃ¡ incapacidade laborativa permanente da parte autora, e compreendendo que maiores provas documentais se mostram desnecessÃ¡rias para formaÃ§Ã£o da convicÃ§Ã£o desse magistrado, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral, nos termos do artigo 487, I do CPC. 15.Â Â Â Â Â Restam as partes advertidas, desde logo, que a oposiÃ§Ã£o de embargos de declaraÃ§Ã£o fora das hipÃ³teses legais e/ou com natureza infringentes, importarÃ¡ a multa do artigo 1026, Â§2Âº, do CPC. Em caso de recurso de apelaÃ§Ã£o, ciÃªncia Ã parte contrÃ¡ria para, querendo, apresentar contrarrazÃµes no prazo de 15 dias Ãºteis (art. 1.010 Â§1Âº do CPC). ApÃ³s, subam os presentes autos ao Tribunal, com nossas homenagens e cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. 16.Â Â Â Â Â Isento de custas e honorÃ¡rios advocatÃcios, visto a concessÃ£o dos benefÃcios da justiÃ§a gratuita; 17.Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se alvarÃ¡ judicial para levantamento de honorÃ¡rios periciais, nos termos do Despacho de fls.147/1478. 18.Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas e advertÃªncias legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. ParagominasÂ (PA),Â Â data registrada pelo sistema. .Â Â MIRIAN ZAMPIER DE REZENDE JuÃza de Direito Respondendo pela 2Âª Vara CÃvel e Empresarial da Comarca de Paragominas.

P R O C E S S O : 0 0 1 1 9 6 4 7 6 2 0 1 8 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MIRIAN ZAMPIER DE REZENDE A??o: Produção Antecipada da Prova em: 18/03/2022---REQUERENTE:JOELMA AZEVEDO OLIVEIRA PORTELA Representante(s): OAB 11799-B - FABIO PLAFONI (ADVOGADO) OAB 24320-A - LUCIANO RODRIGO MACHADO COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO: TOYOTA DO BRASIL S A. Processo nÂº 0011964-76.2018.8.14.0039 Requerente: Joelma Azevedo de Oliveira Portela DECISÃ¿O INTERLOCUTÃ¿RIA Trata-se de AÃ¿Ã¿O AUTÃ¿NOMA DE PRODUÃ¿Ã¿O ANTECIPADA DE PROVAS movida por JOELMA

AZEVEDO OLIVEIRA PORTELA, representante do espÃ³lio de BRUNA OLIVEIRA PORTELA. Narra a inicial que, na data de 25/09/2018, BRUNA OLIVEIRA PORTELA, filha da pleiteante, veio a Ã³bito em decorrÃªncia de acidente de trÃ¢nsito quando dirigia o veÃculo TOYOTA COROLLA XEI, FLEX, PLACA QDG 2217, CHASSI 9BRBDWHEOH0327535, pelo que a requerente informa a inexistÃªncia de perÃcia tÃ©cnica que ateste o motivo de nenhum dos airbags do veÃculo ter sido acionado no momento do acidente. Afirma que o veÃculo estava segurado pela empresa AZUL SEGUROS, tendo, em razÃ£o do contrato, passado Ã posse da seguradora sem a devida perÃcia tÃ©cnica, restando necessÃ¡ria a elaboraÃ§Ã£o de laudo tÃ©cnico pericial, por ter a fabricante passado por recall de airbags de uma montadora, para fins de subsidiar eventual aÃ§Ã£o indenizatÃ³ria. Deferida gratuidade de justiÃ§a (fl. 32). DecisÃ£o determinando a intimaÃ§Ã£o de AZUL CIA DE SEGUROS GERAIS para que informe o local em que o veÃculo objeto da presente aÃ§Ã£o se encontra, bem como para que se abstenha quanto Ã alienaÃ§Ã£o ou destruiÃ§Ã£o do mesmo atÃ© a realizaÃ§Ã£o de futura prova pericial e apresentaÃ§Ã£o de laudos realizados no veÃculo sinistrado (fl. 32). Certificada a inÃ©rcia da seguradora, a qual nÃ£o respondeu ao ofÃcio expedido (fl. 35). Apresentado novo endereÃ§o para citaÃ§Ã£o/ intimaÃ§Ã£o de VIP VEÃCULOS, afiliada da AZUL SEGUROS pela parte autora (fl. 44), pelo que deferida a expediÃ§Ã£o de novo mandado de citaÃ§Ã£o/ intimaÃ§Ã£o para cumprimento da decisÃ£o de fl. 32 (fl. 45). Certificada inÃ©rcia de VIP VEÃCULOS, a qual nÃ£o respondeu Ã carta de citaÃ§Ã£o (fl. 52). PetiÃ§Ã£o da parte autora informando interesse no prosseguimento do feito e requerendo a aplicaÃ§Ã£o de multa diÃ¡ria atÃ© que seja cumprida decisÃ£o de fl. 32 (fl. 56). Vieram os autos conclusos. Tendo em vista tudo quanto relatado, chamo o feito Ã ordem e assim passo a decidir: 1. DETERMINO A INTIMAÃ¿Ã¿O do(a)(s) advogado(a)(s) atuante(s) neste processo como representante(s) da(s) parte(s) para que, no prazo de 5 (cinco) dias, caso tenham interesse, procedam Ã digitalizaÃ§Ã£o dos autos, nos termos do Â¿Guia RÃ¡pido de DigitalizaÃ§Ã£o (Advogados)Â¿ e demais documentos vinculados ao Â¿Sistema DigitalizaÂ¿ disponibilizados no sÃtio eletrÃ´nico do Tribunal de JustiÃ§a, contribuindo, assim, para a migraÃ§Ã£o deste junto ao sistema Pje, conforme portaria 1304/2021/GP. Destaco que os processos digitalizados por advogados devem ser identificados pela Secretaria deste juÃzo e ter preferÃªncia no procedimento de migraÃ§Ã£o junto ao sistema PJe. 2. Caso transcorra tal prazo sem a realizaÃ§Ã£o de carga dos autos para digitalizaÃ§Ã£o, devem eles ser remetidos ao setor de digitalizaÃ§Ã£o, constituÃdo nesta comarca em parceria com a OAB/PA - subseÃ§Ã£o de Paragominas. 3. Finalizado o procedimento de migraÃ§Ã£o, inclusive com a intimaÃ§Ã£o da parte requerente para conferÃªncia da regularidade dos autos, certifique-se. 4. ApÃ³s, evitando-se conclusÃµes desnecessÃ¡rias, CITE-SE o interessado TOYOTA DO BRASIL S.A. para integrar o feito, tendo em vista ter o objeto da aÃ§Ã£o possÃvel carÃ¡ter contencioso, nos moldes do artigo 381, Â§2Âº, CÃ³digo de Processo Civil. 5. Tendo em vista a reiterada recusa de AZUL CIA DE SEGUROS GERAIS no cumprimento das decisÃµes judiciais de fls. 32 e 45, INTIME-SE AZUL CIA DE SEGUROS GERAIS para que cumpra, no prazo de 05 dias, as determinaÃ§Ãµes de fls. 32 e 45, e informe o local em que o veÃculo TOYOTA/COROLLA XEI 2.0 FLEX, CHASSI 9BRBDWHE0H0327335, PLACA QDG2217 se encontra, findo o que, caso inerte, incidirÃ¡ multa diÃ¡ria no valor de R$1.000,00 (mil reais) atÃ© o valor de R$10.000,00 (dez mil reais), na forma do artigo 139, IV, CPC, a ser destinada Ã parte requerente. 6. Mantenham-se em seus termos as decisÃµes anteriormente prolatadas, inclusive no que toca Ã abstenÃ§Ã£o de alienaÃ§Ã£o/ destruiÃ§Ã£o do veÃculo sinistrado atÃ© realizaÃ§Ã£o de perÃcia tÃ©cnica. 7. Advirta-se Ã empresa seguradora AZUL CIA DE SEGUROS GERAIS que o descumprimento de decisÃµes judiciais ou embaraÃ§os Ã sua efetivaÃ§Ã£o poderÃ£o ser punidos como ato atentatÃ³rio Ã dignidade da justiÃ§a, na forma do artigo 77, Â§1Âº, CPC, ensejando aplicaÃ§Ã£o de multa de atÃ© vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, aumentada atÃ© 10 (dez) vezes o valor do salÃ¡rio-mÃnimo nos casos em que o valor da causa for irrisÃ³rio ou inestimÃ¡vel, sem prejuÃzo das sanÃ§Ãµes criminais, civis e processuais cabÃveis. 8. Cumpridas as determinaÃ§Ãµes, venham os autos conclusos para decisÃ£o. 9. Restando devidamente digitalizados e migrados os presentes autos, apensem-se aos autos de nÂº 0803735-89.2021.8.14.0039. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. ServirÃ¡ a presente decisÃ£o, inclusive por cÃ³pia, como Mandado de NotificaÃ§Ã£o/CitaÃ§Ã£o/IntimaÃ§Ã£o e OfÃcio, nos termos do Provimento nÂº03/2009, da CJCI - TJEPA. Paragominas, 18 de marÃ§o de 2022 MÃRIAN ZAMPIER DE REZENDE JuÃza Substituta respondendo pela 2Âª Vara CÃvel e Empresarial de Paragominas (PORTARIA nÂº 858/2022-GP. BelÃ©m, 10 de marÃ§o de 2022).

COMARCA DE JURUTI

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE JURUTI

PROCESSO: 0001471-59.2019.8.14.0086 ¿ Processo de Execução Exequente: ERLITO SILVA NASICIMENTO Advogado: JOCILAURA MACIEL CAVALCANTE OAB/PA 22876 Executada: BANCO BONSUCESSO Advogado: LOURENÇO GOMES GADELHA DE MOURA OAB/PE 21.233 CERTID¿O Certifico, para os devidos fins de direito, que, inobstante a intimaç¿o de fls.226 tenha sido para a parte executada apresentar dados bancários para fins de expediç¿o de alvará, foi protocolada nos autos a petiç¿o de fls. 228/258 indicando, t¿o somente, habilitaç¿o do advogado nos autos. O referido é verdade, dou fé. Juruti, 24 de março de 2022. Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento e Mesquita Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti ATO ORDINATÓRIO Intime-se a parte executada BS2 S.A para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, ficando ADVERTIDA de que, escoado tal prazo, será cumprida a ordem de arquivamento do processo, constante à fl. 226 (item IV). Juruti, 24 de março de 2022. Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento e Mesquita Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti.

PROCESSO: 0001181-78.2018.8.14.0086 ¿ Antecipação de Tutela Requerente: IDA MARIA AMARAL DO AMARAL Requerente: ADMAR ARAUJO MARQUES DO AMARAL Advogado: JOSE RAIMUNDO FARIAS CANTO OAB/PA 3451- CAMILA DE PAULA RANGEL CANTO OAB/PA 21.377 Requerido: GILBERTO RODRIGUES DE CASTRO Advogado: ANTONIO JOAO TEIXEIRA CAMPOS SILVA OAB/PA 7271 Requerido: PAULO SANTOS DE MELO Requerido: ADALBERTO SOARES DA SILVA **DECIS¿O** 1 ¿ Vistos os autos n. 0001181-78.2018.814.0086. 2 ¿ Trata-se de recurso de apelaç¿o interposto por ADMAR ARAUJO MARQUES DO AMARAL e IDA MARIA AMARAL DO AMARAL em face da sentença proferida por este juízo que extinguiu o processo sem resoluç¿o de mérito por indeferimento da petiç¿o inicial e ausência de pressupostos processuais, nos termos do art. 485, incisos I e VI, do CPC (fls. 86-86-V). 3 ¿ Às fls. 87-92, os autores alegaram omiss¿o e contradiç¿o por meio de embargos de declaraç¿o que, todavia, foram opostos **intempestivamente**, conforme certid¿o de fl. 93. Em raz¿o disso, o recurso foi rejeitado em sentença prolatada as fls. 94-95, que reconheceu a ausência de requisito extrínseco aos embargos ¿ a tempestividade. 4 ¿ Logo, no presente caso dos autos, a sentença em embargos de fls. 94-95 n¿o concede à autora novo prazo para apelaç¿o, conforme pretendem os autores. É pacífico o entendimento jurisprudencial de que os embargos de declaraç¿o intempestivos n¿o interrompem o prazo para a interposiç¿o de outros recursos, conforme elucidam os julgados abaixo colacionados. APELAÇ¿O CÍVEL. AÇ¿O INDENIZATÓRIA. NOTIFICAÇ¿O PRÉVIA. INTEMPESTIVIDADE. N¿O CONHECIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇ¿O INTEMPESTIVOS N¿O INTERROMPEM O PRAZO RECURSAL. **1. N¿o se conhece de recurso protocolado fora do prazo legal 15 (quinze) dias, Art. 1.003, § 5º do Código de Processo Civil. 2. Os Embargos Declaratórios intempestivos n¿o interrompem o prazo recursal** .\tAPELAÇ¿O N¿O CONHECIDA.(Apelaç¿o Cível, Nº 70083478727, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Thais Coutinho de Oliveira, Julgado em: 18-12-2019) AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇ¿O NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS CORRIDOS. LEI N. 8.038/1990. REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO REGIMENTAL N¿O CONHECIDO. **1. Os embargos de declaraç¿o intempestivos n¿o interrompem a contagem do prazo para a interposiç¿o dos recursos subsequentes.** 2. O prazo para a interposiç¿o do agravo regimental, em matéria penal, é de 5 (cinco) dias corridos, nos termos do art. 39 da Lei n. 8.038/1990, e do art. 258 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. 3. Ante a ausência de efeito interruptivo dos embargos de declaraç¿o intempestivos, constata-se que a decis¿o que n¿o conheceu do recurso especial foi publicada em 10/11/2021 (quarta-feira), iniciando-se o prazo recursal em 11/11/2021 (quinta-feira), o qual se encerrou no dia 16/11/2021 (terça-feira), já computada a prorrogaç¿o do termo final em raz¿o do Feriado Nacional da Proclamaç¿o da República. Todavia, o agravo regimental somente foi protocolizado em 26/11/2021, quando já escoado o quinquídio recursal. 4. Agravo regimental n¿o conhecido. 5 ¿ Em raz¿o disso, reconheço precluso o prazo para apelar e rejeito a apelaç¿o dos autores de fls. 97-111. 6 ¿ Certifique-se o imediato trânsito em julgado da sentença de fls. 86-86-v e arquive-se os autos. 7 ¿ Publique-se. Arquive-se. Juruti-PA, 15 de março de 2022. ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito

PROCESSO: 0008354-22.2019.8.14.0086 ¿ Indenização Por Dano Moral Requerente: LUZIELE PIMENTEL DA SILVA Advogado: MARIO BEZERRA FEITOSA OAB/PA 10.036 ¿ PATRYCK DELDUCK FEITOSA OAB/PA 15.572 Requerido: BANCO BANERJ S.A UNIFICADO POR BANCO ITAU BMG CONSIGNADO Advogado: MARIANA BARROS MENDONÇA OAB/MG 103751 LUIS CARLOS MONTEIRO DE MENDONÇA OAB/MG 103.751 **DECIS¿O** 1 ¿ Vistos os autos n. 0008354-22.2019.814.0086 2 ¿ Trata-se de recurso de recurso inominado interposto em 11.01.2021 por BANCO ITAU CONSIGNADO S/A em face da sentença deste juízo proferida às fl. 115-120 que julgou parcialmente procedentes os pedidos da autora LUZIELE PIMENTEL DA SILVA, 3 ¿ Em 20.10.2020, às fls. 121-122, a ré alegou omiss¿o na referida sentença por meio de embargos de declaraç¿o que, todavia, foram opostos intempestivamente, tendo em vista que foram protocolados após o seu prazo final (23.09.2020), conforme certid¿o de fl. 123. Em raz¿o disso, os embargos foram rejeitados em sentença prolatada às fl. 129-129-V, que reconheceu a ausência de requisito extrínseco ¿ a tempestividade. 4 ¿ Nesse caso, saliento que a sentença em embargos de fls. 129-129v, n¿o concede às partes novo prazo recursal, como pretende a ré. É pacífico o entendimento jurisprudencial de que os embargos de declaraç¿o **intempestivos** n¿o interrompem o prazo para a interposiç¿o de outros recursos, conforme elucidam os julgados abaixo colacionados. APELAÇ¿O CÍVEL. AÇ¿O INDENIZATÓRIA. NOTIFICAÇ¿O PRÉVIA. INTEMPESTIVIDADE. N¿O CONHECIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇ¿O INTEMPESTIVOS N¿O INTERROMPEM O PRAZO RECURSAL. **1. N¿o se conhece de recurso protocolado fora do prazo legal 15 (quinze) dias, Art. 1.003, § 5º do Código de Processo Civil. 2. Os Embargos Declaratórios intempestivos n¿o interrompem o prazo recursal**.\tAPELAÇ¿O N¿O CONHECIDA.(Apelaç¿o Cível, Nº 70083478727, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Thais Coutinho de Oliveira, Julgado em: 18-12-2019) AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇ¿O NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS CORRIDOS. LEI N. 8.038/1990. REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO REGIMENTAL N¿O CONHECIDO. **1. Os embargos de declaraç¿o intempestivos n¿o interrompem a contagem do prazo para a interposiç¿o dos recursos subsequentes.** 2. O prazo para a interposiç¿o do agravo regimental, em matéria penal, é de 5 (cinco) dias corridos, nos termos do art. 39 da Lei n. 8.038/1990, e do art. 258 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. 3. Ante a ausência de efeito interruptivo dos embargos de declaraç¿o intempestivos, constata-se que a decis¿o que n¿o conheceu do recurso especial foi publicada em 10/11/2021 (quarta-feira), iniciando-se o prazo recursal em 11/11/2021 (quinta-feira), o qual se encerrou no dia 16/11/2021 (terça-feira), já computada a prorrogaç¿o do termo final em raz¿o do Feriado Nacional da Proclamaç¿o da República. Todavia, o agravo regimental somente foi protocolizado em 26/11/2021, quando já escoado o quinquídio recursal. 4. Agravo regimental n¿o conhecido. 5 ¿ Logo, em que pese certid¿o acostada às fl. 164 que atesta a tempestividade do recurso inominado, numa análise mais acurada dos autos, percebe-se que o prazo final para interposiç¿o do recurso foi em 30.09.2020, uma vez que a sentença foi publicada em 16.09.2020 e que os embargos da ré foram opostos intempestivamente, portanto, sem nenhuma causa interruptiva do prazo recursal. 6 ¿ Ante o exposto, reconheço precluso o prazo para recorrer de sentença de fls. 115-120 e rejeito o recurso inominado interposto pelo réu às fls. 130-163. 6 ¿ Certifique-se o imediato trânsito em julgado da sentença de fls. 115-120 e arquive-se os autos. 7 ¿ Publique-se. Arquive-se. Juruti-PA, 15 de março de 2022. ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito

PROCESSO: 0000163-22.2018.8.14.0086 Indenização Por dano moral Requerente: RAYANE KATRINE DO NASCIMENTO Advogado: RAFAEL SANTOS DE MOURA OAB/PA 21.735 Requerido: F.E. **SENTENÇA-MANDADO I ¿ RELATÓRIO** Trata-se de Aç¿o de Indeniza¿o por danos materiais e morais movida por Rayane Katrine do Nascimento em face de Faculdade ECOAR. A parte autora foi intimada para manifestar-se no feito, sob pena de extinç¿o, contudo, permaneceu inerte. Vieram os autos conclusos. **É o relatório. Fundamento. Decido. II ¿ FUNDAMENTAÇ¿O** O art. 485, III do Código de Processo Civil prevê a extinç¿o do processo sem resoluç¿o de mérito, na hipótese de inércia do autor por mais de 30 (trinta) dias. **III ¿ DISPOSITIVO** Em face do exposto, configurada a desídia da parte autora **EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇ¿O DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 485, INCISO III, DO CPC.** Após o trânsito em julgado, sem necessidade de nova conclus¿o, **ARQUIVE-SE**. Publique-se. Intimem-se somente via DJE. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Servirá a presente, por cópia digitalizada, como **CARTA/MANDADO/OFÍCIO**, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ¿ TJE/PA, com a redaç¿o que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órg¿o correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Juruti-PA, 22 de março de 2022. **ODINANDRO GARCIA CUNHA** Juiz de Direito

PROCESSO: 0002331-94.2018.8.14.0086 Ação de Alimentos ¿ Requerente: C.Y.N.D.S. Menor: Y.M.N.P. Advogado: GRACIARA HIROKO VIEIRA KOBAYASHI OAB/PA 22002 Requerido: J.B.P. Advogado: FABIO IGOR CORREA LOPES OAB/PA 22.998 **SENTENÇA 1 ¿ DO RELATÓRIO** Vistos os autos n. 0002331-94.2018.814.0086. Trata-se de Aç¿o revisional de alimentos c/c liminar em que figura como requerente YANA MARCELA NASCIMENTO PIMENTEL, menor impúbere devidamente representada por sua genitora CARLA YONARA NASCIMENTO DE SOUZA, e como requerido JARLISSON BARBOSA PIMENTEL. Em 07.08.2018, o requerido foi pessoalmente citado/intimado a comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇ¿O (fls. 40), designada para o dia 13.08.2018. Em 10.08.2018, a defesa a presentou justificativa (via protocolo integrado) arguindo impossibilidade do requerido comparecer à audiência por motivos de trabalho e o custo de deslocamento até Juruti/PA. Ademais, pugna pela oitiva do requerido via carta precatória na Comarca de Santarém/PA. Em 13.08.2018, foi realizada a audiência de conciliaç¿o, a qual restou prejudicada ante a ausência do requerido. A genitora de Y.M.N.P pleiteou a guarda unilateral da menor (fl.50) e reiterou o pedido de tutela antecipada (fls. 61/62), sendo ambos pedidos indeferidos pelo juízo (fls. 64). Em decis¿o de fls. 64, este juízo determinou a intimaç¿o do réu para apresentar contestaç¿o, sob pena dos efeitos da revelia e confiss¿o, e designou audiência de instruç¿o e julgamento para o dia 06.06.2019. Às fls. 66 consta certid¿o de que o requerido n¿o apresentou contestaç¿o. Durante a fase instrutória, foi colhido o depoimento da parte requerente (fl. 69) e o depoimento do requerido mediante carta precatória (fls. 78 e 79). As partes foram devidamente intimadas para apresentar alegaç¿es finais (fl. 81), todavia, somente a requerente apresentou memorias, reiterando os pedidos da inicial e a procedência da aç¿o (fl. 89). Às fls. 90, o Ministério Público requereu nova intimaç¿o do réu para apresentar alegaç¿es finais, o qual, todavia, se manteve novamente inerte, conforme certid¿o de fls. 92. Às fls. 95-99, parecer conclusivo do Ministério Público, pugnando a decretaç¿o da revelia e seus efeitos legais em face do requerido e a procedência parcial do pedido de majoraç¿o do valor anteriormente fixado (20%) para 30% sobre a remuneraç¿o do réu, mediante desconto em folha de pagamento da empresa empregadora. Assim, vieram-se os autos conclusos. É o relatório. Passo a decidir. **(...) 3 ¿ DO DISPOSITIVO** Diante o exposto, **ACOLHO PARCIALMENTE** a present¿o autoral para **majorar e fixar** em favor da requerente pens¿o alimentícia a ser paga pelo requerido JARLISSON BARBOSA PIMENTEL em valor correspondente a **30% (trinta por cento) de sua remuneraç¿o.** Oficie-se a fonte pagadora do requerido (fls. 58-59), com cópia da presente sentença, para que promova o desconto em folha de pagamento do valor arbitrado, qual seja, 30% da remuneraç¿o de JARLISSON BARBOSA PIMENTEL, devendo o montante ser depositado na conta bancária em nome da representante legal da autora (CARLA YONARA NASCIMENTO DE SOUZA): conta poupança n. 00017629-5, agência 2853, operaç¿o 013, Caixa Econômica Federal. Sem custas e honorários diante do deferimento da justiça gratuita. Ciência ao Ministério Público. Publique-se e intime-se as partes. Certificado o trânsito em julgado e nada mais havendo, arquive-se os autos com as cautelas de praxe. CUMPRA-SE, SERVINDO A PRESENTE, POR CÓPIA, COMO MANDADO DE CITAÇ¿O/INTIMAÇ¿O E OFÍCIO (PROV. 003/2009 ¿ CJCI). Juruti-PA, 17 de março de 2022. Odinandro Garcia Cunha Juiz de Direito

PROCESSO: 0010093-64.2018.8.14.0086 ¿ Ação Penal Procedimento Ordinário Flagranteado: VALDINOR MIRANDA SIROTHEAU Advogado: ALESSANDRO MOURA SILVA OAB/PA 17.603 Vitima: R.D.D.N.S. Requerente: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ **SENTENÇA I. RELATÓRIO** Vistos e examinados os autos do Processo nº 0010093-64.2018.8.14.0086. O representante do Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor de **VALDINOR MIRANDA SIROTHEAU**, já qualificado nos autos, como incurso nas sanç¿es punitivas do art. 303, §§1º e 2º, do Código de Trânsito Brasileiro. Narra a exordial que, no dia 07.12.2018, por volta das 17h40min, o denunciado dirigia veículo automotor com a capacidade psicomotora alterada em raz¿o da influência de álcool e sem carteira de habilitaç¿o ou permiss¿o para dirigir, quando praticou les¿o corporal culposa no trânsito, vitimando Ronei Douglas Nascimento Souza. Denúncia recebida às fls. 03, em 13/05/2019.Réu citado. Resposta à acusaç¿o apresentada às fls. 08/10 dos autos. Na audiência de instruç¿o e julgamento, realizada em 14.09.2021, ouviu-se a vítima e a testemunha Marcele do Nascimento, bem como realizado o interrogatório do denunciado. Em alegaç¿es finais orais, o Ministério Público requereu a condenaç¿o do réu pelos crimes tipificados na denúncia e, subsidiariamente, no art. 303, caput, c/c art. 306 do CTB, na forma do art. 69 do CPB, ou condenaç¿o pelo art. 306 do CTB. A defesa, por sua vez, requereu a absolviç¿o do acusado por ausência de culpa e, subsidiariamente, aplicaç¿o da atenuante da confiss¿o. **É o relatório. Decido.(...) III. DISPOSITIVO** Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a denúncia para **CONDENAR o réu VALDINOR MIRANDA SIROTHEAU**, pela prática do crime previsto no artigo 306, do Código de Trânsito Brasileiro, e absolviç¿o do crime de les¿o corporal culposa por ausência de provas. **III.1. PRIMEIRA FASE DE APLICAÇ¿O DA PENA: PENA-BASE** Em seguida, passo à análise das circunstâncias judiciais

previstas no artigo 59 do Código Penal: 1. CULPABILIDADE: o acusado agiu com culpabilidade exacerbada, pois além de n¿o possuir CNH ou permiss¿o para dirigir veículo automotor, conduzia a motocicleta sem equipamento de proteç¿o, como capacete; 2. ANTECEDENTES: acusado n¿o possui antecedentes criminais, vez que n¿o possui contra si decis¿o judicial transitada em julgado, nos termos da súmula 444 o STJ; 3. CONDUTA SOCIAL: a conduta do acusado no meio social aparenta ser normal; 4. PERSONALIDADE: personalidade n¿o investigada, aparentando ser pessoa que se inclui dentro dos parâmetros de normalidade segundo nossa sociedade atual; 5. MOTIVOS: os motivos do crime n¿o foram investigados, nada tendo a ser valorado; 6. CIRCUNSTÂNCIAS: normais a espécie, nada havendo a ser valorado; 7. CONSEQUÊNCIAS: n¿o existem notícias nos autos de consequências mais danosas acarretadas pelo ilícito. 8. COMPORTAMENTO DA VÍTIMA: a vítima é a coletividade. Analisadas as circunstâncias judiciais acima, hei por bem aplicar a pena-base em 1 (um) ano de detenç¿o, e proibiç¿o de dirigir veículo automotor pelo mesmo período, com fulcro no artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro. **III.2. ATENUANTES E AGRAVANTES** O Réu confessou espontaneamente em juízo, assim, reconheço a atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal, de forma que atenuo a pena para 10 (dez) meses de detenç¿o e proibiç¿o de dirigir veículo automotor pelo mesmo período, com fulcro no artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro. **III.3. CAUSAS DE DIMINUIÇ¿O E DE AUMENTO DE PENA** Inexistem causas de aumento ou de diminuiç¿o de pena a serem sopesadas, de forma que transformo a pena em CONCRETA, DEFINITIVA E FINAL em 10 (dez) meses de detenç¿o, e proibiç¿o de dirigir veículo automotor pelo mesmo período, com fulcro no artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro. **III.4. DETRAÇ¿O** Deixo de proceder a detraç¿o penal, nos termos do artigo 387, §2º, do CPP, eis que n¿o existem nos autos informaç¿es de pris¿o provisória. **III.5. REGIME PRISIONAL** Nos termos do artigo 33, §1º, alínea ¿c¿, do CP, o Regime Prisional de cumprimento de pena será o ABERTO. **III.6. SUBSTITUIÇ¿O DA PRIS¿O POR PENA RESTRITIVA DE DIREITOS** Nos termos do artigo 44 do CP, as **penas restritivas de direitos** s¿o autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando preenchidos os requisitos. No presente caso, foi aplicada pena privativa de liberdade n¿o superior a quatro anos; trata-se de crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa; réu n¿o é reincidente em crime doloso, ficando cumprido o terceiro requisito; a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade, lhes foram favoráveis, conforme item III.1. Por fim, os motivos e as circunstâncias do crime indicam que as penas restritivas de direito s¿o suficientes. Nesse diapas¿o, **CONVERTO A PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE EM RESTRITIVA DE DIREITOS E MULTA, nos termos do artigo 44, §2º, do CP, da seguinte forma:** A pena restritiva de direitos será de PRESTAÇ¿O DE SERVIÇOS À COMUNIDADE, pelo prazo e local a ser estipulado em audiência admonitória, na presença do Ministério Público; **OU** A pena de prestaç¿o pecuniária para reparaç¿o dos danos ocasionados à coletividade deve ser revertida em favor de entidade a ser designada pelo Ministério Público quando da audiência admonitória**.** Proibiç¿o de dirigir veículo automotor e pleitear habilitaç¿o pelo prazo da pena corporal. O descumprimento injustificado das penas restritivas de direito acarretará na imediata quebra do benefício e decretaç¿o da pris¿o do condenado. **III.7. CONDENAÇ¿O POR CUSTAS** Condeno ainda o réu ao pagamento das custas processuais, a serem calculadas pela UNAJ, na forma da Lei Estadual nº 8.328/2015. No entanto, será inexigível por se tratar de réu assistido pela Defensoria Pública. **IV. DISPOSIÇ¿ES FINAIS** Após o trânsito em julgado, adote a Secretaria as seguintes providências: a)Insira-se o nome do réu no rol dos culpados. b) Expeça-se a guia de execuç¿o de penas e medidas alternativas; c) Insira-se, no sistema disponibilizado pelo TRE, a informaç¿o da presente condenaç¿o, para os fins do art. 15, inciso III, da CF; d) Feitas as anotaç¿es de estilo, arquivem-se os autos principais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Juruti, 16 de setembro de 2021. **ODINANDRO GARCIA CUNHA**JUIZ DE DIREITO

PROCESSOO: 0003270-40.2019.8.14.0086 ¿ Tutela Requerente: MANOEL DE JESUS DAS GRAÇAS MELO Advogado: NAIDE MARIA DE SOUSA SILVA DE CASTRO OAB/PA 10.091 Requerido: INSS ¿ INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL **SENTENÇA-MANDADO I ¿ RELATÓRIO** Trata-se de Aç¿o de Concess¿o de Benefício de prestaç¿o continuada movida por Manoel de Jesus das Graças Melo em face do INSS. A parte autora manifestou interesse em desistir da aç¿o, conforme petiç¿o de fl. 41. Em raz¿o de ter apresentado contestaç¿o, a parte requerida foi intimada para se manifestar acerca da desistência, concordando com o pedido do autor, conforme fls. 45/47. **É o relatório. Fundamento. Decido. II ¿ FUNDAMENTAÇ¿O** O art. 485, VIII, do Código de Processo Civil prevê a extinç¿o do processo sem resoluç¿o de mérito, na hipótese de desistência da aç¿o. **III ¿ DISPOSITIVO** Em face do exposto, **HOMOLOGO A DESISTÊNCIA** da parte autora e **DECLARO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇ¿O DO MÉRITO,** nos termos do art. 485, inciso VIII, do CPC. Tendo em vista o pedido de desentranhamento da procuraç¿o pública constante nos autos à fl. 11, determino o desentranhamento do referido documento e concedo o prazo de 05 dias para a parte ou advogada retirá-lo em secretaria, ficando

advertida que após esse prazo, os autos ser¿o arquivados. Sem custas nem honorários. Certifique-se o trânsito em julgado e **ARQUIVE-SE**. Ciência às partes via DJE. Publique-se. Cumpra-se. Servirá a presente, por cópia digitalizada, como **CARTA/MANDADO/OFÍCIO**, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ¿ TJE/PA, com a redaç¿o que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órg¿o correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.

Juruti-PA, 22 de março de 2022. **ODINANDRO GARCIA CUNHA** Juiz de Direito

PROCESSO N° 0007093-22.2019.8814.0086 Processo de Conhecimento **AUTOR:** C.L.D.SM. Menor: A.B.M.B. Advogado: ALESSANDRO MOURA DA SILVA OAB/PA 17.603 ¿ LEVINELSON NASCIMENTO DA COSTA OAB/PA 13.807 Requerido: D.B.S. Advogado: MARCIO JOSE GOMES DE SOUSA OAB/PA 10516 **DESPACHO/MANDADO 1 ¿** Considerando a manifestação Ministerial de fls. 474, intime-se a autora, pela derradeira vez, para que apresente alegaç¿es finais, no prazo de 15 dias. 2 ¿ Após, certificado o que ocorrer, vistas ao Ministério Público para manifestaç¿o. **3 -** Publique-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Servirá o presente, por cópia digitada, como MANDADO DE INTIMAÇ¿O, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ¿ TJE/PA, com a redaç¿o que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órg¿o correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Juruti-PA, 22 de março de 2022. ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito.

PROCESSO: 0000319-59.2008.8.14.0086 ¿ Ordinária Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS Requerente: DELCIRIO DA SILVA BATISTA Advogado: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB/PA 13.253 **ATO ORDINATÓRIO** De ordem do Dr. ODINANDRO GARCIA CUNHA, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Juruti, pratico o seguinte ato ordinatório: 1-INTIMEM-SE as partes quanto ao encerramento de trâmite físico de processo. 2-O referido processo foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), em conformidade com dispositivo na portaria Conjunta nº 1/2018-GP-VP, que implementa o processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mantendo o mesmo número do processo físico para o meio eletrônico e a interposiç¿o de recurso. 3- Fica encerrada a tramitaç¿o do processo em suporte físico para, ent¿o, ter continuidade a sua instruç¿o e tramitaç¿o somente por meio do sistema eletrônico PJe. Os advogados, defensores e membros do Ministério Público devem providenciar o credenciamento e a habilitaç¿o no PJe, de acordo com os §§ 5° e 6 ° do artigo 9° da Portaria supracitada. 4- Sirva-se desde ato, mediante cópia, como intimaç¿o das parte, por seu advogado/defensor público, via DJE/PJe. 22 de mar¿§o de 2022 Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti

COMARCA DE ORIXIMINA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ORIXIMINA

PROCESSO: 0001615-93.2013.8.14.0037

CLASSE: BUSCA E APREENSÃO_ LIMINAR (MEDIDA CAUTELAR)

REQUERENTE: BANCO YAMAHA MOTORS DO BRASIL S/A

ADVOGADO (A): MICHELLE OLIVEIRA FERREIRA_OAB/PA 20.399; ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO_OAB/SP 89.774;

REQUERIDO (A):ENOQUE VIANA GOMES

ADVOGADO (A): NÃO CONSTITUI

DESPACHO

1. Considerando a informação de fl. 93 de possível conciliação extrajudicial entre as partes, INTIME-SE o Requerente, mediante seu advogado peticionante à fl. 93, para informar se houve e assim apresentar, no prazo de 5 dias, o acordo. Cumpra-se. Oriximiná-PA, 16 de março de 2022. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA, Juiz de Direito.

PROCESSO: 0000373-03.2010.8.14.0037

CLASSE: AÇÃO CAIMBAL DE ENRIQUECIMENTO INDEVIDO;

REQUERENTE: MARIA NILMA DA MOTA MARINHO

ADVOGADO (A): MILENA DE SOUZA SARUBBI_OAB/PA 12.848;

REQUERIDO (A): ALEX SANRO BEZERRA, MAHELI DA S PEREIRA ME

ADVOGADO (A): NÃO CONSTITUI

DESPACHO

1. Considerando o grande lapso temporal desde a última manifestação da Requerente, INTIME-A mediante sua advogada para informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 dias e sob pena de arquivamento em caso de inércia. Cumpra-se. Oriximiná-PA, 15 de março de 2022. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA, Juiz de Direito.

Processo nº 0005313-68.2017.814.0037. Ação Penal ¿ Estupro de Vulnerável. Denunciado: **FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA (adv. Dr. Alberto Augusto Andrade Sarubbi, OAB/PA nº 15.070). Fica o Advogado devidamente intimado para Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 26/03/2022 às 13:00 horas.** Oriximiná/PA, 25 de março de 2022. Dr. Wallace Carneiro de Sousa - Juiz de Direito da Vara Única da Comarca Oriximiná/PA.

PROCESSO: 0000011-09.1998.8.14.0037

CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.

EXEQUENTE: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A.

ADVOGADO (A): MARIA ROSA LOURINHO_OAB/PA 9127; SAMARA HAICK_OAB/PA 8378;

EXECUTADO(A): A. C. FILHO; MANOEL FRANCISCO CASEMIRO; R. C. P. MARINHO.

ADVOGADO (A): NÃO CONSTITUEM.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

1. Diante da ausência de localização do Executado e/ou de seus bens passíveis de penhora, SUSPENDO a execução, pelo prazo de 1 ano, nos termos do artigo 921, caput, III, e §1º, do Código de Processo Civil. Fica também suspensa a prescrição. 2. Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, certifique-se o decurso desse prazo e arquivem-se os autos. Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis. 3. Intime-se o Exequente, mediante seus advogados, para ciência desta decisão e para recolher as custas relativas ao seu pedido de penhora e outras restrições via BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e/ou SERAJUD. 4. Comprovado o recolhimento das custas, retornem-me os autos conclusos para a busca conforme requerido pelo Exequente. Cumpra-se. Oriximiná-PA, 15 de março de 2022.

WALLACE CARNEIRO DE SOUSA, Juiz de Direito.

PROCESSO: 0073472-34.2015.8.14.0037

CLASSE: EXECURÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL;

REQUERENTE: BANCO BANSUCESSO

ADVOGADO (A): FLÁVIO NEVES COSTA_OAB/PA 29.473-A;

REQUERIDO (A): MARIO LUIZ GUIMARÃES PRINTES

ADVOGADO (A): NÃO CONSTITUI

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

1. Diante da ausência de localização do Executado e/ou de seus bens passíveis de penhora, SUSPENDO a execução, pelo prazo de 1 ano, nos termos do artigo 921, caput, III, e §1º, do Código de Processo Civil. Fica também suspensa a prescrição. 2. Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, certifique-se o decurso desse prazo e arquivem-se os autos. Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis. 3. Intime-se o Exequente, mediante seus advogados, para ciência desta decisão. Cumpra-se. Oriximiná-PA, 16 de março de 2022. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA, Juiz de Direito.

PROCESSO: 0012729-53.2018.8.14.0037

CLASSE: BUSCA E APREENSÃO (OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR);

REQUERENTE: BANCO ITAU CARD SA

ADVOGADO (A): CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES_OAB/PA 13.846-A;

REQUERIDO (A): OLICIO DOS SANTOS LOPES

ADVOGADO (A): NÃO CONSTITUI

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

1. INDEFIRO os pedidos de nulidade da citação e suspensão do processo até localização do veículo, feitos à fl. 44, por não possuírem fundamento legal. A citação foi devidamente

realizada, não sendo ela condicionada à apreensão do bem. 2. Por conseguinte, INTIME-SE o autor para tomar as providências que entender cabíveis para a satisfação do seu crédito. Cumpra-se. Oriximiná-PA, 14 de março de 2022. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA, Juiz de Direito.

PROCESSO: 0000038-26.1996.8.14.0037

CLASSE: APELAÇÃO

REQUERENTE: BANCO DA AMAZÔNIA SA

ADVOGADO (A): ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA_OAB/PA 10.176;

REQUERIDO (A): SOUZA MILEO & CIA LTDA

ADVOGADO (A): RAIMUNDA LAURA SERRÃO DA SILVA SOUZA_OAB/PA 5330;

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

1. Diante da ausência de localização de bens do Executado passíveis de penhora, SUSPENDO a execução, pelo prazo de 1 ano, nos termos do artigo 921, caput, III, e §1º, do Código de Processo Civil. Fica também suspensa a prescrição. 2. Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, certifique-se o decurso desse prazo e arquivem-se os autos. Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis. 3. Intime-se o Exequente, mediante seus advogados, para ciência desta decisão e para recolher as custas relativas ao seu pedido de penhora e outras restrições via BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e/ou SERAJUD, pois recolheram as custas apenas do protocolo judicial digital integrado, da petição em que fizeram o pedido.

4. Comprovado o recolhimento das custas, retornem-me os autos conclusos para a busca,

conforme requerido pelo Exequente. Cumpra-se. Oriximiná-PA, 14 de março de 2022. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA, Juiz de Direito.

COMARCA DE CAPANEMA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA

PROCESSO: 00008318620118140013, Ação: Indenização.REQUERENTE:ANTONIA ROSA FORTALEZA, advogadas: Dra. ALDREI MARCIA PANATO(ADVOGADO) OAB/PA nº 9294, Dra MARIA IZABELLA MOTA DA SILVA (ADVOGADO) OAB/PA nº 16962 . REQUERIDO: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A, advogado Dr. - WALBERT ROCHA TUPINAMBA DE PAULA OAB/PA nº 16250. **PROCESSO Nº 0000831-86.2011.8.14.0013. SENTENÇA.** Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei 9.099/95. **I.FUNDAMENTAÇÃO.** Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA ajuizada por ANTONIA ROSA FORTALEZA em face do BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A. A autora tomou ciência da inscrição de seu nome no SPC por conta de um pretenso empréstimo realizado perante o BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A, no valor de R$ 3.985,80, a ser pago em 36 parcelas no valor de R$ 113,90 de junho de 2008 à junho de 2011. Contudo, a autora afirma que jamais firmou tal contratação, pugnando pela declaração de inexistência do débito. Em sede preliminar, o requerido alega haver necessidade de produção de prova pericial, razão pela qual este juízo seria incompetente. A preliminar deve ser rejeitada. Isto porque, embora a competência dos juizados especiais seja adstrita às causas de menor complexidade, esta é aferida de acordo com o objeto da prova, e não tem como parâmetro a complexidade do direito material (ENUNCIADO 54 FONAJE). Ademais, tenho que o conjunto probatório em sua inteireza é suficiente para formação do convencimento do juízo, sendo prescindível a realização de perícia. No mais, o próprio STJ firmou recentemente o seguinte posicionamento: ¿a necessidade de produção de prova pericial, por si só, não influi na definição da competência dos juizados especiais.¿ (Edição 89 do Jurisprudência em Teses). Ora, se o fato de a prova ser necessária, por si só, não é suficiente para definir a competência dos juizados especiais, com maior razão, na espécie, não há que se falar em incompetência do juízo, visto que sequer tal prova é imprescindível. Outrossim, reconheço a aplicabilidade das normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.079/90) à presente demanda, por se tratar de relação consumerista, sendo que a parte ré, instituição financeira, logo, a fornecedora, nos termos do art. 3º do CDC, e a parte autora enquadra-se como consumidor por equiparação, conforme dispõe o art. 2º c/c com o art. 17 do referido diploma legal. Defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte autora na forma do art. 6.º, VIII, do CDC, considerando a verossimilhança das alegações, além de sua hipossuficiência econômica, pois se caracteriza prova diabólica para a parte autora, ou seja, de impossível produção, demonstrar fato negativo, cabendo à instituição bancária tal tipo de comprovação. Impende esclarecer que a providência acima não infirma o processo em favor da Requerente, uma vez que a presunção não é absoluta, como ensina a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça nos julgamentos do REsp. nº 173939/PB e REsp nº 104136/SE, devendo o julgador proceder à análise das questões pertinentes ao presente processo, como abaixo declinado. Nessa linha de raciocínio, discutindo-se a exigibilidade do débito, caberia à empresa ré comprovar a existência da relação jurídica e, por conseguinte, a legalidade das cobranças bem como da inscrição em órgão de proteção ao crédito. Compulsando os autos, tenho que o caso é de procedência do pedido, pois embora a empresa ré tenha apresentado contestação, não comprovou a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora, nos termos do art. 373, II, do NCPC. Senão vejamos. Em análise das provas trazidas aos autos, verifica-se que o requerido não se desincumbiu do dever de desconstituir o direito da parte autora, pois não juntou documentos capazes de demonstrar a contratação do empréstimo, pelo contrário, apresentou cópia do pretenso contrato, firmado no maranhão, no qual se atestou a fraude por não se tratar da requerente. Ademais, o requerido não juntou os documentos pessoais da autora que teriam sido utilizados para celebrar a contratação, bem como não juntou comprovante de transação econômica capaz de demonstrar que o valor do empréstimo contratado foi realmente depositado na conta dela. Portanto, o Banco réu não demonstrou lastro probatório mínimo capaz de desconstituir a pretensão autoral. Ao seu turno, o requerente juntou o comprovante de inscrição indevida de seu nome no SPC em razão de não pagamento de empréstimo, fl.15, comprovando os fatos constitutivos do direito autoral, conforme dispõe o art. 373, I do NCPC. Sustenta a parte autora que sofreu dano moral diante da conduta ilegal do banco réu. O dano moral em casos tais possui a característica de ser in re ipsa, sendo desnecessária a prova da ofensa moral à pessoa, visto que o próprio fato já configura o dano. No STJ, é consolidado o entendimento de que "a própria inclusão ou manutenção equivocada

configura o dano moral ¿in re ipsa¿, ou seja, dano vinculado à própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos" (Ag 1.379.761). E ainda: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROTESTO INDEVIDO. PESSOA JURÍDICA. DANO IN RE IPSA. PRECEDENTES. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. A caracterização do dano moral decorrente do protesto indevido de título independe de prova, observando-se que, ao assim decidir, o aresto recorrido alinhou-se à jurisprudência desta Corte, que diz: "nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica" (REsp 1.059.663/MS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 17/12/2008). 2. Na fixação de indenização por danos morais, são levadas em consideração as peculiaridades da causa. Nessas circunstâncias, considerando a gravidade do ato, o potencial econômico do ofensor, o caráter punitivo-compensatório da indenização e os parâmetros adotados em casos semelhantes, não se mostra desarrazoada ou desproporcional a fixação do quantum indenizatório em R$ 15.000,00 (quinze mil reais). 3. Agravo regimental não provido. (STJ - - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL: AgRg no AREsp 633251 SP 2014/0304068-5. órgão Julgador: T4 - QUARTA TURMA. Publicação: DJe 26/05/2015. Julgamento: 5 de maio de 2015. Relator: Ministro RAUL ARAÚJO). Assim sendo, com base na extensão do dano, na capacidade econômica do ofensor, o caráter punitivo-compensatório da indenização e baseada nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, entendo que o valor de R$ 5.000,00 (três mil reais) se mostra suficiente para reparar o dano causado. **II.DISPOSITIVO.** Por todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS da inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para o fim de: a) DECLARAR A INEXISTÊNCIA da relação jurídica em testilha, CONDENANDO o réu ao pagamento de INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NO VALOR DE R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da data do arbitramento (Súmula 362/STJ), com juros moratórios de 1% ao mês, a contar do evento danoso (Súmula 43/SJT), o que faço com fundamento no art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ. Custas e honorários, arbitrados em 20% do valor da condenação, pela parte vencida. Ficam as partes intimadas, desde já, que com o trânsito em julgado da(o) r. sentença/v. acórdão, os autos permanecerão no aguardo da manifestação do interessado acerca do cumprimento da sentença, pelo prazo de 30 dias. Na inércia, os autos serão arquivados, sem prejuízo de sua reativação a pedido da parte. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, arquivem-se. Serve a presente sentença como mandado/carta precatória/AR. Capanema/PA, 17 de março de 2022. **LUANA ASSUNÇÃO PINHEIRO.** Juíza de Direito

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE CAPANEMA

PROCESSO: 0005569-83.2017.814.0013

AÇÃO PENAL ¿ ROUBO MAJORADO

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RÉU(S): CARLOS EDUARDO CONSTANTE BARBOSA

ADVOGADO(S): CARLOS AUGUSTO NOGUEIRA DA SILVA OAB/PA Nº 16.900

RÉU(S): FRANK ROSARIO DA SILVA

SENTENÇA

I ¿ RELATÓRIO

Cuidam os autos de Ação Penal por procedimento ordinário, decorrente de denúncia oferecida pelo Ministério Público do Estado do Pará, em face de FRANK ROSÁRIO DA SILVA e CARLOS EDUARDO CONSTANTE BARBOSA, ambos devidamente qualificados nos autos, na qual figuram como supostos autores do delito previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal Brasileiro, isto é, crime de roubo majorado por concurso de pessoas.

Narrou a peça acusatória que, no dia 14/06/2017, por volta de 20h, na Rua Pariquis, bairro Areia Branca, nesta comarca, os denunciados FRANK ROSÁRIO DA SILVA e CARLOS EDUARDO CONSTANTE BARBOSA teriam subtraído, mediante ameaça, o telefone celular da vítima ALAIR MARQUES DE SOUSA. Informa, ainda, que, no momento do crime, a vítima estaria na esquina da rua, falando ao telefone, quando um veículo de modelo Gol parou próximo a si. O réu FRANK ROSÁRIO DA SILVA teria descido do carro e ameaçado a vítima, que teria lhe entregado o aparelho. Relata, ademais, que os acusados empreenderam fuga e foram capturados ainda no interior do veículo, na posse de dois chips de celular pertencentes à vítima.

Recebida a denúncia, foi determinada a citação dos réus para responderem à acusação (fl. 5).

Os acusados foram regularmente citados (fl. 8).

Apresentada resposta à acusação pelo réu CARLOS EDUARDO CONSTANTE BARBOSA (fls. 9-19).

Apresentada resposta à acusação pelo réu FRANK ROSÁRIO DA SILVA (fls. 20-24).

Realizada audiência de instrução e julgamento no dia 18/09/2017, foi ouvida a vítima (fls. 47-48 e mídia anexa). Na oportunidade, o RMP insistiu na oitiva das testemunhas faltantes, o que foi acolhido pelo juízo, ensejando redesignação da audiência.

Em audiência de continuação, realizada em 06/02/2018, foi ouvida a testemunha HARLEN THIAGO DA SILVA e interrogados os réus (fls. 56-57 e mídia anexa). Na ocasião, o RMP desistiu da oitiva da testemunha faltante, cujo pleito foi homologado pelo juízo. Abriu-se vista dos autos para alegações finais.

Alegações finais apresentadas pela acusação (fls. 60-61 e 63-66).

Apresentadas alegações finais pelo réu FRANK ROSÁRIO DA SILVA (fls. 67-71).

Apresentadas alegações finais pelo réu CARLOS EDUARDO CONSTANTE BARBOSA (fls. 85-88).

Consta dos autos certidões de tempo de prisão (fl. 78) e antecedentes criminais (fls. 72-75).

Rumaram os autos conclusos para julgamento.

É o relatório necessário. Tudo detalhadamente visto e analisado, passo a decidir.

II ¿ FUNDAMENTAÇÃO

A doutrina define o crime como sendo o fato típico, ilícito e culpável, vale dizer, para que exista o crime basta que haja uma conduta que se amolde à previsão da legislação penal, que tal conduta seja contrária ao direito, devendo ainda ser culpável o autor da citada ação/omissão.

Coligidas as provas, se verifica patente a presença de autoria e materialidade em grau de certeza, portanto, suficiente a autorizar a aplicação de decreto condenatório pela prática da conduta típica. Nesse contexto, necessário se faz destacar a redação do art. 157, §2º, inciso II, do CP:

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

[...]

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

[...]

II - Se há o concurso de duas ou mais pessoas;

Pois bem, conforme dito, as narrativas são convergentes no sentido de apontar apenas o acusado FRANK ROSÁRIO DA SILVA como perpetrador de conduta criminosa, cuja autoria se extrai dos **firmes depoimentos colhidos durante a instrução e da sua confissão espontânea**. Quanto ao acusado CARLOS EDUARDO CONSTANTE BARBOSA, restou evidenciado que dirigia o veículo utilizado para fuga do local do crime, entretanto, não foi provado, extreme de dúvidas, que teria agido em unidade desígnios com o primeiro acusado. Ademais, os depoimentos prestados em juízo, demonstraram que o acusado CARLOS EDUARDO CONSTANTE BARBOSA foi coagido por FRANK ROSÁRIO DA SILVA a empreender fuga do local do crime, inexistindo provas suficientes nos autos de que conhecia e aderiu ao intuito de FRANK ROSÁRIO DA SILVA em cometer a infração penal.

Nesse sentido, em juízo, a vítima ALAIR MARQUES DE SOUSA relatou:

Que estava no canto da rua, próximo à sua casa, quando avistou um carro passar e dar ré; que um dos acusados desceu do carro; que o carro era um Gol; que o acusado desceu pela porta de trás; que não reagiu; que o agente somente puxou o telefone de sua mão; que avistou a placa do carro, cuja numeração findava em ¿77¿; que seu irmão é policial; que seu irmão acionou a polícia; que não avistou quem estava dentro do veículos porque o carro tinha película; que seu celular não foi recuperado; que não foi utilizada arma no crime.

Na mesma assentada, a testemunha HARLEN THIAGO DA SILVA declarou:

Que participou da diligência; que, no momento da revista pessoal no veículo, foram encontrados dois chips celulares; que a vítima reconheceu os acusados na delegacia; que não foi encontrada arma; que o veículo se encontrava em situação legal; que as características das pessoas e do veículo foram repassadas por meio do 190; que não houve resistência à prisão.

Em seu interrogatório, o acusado FRANK ROSÁRIO DA SILVA aduziu:

Que tomou o celular da vítima; que nada disse no momento; que não ameaçou a vítima e não portava arma; que fugiram logo após; que, quando avistou a polícia, jogou fora o celular; que mostrou aos policiais onde jogara o telefone, mas não o encontraram; que foi sua ideia; que precisava do carro de Carlos; que tinha ingerido bebida alcóolica no dia; que não cometeu outros roubos; que se arrepende; que Carlos não sabia da intenção do roubo; que teve a ideia no momento, quando avistou a vítima; que iria para uma festa junto de Carlos; que estava sem dinheiro; que a intenção era vende-lo.

Em juízo, o réu CARLOS EDUARDO CONSTANTE BARBOSA asseverou:

Que confirma os fatos narrados na denúncia; que o carro pertencia à sua esposa; que não praticaram outros roubos antes; que não sabiam que iriam praticar o crime; que estavam ¿dando uma volta¿; que não sabia que Frank iria assaltá-lo; que Frank lhe pediu para parar o carro, desceu e tomou o celular da vítima; que Frank lhe disse que a vítima estava armada e mandou-lhe fugir; que ficou com medo.

Nesse contexto, a instrução processual demonstrou que o denunciado CARLOS EDUARDO CONSTANTE BARBOSA desconhecia o intuito do corréu no momento da prática do delito. Assim, as provas colhidas em juízo evidenciaram que os acusados não agiram em unidade de desígnios, o que impede a configuração de concurso de pessoas.

Ademais, o acusado FRANK ROSÁRIO DA SILVA admitiu ser o agente intelectual e material do delito, inexistindo nos autos qualquer elemento capaz de demonstrar que o corréu sabia de sua intenção ou que contribuiu para a sua prática. Nesse ponto, friso que, embora o réu CARLOS EDUARDO CONSTANTE BARBOSA tenha dirigido o veículo utilizado no crime, mesmo durante a fuga, o seu depoimento demonstrou que fora coagido pelo corréu a sair do local.

Nesse contexto, o art. 29 do CP aduz que quem de qualquer forma concorrer para a prática de um crime responderá pelo delito, na medida de sua culpabilidade. Para o concurso de pessoas é indispensável a identificação do nexo subjetivo entre os agentes, sendo a comunhão consciente de interesses entre os envolvidos na prática do crime. É preciso que um agente saiba o que o outro irá fazer e que exista uma concordância mútua e consciente entre a ação desses agentes.

Isso não necessariamente quer dizer que precisa haver um ajuste prévio, ou seja, que os agentes combinem antecipadamente a prática do crime. No entanto, é imprescindível a unidade de desígnios convergente na prática delituosa, de modo com que a vontade de um se alie à vontade do outro para o fim específico da infração criminal. Portanto, não é necessário um acordo de vontades, basta que uma vontade adira à outra. Para a caracterização do concurso de pessoas é suficiente a unidade de desígnios, sendo desnecessário um acordo prévio de vontade entre os agentes.

Nesse sentido, a jurisprudência assenta que se não restar comprovada a adesão à prática delitiva, há reconhecer a inocência, em homenagem ao princípio do in dubio pro reo:

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios:

APELAÇÃO CRIMINAL. PROCESSUAL PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. EMPREGO DE ARMA. CONCURSO DE PESSOAS. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. UNIDADE DE DESÍGNIOS NÃO COMPROVADA. ABSOLVIÇÃO. Não comprovado que o apelante aderiu à prática delitiva, impõe-se a sua absolvição em homenagem ao princípio in dubio pro reo. Apelação conhecida e provida.

(TJ-DF - APR: 20151010032339, Relator: CESAR LABOISSIERE LOYOLA, Data de Julgamento: 10/12/2015, 2ª Turma Criminal, Data de Publicação: Publicado no DJE: 18/12/2015. Pág.: 112)

Assim sendo, não há falar em concurso de pessoas no caso em apreço, notadamente pela ausência de unidade de desígnios entre os increpados, devendo o denunciado CARLOS EDUARDO CONSTANTE BARBOSA ser absolvido das acusações que lhe foram impostas, ante à insuficiência de provas de que aderiu à conduta criminosa, em vista do princípio do in dubio pro reo.

Isto posto, os **depoimentos uníssonos e, notadamente, o relato da vítima,** os quais ratificaram o reconhecimento do réu FRANK ROSÁRIO DA SILVA como autor da conduta típica, preenchem o requisito de autoria, perfazendo arcabouço probatório suficiente para ensejar condenação, senão vejamos:

APELAÇÃO CRIMINAL. [...] ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PROVA SUFICIENTE. PALAVRA DA VÍTIMA. Comprovadas a materialidade e a autoria [...] não há como absolver o réu por insuficiência de provas para a condenação. **Nos crimes contra o patrimônio a palavra da vítima possui especial relevo** [...] Recurso conhecido e não provido.

(**TJ-DF** - APR: 20130111767005, Relator: SOUZA E AVILA, Data de Julgamento: 16/07/2015, 2ª Turma Criminal, Data de Publicação: Publicado no DJE: 22/07/2015. Pág.: 62)

Não obstante, da análise das provas colhidas em juízo, reconheço a necessidade de desclassificação da imputação do crime de roubo para a conduta prevista no art. 155, caput, do CP, ou seja, crime de furto, que conta com a seguinte redação:

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Isso porque, conforme bem salientado pelo Parquet, a violência utilizada para subtração do objeto do delito foi direcionada somente à coisa, não à vítima, de modo com que restou caracterizado o chamado furto por arrebatamento.

Nesse sentido, a jurisprudência do STJ já definiu que, diante de violência tão somente em relação ao objeto, ainda que ocasionada lesão à vítima de forma indireta, não há falar em roubo, mas em furto, in verbis:

Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO MEDIANTE ARREBATAMENTO. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA ROUBO. VIOLÊNCIA DIRIGIDA EXCLUSIVAMENTE À COISA. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Sendo a violência dirigida exclusivamente à coisa, limitando-se os réus "a puxar a bolsa da vítima, sem sequer esboçar qualquer ato de violência ou de grave ameaça", e "apesar de a vítima ter sofrido lesões durante a prática delitiva, tal como alega, tais lesões foram causadas de forma indireta pelo arrebatamento da bolsa", não há falar em desclassificação para o delito de roubo. Precedentes. 2. Agravo regimental improvido.

(STJ - AgRg no AREsp: 1604296 MG 2019/0312917-2, Relator: Ministro NEFI CORDEIRO, Data de Julgamento: 16/06/2020, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/06/2020)

Por essa razão, **promovo a desclassificação** para o crime de furto, nos termos do art. 155, caput, do CP.

Nessa esteira, por tudo que dos autos consta, deve o acusado CARLOS EDUARDO CONSTANTE BARBOSA ser absolvido das acusações que lhe foram imputadas, restando, por outro lado, efetivamente demonstrada a autoria e materialidade delitiva da prática do crime de furto (art. 155 do CP) pelo acusado FRANK ROSÁRIO DA SILVA, fazendo jus à reprimenda legal.

Arrematando, vê-se que as provas produzidas nos autos permitem a visualização clara de uma **conduta** (subtração de coisa alheia móvel), de **nexo causal** entre a prática dessa conduta e o **resultado** dela advindo (perda das coisas, ainda que momentânea, pelos seus legítimos proprietários), bem como resta evidente a **tipicidade** de tal ato, haja vista seu amoldamento ao tipo penal descrito no art. 155, caput, do CP, portanto, indubitável a caraterização do **fato típico**. Ademais, tal fato típico fora perpetrado fora das hipóteses previstas no art. 23, CP, ou seja, não fora a conduta praticada em legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal ou exercício regular de direito, razão pela qual resta demonstrado que o fato praticado ostenta a qualidade de **ilícito.** Por fim, não há circunstância apta a afastar a culpabilidade do agente, de modo que este é penalmente imputável e seu comportamento não é abrangido pela inexigibilidade de conduta diversa, portanto, o agente é perfeitamente **culpável**. Isto posto, resta caracterizada a ocorrência de **CRIME** no caso em tela.

III ¿ DISPOSITIVO

Por todo o exposto, julgo **parcialmente PROCEDENTE** o pedido formulado na denúncia, para **ABSOLVER** CARLOS EDUARDO CONSTANTE BARBOSA, nos termos do art. 386, inciso IV, do Código de Processo Penal e **CONDENAR FRANK ROSÁRIO DA SILVA, nas penas do art. 155 do Código Penal Brasileiro, porquanto não se verificou na hipótese violência ou grave ameaça à pessoa, tratando-se de furto por arrebatamento.**

Destarte, passo à dosimetria e fixação da pena nos termos a seguir alinhados.

IV ¿ DOSIMETRIA

Considerando as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do CP, emergentes no caso ¿sub oculis¿, em **primeira fase** a:

CULPABILIDADE: Consistente na reprovabilidade da conduta criminosa (típica e ilícita), de quem tem capacidade genérica para querer e compreender ou entender (imputabilidade) e podia, nas circunstâncias em que o fato ocorreu, conhecer a sua ilicitude (potencial consciência da ilicitude), sendo-lhe exigível comportamento que se ajuste ao direito (manifestar sua vontade livre nesse sentido). No caso destes autos, o denunciado podia, nas circunstâncias, deixar de praticar a infração penal, entretanto, livre e conscientemente optou por praticá-la, pois ninguém o obrigou a subtrair coisa alheia móvel. A culpabilidade está presente, não havendo qualquer causa que exclua os elementos que a integram, sendo máximo o grau de reprovação da conduta do sentenciado;

ANTECEDENTES: Os autos não noticiam maus antecedentes do sentenciado;

CONDUTA SOCIAL: As informações contidas nos autos não permitem aferir que o réu mantinha vida fora dos padrões de normalidade social;

PERSONALIDADE: No mínimo inadaptado socialmente, com forte tendência ao desrespeito a qualquer regra que normatize a vida em sociedade, além de índole voltada para a prática de delitos;

MOTIVOS DO CRIME: Nada há que favoreça o sentenciado;

CIRCUNSTÂNCIAS: Não favorecem de igual forma o réu;

CONSEQUÊNCIAS EXTRAPENAIS: Inexistem consequências para além daquelas comuns ao fato típico sob análise;

COMPORTAMENTO DA VÍTIMA: Em nada a vítima colaborou para a execução do delito.

Isto posto, não sendo a pena de reclusão a única prevista no tipo do artigo 155, caput, CP, fixo a **pena-base** para o acusado em **02 (dois) anos de reclusão e 100 (cem) dias-multa**, cada dia no valor de um trigésimo do salário-mínimo vigente à época do fato (atento às condições econômicas do sentenciado ¿ critério mais favorável).

Em segunda fase, merece incidência a atenuante da confissão, prevista no art. 65, inciso III, alínea ¿d¿, do CP, pelo que reduzo a pena em 04 (quatro) meses, fixando-a em **01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 100 (cem) dias-multa**.

Em terceira fase, inexistem causas de aumento ou diminuição passíveis de aplicação, pelo que mantenho a pena em **01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e 100 (cem) dias-multa, patamar em que a torno definitiva.**

Deixo de proceder à detração penal prevista no art. 387, §2º, do CPP, haja vista que tal operacionalização não resultará em alteração do regime inicial de cumprimento de pena fixado ao sentenciado.

V ¿ DO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA E DA SUBSTITUIÇÃO POR RESTRITIVA DE DIREITOS

Nos termos do art. 33, § 2º, alínea ¿c¿, do CP, considerando o quantum de pena aplicado, bem como considerando a primariedade do apenado, hei por bem, apesar de os critérios previstos no caput do art. 59, CP, analisados nesta decisão, terem sido preponderantemente desfavoráveis, fixar-lhe o **REGIME ABERTO** para o cumprimento inicial de sua pena.

Entretanto, atento ao que dispõe o art. 44, CP, converto a pena privativa de liberdade em restritiva de

direitos, haja vista a condenação ter sido inferior a 04 (quatro) anos de reclusão, o crime não ter sido cometido com violência ou grave ameaça, bem como o réu não ser reincidente em crime doloso, além de a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade, os motivos e as circunstâncias do crime assim recomendarem, estando cumpridos, assim, os requisitos autorizadores dos incisos I, II e III do art. 44, caput¸ do CP.

Isto posto, apresentados os fundamentos cabíveis, aplico a reprimenda prevista no art. 43, IV, do CP, condenando o apenado a **prestação de serviços comunitários na Secretaria Municipal de Obras de Capanema/PA, devendo prestar tais serviços durante 8h (oito horas) semanais na referida instituição, durante o período da pena, isto é, ao longo 01 (um) ano e 08 (oito) meses, devendo o sentenciado iniciar o respectivo cumprimento em até 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado da presente decisão**, bem como apresentar perante este Juízo o respectivo comprovante de prestação dos serviços, a fim de ter extinta sua punibilidade. **Em caso de descumprimento das medidas aqui impostas, dever-se-á converter a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade**, conforme disposto no §4º do art. 44, CP.

VI ¿ DA POSSIBILIDADE DE APELAR EM LIBERDADE

Considerando o quantum e o regime de pena aplicados ao sentenciado, **concedo a este o direito de apelar em liberdade.**

VII ¿ DISPOSIÇÕES FINAIS

Quanto à pena de multa estabelecida, deverá ser atualizada na forma do art. 49, § 2º, do CP, cujo pagamento haverá de ser feito dentro do prazo de 10 (dez) dias depois de transitada em julgado a sentença (art. 50 do CP), mediante guia própria, recolhida ao Fundo Penitenciário, no percentual de 75% de seu valor (Dec.- Lei 34/95, art. 14, inc. IV, par. 1º, Lei 10.396/80), em tudo atento ao que preceitua o art. 170 da Lei de Execução Penal, caso o condenado venha a exercer trabalho remunerado no cárcere.

Passado esse prazo, sem que tenha havido o devido pagamento da multa, deverá ser aplicado o que dispõem os arts. 51 do CP e 164 a 170 da Lei de Execução Penal.

Condeno, finalmente, o sentenciado, ao pagamento das custas processuais, ex vi do art. 804, do CPP. Remeta-se o feito à UNAJ para o cálculo devido, ficando o crédito em favor do Estado sob condição suspensiva de exigibilidade pelo prazo de cinco anos, até que demonstre capacidade econômica para fazer o recolhimento, nos termos do §3º do art. 98, do NCPC.

Certificado o trânsito em julgado, lance, o(a) Senhor(a) Diretor(a) de Secretaria, o nome do réu no rol dos

culpados, atendendo, assim, ao disposto no art. 5º, inc. LVII, da CF. Ainda após o trânsito em julgado desta decisão, expeça-se ofício, para anotações, aos Órgãos de Estatística do Estado, bem como ao Juízo Eleitoral, comunicando a condenação, para os devidos fins de direito.

Ato contínuo, cumpridas todas as formalidades acima elencadas (também após o trânsito em julgado), **servirá o dispositivo da presente sentença como fixador das condições do cumprimento da pena imposta, as quais restam devidamente delineadas nesse decreto condenatório, dispensada a realização de audiência admonitória para esse fim.**

Ciência ao MP e à Defesa.

P.R.I.C.

Capanema/PA, 22 de março de 2022.

JÚLIO CÉZAR FORTALEZA DE LIMA

Juiz de Direito Titular da Vara Criminal

COMARCA DE SALINÓPOLIS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALINÓPOLIS

RESENHA: 25/03/2022 A 28/03/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE SALINOPOLIS - VARA: VARA UNICA DE SALINOPOLIS PROCESSO: 00000615120178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:RAMON GABRIEL PINTO DE OLIVEIRA. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00000813720208140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:RAMON DIAS SARMENTO VITIMA:M. C. A. . DESPACHO/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 24/11/2022 Ã s 13:00. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio, inclusive carta precatÃ³ria para as testemunhas que nÃ£o residem na comarca. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como MANDADO/OFÃCIO, nos termos do Provimento nÂº 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos nÂº 011/2009 e nÂº 014/2009), aplicÃ¡vel Ã s comarcas do interior por forÃ§a do Provimento nÂº 003/2009 da CJCI). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â SalinÃ³polis, 11 de MarÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00001496520128140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 25/03/2022 DENUNCIADO:EMANOEL DOS SANTOS DA SILVA AUTOR:PROMOTORIA DE JUSTICA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO ofereceu denÃºncia em desfavor de EMANOEL DOS SANTOS DA SILVA, devidamente qualificado nos autos do processo, por suposta incursÃ£o no disposto no art. 33, caput, da Lei 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notificada, a parte rÃ© apresentou defesa preliminar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia recebida, com designaÃ§Ã£o de audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã O SUCINTO RELATÃRIO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Examinando atentamente o caderno processual, noto que o contexto dos autos enseja o antecipado julgamento do feito, mormente diante do disposto no inciso LXXVIII, ao artigo 5Âº da Carta Magna, introduzido pela Emenda Constitucional nÂº 45/2004, in verbis: Â¿a todos, no Ã¢mbito judicial ou administrativo, sÃ£o asseguradas a razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitaÃ§Ã£o.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, ressalto a orientaÃ§Ã£o de que o reconhecimento da ausÃªncia de Ãªxito da pretensÃ£o acusatÃ³ria poderÃ¡ ser reconhecida a qualquer tempo, dada a ausÃªncia de justa causa para o processamento da aÃ§Ã£o penal, a despeito do anterior recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, com a nova redaÃ§Ã£o atribuÃ-da ao artigo 397, do CÃ³digo de Processo Penal, pela Lei nÂ° 11.719/2008, resultou positivada a possibilidade de julgamento antecipado da lide em situaÃ§Ãµes sÃ-miles a dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, considero que a exÃ-gua quantidade de drogas supostamente apreendidas em poder do rÃ©u, no caso, 0,491g (fl. 68), permite, desde logo, a inviabilidade de Ãªxito da pretensÃ£o ministerial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, Ã falta de apreensÃ£o de outros objetos induvidosamente relacionados ao trÃ¡fico de drogas, a Ã-nfima quantidade de drogas apreendida com o rÃ©u torna plausÃ-vel que a substÃ¢ncia destinava-se ao consumo prÃ³prio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã luz desta premissa, conforme preceitua o texto constitucional, aos acusados em processo penal favorece a presunÃ§Ã£o de inocÃªncia. Ora, se a presunÃ§Ã£o Ã© de inocÃªncia, incoerente que o acusado tenha que arcar com qualquer tipo de Ã´nus

para provar a sua inocÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, Ã falta de prova cabal da autoria do fato delituoso, nos termos acima fundamentados, indesviÃ¡vel se torna a soluÃ§Ã£o absolutÃ³ria, conforme preceitua o artigo 386, inciso VII, do Diploma Processual Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Subsistiria a figura do artigo 28, da Lei 11.343/2006, como crime subsidiÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Contudo, nÃ£o se pode deixar de registrar que, a partir da supressÃ£o de pena privativa de liberdade, referente a posse de drogas para consumo (antigo artigo 16, da Lei 6.368/76 e atual artigo 28, da Lei 11.343/06), soa evidente a absoluta falta de efetividade do trato penal da matÃ©ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que, constam do rol de Â¿sanÃ§Ãµes Â¿ do artigo 28, da Lei nÂº 11.343/06, Â¿advertÃªncia sobre os efeitos das drogasÂ¿, Â¿multaÂ¿, Â¿prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidadeÂ¿ e Â¿medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Suponha-se o transcurso regular do processo, com ulterior prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a transitada em julgado, com fixaÃ§Ã£o de pena de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, nada ocorreria em caso de nÃ£o aceitaÃ§Ã£o de cumprimento da pena, visto que inexiste possibilidade de conversÃ£o em pena privativa de liberdade. E o mesmo aplicar-se-ia ao descumprimento de quaisquer outra das Â¿penasÂ¿ estatuÃ-das no art. 28, da Lei 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tem-se, assim, que toda a tramitaÃ§Ã£o processual, prestar-se-Ã¡ a resultado nulo, ou seja, a continuidade do processo pelo rito comum ordinÃ¡rio serÃ¡ inÃºtil e contraproducente, inclusive podendo a pretensÃ£o punitiva estatal ser atingida pela prescriÃ§Ã£o, pois se ao desfecho da instruÃ§Ã£o criminal restar demonstrado o crime de porte para consumo, nÃ£o vai ter outra conclusÃ£o, uma vez que a pena mÃ¡xima aplicada ao porte para consumo Ã© de 05 meses e o prazo Ãºnico de prescriÃ§Ã£o, nesse caso, Ã© de 02 anos, sendo certa, portanto, a prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ qualquer sentido de ordem prÃ¡tica, pois, para que o Poder JudiciÃ¡rio dÃª tramitaÃ§Ã£o a um processo cujo resultado desde a origem Ã© sabido inÃºtil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afronta Ã s noÃ§Ãµes de razoabilidade e proporcionalidade, impor aos Servidores do Poder JudiciÃ¡rio dar cumprimento a medidas processuais cujo resultado Ã© nulo, quando jÃ¡ esgotados pelo cumprimento de uma sÃ©rie de tantos outros processos relevantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â E tudo isso sem se falar no custo econÃ´mico do processo. SÃ£o despesas com publicaÃ§Ãµes, materiais de expediente, conduÃ§Ã£o para oficiais de justiÃ§a, etc. HÃ¡, obviamente, destinaÃ§Ã£o mais relevante para os recursos do Poder JudiciÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE A DENÃNCIA para fins de sumariamente ABSOLVER o rÃ©u EMANOEL DOS SANTOS DA SILVA, nos exatos termos do artigo 395, inciso III, c.c artigo 397, Â¿caputÂ¿, ambos do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s transitado em julgado, arquive-se. SalinÃ³polis, 16 de Fevereiro de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00001613520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ALMIR ALVINO NOGUEIRA. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00001873320198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 25/03/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DEAM DIVISAO ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO A MULHER REQUERENTE:E. S. B. REQUERIDO:R. A. N. M. REQUERIDO:P. R. P. M. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, considerando o decurso do tempo, intime-se pessoalmente a vÃ-tima para que esta informa o interesse no deferimento de medidas protetivas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â SalinÃ³polis- PA, 11 de marÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00006042520158140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022

DENUNCIADO:LUIS FELIPE DIAS DA FONSECA VITIMA:F. D. P. DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de DenÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico em face de LUIS FELIPE DIAS DA FONSECA, pela prÃ¡tica do crime descrito no 155 Â§4Âº, inciso IV do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O representante do MinistÃ©rio PÃºblico pugnou pela a extinÃ§Ã£o da punibilidade em razÃ£o da ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o virtual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assiste razÃ£o o parquet. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena mÃ¡xima para os que infringem o citado artigo Ã© de 08 (oito) anos de reclusÃ£o e, de acordo com o artigo 109, inciso III, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre em 12 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise dos autos verifico que desde o recebimento da denÃºncia, transcorreram mais de seis anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, constato que, somente se o acusado fosse condenado Ã pena mÃ¡xima Ã© que nÃ£o estaria prescrita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, as circunstÂ¢ncias judiciais o favorecem, e, no caso de condenaÃ§Ã£o a pena aplicada, com certeza, nÃ£o atingiria o mÃ¡ximo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apesar de ficar afastada a possibilidade da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva pela pena em abstrato, verifico que dadas as circunstÂ¢ncias do fato e as condiÃ§Ãµes pessoais do rÃ©u, ser o caso de aplicar o que a doutrina e a jurisprudÃªncia tÃªm denominado prescriÃ§Ã£o virtual, antecipada ou em perspectiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Esta modalidade de prescriÃ§Ã£o, nÃ£o prevista em Lei, tem aplicaÃ§Ã£o controvertida nos tribunais. Alguns a entende cabÃ-vel, outros nunca e ainda hÃ¡ aqueles para quem sua aplicaÃ§Ã£o serÃ¡ regulada caso a caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o STJ sumulou a matÃ©ria atravÃ©s do seguinte verbete: Â¿Ã inadmissÃ-vel a extinÃ§Ã£o da punibilidade pela prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva com fundamento em pena hipotÃ©tica, independentemente da existÃªncia ou sorte do processo penal.Â¿ SÃºm. 438, DJe de 13/05/2010. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O STF, na mesma esteira, tambÃ©m nÃ£o tem aplicado o instituto, por falta de previsÃ£o legal. Â¿EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRINCÃPIO DA INSIGNIFICÃNCIA. MATÃRIA NÃO SUBMETIDA Ã CORTE ESTADUAL TAMPOUCO AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÃA. SUPRESSÃO DE INSTÃNCIA. INADMISSIBILIDADE. PRESCRIÃÃO ANTECIPADA. AUSÃNCIA DE PREVISÃO LEGAL. JURISPRUDÃNCIA DESTA CORTE. ORDEM DENEGADA NA PARTE CONHECIDA. I - NÃ£o se conhece de matÃ©ria nÃ£o submetida Ã Corte a quo, sob pena de indevida supressÃ£o de instÂ¢ncia. II - Conforme a remansosa jurisprudÃªncia desta Corte, nÃ£o se admite a chamada prescriÃ§Ã£o antecipada por ausÃªncia de previsÃ£o legal. III - Writ parcialmente conhecido, e, na parte conhecida, denegada a ordem. (HC 94338, Relator(a):Â Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 31/03/2009, DJe-071 DIVULG 16-04-2009 PUBLIC 17-04-2009 EMENT VOL-02356-04 PP-00684)Â¿ - grifo nosso Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sentido contrÃ¡rio, o TRF da 4Âª RegiÃ£o jÃ¡ aceitou a aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o antecipada, em se percebendo a inutilidade da persecuÃ§Ã£o penal em face da impossibilidade da futura execuÃ§Ã£o da pena aplicada em concreto: Â¿PENAL. PROCESSUAL PENAL. PERSECUÃÃO PENAL. EFETIVIDADE. AUSÃNCIA. PRESCRIÃÃO VIRTUAL OU PROJETADA. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE. A persecuÃ§Ã£o penal, como espÃ©cie do gÃªnero das aÃ§Ãµes estatais, deve ser eficiente, eficaz e efetiva. De nada adianta impulsionÃ¡-la quando verificada, ab initio, a impossibilidade de sua futura e eventual execuÃ§Ã£o. Percebida a inutilidade do eventual e incerto provimento condenatÃ³rio, Ã© de rigor seja declarada extinta a punibilidade do agente em face da prescriÃ§Ã£o em perspectiva da pretensÃ£o punitiva estatal. InviÃ¡vel seja negada a aplicaÃ§Ã£o do instituto por desproporcional apelo ao formalismo. Tutelar o processo penal natimorto implica malferir os basilares princÃ-pios constitucionais do Estado democrÃ¡tico de direito em flagrante e injustificado prejuÃ-zo do cidadÃ£o. ExtinÃ§Ã£o da punibilidade do agente frente Ã prescriÃ§Ã£o em perspectiva. (ApelaÃ§Ã£o Criminal nÂº 2005.70.03.000769-0/PR, 8Âª Turma do TRF da 4Âª RegiÃ£o, Rel. Paulo Afonso Brum Vaz. j. 01.10.2008, unÂ¢nime, DE 15.10.2008).Â¿ - grifo nosso Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Percebe-se, dos julgados citados, que os principais argumentos contra a aplicaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o antecipada sÃ£o a ausÃªncia de previsÃ£o legal e a violaÃ§Ã£o do princÃ-pio da presunÃ§Ã£o de inocÃªncia e da individualizaÃ§Ã£o da pena a ser eventualmente aplicada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a devida permissÃ£o dos advogados contrÃ¡rios Ã aplicabilidade do instituto, entendo que as razÃµes apresentadas devem ceder ao princÃ-pio da duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo, insculpido no inc. LXXVIII do art. 5Âº da CF/88. NÃ£o hÃ¡ razÃ£o para se dar prosseguimento a um feito com todos os custos envolvidos - principalmente no caso em tela que se trata de um processo submetido a ao rito do JÃºri, no qual serÃ¡ necessÃ¡ria a realizaÃ§Ã£o de sessÃ£o de julgamento -, sabendo-se que, efetivamente, uma eventual pena nÃ£o poderÃ¡ ser aplicada, em face da prescriÃ§Ã£o da pena em concreto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desse modo, entendendo perfeitamente aplicÃ¡vel o instituto em questÃ£o, julgo extinta a punibilidade do acusado LUIS FELIPE DIAS DA FONSECA, com base no art. 107, inciso IV, primeira figura, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dou a presente por publicada e intimadas as partes em audiÃªncia, determinando o registro oportuno. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em

julgado, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 16 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00006293820158140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:JOAO CARLOS SEREJO CORREA DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00013089120118140048 PROCESSO ANTIGO: 201120007013 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOAO Representante(s): OAB 12925 - ANA LAURA MACEDO SA (DEFENSOR) VITIMA:T. R. S. B. . RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Retornem os autos Ã Defensoria PÃºblica, conforme determinado Ã fl. 99v. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 16 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00013415220208140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Inquérito Policial em: 25/03/2022 REPRESENTANTE:DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE SALINOPOLIS INDICIADO:DAVI SARMENTO MAIA VITIMA:I. S. O. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, designo a audiÃªncia prevista no art. 16 da Lei nÂº 11.340/2006, para o dia 22/11/2022 Ã s 13:00. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como MANDADO/OFÃCIO, nos termos do Provimento nÂº 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos nÂº 011/2009 e nÂº 014/2009), aplicÃ¡vel Ã s comarcas do interior por forÃ§a do Provimento nÂº 003/2009 da CJCI). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â SalinÃ³polis, 11 de MarÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00015074520108140048 PROCESSO ANTIGO: 20102001106 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:E. C. C. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL VITIMA:I. S. N. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o determinado Ã fl. 72, declaro suspenso o processo e o curso do prazo prescricional em relaÃ§Ã£o ao denunciado, nos termos do art. 366 do CÃ³digo Processual Penal, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comparecendo o acusado, ter-se-Ã¡ por citado pessoalmente, prosseguindo o processo em seus ulteriores atos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo de suspensÃ£o sem localizaÃ§Ã£o ou comparecimento do rÃ©u, certifique e faÃ§am conclusos os autos ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE.Â SalinÃ³polis, 16 de marÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00017018420208140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:M. S. A. J. VITIMA:E. C. V. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, oficie-se ao Comando da PolÃ-cia Militar para que informe a lotaÃ§Ã£o dos policiais militares arrolados pelo MinistÃ©rio PÃºblico como testemunhas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â SalinÃ³polis- PA, 11 de marÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00017125020198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:A. N. G. VITIMA:K. F. S. . DESPACHO/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 24/11/2022 Ã

s 13:00. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio, inclusive carta precatÃ³ria para as testemunhas que nÃ£o residem na comarca. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como MANDADO/OFÃCIO, nos termos do Provimento nÂº 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos nÂº 011/2009 e nÂº 014/2009), aplicÃ¡vel Ã s comarcas do interior por forÃ§a do Provimento nÂº 003/2009 da CJCI). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â SalinÃ³polis, 11 de MarÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00019839320188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ANTONIO CARLOS FERREIRA DE ARAUJO Representante(s): OAB 12515-A - GLEUSE SIEBRA DIAS (ADVOGADO) VITIMA:M. J. C. S. VITIMA:D. M. C. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais atualizada, bem como informaÃ§Ã£o se o acusado encontra-se custodiado preventivamente por outro delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem os autos para designaÃ§Ã£o de jÃºri. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â SalinÃ³polis- PA, 11 de marÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00020052020198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:N. S. A. VITIMA:M. J. S. . DESPACHO/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, considerando manifestaÃ§Ã£o do MP, expeÃ§a-se carta precatÃ³ria para oitiva das testemunhas, no endereÃ§o informado pelo parquet. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o retorno, vista ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como MANDADO/OFÃCIO/CARTA, nos termos do Provimento nÂº 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos nÂº 011/2009 e nÂº 014/2009), aplicÃ¡vel Ã s comarcas do interior por forÃ§a do Provimento nÂº 003/2009 da CJCI). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â SalinÃ³polis, 09 de MarÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00021837120168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOAO GUILHERME SANTA BRIGIDA FARIAS Representante(s): OAB 12515-A - GLEUSE SIEBRA DIAS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JOÃO GUILHERME SANTA BRÃGIDA FARIAS, jÃ¡ qualificado na inicial, foi denunciado como incurso nas penas do art. 33 caput da da Lei nº 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta nos autos a certidÃ£o de Ãbito do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a indubitÃ¡vel causa de extinÃ§Ã£o de punibilidade ocorrida, prevista no artigo 107, inciso I, do CÃ³digo Penal, qual seja, a morte do acusado, necessÃ¡rio se faz a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE diante da morte do acusado JOÃO GUILHERME SANTA BRÃGIDA FARIAS, qualificado, com base nos artigos 107, inciso I, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Secretaria JudiciÃ¡ria deverÃ¡ juntar a certidÃ£o de Ã³bito, nos outros processos em face do acusado, e fazÃª-los conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP e a defesa. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 15 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00032081720198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:R. C. S. VITIMA:G. S. S. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, considerando juntada de petiÃ§Ã£o (fl. 80), dÃª-se vista ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â SalinÃ³polis, 11 de MarÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00050096520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:RAIMUNDO CARVALHO DE SOUZA VITIMA:L. M. P. . SENTENÃA 1.Â Â Â Â Â RELATÃRIO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO

DO ESTADO DO PARÃ ofereceu denÃºncia contra RAIMUNDO CARVALHO DE SOUZA, qualificado nos autos, como incurso nas penas do Art. 129, Â§ 9Âº do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi devidamente recebida, sendo apresentada, apÃ³s a citaÃ§Ã£o, a resposta Ã acusaÃ§Ã£o em favor do rÃ©u, realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, momento no qual foram ouvidas vÃ-tima, testemunhas e em seguida qualificado e interrogado o rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sede de Memoriais Finais, o Promotor de JustiÃ§a pugnou pela condenaÃ§Ã£o do acusado quanto ao delito descrito no art. 129, Â§ 9Âº do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defensoria PÃºblica, por sua vez, em AlegaÃ§Ãµes Finais, requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado, nos termos do art. 386, incisos V e VII do CPP e, no caso de nÃ£o acolhimento, a aplicaÃ§Ã£o da pena no patamar mÃ-nimo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, Ã© o relatÃ³rio. Decido. 2.Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÂ¿O: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inexistem preliminares. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- MATERIALIDADE: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade do delito restou demonstrada pelos seguintes elementos de convicÃ§Ã£o: i) Boletim mÃ©dico Ã fl. 12. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- AUTORIA: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que concerne Ã autoria, resta tambÃ©m induvidosa, porquanto, apesar da vÃ-tima em juÃ-zo, tentar justificar a lesÃ£o na mÃ£o, as testemunhas, policiais militares, Rafael Henrique de Matos Ferreira e Marcos Venicios Almeida de Souza, afirmaram que foram abordados por ela, momento no qual, esta informou sobre a agressÃ£o. Acrescentam que a vÃ-tima estava ferida em uma de suas mÃ£os. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u, por sua vez, negou a autoria delitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se pode perceber, hÃ¡ perfeita consonÃ¢ncia entre os termos da denÃºncia e os depoimentos testemunhais, tendo a instruÃ§Ã£o processual sido hÃ¡bil em demonstrar que o rÃ©u praticou o delito de lesÃ£o corporal na forma descrita na denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2.4 No que pertine Ã tipicidade, tem-se que o delito perpetrado corresponde ao crime de lesÃµes corporais no Ã¢mbito domÃ©stico, tipificado no artigo 129, Â§ 9Âº, caput do CÃ³digo Penal, em sua modalidade consumada contra a vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A conduta do rÃ©u encontra perfeita tipificaÃ§Ã£o no art. 129, do CÃ³digo Penal, que implica Â¿ofender a integridade corporal ou saÃºde de outremÂ¿. E, nos termos do Â§ 9Âº, do mesmo dispositivo legal, Â¿Se a lesÃ£o o for praticada contra ascendente, descendente, irmÃ£o, cÃ´njuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relaÃ§Ãµes domÃ©sticas, de coabitaÃ§Ã£o ou de hospitalidadeÂ¿ a sanÃ§Ã£o Ã© de detenÃ§Ã£o, de 3 (trÃªs) meses a 3 (trÃªs) anos, redaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a instruÃ§Ã£o criminal, a conduta do rÃ©u foi completamente desvelada, restando clara a intenÃ§Ã£o consciente de atingir a integridade corporal da vÃ-tima, fato que identifica a primeira parte descrita no art. 129, caput, do CÃ³digo Penal, conforme descriÃ§Ã£o das lesÃµes contidas no boletim mÃ©dico de fl. 12. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HipÃ³tese que se subsume Ã quela prevista no Â§ 9Âº, do mesmo dispositivo, caracterizando a matÃ©ria como violÃªncia domÃ©stica e familiar motivada em questÃ£o de gÃªnero, ensejando, portando, maior reprimenda legal, pois sÃ£o companheiros. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, deve o acusado ser condenado nas sanÃ§Ãµes previstas no art. 129, Â§9Âº do CÃ³digo Penal c/c Arts. 5Âº e 7Âº, incisos II e III da Lei 11.340/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ teses de defesa remanescentes. III - DISPOSITIVO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto e por tudo que consta dos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na DENÃNCIA, ofertada pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, para: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ABSOLVER, com base no princÃ-pio da consunÃ§Ã£o, o acusado do crime descrito no art. 147, caput do CPB e CONDENAR o acusado RAIMUNDO CARVALHO DE SOUZA, jÃ¡ qualificado nos autos, nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 129, Â§9Âº, do CÃ³digo Penal Brasileiro c/c arts. 5Âº e 7Âº da Lei nÂº 11.340/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- DOSIMETRIA: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a) CircunstÂ¢ncias judiciais (art. 59 do CÃ³digo Penal) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.1) culpabilidade: Normal Ã espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.2) antecedentes: O rÃ©u nÃ£o registra antecedentes criminais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.3) conduta social: NÃ£o foi apurado nos autos qualquer conduta negativa da vida privada do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.4) personalidade: Sem elementos para averiguar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.5) motivos do crime: No caso em tela, os motivos sÃ£o prÃ³prios do tipo, envolvendo a agressÃ£o no seio familiar em face da vulnerabilidade da mulher, nÃ£o devendo ser levado em consideraÃ§Ã£o para aumentar a pena base, jÃ¡ que considerados pelo legislador para a previsÃ£o da pena em abstrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.6) circunstÂ¢ncias do crime: normais Ã espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.7) consequÃªncias do crime: No presente caso, nÃ£o houve consequÃªncias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.8) comportamento da vÃ-tima: em nada influiu na prÃ¡tica do delito, razÃ£o pela qual nÃ£o deve ser valorada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que as circunstÂ¢ncias judiciais, fixo a pena base no mÃ-nimo legal em 03 (trÃªs) meses de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â b)Â CircunstÂ¢ncias agravantes e atenuantes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inexistem circunstÂ¢ncias agravantes e atenuantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â c)Â Causas de aumento e de diminuiÃ§Ã£o de pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inexistem causas de aumento ou de diminuiÃ§Ã£o de pena

a serem consideradas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â d)Â Pena definitiva Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fica, portanto, o rÃ©u condenado com relaÃ§Ã£o ao crime tipificado no art. 129, Â§ 9Âº, do CÃ³digo Penal Ã pena total de 03 (trÃªs) meses de detenÃ§Ã£o. Â e) Da detraÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 387, Â§ 2Âº, do CPP, com redaÃ§Ã£o dada pela Lei 12.736/12, deverÃ¡ ser subtraÃ-do o tempo de prisÃ£o cautelar de 05 (cinco) dias. Â Â Â Â Â Â f) Regime de cumprimento de pena Â Considerando a pena aplicada e que o rÃ©u Ã© primÃ¡rio, nÃ£o reincidente, com fundamento no artigo 33, Â§ 2Âº, alÃ-nea Â¿cÂ¿ do CÃ³digo Penal, fixo o regime aberto para o inÃ-cio do cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â g)Â SubstituiÃ§Ã£o por pena restritiva de direitos e suspensÃ£o condicional da pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tratando-se de delito no Ã¢mbito da violÃªncia domÃ©stica, conforme a SÃºmula nÂº 588 do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a dispÃµe que: Â¿a prÃ¡tica de crime ou contravenÃ§Ã£o penal contra a mulher com violÃªncia ou grave ameaÃ§a no ambiente domÃ©stico impossibilita a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitosÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso da suspensÃ£o Ã© inadmissÃ-vel, na hipÃ³tese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha, conforme sÃºmula 536 do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Do direito de apelar em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que foi fixado o regime aberto de cumprimento da pena concedo ao acusado o benefÃ-cio de aguardar eventual recurso em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DisposiÃ§Ãµes gerais 1-Â Â Â Â Â Deixo de fixar o valor mÃ-nimo dos danos, tendo em vista que nÂ¿o formulado requerimento a esse respeito na denÃºncia, nÂ¿o possibilitando ao acusado, nesse particular, o devido contraditÃ³rio. 2-Â Â Â Â Â Em virtude da situaÃ§Ã£o econÃ´mica do acusado, deixo de condenÃ¡-lo Ã s custas processuais. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado: 3-Â Â Â Â Â lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados; 4-Â Â Â Â Â oficie-se ao CartÃ³rio Eleitoral para suspensÃ£o dos seus direitos polÃ-ticos; 5-Â Â Â Â Â comunique-se para fins de anotaÃ§Ã£o do antecedente; 6-Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se guia de execuÃ§Ã£o definitiva 7-Â Â Â Â Â Publique-se na Ã-ntegra no DiÃ¡rio da JustiÃ§a. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis (PA), 09 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00050662020188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:A. M. C. R. Representante(s): OAB 7562 - JAIME CARNEIRO COSTA (ADVOGADO) VITIMA:E. E. S. R. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, considerando que nÃ£o houve apresentaÃ§Ã£o de recurso, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â SalinÃ³polis- PA, 11 de marÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00060896420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOEL JOSE PEREIRA FONTEL. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal, ofereceu Acordo de JOEL JOSÃ PEREIRA FONTEL.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes em audiÃªncia, formalizaram e firmaram o Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, sendo devidamente cumprido, conforme comprovante em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento integral do acordo de nÃ£o persecuÃ§Ã£o penal, com base no artigo 28-A, Â§13Âº do CPP, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor JOEL JOSÃ PEREIRA FONTEL, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 15 de marÃ§o de 2022 Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Â Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00067499220188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:CLAUDIONOR OLIVEIRA BRAGA. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A

PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00073535220188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:FABIANO SENA CARVALHO. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00073483120188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:FERNANDO CALDAS DA SILVA. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00073518320188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOAO PAULO DE OLIVEIRA ARAUJO. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00073535320188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:VINICIUS PINHEIRO FREITAS. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00073690720188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:AMANDA DE PAULA MACIEL BORGES. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi

proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis P R O C E S S O : 0 0 0 7 5 5 0 4 2 2 0 1 7 8 1 4 0 0 4 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:DIEGO DOS SANTOS PAIXAO. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00076081120188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:FRANCISCO JOSE GRACIANO DE CASTRO. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis P R O C E S S O : 0 0 0 7 7 4 8 4 5 2 0 1 8 8 1 4 0 0 4 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIADO:GREGORY GANDARA DENUNCIANTE:MIINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00078908320178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:PAULO SERGIO DOS SANTOS MEDEIROS. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis P R O C E S S O : 0 0 0 7 9 9 4 4 1 2 0 1 8 8 1 4 0 0 4 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:RUAN THALLIS DE OLIVEIRA LIMA. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00080109220188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:PAULO FABRICIO AVIZ DOS SANTOS VITIMA:A. C. S. B. . Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00080507420188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ANTONIO ELICIO QUEIROZ DE FREITAS. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00082525120188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOSE AUGUSTO ALEIXO PANTOJA. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00082698720188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:BEN HUR RUFINO DE LIMA. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes

da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00083108820178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:NILTON CUNHA MACHADO VITIMA:R. R. C. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NILTON CUNHA MACHADO, jÃ¡ qualificado na inicial, foi denunciado como incurso nas penas do art. 155, caput do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta nos autos a certidÃ£o de Ãbito do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a indubitÃ¡vel causa de extinÃ§Ã£o de punibilidade ocorrida, prevista no artigo 107, inciso I, do CÃ³digo Penal, qual seja, a morte do acusado, necessÃ¡rio se faz a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE diante da morte do acusado NILTON CUNHA MACHADO, qualificado, com base nos artigos 107, inciso I, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Secretaria JudiciÃ¡ria deverÃ¡ juntar a certidÃ£o de Ã³bito, nos outros processos em face do acusado, e fazÃª-los conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP e a defesa. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 15 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00084121320178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:THIAGO CARDOSO VALENTE VITIMA:R. S. B. VITIMA:J. P. M. VITIMA:Y. S. C. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â THIAGO CARDOSO VALENTE, jÃ¡ qualificado na inicial, foi denunciado como incurso nas penas do art. 155, Â§1Âº, Â§4Âº do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta nos autos a certidÃ£o de Ãbito do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a indubitÃ¡vel causa de extinÃ§Ã£o de punibilidade ocorrida, prevista no artigo 107, inciso I, do CÃ³digo Penal, qual seja, a morte do acusado, necessÃ¡rio se faz a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE diante da morte do acusado THIAGO CARDOSO VALENTE, qualificado, com base nos artigos 107, inciso I, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Secretaria JudiciÃ¡ria deverÃ¡ juntar a certidÃ£o de Ã³bito, nos outros processos em face do acusado, e fazÃª-los conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP e a defesa. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 15 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00086881020188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 25/03/2022 AUTOR:DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE SALINOPOLIS REQUERENTE:R. S. E. S. REQUERIDO:R. M. S. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, considerando que existe aÃ§Ã£o penal em curso (00105294020188140048), arquive-se o presente processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â SalinÃ³polis- PA, 09 de marÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00090492720188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:R. S. G. VITIMA:M. N. S. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, considerando juntada de petiÃ§Ã£o (fl. 74), dÃª-se vista ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â SalinÃ³polis, 11 de MarÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00092294320188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:J. S. L. VITIMA:E. L. S. C. . RH Â Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Considerando o trÃ¢nsito em julgado, Ã Secretaria JudiciÃ¡ria para elaboraÃ§Ã£o de guia de execuÃ§Ã£o definitiva e inclusÃ£o no SEEU. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s as comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias, arquive-se o presente processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â SalinÃ³polis- PA, 11 de marÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00096096620188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:A. S. R. VITIMA:M. G. T. S. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, considerando certidÃ£o do senhor Oficial de JustiÃ§a, na qual informa que nÃ£o houve a devida intimaÃ§Ã£o do rÃ©u (fl. 61), retornem os autos Ã Defensoria PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â SalinÃ³polis, 11 de MarÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00098865320168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO PARA DENUNCIADO:ELINALDO DA SILVA VITIMA:T. M. R. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, considerando citaÃ§Ã£o editalÃ-cia, , dÃª-se vista ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â SalinÃ³polis, 08 de MarÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00105273620198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 25/03/2022 REQUERENTE:M. F. M. A. L. REQUERIDO:J. B. A. F. Representante(s): OAB 18045 - JOSE EDUARDO PEREIRA ROCHA (ADVOGADO) . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, considerando que existe aÃ§Ã£o penal em curso (00111673920198140048), arquive-se o presente processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â SalinÃ³polis- PA, 09 de marÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00105294020188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:R. M. S. VITIMA:R. S. E. S. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, considerando o decurso do tempo e o delito praticado, encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para manifestar-se sobre o advento da prescriÃ§Ã£o, inclusive a virtual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â SalinÃ³polis-PA, 09 de MarÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00108519420178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:RAY HARLLEY SANTOS DE SOUZA VITIMA:E. B. S. C. VITIMA:M. S. S. E. C. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a Defensoria PÃºblica desistiu do recurso, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado expeÃ§a-se guia de execuÃ§Ã£o definitiva, bem como mandado de prisÃ£o e por fim, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â SalinÃ³polis, 16 de MarÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00111673920198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:J. B. A. F. VITIMA:M. F. M. A. L. . DESPACHO/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 24/11/2022 Ã s 10:00. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio, inclusive carta precatÃ³ria para as testemunhas que nÃ£o residem na comarca. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como MANDADO/OFÃCIO, nos termos do Provimento nÂº 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos nÂº 011/2009 e nÂº 014/2009), aplicÃ¡vel Ã s comarcas do interior por forÃ§a do Provimento nÂº 003/2009 da CJCI). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â SalinÃ³polis, 09 de MarÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito

Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00113857220168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:R. S. B. VITIMA:R. S. B. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, considerando desistÃªncia da oitiva da vÃ-tima e revelia do acusado, encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, e apÃ³s Ã defesa para apresentaÃ§Ã£o de alegaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â SalinÃ³polis-PA, 07 de MarÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00115857920168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 25/03/2022 AUTORIDADE POLICIAL:RAFAELLA LACERDA FIGUEIREDO REQUERENTE:M. N. R. A. REQUERIDO:R. C. R. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, considerando que o processo encontra-se sentenciado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â SalinÃ³polis- PA, 11 de marÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00141902720188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 25/03/2022 AUTORIDADE POLICIAL:DANIELLE MARIA DE SOUSA AMBROSIO DELEGADA DE POLICIA CIVIL REQUERENTE:K. F. S. REQUERIDO:A. N. G. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, considerando que existe aÃ§Ã£o penal em curso (00017125020198140048), arquive-se o presente processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â SalinÃ³polis- PA, 11 de marÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00144057120168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:J. L. R. C. VITIMA:J. C. S. S. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, considerando juntada de petiÃ§Ã£o, dÃª-se vista ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â SalinÃ³polis, 11 de MarÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00147108420188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:RAFAEL BRUNO DA CONCEICAO. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00154548420158140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 25/03/2022 DENUNCIADO:EDINALDO PINTO COIMBRA AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO ofereceu denÃºncia em desfavor de EDINALDO PINTO COIMBRA, devidamente qualificado nos autos do processo, por suposta incursÃ£o no disposto no art. 33, caput, da Lei 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notificada, a parte rÃ© apresentou defesa preliminar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia recebida, com designaÃ§Ã£o de audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã O SUCINTO RELATÃRIO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Examinando atentamente o caderno processual, noto que o contexto dos autos enseja o antecipado julgamento do feito, mormente diante do disposto no inciso LXXVIII, ao artigo 5Âº da Carta Magna, introduzido pela Emenda Constitucional nÂº 45/2004, in verbis: Â¿a todos, no Ã¢mbito

judicial ou administrativo, sÃ£o asseguradas a razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitaÃ§Ã£o.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, ressalto a orientaÃ§Ã£o de que o reconhecimento da ausÃªncia de Ãªxito da pretensÃ£o acusatÃ³ria poderÃ¡ ser reconhecida a qualquer tempo, dada a ausÃªncia de justa causa para o processamento da aÃ§Ã£o penal, a despeito do anterior recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, com a nova redaÃ§Ã£o atribuÃ-da ao artigo 397, do CÃ³digo de Processo Penal, pela Lei nÂ° 11.719/2008, resultou positivada a possibilidade de julgamento antecipado da lide em situaÃ§Ãµes sÃ-miles a dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, considero que a exÃ-gua quantidade de drogas supostamente apreendidas em poder do rÃ©u, no caso, 2,121g (fl. 50), permite, desde logo, a inviabilidade de Ãªxito da pretensÃ£o ministerial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, Ã falta de apreensÃ£o de outros objetos induvidosamente relacionados ao trÃ¡fico de drogas, a Ã-nfima quantidade de drogas apreendida com o rÃ©u torna plausÃ-vel que a substÃ¢ncia destinava-se ao consumo prÃ³prio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã luz desta premissa, conforme preceitua o texto constitucional, aos acusados em processo penal favorece a presunÃ§Ã£o de inocÃªncia. Ora, se a presunÃ§Ã£o Ã© de inocÃªncia, incoerente que o acusado tenha que arcar com qualquer tipo de Ã´nus para provar a sua inocÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, Ã falta de prova cabal da autoria do fato delituoso, nos termos acima fundamentados, indesviÃ¡vel se torna a soluÃ§Ã£o absolutÃ³ria, conforme preceitua o artigo 386, inciso VII, do Diploma Processual Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Subsistiria a figura do artigo 28, da Lei 11.343/2006, como crime subsidiÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Contudo, nÃ£o se pode deixar de registrar que, a partir da supressÃ£o de pena privativa de liberdade, referente a posse de drogas para consumo (antigo artigo 16, da Lei 6.368/76 e atual artigo 28, da Lei 11.343/06), soa evidente a absoluta falta de efetividade do trato penal da matÃ©ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que, constam do rol de Â¿sanÃ§ÃµesÂ¿ do artigo 28, da Lei nÂº 11.343/06, Â¿advertÃªncia sobre os efeitos das drogasÂ¿, Â¿multaÂ¿, Â¿prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidadeÂ¿ e Â¿medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Suponha-se o transcurso regular do processo, com ulterior prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a transitada em julgado, com fixaÃ§Ã£o de pena de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, nada ocorreria em caso de nÃ£o aceitaÃ§Ã£o de cumprimento da pena, visto que inexiste possibilidade de conversÃ£o em pena privativa de liberdade. E o mesmo aplicar-se-ia ao descumprimento de quaisquer outra das Â¿penasÂ¿ estatuÃ-das no art. 28, da Lei 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tem-se, assim, que toda a tramitaÃ§Ã£o processual, prestar-se-Ã¡ a resultado nulo, ou seja, a continuidade do processo pelo rito comum ordinÃ¡rio serÃ¡ inÃºtil e contraproducente, inclusive podendo a pretensÃ£o punitiva estatal ser atingida pela prescriÃ§Ã£o, pois se ao desfecho da instruÃ§Ã£o criminal restar demonstrado o crime de porte para consumo, nÃ£o vai ter outra conclusÃ£o, uma vez que a pena mÃ¡xima aplicada ao porte para consumo Ã© de 05 meses e o prazo Ãºnico de prescriÃ§Ã£o, nesse caso, Ã© de 02 anos, sendo certa, portanto, a prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ qualquer sentido de ordem prÃ¡tica, pois, para que o Poder JudiciÃ¡rio dÃª tramitaÃ§Ã£o a um processo cujo resultado desde a origem Ã© sabido inÃºtil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afronta Ã s noÃ§Ãµes de razoabilidade e proporcionalidade, impor aos Servidores do Poder JudiciÃ¡rio dar cumprimento a medidas processuais cujo resultado Ã© nulo, quando jÃ¡ esgotados pelo cumprimento de uma sÃ©rie de tantos outros processos relevantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â E tudo isso sem se falar no custo econÃ´mico do processo. SÃ£o despesas com publicaÃ§Ãµes, materiais de expediente, conduÃ§Ã£o para oficiais de justiÃ§a, etc. HÃ¡, obviamente, destinaÃ§Ã£o mais relevante para os recursos do Poder JudiciÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE A DENÃNCIA para fins de sumariamente ABSOLVER o rÃ©u EDINALDO PINTO COIMBRA, nos exatos termos do artigo 395, inciso III, c.c artigo 397, Â¿caputÂ¿, ambos do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s transitado em julgado, arquive-se. SalinÃ³polis, 16 de Fevereiro de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00534719220158140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOAO MARCOS PIMENTEL XAVIER. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se.

Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00584734320158140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:GUILHERME VILAS BOAS COSTA. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00644562320158140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ANTONIO FABIO RODRIGUES BRANDAO VITIMA:E. R. M. S. VITIMA:E. M. S. R. VITIMA:J. L. S. C. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO FÃBIO RODRIGUES BRANDÃO, jÃ¡ qualificado na inicial, foi denunciado como incurso nas penas do art. 303 E 302, Â§1Âº III, do CTB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta nos autos a certidÃ£o de Ãbito do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a indubitÃ¡vel causa de extinÃ§Ã£o de punibilidade ocorrida, prevista no artigo 107, inciso I, do CÃ³digo Penal, qual seja, a morte do acusado, necessÃ¡rio se faz a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE diante da morte do acusado ANTONIO FÃBIO RODRIGUES BRANDÃO, qualificado, com base nos artigos 107, inciso I, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Secretaria JudiciÃ¡ria deverÃ¡ juntar a certidÃ£o de Ã³bito, nos outros processos em face do acusado, e fazÃª-los conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP e a defesa. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 15 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 01864658420158140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 25/03/2022 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ADONES SANTOS OLIVEIRA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO ofereceu denÃºncia em desfavor de ADONES SANTOS OLIVEIRA, devidamente qualificado nos autos do processo, por suposta incursÃ£o no disposto no art. 33, caput, da Lei 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notificada, a parte rÃ© apresentou defesa preliminar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia recebida, com designaÃ§Ã£o de audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã O SUCINTO RELATÃRIO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Examinando atentamente o caderno processual, noto que o contexto dos autos enseja o antecipado julgamento do feito, mormente diante do disposto no inciso LXXVIII, ao artigo 5Âº da Carta Magna, introduzido pela Emenda Constitucional nÂº 45/2004, in verbis: Â¿a todos, no Ã¢mbito judicial ou administrativo, sÃ£o asseguradas a razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitaÃ§Ã£o.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, ressalto a orientaÃ§Ã£o de que o reconhecimento da ausÃªncia de Ãªxito da pretensÃ£o acusatÃ³ria poderÃ¡ ser reconhecida a qualquer tempo, dada a ausÃªncia de justa causa para o processamento da aÃ§Ã£o penal, a despeito do anterior recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, com a nova redaÃ§Ã£o atribuÃ-da ao artigo 397, do CÃ³digo de Processo Penal, pela Lei nÂ° 11.719/2008, resultou positivada a possibilidade de julgamento antecipado da lide em situaÃ§Ãµes sÃ-miles a dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, considero que a exÃ-gua quantidade de drogas supostamente apreendidas em poder do rÃ©u, no caso, 2, 510g (fl. 49), permite, desde logo, a inviabilidade de Ãªxito da pretensÃ£o ministerial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, Ã falta de apreensÃ£o de outros objetos induvidosamente relacionados ao trÃ¡fico de drogas, a Ã-nfima quantidade de drogas apreendida com o rÃ©u torna plausÃ-vel que a substÂ¢ncia destinava-se ao consumo prÃ³prio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã luz desta premissa, conforme preceitua o texto constitucional, aos acusados em processo penal favorece a presunÃ§Ã£o de inocÃªncia. Ora, se a presunÃ§Ã£o Ã© de inocÃªncia, incoerente que o acusado tenha que arcar com qualquer tipo de Ã´nus

para provar a sua inocÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, Ã falta de prova cabal da autoria do fato delituoso, nos termos acima fundamentados, indesviÃ¡vel se torna a soluÃ§Ã£o absolutÃ³ria, conforme preceitua o artigo 386, inciso VII, do Diploma Processual Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Subsistiria a figura do artigo 28, da Lei 11.343/2006, como crime subsidiÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Contudo, nÃ£o se pode deixar de registrar que, a partir da supressÃ£o de pena privativa de liberdade, referente a posse de drogas para consumo (antigo artigo 16, da Lei 6.368/76 e atual artigo 28, da Lei 11.343/06), soa evidente a absoluta falta de efetividade do trato penal da matÃ©ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que, constam do rol de Â¿sanÃ§Ãµes Â¿ do artigo 28, da Lei nÂº 11.343/06, Â¿advertÃªncia sobre os efeitos das drogasÂ¿, Â¿multaÂ¿, Â¿prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidadeÂ¿ e Â¿medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Suponha-se o transcurso regular do processo, com ulterior prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a transitada em julgado, com fixaÃ§Ã£o de pena de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, nada ocorreria em caso de nÃ£o aceitaÃ§Ã£o de cumprimento da pena, visto que inexiste possibilidade de conversÃ£o em pena privativa de liberdade. E o mesmo aplicar-se-ia ao descumprimento de quaisquer outra das Â¿penasÂ¿ estatuÃ-das no art. 28, da Lei 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tem-se, assim, que toda a tramitaÃ§Ã£o processual, prestar-se-Ã¡ a resultado nulo, ou seja, a continuidade do processo pelo rito comum ordinÃ¡rio serÃ¡ inÃºtil e contraproducente, inclusive podendo a pretensÃ£o punitiva estatal ser atingida pela prescriÃ§Ã£o, pois se ao desfecho da instruÃ§Ã£o criminal restar demonstrado o crime de porte para consumo, nÃ£o vai ter outra conclusÃ£o, uma vez que a pena mÃ¡xima aplicada ao porte para consumo Ã© de 05 meses e o prazo Ãºnico de prescriÃ§Ã£o, nesse caso, Ã© de 02 anos, sendo certa, portanto, a prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ qualquer sentido de ordem prÃ¡tica, pois, para que o Poder JudiciÃ¡rio dÃª tramitaÃ§Ã£o a um processo cujo resultado desde a origem Ã© sabido inÃºtil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afronta Ã s noÃ§Ãµes de razoabilidade e proporcionalidade, impor aos Servidores do Poder JudiciÃ¡rio dar cumprimento a medidas processuais cujo resultado Ã© nulo, quando jÃ¡ esgotados pelo cumprimento de uma sÃ©rie de tantos outros processos relevantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â E tudo isso sem se falar no custo econÃ´mico do processo. SÃ£o despesas com publicaÃ§Ãµes, materiais de expediente, conduÃ§Ã£o para oficiais de justiÃ§a, etc. HÃ¡, obviamente, destinaÃ§Ã£o mais relevante para os recursos do Poder JudiciÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE A DENÃNCIA para fins de sumariamente ABSOLVER o rÃ©u ADONES SANTOS OLIVEIRA, nos exatos termos do artigo 395, inciso III, c.c artigo 397, Â¿caputÂ¿, ambos do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s transitado em julgado, arquive-se. SalinÃ³polis, 15 de marÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 01904661520158140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 25/03/2022 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ALANA RAINARA DA COSTA CORREA Representante(s): OAB 7666 - SAULO ROBERTO REGIS DE SOUZA MORAES (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO ofereceu denÃºncia em desfavor de ALANA RAINARA DA COSTA CORREA, devidamente qualificada nos autos do processo, por suposta incursÃ£o no disposto no art. 33, caput, da Lei 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notificada, a parte rÃ© apresentou defesa preliminar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia recebida, com designaÃ§Ã£o de audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã O SUCINTO RELATÃRIO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Examinando atentamente o caderno processual, noto que o contexto dos autos enseja o antecipado julgamento do feito, mormente diante do disposto no inciso LXXVIII, ao artigo 5Âº da Carta Magna, introduzido pela Emenda Constitucional nÂº 45/2004, in verbis: Â¿a todos, no Ã¢mbito judicial ou administrativo, sÃ£o asseguradas a razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitaÃ§Ã£o.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, ressalto a orientaÃ§Ã£o de que o reconhecimento da ausÃªncia de Ãªxito da pretensÃ£o acusatÃ³ria poderÃ¡ ser reconhecida a qualquer tempo, dada a ausÃªncia de justa causa para o processamento da aÃ§Ã£o penal, a despeito do anterior recebimento da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, com a nova redaÃ§Ã£o atribuÃ-da ao artigo 397, do CÃ³digo de Processo Penal, pela Lei nÂ° 11.719/2008, resultou positivada a possibilidade de julgamento antecipado da lide em situaÃ§Ãµes sÃ-miles a dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, considero que a exÃ-gua quantidade de drogas supostamente apreendidas em poder da rÃ©, no caso, 0,907g (fl. 57), permite, desde logo, a inviabilidade de Ãªxito da pretensÃ£o ministerial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, Ã falta de apreensÃ£o de outros objetos induvidosamente relacionados ao trÃ¡fico de drogas, a Ã-nfima quantidade de drogas apreendida com a rÃ© torna plausÃ-vel que a substÂncia destinava-se ao consumo prÃ³prio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã luz

desta premissa, conforme preceitua o texto constitucional, aos acusados em processo penal favorece a presunÃ§Ã£o de inocÃªncia. Ora, se a presunÃ§Ã£o Ã© de inocÃªncia, incoerente que o acusado tenha que arcar com qualquer tipo de Ã´nus para provar a sua inocÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, Ã falta de prova cabal da autoria do fato delituoso, nos termos acima fundamentados, indesviÃ¡vel se torna a soluÃ§Ã£o absolutÃ³ria, conforme preceitua o artigo 386, inciso VII, do Diploma Processual Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Subsistiria a figura do artigo 28, da Lei 11.343/2006, como crime subsidiÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Contudo, nÃ£o se pode deixar de registrar que, a partir da supressÃ£o de pena privativa de liberdade, referente a posse de drogas para consumo (antigo artigo 16, da Lei 6.368/76 e atual artigo 28, da Lei 11.343/06), soa evidente a absoluta falta de efetividade do trato penal da matÃ©ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que, constam do rol de Â¿sanÃ§ÃµesÂ¿ do artigo 28, da Lei nÂº 11.343/06, Â¿advertÃªncia sobre os efeitos das drogasÂ¿, Â¿multaÂ¿, Â¿prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidadeÂ¿ e Â¿medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Suponha-se o transcurso regular do processo, com ulterior prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a transitada em julgado, com fixaÃ§Ã£o de pena de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, nada ocorreria em caso de nÃ£o aceitaÃ§Ã£o de cumprimento da pena, visto que inexiste possibilidade de conversÃ£o em pena privativa de liberdade. E o mesmo aplicar-se-ia ao descumprimento de quaisquer outra das Â¿penasÂ¿ estatuÃ-das no art. 28, da Lei 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tem-se, assim, que toda a tramitaÃ§Ã£o processual, prestar-se-Ã¡ a resultado nulo, ou seja, a continuidade do processo pelo rito comum ordinÃ¡rio serÃ¡ inÃºtil e contraproducente, inclusive podendo a pretensÃ£o punitiva estatal ser atingida pela prescriÃ§Ã£o, pois se ao desfecho da instruÃ§Ã£o criminal restar demonstrado o crime de porte para consumo, nÃ£o vai ter outra conclusÃ£o, uma vez que a pena mÃ¡xima aplicada ao porte para consumo Ã© de 05 meses e o prazo Ãºnico de prescriÃ§Ã£o, nesse caso, Ã© de 02 anos, sendo certa, portanto, a prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ qualquer sentido de ordem prÃ¡tica, pois, para que o Poder JudiciÃ¡rio dÃª tramitaÃ§Ã£o a um processo cujo resultado desde a origem Ã© sabido inÃºtil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afronta Ã s noÃ§Ãµes de razoabilidade e proporcionalidade, impor aos Servidores do Poder JudiciÃ¡rio dar cumprimento a medidas processuais cujo resultado Ã© nulo, quando jÃ¡ esgotados pelo cumprimento de uma sÃ©rie de tantos outros processos relevantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â E tudo isso sem se falar no custo econÃ´mico do processo. SÃ£o despesas com publicaÃ§Ãµes, materiais de expediente, conduÃ§Ã£o para oficiais de justiÃ§a, etc. HÃ¡, obviamente, destinaÃ§Ã£o mais relevante para os recursos do Poder JudiciÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE A DENÃNCIA para fins de sumariamente ABSOLVER a rÃ© ALANA RAINARA DA COSTA CORREA, nos exatos termos do artigo 395, inciso III, c.c artigo 397, Â¿caputÂ¿, ambos do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s transitado em julgado, arquive-se. SalinÃ³polis, 16 de Fevereiro de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00000029220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MARCUS VINICIUS ALVES DE OLIVEIRA. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00000618520168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:RAFAEL VELOSO RODRIGUES. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei

9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00001211920208140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Inquérito Policial em: 28/03/2022 REPRESENTANTE:AUTORIDADE POLICIAL INDICIADO:CLAUDOMIRO GREGORIO DOS SANTOS NETO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal, ofereceu Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal (ANPP) em favor de CLAUDOMIRO GREGÃRIO DOS SANTOS NETO.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes em audiÃªncia, formalizaram e firmaram o Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, sendo devidamente cumprido, conforme comprovante em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento integral do acordo de nÃ£o persecuÃ§Ã£o penal, com base no artigo 28-A, Â§13Âº do CPP, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor CLAUDOMIRO GREGÃRIO DOS SANTOS NETO, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 17 de fevereiro de 2022. Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Â Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00002410420168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:FRANCINEI GOMES MACHADO VITIMA:B. C. N. . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00004619420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:DENYS DA CRUZ DE OLIVEIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00005584120128140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIADO:JADERSON FERNANDES FONSECA SARMENTO Representante(s): OAB 12925 - ANA LAURA MACEDO SA (DEFENSOR) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de DenÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico em face de JADERSON FERNANDE FONSECA SARMENTO, pela prÃ¡tica do crime descrito no art. 14, da Lei nº 10.826/03. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena mÃ¡xima para os que infringem os citados artigos descritos na peÃ§a acusatÃ³ria Ã© de 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e, de acordo com o artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre em 08

anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde ao recebimento da denÃºncia, transcorreram mais de oito, constato que ocorreu a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a pena de multa, conforme o artigo 114, inciso II, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre no mesmo prazo da pena privativa de liberdade, estando, portanto, tambÃ©m prescrita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, considerando ainda que o parquet manifestou-se favorÃ¡vel a prescriÃ§Ã£o, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor do fato JADERSON FERNANDE FONSECA SARMENTO, jÃ¡ qualificado, diante da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com base nos artigos 107, inciso IV, primeira figura, c.c. artigo 109, inciso IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquive-se, procedendo-se as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 16 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00006414720188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 28/03/2022 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MOISES CORREA BORGES. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu denÃºncia contra MOISES CORRÃA BORGES, devidamente qualificado, pela prÃ¡tica de trÃ¡fico de drogas, crime previsto no art. 33, caput da Lei nÂº 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo seguiu seu curso, com apresentaÃ§Ã£o de defesa, realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em AlegaÃ§Ãµes finais o MinistÃ©rio PÃºblico, requereu a total procedÃªncia da denÃºncia, com aplicaÃ§Ã£o de pena pela prÃ¡tica descrita no art. 33, caput da Lei nÂº 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa do acusado, por sua vez em alegaÃ§Ãµes finais, requereu o reconhecimento das atenuantes de confissÃ£o, bem como da causa de diminuiÃ§Ã£o prevista no art. 33, Â§4Âº da Lei nÂº 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, Ã© o relatÃ³rio. Passo a motivar e, ao fim, DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o foram alegadas preliminares. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da materialidade Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade delitiva restou demonstrada pelos seguintes elementos de convicÃ§Ã£o: i) Laudo definitivo nÂº 2018.02.000199-QUI (fl. 45). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da autoria Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o restam dÃºvidas quanto Ã autoria. SenÃ£o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre os fatos narrados na denÃºncia, os policiais que participaram da autuaÃ§Ã£o, quais sejam, JosÃ© Maria do EspÃ-rito Santo NegrÃ£o e Marcos Nascimento de Souza, afirmaram que o entorpecente foi encontrado na posse do acusado (Termo/MÃ-dia- Cd de fl. 61). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Mesmo diante das declaraÃ§Ãµes acima expostas, o acusado, nega a prÃ¡tica de trÃ¡fico de drogas, alegando que o entorpecente seria para seu uso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apesar da negativa de mercancia, denoto que os depoimentos policiais colecionados nos autos sÃ£o coerentes e harmÃ´nicos entre si, estando de acordo com as demais provas existentes, razÃ£o pela qual, a mÃ-ngua de qualquer alegaÃ§Ã£o de suspeita tempestiva, encontram-se revestidos de suficiÃªncia para embasar os decretos condenatÃ³rios. TJMG-059429) APELAÃÃO CRIMINAL - TRÃFICO DE ENTORPECENTES - ABSOLVIÃÃO - IMPOSSIBILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS - PALAVRA DOS POLICIAIS - SUA CREDIBILIDADE QUANDO EM HARMONIA COM OS DEMAIS DADOS PROBATÃRIOS - PRESUNÃÃO DO CUMPRIMENTO DO DEVER - DESCLASSIFICAÃÃO - USO DE DROGAS - INVIABILIDADE - RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. Ao testemunho de agentes policiais deve ser dada a mesma credibilidade que se dÃ¡ aos depoimentos de quaisquer outras testemunhas, desde que estejam em consonÃ¢ncia com os demais elementos probantes existentes no processo. A aceitabilidade de seu testemunho estÃ¡, tambÃ©m, ligada, com ou sem restriÃ§Ãµes ou reservas, Ã presunÃ§Ã£o do cumprimento do dever. 2. Ainda que o traficante negue o fato, sua negativa torna-se inÃ³cua, se o acervo probante pÃµe Ã mostra 'salienter tantum' os indicativos fÃ¡ticos evidenciadores da mercancia da droga ilÃ-cita. (ApelaÃ§Ã£o Criminal nÂº 1.0313.07.226571-0/001(1), 1Âª CÂ¢mara Criminal do TJMG, Rel. MÃ¡rcia Milanez. j. 02.12.2008, Publ. 23.01.2009). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, os depoimentos das testemunhas, policiais, somados aos demais elementos de convicÃ§Ã£o, especialmente o laudo toxicolÃ³gico definitivo, que dÃ¡ conta da quantidade e natureza da droga, conduzem Ã segura conclusÃ£o de que, efetivamente, o acusado enquadra-se no tipo descrito no artigo 33 da Lei 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, hÃ¡ uma narrativa harmÃ´nica dos policiais de que receberam denÃºncia sobre o trÃ¡fico de drogas dando conta das caracterÃ-sticas do local e da prÃ¡tica delituosa, fato que restou confirmado com a abordagem e apreensÃ£o do entorpecente com o acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste aspecto, nÃ£o vejo nenhum tipo de mÃ¡cula que pudesse contaminar os depoimentos dos policiais, por ter ficado esclarecido a forma de como se deu a operaÃ§Ã£o/diligÃªncia que culminou na prisÃ£o em flagrante do denunciado. NÃ£o obstante, no caso sob exame, o acusado "tinha em depÃ³sito" substÃ¢ncia entorpecente, restando inconteste o cometimento

do trÃ¡fico ilÃ-cito de entorpecentes, vez que realizou um (ou mais) dos 18 (dezoito) verbos, ou nÃºcleos, previstos no artigo 33, da lei acima mencionada, qual (is) seja (m), Â¿trazer consigo". Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Sabe-se que a maioria dos procedimentos envolvendo o trÃ¡fico ilÃ-cito de drogas, excluindo aqueles que iniciam com percuciente trabalho investigativo, voltado para o crime organizado, sÃ£o flagrantes oriundos de denÃºncias anÃ´nimas, rondas ostensivas, ou aÃ§Ãµes policiais de combate ao trÃ¡fico de drogas, sendo que, via de regras, os agentes presentes sÃ£o os policiais, as vezes alguns usuÃ¡rios e os flagrados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A par disso, na maioria das vezes, os policiais sÃ£o as Ãºnicas testemunhas do fato, posto que dificilmente um morador, atÃ© mesmo usuÃ¡rios, vem em juÃ-zo prestar depoimento identificando os criminosos e o seu modo de atuaÃ§Ã£o, sendo plenamente justificÃ¡vel essa peculiaridade, dado o receio das consequÃªncias que possam vir a sofrer, preferindo silenciar e conviver com o trÃ¡fico de drogas e os crimes decorrentes desse ilÃ-cito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, empresto credibilidade a palavra dos policiais, a nÃ£o ser que haja prova robusta em sentido contrÃ¡rio, o que nÃ£o observei nos autos, bem como nÃ£o vislumbrei qualquer contradiÃ§Ã£o nos depoimentos colhidos, ou que de qualquer forma queiram prejudicar o rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pese o rÃ©u, em juÃ-zo, ter negado a autoria do crime, a versÃ£o por ele apresentada encontra-se isolada e em dissonÃ¢ncia com as demais provas coligidas aos autos, o que torna sua alegaÃ§Ã£o frÃ¡gil e desprovida de elementos que a corroborem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os testemunhos policiais foram bastantes coerentes e harmÃ´nicos, nÃ£o havendo contradiÃ§Ãµes em aspectos relevantes, pelo que REJEITO a tese defensiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De resto, inexistindo outras teses de defesa a serem analisadas, cabe dizer que o rÃ©u agiu ao desamparo de causas de exclusÃ£o de antijuridicidade ou de culpabilidade, impondo-se sua condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â II) - DA CONCLUSÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face do exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva estatal formulada na DenÃºncia, motivo pelo qual: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO, o acusado MOISES CORRÃA BORGES, nas sanÃ§Ãµes punitivas do Art. 33, caput, da Lei nÂº11.343/06, na modalidade Â¿trazer consigoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã dosimetria das penas, atento aos ditames do art. 68 do Estatuto Repressivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a)Â CircunstÂ¢ncias judiciais (art. 59 do CÃ³digo Penal) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.1) culpabilidade: No caso em tela, a culpabilidade do acusado Ã© normal para os delitos desta espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.2) antecedentes: O rÃ©u registra antecedentes em seu desfavor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.3) conduta social: NÃ£o hÃ¡ informaÃ§Ãµes sobre a conduta social do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.4) personalidade: A anÃ¡lise desta circunstÂ¢ncia Ã© inviÃ¡vel por conta da falta de elementos para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.5) motivos do crime: EstÃ£o relacionados com o intuito de obter vantagem patrimonial fÃ¡cil em detrimento saÃºde de terceiros, o que Ã© prÃ³prio do crime de trÃ¡fico de entorpecentes, nÃ£o podendo ser considerado para majoraÃ§Ã£o da pena base. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.6) circunstÂ¢ncias do crime: NÃ£o devem ser consideradas desfavoravelmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.7) consequÃªncias do crime: nada a valorar, eis que sÃ£o comuns Ã espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.8) natureza e quantidade da substÂ¢ncia entorpecente (art. 42 da Lei 11.343/2006: a droga apreendida, no caso, 2,690g (erva prensada) e 2,300g (substÂ¢ncia petrificada, que segundo Laudo definitivo nÂº 2018.02.000199-QUI (fl. 45), foi POSITIVO para a substÂ¢ncia quÃ-mica, vulgarmente conhecida como cocaÃ-na e maconha. Ocorre que, como se disse em linhas atrÃ¡s, a grande vÃ-tima quando se trata de crime de trÃ¡fico de drogas Ã© a saÃºde pÃºblica, a preocupaÃ§Ã£o da lei de entorpecente Ã© evitar o risco Ã integridade social que os entorpecentes acarretam a coletividade. No caso dos autos, as substÂ¢ncias ilÃ-citas que o acusado tinha em guarda tem aÃ§Ã£o no organismo afetando o sistema nervoso central, acarretando graves danos Ã saÃºde, motivo pelo qual tal circunstÂ¢ncia Ã© desfavorÃ¡vel ao rÃ©u, devendo ser valorada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Concluindo, Ã vista de tais circunstÂ¢ncias judiciais, fixo a pena-base acima do mÃ-nimo para o crime de trÃ¡fico, na modalidade Â¿trazer consigoÂ¿ (Art. 33, caput, da Lei nÂº 11.343/06), em 06 (seis) anos de reclusÃ£o e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, a razÃ£o de 1/30 (um trinta avos) do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato criminoso, a qual deverÃ¡ ser corrigida monetariamente pelo INPC (Ã-ndice da inflaÃ§Ã£o) quando do efetivo pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agravantes e atenuantes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inexistem agravantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReconheÃ§o a atenuante de confissÃ£o, motivo pelo qual atenuo a pena em 01 (um) ano de reclusÃ£o, ficando atÃ© aqui em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aumento e diminuiÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ causas de aumento da pena e diminuiÃ§Ã£o de pena, tendo em vista que o acusado registra antecedentes, nÃ£o se podendo aplicar o disposto descrito no art. 33, Â§4Âº da Lei nÂº 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme entendimento jurisprudencial: HABEAS CORPUS. TRÃFICO ILÃCITO DE ENTORPECENTES. CONDENAÃÃO CONFIRMADA EM SEDE DE APELAÃÃO. IMPETRAÃÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ESPECIAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PENA-BASE ACIMA DO MÃNIMO LEGAL. MAUS ANTECEDENTES.

CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO OCORRÃNCIA. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÃÃO DE PENA PREVISTA NO ART. 33, Â§ 4Âº, DA LEI N.Âº 11.343 /06. NEGATIVA JUSTIFICADA. MAUS ANTECEDENTES E REINCIDÃNCIA. NÃO CONHECIMENTO. 1. Ã imperiosa a necessidade de racionalizaÃ§Ã£o do emprego do habeas corpus, em prestÃ-gio ao Ã¢mbito de cogniÃ§Ã£o da garantia constitucional, e, em louvor Ã lÃ³gica do sistema recursal. In casu, foi impetrada indevidamente a ordem como substitutiva de recurso especial. 2. A Corte de origem adotou fundamentaÃ§Ã£o concreta para justificar a exasperaÃ§Ã£o da pena-base, nÃ£o parecendo arbitrÃ¡rio ou desarrazoado o quantum imposto, tendo em vista a existÃªncia de maus antecedentes. 3. A existÃªncia de maus antecedentes e de reincidÃªncia justifica a negativa da aplicaÃ§Ã£o da causa de diminuiÃ§Ã£o de pena prevista no art. 33 , Â§ 4Âº , da Lei n.Âº 11.343 /06, porquanto o comando de regÃªncia da matÃ©ria dispÃµe que "(...) as penas poderÃ£o ser reduzidas de um sexto a dois terÃ§os (...) desde que o agente seja primÃ¡rio, de bons antecedentes, nÃ£o se dedique Ã s atividades criminosas nem integre organizaÃ§Ã£o criminosa". 4. Habeas corpus nÃ£o conhecido. Encontrado em: LDR-06 LEI DE DROGAS ART :00033 PAR: 00004 HABEAS CORPUS - SUCEDÃNEO RECURSAL STF - HC 109956-PR... (FIXAÃÃO DA PENA-BASE ACIMA DO MÃNIMO LEGAL - MAUS ANTECEDENTES - FUNDAMENTAÃÃO IDÃNEA) STJ - HC... 250009-SP STJ - AgRg no HC 258300-MS STJ - HC 253379-SP (TRÃFICO DE DROGAS - CAUSA DE DIMINUIÃÃO DE PENA. Grifos nossos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, torno a pena do rÃ©u MOISES CORRÃA BORGES, definitiva em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DetraÃ§Ã£o do perÃ-odo de prisÃ£o provisÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 387, Â§ 2Âº, do CPP, com redaÃ§Ã£o dada pela Lei 12.736/12, deverÃ¡ ser subtraÃ-do o tempo de prisÃ£o cautelar de 06 (seis) meses e 11 (onze) dias para fins de determinaÃ§Ã£o do regime inicial de cumprimento de pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Regime de cumprimento de pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena privativa de liberdade do rÃ©u deverÃ¡ ser cumprida em regime SEMIABERTO (art. 33 Â§ 2Â° Â¿bÂ¿ do CPB), devendo o acusado cumprir a reprimenda na ColÃ´nia AgrÃ-cola Â¿Heleno FragosoÂ¿ ou outro estabelecimento equivalente, onde exista vaga. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SubstituiÃ§Ã£o por pena restritiva de direitos e suspensÃ£o condicional da pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IncabÃ-veis tais benefÃ-cios, diante do quantum da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Valor do dia multa Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao que consta dos autos, as condiÃ§Ãµes econÃ´micas do rÃ©u nÃ£o sÃ£o boas, de sorte que arbitro o valor do dia multa em seu mÃ-nimo, ou seja, 1/30(um trigÃ©simo) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente na data dos fatos, devidamente atualizado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Direito de apelar em liberdade Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que nÃ£o constam nos autos motivo para restabelecimento da custÃ³dia preventiva, concedo ao rÃ©u o direito de recorrer em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DisposiÃ§Ãµes gerais 1-Â Â Â Â Â Deixo de fixar o valor mÃ-nimo dos danos, tendo em vista que nÃ£o formulado requerimento a esse respeito na denÃºncia, nÃ£o possibilitando ao acusado, nesse particular, o devido contraditÃ³rio. 2-Â Â Â Â Â Em virtude da situaÃ§Ã£o econÃ´mica do acusado, deixo de condenÃ¡-lo Ã s custas processuais. 3-Â Â Â Â Â Determino Ã Autoridade Policial que efetue a destruiÃ§Ã£o da droga apreendida, observando os artigos 50, Â§ 3Âº e 72 da Lei nÂº11.343/2006, caso nÃ£o tenha assim procedido; Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado: 4-Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se mandado de prisÃ£o. 5-Â Â Â Â Â lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados; 6-Â Â Â Â Â oficie-se ao CartÃ³rio Eleitoral para suspensÃ£o dos seus direitos polÃ-ticos; 7-Â Â Â Â Â comunique-se para fins de anotaÃ§Ã£o do antecedente; 8-Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se guia de execuÃ§Ã£o definitiva. 9-Â Â Â Â Â Publique-se na Ã-ntegra no DiÃ¡rio da JustiÃ§a. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â SalinÃ³polis (PA), 17 de Fevereiro de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00007114020138140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIADO:RAFAEL MODESTO PEREIRA VITIMA:W. J. N. C. AUTOR:PROMOTORIA DE JUSTICA DE SALINOPOLIS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de DenÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico em face de RAFAEL MODESTO PEREIRA, pela prÃ¡tica do crime descrito no art. 155 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assiste razÃ£o o parquet. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena mÃ¡xima para os que infringem o citado artigo descrito na peÃ§a acusatÃ³ria Ã© de 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e, de acordo com o artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre em 08 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde ao recebimento da denÃºncia, transcorreram oito anos, constato que ocorreu a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a pena de multa, conforme o artigo 114, inciso II, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre no mesmo prazo da pena privativa de liberdade, estando, portanto, tambÃ©m prescrita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, considerando ainda que o parquet

manifestou-se favorÃ¡vel a prescriÃ§Ã£o, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor do fato RAFAEL MODESTO PEREIRA, jÃ¡ qualificado, diante da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com base nos artigos 107, inciso IV, primeira figura, c.c. artigo 109, inciso IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se, procedendo-se as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 16 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00007817820058140048 PROCESSO ANTIGO: 200510000083 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Agravo de Instrumento em: 28/03/2022 REQUERIDO:URSULA SANDY DA SILVA MAIA REQUERIDO:FABIO JOSE MENEZES PEREIRA Representante(s): OAB 8867 - BRUNO TRINDADE BATISTA (ADVOGADO) REQUERENTE:MILTON RAUDA KALIF Representante(s): ROSALIA DE ALMEIDA E SILVA (ADVOGADO) WALDER PATRICIO CARVALHO FLORENZANO (ADVOGADO) . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro as provas requeridas, notadamente a prova testemunhal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 12/07/2022 Ã s 11:00. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã UNAJ para certificar a regularidade das custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â SalinÃ³polis, 22 de MarÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00008320520128140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIADO:MARCIO DE NAZARE SILVA MARTINS AUTOR:PROMOTORIA DE JUSTICA PROMOTOR:MAURO JOSE MENDES DE ALMEIDA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de DenÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico em face de MARCIO DE NAZARÃ SILVA MARTINS, pela prÃ¡tica do crime descrito no art. 306, da Lei nÂº 9.503/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pela extinÃ§Ã£o da punibilidade em razÃ£o da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena mÃ¡xima para os que infringem os citados artigos descritos na peÃ§a acusatÃ³ria Ã© de 03 (trÃªs) anos de detenÃ§Ã£o e, de acordo com o artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre em 08 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde ao recebimento da denÃºncia, transcorreram mais de oito, constato que ocorreu a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a pena de multa, conforme o artigo 114, inciso II, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre no mesmo prazo da pena privativa de liberdade, estando, portanto, tambÃ©m prescrita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, considerando ainda que o parquet manifestou-se favorÃ¡vel a prescriÃ§Ã£o, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor do fato MARCIO DE NAZARÃ SILVA MARTINS, jÃ¡ qualificado, diante da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com base nos artigos 107, inciso IV, primeira figura, c.c. artigo 109, inciso IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se, procedendo-se as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 14 de Fevereiro de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00009403420128140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIADO:SANDRO JUNIOR LISBOA DA SILVA AUTOR:PROMOTORIA DE JUSTICA PROMOTOR:MAURO JOSE MENDES DE ALMEIDA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de DenÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico em face de SANDRO JUNIOR LISBOA DA SILVA, pela prÃ¡tica do crime descrito no art. 306, da Lei nÂº 9.503/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pela extinÃ§Ã£o da punibilidade em razÃ£o da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena mÃ¡xima para os que infringem os citados artigos descritos na peÃ§a acusatÃ³ria Ã© de 03 (trÃªs) anos de detenÃ§Ã£o e, de acordo com o artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre em 08 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde ao recebimento da denÃºncia, transcorreram mais de oito, constato que ocorreu a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a pena de multa, conforme o artigo 114, inciso II, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre no mesmo prazo da pena privativa de liberdade, estando, portanto, tambÃ©m prescrita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, considerando ainda que o parquet manifestou-se favorÃ¡vel a prescriÃ§Ã£o, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor do fato SANDRO JUNIOR LISBOA DA SILVA, jÃ¡ qualificado, diante da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com base nos artigos 107, inciso IV, primeira figura, c.c. artigo 109, inciso IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â ApÃ³s

o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se, procedendo-se as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 17 de Fevereiro de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00009556820098140048 PROCESSO ANTIGO: 200920006514 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL INDICIADO:MOISANIEL PEREIRA DE LIMA Representante(s): ARNOLDO PERES - DEFENSOR PUBLICO (ADVOGADO) PROMOTOR:MAURO JOSE MENDES DE ALMEIDA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de DenÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico em face de MOISANIEL PEREIRA DE LIMA, pela prÃ¡tica do crime descrito no art. 306 c/c 309, da Lei nÂº 9.503/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pela extinÃ§Ã£o da punibilidade em razÃ£o da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena mÃ¡xima para os que infringem os citados artigos descritos na peÃ§a acusatÃ³ria Ã© de 03 (trÃªs) anos de detenÃ§Ã£o e, de acordo com o artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre em 08 anos e para o art. 309 Ã© de 01 (um) anos, com prescriÃ§Ã£o em 04 (quatro) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde ao recebimento da denÃºncia, transcorreram mais de doze anos, constato que ocorreu a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a pena de multa, conforme o artigo 114, inciso II, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre no mesmo prazo da pena privativa de liberdade, estando, portanto, tambÃ©m prescrita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, considerando ainda que o parquet manifestou-se favorÃ¡vel a prescriÃ§Ã£o, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor do fato MOISANIEL PEREIRA DE LIMA, jÃ¡ qualificado, diante da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com base nos artigos 107, inciso IV, primeira figura, c/c artigo 109, inciso IV e V, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se, procedendo-se as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 15 de Fevereiro de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00009611020128140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIADO:IGOR OLIVEIRA DE AMORIM Representante(s): OAB 9771-B - KARIME TREPTOW KHAYAT (ADVOGADO) AUTOR:PROMOTORIA DE JUSTICA PROMOTOR:MAURO JOSE MENDES DE ALMEIDA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de DenÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico em face de IGOR OLIVEIRA DE AMORIM, pela prÃ¡tica do crime descrito no art. 306, da Lei nÂº 9.503/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pela extinÃ§Ã£o da punibilidade em razÃ£o da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena mÃ¡xima para os que infringem os citados artigos descritos na peÃ§a acusatÃ³ria Ã© de 03 (trÃªs) anos de detenÃ§Ã£o e, de acordo com o artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre em 08 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde ao recebimento da denÃºncia, transcorreram mais de oito, constato que ocorreu a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a pena de multa, conforme o artigo 114, inciso II, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre no mesmo prazo da pena privativa de liberdade, estando, portanto, tambÃ©m prescrita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, considerando ainda que o parquet manifestou-se favorÃ¡vel a prescriÃ§Ã£o, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor do fato IGOR OLIVEIRA DE AMORIM, jÃ¡ qualificado, diante da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com base nos artigos 107, inciso IV, primeira figura, c.c. artigo 109, inciso IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se, procedendo-se as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 17 de Fevereiro de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00010044420128140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIADO:VANILSON BRAGA DE SOUZA Representante(s): OAB 12925 - ANA LAURA MACEDO SA (DEFENSOR) VITIMA:V. P. D. AUTOR:PROMOTORIA DE JUSTICA PROMOTOR:MAURO JOSE MENDES DE ALMEIDA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de DenÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico em face de VANILSON BRAGA DE SOUZA, pela prÃ¡tica do crime descrito no art. 155 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assiste razÃ£o o parquet. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena mÃ¡xima para os que infringem o citado artigo descrito na peÃ§a acusatÃ³ria Ã© de 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e, de acordo com o artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre em 08 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde ao recebimento da denÃºncia, transcorreram oito anos, constato que ocorreu a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a pena de multa, conforme o artigo 114, inciso II, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre no mesmo prazo da pena privativa de liberdade, estando, portanto, tambÃ©m prescrita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, considerando ainda que o parquet manifestou-se favorÃ¡vel a prescriÃ§Ã£o, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor do fato VANILSON BRAGA DE SOUZA, jÃ¡ qualificado, diante da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com base nos artigos 107, inciso IV, primeira figura, c.c. artigo 109, inciso IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se, procedendo-se as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 16 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00012581220158140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ANDRE EUGENIO DOS SANTOS FARIAS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÂ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00012816020128140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIADO:FABIO DA SILVA COELHO VITIMA:O. S. F. DENUNCIANTE:PROMOTORIA DE JUSTICA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de DenÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico em face de FÃBIO DA SILVA COELHO, pela prÃ¡tica do crime descrito no art. 155 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assiste razÃ£o o parquet. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena mÃ¡xima para os que infringem o citado artigo descrito na peÃ§a acusatÃ³ria Ã© de 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e, de acordo com o artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre em 08 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde ao recebimento da denÃºncia, transcorreram oito anos, constato que ocorreu a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a pena de multa, conforme o artigo 114, inciso II, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre no mesmo prazo da pena privativa de liberdade, estando, portanto, tambÃ©m prescrita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, considerando ainda que o parquet manifestou-se favorÃ¡vel a prescriÃ§Ã£o, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor do fato FÃBIO DA SILVA COELHO, jÃ¡ qualificado, diante da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com base nos artigos 107, inciso IV, primeira figura, c.c. artigo 109, inciso IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se, procedendo-se as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 16 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00014223520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:CARLOS GABRIEL CHAVES CONCEICAO DENUNCIADO:ANTONIO RODRIGUES DA COSTA CONCEICAO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÂ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico,

para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00017588320128140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIADO:GILSON MELO DOS SANTOS Representante(s): OAB 12925 - ANA LAURA MACEDO SA (DEFENSOR) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL VITIMA:M. S. P. V. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de DenÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico em face de GILSON MELO DOS SANTOS, pela prÃ¡tica do crime descrito no art. 155 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assiste razÃ£o o parquet. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena mÃ¡xima para os que infringem o citado artigo descrito na peÃ§a acusatÃ³ria Ã© de 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e, de acordo com o artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre em 08 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde ao recebimento da denÃºncia, transcorreram oito anos, constato que ocorreu a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a pena de multa, conforme o artigo 114, inciso II, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre no mesmo prazo da pena privativa de liberdade, estando, portanto, tambÃ©m prescrita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, considerando ainda que o parquet manifestou-se favorÃ¡vel a prescriÃ§Ã£o, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor do fato GILSON MELO DOS SANTOS, jÃ¡ qualificado, diante da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com base nos artigos 107, inciso IV, primeira figura, c.c. artigo 109, inciso IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquive-se, procedendo-se as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 16 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00017653620168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ALEX SANTA BRIGIDA SILVA VITIMA:S. S. N. . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00019688920118140048 PROCESSO ANTIGO: 201120011460 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Comum em: 28/03/2022 DENUNCIADO:MARCELO DA SILVA SANTA BRIGIDA AUTOR:PROMOTORIA DE JUSTICA PROMOTOR:MAURO JOSE MENDES DE ALMEIDA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de DenÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico em face de MARCELO DA SILVA SANTA BRÃGIDA, pela prÃ¡tica do crime descrito no art. 155 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assiste razÃ£o o parquet. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena mÃ¡xima para os que infringem o citado artigo descrito na peÃ§a acusatÃ³ria Ã© de 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e, de acordo com o artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre em 08 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde ao recebimento da denÃºncia, transcorreram oito anos, constato que ocorreu a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a pena de multa, conforme o artigo 114, inciso II, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre no mesmo prazo da pena privativa de liberdade, estando, portanto, tambÃ©m prescrita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, considerando ainda que o parquet manifestou-se favorÃ¡vel a prescriÃ§Ã£o, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor do fato MARCELO DA SILVA SANTA BRÃGIDA, jÃ¡

qualificado, diante da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com base nos artigos 107, inciso IV, primeira figura, c.c. artigo 109, inciso IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquive-se, procedendo-se as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 16 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00020879520128140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 28/03/2022 DENUNCIADO:WELLINGTON MARIO OLIVEIRA TAVARES Representante(s): OAB 18546 - EDGAR LIMA FLORENTINO (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, ofereceu denÃºncia contra WELLINGTON MARIO OLIVEIRA TAVARES, devidamente qualificado, pela prÃ¡tica de trÃ¡fico de drogas, crime previsto no art. 33, caput da Lei nÂº 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo seguiu seu curso, com apresentaÃ§Ã£o de defesa, realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em AlegaÃ§Ãµes finais o MinistÃ©rio PÃºblico, requereu a total procedÃªncia da denÃºncia, com aplicaÃ§Ã£o de pena pela prÃ¡tica descrita no art. 33, caput da Lei nÂº 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa do acusado, por sua vez em alegaÃ§Ãµes finais, requereu o reconhecimento das atenuantes de confissÃ£o, bem como da causa de diminuiÃ§Ã£o prevista no art. 33, Â§4Âº da Lei nÂº 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, Ã© o relatÃ³rio. Passo a motivar e, ao fim, DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o foram alegadas preliminares. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da materialidade Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade delitiva restou demonstrada pelos seguintes elementos de convicÃ§Ã£o: i) laudo definitivo nÂº 99/2013 (fl. 93). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da autoria Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o restam dÃºvidas quanto Ã autoria. SenÃ£o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre os fatos narrados na denÃºncia, o policial que participou da autuaÃ§Ã£o, qual seja, MÃ¡rio JosÃ© Ribeiro Silva JÃºnior, afirmou que, apÃ³s denÃºncia que o acusado estaria vendendo drogas, a guarniÃ§Ã£o foi atÃ© o local, realizaram revista, momento no qual, encontraram com o rÃ©u o entorpecente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado confessou que a autoria delitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o depoimento dos policiais, constato que foram coerentes e harmÃ´nicos, estando de acordo com as demais provas existentes, razÃ£o pela qual, a mÃ-ngua de qualquer alegaÃ§Ã£o de suspeita tempestiva, encontram-se revestidos de suficiÃªncia para embasar os decretos condenatÃ³rios. TJMG-059429) APELAÃÃO CRIMINAL - TRÃFICO DE ENTORPECENTES - ABSOLVIÃÃO - IMPOSSIBILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS - PALAVRA DOS POLICIAIS - SUA CREDIBILIDADE QUANDO EM HARMONIA COM OS DEMAIS DADOS PROBATÃRIOS - PRESUNÃÃO DO CUMPRIMENTO DO DEVER - DESCLASSIFICAÃÃO - USO DE DROGAS - INVIABILIDADE - RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. Ao testemunho de agentes policiais deve ser dada a mesma credibilidade que se dÃ¡ aos depoimentos de quaisquer outras testemunhas, desde que estejam em consonÃ¢ncia com os demais elementos probantes existentes no processo. A aceitabilidade de seu testemunho estÃ¡, tambÃ©m, ligada, com ou sem restriÃ§Ãµes ou reservas, Ã presunÃ§Ã£o do cumprimento do dever. 2. Ainda que o traficante negue o fato, sua negativa torna-se inÃ³cua, se o acervo probante pÃµe Ã mostra 'salienter tantum' os indicativos fÃ¡ticos evidenciadores da mercancia da droga ilÃ-cita. (ApelaÃ§Ã£o Criminal nÂº 1.0313.07.226571-0/001(1), 1Âª CÃ¢mara Criminal do TJMG, Rel. MÃ¡rcia Milanez. j. 02.12.2008, Publ. 23.01.2009). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Defesa nÃ£o conseguiu desconstituir as provas carreadas contra o acusado. O acusado nÃ£o conseguiu demonstrar que houve mÃ¡cula na conduta dos policiais, que em estrito cumprimento do dever, apÃ³s denÃºncia de mercancia no local, realizaram diligÃªncias que culminaram na prisÃ£o do denunciado, bem como na apreensÃ£o do entorpecente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FaÃ§o importante registrar que o trÃ¡fico ilÃ-cito de entorpecente constitui-se de aÃ§Ãµes mÃºltiplas, bastando, para sua configuraÃ§Ã£o, que a conduta do agente subsuma-se numa das aÃ§Ãµes tÃ-picas e exclusivas, como a de Â¿adquirirÂ¿, Â¿trazer consigoÂ¿, Â¿guardarÂ¿, Â¿ter em depÃ³sitoÂ¿, Â¿entregarÂ¿ e Â¿venderÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ como deixar de reconhecer a prÃ¡tica por parte do acusado do crime de trÃ¡fico de drogas capitulado no art. 33 da Lei nÂº 10.343/2006, na modalidade Â¿trazer consigoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se ainda que Ã© importante registrar que para a caracterizaÃ§Ã£o do trÃ¡fico nÃ£o Ã© necessÃ¡rio que o acusado seja surpreendido no ato da mercancia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â VEJAMOS: Â¿Para a caracterizaÃ§Ã£o do crime de trÃ¡fico de entorpecentes nÃ£o Ã© necessÃ¡rio que o agente seja surpreendido no exato momento em que esteja fornecendo materialmente a droga a terceira pessoa, bastando a evidÃªncia que para fins de mercancia se destinava o tÃ³xico encontradoÂ¿ (TJSP, Ap. 187.915-3/2, 5Âº CÂ¢m., J. 30-11-1995, rel. Des. Christiano Kuntz, RT 727/478). Â¿O crime de trÃ¡fico Ã© de perigo abstrato, punindo-se a conduta pelo risco que ela representa para a saÃºde pÃºblica, de modo

que nÃ£o hÃ¡ necessidade de efetiva prÃ¡tica de ato de comÃ©rcio, bastando que o agente seja apanhado trazendo consigo, guardando ou mantendo em depÃ³sito substÂncia entorpecente com finalidade de vendaÂ¿ (TJSP, Ap. 316.892-3/0, 4Âª CÂ¢m. De FÃ©jrias de Janeiro de 2001, j. 12-6-2001, rel. Des. HÃ©lio de Freitas, TR 793/576). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De resto, inexistindo outras teses de defesa a serem analisadas, cabe dizer que o rÃ©u agiu ao desamparo de causas de exclusÃ£o de antijuridicidade ou de culpabilidade, impondo-se sua condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â II) - DA CONCLUSÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face do exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva estatal formulada na DenÃºncia, motivo pelo qual: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO, o acusado WELLINGTON MARIO OLIVEIRA TAVARES, nas sanÃ§Ãµes punitivas do Art. 33, caput, da Lei nÂº11.343/06, na modalidade Â¿trazer consigoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã dosimetria das penas, atento aos ditames do art. 68 do Estatuto Repressivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a)Â CircunstÂ¢ncias judiciais (art. 59 do CÃ³digo Penal) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.1) culpabilidade: No caso em tela, a culpabilidade do acusado Ã© normal para os delitos desta espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.2) antecedentes: O rÃ©u nÃ£o registra antecedentes em seu desfavor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.3) conduta social: NÃ£o hÃ¡ informaÃ§Ãµes sobre a conduta social do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.4) personalidade: A anÃ¡lise desta circunstÂ¢ncia Ã© inviÃ¡vel por conta da falta de elementos para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.5) motivos do crime: EstÃ£o relacionados com o intuito de obter vantagem patrimonial fÃ¡cil em detrimento saÃºde de terceiros, o que Ã© prÃ³prio do crime de trÃ¡fico de entorpecentes, nÃ£o podendo ser considerado para majoraÃ§Ã£o da pena base. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.6) circunstÂ¢ncias do crime: NÃ£o devem ser consideradas desfavoravelmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.7) consequÃªncias do crime: nada a valorar, eis que sÃ£o comuns Ã espÃ©cie. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a.8) natureza e quantidade da substÂncia entorpecente (art. 42 da Lei 11.343/2006: a droga apreendida, no caso, 7,95g, que segundo laudo definitivo nÂº 99/2013 (fl. 93), foi POSITIVO para a substÂncia quÃ-mica, vulgarmente conhecida como cocaÃ-na. Ocorre que, como se disse em linhas atrÃ¡s, a grande vÃ-tima quando se trata de crime de trÃ¡fico de drogas Ã© a saÃºde pÃºblica, a preocupaÃ§Ã£o da lei de entorpecente Ã© evitar o risco Ã integridade social que os entorpecentes acarretam a coletividade. No caso dos autos, as substÂncias ilÃ-citas que o acusado tinha em guarda tem aÃ§Ã£o no organismo afetando o sistema nervoso central, acarretando graves danos Ã saÃºde, motivo pelo qual tal circunstÂ¢ncia Ã© desfavorÃ¡vel ao rÃ©u, devendo ser valorada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Concluindo, Ã vista de tais circunstÂ¢ncias judiciais, fixo a pena-base acima do mÃ-nimo para o crime de trÃ¡fico, na modalidade Â¿trazer consigoÂ¿ (Art. 33, caput, da Lei nÂº 11.343/06), em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusÃ£o e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa, a razÃ£o de 1/30 (um trinta avos) do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato criminoso, a qual deverÃ¡ ser corrigida monetariamente pelo INPC (Ã-ndice da inflaÃ§Ã£o) quando do efetivo pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agravantes e atenuantes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inexistem agravantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReconheÃ§o a atenuante de confissÃ£o, motivo pelo qual atenuo a pena em 01 (um) ano de reclusÃ£o, ficando atÃ© aqui em 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusÃ£o e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aumento e diminuiÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ causas de aumento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado faz jus a causa de diminuiÃ§Ã£o prevista no art. art. 33, Â§4Âº da Lei nÂº 11.343/06, motivo pelo qual atenuo a pena em 1/2, ficando atÃ© aqui em 02 (dois) anos e 03 (trÃªs) meses de reclusÃ£o e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, torno a pena do rÃ©u WELLINGTON MARIO OLIVEIRA TAVARES, definitiva em 02 (dois) anos e 03 (trÃªs) meses de reclusÃ£o e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DetraÃ§Ã£o do perÃ-odo de prisÃ£o provisÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 387, Â§ 2Âº, do CPP, com redaÃ§Ã£o dada pela Lei 12.736/12, deverÃ¡ ser subtraÃ-do o tempo de prisÃ£o cautelar de 02 (dois) meses e 13 (treze) dias para fins de determinaÃ§Ã£o do regime inicial de cumprimento de pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Regime De Cumprimento De Pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena privativa de liberdade do rÃ©u deverÃ¡ ser cumprida em regime ABERTO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SubstituiÃ§Ã£o por pena restritiva de direitos e suspensÃ£o condicional da pena Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u preenche os requisitos do art. 44 do CÃ³digo Penal, eis que o quantum de pena, considerando perÃ-odo de detraÃ§Ã£o, Ã© inferior a quatro anos, o crime nÃ£o foi praticado mediante violÃªncia ou grave ameaÃ§a contra a pessoa e entendo que a substituiÃ§Ã£o Ã© suficiente para a reprovaÃ§Ã£o do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, deixo para substituir a pena na fase da execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Valor do dia multa Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao que consta dos autos, as condiÃ§Ãµes econÃ´micas do rÃ©u nÃ£o sÃ£o boas, de sorte que arbitro o valor do dia multa em seu mÃ-nimo, ou seja, 1/30(um trigÃ©simo) do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente na data dos fatos, devidamente atualizado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Direito de apelar em liberdade Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Concedo ao rÃ©u o direito de recorrer em liberdade uma vez que jÃ¡ encontra-se na condiÃ§Ã£o de solto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DisposiÃ§Ãµes gerais 1-Â Â Â Â Â Deixo de

fixar o valor mÃ-nimo dos danos, tendo em vista que nÃ£o formulado requerimento a esse respeito na denÃºncia, nÃ£o possibilitando ao acusado, nesse particular, o devido contraditÃ³rio. 2-Â Â Â Â Â Em virtude da situaÃ§Ã£o econÃ´mica do acusado, deixo de condenÃ¡-lo Ã s custas processuais. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado: 3-Â Â Â Â Â lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados; 4-Â Â Â Â Â oficie-se ao CartÃ³rio Eleitoral para suspensÃ£o dos seus direitos polÃ-ticos; 5-Â Â Â Â Â comunique-se para fins de anotaÃ§Ã£o do antecedente; 6-Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se guia de execuÃ§Ã£o definitiva. 7-Â Â Â Â Â Publique-se na Ã-ntegra no DiÃ¡rio da JustiÃ§a. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis (PA), 17 de Fevereiro de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00034663220168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Carta Precatória Cível em: 28/03/2022 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA SETIMA VARA FEDERAL DA SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DO PARA AUTOR:INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL REU:MADEIRAS GERAIS - MAGESA TERCEIRO:WILLIAM DOS SANTOS ANJO TERCEIRO:RAQUEL DOS ANJO RODRIGUES DA CUNHA. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o valor foi devidamente pago, expeÃ§a-se carta de arrematAÃ§Ã£o em favor do arrematante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro a digitalizaÃ§Ã£o dos autos com posterior migraÃ§Ã£o para o PJE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se sob a forma e as penas da lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 16 de MarÃ§o de 2022 Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00034943420158140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIADO:DEVESON CARDOSO DOS SANTOS VITIMA:C. B. C. S. DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de DenÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico em face de DEVESON CARDOSO DOS SANTOS, pela prÃ¡tica do crime descrito no art. 180, caput do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O representante do MinistÃ©rio PÃºblico pugnou pela a extinÃ§Ã£o da punibilidade em razÃ£o da ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assiste razÃ£o o parquet. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, e conforme a regra inserta no art. 115 do CP, os prazos prescricionais serÃ£o reduzidos Ã metade quando o autor, ao tempo do crime, for menor de 21 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depreende-se dos autos que o rÃ©u, faz jus a reduÃ§Ã£o supramencionada, tendo em vista que Ã Ã©poca do crime era menor de 21 (vinte e um) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena mÃ¡xima para os que infringem o citado artigo descrito na peÃ§a acusatÃ³ria Ã© de 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e, de acordo com o artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre em 08 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde ao recebimento da denÃºncia, transcorreram mais de seis anos, levando-se ainda em conta o fato do acusado ser menor de 21, Ã Ã©poca dos fatos, constato que ocorreu a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a pena de multa, conforme o artigo 114, inciso II, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre no mesmo prazo da pena privativa de liberdade, estando, portanto, tambÃ©m prescrita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, considerando ainda que o parquet manifestou-se favorÃ¡vel a prescriÃ§Ã£o, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor do fato DEVESON CARDOSO DOS SANTOS, jÃ¡ qualificado, diante da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com base nos artigos 107, inciso IV, primeira figura, c.c. artigo 109, inciso IV, c/c art. 115, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se, procedendo-se as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 15 de Fevereiro de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00036634520208140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 28/03/2022 FLAGRANTEADO:SILVIO LEONARDO CABRAL HENRIQUE AUTORIDADE POLICIAL:DELEGADO DE POLICIA CIVIL DE SALINOPOLIS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal, ofereceu Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal (ANPP) em favor de SILVIO LEONARDO CABRAL HENRIQUE.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes em audiÃªncia, formalizaram e firmaram o Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, sendo devidamente cumprido, conforme comprovante em anexo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento integral do acordo de nÃ£o persecuÃ§Ã£o penal, com base no artigo 28-A, Â§13Âº do CPP, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor SILVIO LEONARDO CABRAL

HENRIQUE, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 15 de Fevereiro de 2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00037876220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOAO VICTOR PEREIRA ALVES DENUNCIADO:ROBERTO FARIAS SENA JUNIOR VITIMA:E. L. O. L. VITIMA:S. V. S. VITIMA:C. C. S. S. VITIMA:T. O. M. S. . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00043058620188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JAQUELINE DO SOCORRO MONTEIRO DA SILVA VITIMA:I. C. C. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JAQUELINE DO SOCORRO MONTEIRO DA SILVA, jÃ¡ qualificado na inicial, foi denunciada como incurso nas penas do art. 155 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta nos autos a certidÃ£o de Ãbito da acusada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a indubitÃ¡vel causa de extinÃ§Ã£o de punibilidade ocorrida, prevista no artigo 107, inciso I, do CÃ³digo Penal, qual seja, a morte do acusado, necessÃ¡rio se faz a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE diante da morte do acusado JAQUELINE DO SOCORRO MONTEIRO DA SILVA, qualificado, com base nos artigos 107, inciso I, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Secretaria JudiciÃ¡ria deverÃ¡ juntar a certidÃ£o de Ã³bito, nos outros processos em face do acusado, e fazÃª-los conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP e a defesa. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 22 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00045072920198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/03/2022 REQUERIDO:ELIVELTON MAIA DA COSTA REQUERENTE:BANCO DO BRASIL S A Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . SENTENÃA 1.Â Â Â Â Â RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO Â¿INAUDITA ALTERA PARSÂ¿ proposta por BANCO DO BRASIL S/A em face de ELIVELTON MAIA DA COSTA, ambos devidamente qualificados nos autos do processo em epÃ-grafe, pelas razÃµes de direito e fÃ¡ticas elencadas na exordial. Â Â Â Â Â Â Â O autor instruiu a petiÃ§Ã£o inicial com documentos (fls. 12/41). Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 43 consta decisÃ£o determinando a emenda Ã petiÃ§Ã£o inicial para fins de adequaÃ§Ã£o do valor da causa, sob pena de indeferimento da exordial, contudo, embora o autor tenha se manifestado Ã fl. 44, nÃ£o cumpriu a determinaÃ§Ã£o do JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. 2.Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que o JuÃ-zo determinou Ã parte autora a emenda da exordial, para fins de adequaÃ§Ã£o do valor da causa (fl. 43). No entanto, o requerente nÃ£o cumpriu a determinaÃ§Ã£o judicial. Desse modo, com fundamento no art. 290 do CPC, deverÃ¡ ser realizado o cancelamento da distribuiÃ§Ã£o do feito, haja vista que embora intimado na pessoa de seu(s) advogado(s), o demandante nÃ£o cumpriu o ato processual de sua incumbÃªncia, pois nÃ£o promoveu a adequaÃ§Ã£o do valor da causa nos moldes exigidos peloÂ art. 1Âº do Decreto nÂº 911/69, ou seja, nÃ£o atribuiu o valor da causa ao total da dÃ-vida (valor total do contrato). 3.Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Desse modo, visto que o postulante nÃ£o cumpriu a diligÃªncia determinada por este JuÃ-zo, assim, com base no art. 290 do CPC, JULGO

EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, nos termos do art. 485, X, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se os presentes autos, dando-se baixa na distribuiÃ§Ã£o com a observÃ¢ncia das demais cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como MANDADO/OFÃCIO, nos termos do Provimento nÂº 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos 011/2009 e 014/2009), aplicÃ¡vel Ã s comarcas do interior por forÃ§a do Provimento nÂº 003/2009 da CJCI). Â Â Â Â Â Â Â Cumpra na forma e sob as penas da lei. Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 9 de janeiro de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis/PA PROCESSO: 00051956420148140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIADO:JOSE PAULO CORREA DOS SANTOS VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR(A):AMARILDO DA SILVA GUERRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por conseguÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00056416720148140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Procedimentos Investigatórios em: 28/03/2022 AUTORIDADE POLICIAL:JORGE GILSON SILVEIRA CARNEIRO AUTOR DO FATO:MARCIO ADRIANO PINHEIRO DA SILVA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de InquÃ©rito em face de MARCIO ADRIANO PINHEIRO DA SILVA, pela prÃ¡tica do crime descrito no art. 180, Â§3Âº c/c 339. ambos do CPB e 309 do CTB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico pugnou pela prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o condenatÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assiste razÃ£o o parquet. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena mÃ¡xima para os que infringem os citados artigos descritos na peÃ§a acusatÃ³ria Ã© de 01 (um) ano de detenÃ§Ã£o e, de acordo com o artigo 109, inciso V, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre em 04 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde a ocorrÃªncia dos fatos, transcorreram mais de sete anos, sem ocorrÃªncia de nenhuma causa de interruptiva, constato que ocorreu a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a pena de multa, conforme o artigo 114, inciso II, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre no mesmo prazo da pena privativa de liberdade, estando, portanto, tambÃ©m prescrita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, considerando ainda que o parquet manifestou-se favorÃ¡vel a prescriÃ§Ã£o, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor do fato MARCIO ADRIANO PINHEIRO DA SILVA, jÃ¡ qualificado, diante da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com base nos artigos 107, inciso IV, primeira figura, c.c. artigo 109, inciso V, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se, procedendo-se as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 15 de Fevereiro de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00056716320188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/03/2022 REQUERENTE:ANA PATRICIA CORREA GOMES Representante(s): OAB 3001 - ROSALIA DE ALMEIDA E SILVA (ADVOGADO) OAB 28135 - BRUNO LAUZID KLEINLEIN LINS (ADVOGADO) REQUERIDO:HELOISA HELENA ALVES DE ARAUJO. RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Renovem-se as diligÃªncias para o dia 13/09/2022 Ã s 11h:15min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 16 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00060284320188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 VITIMA:M. L. S. R. VITIMA:E. S. V. DENUNCIADO:E. O. C. J. Representante(s): OAB 15511 - ALEXANDRE DE MIRANDA MOURA

(ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DESPACHO/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude da realizaÃ§Ã£o de mutirÃ£o da 20Âª SEMANA DO PROGRAMA NACIONAL- A JUSTIÃA PELA PAZ EM CASA, para que nÃ£o seja alegada nenhuma nulidade nos autos, recebo a denÃºncia em seus termos por satisfazer os requisitos do art. 41 do CPP, como tambÃ©m por verificar ausente as hipÃ³teses do art. 395 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que jÃ¡ constam nos autos a defesa do acusado, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o julgamento para o dia 23/11/2022 Ã s 13:00. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio, inclusive carta precatÃ³ria para as testemunhas que nÃ£o residem na comarca. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como MANDADO/OFÃCIO, nos termos do Provimento nÂº 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos nÂº 011/2009 e nÂº 014/2009), aplicÃ¡vel Ã s comarcas do interior por forÃ§a do Provimento nÂº 003/2009 da CJCI). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â SalinÃ³polis, 09 de marÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00060495320178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MARCIO ROBERTO FRANCO SOARES Representante(s): OAB 26062 - HEVERTON ANTONIO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO) VITIMA:P. M. S. VITIMA:R. S. P. C. . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00061113020168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ANTONIO LEONE SOARES PEREIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00062972420148140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIADO:CLAUDECIR ROSA DA ROCHA VITIMA:M. M. C. DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00064273820198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE

SOUZA MOITTA KOURY A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/03/2022 REQUERENTE:REGINA CONCEICAO LOBAO CURI Representante(s): OAB 23621 - CLAUBER HUDSON CARDOSO DUARTE (ADVOGADO) REQUERIDO:LEMMON WELLINGTON TATSURU DA CONCEICAO YAMADA Representante(s): OAB 14618 - LENON WALLACE IZURU DA CONCEICAO YAMADA (ADVOGADO) OAB 14943 - GABRIELLA DINELLY RABELO MARECO (ADVOGADO) . RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro a prova apresentada, inclusive a testemunhal, motivo pelo qual, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 07 de junho de 2022 Ã s 11:10 min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio, inclusive os ofÃ-cios requeridos pela parte Ã fl. 288v. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia as partes interessadas sobre a audiÃªncia aludida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 09 de fevereiro de 2022. Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00065486620198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINSTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:KLEBER WELINGTON SANTOS FERREIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00066672720198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:LUCIANA APARECIDA CHAGAS Representante(s): OAB 28410 - JAMILE CARVALHO DE BRITO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou a rÃ© LUCIANA APARECIDA CHAGAS, jÃ¡ qualificada, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito no art. 306, Â§1Âº, inciso I da Lei nÂº 9.503/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pela acusada o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O representante do MinistÃ©rio PÃºblico pugnou pela extinÃ§Ã£o da punibilidade em razÃ£o do efetivo cumprimento das condiÃ§Ãµes estipuladas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE da acusada LUCIANA APARECIDA CHAGAS, jÃ¡ qualificada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 14 de Fevereiro de 2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00067706820188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:GEFFERSON BATISTA DIONISIO. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00070486920188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO

DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:TARCISIO ANDRE SILVA DO ANO Representante(s): OAB 26314 - ROSELI DA SILVA MIRANDA CRUZ (ADVOGADO) . Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00072290720178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOSE CELERO DO NASCIMENTO VITIMA:M. P. F. . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00073081520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINSTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ELENILSON DA SILVA SOUZA. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00073509820188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:WILTON ALVES DA LUZ JUNIOR. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00073879120198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:THIAGO BEZERRA DA SILVA VITIMA:M. S. S. S. . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao

MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00073881320188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MARCIO DA SILVA PINHEIRO. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00075389120188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:PEDRO FERREIRA FERNANDES JUNIOR. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00076688120188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:THIAGO MELO DA COSTA. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00077285420188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:GEOVANI DE JESUS ALVES REBELO JUNIOR. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00078171420178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MARCELO VIEIRA MAGALHAES. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis P R O C E S S O : 0 0 0 7 9 9 2 7 1 2 0 1 8 8 1 4 0 0 4 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:DIONATHAN DOS SANTOS XAVIER. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00082089520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINSTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:GIVANILSON DA SILVA TEIXEIRA VITIMA:J. V. C. DENUNCIADO:GILVANILSON DA SILVA TEIXEIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00083007820168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:RICARDO ROSA FRAZAO PEREIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00083839420168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:LIANE REIS DE ALMEIDA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do

MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00086099420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 28/03/2022 EXEQUENTE:CONDOMINIO MARES DO SUL Representante(s): OAB 23621 - CLAUBER HUDSON CARDOSO DUARTE (ADVOGADO) REPRESENTANTE:JOÃO FRANCISCO GARCIA REIS EXECUTADO:PAULO SERGIO DE ANDRADE RODRIGUES. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL DE COTAS CONDOMINIAIS proposta por CONDOMÃNIO MARES DO SUL em face de PAULO SERGIO DE ANDRADE RODRIGUES, ambos devidamente qualificados nos autos do processo em epÃ-grafe, em que o exequente pugna pela satisfaÃ§Ã£o do crÃ©dito exequendo. Â Â Â Â Â Â Â A petiÃ§Ã£o inicial foi instruÃ-da com documentos (fls. 09/22). Â Â Â Â Â Â Â A priori, determinou-se a emenda da petiÃ§Ã£o inicial para fins de comprovaÃ§Ã£o da alegada pobreza ou recolhimento das custas processuais devidas (fl. 24), havendo manifestaÃ§Ã£o do exequente Ã s fls. (25/33). Â Â Â Â Â Â Â Ato contÃ-nuo, houve o recebimento da inicial, bem como foi ordenada a citaÃ§Ã£o do executado para pagamento do dÃ©bito, na forma da legislaÃ§Ã£o aplicÃ¡vel Ã espÃ©cie (fl. 39). Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fls. 48/49, o exequente informou a celebraÃ§Ã£o de acordo com o executado e pugnou pela sua homologaÃ§Ã£o pelo juÃ-zo (fls. 49/49). Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, determinou-se a juntada da ata de assembleia geral ou documento equivalente que indique a legitimidade ativa do exequente para representar o condomÃ-nio, tendo o exequente juntado o aludido documento Ã fl. 75. Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 73/79, o exequente reiterou o pedido de com concessÃ£o de gratuidade da justiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Ã o compendioso relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao pedido de apreciaÃ§Ã£o do pleito de concessÃ£o de gratuidade da justiÃ§a, este jÃ¡ foi analisado pelo JuÃ-zo, visto que a emenda Ã inicial foi recebida Ã fl. 39 apÃ³s comprovaÃ§Ã£o da pobreza/hipossuficiÃªncia financeira pelo exequente. Â Â Â Â Â Â Â Da anÃ¡lise dos fÃ³lios, constata-se que as partes celebraram pacto (fls. 48/49), o qual nÃ£o possui vÃ-cios que maculam sua existÃªncia ou validade, portanto, nÃ£o hÃ¡ Ã³bice Ã produÃ§Ã£o de efeitos jurÃ-dicos. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentenÃ§a, o acordo firmado entre as partes (fls. 48/49), para que surta seus jurÃ-dicos e legais efeitos, nos termos do art. 487, inciso III, Â¿bÂ¿, do CÃ³digo de Processo Civil Brasileiro e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Â Â Â Â Â Â Â HonorÃ¡rios advocatÃ-cios na forma acordada entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Sem custas processuais remanescentes. Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais com a respectiva baixa processual no sistema. Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE, POR CÃPIA DIGITADA, COMO MANDADO, OFÃCIO E CARTA PRECATÃRIA, nos termos do Provimento nÂº 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos nÂº 011/2009 e nÂº 014/2009), aplicÃ¡vel Ã s comarcas do interior por forÃ§a do Provimento nÂº 003/2009 da CJCI). Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 9 de fevereiro de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis/PA PROCESSO: 00093129320178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:IVANDA DA FONSECA SANTIAGO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio.

Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00094612620168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JAQUELINE DO SOCORRO MONTEIRO DA SILVA VITIMA:M. F. R. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JAQUELINE DO SOCORRO MONTEIRO DA SILVA, jÃ¡ qualificado na inicial, foi denunciada como incurso nas penas do art. 155, Â§4Âº, inciso I do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta nos autos a certidÃ£o de Ãbito da acusada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a indubitÃ¡vel causa de extinÃ§Ã£o de punibilidade ocorrida, prevista no artigo 107, inciso I, do CÃ³digo Penal, qual seja, a morte do acusado, necessÃ¡rio se faz a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE diante da morte do acusado JAQUELINE DO SOCORRO MONTEIRO DA SILVA, qualificado, com base nos artigos 107, inciso I, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Secretaria JudiciÃ¡ria deverÃ¡ juntar a certidÃ£o de Ã³bito, nos outros processos em face do acusado, e fazÃª-los conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP e a defesa. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 22 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00094762920158140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIADO:MARIA DE CARVALHO TEIXEIRA DENUNCIADO:ANDRE EDMILSON NEVES COIMBRA DENUNCIADO:JOSE CLAUDIO MAIA DO VALES VITIMA:C. M. S. DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00095869120168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:FABIO DA SILVA COELHO VITIMA:E. B. M. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de DenÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico em face de FÃBIO SILVA COELHO, pela prÃ¡tica do crime descrito no art. 155, caput do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assiste razÃ£o o parquet. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, e conforme a regra inserta no art. 115 do CP, os prazos prescricionais serÃ£o reduzidos Ã metade quando o autor, ao tempo do crime, for menor de 21 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depreende-se dos autos que o rÃ©u, faz jus a reduÃ§Ã£o supramencionada, tendo em vista que Ã Ã©poca do crime era menor de 21 (vinte e um) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena mÃ¡xima para os que infringem o citado artigo descrito na peÃ§a acusatÃ³ria Ã© de 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e, de acordo com o artigo 109, inciso IV, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre em 08 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que desde ao recebimento da denÃºncia, transcorreram mais de quatro anos, levando-se ainda em conta o fato do acusado ser menor de 21, Ã Ã©poca dos fatos, constato que ocorreu a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a pena de multa, conforme o artigo 114, inciso II, do CÃ³digo Penal, a prescriÃ§Ã£o ocorre no mesmo prazo da pena privativa de liberdade, estando, portanto, tambÃ©m prescrita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, considerando ainda que o parquet manifestou-se favorÃ¡vel a prescriÃ§Ã£o, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor do fato FÃBIO SILVA COELHO, jÃ¡ qualificado, diante da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, com base nos artigos 107, inciso IV, primeira figura, c.c. artigo 109, inciso IV, c/c art. 115, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se, procedendo-se as baixas necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â

Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 16 de MarÃ§o de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis Celso Quim Filho SentenÃ§a Juiz Substituto PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00097877820198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 28/03/2022 REQUERENTE:D. R. M. C. T. REPRESENTANTE:PAULA CAROLINE MONTEIRO DAMASCENO Representante(s): OAB 25868 - CELISE CORREA DA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:RAFAEL CUNHA TEIXEIRA Representante(s): OAB 12515-A - GLEUSE SIEBRA DIAS (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes, atravÃ©s de advogado constituÃ-do nos autos, peticionaram requerendo a HomologaÃ§Ã£o de Acordo firmado entre elas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da anÃ¡lise dos autos, constata-se que as partes celebraram pacto, o qual nÃ£o possui vÃ-cios que maculam sua existÃªncia ou validade, portanto, nÃ£o hÃ¡ Ã³bice Ã produÃ§Ã£o de efeitos jurÃ-dicos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentenÃ§a, o acordo firmado entre as partes, para que surta seus jurÃ-dicos e legais efeitos, nos termos do art. 487, inciso III, Â¿bÂ¿, do CÃ³digo de Processo Civil Brasileiro e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas, nos termos do art. 90, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 24 de Fevereiro de 2022. Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis/PA PROCESSO: 00100715720178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MARCILENE SANTA BRIGIDA DO AMARAL VITIMA:I. C. A. . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00112571820178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/03/2022 AUTOR:SUELY FERREIRA FRANCO Representante(s): OAB 6912 - NAZARE CRISTINA MENDONCA VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:LATIFE OLIVEIRA ABUGOCHE Representante(s): OAB 20939-A - JULIANA FERREIRA CORRÊA (ADVOGADO) OAB 12515-A - GLEUSE SIEBRA DIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:OCUPANTES DE IMOVEL. Â¿SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â 1. RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE REINTEGRAÃÃO DE POSSE COM PEDIDO LIMINAR proposta por SUELY FERREIRA FRANCO em face de LATIFE OLIVEIRA ABUGOCHE, ambos devidamente qualificados nos autos do processo em epÃ-grafe, pelas razÃµes fÃ¡ticas e de direito, indicadas na peÃ§a vestibular. Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, narra a exordial que a autora possui justo tÃ-tulo e aquisiÃ§Ã£o legal dos imÃ³veis constituÃ-dos pelos lotes de terreno, sem edificaÃ§Ã£o, designados pelos nÃºmeros 07 e 08, da quadra 21, partes integrantes do Loteamento Â¿BalneÃ¡rio Ilha do AtalaiaÂ¿, Etapa I, localizado na Ilha do Atalaia, nesta cidade, medindo cada um deles, 15, 00 metros de frente e 30, 00 metros de comprimento em ambas as laterais, direita e esquerda, respectivamente; e, 15, 00 metros de fundos, confinando pela lateral direita com o lote de nÃºmero 09, pela lateral esquerda com a Avenida E, e pelos fundos, com o lote de nÃºmero 6, respectivamente da mesma quadra do mesmo loteamento, conforme promessa de compra e venda registrada na matrÃ-cula do imÃ³vel nÂº 4357, no CartÃ³rio do Ãnico OfÃ-cio da Comarca de SalinÃ³polis-PA (cÃ³pia da matrÃ-cula atualizada anexa), e perante o MunicÃ-pio de SalinÃ³polis sob a inscriÃ§Ã£o cadastral nÂº 02.05.021.0285.001. Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que no dia 12 de julho de 2017, a requerente identificou nos imÃ³veis uma edificaÃ§Ã£o pequena ocupada por uma caseira que presta serviÃ§os para a parte rÃ©. Posteriormente, ao buscar informaÃ§Ãµes junto Ã Prefeitura Municipal de SalinÃ³polis-PA, tomou ciÃªncia de que a requerida requereu documentaÃ§Ã£o para fins de venda dos imÃ³veis, tendo sido emitido IPTU dos bens em nome

da demandada, razÃ£o pela qual a demandante registrou ocorrÃªncia policial acerca dos fatos (BOC nÂº 00075/2017.001933-6). Â Â Â Â Â Â Â Dessa feita, requereu a concessÃ£o de medida liminar para fins de sua reintegraÃ§Ã£o de posse na posse dos bens citados e, ao final, confirmaÃ§Ã£o da decisÃ£o e julgamento de procedÃªncia do pedido autoral. Â Â Â Â Â Â Â A petiÃ§Ã£o inicial foi instruÃ-da com documentos (fls. 04/25). Â Â Â Â Â Â Â O pedido de concessÃ£o de medida liminar foi acolhido pelo JuÃ-zo, conforme comprova o teor da decisÃ£o de fls. 27/27VÂº, tendo sido o mandado de reintegraÃ§Ã£o de posse devidamente cumprido (fls. 33/35). Â Â Â Â Â Â Â A rÃ© apresentou contestaÃ§Ã£o com pedido contraposto Ã s fls. 36/71. Por sua vez, a autora manifestou-se oferecendo rÃ©plica Ã s fls. 73/77. Â Â Â Â Â Â Â Ato contÃ-nuo, foi designada audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o para o dia 12/07/19 Ã s 10h25, contudo, a tentativa de acordo restou infrutÃ-fera, em razÃ£o da ausÃªncia da requerida, conforme comprova o termo de audiÃªncia de fl. 81. Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, foi determinada a intimaÃ§Ã£o das partes para especificarem provas (fl. 86), tendo a rÃ© pugnado pela expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio Ã Prefeitura de SalinÃ³polis e produÃ§Ã£o de prova testemunhal, enquanto demandante requereu o depoimento pessoal da requerida, oitiva de testemunha, expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio a SEFIN e juntada de prova documental. Â Â Â Â Â Â Â Foi designada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 14 de dezembro de 2021 Ã s 08h55. PorÃ©m, a requerida nÃ£o compareceu ao ato, nÃ£o havendo prova a ser produzida pela demandante, razÃ£o pela qual o juÃ-zo deliberou pelo julgamento antecipado da lide (fl. 107). Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Ã o sucinto relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â 2. FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Ab initio, por ora, indefiro os pedidos de concessÃ£o de gratuidade de justiÃ§a formulado pelas partes, em razÃ£o da ausÃªncia de juntada de declaraÃ§Ã£o de pobreza/hipossuficiÃªncia financeira aos fÃ³lios. Â Â Â Â Â Â Â Da anÃ¡lise dos autos, depreende-se que houve a estabilizaÃ§Ã£o do objeto do processo, nÃ£o havendo necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas, alÃ©m daquelas colacionadas ao caderno processual, inclusive, cabe destacar que embora tenha pugnado pela produÃ§Ã£o de prova testemunhal, a demandada nÃ£o compareceu Ã audiÃªncia de instruÃ§Ã£o designada pelo juÃ-zo (fl. 107). Desse modo, considerando a existÃªncia de farto suporte fÃ¡tico-probatÃ³rio, inexiste Ã³bice ao julgamento antecipado do mÃ©rito, conforme autoriza o inciso I do art. 355 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Do exame criterioso das provas produzidas durante a instruÃ§Ã£o do feito, concluo que sÃ£o suficientes e idÃ´neas para demonstrar o fato constitutivo do direito da requerente, bem como a veracidade da narrativa autoral, resultando na formaÃ§Ã£o de convicÃ§Ã£o do juÃ-zo de que a postulante logrou Ãªxito em se desincumbir do Ã´nus processual elencado no inciso I do art. 373 do CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, verifica-se que a autora conseguiu provar o exercÃ-cio dos poderes inerentes Ã propriedade, na forma elencada no art. 1.196 do CC/02 c/c inciso I do art. 561 do CPC/15, logo, demonstrou ser possuidora dos imÃ³veis indicados na petiÃ§Ã£o inicial, pois o objeto da presente aÃ§Ã£o Ã© a posse e nÃ£o a propriedade. Para tanto, produziu provas documentais, dentre elas, certidÃ£o de matrÃ-cula dos bens (fl. 08), escritura pÃºblica (fl. 09), contrato particular de promessa de venda e compra de imÃ³vel (fls. 10/13), recibo de quitaÃ§Ã£o (fl. 15), comprovantes de pagamento de IPTU (fls. 21/25). Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, indicou a data de ocorrÃªncia do esbulho praticado pela rÃ© mediante a juntada de fotocÃ³pia do registro do boletim de ocorrÃªncia policial (fl. 07), alÃ©m da perda da posse, havendo o preenchimento dos requisitos constantes nos incisos II, III e IV do art. 561 do CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Em sede de cogniÃ§Ã£o sumÃ¡ria, a verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes autorais jÃ¡ havia sido constatada, bem como o perigo de dano (periculum in mora), razÃ£o pela qual o pedido de concessÃ£o de medida liminar para fins de reintegraÃ§Ã£o da autora na posse dos imÃ³veis foi deferido pelo juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s a instruÃ§Ã£o do feito e, consequentemente, estudo aprofundamento das alegaÃ§Ãµes e provas, firmou-se o entendimento de que a requerida nÃ£o exerceu a posse dos imÃ³veis objetos da presente demanda, nÃ£o havendo nenhum elemento que sustente tal tese, o que pode ser corroborado pelo prÃ³prio instrumento particular de contrato de promessa de compra e venda juntado pela rÃ© Ã s fls. 37/60, o qual possui indicaÃ§Ãµes de lotes diversos daqueles contestados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â A aÃ§Ã£o nÃ£o se revela como via adequada para perquirir como a requerida conseguiu se cadastrar como contribuinte junto Ã Prefeitura de SalinÃ³polis de imÃ³vel cuja posse nunca foi exercida, nem tendo comprovado a propriedade dos bens, no entanto, a comprovaÃ§Ã£o de pagamento de IPTU, por si sÃ³, nÃ£o se revela como meio legÃ-timo para ensejar o julgamento de improcedÃªncia dos pedidos autorais, considerando que a requerente se desonerou do seu encargo processual, conforme as razÃµes jÃ¡ esposadas. Â Â Â Â Â Â Â Assim, a tutela jurisdicional deve ser efetiva para cumprimento do preceito insculpido no art. 926, do CÃ³digo de Processo Civil: "O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbaÃ§Ã£o e reintegrado no de esbulho". Â Â Â Â Â Â Â Cabe destacar que a requerida nÃ£o compareceu Ã s audiÃªncias designadas pelo juÃ-zo, demonstrando reduzido interesse em esclarecer ao juÃ-zo os fatos a fim de ser alcanÃ§ada a verdade material. Desse modo, o julgamento de procedÃªncia dos pedidos autorais Ã© medida que se impÃµe, devendo ser

confirmada a decisÃ£o que reintegrou a autora na posse dos bens imÃ³veis que sÃ£o objetos da demanda. Â Â Â Â Â Â Â 3. DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, por tudo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial de reintegraÃ§Ã£o de posse, confirmando a medida liminar deferida nos presentes autos e indeferindo o pedido contraposto formulado pela rÃ© e, por conseguinte, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, I, do CPC/15. Â Â Â Â Â Â Â Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, que fixo em 10% sobre o valor da condenaÃ§Ã£o, em observÃ¢ncia Ã s disposiÃ§Ãµes do artigo 85, Â§2Âº, do CPC/2015, tendo sido considerados a complexidade da demanda, o zelo, tempo e trabalho desenvolvido pela patrona da autora, quantia que deverÃ¡ ser depositada na conta corrente nÂº 182900-9, agÃªncia nÂº 015, do BanparÃ¡, em prol do Fundo de Reaparelhamento da Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Preclusas as vias impugnatÃ³rias, certifique-se o trÂ¢nsito em julgado e, ato contÃ-nuo, arquive-se com as cautelas legais e respectiva baixa no sistema. Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como MANDADO/OFÃCIO/CARTAPRECATÃRIA, nos termos do Provimento nÂº 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos nÂº 011/2009 e nÂº 014/2009), aplicÃ¡vel Ã s comarcas do interior por forÃ§a do Provimento nÂº 003/2009 da CJCI). Â Â Â Â Â Â Â Cumpra na forma e sob as penas da lei. Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis/PA, 17 de marÃ§o de 2022. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Comarca de SalinÃ³polis/PA PROCESSO: 00125380920178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MARCIO DE SOUZA SILVA VITIMA:A. L. A. S. . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÂ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÂ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00151851120168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 28/03/2022 EXEQUENTE:J. S. E. S. EXEQUENTE:J. J. S. E. S. REPRESENTANTE:JANIA MARIA MAIA DA SILVA Representante(s): OAB 20029 - GILBERTO LUIZ ARAUJO DA SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:MARINO FRANCISCO DA SILVA. Â Â Â Â Â Â Â SENTENÃAÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de alimentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise dos autos, constato, que a parte autora nÃ£o promoveu atos que lhe incumbia para andamento regular do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora quedou-se inerte, ou seja, nÃ£o promoveu os atos e as diligÃªncias de sua incumbÃªncia, resultando no abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, o que configura clara a demonstraÃ§Ã£o de desinteresse pela demanda, apta a acarretar a extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A jurisprudÃªncia pÃ¡tria manifesta-se nesse sentido: APELAÃÃO - EXTINÃÃO DO PROCESSO POR ABANDONO DE CAUSA - INTIMAÃÃO PESSOAL DO AUTOR. Extingue-se a aÃ§Ã£o quando a parte, por nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir, abandonar a causa por mais de trinta dias e nÃ£o suprir a falta em quarenta e oito horas, embora intimada para tanto. (...). Assim, vislumbra-se que a parte, com seu comportamento desidioso e negligente, nÃ£o comunicou o juÃ-zo sobre a mudanÃ§a de endereÃ§o, permitindo a inviabilidade do prosseguimento do feito. Saliento ainda que o Poder JudiciÃ¡rio nÃ£o deve tolerar inÃ©rcia dessa espÃ©cie, responsÃ¡vel direta pelo acÃºmulo de processos durante vÃ¡rios anos nos cartÃ³rios sem nenhuma expectativa de resultado Ãºtil do processo, servindo apenas e tÃ£o somente para abarrotar as prateleiras e armÃ¡rios. Nesse contexto, acompanhando o correto raciocÃ-nio desenvolvido nas decisÃµes supra declinadas, compreendo que o impulso processual decorrente da parte, quando nÃ£o cumprido em tempo fixado no CPC (30 dias), acarreta a conclusÃ£o de que a causa foi literalmente abandonada. Ante o exposto, julgo extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, na forma do art. 267, III do CPC, isentando os requerentes das custas e honorÃ¡rios em razÃ£o da gratuidade reclamada e deferida (...). (TJ-PA-AI 00008999020108140133. Rel. Gleide Pereira de Moura. PublicaÃ§Ã£o: 2/10/14. Julgamento: 2/10/14). Â Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fundamento no art. 485, III, do CÃ³digo de Processo Civil Brasileiro, em razÃ£o do abandono da causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, arquive-se com as devidas cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/02/2022 ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00424684320158140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:IGOR PHILIPPE DE ANDRADE AIRES. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00454668120158140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIADO:OZIEL DOS REIS SILVA Representante(s): OAB 12515-A - GLEUSE SIEBRA DIAS (ADVOGADO) DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00454702120158140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIADO:FERNANDO ANTONIO TAVERNARD NEVES FILHO VITIMA:O. E. AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:LAERCIO GUILHERMINO DE ABREU. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RHÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o disposto no artigo 28-A do CÃ³digo de Processo Penal), bem como o Enunciado nÂº 98 da 2Âº CÃ¢mara Criminal do MPF, no qual prevÃª o oferecimento de acordo de nÃ£oÂ persecuÃ§Ã£o penal no curso da aÃ§Ã£o penal, isto Ã©, antes do trÃ¢nsitoÂ em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para, caso entenda, ofereÃ§a proposta de ANPP, e, por consequÃªncia, designe audiÃªncia, a fim de formalizar o acordo, nos termos do art. 28-A, Â§3Âº do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se certidÃ£o de antecedentes criminais com todas as ocorrÃªncias disponÃ-veis, inclusive, termos circunstanciados de ocorrÃªncia, concessÃ£o de suspensÃ£o condicional do processo e ANPP, disponibilizada pela central de certidÃµes do TJPA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 24/03/2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00584656620158140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/03/2022 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ALINE RODRIGUES DA COSTA. Ã£SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ denunciou o rÃ©u, jÃ¡ qualificado, perante este JuÃ-zo, pelo delito descrito na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi proposta e aceita pelo acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional do processo.Â Â O senhor Diretor de Secretaria certificou o cumprimento das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos vieram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o do processo, com base no artigo 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/1995, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado, jÃ¡ qualificado. Â Â Â Â Â Publique-se.

Registre-se. Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis, 16/03/2022 Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis

COMARCA DE IGARAPÉ-MIRI

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-MIRI

RESENHA: 14/03/2022 A 24/03/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE IGARAPE MIRI - VARA: VARA UNICA DE IGARAPE MIRI PROCESSO: 00003068320118140022 PROCESSO ANTIGO: 201110002065 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 14/03/2022 REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPEMIRI PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 19846 - JOAO BATISTA CABRAL COELHO (ADVOGADO) OAB 20176 - SAMIA HAMOY GUERREIRO (ADVOGADO) OAB 21232 - JOSÉ ANTONIO GOMES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22395 - JULIANA PINTO DO CARMO (ADVOGADO) OAB 23406 - ADRIANO BORGES DA COSTA NETO (ADVOGADO) REPRESENTANTE:CREUZA FRANCO BORDALLO REQUERENTE:CIRUNORTE COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA Representante(s): OAB 14615 - RAFAEL COUTO FORTES DE SOUZA (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 03 VOLUME(S) com 711 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possuÃ- apensos ou qualquer avaria que nÃ£o possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 14 de marÃ§o de 2022 Jefferson Vieira Da SilvaÂ Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00013020720188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANA DE BRITO PANTOJA A??o: Mandado de Segurança Cível em: 14/03/2022 REQUERENTE:RONELIO ANTONIO RODRIGUES QUARESMA Representante(s): OAB 18743 - IGOR OLIVEIRA COTTA (ADVOGADO) REQUERIDO:NEY GILBERTO PENA PANTOJA Representante(s): OAB 20112 - JOAO VICENTE MORAES BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:CAMARA MUNICIPAL DE IGARAPEMIRI. CERTIFICO, usando das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que realizei pesquisa no Sistema de ArrecadaÃ§Ã£o Judicial e constatei custas finais em aberto, conforme demonstra o relatÃ³rio e boleto em anexo. NADA MAIS.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O REFERIDO Ã VERDADE E DOU FÃ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri/PA, 14 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â LUANA DE BRITO PANTOJA Â Chefe da UNAJ da Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00018483320168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANA DE BRITO PANTOJA A??o: Busca e Apreensão em: 14/03/2022 REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:JEAN DO ESPIRITO SANTO SANTOS. CERTIFICO, usando das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que realizei pesquisa no Sistema de ArrecadaÃ§Ã£o Judicial e constatei custas finais em aberto, conforme demonstra o relatÃ³rio e boleto em anexo. NADA MAIS.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O REFERIDO Ã VERDADE E DOU FÃ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri/PA, 14 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â LUANA DE BRITO PANTOJA Â Chefe da UNAJ da Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00062040320188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 14/03/2022 REQUERENTE:L SALOMAO FONSECA LIMA EPP Representante(s): OAB 24117 - DAIANA DO SOCORRO ABREU VIEIRA (ADVOGADO) OAB 24251 - REGILSON CARNEIRO PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 26756 - NIELLY GLENDA BRAGA FAILACHE (ADVOGADO) REQUERIDO:FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI Representante(s): OAB 17142 - DOMINGOS DO NASCIMENTO NONATO (ADVOGADO) OAB 23753 - DIEGO CELSO CORREA LIMA (ADVOGADO) REQUERENTE:LUIS SALOMAO FONSECA LIMA. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 04 VOLUME(S) com 419 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, nÃ£o possuÃ- apensos ou qualquer avaria que nÃ£o possa seguir sua

tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 14 de marÃ§o de 2022 Jefferson Vieira Da SilvaÂ Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00068342520198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 14/03/2022 DENUNCIADO:IVO DA SILVA SANTOS DENUNCIADO:DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA Representante(s): OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOAO PAULO SERRAO DOS SANTOS Representante(s): OAB 29979 - MANOEL PINHEIRO GONÇALVES JUNIOR (ADVOGADO) VITIMA:A. C. S. VITIMA:R. S. P. VITIMA:V. L. B. L. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI o Processo nÂº 0006834-25.2019.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal - Procedimento OrdinÃ¡rio Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ RÃ©u: Ivo da Silva Santos RÃ©u: Danielly de Jesus Ladislau da Silva RÃ©u: JoÃ£o Paulo SerrÃ£o dos Santos CapitulaÃ§Ã£o penal: art. 157, Â§2Âº, II e V, do CP SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em face de IVO DA SILVA SANTOS, DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA e JOÃO PAULO SERRÃO DOS SANTOS, atribuindo-lhes, em tese, a conduta descrita no art. 157, Â§2Âº, II e V, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Narra a denÃºncia: Consoante consta dos inclusos autos de InquÃ©rito Policial, pelos fatos delituosos a seguir narrados: Extrai-se dos inclusos IPL, em anexo, que no dia 12.09.2019, por volta das 10h20min, os denunciados, mediante violÃªncia e grave ameaÃ§a, com divisÃ£o de tarefas, subtraÃ-ram um notebook, marca positivo, e um aparelho de celular das vÃ-timas Antenor da Costa Sacramento e Vera LÃºcia Batista Lopes Sacramento, a pÃ³s invadirem a oficina mecÃ¢nica do mesmo que fica localizada na Rua Padre EmÃ-lio, bairro Centro. De acordo, com o relato da vÃ-tima Antenor da Costa Sacramento, constante dos autos do IPL, em resumo, o mesmo informou que o acusado IVO foi atÃ© o local em companhia da acusada DANIELLY, sendo que IVO teria anunciado o assalto. Informou que, apÃ³s IVO ter anunciado assalto, a acusada DANIELLY teria colocado um capuz nela para nÃ£o ser reconhecida e que os mesmos perguntaram onde estava ELTON, o filho da vÃ-tima, sendo que o mesmo nÃ£o estava na casa. A vÃ-tima ANTENOR disse ainda: Â¿que levaram o relator para dentro da residÃªncia, cujo acesso principal se dÃ¡ pela Rua Dr. JoÃ£o HipÃ³lito, nÂº 1413, bairro Centro; que instantes depois a nora do relator, sra. VERA LUCIA BATISTA LOPES SACRAMENTO, chegou na residÃªnciaÂ e tambÃ©m foiÂ rendida, que trancaram o relator no banheiro; que Danielly ficou vigiando as vÃ-timas enquanto o outro indivÃ-duoÂ acompanhado de um terceiro envolvido, que utilizava uma camisa do MAC, foram atÃ© a casa da Vera LÃºcia onde renderam o filho dela, Pedro Gustavo Lopes Sacramento, com 09 anos de idade, o trancaram no banheiro e subtraÃ-ram um notebook , da marca Positivo; que da casa do relator subtraÃ-ram um celular de nÂº 91-99182-9956; que o indivÃ-duo maior utilizava uma pistola, que nÃ£o sabe dizer se Danielly utilizava arma e nÃ£o chegou a ver o terceiro envolvidoÂ¿. A vÃ-tima Raimunda do Socorro Pureza disse em seu depoimento que estava na casa no momento do crime, e que tambÃ©m foi trancada no banheiro, juntamente com as outras vÃ-timas, enquanto os denunciados vasculhavam a casa atrÃ¡s de objetos de valor. O condutor PM MANOEL AUGUSTO BAÃA LEITE declarou na delegacia o seguinte: Â¿Que alÃ©m de IVO ser foragido da justiÃ§a, estava envolvido em um roubo praticado horas antes em uma residÃªncia localizada na Rua Dr. JoÃ£o HipÃ³lito, 1413, bairro centro, na companhia de Danielly Jesus Ladislau e do nacional conhecido como PAULNHO; que iniciaram as buscas e encontraram IVO trafegando em uma motocicleta de marca e modelo HONDA POP PRETA, sem placa, na Rua Ãngelo Lobato; que no momento da abordagem IVO reagiu a prisÃ£o e passou a gritar para avisarem seus comparsas de que havia sido preso; que foi necessÃ¡rio uso progressivo da forÃ§a para imobilizÃ¡-lo; que IVO confessou que praticou o roubo Ã residÃªncia mais cedo, na companhia de DANIELLY e PAULINHO, bem como informou que os dois estavam em uma residÃªncia localizada na Passagem Bom Jardim, s/n, bairro Boa EsperanÃ§a; Que se deslocaram para o local onde encontraram o notebook subtraÃ-do; que os comparsas conseguiram empreender fuga antes da chegada dos policiais(...)Â¿. As vÃ-timas reconheceram os acusados como autores do crime, atravÃ©s de fotografias apresentadas na delegacia de PolÃ-cia. Desse modo, na empreitada criminosa, a acusada DANIELLY ficou responsÃ¡vel por vigiar as vÃ-timas que estavam trancadas no banheiro da casa, enquanto IVO e JOÃO PAULO (PAULINHO) cuidavam de fazer as buscas na casa para subtrair os pertences das vÃ-timas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 09.10.2019 foi recebida a

denÃºncia, iniciando-se o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal, bem como foi decretada prisÃ£o preventiva em desfavor de DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA e JOÃO PAULO SERRÃO DOS SANTOS (fls. 07/075v). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumprimento de mandado de prisÃ£o preventiva em desfavor de DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA Ã s fls. 18/19 Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado IVO DA SILVA SANTOS devidamente citado (fl. 13V), apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 37. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA devidamente citado (fl. 27), apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 23/25. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumprimento de mandado de prisÃ£o preventiva em desfavor de JOÃO PAULO SERRÃO DOS SANTOS Ã s fls. 28/31. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado JOÃO PAULO SERRÃO DOS SANTOS devidamente citado (fl. 40v), apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 47/48. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 22.07.2020 foi realizada audiÃªncia instruÃ§Ã£o e julgamento, oportunidade na qual foram ouvidas as vÃ-timas VERA LÃCIA BATISTA COSTA SACRAMENTO, RAIMUNDA DO SOCORRO PUREZA, e ANTENOR COSTA SACRAMENTO, e a testemunha RODRIGO KATAHARA DA SILVA DE ALCÂNTARA, bem como realizado o interrogatÃ³rio dos acusados IVO DA SILVA SANTOS, DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA e JOÃO PAULO SERRÃO DOS SANTOS, cujos depoimentos foram gravados por meio de recurso audiovisual. Houve decisÃ£o de revogaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva de JOÃO PAULO SERRÃO DOS SANTOS com a substituiÃ§Ã£o por medidas cautelares diversa da prisÃ£o (fls. 61/63). Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico (fls. 66/70), pugnando pela CONDENAÃÃO dos acusados rÃ©u IVO DA SILVA SANTOS, DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA e JOÃO PAULO SERRÃO DOS SANTOS, como incurso nas penas do art. 157, Â§2Âº, II de IV, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais da defesa do rÃ©u DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA (fls. 71/79) pugnando pela absolviÃ§Ã£o do acusado, por insuficiÃªncia de provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais da defesa do rÃ©u IVO DA SILVA SANTOS (fls. 80/81) pugnando em caso de condenaÃ§Ã£o pela aplicaÃ§Ã£o da pena mÃ-nima, afastando-se a causa de aumento de pena prevista no inciso IV do Â§2Âº do art. 157. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais da defesa do rÃ©u JOÃO PAULO SERRÃO DOS SANTOS (fls. 88/91) pugnando pela absolviÃ§Ã£o do acusado, por insuficiÃªncia de provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em desfavor de IVO DA SILVA SANTOS, DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA e JOÃO PAULO SERRÃO DOS SANTOS, atribuindo-lhes a conduta descrita no art. 157, Â§2Âº, II e V, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, a materialidade do crime se encontra perfeitamente demonstrada, devendo ser levado em consideraÃ§Ã£o todo lastro probatÃ³rio produzidos nos autos, notadamente o auto de prisÃ£o em flagrante, o boletim de ocorrÃªncia (fls. 06 do IPL nÂº 00124/2019.100250-0), auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o (fl. 07 do IPL nÂº 00124/2019.100250-0), auto de entrega (fl. 26 IPL nÂº 00124/2019.100250-0), bem como a prova oral colhida durante a instruÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autoria, por sua vez, Ã© induvidosa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima MANOEL ANTENOR COSTA SACRAMENTO, em seu depoimento em juÃ-zo afirmou: que estava trabalhando na oficina quando apareceu um cidadÃ£o dizendo que um colega estava com um motor com defeito lÃ¡ no rio (...) que o depoente falou que nÃ£o tinha condiÃ§Ãµes de ir, pois estava num serviÃ§o e pediu para vir outro dia (...) que ele ligou para o colega e botou o depoente no telefone (...) que o colega dele pediu para o depoente tirar do Â¿cascoÂ¿ e botar no carro pra ver se conseguia resolver o problema na oficina (...) que o depoente disse que sim (...) que o cidadÃ£o pediu Ã¡gua e disse que meia hora depois voltava (...) que ele estava sozinho (...) que ao voltar avisou que o motor estava vindo no carro e pediu novamente Ã¡gua (...) que o Depoente foi pegar a Ã¡gua e quando voltou ele anunciou o assalto (...) que ele puxou a arma (..) que ele estava acompanhado de uma mulher(...) que ele perguntou onde estava o vereador (...) que o depoente falou que ali nÃ£o morava nenhum vereador (...) que ele trancou o depoente no banheiro (...) que a mulher ficou vigiando (...) que sua nora apareceu junto com a filha de 04 anos, bem como Raimunda que estava passando roupa, meteram todos dentro do banheiro (...) que ele gritava com o parceiro dele com textuais Â¿anda, vem logo!Â¿ (...) que depois perguntaram por Elton, seu filho (...) que o depoente falou que Elton nÃ£o estava (...) que foram no quarto dele (...) que foram na casa do professor que Ã© esposo da Vera (...) que de lÃ¡ eles trouxeram notebook, perfume (...) que ao vir de lÃ¡ passaram na casa do depoente e chamaram a mulher com textuais Â¿vamo bora, vamo bora!Â¿ (...) que ela saiu, armada tambÃ©m e foram embora (...) que a mulher veio com ele na segunda vez (...) que jÃ¡ conhecia a mulher (...) que reconheceu Danielly no momento do roubo (...) QUE RECONHECE A ACUSADA DANIELLY COMO UM DOS AUTORES DO CRIME. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima VERA LÃCIA BATISTA COSTA SACRAMENTO, em seu depoimento em juÃ-zo afirmou: que chegou na casa de seu sogro e os assaltantes jÃ¡ estavam com seu sogro e sua cunhada na cozinha (...) que o homem de bonÃ© disse textuais Â¿entra que isso Ã© um assalto!Â¿ (...) que ele estava de cara limpa (...) que ele estava

armado(...) que se deparou com outra pessoa na cozinha com mÃ¡scara de palhaÃ§o e um terceiro atrÃ¡s da depoente (...) que eles jÃ¡ tinham revirado o quarto do cunhado da depoente (...) que quando eles viram de onde a depoente veio (...) que eles foram para a casa da depoente onde estava seus filhos de 04 anos e 10 anos (...) que seu filho de 04 anos correu atrÃ¡s da depoente (...) que eles falaram que queriam joias (...) que eles ficaram com o filho da depoente de 10 anos (...) que a mulher de mÃ¡scara trancou a depoente, sua cunhada, seu sogro, sua sobrinha de 10 anos, e seu filho que correu atrÃ¡s da depoente (...) que a mulher tambÃ©m estava armada (...) que ficaram na sua casa e reviraram tudo (...) que pegaram o notebook que estava em cima da cama (...) que perguntavam para seu filho onde estavam as joias (...) que trancaram seu filho no banheiro (...) que pegaram as coisas (...) que antes deles saÃ-ram da casa da depoente soltaram seu filho do banheiro (...) que a mulher com mÃ¡scara de palhaÃ§o ficou com os demais na casa do seu sogro no banheiro (...) que eles falavam para o filho da depoente que ela estava morta (...) que foram momentos de terror (...) que seu filho falou que entraram dois na casa da depoente (...) que era por volta das 11h (...) que a aÃ§Ã£o toda se deu na casa da depoente, pois praticamente eles sÃ³ trancaram as vÃ-timas na casa de seu sogro (...)Â que o trauma ficou grande (...) que atÃ© hoje a depoente dorme em apenas um quarto com seus filhos (...) que o notebook foi pego com o Â¿CabeÃ§Ã£oÂ¿ (...) que ele foi pego umas 20h (...) que reconheceu o acusado IVO na delegacia (....) que ele estava com a mesma roupa (...) QUE RECONHECE IVO COMO SENDO UM DOS AUTORES DO CRIME (...) que sogro conhece Danielly desde pequena (...) que seu sogro Ã© muito amigo do avÃ´ dela (...) que a casa da depoente Ã© interligada com a casa de seu sogro (...) que seu filho ficou muito abalado (...) que acordava de madrugada chorando (...) que seu filho dizia textuais: Â¿mamÃ£e, estÃ£o entrando aqui, tem um cara com uma armaÂ¿ (...) que teve que chamar uma amiga psicÃ³loga para atendÃª-los (...) que recuperou o computador e as outras coisas deixou pra lÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima RAIMUNDA DO SOCORRO PUREZA, em seu depoimento em juÃ-zo afirmou: que estava na cozinha passando roupa (...) que era por volta das 11h (...) que seu pai de criaÃ§Ã£o estava na oficina (...) que ele Ã© mecÃ¢nico (...) que veio entrando uma mulher de mÃ¡scara (...) que colocou a depoente no banheiro (...) que levaram o celular da depoente (...) que a mulher estava armada (...) que IVO estava armado (...) que eram trÃªs indivÃ-duos (...) QUE RECONHECE IVO COMO SENDO UM DOS AUTORES DO CRIME Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha RODRIGO KATAHARA DA SILVA ALCANTARAA, policial militar que participou das diligÃªncias que ensejou na prisÃ£o em flagrante de um dos acusados, em seu depoimento em JuÃ-zo, afirmou: que receberam a informaÃ§Ã£o que tinham subtraÃ-do de uma casa alguns pertences, incluÃ-do um notebook (...) que eram trÃªs elementos: uma mulher e dois homens (...) que inclusive tinham entrado e feito de refÃ©m uma famÃ-lia (...) que fizeram as incursÃµes e conseguiram localizar notebook (...) que o acusado IVO confessou o crime e levou os policias atÃ© onde estava computador (...) que ele chegou a reagir e foi necessÃ¡rio o uso moderado da forÃ§a (...) que ele tentou fugir e agredir os policiais (...) que recuperou o notebook (...) que reconhece IVO como o nacional que o depoente efetuou a prisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu interrogatÃ³rio o denunciado IVO DA SILVA SANTOS CONFESSOU a autoria do crime, e negou que os acusados DANIELLY e JOÃO PAULO tivessem participado do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu interrogatÃ³rio o denunciado DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA negou a autoria do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu interrogatÃ³rio o denunciado JOÃO PAULO SERRÃO DOS SANTOS negou a autoria do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As provas colhidas em JuÃ-zo revelam que os acusados IVO DA SILVA SANTOS e DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA indubitavelmente praticaram o crime previsto no art. 157, Â§2Âº, II e V do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, nÃ£o hÃ¡ dÃºvidas que os denunciados IVO DA SILVA SANTOS e DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA, em comunhÃ£o de esforÃ§os e unidade de desÃ-gnios, com outro indivÃ-duo nÃ£o identificado, mediante violÃªncia/grave ameaÃ§a, com o uso de arma de fogo, praticaram o crime de roubo contra as vÃ-timas ANTENOR DA COSTA SACRAMENTO, VERA LÃCIA BATISTA LOPES SACRAMENTO e RAIMUNDA DO SOCORRO PUREZA, com restriÃ§Ã£o de suas liberdades, subtraindo-lhes seus bens e pertencentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que apesar de o acusado IVO DA SILVA SANTOS afirmar que nÃ£o houve participaÃ§Ã£o da denunciada DANIELLY, sua versÃ£o foi infirmada pelo depoimento bastante contundente da vÃ-tima ANTENOR DA COSTA SACRAMENTO que reconheceu DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA como sendo um dos autores do crime, pois chegou a vÃª-la sem mÃ¡scara, quando adentrou em sua residÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã destacar que acusada DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA foi a Ãºnica que participou da empreitada criminosa com o rosto coberto (mÃ¡scara de palhaÃ§o), o que se justifica em razÃ£o da famÃ-lia da vÃ-tima conhecÃª-la. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importante salientar que nos crimes de natureza patrimonial, como no caso em apreÃ§o, a palavra da vÃ-tima, quando manifestada de forma serena, clara e harmÃ´nica com as demais provas dos autos, possui elevado valor probatÃ³rio, devendo ser tida como decisiva, conforme entendimento consolidado dos tribunais. Nesse sentido: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÃÃO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. CONCURSO DE PESSOAS,

EMPREGO DE ARMA DE FOGO E RESTRIÃÃO DE LIBERDADE DAS VÃTIMAS. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. IMPOSSIBILIDADE DE ABSOLVIÃÃO. DOSIMETRIA. NEGATIVAÃÃO IDÃNEA DAS CIRCUNSTÃNCIAS E CONSEQUÃNCIAS DO CRIME. ARMA BRANCA. PATAMAR DE AUMENTO NA PRIMEIRA E NA SEGUNDA FASE. DESPROPORCIONALIDADE NÃO DETECTADA. CONCURSO DE CAUSAS DE AUMENTO DE PENA. 1.Â EfetivamenteÂ demonstradas a autoria e a materialidade dosÂ delitosÂ cometidos pelo rÃ©u (roubo majorado pelo uso de arma de fogo, concurso de agentes e restriÃ§Ã£o da liberdade das vÃ-timas), a condenaÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe, nÃ£o havendo falar em absolviÃ§Ã£o por insuficiÃªncia de provas. 2. Ã pacÃ-fico nesta Corte de JustiÃ§a o entendimento de que, nos crimes patrimoniais, a palavra da vÃ-tima tem especial relevo e pode embasar o Ã©dito condenatÃ³rio, sobretudo quando firme e corroborada por outros elementos de prova, sobretudo o reconhecimento inequÃ-voco do rÃ©u pelas vÃ-timas. 3. O excesso de violÃªncia na conduta, com uso de arma branca apÃ³s as vÃ-timas jÃ¡ estarem rendidas e subjugadas por arma de fogo, alÃ©m dos disparos de arma de fogo falhos perpetrados contra uma das vÃ-timas, a casa extremamente devastada e o afastamento do trabalho, todos decorrentes da aÃ§Ã£o violenta, sÃ£o elementos idÃ´neos, nÃ£o inerentes ao tipo penal, aptos a justificar a avaliaÃ§Ã£o negativa das vetoriais circunstÂ¢ncias e consequÃªncias do crime, na primeira fase da dosimetria. ApuraÃ§Ã£o da fundamentaÃ§Ã£o utilizada na sentenÃ§a. Precedente do STJ. 4. Com relaÃ§Ã£o ao patamar de aumento da pena-base para cada circunstÂ¢ncia judicial valorada negativamente, a jurisprudÃªncia do TJDFT adota a fraÃ§Ã£o de 1/8 (um oitavo) do intervalo entre as penas mÃ-nima e mÃ¡xima abstratamente previstas, justificando-se a manutenÃ§Ã£o da pena que seguiu o critÃ©rio jurisprudencial, no caso concreto. 5. Em que pese Ã inexistÃªncia de um critÃ©rio objetivo definido pelo legislador para valorar cada circunstÂ¢ncia agravante ou atenuante, os Tribunais Superiores, em busca de um patamar ideal de valoraÃ§Ã£o a ser empregado quando da aplicaÃ§Ã£o da pena intermediÃ¡ria, estabeleceram a fraÃ§Ã£o de 1/6 (um sexto) sobre a pena-base como quantum ideal. 6. Tendo sido respeitadas as fraÃ§Ãµes de aumento adotadas pela jurisprudÃªncia na primeira e na segunda fase da dosimetria, nÃ£o hÃ¡ falar em aumento desproporcional entre as etapas, pois deve ser observada a hierarquia entre as fases da fixaÃ§Ã£o da pena. 7. Ante o concurso de causas especiais de aumento de pena, aplicÃ¡vel o previsto no parÃ¡grafo Ãºnico do artigo 68 do CÃ³digo Penal, podendo o juiz limitar-se a um sÃ³ aumento ou a uma sÃ³ diminuiÃ§Ã£o, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua. 8. Recurso conhecido e nÃ£o provido. (TJDF, AcÃ³rdÃ£o 1230961, 00041942020188070009, Relator: CRUZ MACEDO, data de julgamento: 13/2/2020, publicado no PJe: 27/2/2020). APELAÃÃO. ROUBO QUALIFICADO. PEDIDO DE ABSOLVIÃÃO POR AUSÃNCIA DE PROVAS. NÃO CABIMENTO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PEDIDO ALTERNATIVO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO CONCURSO DE PESSOAS. QUALIFICADORA COMPROVADA. DEPOIMENTO DA VÃTIMA. IMPORTÃNCIA. RECURSO IMPROVIDO. I-Embora o apelante negue a prÃ¡tica delitiva, o contexto probatÃ³rio, em especial a prova testemunhal, comprova sua participaÃ§Ã£o no crime de roubo majorado que lhe foi imputado. II -As declaraÃ§Ãµes da vÃ-tima, apoiada nos demais elementos dos autos, em se tratando de crimes cometidos sem a presenÃ§a de outras pessoas, Ã© prova vÃ¡lida para a condenaÃ§Ã£o, mesmo ante a palavra divergente do rÃ©u. Precedentes do STJ. III-Restando comprovado, em especial pela prova testemunhal, que a aÃ§Ã£o criminosa foi praticada por mais de uma pessoa, como ocorre na hipÃ³tese dos autos, nÃ£o hÃ¡ como nÃ£o se reconhecer a majorante prevista no inciso II do Â§ 2Âº, do art. 157 do CPB.Â IV - ApelaÃ§Ã£o improvida. (TJPA, 2014.04614589-37, 138.099, Rel. LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR, ÃrgÃ£o Julgador 3Âª CÃMARA CRIMINAL ISOLADA, Julgado em 2014-09-18, publicado em 2014-09-22). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do acervo probatÃ³rio, por tudo que foi coletado durante a instruÃ§Ã£o processual, este magistrado ficou convencido da existÃªncia de materialidade e da autoria delituosa dos acusados IVO DA SILVA SANTOS e DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA, referente ao crime do roubo consumado, eis que praticado mediante violÃªncia/grave ameaÃ§a, e com evidente Ã¢nimo de assenhoramento definitivo da coisa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No tocante as causas de aumento de pena previstas na denÃºncia, embora nÃ£o tenha sido capitulada pelo MP a majorante relativa ao emprego de arma de fogo (inciso I, Â§2Âº-A, do art. 157, do CP), o fato Ã© perfeitamente descrito na inicial acusatÃ³ria. E como o rÃ©u defende-se dos fatos e nÃ£o da capitulaÃ§Ã£o penal constante da denÃºncia, entendo que Ã© o caso da aplicaÃ§Ã£o do instituto da emendatio libelli, nos termos do art. 383 do CPP, razÃ£o pela qual faÃ§o a devida adequaÃ§Ã£o da capitulaÃ§Ã£o penal para o tipo do art. 157, II, e V, e Â§2Âº-A, I, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No tocante a causa de aumento prevista no inciso I, Â§2Âº-A, do art. 157, do CP, entendo que restou devidamente demonstrada, e, apesar de nÃ£o ter sido encontrada e periciada a arma de fogo utilizada na aÃ§Ã£o delituosa, hÃ¡ nos autos prova de que os rÃ©us IVO DA SILVA SANTOS e DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA praticaram o crime utilizando-se do referido artefato, conforme se constata do depoimento das vÃ-timas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No tocante a causa de aumento prevista no

inciso V, Â§2Âº, do art. 157, do CP, restou devidamente demonstrada, pois hÃ¡ nos autos prova de que as vÃ-timas tiveram sua liberdade restringida, na medida que foram aprisionadas no banheiro, mantidas sob ameaÃ§as, por tempo juridicamente relevante e superior ao necessÃ¡rio para a subtraÃ§Ã£o de seus bens, conforme se constata do depoimento das vÃ-timas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No tocante a causa de aumento prevista no inciso II, Â§2Âº, do art. 157, do CP, restou devidamente demonstrada, pois hÃ¡ nos autos prova de que os rÃ©us IVO DA SILVA SANTOS e DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA, e outro indivÃ-duo nÃ£o identificado, praticaram o crime, em comunhÃ£o de esforÃ§os e unidade de desÃ-gnios, configurando concurso de agentes, conforme se constata do depoimento das vÃ-timas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, restando comprovada a materialidade e autoria delitiva, e nÃ£o se extraindo dos autos qualquer causa de exclusÃ£o da tipicidade, antijuridicidade ou culpabilidade, a condenaÃ§Ã£o dos denunciados IVO DA SILVA SANTOS e DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA, pelo crime previsto art. 157, Â§2Âº, II e V ,e Â§2ÂºA, I, do CP, Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao acusado JOÃO PAULO SERRÃO DOS SANTOS, apesar de haver indÃ-cios que possa ter participado da empreitada criminosa, nÃ£o hÃ¡ provas suficientes de autoria que possa servir de sustentaÃ§Ã£o para a prolaÃ§Ã£o de um Ã©dito condenatÃ³rio contra o acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã importante ressaltar que nessa fase processual deve haver prova da materialidade do delito e prova da autoria, e nÃ£o apenas meros indÃ-cios de autoria, bem como na dÃºvida, o juiz deverÃ¡ absolver o rÃ©u por nÃ£o haver provas suficientes para a condenaÃ§Ã£o, em obediÃªncia ao PrincÃ-pio do in dÃºbio pro reo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: APELAÃÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. DÃVIDA PROBATÃRIA QUANTO AO ENVOLVIMENTO DO RÃU NOS FATOS NARRDADOS NA DENÃNCIA. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÃÃO QUE SE IMPÃE. NÃ£o comprovada suficientemente a participaÃ§Ã£o do acusado no roubo, sua absolviÃ§Ã£o se impÃµe, pois Ã© sabido que a condenaÃ§Ã£o exige prova irrefutÃ¡vel de autoria. Se o suporte da acusaÃ§Ã£o enseja dÃºvidas, nÃ£o hÃ¡ como decidir pela procedÃªncia. (TJMG, APR: 10240130010707001 MG, Rel. Beatriz Pinheiro Caires, data de julgamento: 12.02.2015, CÃ¢maras Criminais/ 2Âª CÃ¢mara Criminal, data de publicaÃ§Ã£o: 02.03.2015). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, em razÃ£o da ausÃªncia de provas evidentes de participaÃ§Ã£o do acusado JOÃO PAULO SERRÃO DOS SANTOS no fato criminoso descrito na denÃºncia, a absolviÃ§Ã£o do denunciado JOÃO PAULO SERRÃO DOS SANTOS Ã© medida que se impÃµe, em observÃ¢ncia ao princÃ-pio in dubio por reo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denÃºncia, a fim de ABSOLVER o denunciado JOÃO PAULO SERRÃO DOS SANTOS, nos termos do art. 386, VII, do CP, e de CONDENAR os denunciados IVO DA SILVA SANTOS e DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA, como incurso nas penas do art. 157, Â§2Âº, II e V, Â§2-A, I, do CP, razÃ£o pela qual passo a dosar a respectiva pena a ser aplicada, em estrita observÃ¢ncia ao disposto pelo art. 68, caput, do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preliminarmente, registro que em razÃ£o do reconhecimento da incidÃªncia de trÃªs causas de aumento de pena, adoto o entendimento de que duas delas serÃ£o consideradas para majorar o crime (emprego de arma de fogo- art. 157, Â§2Âº-A, I, do CP; restriÃ§Ã£o da liberdade da vÃ-tima - art. 157, Â§2Âº, V, do CP), e a outra (concurso de pessoas- art. 157, Â§2Âº, II) deve ser considerada como circunstÃ¢ncia judicial desfavorÃ¡vel, conforme jurisprudÃªncia do STJ (AgRg no HC 395.774/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 11/10/2017). Em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u IVO DA SILVA DOS SANTOS DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal1, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade excedente Ã espÃ©cie, na medida que o rÃ©u empregou desnecessÃ¡rio terror psicolÃ³gico Ã crianÃ§a Pedro Gustavo Lopes Sacramento, afirmando que sua mÃ£e a vÃ-tima Vera LÃºcia Costa Sacramento estaria morta, enquanto o menor estava trancado no sozinho no banheiro, o que evidentemente eleva a reprovabilidade do crime, de modo que valoro essa circunstÃ¢ncia negativamente; b)Â Â Â Â Â O rÃ©u possui maus antecedentes: 0000636-89.2009.8.14.0070, de modo que valoro essa circunstÃ¢ncia negativamente; c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, entendida esta como Â¿o comportamento do agente perante a sociedadeÂ¿2, nada hÃ¡ a valorar nos autos. d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se pode dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, Ã© a obtenÃ§Ã£o de lucro fÃ¡cil em detrimento do patrimÃ´nio alheio, o que Ã© inerente ao crime, tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ nada que se valorar nos autos; f)Â Â Â Â Â No que atine as circunstÃ¢ncias do crime, com o rÃ©u praticou o crime em companhia de seus comparsas, o que configura concurso de agentes, situaÃ§Ã£o a evidenciar a gravidade das circunstÃ¢ncias do crime praticado, de modo que valoro essa circunstÃ¢ncia em desfavor do rÃ©u. g)Â Â Â Â Â Quanto as consequÃªncias do crime extrapolam o tipo penal, uma vez que as crianÃ§as vÃ-timas do crime sofreram forte abalo psicolÃ³gico, apresentando traumas atÃ© os dias atuais, na medida que nÃ£o conseguem mais dormir sozinhas em seus quartos;

acordam chorando na madrugada com medo de nova invasÃ£o dos assaltantes; tÃªm pÂ¢nico de palhaÃ§os; e sequer conseguem ir tranquilas para casa de seu avÃ´ (vÃ-tima), conforme descrito de forma minuciosa pela mÃ£e das crianÃ§as, Sra. Vera LÃºciaÂ Batista Costa Sacramento, em seu depoimento em JuÃ-zo, razÃ£o pela qual valoro essa circunstÂ¢ncia em desfavor do rÃ©u. h)Â Â Â Â Â Por fim, quanto ao comportamento da vÃ-tima, a vÃ-tima em nada contribuiu para o delito; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÂ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 09 (nove) anos de reclusÃ£o e pagamento de 60 dias-multa, cada um equivalente a um trigÃ©simo do valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, em observÂ¢ncia ao disposto no art. 60, do CÃ³digo Penal3. DAS CIRCUNSTÃNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÃDIGO PENAL) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, verifica-se a presenÃ§a da circunstÂ¢ncia agravante de o crime ter sido praticado contra pessoa maior de 60 anos (art. 61, II, h, do CP) - fl. 06 do IPL - e circunstÂ¢ncia atenuante relativa a confissÃ£o espontÂ¢nea (art. 63, III, d, do CP). Desse modo, com base no art. 67 do CP, deve preponderar a circunstÂ¢ncia de carÃ¡ter subjetivo (no caso, confissÃ£o espontÂ¢nea) sobre a de carÃ¡ter objetivo (vÃ-tima maior de 60 anos), razÃ£o pela qual atenuo a pena em 01 (um) ano, e fixo a pena provisoriamente em 08 (oito) anos de reclusÃ£o, e pagamento de 50 dias-multas. DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que nÃ£o hÃ¡ causa de diminuiÃ§Ã£o de pena a ser aplicada. No entanto, reconheÃ§o a existÃªncia de duas causas de aumento de pena: uma delas prevista no art. 157, Â§2Âº-A, I, do CP (uso de arma de fogo), e a outra prevista no art. 157, Â§2Âº, V, do CP (restriÃ§Ã£o de liberdade da vÃ-tima) a serem aplicadas. Reputo que a conduta do denunciado Ã© grave, na medida que manteve as vÃ-timas, com sua liberdade restringida, dentre elas crianÃ§as com apenas 04 (quatro) e 09 (nove) anos, trancadas no banheiro, sob constante ameaÃ§as, exercida com arma de fogo, razÃ£o pela qual aumento a pena em 2/5, ficando o rÃ©u, em definitivo, condenado a 12 (doze) anos, 09 (nove) meses e 18 (dezoito) dias de reclusÃ£o e 06 (seis) dias, e pagamento de 70 dias multas CONSIDERAÃÃES GERAIS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IncabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito, vez que a pena fixada Ã© superior a 04 (quatro) anos, alÃ©m de que o crime foi cometido com violÃªncia e grave ameaÃ§a, nos termos do art. 44, I, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o quantum da pena aplicada, deixo de conceder ao acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, caput, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de proceder Ã detraÃ§Ã£o penal, nos termos do art. 387, Â§ 2Âº, do CPP, em razÃ£o da inexistÃªncia nos autos de informaÃ§Ã£o sobre a situaÃ§Ã£o prisional do rÃ©u Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a pena privativa de liberdade aplicada e nÃ£o ser o rÃ©u reincidente, nos termos do art. 33, Â§ 2Âº, a, do CÃ³digo Penal, fixo o regime fechado para o inÃ-cio do cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude de nÃ£o estarem presentes quaisquer requisitos que autorizam a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, bem como pelo fato de o rÃ©u encontrar-se respondendo ao processo em liberdade, concedo ao rÃ©u o direito de recorrer em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar o rÃ©u Ã s custas judiciais, ante sua situaÃ§Ã£o de hipossuficiÃªncia econÃ´mica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atento Ã norma prevista no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal, deixo de fixar o valor mÃ-nimo de indenizaÃ§Ã£o, Ã mingua de elementos nos autos, ressalvada a propositura da aÃ§Ã£o civil cabÃ-vel. Em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u DANIELLY DE JESUS LADISLAU DA SILVA DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal4, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta reprovÃ¡vel por sua prÃ³pria natureza, nada tendo a se valorar; b)Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notÃ-cia de jÃ¡ ter sido o acusado condenado, com sentenÃ§a judicial transitada em julgado, pela prÃ¡tica de qualquer outro delito de natureza penal, razÃ£o pela qual nÃ£o hÃ¡ que se falar na existÃªncia de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juÃ-zo, apoiado na SÃºmula 444 do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a5, Ã© o de que inquÃ©ritos policiais ou processos em andamento nÃ£o propiciam a caracterizaÃ§Ã£o de maus antecedentes, forte no princÃ-pio da nÃ£o-culpabilidade, gravado no art. 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, nada a valorar; c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, entendida esta como Â¿o comportamento do agente perante a sociedadeÂ¿6, nada hÃ¡ a valorar nos autos. d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se pode dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, Ã© a obtenÃ§Ã£o de lucro fÃ¡cil em detrimento do patrimÃ´nio alheio, o que Ã© inerente ao crime, tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ nada que se valorar nos autos; f)Â Â Â Â Â No que atine as circunstÂ¢ncias do crime, com o rÃ©u praticou o crime em companhia de seus comparsas, o que configura concurso de agentes, situaÃ§Ã£o a evidenciar a gravidade das circunstÂ¢ncias do crime praticado, de modo que valoro essa circunstÂ¢ncia em desfavor do rÃ©u. g)Â Â Â Â Â Quanto as consequÃªncias do crime extrapolam o tipo penal, uma vez que as crianÃ§as vÃ-timas do crime sofreram forte abalo psicolÃ³gico, apresentando

traumas atÃ© os dias atuais, na medida que nÃ£o conseguem mais dormir sozinhas em seus quartos; acordam chorando na madrugada com medo de nova invasÃ£o dos assaltantes; tem pÃ¢nico de palhaÃ§os; e sequer conseguem ir tranquilas para casa de seu avÃ´ (vÃ-tima), conforme descrito de forma minuciosa pela mÃ£e das crianÃ§as, Sra. Vera LÃºciaÂ Batista Costa Sacramento, em seu depoimento em JuÃ-zo, razÃ£o pela qual valoro essa circunstÃ¢ncia em desfavor do rÃ©u. h)Â Â Â Â Â Por fim, quanto ao comportamento da vÃ-tima, a vÃ-tima em nada contribuiu para o delito; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÃ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 07 (sete) anos de reclusÃ£o e pagamento de 50 dias-multa, cada um equivalente a um trigÃ©simo do valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, em observÃ¢ncia ao disposto no art. 60, do CÃ³digo Penal7. DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÃDIGO PENAL) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, nÃ£o hÃ¡ circunstÃ¢ncias atenuantes. Entretanto, verifica-se a presenÃ§a da circunstÃ¢ncia agravante de o crime ter sido praticado contra pessoa maior de 60 anos (art. 61, II, h, do CP) - fl. 06 do IPL, razÃ£o pela qual aumento a pena em 01 (um) ano, e fixo a pena provisoriamente em 08 (oito) anos de reclusÃ£o, e pagamento de 60 dias-multas. DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que nÃ£o hÃ¡ causa de diminuiÃ§Ã£o de pena a ser aplicada. No entanto, reconheÃ§o a existÃªncia de duas causas de aumento de pena: uma delas prevista no art. 157, Â§2Âº-A, I, do CP (uso de arma de fogo), e a outra prevista no art. 157, Â§2Âº, V, do CP (restriÃ§Ã£o de liberdade da vÃ-tima) a serem aplicadas. Reputo que a conduta do denunciado Ã© grave, na medida que manteve as vÃ-timas com sua liberdade restringida, dentre elas crianÃ§as com apenas 04 (quatro) e 09 (nove) anos, trancadas no banheiro, sob constante ameaÃ§as, exercida por arma de fogo, razÃ£o pela qual aumento a pena em 2/5, ficando o rÃ©u, em definitivo, condenado a 12 (doze) anos, 09 (nove) meses e 18 (dezoito) dias de reclusÃ£o e 06 (seis) dias, e pagamento de 70 dias multas. CONSIDERAÃÃES GERAIS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IncabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito, vez que a pena fixada Ã© superior a 04 (quatro) anos, alÃ©m de que o crime foi cometido com violÃªncia e grave ameaÃ§a, nos termos do art. 44, I, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o quantum da pena aplicada, deixo de conceder ao acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, caput, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de proceder Ã detraÃ§Ã£o penal, nos termos do art. 387, Â§ 2Âº, do CPP, em razÃ£o da inexistÃªncia nos autos de informaÃ§Ã£o sobre a situaÃ§Ã£o prisional do rÃ©u Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a pena privativa de liberdade aplicada e nÃ£o ser o rÃ©u reincidente, nos termos do art. 33, Â§ 2Âº, a, do CÃ³digo Penal, fixo o regime fechado para o inÃ-cio do cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude de nÃ£o estarem presentes quaisquer requisitos que autorizam a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, bem como pelo fato de o rÃ©u encontrar-se respondendo ao processo em liberdade, concedo ao rÃ©u o direito de recorrer em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar o rÃ©u Ã s custas judiciais, ante sua situaÃ§Ã£o de hipossuficiÃªncia econÃ´mica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atento Ã norma prevista no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal, deixo de fixar o valor mÃ-nimo de indenizaÃ§Ã£o, Ã mingua de elementos nos autos, ressalvada a propositura da aÃ§Ã£o civil cabÃ-vel. DISPOSIÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, tomem-se as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Lance-se o nome dos rÃ©us no rol dos culpados; b)Â Â Â Â Â Proceda-se ao recolhimento do valor atribuÃ-do a tÃ-tulo de pena de multa, conforme art. 686, do CÃ³digo de Processo Penal8; c)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a carta de execuÃ§Ã£o dos rÃ©us; d)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, para as providÃªncias legais. e)Â Â Â Â Â Oficie-se ao setor de estatÃ-stica criminal do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, para as providÃªncias de praxe; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se Ã vÃ-tima acerca do inteiro teor desta sentenÃ§a, nos termos do artigo 201, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a do DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 11 de marÃ§o de 2022. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÃ¢ncias e consequÃªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 2 GRECO, RogÃ©rio. CÃ³digo penal comentado. 4Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p. 140. 3 Na fixaÃ§Ã£o da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, Ã situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u. 4 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÃ¢ncias e consequÃªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 5. SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 6 GRECO, RogÃ©rio. CÃ³digo penal comentado. 4Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p. 140. 7 Na

fixaÃ§Ã£o da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, Ã situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u. 8 A pena de multa serÃ¡ paga dentro em 10 (dez) dias apÃ³s haver transitado em julgado a sentenÃ§a que a impuser. Gabinete do Juiz de Direito Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00076163220198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 14/03/2022 DENUNCIADO:RENILDO DA SILVA MACIEL Representante(s): OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (ADVOGADO) OAB 29979 - MANOEL PINHEIRO GONÇALVES JUNIOR (ADVOGADO) DENUNCIADO:GEAN CARLOS LOBATO FERREIRA Representante(s): OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (ADVOGADO) DENUNCIADO:ROSIVAN BARBOSA LEAO TESTEMUNHA:LUANE PANTOJA FERREIRA TESTEMUNHA:LYZANDRA NAHUM LIMA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0007616-32.2019.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal DecisÃ£o 1-Â Â Â Â Â Designo o dia 01/06/2022, Ã s 13h30min., para a realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, na sala de audiÃªncias deste FÃ³rum Judicial. 2-Â Â Â Â Â Intime-se o acusado e seu defensor. 3-Â Â Â Â Â Intimem-se as testemunhas arroladas, bem como a testemunha mencionada no termo de audiÃªncia Sr. Michel Costa Cardoso, advertindo-se de que sua ausÃªncia injustificada poderÃ¡ implicar sua conduÃ§Ã£o coercitiva. 4-Â Â Â Â Â DÃª ciÃªncia ao MP e Defesa. 5-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. 6-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 14 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 01683959720158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Monitória em: 14/03/2022 REQUERENTE:M. M. LOBATO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA Representante(s): OAB 15007 - ELLEN LARISSA ALVES MARTINS (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPE MIRI. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, email: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0168395-97.2015.8.14.0022-AÃÃO MONITÃRIA Despacho 1-Â Â Â Â Retorna-se os autos Ã secretaria para certificar cumprimento dos termos do despacho de fls. 447 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. 3-Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 14 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00773865420158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 15/03/2022 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:M J MIRANDA SOUSA ME. Processo nÂº 0077386-54.2015.814.0022 Classe: AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o Autor: Banco Bradesco S/A RÃ©u: M J MIRANDA SOUSA ME DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o tendo como autor Banco Bradesco S/A em face de M J MIRANDA SOUSA ME todos devidamente qualificados na inicial. Â Â Â Â Â Aos 02 dias de junho de 2021 fora realizada audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o (fl.86), na qual restou infrutÃ-fera a possibilidade de acordo, entre as partes, em face da ausÃªncia do requerido. Â Â Â Â Â Todavia, anteriormente em 18 de fevereiro de 2016, o representante legal da rÃ©, fora devidamente citado (fl.49), sem contudo, apresentar quaisquer manifestaÃ§Ãµes nos autos. Â Â Â Â Â Por sua vez, em 23 de janeiro de 2018, fora protocolizada petiÃ§Ã£o, pela parte autora, a qual requereu a realizaÃ§Ã£o de procedimentos via sistemas SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que tinha a relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a decidir Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- Penhore-se e oficie-se nos termos requeridos, pela parte demandante Ã s 52 e 53 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o e consequente migraÃ§Ã£o dos autos, para o sistema PJE. Â Intime-se e Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. P.R.I. IgarapÃ©-Miri (PA), 15 de marÃ§o de 2022. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00000272820158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/03/2022 INDICIADO:MANOEL DE JESUS MACIEL RODRIGUES VITIMA:J. C. P. L. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para requerer o que entender de direito. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. 3-Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 16 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa

Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00000272820158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/03/2022 DENUNCIADO:MANOEL DE JESUS MACIEL RODRIGUES VITIMA:J. C. P. L. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 16 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00000417020198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 16/03/2022 FLAGRANTEADO:LAURIMAR DE NAZARE DOS SANTOS FLAGRANTEADO:ARNALDO MORAES AQUINO. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Processo: 0000041-70.2019.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal - Procedimento Especial Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ RÃ©u: Arnaldo Moraes Aquino RÃ©u: Laurimar de NazarÃ© dos Santos CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 33, caput, e art. 35 ambos da Lei nÂº 11.343/06 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em face de ARNALDO MORAES AQUINO e LAURIMAR DE NAZARÃ DOS SANTOS, atribuindo-lhes, em tese, as condutas descritas no art. 33, caput, e art. 35, ambos da Lei nÂº 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Narra a denÃºncia: Narram os autos que no dia 07 de janeiro de 2019, por volta das 11h30min, os denunciados ARNALDO MORAES AQUINO e LAURIMAR DE NAZARÃ DOS SANTOS acima qualificados, foram presos em flagrante apÃ³s terem sido encontrados com 06 (seis) papelotes da droga conhecida como cocaÃ-na e mais uma porÃ§Ã£o de droga conhecida por Â¿maconhaÂ¿, bem como a quantia de R$ 56,70 (cinquenta e seus reais e setenta centavos), fato ocorrido na residÃªncia localizada na Estrada Alves Teixeira, n. 336, bairro Boa EsperanÃ§a, neste municÃ-pio. O PM Fabiano Ferreira Vaz narrou perante a autoridade policial (fl. 03) que no dia e hora acima mencionados estava de plantÃ£o realizando rondas pelo municÃ-pio, mas especificadamente na Estrada Alves Teixeira, momento em que visualizaram o denunciado Laurimar dos Santos em uma motocicleta Honda CG 150 Sport, placa JTJ5092, em frente a uma residÃªncia recebendo algo nas mÃ£os de um homem. Ato contÃ-nuo a guarniÃ§Ã£o realizou a abordagem do denunciado Laurimar, sendo que durante sua revista pessoal foi encontrada 06 (seis) papelotes da droga conhecida como Â¿cocaÃ-naÂ¿, e o valor de R$ 30,00 (trinta reais), na ocasiÃ£o o mesmo informou que comprou a droga do denunciado Arnaldo, tendo sido encaminhado para a delegacia o material apreendido. Em seguida, os policiais retornaram a residÃªncia onde o denunciado Laurimar efetuou a compra do entorpecente, momento em que encontraram o denunciado Arnaldo, e, durante a revista na residÃªncia, os policiais encontraram certa quantidade de maconha, a quantia de R$ 26,70 (vinte e seis reais e setenta centavos) em moedas e o restante em cÃ©dulas, bem como quatro aparelhos celulares e um tablet. Por esta razÃ£o, foi dada voz de prisÃ£o em flagrante ao denunciado, que foi encaminhado, juntamente com os entorpecentes apreendidos para a Delegacia de PolÃ-cia, para as providÃªncias devidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado LAURIMAR DE NAZARÃ DOS SANTOS devidamente citado (fl. 11), apresentou defesa preliminar Ã s fls. 20/21. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado ARNALDO MORAES AQUINO devidamente citado (fl.13), apresentou defesa preliminar Ã s fls. 14/17. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de recebimento da denÃºncia em 10.03.2021 (fls. 22), ocorrendo o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 01.08.2021 foi realizada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, oportunidade na qual foram ouvidas as testemunhas BRUNO CORREA DOS SANTOS e JOSUÃ DA COSTA ALVES, bem como realizado o interrogatÃ³rio do rÃ©u ARNALDO MORAES AQUINO, cujos depoimentos foram gravados por meio de recurso audiovisual. E, ante a ausÃªncia do acusado LAURIMAR DE NAZARÃ DOS SANTOS foi decretada a sua revelia, aplicando-lhe o disposto no art. 367 do CPP, razÃ£o pela qual restou prejudicado seu interrogatÃ³rio (fls. 29/30). Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 31/32, pugnando pela condenaÃ§Ã£o dos rÃ©us ARNALDO MORAES AQUINO e LAURIMAR DE NAZARÃ DOS SANTOS, como incurso nas penas do artigo 33, caput, e do artigo 35, ambos da Lei n. 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais da defesa do acusado ARNALDO MORAES AQUINO (fls. 34/48) pugnando pela a absolviÃ§Ã£o do rÃ©u, por insuficiÃªncia de provas, nos termos do art. 386, VIII, do CP. E, subsidiariamente, em caso de condenaÃ§Ã£o, pela aplicaÃ§Ã£o da pena mÃ-nima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais da defesa do acusado LAURIMAR DE NAZARÃ DOS SANTOS (fls. 49/54) pugnando pela a absolviÃ§Ã£o do rÃ©u, por insuficiÃªncia de provas, nos termos do art. 386, VIII, do CP. E, subsidiariamente, em caso de condenaÃ§Ã£o, pela aplicaÃ§Ã£o da causa de diminuiÃ§Ã£o de pena prevista no art. 33, Â§4Âº, da Lei n. 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo de constataÃ§Ã£o definitivo de

substÃ¢ncia entorpecente Ã s fls. 55. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em desfavor ARNALDO MORAES AQUINO e LAURIMAR DE NAZARÃ DOS SANTOS, atribuindo-lhes as condutas descritas no art. 33, caput, da Lei nÂº 11.343/2006 (trÃ¡fico de drogas), e no art. 35 da Lei nÂº 11.343/2006 (associaÃ§Ã£o para o trÃ¡fico). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao crime previsto no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06 (trÃ¡fico de drogas), reconheÃ§o que a materialidade delitiva se encontra perfeitamente demonstrada, notadamente em razÃ£o do auto de prisÃ£o em flagrante, auto de exibiÃ§Ã£o e apreensÃ£o (fl. 36 do IPL n. 00124/2019.100003-3), bem como laudo pericial definitivo de fl. 55, constatando que as substÂncias apreendidas, tratavam-se de cocaÃ-na e de Cannabis sativa L. (conhecida como Â¿maconhaÂ¿), substÂncias relacionadas no rol da portaria 344/98 da ANVISA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com relaÃ§Ã£o Ã autoria, necessÃ¡rio se torna proceder ao estudo de provas carreadas nos autos, especialmente do depoimento das testemunhas em JuÃ-zo, cotejando-as com os fatos descritos na denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha BRUNO CORREA DOS SANTOS, policial militar que participou das diligÃªncias que ensejou na prisÃ£o em flagrante dos denunciados, em seu depoimento em juÃ-zo afirmou: que foi avistado um mototÃ¡xi (LAURIMAR) saindo de uma residÃªncia (...) que foi feito o acompanhamento pela viatura (...) que foi abordado duas quadras depois da casa (...) que ao fazer a busca pessoal do mesmo foi encontrado substÂncia entorpecente (...) que foram os outros policiais que encontraram droga na residÃªncia de ARNALDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De igual forma, a testemunha JOSUÃ DA COSTA ALVES, policial militar que tambÃ©m participou das diligÃªncias que ensejou na prisÃ£o em flagrante dos denunciados, em seu depoimento em JuÃ-zo, afirmou: que estavam fazendo ronda pela cidadeÂ de IgarapÃ©-Miri, quando avistaram o acusado (LAURIMAR) (...) que fizeram a abordagem (...) que foi encontrado com ele quantidade de entorpecente (...) que foi conduzido Ã delegacia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu interrogatÃ³rio prestado em juÃ-zo, o ARNALDO MORAES AQUINO, negou a autoria do crime, refutando qualquer relaÃ§Ã£o com a droga apreendida, ou mesmo que tivesse conhecimento que havia droga em sua residÃªncia (...) que seu irmÃ£o ALEX MORAES AQUINO Ã© envolvido com drogas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao denunciado ARNALDO MORAES AQUINO, as provas apresentadas pelo MP nÃ£o foram suficientes para demonstrar a relaÃ§Ã£o do acusado com a droga apreendida, eis que os policiais nÃ£o conseguiram reproduzir, sob o crivo do contraditÃ³ria e da ampla, o envolvimento do acusado na empreitada criminosa. AlÃ©m disso, nenhuma droga foi encontrada consigo, havendo dÃºvida relevante quanto Ã autoria/participaÃ§Ã£o dos mesmo em relaÃ§Ã£o ao trÃ¡fico de drogas descrito na denÃºncia, razÃ£o pela qual a ABSOLVIÃÃO do denunciado, em relaÃ§Ã£o ao crime do art. 33, caput, da Lei n. 11.342/06, nos termos do art. 386, VII, do CPP, Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao denunciado LAURIMAR DE NAZARÃ DOS SANTOS, as provas colhidas em JuÃ-zo revelam que o acusado indubitavelmente praticou o crime de trÃ¡fico de drogas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O delito tipificado no art. 33 da Lei nÂ°. 11.343/06 trata-se de crime de aÃ§Ã£o mÃºltipla ou de conteÃºdo variado, de modo que praticado qualquer dos nÃºcleos verbais relacionados no tipo estarÃ¡ o agente incidindo na prÃ¡tica do ilÃ-cito de trÃ¡fico de entorpecentes, consoante a JurisprudÃªncia do Colendo Superior Tribunal de JustiÃ§a, a seguir colacionada: STJ - HABEAS CORPUS HC 392780 SP 2017/0061031-0. Data de publicaÃ§Ã£o: 16/10/2017 (...) 6. Na espÃ©cie, ausente circunstÃ¢ncia especÃ-fica para justificar a preponderÃ¢ncia da agravante da reincidÃªncia sobre a atenuante da confissÃ£o espontÃ¢nea, impÃµe-se a integral compensaÃ§Ã£o. 7. O crime de trÃ¡fico de drogas previsto no art. 33 da Lei n. 11.343 12006 Ã© crime de aÃ§Ã£o mÃºltipla ou tipo misto alternativo, ou seia, todas as aÃ§Ãµes ali descritas, praticadas isoladas ou conjuntamente, implicam o reconhecimento de apenas um delito. 8. No caso, ao contrÃ¡rio do entendimento das instÂncias ordinÃ¡rias, nÃ£o hÃ¡ se falar em concurso material. Isso porque, a conduta da paciente de transportar e ter em depÃ³sito as drogas configura apenas um crime de trÃ¡fico. Ademais, as aÃ§Ãµes foram cometidas em um mesmo contexto fÃ¡tico. 9. Habeas corpus nÃ£o conhecido. Ordem concedida, de ofÃ-cio, para redimensionar a pena da paciente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, as circunstÂncias fÃ¡ticas em que a droga foi encontrada definem bem que estamos diante da figura do art. 33 da Lei n. 11.343/06, pois o acusado tinha plena consciÃªncia e vontade de realizar a conduta descrita no tipo Â¿transportarÂ¿, substÂncia conhecida como cocaÃ-na, sem autorizaÃ§Ã£o e em desacordo com a determinaÃ§Ã£o legal, pelo que nÃ£o hÃ¡ dÃºvidas quanto ao crime de trÃ¡fico de drogas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os policiais militares afirmaram em juÃ-zo, sob o crivo do contraditÃ³rio e da ampla defesa, que as substÂncias entorpecentes apreendidas (cocaÃ-na) foram encontradas em poder do denunciado, revestindo-se, pois, de inquestionÃ¡vel eficÃ¡cia probatÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entretanto, Ã© possÃ-vel reconhecer a aplicaÃ§Ã£o da causa de diminuiÃ§Ã£o de pena prevista no Â§ 4.Âº do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, uma vez que restou demonstrado nos autos que o rÃ©u Ã© primÃ¡rio, nÃ£o havendo registro de antecedentes do acusado, ou que indique que o mesmo

participe de atividades criminosas ou integre organizaÃ§Ã£o criminosa, pelo que faz jus a referida causa de diminuiÃ§Ã£o da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a rigorosa e completa leitura do processo, resta comprovada a materialidade e autoria delitiva, e nÃ£o se extraindo dos autos qualquer causa de exclusÃ£o da tipicidade, antijuridicidade ou culpabilidade, a CONDENAÃÃO do denunciado LAURIMAR DE NAZARÃ DOS SANTOS, no crime do art. 33, caput, da Lei nÂº 11.343/06 (trÃ¡fico de drogas) Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao crime previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/06, verifica-se que a acusaÃ§Ã£o nÃ£o logrou Ãªxito em comprovar, atravÃ©s dos depoimentos das testemunhas ouvidas em JuÃ-zo, a materialidade e a autoria do crime de associaÃ§Ã£o para o trÃ¡fico, previsto no art. 35 da Lei 11.243/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, para a caracterizaÃ§Ã£o do crime de associaÃ§Ã£o para o trÃ¡fico Ã© necessÃ¡rio a comprovaÃ§Ã£o de associaÃ§Ã£o de duas ou mais pessoas, de forma estÃ¡vel e permanente, com a finalidade de traficar drogas ilÃ-citas, Ã´nus do qual nÃ£o se desincumbiu a acusaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, a absolviÃ§Ã£o dos corrÃ©us pelo crime de trÃ¡fico de drogas torna a discussÃ£o da existÃªncia de associaÃ§Ã£o inviÃ¡vel no presente processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã de ressaltar que nessa fase processual deve haver prova da materialidade do delito e prova da autoria, e nÃ£o apenas meros indÃ-cios ou conjecturas, de forma que na dÃºvida, o juiz deverÃ¡ absolver o rÃ©u por nÃ£o haver provas suficientes para a condenaÃ§Ã£o, em obediÃªncia ao PrincÃ-pio do in dÃºbio pro reo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, nÃ£o havendo provas suficientes de materialidade e autoria em relaÃ§Ã£o ao crime do art. 35 da Lei n. 11.343/06 (associaÃ§Ã£o para o trÃ¡fico), a ABOLVIÃÃO dos acusados ARNALDO MORAES AQUINO e LAURIMAR DE NAZARÃ DOS SANTOS, nos termos do art. 386, VII, do CPP, Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do acima exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denÃºncia, para: a) ABSOLVER os acusados ARNALDO MORAES AQUINO e LAURIMAR DE NAZARÃ DOS SANTOS, em relaÃ§Ã£o ao crime do art. 35, da Lei n. 11.343/06, nos termos do art. 386, VII, CPP; b) ABSOLVER o acusado ARNALDO MORAES AQUINO, em relaÃ§Ã£o crime do art. 33, caput, da Lei 11.343/06, nos termos do art. 386, VII, do CPP; c) e CONDENAR o acusado LAURIMAR DE NAZARÃ DOS SANTOS, como incurso nas penas do art. 33, caput, c/c Â§ 4.Âº do art. 33, ambos da Lei n. 11.343/06, razÃ£o pela qual passo a dosar a respectiva pena a ser aplicada, em estrita observÃ¢ncia ao disposto pelo art. 68, caput, do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal1, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta reprovÃ¡vel por sua prÃ³pria natureza, nada tendo a se valorar; b)Â Â Â Â Â No que concerne aos antecedentes, considerando que nÃ£o existe registro de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria definitiva em desfavor do rÃ©u, de modo que essa circunstÃ¢ncia nÃ£o pode ser valorada negativamente. c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, entendida esta como Â¿o comportamento do agente perante a sociedadeÂ¿2, nada hÃ¡ a valorar nos presentes autos; d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se pode dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, nada hÃ¡ a valorar nos autos; f)Â Â Â Â Â JÃ¡ quanto Ã s circunstÃ¢ncias do crime, compreendidas como aquelas que Â¿apesar de nÃ£o especificadas em nenhum texto legal, podem, de acordo com uma avaliaÃ§Ã£o discricionÃ¡ria do juiz, acarretar uma diminuiÃ§Ã£o ou aumento de penaÂ¿3, nada a valorar nos autos; g)Â Â Â Â Â No que atine Ã s consequÃªncias do crime, nada a valorar nos autos; h)Â Â Â Â Â Por fim, quanto ao comportamento da vÃ-tima, nada hÃ¡ a valorar tendo em vista que a vÃ-tima no crime de trÃ¡fico de drogas Ã© a coletividade. i)Â Â Â Â Â Natureza e quantidade da substÃ¢ncia ou do produto: Entendo, nos termos do art. 42 da Lei n. 11.343/2006, que a quantidade e a natureza da droga apreendida nÃ£o justificam maior repreensÃ£o penal, jÃ¡ que Ã© quantidade diuturnamente encontrada com traficantes comuns e nÃ£o indicam traficÃ¢ncia de grande porte. Dessa forma, considerando a natureza e a quantidade da substÃ¢ncia, nÃ£o se caracteriza circunstÃ¢ncia judicial desfavorÃ¡vel ao acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÃ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o, e pagamento de 500 dias-multas, cada uma equivalente a um trigÃ©simo do valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente, em observÃ¢ncia ao disposto no art. 60, do CÃ³digo Penal4. DAS CIRCUNSTÃNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÃDIGO PENAL) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, nÃ£o hÃ¡ qualquer circunstÃ¢ncia agravante ou atenuante, pelo que, mantenho provisoriamente a pena em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o, e pagamento de 500 dias-multas. DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, Ã© possÃ-vel verificar a existÃªncia da causa de diminuiÃ§Ã£o de pena prevista no artigo 33, Â§4Âº, da Lei 11.343/06, eis demonstrado que o acusado Ã© primÃ¡rio, possui bons antecedentes e nÃ£o se dedica a atividade criminosa ou integra organizaÃ§Ã£o criminosa, pelo que atenuo a pena em 1/3, e fixo a pena definitiva ou in concreto em 03 (trÃªs) anos, 03 (trÃªs) meses e 28

(vinte e oito) dias de reclusÃ£o, e pagamento de 300 dias-multas CONSIDERAÃÃES GERAIS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o STF, a partir do julgamento do HC 97.256/RS, passou a permitir a substituiÃ§Ã£o de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, em casos de trÃ¡fico privilegiado (art. 33, Â§4Âº, da Lei nÂº 11.343/06), sendo essa a hipÃ³tese dos autos, passo a anÃ¡lise da possibilidade da referida substituiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, o benefÃ-cio da substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos reclama, para sua concessÃ£o, a presenÃ§a cumulativa dos requisitos constantes do art. 44, do CÃ³digo Penal, quais sejam: I - aplicada pena privativa de liberdade nÃ£o superior a quatro anos e o crime nÃ£o for cometido com violÃªncia ou grave ameaÃ§a Ã pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; II - o rÃ©u nÃ£o for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstÃ¢ncias indicarem que essa substituiÃ§Ã£o seja suficiente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, in casu, diante do quantum de pena aplicado, e preenchidos os demais requisitos legais, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade aplicada, por 02 (duas) restritiva de direito, nos termos do art. 44, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. A)Â Â Â Â Â PRESTAÃÃO DE SERVIÃOS COMUNITÃRIOS; B)Â Â Â Â Â INTERDIÃÃO TEMPORÃRIA DE DIREITOS, consistente na proibiÃ§Ã£o de frequentar festividades, bares, boates e estabelecimentos congÃªneres; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a pena privativa de liberdade aplicada e nÃ£o ser o rÃ©u reincidente, nos termos do art. 33, Â§ 2Âº, c, do CÃ³digo Penal, fixo o regime aberto para o inÃ-cio do cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude de nÃ£o estarem presentes quaisquer requisitos que autorizam a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, bem como pelo fato de o rÃ©u encontrar-se respondendo o processo em liberdade, concedo ao rÃ©u o direito de recorrer em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar o rÃ©u ao pagamento das custas processuais, ante sua hipossuficiÃªncia econÃ´mica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 91, II, do CP, declaro a perda dos bens eventualmente apreendidos pertencentes ao denunciado que tenham origem ou destinaÃ§Ã£o criminosa, ou cuja detenÃ§Ã£o constitua fato ilÃ-cito, em favor da UniÃ£o. Os valores apreendidos deverÃ£o ser destinados ao FUNAD, na forma do artigo 63, Â§ 1Âº da Lei nÂº 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 50, Â§ 3Âº, da Lei no 11.343/06, DETERMINO a destruiÃ§Ã£o da droga apreendida, por meio de incineraÃ§Ã£o, nos termos do art. 50-A, da mesma lei, caso tal providÃªncia ainda nÃ£o tenha sido tomada. Assim, OFICIE-SE Ã autoridade policial, para no prazo legal, proceder na forma do art. 72, da Lei 11.343/06, certificando-se nos autos. DISPOSIÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, tomem-se as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados; b)Â Â Â Â Â Proceda-se ao recolhimento do valor atribuÃ-do a tÃ-tulo de pena de multa, conforme art. 686, do CÃ³digo de Processo Penal5; c)Â Â Â Â Â Determino a expediÃ§Ã£o de carta de execuÃ§Ã£o do rÃ©u; d)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, para as providÃªncias legais. e)Â Â Â Â Â Oficie-se ao setor de estatÃ-stica criminal do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, para as providÃªncias de praxe; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a do DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 15 de marÃ§o de 2022. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÃ¢ncias e consequÃªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 2 SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 3 Idem, p. 142. 4 Na fixaÃ§Ã£o da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, Ã situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u. 5 A pena de multa serÃ¡ paga dentro em 10 (dez) dias apÃ³s haver transitado em julgado a sentenÃ§a que a impuser. ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00001002720158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 16/03/2022 REQUERENTE:MARCELO MATIAS DE JESUS Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) . ÃCERTIDÃO Certifico na presente data para os devidos fins, que o requerente, intimado regularmente, nÃ£o se manifestou no prazo legal. IgarapÃ©-Miri/PA, 16/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00001096420128140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 16/03/2022 REQUERENTE:OSCARLINO GOMES CORREA Representante(s): OAB 13437 - TULIO PANTOJA LOPES (ADVOGADO) OAB 16909 - MARCIO ELOY DE LIMA CARDOSO (ADVOGADO) OAB 27422 - CLAUDIA DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 29982 - GABRIELLA MAFRA FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO:ABILIO DOS SANTOS BARBOSA. Processo nº 0000109-64.2012.814.0022 Classe: AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o Autor: Oscarlino Gomes Correa RÃ©u: Abilio dos Santos Barbosa DECISÃO Â Â

Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o tendo como autor Oscarlino Gomes Correa em face de Abilio dos Santos Barbosa todos devidamente qualificados na inicial. Â Â Â Â Â Aos 23 dias de junho de 2021 fora realizada audiÃªncia, na qual restou infrutÃ-fera a possibilidade de acordo, entre as partes, em face da ausÃªncia do requerido, om qual fora intimado. Â Â Â Â Â Em 14 de junho de 2021, o executado fora devidamente intimado (fl.36), apresentar quaisquer manifestaÃ§Ãµes nos autos. Â Â Â Â Â Por sua vez, na referida audiÃªncia a parte autora requereu a realizaÃ§Ã£o de procedimentos via sistema SISBAJUD. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que tinha a relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a decidir Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- Penhore-se nos termos requeridos, pela parte demandante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o e consequente migraÃ§Ã£o dos autos, para o sistema PJE. Â Intime-se e Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. P.R.I. IgarapÃ©-Miri (PA), 16 de marÃ§o de 2022. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00003180220108140022 PROCESSO ANTIGO: 201020002014 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Apelação Criminal em: 16/03/2022 VITIMA:E. F. S. VITIMA:A. R. M. ACUSADO:MANOEL DO ESPIRITO SANTO FERREIRA Representante(s): OAB 1111 - BRENDA DA COSTA S MONTEIRO (DEFENSOR) AUTOR:MIINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, email: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0000318-02.2010.8.14.0022 Despacho 1-Â Â Â Â Â Torno sem efeito o despacho de fls. 119. 2-Â Â Â Â Â Encaminhem-se os autos ao E.TJPA, com nossas homenagens. 3-Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 16 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00006237020198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Termo Circunstanciado em: 16/03/2022 AUTOR DO FATO:JORGE FERNANDO DIAS DOS SANTOS VITIMA:O. E. REQUERENTE:DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE IGARAPE MIRI. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 16 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00006813020108140022 PROCESSO ANTIGO: 201020003674 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/03/2022 VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:ALEX DA SILVA SOUZA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 16 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00013981320098140022 PROCESSO ANTIGO: 2009100099932 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Restauração de Autos Cível em: 16/03/2022 REQUERENTE:OZIAS NERIS GONCALVES Representante(s): OAB 3882 - VILMA APARECIDA DE SOUZA CHAVAGLIA (ADVOGADO) REQUERIDO:CENTRAIS ELETRICAS DO ESTADO DO PARA -REDE CELPA S/A. Processo nÂº 0001398-13.2009.814.0022 Classe: AÃ§Ã£o de IndenizaÃ§Ã£o Autor: Ozias Neris GonÃ§alves RÃ©u: Equatorial Energia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- Em face do despacho exarado Ã fl.45 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Certifique-se quanto Ã tempestividade da manifestaÃ§Ã£o de fl. 47. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Proceda-se Ã digitalizaÃ§Ã£o e consequente migraÃ§Ã£o dos autos, para o sistema PJE, apÃ³s conclusos. Â Intime-se e Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. P.R.I. IgarapÃ©-Miri (PA), 15 de marÃ§o de 2022. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00016945420128140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Sumário em: 16/03/2022 REQUERENTE:NAZILDA DA SILVA QUARESMA PANTOJA Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) OAB 9968 - KELEN SOUZA XAVIER VON LOHRMANN CRUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:DARIO PANTOJA FILHO Representante(s): OAB 15279 - MANOEL ALMIR CARDOSO DA COSTA (ADVOGADO) . Processo nÂº 0001694-54.2012.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o de IndenizaÃ§Ã£o por Dano de Bem ImÃ³vel Autor: NAZILDA DA SILVA QUARESMA PANTOJA RÃ©u: DÃRIO PANTOJA FILHO DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de IndenizaÃ§Ã£o por Dano de Bem ImÃ³vel tendo como autora NAZILDA DA SILVA QUARESMA PANTOJA em face de DÃRIO

PANTOJA FILHO, todos devidamente qualificados na inicial. Â Â Â Â Â Aos 11 dias de setembro de 2014 fora realizada audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o (fl.34), na qual restou infrutÃ-fera a possibilidade de acordo, entre as partes, contudo, fora requerido pela parte rÃ© a produÃ§Ã£o de prova pericial, o que fora deferido. Â Â Â Â Â Entrementes em 03 de fevereiro de 2015, fora proferido despacho determinando Ã realizaÃ§Ã£o de procedimentos, concernentes Ã produÃ§Ã£o da prova demandada pela parte requerida. Â Â Â Â Â Por sua vez, em 30 de marÃ§o de 2015, fora protocolizado LAUDO DE AVALIAÃÃO, o qual fora produzido por Engenheira Civil, do quadro de servidores efetivos da prefeitura de IgarapÃ©-Miri. Â Â Â Â Â Contudo, apÃ³s ser intimada do laudo, a parte demandante da prova, alegou descumprimento de regras processuais, na produÃ§Ã£o da prova, requerendo a indicaÃ§Ã£o de um profissional do Conselho Regional de Engenharia. Â Â Â Â Â Prosseguindo, em 30 de junho de 2015, fora proferida decisÃ£o interlocutÃ³ria, na qual fora arbitrado honorÃ¡rios, no montante de R$ 2.000,00 (dois mil reais), bem como fora devidamente nomeado profissional, para a expediÃ§Ã£o do laudo. Â Â Â Â Â Todavia, em 22 de janeiro de 2016 (fl.89), o Engenheiro Civil que receberÃ¡ o encargo, manifestou-se no sentido da impossibilidade de realizaÃ§Ã£o da atividade, em face de sua incompatibilidade de horÃ¡rios. Â Â Â Â Â Prosseguindo, em 17 de outubro de 2017, fora nomeado outro profissional, por meio de decisÃ£o exarada nos autos, com as respectivas descriÃ§Ãµes legais de todos os atos a serem realizados, com o fim de se evitar quaisquer nulidades. Â Â Â Â Â Por sua vez, em 23 de setembro de 2019, fora protocolizada pela parte demandante da prova, petiÃ§Ã£o interlocutÃ³ria, na qual fora demonstrado o depÃ³sito integral, em conta judicial, do valor de R$1000,00(mil reais) referente aos honorÃ¡rios do perito que, Ã Ã©poca, em 16 de marÃ§o de 2018 (fl.124) demandou o respectivo valor. Â Â Â Â Â Neste Ã-nterim, fora realizada audiÃªncia em 27 de novembro de 2020, na qual as partes em comum acordo, solicitaram a suspensÃ£o da audiÃªncia, com o fim de ser apresentado acordo posteriormente. Â Â Â Â Â Em audiÃªncia realizada, no dia 04 de dezembro de 2020, restou infrutÃ-fera a conciliaÃ§Ã£o, sendo deliberado a nomeaÃ§Ã£o de Engenheiro Civil cadastrado como perito do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡. Â Â Â Â Â Neste sentido, em 25 de fevereiro de 2021, fora encaminhado e-mail ao perito nomeado, o qual apresentou proposta em 01 de maÃ§o de 2021, no valor de R$2.500,00(dois mil e quinhentos reais). Â Â Â Â Â Instados a se manifestar, a parte autora aduziu que nÃ£o requererÃ¡ a produÃ§Ã£o da prova, nÃ£o cabendo assim sua respectiva anuÃªncia, jÃ¡ a parte demandante da prova solicitou a reduÃ§Ã£o do valor para o montante de R$2.000,00(dois mil reais), requerendo ainda a utilizaÃ§Ã£o do valor outrora depositado, como pagamento de 50% da perÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que tinha a relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos viram conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a decidir Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- No que se refere ao pedido da autora de fls.145/147, DEFIRO a gratuidade de justiÃ§a a parte, mantendo os termos da decisÃ£o de fl. 23 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- No que se refere ao Ã´nus da prova pericial demandada, este recaÃ-ra exclusivamente a parte a qual solicitou a produÃ§Ã£o da prova. Sendo assim, INDEFIROÂ o pedido de fls. 223/224 dos autos, no que concerne especificamente ao rateamento do pagamento dos honorÃ¡rios do perito, o qual deverÃ¡ ser arcado exclusivamente pela parte rÃ©, sob pena de preclusÃ£o do direito, em caso de descumprimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Por sua vez, no que se refere ao pedido, relacionado ao valor depositado em conta judicial, DEFIRO o requerido pela parte rÃ©, com o fim de ser utilizado o valor, para se efetuar parte do pagamento da perÃ-cia, vez que o valor depositado nÃ£o corresponde a totalidade das despesas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4 Â¿ Com relaÃ§Ã£o Ã proposta de pagamento apresentada, pelo perito, desde jÃ¡ a HOMOLOGO, em sua integralidade, ficando ao encargo do rÃ©u DÃRIO PANTOJA FILHO o pagamento, no prazo de 15(quinze) dias, do total das despesas (deslocamento e laudo pericial). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5- O pagamento deverÃ¡ ser efetuado, em conta indicada pelo perito, no que concerne ao valor de R$500,00(quinhentos reais) referentes Ã s despesas de deslocamento, e, na conta judicial vinculada aos autos, o valor de R$ 1.000,00(mil reais) restantes da totalidade de R$ 2.000,00(dois mil reais) a serem levantados imediatamente apÃ³s a entrega/juntada do laudo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 6- O nÃ£o pagamento, dos honorÃ¡rios do perito, no prazo estipulado ensejarÃ¡ a perda do direito a produÃ§Ã£o da prova, o que deverÃ¡ ser certificado nos autos, com a consequente conclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 7- Ocorrendo o pagamento, cumpra-se imediatamente os itens 05 e 06, da deliberaÃ§Ã£o exarada em audiÃªncia fls.143/143-v. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 8- Proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o e consequente migraÃ§Ã£o dos autos, para o sistema PJE. Â Intime-se e Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. P.R.I. IgarapÃ©-Miri (PA), 15 de marÃ§o de 2022. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00030250320148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: 16/03/2022 DENUNCIADO:DANILSON FARIAS PINHEIRO Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) DENUNCIADO:MAYCON DE MORAES CASTRO Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) VITIMA:C. C. S. J. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO VARA ÃNICA DA COMARCA DE

IGARAPÃ-MIRI Processo: 0003025-03.2014.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal -Procedimento OrdinÃ¡rio Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ RÃ©u: Danilson Farias Pinheiro RÃ©u: Maycon de Moraes Castro CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 157, Â§2Âº, I e II, do CP SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em face de DANILSON FARIAS PINHEIRO e MAYCON DE MORAES CASTRO atribuindo-lhe, em tese, as condutas descritas no art. 157, I e II, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Narra a denÃºncia: A peÃ§a informativa em anexo, revela que, no dia 29.06.2014, por volta das 02h30min, a vÃ-tima estava dirigindo sua motocicleta, maca HONDA BIS 100C, cor Rosa, em via pÃºblica, mas precisamente na Rua Padre VitÃ³rio, quando avistouÂ o denunciado MAYCONÂ parado prÃ³ximo a uma lombada, momento em que precisou diminuir a velocidade, e foi abordado pelo referido acusado, o qual estava na companhia do denunciado DANILSON, e sob ameaÃ§a de morte, causada pelo uso de arma de fogo, revolver calibre 32, teve seu parelho celular, modelo SAMSUNG GALAX, cor Branca, e sua motocicleta roubada. ApÃ³s o delito, os denunciantes deixaram o local, quando, no bairro do centro, foram avistados pelo patrulhamento ostensivo da PolÃ-cia Militar, os quais decidiram segui-los, momento em que os acusados, apÃ³s perceberem a presenÃ§a da viatura, empreenderam fuga. Entretanto, mais precisamente na rua carambolas, os militares conseguiram efetuar a abordagem dos denunciados, onde foram apreendido a arma de fogo utilizada no delito, bem como os objetos roubados, os quais posteriormente foramÂ entregues Ã vÃ-tima, que fez o reconhecimento do denunciados como sendo autores do crime em tela. Laudo de potencialidade lesiva de arma de fogo Ã s fls. 06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de recebimento da denÃºncia em 12.05.2015 (fls. 08), ocorrendo o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado DANILSON FARIAS PINHEIRO devidamente citado (fls. 15), apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 09/11. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado MAYCON DE MORAES CASTRO devidamente citado (fls. 17), apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 18/21. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 03.02.2019 foi realizada audiÃªncia instruÃ§Ã£o e julgamento, oportunidade na qual foram ouvidas as testemunhas JOÃO VICENTE DE LIMA RODRIGUES, ROSILENO PANTOJA DA SILVA e CARLOS WANDERSON SILVA DE SOUZA, cujos depoimentos foram gravados por meio de recurso audiovisual (fls. 60/64). Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais orais do MinistÃ©rio PÃºblico (fls. 60/64), pugnando pela condenaÃ§Ã£o dos denunciados DANILSON FARIAS PINHEIRO e MAYCON DE MORAES CASTRO, como incurso nas penas do art. 157, Â§2Âº, I, e II, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais da defesa do rÃ©u DANILSON FARIAS PINHEIRO (fls. 124/129), pugnando pela absolviÃ§Ã£o do acusado, por insuficiÃªncia de provas, nos termos do art. 386, VII, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais da defesa do rÃ©u MAYCON DE MORAES CASTRO (fls. 73/76), pugnando pela absolviÃ§Ã£o do acusado, por insuficiÃªncia de provas, nos termos do art. 386, VII, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em desfavor DANILSON FARIAS PINHEIRO e MAYCON DE MORAES CASTRO, atribuindo-lhes a conduta descrita no art. 157, Â§2Âº, I e II, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, a materialidade do crime encontra-se perfeitamente demonstrada, devendo ser levado em consideraÃ§Ã£o todo lastro probatÃ³rio produzidos nos autos, notadamente o boletim de ocorrÃªncia (fl. 11 do IPL nÂº 00124/2014.000158-4), o auto de apreensÃ£o e exibiÃ§Ã£o (fl. 26 do IPL nÂº 00124/2014.000158-4), bem como a prova oral colhida durante a instruÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autoria, por sua vez, Ã© induvidosa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima CLAUDIO CARDIM SERRÃO, em seu depoimento em juÃ-zo afirmou: que no dia dos fatos estava numa formatura (...) que estava voltando com sua esposa (...) que o depoente e sua esposa estavam de moto (...) que foram abordados na esquina da sua casa (...) que mandaram descer da moto (...) que tiraram dinheiro do seu bolso e o celular de sua esposa (...) que estavam armados (...) que viu a arma de fogo (...) que apenas um dos assaltantes estava armado (...) que os assaltantes estavam em via pÃºblica quando a polÃ-cia encontrou eles (...) que foi apÃ³s a denÃºncia (...) que eles estavam com sua moto e o celular (...) que eles tinham levado dinheiro, o aparelho celular e a sua motocicleta (...) que conseguiu recuperar o celular e a moto (...) que estavam de cara limpa (...) que nÃ£o tem dÃºvidas que foram eles. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, nÃ£o hÃ¡ dÃºvidas que os denunciados DANILSON FARIAS PINHEIRO e MAYCON DE MORAES CASTRO, em comunhÃ£o de esforÃ§os e unidade de desÃ-gnios, praticaram o crime de roubo contra a vÃ-tima CLAUDIO CARDIM SERRÃO, mediante ameaÃ§a e uso de arma de fogo, subtraindo-lhes seus bens e pertences, com evidente animus furandi. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O depoimento da vÃ-tima CLAUDIO CARDIM SERRÃO mostrou-se firme e harmÃ´nico com os demais elementos dos autos, em especial o auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o de fls. 26 do IPL, dando conta da apresentaÃ§Ã£o da motocicleta e do celular pertences ao ofendido, que estavam em poder dos acusados, alÃ©m da arma de fogo utilizada no crime, o que corrobora com os fatos narrados na denÃºncia, demonstrando, sem sobras de dÃºvidas, que, efetivamente, os denunciados DANILSON

FARIAS PINHEIRO e MAYCON DE MORAES CASTRO foram os autores do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importante salientar que nos crimes de natureza patrimonial, como no caso em apreÃ§o, a palavra da vÃ-tima, quando manifestada de forma serena, clara e harmÃ´nica com as demais provas dos autos, possui elevado valor probatÃ³rio, devendo ser tida como decisiva, conforme entendimento consolidado dos tribunais. Nesse sentido: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÃÃO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. CONCURSO DE PESSOAS, EMPREGO DE ARMA DE FOGO E RESTRIÃÃO DE LIBERDADE DAS VÃTIMAS. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. IMPOSSIBILIDADE DE ABSOLVIÃÃO. DOSIMETRIA. NEGATIVAÃÃO IDÃNEA DAS CIRCUNSTÃNCIAS E CONSEQUÃNCIAS DO CRIME. ARMA BRANCA. PATAMAR DE AUMENTO NA PRIMEIRA E NA SEGUNDA FASE. DESPROPORCIONALIDADE NÃO DETECTADA. CONCURSO DE CAUSAS DE AUMENTO DE PENA. 1.Â EfetivamenteÂ demonstradas a autoria e a materialidade dosÂ delitosÂ cometidos pelo rÃ©u (roubo majorado pelo uso de arma de fogo, concurso de agentes e restriÃ§Ã£o da liberdade das vÃ-timas), a condenaÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe, nÃ£o havendo falar em absolviÃ§Ã£o por insuficiÃªncia de provas. 2. Ã pacÃ-fico nesta Corte de JustiÃ§a o entendimento de que, nos crimes patrimoniais, a palavra da vÃ-tima tem especial relevo e pode embasar o Ã©dito condenatÃ³rio, sobretudo quando firme e corroborada por outros elementos de prova, sobretudo o reconhecimento inequÃ-voco do rÃ©u pelas vÃ-timas. 3. O excesso de violÃªncia na conduta, com uso de arma branca apÃ³s as vÃ-timas jÃ¡ estarem rendidas e subjugadas por arma de fogo, alÃ©m dos disparos de arma de fogo falhos perpetrados contra uma das vÃ-timas, a casa extremamente devastada e o afastamento do trabalho, todos decorrentes da aÃ§Ã£o violenta, sÃ£o elementos idÃ´neos, nÃ£o inerentes ao tipo penal, aptos a justificar a avaliaÃ§Ã£o negativa das vetoriais circunstÃ¢ncias e consequÃªncias do crime, na primeira fase da dosimetria. ApuraÃ§Ã£o da fundamentaÃ§Ã£o utilizada na sentenÃ§a. Precedente do STJ. 4. Com relaÃ§Ã£o ao patamar de aumento da pena-base para cada circunstÃ¢ncia judicial valorada negativamente, a jurisprudÃªncia do TJDFT adota a fraÃ§Ã£o de 1/8 (um oitavo) do intervalo entre as penas mÃ-nima e mÃ¡xima abstratamente previstas, justificando-se a manutenÃ§Ã£o da pena que seguiu o critÃ©rio jurisprudencial, no caso concreto. 5. Em que pese Ã inexistÃªncia de um critÃ©rio objetivo definido pelo legislador para valorar cada circunstÃ¢ncia agravante ou atenuante, os Tribunais Superiores, em busca de um patamar ideal de valoraÃ§Ã£o a ser empregado quando da aplicaÃ§Ã£o da pena intermediÃ¡ria, estabeleceram a fraÃ§Ã£o de 1/6 (um sexto) sobre a pena-base como quantum ideal. 6. Tendo sido respeitadas as fraÃ§Ãµes de aumento adotadas pela jurisprudÃªncia na primeira e na segunda fase da dosimetria, nÃ£o hÃ¡ falar em aumento desproporcional entre as etapas, pois deve ser observada a hierarquia entre as fases da fixaÃ§Ã£o da pena. 7. Ante o concurso de causas especiais de aumento de pena, aplicÃ¡vel o previsto no parÃ¡grafo Ãºnico do artigo 68 do CÃ³digo Penal, podendo o juiz limitar-se a um sÃ³ aumento ou a uma sÃ³ diminuiÃ§Ã£o, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua. 8. Recurso conhecido e nÃ£o provido. (TJDF, AcÃ³rdÃ£o 1230961, 00041942020188070009, Relator: CRUZ MACEDO, data de julgamento: 13/2/2020, publicado no PJe: 27/2/2020). APELAÃÃO. ROUBO QUALIFICADO. PEDIDO DE ABSOLVIÃÃO POR AUSÃNCIA DE PROVAS. NÃO CABIMENTO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PEDIDO ALTERNATIVO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO CONCURSO DE PESSOAS. QUALIFICADORA COMPROVADA. DEPOIMENTO DA VÃTIMA. IMPORTÃNCIA. RECURSO IMPROVIDO. I-Embora o apelante negue a prÃ¡tica delitiva, o contexto probatÃ³rio, em especial a prova testemunhal, comprova sua participaÃ§Ã£o no crime de roubo majorado que lhe foi imputado. II -As declaraÃ§Ãµes da vÃ-tima, apoiada nos demais elementos dos autos, em se tratando de crimes cometidos sem a presenÃ§a de outras pessoas, Ã© prova vÃ¡lida para a condenaÃ§Ã£o, mesmo ante a palavra divergente do rÃ©u. Precedentes do STJ. III-Restando comprovado, em especial pela prova testemunhal, que a aÃ§Ã£o criminosa foi praticada por mais de uma pessoa, como ocorre na hipÃ³tese dos autos, nÃ£o hÃ¡ como nÃ£o se reconhecer a majorante prevista no inciso II do Â§ 2Âº, do art. 157 do CPB.Â IV - ApelaÃ§Ã£o improvida. (TJPA, 2014.04614589-37, 138.099, Rel. LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR, ÃrgÃ£o Julgador 3Âª CÃMARA CRIMINAL ISOLADA, Julgado em 2014-09-18, Publicado em 2014-09-22) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No tocante a presenÃ§a da majorante narrada na denÃºncia, cumpre esclarecer que a Lei 13.654/2018 promoveu alteraÃ§Ã£o na causa de aumento de pena constante do parÃ¡grafo Â§ 2Âº do art. 157. A regra que autorizava o aumento da pena de 1/3 atÃ© metade, em caso de utilizaÃ§Ã£o de arma de fogo durante a empreitada criminosa, migrou para o Â§ 2Âº-A, tendo sido recrudescida, na medida em que passou a prever aumento de pena entre 2/3 e metade, aplicando-se, tÃ£o somente, aos casos de utilizaÃ§Ã£o de arma de fogo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em razÃ£o do recrudescimento operado pelo legislador, imperioso que a conduta do rÃ©u seja subsumida Ã tipificaÃ§Ã£o vigente Ã Ã©poca dos fatos, por lhe ser mais favorÃ¡vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Art. 157, Â§ 2Âº, incisos I, II, vigente Ã Ã©poca dos fatos, previa: Â¿Art. 157 - Subtrair coisa mÃ³vel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaÃ§a ou violÃªncia a pessoa, ou depois de havÃª-la,

por qualquer meio, reduzido Ã impossibilidade de resistÃªncia: Pena - reclusÃ£o, de quatro a dez anos, e multa. Â§ 2Âº - A pena aumenta-se de um terÃ§o atÃ© metade: I - se a violÃªncia ou ameaÃ§a Ã© exercida com emprego de arma; Â Â Â Â Â Â Â Â Â No tocante a causa de aumento prevista no inciso I, Â§2Âº, do art. 157, do CP, tambÃ©m restou devidamente demonstrada, pois hÃ¡ nos autos prova de que os rÃ©us praticaram o crime utilizando arma de fogo, conforme se constata do depoimento da vÃ-tima, do termo de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o, bem como do laudo pericial atestando potencialidade lesiva da arma de fogo apreendida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No tocante a causa de aumento prevista no inciso II, Â§2Âº, do art. 157, do CP, restou devidamente demonstrada, pois hÃ¡ nos autos prova de que os rÃ©us DANILSON FARIAS PINHEIRO e MAYCON DE MORAES CASTRO praticaram o crime em comunhÃ£o de esforÃ§os e unidade de desÃ-gnios, configurando concurso de agentes, conforme se constata do depoimento das testemunhas e da vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, restando comprovada a materialidade e autoria delitiva, e nÃ£o se extraindo dos autos qualquer causa de exclusÃ£o da tipicidade, antijuridicidade ou culpabilidade, a condenaÃ§Ã£o dos denunciados LEONARDO PAIVA DA SILVA e THIAGO PEREIRA DE SOUSA, pelo crime previsto no art. 157, I e II, do CP, Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denÃºncia, a fim de CONDENAR os denunciados DANILSON FARIAS PINHEIRO e MAYCON DE MORAES CASTRO, como incursos nas penas do art. 157, I e II, do CP, razÃ£o pela qual passo a dosar a respectiva pena a ser aplicada, em estrita observÂ¢ncia ao disposto pelo art. 68, caput, do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. DA FIXAÃÃO DA PENA BASE EM RELAÃÃO AO RÃU DANILSON FARIAS PINHEIRO DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal1, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta reprovÃ¡vel por sua prÃ³pria natureza, nada tendo a se valorar; b)Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notÃ-cia de jÃ¡ ter sido o acusado condenado, com sentenÃ§a judicial transitada em julgado, pela prÃ¡tica de qualquer outro delito de natureza penal, razÃ£o por que nÃ£o hÃ¡ que se falar na existÃªncia de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juÃ-zo, apoiado na SÃºmula 444 do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a2, Ã© o de que inquÃ©ritos policiais ou processos em andamento nÃ£o propiciam a caracterizaÃ§Ã£o de maus antecedentes, forte no princÃ-pio da nÃ£o-culpabilidade, gravado no art. 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, nada a valorar; c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, entendida esta como Â¿o comportamento do agente perante a sociedadeÂ¿3, nada hÃ¡ a valorar nos autos; d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se pode dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, Ã© a obtenÃ§Ã£o de lucro fÃ¡cil em detrimento do patrimÃ´nio alheio, o que Ã© inerente ao crime, tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ nada que se valorar nos autos; f)Â Â Â Â Â JÃ¡ as circunstÂ¢ncias do crime foram normais Ã espÃ©cie, de modo nada tenho a valorar; g)Â Â Â Â Â No que atine as consequÃªncias do crime sÃ£o normais Ã espÃ©cie, nÃ£o havendo nada a valorar nos autos; h)Â Â Â Â Â Por fim, quanto ao comportamento da vÃ-tima, a vÃ-tima em nada contribuiu para o delito; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÂ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e pagamento de 15 dias-multa, cada um equivalente a um trigÃ©simo do valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, em observÂ¢ncia ao disposto no art. 60, do CÃ³digo Penal4.Â DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÃDIGO PENAL) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, nÃ£o hÃ¡ qualquer circunstÂ¢ncia agravante ou atenuante a ser aplicada, pelo que, mantenho provisoriamente a pena em 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e pagamento de 15 dias-multa. DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que nÃ£o hÃ¡ causa de diminuiÃ§Ã£o de pena a ser aplicada. No entanto, reconheÃ§o a presenÃ§a da causa de aumento de pena do inciso I, Â§2Âº, art. 157, do CP - com redaÃ§Ã£o anterior da Lei 13.654/2018 (em razÃ£o do emprego de arma de fogo), e do inciso II, Â§2Âº, do art. 157, do CP (concurso de pessoas), razÃ£o pela qual aumento a pena em 1/3, ficando o rÃ©u, condenado em 05 (cinco) anos, e 04 (quatro) meses de reclusÃ£o, e pagamento de 20 dias-multa. CONSIDERAÃÃES GERAIS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IncabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito, vez que a pena fixada Ã© superior a 04 (quatro) anos, alÃ©m de que o crime foi cometido com violÃªncia e grave ameaÃ§a, nos termos do art. 44, I, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o quantum da pena aplicada, deixo de conceder ao acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, caput, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de proceder Ã detraÃ§Ã£o penal, nos termos do art. 387, Â§ 2Âº, do CPP, em razÃ£o da inexistÃªncia nos autos de informaÃ§Ã£o sobre a situaÃ§Ã£o prisional do rÃ©u Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a pena privativa de liberdade aplicada e nÃ£o ser o rÃ©u reincidente, nos termos do art. 33, Â§ 2Âº, b, do CÃ³digo Penal, fixo o regime semiaberto

para o inÃ-cio do cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude de nÃ£o estarem presentes quaisquer requisitos que autorizam a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, bem como pelo fato de o rÃ©u encontrar-se respondendo ao processo em liberdade, concedo ao rÃ©u o direito de recorrer em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atento Ã norma prevista no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal, deixo de fixar o valor mÃ-nimo de indenizaÃ§Ã£o, Ã mingua de elementos nos autos, ressalvada a propositura da aÃ§Ã£o civil cabÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o rÃ©u ao pagamento das custas judiciais. DA FIXAÃÃO DA PENA BASE EM RELAÃÃO AO RÃU MAYCON DE MORAES CASTRO DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal5, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta reprovÃ¡vel por sua prÃ³pria natureza, nada tendo a se valorar; b)Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notÃ-cia de jÃ¡ ter sido o acusado condenado, com sentenÃ§a judicial transitada em julgado, pela prÃ¡tica de qualquer outro delito de natureza penal, razÃ£o por que nÃ£o hÃ¡ que se falar na existÃªncia de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juÃ-zo, apoiado na SÃºmula 444 do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a6, Ã© o de que inquÃ©ritos policiais ou processos em andamento nÃ£o propiciam a caracterizaÃ§Ã£o de maus antecedentes, forte no princÃ-pio da nÃ£o-culpabilidade, gravado no art. 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, nada a valorar; c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, entendida esta como Â¿o comportamento do agente perante a sociedadeÂ¿7, nada hÃ¡ a valorar nos autos; d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se pode dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, Ã© a obtenÃ§Ã£o de lucro fÃ¡cil em detrimento do patrimÃ´nio alheio, o que Ã© inerente ao crime, tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ nada que se valorar nos autos; f)Â Â Â Â Â JÃ¡ as circunstÃ¢ncias do crime foram normais Ã espÃ©cie, de modo nada tenho a valorar; g)Â Â Â Â Â No que atine as consequÃªncias do crime, sÃ£o normais Ã espÃ©cie, nÃ£o havendo nada a valorar nos autos; h)Â Â Â Â Â Por fim, quanto ao comportamento da vÃ-tima, a vÃ-tima em nada contribuiu para o delito; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÃ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e pagamento de 15 dias-multa, cada um equivalente a um trigÃ©simo do valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, em observÃ¢ncia ao disposto no art. 60, do CÃ³digo Penal8.Â DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÃDIGO PENAL) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, verifica-se a presenÃ§a da circunstÂ¢ncia atenuante prevista no art. 65, I, do CP, eis que o acusado era menor de 21 (vinte um) anos na data do fato. Entretanto, com fundamento na SÃºmula 231 do EgrÃ©gio Superior Tribunal de JustiÃ§a, deixo de atenuar a pena por jÃ¡ ter sido fixada no mÃ-nimo, razÃ£o pela qual, mantenho a pena em 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e pagamento de 15 dias-multa. DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que nÃ£o hÃ¡ causa de diminuiÃ§Ã£o de pena a ser aplicada. No entanto, reconheÃ§o a presenÃ§a da causa de aumento de pena do inciso I, Â§2Âº, art. 157, do CP - com redaÃ§Ã£o anterior da Lei 13.654/2018 (em razÃ£o do emprego de arma de fogo), e do inciso II, Â§2Âº, do art. 157, do CP (concurso de pessoas), razÃ£o pela qual aumento a pena em 1/3, ficando o rÃ©u, condenado em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusÃ£o, e pagamento de 20 dias-multas. CONSIDERAÃÃES GERAIS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IncabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito, vez que a pena fixada Ã© superior a 04 (quatro) anos, alÃ©m de que o crime foi cometido com violÃªncia e grave ameaÃ§a, nos termos do art. 44, I, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o quantum da pena aplicada, deixo de conceder ao acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, caput, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de proceder Ã detraÃ§Ã£o penal, nos termos do art. 387, Â§ 2Âº, do CPP, em razÃ£o da inexistÃªncia nos autos de informaÃ§Ã£o sobre a situaÃ§Ã£o prisional do rÃ©u Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a pena privativa de liberdade aplicada e nÃ£o ser o rÃ©u reincidente, nos termos do art. 33, Â§ 2Âº, b, do CÃ³digo Penal, fixo o regime semiaberto para o inÃ-cio do cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude de nÃ£o estarem presentes quaisquer requisitos que autorizam a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, bem como pelo fato de o rÃ©u encontrar-se respondendo ao processo em liberdade, concedo ao rÃ©u o direito de recorrer em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atento Ã norma prevista no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal, deixo de fixar o valor mÃ-nimo de indenizaÃ§Ã£o, Ã mingua de elementos nos autos, ressalvada a propositura da aÃ§Ã£o civil cabÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o rÃ©u ao pagamento das custas judiciais. DA ANÃLISE DA PRESCRIÃÃO EM RELAÃÃO AO RÃU MAYCON DE MORAES CASTRO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Permanecendo inalterada a reprimenda aplicada e com o trÂ¢nsito em julgado, verifica-se a incidÃªncia prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado. SenÃ£o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebia em 12.05.2015, o que interrompeu o prazo prescricional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em comento, foi aplicada ao rÃ©u a pena 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de

reclusÃ£o em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u MAYCON DE MORAES CASTRO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o Art. 109, III, do CPB, a prescriÃ§Ã£o se verifica em 12 (doze) anos, se o mÃ¡ximo da pena Ã© superior a 04 (quatro) anos e nÃ£o excede a 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que o agente ao tempo do crime era menor de 21 (vinte e um) anos de idade, o que significa que automaticamente o prazo prescricional cairÃ¡ pela metade, conforme nos ensina o artigo 115 do CP, o que implica prescriÃ§Ã£o em 06 (seis) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, da data de recebimento da denÃºncia (12.05.2015) atÃ© a presente (16.03.2022), jÃ¡ transcorreu lapso temporal superior ao necessÃ¡rio para gerar a perda do direito de punir do Estado (Art. 109, III, do CPB). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao lume do exposto, RECONHEÃO a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, e DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de MAYCON DE MORAES CASTRO, com fundamento no art. 109, III, c/c art. 115 e art. 107, IV, todos do CÃ³digo Penal. DISPOSIÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, tomem-se as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados; b)Â Â Â Â Â Proceda-se ao recolhimento do valor atribuÃ-do a tÃ-tulo de pena de multa, conforme art. 686, do CÃ³digo de Processo Penal9; c)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a carta de execuÃ§Ã£o do rÃ©u; d)Â Â Â Â Â , devendo a Procuradoria Geral do Estado ser oficiada para providenciar o aludido pagamento e)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, para as providÃªncias legais. f)Â Â Â Â Â Oficie-se ao setor de estatÃ-stica criminal do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, para as providÃªncias de praxe; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se Ã vÃ-tima acerca do inteiro teor desta sentenÃ§a, nos termos do artigo 201, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a do DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 16 de marÃ§o de 2022. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÃ¢ncias e consequÃªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 2. SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 3 GRECO, RogÃ©rio. CÃ³digo penal comentado. 4Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p. 140. 4 Na fixaÃ§Ã£o da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, Ã situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u. 5 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÃ¢ncias e consequÃªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 6. SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 7 GRECO, RogÃ©rio. CÃ³digo penal comentado. 4Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p. 140. 8 Na fixaÃ§Ã£o da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, Ã situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u. 9 A pena de multa serÃ¡ paga dentro em 10 (dez) dias apÃ³s haver transitado em julgado a sentenÃ§a que a impuser. ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00042707820168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Execução de Título Judicial em: 16/03/2022 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 128341 - NELSON WILIANS FRANTONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:D DE SOUZA TEIXEIRA ME. Processo nÂº 0004270-78.2016.814.0022 Classe: AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o Autor: Banco Bradesco S/A RÃ©u: D DE SOUZA TEIXEIRA ME DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o tendo como autor Banco Bradesco S/A em face de D DE SOUZA TEIXEIRA ME todos devidamente qualificados na inicial. Â Â Â Â Â Ao 01 dia de junho de 2021 fora realizada audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o (fl.65), na qual restou infrutÃ-fera a possibilidade de acordo, entre as partes, em face da ausÃªncia do requerido, o qual fora intimado. Â Â Â Â Â Neste sentido, em 31 de maio de 2021, o representante legal da rÃ©, fora devidamente citado (fl.62), sem contudo, apresentar quaisquer manifestaÃ§Ãµes nos autos. Â Â Â Â Â Por sua vez, em 01 de outubro de 2020, fora protocolizada petiÃ§Ã£o, pela parte autora, a qual requereu a realizaÃ§Ã£o de procedimentos via sistemas SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que tinha a relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a decidir Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- Penhore-se e oficie-se nos termos requeridos, pela parte demandante Ã s fls. 58/ 60 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o e consequente migraÃ§Ã£o dos autos, para o sistema PJE. Â Intime-se e Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. P.R.I. IgarapÃ©-Miri (PA), 16 de marÃ§o de 2022. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00042895520148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Execução Fiscal em: 16/03/2022 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (ADVOGADO) EXECUTADO:MUNICIPIO DE IGARAPEMIRI PREFEITURA MUNICIPAL. Processo nÂº 0004289-

55.2014.814.0022 Classe: AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o Fiscal Autor: UniÃ£o RÃ©u: MunicÃ-pio de IgarapÃ©-Miri DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- Em face do despacho exarado Ã fl.49 dos autos, o qual versa sobre o interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Certifique-se quanto Ã tempestividade da manifestaÃ§Ã£o de fl. 51/57, acostando aos autos comprovante de envio/remessa, bem como recebimento do OfÃ-cio nÂº314/2019 Â¿ SV-CÃ-vel(fl.50). Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Proceda-se Ã digitalizaÃ§Ã£o e consequente migraÃ§Ã£o dos autos, para o sistema PJE, apÃ³s conclusos. Â Intime-se e Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. P.R.I. IgarapÃ©-Miri (PA), 15 de marÃ§o de 2022. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00047230520188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 16/03/2022 VITIMA:M. E. B. S. DENUNCIADO:LUIS FELIPE DIAS DOS SANTOS Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) TESTEMUNHA:RONALD DOS SANTOS PANTOJA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0004723-05.2018.8.14.0022 - AÃ§Ã£o Penal DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Intime-se o apelado para apresentar contrarrazÃµes ao recurso de apelaÃ§Ã£o no prazo legal, ultrapassado o prazo com ou sem contrarrazÃµes encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ com nossas homenagens. 2-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 16 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00050103620168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 16/03/2022 DENUNCIADO:MARIA SILVIA DOS SANTOS BARBOSA VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 16 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00050302720168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 16/03/2022 FLAGRANTEADO:JOVANE SACRAMENTO GONZAGA VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, email: tjepa022@tjpa.jus.br DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Arquive-se o presente autos com as devidas cautelas de praxe. 2.Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 16 de MarÃ§o de 2022.Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de MaracaÃ§umÃ© - FÃ³rum Â¿Casa da JustiÃ§aÂ¿ Rua Bom Jesus, s/n, Centro - CEP 65289-000 - (98) 3373-1659/1528 PROCESSO: 00050302720168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 16/03/2022 DENUNCIADO:JOVANE SACRAMENTO GONZAGA VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre o pedido de fls. 14/18. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. 3-Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 16 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00050302720168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 16/03/2022 INDICIADO:JOVANE SACRAMENTO GONZAGA VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para requerer o que entender de direito. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. 3-Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 16 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00050545020198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o:

Restituição de Coisas Apreendidas em: 16/03/2022 REQUERENTE:MARIA DE JESUS DE CASTRO BARBOSA Representante(s): OAB 24922 - NAZIANNE BARBOSA PENA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0005054-50.2019.8.14.0022 - PEDIDO DE RESTITUIÃÃO DE COISA APREENDIDA DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Defiro o pedido formulado pelo MP as fls. 16. 2-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 16 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00054899720148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 16/03/2022 DENUNCIADO:JHONATAN CORREA DOS SANTOS DENUNCIADO:ALESON DE SOUZA LOBATO VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. ÃCERTIDÃO Certifico na presente data para os devidos fins que, em verificaÃ§Ã£o e conferÃªncia dos autos para destinaÃ§Ã£o ao setor de digitalizaÃ§Ã£o, verificou-se que as mÃ-dias (CDs) em que foram gravadas as audiÃªncias de fls. 31 e 31/V e de fl.37 (esta deveria estar na fl. 38) NÃO CONSTAM DOS AUTOS. IgarapÃ©-Miri/PA, 16/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00063236120188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 16/03/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:ARLEY DA COSTA RIBEIRO Representante(s): OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (ADVOGADO) TESTEMUNHA:ELIEZER MORAES CORREIA TESTEMUNHA:ALEXANDRO DA COSTA RIBEIRO TESTEMUNHA:MARIA DOMINGAS GONCALVES DA COSTA TESTEMUNHA:ROSIANE OLIVEIRA FONSECA. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Processo: 0006323-61.2018.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal -Procedimento OrdinÃ¡rio Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ RÃ©u: Arley da Costa Ribeiro CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 33, caput, da Lei nÂº 11.343/06 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em face de ARLEY DA COSTA RIBEIRO atribuindo-lhe, em tese, as condutas descritas no art. 33, caput, da Lei nÂº 11.343/2006 (trÃ¡fico de drogas). Â Â Â Â Â Â Â Â Consta da peÃ§a acusatÃ³ria, elaborada com base nas informaÃ§Ãµes colhidas no inquÃ©rito policial, resumidamente, que: Narram os autos que no dia 25 de agosto de 2018, por volta das 15h00min, o denunciado ARLEY DA COSTA RIBEIRO foi preso em flagrante apÃ³s ter sido encontrada em sua residÃªncia, localizada na Rua Zeca Afonso, Vila MaiuatÃ¡, 15 (quinze) "trouxinhas", conforme laudo de constataÃ§Ã£o provisÃ³rio de fls. 25 dos autos. O PM Hilton Jose Pantoja Menezes narrou em seu depoimento Ã s fls. 03, que na data e hora acima mencionadas recebeu uma denÃºncia anÃ´nima atravÃ©s do telefone interativo, informando que na Rua Zeca Afonso estava ocorrendo venda de drogas. Ato continuo se deslocou ao local indicado, em companhia dos policiais militares Melquisedeque Sena Bittencourt e Rosileno Pantoja da Silva, sendo que ao chegarem avistaram o denunciado em frente ao imÃ³vel, o qual ao visualizar a viatura tentou empreender fuga. Por este motivo a guarniÃ§Ã£o adentrou a residÃªncia e durante a busca foi encontrado no local, mais especificamente em cima do guarda roupa, 15 (quinze) "trouxinhas" de maconha. Por este motivo foi dada voz de prisÃ£o ao acusado, o qual foi encaminhado para a Delegacia de PolÃ-cia, juntamente com as substÂncias entorpecentes e outros objetos apreendidos, para os procedimentos devidos. Ressalta-se que durante o percurso para a delegacia o denunciado informou aos policiais militares que comercializava cada "trouxinha" pela quantia de R$ 15,00 (quinze reais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado devidamente citado (fl. 15v.) apresentou defesa preliminar (fls. 17/20). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de recebimento da denÃºncia em 22.02.2019 (fls. 22), ocorrendo o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 01/03/2019 foi realizada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, oportunidade na qual foi ouvida a testemunha MELQUISEDEQUE SENA BITTENCOURT, cujas declaraÃ§Ãµes foram gravadas por meio de recurso audiovisual (fls. 45/46). Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlvarÃ¡ de Soltura Ã s fls. 4748 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 08/10/2019 foi dado continuidade Ã audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, oportunidade na qual foram ouvidas as testemunhas HILTON JOSÃ PANTOJA MENEZES, ELIEZER MORAES CORREA, ALEXANDRO DA COSTA RIBEIRO e MARIA DOMINGAS GONÃALVES DA COSTA, cujas declaraÃ§Ãµes foram gravadas por meio de recurso audiovisual (fls. 69/71). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 27/04/2021 foi dado continuidade Ã audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, oportunidade na qual foi realizado o interrogatÃ³rio do rÃ©u ARLEY DA COSTA RIBEIRO, cujas declaraÃ§Ãµes foram gravadas por meio de recurso audiovisual (fls. 86/87). Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico (fls. 88), pugnando pela condenaÃ§Ã£o do rÃ©u ARLEY DA COSTA RIBEIRO, como incurso nas penas do art. 33, caput, da Lei nÂº 11.343/2006 (trÃ¡fico de drogas). Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes

finais da defesa (fls. 103) pugnando pela absolviÃ§Ã£o do rÃ©u ARLEY DA COSTA RIBEIRO por insuficiÃªncia de provas, nos termos do artigo. 366, VII, do CPP. E, subsidiariamente, em caso de condenaÃ§Ã£o, a aplicaÃ§Ã£o da pena mÃ-nima com o reconhecimento da causa de diminuiÃ§Ã£o de pena prevista no art. 33, Â§4Âº, da lei 11.343/06. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo toxicolÃ³gico definitivo Ã s fls. 105. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em desfavor de ARLEY DA COSTA RIBEIRO, atribuindo-lhe a conduta descrita no art. 33, caput, da Lei nÂº 11.343/2006 (trÃ¡fico de drogas). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, a materialidade delitiva encontra-se perfeitamente demonstrada, notadamente em razÃ£o do auto prisÃ£o em flagrante, auto de exibiÃ§Ã£o e apreensÃ£o (IPL nÂº 00124/2018.100164-4 - fl. 23), e do laudo pericial definitivo de fls. 105, constatando que as substÂ¢ncias apreendidas em poder do acusado, tratava-se de Cannabis sativa L. (conhecida como Â¿maconhaÂ¿), relacionada no rol da Portaria n. 344/98 da ANVISA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com relaÃ§Ã£o Ã autoria e responsabilidade penal do rÃ©u, necessÃ¡rio se torna proceder ao estudo de provas carreadas nos autos, cotejando-as com os fatos descritos na denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha MELQUISEDEQUE SENA BITTENCOURT, policial militar que participou das diligÃªncias que ensejou na prisÃ£o em flagrante do denunciado, em seu depoimento em juÃ-zo afirmou: que veio a denÃºncia anÃ´nima via interativo para o comandante e ele chamou a guarniÃ§Ã£o e disse para verificar na vila MaiauatÃ¡ (...) que a denÃºncia dizia na casa do denunciado estava havendo comercializaÃ§Ã£o de drogas (...) que deu o endereÃ§o que foram trÃªs policiais participaram da diligÃªncia (...) que foram fazer a averiguaÃ§Ã£o (...) que iam na rua e pararam a viatura (...) que o denunciado estava na frente da residÃªncia (...) que o denunciado ao verÂ viatura tentou empreender fuga (...) que foi o PM Rosileno que encontrou a droga em cima do guarda-roupa (...) que eram aproximadamente umas 15 trouxinhas (...) que era maconha (...) que conseguiram alcanÃ§ar o denunciado e pegÃ¡-lo atrÃ¡s da casa dele (...) que ele assumiu que a droga era dele. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha HILTON JOSÃ PANTOJA DE MENEZES, policial militar que participou das diligÃªncias que ensejou na prisÃ£o em flagrante do denunciado, em seu depoimento em juÃ-zo afirmou: que a denÃºncia foi anÃ´nima (...) que foi feita a diligÃªncia in loco (...) que foi encontrada a droga na residÃªncia dele (...) que eram 15 trouxinhas (...) que era maconha (...) que foi conduzido e autuado em flagrante delito (...) que a droga foi encontrada pelo PM Rosileno (...) QUE NÃO TINHA BALANÃA E OUTROS APETRECHOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha ELIEZER MORAES CORREA, em seu depoimento em juÃ-zo afirmou: que mora quase em frente da casa do denunciado (...) que viu que o denunciado estava atrÃ¡s da sua casa dele perto do banheiro(...) que viu os PM chegaram lÃ¡ e pediram pra ele nÃ£o correr (..) que o denunciado se jogou no chÃ£o (...) QUE SABE O DENUNCIADO ERA USUÃRIO DE DROGAS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha ALEXANDRO DA COSTA RIBEIRO, em seu depoimento em JuÃ-zo afirmou: que Ã© irmÃ£o do acusado (...) que nesse dia estava fazendo faxina juntamente com sua mÃ£e (...) que o depoente tinha saÃ-do por um momento (...) que ao voltar se deparou com seu irmÃ£o algemado e com sua mÃ£e falando que a PolÃ-cia tinha entrado na sua casa (...) que sÃ³ viu os policiais dizendo que a droga era dele. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha MARIA DOMINGAS GONÃALVES DA COSTA, em seu depoimento em JuÃ-zo afirmou: que nesse dia estava fazendo faxina em sua casa (...) que sÃ³ estava na residÃªncia a depoente e o acusado (...) que se deparou com a polÃ-cia perguntando por seu filho (...) que seu filho estava atrÃ¡s da casa da depoente prÃ³ximo ao sanitÃ¡rio (...) que a polÃ-cia apontou a arma pra ele e disse nÃ£o corre (...) que o acusado deitou no chÃ£o (...) que fizeram buscasÂ e reviraram tudo (...) que estava na sala quando um dos policiais falou que que achou droga em cima do guarda roupa do seu quarto (...) que a depoente questionou aos policiais sobre a droga porque tinha limpado o guarda roupa e nÃ£o achado nada (...) QUE SABE QUE SEU FILHO Ã USUÃRIO DE DROGAS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu interrogatÃ³rio prestado em juÃ-zo, o rÃ©u ARLEY DA COSTA RIBEIRO negou a autoria do crime de trÃ¡fico de drogas, e afirmou: QUE Ã USUÃRIO DE DROGA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As provas produzidas durante a instruÃ§Ã£o processual, sopesadas diante do que consta no artigo 28, parÃ¡grafo 2Âº, da Lei n. 11.343/2006, Ã© que esclarecerÃ£o se a droga encontrada em poder do denunciado era para consumo prÃ³prio ou destinada Ã traficÃ¢ncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da anÃ¡lise contextualizada dos fatos e das provas obtidas durante a instruÃ§Ã£o criminal, entendo que o denunciado, de fato, Ã© usuÃ¡rio de drogas e nÃ£o realizava sua mercancia a quando de sua apreensÃ£o. Pormenorizo todos os elementos fÃ¡ticos que conduzem o entendimento deste JuÃ-zo que o denunciado Ã© usuÃ¡rio de drogas e nÃ£o realizava mercancia: a) a abordagem foi feita de forma pacÃ-fica, e nÃ£o hÃ¡ notÃ-cia nos autos de que o acusado teria reagido Ã abordagem policial; b) nÃ£o foram encontrados outros objetos (balanÃ§a e outrosÂ apetrechos) que levassem a crer que aquele estava praticando a mercancia dos entorpecentes; c) nÃ£o havia outros usuÃ¡rios no local de apreensÃ£o da droga; d) em nenhum momento foi demonstrado pelo MinistÃ©rio PÃºblico que as drogas apreendidas

estariam sendo destinadas a atividades comerciais; e) a quantidade encontrada apreendida Ã© compatÃ-vel com a declaraÃ§Ã£o que se destina para consumo; f) a natureza da droga (maconha) Ã© comumente encontrada com usuÃ¡rios; g) o denunciado nÃ£o possui antecedentes criminais; h) que nÃ£o hÃ¡ notÃ-cia que na localidade havia ponto e vendas de drogas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nessa esteira, reafirmo que a prÃ³pria ordem normativa, que prescreve normas de repressÃ£o ao trÃ¡fico ilÃ-cito de drogas, modernamente, a fim de corresponder Ã altura aos artifÃ-cios dissuasÃ³rios de quem vive desta prÃ¡tica ilÃ-cita, em seu artigo 28, Â§ 2Âº, concedeu ao julgador a possibilidade de aferir outras circunstÃ¢ncias, alÃ©m da flagrÃ¢ncia em si da comercializaÃ§Ã£o ou da circulaÃ§Ã£o da droga ilÃ-cita, para definir se a situaÃ§Ã£o enseja ou nÃ£o trÃ¡fico ilÃ-cito de droga. Vejamos: Art. 28. (...) Â§ 2Âº Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderÃ¡ Ã natureza e Ã quantidade da substÃ¢ncia apreendida, ao local e Ã s condiÃ§Ãµes em que se desenvolveu a aÃ§Ã£o, Ã s circunstÃ¢ncias sociais e pessoais, bem como Ã conduta e aos antecedentes do agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As provas colhidas nÃ£o se prestaram ao bastante em atestar que a droga apreendida se destinava Ã venda, desta forma, o que sobressai, pela anÃ¡lise das provas, Ã© que o propÃ³sito das drogas era o consumo prÃ³prio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A par dessas consideraÃ§Ãµes, a convicÃ§Ã£o de que a droga apreendida era para uso prÃ³prio Ã© condizente com o contexto probatÃ³rio colacionado aos autos, conforme foi analisado. Se nÃ£o bastasse, o prÃ³prio acusado apontou que faz uso regular de substÃ¢ncias entorpecentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Soa, portanto, verossÃ-mil a afirmaÃ§Ã£o da defesa quanto Ã utilizaÃ§Ã£o da droga para consumo prÃ³prio, uma vez que inexistem, nos autos, qualquer prova ou indÃ-cios de que a droga apreendida de fato se destinaria Ã mercancia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: (TJPA-0027774) APELAÃÃO PENAL. TRÃFICO ILÃCITO DE ENTORPECENTE. AUSÃNCIA DE COMPROVAÃÃO DA MERCANCIA ILÃCITA. DESCLASSIFICAÃÃO PARA USO. POSSIBILIDADE. PRESCRIÃÃO VERIFICADA. EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DO AGENTE. 1. Restando demonstrado pela quantidade, natureza da droga apreendida e pelas circunstÃ¢ncias do delito que tal substÃ¢ncia pertencia ao rÃ©u e destinava-se ao seu consumo pessoal, inexistindo prova segura a comprovar a mercancia ilÃ-cita de entorpecente, Ã© de rigor a desclassificaÃ§Ã£o para a conduta de uso de droga. 2. (...) DecisÃ£o unÃ¢nime. (ApelaÃ§Ã£o Penal nÂº 20103004893-3 (120139), 2Âª CÃ¢mara Criminal Isolada do TJPA, Rel. Vania Fortes Bitar. j. 28.05.2013, DJe 03.06.2013). (TJRS-0113168) APELAÃÃO CRIME. TRÃFICO DE DROGAS. LEI NÂº 11.343/06. INSUFICIÃNCIA PROBATÃRIA. ABSOLVIÃÃO. MÃRITO. A abordagem casual, aliada Ã s circunstÃ¢ncias do flagrante do delito, que nÃ£o evidenciam o comÃ©rcio de drogas, nÃ£o Ã© indicativo suficiente da traficÃ¢ncia. A natureza e a quantidade das drogas apreendidas, ainda que possam ser destinadas ao trÃ¡fico, tambÃ©m sÃ£o compatÃ-veis com o porte para consumo pessoal. Ainda que desnecessÃ¡ria a prova da mercancia, os policiais nÃ£o referiram ter presenciado o comÃ©rcio, tampouco a entrega, pelo rÃ©u, da substÃ¢ncia a terceiro. A conclusÃ£o, a partir da prova judicializada, Ã© que hÃ¡ dÃºvida sobre a prÃ¡tica da traficÃ¢ncia pelo acusado, devendo ser aplicado, no ponto, o princÃ-pio do in dubio pro reo. Embora comprovada a posse, esta Terceira CÃ¢mara Criminal sufragou o entendimento de que a soluÃ§Ã£o Ã© a absolviÃ§Ã£o (SÃºmula nÂº 453 do STF), pois nÃ£o hÃ¡ emendatio libelli na desclassificaÃ§Ã£o do delito de trÃ¡fico para posse de drogas e, sim, mutatio libelli. Ressalvado o entendimento do Relator. RECURSO DESPROVIDO. (ApelaÃ§Ã£o Crime nÂº 70053573721, 3Âª CÃ¢mara Criminal do TJRS, Rel. Jayme Weingartner Neto. j. 27.06.2013, DJ 19.07.2013). APELAÃÃO CRIMINAL. TRÃFICO DE DROGAS. RÃU PRESO COM A POSSE DE DROGAS. DÃVIDA QUANTO AOS FINS A QUE SERIA DESTINADA A DROGA. ART. 28, Â§ 2Âº, DA LEI 11.343/06. CIRCUNSTÃNCIAS QUE APONTAM A POSSE PARA CONSUMO PRÃPRIO. 1. O MinistÃ©rio PÃºblico recorreu da decisÃ£o que desclassificou a conduta descrita na denÃºncia para o tipo do art. 28 da Lei 11.343/06. Alega que as provas sÃ£o suficientes para demonstrar os fins da traficÃ¢ncia. 2. No caso, a prova Ã© bastante para demonstrar que o rÃ©u foi preso com a posse de droga. No entanto, nÃ£o Ã© suficiente para demonstrar o fim da traficÃ¢ncia, mostrando-se as circunstÃ¢ncias da prisÃ£o como indicativas da posse para o consumo prÃ³prio, nos termos do art. 28, Â§ 2Âº, da Lei 11.343/06. 3. DesclassificaÃ§Ã£o mantida. RECURSO NÃO PROVIDO. (ApelaÃ§Ã£o Crime nÂº 70050585470, 1Âª CÃ¢mara Criminal do TJRS, Rel. Julio Cesar Finger. j. 23.01.2013, DJ 01.03.2013) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, Ã© imperativo reconhecer a DESCLASSIFICAÃÃO do delito de trÃ¡fico ilÃ-cito para o de portar drogas para o consumo prÃ³prio, capitulado no artigo 28, da Lei 11.343, de 2006, em consonÃ¢ncia com o artigo 383 do CPP, sem a necessidade de aditamento da inicial, por considerar que as circunstÃ¢ncias do fato foram todas abordadas nesta peÃ§a, nada de novo surgiu em decorrÃªncia da instruÃ§Ã£o e, no mais, a discussÃ£o quanto Ã destinaÃ§Ã£o da droga decorreu da anÃ¡lise destas circunstÃ¢ncias fÃ¡ticas frente Ã s provas produzidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Estando a autoria e materialidade devidamente comprovadas, entendo, pela narrativa fÃ¡tica da denÃºncia associada ao produzido na instruÃ§Ã£o processual, que o denunciado ARLEY DA COSTA RIBEIRO praticou o crime

previsto no artigo 28 da Lei 11.343/2006. Vejamos: Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depÃ³sito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorizaÃ§Ã£o ou em desacordo com determinaÃ§Ã£o legal ou regulamentar serÃ¡ submetido Ã s seguintes penas: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entretanto, o tipo penal em que o acusado foi enquadrado (art. 28 da Lei 11.343/06) possui prazo prescricional de 02 (dois) anos, nos termos do art. 30 da Lei n. 11.343/06, in verbis: Art. 30. Prescrevem em 2 (dois) anos a imposiÃ§Ã£o e a execuÃ§Ã£o das penas, observado, no tocante Ã interrupÃ§Ã£o do prazo, o disposto nos arts. 107 e seguintes do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que entre a data do primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o (recebimento da denÃºncia - 22.02.2019) e a presente data (14.03.2022), jÃ¡ transcorrera por completo o prazo prescricional de 02 (dois) anos, previsto no art. 30 da Lei n.11.343/06, extinguindo-se a punibilidade do rÃ©u, ante a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, nos termos do art. 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do acima exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denÃºncia para DESCLASSIFICAR o crime de trÃ¡fico de drogas (art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06) para posse para uso prÃ³prio (art. 28 da Lei 11.343/06), e, por conseguinte, DECLARAR a EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE do acusado ARLEY DA COSTA RIBEIRO, ante a ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o, nos termos do art. 30 da Lei 11.343/06 c/c art. 107, IV, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 50, Â§ 3Âº, da Lei no 11.343/06, DETERMINO a destruiÃ§Ã£o da droga apreendida, por meio de incineraÃ§Ã£o, nos termos do art. 50-A, da mesma lei, caso tal providÃªncia ainda nÃ£o tenha sido tomada. Assim, OFICIE-SE Ã autoridade policial, para no prazo legal, proceder na forma do art. 72, da Lei 11.343/06, certificando-se nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a do DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 14 de marÃ§o de 2021. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00069937020168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Embargos à Execução em: 16/03/2022 REQUERENTE:MUNICIPIO DE IGARAPE MIRI PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11183 - JOAO EUDES DE CARVALHO NERI (ADVOGADO) REQUERIDO:MMLOBATO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 113 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo possuÃ- apensos, nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, ou qualquer avaria que nÃ£o possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 16 de marÃ§o de 2022 Jefferson Vieira Da SilvaÂ Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00070144620168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 16/03/2022 REQUERENTE:MUNICIPIO DE IGARAPEMIRI PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11183 - JOAO EUDES DE CARVALHO NERI (ADVOGADO) REQUERIDO:MMLOBATO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 01 VOLUME(S) com 74 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo possuÃ- apensos, nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, ou qualquer avaria que nÃ£o possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 16 de marÃ§o de 2022 Jefferson Vieira Da SilvaÂ Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00081143120198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Cível em: 16/03/2022 REQUERENTE:MARIA IZANE PATROCINIO FERREIRA Representante(s): OAB 17805-A - NILZA GOMES CARNEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:BABCO PAN SA. Processo nÂº 0008114 -31.2019.8.14.0022 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de EMBARGOS DE

DECLARAÃÃO interposto pelo reÃº BANCO PAN S/A, contra a sentenÃ§a exarada em audiÃªncia fls.44/48. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega em sÃ-ntese que a sentenÃ§a fora obscura, vez que segundo o embargante, o ato decisÃ³rio nÃ£o teria tratado da compensaÃ§Ã£o de valores, a serem devolvidos, bem como a serem pagos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que nÃ£o assiste razÃ£o Ã embargante, pois sÃ£o operaÃ§Ãµes bancÃ¡rias distintas, sendo que o ato a ser praticado pela autora, qual seja a devoluÃ§Ã£o dos valores, decorrentes de depÃ³sitos indevidos, vez que fora declarada inexistente a dÃ-vida, ocorrerÃ¡ em conta judicial, para posterior levantamento, atravÃ©s de AlvarÃ¡ Judicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez, o pagamento a ser efetuado pela condenada, ora embargante, a tÃ-tulo de danos morais e de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, deverÃ£o ocorrer em conta pessoal da autora, conforme os dados descritos nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, com fulcro no art. 1.022 do CPC/15, CONHEÃO e NÃO ACOLHO os embargos declaratÃ³rios com base na fundamentaÃ§Ã£o supra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 16 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00095554720198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência d em: 16/03/2022 QUERELANTE:ANTONIEL MIRANDA SANTOS Representante(s): OAB 22996 - ANNE VELOSO MONTEIRO (ADVOGADO) QUERELADO:AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO AUTOR:MNINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. ÃCERTIDÃO Certifico na presente data para os devidos fins, que a querelante, intimada regularmente, nÃ£o se manifestou no prazo legal. IgarapÃ©-Miri/PA, 16/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00095944420198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência d em: 16/03/2022 QUERELANTE:ANTONIEL MIRANDA SANTOS Representante(s): OAB 22996 - ANNE VELOSO MONTEIRO (ADVOGADO) QUERELADO:AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO AUTOR:MNINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. ÃCERTIDÃO Certifico na presente data para os devidos fins, que a querelante, intimada regularmente, nÃ£o se manifestou no prazo legal. IgarapÃ©-Miri/PA, 16/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00095944420198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência d em: 16/03/2022 QUERELANTE:ANTONIEL MIRANDA SANTOS Representante(s): OAB 22996 - ANNE VELOSO MONTEIRO (ADVOGADO) QUERELADO:AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO AUTOR:MNINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0009594-44.2019.8.14.0022 Classe: QUEIXA-CRIME Querelante: ANTONIEL MIRANDA SANTOS Advogada: DRA. ANNE VELOSO MONTEIRO - OAB/PA nÂº 22.996 Querelado: AMADEU PINHEIRO CORRÃA FILHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que o querelado Sr. Amadeu Pinheiro CorrÃªa Filho cumpriu integralmente o acordo realizado em audiÃªncia Ã s fls. 60/60V dos autos, conforme petiÃ§Ã£o de fls. 69/74. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em despacho de fl. 75 foi determinado a intimaÃ§Ã£o da parte querelante, atravÃ©s de sua patrona Dra. Anne Veloso Monteiro _ OAB/PA nÂº 22.996, conforme EdiÃ§Ã£o 7326/2022 do DiÃ¡rio da JustiÃ§a, datado de 09 de marÃ§o de 2022 (fl. 76), para se manifestar sobre os documentos juntados pelo querelado. Todavia, nÃ£o houve manifestaÃ§Ã£o por parte do querelante atÃ© a presente data, de acordo com a certidÃ£o de fls. 77. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, tendo em vista o cumprimento integral do acordo realizado em audiÃªncia DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO QUERELADO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã secretaria para que certifique o trÃ¢nsito em julgado, apÃ³s arquivem-se os presentes autos, observadas as formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 16 de MarÃ§o de 2022. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES JUIZ DE DIREITO Â PÃ¡gina de 2 PROCESSO: 01683959720158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Monitória em: 16/03/2022 REQUERENTE:M. M. LOBATO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA Representante(s): OAB 15007 - ELLEN LARISSA ALVES MARTINS (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPE MIRI. CERTIDÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei, que tramitam no JuÃ-zo da Vara Ãnica da Comarca de IgarapÃ©-Miri, os autos do processo em epÃ-grafe, SEM SIGILO E SEMÂ PRIORIDADE, contendo 02 VOLUME(S) com 460 fls., devidamente rubricadas e numeradas. Este processo possuÃ- apensos, nÃ£o contÃ©m mÃ-dia, ou qualquer avaria que nÃ£o possa seguir sua tramitaÃ§Ã£o. Certifico, ainda, que efetuei a

conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo Gestor do Setor de DigitalizaÃ§Ã£o, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Nada mais. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â IgarapÃ©-Miri/PA, 16 de marÃ§o de 2022 Jefferson Vieira Da SilvaÂ Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00001191120128140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Execução da Pena em: 17/03/2022 APENADO:DIONE DE SOUZA LOBATO. ÃCERTIDÃO Certifico na presente data para os devidos fins que, o presente processo de execuÃ§Ã£o foi migrado para o SEEU na data de 04/06/2019, encontrando-se arquivado definitivamente, com a transferÃªncia dos documentos ao processo remanescente PEP nÂº 0008468-49.2020.8.14.0401, conforme decisÃ£o do Juiz da Vara de ExecuÃ§Ã£o de pena privativa de liberdade em meio fechado e semiaberto de BelÃ©m. Isto posto, arquivo os presentes autos. IgarapÃ©-Miri/PA, 17/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00002698420158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/03/2022 DENUNCIADO:EDUARDO PAES DE SOUZA VITIMA:O. E. . ÃCERTIDÃO Certifico na presente data para os devidos fins que, em atendimento ao despacho de fl. 122, procedo o arquivamento dos presentes autos. IgarapÃ©-Miri/PA, 17/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00004595220128140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Inquérito Policial em: 17/03/2022 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:G. B. L. . ÃCERTIDÃO Certifico na presente data para os devidos fins que, em anÃ¡lise dos autos do processo 0000459-52.2012.8.14.0022 e atenÃ§Ã£o ao despacho de fl. 25, nÃ£o hÃ¡ comprovaÃ§Ã£o da realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia designada Ã fl. 22, nem documentos que subsidiem ou justifiquem a sua nÃ£o realizaÃ§Ã£o. IgarapÃ©-Miri/PA, 17/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00004895320138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Busca e Apreensão em: 17/03/2022 REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 16837 - AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:ANTONIO FERNANDO PANTOJA FERREIRA. Processo nÂº 0000489-53.2013.814.0022 Classe: AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o Autor: Administradora de ConsÃ³rcio Nacional Honda LTDA RÃ©u: Antonio Fernando Pantoja Ferreira DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o tendo como autor Administradora de ConsÃ³rcio Nacional Honda LTDA em face de Antonio FernandoÂ Pantoja Ferreira todos devidamente qualificados na inicial.Â Â Â Â Â Â Aos 31 dias de maio de 2021, fora expedido ATO ORDINATÃRIO, com o fim de intimar a parte autora, para se manifestar nos autos, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â ApÃ³s a referida intimaÃ§Ã£o, em 02 de julho de 2021, fora protocolizada petiÃ§Ã£o requerendo realizaÃ§Ã£o de procedimentos nos sistemas SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD, INFOSEG E SERASAJUD. Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que tinha a relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a decidir Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- Proceda-se nos termos requeridos, pela parte demandante Ã s fls. 44 e 51 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o e consequente migraÃ§Ã£o dos autos, para o sistema PJE, apÃ³s conclusos. Â Intime-se e Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. P.R.I. IgarapÃ©-Miri (PA), 17 de marÃ§o de 2022. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00008201420108140022 PROCESSO ANTIGO: 201010005135 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Busca e Apreensão em: 17/03/2022 REQUERIDO:MARIA JOSE DOS REIS REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 11518 - BRENO CEZAR CASSEB PRADO (ADVOGADO) . Processo nÂº 0000820-14.2010.814.0022 Classe: AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o Autor: Banco do Brasil S.A RÃ©u: Maria Jose dos Reis DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- Em face do despacho exarado Ã fl.36 dos autos, o qual versa sobre o interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Certifique-se quanto Ã tempestividade da manifestaÃ§Ã£o de fl. 39/40. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Proceda-se Ã digitalizaÃ§Ã£o e consequente migraÃ§Ã£o dos autos, para o sistema PJE, apÃ³s conclusos. Â Intime-se e Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. P.R.I. IgarapÃ©-Miri (PA), 17 de marÃ§o de 2022. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00010616220208140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 17/03/2022 FLAGRANTEADO:THIAGO FRANCISCO SILVA DE LIMA REQUERENTE:DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE IGARAPE MIRI. ÃCERTIDÃO Certifico na presente data para os devidos fins que, em relaÃ§Ã£o ao processo 0001061-62.2020.8.14.0022, apenas consta em

Secretaria o presente Auto de PrisÃ£o em Flagrante, nÃ£o constando nenhuma informaÃ§Ã£o sobre o Auto de InquÃ©rito Policial. Isto posto, faÃ§o conclusÃ£o dos presentes autos. IgarapÃ©-Miri/PA, 17/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00012753420128140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 17/03/2022 DENUNCIADO:ROGERIO SERRA DO CARMO VITIMA:V. P. P. VITIMA:L. A. F. L. DENUNCIADO:WASHINGTON LUIS PINHEIRO SOUZA Representante(s): OAB 16904 - MAURO ROBERTO MENDES DA COSTA JUNIOR (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Processo: 0001275-34.2012.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal -Procedimento OrdinÃ¡rio Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ RÃ©u: RogÃ©rio Serra do Carmo RÃ©u: Washington Luis Pinheiro Souza ou Owachigton Nonato Pinheiro Souza CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 157, Â§2Âº, I e II, do CP SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em face de ROGÃRIO SERRA DO CARMO e WASHINGTON LUIS PINHEIRO SOUZA (ou OWACHIGTON NONATO PINHEIRO SOUZA) atribuindo-lhe, em tese, as condutas descritas no art. 157, I e II, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Narra a denÃºncia: Noticia a peÃ§a policial que, na data de 14 de setembro de 2012, por volta das 19h00min, a vÃ-tima LUIZ ANTONIO FONSECA LIMA encontrava-se em seu estabelecimento comercial - Ponto Certo, localizado na Rodovia Moura Carvalho, bairro centro, nesta cidade, juntamente com um cliente, o nacional VICENTE FERREIRA PINHEIRO, no momento em que os denunciadosÂ os abordaram. Digno Magistrado, os denunciados anunciaram o assalto e ameaÃ§aram as vÃ-timas com a utilizaÃ§Ã£o de uma arma de fogo e de uma faca, subtraindo dinheiro, 02 (dois) aparelhos de telefonia celular e um cordÃ£o de ouro, da primeira, e a quantia de R$ 30,00 (trinta reais) e a chave de um veÃ-culo, tipo motocicleta, de propriedade da segunda. O fato foi noticiado Ã PolÃ-cia Militar, a qual diligenciou atÃ© encontrar os denunciados na residÃªncia do nacional conhecido por PINÃQUIO, tendo sido encontrados na posse dos mesmos o aparelho celular e certa quantia em dinheiro, de propriedade das vÃ-timas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de recebimento da denÃºncia em 20.10.2016 (fls. 04), ocorrendo o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os acusados ROGÃRIO SERRA DO CARMO e WASHINGTON LUIS PINHEIRO SOUZA (ou Owachigton Nonato Pinheiro Souza) devidamente citados (fls. 09), apresentaram resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 13/14. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 15.02.2017 foi realizada audiÃªncia instruÃ§Ã£o e julgamento, oportunidade na qual foram ouvidas a vÃ-tima LUIZ ANTONIO FONSECA LIMA e as testemunhas MANOEL AUGUSTO BAÃA LEITE, GEOGE SARGES CAVALHEIRO e UELTON SENA RODRIGUES, bem como realizado o interrogatÃ³rio de ROGÃRIO SERRA DO CARMO, cujos depoimentos foram gravados por meio de recurso audiovisual (fls. 35/36). Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlvarÃ¡ de soltura Ã s fls.43/45. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 09.05.2017 foi dado continuidade Ã audiÃªncia instruÃ§Ã£o e julgamento, oportunidade na qual foi realizado o interrogatÃ³rio do rÃ©u WASHINGTON LUIS PINHEIRO SOUZA (ou Owachigton Nonato Pinheiro Souza), cujo depoimento fora gravado por meio de recurso audiovisual (fls. 53/54). Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico (fls. 59/62), pugnando pela condenaÃ§Ã£o dos denunciados ROGÃRIO SERRA DO CARMO e WASHINGTON LUIS PINHEIRO SOUZA 9ou Owachigton Nonato Pinheiro Souza), como incursos nas penas do art. 157, Â§2Âº, I, e II, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais da defesa do rÃ©u WASHINGTON LUIS PINHEIRO SOUZA (ou Owachigton Nonato Pinheiro Souza) (fls. 67/70), pugnando pela absolviÃ§Ã£o do acusado, por insuficiÃªncia de provas, nos termos do art. 386, VII, do CPP. E, subsidiariamente, em caso de condenaÃ§Ã£o, o afastamento das causas de aumento de pena prevista na denÃºncia, com a consequente desclassificaÃ§Ã£o para o delito previsto no aa57, caput, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de relaxamento de prisÃ£o Ã s fls. 73/75. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais da defesa do rÃ©u ROGÃRIO SERRA DO CARMO (fls. 86/89), pugnando pela absolviÃ§Ã£o do acusado, por insuficiÃªncia de provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em desfavor ROGÃRIO SERRA DO CARMO e WASHINGTON LUIS PINHEIRO SOUZA (ou Owachigton Nonato Pinheiro Souza), atribuindo-lhes a conduta descrita no art. 157, Â§2Âº, I e II, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, a materialidade do crime encontra-se perfeitamente demonstrada, devendo ser levado em consideraÃ§Ã£o todo lastro probatÃ³rio produzidos nos autos, notadamente o auto de prisÃ£o em flagrante, boletim de ocorrÃªncia (fls. 08/09 do IPL nÂº 00124/2012.000163-1), auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o de fl. 10 do IPL, bem como a prova oral colhida durante a instruÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entretanto, no que atine Ã autoria delitiva, entendo que nÃ£o restou devidamente demonstrada nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, no presente caso, como de resto todos os demais, para que o Estado exerÃ§a o seu ius puniendi, Ã© necessÃ¡rio que a conduta delituosa pela qual o indivÃ-duo

responde esteja muito bem comprovada.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em outras palavras, a procedÃªncia de uma demanda somente Ã© possÃ-vel quando cabalmente demonstrada a existÃªncia do fato e autoria delituosa, sem as quais o Estado resta impedido de punir aquele que, em tese, praticou uma conduta social e juridicamente reprovÃ¡vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o foi o que aconteceu no presente caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima LUIZ ANTONIO FONSECA LIMA, em seu depoimento em juÃ-zo afirmou: que era por volta de 18h/18h30min quando dois cidadÃ£os entraram em seu estabelecimento, e anunciaram o assalto (...) que tinha um rapaz VICENTE fazendo compras (...) que um estava com uma faca e outro com uma arma (...) que puxaram a arma e foram abordando todo mundo e ameaÃ§ando (...) que mandaram as vÃ-timas baixarem a cabeÃ§a (...) que do depoente foi subtraÃ-do dois celulares e a quantia de R$ 30,00 (...) que a esposa e o filho menor do depoente tambÃ©m estava no local (...) que falaram que sÃ³ queriam dinheiro (...) e havia um outro rapaz esperando numa moto (...) que pegaram a moto e foram embora (...) QUE NÃO RECONHECE OS ASSALTANTES PORQUE ESTAVA DE CABEÃA BAIXA (...) que confirma que foi utilizado arma de fogo (...) que no outro dia foi na delegacia de polÃ-cia registrar a ocorrÃªncia (...) que depois soube que tinham prendido dois elementos (...) QUE NÃO RECONHECEU OS ACUSADOS NA DELEGACIA (...) que sabe que uma cobradora achou um dos celulares roubado dentro do Ã´nibus (...) que foi entregue na sua casa (...) que ao ir na delegacia os acusados nÃ£o estavam lÃ¡ (...) que o outro celular foi entregue na delegacia (...) QUE NÃO FOI LIDO SEU DEPOIMENTO NA DELEGACIA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha MANOEL AUGUSTO BAÃA LEITE, policial militar que participou da diligÃªncia que resultou na prisÃ£o em flagrante dos acusados, em seu depoimento em JuÃ-zo, afirmou: que efetuou a diligÃªncia por volta das 6h30min (...) que o crime ocorreu na noite do dia anterior (...) que a prisÃ£o foi efetuada dentro do Ã´nibus do JarumÃ£ (...) que estava dentro da cidade (...) que estava saindo da cidade (...) que jÃ¡ sabiam do assalto Ã noite, e, por volta das 6h, tomaram conhecimento atravÃ©s de telefone interativo que os dois elementos tinham assaltado o Â¿branquinhoÂ¿ do ponto certo estava no Ã´nibus da JarumÃ£ (...) que abordaram o Ã´nibus e estavam os dois lÃ¡ (...) que o informante passou as caracterÃ-sticas da roupa e pegaram eles (...) QUE ABORDARAM ELES E NÃO FOI ENCONTRADO NADA COM ELES (...) que no outro dia o cobrador foi devolver o celular na casa da vÃ-tima (...) QUE NÃO SABE DIZER SE O COBRADOR VIU ELES JOGAREM O CELULAR PARA A PARTE DE TRÃS DO ÃNIBUS.(...) QUE NÃO RECORDA SE ALGUMA MOTOCICLETA FOI APRESENTADA.(...) que um dos acusados era foragido (...) que um das vÃ-timas deve ter reconhecido os acusados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha GEOGE SARGES CAVALHEIRO, policial militar que participou da diligÃªncia que resultou na prisÃ£o em flagrante dos acusados, em seu depoimento em JuÃ-zo, afirmou: que recorda que no dia anterior tinha acontecido um assalto num comÃ©rcio (...) QUE NO OUTRO DIA LIGARAM PARA O 190 DIZENDO QUE O SUSPEITO ENCONTRAVA-SE DENTRO DO ÃNIBUS (...) que foram convocados pelo comandante e foi feita a prisÃ£o dos elementos dentro do coletivo (...) QUE CHEGARAM ATÃ ELES PELAS CARACTERÃSTICAS QUE DERAM NO TELEFONE (...) QUE DEPOIS DE FEITO O RECONHECIMENTO DELES FOI FEITA A VARREDURA PARA ENCONTRAR ARMAS E OUTROS PERTENCENTES E NADA FOI ENCONTRADO (...) que foram encaminhados Ã delegacia (...) que eles ficaram na delegacia para ser reconhecidos pelas vÃ-timas (...) QUE NÃO SE RECORDA SE ALGUMA MOTOCICLETA FOI APREENDIDA (...) que nÃ£o se recorda se foi feita outra diligÃªncia (...) QUE NÃO PRESENCIOU SE AS VÃTIMAS RECONHECERAM OS ACUSADOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha UELTON SENA RODRIGUES, policial militar que participou da diligÃªncia que resultou na prisÃ£o em flagrante dos acusados, em seu depoimento em JuÃ-zo, afirmou: que seis horas da manhÃ£ receberam uma ligaÃ§Ã£o que os acusados estavam no Ã´nibus (...) que foram reconhecido pelos policiais (...) que pegaram eles e mandaram para a delegacia (...) QUE NÃO SE RECORDA SE ALGUM OBJETO FOI ENCONTRADO COM ELES (...) QUE NÃO SE RECORDA SE FOI APRESENTADA ALGUMA MOTOCICLETA. (...) QUE NÃO SABE SE AS VÃTIMAS RECONHECERAM OS ACUSADOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu interrogatÃ³rio o denunciado ROGÃRIO SERRA DO CARMO negou a autoria do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu interrogatÃ³rio o denunciado WASHINGTON LUIS PINHEIRO SOUZA (ou Owachigton Nonato Pinheiro Souza) negou a autoria do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que os depoimentos da vÃ-tima e das testemunhas se mostraram frÃ¡geis, lacunosos e inseguros em relaÃ§Ã£o Ã participaÃ§Ã£o dos acusados ROGÃRIO SERRA DO CARMO e WASHINGTON LUIS PINHEIRO SOUZA (ou Owachigton Nonato Pinheiro Souza), no crime de roubo narrado na denÃºncia, o que impede a prolaÃ§Ã£o de um Ã©dito condenatÃ³rio pela dÃºvida que se instaurou. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que a vÃ-tima LUIZ ANTONIO FONSECA LIMA afirmou categoricamente que nÃ£o reconheceu os acusados, pois foi mantida de cabeÃ§a baixa durante a execuÃ§Ã£o do crime, sendo certo tambÃ©m que nÃ£o foi encontrado nenhum pertence ou bem roubados das vÃ-timas quando da abordagem dos denunciados pelo policiais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã importante ressaltar que nessa fase processual deve haver prova da materialidade do delito e prova da

autoria, e nÃ£o apenas meros indÃ-cios de autoria, bem como na dÃºvida, o juiz deverÃ¡ absolver o rÃ©u por nÃ£o haver provas suficientes para a condenaÃ§Ã£o, em obediÃªncia ao PrincÃ-pio do in dÃºbio pro reo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: APELAÃÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. DÃVIDA PROBATÃRIA QUANTO AO ENVOLVIMENTO DO RÃU NOS FATOS NARRDADOS NA DENÃNCIA. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÃÃO QUE SE IMPÃE. NÃ£o comprovada suficientemente a participaÃ§Ã£o do acusado no roubo, sua absolviÃ§Ã£o se impÃµe, pois Ã© sabido que a condenaÃ§Ã£o exige prova irrefutÃ¡vel de autoria. Se o suporte da acusaÃ§Ã£o enseja dÃºvidas, nÃ£o hÃ¡ como decidir pela procedÃªncia. (TJMG, APR: 10240130010707001 MG, Rel. Beatriz Pinheiro Caires, data de julgamento: 12.02.2015, CÃ¢maras Criminais/ 2Âª CÃ¢mara Criminal, data de publicaÃ§Ã£o: 02.03.2015). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, na ausÃªncia de provas evidentes de participaÃ§Ã£o dos acusados no fato criminoso descrito na denÃºncia, a absolviÃ§Ã£o dos denunciados ROGÃRIO SERRA DO CARMO e WASHINGTON LUIS PINHEIRO SOUZA (ou Owachigton Nonato Pinheiro Souza), em relaÃ§Ã£o ao crime do art. 157, Â§2Âº, I e II do CP, Ã© medida que se impÃµe, em observÃ¢ncia ao princÃ-pio in dubio por reo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido constante na denÃºncia para o fim de ABSOLVER os rÃ©us ROGÃRIO SERRA DO CARMO e WASHINGTON LUIS PINHEIRO SOUZA (ou Owachigton Nonato Pinheiro Souza) da imputaÃ§Ã£o que lhe Ã© feita com fundamento no art. 386, VII, do CÃ³digo de Processo Penal1. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se Ã vÃ-tima acerca do inteiro teor desta sentenÃ§a, nos termos do artigo 201, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a no DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVE-SE com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 17 de marÃ§o de 2022. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 O juiz absolverÃ¡ o rÃ©u, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheÃ§a: VII - nÃ£o existir prova suficiente para a condenaÃ§Ã£o. ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00051714620168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: 17/03/2022 REPRESENTADO:C. S. R. REPRESENTADO:J. B. C. C. REPRESENTADO:B. L. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0005171-46.2016.8.14.0022 - PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA. Representado(s): CARLOS DOS SANTOS RODRIGUES e JOÃO BATISTA CONCEIÃÃO CORRÃA. Despacho Ã secretaria para que certifique os seguintes itens: 1-Â Â Â Â Â Sobre a existÃªncia de aÃ§Ã£o penal relacionada ao Pedido de PrisÃ£o Preventiva nÂº 0005171-46.2016.814.0022, tramitando nesta Comarca. 2-Â Â Â Â Â Se foi distribuÃ-do mandado para central, caso positivo, se foi devidamente cumprido. 3-Â Â Â Â Â Se o representado se encontra custodiado por esse processo, ou, responde por outros processos, devendo ser expedido o antecedente criminal. 4-Â Â Â Â Â Determino que seja oficiado a Depol para que informe sobre o andamento do InquÃ©rito Policial, no prazo de 15 (quinze) dias. 5-Â Â Â Â Â ApÃ³s o cumprimento integral dos itens acima relacionados, venham os autos conclusos para deliberaÃ§Ã£o. 6-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. 7-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 17 de MarÃ§o de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito P R O C E S S O : 0 0 0 5 7 8 9 5 9 2 0 1 4 8 1 4 0 0 2 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/03/2022 VITIMA:T. A. F. DENUNCIADO:JONAS MACIEL FERREIRA Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (DEFENSOR DATIVO) DENUNCIADO:KENENDY MORAES MIRANDA Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:M. J. P. F. . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Processo: 0005789-59.2014.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal -Procedimento OrdinÃ¡rio Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ RÃ©u: Jonas Maciel Ferreira RÃ©u: Kenendy Moraes Miranda CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 157, Â§2Âº, I e II, do CP SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em face de JONAS MACIEL FERREIRA e KENENDY MORAES MIRANDA atribuindo-lhe, em tese, as condutas descritas no art. 157, I e II, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Narra a denÃºncia: Na data do dia 26.11.2014, as vÃ-timas MANOEL JOSÃ PENA FERREIRA e THIAGO DE ARAÃJO FERREIRA estavam trabalhando em sua loja, quando em dado momento os denunciados ali chegaram em uma motocicleta da marca POP 100, cor Preta, e de posse de arma de fogo anunciaram o assalto. O acusado JONAS MACIEL apontou a arma na direÃ§Ã£o das vÃ-timas enquanto o acusado KENNEDY MORAES, recolhia os objetos

e pertences das vÃ-timas e dos clientes que ali se encontravam. Dentre os objetos, havia aparelhos celulares, notebook, e a quantia em dinheiro do caixa no valor de R$1.500,00 (um mil e quinhentos reais). ApÃ³s a aÃ§Ã£o delituosa, os denunciados empreenderam fuga. A PolÃ-cia Militar foi acionada e logrou Ãªxito em localizar e prender os acusados na Rua Rui Barbosa, bairro da Ãfrica, precisamente em uma casa de madeira de dois pavimentos. Foi apreendida a motocicleta da marca/modelo POP 100, cor preta, usada no assalto. Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de recebimento da denÃºncia em 18.12.2014 (fls. 19/20), ocorrendo o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado JONAS MACIEL FERREIRA devidamente citado (fls. 32), apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 27/30. Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado KENENDY MORAES MIRANDA devidamente citado (fls. 32), apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 34. Â Â Â Â Â Â Â Â AlvarÃ¡ de soltura Ã s fls. 57/58. Â Â Â Â Â Â Â Â AlvarÃ¡ de soltura Ã s fls. 59/60. Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 05.10.2016 foi realizada audiÃªncia instruÃ§Ã£o e julgamento, oportunidade na qual foram ouvidas as vÃ-timas THIAGO DE ARAÃJO FERREIRA e MANOEL JOSÃ PENA FERREIRA, e as testemunhas CHARLES DOS REIS SILVA e MARCOS DA COSTA NEGRÃO, cujos depoimentos foram gravados por meio de recurso audiovisual, tendo sido aplicado o art. 367 do CPP, em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u KENENDY MORAES MIRANDA, sua ausÃªncia (fls. 79/81). Â Â Â Â Â Â Â Â Mandado de prisÃ£o preventiva de KENENDY MORAES MIRANDA Ã s fls. 82. Â Â Â Â Â Â Â Â Em 10.11.2016 foi dado continuidade Ã audiÃªncia instruÃ§Ã£o e julgamento, oportunidade na qual foi realizado o interrogatÃ³rio do rÃ©u JONAS MACIEL FERREIRA, cujo depoimento fora gravado por meio de recurso audiovisual (fls. 85/86). Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais orais do MinistÃ©rio PÃºblico (fls. 89/92), pugnando pela condenaÃ§Ã£o dos denunciados JONAS MACIEL FERREIRA e KENENDY MORAES MIRANDA, como incursos nas penas do art. 157, Â§2Âº, I, e II, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais da defesa dos rÃ©us JONAS MACIEL FERREIRA e KENENDY MORAES MIRANDA (fls. 96/108), pugnando pela absolviÃ§Ã£o do acusado, por insuficiÃªncia de provas, nos termos do art. 386, VII, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em desfavor JONAS MACIEL FERREIRA e KENENDY MORAES MIRANDA, atribuindo-lhes a conduta descrita no art. 157, Â§2Âº, I e II, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, a materialidade do crime encontra-se perfeitamente demonstrada, devendo ser levado em consideraÃ§Ã£o todo lastro probatÃ³rio produzidos nos autos, notadamente o auto de prisÃ£o em flagrante, boletim de ocorrÃªncia (fl. 12 do IPL nÂº 00124/2014.000305-6), mÃ-dia de fl. 27 do IPL, o auto de apreensÃ£o e exibiÃ§Ã£o de fl. 33 do IPL, bem como a prova oral colhida durante a instruÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â A autoria, por sua vez, Ã© induvidosa. Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima THIAGO DE ARAÃJO FERREIRA, em seu depoimento em juÃ-zo afirmou: que: que estava atendendo um vendedor, e seu pai outro vendedor, e, por volta das 15h30min chegaram dois jovens assaltantes (...) que um portava uma arma e o outro sem arma (..) que um estava de capacete e outro de bonÃ© e Ã³culos (...) que ele apontou a arma para um vendedor (...) que pegou o celular do depoente primeiro (...) que depois pegou o celular do vendedor que o depoente estava atendendo (...) que que levou o celular e o notebook do vendedor que seu pai estava atendendo (...) que os assaltantes se dirigiram ao caixa que estava seu irmÃ£o (...) que saqueou o dinheiro que tinha no caixa e foi embora numa moto pop sem placa (...) que o revolver estava na mÃ£o do assaltante que estava de capacete (...) que fez no registro na delegacia no mesmo dia (...) que a polÃ-cia captou eles logo depois (...) que reconheceu os assaltantes na delegacia no outro dia (...) que conhece KENNEDY inclusive pessoalmente, pois mora na rua atrÃ¡s de sua casa (...) QUE NÃO TEM DUVIDAS QUANTO A AUTORIA DOS ACUSADOS (...) que nada foi recuperado (...) que a moto tinha cor preta (...) que era o acusado JONAS que estava armado (...) que o acusado KENNEDY era que recolhia os objetos (...) que JONAS estava de capacete e KENNEDY estava de bonÃ©.(...) que foi levado cerca de R$ 1.000,00 em dinheiro do caixa. Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima MANOEL JOSÃ PENA FERREIRA, em seu depoimento em juÃ-zo afirmou: que eram 15h30min (...) que entraram dois elementos em sua loja (...) que estava armado com revolver e o outro nÃ£o (...) que eles levaramÂ o celular do seu filho, e cerca de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) do caixa (...) que levaram o celular do representante da Moura e outro celular do representante de uma empresa de SÃ£o Paulo (...) que levaramÂ notebook dele tambÃ©m (...) que os assaltantes foram presos na manhÃ£ do dia seguinte (...) que o depoente e seu filho reconheceram os assaltantes na delegacia (...) que o acusado KENNEDY era morador da Ã¡rea (...) que seu filho conhecia bem KENNEDY (...) que a moto usada pelos assaltantes era uma POP preta sem placa (...) que a moto foi apreendida. Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha CHARLES DOS REIS SILVA, policial militar que participou da diligÃªncia que resultou na prisÃ£o em flagrante dos acusados, em seu depoimento em JuÃ-zo, afirmou: que nÃ£o estava de serviÃ§o no dia dos fatos (...) que no dia seguinte estava de serviÃ§o (...) que a guarniÃ§Ã£o passou para o depoente a respeito do assalto que houve nessa loja (...) que ligaram da

delegacia dizendo que tinham imagens (...) que foi atÃ© lÃ¡ e viu as imagens (...) que jÃ¡ tinha se deparado com outras situaÃ§Ãµes deles em outros assaltos (...) que identificou os acusados pelas imagens (...) que saiu na delegacia e adentrou na Â¿ÃfricaÂ¿ (...) que chegando prÃ³ximo da casa onde ele estavam naquele momento os acusados saÃ-ram correndo (...) que conseguiram pegar eles (...) que conduziram os acusados para a delegacia (...) que a moto tambÃ©m foi levadaÂ (...) que a moto estava na frente da casa (...) que identificou a moto devido a um adesivo bem do lado dela que dava pra identificar nitidamente (...) que foi acionada as vÃ-timas (...) que as vÃ-timas reconheceram os acusados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha MARCOS DA COSTA NEGRÃO, policial militar que participou da diligÃªncia que resultou na prisÃ£o em flagrante dos acusados, em seu depoimento em JuÃ-zo, afirmou: que recebeu a denÃºncia da guarniÃ§Ã£o que estava saindo de serviÃ§o a respeito do assalto nessa loja (...) que as imagens do assalto estavam na delegacia (...) que se dirigiram Ã delegacia e viu as imagens do assalto (...) que receberam a informaÃ§Ã£o que dois elementos estariam na Ãfrica (...) que chegando nas proximidades os acusados correram para dentro de uma residÃªncia (..) que conseguiram fazer a contenÃ§Ã£o dos mesmos (...) que nas imagens aparecia uma moto que os assaltantes usaram (...) que a moto foi encontrada (...) que a moto estava na frente da residÃªncia (...) que foram conduzidos Ã delegacia juntamente com a moto (..) que as vÃ-timas foram acionadas (...) que as vÃ-timas reconheceram os acusados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu interrogatÃ³rio o denunciado JONAS MACIEL FERREIRA negou a autoria do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inobstante as declaraÃ§Ãµes do acusado, Ã© cediÃ§o que a genÃ©rica negativa da prÃ¡tica do delito nÃ£o pode ser acolhida quando se mostra incompatÃ-vel com a prova dos autos. Assim, nÃ£o hÃ¡ como acolher a pretendida absolviÃ§Ã£o por negativa de autoria ou por insuficiÃªncia de provas, pois as provas amealhadas ao longo da instruÃ§Ã£o sÃ£o suficientes para ensejar a condenaÃ§Ã£o dos denunciados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, nÃ£o hÃ¡ dÃºvidas que os denunciados JONAS MACIEL FERREIRA e KENENDY MORAES MIRANDA, em comunhÃ£o de esforÃ§os e unidade de desÃ-gnios, praticaram o crime de roubo contra as vÃ-timas THIAGO DE ARAÃJO FERREIRA e MANOEL JOSÃ PENA FERREIRA, mediante ameaÃ§a e uso de arma de fogo, subtraindo-lhes seus bens e pertences, com evidente animus furandi. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O depoimento das vÃ-timas e das testemunhas mostrou-se firme, coerente e harmÃ´nico com os demais elementos dos autos, em especial com a mÃ-dia de fl. 27 do IPL, e com o auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o de fl. 33 do IPL, dando conta da apreensÃ£o da motocicleta utilizada no crime, que estava em poder dos acusados, o que corrobora com os fatos narrados na denÃºncia, demonstrando, sem sobras de dÃºvidas, que, efetivamente, os JONAS MACIEL FERREIRA e KENENDY MORAES MIRANDA foram os autores do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importante salientar que nos crimes de natureza patrimonial, como no caso em apreÃ§o, a palavra da vÃ-tima, quando manifestada de forma serena, clara e harmÃ´nica com as demais provas dos autos, possui elevado valor probatÃ³rio, devendo ser tida como decisiva, conforme entendimento consolidado dos tribunais. Nesse sentido: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÃÃO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. CONCURSO DE PESSOAS, EMPREGO DE ARMA DE FOGO E RESTRIÃÃO DE LIBERDADE DAS VÃTIMAS. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. IMPOSSIBILIDADE DE ABSOLVIÃÃO. DOSIMETRIA. NEGATIVAÃÃO IDÃNEA DAS CIRCUNSTÃNCIAS E CONSEQUÃNCIAS DO CRIME. ARMA BRANCA. PATAMAR DE AUMENTO NA PRIMEIRA E NA SEGUNDA FASE. DESPROPORCIONALIDADE NÃO DETECTADA. CONCURSO DE CAUSAS DE AUMENTO DE PENA. 1.Â EfetivamenteÂ demonstradas a autoria e a materialidade dosÂ delitosÂ cometidos pelo rÃ©u (roubo majorado pelo uso de arma de fogo, concurso de agentes e restriÃ§Ã£o da liberdade das vÃ-timas), a condenaÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe, nÃ£o havendo falar em absolviÃ§Ã£o por insuficiÃªncia de provas. 2. Ã pacÃ-fico nesta Corte de JustiÃ§a o entendimento de que, nos crimes patrimoniais, a palavra da vÃ-tima tem especial relevo e pode embasar o Ã©dito condenatÃ³rio, sobretudo quando firme e corroborada por outros elementos de prova, sobretudo o reconhecimento inequÃ-voco do rÃ©u pelas vÃ-timas. 3. O excesso de violÃªncia na conduta, com uso de arma branca apÃ³s as vÃ-timas jÃ¡ estarem rendidas e subjugadas por arma de fogo, alÃ©m dos disparos de arma de fogo falhos perpetrados contra uma das vÃ-timas, a casa extremamente devastada e o afastamento do trabalho, todos decorrentes da aÃ§Ã£o violenta, sÃ£o elementos idÃ´neos, nÃ£o inerentes ao tipo penal, aptos a justificar a avaliaÃ§Ã£o negativa das vetoriais circunstÂ¢ncias e consequÃªncias do crime, na primeira fase da dosimetria. ApuraÃ§Ã£o da fundamentaÃ§Ã£o utilizada na sentenÃ§a. Precedente do STJ. 4. Com relaÃ§Ã£o ao patamar de aumento da pena-base para cada circunstÂ¢ncia judicial valorada negativamente, a jurisprudÃªncia do TJDFT adota a fraÃ§Ã£o de 1/8 (um oitavo) do intervalo entre as penas mÃ-nima e mÃ¡xima abstratamente previstas, justificando-se a manutenÃ§Ã£o da pena que seguiu o critÃ©rio jurisprudencial, no caso concreto. 5. Em que pese Ã inexistÃªncia de um critÃ©rio objetivo definido pelo legislador para valorar cada circunstÂ¢ncia agravante ou atenuante, os Tribunais Superiores, em busca de um patamar ideal de valoraÃ§Ã£o a ser empregado quando da aplicaÃ§Ã£o da pena

intermediÃ¡ria, estabeleceram a fraÃ§Ã£o de 1/6 (um sexto) sobre a pena-base como quantum ideal. 6. Tendo sido respeitadas as fraÃ§Ãµes de aumento adotadas pela jurisprudÃªncia na primeira e na segunda fase da dosimetria, nÃ£o hÃ¡ falar em aumento desproporcional entre as etapas, pois deve ser observada a hierarquia entre as fases da fixaÃ§Ã£o da pena. 7. Ante o concurso de causas especiais de aumento de pena, aplicÃ¡vel o previsto no parÃ¡grafo Ãºnico do artigo 68 do CÃ³digo Penal, podendo o juiz limitar-se a um sÃ³ aumento ou a uma sÃ³ diminuiÃ§Ã£o, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua. 8. Recurso conhecido e nÃ£o provido. (TJDF, AcÃ³rdÃ£o 1230961, 00041942020188070009, Relator: CRUZ MACEDO, data de julgamento: 13/2/2020, publicado no PJe: 27/2/2020). APELAÃÃO. ROUBO QUALIFICADO. PEDIDO DE ABSOLVIÃÃO POR AUSÃNCIA DE PROVAS. NÃO CABIMENTO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PEDIDO ALTERNATIVO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO CONCURSO DE PESSOAS. QUALIFICADORA COMPROVADA. DEPOIMENTO DA VÃTIMA. IMPORTÃNCIA. RECURSO IMPROVIDO. I-Embora o apelante negue a prÃ¡tica delitiva, o contexto probatÃ³rio, em especial a prova testemunhal, comprova sua participaÃ§Ã£o no crime de roubo majorado que lhe foi imputado. II -As declaraÃ§Ãµes da vÃ-tima, apoiada nos demais elementos dos autos, em se tratando de crimes cometidos sem a presenÃ§a de outras pessoas, Ã© prova vÃ¡lida para a condenaÃ§Ã£o, mesmo ante a palavra divergente do rÃ©u. Precedentes do STJ. III-Restando comprovado, em especial pela prova testemunhal, que a aÃ§Ã£o criminosa foi praticada por mais de uma pessoa, como ocorre na hipÃ³tese dos autos, nÃ£o hÃ¡ como nÃ£o se reconhecer a majorante prevista no inciso II do Â§ 2Âº, do art. 157 do CPB.Â IV - ApelaÃ§Ã£o improvida. (TJPA, 2014.04614589-37, 138.099, Rel. LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR, ÃrgÃ£o Julgador 3Âª CÃMARA CRIMINAL ISOLADA, Julgado em 2014-09-18, Publicado em 2014-09-22). Â Â Â Â Â Â Â Â Â No tocante a presenÃ§a da majorante narrada na denÃºncia, cumpre esclarecer que a Lei 13.654/2018 promoveu alteraÃ§Ã£o na causa de aumento de pena constante do parÃ¡grafo Â§ 2Âº do art. 157. A regra que autorizava o aumento da pena de 1/3 atÃ© metade, em caso de utilizaÃ§Ã£o de arma de fogo durante a empreitada criminosa, migrou para o Â§ 2Âº-A, tendo sido recrudescida, na medida em que passou a prever aumento de pena entre 2/3 e metade, aplicando-se, tÃ£o somente, aos casos de utilizaÃ§Ã£o de arma de fogo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em razÃ£o do recrudescimento operado pelo legislador, imperioso que a conduta do rÃ©u seja subsumida Ã tipificaÃ§Ã£o vigente Ã Ã©poca dos fatos, por lhe ser mais favorÃ¡vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Art. 157, Â§ 2Âº, incisos I, II, vigente Ã Ã©poca dos fatos, previa: Â¿Art. 157 - Subtrair coisa mÃ³vel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaÃ§a ou violÃªncia a pessoa, ou depois de havÃª-la, por qualquer meio, reduzido Ã impossibilidade de resistÃªncia: Pena - reclusÃ£o, de quatro a dez anos, e multa. Â§ 2Âº - A pena aumenta-se de um terÃ§o atÃ© metade: I - se a violÃªncia ou ameaÃ§a Ã© exercida com emprego de arma; Â Â Â Â Â Â Â Â Â No tocante a causa de aumento prevista no inciso I, Â§2Âº, do art. 157, do CP, entendo que restou devidamente demonstrada, e, apesar de nÃ£o ter sido encontrada e periciada a arma de fogo utilizada na aÃ§Ã£o delituosa, hÃ¡ nos autos prova de que os rÃ©us praticaram o crime utilizando-se do referido artefato, conforme se constata do depoimento das vÃ-timas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que a jurisprudÃªncia das Cortes Superiores Ã© majoritÃ¡ria quanto Ã prescindibilidade da apreensÃ£o da arma de fogo e de sua perÃ-cia, pois seu efetivo emprego pode ser comprovado por outros meios, como a palavra da vÃ-tima e testemunhas. Nesse sentido: STF, 1Âª Turma, HC 108034/MG, rel. Min. Rosa weber, 07.08.2012; STJ, 5Âª Turma, REsp 1213467/RS. Rel. Marilza Maynard (Des. Convocada do TJ/SE) julgado em 07.05.2013) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No tocante a causa de aumento prevista no inciso II, Â§2Âº, do art. 157, do CP, restou devidamente demonstrada, pois hÃ¡ nos autos prova de que os rÃ©us JONAS MACIEL FERREIRA e KENENDY MORAES MIRANDA praticaram o crime em comunhÃ£o de esforÃ§os e unidade de desÃ-gnios, configurando concurso de agentes, conforme se constata do depoimento das vÃ-timas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, restando comprovada a materialidade e autoria delitiva, e nÃ£o se extraindo dos autos qualquer causa de exclusÃ£o da tipicidade, antijuridicidade ou culpabilidade, a condenaÃ§Ã£o dos denunciados JONAS MACIEL FERREIRA e KENENDY MORAES MIRANDA, pelo crime previsto no art. 157, I e II, do CP, Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denÃºncia, a fim de CONDENAR os denunciados JONAS MACIEL FERREIRA e KENENDY MORAES MIRANDA, como incursos nas penas do art. 157, I e II, do CP, razÃ£o pela qual passo a dosar a respectiva pena a ser aplicada, em estrita observÃ¢ncia ao disposto pelo art. 68, caput, do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preliminarmente, registro que em razÃ£o do reconhecimento da incidÃªncia de duas causas de aumento de pena, adoto o entendimento de que uma delas serÃ¡ considerada para majorar o crime (emprego de arma de fogo- art. 157, Â§2Âº, I, do CP- com redaÃ§Ã£o anterior da Lei 13.654/2018), e a outra (concurso de pessoas- art. 157, Â§2Âº, II) deve ser considerada como circunstÃ¢ncia judicial desfavorÃ¡vel, conforme jurisprudÃªncia do STJ (AgRg no HC 395.774/MG, Rel.

Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 11/10/2017). DA FIXAÃÃO DA PENA BASE EM RELAÃÃO AO RÃU KENENDY MORAES MIRANDA DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal1, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta reprovÃ¡vel por sua prÃ³pria natureza, nada tendo a se valorar; b)Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notÃ-cia de jÃ¡ ter sido o acusado condenado, com sentenÃ§a judicial transitada em julgado, pela prÃ¡tica de qualquer outro delito de natureza penal, razÃ£o por que nÃ£o hÃ¡ que se falar na existÃªncia de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juÃ-zo, apoiado na SÃºmula 444 do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a2, Ã© o de que inquÃ©ritos policiais ou processos em andamento nÃ£o propiciam a caracterizaÃ§Ã£o de maus antecedentes, forte no princÃ-pio da nÃ£o-culpabilidade, gravado no art. 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, nada a valorar; c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, entendida esta como Â¿o comportamento do agente perante a sociedadeÂ¿3, nada hÃ¡ a valorar nos autos; d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se pode dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, Ã© a obtenÃ§Ã£o de lucro fÃ¡cil em detrimento do patrimÃ´nio alheio, o que Ã© inerente ao crime, tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ nada que se valorar nos autos; f)Â Â Â Â Â No tocante Ã s circunstÃ¢ncias do crime, verifica-se que o rÃ©u praticou o crime em companhia de seu comparsa, o que configura concurso de agentes, situaÃ§Ã£o a evidenciar a gravidade das circunstÃ¢ncias do crime praticado, de modo que valoro essa circunstÃ¢ncia em desfavor do rÃ©u; g)Â Â Â Â Â No que atine as consequÃªncias do crime sÃ£o normais Ã espÃ©cie, nÃ£o havendo nada a valorar nos autos; h)Â Â Â Â Â Por fim, quanto ao comportamento da vÃ-tima, a vÃ-tima em nada contribuiu para o delito; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÃ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e pagamento de 15 dias-multa, cada um equivalente a um trigÃ©simo do valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, em observÃ¢ncia ao disposto no art. 60, do CÃ³digo Penal4.Â DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÃDIGO PENAL) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, nÃ£o hÃ¡ qualquer circunstÃ¢ncia agravante ou atenuante a ser aplicada, pelo que, mantenho provisoriamente a pena em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e pagamento de 15 dias-multa. DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que nÃ£o hÃ¡ causa de diminuiÃ§Ã£o de pena a ser aplicada. No entanto, reconheÃ§o a existÃªncia da causa de aumento de pena prevista no art. 157, Â§2Âº, I, do CP-- com redaÃ§Ã£o anterior da Lei 13.654/2018 (em razÃ£o de emprego de arma de fogo) a ser aplicada, razÃ£o pela qual aumento a pena em 1/3, ficando o rÃ©u, condenado em 06 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusÃ£o, e pagamento de 20 dias-multa. CONSIDERAÃÃES GERAIS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IncabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito, vez que a pena fixada Ã© superior a 04 (quatro) anos, alÃ©m de que o crime foi cometido com violÃªncia e grave ameaÃ§a, nos termos do art. 44, I, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o quantum da pena aplicada, deixo de conceder ao acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, caput, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de proceder Ã detraÃ§Ã£o penal, nos termos do art. 387, Â§ 2Âº, do CPP, em razÃ£o da inexistÃªncia nos autos de informaÃ§Ã£o sobre a situaÃ§Ã£o prisional do rÃ©u Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a pena privativa de liberdade aplicada e nÃ£o ser o rÃ©u reincidente, nos termos do art. 33, Â§ 2Âº, b, do CÃ³digo Penal, fixo o regime semiaberto para o inÃ-cio do cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude de nÃ£o estarem presentes quaisquer requisitos que autorizam a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, bem como pelo fato de o rÃ©u encontrar-se respondendo ao processo em liberdade, concedo ao rÃ©u o direito de recorrer em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar o rÃ©u Ã s custas judiciais, ante sua situaÃ§Ã£o de hipossuficiÃªncia econÃ´mica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atento Ã norma prevista no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal, deixo de fixar o valor mÃ-nimo de indenizaÃ§Ã£o, Ã mingua de elementos nos autos, ressalvada a propositura da aÃ§Ã£o civil cabÃ-vel. DA FIXAÃÃO DA PENA BASE EM RELAÃÃO AO RÃU JONAS MACIEL FERREIRA DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal5, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta reprovÃ¡vel por sua prÃ³pria natureza, nada tendo a se valorar; b)Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notÃ-cia de jÃ¡ ter sido o acusado condenado, com sentenÃ§a judicial transitada em julgado, pela prÃ¡tica de qualquer outro delito de natureza penal, razÃ£o por que nÃ£o hÃ¡ que se falar na existÃªncia de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juÃ-zo, apoiado na SÃºmula 444 do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a6, Ã© o de que inquÃ©ritos policiais ou processos em andamento nÃ£o propiciam a caracterizaÃ§Ã£o de maus antecedentes, forte no princÃ-pio da nÃ£o-culpabilidade, gravado no art. 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, nada a valorar; c)Â

Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, entendida esta como Â¿o comportamento do agente perante a sociedadeÂ¿7, nada hÃ¡ a valorar nos autos; d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se pode dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, Ã© a obtenÃ§Ã£o de lucro fÃ¡cil em detrimento do patrimÃ´nio alheio, o que Ã© inerente ao crime, tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ nada que se valorar nos autos; f)Â Â Â Â Â No tocante Ã s circunstÃ¢ncias do crime verifica-se que o rÃ©u praticou o crime em companhia de seu comparsa, o que configura concurso de agentes, situaÃ§Ã£o a evidenciar a gravidade das circunstÃ¢ncias do crime praticado, de modo que valoro essa circunstÃ¢ncia em desfavor do rÃ©u; g)Â Â Â Â Â No que atine as consequÃªncias do crime, sÃ£o normais Ã espÃ©cie, nÃ£o havendo nada a valorar nos autos; h)Â Â Â Â Â Por fim, quanto ao comportamento da vÃ-tima, a vÃ-tima em nada contribuiu para o delito; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÃ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e pagamento de 15 dias-multa, cada um equivalente a um trigÃ©simo do valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, em observÃ¢ncia ao disposto no art. 60, do CÃ³digo Penal8.Â DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÃDIGO PENAL) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, nÃ£o hÃ¡ qualquer circunstÃ¢ncia agravante. Entretanto, verifica-se a presenÃ§a da circunstÃ¢ncia atenuante prevista no art. 65, I, do CP, eis que o acusado era menor de 21 (vinte um) anos na data do fato, razÃ£o pela qual atenuo a pena em 01 ano, e fixo a pena provisoriamente em 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e pagamento de 12 dias-multa. DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que nÃ£o hÃ¡ causa de diminuiÃ§Ã£o de pena a ser aplicada. No entanto, reconheÃ§o a existÃªncia da causa de aumento de pena prevista no art. 157, Â§2Âº, I, do CP-- com redaÃ§Ã£o anterior da Lei 13.654/2018 (em razÃ£o de emprego de arma de fogo) a ser aplicada, razÃ£o pela qual aumento a pena em 1/3, ficando o rÃ©u, condenado em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusÃ£o, e pagamento de 16 dias-multas. CONSIDERAÃÃES GERAIS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IncabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito, vez que a pena fixada Ã© superior a 04 (quatro) anos, alÃ©m de que o crime foi cometido com violÃªncia e grave ameaÃ§a, nos termos do art. 44, I, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o quantum da pena aplicada, deixo de conceder ao acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, caput, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de proceder Ã detraÃ§Ã£o penal, nos termos do art. 387, Â§ 2Âº, do CPP, em razÃ£o da inexistÃªncia nos autos de informaÃ§Ã£o sobre a situaÃ§Ã£o prisional do rÃ©u Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a pena privativa de liberdade aplicada e nÃ£o ser o rÃ©u reincidente, nos termos do art. 33, Â§ 2Âº, b, do CÃ³digo Penal, fixo o regime semiaberto para o inÃ-cio do cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude de nÃ£o estarem presentes quaisquer requisitos que autorizam a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, bem como pelo fato de o rÃ©u encontrar-se respondendo ao processo em liberdade, concedo ao rÃ©u o direito de recorrer em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o rÃ©u ao pagamento das custas judiciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atento Ã norma prevista no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal, deixo de fixar o valor mÃ-nimo de indenizaÃ§Ã£o, Ã mingua de elementos nos autos, ressalvada a propositura da aÃ§Ã£o civil cabÃ-vel. DA ANÃLISE DA PRESCRIÃÃO EM RELAÃÃO AO RÃU JONAS MACIEL FERREIRA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Permanecendo inalterada a reprimenda aplicada e com o trÃ¢nsito em julgado, verifica-se a incidÃªncia prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado. SenÃ£o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebia em 18.12.2014, o que interrompeu o prazo prescricional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em comento, foi aplicada ao rÃ©u a pena 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusÃ£o em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u JONAS MACIEL FERREIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o Art. 109, III, do CPB, a prescriÃ§Ã£o se verifica em 12 (doze) anos, se o mÃ¡ximo da pena Ã© superior a 04 (quatro) anos e nÃ£o excede a 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que o agente ao tempo do crime era menor de 21 (vinte e um) anos de idade, o que significa que automaticamente o prazo prescricional cairÃ¡ pela metade, conforme nos ensina o artigo 115 do CP, o que implica prescriÃ§Ã£o em 06 (seis) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, da data de recebimento da denÃºncia (18.12.2014) atÃ© a presente (17.03.2022), jÃ¡ transcorreu lapso temporal superior ao necessÃ¡rio para gerar a perda do direito de punir do Estado (Art. 109, III, do CPB). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao lume do exposto, RECONHEÃO a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, e DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de JONAS MACIEL FERREIRA, com fundamento no art. 109, III, c/c art. 115 e art. 107, IV, todos do CÃ³digo Penal. DISPOSIÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, tomem-se as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados; b)Â Â Â Â Â Proceda-se ao recolhimento do valor atribuÃ-do a tÃ-tulo de pena de multa, conforme art. 686, do CÃ³digo de Processo Penal9; c)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a carta de execuÃ§Ã£o do rÃ©u; d)Â Â Â Â Â , devendo a Procuradoria Geral do Estado ser oficiada para providenciar o aludido pagamento e)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste

Estado, para as providÃªncias legais. f)Â Â Â Â Â Oficie-se ao setor de estatÃ-stica criminal do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, para as providÃªncias de praxe; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se Ã vÃ-tima acerca do inteiro teor desta sentenÃ§a, nos termos do artigo 201, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a presente sentenÃ§a do DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 17 de marÃ§o de 2022. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÃ¢ncias e consequÃªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 2. SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 3 GRECO, RogÃ©rio. CÃ³digo penal comentado. 4Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p. 140. 4 Na fixaÃ§Ã£o da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, Ã situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u. 5 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÃ¢ncias e consequÃªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 6. SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 7 GRECO, RogÃ©rio. CÃ³digo penal comentado. 4Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p. 140. 8 Na fixaÃ§Ã£o da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, Ã situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u. 9 A pena de multa serÃ¡ paga dentro em 10 (dez) dias apÃ³s haver transitado em julgado a sentenÃ§a que a impuser. ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00080529320168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/03/2022 VITIMA:E. N. M. DENUNCIADO:DENILSON COSTA PANTOJA Representante(s): OAB 21293 - MAX DO SOCORRO MELO PINHEIRO (ADVOGADO) . ÃCERTIDÃO Certifico na presente data para os devidos fins que, em anÃ¡lise dos autos do processo 0008052-93.2016.8.14.0022 no sistema LIBRA, verificou-se que se encontra em duplicidade de documentos: AÃ§Ã£o Penal Â¿ Procedimento OrdinÃ¡rio | Julgado | 20170133203127 e AÃ§Ã£o Penal Â¿ Procedimento OrdinÃ¡rio |Â Em Andamento | 20170053084716, sendo este Ãºltimo mera cÃ³pia do primeiro e apresentando parte dos documentos que constam dos autos fÃ-sicos e do procedimento original (20170133203127), em fase de intimaÃ§Ã£o da SentenÃ§a CondenatÃ³ria. Isto posto, procedo o arquivamento do procedimento duplicado 20170053084716. IgarapÃ©-Miri/PA, 17/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00000572520098140022 PROCESSO ANTIGO: 200920000235 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: CAUTELARES/BUSC-APRE em: 18/03/2022 AUTOR:DELEGADO DE POLICIA CIVIL REQUERIDO:AILSON SANTA MARIA DO AMARAL REQUERIDO:MAIKE DA TEREZA REQUERIDO:DEDAO, IRMAO DO PE DE BOTO REQUERIDO:LORO, FILHO DO ADIL REQUERIDO:SURUCUA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 18 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00004595220128140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inquérito Policial em: 18/03/2022 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:G. B. L. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 18 de Janeiro de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00005928720108140022 PROCESSO ANTIGO: 201020003492 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Termo Circunstanciado em: 18/03/2022 AUTOR:JOSE BENEDITO MUNIZ BATISTA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0000592-87.2010.8.14.0022 Classe: TCO Autor do fato: JosÃ© Benedito Muniz Batista SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio com base no permissivo legal do art. 81, Â§ 3Âº, da Lei 9.099, de 1995. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A persecutio criminis in juditio Ã© atribuiÃ§Ã£o do Estado como uma das manifestaÃ§Ãµes mÃ¡ximas de sua

soberania. Entretanto, a possibilidade jurÃ-dica de aplicaÃ§Ã£o da sanÃ§Ã£o penal estÃ¡ condicionada Ã rigorosÃ-ssima observÂncia dos prazos determinados pelo direito penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por essa razÃ£o, Ã© imprescindÃ-vel o mÃ¡ximo de empenho do aparelho estatal para evitar que a aÃ§Ã£o do tempo venha a obstruir os objetivos do processo penal decorrente da declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o de punibilidade do infrator pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao versar sobre o assunto, o CÃ³digo Penal Brasileiro, no inciso VI e V do art. 109, estabelece, respectivamente, que, antes de transitar em julgado a sentenÃ§a final, verifica-se a prescriÃ§Ã£o em 04 (quatro) anos, quando o mÃ¡ximo da pena Ã© igual a um ano ou, sendo superior, nÃ£o excede a dois. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, as supostas prÃ¡ticas delituosas, previstas no artigo 180, Â§3Âº, do CÃ³digo Penal Brasileiro, ocorreram no dia 24/05/2010, sendo a pena mÃ¡xima de 04 (quatro) anos para o crime de receptaÃ§Ã£o (art. 180, Â§3Âº, do CPB). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, conclui-se que, na presente data, o jus puniendi estatal se encontra extinto pela prescriÃ§Ã£o, visto jÃ¡ ter decorrido mais de 11 (onze) anos da data do fato sem que se tenham verificado quaisquer das causas de interrupÃ§Ã£o do curso do lapso prescricional previstas no art. 117 do referido diploma legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por tais razÃµes, RECONHEÃO a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de JosÃ© Benedito Muniz Batista, quanto aos delitos previstos no artigo art. 180, Â§3Âº, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂnsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. IgarapÃ©-Miri, 18 de MarÃ§o de 2022. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00014554020108140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/03/2022 VITIMA:A. G. P. AUTOR:EDUARDO ROQUE DA COSTA GONCALVES AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Processo nÂº 0001455-40.2010.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal de Procedimento OrdinÃ¡rio Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Eduardo Roque da Costa GonÃ§alves SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em desfavor de Eduardo Roque da Costa GonÃ§alves, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o destes nas penas contidas no art. 331, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 07/05/2012, foi recebida a denÂºncia contra o acusado, ocorrendo, dessa forma, o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado (fl. 25). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Doutrina majoritÃ¡ria entende ser o Direito Penal dividido basicamente em duas vertentes, quais sejam: o Direito Penal Objetivo e o Subjetivo. O primeiro Ã© traduzido nas normas (latu sensu) que o Estado, enquanto regulador da vida em sociedade, elabora, a fim de que se previnam ou reprimam a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes de natureza penal; o segundo Ã© caracterizado pelo poder-dever que tem aquela mesma entidade, possuidora exclusiva da jurisdiÃ§Ã£o, de, em havendo a prÃ¡tica do delito, exercer o seu ius puniendi (direito de punir) sobre o infrator. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a liÃ§Ã£o de ROGÃRIO GRECO1 ao afirmar que: Â Direito Penal Subjetivo, a seu turno, Ã© a possibilidade que tem o Estado de criar e fazer cumprir suas normas, executando as decisÃµes condenatÃ³rias proferidas pelo Poder JudiciÃ¡rio. Ã o prÃ³prio ius puniendi. Se determinado agente praticar um fato tÃ-pico, antijurÃ-dico e culpÃ¡vel, abre-se ao Estado o dever-poder de iniciar a persecutio criminis in judicio, visando alcanÃ§ar, quando for o caso e obedecido o devido processo legal, um decreto condenatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que hÃ¡ circunstÂncias expressamente previstas pela lei nas quais o Estado pode, tanto quanto renunciar ao citado ius puniendi (graÃ§a, indulto ou anistia), perder dita prerrogativa (morte do agente, retroatividade de lei que nÃ£o mais considera o fato como criminoso, prescriÃ§Ã£o, decadÃªncia, perempÃ§Ã£o etc). SÃ£o as intituladas causa extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CÃ³digo Penal Brasileiro (CP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dentre as citadas causas extintivas da punibilidade, especificamente no que tange Ã s hipÃ³teses legais de perda, pelo Estado, do ius puniendi, estÃ¡ o instituto que de mais perto interessa ao presente caso: a prescriÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Denomina-se prescriÃ§Ã£o penal a perda do ius puniendi pelo Estado em razÃ£o do decurso do tempo. Em outros termos, e usando da preciosa liÃ§Ã£o daquele mesmo doutrinador: (...) poderÃ-amos conceituar a prescriÃ§Ã£o como o instituto jurÃ-dico mediante o qual o Estado, por nÃ£o ter tido capacidade de fazer valer o seu direito de punir em determinado espaÃ§o de tempo previsto pela lei, faz com que ocorra a extinÃ§Ã£o da punibilidade.2 Â Â Â Â Â Â Â Â Â O citado instituto (prescriÃ§Ã£o), por sua vez, dentre outras, divide-se em duas espÃ©cies: prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria do Estado, distinguindo-se a primeira da segunda porque aquela ocorre antes do trÂnsito em julgado da decisÃ£o condenatÃ³ria, ao que a segunda, somente ocorreria apÃ³s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A breve digressÃ£o fora necessÃ¡ria para demonstrar que no presente caso Ã© possÃ-vel a perfeita aplicaÃ§Ã£o do instituto da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, razÃ£o da necessidade de decretaÃ§Ã£o

da extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o art. 109, V, do CÃ³digo Penal, in verbis Art. 109. A prescriÃ§Ã£o, antes de transitar em julgado a sentenÃ§a final, salvo o disposto nos Â§Â§ 1Âº e 2Âº do art. 110 deste CÃ³digo, regula-se pelo mÃ¡ximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: V - em quatro anos, se o mÃ¡ximo da pena Ã© igual a um ano ou, sendo superior, nÃ£o excede a dois; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que a pena mÃ¡xima aplicÃ¡vel ao caso Ã© de 02 (dois) anos de detenÃ§Ã£o, e entre a data de recebimento da denÃºncia (07/05/2012) e a data atual (18/03/2022) jÃ¡ transcorreu por completo o prazo prescricional de 04 (quatro) anos (art. 109, V, do CP), a outra conclusÃ£o nÃ£o se pode chegar senÃ£o a de que jÃ¡ se extinguira a punibilidade do autor do fato, ante a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, conforme art. 107, IV, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre registrar, ainda, o escÃ³lio dos professores Luiz FlÃ¡vio Gomes e AntÃ´nio GarcÃ-a Pablos de Molina, para os quais Ã© Â¿ilÃ³gico (e juridicamente inviÃ¡vel) movimentar a mÃ¡quina judiciÃ¡ria quando se vislumbra, desde o inÃ-cio, a sua inutilidadeÂ¿ 3. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o tendo o Estado exercido seu ius puniendi em tempo hÃ¡bil, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o da punibilidade pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo exposto, e tudo mais que dos autos consta, ante a inÃ©rcia do Estado em exercer seu ius puniendi, e, ato contÃ-nuo, DECLARO A OCORRÃNCIA DA PRESCRIÃÃO do suposto crime, EXTINGUINDO A PUNIBILIDADE do acusado EDUARDO ROQUE DA COSTA GONÃALVES, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o deste nas penas contidas no art. 331, nos termos do art. 109, V, c/c art. 107, IV, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª ciÃªncia ao MP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 18 de MarÃ§o de 2022. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 GRECO, RogÃ©rio. Curso de direito penal - parte geral. 7Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006, p. 10. 2 Idem, p. 781. 3 GOMES, Luiz FlÃ¡vio Gomes; GARCÃA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. Direito penal: parte geral, vol. 2, 2. tir., SÃ£o Paulo: RT, 2007, p. 927/928. Gabinete do Juiz de Direito ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00015265220128140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Termo Circunstanciado em: 18/03/2022 AUTOR:BENILDO QUARESMA PIMENTEL VITIMA:O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0001526-52.2012.8.14.0022 Classe: TCO Autor do fato: Benildo Quaresma Pimentel SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio com base no permissivo legal do art. 81, Â§ 3Âº, da Lei 9.099, de 1995. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A persecutio criminis in juditio Ã© atribuiÃ§Ã£o do Estado como uma das manifestaÃ§Ãµes mÃ¡ximas de sua soberania. Entretanto, a possibilidade jurÃ-dica de aplicaÃ§Ã£o da sanÃ§Ã£o penal estÃ¡ condicionada Ã rigorosÃ-ssima observÃ¢ncia dos prazos determinados pelo direito penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por essa razÃ£o, Ã© imprescindÃ-vel o mÃ¡ximo de empenho do aparelho estatal para evitar que a aÃ§Ã£o do tempo venha a obstruir os objetivos do processo penal decorrente da declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o de punibilidade do infrator pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao versar sobre o assunto, o CÃ³digo Penal Brasileiro, no inciso VI e V do art. 109, estabelece, respectivamente, que, antes de transitar em julgado a sentenÃ§a final, verifica-se a prescriÃ§Ã£o em 04 (quatro) anos, quando o mÃ¡ximo da pena Ã© igual a um ano ou, sendo superior, nÃ£o excede a dois. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, as supostas prÃ¡ticas delituosas, previstas no artigo 331, Caput, do CPB, ocorreram no dia 29/04/2012, sendo a pena mÃ¡xima de 04 (quatro) anos para o crime de desacato (artigo 331, do CPB). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, conclui-se que, na presente data, o jus puniendi estatal se encontra extinto pela prescriÃ§Ã£o, visto jÃ¡ ter decorrido mais de 09 (nove) anos da data do fato sem que se tenham verificado quaisquer das causas de interrupÃ§Ã£o do curso do lapso prescricional previstas no art. 117 do referido diploma legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por tais razÃµes, RECONHEÃO a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de Benildo Quaresma Pimentel, quanto aos delitos previstos no artigo art. artigo 331, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. IgarapÃ©-Miri, 18 de MarÃ§o de 2022. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00001877520108140022 PROCESSO ANTIGO: 201010000739 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:MUNICIPIO DE IGARAPEMIRI PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 19492 - NICANOR MORAES BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:AILSON SANTA MARIA DO AMARAL. Processo nÂº 0000187 - 75.2010.8.14.0022 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÃÃO opostos

pelo rÃ©u AILSON SANTA MARIA DO AMARAL, contra a sentenÃ§a de fls.42/43. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega em sÃ-ntese que a sentenÃ§a fora contraditÃ³ria, vez que segundo o embargante, o ato decisÃ³rio nÃ£o teria tratado de serviÃ§os realizados pelo embargante, os quais teriam sanado os danos causados, bem como que nÃ£o fora realizada, de maneira escorreita a instruÃ§Ã£o probatÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que nÃ£o assiste razÃ£o ao embargante, pois o rÃ©u confessarÃ¡, em sede de contestaÃ§Ã£o(fls.33/34) a prÃ¡tica dos atos alegados na peÃ§a vestibular, o que tornou desnecessÃ¡rio o prosseguimento dos demais atos instrutÃ³rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, nÃ£o hÃ¡ nos autos, comprovaÃ§Ã£o de cumprimento do alegado pelo embargante, alÃ©m disso, caso de fato, tenha ocorrido tais serviÃ§os, a reparaÃ§Ã£o atual, nÃ£o o exime dos prejuÃ-zos pretÃ©ritos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, com fulcro no art. 1.022 do CPC/15, CONHEÃO e NÃO ACOLHO os embargos declaratÃ³rios com base na fundamentaÃ§Ã£o supra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 21 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00002076420058140022 PROCESSO ANTIGO: 200510001388 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Demarcação / Divisão em: 21/03/2022 REQUERENTE:VENINO TOURAO PANTOJA REQUERIDO:M. L. M PINHEIRO MATERIAIS DE CONSTRUCAO Representante(s): AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) REQUERENTE:CARMEM ROSA CARDOSO PANTOJA Representante(s): VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) . Processo nÂº 0000207-64.2005.814.0022 Classe: AÃ§Ã£o de DemarcaÃ§Ã£o/DivisÃ£o Autor: Venino TourÃ£o Pantoja e Carmem Rosa Cardoso Pantoja RÃ©u: M.L.M Pinheiro Materiais de ConstruÃ§Ã£o. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- Certifique-se quanto ao cumprimento dos termos, do ato ordinatÃ³rio de fl. 118, acostando aos autos comprovante de intimaÃ§Ã£o dos autores, bem como comprovante de recolhimento de custas intermediÃ¡rias, sob pena de aplicaÃ§Ã£o do disposto no artigo 485, inciso III do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Em caso de cumprimento do descrito no item I, deste despacho, certifique-se no que se refere, os termos do ato ordinatÃ³rio de fl.119. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Encaminhe-se os autos a UNAJ, para verificar se ainda hÃ¡ custas pendentes nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Proceda-se Ã digitalizaÃ§Ã£o e consequente migraÃ§Ã£o dos autos, para o sistema PJE, apÃ³s conclusos. Â Intime-se e Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. P.R.I. IgarapÃ©-Miri (PA), 21 de marÃ§o de 2022. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00005911620118140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ROBERTO PINA DE OLIVEIRA. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que a sentenÃ§a constante nas folhas 167 a 168-v dos autos, TRANSITOU EM JULGADO na data de 21/04/2021, apÃ³s regular intimaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, remeto os autos conclusos ao gabinete do Magistrado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, 21 de marÃ§o de 2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00013829320098140022 PROCESSO ANTIGO: 20092000510 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/03/2022 ACUSADO:ODIMILSON BRABO GOMES Representante(s): REGINALDO MARTINS JUNIOR (ADVOGADO) INDICIADO:JOELSON DA SILVA PANTOJA Representante(s): OAB 13725-B - LUAN DIMY RODRIGUES QUARESMA (DEFENSOR) VITIMA:M. R. C. C. ACUSADO:GEOVANNE TRINDADE DA COSTA Representante(s): OAB 13725-B - LUAN DIMY RODRIGUES QUARESMA (DEFENSOR) . ÃCERTIDÃO Certifico na presente data para os devidos fins que, em cumprimento aos despachos de fls. 174 e 175, em consulta ao sistema LIBRA, nÃ£o foi encontrada nenhuma petiÃ§Ã£o pendente de juntada. Outrossim, foi encontrada a CertidÃ£o de Ãbito de ODIMILSON BRABO GOMES, jÃ¡ absolvido neste processo. Isto posto, remeto os autos conclusos ao gabinete do Magistrado. IgarapÃ©-Miri/PA, 21/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00027291020168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/03/2022 DENUNCIADO:BENEDITO OLEASTRO DE CASTRO Representante(s): OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (ADVOGADO) VITIMA:A. Q. P. . ÃCERTIDÃO Certifico na presente data para os devidos fins que, em atenÃ§Ã£o ao despacho retro, a defesa do rÃ©u, representado pela Defensoria PÃºblica do Estado, tomou ciÃªncia do acÃ³rdÃ£o, oportunidade na qual informou que nÃ£o iria recorrer, conforme fl. 141. ApÃ³s a ciÃªncia do MP, o processo transitou em julgado definitivamente conforme CertidÃ£o de fl. 145. Isto posto, remeto os autos conclusos ao gabinete do Magistrado. IgarapÃ©-Miri/PA, 21/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00033841620158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Ação Penal -

Procedimento Ordinário em: 21/03/2022 DENUNCIADO:JOCIVANDRO CARVALHO DA SILVA VITIMA:N. J. G. M. . ÃCERTIDÃO Certifico na presente data para os devidos fins, que o despacho de fl.104 foi integralmente cumprido, originando o PEP nÂº 0004350-92.2016.8.14.0070, atualmente seguindo curso regular na Comarca de Abaetetuba. Isto posto, remeto os autos conclusos ao gabinete do Magistrado para as providÃªncias que se fizerem necessÃ¡rias. IgarapÃ©-Miri/PA, 21/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00050351520178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Monitória em: 21/03/2022 REQUERENTE:ARISTEU CONCEICAO PINHO Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPEMIRI PREFEITURA MUNICIPAL. Processo nÂº 0005035-15.2017.814.0022 Classe: AÃ§Ã£o MonitÃ³ria Autor: Aristeu ConceiÃ§Ã£o Pinho RÃ©u: MunicÃ-pio de IgarapÃ©-Miri DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- Em face da decisÃ£o exarada Ã fl.34 dos autos, a qual trata da expediÃ§Ã£o de mandado de pagamento, assim como da hipÃ³tese de oposiÃ§Ã£o de embargos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Certifique-se quanto Ã tempestividade dos embargos de fls.36/43. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- De igual forma, certifique-se quanto Ã tempestividade da resposta aos embargos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4- DEFIRO o pedido de fls. 49, no que se refere Ã revogaÃ§Ã£o de poderes, outrora outorgados, pela parte autora. Certifique-se quanto ao cumprimento do procedimento demandado no requerimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5- Proceda-se Ã digitalizaÃ§Ã£o e consequente migraÃ§Ã£o dos autos, para o sistema PJE, apÃ³s conclusos. Â Intime-se e Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. P.R.I. IgarapÃ©-Miri (PA), 21 de marÃ§o de 2022. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00058103520148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/03/2022 REU:ANDREZA MORAES AQUINO Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO E ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que a sentenÃ§a constante nas folhas 123 a 125 dos autos, TRANSITOU EM JULGADO na data de 07/01/2022, apÃ³s regular intimaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, em obediÃªncia ao despacho proferido na sentenÃ§a retro, procedo o arquivamento dos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri, 21 de marÃ§o de 2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00070468020188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Produção Antecipada da Prova em: 21/03/2022 REQUERENTE:DELEGADO DE POLICIA CIVIL DE IGARAPEMIRI. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, email: tjepa022@tjpa.jus.br DESPACHO 1.Â Â Â Â Â A secretaria para que oficie-se a DEPOL deste municÃ-pio, para que informe no prazo de 15 (quinze) dias sobre o cumprimento da decisÃ£o de fls. 15/15V. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. 3.Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 21 de MarÃ§o de 2022.Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de MaracaÃ§umÃ© - FÃ³rum Â¿Casa da JustiÃ§aÂ¿ Rua Bom Jesus, s/n, Centro - CEP 65289-000 - (98) 3373-1659/1528 PROCESSO: 00004407120108140022 PROCESSO ANTIGO: 2010200027O9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Termo Circunstanciado em: 22/03/2022 VITIMA:A. C. AUTOR:PAULO SERGIO DAS MERCES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Processo nÂº 0000440-71.2010.8.14.0022 Classe: TCO Autor do fato: Paulo Sergio das MercÃªs SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio com base no permissivo legal do art. 81, Â§ 3Âº, da Lei 9.099, de 1995. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A persecutio criminis in juditio Ã© atribuiÃ§Ã£o do Estado como uma das manifestaÃ§Ãµes mÃ¡ximas de sua soberania. Entretanto, a possibilidade jurÃ-dica de aplicaÃ§Ã£o da sanÃ§Ã£o penal estÃ¡ condicionada Ã rigorosÃ-ssima observÃ¢ncia dos prazos determinados pelo direito penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por essa razÃ£o, Ã© imprescindÃ-vel o mÃ¡ximo de empenho do aparelho estatal para evitar que a aÃ§Ã£o do tempo venha a obstruir os objetivos do processo penal decorrente da declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o de punibilidade do infrator pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Ao versar sobre o assunto, o CÃ³digo Penal Brasileiro, no inciso VI e V do art. 109, estabelece, respectivamente, que, antes de transitar em julgado a sentenÃ§a final, verifica-se a prescriÃ§Ã£o em 02 (dois) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, as supostas prÃ¡ticas delituosas, previstas no artigo 55 da Lei nÂº 9.605/98, ocorreu no dia 18/03/2010, sendo que prescrevem em 4 (quatro) anos a imposiÃ§Ã£o e a execuÃ§Ã£o das penas, observado, no tocante Ã interrupÃ§Ã£o do prazo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, conclui-se que, na presente data, o jus puniendi estatal se encontra extinto pela prescriÃ§Ã£o, visto jÃ¡ ter decorrido mais de 12 (doze) anos da data do fato sem que se tenham verificado

quaisquer das causas de interrupÃ§Ã£o do curso do lapso prescricional previstas no art. 117 do referido diploma legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por tais razÃµes, RECONHEÃO a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado e declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de Paulo Sergio das MercÃªs, quanto aos delitos previstos no artigo 55 da Lei nÂº 9.605/98. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, arquivem-se os presentes autos com baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. IgarapÃ©-Miri, 22 de MarÃ§o de 2022. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00004407120108140022 PROCESSO ANTIGO: 201020002709 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Termo Circunstanciado em: 22/03/2022 VITIMA:A. C. AUTOR:PAULO SERGIO DAS MERCES. ÃCERTIDÃO Certifico na presente data que faÃ§o conclusos os autos ao gabinete do Magistrado. IgarapÃ©-Miri/PA, 22/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00004452520098140022 PROCESSO ANTIGO: 200910003017 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inventário em: 22/03/2022 REQUERENTE:L. S. M. Representante(s): OAB 9212 - CARLOS ALBERTO IGARASHI (ADVOGADO) LUCILEIA SANTOS DA COSTA (REP LEGAL) REQUERENTE:B. S. M. Representante(s): OAB 9212 - CARLOS ALBERTO IGARASHI (ADVOGADO) LUCILEIA SANTOS DA COSTA (REP LEGAL) . Processo nÂº 0000445-25.2009.814.0022 Classe: InventÃ¡rio Autor: Bruno dos Santos Moraes e LetÃ-cia dos Santos MoraesÂ DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- DEFIRO o pedido de fl. 171 dos autos, proceda-se as habilitaÃ§Ãµes e registros no sistema, no que se refere Ã s procuraÃ§Ãµes acostadas aos autos, para fins de intimaÃ§Ã£o e demais atos processuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Vistas ao MP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Proceda-se Ã digitalizaÃ§Ã£o e consequente migraÃ§Ã£o dos autos, para o sistema PJE, apÃ³s conclusos. Â Intime-se e Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. P.R.I. IgarapÃ©-Miri (PA), 22 de marÃ§o de 2022. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00008466720128140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/03/2022 DENUNCIADO:CLEIBSON DOS SANTOS SOUSA DENUNCIADO:JOSE RAIMUNDO OLIVEIRA DOS SANTOS VITIMA:M. B. R. . ÃCERTIDÃO Certifico na presente data para os devidos fins, que a presente aÃ§Ã£o penal jÃ¡ transitou em julgado, tendo iniciado o PEP nÂº 0039475-06.2015.8.14.0055, autos fÃ-sicos, encontrando-se em Secretaria, com provÃ¡vel cumprimento integral da pena. Isto posto, remeto os autos conclusos ao gabinete do Magistrado. IgarapÃ©-Miri/PA, 22/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00008639820158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inventário em: 22/03/2022 INVENTARIANTE:MARIA DO SOCORRO FERREIRA PINHEIRO Representante(s): OAB 21293 - MAX DO SOCORRO MELO PINHEIRO (ADVOGADO) INVENTARIANTE:MARIA TEIA PINHEIRO SOUSA Representante(s): OAB 21293 - MAX DO SOCORRO MELO PINHEIRO (ADVOGADO) INVENTARIANTE:JOSE LUIZ FERREIRA PINHEIRO Representante(s): OAB 21293 - MAX DO SOCORRO MELO PINHEIRO (ADVOGADO) INVENTARIANTE:CARLOS EDUARDO FERREIRA PINHEIRO Representante(s): OAB 21293 - MAX DO SOCORRO MELO PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:JOVELINA FERREIRA PINHEIRO. Processo nÂº 0000863-98.2015.814.0022 Classe: InventÃ¡rio Autor: Maria do Socorro Ferreira Pinheiro e outros DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- Intime-se a parte autora, para se manifestar no prazo de 15(quinze) dias, no que se refere aos termos da manifestaÃ§Ã£o de fls.66/67 dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Proceda-se Ã digitalizaÃ§Ã£o e consequente migraÃ§Ã£o dos autos, para o sistema PJE, apÃ³s conclusos. Â Intime-se e Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. P.R.I. IgarapÃ©-Miri (PA), 22 de marÃ§o de 2022. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 00011739220108140022 PROCESSO ANTIGO: 201020005638 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Restauração de Autos Criminal em: 22/03/2022 VITIMA:J. B. A. P. ACUSADO:GEFFERSON DE SOUSA CARDOSO Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0001173-92.2010.8.14.0022 - AÃ§Ã£o de RestauraÃ§Ã£o de Autos - Crime de HomicÃ-dio Despacho 1-Â Â Â Â Â Remetam-se os autos Ã secretaria para que certifique quanto ao cumprimento do despacho de fls. 21. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para deliberaÃ§Ã£o. 3-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 22 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00011739220108140022 PROCESSO ANTIGO: 201020005638 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Restauração de Autos Criminal em: 22/03/2022 VITIMA:J. B. A. P. ACUSADO:GEFFERSON DE SOUSA CARDOSO

Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) . ÃCERTIDÃO Certifico na presente data que faÃ§o conclusos os autos ao gabinete do Magistrado. IgarapÃ©-Miri/PA, 22/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00012770420128140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Restituição de Coisas Apreendidas em: 22/03/2022 REQUERENTE:JULIO DO ESPIRITO SANTO PANTOJA Representante(s): OAB 15279 - MANOEL ALMIR CARDOSO DA COSTA (ADVOGADO) . ÃCERTIDÃO Certifico na presente data para os devidos fins que, em cumprimento ao despacho de fl. 13, nÃ£o houve resposta ao OfÃ-cio nÂº 837/2012 Â¿ SV Crime e ao OfÃ-cio 838/2012 Â¿ SV Crime, folhas 14 e 16, respectivamente. Isto posto, devolvo ao autos ao MP para as providÃªncias cabÃ-veis. IgarapÃ©-Miri/PA, 22/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00035883120138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Procedimento Comum Cível em: 22/03/2022 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 15763-A - GUSTAVO AMATO PISSINI (ADVOGADO) REQUERIDO:COLAGE MATERIAIS DE CONSTRUAÇÃO E ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA REQUERIDO:ANTÔNIO DE SOUSA PANTOJA Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA BENEDITA MENDES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:ANSELMO DE OLIVEIRA PANTOJA Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) . ÃºProcesso nÂº 0003588-31.2013.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o de CobranÃ§a Autor: Banco do Brasil S/A RÃ©u: COLAGE MATERIAIS DE CONSTRUÃÃO E ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, AntÃ´nio de Sousa Pantoja e outros. SENTENÃA I - RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de cobranÃ§a proposta por Banco do Brasil S/A, em face de COLAGE MATERIAIS DE CONSTRUÃÃO E ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, AntÃ´nio de Sousa Pantoja e outros. devidamente qualificados na inicial requerendo, entre outros pedidos acessÃ³rios: Â Â Â Â Â Â Â Â Â a) condenar os requeridos ao pagamento do montante de R$ 206.017,66(duzentos e seil mil e dezessete reais e sessenta e seis centavos). Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) o pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, custas e demais despesas processuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Peticionante alegou que a empresa requerida, representada pelos requeridos, os quais assinaram como fiadores, firmou em 09 de junho de 2011, Contrato de Abertura de CrÃ©dito Â¿ BB Giro Empresa Flex nÂº100.007.203, o qual concederÃ¡ crÃ©dito rotativo atÃ© o limite de R$ 157.000,00(cento e cinquenta e sete mil reais) com vencimento em 03 de junho de 2012. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor demonstrou por meio dos documentos acostados a peÃ§a vestibular, que a operaÃ§Ã£o de crÃ©dito ocorrerÃ¡ e fora finalizada, com a consequente inadimplÃªncia demandada, pois acostou entre outros documentos, cÃ³pia do contrato da operaÃ§Ã£o, demonstrativo de conta vinculada eÂ notificaÃ§Ãµes extrajudiciais com os respectivos ARs, devidamente recebidos pelos rÃ©us. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos de fls. 06/45. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entrementes, em 22 de janeiro de 2014, fora proferido despacho determinando a citaÃ§Ã£o dos rÃ©us. Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez, em 07 de janeiro de 2015, fora protocolizada contestaÃ§Ã£o, na qual fora alegado o pagamento parcial da dÃ-vida, sendo requerida RECONVENÃÃO, em face de possÃ-vel cobranÃ§a abusiva, bem como total improcedÃªncia da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foram juntados documentos de fls. 56/65, contudo, nÃ£o fora acostado quaisquer comprovantes bancÃ¡rios, tais como extratos, no que concerne ao relatado pelos rÃ©us, acerca do pagamento de parte da obrigaÃ§Ã£o avenÃ§ada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em 09 de junho de 2016, em audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, restou infrutÃ-fera as tentativas de acordo entre as partes, por sua vez, em 23 de junho de 2016 e em 02 de maio de 2019, foram protocolizadas petiÃ§Ãµes interlocutÃ³rias pelo autor, nas quais fora requerido o julgamento antecipado da lide. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Prosseguindo em 11 de maio de 2021, fora proferido despacho determinando a realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia em 11 de junho de 2021, mesmo tendo sido todos devidamente intimados, somente a parte autora compareceu, situaÃ§Ã£o que prejudicarÃ¡ o ato instrutÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste contexto, fora deliberado na referida audiÃªncia, abertura de prazo para produÃ§Ã£o de provas pelas partes, bem como para apresentaÃ§Ã£o de razÃµes finais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 16 de junho de 2021 o advogado da parte rÃ©, apostou sua assinatura, no termo da audiÃªncia, tomando ciÃªncia da abertura de prazo, todavia, somente a parte autora apresentou razÃµes finais em 06 de julho de 2021.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a analisar e decidir. II Â¿ DA FUNDAMENTAÃÃO II.1 Â¿ DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Com relaÃ§Ã£o ao julgamento antecipado da lide o CPC preleciona o seguinte: Art. 355. Â O juiz julgarÃ¡ antecipadamente o pedido, proferindo sentenÃ§a com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, quando: I - nÃ£o houver necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas; II - o rÃ©u for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e nÃ£o houver requerimento de prova, na forma do art. 349. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, verifica-se que a lide se encontra apta a ser julgada, pois nÃ£o hÃ¡ necessidade de produÃ§Ã£o de outras provas, pelo que

procedo ao seu julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que a presente demanda merece prosperar, uma vez que a documentaÃ§Ã£o apresentada pelo Requerente instrui o feito de maneira adequada e conforme os ditames legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, e sem mais delongas, restando comprovada a existÃªncia do direito alegado notadamente em razÃ£o da documentaÃ§Ã£o acostada, em outro sentido nÃ£o se poderia concluir, senÃ£o naquele que converge para a procedÃªncia parcial do pedido formulado pelo Requerente. III Â¿ DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos elencados na inicial, e, EXTINGO O FEITO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO nos termos do artigo 487, I do CPC, para condenar os rÃ©us: Â Â Â Â Â Â Â Â Â a) ao pagamento do valor de R$ 206.017,66(duzentos e seis mil e dezessete reais e sessenta e seis centavos, os quais deverÃ£o ser acrescidos, dos encargos de inadimplÃªncia, previstos em contrato, bem como juros e demais taxas de mercado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) INDEFIRO a RECONVENÃÃO demandada, em face da carÃªncia/ausÃªncia de provas, no que se refere ao alegado pelo reconvinte. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno os RÃ©us ao pagamento de custas processuais, de igual forma os condeno ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado e o cumprimento da presente decisÃ£o, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I IgarapÃ©-Miri, 22 de marÃ§o de 2022. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 4 PROCESSO: 01013922820158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Busca e Apreensão Infância e Juventude em: 22/03/2022 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSECLEI DE CASTRO. Processo nÂº 0101392-28.2015.814.0022 Classe: AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o Autor: Banco do Bradesco RÃ©u: Joseclei de Castro DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- Em face do despacho exarado Ã fl.38 dos autos, o qual versa sobre o interesse do autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Certifique-se quanto Ã tempestividade das manifestaÃ§Ãµes de fls. 40/54 e 56/64. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Proceda-se Ã digitalizaÃ§Ã£o e consequente migraÃ§Ã£o dos autos, para o sistema PJE, apÃ³s conclusos. Â Intime-se e Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. P.R.I. IgarapÃ©-Miri (PA), 22 de marÃ§o de 2022. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito PROCESSO: 01353994620158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Restituição de Coisa ou Dinheiro na Falência do Devedor em: 22/03/2022 REQUERENTE:MARINALDO PANTOJA PINHEIRO Representante(s): OAB 21293 - MAX DO SOCORRO MELO PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:REVEMAR MOTOCENTER LTDA Representante(s): OAB 12969 - DANIEL DE MEIRA LEITE (ADVOGADO) OAB 7069 - SILVIA VALERIA PINTP SCAPIN (ADVOGADO) OAB 17352 - ALESSANDRA APARECIDA SALES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 11513 - JULIANO JOSE HIPOLITTI (ADVOGADO) . Ã-Processo nÂº 0135399-46.2015.8.14.0022 Â¿ AÃ§Ã£o de RestituiÃ§Ã£o de Valores de Cotas Consorciais c/c Danos Morais Despacho 1 Â¿ Certifique-se quanto Ã tempestividade das manifestaÃ§Ãµes, em sede de Recurso Inominado fls.318/331 e fls.332/357. 2- Encaminhe-se os autos a UNAJ, para verificar se hÃ¡ custas pendentes. 3- Proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o e consequente migraÃ§Ã£o dos autos, para o sistema PJE. 4- Intime-se a parte recorrida, para apresentar contrarrazÃµes ao Recurso Inominado, no prazo legal, ultrapassado o prazo com ou sem contrarrazÃµes, encaminhem-se os autos a Turma Recursal com nossas homenagens. Â Intime-se e Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 22 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00002864420098140022 PROCESSO ANTIGO: 20092000162 1 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 ACUSADO:MAX LOBATO DA CONCEICAO Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) OAB 13725-B - LUAN DIMY RODRIGUES QUARESMA (DEFENSOR) VITIMA:J. L. S. G. VITIMA:G. N. N. . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO E ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que ocorreu o TRÃNSITO EM JULGADO na data de 07/01/2020, conforme certidÃ£o de fl. 210. Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, em obediÃªncia ao despacho proferido na sentenÃ§a retro, procedo o arquivamento dos presentes autos. Â IgarapÃ©-Miri, 23 de marÃ§o de 2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00006242120208140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Termo Circunstanciado em: 23/03/2022 AUTOR DO FATO:MARIANA DO SOCORRO DAS MERCES OLIVEIRA VITIMA:A. M. R. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja

Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0000624-21.2020.8.14.0022 - TERMO CIRCUNSTANCIADO DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Defiro o pedido formulado pelo MP as fls. 41. 2-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 23 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00006829720158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inquérito Policial em: 23/03/2022 INDICIADO:LUIZ MENDES VITIMA:J. V. L. M. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para deliberaÃ§Ã£o. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 23 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00008531520198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inquérito Policial em: 23/03/2022 VITIMA:N. B. P. P. AUTOR DO FATO:EM APURACAO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para deliberaÃ§Ã£o. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 23 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00008912720198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inquérito Policial em: 23/03/2022 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:B. P. A. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para deliberaÃ§Ã£o. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 23 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00013320820198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inquérito Policial em: 23/03/2022 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:E. C. M. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para deliberaÃ§Ã£o. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 23 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00018654020148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inquérito Policial em: 23/03/2022 FLAGRANTEADO:ALEX MATOS PINHEIRO VITIMA:J. E. L. V. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 23 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00022744020198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inquérito Policial em: 23/03/2022 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:D. M. C. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para deliberaÃ§Ã£o. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 23 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00023133720198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inquérito Policial em: 23/03/2022 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:M. L. A. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio

PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para deliberaÃ§Ã£o. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 23 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00029043320188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Termo Circunstanciado em: 23/03/2022 AUTOR:ANDREZA LOPES MIRANDA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Defiro o pedido formulado Ã s fls. 28 e 29, devendo a secretaria proceder a habilitaÃ§Ã£o do advogado da autora do fato no sistema. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 23 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00029932220198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inquérito Policial em: 23/03/2022 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:E. R. O. S. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para deliberaÃ§Ã£o. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 23 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00044255220148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 DENUNCIADO:JORGEVAL PEREIRA Representante(s): OAB 11406-A - CARLOS DE SOUZA GONCALVES NETO (ADVOGADO) VITIMA:H. S. M. DENUNCIADO:ELTON DE OLIVEIRA TOURAO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Processo nÂº 0004425-52.2014.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ RÃ©u(s): HELTON OLIVEIRA TOURÃO e JORGEVAL PEREIRA CapitulaÃ§Ã£o penal: art. 157, Â§ 2Âº, Incisos I e II, do CPB SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em desfavor de HELTON OLIVEIRA TOURÃO e JORGEVAL PEREIRA, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o destes nas penas contidas no art. 157, Â§ 2Âº, Incisos I e II, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 67, consta certidÃ£o de Ã³bito do acusado HELTON OLIVEIRA TOURÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 123, consta certidÃ£o de Ã³bito do acusado JORGEVAL PEREIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 125, manifestou-se o MinistÃ©rio PÃºblico no sentido de ser extinta a punibilidade em razÃ£o do falecimento dos acusados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Prescreve o art. 107, I, do CÃ³digo Penal que: Art. 107 - Extingue-se a punibilidade: I - pela morte do agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De outro lado, expÃµe o art. 62 do CPP, que a comprovaÃ§Ã£o da morte se dÃ¡ Ã vista da certidÃ£o de Ã³bito. Contudo, a jurisprudÃªncia pÃ¡tria tem mitigado tal entendimento, aceitando o laudo cadavÃ©rico como meio de comprovar o falecimento do agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesta trilha, impende citar o posicionamento deste EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a: PENAL. PROCESSO PENAL. ESTUPRO. SENTENÃA DE EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DO AGENTE POR DECADÃNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO INTERPOSTO PELO ÃRGÃO MINISTERIAL. MORTE DO AGENTE. AUSÃNCIA DE CERTIDÃO DE ÃBITO. LAUDO DE EXAME CADAVÃRICO E FICHA DE ENTRADA DE CADÃVER ACOSTADOS AOS AUTOS. DOCUMENTOS IDÃNEOS A COMPROVAR O FALECIMENTO DO ACUSADO. PUNIBILIDADE EXTINTA. ART. 107 , I DO CP . RECURSO PREJUDICADO. I A despeito da ausÃªncia de juntada aos autos de certidÃ£o de Ã³bito, nos termos do que prevÃª o art. 62 do CÃ³digo de Processo Penal, o falecimento do agente pode ser constatado por outros meios de prova, quais sejam laudo de exame cadavÃ©rico e ficha de entrada de cadÃ¡ver, motivo pelo qual, decreta-se, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do acusado, com fulcro no art. 107 , I do CÃ³digo Penal. II Recurso em Sentido Estrito prejudicado. (TJ-AL - Recurso em Sentido Estrito RSE 05008187520098020056 AL 0500818-75.2009.8.02.0056. Data de publicaÃ§Ã£o: 18/02/2016). Grifo nosso. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, seguindo o referido entendimento, comprovada estÃ¡, pelo laudo cadavÃ©rico, a morte dos acusados. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, acolho o parecer ministerial e DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de HELTON OLIVEIRA TOURÃO e JORGEVAL PEREIRA, em relaÃ§Ã£o ao termo circunstanciado, com fulcro no art. 107, I, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se baixa e arquive-se. Â IgarapÃ©-Miri, 23 de MarÃ§o de 2022. ARNALDO JÃSE PEDROSA GOMES Juiz de Direito PROCESSO: 00045051620148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o:

Inquérito Policial em: 23/03/2022 INDICIADO:JOAO MARIA FORTE BARBOSA VITIMA:R. A. M. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para deliberaÃ§Ã£o. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 23 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00051714620168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: 23/03/2022 REPRESENTADO:C. S. R. REPRESENTADO:J. B. C. C. REPRESENTADO:B. L. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, email: tjepa022@tjpa.jus.br DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Arquive-se o presente autos com as devidas cautelas de praxe. 2.Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 23 de MarÃ§o de 2022.Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de MaracaÃ§umÃ© - FÃ³rum Â¿Casa da JustiÃ§aÂ¿ Rua Bom Jesus, s/n, Centro - CEP 65289-000 - (98) 3373-1659/1528 PROCESSO: 00051714620168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: 23/03/2022 REPRESENTADO:C. S. R. REPRESENTADO:J. B. C. C. REPRESENTADO:B. L. . ÃCERTIDÃO Certifico na presente data para os devidos fins, em cumprimento ao despacho retro, que tramita nesta Comarca a AÃ§Ã£o Penal de mesma numeraÃ§Ã£o do presente Pedido de PrisÃ£o Preventiva, com nÃºmero de documento 2016.04215881-536, no sistema LIBRA, tendo sido julgado com sentenÃ§a absolutÃ³ria. Informo tambÃ©m que o InquÃ©rito Policial foi arquivado no Sistema LIBRA. Isto posto, remeto os autos conclusos ao gabinete do Magistrado para as providÃªncias que se fizerem necessÃ¡rias. IgarapÃ©-Miri/PA, 23/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00054702320168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inquérito Policial em: 23/03/2022 AUTOR:EM APURCAO VITIMA:J. A. M. L. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para deliberaÃ§Ã£o. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 23 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00055360820138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 DENUNCIADO:DANIEL DA SILVA MONTEIRO VITIMA:O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Processo nÂº 0005536-08.2013.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ RÃ©u: DANIEL DA SILVA MONTEIRO CapitulaÃ§Ã£o penal: art. 155, Â§4Âº, Inciso I c/c art. 14, inciso II, ambos do CPB SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em desfavor de DANIEL DA SILVA MONTEIRO, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o deste nas penas contidas no art. 155, Â§4Âº, Inciso I c/c art. 14, inciso II, ambos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 55, consta certidÃ£o de Ã³bito do acusado DANIEL DA SILVA MONTEIRO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 57, manifestou-se o MinistÃ©rio PÃºblico no sentido de ser extinta a punibilidade em razÃ£o do falecimento do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Prescreve o art. 107, I, do CÃ³digo Penal que: Art. 107 - Extingue-se a punibilidade: I - pela morte do agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De outro lado, expÃµe o art. 62 do CPP, que a comprovaÃ§Ã£o da morte se dÃ¡ Ã vista da certidÃ£o de Ã³bito. Contudo, a jurisprudÃªncia pÃ¡tria tem mitigado tal entendimento, aceitando o laudo cadavÃ©rico como meio de comprovar o falecimento do agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesta trilha, impende citar o posicionamento deste EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a: PENAL. PROCESSO PENAL. ESTUPRO. SENTENÃA DE EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DO AGENTE POR DECADÃNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO INTERPOSTO PELO ÃRGÃO MINISTERIAL. MORTE DO AGENTE. AUSÃNCIA DE CERTIDÃO DE ÃBITO. LAUDO DE EXAME CADAVÃRICO E FICHA DE ENTRADA DE CADÃVER ACOSTADOS AOS AUTOS. DOCUMENTOS IDÃNEOS A COMPROVAR O FALECIMENTO DO ACUSADO. PUNIBILIDADE EXTINTA. ART. 107 , I DO CP . RECURSO PREJUDICADO. I A despeito da ausÃªncia de juntada aos autos de certidÃ£o de Ã³bito, nos termos do que prevÃª o art. 62 do CÃ³digo

de Processo Penal, o falecimento do agente pode ser constatado por outros meios de prova, quais sejam laudo de exame cadavÃ©rico e ficha de entrada de cadÃ¡ver, motivo pelo qual, decreta-se, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do acusado, com fulcro no art. 107 , I do CÃ³digo Penal. II Recurso em Sentido Estrito prejudicado. (TJ-AL - Recurso em Sentido Estrito RSE 05008187520098020056 AL 0500818-75.2009.8.02.0056. Data de publicaÃ§Ã£o: 18/02/2016). Grifo nosso. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, seguindo o referido entendimento, comprovada estÃ¡, pelo laudo cadavÃ©rico, a morte do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, acolho o parecer ministerial e DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de DANIEL DA SILVA MONTEIRO, em relaÃ§Ã£o ao termo circunstanciado, com fulcro no art. 107, I, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se baixa e arquive-se. Â IgarapÃ©-Miri, 23 de MarÃ§o de 2022. ARNALDO JÃSE PEDROSA GOMES Juiz de Direito PROCESSO: 00055603620138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:IVANILSON BENTO DA COSTA RIBEIRO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Processo nÂº 0005560-36.2013.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ RÃ©u: IVANILSON BENTO DA COSTA RIBEIRO CapitulaÃ§Ã£o penal: art. 33, da Lei nÂº 11.343/2006 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em desfavor de IVANILSON BENTO DA COSTA RIBEIRO, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o deste nas penas contidas no art. 33, da Lei nÂº 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 09, consta certidÃ£o de Ã³bito do acusado IVANILSON BENTO DA COSTA RIBEIRO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 11, manifestou-se o MinistÃ©rio PÃºblico no sentido de ser extinta a punibilidade em razÃ£o do falecimento do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Prescreve o art. 107, I, do CÃ³digo Penal que: Art. 107 - Extingue-se a punibilidade: I - pela morte do agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De outro lado, expÃµe o art. 62 do CPP, que a comprovaÃ§Ã£o da morte se dÃ¡ Ã vista da certidÃ£o de Ã³bito. Contudo, a jurisprudÃªncia pÃ¡tria tem mitigado tal entendimento, aceitando o laudo cadavÃ©rico como meio de comprovar o falecimento do agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesta trilha, impende citar o posicionamento deste EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a: PENAL. PROCESSO PENAL. ESTUPRO. SENTENÃA DE EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DO AGENTE POR DECADÃNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO INTERPOSTO PELO ÃRGÃO MINISTERIAL. MORTE DO AGENTE. AUSÃNCIA DE CERTIDÃO DE ÃBITO. LAUDO DE EXAME CADAVÃRICO E FICHA DE ENTRADA DE CADÃVER ACOSTADOS AOS AUTOS. DOCUMENTOS IDÃNEOS A COMPROVAR O FALECIMENTO DO ACUSADO. PUNIBILIDADE EXTINTA. ART. 107 , I DO CP . RECURSO PREJUDICADO. I A despeito da ausÃªncia de juntada aos autos de certidÃ£o de Ã³bito, nos termos do que prevÃª o art. 62 do CÃ³digo de Processo Penal, o falecimento do agente pode ser constatado por outros meios de prova, quais sejam laudo de exame cadavÃ©rico e ficha de entrada de cadÃ¡ver, motivo pelo qual, decreta-se, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do acusado, com fulcro no art. 107 , I do CÃ³digo Penal. II Recurso em Sentido Estrito prejudicado. (TJ-AL - Recurso em Sentido Estrito RSE 05008187520098020056 AL 0500818-75.2009.8.02.0056. Data de publicaÃ§Ã£o: 18/02/2016). Grifo nosso. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, seguindo o referido entendimento, comprovada estÃ¡, pelo laudo cadavÃ©rico, a morte do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, acolho o parecer ministerial e DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de IVANILSON BENTO DA COSTA RIBEIRO, em relaÃ§Ã£o ao termo circunstanciado, com fulcro no art. 107, I, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se baixa e arquive-se. Â IgarapÃ©-Miri, 23 de MarÃ§o de 2022. ARNALDO JÃSE PEDROSA GOMES Juiz de Direito PROCESSO: 00058727520148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 DENUNCIADO:LEIDSON LOBATO DOS SANTOS VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Processo nÂº 0005872-75.2014.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ RÃ©u: LEIDSON LOBATO DOS SANTOS CapitulaÃ§Ã£o penal: art. 14, CAPUT, da Lei nÂº 10.826/2003 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em desfavor de LEIDSON LOBATO DOS SANTOS, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o deste nas penas contidas no art. 14, CAPUT, da Lei nÂº 10.826/2003. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 38, consta certidÃ£o de Ã³bito do acusado LEIDSON LOBATO DOS SANTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 40, manifestou-se o MinistÃ©rio PÃºblico no sentido de ser extinta a punibilidade em razÃ£o do falecimento do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Prescreve o art. 107, I, do CÃ³digo Penal que: Art. 107 - Extingue-se a

punibilidade: I - pela morte do agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De outro lado, expÃµe o art. 62 do CPP, que a comprovaÃ§Ã£o da morte se dÃ¡ Ã vista da certidÃ£o de Ã³bito. Contudo, a jurisprudÃªncia pÃ¡tria tem mitigado tal entendimento, aceitando o laudo cadavÃ©rico como meio de comprovar o falecimento do agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesta trilha, impende citar o posicionamento deste EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a: PENAL. PROCESSO PENAL. ESTUPRO. SENTENÃA DE EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DO AGENTE POR DECADÃNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO INTERPOSTO PELO ÃRGÃO MINISTERIAL. MORTE DO AGENTE. AUSÃNCIA DE CERTIDÃO DE ÃBITO. LAUDO DE EXAME CADAVÃRICO E FICHA DE ENTRADA DE CADÃVER ACOSTADOS AOS AUTOS. DOCUMENTOS IDÃNEOS A COMPROVAR O FALECIMENTO DO ACUSADO. PUNIBILIDADE EXTINTA. ART. 107 , I DO CP . RECURSO PREJUDICADO. I A despeito da ausÃªncia de juntada aos autos de certidÃ£o de Ã³bito, nos termos do que prevÃª o art. 62 do CÃ³digo de Processo Penal, o falecimento do agente pode ser constatado por outros meios de prova, quais sejam laudo de exame cadavÃ©rico e ficha de entrada de cadÃ¡ver, motivo pelo qual, decreta-se, de ofÃ-cio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do acusado, com fulcro no art. 107 , I do CÃ³digo Penal. II Recurso em Sentido Estrito prejudicado. (TJ-AL - Recurso em Sentido Estrito RSE 05008187520098020056 AL 0500818-75.2009.8.02.0056. Data de publicaÃ§Ã£o: 18/02/2016). Grifo nosso. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, seguindo o referido entendimento, comprovada estÃ¡, pelo laudo cadavÃ©rico, a morte do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, acolho o parecer ministerial e DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de LEIDSON LOBATO DOS SANTOS, em relaÃ§Ã£o ao termo circunstanciado, com fulcro no art. 107, I, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se baixa e arquive-se. Â IgarapÃ©-Miri, 23 de MarÃ§o de 2022. ARNALDO JÃSE PEDROSA GOMES Juiz de Direito PROCESSO: 00164884420118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Execução Provisória em: 23/03/2022 APENADO:GEOVANE DA SILVA SANTOS Representante(s): OAB 1983 - RUBENS NASCIMENTO MOTA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0016488-44.2011.8.14.0022 - EXECUÃÃO PROVISÃRIA DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Defiro o pedido formulado pelo MP as fls. 66. 2-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 23 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00463880620158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Inquérito Policial em: 23/03/2022 INDICIADO:PAULO JUNIOR MACHADO MORAES VITIMA:V. S. O. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Despacho 1-Â Â Â Â Â Encaminhe-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para deliberaÃ§Ã£o. 3-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 23 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00673851020158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 DENUNCIADO:HELTON OLIVEIRA TOURAO VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP: 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, e-mail: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Processo nÂº 0067385-10.2015.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ RÃ©u: HELTON OLIVEIRA TOURÃO CapitulaÃ§Ã£o penal: art. 33, da Lei nÂº 11.343/2006 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal PÃºblica movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em desfavor de HELTON OLIVEIRA TOURÃO, no bojo da qual se pleiteia a condenaÃ§Ã£o deste nas penas contidas no art. 33, da Lei nÂº 11.343/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 70, consta certidÃ£o de Ã³bito do acusado HELTON OLIVEIRA TOURÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 72, manifestou-se o MinistÃ©rio PÃºblico no sentido de ser extinta a punibilidade em razÃ£o do falecimento do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Prescreve o art. 107, I, do CÃ³digo Penal que: Art. 107 - Extingue-se a punibilidade: I - pela morte do agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De outro lado, expÃµe o art. 62 do CPP, que a comprovaÃ§Ã£o da morte se dÃ¡ Ã vista da certidÃ£o de Ã³bito. Contudo, a jurisprudÃªncia pÃ¡tria tem mitigado tal entendimento, aceitando o laudo cadavÃ©rico como meio de comprovar o falecimento do agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesta trilha, impende citar o posicionamento deste EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a: PENAL. PROCESSO PENAL. ESTUPRO. SENTENÃA DE EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE DO AGENTE POR DECADÃNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO INTERPOSTO PELO ÃRGÃO MINISTERIAL. MORTE DO AGENTE. AUSÃNCIA DE

CERTIDÃO DE ÃBITO. LAUDO DE EXAME CADAVÃRICO E FICHA DE ENTRADA DE CADÃVER ACOSTADOS AOS AUTOS. DOCUMENTOS IDÃNEOS A COMPROVAR O FALECIMENTO DO ACUSADO. PUNIBILIDADE EXTINTA. ART. 107 , I DO CP . RECURSO PREJUDICADO. I A despeito da ausÃªncia de juntada aos autos de certidÃ£o de Ã³bito, nos termos do que prevÃª o art. 62 do CÃ³digo de Processo Penal, o falecimento do agente pode ser constatado por outros meios de prova, quais sejam laudo de exame cadavÃ©rico e ficha de entrada de cadÃ¡ver, motivo pelo qual, decreta-se, de ofÃcio, a extinÃ§Ã£o da punibilidade do acusado, com fulcro no art. 107 , I do CÃ³digo Penal. II Recurso em Sentido Estrito prejudicado. (TJ-AL - Recurso em Sentido Estrito RSE 05008187520098020056 AL 0500818-75.2009.8.02.0056. Data de publicaÃ§Ã£o: 18/02/2016). Grifo nosso. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, seguindo o referido entendimento, comprovada estÃ¡, pelo laudo cadavÃ©rico, a morte do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, acolho o parecer ministerial e DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de HELTON OLIVEIRA TOURÃO, em relaÃ§Ã£o ao termo circunstanciado, com fulcro no art. 107, I, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se baixa e arquive-se. Â Igarapé-Miri, 23 de MarÃ§o de 2022. ARNALDO JÃSE PEDROSA GOMES Juiz de Direito PROCESSO: 00000840820108140022 PROCESSO ANTIGO: 201020000802 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum em: 24/03/2022 VITIMA:O. E. REU:IDEL CORREA PRASERES REU:MARIA RAIMUNDA MARTINS DOS SANTOS REU:JOELSON DOS SANTOS PANTOJA REU:AVERALDO CORREA NEGRAO REU:EDILSON SERRAO MONTEIRO Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) . ÃCERTIDÃO Certifico na presente data para os devidos fins que, em relaÃ§Ã£o ao presente processo, em consulta aos sistemas LIBRA e SEEU, bem como em anÃ¡lise dos autos, nÃ£o consta a instauraÃ§Ã£o de processo de execuÃ§Ã£o da pena imposta, neste processo, aos rÃ©us AVERALDO CORRÃA NEGRÃO e EDILSON SERRÃO MONTEIRO. Isto posto, faÃ§o a conclusÃ£o dos presentes autos ao Gabinete do Magistrado. IgarapÃ©-Miri/PA, 24/03/2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00002208320098140022 PROCESSO ANTIGO: 200910001300 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPE-MIRI REQUERENTE:DAVID GOMES DAMASCENO Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) REQUERENTE:MARLENE MARIA LOPES DA COSTA Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA SEBASTIANA QUARESMA MIRANDA Representante(s): OAB 9968 - KELEN SOUZA XAVIER VON LOHRMANN CRUZ (ADVOGADO) REQUERENTE:SILENE MARIA LOPES DA COSTA Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) . CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÂ¿o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, vendo registrar que a sentenÃ§a prolatada por este juÃzo transitou livremente em julgado. IgarapÃ©-Miri/PA, ---- de -------------- de 2022. JEFFERSON VIEIRA DA SILVA Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00002455520098140022 PROCESSO ANTIGO: 200920001423 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 24/03/2022 ACUSADO:JEFFERSON BARBOSA DE SOUZA Representante(s): OAB 13725-B - LUAN DIMY RODRIGUES QUARESMA (DEFENSOR) ACUSADO:CLEITON SERRAO MONTEIRO VITIMA:E. B. J. ACUSADO:DIONE SILVA LOPES Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) ISABELE CASTRO DA SILVA LIMA DEFENSORA PUBLICA (DEFENSOR) TESTEMUNHA:GILMAX CARDOSO RODRIGUES TESTEMUNHA:MARIA ODETE LOPES MACHADO TERCEIRO:ALCIANE DE OLIVEIRA RODRIGUES TERCEIRO:ANGELA ARAUJO DA SILVA TERCEIRO:ANTONIO FRANCISCO VILHENA PINHEIRO TERCEIRO:ADAILSON FERRAZ MACHADO TERCEIRO:BENEDITA ANTONIA DA COSTA QUARESMA TERCEIRO:BENEDITA DO SOCORRO DOS SANTOS MONTEIRO TERCEIRO:CARLOS DO SOCORRO CABRAL FONSECA TERCEIRO:DELMA PANTOJA PINHEIRO TERCEIRO:DIANA QUARESMA PUREZA TERCEIRO:ELIETE DO SOCORRO LOBO DOS SANTOS TERCEIRO:EDSON DA TRINDADE MORAES QUARESMA TERCEIRO:EDNA MARIA PANTOJA DE SOUZA TERCEIRO:EDUANE PAIVA E SILVA TERCEIRO:EMILIA LOBATO RODRIGUES TERCEIRO:HELLEN CRISTIAN SACRAMENTO MACIEL TERCEIRO:JONIELSON SOUZA CORREA TERCEIRO:JOSILENE MORAES QUARESMA PIRES TERCEIRO:JUCICLEIDISON ANTUNES MELO TERCEIRO:KENNEDY QUARESMA PEREIRA TERCEIRO:LUIZ DE GONZAGA SANTANA MOURA TERCEIRO:MARCELO PANTALEAO DA SILVEIRA

TERCEIRO:MARCILENE LUIZA SERRAO PINHEIRO TERCEIRO:MARIA DE FATIMA DA SILVA PANTOJA TERCEIRO:MARIA DE JESUS PANTOJA DE SOUZA TERCEIRO:NICANOR PARAENSE CORREA TERCEIRO:CRISTIANE CASTILHO DE CASTRO TERCEIRO:JOSE ELI GONCALVES MONTEIRO TERCEIRO:LUCELIA SANTOS DE MELO TERCEIRO:ODINEY DE MELO CRUZ TERCEIRO:SONIA MARIA BAIA PANTOJA. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO E ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que ocorreu o TRÃNSITO EM JULGADO na data de 29/11/2021. Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, em obediÃªncia ao despacho proferido na sentenÃ§a retro, procedo o arquivamento dos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Igarapé-Miri, 24 de marÃ§o de 2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00004682820108140022 PROCESSO ANTIGO: 201010002701 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REQUERENTE:JAILSON DE MIRANDA MARTINS Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:PODER EXECUTIVO - PREFEITURA MUNICIPAL. CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÂ¿o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, vendo registrar que a sentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo transitou livremente em julgado. IgarapÃ©-Miri/PA, ---- de -------------- de 2022. JEFFERSON VIEIRA DA SILVA Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00006814920148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:R. R. G. DENUNCIADO:ALESON DE SOUSA LOBATO DENUNCIADO:SERGIO CORREA DAMASCENO TESTEMUNHA:BENEDITO DOS SANTOS MARTINS. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Â Processo: 0000681-49.2014.8.14.0022 Classe: AÃ§Ã£o Penal -Procedimento OrdinÃ¡rio Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ RÃ©u: Aleson de Souza Lobato RÃ©u: Sergio Correa Damasceno CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 157, Â§2Âº, I e II, do CP SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em face de ALESON DE SOUZA LOBATO e SERGIO CORREA DAMASCENO atribuindo-lhe, em tese, as condutas descritas no art. 157, I e II, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Narra a denÃºncia: Emergem dos autos que os acusados, na data de 15.02.2013, por volta das 19h30min, nas proximidades da praÃ§a da Prefeitura, mais precisamente no Hotel AÃ§aÃ- Palace, nesta Comarca, portando arma de fogo, abordaram a vÃ-tima ROSIVALDO RODRIGUES GANÃALVES o qual trabalhava no referido estabelecimento, subtraindo-lhe, mediante grave ameaÃ§a, seu aparelho de comunicaÃ§Ã£o mÃ³vel, bemÂ como os aparelhos de seus dois filhos menores que lÃ¡ se encontravam. Conforme o apurado na peÃ§a inquisitorial, apÃ³s a perpetraÃ§Ã£o do ilÃ-cito os indigitados fugiram do local. Ocorre que uma das testemunhas BENEDITO DOS SANTOS reconheceu o acoimado ALESON DE SOUZA LOBATO, vulgo DENTINHO, como um dos autores do crime. A PolÃ-cia Militar foi acionada e prendeu em flagrante ALESON DE SOUZA. ALESON confessou que chegou de bicicleta ao local em companhia de SERGIO CORRREA DAMASCENO, vulgo OVO, sendo que este sacou a arma de fogo da cintura e exigiu os bens. Ressaltou, por fim, que SERGIO CORREA ficou com a arma usada no delito, bem como os bens subtraÃ-dos. Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de recebimento da denÃºncia em 27.03.2013 (fls. 05/06), ocorrendo o primeiro marco interruptivo da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado ALESON DE SOUZA LOBATO devidamente citado (fls. 07), apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 08/12. Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado SERGIO CORREA DAMASCENO devidamente citado (fls. 07), apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 13. Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 15.07.2014 foi realizada audiÃªncia instruÃ§Ã£o e julgamento, oportunidade na qual foi ouvida a testemunha BENEDITO DOS SANTOS MARTINS, cujo depoimento fora gravado por meio de recurso audiovisual (fls. 25//26). Â Â Â Â Â Â Â Â AlvarÃ¡ de soltura Ã s fls.30. Â Â Â Â Â Â Â Â Em 20.03.2018 foi dado continuidade Ã audiÃªncia instruÃ§Ã£o e julgamento, oportunidade na qual foram ouvidas a vÃ-tima ROSIVALDO RODRIGUES GONÃALVES, e a testemunha DAVI SANTOS DOS SANTOS, cujos depoimentos foram gravados por meio de recurso audiovisual (fls. 77/79). Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 10.12.2019 foi realizada audiÃªncia instruÃ§Ã£o e julgamento, oportunidade na qual foi ouvida a testemunha JEFFERSON GERALDO CASTRO GONÃALVES, bem como realizado o interrogatÃ³rio do rÃ©u SERGIO CORREA DAMASCENO, cujos depoimentos foram gravados por meio de recurso audiovisual (fls. 120/122). Â Â Â Â Â Â Â Â Em 01.10.2021 foi dado continuidade Ã audiÃªncia instruÃ§Ã£o e julgamento, oportunidade na qual foi realizado o interrogatÃ³rio do rÃ©u ALESON DE SOUZALLOBATO, cujo depoimento fora gravado

por meio de recurso audiovisual (fls. 147/148). Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais do MinistÃ©rio PÃºblico (fls. 59/62), pugnando pela condenaÃ§Ã£o dos denunciados ALESON DE SOUZA LOBATO e SERGIO CORREA DAMASCENO, como incursos nas penas do art. 157, Â§2Âº, I, e II, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais da defesa do rÃ©u SERGIO CORREA DAMASCENO (fls. 151/155), pugnando pela nulidade da audiÃªncia do dia 20.03.2018, e a absolviÃ§Ã£o do acusado, por insuficiÃªncia de provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlegaÃ§Ãµes finais da defesa do rÃ©u ALESON DE SOUZA LOBATO (fls. 156/157), pugnando, em caso de condenaÃ§Ã£o, pela aplicaÃ§Ã£o da pena mÃ-nima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatÃ³ria em desfavor ALESON DE SOUZA LOBATO e SERGIO CORREA DAMASCENO, atribuindo-lhes a conduta descrita no art. 157, Â§2Âº, I e II, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao exame dos autos, verifico que estÃ£o presentes os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Averiguo haver questÃµes preliminares a serem analisadas antes de adentrar ao Ã¢mago da quaestio juris, motivo pelo qual passo a analisar por primeiro as questÃµes suscitadas como preliminares e em seguida na parte meritÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã alegaÃ§Ã£o de nulidade da audiÃªncia ocorrida 20.03.18, nÃ£o vislumbro a presenÃ§a de qualquer nulidade processual, visto que a ausÃªncia do MinistÃ©rio PÃºblico na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento nÃ£o acarreta a nulidade do ato, sem a demonstraÃ§Ã£o de prejuÃ-zo para a defesa, haja vista o princÃ-pio pas de nullitÃ© sans grief, sendo imprescindÃ-vel a efetiva demonstraÃ§Ã£o de prejuÃ-zo, o que nÃ£o ocorreu no caso em apreÃ§o. AlÃ©m disso, a advogado de defesa, que fora constituÃ-do para ato, nÃ£o foi compelido a formular perguntas Ã s testemunhas, tendo as feito de acordo com o que julgou relevante e pertinente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao delito do art. 157, Â§2Âº, I e II, do CP, verifico que a materialidade do crime encontra-se perfeitamente demonstrada, devendo ser levado em consideraÃ§Ã£o todo lastro probatÃ³rio produzidos nos autos, notadamente o auto de prisÃ£o em flagrante, boletim de ocorrÃªncia (fls. 11 do IPL nÂº 00124/2014.000032-0), bem como a prova oral colhida durante a instruÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com relaÃ§Ã£o Ã autoria, necessÃ¡rio se torna proceder ao estudo de provas carreadas nos autos, especialmente do depoimento da vÃ-tima e das testemunhas em JuÃ-zo, cotejando-as com os fatos descritos na denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima ROSIVALDO RODRIGUES GONÃALVES, em seu depoimento em JuÃ-zo, afirmou: que no dia dos fatos estava trabalhando de porteiro no Hotel (...) que era por volta das 19h/19h30min (...) que estava com seus filhos na calÃ§ada (...) que chegou dois rapazes por trÃ¡s encostando a arma na cabeÃ§a do depoente (...) que estavam de cara limpa (...) que ameaÃ§aram o depoente caso ele olhasse para eles (...) que que mandaram o depoente tirar seu celular do bolso e entregÃ¡-lo (...) que um dos rapazes estava de bicicleta (...) que pegaram o celular de seus filhos (...) que no outro dia foi informado ao depoente que a cÃ¢mera do seu trabalho pegou a aÃ§Ã£o dos assaltantes (...) que os bens nÃ£o foram restituÃ-dos (...) que soube da prisÃ£o um dos acusados no outro dia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha BENEDITO DOS SANTOS MARTINS, em seu depoimento em juÃ-zo afirmou: que estava no balcÃ£o (...) que ao olhar para a porta jÃ¡ viu os dois rapazes saindo (...) que jÃ¡ tinham levado o celular da vÃ-tima (...) que correu para a porta quando a vÃ-tima falou que tinham acabado de levar o celular dele e de seus filhos (...) que acionou a polÃ-cia (...) que a polÃ-cia veio (...) que a vÃ-tima falou com a polÃ-cia (...) que a polÃ-cia foi atrÃ¡s deles (...) que nÃ£o chegou a reconhecer os acusados, pois quando viu eles jÃ¡ estavam de costas (...) que eles estavam de cara limpa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha DAVI SANTOS DOS SANTOS, policial militar que participou da diligÃªncia que resultou na prisÃ£o em flagrante de um dos acusados, em seu depoimento em JuÃ-zo, afirmou: que estava de serviÃ§o (...) que foram acionados (...) que foram atÃ© o local (...) que um dos acusados foi reconhecido por um dos funcionÃ¡rios do hotel (...) que comeÃ§aram a fazer diligÃªncias (...) que conseguiu capturar um dos acusados (...) que foi capturado no outro dia pela manhÃ£ e conduzido a delegacia (..) que o suspeito preso foi o ALISON. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha JEFFERSON GERALDO CASTRO GONÃALVES, policial militar que participou da diligÃªncia que resultou na prisÃ£o em flagrante dos acusados, em seu depoimento em JuÃ-zo, afirmou: que estava de serviÃ§o no dia posterior aos fatos (...) que foi passado informaÃ§Ãµes sobre o envolvidos (...) que ALESON foi preso na casa de seu padrasto (...) que ele foi apresentado na DEPOL (...) que reconheceram tambÃ©m SERGIO como um dos participantes (...) que foram atÃ© a residÃªncia de SERGIO (...) que ele chegou a ser abordado e questionado, tendo se comprometido a acompanhar atÃ© a delegacia (...) que SERGIO entrou na casa dele pra vestir uma camisa e fugiu. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu interrogatÃ³rio o denunciado ALESON DE SOUZA LOBATO confessou a autoria do crime, e afirmou: que lembra de ter subtraÃ-do o telefone da vÃ-tima (...) que a arma de fogo estava com o outro rapaz (...) que o outro rapaz era o SERGIO (...) que o depoente recolheu os objetos (...) que o outro acusado anunciou o assalto e ameaÃ§ou (...) que foi preso no outro dia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu interrogatÃ³rio o denunciado SERGIO CORREA

DAMASCENO negou a autoria do crime e afirmou: que nÃ£o se recordava dos fatos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inobstante as declaraÃ§Ãµes do acusado SERGIO CORREA DAMASCENO, Ã© cediÃ§o que a genÃ©rica negativa da prÃ¡tica do delito nÃ£o pode ser acolhida quando se mostra incompatÃ-vel com a prova dos autos. Assim, nÃ£o hÃ¡ como acolher a pretendida absolviÃ§Ã£o por negativa de autoria ou por insuficiÃªncia de provas, pois as provas amealhadas ao longo da instruÃ§Ã£o sÃ£o suficientes para ensejar a condenaÃ§Ã£o dos denunciados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, nÃ£o hÃ¡ dÃºvidas que os denunciados ALESON DE SOUZA LOBATO e SERGIO CORREA DAMASCENO, em comunhÃ£o de esforÃ§os e unidade de desÃ-gnios, praticaram o crime de roubo contra a vÃ-tima ROSIVALDO RODRIGUES GONÃALVES, mediante ameaÃ§a e uso de arma de fogo, subtraindo-lhes trÃªs aparelhos de celular, com evidente animus furandi. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã de destacar que a participaÃ§Ã£o do acusado SERGIO CORREA DAMASCENO Ã© confirmada no depoimento do corrÃ©u ALESON DE SOUZA LOBATO, e encontra respaldo nas declaraÃ§Ãµes da testemunha JEFFERSON GERALDO CASTRO GONÃALVES. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se ainda que os depoimentos da vÃ-tima e das testemunhas sÃ£o firmes, coerentes e harmÃ´nicos, e corroboram com os fatos narrados na denÃºncia, demonstrando, sem sobras de dÃºvidas, que, efetivamente, os denunciados ALESON DE SOUZA LOBATO e SERGIO CORREA DAMASCENO participaram do delito de roubo consumado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No tocante a presenÃ§a da majorante narrada na denÃºncia, cumpre esclarecer que a Lei 13.654/2018 promoveu alteraÃ§Ã£o na causa de aumento de pena constante do parÃ¡grafo Â§ 2Âº do art. 157. A regra que autorizava o aumento da pena de 1/3 atÃ© metade, em caso de utilizaÃ§Ã£o de arma de fogo durante a empreitada criminosa, migrou para o Â§ 2Âº-A, tendo sido recrudescida, na medida em que passou a prever aumento de pena entre 2/3 e metade, aplicando-se, tÃ£o somente, aos casos de utilizaÃ§Ã£o de arma de fogo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em razÃ£o do recrudescimento operado pelo legislador, imperioso que a conduta do rÃ©u seja subsumida Ã tipificaÃ§Ã£o vigente Ã Ã©poca dos fatos, por lhe ser mais favorÃ¡vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Art. 157, Â§ 2Âº, incisos I, II, vigente Ã Ã©poca dos fatos, previa: Â¿Art. 157 - Subtrair coisa mÃ³vel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaÃ§a ou violÃªncia a pessoa, ou depois de havÃª-la, por qualquer meio, reduzido Ã impossibilidade de resistÃªncia: Pena - reclusÃ£o, de quatro a dez anos, e multa. Â§ 2Âº - A pena aumenta-se de um terÃ§o atÃ© metade: I - se a violÃªncia ou ameaÃ§a Ã© exercida com emprego de arma; Â Â Â Â Â Â Â Â Â No tocante a causa de aumento prevista no inciso I, Â§2Âº, do art. 157, do CP, entendo que restou devidamente demonstrada, e, apesar de nÃ£o ter sido encontrada e periciada a arma de fogo utilizada na aÃ§Ã£o delituosa, hÃ¡ nos autos prova de que os rÃ©us praticaram o crime utilizando-se do referido artefato, conforme se constata das declaraÃ§Ãµes da vÃ-tima e do acusado ALESON. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que a jurisprudÃªncia das Cortes Superiores Ã© majoritÃ¡ria quanto Ã prescindibilidade da apreensÃ£o da arma de fogo e de sua perÃ-cia, pois seu efetivo emprego pode ser comprovado por outros meios, como a palavra da vÃ-tima e testemunhas. Nesse sentido: STF, 1Âª Turma, HC 108034/MG, rel. Min. Rosa weber, 07.08.2012; STJ, 5Âª Turma, REsp 1213467/RS. Rel. Marilza Maynard (Des. Convocada do TJ/SE) julgado em 07.05.2013) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No tocante a causa de aumento prevista no inciso II, Â§2Âº, do art. 157, do CP, restou devidamente demonstrada, pois hÃ¡ nos autos prova de que os rÃ©us ALESON DE SOUZA LOBATO e SERGIO CORREA DAMASCENO praticaram o crime em comunhÃ£o de esforÃ§os e unidade de desÃ-gnios, configurando concurso de agentes, conforme se constata das declaraÃ§Ãµes da vÃ-tima eÂ do acusado ALESON. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, restando comprovada a materialidade e autoria delitiva, e nÃ£o se extraindo dos autos qualquer causa de exclusÃ£o da tipicidade, antijuridicidade ou culpabilidade, a condenaÃ§Ã£o dos denunciados ALESON DE SOUZA LOBATO e SERGIO CORREA DAMASCENO, pelo crime previsto no art. 157, I e II, do CP, Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denÃºncia, a fim de CONDENAR os denunciados ALESON DE SOUZA LOBATO e SERGIO CORREA DAMASCENO, como incursos nas penas do art. 157, I e II, do CP, razÃ£o pela qual passo a dosar a respectiva pena a ser aplicada, em estrita observÃ¢ncia ao disposto pelo art. 68, caput, do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Preliminarmente, registro que em razÃ£o do reconhecimento da incidÃªncia de duas causas de aumento de pena, adoto o entendimento de que uma delas serÃ¡ considerada para majorar o crime (emprego de arma de fogo- art. 157, Â§2Âº, I, do CP- com redaÃ§Ã£o anterior da Lei 13.654/2018), e a outra (concurso de pessoas- art. 157, Â§2Âº, II) deve ser considerada como circunstÂ¢ncia judicial desfavorÃ¡vel, conforme jurisprudÃªncia do STJ (AgRg no HC 395.774/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 11/10/2017). DA FIXAÃÃO DA PENA BASE EM RELAÃÃO AO RÃU SERGIO CORREA DAMASCENO DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal1, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta reprovÃ¡vel por sua prÃ³pria natureza, nada tendo a se valorar; b)Â Â Â Â Â

NÃ£o hÃ¡ nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notÃ-cia de jÃ¡ ter sido o acusado condenado, com sentenÃ§a judicial transitada em julgado, pela prÃ¡tica de qualquer outro delito de natureza penal, razÃ£o por que nÃ£o hÃ¡ que se falar na existÃªncia de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juÃ-zo, apoiado na SÃºmula 444 do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a2, Ã© o de que inquÃ©ritos policiais ou processos em andamento nÃ£o propiciam a caracterizaÃ§Ã£o de maus antecedentes, forte no princÃ-pio da nÃ£o-culpabilidade, gravado no art. 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, nada a valorar; c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, entendida esta como Â¿o comportamento do agente perante a sociedadeÂ¿3, nada hÃ¡ a valorar nos autos; d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se pode dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, Ã© a obtenÃ§Ã£o de lucro fÃ¡cil em detrimento do patrimÃ´nio alheio, o que Ã© inerente ao crime, tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ nada que se valorar nos autos; f)Â Â Â Â Â No tocante Ã s circunstÃ¢ncias do crime, verifica-se que o rÃ©u praticou o crime em companhia de seu comparsa, o que configura concurso de agentes, situaÃ§Ã£o a evidenciar a gravidade das circunstÃ¢ncias do crime praticado, de modo que valoro essa circunstÃ¢ncia em desfavor do rÃ©u; g)Â Â Â Â Â No que atine as consequÃªncias do crime sÃ£o normais Ã espÃ©cie, nÃ£o havendo nada a valorar nos autos; h)Â Â Â Â Â Por fim, quanto ao comportamento da vÃ-tima, a vÃ-tima em nada contribuiu para o delito; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÃ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e pagamento de 15 dias-multa, cada um equivalente a um trigÃ©simo do valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, em observÃ¢ncia ao disposto no art. 60, do CÃ³digo Penal4.Â DAS CIRCUNSTÃNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÃDIGO PENAL) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, nÃ£o hÃ¡ qualquer circunstÃ¢ncia agravante ou atenuante a ser aplicada, pelo que, mantenho provisoriamente a pena em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e pagamento de 15 dias-multa. DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que nÃ£o hÃ¡ causa de diminuiÃ§Ã£o de pena a ser aplicada. No entanto, reconheÃ§o a existÃªncia da causa de aumento de pena prevista no art. 157, Â§2Âº, I, do CP-- com redaÃ§Ã£o anterior da Lei 13.654/2018 (em razÃ£o de emprego de arma de fogo) a ser aplicada, razÃ£o pela qual aumento a pena em 1/3, ficando o rÃ©u, condenado em 06 (seis) anos, e 08 (oito) meses de reclusÃ£o, e pagamento de 20 dias-multa. CONSIDERAÃÃES GERAIS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IncabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito, vez que a pena fixada Ã© superior a 04 (quatro) anos, alÃ©m de que o crime foi cometido com violÃªncia e grave ameaÃ§a, nos termos do art. 44, I, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o quantum da pena aplicada, deixo de conceder ao acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, caput, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de proceder Ã detraÃ§Ã£o penal, nos termos do art. 387, Â§ 2Âº, do CPP, em razÃ£o da inexistÃªncia nos autos de informaÃ§Ã£o sobre a situaÃ§Ã£o prisional do rÃ©u Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a pena privativa de liberdade aplicada e nÃ£o ser o rÃ©u reincidente, nos termos do art. 33, Â§ 2Âº, b, do CÃ³digo Penal, fixo o regime semiaberto para o inÃ-cio do cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude de nÃ£o estarem presentes quaisquer requisitos que autorizam a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, bem como pelo fato de o rÃ©u encontrar-se respondendo ao processo em liberdade, concedo ao rÃ©u o direito de recorrer em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar o rÃ©u Ã s custas judiciais, ante sua situaÃ§Ã£o de hipossuficiÃªncia econÃ´mica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atento Ã norma prevista no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal, deixo de fixar o valor mÃ-nimo de indenizaÃ§Ã£o, Ã mingua de elementos nos autos, ressalvada a propositura da aÃ§Ã£o civil cabÃ-vel. DA FIXAÃÃO DA PENA BASE EM RELAÃÃO AO RÃU ALESON DE SOUZA LOBATO DA FIXAÃÃO DA PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise das diretrizes traÃ§adas pelo art. 59, do CÃ³digo Penal5, verifica-se: a)Â Â Â Â Â O rÃ©u agiu com culpabilidade normal Ã espÃ©cie, sendo sua conduta reprovÃ¡vel por sua prÃ³pria natureza, nada tendo a se valorar; b)Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notÃ-cia de jÃ¡ ter sido o acusado condenado, com sentenÃ§a judicial transitada em julgado, pela prÃ¡tica de qualquer outro delito de natureza penal, razÃ£o por que nÃ£o hÃ¡ que se falar na existÃªncia de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juÃ-zo, apoiado na SÃºmula 444 do E. Superior Tribunal de JustiÃ§a6, Ã© o de que inquÃ©ritos policiais ou processos em andamento nÃ£o propiciam a caracterizaÃ§Ã£o de maus antecedentes, forte no princÃ-pio da nÃ£o-culpabilidade, gravado no art. 5Âº, LVII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, nada a valorar; c)Â Â Â Â Â Quanto Ã sua conduta social, entendida esta como Â¿o comportamento do agente perante a sociedadeÂ¿7, nada hÃ¡ a valorar nos autos; d)Â Â Â Â Â No que atine Ã sua personalidade, pouco se pode dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e)Â Â Â Â Â Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, Ã© a obtenÃ§Ã£o de lucro fÃ¡cil em detrimento do patrimÃ´nio alheio, o que Ã© inerente ao crime,

tambÃ©m nÃ£o hÃ¡ nada que se valorar nos autos; f)Â Â Â Â Â No tocante Ã s circunstÃ¢ncias do crime, verifica-se que o rÃ©u praticou o crime em companhia de seu comparsa, o que configura concurso de agentes, situaÃ§Ã£o a evidenciar a gravidade das circunstÃ¢ncias do crime praticado, de modo que valoro essa circunstÃ¢ncia em desfavor do rÃ©u; g)Â Â Â Â Â No que atine as consequÃªncias do crime, sÃ£o normais Ã espÃ©cie, nÃ£o havendo nada a valorar nos autos; h)Â Â Â Â Â Por fim, quanto ao comportamento da vÃ-tima, a vÃ-tima em nada contribuiu para o delito; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de tais circunstÃ¢ncias, analisadas individualmente, Ã© que fixo a pena base em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e pagamento de 15 dias-multa, cada um equivalente a um trigÃ©simo do valor do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato, em observÃ¢ncia ao disposto no art. 60, do CÃ³digo Penal8.Â DAS CIRCUNSTÃNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÃDIGO PENAL) Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã segunda fase da dosimetria legal, verifica-se a presenÃ§a da circunstÃ¢ncia atenuante prevista no art. 65, I, do CP, eis que o acusado era menor de 21 (vinte um) anos na data do fato, e do art. 65, Iii, d. do CP, relativa a confissÃ£o espontÃ¢nea., razÃ£o pela qual, atenuo a pena em 01 ano, e fixo provisoriamente a pena em 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e pagamento de 12 dias-multa. DAS CAUSAS DE DIMINUIÃÃO E AUMENTO DE PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na Ãºltima das fases de dosimetria da pena, importa esclarecer que nÃ£o hÃ¡ causa de diminuiÃ§Ã£o de pena a ser aplicada. No entanto, reconheÃ§o a existÃªncia da causa de aumento de pena prevista no art. 157, Â§2Âº, I, do CP-- com redaÃ§Ã£o anterior da Lei 13.654/2018 (em razÃ£o de emprego de arma de fogo) a ser aplicada, razÃ£o pela qual aumento a pena em 1/3, ficando o rÃ©u, condenado em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusÃ£o, e pagamento de 16 dias-multas. CONSIDERAÃÃES GERAIS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IncabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito, vez que a pena fixada Ã© superior a 04 (quatro) anos, alÃ©m de que o crime foi cometido com violÃªncia e grave ameaÃ§a, nos termos do art. 44, I, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o quantum da pena aplicada, deixo de conceder ao acusado o benefÃ-cio da suspensÃ£o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, caput, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de proceder Ã detraÃ§Ã£o penal, nos termos do art. 387, Â§ 2Âº, do CPP, em razÃ£o da inexistÃªncia nos autos de informaÃ§Ã£o sobre a situaÃ§Ã£o prisional do rÃ©u Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a pena privativa de liberdade aplicada e nÃ£o ser o rÃ©u reincidente, nos termos do art. 33, Â§ 2Âº, b, do CÃ³digo Penal, fixo o regime semiaberto para o inÃ-cio do cumprimento da pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em virtude de nÃ£o estarem presentes quaisquer requisitos que autorizam a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, bem como pelo fato de o rÃ©u encontrar-se respondendo ao processo em liberdade, concedo ao rÃ©u o direito de recorrer em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar o rÃ©u Ã s custas judiciais, ante sua situaÃ§Ã£o de hipossuficiÃªncia econÃ´mica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atento Ã norma prevista no art. 387, IV, do CÃ³digo de Processo Penal, deixo de fixar o valor mÃ-nimo de indenizaÃ§Ã£o, Ã mingua de elementos nos autos, ressalvada a propositura da aÃ§Ã£o civil cabÃ-vel. DA ANÃLISE DA PRESCRIÃÃO EM RELAÃÃO AO RÃU ALESON DE SOUZA LOBATO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Permanecendo inalterada a reprimenda aplicada e com o trÃ¢nsito em julgado, verifica-se a incidÃªncia prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado. SenÃ£o vejamos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebia em 27.03.2013, o que interrompeu o prazo prescricional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em comento, foi aplicada ao rÃ©u a pena 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusÃ£o em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u ALESON DESOUZA LOBATO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o Art. 109, III, do CPB, a prescriÃ§Ã£o se verifica em 12 (doze) anos, se o mÃ¡ximo da pena Ã© superior a 04 (quatro) anos e nÃ£o excede a 08 (oito) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que o agente ao tempo do crime era menor de 21 (vinte e um) anos de idade, o que significa que automaticamente o prazo prescricional cairÃ¡ pela metade, conforme nos ensina o artigo 115 do CP, o que implica prescriÃ§Ã£o em 06 (seis) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, da data de recebimento da denÃºncia (27.03.2013) atÃ© a presente (18.03.2022), jÃ¡ transcorreu lapso temporal superior ao necessÃ¡rio para gerar a perda do direito de punir do Estado (Art. 109, III, do CPB). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao lume do exposto, RECONHEÃO a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, e DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de ALESON DE SOUZA LOBATO, com fundamento no art. 109, III, c/c art. 115 e art. 107, IV, todos do CÃ³digo Penal. DISPOSIÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportunamente, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, tomem-se as seguintes providÃªncias: a)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados; b)Â Â Â Â Â Proceda-se ao recolhimento do valor atribuÃ-do a tÃ-tulo de pena de multa, conforme art. 686, do CÃ³digo de Processo Penal9; c)Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se a carta de execuÃ§Ã£o do rÃ©u; d)Â Â Â Â Â , devendo a Procuradoria Geral do Estado ser oficiada para providenciar o aludido pagamento e)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, para as providÃªncias legais. f)Â Â Â Â Â Oficie-se ao setor de estatÃ-stica criminal do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, para as providÃªncias de praxe; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Notifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comunique-se Ã vÃ-tima acerca do inteiro teor desta sentenÃ§a, nos termos do artigo 201, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se a

presente sentenÃ§a do DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Igarapé-Miri (PA), 18 de marÃ§o de 2022. ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÃ¢ncias e consequÃªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 2. SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 3 GRECO, RogÃ©rio. CÃ³digo penal comentado. 4Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p. 140. 4 Na fixaÃ§Ã£o da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, Ã situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u. 5 O juiz, atendendo Ã culpabilidade, aos antecedentes, Ã conduta social, Ã personalidade do agente, aos motivos, Ã s circunstÃ¢ncias e consequÃªncias do crime, bem como ao comportamento da vÃ-tima, estabelecerÃ¡, conforme seja necessÃ¡rio e suficiente para reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: 6. SUM. 444 STJ. Ã vedada a utilizaÃ§Ã£o de inquÃ©ritos policiais e aÃ§Ãµes penais em curso para agravar a pena base. 7 GRECO, RogÃ©rio. CÃ³digo penal comentado. 4Âª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p. 140. 8 Na fixaÃ§Ã£o da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, Ã situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u. 9 A pena de multa serÃ¡ paga dentro em 10 (dez) dias apÃ³s haver transitado em julgado a sentenÃ§a que a impuser. ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de IgarapÃ©-Miri PROCESSO: 00008307420168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento de Conhecimento em: 24/03/2022 REQUERENTE:BRAULINO MORAES DA SILVA Representante(s): OAB 2920 - BRASIL RODRIGUES DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 10136 - JOAO FERNANDO COSTA PRAZERES (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPE-MIRI - PREFEITURA MUNICIPAL. CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÂ¿o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, vendo registrar que a sentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo transitou livremente em julgado. IgarapÃ©-Miri/PA, ---- de -------------- de 2022. JEFFERSON VIEIRA DA SILVA Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00009085920108140022 PROCESSO ANTIGO: 201020004771 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 ACUSADO:MAURO DE JESUS CORREA DE SOUZA Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) ACUSADO:CLAUDINEI SANTANA FERREIRA VITIMA:R. V. B. . CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, que o apenado MAURO DE JESUS CORRÃA DE SOUZA cumpriu integralmente a pena, conforme SentenÃ§a que julgou extinta a punibilidade no processo ExecuÃ§Ã£o da Pena nÂº 0000990-10.2011.8.14.0070, jÃ¡ arquivado. Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, nesta data, procedo o arquivamento dos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri/PA, 24 de marÃ§o de 2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00010938220118140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REQUERENTE:VERIDIANA CABRAL DA FONSECA Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPEMIRI PREFEITURA MUNICIPAL. CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÂ¿o das atribuiÃ§Â¿es a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, vendo registrar que a sentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo transitou livremente em julgado. IgarapÃ©-Miri/PA, 24 de marÃ§o de 2022. JEFFERSON VIEIRA DA SILVA Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00011539520108140022 PROCESSO ANTIGO: 201010007834 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REQUERENTE:MARIA NEUZA PENA QUARESMA Representante(s): OAB 17142 - DOMINGOS DO NASCIMENTO NONATO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPE-MIRI Representante(s): OAB 17967 - JOANAINA DE PAIVA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 18411 - ROGERIO NASCIMENTO SAMPAIO (ADVOGADO) OAB 19492 - NICANOR MORAES BARBOSA (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA JOSE MENEZES DE NASCIMENTO Representante(s): OAB 12598 - PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 17142 - DOMINGOS DO NASCIMENTO NONATO (ADVOGADO)

REQUERENTE:ONEIDE DE MELO RODRIGUES Representante(s): OAB 17142 - DOMINGOS DO NASCIMENTO NONATO (ADVOGADO) . CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÂ¿o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, vendo registrar que a sentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo transitou livremente em julgado. IgarapÃ©-Miri/PA, ---- de -------------- de 2022. JEFFERSON VIEIRA DA SILVA Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00011691520108140022 PROCESSO ANTIGO: 201010007967 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPEMIRI PREFEITURA MUNICIPAL REQUERENTE:MARIA IZABEL PANTOJA REQUERENTE:MARIA DA CONCEICAO ALEXANDRINO CORREA Representante(s): OAB 12598 - PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERENTE:ROZILDA MARIA LOBATO RIBEIRO Representante(s): OAB 12598 - PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR (ADVOGADO) . CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÂ¿o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, vendo registrar que a sentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo transitou livremente em julgado. IgarapÃ©-Miri/PA, ---- de -------------- de 2022. JEFFERSON VIEIRA DA SILVA Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00014490920138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REQUERENTE:LUIZA ODILENE CORREA DA COSTA Representante(s): OAB 12598 - PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPE MIRI. CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÂ¿o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, vendo registrar que a sentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo transitou livremente em julgado. IgarapÃ©-Miri/PA, ---- de -------------- de 2022. JEFFERSON VIEIRA DA SILVA Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00014525120198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 24/03/2022 REQUERENTE:M. F. F. C. Representante(s): OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (ADVOGADO) REQUERIDO:EDINHO PUREZA LEAO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0001452-51.2019.8.14.0022 - Medidas Protetivas. Despacho 1-Â Â Â Â Â A secretaria para que certifique quanto ao cumprimento da decisÃ£o de fls. 31. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 24 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00014721820148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Restituição de Coisas Apreendidas em: 24/03/2022 REQUERENTE:ARY GONCALVES LOBATO DE PAULA Representante(s): OAB 18411 - ROGERIO NASCIMENTO SAMPAIO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0001472-18.2014.8.14.0022 - RestituiÃ§Ã£o de Coisa Apreendida. Despacho 1-Â Â Â Â Â A secretaria para que certifique quanto ao cumprimento da decisÃ£o de fl. 10. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 24 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00015042320148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Restituição de Coisas Apreendidas em: 24/03/2022 REQUERENTE:ANDREY GONCALVES AGUIAR Representante(s): OAB 18411 - ROGERIO NASCIMENTO SAMPAIO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA

CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0001504-23.2014.8.14.0022 - RestituiÃ§Ã£o de Coisa Apreendida. Despacho 1-Â Â Â Â Â Vista ao MP. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 24 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00018852620178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REQUERENTE:MIGUEL DOS SANTOS ALVES Representante(s): OAB 21293 - MAX DO SOCORRO MELO PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 18411 - ROGERIO NASCIMENTO SAMPAIO (ADVOGADO) REQUERIDO:P. M. I. . CERTIDÂ¿O DE TRÃnSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÂ¿o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, vendo registrar que a sentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo transitou livremente em julgado. IgarapÃ©-Miri/PA, ---- de -------------- de 2022. JEFFERSON VIEIRA DA SILVA Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00019904220138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REQUERENTE:OLGARINA CORREA QUARESMA Representante(s): OAB 12598 - PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 17142 - DOMINGOS DO NASCIMENTO NONATO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPE MIRI. CERTIDÂ¿O DE TRÃnSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÂ¿o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, vendo registrar que a sentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo transitou livremente em julgado. IgarapÃ©-Miri/PA, ---- de -------------- de 2022. JEFFERSON VIEIRA DA SILVA Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00023524420138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REQUERENTE:MARIA ANTONIA FARIAS OLIVA Representante(s): OAB 12598 - PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPE MIRI. CERTIDÂ¿O DE TRÃnSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÂ¿o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, vendo registrar que a sentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo transitou livremente em julgado. IgarapÃ©-Miri/PA, ---- de -------------- de 2022. JEFFERSON VIEIRA DA SILVA Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00034307320138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 24/03/2022 REQUERENTE:MARIA BENEDITA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB xxxx - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCISCO CONCEICAO DA SILVA Representante(s): OAB 6575 - RAIMUNDO AUGUSTO LOBATO DE LIMA (ADVOGADO) . Ãº SENTENÃA 1 Â¿ RELATÃRIO MARIA BENEDITA DE OLIVEIRA, por advogado constituÃ-do de modo escorreito, aforouÂ AÃÃO DE REINTEGRAÃÃO DE POSSE C/ PEDIDO LIMINAR em face de FRANCISCO CONCEIÃÃO DA SILVA. Em suma, alegou a autora, que em marÃ§o de 2012, o requerido teria ocupado dos fundos da Ã¡rea da requerente, tendo ameaÃ§ado a requerente e seus familiares, com recusas de se retirar da Ã¡rea. A inicial foram acostados documentos, tais como: CertidÃ£o do INCRA, na qual nÃ£o estÃ¡ delimitada a Ã¡rea; CÃ³pia de pedido de Interdito ProibitÃ³rio, autos de nÂº0000128-92.2006.814.0022, o qual nÃ£o fora concluÃ-do, sendo arquivado; Fotos que nÃ£o especificam, a pretensa Ã¡rea esbulhada, etc. Em 07 de outubro de 2013, fora proferido despacho, determinando a citaÃ§Ã£o da parte rÃ©, designando audiÃªncia de justificaÃ§Ã£o, bem como indeferindo a liminar requerida Â¿initio litisÂ¿, por conta da insuficiÃªncia de provas. Entrementes, em 25 de fevereiro de 2014, fora realizada audiÃªncia, na qual restou infrutÃ-fera a conciliaÃ§Ã£o, contudo, fora novamente indeferida liminar e aberto prazo para a parte rÃ© contestar, a peÃ§a vestibular. Prosseguindo, em 07 de marÃ§o de 2014, fora protocolizada contestaÃ§Ã£o, fls.35/37, na peÃ§a foram juntados documentos de fls.38/45, sendo requerida vistoria e confirmaÃ§Ã£o da Ã¡rea, bem como total improcedÃªncia do pedido. Em 20 de maio de 2019, fora realizada audiÃªncia, na qual foram ouvidas as partes e informantes de ambos, sendo determinado a abertura de prazo sucessivo, para a apresentaÃ§Ã£o de razÃµes finais. Neste contexto,

ambas as partes protocolizaram, tempestivamente, suas alegaÃ§Ãµes finais, sendo realizada conclusÃ£o dos autos. Ã o relato necessÃ¡rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â 2 Â¿ FUNDAMENTOS Â Â Â Â Â Â Â Â 2.1 Â¿ Das provas dos autos No caso em comento, trata-se de pretenso esbulho, em tese perpetrado pelo rÃ©u, o qual teria ultrapassado os limites de posse, de Ã¡rea rural, sobre a qual alega a autora ser proprietÃ¡ria. No entanto, padeceu/careceu a instruÃ§Ã£o de instrumentos probantes, previstos em lei, por meio dos quais, poderia/deveria o proponente de aÃ§Ã£o possessÃ³ria, utilizÃ¡-los com o fim de proteger, a respectiva posse esbulhada e/ou turbada. Depreende-se da prova dos autos, que todos os elementos de prova descritos/especificados em lei, em rito especial e/ou ordinÃ¡rio, nÃ£o foram acostados ao processo, tais como: provas testemunhais, laudos, fotos descritivas e/ou demonstrativas do esbulho, ou possÃ-vel turbaÃ§Ã£o, etc.. Â Â Â Â Â Â Â Â 2.2 Â¿ A posse e seus efeitos A discussÃ£o, aqui suscitada, diz respeito apenas ao exercÃ-cio do direito possessÃ³rio sobre parte do imÃ³vel referido pela autora. Trata-se da aferiÃ§Ã£o da posse, de parte de imÃ³vel rural, consta dos autos que o requerido exercerÃ¡ a posse, da Ã¡rea em litÃ-gio, por vÃ¡rios anos sucessivos, o que fora confirmado pela demandante, durante a instruÃ§Ã£o processual. Sendo, inclusive, exercida a posse sem questionamentos, de maneira mansa, no transcorrer de boa parte do tempo, o que fora alegado pelo rÃ©u e ratificado pela demandante. Vejamos o que dispÃµe o CÃ³digo Civil, sobre a posse: Art. 1196.Â Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercÃ-cio, pleno ou nÃ£o, de algum dos poderes inerentes Ã propriedade. No presente caso, a espÃ©cie processual utilizada, para ajuizar a demanda, trata de questÃ£o referente Ã posse, nÃ£o se confundindo, portanto, com as aÃ§Ãµes decorrentes do direito de propriedade. Contudo, o proprietÃ¡rio de bem, tentando recuperar a posse, poderÃ¡/deverÃ¡ propor aÃ§Ã£o de domÃ-nio, tais como, as aÃ§Ãµes reivindicatÃ³rias, diga-se de igual forma, que possÃ-veis pedidos de fungibilidade estariam prejudicados, em face do disposto no art. 554 do CPC. Entrementes, como nÃ£o ficarÃ¡ provado o esbulho, nÃ£o pode-se falar do tipo processual denominado de reintegraÃ§Ã£o de posse, pois nÃ£o hÃ¡ provas, que conectem a conduta ao demandado em juÃ-zo. 3 Â¿ DISPOSITIVO Ex positis, JULGO IMPROCEDENTE O PRESENTE FEITO com espeque no artigo 487, I, do CPC. Sem custas e honorÃ¡rios. Publicar. Registrar. Intimar. IgarapÃ©-Miri, PA, 24 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â ARNALDO JOSÃ PEDROSA GOMES Â Â Â Â Â Juiz de Direito 4 PROCESSO: 00043942720178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:A. Q. P. REU:AGUINALDO CRUZ DOS SANTOS REU:ADILSON WAGNER FARIAS RODRIGUES. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI FÃ³rum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 98418-1438, email: tjepa022@tjpa.jus.br DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando a existÃªncia de aÃ§Ã£o penal em andamento, arquive-se o presente autos com as devidas cautelas de praxe. 2.Â Â Â Â Â Expedientes necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 24 de MarÃ§o de 2022.Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Juiz de Direito ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de MaracaÃ§umÃ© - FÃ³rum Â¿Casa da JustiÃ§aÂ¿ Rua Bom Jesus, s/n, Centro - CEP 65289-000 - (98) 3373-1659/1528 PROCESSO: 00054166220138140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REQUERENTE:MARIA DAS GRACAS PINHEIRO PANTOJA Representante(s): OAB 17874 - ELIANA CORREA MORAES (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPEMIRI PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11183 - JOAO EUDES DE CARVALHO NERI (ADVOGADO) OAB 13437 - TULIO PANTOJA LOPES (ADVOGADO) OAB 13686 - GILBERTO SOUSA CORREA (ADVOGADO) OAB 18476 - JACOB KENNEDY MAUES GONCALVES (ADVOGADO) OAB 19492 - NICANOR MORAES BARBOSA (ADVOGADO) . CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÂ¿o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, vendo registrar que a sentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo transitou livremente em julgado. IgarapÃ©-Miri/PA, ---- de -------------- de 2022. JEFFERSON VIEIRA DA SILVA Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00056636720188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 24/03/2022 REQUERENTE:ROSANGELA JESUS GUERREIRO DE SOUZA Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO) REQUERIDO:PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPEMIRI. CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÂ¿o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, vendo registrar que a sentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo

transitou livremente em julgado. IgarapÃ©-Miri/PA, ---- de -------------- de 2022. JEFFERSON VIEIRA DA SILVA Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00057051920188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REQUERENTE:EDINALDO PANTOJA LOBATO Representante(s): OAB 6575 - RAIMUNDO AUGUSTO LOBATO DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE IGARAPE MIRI. CERTIDÂ¿O DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICO e dou a fÃ© que em razÂ¿o das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por Lei que no interesse do referido processo, vendo registrar que a sentenÃ§a prolatada por este juÃ-zo transitou livremente em julgado. IgarapÃ©-Miri/PA, ---- de -------------- de 2022. JEFFERSON VIEIRA DA SILVA Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: IGARAPÃ-MIRIÂ Â Email: tjepa022@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: TRAVESSA QUINTINO BOCAIUVA, S/NÂ CEP: 68.430-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3755-1866 PROCESSO: 00058112020148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: EXECUÇÃO PENAL E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS em: 24/03/2022 EXEQUENTE:JUIZO DE DIREITO DA VARA DAS EXECUCOES PENAIS DE ABAETETUBA ACUSADO:ELIZEU LOBATO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0005811-20.2014.8.14.0022 - EXECUÃÃO CRIMINAL. Despacho 1-Â Â Â Â Â Renovem-se as diligÃªncias de fls. 114 para o dia 23/06/2022, Ã s 09h00min, na sala de audiÃªncias deste FÃ³rum Judicial. 2-Â Â Â Â Â SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃÃO. 3-Â Â Â Â Â Expedientes NecessÃ¡rios. 4-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 24 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00066881820188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: 24/03/2022 REPRESENTANTE:ALOISIO MACHADO DA ROCHA DELEGADO DE POLICIA CIVIL REPRESENTADO:ANDRIELSON PANTOJA PINHEIRO REPRESENTADO:ANDERSON DA VENTURA MENDES REPRESENTADO:ISLA DE JESUS SACRAMENTO NONATO. CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO PARA O MINISTÃRIO PÃBLICO E PARA A DEFESA DE ANDRIELSON PANTOJA PINHEIRO E ISLA DE JESUS SACRAMENTO NONATO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifico em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei, tendo verificado os autos do processo nÂº 0006688-18.8.14.0022, em que figura como acusados: ANDRIELSON PANTOJA PINHEIRO E ISLA DE JESUS SACRAMENTO NONATO, devidamente qualificados nos autos, transcorreu o prazo legal sem a interposiÃ§Ã£o de recurso pelo MinistÃ©rio PÃºblico e pela defesa da sentenÃ§a prolatada pelo MM. Juiz de Direito, Dr. Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes, em 20.08.2020, a qual transitou em julgado, na forma da lei, para o MinistÃ©rio PÃºblico e para a defesa em 26.08.2020. Â O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 14 de fevereiro de 2022. Â Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria Â PÃ¡gina de Refresh>F9 PROCESSO: 00066881820188140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JEFFERSON VIEIRA DA SILVA A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: 24/03/2022 DENUNCIADO:ANDRIELSON PANTOJA PINHEIRO DENUNCIADO:ISLA DE JESUS SACRAMENTO NONATO. CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes que me sÃ£o conferidas por lei que, nesta data, procedo o arquivamento dos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri/PA, 24 de marÃ§o de 2022 Jefferson Vieira da Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00095554720198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência d em: 24/03/2022 QUERELANTE:ANTONIEL MIRANDA SANTOS Representante(s): OAB 22996 - ANNE VELOSO MONTEIRO (ADVOGADO) QUERELADO:AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO AUTOR:MNINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0009555-47.2019.8.14.0022 - Queixa-Crime Querelante: ANTONIEL MIRANDA SANTOS Advogada: Anne Veloso Monteiro - OAB/PA nÂº 22.996 Querelado: AMADEU PINHEIRO CORRÃA FILHO DESPACHO 1-Â

Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que o querelado juntou comprovante de cumprimento integral do acordo realizado em audiÃªncia, conforme petiÃ§Ã£o de fls. 65/70. 2-Â Â Â Â Â Em 25/02/2022 foi proferido despacho as fls. 71, determinando a intimaÃ§Ã£o da patrona do querelante, para se manifestar sobre os documentos juntados, a qual foi devidamente intimada atravÃ©s de publicaÃ§Ã£o (fls. 72), nÃ£o havendo manifestaÃ§Ã£o atÃ© presente data. 3-Â Â Â Â Â Sendo assim, devidamente comprovado o cumprimento do acordo, declaro Extinta a Punibilidade de Amadeu Pinheiro CorrÃªa. 4-Â Â Â Â Â Sem custas. 5-Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se os autos com as devidas cautelas de praxe. 6-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 24 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00095944420198140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES A??o: Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência d em: 24/03/2022 QUERELANTE:ANTONIEL MIRANDA SANTOS Representante(s): OAB 22996 - ANNE VELOSO MONTEIRO (ADVOGADO) QUERELADO:AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO AUTOR:MNINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA ÃNICA DA COMARCA DE IGARAPÃ-MIRI Forum Des. Manoel Maroja Neto - Trav. Quintino Bocaiuva, s/n, Centro, IgarapÃ©-Miri-PA CEP 68430-000, Tel. (91) 3755.1866, email: tjepa022@tjpa.jus.br Processo nÂº 0009594-44.2019.8.14.0022 - Queixa-Crime Querelante: ANTONIEL MIRANDA SANTOS Advogada: Anne Veloso Monteiro - OAB/PA nÂº 22.996 Querelado: AMADEU PINHEIRO CORRÃA FILHO DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que o querelado juntou comprovante de cumprimento integral do acordo realizado em audiÃªncia, conforme petiÃ§Ã£o de fls. 69/74. 2-Â Â Â Â Â Em 25/02/2022 foi proferido despacho as fls. 75, determinando a intimaÃ§Ã£o da patrona do querelante, para se manifestar sobre os documentos juntados, a qual foi devidamente intimada atravÃ©s de publicaÃ§Ã£o (fls. 76), nÃ£o havendo manifestaÃ§Ã£o atÃ© presente data. 3-Â Â Â Â Â Sendo assim, devidamente comprovado o cumprimento do acordo, declaro Extinta a Punibilidade de Amadeu Pinheiro CorrÃªa. 4-Â Â Â Â Â Sem custas. 5-Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se os autos com as devidas cautelas de praxe. 6-Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â IgarapÃ©-Miri (PA), 24 de MarÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arnaldo JosÃ© Pedrosa Gomes Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00003636620148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: REPRESENTADO: E. O. S. REPRESENTANTE: C. A. L. VITIMA: J. S. S. PROCESSO: 00003636620148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: REPRESENTADO: E. O. S. REPRESENTANTE: C. A. L. VITIMA: J. S. S. PROCESSO: 00003636620148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: REPRESENTADO: E. O. S. REPRESENTANTE: C. A. L. VITIMA: J. S. S. PROCESSO: 00013151620128140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: FLAGRANTEADO: J. A. L. R. FLAGRANTEADO: R. M. C. VITIMA: M. A. M. S. VITIMA: A. C. O. E. PROCESSO: 00029907220168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: REPRESENTADO: M. P. M. PROCESSO: 00029907220168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: REPRESENTADO: M. P. M. PROCESSO: 00029907220168140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: REPRESENTADO: M. P. M. PROCESSO: 00033930720178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Busca e Apreensão Criminal em: REQUERENTE: N. N. I. P. REPRESENTADO: A. S. J. REPRESENTADO: A. P. O. PROCESSO: 00033930720178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Busca e Apreensão Criminal em: REQUERENTE: N. N. I. P. REPRESENTADO: A. S. J. REPRESENTADO: A. P. O. PROCESSO: 00033930720178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Busca e Apreensão Criminal em: REQUERENTE: N. N. I. P. REPRESENTADO: A. S. J. REPRESENTADO: A. P. O. PROCESSO: 00034173520178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Busca e Apreensão Criminal em: REPRESENTADO: M. M. R. REPRESENTADO: D. S. P. REQUERENTE: N. N. I. P. PROCESSO: 00034173520178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Busca e Apreensão Criminal em: REPRESENTADO: M. M. R. REPRESENTADO: D. S. P. REQUERENTE: N. N. I. P. PROCESSO: 00034173520178140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Busca e Apreensão Criminal em: REPRESENTADO: M. M. R. REPRESENTADO: D.

S. P. REQUERENTE: N. N. I. P. PROCESSO: 00039881120148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Prisão Temporária em: REQUERENTE: D. D. H. VITIMA: W. S. C. REQUERIDO: S. A. A. S. REQUERIDO: M. M. J. PROCESSO: 00039881120148140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Prisão Temporária em: REQUERENTE: D. D. H. REQUERIDO: M. M. J. REQUERIDO: S. A. A. S. VITIMA: W. S. C. PROCESSO: 00633873420158140022 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: M. S. S. REPRESENTANTE: M. N. S. S. Representante(s): OAB 0001 - DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) REQUERIDO: M. G. B. Representante(s): OAB 5791 - MANOEL DE JESUS LOBATO XAVIER (ADVOGADO)

COMARCA DE MUANÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MUANÁ

RESENHA: 21/03/2022 A 25/03/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE MUANA - VARA: VARA UNICA DE MUANA PROCESSO: 00006430420148140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/03/2022 DENUNCIADO:VANESSA DE JESUS PEREIRA Representante(s): OAB 7408 - AZAEL ATALIBA FERNANDES LOBATO (ADVOGADO) VITIMA:E. C. M. AUTOR:A JUSTICA PUBLICA VITIMA:O. E. . Processo nÂº 0000643-04.2014.8.14.0033 RÃ©u: Vanessa de Jesus Pereira TipificaÃ§Ã£o: art. 155 Â§1Âº e 4Âº, do CP SENTENÃA DE PRESCRIÃÃO Vistos etc. Trata-se de AÃ§Ã£o Penal onde a acusada Vanessa de Jesus pereira foi sentenciada, fl. 30/33, a cumprir 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusÃ£o pelo crime previsto no art. 155Â§1Âº e 4Âº, do CP. A sentenÃ§a data de 23/10/2019 (fl.30/33). O sentenciado em petiÃ§Ã£o de fl. 35 alegou prescriÃ§Ã£o. Instado, o MinistÃ©rio pÃºblico se manifestou pela prescriÃ§Ã£o (fl.37) Ã o sucinto relatÃ³rio. Decido. A pena imposta Ã sentenciada prescreve em quatro anos, a contar da prolataÃ§Ã£o da sentenÃ§a, segundo inteligÃªncia do art. 110, do CP: Art. 110 - A prescriÃ§Ã£o depois de transitar em julgado a sentenÃ§a condenatÃ³ria regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terÃ§o, se o condenado Ã© reincidente. Â§ 1o A prescriÃ§Ã£o, depois da sentenÃ§a condenatÃ³ria com trÃ¢nsito em julgado para a acusaÃ§Ã£o ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, nÃ£o podendo, em nenhuma hipÃ³tese, ter por termo inicial data anterior Ã da denÃºncia ou queixa. AlÃ©m disso, deve-se levar em consideraÃ§Ã£o a idade do sentenciado, que possuÃ-a 18 (dezoito) anos Ã Ã©poca do crime, sendo causa de reduÃ§Ã£o pela metade no prazo prescricional, consoante artigo 115, do CP, prescrevendo portanto a pena em dois anos, a contar da prolataÃ§Ã£o da sentenÃ§a. Segundo o art. 107, IV do CP, a prescriÃ§Ã£o Ã© causa de extinÃ§Ã£o da punibilidade. O Art.61 do CPP, diz que em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverÃ¡ declarÃ¡-lo de ofÃ-cio. Desde a prolataÃ§Ã£o da sentenÃ§a jÃ¡ decorreram mais de trÃªs, estando prescrita a pretensÃ£o punitiva estatal para o cumprimento da pena (art. 112, inciso I, do CP) Diante do exposto, DECLARO EXTINTO o direito de punir do Estado pela prescriÃ§Ã£o em relaÃ§Ã£o Ã nacional VANESSA DE JESUS PEREIRA, sentenciada neste processo, nos termos do artigo 107, inciso IV, primeira figura do cÃ³digo penal. CiÃªncia ao MP. Intime-se a rÃ© unicamente pela publicaÃ§Ã£o no diÃ¡rio da justiÃ§a, pois nÃ£o possui interesse em recorrer. Transitada em julgado, arquivem-se os presentes autos, com as baixas necessÃ¡rias. Sem custas. P.R.I. Cumpra-se. MuanÃ¡, 21 de marÃ§o de 2022. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito PROCESSO: 00007824320208140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 21/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:EDILSON PAES NONATO. ÃºAÃÃO PENAL Processo nÂº 0000782-43.2020.8.14.0033 CapitulaÃ§Ã£o: art. 54 da Lei 9.605/1998 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico RÃ©u: Edilson Paes Nonato DESPACHO Designo o dia 30/08/2022 Ã s 10h30min, no FÃ³rum Local, para audiÃªncia de proposta de suspensÃ£o condicional. Cientifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Junte-se a CertidÃ£o de Antecedentes do rÃ©u. Int. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. MuanÃ¡/PA, 21 de marÃ§o de 2022. Luiz Trindade Junior Juiz de Direito Titular PROCESSO: 00010227620138140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/03/2022 AUTOR:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:VALDEVINO MEDEIROS DA SILVA. AÃÃO PENAL NÂº: 0001022-76.2013.8.14.0033 TipificaÃ§Ã£o: art. 1Âº, inciso I, da Lei 8.176/91 RÃ©u: VALDEVINO MEDEIROS SILVA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico contra VALDEVINO MEDEIROS DA SILVA, devidamente qualificado nos autos, incurso na sanÃ§Ã£o do art. 1Âº, inciso I, da Lei 8.176/91, na qual foi proposta pelo parquet e aceita pelo acusado e seu defensor a suspensÃ£o condicional do processo pelo prazo de 02(dois) anos (fls. 13/16). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 23 foi certificado que o acusado cumpriu a maioria das condiÃ§Ãµes fixadas para concessÃ£o do benefÃ-cio, apresentando ter apenas 03 (trÃªs) faltas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado, o MinistÃ©rio pÃºblico requereu a intimaÃ§Ã£o do apenado para que justificasse o motivo das faltas (fl. 24) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o sucinto relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifica-se que todas as obrigaÃ§Ãµes foram cumpridas pelo apenado, ressalvando trÃªs faltas no perÃ-odo de prova, entre tantos outros onde ele compareceu. Â Â Â Â

Â Â Â Â Â No presente caso, nÃ£o pode deixar de constatar que o apenado cumpriu parcialmente uma das condiÃ§Ãµes e integralmente quatro das cinco condiÃ§Ãµes impostas a ele ao ser beneficiado pela suspensÃ£o condicional do processo- art. 89 da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, do mesmo modo cabe ressaltar que nÃ£o constam notÃ-cias de que o apenado tenha voltado a cometer crimes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando-se friamente a lei, de fato, Ã© cabÃ-vel a cassaÃ§Ã£o e retomada da aÃ§Ã£o penal quando observado o descumprimento de uma das medidas impostas no benefÃ-cio pelo acusado, entretanto nÃ£o se vÃª razoÃ¡vel ou proporcional simplesmente aplicar a letra fria da lei como se o apenado nÃ£o houvesse cumprido nenhuma das condiÃ§Ãµes impostas. A JurisprudÃªncia: EMENTA: APELAÃÃO CRIMINAL - CRIMES DESCRITOS NO CÃDIGO DE TRÃNSITO BRASILEIRO - CUMPRIMENTO PARCIAL DAS CONDIÃÃES IMPOSTAS NA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO - EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE - MANUTENÃÃO. Cumpridas pelo apelado, em sua maioria, as condiÃ§Ãµes impostas na suspensÃ£o condicional do processo, deve ser mantida a decisÃ£o que extinguiu a sua punibilidade, em observÃ¢ncia aos princÃ-pios da proporcionalidade e razoabilidade. Improvimento ao recurso que se impÃµe. (TJ-MG - APR: 10775160008360001 CoraÃ§Ã£o de Jesus, Relator: AntÃ´nio Carlos Cruvinel, Data de Julgamento: 22/02/2022, CÂ¢maras Criminais / 3Âª CÃMARA CRIMINAL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 07/03/2022) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cabe ressaltar que a revogaÃ§Ã£o do benefÃ-cio seria obrigatÃ³ria apenas se o rÃ©u durante o perÃ-odo de prova viesse a ser processado por outro crime ou deixasse de efetuar, sem motivo justificado, a reparaÃ§Ã£o do dando, conforme disposto no art. 89 da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse caso, nÃ£o constam informaÃ§Ãµes que o acusado tenha sido processado por outro crime, bem como nÃ£o era caso de reparaÃ§Ã£o dano, havendo cumprimento integral de quatro das condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais circunstancias demonstram que o sursis concedido atingiu o seu objetivo primordial tendo evitado a reincidÃªncia do acusado de modo que sua revogaÃ§Ã£o iria de encontro aos princÃ-pios que norteiam o processo penal sendo o da proporcionalidade e razoabilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Institui o art. 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/95, que o Juiz declararÃ¡ extinta a punibilidade uma vez expirado o perÃ-odo de prova sem revogaÃ§Ã£o da suspensÃ£o do processo, in verbis: Art. 89. Nos crimes em que a pena mÃ-nima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou nÃ£o por esta Lei, o MinistÃ©rio PÃºblico, ao oferecer a denÃºncia, poderÃ¡ propor a suspensÃ£o do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado nÃ£o esteja sendo processado ou nÃ£o tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensÃ£o condicional da pena (art. 77 do CÃ³digo Penal). (...) Â§ 5Âº Expirado o prazo sem revogaÃ§Ã£o, o Juiz declararÃ¡ extinta a punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, verifica-se compulsando os autos que decorreu o respectivo prazo sem que houvesse a revogaÃ§Ã£o do benÃ©fico concedido ao rÃ©u. Nesse sentido, a norma contida no artigo acima transcrito dispensa qualquer exegese no que concerne a extinÃ§Ã£o da punibilidade do agente quando vencido o prazo de suspensÃ£o condicional do processo sem sua revogaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE AO EXPOSTO, nos termos do art. 89, Â§5Âº, da Lei 9.099/95, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE VALDEVINO MEDEIROS SILVA em relaÃ§Ã£o ao crime imputado no presente feito, motivo pelo qual extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito e determino seu arquivamento, observadas as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se o rÃ©u unicamente via DiÃ¡rio de JustiÃ§a. CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Oficie-se o CartÃ³rio Eleitoral para as baixas necessÃ¡rias. SentenÃ§a transitada em julgado pela ausÃªncia de interesse recursal. Arquivem-se os autos. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â MuanÃ¡/PA, 18 de marÃ§o de 2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â LUIZ TRINDADE JUNIOR Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00011144420198140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 21/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:VANUZA MORAES DA COSTA VITIMA:N. C. M. VITIMA:I. G. M. VITIMA:J. M. A. . ÃºAÃO PENAL Processo nÂº 0001114-44.2019.8.14.0033 CapitulaÃ§Ã£o: art. 129Â§9Âº, do CPB Autor: MinistÃ©rio PÃºblico RÃ©u: Vanuza Moraes da Costa VÃ-tima: N.D.C., I.G.M. e J.M.A. DESPACHO Designo o dia 30/08/2022 Ã s 09h30min, no FÃ³rum Local, para audiÃªncia de proposta de suspensÃ£o condicional. Cientifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Junte-se a CertidÃ£o de Antecedentes da rÃ©. Int. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. MuanÃ¡/PA, 21 de marÃ§o de 2022. Luiz Trindade Junior Juiz de Direito Titular PROCESSO: 00016405520128140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/03/2022 DENUNCIADO:ATILA MORAES ALVES Representante(s): OAB 7408 - AZAEL ATALIBA FERNANDES LOBATO (ADVOGADO) DENUNCIADO:AROLDO DA CRUZ NEGRAO DENUNCIADO:GILBERTO DE LIMA PANTOJA DENUNCIADO:RAIMUNDO NONATO CRUZ CALDAS DENUNCIADO:JOAO RAIMUNDO DA COSTA CHERMONT VITIMA:R. T. F. AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO. AÃ§Ã£o Penal - PRESCRIÃÃO Processo nÂº 0001640-55.2012.8.14.0033

Acusados: Aroldo da Cruz NegrÃ£o e Outros CapitulaÃ§Ã£o: art. 180, Caput do CPB Juiz de Direito: Luiz Trindade Junior DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal que Ã fls. 44/45 homologou, em 10/10/2013, a proposta de suspensÃ£o condicional do processo pelo prazo de dois anos em relaÃ§Ã£o aos acusados Aroldo da Cruz NegrÃ£o, Raimundo Nonato da Cruz Caldas, Gilberto Lima Pantoja e JoÃ£o Raimundo da Costa Chermont. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao acusado Ãtila Moraes Alves nÃ£o houve a proposta de suspensÃ£o do processo, e este prosseguiu. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o de fl. 55 reconheceu a extinÃ§Ã£o da punibilidade pelo cumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o em relaÃ§Ã£o aos acusados Aroldo da Cruz NegrÃ£o, Raimundo Nonato da Cruz Caldas, Gilberto Lima Pantoja e JoÃ£o Raimundo da Costa Chermont. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A fl. 57, o MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pelo reconhecimento da prescriÃ§Ã£o em relaÃ§Ã£o ao acusado Ãtila Moraes Alves. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prescriÃ§Ã£o Ã© causa da extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao acusado Ãtila Moraes Alves, temos que o fato foi praticado em 19/02/2009, quando o acusado tinha 21 anos de idade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena para o crime de receptaÃ§Ã£o do caput varia de 1 a 4 anos mais multa, e o art. 109 do CP diz que prescreve em 08 anos quando a pena nÃ£o excede a 4 anos, como no caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 115 do CÃ³digo Penal que sÃ£o reduzidos de metade os prazos de prescriÃ§Ã£o quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentenÃ§a, maior de 70 (setenta) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 25/08/2012, hÃ¡ mais de seis anos, superando o prazo de quatro anos para a prescriÃ§Ã£o do direito de punir do Estado em relaÃ§Ã£o ao acusado ATILA MORAES ALVES, pois era menor de21 anos na data do fato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ISTO POSTO, acompanho o parecer do MinistÃ©rio PÃºblico para, nos termos do art. 107, IV, 110, caput c/c art. 109, IV, ambos do CÃ³digo Penal, declarar extinta a punibilidade do sentenciado ÃTILA MORAES ALVES. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DOU POR TRANSITADA EM JULGADO A PRESENTE DECISÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE O REU UNICAMENTE PELO DJE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PRI. ARQUIVE-SE COM BAIXA. EXPEDIENTES NECESSÃRIOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MuanÃ¡/PA, 21 de marÃ§o de 2022. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito Titular PROCESSO: 00018726720128140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/03/2022 AUTOR:A JUSTICA PUBLICA DENUNCIADO:MANOEL DE JESUS OLIVEIRA CALDAS DENUNCIADO:ALESSANDRO DIAS SILVEIRA. AÃ§Ã£o Penal - PRESCRIÃÃO Processo nÂº 0001872-67.2012.8.14.0033 Acusado: Manoel de Jesus Oliveira Caldas Acusado: Alessandro Dias Silveira CapitulaÃ§Ã£o: art.Â 155, Â§ 4, Â§ 4Âº, do CPB Juiz de Direito: Luiz Trindade Junior DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal que, em 15/05/2019, Ã s fls. 33/34, sentenciou os acusados a pena de 01 ano de reclusÃ£o e 20 dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CertidÃ£o de fl. 35 acusou a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pena aplicada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A fl. 38, o MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pelo reconhecimento da prescriÃ§Ã£o e arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prescriÃ§Ã£o Ã© causa da extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena aplicada aos rÃ©us foi de 01 anos de reclusÃ£o e 20 dias-multa, e o art. 109, V do CP diz que prescreve em 04 anos quando a pena aplicada varia de 01 a 02 anos, como no caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Data do recebimento da denÃºncia atÃ© a sentenÃ§a que aplicou a pena de 01 ano, decorreram mais de 04 anos, pois a denuncia foi recebida em 28/02/2013 e a sentenÃ§a foi publicada em 15/05/2019. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ISTO POSTO, acompanho o parecer do MinistÃ©rio PÃºblico para, nos termos do art. 107, IV, c/c art. 109, IV, ambos do CÃ³digo Penal, declarar extinta a punibilidade dos sentenciados MANOEL DE JESUS OLIVEIRA CALDAS e ALESSANDRO DIAS SILVEIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DOU POR TRANSITADA EM JULGADO A PRESENTE DECISÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE O REU UNICAMENTE PELO DJE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PRI. ARQUIVE-SE COM BAIXA. EXPEDIENTES NECESSÃRIOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MuanÃ¡/PA, 21 de marÃ§o de 2022. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito Titular PROCESSO: 00020057020168140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Busca e Apreensão em: 21/03/2022 REQUERENTE:YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA Representante(s): OAB 84314 - JOSE MARTINS (ADVOGADO) REQUERIDO:MARCELO PINHEIRO DOS SANTOS. BUSCA E APREENSÃO Processo: 0002005-70.2016.8.14.0033 Requerente: YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA Advogado: JosÃ© Martins OAB/SP 84.314 Requerido: Marcelo Pinheiro dos Santos SENTENÃA Vistos etc., Trata-se de AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o ajuizada por YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA, em face de Marcelo Pinheiro dos Santos, jÃ¡ devidamente qualificados nos autos.

Carreou aos autos os documentos de fls. 05-20. O requerido juntou aos presentes autos boleto quitado referente a acordo com o Requerente, conforme certificado Ãs fls. 25. Intimado o Requerente para se manifestar quanto ao respectivo boleto (fl.31/34) ou para o que conviesse (fl.30), este permaneceu inerte, conforme certificado Ã fl.35. Ã o relatÃ³rio. Decido. A presente aÃ§Ã£o foi ajuizada em 01/04/2016 com a regular tramitaÃ§Ã£o do feito atÃ© que a requerente deixou de colaborar com o andamento do processo ao deixar de se manifestar nos autos quando solicitado. Note-se que apesar de devidamente intimado em duas ocasiÃµes para se manifestar nos autos, deixou transcorrer in albis ambos os prazos, conforme certificado (fl.35). Assim, o autor mostrou desinteresse no prosseguimento do feito, nÃ£o restando dÃºvida da desÃ-dia do polo ativo quanto ao andamento do processo. Em tal caso, impÃµe-se a extinÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, conforme art. 485, II e III do CPC: Â¿Art. 485. O juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligÃªncia das partes; III - por nÃ£o promover os atos e as diligÃªncias que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Da leitura do dispositivo legal verifica-se que Ã© dever impostergÃ¡vel do autor dar prosseguimento ao feito, sob pena extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, inclusive sob a Ã©gide do princÃ-pio da cooperaÃ§Ã£o das partes previsto no art. 6Â° do CPC: Â¿Art. 6Âº Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoÃ¡vel, decisÃ£o de mÃ©rito justa e efetiva.Â¿ Ante ao exposto, com fulcro no art. 485, II e III do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Intimem-se. Custas ao Requerente. P.R.I.C. Certificado o TrÃ¢nsito em Julgado. Arquivem-se os autos com as cautelas legais. MuanÃ¡/PA, 21 de marÃ§o de 2022. LUIZ TRINDADE JUNIOR JUIZ DE DIREITO TITULAR PROCESSO: 00065078120188140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 21/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:JEANDERSON MIGUEL QUARESMA PAES Representante(s): OAB 7408 - AZAEL ATALIBA FERNANDES LOBATO (ADVOGADO) . AÃ§Ã£o Penal Processo nÂº 0006507-81.2018.8.14.0033 Acusado: Jeanderson Miguel Quaresma Paes CapitulaÃ§Ã£o: art. 129, Â§ 9Âº e art. 147, do CPB c/c art. 7Âº, Ie II da Lei nÂº 11.340/06 VÃ-tima: Geisiane do Socorro Freitas PimentaÂ Juiz de Direito: Luiz Trindade Junior SENTENÃA I-Â Â Â Â Â RELATÃRIO Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL ofereceu DENÃNCIA contra JEANDERSON MIGUEL QUARESMA PAES, qualificado nos autos, pela suposta prÃ¡tica de ameaÃ§a e lesÃ£o corporal contra sua companheira Geisiane do Socorro Freitas Pimenta.Â . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo a denÃºncia, no dia 21/10/2018, por volta das 01:30h, o acusado agrediu fisicamente e ameaÃ§ou a sua companheira, por isso foi denunciado por lesÃ£o corporal e ameaÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi feita com base no inquÃ©rito policial instaurado por prisÃ£o em flagrante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 26/11/2018 (fl. 05). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©u foi citado Ã s fls. 06/07 e apresentou defesa preliminar Ã fl.10. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o foi realizada as fls. 10/13. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em alegaÃ§Ãµes finais, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do acusado nos termos da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em alegaÃ§Ãµes finais, a defesa requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado por negativa de autoria e insuficiÃªncia de provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatei. Decido. II-Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO Trata-se de aÃ§Ã£o penal instaurada para apurar suposta prÃ¡tica dos delitos de lesÃ£o corporal e ameaÃ§a, os quais assim estÃ£o enunciados. LesÃ£o corporal Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saÃºde de outrem: Pena - detenÃ§Ã£o, de trÃªs meses a um ano. (...) ViolÃªncia DomÃ©sticaÂ Â Â Â§ 9oÂ Se a lesÃ£o for praticada contra ascendente, descendente, irmÃ£o, cÃ´njuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relaÃ§Ãµes domÃ©sticas, de coabitaÃ§Ã£o ou de hospitalidade: Pena - detenÃ§Ã£o, de 3 (trÃªs) meses a 3 (trÃªs) anos. AmeaÃ§a Art. 147 - AmeaÃ§ar alguÃ©m, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbÃ³lico, de causar-lhe mal injusto e grave: Pena - detenÃ§Ã£o, de um a seis meses, ou multa. ParÃ¡grafo Ãºnico - Somente se procede mediante representaÃ§Ã£o. DO CRIME DE LESAO CORPORAL DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade do crime de lesÃ£o corporal veio demonstrada pelo auto de exame de lesÃ£o corporal de fls. 09/10 do IPL em apenso, onde consta que houve ofensa Ã integridade corporal ou Ã saÃºde do paciente, quesito 1, e o que a aÃ§Ã£o produzida foi contundente (quesito 2). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O auto de exame diz o seguinte: HistÃ³rico: Â¿(...) 1- Houve ofensa Ã integridade corporal ou Ã saÃºde do paciente? R- Sim 2- Qual o meio ou instrumento ou aÃ§Ã£o que a produziu? R- contundente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autoria estÃ¡ demonstrada tanto pelo depoimento da vÃ-tima, e corroborado pelo auto de exame de lesÃ£o corporal e confissÃ£o parcial do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima declarou (fl. 12): Â¿(...) QUE confirma os termos da denÃºncia; a depoente no dia do fato encontrava-se numa festa no JAPACA; (...) na Ã©poca estava separada do acusado hÃ¡ dois meses; o acusado viu a depoente indo para a festa com seus parentes e os seguiu...; (...) puxou a depoente com

forÃ§a para danÃ§ar foi quando sua sandÃ¡lia arrebentou...disse que nÃ£o daria para danÃ§ar...o acusado saiu puxando a depoente para fora da festa pelos braÃ§os e a levou arrastando pelas pontes do buraco escuro....no caminho lhe agredia com socos; perto do Arena Pomar o acusado tentou sufocar a depoente com sua camisa e continuava a lhe dar socos e meteu o dedo na boca da depoente que arranhava toda a sua boca; ...viu um casal passando e pediu ajuda, estes chamaram os policiais...a polÃ-cia chegou...o acusado jÃ¡ agredia a depoente antes desse fato porque nÃ£o aceitava o fim do relacionamento e a ameaÃ§ava dizendo: SE TU NÃO VOLTAR PRA MIM TU NÃO VAI FICAR COM HOMEM NENHUM PORQUE EU VOU TE MATAR; ....o acusado ficou preso por cerca de 15 dias por este processo; jÃ¡ havia outros processos de violÃªncia domÃ©stica contra o acusado; o casal convive hÃ¡ cerca de 14 anos e jÃ¡ houve cerca de trÃªs separaÃ§Ãµes...Â¿ DO CRIME DE AMEAÃA O delito de ameaÃ§a nÃ£o exige materialidade por ser formal, bastando chegar ao conhecimento da vÃ-tima. A vÃ-tima declarou a fl. 12 em seu depoimento que o acusado nÃ£o aceitava o fim do relacionamento e a ameaÃ§ava dizendo: Â¿SE TU NÃO VOLTAR PRA MIM TU NÃO VAI FICAR COM HOMEM NENHUM PORQUE EU VOU TE MATAR; (...)Â¿ DA CONCLUSÃO Ante tais consideraÃ§Ãµes, entendo satisfatoriamente comprovada a versÃ£o acusatÃ³ria, nÃ£o tendo aparecido nos autos elementos a contrariar as declaraÃ§Ãµes da vÃ-tima ou a macular a credibilidade dos seus depoimentos em relaÃ§Ã£o aos crimes de lesÃ£o corporal e de ameaÃ§a. III-Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Em razÃ£o de todo o exposto, JULGO PROCEDENTE a aÃ§Ã£o penal para CONDENAR o acusado JEANDERSON MIGUEL QUARESMA PAES nas sanÃ§Ãµes do art. 129, Â§ 9Âº, do CÃ³digo Penal, e art. 147 do CPB. Passo a aplicar a pena, balizada pelos critÃ©rios do art. 59 do CÃ³digo Penal. PENA DO CRIME DE LESAO CORPORAL Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reprovabilidade da conduta consistente em agredir fisicamente a vÃ-tima, atÃ© lesionÃ¡-la, vai avaliada em grau mÃ©dio. O rÃ©u nÃ£o registra antecedentes.Â NÃ£o hÃ¡ critÃ©rio para avaliaÃ§Ã£o de sua personalidade nem de sua conduta social. NÃ£o havia motivos para a prÃ¡tica do delito. As circunstÃ¢ncias sÃ£o comuns ao tipo qualificado do delito de lesÃµes corporais. As consequÃªncias dos fatos nÃ£o foram relevantes. O comportamento da vÃ-tima nÃ£o contribuiu para as condutas do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face dessas circunstÃ¢ncias, fixo a pena-base, pelo crime de lesÃ£o corporal leve no Ã¢mbito domÃ©stico, qualificada, acima do mÃ-nimo cominado, em 06 (seis) meses de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AusÃªncia de atenuantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PresenÃ§a da agravante da reincidÃªncia (art. 61, I, do CPB), pelo que aumento a pena de 02 meses, pois o acusado jÃ¡ tem condenaÃ§Ã£o pelo processo nÂº 0006645-48.2018.8.14.0033, em fato praticado em 14/09/2014. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Torno a pena definitiva em 08 (seis) meses de detenÃ§Ã£o. PENA DO CRIME DE AMEAÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reprovabilidade da conduta consistente em ameÃ§ar de morte a vÃ-tima, vai avaliada em grau grave. O rÃ©u nÃ£o registra antecedentes.Â NÃ£o hÃ¡ critÃ©rio para avaliaÃ§Ã£o de sua personalidade nem de sua conduta social. NÃ£o havia motivos para a prÃ¡tica do delito. As circunstÃ¢ncias sÃ£o comuns ao tipo. As consequÃªncias dos fatos nÃ£o foram relevantes. O comportamento da vÃ-tima nÃ£o contribuiu para as condutas do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face dessas circunstÃ¢ncias, fixo a pena-base, pelo crime de lesÃ£o corporal leve no Ã¢mbito domÃ©stico, qualificada, acima do mÃ-nimo cominado, em 05 (cinco) meses de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AusÃªncia de atenuantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PresenÃ§a da agravante da reincidÃªncia (art. 61, I, do CPB), pelo que aumento a pena de 02 meses, pois o acusado jÃ¡ tem condenaÃ§Ã£o pelo processo nÂº 0006645-48.2018.8.14.0033, em fato praticado em 14/09/2014. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Torno a pena definitiva em 07 (sete) meses de detenÃ§Ã£o. DA SUBSTITUIÃÃO Deixo de substituir a pena por medidas restritivas de direitos ou penas alternativas, pois os delitos de lesÃ£o corporal possuem como elementar a violÃªncia contra a pessoa (art. 44, do CP). DA SUSPENSAO DA PENA O rÃ©u nÃ£o faz jus ao benefÃ-cio do sursis penal pelo perÃ-odo de dois anos, na forma dos artigos 77, do CÃ³digo Penal. DA PRESCRIÃÃO Como o fato aconteceu em 21/10/2018, hÃ¡ mais de trÃªs anos, e as penas aplicadas sÃ£o inferiores a um ano, estarÃ¡ prescrita a pretensÃ£o punitiva caso transite em julgado para a acusaÃ§Ã£o, segundo inteligÃªncia do art. 110, Caput c/c art. 109, VI, ambos do CÃ³digo Penal. ApÃ³s a ciÃªncia do MinistÃ©rio PÃºblico, e nÃ£o havendo recurso, certificar o trÃ¢nsito em julgado para a acusaÃ§Ã£o, e retornar os autos para anÃ¡lise da prescriÃ§Ã£o. Publique-se. Registre-se e Intime-se. MuanÃ¡/PA, 21 de marÃ§o de 2021. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito Titular PROCESSO: 00072084220188140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Interdito Proibitório em: 21/03/2022 REQUERENTE:IVAN CARDOSO BARBOSA Representante(s): OAB 12612 - ANTONIO PAULO DA COSTA VALE (ADVOGADO) REQUERIDO:ELOI ANDRADE PIMENTEL REQUERIDO:REGINA MARTINS PIMENTEL. Interdito ProibitÃ³rio Processo: 0007208-42.2018.8.14.0033 Requerente: Ivan Cardoso Barbosa Advogado: AntÃ´nio Paulo da Costa Vale Â¿ OAB/PA 12.612 Requerido: Eloi Andrade Pimentel Â Â Â Â Â Â Â Â Â Regina Martins Pimentel DESPACHO R.H. Intimem-se as partes para audiÃªncia de InstruÃ§Ã£o e Julgamento designada para o

dia 30/08/2022, Ã s 09:00h, ocasiÃ£o em que serÃ£o ouvidas as partes, cabendo aos advogados providenciarem o comparecimento e a intimaÃ§Ã£o de eventuais testemunhas nos termos da lei vigente (art. 455 do CPC).Â Int. Cumpra-se, expedindo o necessÃ¡rio. MuanÃ¡/PA, 21 de marÃ§o de 2022. Luiz Trindade JÃºnior Juiz de Direito Titular PROCESSO: 00037550520198140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:MARIVALDO DOS SANTOS CALDAS VITIMA:Z. S. B. . SENTENÃA - ABSOLVIÃÃO Processo nÂº: 0003755-05.2019.814.0033 IncidÃªncia Penal: art.129, Â§ 9Âº, do CPB Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©u: Marivaldo dos Santos Caldas VÃ-tima: O Estado Â Â Â Â Â Â SENTENÃA I-RELATÃRIO Vistos etc. O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, atravÃ©s de seu Representante legal, denunciou MARIVALDO DOS SANTOS CALDAS, qualificado nos autos, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art.129, Â§ 9Âº, do CPB c/c art. 7Âº da Lei nÂº 11.340/2006. Consta da denÃºncia que no dia do fato, 18/05/2019, o acusado agrediu a vÃ-tima, sua companheira. A denÃºncia foi recebida em 28/02/2020 (fl. 05). RÃ©u foi citado Ã s fls. 07/08 e apresentou Defesa prÃ©via Ã fl. 09. AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o Ã s fls. 09/13. Em AlegaÃ§Ãµes finais de fls. 27/29, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado. Relatei. Decido. II - FUNDAMENTAÃÂ¿O. Trata-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada com o objetivo de apurar a responsabilidade criminal do rÃ©u pela suposta prÃ¡tica do delito tipificado no art.129, Â§ 9Âº, do CPB c/c art. 7Âº da Lei nÂº 11.340/2006, que assim estÃ¡ tipificado. LesÃ£o corporal Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saÃºde de outrem: Pena - detenÃ§Ã£o, de trÃªs meses a um ano. Â§ 9oÂ Se a lesÃ£o for praticada contra ascendente, descendente, irmÃ£o, cÃ´njuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relaÃ§Ãµes domÃ©sticas, de coabitaÃ§Ã£o ou de hospitalidade: (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.340, de 2006) Pena - detenÃ§Ã£o, de 3 (trÃªs) meses a 3 (trÃªs) anos. (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.340, de 2006) Inexistentes questÃµes preliminares, passo ao exame de mÃ©rito da aÃ§Ã£o. DA AUTORIA E MATERIALIDADE Embora haja laudo descrevendo a materialidade do delito, a fl. 19 do IPL, a autoria nÃ£o estÃ¡ presente, porque as testemunhas negaram que o acusado tenha agredido a vÃ-tima, CONCLUSÃO Realmente nÃ£o hÃ¡ justa causa para a presente aÃ§Ã£o penal quando se verifica que o acusado nÃ£o praticou o delito constante na inicial. III- DISPOSITIVO ISTO POSTO, acompanho o parecer do MinistÃ©rio PÃºblico e JULGO IMPROCEDENTE a denÃºncia para ABSOLVER o acusado MARIVALDO DOS SANTOS CALDAS das imputaÃ§Ãµes que lhe foram feitas na denÃºncia. IntimaÃ§Ã£o do acusado por simples publicaÃ§Ã£o no DiÃ¡rio da JustiÃ§a. CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Publique-se, registre-se e intimem-se. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquive-se. MuanÃ¡, 22 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â LUIZ TRINDADE JUNIOR Â Â Â Â Â Â JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00066247220188140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 22/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:JEANDERSON MIGUEL QUARESMA PAES Representante(s): OAB 7408 - AZAEL ATALIBA FERNANDES LOBATO (ADVOGADO) VITIMA:G. S. F. P. . AÃ§Ã£o Penal Processo nÂº 0006624-72.2018.8.14.0033 Acusado: Jeanderson Miguel Quaresma Paes CapitulaÃ§Ã£o: art. 129, Â§ 9Âº doÂ CPB c/c art. 7Âº, da Lei nÂº 11.340/06 VÃ-tima: Geisiane do Socorro Freitas PimentaÂ Juiz de Direito: Luiz Trindade Junior SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL ofereceu DENÃNCIA contra JEANDERSON MIGUEL QUARESMA PAES, qualificado nos autos, pela suposta prÃ¡tica de ameaÃ§a e lesÃ£o corporal contra sua companheira Geisiane do Socorro Freitas Pimenta. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo a denÃºncia, no dia 24/06/2016, por volta das 17:37h, o acusado agrediu fisicamente e ameaÃ§ou a sua companheira, na Passagem Tancredo Neves, Centro, MuanÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi feita com base no inquÃ©rito policial instaurado por portaria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 26/11/2018 (fl. 04). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©u foi citado fls. 05/06 e apresentou defesa preliminar (fl.11). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o foi realizada as fls. 11/13. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em alegaÃ§Ãµes finais, fls. 16/18, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do acusado nos termos da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em alegaÃ§Ãµes finais, a defesa requereu a absolviÃ§Ã£o por insuficiÃªncia de provas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatei. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade do crime de lesÃ£o corporal veio demonstrada pelo auto de exame de lesÃ£o corporal de fls. 06/07 do IPL em apenso, onde consta que houve ofensa Ã integridade corporal ou Ã saÃºde da paciente, quesito 1, e o que a aÃ§Ã£o produzida foi contundente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O auto de exame diz o seguinte: HistÃ³rico: Â¿(...) 1- Houve ofensa Ã integridade corporal ou Ã saÃºde do paciente? R- Sim 2- Qual o meio ou instrumento ou aÃ§Ã£o que a produziu? R- Contundente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autoria estÃ¡ demonstrada pelo depoimento da vÃ-tima e corroborado pelo auto de exame

de lesÃ£o corporal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima declarou Ã fl. 12: Â¿QUE confirma os termos da denÃºncia; no dia do fato a depoente estava separara do acusado....estava participando de uma festa junina em via pÃºblica....na volta o acusado avistou a depoente e comeÃ§ou a ofender com injÃºrias e textuais dizendo: Â¿O QUE Ã QUE TU QUER SUA FUDIDA, NÃO TEM NINGUEM NESSE CARALHOÂ¿, e passou a agredir a depoente na frente dos filhos; a sua filha de 04 anos de idade tentava segurar o pai delas pelas pernas pedindo que parasse com aquilo; o acusado segurou o seu pescoÃ§o e chutou no seu glÃºteo...o acusado ainda Ã© usuÃ¡rio de drogas; que jÃ¡Â consumiu droga na frente das crianÃ§as, mas ele continua agressivo; a filha mais velha Ã© revoltada com o pai, pois ele fala que ela pode nÃ£o ser filha dele; ...o acusado ainda chama a depoente de FILHA DA PUTA, FUDIDA, DESGRAÃADA. Em seu interrogatÃ³rio, fl. 13, o acusado negou as agressÃµes e as ofensas, como sempre. DA CONCLUSÃO Ante tais consideraÃ§Ãµes, entendo satisfatoriamente comprovada parcialmente a versÃ£o, nÃ£o tendo aparecido nos autos elementos a contrariar as declaraÃ§Ãµes da vÃ-tima ou a macular a credibilidade dos seus depoimentos em relaÃ§Ã£o ao crime de lesÃ£o corporal de forma continuada, pois as agressÃµes eram constantes, conforme consta da prÃ³pria denÃºncia. Quanto Ã circunstÂ¢ncia qualificadora do delito de lesÃ£o corporal, constante da redaÃ§Ã£o do Â§ 9Âº do art. 129 do CÃ³digo Penal, estÃ¡ devidamente caracterizada, pois a agressÃ£o foi praticada contra pessoa com a qual o rÃ©u convivia maritalmente e prevalecendo-se das relaÃ§Ãµes domÃ©sticas. DISPOSITIVO Em razÃ£o de todo o exposto, JULGO PROCEDENTE a aÃ§Ã£o penal para CONDENAR o acusado JEANDERSON MIGUEL QUARESMA PAES nas sanÃ§Ãµes do art. 129, Â§ 9Âº, c/c art. 7Âº da Lei nÂº 11.340/2006. Passo a aplicar a pena, balizada pelos critÃ©rios do art. 59 do CÃ³digo Penal. CIRCUNSTÃNCIAS JUDICIAIS A reprovabilidade da conduta consistente em agredir fisicamente a vÃ-tima, atÃ© lesionÃ¡-la, vai avaliada em grau grave por isso se dava constantemente. O rÃ©u jÃ¡ reincidente em violÃªncia domÃ©stica, pois foi condenado em outros dois processos. A personalidade denota que Ã© pessoa violenta. Conduta social negativa por ser usuÃ¡rio de drogas. NÃ£o havia motivos para a prÃ¡tica do delito. As circunstÂ¢ncias sÃ£o comuns ao tipo qualificado do delito de lesÃµes corporais. As consequÃªncias dos fatos foram relevantes, pois algumas praticadas na presenÃ§a dos filhos. O comportamento da vÃ-tima nÃ£o contribuiu para as condutas do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face dessas circunstÂ¢ncias, fixo a pena-base, pelo crime de lesÃ£o corporal leve no Ã¢mbito domÃ©stico, qualificada, acima do mÃ-nimo cominado, em 02 (dois) anos de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AusÃªncia de atenuantes e agravantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Torno a pena definitiva em 02 (dois) anos de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO REGIME Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena serÃ¡ cumprida no regime aberto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA SUBSTITUIÃÃO Deixo de substituir a pena por medidas restritivas de direitos ou penas alternativas, pois os delitos de lesÃ£o corporal possuem como elementar a violÃªncia contra a pessoa (art. 44, do CP). O rÃ©u nÃ£o faz jus ao benefÃ-cio do sursis penal, na forma dos artigos 77, do CÃ³digo Penal. Mantenho as medidas protetivas em favor da vÃ-tima estabelecidas pela autoridade policial Ã s fls. do IPL, exceto se a vÃ-tima declarar ou demonstrar tacitamente que nÃ£o necessita mais das mesmas, como exemplo, restabelecendo a convivÃªncia com o acusado, ainda que somente de amizade. CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Intime-se pessoalmente o acusado. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, designar audiÃªncia admonitÃ³ria para dar ciÃªncia ao acusado sobre as condiÃ§Ãµes do cumprimento da pena no regime aberto. Publique-se. Registre-se e Intime-se. MuanÃ¡/PA, 22 de marÃ§o de 2022. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito Titular PROCESSO: 00703286420158140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 22/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DENUNCIADO:ANTONIO PAULO DA COSTA VALE VITIMA:M. F. V. R. . SENTENÃA - Estelionato Processo nÂº: 0070328-64.2015.8.14.0033 IncidÃªncia Penal: art. 171, Caput do CPB. Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual RÃ©: AntÃ´nio P. C. Vale Â Â Â Â Â Â SENTENÃA I-Â Â Â Â Â RELATÃRIO Vistos etc. O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, atravÃ©s de seu Representante legal, denunciou ANTONIO PAULO DA COSTA VALE, qualificado nos autos, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 171 Caput, do CÃ³digo Penal brasileiro. Consta da denÃºncia que o rÃ©u pediu certa quantia em dinheiro para, na condiÃ§Ã£o de advogado, conseguir a liberdade de determinado cidadÃ£o que estava preso. A denÃºncia acompanhou o inquÃ©rito policial em anexo instaurado por portaria. A denÃºncia foi recebida em 03/09/2015 (fl. 05). O rÃ©u foi citado Ã s fls. 06/07e apresentou resposta escrita Ã s fls. 15/18v. AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o realizada Ã s fls. 19/22, onde foram ouvidas as testemunhas e o acusado foi interrogado. Em alegaÃ§Ãµes finais, fls.25/25, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a ABSOLVIÃÃO do acusado por atipicidade da conduta. Ã o breve relatÃ³rio. Decido. II - FUNDAMENTAÃÂ¿O. Trata-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada com o objetivo de apurar a responsabilidade criminal da rÃ© pela suposta prÃ¡tica do delito tipificado no art. 171 caput do CP, que traz a seguinte redaÃ§Ã£o: Estelionato Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilÃ-cita, em prejuÃ-zo alheio, induzindo ou mantendo alguÃ©m em erro, mediante artifÃ-cio, ardil, ou qualquer outro

meio fraudulento: Pena - reclusÃ£o, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil rÃ©is a dez contos de rÃ©is.Â Â Â Inexistentes questÃµes preliminares, passo ao exame de mÃ©rito da aÃ§Ã£o. DA AUTORIA E MATERIALIDADE A denÃºncia narra o delito de estelionato, mas durante a instruÃ§Ã£o nÃ£o foi possÃ-vel comprovar conduta delitiva por parte do acusado, pelo contrÃ¡rio, ficou comprovado pelo depoimento da vÃ-tima que o mesmo estava realmente atuando como profissional. A prÃ³pria vÃ-tima disse que a autoridade policial confundiu o valor da fianÃ§a com o valor dos honorÃ¡rios que estavam sendo cobrados pelo rÃ©u. A rÃ©u tambÃ©m confirmou que a autoridade policial fez confusÃ£o entre fianÃ§a e cobranÃ§a de honorÃ¡rios. O julgador trabalha com provas consubstanciadas num processo para decidir sobre a procedÃªncia ou improcedÃªncia da aÃ§Ã£o. Ao magistrado Ã© defeso condenar por ilaÃ§Ã£o, por presunÃ§Ã£o, Ã base de conjecturas. A pena sÃ³ deve ser destinada ao agente culpÃ¡vel, apÃ³s o devido processo legal, pela prÃ¡tica de um fato tÃ-pico e ilÃ-cito. A prova que autoriza a condenaÃ§Ã£o, todos sabemos, Ã© a produzida na instruÃ§Ã£o processual, que Ã© contraditÃ³ria, perante o juiz que dirige o processo, e que forma sua convicÃ§Ã£o pelo princÃ-pio do livre convencimento fundamentado, vigorante em nosso processo penal. As provas produzidas sob os auspÃ-cios das franquias constitucionais do acusado nÃ£o foram suficientes para definiÃ§Ã£o de sua responsabilidade penal, daÃ- ser irrefragÃ¡vel e inevitÃ¡vel a sua absolviÃ§Ã£o, por insuficiÃªncia de provas. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a propÃ³sito, jÃ¡ decidiu no sentido de que Â¿O postulado da intranscendÃªncia impede que sanÃ§Ãµes e restriÃ§Ãµes de ordem jurÃ-dica superem a dimensÃ£o estritamente pessoal do infrator Â¿(Agr-QO 1.033/DF, rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, j. 25.05.2006) Nenhum resultado penalmente relevante pode ser atribuÃ-do a quem nÃ£o o tenha produzido por dolo ou culpa. Essa Ã© a regra. Esse Ã© o norte - o rumo, o prumo. O caminho a ser seguido. NÃ£o se condena por condenar, nÃ£o se decide com espeque em suposiÃ§Ãµes, em conjecturas. CondenaÃ§Ã£o exige prova plena, escorreita, induvidosa - do fato e da autoria - na dÃºvida, em relaÃ§Ã£o a esta ou em relaÃ§Ã£o Ã quele, tem aplicaÃ§Ã£o, Ã s inteiras, o brocardo in dÃºbio pro reo. A meu ver, nos autos sob anÃ¡lise nÃ£o hÃ¡ nenhuma prova segura de que o acusado tenha praticado o delito narrado na denÃºncia. III- DO JULGAMENTO ISTO POSTO, nos termos do art. 386, incisos V, do CPP, por nÃ£o existir prova de que o rÃ©u concorreu para o crime, JULGO IMPROCEDENTE a denÃºncia e, consequentemente ABSOLVO ANTONIO PAULO DA COSTA VALE da acusaÃ§Ã£o que lhe foi imputada na denÃºncia. CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. IntimaÃ§Ã£o do rÃ©u unicamente atravÃ©s do DiÃ¡rio da JustiÃ§a. P.R.I.C. Sem custas.Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, certifique-se e arquive-se com as baixas em nossos registros. Cumpra-se. MuanÃ¡, 22 de marÃ§o de 2022 Luiz Trindade JÃºnior Juiz de Direito PROCESSO: 00002812620198140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 23/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:ARTUR PIMENTA VIEIRA VITIMA:I. G. M. . AÃAO PENAL Processo nÂº 0000281-26.2019.814.0033 Acusado: Artur Vieira Pimenta CapitulaÃ§Ã£o: art. 21 do Dec.Lei nÂº 3.688/41 c/c art. 7Âº Lei nÂº 11.340/2006 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico do Estado Juiz de Direito: Luiz Trindade Junior SENTENÃA Vistos, etc. I - RELATÃRIO O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado ParÃ¡, em exercÃ-cio neste juÃ-zo, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais ofereceu denÃºncia contra o nacional ARTUR PIMENTA VIEIRA, qualificado nos autos, como incurso nas sanÃ§Â¿es previstas no artigo art. 21 do Dec. Lei nÂº 3.688/41 c/c art. 7Âº Lei nÂº 11.340/2006. Narra a exordial acusatÃ³ria, em apertada sÃ-ntese, que no dia 12/01/2018, por volta das 18:00h, o acusado, visivelmente embriagado, agrediu a vÃ-tima com socos e ainda lhe jogou uma garrafa. A denÃºncia foi feita com base em InquÃ©rito policial instaurado por prisÃ£o em flagrante, em apenso. A DenÃºncia foi recebida em 12/03/2019, Ã fl. 05. RÃ©u foi citado Ã s fls. 06/07, apresentou defesa prÃ©via Ã fl. 16. Em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, fls. 16/19, de 22/8/2019, foram ouvidas a vÃ-tima, uma testemunha e o acusado foi interrogado. Ainda na audiÃªncia, em alegaÃ§Ãµes finais, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do acusado, enquanto a defesa requereu a absolviÃ§Ã£o por negativa de autoria e insuficiÃªncia de provas. Vieram os autos conclusos para sentenÃ§a. II - FUNDAMENTAÃÂ¿O Trata-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada com o objetivo de apurar a responsabilidade criminal do acusado, dando como incursos nas sanÃ§Ãµes previstas no art. 21 do Dec.Lei nÂº 3.688/41 c/c art. 7Âº Lei nÂº 11.340/2006, in verbis: Decreto Lei nÂº 3.688/41 (...) Art. 21. Praticar vias de fato contra alguÃ©m: Pena - prisÃ£o simples, de quinze dias a trÃªs meses, ou multa, de cem mil rÃ©is a um conto de rÃ©is, se o fato nÃ£o constitui crime. Lei nÂº 11.340/2006 (...) DAS FORMAS DE VIOLÃNCIA DOMÃSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER Art. 7Âº SÃ£o formas de violÃªncia domÃ©stica e familiar contra a mulher, entre outras: I - a violÃªncia fÃ-sica, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saÃºde corporal; (...) DA PRESCRIÃÃO A pena mÃ¡xima para o delito de vias de fato Ã© de 03 (trÃªs) meses e prescreve em 04 anos. A prescriÃ§Ã£o Ã© uma das causas de extinÃ§Ã£o da punibilidade elencadas no artigo 107 do CÃ³digo Penal. Pode ser conceituada como a perda do direito de punir, motivada ou pela demora do Estado (Ãºnico titular do jus puniendi) em

proferir uma sentenÃ§a condenatÃ³ria ou pela sua demora em executar essa sentenÃ§a. Os efeitos de cada uma dessas espÃ©cies prescricionais sÃ£o distintos. A prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva elimina todos os efeitos do crime, enquanto a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria incide exclusivamente sobre a pena. A prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva, em regra, toma por base o mÃ¡ximo da pena em abstrato (a pena mÃ¡xima cominada ao crime), variando de 2 (dois) a 20 (vinte) anos, conforme tabela contida no artigo 109 do CÃ³digo Penal. Quanto maior a pena cominada ao crime, maior o prazo prescricional, o que significa: quanto mais grave o crime, mais tempo tem o Estado para agir e punir o infrator. Em duas hipÃ³teses, contudo, a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva nÃ£o considera a pena em abstrato, porÃ©m a em concreto: (a) na prescriÃ§Ã£o intercorrente, que resulta da combinaÃ§Ã£o do artigo 109, caput, com o artigo 110, Â§ 1Âº, ambos do CÃ³digo Penal; e (b) na prescriÃ§Ã£o retroativa, que resulta da combinaÃ§Ã£o do artigo 109, caput, com o artigo 110, Â§Â§ 1Âº e 2Âº, ambos do CÃ³digo Penal. DA PRESCRIÃÃO ANTECIPADA A prescriÃ§Ã£o antecipada - tambÃ©m chamada `em perspectivaÂ¿, projetada ou virtual - relaciona-se Ã prescriÃ§Ã£o retroativa, uma vez que consiste no reconhecimento antecipado da prescriÃ§Ã£o retroativa, com base na pena que seria imposta ao acusado, em hipotÃ©tica sentenÃ§a condenatÃ³ria. Trata-se de tema que tem gerado controvÃ©rsia doutrinÃ¡ria e jurisprudencial, que estÃ¡ longe de ser dirimida. Argumenta-se, na defesa da prescriÃ§Ã£o antecipada, na falta de interesse de agir, se, no caso concreto, concluir-se que eventual pena imposta serÃ¡ inevitavelmente atingida pela prescriÃ§Ã£o retroativa, resultando que a prestaÃ§Ã£o jurisdicional buscada serÃ¡ inÃºtil. E um processo inÃºtil, porque sem nenhum resultado prÃ¡tico, constitui constrangimento ilegal que nÃ£o pode ser tolerado num Estado DemocrÃ¡tico de Direito. Os princÃ-pios da instrumentalidade do processo, da economia processual e da moralidade tambÃ©m sÃ£o invocados pelos partidÃ¡rios da prescriÃ§Ã£o antecipada. Trata-se de evitar o prosseguimento de um processo penal quando se pode afirmar, com seguranÃ§a, que nÃ£o levarÃ¡ um resultado Ãºtil, porque inevitÃ¡vel o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o retroativa. Ao aplicar essa soluÃ§Ã£o, o Estado economizarÃ¡ recursos que podem ser carreados aos casos que, por sua magnitude, merecem uma atuaÃ§Ã£o efetiva dos Ã³rgÃ£os encarregadas da persecuÃ§Ã£o penal, sem mencionar os outros benefÃ-cios alcanÃ§ados. No caso, como a pena mÃ¡xima em abstrato Ã© igual a 03 meses, e a prescriÃ§Ã£o ocorre em trÃªs anos, o que jÃ¡ aconteceu, nÃ£o havendo justificativa de se prosseguir com o processo, o que gerarÃ¡ um custo financeiro e movimentaÃ§Ã£o de pessoal desnecessÃ¡rio. III - DISPOSITIVO DIANTE DO EXPOSTO, nos termos do art. 107, IV, do CÃ³digo Penal, decreto a extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u ARTUR PIMENTA VIEIRA pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o. CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Intime-se o rÃ©u unicamente pela publicaÃ§Ã£o no DiÃ¡rio da JustiÃ§a. Transitada em julgado, certifique-se e arquive-se. Publique-se, registre-se e intimem-se. MuanÃ¡/PA, 23 de marÃ§o de 2022. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito Titular PROCESSO: 00006623420198140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 23/03/2022 REQUERENTE:ELZA MARIA PACHECO MAIA REQUERIDO:EDUARDO ESPIRITO SANTO PANTOJA. ÃMEDIDAS PROTETIVAS DE URGÃNCIA Processo: 0000662-34.2019.8.14.0033 Requerente: E.M.P.M Requerido: Eduardo EspÃ-rito Santo Pantoja SENTENÃA Trata-se de requerimento de medidas protetivas formulada por E.M.P.M., vÃ-tima de violÃªncia domÃ©stica e familiar, em desfavor de Eduardo EspÃ-rito Santo Pantoja. Foram deferidas medidas protetivas de urgÃªncia por este juÃ-zo no dia 30/01/2019 em favor das vÃ-timas. Foi certificado Ã fl. 15 que o requerido voltou a agredir a requerente bem como tomou o filho da mesma. Instado, o MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pela decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva do rÃ©u em decorrÃªncia de seu descumprimento. Certificado Ã fl. 21 novo endereÃ§o do Requerido. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. A lei Maria da Penha trouxe um enorme avanÃ§o no que diz respeito aos direitos fundamentais e proteÃ§Ã£o das mulheres. Vimos que a concessÃ£o das medidas protetivas de urgÃªncia visa proteger a mulher vÃ-tima de violÃªncia domÃ©stica no seio familiar. Essas medidas sÃ£o concedidas por decisÃ£o judicial, mediante requerimento expresso constante no registro de ocorrÃªncia (Boletim OcorrÃªncia), instrumento formalizado quando pela autoridade policial quando hÃ¡ a agressÃ£o. As medidas protetivas de urgÃªncia tÃªm carÃ¡ter sancionatÃ³rio, pois restringe direitos, impÃµe obrigaÃ§Ãµes, podendo atÃ© limitar o direito Ã liberdade de ir e vir. Desta forma, tambÃ©m se observa que as medidas protetivas tÃªm carÃ¡ter satisfativo e geram estabilidade no processo em que sÃ£o deferidas, e, portanto, devem ser julgadas por sentenÃ§a, sendo que, caso a vÃ-tima posteriormente sofra nova violÃªncia, poderÃ¡ pleitear Ã autoridade policial que tome as medidas cabÃ-veis, como o pedido da prisÃ£o preventiva do agressor. Ante o exposto, ratifico os termos da DecisÃ£o cautelar (fls.07/09), e JULGO PROCEDENTE, o pedido formulado pela vÃ-tima e, consequentemente, torno definitiva as medidas protetivas de urgÃªncia jÃ¡ deferidas, as quais terÃ£o validade de 06 (seis) meses. Desta forma, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fundamento no art. 487, I do CÃ³digo de Processo Civil. INTIMEM-SE a vÃ-tima e o

agressor. Cientifique que havendo o descumprimento das medidas acarretarÃ¡ a prisÃ£o preventiva do requerido. Decorrido o prazo de 06 (seis) meses, havendo necessidade, deve a vÃ-tima procurar a Delegacia de PolÃ-cia. Caso ainda existam os bens relacionados em audiÃªncia de fl.12, mantenho a decisÃ£o que autorizou sua retirada, desde que feita por terceira pessoa de confianÃ§a do requerido, respeitando as medidas protetivas deferidas. Sem custas, nos termos do art. 28 da Lei nÂº 11.340/2006. DÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos e dÃª-se a baixa no sistema. P.R.I. Cumpra-se. MuanÃ¡, 23 de marÃ§o de 2022 Luiz Trindade Junior Juiz de Direito Titular PROCESSO: 00017247520208140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 23/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:ADEMIR PEREIRA PAMPLONA. AÃAO PENAL Processo nÂº 0001724-75.2020.814.0033 Acusado: Ademir Pereira Pamplona VÃ-tima: Fabriciana Marques Pereira CapitulaÃ§Ã£o: art. 99 e 102 da Lei nÂº 10.741/2003 Juiz: LUIZ TRINDADE JUNIOR SENTENÃA Vistos, etc. I - RELATÃRIO O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado ParÃ¡, em exercÃ-cio neste juÃ-zo, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, com base no incluso inquÃ©rito policial iniciado por portaria, ofereceu denÃºncia contra o nacional ADEMIR PEREIRA PAMPLONA, qualificado nos autos, como incurso nas sanÃ§Ãµes previstas no art. 99 e 102 da Lei nÂº 10.741/2003. Narra a exordial acusatÃ³ria, em apertada sÃ-ntese, que no dia 08/01/2019 houve uma denÃºncia contra o acusado de negligencia e maus tratos contra sua genitora Fabriciana Marques Pereira, de 89 anos de idade na Ã©poca. A DenÃºncia foi recebida Ã fl. 05, em 11/9/2020. O RÃ©u foi citado Ã s fls. 09/10, apresentou defesa prÃ©via Ã fl. 11. Em audiÃªncia de instruÃ§Â¿o e julgamento, fls. 11/14 foram ouvidas duas testemunhas e o acusado foi interrogado. Em alegaÃ§Ãµes finais, fls. 15,17, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a absolviÃ§Ã£o do rÃ©u por nÃ£o restarem provados os fatos narrados na denÃºncia. A defesa, em suas alegaÃ§Ãµes finais, fl. 18, requereu a absolviÃ§Ã£o nos mesmos termos do art. 386, VI, do CPP. Vieram os autos conclusos para sentenÃ§a. II - FUNDAMENTAÃÂ¿O Trata-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada com o objetivo de apurar a responsabilidade criminal do acusado pela prÃ¡tica dos delitos do art. 99 e 102 da Lei nÂº 10.741/2003. Os depoimentos das testemunhas foram favorÃ¡veis ao acusado. A testemunha Raimundo Pamplona, fl. 12, disse que nunca ouviu a vÃ-tima falar que o acusado lhe maltratava, e que a vÃ-tima estÃ¡ em perfeito estado de saÃºde mental. Disse que nÃ£o Ã© verdade que o acusado maltrata a vÃ-tima e que sÃ£o vizinhos quem fazem as denÃºncias. A testemunha Severino Pamplona tambÃ©m negou que o acusado maltrate a vÃ-tima e que sÃ£o vizinhos quem fazem as denÃºncias. Em seu interrogatÃ³rio, o acusado negou ter praticado os delitos contra a vÃ-tima. Em consequÃªncia, Ã mÃ-ngua da existÃªncia de provas nÃ£o hÃ¡ como se justificar uma condenaÃ§Ã£o, devendo ser aplicado ao caso o princÃ-pio do in dubio pro reo. Neste sentido a orientaÃ§Â¿o do Supremo Tribunal Federal: Â¿AÃÂ¿O PENAL. DANO CONTRA O PATRIMÃNIO PÃBLICO. MATERIALIDADE COMPROVADA. AUSÃNCIA DE PROVAS QUANTO Ã AUTORIA E QUANTO AO DOLO DE CAUSAR PREJUÃZO. ABSOLVIÃÂ¿O. 1. A materialidade do crime de dano contra o patrimÃ´nio pÃºblico estÃ¡ demonstrada pela prova documental. 2. Falta de prova que demonstre ter sido o rÃ©u o responsÃ¡vel pelo dano causado e de comprovaÃ§Â¿o da presenÃ§a do elemento subjetivo do tipo, consistente no dolo de causar prejuÃ-zo. 3. O MinistÃ©rio PÃºblico Federal nÂ¿o arrolou testemunha na peÃ§a inicial acusatÃ³ria: ausÃªncia de demonstraÃ§Â¿o de ocorrÃªncia dos fatos como narrado na denÃºncia. 4. Conjunto probatÃ³rio sem fundamento para a condenaÃ§Â¿o do acusado: ausÃªncia de certeza. 5. DenÃºncia julgada improcedente; RÃ©u absolvido.Â¿ (AP 427, Relator(a):Â Min. CÃRMEN LÃCIA, Tribunal Pleno, julgado em 04/11/2010, DJe-122 DIVULG 27-06-2011 PUBLIC 28-06-2011 EMENT VOL-02552-01 PP-00001) III- DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE AO EXPOSTO, por nÃ£o haver prova da existÃªncia do fato delituoso, com fundamento no art. 386, II, do CÃ³digo de Processo Penal, JULGO IMPROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva estatal e ABSOLVO o rÃ©u ADEMIR PEREIRA PAMPLONA da imputaÃ§Ã£o que lhes foi feita na denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IntimaÃ§Ã£o do rÃ©u por simples publicaÃ§Ã£o no diÃ¡rio da justiÃ§a, por questÃ£o de economia processual, pois nÃ£o possui interesse em recorrer. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. MuanÃ¡, 23 de marÃ§o de 2022. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito PROCESSO: 00018558420198140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 23/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:JEREMIAS DE JESUS DO NASCIMENTO DOS SANTOS Representante(s): OAB 12612 - ANTONIO PAULO DA COSTA VALE (ADVOGADO) VITIMA:D. M. V. . AÃ§Ã£o Penal Processo nÂº 0001855-84.2019.8.14.0033 Acusado: Jeremias de Jesus do Nascimento dos Santos, vulgo JERECO CapitulaÃ§Ã£o: art. 147 doÂ CPB c/c art. 7Âº, da Lei nÂº 11.340/06 VÃ-tima: Dalila Moraes Vieira Juiz de

Direito: Luiz Trindade Junior SENTENÃA I-Â Â Â Â Â RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. O MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL ofereceu DENÃNCIA contra JEREMIAS DE JESUS DO NASCIMENTO DOS SANTOS, vulgo JERECO, qualificado nos autos, pela suposta prÃ¡tica de ameaÃ§a contra sua companheira Dalila Moraes Vieira, mÃ£e de sua companheira. Segundo a denÃºncia, no dia 12/10/2018, ameaÃ§ou a vÃ-tima de morte caso o denunciasse a polÃ-cia. A denÃºncia foi feita com base no inquÃ©rito policial instaurado por portaria. A denÃºncia foi recebida em 15/03/2019 (fl. 06). RÃ©u foi citado fls. 07/08 e apresentou defesa preliminar (fl.09), atravÃ©s de advogado nomeado. AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o foi realizada as fls. 09/11. Em alegaÃ§Ãµes finais, fls. 13/15, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do acusado nos termos da denÃºncia. Em alegaÃ§Ãµes finais, fl. 16, a defesa requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado por insuficiÃªncia de provas. Relatei. Decido. II - FUNDAMENTAÃÂ¿O. Trata-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada com o objetivo de apurar a responsabilidade criminal do rÃ©u pela suposta prÃ¡tica do delito tipificado no art.147, do CPB c/c art. 7Âº da Lei nÂº 11.340/2006, que assim estÃ¡ tipificado. AmeaÃ§a Art. 147 - AmeaÃ§ar alguÃ©m, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbÃ³lico, de causar-lhe mal injusto e grave: Pena - detenÃ§Ã£o, de um a seis meses, ou multa. ParÃ¡grafo Ãºnico - Somente se procede mediante representaÃ§Ã£o. Inexistentes questÃµes preliminares, passo ao exame de mÃ©rito da aÃ§Ã£o. DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA O crime de ameaÃ§a nÃ£o exige materialidade por ser crime formal, pois se consuma no momento em que a vÃ-tima toma conhecimento do ato ameaÃ§ador do autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autoria estÃ¡ demonstrada pelo depoimento da vÃ-tima e corroborado pelo auto de exame de lesÃ£o corporal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima declarou Ã fl. 10: Â¿QUE o acusado costumeiramente ameaÃ§ava a depoente...que no dia do fato a depoente foi atÃ© a casa de sua filha, que Ã© esposa do acusado; QUE comeÃ§ou uma discussÃ£o com o acusado e nÃ£o lembra por qual motivo; Que o acusado comeÃ§ou a destratar a depoente e depois pegou umÂ canivete; QUE o acusado ficou com a arma na mÃ£o falando palavrÃµes para a depoente; Que em determinado momento a depoente se abaixou para pegar uma vassoura e o acusado aproveitou para tentar furar a depoente nas costas; Que o acusado sÃ³ nÃ£o conseguiu furar a depoente porque sua filha o empurrou e ele se desequilibrou...Â¿ (destaquei) O acusado, em seu interrogatÃ³rio, negou os fatos narrados na denÃºncia. DA CONCLUSÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante tais consideraÃ§Ãµes, entendo satisfatoriamente comprovada a versÃ£o acusatÃ³ria, nÃ£o tendo aparecido nos autos elementos a contrariar as declaraÃ§Ãµes da vÃ-tima ou a macular a credibilidade dos seus depoimentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relativamente Ã circunstÂ¢ncia qualificadora do delito de lesÃ£o corporal, constante da redaÃ§Ã£o da Lei nÂº 11.340/2016 , a ameaÃ§a foi praticada contra pessoa com a qual o rÃ©u convivia maritalmente e prevalecendo-se das relaÃ§Ãµes domÃ©sticas. II-Â Â Â Â Â DISPOSITIVO ISTO POSTO, JULGO PROCEDENTE a aÃ§Ã£o penal para condenar JEREMIAS DE JESUS DO NASCIMENTO DOS SANTOS nas sanÃ§Ãµes do art. 147, do CÃ³digo Penal. Passo a aplicar a pena, balizada pelos critÃ©rios do art. 59 do CÃ³digo Penal. A reprovabilidade da conduta consistente em ameaÃ§ar a integridade fÃ-sica da vÃ-tima, atÃ© lesionÃ¡-la, vai avaliada em grau mÃ©dio. O rÃ©u nÃ£o registra antecedentes.Â NÃ£o hÃ¡ critÃ©rio para avaliaÃ§Ã£o de sua personalidade nem de sua conduta social. NÃ£o hÃ¡ motivos para a prÃ¡tica do delito. As circunstÂ¢ncias sÃ£o comuns ao tipo qualificado do delito de lesÃµes corporais. As consequÃªncias dos fatos nÃ£o foram relevantes. O comportamento da vÃ-tima nÃ£o contribuiu para as condutas do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face dessas circunstÂ¢ncias, fixo a pena-base, pelo crime de lesÃ£o corporal leve no Ã¢mbito domÃ©stico, qualificada, acima do mÃ-nimo cominado, em 04 (quatro) meses de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AusÃªncia de atenuantes e agravantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Torno a pena definitiva em 04 (quatro) meses de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â DA PRESCRIÃÃO Â Â Â Â Â Â Como a denÃºncia foi recebida em 15/03/2019, hÃ¡ mais de trÃªs anos, e a pena aplicada Ã© inferior a um ano, estando prescrita a pretensÃ£o punitiva caso transite em julgado, segundo inteligÃªncia do art. 110, Caput c/c art. 109, VI, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Como a prescriÃ§Ã£o favorece a defesa, intime-se o acusado unicamente pelo DiÃ¡rio da JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Transitando em julgado a presente decisÃ£o, retornem os autos para anÃ¡lise da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se e Intime-se. Â Â Â Â Â Â MuanÃ¡/PA, 23 de marÃ§o de 2021. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito Titular PROCESSO: 00020749720198140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 23/03/2022 DENUNCIADO:ALEXANDRE TIAGO FERREIRA DE ALMEIDA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL VITIMA:M. A. R. VITIMA:F. B. S. VITIMA:R. M. M. B. . AÃ§Ã£o Penal Processo nÂº 0002074-97.2019.8.14.0033 Acusado: Alexandre Tiago Ferreira de Almeida CapitulaÃ§Ã£o: art. 24-A da Lei nÂº 11.340/06 e art. 147, do CPB VÃ-tima: Franciele Belo Santana VÃ-tima: Rosa Maria Marques Belo VÃ-tima: Marta de Almeida Rodrigues Juiz de Direito: Luiz Trindade Junior SENTENÃA I-Â Â Â Â Â RELATÃRIO Vistos, etc. O MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL ofereceu

DENÃNCIA contra ALEXANDRE TIAGO FERREIRA DE ALMEIDA, qualificado nos autos, pela suposta prÃ¡tica de descumprimento de medidas protetivas e ameaÃ§a contra as vÃ-timas Franciele Belo Santana, Rosa Maria Marques Belo e Marta de Almeida Rodrigues. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â . Segundo a denÃºncia, no dia 18/03/2019, por volta das 17:21h, o acusado foi atÃ© a casa de sua companheira, Franciele Belo Santana, a quem disse Â¿VAI EMBORA, PUXA TEU BONDE, VOU ATÃ O INFERNO ATRAS DE TIÂ¿, descumprindo assim medidas protetivas estabelecidas em favor desta. Logo em seguida o acusado comeÃ§ou a discutir e a ameaÃ§ar a sua sogra dizendo Â¿NÃO ME TOQUE SE NÃO VOU BATER NUM, VOU PEGAR UM FERRO E MATAR VOCÃSÂ¿. Prossegue a peÃ§a acusatÃ³ria dizendo que a irmÃ£ do acusado, Marta de Almeida Rodrigues, tambÃ©m foi ameaÃ§ada, a quem ele disse Â¿SE TU CHAMAR A POLÃCIA VOU TE QUEBRAR NA PORRADAÂ¿. O acusado parecia estar sob efeitos de substancia entorpecente, empreendeu fuga pulando o muro, mas logo depois foi preso em flagrante. A denÃºncia foi feita com base no inquÃ©rito policial instaurado por prisÃ£o em flagrante. A denÃºncia foi recebida em 09/04/2019 (fl. 05). RÃ©u foi citado Ã s fls. 07/08 e apresentou defesa preliminar Ã fl.09. AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o foi realizada as fls. 09/13. Em alegaÃ§Ãµes finais, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do acusado nos termos da denÃºncia. Em alegaÃ§Ãµes finais, a defesa requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado por insuficiÃªncia de provas. Relatei. Decido. II-Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO Trata-se de aÃ§Ã£o penal instaurada para apurar suposta prÃ¡tica dos delitos de descumprimento de medidas e ameaÃ§a, os quais assim estÃ£o enunciados. Do Crime de Descumprimento de Medidas Art. 24-A. Descumprir decisÃ£o judicial que defere medidas protetivas de urgÃªncia previstas nesta Lei:Â Â Â Â Â Â Â Â Pena - detenÃ§Ã£o, de 3 (trÃªs) meses a 2 (dois) anos.Â Â Â Â Â Â Â Â (...) AmeaÃ§a Art. 147 - AmeaÃ§ar alguÃ©m, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbÃ³lico, de causar-lhe mal injusto e grave: Pena - detenÃ§Ã£o, de um a seis meses, ou multa. ParÃ¡grafo Ãºnico - Somente se procede mediante representaÃ§Ã£o. Do Crime de Descumprimento de Medidas A autoridade policial fez referÃªncia ao descumprimento de medidas supostamente estabelecidas nos autos do processo nÂº 0001292-90.2019.814.0033, onde neste constam como vÃ-timas MarcilÃ©ia Ferreira de Almeida e Marta da GraÃ§a Ferreira de Almeida. Nenhuma das vÃ-timas do processo nÂº 0001292-90.2019.814.0033 Ã© a mesma deste processo. O processo nÂº 0001292-90.2019.814.0033 foi sentenciado em 01/07/2020 e o rÃ©u sÃ³ foi condenado por furto simples. O descumprimento de medidas Ã© crime formal, consumando-se no momento em que o sujeito ativo realiza a conduta proibida (forma comissiva) ou deixa de realizar a conduta determinada na decisÃ£o judicial ou administrativa que deferiu a medida protetiva (forma omissiva). A tentativa Ã© admissÃ-vel na modalidade comissiva. O bem jurÃ-dico tutelado pelo crime Ã© o normal funcionamento da AdministraÃ§Ã£o da JustiÃ§a, com o escopo especial de assegurar o prestÃ-gio e a garantia da potestade estatal, representada pelo Poder JudiciÃ¡rio, que Ã© violada pelo descumprimento da medida protetiva judicialmente imposta.Â Secundariamente, Ã© a liberdade pessoal e a seguranÃ§a da vÃ-tima, violadas pelo descumprimento da medida. No presente caso, nÃ£o estÃ¡ caracterizado o delito de descumprimento de medidas porque as vÃ-timas dos processos nÃ£o sÃ£o as mesmas, merecendo ser absolvido. DO CRIME DE AMEAÃA O delito de ameaÃ§a nÃ£o exige materialidade por ser formal, bastando chegar ao conhecimento da vÃ-tima. Neste caso, entendo que nÃ£o ficou evidente a suposta ameaÃ§a feita pelo acusado contra sua irmÃ£ Marta de Almeida Rodrigues. A vÃ-tima declarou a fl. 11 em seu depoimento que o acusado a ameaÃ§ou dizendo que se entrasse na casa iria apanhar. Disse ser irmÃ£ de criaÃ§Ã£o do acusado e sabe que este Ã© viciado em maconha. A testemunha Rosa Maria Belo, a fl. 10, nada falou a respeito de ameaÃ§a feito pelo acusado contra a vÃ-tima Marta Rodrigues. A testemunha Franciele Santana, a fl. 12, disse que nÃ£o foi ameaÃ§ada nem agredida pelo acusado e que nÃ£o presenciou esse ameaÃ§ar a sua genitora nem a sua irmÃ£ Marta Rodrigues. O acusado negou a pratica dos delitos. DA CONCLUSÃO Ante tais consideraÃ§Ãµes, entendo que nÃ£o estÃ£o satisfatoriamente comprovadas as versÃµes acusatÃ³rias, a uma porque nÃ£o houve descumprimento de medidas protetivas e hÃ¡ insuficiÃªncia de provas da ocorrÃªncia de ameaÃ§a. DISPOSITIVO ISTO POSTO, nos termos do art. 386, VII, do CPP, JULGO IMPROCEDENTE a aÃ§Ã£o penal para ABSOLVER o acusado ALEXANDRE TIAGO FERREIRA DE ALMEIDA das imputaÃ§Ãµes que lhe foram feitas na denÃºncia. CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. IntimaÃ§Ã£o do rÃ©u por simples publicaÃ§Ã£o no diÃ¡rio da justiÃ§a, por questÃ£o de economia processual, pois nÃ£o possui interesse em recorrer. Decorrido o prazo recursal, certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquive-se. P.R.I.C. MuanÃ¡/PA, 23 de marÃ§o de 2021. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito Titular PROCESSO: 00023835520188140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 23/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:JEREMIAS DE JESUS DO NASCIMENTO DOS SANTOS VITIMA:M. A. V. S. . AÃ§Ã£o Penal Processo nÂº 0002383-55.2018.8.14.0033 Acusado: Jeremias de Jesus do Nascimento dos Santos, vulgo JERECO CapitulaÃ§Ã£o: art. 129, Â§ 9Âº doÂ CPB

c/c art. 7Âº, da Lei nÂº 11.340/06 VÃ-tima: Maria AngÃ©lica Vieira dos Santos Juiz de Direito: Luiz Trindade Junior SENTENÃA I-Â Â Â Â Â RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL ofereceu DENÃNCIA contra JEREMIAS DE JESUS DO NASCIMENTO DOS SANTOS, vulgo JERECO, qualificado nos autos, pela suposta prÃ¡tica de lesÃ£o corporal contra sua companheira Maria AngÃ©lica Vieira dos Santos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo a denÃºncia, no dia 29/04/2018, por volta das 18:00h, o acusado agrediu fisicamente consistente em agarrar-lhe pelo pescoÃ§o e dar socos em sua cabeÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi feita com base no inquÃ©rito policial instaurado por prisÃ£o em flagrante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 15/03/2019 (fl. 09). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©u foi citado fls. 10/11 e apresentou defesa preliminar (fl.19), atravÃ©s de advogado nomeado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Audiência de instruÃ§Ã£o foi realizada as fls. 19/20 e 23/25. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em alegaÃ§Ãµes finais, fls. 26/28, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do acusado nos termos da denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em alegaÃ§Ãµes finais, a defesa requereu a inÃ©pcia da denÃºncia por nÃ£o conter a exposiÃ§Ã£o do fato criminoso com todas as suas circunstancias e qualificaÃ§Ã£o do acusado, a absolviÃ§Ã£o por nulidade da denÃºncia e, subsidiariamente, em caso de condenaÃ§Ã£o, o reconhecimento da confissÃ£o como atenuante e a aplicaÃ§Ã£o do mÃ-nimo legal da pena . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatei. Decido. II - FUNDAMENTAÃÂ¿O. Trata-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada com o objetivo de apurar a responsabilidade criminal do rÃ©u pela suposta prÃ¡tica do delito tipificado no art.129, Â§ 9Âº, do CPB c/c art. 7Âº da Lei nÂº 11.340/2006, que assim estÃ¡ tipificado. LesÃ£o corporal Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saÃºde de outrem: Pena - detenÃ§Ã£o, de trÃªs meses a um ano. Â§ 9oÂ Se a lesÃ£o for praticada contra ascendente, descendente, irmÃ£o, cÃ´njuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relaÃ§Ãµes domÃ©sticas, de coabitaÃ§Ã£o ou de hospitalidade: (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.340, de 2006) Pena - detenÃ§Ã£o, de 3 (trÃªs) meses a 3 (trÃªs) anos. (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.340, de 2006) Inexistentes questÃµes preliminares, passo ao exame de mÃ©rito da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade do crime de lesÃ£o corporal veio demonstrada pelo auto de exame de lesÃ£o corporal de fls. 11/12 do IPL em apenso, onde consta que houve ofensa Ã integridade corporal ou Ã saÃºde da paciente, quesito 1, e o que a aÃ§Ã£o produzida foi contundente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O auto de exame diz o seguinte: HistÃ³rico: Â¿(...) 1- Houve ofensa Ã integridade corporal ou Ã saÃºde do paciente? R- Sim 2- Qual o meio ou instrumento ou aÃ§Ã£o que a produziu? R- Contusos Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autoria estÃ¡ demonstrada pelo depoimento da vÃ-tima e corroborado pelo auto de exame de lesÃ£o corporal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima declarou Ã fl. 12: Â¿QUE no dia do fato iniciou uma briga com o acusado por causa de ciÃºmes dele; o acusado estava com ciÃºmes atÃ© da famÃ-lia da depoente; ....tanto a depoente quanto o acusado passaram a se xingar mutuamente; o acusado passou a agredir fisicamente a depoente; a depoente reagiu e agrediu o acusado com socos; o acusado deu um tapa no rosto da depoente; ...tanto a depoente quanto o acusado nÃ£o tiveram ferimentos graves em razÃ£o das agressÃµes, tendo ficado apenas alguns hematomas em ambos...Â¿Â (destaquei) A testemunha JosÃ© Malato relatou Ã fl. 24. Â¿QUE no dia do fatoÂ estava de serviÃ§o no comando da viatura quando foi acionado pela vÃ-tima que relatou a guarniÃ§Ã£o ter sofrido agressÃ£o fÃ-sica por parte de seu companheiro; a vÃ-tima tinha nos braÃ§os machucados condinzentes com seu relato de ter sido agredida; (...)Â¿ O acusado nÃ£o foi interrogado porque nÃ£o compareceu Ã audiência, aplicando o art. 367 do CPP. DA CONCLUSÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante tais consideraÃ§Ãµes, entendo satisfatoriamente comprovada a versÃ£o acusatÃ³ria, nÃ£o tendo aparecido nos autos elementos a contrariar as declaraÃ§Ãµes da vÃ-tima ou a macular a credibilidade dos seus depoimentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relativamente Ã circunstÃ¢ncia qualificadora do delito de lesÃ£o corporal, constante da redaÃ§Ã£o do Â§ 9Âº do art. 129 do CÃ³digo Penal, estÃ¡ devidamente caracterizada, pois a agressÃ£o foi praticada contra pessoa com a qual o rÃ©u convivia maritalmente e prevalecendo-se das relaÃ§Ãµes domÃ©sticas. II-Â Â Â Â Â DISPOSITIVO ISTO POSTO, JULGO PROCEDENTE a aÃ§Ã£o penal para condenar Â JEREMIAS DE JESUS DO NASCIMENTO DOS SANTOS nas sanÃ§Ãµes do art. 129, Â§ 9Âº, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a aplicar a pena, balizada pelos critÃ©rios do art. 59 do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A reprovabilidade da conduta consistente em agredir fisicamente a vÃ-tima, atÃ© lesionÃ¡-la, vai avaliada em grau mÃ©dio. O rÃ©u nÃ£o registra antecedentes.Â NÃ£o hÃ¡ critÃ©rio para avaliaÃ§Ã£o de sua personalidade nem de sua conduta social. NÃ£o hÃ¡ motivos para a prÃ¡tica do delito. As circunstÃ¢ncias sÃ£o comuns ao tipo qualificado do delito de lesÃµes corporais. As consequÃªncias dos fatos nÃ£o foram relevantes. O comportamento da vÃ-tima nÃ£o contribuiu para as condutas do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face dessas circunstÃ¢ncias, fixo a pena-base, pelo crime de lesÃ£o corporal leve no Ã¢mbito domÃ©stico, qualificada, acima do mÃ-nimo cominado, em 04 (quatro) meses de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â

Â Â Â AusÃªncia de atenuantes e agravantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Torno a pena definitiva em 04 (quatro) meses de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA SUBSTITUIÃÃO Â Â Â Â Â Â Deixo de substituir a pena por medidas restritivas de direitos ou penas alternativas, pois os delitos de lesÃ£o corporal possuem como elementar a violÃªncia contra a pessoa (art. 44, do CP). Â Â Â Â Â Â DA PRESCRIÃÃO Â Â Â Â Â Â Como a denÃºncia foi recebida em 15/03/2019, hÃ¡ mais de trÃªs anos, e a pena aplicada Ã© inferior a um ano, estando prescrita a pretensÃ£o punitiva caso transite em julgado, segundo inteligÃªncia do art. 110, Caput c/c art. 109, VI, ambos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Como a prescriÃ§Ã£o favorece a defesa, intime-se o acusado unicamente pelo DiÃ¡rio da JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Transitando em julgado a presente decisÃ£o, retornem os autos para anÃ¡lise da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se e Intime-se. Â Â Â Â Â Â MuanÃ¡/PA, 23 de marÃ§o de 2021. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito Titular PROCESSO: 00363319020158140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DENUNCIADO:VANESSA CAROLINE MASCARENHAS MAGNO Representante(s): OAB 6583 - ALTAIR DA SILVA PIMENTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:NATANAEL DA CONCEICAO MAGNO. Processo nÂº 0036331-90.2015.814.0033 Sentenciado: Natanael da ConceiÃ§Ã£o Magno Advogado: Ewerton Freitas Trindade, OAB/PA 9.102 EMBARGOS DE DECLARAÃÃO Juiz: Luiz Trindade Junior DECISÃO Vistos etc. Trata-se de Embargos de DeclaraÃ§Ã£o interposto por Natanael da ConceiÃ§Ã£o Magno alegando omissÃ£o na sentenÃ§a por ocasiÃ£o da aplicaÃ§Ã£o da dosimetria da pena. Sustenta o embargante que houve exasperaÃ§Ã£o na pena base e nÃ£o houve aplicaÃ§Ã£o de 2/3 para reduÃ§Ã£o da pena quando se reconheceu o trÃ¡fico privilegiado, mas aplicou-se 1/3. Alega que as circunstancias judiciais devem ser analisadas e valoradas individualmente e nÃ£o se referir a elas de forma genÃ©rica quando para determinar a pena base. Ao final requereu a procedÃªncia dos presentes embargos de declaraÃ§Ã£o. Em contrarrazÃµes, o MinistÃ©rio PÃºblico sustentou que Ã© totalmente descabida a pretensÃ£o da defesa em sugerir a diminuiÃ§Ã£o da pena do sentenciado, pois aplicada dentro do parÃ¢metro da legalidade, por isso o regime inicial de seu cumprimento encontra-se dentro da previsÃ£o legal. Ao final, o MP requereu que o recurso seja conhecido mas improvido, mantendo incÃ³lume a respeitÃ¡vel decisÃ£o a quo recorrida, por seus prÃ³prios fundamentos. Ã o relatÃ³rio. Decido. Em relaÃ§Ã£o a pena base que o embargante alega que nÃ£o houve individualizaÃ§Ã£o das circunstÃ¢ncias, tenho a dizer que o recurso foi que foi genÃ©rico porque nÃ£o apontou qual a circunstÃ¢ncia nÃ£o estava especificada. Sobre as circunstÃ¢ncias judiciais foram assim analisadas: Â¿A culpabilidade do acusado denotou elevada reprovabilidade, tendo pleno conhecimento do carÃ¡ter ilÃ-cito de sua conduta, mas ainda assim quis praticar o delito. Os antecedentes criminais nÃ£o sÃ£o maculados. Conduta social considerada normal. A Personalidade voltada para o crime, vez que demonstrou insensibilidade social ao praticar crime de natureza hedionda. Os motivos sÃ£o comuns Ã espÃ©cie e indicam que ele foi impelido pelo desejo de obtenÃ§Ã£o de ganho sem esforÃ§o laborativo. As CircunstÃ¢ncias do crime sÃ£o relevantes, pois a droga estava em sua posse e para venda. As ConsequÃªncias do crime sÃ£o considerÃ¡veis, posto que o trÃ¡fico de drogas Ã© fator de difusÃ£o, causando sÃ©rios e irreversÃ-veis prejuÃ-zos Ã saÃºde pÃºblica e sendo considerado o carro-chefe de vÃ¡rios delitos. A situaÃ§Ã£o financeira do rÃ©u nÃ£o Ã© boa e a quantidade de substÃ¢ncia apreendida Ã© razoÃ¡vel. (art. 42 da lei nÂº 11343/06), repercutindo diretamente na pena base. Assim, levando-se em conta as condiÃ§Ãµes e circunstÃ¢ncias judiciais acima, fixo a pena-base em 07 (sete) anos de reclusÃ£o e 120 dias-multa.Â¿ Na segunda fase foi dito que nÃ£o hÃ¡ atenuantes nem agravantes. Na terceira fase, foi aplicado o art. 33, Â§ 4Âº, da Lei de Drogas, para reduzir a pena em 01 (um) ano e 20 (vinte) dias multa, pois o rÃ©u Ã© primÃ¡rio, embora responda a um processo tambÃ©m por trÃ¡fico, o de nÂº 0000378-03.2011.8.14. NÃ£o hÃ¡ caso de aumento de pena. A pena definitiva ficou em 06 anos de reclusÃ£o e 100 (cem) dias-multa, cada uma no valor de 1/30 do salÃ¡rio mÃ-nimo Ã Ã©poca do crime. DISPOSITIVO O presente recurso merece ser parcialmente acolhido em relaÃ§Ã£o a pena base, ficando mantido o quantum de sua reduÃ§Ã£o no reconhecimento do privilÃ©gio do art. 33, Â§ 4Âº da Lei nÂº 11.343/2006. ISTO POSTO, conheÃ§o do recurso e lhe dou parcial provimento para, mantendo a anÃ¡lise das circunstancias judiciais, fixar a pena base para 06 (seis) anos de reclusÃ£o e 100 dias multa. Na terceira fase, em relaÃ§Ã£o ao art. 33, Â§ 4Âº, da Lei de Drogas, mantenho a reduÃ§Ã£o da pena em 01 (um) ano e 20 (vinte) dias multa. DA PENA DEFINITIVA Torno a Pena Definitiva em 05 (cinco) anos de reclusÃ£o e 80 dias multa, no regime semi aberto. Mantenho a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva pelos seus prÃ³prios fundamentos. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, cumpram-se os demais dispositivos da sentenÃ§a. PRI. Intime-se o sentenciado e seu advogado. Cumpra-se. MuanÃ¡, 22 de marÃ§o de 2022. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito PROCESSO: 00004447920148140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REQUERENTE:ANTONIO

DA COSTA AZEVEDO NETO Representante(s): OAB 12612 - ANTONIO PAULO DA COSTA VALE (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MUANA. Cumprimento de SentenÃ§a Processo nÂº 0000444-79.2014.8.14.0033 Exequente: AntÃ´nio da Costa Azevedo Neto Advogado: AntÃ´nio Paulo da Costa Vale, OAB/PA 12.612 Executado: MunicÃ-pio de MuanÃ¡ Advogado: JoÃ£o Rauda, OAB/PA 5.298 DECISÃO Vistos, etc. Trata-se bloqueio da quantia de R$ 14.081,88 (quatorze mil e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos) realizado em conta do MunicÃ-pio de MuanÃ¡. O MunicÃ-pio foi intimado para manifestaÃ§Ã£o sobre o referido bloqueio no prazo de 15 (quinze) dias, conforme fl. 45, porÃ©m, permaneceu inerte, nos termos da CertidÃ£o de fl. 46. ANTE AO POSTO, determino a transferÃªncia do valor bloqueado Ã fl. 39 para a conta Ãºnica. ApÃ³s, proceda-se a secretaria com a abertura de subconta judicial vinculada ao processo e expeÃ§a-se alvarÃ¡ em nome do exequente, bem como alvarÃ¡ apartado para pagamento dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios em favor do Advogado AntÃ´nio Paulo da Costa Vale estipulados Ã fl. 17. CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Publique-se. MuanÃ¡/PA, 24 de marÃ§o de 2022. LUIZ TRINDADE JÃNIOR Juiz de Direito Titular PROCESSO: 00011315620148140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 AUTOR:JUSTICA PUBLICA DENUNCIADO:ALAN JOHN DA SILVA VITIMA:O. E. . Autos nÂº: 0001131-56.2014.8.14.0033 Acusado: ALAN JOHN DA SILVA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que em janeiro do ano de 2015 ocorreu um incÃªndio nas dependÃªncias deste FÃ³rum, ocasiÃ£o em que vÃ¡rios processos foram destruÃ-dos pelas chamas, e que este feito encontra-se sem movimentaÃ§Ã£o registrada no Libra desde 15/01/2015, DETERMINO que sejam realizadas buscas na secretaria no intuito de localizaÃ§Ã£o destes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso nÃ£o seja encontrado o processo, certifique-se consignando em uma tabela todas as informaÃ§Ãµes disponÃ-veis no sistema Libra a respeito do caso e encaminhe a certidÃ£o a este gabinete. Â Â Â Â Â Â Â Â Â MuanÃ¡-PA, 24 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â LUIZ TRINDADE JUNIOR Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00027026220148140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 AUTOR:JUSTICA PUBLICA DENUNCIADO:MARIA BENEDITA BARBOSA BAENA VITIMA:T. M. A. . AÃ§Ã£o Penal - PRESCRIÃÃO Processo nÂº 0002702-62.2014.8.14.0033 Acusado: Maria Benedita Barbosa Baena CapitulaÃ§Ã£o: art.Â 171, Caput do CPB Juiz de Direito: Luiz Trindade Junior SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal que homologou, em 20/08/2015, a suspensÃ£o condicional do processo por 02 anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A suspensÃ£o do processo terminou em 20/08/2017. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena mÃ-nima para o del[ito de estelionato Ã©Â de 01 anos, pena que se aproximaria da definitiva, pois a rÃ© nÃ£o tem antecedentes, sendo primÃ¡ria, e prescriÃ§Ã£o se dÃ¡ em 04 anos, o que jÃ¡ ocorreu se contarmos desde 20/08/2017. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A prescriÃ§Ã£o Ã© causa da extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ISTO POSTO, nos termos do art. 107, IV, c/c art. 109, V, ambos do CÃ³digo Penal, declarar extinta a punibilidade da sentenciada MARIA BENEDITA BARBOSA BAENA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE O REU UNICAMENTE PELO DJE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PRI. ARQUIVE-SE COM BAIXA. EXPEDIENTES NECESSÃRIOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MuanÃ¡/PA, 24 de marÃ§o de 2022. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito Titular PROCESSO: 00046757620198140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Demarcação / Divisão em: 24/03/2022 REQUERENTE:FIRMINO BELO Representante(s): OAB 12612 - ANTONIO PAULO DA COSTA VALE (ADVOGADO) REQUERENTE:EDILEIA MALATO BELO E OUTROS REQUERIDO:ADALBERTO MALATO BELO. Processo: 0004675-76.2019.8.14.0033 Requerentes: Firmino Belo e outros Advogado: AntÃ´nio Paulo da Costa Vale, OAB/PA 12.612 Requerido: Adalberto Malato Belo SENTENÃA Vistos etc., Trata-se de AÃ§Ã£o de DivisÃ£o de Terras Particulares ajuizada por Firmino Belo e outros, em face de Adalberto Malato Belo, jÃ¡ qualificados Todavia, os demandantes requereram a extinÃ§Ã£o do processo em virtude da desistÃªncia e arquivamento dos autos, conforme petiÃ§Ã£o de fl. 29. Ã o relatÃ³rio. Decido. O CPC estabelece que a desistÃªncia da aÃ§Ã£o pode ser apresentada atÃ© a SentenÃ§a e sem anuÃªncia do rÃ©u quando nÃ£o apresentada a contestaÃ§Ã£o, conforme disposto no art. 485, Â§ 4Â° e Â§ 5Âº, do CPC. No entanto, para produzir seus efeitos, de acordo com o previsto no inciso VIII do mesmo dispositivo, hÃ¡ a necessidade de ser ela homologada pelo juiz. No caso dos autos, nÃ£o hÃ¡ de se falar em contestaÃ§Ã£o, eis que o requerido nÃ£o foi citado, pelo que inexiste impedimento para a desistÃªncia pleiteada. Ante ao exposto, com fundamento nos art. 485, VIII do CPC, HOMOLOGO A DESISTÃNCIA DA AÃÃO e EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Sem custas. SentenÃ§a jÃ¡ transitada em julgado pela ausÃªncia do interesse em recorrer. Publique-se, apÃ³s, arquivem-se os autos com as cautelas legais. MuanÃ¡/PA, 24 de marÃ§o de 2022. Luiz Trindade JÃºnior Juiz de Direito Titular

PROCESSO: 00050958120198140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIZ TRINDADE JUNIOR A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:LAILSON GUERREIRO FARIAS. AÃAO PENAL Processo nÂº 0005095-81.2019.814.0033 Acusado: Lailson Guerreiro Farias VÃ-tima: Nailda de Sena Moraes CapitulaÃ§Ã£o: art. 121, Â§ 2Âº, inciso VI do CPB e art. 12 da Lei nÂº 10.826/2003 Juiz: LUIZ TRINDADE JUNIOR SENTENÃA Vistos, etc. I - RELATÃRIO O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado ParÃ¡, em exercÃ-cio neste juÃ-zo, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, com base no incluso inquÃ©rito policial iniciado por prisÃ£o em flagrante, ofereceu denÃºncia contra o nacional LAILSON GUERREIRO FARIAS, qualificado nos autos, como incurso nas sanÃ§Ãµes previstas no art. 121, Â§ 2Âº, inciso VI do CPB e art. 12 da Lei nÂº 10.826/2003 Narra a exordial acusatÃ³ria, em apertada sÃ-ntese, sem mencionar data do ocorrido, que o acusado desferiu um tiro de espingarda em direÃ§Ã£o Ã ofendida quase acertando-a. Consta ainda da peÃ§a acusatÃ³ria que o acusado tinha duas armas em casa de propriedade de seus vizinhos. A denÃºncia acompanhou o inquÃ©rito policial instaurado por prisÃ£o em flagrante. Auto de apreensÃ£o e apresentaÃ§Ã£o das muniÃ§Ãµes Ã fl. 06 do IPL, em apenso. A DenÃºncia foi recebida Ã fl. 10 e verso, em 22/9/2020. O RÃ©u foi citado Ã s fls. 12/13, apresentou defesa prÃ©via Ã fl. 10. AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o realizada no dia 30/11/2021, fls. 25/29, onde foram ouvidas as testemunhas e o acusado foi interrogado. Em alegaÃ§Ãµes finais, fls. 31/33, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a impronÃºncia pelo crime de tentava de homicÃ-dio e a condenaÃ§Ã£o pelo crime de posse ilegal de arma de fogo, capitulaÃ§Ã£o do art. 12, caput da lei 10.826/2003. Em alegaÃ§Ãµes finais, a defesa requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado por insuficiÃªncia de provas (fl.34). Relatei. Decido. II - FUNDAMENTAÃÃO Trata-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada com o objetivo de apurar a responsabilidade criminal do rÃ©u pela suposta prÃ¡tica dos delitos tipificado no art. 121, caput c/c art. 14, II, do CPB e no art. 12 da Lei nÂº 10.826/2003, que assim estÃ¡ tipificado. HomicÃ-dio simples Art. 121. Matar alguem: Pena - reclusÃ£o, de seis a vinte anos. Art. 14 - Diz-se o crime: (...) Tentativa II - tentado, quando, iniciada a execuÃ§Ã£o, nÃ£o se consuma por circunstÃ¢ncias alheias Ã vontade do agente. Posse irregular de arma de fogo de uso permitido Art. 12. Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessÃ³rio ou muniÃ§Ã£o, de uso permitido, em desacordo com determinaÃ§Ã£o legal ou regulamentar, no interior de sua residÃªncia ou dependÃªncia desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsÃ¡vel legal do estabelecimento ou empresa: Pena - detenÃ§Ã£o, de 1 (um) a 3 (trÃªs) anos, e multa. Inexistentes questÃµes preliminares, passo ao exame de mÃ©rito da aÃ§Ã£o. DA TENTATIVA DE HOMICÃDIO Como se trata de suposta tentativa branca de homicÃ-dio, ou seja, quando o meio utilizado nÃ£o acerta a vÃ-tima, nÃ£o temos laudo pericial na vÃ-tima, inexistindo prova material. As testemunhas policiais, Cleber Costa e Lucas Duarte, fls. 27/28, disseram nÃ£o se lembrar dos fatos. A vÃ-tima, em seu depoimento de fl. 26, disse que o acusado a agrediuÂ com socos no dia do fato porque estava embriagado, pegou a espingarda mas nÃ£o apontou para ela. O acusado negou a prÃ¡tica da tentativa de homicÃ-dio. Em relaÃ§Ã£o a esse delito, inexiste prova da tentativa de homicÃ-dio, ainda que branca, merecendo o acusado ser absolvido. DA POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DA MATERIALIDADE A materialidade do crime de posse ilegal de arma de fogo estÃ¡ comprovada atravÃ©s do boletim de ocorrÃªncia de fl. 04, e auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o de fl. 06, ambos do IPL, onde aqui descreve que foram apreendidas Â¿DUAS ESPINGARDAS, APARENTANDO SER CALIBRE 28 E 32, SEM MARCA E NUMERAÃÃO APARENTEÂ¿. DA AUTORIA A autoria estÃ¡ demonstrada pelo depoimento da vÃ-tima e confissÃ£o do acusado, fl. 29, o qual disse que na sua casa havia duas espingardas, um de Matoso e a outra de MoisÃ©s. CONCLUSÃO Ante tais consideraÃ§Ãµes, entendo satisfatoriamente comprovada parcialmente a versÃ£o acusatÃ³ria, pois nÃ£o hÃ¡ provas da ocorrÃªncia do crime de tentativa de homicÃ-dio, e hÃ¡ confissÃ£o do acusado em relaÃ§Ã£o ao crime de posse ilegal de arma de fogo, deve o rÃ©u ser absolvido pelo primeiro crime e condenado pelo segundo. III- DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, por insuficiÃªncia de provas, ABSOLVO o acusado do delito de tentativa de homicÃ-dio (art. 121, caput c/c art. 14, II, do CPB) e estando suficientemente demonstrada a prÃ¡tica do delito de posse ilegal de arma de fogo, JULGO PROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva estatal deduzida na peÃ§a acusatÃ³ria para CONDENAR LAILSON GUERREIRO FARIAS Ã s sanÃ§Ãµes punitivas do art. 12, caput, da Lei nÂº 10.826/2003. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo, em consequÃªncia, a fixar e dosar-lhe a pena do rÃ©u, conforme diretrizes do art. 59 do Codex Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PENA BASE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando e analisando as circunstÃ¢ncias judiciais estampadas no art. 59 do CPB, percebe-se que a culpabilidade do rÃ©u Ã© grau mÃ©dio, eis que agiu com voluntariedade e consciÃªncia na prÃ¡tica do delito de posse ou manutenÃ§Ã£o de muniÃ§Ã£o de arma de uso permitido sem autorizaÃ§Ã£o legal. NÃ£o hÃ¡ elementos para aferir a conduta social e personalidade do acusado. Os motivos do crime nÃ£o favorecem ao rÃ©u. As circunstÃ¢ncias do crime tambÃ©m nÃ£o o favorecem. As consequÃªncias do crime nÃ£o foram graves.

NÃ£o hÃ¡ elementos para avaliar a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, atento a tais condiÃ§Ãµes, na primeira fase da individualizaÃ§Ã£o da pena, hei por bem fixar a pena-base em 01 ano e 02 meses de detenÃ§Ã£o e 20 (vinte) dias-multa, o que tenho como necessÃ¡rio e suficiente para a reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â PENA DEFINITIVA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Face a atenuante da confissÃ£o, reduzo a pena em 02 meses e 10 dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ agravantes, nem casos de diminuiÃ§Ã£o ou de aumento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Torno definitiva a pena em 11 (onze) meses e 20 dias de detenÃ§Ã£o e 17 (dezessete) dias multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isento o rÃ©u ao pagamento da multa e das custas, tendo em vista a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do mesmo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA PRESCRIÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como a pena foi inferior a um ano, sua prescriÃ§Ã£o ocorre em trÃªs anos a contar do recebimento da denÃºncia (22/9/2020). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como o acusado tinha 21 anos de idade na Ã©poca dos fatos, pois nasceu em 16/12/1997, a prescriÃ§Ã£o Ã© contada pela metade, ou seja, em 01 (um) ano e 06 (seis) meses, a contar do recebimento da denÃºncia, o que ocorreu em 21/9/2022, caso transite em julgado para a acusaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o, retornem os autos conclusos para anÃ¡lise da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como a prescriÃ§Ã£o Ã© favorÃ¡vel ao acusado, intime-o unicamente pela publicaÃ§Ã£o no diÃ¡rio da justiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MuanÃ¡, 24 de marÃ§o de 2022. Luiz Trindade JÃºnior Juiz de Direito PROCESSO: 00007974220118140033 PROCESSO ANTIGO: 201110007338 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos em: EXECUTADO: F. M. M. EXEQUENTE: F. O. M. Representante(s): OAB 5298 - JOAO RAUDA (ADVOGADO) PROCESSO: 00014655120188140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: REQUERENTE: D. P. C. M. REQUERENTE: M. P. E. P. REQUERIDO: M. E. S. L. PROCESSO: 00018267820128140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REPRESENTANTE: R. E. P. REQUERENTE: H. S. E. P. REQUERIDO: E. F. M. PROCESSO: 00022438920168140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: AUTOR: M. P. REQUERENTE: G. P. P. REPRESENTANTE: N. P. P. REQUERIDO: A. N. PROCESSO: 00036751720148140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: L. N. S. B. E. O. Representante(s): OAB 5298 - JOAO RAUDA (ADVOGADO) REPRESENTANTE: M. V. S. S. EXECUTADO: R. G. B. PROCESSO: 00040348820198140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Título Judicial em: AUTOR: M. P. E. EXEQUENTE: M. S. J. O. P. REPRESENTANTE: S. P. O. EXECUTADO: M. S. P. P. PROCESSO: 00050850820178140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: EXEQUENTE: R. C. M. C. Representante(s): OAB 12612 - ANTONIO PAULO DA COSTA VALE (ADVOGADO) REPRESENTANTE: S. C. M. EXECUTADO: A. S. C. PROCESSO: 00051798220198140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: AUTOR: M. A. C. REQUERIDO: M. S. C. MENOR: A. C. L. F. C. PROCESSO: 00053844820188140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: A. M. B. REQUERIDO: K. C. B. B. REPRESENTANTE: R. C. B. Representante(s): OAB 7408 - AZAEL ATALIBA FERNANDES LOBATO (ADVOGADO) PROCESSO: 00057159320198140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: EXEQUENTE: P. H. D. M. Representante(s): OAB 5298 - JOAO RAUDA (ADVOGADO) REPRESENTANTE: T. P. D. EXECUTADO: P. H. M. PROCESSO: 00083963620198140033 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: ADOLESCENTE: D. T. B.

SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL DE MUANÁ

TERMO CIRCUNSTANCIADO Processo: 0001928-22.2020.8.14.0033 Autor do Fato: Everton Correa dos Santos Vítimas: Evandro Correa Sidonio SENTENÇA Vistos etc., Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, §3º, da Lei nº 9.099/95. Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência com capitulação penal no art. 147, caput do CPB, em virtude de ameaças mutuas realizadas por Everton Correa dos Santos e Evandro Correa Sidonio. Instado o Ministério Público pugnou pelo arquivamento do feito, por não restar caracterizado nos autos conduta típica, já que houve agressões recíprocas. Verifica-se dos autos que inexiste comprovação de quem deu início as agressões, o que prejudica a análise sobre a autoria. No mesmo sentido é a jurisprudência: "Juizado Especial Criminal - Delito de lesão corporal não configurado diante da reciprocidade de lesões e ausência de prova de autoria - O fato de réu e vítima terem se agredido mutuamente, causando lesões recíprocas, justifica a absolvição pela impropriedade da prova de quem iniciou as agressões físicas. Sentença reformada. (2ª Turma Recursal de Betim - Rec. nº 223/04 - Rel. Juiz Dirceu Walace Baroni- 14/04/04).¿ Ante ao exposto, acompanho o parecer do Ministério Público e determino o arquivamento dos autos. Dou por transitada em julgado a presente sentença pela ausência do interesse em recorrer. Arquivem-se os autos com as cautelas legais. Muaná/PA, 24 de março de 2022. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito

AÇÃO PENAL Processo: 0004144-24.2018.8.14.0033 Autor: Ministério Público Denunciadas: Maria de Nazaré dos Anjos Cruz e Naiara Pereira Ferrão Vítima: A.M SENTENÇA Vistos etc., Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, § 3º, da Lei nº 9.099/95. Trata-se de Ação Penal com capitulação penal no art. 21 da LCP e art. 147 do CP. Não consta nos autos data de nascimentos das denunciadas, o que impossibilita o cálculo da prescrição pela calculadora do CNJ. Na hipótese dos autos, a pena máxima in abstrato do art. 21 do LCP é de 03 (seis) meses, logo, o prazo prescricional é de 03 (três) anos, conforme art. 109, VI, do CP. Já o art. 61 do CPP, diz que em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-la de ofício. O fato ocorreu em 06/07/2018 (fl. 05) sem ter havido o recebimento da denúncia, tendo prescrito o direito de punir do Estado em julho 2021. Portanto, extinta está a punibilidade pela prescrição, conforme art. 107, IV do CP, eis que ultrapassado o prazo prescricional de 03 (três) anos desde o marco interruptivo delineado. Ante ao exposto, Rejeito a Denuncia (fls. 02/03) e declaro por Sentença, extinto o direito de punir do Estado pela prescrição em relação ao nacional Maria de Nazaré dos Anjos Cruz e Naiara Pereira Ferrão (art. 107, IV, c/c art. 109, VI do CP). Ciência ao Ministério Público. Intime-se as Denunciadas unicamente pela publicação da Sentença no diário da justiça, pois não possui interesse em recorrer. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. Cumpra-se. Muaná/PA, 07 de abril de 2021. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito

AÇÃO PENAL Processo: 0002059-07.2014.8.14.0033 Autor: Ministério Público Denunciado: Adanilson dos Santos Malato Vítima: A.C.-O.E. Tipificação: Art. 331, do CP SENTENÇA Vistos etc., Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, § 3º, da Lei nº 9.099/95. Trata-se de Ação Penal que imputa ao denunciado Adanilson dos Santos Malato a prática do crime do Art. 331, do CP. Prescrição certificada às fls. 38/39. Na hipótese dos autos, a pena máxima in abstrato do art. 331 do CP é de 02 (dois) anos, logo, o prazo prescricional é de 04 (quatro) anos, conforme art. 109, V, do CP. Já o art. 61 do CPP diz que em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-la de ofício. Conforme se depreende dos autos a Denúncia foi recebida em 20/05/2015 (fl.33) sem ter sido sentenciado, tendo prescrito o direito de punir do Estado em maio de 2019, conforme arts. 111, I e 109, V, ambos do CP. Portanto, extinta está a punibilidade pela prescrição, conforme art. 107, IV do CP, eis que ultrapassado o prazo prescricional de 04 (quatro) anos desde o recebimento da Denuncia, sem ter havido sentença ou outra causa interruptiva de prescrição. Ante ao exposto, declaro por Sentença, extinto o direito de punir do Estado pela Prescrição em relação o denunciado Adanilson dos Santos Malato (arts. 107, IV, 109, V e 111, I, todos do CP). Publique-se. Registre-se. Ciência ao Ministério Público. Intime-se a Denunciada unicamente pela publicação da Sentença no diário da justiça, pois não possui interesse em recorrer. Transitado em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. Cumpra-se.

Muaná/PA, 24 de março de 2022. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito Titular

Termo Circunstanciado de ocorrência Processo: 0002124-94.2017.8.14.0033 Autor do Fato: Leandro Monteiro Teixeira Vítima: A.C.-O.E. Tipificação: Art. 331, do CP SENTENÇA Vistos etc., Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, § 3º, da Lei nº 9.099/95. Trata-se de Ação Penal que imputa ao Autor do Fato Leandro Monteiro Teixeira a prática do crime do Art. 331, do CP. Prescrição certificada às fls. 21/22. Na hipótese dos autos, a pena máxima in abstrato do art. 331 do CP é de 02 (dois) anos, logo, o prazo prescricional é de 04 (quatro) anos, conforme art. 109, V, do CP. Já o art. 61 do CPP diz que em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-la de ofício. Conforme se depreende dos autos a Denúncia ainda não foi recebida e o crime se consumou em 08/04/2017 (fls. 02/03), tendo prescrito o direito de punir do Estado em abril de 2021, conforme arts. 111, I e 109, V, ambos do CP. Portanto, extinta está a punibilidade pela prescrição, conforme art. 107, IV do CP, eis que ultrapassado o prazo prescricional de 04 (quatro) anos desde o fato narrado, sem recebimento da denúncia. Ante ao exposto, declaro por Sentença, extinto o direito de punir do Estado pela Prescrição em relação a denunciada Leandro Monteiro Teixeira (arts. 107, IV, 109, V e 111, I, todos do CP). Publique-se. Registre-se. Ciência ao Ministério Público. Intime-se a Denunciada unicamente pela publicação da Sentença no diário da justiça, pois não possui interesse em recorrer. Transitado em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. Cumpra-se. Muaná/PA, 24 de março de 2022. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito Titular

Termo Circunstanciado de Ocorrência Processo: 0002365-68.2017.8.14.0033 Autor do Fato: Manoel Sebastião Barbosa Feitosa Vítima: E.A.R.B. Tipificação: Art. 147, caput do CP SENTENÇA Vistos etc., Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, § 3º, da Lei nº 9.099/95. Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência que imputa ao denunciado Manoel Sebastião Barbosa Feitosa a prática do crime do art. 147, caput do CP. Prescrição certificada às fls. 26/27. Na hipótese dos autos, a pena máxima in abstrato do art. 147, caput do CP é de 06 (seis) meses, logo, o prazo prescricional é de 03 (três) anos, conforme art. 109, VI, do CP. Já o art. 61 do CPP diz que em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-la de ofício. Conforme se depreende dos autos a Denúncia ainda não foi recebida e o crime se consumou em 03/04/2017 (fls. 04/05), tendo prescrito o direito de punir do Estado em abril de 2020, conforme arts. 111, I e 109, VI, todos do CP. Portanto, extinta está a punibilidade pela prescrição, conforme art. 107, IV do CP, eis que ultrapassado o prazo prescricional (três) anos desde o fato narrado, sem recebimento da denúncia. Ante ao exposto, declaro por Sentença, extinto o direito de punir do Estado pela Prescrição em relação ao autor do fato A Manoel Sebastião Barbosa Feitosa (arts. 107, IV, 109, VI e 111, I, todos do CP). Publique-se. Registre-se. Ciência ao Ministério Público. Intime-se o Denunciado unicamente pela publicação da Sentença no diário da justiça, pois não possui interesse em recorrer. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. Cumpra-se. Muaná/PA, 24 de março de 2022. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito Titular

Ação Penal Processo: 0005280-32.2013.8.14.0033 Autor: Ministério Público do Estado do Pará Denunciada: Jonas do Amaral Tavares Vítima: A.A.D.N. Tipificação: Art. 129 do CP SENTENÇA Vistos etc., Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, § 3º, da Lei nº 9.099/95. Trata-se de Ação Penal que imputa a JONAS DO AMARAL TAVARES a prática do crime do Art. 129 do CP. Todavia, o Ministério Público requereu o arquivamento dos autos, em virtude da prescrição, conforme parecer de fl. 61. Na hipótese dos autos, a pena máxima in abstrato é de 01 (um) ano, logo, o prazo prescricional é de 04 (quatro) anos, conforme art. 109, V, do CP. Já o art. 61 do CPP, diz que em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-la de ofício. Conforme se depreende dos autos a Denúncia ainda não foi recebida e o crime se consumou em 31/03/2013 (fl. 02/05), tendo prescrito o direito de punir do Estado em março de 2017, conforme art. 111, I do CP c/c o art. 109, V do CP. Portanto, extinta está a punibilidade pela prescrição, conforme art. 107, IV do CP, eis que ultrapassado o prazo prescricional de 04 (quatro) anos desde o fato narrado na denúncia. Ante ao exposto, declaro por Sentença, extinto o direito de punir do Estado pela Prescrição em relação ao denunciado JONAS DO

AMARAL TAVARES (arts. 107, IV, 109, V e 111, I, todos do CP). Publique-se. Intime-se o Denunciado unicamente por publicação da Sentença no Diário da Justiça, pois não possui interesse em recorrer. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. Cumpra-se. Muaná/PA, 18 de março de 2022. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito Titular

Ação Penal Processo: 0002903-49.2017.8.14.0033 Autor: Ministério Público do Estado do Pará Denunciado: Douglas Castro de Souza Vítima: A.C/O.E Tipificação: Art. 307 do CP SENTENÇA Vistos etc., Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, § 3º, da Lei nº 9.099/95. Trata-se de Ação Penal que imputa a Douglas Castro de Souza a prática do crime do Art. 307 do CP. Todavia, o Ministério Público requereu a declaração da extinção da punibilidade, em virtude da prescrição, conforme parecer de fl. 25. Na hipótese dos autos, a pena máxima in abstrato é de 01 (um) ano, logo, o prazo prescricional é de 04 (quatro) anos, conforme art. 109, V, do CP. Já o art. 61 do CPP, diz que em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-la de ofício. Conforme se depreende dos autos, a Denúncia ainda não foi recebida e o crime se consumou em 12/06/2017 (fl. 02/06), tendo prescrito o direito de punir do Estado em junho de 2021, conforme art. 111, I do CP c/c o art. 109, V do CP. Portanto, extinta está a punibilidade pela prescrição, conforme art. 107, IV do CP, eis que ultrapassado o prazo prescricional de 04 (quatro) anos desde o fato narrado sem recebimento da denúncia. Ante ao exposto, declaro por Sentença, extinto o direito de punir do Estado pela Prescrição em relação ao denunciado Douglas Castro de Souza (arts. 107, IV, 109, V e 111, I, todos do CP). Intime-se o Denunciado unicamente por publicação da Sentença no Diário da Justiça, pois não possui interesse em recorrer. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. Cumpra-se. Muaná/PA, 18 de março de 2022. LUIZ TRINDADE JUNIOR Juiz de Direito Titular

COMARCA DE SANTARÉM NOVO

SECRETARIA VARA ÚNICA DE SANTARÉM NOVO

RESENHA: 18/03/2022 A 24/03/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE SAO JOAO DE PIRABAS - SANTAREM NOVO - VARA: VARA UNICA DE SAO JOAO DE PIRABAS - SANTAREM NOVO PROCESSO: 00006017920198141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Imissão na Posse em: 22/03/2022 REQUERENTE:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA CELPA Representante(s): OAB 3210 - PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA REQUERIDO:EDSON LUIZ SILVEIRA ALVES REQUERIDO:MANOEL OLIVEIRA REQUERIDO:SUPERFICIARIO DESCONHECIDO REQUERIDO:SUPERFICIARIA NILZA MARIA DOS SANTOS ARAUJO REQUERIDO:SUPERFICIARIO CRENTE DE PIRABAS IRMAO DE PIRABAS REQUERIDO:SUPERFICIARIA MARIA ESTELITA BABA REQUERIDO:SUPERFICIARIO JUSCELINO DA SILVA LULU REQUERIDO:SUPERFICIARIO PEDRO FERNANDES DE SOUSA REQUERIDO:SUPERFICIARIO ESPOLIO DE CORONHA DE PIRABAS REQUERIDO:SUPERFICIARIO MANOEL SILVA DE SOUSA REQUERIDO:SUPERFICIARIO DESCONHECIDO REQUERIDO:SUPERFICIARIO WAGNER BOIADEIRO REQUERIDO:SUPERFICIARIO DESCONHECIDO REQUERIDO:RAFAEL TARGINO NICOLAU. EDITAL O Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTAÂ KOURY, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA COMARCA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO, ESTADO DO PARA. Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, EDSON LUIZ SILVEIRA ALVES, de qualificacao desconhecida, proprietario da gleba 032, lote sem denominacao, localizado na Rodovia PA-124, Sao Joao de Pirabas/Para;Â SUPERFICIÃRIO DESCONHECIDO, de qualificacao desconhecida, proprietario da gleba 047, lote sem denominacao, localizado na Rodovia PA-124, Sao Joao de Pirabas/Para; SUPERFICIÃRIO CRENTE DE PIRABAS/IRMÃO DE PIRABAS, de qualificacao desconhecida, proprietario da gleba 050, lote sem denominacao, localizado na Rodovia PA-124, Sao Joao de Pirabas/Para; SUPERFICIÃRIO ESPÃLIO DE CORONHA DE PIRABAS, de qualificacao desconhecida, proprietario da gleba 054, lote sem denominacao, localizado na Rodovia PA-124, Sao Joao de Pirabas/Para; SUPERFICIÃRIO MANOEL SILVA DE SOUSA, de qualificacao desconhecida, proprietario da gleba 055, lote sem denominacao, localizado na Rodovia PA-124, Sao Joao de Pirabas/Para; SUPERFICIÃRIO DESCONHECIDO, de qualificacao desconhecida, proprietario da gleba 056, lote sem denominacao, localizado na Rodovia PA-124, Sao Joao de Pirabas/Para; SUPERIFICIÃRIO WAGNER/BIOADEIRO, de qualificacao desconhecida, proprietario da gleba 057, lote sem denominacao, localizado na Rodovia PA-124, Sao Joao de Pirabas/Para; SUPERIFICIÃRIO DESCONHECIDO, de qualificacao desconhecida, proprietario da gleba 058, lote sem denominacao, localizado na Rodovia PA-124, Sao Joao de Pirabas/Para, estando portanto todos estes requeridos, acima listados, em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital, pelo que ficaram os mesmos perfeitamente CITADOS nos autos da AÃ§Ã£o CÃ-vel, Processo nÂº 0000601-79.2019.814.1875 para, querendo, apresentarem defesa, no prazo legal, sob pena de, nÃ£o o fazendo, ser decretada confissÃ£o e revelia. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e que para no futuro nÃ£o se alegue desconhecimento ou ignorÃ¢ncia, mandou a MM. JuÃ-za expedir o presente EDITAL que serÃ¡ afixado e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de SantarÃ©m Novo, Estado do ParÃ¡, pela Secretaria Judicial da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo. Aos dezoito dias de marco de dois mil e vinte e dois. Eu,_____,(Jessika Simonelly Andrade Souza), Diretora de Secretaria, fiz digitar e subscrevi. Antonio Carlos de Souza Moitta Koury, Juiz de Direito respondendo pela Comarca de Santarem Novo/PA. PROCESSO: 00001635020088140093 PROCESSO ANTIGO: 200810001682 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Interdição/Curatela em: 23/03/2022 INTERDITANDO:ROSAMIRA PEREIRA GOMES REQUERENTE:VALDIRENE PEREIRA GOMES E OUTROS. ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº0000163.50.2008.8.14.0093 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se a secretaria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s- conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/29 marÃ§o2022 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00002017020168141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 ACUSADO:ANTONIO GLEISON DA SILVA PINHEIRO Representante(s): OAB 3970 - MARCOS BENEDITO DIAS (ADVOGADO) VITIMA:A. V. S. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂ°0000201.70.2016.814.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta, redesigno a audiÃªncia de continuaÃ§Ã£o para o interrogatorio do acusados e a testemunha faltante para o dia 18 de outubro de 2022,10hr30min a ser realizada na CÃ¢mara Municipal de SÃ£o JoÃ£o de Pirabas/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciencia Ã£o Ministerio PÃºblicoÂ e Ã¡ defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo,/ PA 29 de marÃ§o de 2022. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00004629320208141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 VITIMA:R. C. G. Q. DENUNCIADO:RAIMUNDO ELEVAM SOARES Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº00004629320208141875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nomeio oÂ Dr.Orlando Garcia deÂ Brito, OAB/PA nÂ°21.905 para queÂ apresente a defesa tÃ©cnica da acusada no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, faÃ§am-se autos conclusos. Â SantarÃ©m Novo,PA29 marÃ§o2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00004813620198141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 VITIMA:P. L. B. F. VITIMA:A. J. S. S. VITIMA:E. M. S. G. ACUSADO:JONATHAS DA SILVA PEREIRA Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) OAB 11183 - JOAO EUDES DE CARVALHO NERI (ADVOGADO) ACUSADO:ERICK JOHNE DA FONSECA SILVA Representante(s): OAB 11183 - JOAO EUDES DE CARVALHO NERI (ADVOGADO) . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂ°0000481.36.2019.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta, redesigno a audiÃªncia instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 20 de outubro de 2022,10hr30min a ser realizada na CÃ¢mara Municipal de SÃ£o JoÃ£o de Pirabas/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciencia Ã£o Ministerio PÃºblicoÂ e Ã¡ defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo,/ PA 29 de marÃ§o de 2022. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00009228520178141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:ANTONIO EDIL RODRIGUES Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº0000922.85.2017.8.814.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta, redesigno a audiÃªncia deinstruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 15 de setembro de 2022,12hr00min a ser realizada na CÃ¢mara Municipal de SÃ£o JoÃ£o de Pirabas/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciencia Ã£o Ministerio PÃºblicoÂ e Ã¡ defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo,/ PA 29 de marÃ§o de 2022. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00010414120208141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Termo Circunstanciado em: 23/03/2022 AUTOR:VALDIVINO MONTEIRO FERNANDES PEREIRA VITIMA:A. C. O. E. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂ°0001041.41.2020.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino a secretaria que proceda coma destinaÃ§Ã£o correta dos bens aprendidos, conforme a orientaÃ§Ã£o do E. TJPA e CNJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s ,arquivem-se os autos com cautelas de praxe. Â SantarÃ©m Novo/PA, 29 marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00010622220178141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 VITIMA:R. A. F. ACUSADO:LUIZ RODRIGUES DE SOUZA. ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂ°0001062.22.2017.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta, redesigno a audiÃªncia de oitiva da testemunhas para o dia 18 de outubro de 2022,10hr30min a ser realizada na CÃ¢mara Municipal de SÃ£o JoÃ£o de Pirabas/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciencia Ã£o Ministerio PÃºblicoÂ e Ã¡ defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo,/ PA 29 de marÃ§o de 2022. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00011849820188141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Termo Circunstanciado em: 23/03/2022 AUTOR:FERNANDA FREITAS DE SOUSA VITIMA:A. C. O. E. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂ°0001184.98.2018.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para requerer o achar o que, Ã© de direito, no prazo de 10(dez)dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, faÃ§am-se autos conclusos. Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo/PA29 marÃ§o de 2022. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00012646220188141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Termo Circunstanciado em: 23/03/2022 AUTOR:CLAUDENILSON FERNANDES CORREA VITIMA:A. C. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº 0001264.62.2018.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique a secretaria-se a decisÃ£o de fls. 25 foi integralmente cumprida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Se cumprida integramente, ainda que infrutÃ-fera, o mandado remetam-seÂ os outros Ã£o MP,para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo/PA, 29 de marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00013595820198141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Termo Circunstanciado em: 23/03/2022 AUTOR:ELIAS BARBOSA DA SILVA VITIMA:A. C. O. E. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂ°0001359.2019.8.14.1875. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para requerer o achar o que, Ã© de direito, no prazo de 10(dez)dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s concluso Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo/PA, 29 de marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00016217620178141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Alvará Judicial em: 23/03/2022 REQUERENTE:MARIA ANTONIA RIBEIRO MORAES Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) . SENTENÃA/MANDADO/OFÃCIO Trata-se de AÃ§Ã£o de Alvara Judicial em que a parte requerente pleiteia o recebimento de supostos valores deixados pelo de cujus. Recebida a exordial, foi ordenada a intimaÃ§Ã£o da autora para emendar a inicial, em 15 dias, sob pena de indeferimento.Â Â Procedida Ã intimaÃ§Ã£o e, decorrido o prazo supra, a autora quedou-se inerte, conforme certificado nos autos.Â Â Ã O RELATORIO. DECIDO.Â O CÃ³digo de Processo Civil prevÃª o indeferimento da exordial quando o autor, devidamente intimado, nÃ£o proceder com a devida emenda, conforme determinaÃ§Ã£o judicial. Ademais, dispÃµe que nesses casos o processo deverÃ¡ ser extinto sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Vejamos.Â Â Art. 320. A petiÃ§Ã£o inicial serÃ¡ instruÃ-da com os documentos indispensÃ¡veis Ã propositura da aÃ§Ã£o. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petiÃ§Ã£o inicial nÃ£o preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mÃ©rito, determinarÃ¡ que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisÃ£o o que deve ser corrigido ou completado. ParÃ¡grafo Ãºnico. Se o autor nÃ£o cumprir a diligÃªncia, o juiz indeferirÃ¡ a petiÃ§Ã£o inicial. Art. 330. A petiÃ§Ã£o inicial serÃ¡ indeferida quando: (...) IV - nÃ£o atendidas as prescriÃ§Ãµes dos arts. 106 e 321. Â Ante o exposto, julgo extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento no artigo 321, parÃ¡grafo Ãºnico e 320, do CPC.Â Condeno a parte autora ao pagamento das custas, ficando, no entanto, a exigibilidade das verbas suspensa por forÃ§a do disposto no art. 98, Â§ 3Âº, do CPC. Em caso de interposiÃ§Ã£o de recurso, sem necessidade de nova conclusÃ£o, certifique-se a secretaria a tempestividade, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazÃµes no prazo de 15 dias e, apÃ³s, remetam-se os autos ao E.TJPA para juÃ-zo de admissibilidade e processamento, na forma Â§ 3Âº do art. 1.010 do NCPC, para os devidos fins, com as nossas homenagens. Caso as partes nÃ£o sejam encontradas no endereÃ§o constante nos autos para intimaÃ§Ã£o da sentenÃ§a, considera-se realizado o ato (art. 77, V, c/c art. 274, parÃ¡grafo Ãºnico, todos do CPC), assim, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquive-se com as cautelas de praxe, sem necessidade de nova conclusÃ£o.Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, certifique-se e arquive-se com a devida

baixa processual. Â P. R. I. C. Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO.Â SantarÃ©m Novo/PA, 29 de marÃ§o de 2022. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00020446520198141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Termo Circunstanciado em: 23/03/2022 AUTOR:ARTUR FERNANDES DE ALMEIDA VITIMA:R. C. F. S. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº 0002044.65.2019.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MP para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10(dez)dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo/PA, 29 de marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00026794620198141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Termo Circunstanciado em: 23/03/2022 AUTOR:MAD MAX DOS SANTOS PAIVA VITIMA:A. C. O. E. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº 0002679.46.2019.8.14.1875 DESPACHO Â Cumpra-se o despacho de fl,27.se jÃ¡ cumprido, certifique-se e remetam os autos ao ministÃ©rio pÃºblico para manifestaÃ§Ã£o, no prazo de 10(dez)dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo/PA, 29 de marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00034214220178141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Termo Circunstanciado em: 23/03/2022 AUTOR:PABLO MAURICIO SILVA DA FONSECA VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:I. L. M. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº0003421.42.2017.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oficie-se a Escola Estadual Francisco Nunes, para que informe se o sr. Pablo MaurÃ-cio da Silva da Fonseca cumpriu o acordo da transaÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s remetam-se os autos ao Ministerio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10(dez)dias. Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo/PA, 29 de marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00034901620138141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Interdição/Curatela em: 23/03/2022 AUTOR:ROSEMARY SANTOS DA SILVA Representante(s): OAB 16268-B - JAQUELINE KURITA (DEFENSOR) INTERDITANDO:ROSANA SANTOS DA SILVA. ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº00034901620138141875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O processo se encontra sentenciado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s as cautelas de praxe.. Â SantarÃ©m Novo, 29 marÃ§o de 2022. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00035124020148141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 AUTOR:NILSON DA SILVA CUNHA VITIMA:J. S. A. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE SANTARÃM NOVO JUÃZO DE DIREITO DE VARA ÃNICA Ãº AUTOS DO PROCESSO NÂº00003512402014814187 5 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o acusado nÃ£o respondeu ao chamamento editalÃ-ssimo, conforme certificado nos autos, determino a suspensÃ£o do prazo prescricional, a teor do art. 366 do CÃ³digo de Processo Penal, pelo prazo de 20 (vinte) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vencido o prazo, certifique-se e faÃ§a os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo (PA), 29 marÃ§o de 2022. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta Agenor CÃ¡ssio Nascimento Correa de Andrade DecisÃ£o Juiz de Direito PÃ¡g. de 1 PROCESSO: 00035576820198141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Termo Circunstanciado em: 23/03/2022 AUTOR:EM APURACAO AUTOR:LAURA COSTA PINHEIRO DAMASCENO VITIMA:P. N. E. S. F. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂ°0003557.68.2019.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para requerer o achar o que, Ã© de direito, no prazo de 10(dez)dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, faÃ§am-se autos conclusos. Â SantarÃ©m Novo/PA, 29 de marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00036838920178141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Termo Circunstanciado em: 23/03/2022 AUTOR:ZACARIAS FARIAS

DA SILVA JUNIOR VITIMA:A. S. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂ°0003683.89.2017.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â RH. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vista Ã£o MP para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10(dez)dias. Â SantarÃ©m Novo/PA, 29 marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00037825920178141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:WALMIR CIPRIANO DA SILVA Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) OAB 12489 - CEZAR AUGUSTO REIS TRINDADE (ADVOGADO) . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂ°0003782.59.2017.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta, redesigno a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 18 de outubro de 2022,11hr30min a ser realizada na CÃ¢mara Municipal de SÃ£o JoÃ£o de Pirabas/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciencia Ã£o Ministerio PÃºblicoÂ e Ã¡ defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo,/ PA 29 de marÃ§o de 2022. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00038657520178141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Termo Circunstanciado em: 23/03/2022 AUTOR:RAILTON AMORIM DA SILVA VITIMA:A. C. O. E. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂ°0003865.75.2017.8.14.1875 DESPACHO Em atenÃ§Ã£o Ã¡ certidÃ£o de fl.47que informa que autor de fato nÃ£o foi encontrado para se justificar o motivo pelo qual nÃ£o cumpriu com os termos da transaÃ§Ã£o penal de fl.36. Vista ao ministÃ©rio pÃºblico para requere, o que de direito no prazo de 10(dez)dias. Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â Â SantarÃ©m Novo/PA29 marÃ§o de 2022. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00040842520168141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Termo Circunstanciado em: 23/03/2022 AUTOR:EDILSON SIQUEIRA CARVALHO GOIS VITIMA:A. C. O. E. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂ°0004084.25.2016.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10(dez)dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s faÃ§a-se o autos concluso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA29 marÃ§o de 2021. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00049864120178141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 VITIMA:T. F. M. ACUSADO:ISAIAS MAIA BORGES Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) . ÃºAUTOS DO PROCESSO N :0004986.41.2017.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nomeio o Dr. Orlando Garcia Brito,OAB/PA21.905 que atua nesta comarca para patrocinar a defesa do rÃ©u o qual deverÃ¡ apresentar as alegaÃ§Ãµes finais no prazo de 10(dez) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, faÃ§am-se autos conclusos. Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo/PA,29 marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00055972320198141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Inquérito Policial em: 23/03/2022 ACUSADO:CAMILO FELIX DA FONSECA FILHO VITIMA:C. F. F. VITIMA:I. F. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂ°0005597.23.2019.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta, redesigno a audiÃªncia preliminar do Art.16 para o dia 20 de outubro de 2022,10hr00min a ser realizada na CÃ¢mara Municipal de SÃ£o JoÃ£o de Pirabas/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciencia Ã£o Ministerio PÃºblicoÂ e Ã¡ defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo,/ PA 29 de marÃ§o de 2022. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00059177320198141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:GERSON MARTINS DA FONSECA. ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂ°0005917.73.2019.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta, redesigno a audiÃªncia admonitoria para o dia 18 de outubro de 2022,12hr30min a ser realizada na CÃ¢mara Municipal de SÃ£o JoÃ£o de Pirabas/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciencia Ã£o Ministerio PÃºblicoÂ e Ã¡ defesa. Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo,/ PA 29 de marÃ§o de 2022. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00472279820158141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 VITIMA:A. S. O. ACUSADO:EMERSON COSTA NASCIMENTO Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº 0047227.98.2015.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta, redesigno a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 13 de setembro de 2022,13hr00min a ser realizada na CÃ¢mara Municipal de SÃ£o JoÃ£o de Pirabas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o (A) acusado(A)(s),testemunhas arroladas pelo MP e defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo,/ PA 29 de marÃ§o de 2022. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00882294820158141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Termo Circunstanciado em: 23/03/2022 AUTOR:CRISLENE BRITO DA SILVA VITIMA:N. D. S. B. C. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂ°0088229.48.2015.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para requerer o achar o que, Ã© de direito, no prazo de 10(dez)dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, faÃ§am-se autos conclusos. Â SantarÃ©m Novo/PA, 29 marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 01092282220158141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Execução da Pena em: 23/03/2022 APENADO:LENILSON MESQUITA ARAUJO. ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂ°0109228.22.2015.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta, redesigno a audiÃªncia admonitÃ³ria para o dia 20 de setembro de 2022,13hr00min a ser realizada na CÃ¢mara Municipal de SÃ£o JoÃ£o de Pirabas/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciencia Ã£o Ministerio PÃºblicoÂ e Ã¡ defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se e cumpra-se Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo,/ PA 29 de marÃ§o de 2022. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00001885820118140093 PROCESSO ANTIGO: 201120000760 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:O. E. ACUSADO:GLEISON MONTEIRO GARCIA Representante(s): MARCOS BENEDITO DIAS (ADVOGADO) ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº,0000188.58.2011.8.14.0093 Â DESPACHO Â Sem necessidade de nova conclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se a secretaria o despacho de fls.119. Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo/PA, 16 de fevereiro de 2022. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00003107120118140093 PROCESSO ANTIGO: 201120001792 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 ACUSADO:ADRIANO SANTOS COSTA Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) VITIMA:J. B. C. A. ACUSADO:JOSE DA SILVA DE AVIZ VITIMA:L. N. M. . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o advogado Dr. AntÃ´nio Afonso Navegantes, OAB/PA 3334, habilitado nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo, 24 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00003141120118140093 PROCESSO ANTIGO: 201120001833 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:C. R. C. VITIMA:L. O. S. G. DENUNCIADO:JOEL GOMES DOS SANTOS Representante(s): OAB 21905 - ORLANDO GARCIA BRITO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o advogado Dr. Orlando Garcia Brito, OAB/PA 21905, habilitado nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo, 24 de marÃ§o

de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00007649820158141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:P. F. P. ACUSADO:DERYSSON SARGES DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 4223 - MARCELO DE CARVALHO BARROS (ADVOGADO) . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂ°0000764.98.20158.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para requerer o achar o que, Ã© de direito, no prazo de 10(dez)dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, faÃ§am-se autos conclusos. SantarÃ©m Novo/PA, 29 de marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00010115020138141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Interdição/Curatela em: 24/03/2022 REQUERENTE:JACIREMA BORGES DA SILVA DAMASCENO INTERDITANDO:TADEU ALEIXO DA SILVA. ATO ORDINATÃRIO Oficie-se ao Instituto Renato Chaves para que seja designada data e hora para realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia do art. 753 do CPC no interditando TADEU ALEIXO DA SILVA, devendo constar no mandado o endereÃ§o onde ele possa ser intimado pelo referido Ã³rgÃ£o. SantarÃ©m Novo, 24 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Souza Diretora de Secretaria Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: SANTARÃM NOVOÂ Â Email: 1santaremnovo@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Av. Francisco Martins de Oliveira, s/nÂ CEP: 68.720-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3484-1211 PROCESSO: 00027927320148141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Divórcio Litigioso em: 24/03/2022 REQUERENTE:RAQUEL TAVARES DOS SANTOS SOUSA REQUERIDO:DENIS CARLOS DOS REIS SOUSA. Processo nÂº 0002792.73.2014.8.14.1875 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a certidÃ£o de fl.36, a considero a sra.Raquel Tavares dos Santos Souza, intimada da sentenÃ§a de fl.31, aplicando-se o teor do art. 274, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC, haja vista que era seu dever comunicar ao juÃ-zo eventual mudanÃ§a de endereÃ§o, conforme tambÃ©m a dicÃ§Ã£o do art. 77, inciso V do CPC: Art. 77. AlÃ©m de outros previstos neste CÃ³digo, sÃ£o deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: V - declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e, nÃ£o havendo pendÃªncias, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo/PA, 29 marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00038642720168141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:J. L. D. B. ACUSADO:ODELSON PINHEIRO DA COSTA CARDOSO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE SANTARÃM NOVO Â¿ VARA ÃNICA AUTOS DO PROCESSO NÂº0003864.27.2016.814.1875 Â DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Certifique a secretaria se o acusado Odelson Pinheiro da Costa Cardoso faz parte da populaÃ§Ã£o carcerÃ¡ria do Estado do ParÃ¡, a fim de observar o verbete sumular de nÂº 351 do PretÃ³rio Excelso. (Ã nula a citaÃ§Ã£o por edital de rÃ©u preso na mesma unidade da federaÃ§Ã£o em que o juiz exerce a sua jurisdiÃ§Ã£o) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso o rÃ©u nÃ£o se encontre custodiado em nenhuma das casas penais do Estado, proceda-se Ã citaÃ§Ã£o por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, a teor do que determina o art. 361 do CPP, observando-se o disposto no art. 365, para responder Ã acusaÃ§Ã£o, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CÃ³digo de Processo Penal, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessar Ã sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimaÃ§Ã£o, quando necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Se, de outra forma, a resposta informar que o acusado estÃ¡ custodiado, proceda-se com a citaÃ§Ã£o pessoal, no local onde esteja ele preso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Santarem Novo Novo (PA), 29 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00043252820188141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO

A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:A. D. F. ACUSADO:JOSE ELENILTON DA SILVA. ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº 0004325.28.2018.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1.Cumpra-se o despacho de fls.06, no endereÃ§o mais recente informado pelo ministÃ©rio pÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2.Ultrapassando os prazos de manifestaÃ§Ã£o, devidamente certificados, voltem autos concluso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3.Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo/PA, 29de marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00049044420168141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: 24/03/2022 AUTOR:J. S. F. AUTOR:R. D. S. F. REPRESENTANTE:JACILENE REGINA DAMASCENO DA SILVA Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) REQUERIDO:REGINALDO DE ARAUJO FREITAS. Processo nÂº 0004904.44.2016.8.14.1875 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista as certidÃµes de fls.30,32, a considero a sra. Jacilene Regina Damasceno Silva e Reginaldo de AraÃºjo Freitas. intimada da sentenÃ§a de fl.35, aplicando-se o teor do art. 274, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC, haja vista que era seu dever comunicar ao juÃ-zo eventual mudanÃ§a de endereÃ§o, conforme tambÃ©m a dicÃ§Ã£o do art. 77, inciso V do CPC: Art. 77. AlÃ©m de outros previstos neste CÃ³digo, sÃ£o deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: V - declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e, nÃ£o havendo pendÃªncias, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo/PA, 29 marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 01192279620158141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 ACUSADO:TIAGO DE OLIVEIRA BRITO ACUSADO:CLEITON SILVA DE JESUS VITIMA:R. O. D. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº0119227.96.2015.8.14.1875 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nomeio o Dr. Orlando Garcia deÂ Brito, OAB/PA nÂ°21.905, para assumir a defesa tÃ©cnica do dois acusadosÂ na funÃ§Ã£o de defensor da ditivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O advogado nomeado devera apresentar a defesa preliminar no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, faÃ§am-se autos conclusos. Â SantarÃ©m Novo, PA29 marÃ§o 2022. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00004216320198141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: VITIMA: I. V. A. A. INFRATOR: J. A. S. AUTOR: A. M. P. E. P. PROCESSO: 00004413020148141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: ACUSADO: W. T. E. Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) ACUSADO: G. R. L. P. Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) VITIMA: A. C. O. E. PROCESSO: 00004743620118140093 PROCESSO ANTIGO: 201120003003 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Procedimento Comum em: VITIMA: J. S. C. INDICIADO: E. S. L. Representante(s): OAB 8570 - JOSE AUGUSTO DIAS DA SILVA (ADVOGADO) PROCESSO: 00046065220168141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Boletim de Ocorrência Circunstanciada em: INFRATOR: E. G. O. VITIMA: P. L. F. S.

RESENHA: 18/03/2022 A 24/03/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO - VARA: VARA UNICA DE SANTAREM NOVO PROCESSO: 00000191320078140093 PROCESSO ANTIGO: 200720000021 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/03/2022 VITIMA:P. H. C. P. Representante(s): OAB 15927 - GEOVANO HONORIO SILVA DA SILVA (ADVOGADO) ACUSADO:IRQUES IZIDORO RODRIGUES Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00004026820198140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/03/2022 VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:JOYCE MONTEIRO CORREA ACUSADO:EDIVALDO GOMES DO VALE. EDITAL 15 (DIAS) O Dr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTAÂ KOURY, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA COMARCA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO, ESTADO DO PARA.. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, foi denunciado(a): JOYCE MONTEIRO CORREA, brasileiro(a), paraense, RG 7842971, filho(a) de Jorge de Jesus Correa e Elis do Socorro de Souza Monteiro. E como o(a) referido(a) qualificado(a) e denunciado(a) nÃ£o foi encontrado(a) para ser citado(a) pessoalmente, estando portanto, em lugar incerto e nÃ£o sabido, expediu-se o presente edital, pelo que ficarÃ¡ o(a) mesmo(a) denunciado(a) perfeitamente CITADO(A) nos autos de AÃ§Ã£o Penal nÂº. 0000402-68.2019.814.0093 para apresentar DEFESA PREVIA a denuncia formulada pelo representante do Ministerio Publico Estadual, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CPP, atos, e que para no futuro nao se alegue desconhecimento ou ignorancia, mandou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL que sera afixado e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Santarem Novo, Estado do Para, pela Secretaria Judicial da Vara Unica, aos 22 (vinte e dois) dias do mes de marco do ano de 2022. Eu,_____,(Jessika Simonelly Andrade Souza), Diretora de Secretaria, fiz digitar e subscrevi. Antonio Carlos de Souza Moitta Koury, Juiz de Direito respondendo pela Comarca de Santarem Novo/PA. PROCESSO: 00000551620118140093 PROCESSO ANTIGO: 201110000382 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Averiguação de Paternidade em: 23/03/2022 AUTOR:I. R. A. C. REPRESENTANTE:R. A. C. REQUERIDO:J. W. L. A. . Processo nÂº 0000055-16.2011.8.14.0093 Requerente: Iara Rayllane Azevedo Costa, menor, neste ato representada por sua genitora Rayane Azevedo Costa, residentes na Rua Francisco Martins de Oliveira, s/n, SantarÃ©m Novo/PA. Requerido: Jefferson Willian LeÃ£o de Almeida, residente Ã Passagem Walber de Almeida Pojo, nÂº 280, Rua dos Timbiras entre Travessa Breves e Estrada Nova. SENTENÃA/MANDADO/OFÃCIO RELATÃRIO Vistos e examinados os autos do processo em epÃ-grafe. Foi espontaneamente reconhecida a paternidade, conforme termo de audiÃªncia constante Ã s fls. 25. Ã o relatÃ³rio. Fundamento. Decido. FUNDAMENTAÃÃO O art. 487, inciso III, alÃ-nea Â¿bÂ¿ do CÃ³digo de Processo Civil prevÃª a extinÃ§Ã£o do processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na hipÃ³tese de reconhecimento do pedido autoral. O feito teve seu trÃ¢mite regular. A parte requerida reconheceu o pleito autoral, nÃ£o havendo mais razÃ£o para o prosseguimento do feito, devendo ser julgada procedente a aÃ§Ã£o. DISPOSITIVO Posto isto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AUTORAL, posto o reconhecimento do pedido pela parte rÃ©, e, em consequÃªncia, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÃÃO DE MÃRITO, nos termos preceituados no artigo 487, inciso III, alÃ-nea Â¿bÂ¿, do CÃ³digo de Processo Civil. DECLARO o Sr. JEFFERSON WILLIAN LEÃO DE ALMEIDA pai de IARA RAYALLANE AZEVEDO COSTA. Intime-se pessoalmente as partes para que informem, no prazo de 15 dias, como ficarÃ¡ o nome da crianÃ§a apÃ³s o reconhecimento de paternidade. Com a manifestaÃ§Ã£o das partes, oficie-se o CartÃ³rio onde a crianÃ§a foi registrada para que proceda, no prazo de 10 dias, gratuitamente, com o necessÃ¡rio a fim de que passe a constar na CertidÃ£o de Nascimento da crianÃ§a o nome e dados de seu genitor.Â Condeno as partes ao pagamento das custas, ficando, no entanto, a exigibilidade das verbas suspensa por forÃ§a do disposto no art. 98, Â§ 3Âº, do CPC. Em caso de interposiÃ§Ã£o de recurso, sem necessidade de nova conclusÃ£o, certifique-se a secretaria a tempestividade, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazÃµes no prazo de 15 dias e, apÃ³s, remetam-se os autos ao E.TJPA para juÃ-zo de admissibilidade e processamento, na forma Â§ 3Âº do art. 1.010 do NCPC, para os devidos fins, com as nossas homenagens. Caso as partes nÃ£o sejam encontradas no endereÃ§o constante nos autos para intimaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou caso mantenham-se inertes, considera-se realizado o ato (art. 77, V, c/c art. 274, parÃ¡grafo Ãºnico, todos do CPC), assim, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquive-se com as cautelas de praxe, sem necessidade de nova conclusÃ£o.Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, certifique-se e arquive-se com a devida baixa processual. Â P. R. I. C. Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO.Â SantarÃ©m Novo/PA, 29 de marÃ§o de 2022. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00001012420198140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 VITIMA:D. B. R. DENUNCIADO:SERVULO DE JESUS DO CARMO JUNIOR Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA

(ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00001214920188140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 VITIMA:R. C. J. ACUSADO:ANDERSON KLEITON CARRERA PIMENTEL Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO DATIVO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00002415820198140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 VITIMA:F. N. A. ACUSADO:LENILSON DOS ANJOS ALMEIDA Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00004639420178140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Termo Circunstanciado em: 23/03/2022 AUTOR:JOSIAS NOGUEIRA NETO VITIMA:N. M. S. VITIMA:N. S. E. S. . ÃºAUTOS DO PROCESSO N:0000463.94.2017.8.14.0093 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para requerer o achar o que, Ã© de direito, no prazo de 10(dez)dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, faÃ§am-se autos conclusos. Â SantarÃ©m Novo/PA, 29 de marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00006897020158140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 ACUSADO:MARCIO ARATA OHAZE Representante(s): OAB 18934 - WILLIAM DE OLIVEIRA RAMOS (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:SEI OHAZE. ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº 0000689.70.2015.8.14.0093 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em razÃ£o da remaÃ§aÃµ da pauta de audiÃªncia, proceda-se a remarcaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â da audiÃªncia de continuaÃ§Ã£o par se ouvida a testemunha pedro Gleucianio farias moreira para o dia 03 de maio de 2022Ã¡s12hr00min a ser realizar no fÃ³rum de santarÃ©m Novo/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO Â SantarÃ©m Novo,29 MARÃO de 2022. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00007228420208140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 VITIMA:T. M. N. DENUNCIADO:OZIEL MONTEIRO DOS SANTOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE SANTARÃM NOVO Â¿ VARA ÃNICA ÃºAÃÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO NÂº0000722.84.2020.8.14.0093 Â DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Certifique a secretaria se o acusado Oziel Monteiro Dos Santos faz parte da populaÃ§Ã£o carcerÃ¡ria do Estado do ParÃ¡, a fim de observar o verbete sumular de nº 351 do PretÃ³rio Excelso. (Ã nula a citaÃ§Ã£o por edital de rÃ©u preso na mesma unidade da federaÃ§Ã£o em que o juiz exerce a sua jurisdiÃ§Ã£o) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso o rÃ©u nÃ£o se encontre custodiado em nenhuma das casas penais do Estado, proceda-se Ã citaÃ§Ã£o por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, a teor do que determina o art. 361 do CPP, observando-se o disposto no art. 365, para responder Ã acusaÃ§Ã£o, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CÃ³digo de Processo Penal, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessar Ã sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimaÃ§Ã£o, quando necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Se, de outra forma, a resposta informar que o acusado estÃ¡ custodiado, proceda-se com a citaÃ§Ã£o

pessoal, no local onde esteja ele preso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por se tratar de processo que envolve menores (Estupro vulnerÃ¡vel) ,defiro o pedido de antecipaÃ§Ã£o de provas para oitivas das testemunhas requerida pelo MP Ã¡s fls,32/33,pelo que designo a audiÃªncia para se ouvidas as testemunhas para o dia 01/06/2022 Ã s 11hr00a se realizada no fÃ³rum de santarÃ©m Novo/PA, e serÃ¡ acompanhada e gravada pelo sistema teams. Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo (PA), 29de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00015222020178140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Termo Circunstanciado em: 23/03/2022 AUTOR:IRINEU FARIAS FONSECA VITIMA:M. S. A. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº 0001522.20.2017.8.14.0093 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10(dez)dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo/PA, 29 de marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00000036420048140093 PROCESSO ANTIGO: 200410000092 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 24/03/2022 REQUERIDO:MARCELINO FARIAS REQUERIDO:FRANCISCO DE ASSIS FARIAS AUTOR:ELIEL NINA DE AZEVEDO Representante(s): OAB 6945 - WELLINGTON FARIAS MACHADO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o advogado Dr. WELINGTON FARIAS MACHADO, OAB/PA 6945, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00004015420178140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 24/03/2022 AUTOR:EDINALDO DOS SANTOS SOUZA VITIMA:N. M. S. . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00004820320178140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:N. M. S. ACUSADO:EDINALDO DOS SANTOS SOUZA Representante(s): OAB 25039 - IRIS DE SOUZA CAVALCANTE (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00006413820208140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Inquérito Policial em: 24/03/2022 VITIMA:J. S. C. ACUSADO:WALTERLEY COSTA DA SILVA. ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº0000641.38.2020.8.14.0093 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em razÃ£o da remarcaÃ§Ã£o da pauta de audiÃªncia, proceda-se a remarcaÃ§Ã£o da audiÃªncia do art.16 da lei.11.340/06 para o dia 31de maio de 2022 Ã¡s 11hr30min,para oitiva da vitima a ser realizar no fÃ³rum de SantarÃ©m Novo/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a vÃ-tima, acusado, o MinistÃ©rio PÃºblico e o defensor. Â SantarÃ©m Novo/PA, 29 de marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00007023020198140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Divórcio Litigioso em: 24/03/2022 REQUERENTE:ALFREDO AMERICO COSTA SILVA Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA LUCIA PEIXOTO SILVA. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o advogado Dr. AntÃ´nio Afonso Navegantes, OAB/PA 3334, habilitado nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo, 24 de

marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00007210220208140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:S. V. B. DENUNCIADO:MARIA SEDILENE ANSELMO DO VALE Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00007814320188140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 QUERELANTE:JOSE NAZARENO MODESTO COSTA Representante(s): OAB 9113 - MAURO GOMES DE BARROS (ADVOGADO) QUERELADO:ERNANDES DE SOUZA LOPES Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00008016320208140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:E. F. D. Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ELIZEU CORREA JUNIOR DENUNCIADO:MARCOS ANTONIO PENICHE COSTA. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00008813220178140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:J. L. C. R. ACUSADO:ROGERIO CARDOSO SEGTOWICK Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00009430420198140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:R. C. C. S. DENUNCIADO:BENEDITO DOS ANJOS CORREA JUNIOR DENUNCIADO:FABIO DOS ANJOS CORREA Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) ACUSADO:TATIANE DA SILVA PIMENTEL. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00013418220188140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:ELEN MARIA MAIA DA SILVA Representante(s): OAB 21181 - CARLOS ALBERTO FERREIRA PIMENTEL (ADVOGADO) ACUSADO:WANDERSON RODRIGUES FARIAS Representante(s): OAB 21905 - ORLANDO GARCIA BRITO (ADVOGADO) . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº0001341.82.2018.814.0093 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta, redesigno a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 01 de junho de 2022 Ã s 10hr00 min, a ser realizada no fÃ³rum de santarÃ©m Novo/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia pessoal ao MinistÃ©rio

PÃºblico e a defesa nomeada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se as partes e cumpra-se Â SantarÃ©m Novo, 13 de janeiro de 2021. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00015432520198140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:V. P. N. DENUNCIADO:LEILSON DO NASCIMENTO PIEDADE Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00015620720148140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:J. D. C. J. VITIMA:M. P. P. S. ACUSADO:GLEICIANE BERNARDO FERREIRA Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00015655920148140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 AUTOR:CHARLES DE ALENCAR SOUZA Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00015817120188140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:R. A. S. DENUNCIADO:LADILSON COSTA DOS SANTOS Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00016853420168140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 ACUSADO:DANILO DE LIMA DA SILVA Representante(s): OAB 29980 - JOSE ALUILSON ALVES CORREA (ADVOGADO) ACUSADO:MAURILIO CARMO DA PAIXAO Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO DATIVO) VITIMA:S. A. C. ACUSADO:ANDERSON KLEITON CARRERA PIMENTEL ACUSADO:ADAILTON PEREIRA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00017223220148140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 ACUSADO:FELIPE COSTA FAGUNDES Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) VITIMA:D. A. C. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº0001722.32.2014.8.14.0093 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em razÃ£o da remarÃ§aÃµ da pauta de audiÃªncia, proceda-se a remarcaÃ§Ã£o da audiÃªncia de oitiva das testemunhas ausentes e interrogatÃ³rio do acusado paraÂ o dia 01 de junho de 2022Ã¡s10hr30min a ser realizar no fÃ³rum de santarÃ©m Novo/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o acusado, as testemunhas

arroladas pela acusaÃ§Ã£o e defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico e o advogado da defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo/PA, 29 marÃ§o de 2022 Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00018614220188140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:EDILTON FARIAS DOS SANTOS Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00021253520138140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REQUERENTE:MARIA LUCIA ALEIXO DIAS Representante(s): OAB 17031 - CAMILA DO NASCIMENTO DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE SANTAREM NOVO Representante(s): OAB 19738 - FABIO ALAN OLIVEIRA CARVALHO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a Procuradoria do MunicÃ-pio de SantarÃ©m Novo, na pessoa da advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00021452620138140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REQUERENTE:SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO PUBLICA DO ESTADO DO PARA SINTEPP Representante(s): OAB 17031 - CAMILA DO NASCIMENTO DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE SANTAREM NOVO. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a Procuradoria do MunicÃ-pio de SantarÃ©m Novo, na pessoa da advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00023810220188140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 24/03/2022 VITIMA:M. B. S. S. S. AUTOR:JOSE DOMINGOS ALVES FARIAS. ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00024639620198140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:J. B. C. E. C. ACUSADO:WALTERLEY COSTA DA SILVA Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00026839420198140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:L. S. E. S. DENUNCIADO:JEFESSON DOS SANTOS ASSIS Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de

marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00027237620198140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:RENATO DA COSTA CHAVES Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00027612520188140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 ACUSADO:PAULO SERGIO DE SANTANA BARROS Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) VITIMA:E. S. . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00029820820188140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:I. S. C. DENUNCIADO:JOSE WELLINGTON UCHOA Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00030817520188140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:M. B. S. S. DENUNCIADO:JOSE DOMINGOS ALVES FARIAS Representante(s): OAB 3334 - ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO DATIVO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00034036120198140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Inquérito Policial em: 24/03/2022 ACUSADO:AUGUSTO DA CUNHA COSTA VITIMA:M. A. L. . ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº00034036120198140093 DESPACHO Â Cumpra-se a decisÃ£o de fl.23,Cite-se no endereÃ§o mais recente informado pelo MinistÃ©rio PÃºblico de fl.27. Â ApÃ³s faca se Autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO Â SantarÃ©m Novo, PA29 marÃ§o 2022. Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00047987720198141875 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:JOAQUIM PIMENTEL DOS REIS. ÃºAUTOS DO PROCESSO NÂº0004798.77.2019.8.14.0093 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FaÃ§e a certidÃ£o de fl.09 deve o oficial deÂ justÃ-cia proceder a citaÃ§Ã£o com hora certa na forma do art. 362 do CPP eÂ 252 e 253 CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apos cumpra-se integralmente o despacho de fl.06 Â Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redaÃ§Ã£o dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisÃ£o sirva como MANDADO DE INTIMAÃÃO. Â SantarÃ©m Novo,/PA 29 marÃ§o de 2022. .Â ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Â JuÃ-za de Direito Substituta PROCESSO: 00287321720158140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o:

Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 ACUSADO:OSVALDO BENTES DA COSTA Representante(s): OAB 15927 - GEOVANO HONORIO SILVA DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:S. P. R. . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o advogado Dr. GEOVANO HONORIO SILVA DA SILVA, OAB/PA 15927, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV. PROCESSO: 00387353120158140093 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JÉSSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 ACUSADO:GLEIDSON DO VALE CORREA Representante(s): OAB 12054 - ANA KATIA DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a advogada Dra. Ana KÃ¡tia de Souza Pereira, OAB/MA 12054, habilitada nos presentes autos, a restituir os autos supra identificados no prazo de 3 (trÃªs) dias, sob pena das sanÃ§Ãµes legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SantarÃ©m Novo/PA, 22 de marÃ§o de 2022. JÃ©ssika Simonelly Andrade Diretora de Secretaria da Vara Ãnica de SantarÃ©m Novo MatrÃ-cula 108464 Provimento nÂº 006/2006-CJRMB c/c Provimento nÂº 006/2009-CJCI, art. 1Âº, Â§ 2Âº, XXIV.

COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

SECRETARIA DA 2ª VARA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

RESENHA: 24/03/2022 A 24/03/2022 - SECRETARIA DA 2ª VARA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA - VARA: 2ª VARA CIVIL E PENAL DE CONCEICAO DO ARAGUAIA PROCESSO: 00001922620048140017 PROCESSO ANTIGO: 200410009482 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Execução Fiscal em: 24/03/2022 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA UNIAO EXECUTADO:LUBRAS COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA EXECUTADO:JOSE PEREIRA TOLEDO. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00001932120048140017 PROCESSO ANTIGO: 200410009466 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Execução Fiscal em: 24/03/2022 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA UNIAO EXECUTADO:LUBRAS COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00001944520108140017 PROCESSO ANTIGO: 201010001589 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Processo de Execução em: 24/03/2022 REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA BANCO FINASA BMC SA Representante(s): TOLEDO PIZA ADVOGADOS ASSOCIADOS (SOCIEDADE DE ADVOGADO) OAB 12335 - DOMINGOS PADILHA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:LUIZ ANTONIO DA LUZ. Autos n. 0000194-45.2010.8.14.0017 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora, pessoalmente, para informar a este juÃ-zo se ainda tem interesse no prosseguimento do feito. Caso positivo, manifesta-se sobre a certidÃ£o de fls. 60, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia-PA, 24 de marÃ§o de 2022. CÃ©sar Leandro Pinto Machado Juiz de Direito PROCESSO: 00002875720148140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Monitória em: 24/03/2022 REQUERENTE:ANADIESEL S/A Representante(s): OAB 30957 - ERLANE MARQUES (ADVOGADO) REQUERIDO:L C V RAMOS ME. Autos n. 0000287-57.2014.8.14.0017 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora, pessoalmente, para informar a este juÃ-zo se ainda tem interesse no prosseguimento do feito. Caso positivo, manifesta-se a cerca da certidÃ£o de fls. 35, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia-PA, 24 de marÃ§o de 2022. CÃ©sar Leandro Pinto Machado Juiz de Direito PROCESSO: 00003274320008140017 PROCESSO ANTIGO: 200010005757 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Execução Fiscal em: 24/03/2022 REQUERENTE:FAZENDA PUBLICA ESTADUAL REQUERIDO:LUBRAS COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00003494819878140017 PROCESSO ANTIGO: 198710004600 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Execução Fiscal em: 24/03/2022 REQUERENTE:INCRA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA REQUERIDO:INDUSTRIA MADEIREIRA PARAENSE AGRO PECUARIA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-

se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00005604220008140017 PROCESSO ANTIGO: 200010004858 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Execução Fiscal em: 24/03/2022 REQUERENTE:A UNIAO REQUERIDO:ROSILEA DE SOUZA E SILVA ME. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00006882220158140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Embargos à Execução em: 24/03/2022 EMBARGADO:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA EMBARGANTE:JBS SA Representante(s): OAB 7625-A - MARCELO CARMELENGO BARBOZA (ADVOGADO) OAB 221.616 - FABIO AUGUSTO CHILO (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00008219020098140017 PROCESSO ANTIGO: 20091000854 6 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 24/03/2022 EXECUTADO:LEILIMAR ALVES ROSA CASTRO EXECUTADO:ORLANDO ALVES JUNIOR EXEQUENTE:BANCO BRADESCO S A Representante(s): OAB 15101-A - OSMARINO JOSE DE MELO (ADVOGADO) EXECUTADO:WALBER ALVES CASTRO CIA LTDAME. Autos n. 0000821-90.2009.8.14.0017 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte requerente, pessoalmente, para informar a este juÃ-zo se ainda tem interesse no prosseguimento do feito. Caso positivo, manifesta-se sobre a certidÃ£o de fls. 65, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia-PA, 24 de marÃ§o de 2022. CÃ©sar Leandro Pinto Machado Juiz de Direito PROCESSO: 00010961320158140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Embargos à Execução em: 24/03/2022 EMBARGANTE:JBS SA Representante(s): OAB 221.616 - FABIO AUGUSTO CHILO (ADVOGADO) EMBARGADO:ESTADO DO PARA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00012818020178140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Obrigação de Reparar o Dano em: 24/03/2022 REQUERENTE:ELEA MOURAO ALMEIDA PEREIRA Representante(s): OAB 9970-B - ANA MARIA LIMA NERYS (ADVOGADO) OAB 20161 - LUCIANO LIMA NERYS DE SA (ADVOGADO) REQUERIDO:ARCY FLORIANO DE SOUZA JUNIOR Representante(s): OAB 20966 - ROGERIO MACIEL MERCEDES (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia Processo nÂº 0001281-80.2017.8.14.0017 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a parte autora atravÃ©s de seu advogado, via DJe, para manifestar acerca da certidÃ£o de fl. 83. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, 17 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â MARÃLIA DE OLIVEIRA Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Substituta Â Â Â Â Â Auxiliando a 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00014655020088140017 PROCESSO ANTIGO: 200810015336 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Execução Fiscal em: 24/03/2022 REQUERIDO:FRANCISCO JOSE MEDEIROS BARBOSA REQUERENTE:FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL DA EDUCACAO-FNDE. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta

Comarca. PROCESSO: 00015464820188140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Execução Fiscal em: 24/03/2022 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:DISMOBRAS IMPORTACAO EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS SA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00016963920128140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Execução Fiscal em: 24/03/2022 REQUERIDO:ANTONIO SANTANA GOMES SOARES REQUERENTE:A UNIAO. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00017664220108140017 PROCESSO ANTIGO: 201010016017 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Execução Fiscal em: 24/03/2022 REQUERENTE:UNIAO DA FAZENDA NACIONAL REQUERIDO:LATICINIOS MICHELLE LTDA EXECUTADO:CICERO OLEGARIO COSTA EXECUTADO:MARCO ANTONIO ELIAS EXECUTADO:EURIPEDES DO PRADO JUNQUEIRA Representante(s): OAB 18.013/O - EBER JOSE DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 1324 - PAULO ROGERIO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:ITALO BOSI PICCHIOTTI Representante(s): OAB 107950 - CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES (ADVOGADO) OAB 132.649 - FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA (ADVOGADO) EXECUTADO:JOAO PIAZZALUNGA EXECUTADO:JOAO CARLOS CAMBRAIA Representante(s): OAB 107950 - CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES (ADVOGADO) OAB 132.649 - FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA (ADVOGADO) EXECUTADO:EDUARDO QUESADA PIAZZALUNGA Representante(s): OAB 107950 - CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES (ADVOGADO) OAB 132.649 - FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00018379620118140017 PROCESSO ANTIGO: 201110014127 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Embargos à Execução em: 24/03/2022 EMBARGADO:INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA EMBARGANTE:IMPAR INADUSTRIA MADEIREIRA PARAENSE E AGROPECUARIA LTDA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00019780920148140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Execução Fiscal em: 24/03/2022 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 14601-B - BIANCA ORMANES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JBS SA Representante(s): OAB 121377 - AQUILES TADEU GUATEMOZIM (ADVOGADO) OAB 221.616 - FABIO AUGUSTO CHILO (ADVOGADO) OAB 147096 - ALEXANDRE TADEU SEGUIM (ADVOGADO) OAB 257427 - LAURA DE SILVA ALVARES AFFONSO (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00025125020148140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Execução Fiscal em: 24/03/2022 EXEQUENTE:A UNIAO EXECUTADO:OTICA ARAGUAINA LTDA. Poder

JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00026047820088140017 PROCESSO ANTIGO: 200810025773 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Embargos à Execução em: 24/03/2022 EMBARGADO:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO RICARDO ROTT BRAZEIRO (ADVOGADO) EMBARGANTE:ADNEI CAMPOS RODRIGUES. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00032308120138140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Execução Fiscal em: 24/03/2022 EXEQUENTE:A UNIAO EXECUTADO:JOAO GERALDO PEREIRA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00034273620138140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Execução Fiscal em: 24/03/2022 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA EXECUTADO:JBS SA Representante(s): OAB 221.616 - FABIO AUGUSTO CHILO (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00035237520188140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 24/03/2022 VITIMA:C. C. S. ACUSADO:JOSIVALDO MATOS PINHEIRO. Processo nÂº: 0003523-75.2018.8.14.0017 DESPACHO Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que foi decretada a revelia do acusado nos autos, CERTIFIQUE-SE o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a de fls. 27/28 e arquive-se os autos com as baixas com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia - PA, 11 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARÃLIA DE OLIVEIRA Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Substituta Â Â Â Â Â Â Â Â Â Auxiliando a 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00040092620198140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 24/03/2022 REQUERENTE:AIMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA REQUERIDO:FLAVIO QUINTO DA LUZ REQUERENTE:AYMORE CREDITO E FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 20636-A - PATRICIA PONTAROLI JANSEN (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â Considerando que os autos serÃ£o submetidos a sentenÃ§a, remetam-se a ULA para calculo das custas. Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o de Araguaia-PA, 24 de marÃ§o de 2022. CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Juiz de Direito PROCESSO: 00051790920148140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Execução Fiscal em: 24/03/2022 EXEQUENTE:CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 18061 - ARIELA MURIEL DUARTE FLEXA (ADVOGADO) OAB 5586 - PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:ANTONIO ARAUJO GOMES Representante(s): OAB 18652 - WALLY QUEIROZ MUNIZ (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e

Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00052519320148140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Execução Fiscal em: 24/03/2022 EXEQUENTE:CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 14968 - ROBERTA CAROLINE DA SILVA CHAVES (ADVOGADO) OAB 20300 - GADYTANA PAMYLA MARTINS FREIRE (ADVOGADO) OAB 25809 - RAMIZ DOS SANTOS PASTANA (ADVOGADO) EXECUTADO:ANTONIO GOMES DA SILVA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00065755520138140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REPRESENTANTE:DAYEN WILLY DE FIGUEIREDO Representante(s): OAB 30304 - CLAUDIO SERGIO LOPES SEVERO (ADVOGADO) REQUERENTE:ANDRADE FIGUEIREDO LTDA Representante(s): OAB 30304 - CLAUDIO SERGIO LOPES SEVERO (ADVOGADO) REQUERIDO:FAZENDA PUBLICA DE DEBITO DO ESTADO DO PARA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tramite-se os autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, _____. Â Â Â Â Â CESAR LEANDRO PINTO MACHADO Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00095467120178140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Regularização de Registro Civil em: 24/03/2022 REQUERENTE:JIN CARLOS MOREIRA LOBATO. Processo nÂº 0009546-71.2017.8.14.0017 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de RetificaÃ§Ã£o de Registro Civil proposta por JIN CARLOS MOREIRA LOBATO, visando a alteraÃ§Ã£o da sua profissÃ£o na certidÃ£o do seu casamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega o requerente que ao se casar optou por informar que sua profissÃ£o era Gestor Ambiental, pois acabava de se formar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que, a profissÃ£o informada nunca foi exercida pelo requerente, alegando ainda, que nunca deixou de exercer sua profissÃ£o de pescador. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sua manifestaÃ§Ã£o, o MinistÃ©rio PÃºblico pugnou pelo indeferimento da aÃ§Ã£o, considerando que apÃ³s fazer buscas no Portal da TransparÃªncia do municÃ-pio de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia, foi constatado que o autor exerce o cargo pÃºblico de Chefe de DivisÃ£o NÃ-vel I, na Secretaria de Meio Ambiente, exercendo, por tanto, sua profissÃ£o de Gestor Ambiental (fl. 24). Â Ã o relatÃ³rio. Passo a decidir. Â Pretende o autor a retificaÃ§Ã£o da sua profissÃ£o na sua certidÃ£o de casamento, alegando que apesar de ser formado no curso de GestÃ£o Ambiental, nunca exerceu a profissÃ£o e que nunca deixou de ser pescador profissional, possuindo carteira devidamente registrada, bem como contribuiÃ§Ã£o sindical regulamentada. Â No entanto, nÃ£o restou comprovado nos autos que a informaÃ§Ã£o de que a profissÃ£o do requerente na certidÃ£o de casamento como gestor ambiental tenha causado algum prejuÃ-zo ou que traga algum benefÃ-cio para si a alteraÃ§Ã£o requerida. Â AlÃ©m do mais, foi comprovado pelo documento de fl. 24 que o requerente exerce ou jÃ¡ exerceu a profissÃ£o de gestor ambiental, sendo contratado pelo municÃ-pio de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia - PA. Â Diante do exposto, tendo em vista nÃ£o haver nos autos indÃ-cios de prejuÃ-zos ao autor, acolho a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico e JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, devendo serem mantidos inalterados todos os dados do autor na sua certidÃ£o de casamento. Â Em consequÃªncia, dou por extinto os autos com resoluÃ§Ã£o do seu mÃ©rito, nos termos do artigo 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil. Â P.R.I. Â Sem custas por conta do autor, considerando o deferimento da gratuidade da justiÃ§a. Â DÃª ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Intime-se o autor do teor da sentenÃ§a. Â Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as baixas de estilo. Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia, 18 de marÃ§o de 2022. Â MARÃLIA DE OLIVEIRA Â JuÃ-za de Direito Substituta Â Auxiliando a 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00097005520188140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CESAR LEANDRO PINTO MACHADO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:S. O. M. C. DENUNCIADO:PAULO HENRIQUE

DOS SANTOS SILVA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ 2Âª Vara da Comarca de ConceiÃ§Ã£o do Araguaia Processo nÂº 0009700-55.2018.8.14.0017 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que nÃ£o foram levantadas na resposta Ã acusaÃ§Ã£o questÃµes aptas a afastar o recebimento da denÃºncia, nÃ£o havendo nos autos, por ora, elementos que resultem em absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria ou rejeiÃ§Ã£o da peÃ§a acusatÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 399, do CÃ³digo de Processo Penal, havendo indÃ-cios de autoria e razoavelmente comprovada a materialidade do delito, bem como em razÃ£o de nÃ£o vislumbrar motivos que recomendem a absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria do acusado, Ã© o caso de dar prosseguimento Ã instruÃ§Ã£o processual penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, determino o que segue: Â Â Â Â Â Â Â Â Â I. Designo audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o para o dia 01 DE SETEMBRO DE 2022 Ã s 12h00min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â II. Considerando a necessidade de priorizar a realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias por videoconferÃªncia em razÃ£o da pandemia do COVID-19, INTIMEM-SE as partes para que informem no prazo de 02 (dois) dias informar endereÃ§o de email e contato telefÃ´nico. As partes que nÃ£o dispÃµe de acesso aos meios eletrÃ´nicos poderÃ£o comparecer direto ao FÃ³rum para partiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â III - Intime-se a vÃ-tima pessoalmente, o acusado atravÃ©s de seu patrono, via DJe e as testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o e defesa, se houverem. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpridas as diligÃªncias acima determinadas, proceda a tramitaÃ§Ã£o dos autos a central de digitalizaÃ§Ã£o para os fins de migraÃ§Ã£o do processo para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConceiÃ§Ã£o do Araguaia/PA, 17 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â MARÃLIA DE OLIVEIRA Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Substituta Â Â Â Â Â Auxiliando a 2Âª Vara CÃ-vel e Criminal desta Comarca. PROCESSO: 00003630820198140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Conhecimento em: REQUERENTE: A. A. M. A. Representante(s): OAB 14219 - SUELY GOVEIA MACHADO ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 14219 - SUELY GOVEIA MACHADO ALMEIDA (ADVOGADO) REQUERIDO: E. P. A. PROCESSO: 00004019320148140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Cumprimento de sentença em: MENOR: N. C. M. S. REPRESENTANTE: I. C. P. M. EXECUTADO: C. M. A. S. EXEQUENTE: M. P. d. E. d. P. PROCESSO: 00051030920198140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REPRESENTANTE: R. B. P. MENOR: E. G. B. P. REQUERIDO: P. H. PROCESSO: 00051049120198140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REPRESENTANTE: R. N. L. MENOR: M. H. N. L. REQUERIDO: R. S. A. PROCESSO: 00055047120208140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIANTE: M. P. VITIMA: S. B. S. DENUNCIADO: G. C. P. L. Representante(s): OAB 25995 - DENNYS DA SILVA LUZ (ADVOGADO) OAB 31136 - WILLIAN DA SILVA BRITO (ADVOGADO) PROCESSO: 00058809120198140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: REQUERENTE: L. L. Q. Representante(s): OAB 26163-B - LEONARDO LIMA DA CRUZ (ADVOGADO) MENOR: D. F. Q. REQUERIDO: J. F. S. Representante(s): OAB 20966 - ROGERIO MACIEL MERCEDES (ADVOGADO) OAB 25241 - SUELMA DOS SANTOS TAVARES (ADVOGADO) PROCESSO: 00060266920188140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: REQUERENTE: J. F. S. Representante(s): OAB 15773-B - LUCAS COELHO DE ALMEIDA (ADVOGADO) REQUERENTE: G. M. S. F. Representante(s): OAB 15773-B - LUCAS COELHO DE ALMEIDA (ADVOGADO) REQUERIDO: J. F. S. Representante(s): OAB 4602 - PAULO CESAR VASCONCELOS BARBOSA (ADVOGADO) PROCESSO: 00088685620178140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: J. L. L. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: J. G. S. PROCESSO: 00095252720198140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: MENOR: H. C. S. REQUERENTE: J. C. S. REQUERIDO: P. R. PROCESSO: 00095859720198140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: REQUERENTE: N. G. P. REQUERIDO: A. Z. PROCESSO: 00122265820198140017 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REPRESENTANTE: M. P. E. P. REQUERENTE: W. R. S. V. REPRESENTANTE: C. S. S. REQUERIDO: P. R. V.

COMARCA DE CACHOEIRA DO ARARI

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CACHOEIRA DO ARARI

PROCESSO Nº 0002709-81.2018.8.14.0011

CLASSE: AMEAÇA

DENUNCIADO: CLAUDIO DA CONCEIÇÃO SOARES

VÍTIMA: M. C. D. S.

SENTENÇA

Vistos etc.

O Ministério Público do Estado do Pará, através do Promotor de Justiça atuante nesta Comarca, ofereceu **DENÚNCIA** para o (s) acusado (s) devidamente qualificado (s) na peça ministerial, descrevendo a aç¿o cometida pelo (s) denunciado (s) imputando-lhe (s) o tipo penal pertinente previsto no atual ordenamento jurídico.

Contudo, em que pese o efetivo e regular andamento do feito até o presente momento, a marcha processual se tornou morosa, fazendo com que o processo excedesse o prazo ideal e almejado para atingir o deslinde da aç¿o.

Os autos vieram conclusos.

É o, sucinto, relatório.

Passo a decidir.

Compulsando os autos, verifica-se que até o presente momento a instruç¿o processual n¿o fora concluída.

Há de se considerar que, conforme disp¿e a Lei Penal, depois de transitar em julgado a sentença final, a prescriç¿o é regulada pela pena aplicada (artigo 110 do CPB).

Assim, é de todo evidente que no presente caso a relaç¿o jurídica processual está prescrita, considerando o tipo penal constante na denúncia, a pena máxima em abstrato cominada para o crime em quest¿o, o decurso do tempo, os prazos prescricionais previstos no art. 109, do Código Penal Brasileiro e a inexistência de outras causas de suspens¿o ou interrupç¿o do curso prescricional até o presente momento.

Com efeito, verifica-se que tal lapso temporal/prescricional ocorreu durante o tramite judicial, entre a data do recebimento da denúncia e a data da publicaç¿o desta sentença, de forma a extrapolar o prazo legalmente previsto.

Assim, da data em que o crime se consumou até o presente momento, n¿o ocorreu outro marco interruptivo da contagem do prazo prescricional sen¿o o recebimento da denúncia oferecida pelo Ministério Público.

Ademais, é importante ressaltar que o juiz pode perfeitamente reconhecer de ofício a prescriç¿o em qualquer fase do processo, conforme preconiza o art. 61 do CPP.

ANTE O EXPOSTO, com fundamento nos artigos 10, 107, IV, 109, 110 e 117, todos do CPB e artigo 61 do CPP, **DECRETO A EXTINÇ¿O DA PUNIBILIDADE** do fato imputado ao (s) denunciado (s) pela prescriç¿o da pretens¿o punitiva/executória estatal e, por consequência, **REVOGO** eventual medida cautelar/protetiva e/ou pris¿o preventiva decretada.

À Secretaria, proceda-se a comunicaç¿o de que trata o artigo 201, § 2º, do CPP, se for o caso. Após o trânsito em julgado, arquivem-se, com as formalidades legais. Sem custas.

P. R. I. C.

Cachoeira Do Arari (PA), 22 de mar¿§o de 2022.

NATASHA VELOSO DE PAULA AMARAL DE ALMEIDA

Juíza de Direito respondendo pela Comarca de Cachoeira do Arari e Termo de Santa Cruz do Arari

PROCESSO Nº: 0002349-15.2019.814.0011

CLASSE: GUARDA

REQUERENTE: JAIR BATALHA DOS SANTOS

REQUERIDO (a): WALERIA DIVINA PORTAL SERRA

MENOR: J. B. D. S. J.

SENTENÇA

Vistos, etc.

TRATA-SE DE AÇ¿O DE GUARDA, proposta por **JAIR BATALHA DOS SANTOS,** em face de **VALÉRIA DIVINA PORTAL SERRA,** ambos devidamente qualificados nos autos.

Compulsando os autos de forma detida, verifico que a presente aç¿o tramita no judiciário paraense há 2 (dois) anos, sem que o Estado tenha conseguido dar uma soluç¿o para o litígio outrora instaurado.

Diversos foram os percalços durante a tentativa de instruç¿o processual desta aç¿o, dentre os quais passo a citar como exemplos da dificuldade em prestar a tutela jurisdicional na regi¿o concernente a Unidade Judiciária de Cachoeira do Arari e Termo Judiciário de Santa Cruz do Arari, passo a frisar: imprecis¿o de endereço do executado ausência de formaç¿o da triangulaç¿o processual para sua regular tramitaç¿o, ausência das partes para os atos processuais, por derradeiro a situaç¿o da Pandemia do Covid-19, motivando o extenso período da tramitaç¿o processual morosa.

Verifico há pedido expresso do requerente de desistência do prosseguimento da presente aç¿o, conforme depreende-se do termo de comparecimento juntado à fl.31, n¿o existindo motivo para a persecuç¿o da instruç¿o do processo.

Vieram conclusos.

É a síntese do necessário.

Decido.

Inicialmente, defiro o pedido da gratuidade da justiça, com espeque no art. 98, caput, c/c art. 99, §3º, do Código de Processo Civil.

Da análise dos autos observo que a instruç¿o processual n¿o mais se revela necessária.

Diante do exposto, tecidas estas consideraç¿es e desnecessárias outras tantas, **EXTINGO O PROCESSO** , sem julgamento do mérito, o que faço com arrimo no artigo 485, VIII do Código de Processo Civil.

Sem custas e sem honorários advocatícios.

Prestigiando o Provimento 003/2009 ¿ CJ que normatiza o procedimento que dispensa a elaboraç¿o de mandado de comunicaç¿o, em atenç¿o ao princípio constitucional da razoável duraç¿o do processo, bem como os princípios da eficiência, economia e celeridade processual, servirá o presente como **MANDADO/OFÍCIO.**

AUTORIZO, que as intimaç¿es sejam feitas de forma eletrônica ¿ e-mail, WhatsApp, ou qualquer meio de serviços de telemática que o Sr. Oficial de Justiça de acordo com o caso concreto fazendo devida ponderaç¿o entenda como hábil para o bom e fiel cumprimento dos mandados.

Ciência ao MP.

Intimem-se o requerente, podendo ser utilizado o contato fornecido à fl.31.

Após o trânsito em julgado da presente decis¿o, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais e as cautelas de estilo.

P.R.I.C.

Cachoeira do Arari/PA, 22 de março de 2022.

NATASHA VELOSO DE PAULA AMARAL DE ALMEIDA

Juíza de Direito respondendo pela Comarca de Cachoeira do Arari e Termo de Santa Cruz do Arari

Processo: 0000797-30.2010.814.0011 (META 02)

Acusadas: LUCICLEIA CABRAL DA SERRA e MARIA LUCIA CABRAL DA SERRA.

Tipificaç¿o jurídico-penal: art.155, §4º, II e IV do CPB.

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de processo criminal instaurado em face do acusado acima nominado, já qualificado, a quem se atribui a prática de infraç¿o(¿es) penal(is) classificada(s) juridicamente como subsumível(is) ao(s) artigo(s) supramencionado(s).

Segundo consta, busca-se apurar um possível crime de furto que teria ocorrido no ano de 2016 (dois mil e seis).

Até ent¿o nada que fuja da praxe jurisdicional, sendo apenas mais uma das inúmeras demandas penais a ser apreciada pelo Estado-juiz; a n¿o ser o fato de tal caso ter ocorrido há mais de 11 (onze) anos. Desse contexto, uma indagaç¿o se imp¿e: qual a **efetividade de um processo** que visa apurar fato sem aparente complexidade que, até o momento, sequer teve por iniciada a fase de instruç¿o criminal?

Em verdade, de efetiva esta causa penal deixou de ser há bastante tempo, na medida em que valores fundamentais estabelecidos no nosso Texto Constitucional foram vilipendiados, dentre eles, a segurança jurídica e a razoabilidade, esta última consagrada nos princípios do devido processo legal (art. 5º, LIV, CR/88) e da duraç¿o razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, CR/88).

E tal afronta é de extens¿o t¿o profunda que qualquer que seja a natureza do provimento jurisdicional a ser aqui emanado, **n¿o se conseguirá alcançar uma decis¿o ótima**, em face da violaç¿o da própria efetividade do processo.

É como dizia o Prof. Ruy Babosa: ¿(...) justiça atrasada n¿o é justiça, sen¿o injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilaç¿o ilegal nas m¿os do julgador contraria o direito das partes, e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade¿[1].

Enfim, no caso em quest¿o, ¿(p)erdeu-se no tempo o sentido da pena. Seria ela de utilidade se realizada de forma contemporânea aos fatos. Mas já agora ela perde, efetivamente, a utilidade¿[2].

Destarte, entendo adequado a aplicaç¿o, no caso, do **princípio bagatelar impróprio**, segundo o qual, em que pese a infraç¿o penal ter nascido relevante para o direito penal, atualmente a incidência de qualquer pena no caso concreto apresenta-se totalmente desnecessária e inútil do ponto de vista punitivo e ressocializador, em face da **ineficiência do sistema de justiça na resoluç¿o das quest¿es dentro de um prazo razoável**.

Aliado a isso, reputo ainda como **fundamento** da **desnecessidade da pena**, nesse caso específico, o fato de a acusada estar sendo processada por t¿o delongado tempo. Em palavras mais simples, **a pena também n¿o se afigura mais necessária sob este prisma**, em face destas consequências negativas[3] já suportadas pela acusada, suficientes, pois, **para a reprovaç¿o e prevenç¿o do crime** (finalidades da pena).

Por oportuno, é de se destacar que a quest¿o a respeito de ser lícito ao julgador, no caso concreto, deixar de aplicar a sanç¿o penal já foi acolhida, inclusive, pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, sen¿o vejamos:

¿RESP ¿ PROCESSO PENAL ¿ EXECUÇ¿O DA PENA ¿ O art. 59 do CP indica o sentido, a finalidade da pena: ¿necessária e suficiente para reprovaç¿o e prevenç¿o do crime¿. Assim, se n¿o reprovável a conduta (v.g. princípio da insignificância para a corrente doutrinária que o tem como mera exclus¿o de culpabilidade, embora melhor, pela estrutura do delito, dizer ¿ exclus¿o de tipicidade) e n¿o se fizer necessária porque dispensável no caso concreto, o magistrado poderá deixar (deverá fazê-lo) de aplicar a pena. ***O Direito Penal moderno n¿o se restringe a raciocínio de lógica formal. Cumpre considerar o sentido humanístico da norma jurídica****. E mais. Toda lei tem significado teleológico.* ***A pena volta-se para a utilidade****. (REsp 112.600/DF, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, Rel. p/ Acórd¿o Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA, julgado em 21.05.1998, DJ 17.08.1998 p. 96).*

PENAL. HABEAS CORPUS. CÁRCERE PRIVADO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. **PRINCÍPIO DA BAGATELA IMPRÓPRIA**. IRRELEVÂNCIA PENAL DO FATO. AÇ¿O PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA. AUSÊNCIA DE REQUISITOS SUBJETIVOS POSITIVOS. MAUS ANTECEDENTES. **RECONHECIMENTO DA DESNECESSIDADE DA PENA**. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.

I. **O reconhecimento do princípio da bagatela imprópria permite que o julgador, mesmo diante de um fato típico, deixe de aplicar a pena em raz¿o desta ter se tornado desnecessária, diante da verificaç¿o de determinados requisitos**.

II. No vertente caso, o Tribunal a quo reconheceu a incidência do princípio da bagatela imprópria quanto ao crime de les¿o corporal, tendo em vista que este se processa mediante **aç¿o penal pública condicionada**. Contudo, deixou de aplicar o citado princípio para o crime de cárcere privado, por se tratar de delito que se processa através de **aç¿o penal pública incondicionada**.

III. A aç¿o penal pública incondicionada n¿o se submete ao juízo de oportunidade e conveniência da vítima para se manifestar sobre seu interesse na persecuç¿o penal do autor do fato criminoso.

IV. Ademais, o paciente n¿o reúne requisitos subjetivos positivos, pois foi condenado anteriormente por outros delitos igualmente graves, o que n¿o permite o reconhecimento da desnecessidade da pena.

V. Ordem denegada, nos termos do voto do Relator.

(HC 222.093/MS, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2012, DJe 14/08/2012). *Destaquei.*

À guisa de derradeira conclus¿o, verifica-se que **o novel princípio bagatelar impróprio**, como desdobramento do princípio da insignificância, tem a funç¿o de atenuar o rigorismo da lei penal, tutelando a integridade do ordenamento jurídico como sistema e buscando a justiça do caso concreto.

Dispositivo

PELO EXPOSTO, e com arrimo no art. 59, parte final, do Código Penal, por entender ser desnecessária a pena à luz do caso concreto analisado, conforme a fundamentaç¿o delineada, **declaro extinta a punibilidade das rés: LUCICLEIA CABRAL DA SERRA e MARIA LUCIA CABRAL DA SERRA, já qualificadas**, o que faço ainda respaldado no art. 107, IX, do Código Penal (aplicado em analogia).

Com efeito, revogo os mandados de pris¿o eventualmente expedidos, devendo ser recolhidos no presente processo, expedindo-se contraordem de pris¿o e/ou alvará de soltura, se for o caso.

Representando a declaraç¿o da extinç¿o da punibilidade a impossibilidade jurídica de o Estado impor uma sanç¿o penal ao responsável pelo delito praticado, **coerente se faz reconhecer, também, em favor da ré a revogaç¿o de eventual suspens¿o ou cassaç¿o de sua Carteira Nacional de Habilitaç¿o ¿ CNH**, o que faço ainda com supedâneo na Súmula 18 do Superior Tribuna de Justiça, face à aplicaç¿o em analogia do art. 107, IX, do Código Penal.

Publique-se, **registre-se** e **intimem-se**. **Dispensada**, no ponto, **a intimaç¿o do réu**, com fulcro no enunciado criminal nº 105 do Fonaje (aplicado em analogia).

Expeça-se o que for necessário o efetivo cumprimento da decis¿o.

N¿o havendo recurso, certifique-se o trânsito em julgado. Em seguida, feitas às anotaç¿es de estilo, arquivem-se os autos com baixa na distribuiç¿o.

Cumpra-se.

Cachoeira do Arari/PA, 22 de março de 2022.

NATASHA VELOSO DE PAULA AMARAL DE ALMEIDA

Juíza de Direito respondendo pela Comarca de Cachoeira do Arari e Termo de Santa Cruz do Arari

[1] Oraç¿o aos Moços. Ruy Barbosa. Discurso à turma de 1920 da Faculdade de Direito de S¿o Paulo.

[2] *Ministro Vicente Leal em voto que acompanhou a divergência no REsp 112.600/DF, SEXTA TURMA, julgado em 21.05.1998, DJ 17.08.1998.*

[3] ¿(...) O fundamento da desnecessidade da pena (leia-se: da sua dispensa) reside em **múltiplos fatores**: ínfimo desvalor da culpabilidade, ausência de antecedentes criminais, reparaç¿o dos danos, reconhecimento da culpa, colaboraç¿o com a justiça, o fato de o agente ter sido processado, o fato de ter sido preso ou ter ficado preso por um período etc.. Tudo deve ser analisado pelo juiz em cada caso concreto. Lógico que todos esses fatores n¿o precisam concorrer conjugadamente. Cada caso é um caso. Fundamental é o juiz analisar detidamente as circunstâncias do fato concreto (concomitantes e posteriores) assim como seu autor¿. Luiz Flávio Gomes, in "Princípio da Insignificância e outras excludentes de tipicidade", editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 29, doutrina referenciada e extraída do voto do Min. Gilson Dipp, no HC 222.093/MS, julgado em 07/08/2012, DJe 14/08/2012, pela Quinta Turma do STJ.

Processo: 0001713-59.2013.814.0011

Acusado (a): ANTÔNIO AMARILDO OLIVEIRA SILVA E IVANDRO CORREA DOS SANTOS

Tipificaç¿o jurídico-penal: art.155, §4ºdo CPB e art.244-B da Lei 8.069/90.

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de processo criminal instaurado em face do acusado acima nominado, já qualificado, a quem se atribui a prática de infraç¿o(¿es) penal(is) classificada(s) juridicamente como subsumível(is) ao(s) artigo(s) supramencionado(s).

Segundo consta, busca-se apurar um possível crime de furto que teria ocorrido no ano de 2016 (dois mil e seis).

Até ent¿o nada que fuja da praxe jurisdicional, sendo apenas mais uma das inúmeras demandas penais a ser apreciada pelo Estado-juiz; a n¿o ser o fato de tal caso ter ocorrido há mais de 8 (oito) anos. Desse contexto, uma indagaç¿o se imp¿e: qual a **efetividade de um processo** que visa apurar fato sem aparente complexidade que, até o momento, sequer teve por iniciada a fase de instruç¿o criminal?

Em verdade, de efetiva esta causa penal deixou de ser há bastante tempo, na medida em que valores

fundamentais estabelecidos no nosso Texto Constitucional foram vilipendiados, dentre eles, a segurança jurídica e a razoabilidade, esta última consagrada nos princípios do devido processo legal (art. 5º, LIV, CR/88) e da duraç¿o razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, CR/88).

E tal afronta é de extens¿o t¿o profunda que qualquer que seja a natureza do provimento jurisdicional a ser aqui emanado, **n¿o se conseguirá alcançar uma decis¿o ótima**, em face da violaç¿o da própria efetividade do processo.

É como dizia o Prof. Ruy Babosa: ¿(...) justiça atrasada n¿o é justiça, sen¿o injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilaç¿o ilegal nas m¿os do julgador contraria o direito das partes, e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade¿[1].

Enfim, no caso em quest¿o, ¿(p)erdeu-se no tempo o sentido da pena. Seria ela de utilidade se realizada de forma contemporânea aos fatos. Mas já agora ela perde, efetivamente, a utilidade¿[2].

Destarte, entendo adequado a aplicaç¿o, no caso, do **princípio bagatelar impróprio**, segundo o qual, em que pese a infraç¿o penal ter nascido relevante para o direito penal, atualmente a incidência de qualquer pena no caso concreto apresenta-se totalmente desnecessária e inútil do ponto de vista punitivo e ressocializador, em face da **ineficiência do sistema de justiça na resoluç¿o das quest¿es dentro de um prazo razoável**.

Aliado a isso, reputo ainda como **fundamento** da **desnecessidade da pena**, nesse caso específico, o fato de a acusada estar sendo processada por t¿o delongado tempo. Em palavras mais simples, **a pena também n¿o se afigura mais necessária sob este prisma**, em face destas consequências negativas[3] já suportadas pela acusada, suficientes, pois, **para a reprovaç¿o e prevenç¿o do crime** (finalidades da pena).

Por oportuno, é de se destacar que a quest¿o a respeito de ser lícito ao julgador, no caso concreto, deixar de aplicar a sanç¿o penal já foi acolhida, inclusive, pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, sen¿o vejamos:

¿RESP ¿ PROCESSO PENAL ¿ EXECUÇ¿O DA PENA ¿ O art. 59 do CP indica o sentido, a finalidade da pena: ¿necessária e suficiente para reprovaç¿o e prevenç¿o do crime¿. Assim, se n¿o reprovável a conduta (v.g. princípio da insignificância para a corrente doutrinária que o tem como mera exclus¿o de culpabilidade, embora melhor, pela estrutura do delito, dizer ¿ exclus¿o de tipicidade) e n¿o se fizer necessária porque dispensável no caso concreto, o magistrado poderá deixar (deverá fazê-lo) de aplicar a pena. ***O Direito Penal moderno n¿o se restringe a raciocínio de lógica formal. Cumpre considerar o sentido humanístico da norma jurídica****. E mais. Toda lei tem significado teleológico.* ***A pena volta-se para a utilidade****. (REsp 112.600/DF, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, Rel. p/ Acórd¿o Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA, julgado em 21.05.1998, DJ 17.08.1998 p. 96).*

PENAL. HABEAS CORPUS. CÁRCERE PRIVADO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. **PRINCÍPIO DA BAGATELA IMPRÓPRIA**. IRRELEVÂNCIA PENAL DO FATO. AÇ¿O PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA. AUSÊNCIA DE REQUISITOS SUBJETIVOS POSITIVOS. MAUS ANTECEDENTES. **RECONHECIMENTO DA DESNECESSIDADE DA PENA**. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.

I. **O reconhecimento do princípio da bagatela imprópria permite que o julgador, mesmo diante de um fato típico, deixe de aplicar a pena em raz¿o desta ter se tornado desnecessária, diante da verificaç¿o de determinados requisitos**.

II. No vertente caso, o Tribunal a quo reconheceu a incidência do princípio da bagatela imprópria quanto ao crime de les¿o corporal, tendo em vista que este se processa mediante **aç¿o penal pública condicionada**. Contudo, deixou de aplicar o citado princípio para o crime de cárcere privado, por se tratar de delito que se processa através de **aç¿o penal pública incondicionada**.

III. A aç¿o penal pública incondicionada n¿o se submete ao juízo de oportunidade e conveniência da vítima para se manifestar sobre seu interesse na persecuç¿o penal do autor do fato criminoso.

IV. Ademais, o paciente n¿o reúne requisitos subjetivos positivos, pois foi condenado anteriormente por outros delitos igualmente graves, o que n¿o permite o reconhecimento da desnecessidade da pena.

V. Ordem denegada, nos termos do voto do Relator.

(HC 222.093/MS, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2012, DJe 14/08/2012). *Destaquei.*

À guisa de derradeira conclus¿o, verifica-se que **o novel princípio bagatelar impróprio**, como desdobramento do princípio da insignificância, tem a funç¿o de atenuar o rigorismo da lei penal, tutelando a integridade do ordenamento jurídico como sistema e buscando a justiça do caso concreto.

Dispositivo

PELO EXPOSTO, e com arrimo no art. 59, parte final, do Código Penal, por entender ser desnecessária a pena à luz do caso concreto analisado, conforme a fundamentaç¿o delineada, **declaro extinta a punibilidade dos réus: ANTÔNIO AMARILDO OLIVEIRA SILVA E IVANDRO CORREA DOS SANTOS já qualificados**, o que faço ainda respaldado no art. 107, IX, do Código Penal (aplicado em analogia).

Com efeito, revogo os mandados de pris¿o eventualmente expedidos, devendo ser recolhidos no presente processo, expedindo-se contraordem de pris¿o e/ou alvará de soltura, se for o caso.

Representando a declaraç¿o da extinç¿o da punibilidade a impossibilidade jurídica de o Estado impor uma sanç¿o penal ao responsável pelo delito praticado, **coerente se faz reconhecer, também, em favor da ré a revogaç¿o de eventual suspens¿o ou cassaç¿o de sua Carteira Nacional de Habilitaç¿o ¿ CNH**, o que faço ainda com supedâneo na Súmula 18 do Superior Tribuna de Justiça, face à aplicaç¿o em analogia do art. 107, IX, do Código Penal.

Publique-se, **registre-se** e **intimem-se**. **Dispensada**, no ponto, **a intimaç¿o do réu**, com fulcro no enunciado criminal nº 105 do Fonaje (aplicado em analogia).

Expeça-se o que for necessário o efetivo cumprimento da decis¿o.

N¿o havendo recurso, certifique-se o trânsito em julgado. Em seguida, feitas às anotaç¿es de estilo, arquivem-se os autos com baixa na distribuiç¿o.

Cumpra-se.

Cachoeira do Arari/PA, 21 de março de 2022.

NATASHA VELOSO DE PAULA AMARAL DE ALMEIDA

Juíza de Direito respondendo pela Comarca de Cachoeira do Arari e Termo de Santa Cruz do Arari

[1] Oraç¿o aos Moços. Ruy Barbosa. Discurso à turma de 1920 da Faculdade de Direito de S¿o Paulo.

[2] *Ministro Vicente Leal em voto que acompanhou a divergência no REsp 112.600/DF, SEXTA TURMA, julgado em 21.05.1998, DJ 17.08.1998.*

[3] ¿(...) O fundamento da desnecessidade da pena (leia-se: da sua dispensa) reside em **múltiplos fatores**: ínfimo desvalor da culpabilidade, ausência de antecedentes criminais, reparaç¿o dos danos, reconhecimento da culpa, colaboraç¿o com a justiça, o fato de o agente ter sido processado, o fato de ter sido preso ou ter ficado preso por um período etc.. Tudo deve ser analisado pelo juiz em cada caso concreto. Lógico que todos esses fatores n¿o precisam concorrer conjugadamente. Cada caso é um caso. Fundamental é o juiz analisar detidamente as circunstâncias do fato concreto (concomitantes e posteriores) assim como seu autor¿. Luiz Flávio Gomes, in "Princípio da Insignificância e outras excludentes de tipicidade", editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 29, doutrina referenciada e extraída do voto do Min. Gilson Dipp, no HC 222.093/MS, julgado em 07/08/2012, DJe 14/08/2012, pela Quinta Turma do STJ.

Processo nº: 0001683-61.2018.814.1979

Acusado: RUY DOS SANTOS NETO

Tipificaç¿o jurídico-penal: art.168 do CPB.

Advogado: Dr. MAYKO BENEDITO BRITO DE LEÃO OAB/PA 28.746

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de processo criminal instaurado em face do acusado acima nominado, já qualificado, a quem se atribui a prática de infraç¿o(¿es) penal(is) classificada(s) juridicamente como subsumível(is) ao(s) artigo(s) supramencionado(s).

Segundo consta, busca-se apurar um possível crime de furto que teria ocorrido no ano de 2018 (dois mil e dezoito).

Até ent¿o nada que fuja da praxe jurisdicional, sendo apenas mais uma das inúmeras demandas penais a ser apreciada pelo Estado-juiz; a n¿o ser o fato de tal caso ter ocorrido há mais de 3 (três) anos. Desse contexto, uma indagaç¿o se imp¿e: qual a **efetividade de um processo** que visa apurar fato sem aparente complexidade que, até o momento, sequer teve por iniciada a fase de instruç¿o criminal?

Em verdade, de efetiva esta causa penal deixou de ser há bastante tempo, na medida em que valores fundamentais estabelecidos no nosso Texto Constitucional foram vilipendiados, dentre eles, a segurança jurídica e a razoabilidade, esta última consagrada nos princípios do devido processo legal (art. 5º, LIV, CR/88) e da duraç¿o razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, CR/88).

E tal afronta é de extens¿o t¿o profunda que qualquer que seja a natureza do provimento jurisdicional a ser aqui emanado, **n¿o se conseguirá alcançar uma decis¿o ótima**, em face da violaç¿o da própria efetividade do processo.

É como dizia o Prof. Ruy Babosa: ¿(...) justiça atrasada n¿o é justiça, sen¿o injustiça qualificada e manifesta. Porque a dilaç¿o ilegal nas m¿os do julgador contraria o direito das partes, e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade¿[1].

Enfim, no caso em quest¿o, ¿(p)erdeu-se no tempo o sentido da pena. Seria ela de utilidade se realizada

de forma contemporânea aos fatos. Mas já agora ela perde, efetivamente, a utilidade¿[2].

Destarte, entendo adequado a aplicaç¿o, no caso, do **princípio bagatelar impróprio**, segundo o qual, em que pese a infraç¿o penal ter nascido relevante para o direito penal, atualmente a incidência de qualquer pena no caso concreto apresenta-se totalmente desnecessária e inútil do ponto de vista punitivo e ressocializador, em face da **ineficiência do sistema de justiça na resoluç¿o das quest¿es dentro de um prazo razoável**.

Aliado a isso, reputo ainda como **fundamento** da **desnecessidade da pena**, nesse caso específico, o fato de o (a) acusado (a) estar sendo processado (a) por t¿o delongado tempo. Em palavras mais simples, **a pena também n¿o se afigura mais necessária sob este prisma**, em face destas consequências negativas[3] já suportadas pela acusada, suficientes, pois, **para a reprovaç¿o e prevenç¿o do crime** (finalidades da pena).

Por oportuno, é de se destacar que a quest¿o a respeito de ser lícito ao julgador, no caso concreto, deixar de aplicar a sanç¿o penal já foi acolhida, inclusive, pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, sen¿o vejamos:

¿RESP ¿ PROCESSO PENAL ¿ EXECUÇ¿O DA PENA ¿ O art. 59 do CP indica o sentido, a finalidade da pena: ¿necessária e suficiente para reprovaç¿o e prevenç¿o do crime¿. Assim, se n¿o reprovável a conduta (v.g. princípio da insignificância para a corrente doutrinária que o tem como mera exclus¿o de culpabilidade, embora melhor, pela estrutura do delito, dizer ¿ exclus¿o de tipicidade) e n¿o se fizer necessária porque dispensável no caso concreto, o magistrado poderá deixar (deverá fazê-lo) de aplicar a pena. ***O Direito Penal moderno n¿o se restringe a raciocínio de lógica formal. Cumpre considerar o sentido humanístico da norma jurídica****. E mais. Toda lei tem significado teleológico.* ***A pena volta-se para a utilidade****. (REsp 112.600/DF, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, Rel. p/ Acórd¿o Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, SEXTA TURMA, julgado em 21.05.1998, DJ 17.08.1998 p. 96).*

PENAL. HABEAS CORPUS. CÁRCERE PRIVADO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. **PRINCÍPIO DA BAGATELA IMPRÓPRIA**. IRRELEVÂNCIA PENAL DO FATO. AÇ¿O PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA. AUSÊNCIA DE REQUISITOS SUBJETIVOS POSITIVOS. MAUS ANTECEDENTES. **RECONHECIMENTO DA DESNECESSIDADE DA PENA**. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.

I. **O reconhecimento do princípio da bagatela imprópria permite que o julgador, mesmo diante de um fato típico, deixe de aplicar a pena em raz¿o desta ter se tornado desnecessária, diante da verificaç¿o de determinados requisitos**.

II. No vertente caso, o Tribunal a quo reconheceu a incidência do princípio da bagatela imprópria quanto ao crime de les¿o corporal, tendo em vista que este se processa mediante **aç¿o penal pública condicionada**. Contudo, deixou de aplicar o citado princípio para o crime de cárcere privado, por se tratar de delito que se processa através de **aç¿o penal pública incondicionada**.

III. A aç¿o penal pública incondicionada n¿o se submete ao juízo de oportunidade e conveniência da vítima para se manifestar sobre seu interesse na persecuç¿o penal do autor do fato criminoso.

IV. Ademais, o paciente n¿o reúne requisitos subjetivos positivos, pois foi condenado anteriormente por outros delitos igualmente graves, o que n¿o permite o reconhecimento da desnecessidade da pena.

V. Ordem denegada, nos termos do voto do Relator.

(HC 222.093/MS, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2012, DJe 14/08/2012). *Destaquei.*

À guisa de derradeira conclus¿o, verifica-se que **o novel princípio bagatelar impróprio**, como desdobramento do princípio da insignificância, tem a funç¿o de atenuar o rigorismo da lei penal, tutelando a integridade do ordenamento jurídico como sistema e buscando a justiça do caso concreto.

Dispositivo

PELO EXPOSTO, e com arrimo no art. 59, parte final, do Código Penal, por entender ser desnecessária a pena à luz do caso concreto analisado, conforme a fundamentaç¿o delineada, **declaro extinta a punibilidade do réu: RUY DOS SANTOS NETO, já qualificado**, o que faço ainda respaldado no art. 107, IX, do Código Penal (aplicado em analogia).

Com efeito, revogo os mandados de pris¿o eventualmente expedidos, devendo ser recolhidos no presente processo, expedindo-se contraordem de pris¿o e/ou alvará de soltura, se for o caso.

Representando a declaraç¿o da extinç¿o da punibilidade a impossibilidade jurídica de o Estado impor uma sanç¿o penal ao responsável pelo delito praticado, **coerente se faz reconhecer, também, em favor da ré a revogaç¿o de eventual suspens¿o ou cassaç¿o de sua Carteira Nacional de Habilitaç¿o ¿ CNH**, o que faço ainda com supedâneo na Súmula 18 do Superior Tribuna de Justiça, face à aplicaç¿o em analogia do art. 107, IX, do Código Penal.

Publique-se, **registre-se** e **intimem-se**. **Dispensada**, no ponto, **a intimaç¿o do réu**, com fulcro no enunciado criminal nº 105 do Fonaje (aplicado em analogia).

Expeça-se o que for necessário o efetivo cumprimento da decis¿o.

N¿o havendo recurso, certifique-se o trânsito em julgado. Em seguida, feitas às anotaç¿es de estilo, arquivem-se os autos com baixa na distribuiç¿o.

Cumpra-se.

Cachoeira do Arari/PA, 23 de março de 2022.

NATASHA VELOSO DE PAULA AMARAL DE ALMEIDA

Juíza de Direito respondendo pela Comarca de Cachoeira do Arari e Termo de Santa Cruz do Arari

[1] Oraç¿o aos Moços. Ruy Barbosa. Discurso à turma de 1920 da Faculdade de Direito de S¿o Paulo.

[2] *Ministro Vicente Leal em voto que acompanhou a divergência no REsp 112.600/DF, SEXTA TURMA, julgado em 21.05.1998, DJ 17.08.1998.*

[3] ¿(...) O fundamento da desnecessidade da pena (leia-se: da sua dispensa) reside em **múltiplos fatores**: ínfimo desvalor da culpabilidade, ausência de antecedentes criminais, reparaç¿o dos danos, reconhecimento da culpa, colaboraç¿o com a justiça, o fato de o agente ter sido processado, o fato de ter sido preso ou ter ficado preso por um período etc.. Tudo deve ser analisado pelo juiz em cada caso concreto. Lógico que todos esses fatores n¿o precisam concorrer conjugadamente. Cada caso é um caso. Fundamental é o juiz analisar detidamente as circunstâncias do fato concreto (concomitantes e posteriores) assim como seu autor¿. Luiz Flávio Gomes, in "Princípio da Insignificância e outras excludentes de tipicidade", editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 29, doutrina referenciada e extraída do voto do Min. Gilson Dipp, no HC 222.093/MS, julgado em 07/08/2012, DJe 14/08/2012, pela Quinta Turma do STJ.

PROCESSO Nº 0000303-73.2007.8.14.0011

CLASSE: ABORTO PROVOCADO PELA GESTANTE

REU: WALTER GONÇALVES DALANDRINE

VÍTIMA: M. D. C.

SENTENÇA

Vistos etc.

O Ministério Público do Estado do Pará, através do Promotor de Justiça atuante nesta Comarca, ofereceu **DENÚNCIA** para o (s) acusado (s) devidamente qualificado (s) na peça ministerial, descrevendo a aç¿o cometida pelo (s) denunciado (s) imputando-lhe (s) o tipo penal pertinente previsto no atual ordenamento jurídico.

Contudo, em que pese o efetivo e regular andamento do feito até o presente momento, a marcha processual se tornou morosa, fazendo com que o processo excedesse o prazo ideal e almejado para atingir o deslinde da aç¿o.

Os autos vieram conclusos.

É o, sucinto, relatório.

Passo a decidir.

Compulsando os autos, verifica-se que até o presente momento a instruç¿o processual n¿o fora concluída.

Há de se considerar que, conforme disp¿e a Lei Penal, depois de transitar em julgado a sentença final, a prescriç¿o é regulada pela pena aplicada (artigo 110 do CPB).

Assim, é de todo evidente que no presente caso a relaç¿o jurídica processual está prescrita, considerando o tipo penal constante na denúncia, a pena máxima em abstrato cominada para o crime em quest¿o, o decurso do tempo, os prazos prescricionais previstos no art. 109, do Código Penal Brasileiro e a inexistência de outras causas de suspens¿o ou interrupç¿o do curso prescricional até o presente momento.

Com efeito, verifica-se que tal lapso temporal/prescricional ocorreu durante o tramite judicial, entre a data do recebimento da denúncia e a data da publicaç¿o desta sentença, de forma a extrapolar o prazo legalmente previsto.

Assim, da data em que o crime se consumou até o presente momento, n¿o ocorreu outro marco interruptivo da contagem do prazo prescricional sen¿o o recebimento da denúncia oferecida pelo Ministério Público.

Ademais, é importante ressaltar que o juiz pode perfeitamente reconhecer de ofício a prescriç¿o em qualquer fase do processo, conforme preconiza o art. 61 do CPP.

ANTE O EXPOSTO, com fundamento nos artigos 10, 107, IV, 109, 110 e 117, todos do CPB e artigo 61 do CPP, **DECRETO A EXTINÇ¿O DA PUNIBILIDADE** do fato imputado ao (s) denunciado (s) pela prescriç¿o da pretens¿o punitiva/executória estatal e, por consequência, **REVOGO** eventual medida cautelar/protetiva e/ou pris¿o preventiva decretada.

À Secretaria, proceda-se a comunicaç¿o de que trata o artigo 201, § 2º, do CPP, se for o caso. Após o trânsito em julgado, arquivem-se, com as formalidades legais. Sem custas.

P. R. I. C.

Cachoeira Do Arari (PA), 22 de mar¿§o de 2022.

NATASHA VELOSO DE PAULA AMARAL DE ALMEIDA

Juíza de Direito respondendo pela Comarca de Cachoeira do Arari e Termo de Santa Cruz do Arari

PROCESSO Nº: 0000062-79.2019.8.14.0011

CLASSE: BUSCA E APREENSÃO

REQUERENTE: CAIXA CONSORCIO SA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO

REQUERIDO: LEONEL DOS SANTOS NERI

ADVOGADO: Dr. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA OAB/PA 88.492

ADVOGADO: Dr. FRANCISCO ROLANDO DE BIASI FILHO OAB/PS 388326

SENTENÇA

TRATA-SE AÇ¿O DE BUSCA E APREENS¿O proposta por **CAIXA CONSÓRCIOS S/A ¿ ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS** em face de **LEONEL DO SANTOS NERI**, ambos devidamente qualificados nos autos.

Em que pese o regular andamento da instruç¿o, compulsando os autos, verifico que a parte requerente foi devidamente intimada para impulsionar o feito, conforme depreende-se da leitura da certid¿o de fl.37. O processo se encontra parado há 2 (dois) anos, sem interposiç¿o de manifestaç¿o da parte autora, mesmo regulamente intimada.

Denota-se a falta de interesse no prosseguimento do feito, n¿o existindo motivos para persecuç¿o da instruç¿o processual, face a inércia da parte da autora.

É a síntese do necessário.

Decido.

O Código de Processo Civil Brasileiro, em seu art. 485, II, estabelece que o processo deve ser extinto, sem resoluç¿o de mérito).

II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;

Pois bem. In casu, o feito encontra-se paralisado, por inércia da parte, o processo encontra-se paralisado sem a interposiç¿o de qualquer petiç¿o.

Diante do exposto, julgo extinto o processo, sem resoluç¿o de mérito, com fundamento no art. 485, II, do Código de Processo Civil.

Intime-se as partes.

Certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se em definitivo os autos.

P.R.I.C.

Cachoeira do Arari/PA, 21 de março de 2022.

NATASHA VELOSO DE PAULA AMARAL DE ALMEIDA

Juíza de Direito respondendo pela Comarca de Cachoeira do Arari e Termo de Santa Cruz do Arari

PROCESSO Nº: 0001193-89.2019.8.14.0011

CLASSE: AÇÃO DE ALIMENTOS

REQUERENTE: AILTON JOSE DE LIMA

REQUERIDO: LUCAS ALEXANDRE BARBOSA LIMA

ADVOGADO: Dr. GERSON ESTEVAM DE OLIVEIRA OAB/PA 20.781

SENTENÇA

TRATA-SE AÇ¿O REVISIONAL DE ALIMENTOS proposta por **AILTON JOSE DE LIMA** em face de **L.A.B.L,** neste ato representado genitora **ANDREIA BARBOSA FEIO**, ambos devidamente qualificados nos autos.

Em que pese o regular andamento da instruç¿o, compulsando os autos, verifico que a parte requerente foi devidamente intimada para impulsionar o feito, conforme depreende-se da leitura da certid¿o de fl.38. O processo se encontra parado há 2 (dois) anos, sem interposiç¿o de manifestaç¿o da parte autora, mesmo regulamente intimada.

Denota-se a falta de interesse no prosseguimento do feito, n¿o existindo motivos para persecuç¿o da instruç¿o processual, face a inércia da parte da autora.

É a síntese do necessário.

Decido.

O Código de Processo Civil Brasileiro, em seu art. 485, II, estabelece que o processo deve ser extinto, sem resoluç¿o de mérito).

II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;

Pois bem. In casu, o feito encontra-se paralisado, por inércia da parte, o processo encontra-se paralisado sem a interposiç¿o de qualquer petiç¿o.

Diante do exposto, julgo extinto o processo, sem resoluç¿o de mérito, com fundamento no art. 485, II, do Código de Processo Civil.

Intime-se as partes.

Certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se em definitivo os autos.

P.R.I.C.

Cachoeira do Arari/PA, 21 de março de 2022.

NATASHA VELOSO DE PAULA AMARAL DE ALMEIDA

Juíza de Direito respondendo pela Comarca de Cachoeira do Arari e Termo de Santa Cruz do Arari

COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTE

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GARRAFÃO DO NORTE

0 0 0 0 0 3 7 1 0 2 0 1 2 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 1 2 2 0 0 0 0 1 3 1 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MELINA PINTO DE SOUZA CALDEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/03/2022---AUTOR:MIINISTERIO PUBLICO DENUNCIADO:JOSE DENILSON OLIVEIRA DIAS Representante(s): OAB 14039 - BRUNO AUGUSTO TEIXEIRA ERICEIRA (DEFENSOR) VITIMA:A. R. M. DENUNCIADO:JOABES DE SOUZA AGUIAR Representante(s): OAB 13280 - LUIZ TIAGO COELHO PONTES (ADVOGADO) . [Digite aqui] Â EDITAL DE INTIMAÇÃO DE Nº. 008/2022 (Prazo de 90 dias) A Excelentíssima Senhora Doutora SILVIA CLEMENTE SILVA ATAIDE, MM. Juíza de Direito Titular desta Comarca de Garrafão do Norte - Pará, República Federativa do Brasil, etc. FAZ SABER aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo Ministério Público desta Comarca de Garrafão do Norte, foi Condenado o réu JOSÉ DENILSON OLIVEIRA DIAS, brasileiro, paraense, nascido em 21/10/1991, filho de Domingos Oliveira Dias e de Gregoria Oliveira Dias, antes residente na Rua Valdemar Pontes, Bairro Vila Nova, Município de Nova Esperança do Piriá/PA, atualmente em lugar incerto e não sabido, como incurso nas sanções punitivas do Art. 157, 2º, II do CPB, e como não foi encontrado para ser intimado pessoalmente da Sentença, expede-se o presente EDITAL, no prazo de 90 (noventa) dias, nos termos do art. 392 do CPP ficando por esta forma regularmente INTIMADO. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, no presente ou futuramente, determinou a MM. Juíza de Direito expedir o presente Edital que será publicado no Átrio deste FÃ³rum, como manda a Lei. Nada mais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Garrafão do Norte, Estado do Pará, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois (25.03.2022). Eu, _____, Melina Pinto de Souza Caldeira, Diretora da Secretaria Judicial, digitei conferi e subscrevi. MELINA PINTO DE SOUZA CALDEIRA Diretora de Secretaria Judicial

COMARCA DE AFUÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AFUÁ

RESENHA: 31/05/2021 A 31/05/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AFUA - VARA: VARA UNICA DE AFUA PROCESSO: 00071284020198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Declaração de Ausência em: 31/05/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA REQUERENTE:JOANA VAZ DA SILVA REQUERIDO:RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA. EDITAL Prazo de 1 (um) ano Por ordem do Exmo. Dr. Erick Costa Figueira, Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ã£es legais, etc. Pelo presente Edital, indo devidamente assinado, extraÃ-do dos autos do Processo n.Âº 0007128-40.2019.8.14.0002 - DECLARAÃÃO DE AUSÃNCIA, em que figura como requerido: RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA que atualmente encontra-se em lugar incerto e nÃ£o sabido, vem, em atenÃ§Ã£o Ã DecisÃ£o InterlocutÃ³ria de fl. 13, ANUNCIAR a arrecadaÃ§Ã£o dos bens do ausente supracitado e CHAMAR o mesmo a entrar na posse de seus bens, nos termos do Art. 745 do CPC, referente aos autos do processo em epÃ-grafe, que tramita neste FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡, sito na PraÃ§a Albertino BaraÃºna, s/n, centro, AfuÃ¡ (PA). Dado e passado nesta cidade e Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, RepÃºblica Federativa do Brasil, ao(s) vinte e oito (28) dia(s) do mÃªs de maio de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Elimar de Lima Cardoso, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei. Â ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ CERTIDÃO DE PUBLICAÃÃO Certifico para os devidos fins, que, nesta data, publiquei o presente edital, referente aos autos em epÃ-grafe, no mural do FÃ³rum desta Comarca de AfuÃ¡(PA). AfuÃ¡ (PA), ____ /____ / 2021. Assinatura do servidor

RESENHA: 31/05/2021 A 31/05/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AFUA - VARA: VARA UNICA DE AFUA PROCESSO: 00071284020198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Declaração de Ausência em: 31/05/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA REQUERENTE:JOANA VAZ DA SILVA REQUERIDO:RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA. EDITAL Prazo de 1 (um) ano Por ordem do Exmo. Dr. Erick Costa Figueira, Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ã£es legais, etc. Pelo presente Edital, indo devidamente assinado, extraÃ-do dos autos do Processo n.Âº 0007128-40.2019.8.14.0002 - DECLARAÃÃO DE AUSÃNCIA, em que figura como requerido: RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA que atualmente encontra-se em lugar incerto e nÃ£o sabido, vem, em atenÃ§Ã£o Ã DecisÃ£o InterlocutÃ³ria de fl. 13, ANUNCIAR a arrecadaÃ§Ã£o dos bens do ausente supracitado e CHAMAR o mesmo a entrar na posse de seus bens, nos termos do Art. 745 do CPC, referente aos autos do processo em epÃ-grafe, que tramita neste FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡, sito na PraÃ§a Albertino BaraÃºna, s/n, centro, AfuÃ¡ (PA). Dado e passado nesta cidade e Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, RepÃºblica Federativa do Brasil, ao(s) vinte e oito (28) dia(s) do mÃªs de maio de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Elimar de Lima Cardoso, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei. Â ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ CERTIDÃO DE PUBLICAÃÃO Certifico para os devidos fins, que, nesta data, publiquei o presente edital, referente aos autos em epÃ-grafe, no mural do FÃ³rum desta Comarca de AfuÃ¡(PA). AfuÃ¡ (PA), ____ /____ / 2021. Assinatura do servidor

RESENHA: 31/05/2021 A 31/05/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AFUA - VARA: VARA UNICA DE AFUA PROCESSO: 00071284020198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Declaração de Ausência em: 31/05/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA REQUERENTE:JOANA VAZ DA SILVA REQUERIDO:RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA. EDITAL Prazo de 1 (um) ano Por ordem do Exmo. Dr. Erick Costa Figueira, Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ã£es legais, etc. Pelo presente Edital, indo devidamente

assinado, extraÃ-do dos autos do Processo n.Âº 0007128-40.2019.8.14.0002 - DECLARAÃÃO DE AUSÃNCIA, em que figura como requerido: RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA que atualmente encontra-se em lugar incerto e nÃ£o sabido, vem, em atenÃ§Ã£o Ã DecisÃ£o InterlocutÃ³ria de fl. 13, ANUNCIAR a arrecadaÃ§Ã£o dos bens do ausente supracitado e CHAMAR o mesmo a entrar na posse de seus bens, nos termos do Art. 745 do CPC, referente aos autos do processo em epÃ-grafe, que tramita neste FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡, sito na PraÃ§a Albertino BaraÃºna, s/n, centro, AfuÃ¡ (PA). Dado e passado nesta cidade e Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, RepÃºblica Federativa do Brasil, ao(s) vinte e oito (28) dia(s) do mÃªs de maio de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Elimar de Lima Cardoso, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei. Â ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ CERTIDÃO DE PUBLICAÃÃO Certifico para os devidos fins, que, nesta data, publiquei o presente edital, referente aos autos em epÃ-grafe, no mural do FÃ³rum desta Comarca de AfuÃ¡(PA). AfuÃ¡ (PA), ____ /____ / 2021. Assinatura do servidor

RESENHA: 18/03/2022 A 24/03/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AFUA - VARA: VARA UNICA DE AFUA PROCESSO: 00000103820048140002 PROCESSO ANTIGO: 200410001066 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Execução Fiscal em: 21/03/2022 EXECUTADO:ADAMAOR COELHO DA SILVA EXEQUENTE:IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00000229020208140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 21/03/2022 FLAGRANTEADO:PEDRO PAULO DA COSTA ROCHA VITIMA:D. A. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da sentenÃ§a (extinÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito) e a ausÃªncia de prejuÃ-zo, fica dispensada a intimaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFIQUE-SE o trÃ¢nsito em julgado e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de

2022. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00002404120088140002 PROCESSO ANTIGO: 200810000923 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: EXECUCAO FISCAL em: 21/03/2022 EXEQUENTE:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA EXECUTADO:FLORESTA NORTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA E OUTROS. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00003579020128140002 PROCESSO ANTIGO: 201210003260 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Cumprimento de sentença em: 21/03/2022 REQUERIDO:ODENILTON JOAO CAMPOS DOS SANTOS REPRESENTANTE:MARILENE DA SILVA CHAVES Representante(s): WILKER RAMON SALOMAO FERNANDES OAB AP (ADVOGADO) REQUERENTE:E. T. C. S. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do

autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00003715020078140002 PROCESSO ANTIGO: 200710001261 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: EXECUCAO FISCAL - FEDERAL em: 21/03/2022 REQUERENTE:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (INSS) Representante(s): JOAQUIM MOREIRA ROCHA (ADVOGADO) REQUERIDO:FLORESTA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00004819220208140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) em: 21/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA INVESTIGADO:JOSE BORGES DA SILVA COMERCIO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da sentenÃ§a (extinÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito) e a ausÃªncia de prejuÃ-zo, fica dispensada a intimaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFIQUE-SE o trÃ¢nsito em julgado e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO:

00004860320098140002 PROCESSO ANTIGO: 20091000424 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Processo de Conhecimento em: 21/03/2022 REQUERENTE:ESTADO DE PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL REQUERIDO:FOLRESTA NORTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da sentenÃ§a (extinÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito) e a ausÃªncia de prejuÃ-zo, fica dispensada a intimaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFIQUE-SE o trÃ¢nsito em julgado e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00005163320128140002 PROCESSO ANTIGO: 201210004953 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Sumário em: 21/03/2022 REQUERIDO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERENTE:RAIMUNDO MARQUES DA SILVA. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00005308520108140002 PROCESSO ANTIGO: 201010003585 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Guarda de Infância e Juventude em: 21/03/2022 REQUERIDO:MANUEELLE DE BRITO DOS SANTOS REQUERENTE:BENEDITO CLAUDIO MARQUES DE SOUZA Representante(s): OAB 846-ap - JORDEL FARIAS DE MELO (ADVOGADO) . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo,

cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00005818620168140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:ANDREIA DO SOCORRO ARAUJO FERNANDES Representante(s): OAB 1861 - WILKER RAMON SALOMAO FERNANDES (ADVOGADO) REQUERENTE:PAULO MARCEL JARDIM BATISTA Representante(s): OAB 1861 - WILKER RAMON SALOMAO FERNANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:RONNAN CARVALHO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da sentenÃ§a (extinÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito) e a ausÃªncia de prejuÃ-zo, fica dispensada a intimaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFIQUE-SE o trÃ¢nsito em julgado e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00006477620108140002 PROCESSO ANTIGO: 201010004658 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Execução Fiscal em: 21/03/2022 REQUERENTE:INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA REQUERIDO:TEYLOR IND. COMERCIO EXPORTACAO NAVEGACAO E AGRAPECUARIA LTDA. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo,

fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00009666820158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Sumário em: 21/03/2022 REQUERENTE:LURDINEIA DANTAS MACIEL REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00010858720198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:AVELINO QUARESMA MIRANDA Representante(s): OAB 4694 - HUANDERSON CARDOSO ALMEIDA (ADVOGADO) . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter

um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00011054920178140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 REQUERENTE:BANCO BRASIL SA Representante(s): OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:OSVALDO DA SILVA BARBOSA EPP REQUERIDO:FRANCISCO TAVARES VILHENA NETO. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00011228520178140002

PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Mandado de Segurança Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:LIDIA FERREIRA MOURA Representante(s): OAB 2497 - KATHLEM PAULA PINHEIRO DE MORAES (ADVOGADO) REQUERIDO:SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÂ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00015238920148140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Mandado de Segurança Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:TEREZINHA ARAUJO MACIEL LIMA Representante(s): OAB 8934 - ROSILENE SOARES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:DAYANE PINTO BACELAR Representante(s): OAB 8934 - ROSILENE SOARES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:ALVARO DO SOCORRO NASCIMENTO DE MELO Representante(s): OAB 8934 - ROSILENE SOARES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:CORACI DUARTE PANTOJA Representante(s): OAB 8934 - ROSILENE SOARES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:LOURIANE NUNES DE ALMEIDA Representante(s): OAB 8934 - ROSILENE SOARES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:BENEDITO BRAGA RODRIGUES Representante(s): OAB 8934 - ROSILENE SOARES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:SECRETARIA DE EDUCACAO DO MUNICIPIO DE AFUA. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria,

independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00027426920168140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Cumprimento de sentença em: 21/03/2022 REQUERENTE:ANTONIO SERRAO RIBEIRO Representante(s): OAB 905-B - JOSE ROBERTO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:ELIVALDO CARDOSO. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00028838820168140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 REQUERENTE:E. R. S. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) MARICLEDIA RODRIGUES DE OLIVEIRA (REP LEGAL) REQUERENTE:E. R. S. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

(DEFENSOR) MARICLEDIA RODRIGUES DE OLIVEIRA (REP LEGAL) REQUERIDO:JOSE ASSIS ROSA DOS SANTOS. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00032654720178140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 21/03/2022 REQUERENTE:ROLDAO DE ALMEIDA LOBATO Representante(s): OAB 0428 - IDELFONSO PANTOJA DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:JONATAS LIMA DA COSTA. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as

circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00040452620138140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Execução de Alimentos em: 21/03/2022 REQUERENTE:F. S. P. REQUERENTE:F. V. P. F. REPRESENTANTE:ERIMARCIA ALMEIDA DA SILVA REQUERIDO:FRANCINALDO VAZ PINHEIRO. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00043861820148140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Inquérito Policial em: 21/03/2022 AUTOR:JORGE LIMA DIAS VITIMA:I. S. A. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da sentenÃ§a (extinÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito) e a ausÃªncia de prejuÃ-zo, fica dispensada a intimaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFIQUE-SE o trÂ¢nsito em julgado e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00044298620138140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:MARCIEL MARTINS COSTA REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA Representante(s): OAB 0428 - IDELFONSO PANTOJA DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da sentenÃ§a (extinÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito) e a ausÃªncia

de prejuÃ-zo, fica dispensada a intimaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFIQUE-SE o trÃ¢nsito em julgado e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00054055420178140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:ADELSON CORTES DA SILVA Representante(s): OAB 0376 - JOSE AUGUSTO PEREIRA CARDOSO (ADVOGADO) OAB 3150 - JOEL SENA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:LUIZ CARLOS GONCALVES DE SA SEIXAS Representante(s): OAB 0428 - IDELFONSO PANTOJA DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00057098220198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Regularização de Registro Civil em: 21/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERENTE:BIANDERSON CAMOES PALHETA Representante(s): BIANOR CARDOSO PALHETA FILHO (REP LEGAL) . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485,

inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00058500420198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:EVANILSON BRANDAO ALMEIDA Representante(s): OAB 3059 - GLEYDSON ALMEIDA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:JORGE TEIXEIRA CASTILHO. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00058836220178140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:ALIENE LOBATO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 1861 - WILKER RAMON SALOMAO FERNANDES (ADVOGADO) REQUERENTE:NILTON CARMO DOS SANTOS SILVA Representante(s): OAB 1861 - WILKER RAMON SALOMAO FERNANDES (ADVOGADO) . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ

SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÂ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00931971720158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Cumprimento de sentença em: 21/03/2022 REQUERENTE:RAIMUNDA ESTRELA CHUCRE REPRESENTANTE:OZIEL CHUCRE DOS SANTOS Representante(s): OAB 0846 - JORDEL FARIAS D EMELO (ADVOGADO) REQUERIDO:WALDINETE PEREIRA LEMOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da sentenÃ§a (extinÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito) e a ausÃªncia de prejuÃ-zo, fica dispensada a intimaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFIQUE-SE o trÂ¢nsito em julgado e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 01191940220158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 21/03/2022 REQUERENTE:BENEDITO FERREIRA DAMASCENO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL DE AFUA IMPAS REQUERIDO:MUNICIPIO DE AFUA. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da

fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÂ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 18 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00024077920188140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 23/03/2022 REQUERENTE:DORANILDO ALMEIDA DOS SANTOS Representante(s): OAB 0428 - IDELFONSO PANTOJA DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) . TERMO DE AUDIÃNCIA Processo NÂº 0002407-79.2018.8.14.0002 No dia 23 de marÃ§o de 2022, na Sala de AudiÃªncias do FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, presente o Dr. ERICK COSTA FIGUEIRA, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca, juntamente comigo, SecretÃ¡rio de AudiÃªncias, adiante declarado. Aberta a audiÃªncia e feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a ausÃªncia da parte, mas a presenÃ§a de seu patrono, Dr. Idelfonso Pantoja da Silva Junior OAB AP 428B, alÃ©m da presenÃ§a do representante do MinistÃ©rio PÃºblico. Aberta a audiÃªncia, o patrono do requerente consignou que o autor nÃ£o pode estÃ¡ presente devido a compromissos de trabalho na zona rural do municÃ-pio, razÃ£o pela qual pugnou pela redesignaÃ§Ã£o da audiÃªncia. Ouvido o MP, este informou que nÃ£o se opÃµe ao pleito. Em seguida, o MM. Juiz proferiu o seguinte DESPACHO EM AUDIÃNCIA: considerando o requerimento do patrono do requerente, defiro o pedido para que seja redesignada a audiÃªncia de justificaÃ§Ã£o. ACAUTELEM-SE os autos na Secretaria, a fim de designar nova data para realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o. Nada mais havendo, lavrei o presente termo, que lido e achado conforme. Eu, _____, Raimundo Pereira de Abreu, SecretÃ¡rio de AudiÃªncia, digitei, conferi e assino. Juiz de Direito (assinado digitalmente) Promotor de justiÃ§a: _____ Advogado do requerente: _____ PROCESSO: 00024077920188140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 23/03/2022 REQUERENTE:DORANILDO ALMEIDA DOS SANTOS Representante(s): OAB 0428 - IDELFONSO PANTOJA DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) . TERMO DE AUDIÃNCIA Processo NÂº 0002407-79.2018.8.14.0002 No dia 23 de marÃ§o de 2022, na Sala de AudiÃªncias do FÃ³rum da Comarca de AfuÃ¡, Estado do ParÃ¡, presente o Dr. ERICK COSTA FIGUEIRA, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca, juntamente comigo, SecretÃ¡rio de AudiÃªncias, adiante declarado. Aberta a audiÃªncia e feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a ausÃªncia da parte, mas a presenÃ§a de seu patrono, Dr. Idelfonso Pantoja da Silva Junior OAB AP 428B, alÃ©m da presenÃ§a do representante do MinistÃ©rio PÃºblico. Aberta a audiÃªncia, o patrono do requerente consignou que o autor nÃ£o pode estÃ¡ presente devido a compromissos de trabalho na zona rural do municÃ-pio, razÃ£o pela qual pugnou pela redesignaÃ§Ã£o da audiÃªncia. Ouvido o MP, este informou que nÃ£o se opÃµe ao pleito. Em seguida, o MM. Juiz proferiu o seguinte DESPACHO EM AUDIÃNCIA: considerando o requerimento do patrono do requerente, defiro o pedido para que seja redesignada a audiÃªncia de justificaÃ§Ã£o. ACAUTELEM-SE os autos na Secretaria, a fim de designar nova data para realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o. Nada mais havendo, lavrei o presente termo, que lido e achado conforme. Eu, _____, Raimundo Pereira de Abreu, SecretÃ¡rio de AudiÃªncia, digitei, conferi e assino. Juiz de Direito (assinado digitalmente) Promotor de justiÃ§a: _____ Advogado do requerente: _____ PROCESSO: 00001213120188140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 24/03/2022 DENUNCIADO:ANDREA DOS

SANTOS REIS VITIMA:A. S. R. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0000121-31.2018.8.14.0002 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a acusada ANDREA DOS SANTOS REIS, citada por edital (fl. 09), nÃ£o compareceu em juÃ-zo nem constituiu advogado, DECRETO a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de determinar a produÃ§Ã£o antecipada de provas e de decretar a prisÃ£o preventiva do acusado, por nÃ£o vislumbrar a necessidade de tais medidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, DETERMINO que os autos fiquem acautelados na Secretaria Judicial, atÃ© a efetiva apresentaÃ§Ã£o da acusada ou pelo prazo de 08 (oito) anos, a contar da data da suspensÃ£o (24/03/2022), correspondente ao lapso temporal de prescriÃ§Ã£o do crime em tela, capitulado no artigo 129, paragrafo 9Âº do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Localizado o acusado, CERTIFIQUE-SE e RETORNEM-ME os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o localizado o acusado atÃ© o dia 24/03/2030, e independentemente de nova conclusÃ£o, retomar-se-Ã¡ a contagem do prazo prescricional, devendo ser deduzido o lapso temporal decorrido entre o recebimento da denÃºncia e a data da suspensÃ£o, para fins de prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 24 de marÃ§o de 2022. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00001728620118140002 PROCESSO ANTIGO: 201120001099 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 24/03/2022 VITIMA:R. N. N. VITIMA:D. C. D. DENUNCIADO:JOSE REINALDO ALMEIDA DA SILVA, VULGO (ZECA DOIDO) Representante(s): OAB 4045 - CLEOCI RODRIGUES SARGES (DEFENSOR DATIVO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0000172-86.2011.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â JOSÃ REINALDO ALMEIDA DA SILVA (Â¿ZÃ DOIDOÂ¿) foi denunciado por supostamente infringir a norma penal do artigo 121, caput e artigo 147, ambos do CP, bem como o artigo 14 da Lei 10.826/2003, fato ocorrido no dia 26/02/2011. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em DecisÃ£o datada de 14/04/2011, este juÃ-zo recebeu a denÃºncia (fl. 40).Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, os autos estavam tramitando normalmente, em fase instrutÃ³ria, quando sobreveio certidÃ£o de Ã³bito informando o falecimento do acusado (fl. 47). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado, o MinistÃ©rio PÃºblico pugnou pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do acusado, em decorrÃªncia de seu falecimento (fl. 49). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, constato que o acusado faleceu no dia 29/03/2020, conforme consta da certidÃ£o de Ã³bito de fl. 47, restando comprovado o Ã³bito do agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, dado que mors ominia solvit, DECLARO extinta a punibilidade de JOSÃ REINALDO ALMEIDA DA SILVA, na forma do artigo 107, inciso I, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 24 de marÃ§o de 2022. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00005416520208140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 24/03/2022 FLAGRANTEADO:MARIA REGEANI NERY DOS SANTOS VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0000541-65.2020.8.14.0002 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a efetiva citaÃ§Ã£o da denunciada MARIA REGEANI NERY DOS SANTOS, e decorrido o prazo legal sem apresentaÃ§Ã£o da peÃ§a defensiva, bem como considerando a ausÃªncia de Defensor PÃºblico vinculado Ã esta Comarca, aliada com a recomendaÃ§Ã£o da Corregedoria de JustiÃ§a do Interior deste Tribunal, no sentido de que os feitos criminais nÃ£o fiquem paralisados, uma vez que se submetem a prazo prescricional, Ã© imperiosa a necessidade de nomeaÃ§Ã£o de advogado dativo para atuar na defesa do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, NOMEIO o advogado HUANDERSON CARDOSO ALMEIDA, OAB/AP 4694, para patrocinar a presente causa na qualidade de defensor dativo, concedendo-lhe vista dos autos pelo prazo legal para a apresentaÃ§Ã£o de resposta a acusaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ARBITRO o valor de R$-800,00 (oitocentos reais) a tÃ-tulo de honorÃ¡rios advocatÃ-cios ao advogado mencionado, a ser custeado pelo Estado do ParÃ¡, em razÃ£o da ausÃªncia de Defensor PÃºblico nesta Comarca. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, expedindo o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 24 de marÃ§o de 2022. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00005689720108140002 PROCESSO ANTIGO: 201010003949 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Guarda de Infância e Juventude em: 24/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA MENOR:A. L. A. REQUERIDO:EVARISTO RIBEIRO DE ALMEIDA REQUERENTE:JAIR VAZ LOBATO

REQUERIDO:ROBISLEIA RODRIGUES DE ALMEIDA REQUERENTE:SANDRA MARIA ALMEIDA DA SILVA. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo, cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 24 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00027045220198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: 24/03/2022 REQUERENTE:ADENILSON PIRES DA SILVA Representante(s): OAB 1012 - KENNIA PINHEIRO DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:ERNANIS CONCEICAO DE SOUZA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0002704-52.2019.8.14.0002 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que atÃ© o presente momento nÃ£o foram encaminhados a este juÃ-zo os procedimentos investigatÃ³rios nos 001128/2019.000179-9 e 00128/2019.000177-0, em que pese a autoridade policial jÃ¡ tenha sido oficiada para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, DETERMINO que a Secretaria Judicial abra vista pessoal dos autos Ã Delegada de PolÃ-cia Civil de AfuÃ¡, para que adote as providÃªncias necessÃ¡rias, em prazo nÃ£o superior a 20 (vinte) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFIQUE-SE o ocorrido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, RETORNEM-ME os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 24 de marÃ§o de 2022. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00033235520148140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Cumprimento de sentença em: 24/03/2022 REQUERENTE:RAMIRO SANTOS DE LIMA Representante(s): OAB 00001 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS (DEFENSOR) REQUERIDO:CELINO JOSE OLIVEIRA MOREIRA. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o demanda a integralizaÃ§Ã£o dos pressupostos processuais e das condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, que sÃ£o institutos de ordem estritamente processual e que nÃ£o determinam a existÃªncia ou nÃ£o do direito material juridicamente tutelado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os pressupostos processuais sÃ£o requisitos de existÃªncia e validade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dico-processual, ao passo que as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o sÃ£o requisitos para viabilidade do julgamento de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com o CPC/2015, sÃ£o duas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o: legitimidade e interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O interesse processual deve estar presente em todo o curso do processo,

cabendo ao autor da demanda ter um comportamento ativo no andamento do feito, promovendo os atos e as diligÃªncias ao seu encargo, a exemplo de manter seu endereÃ§o sempre atualizado, a fim de que possa ser localizado para os atos do processo, e comparecer a todos os atos para os quais for intimado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verificada a ausÃªncia do interesse processual, o juiz poderÃ¡ conhecer de ofÃ-cio da matÃ©ria, independentemente da fase processual, e extinguir o processo sem resolver o mÃ©rito da causa (art. 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a parte autora deixou de demonstrar o seu interesse processual ao longo do curso processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A utilidade e a necessidade do provimento jurisdicional devem ser demonstradas ao longo do processo com a efetiva participaÃ§Ã£o do autor da demanda em busca da decisÃ£o de mÃ©rito. Nisso consiste a demonstraÃ§Ã£o do interesse processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por negligÃªncia ou desÃ-dia, o autor da demanda manteve-se inerte com o passar do tempo, contribuindo para a paralisaÃ§Ã£o do processo, fazendo-me acreditar que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores do acionamento judicial e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face da ausÃªncia de interesse processual, a decisÃ£o de mÃ©rito tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade ao autor da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, conheÃ§o de ofÃ-cio da matÃ©ria e DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do artigo 485, inciso VI e Â§3Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico, quando houver previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 24 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00048275720188140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Cautelar Inominada em: 24/03/2022 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERENTE:RAIMUNDA CHAVIER DE VILHENA REQUERIDO:LUIZ MELO GOMES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0004827-57.2018.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Pedido de Medidas Protetivas de UrgÃªncia, formulado por RAIMUNDA CHAVIER DE VILHENA em face de LUIZ MELO GOMES, ambos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foram deferidas as medidas protetivas de urgÃªncia por este juÃ-zo no dia 03/09/2028 (fls. 07-09). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido significativo lapso temporal, vieram-me os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Para haver o exercÃ-cio vÃ¡lido e regular do direito de aÃ§Ã£o, Ã© necessÃ¡rio que sejam preenchidos os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, dentre as quais destaco o interesse de agir, que deve estar presente ao longo do processo, sob pena de extinÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vertendo anÃ¡lise para o presente caso, observo que a vÃ-tima, requerente das medidas protetivas de urgÃªncia outrora deferidas por este juÃ-zo, com o passar do tempo manteve-se inerte, fazendo-me presumir que nÃ£o mais persistem os motivos ensejadores das medidas protetivas vindicadas e, portanto, nÃ£o tem mais interesse em prosseguir com a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, em face do desinteresse superveniente da vÃ-tima, a manutenÃ§Ã£o das medidas protetivas outrora pleiteadas e deferidas tornou-se desnecessÃ¡ria e sem utilidade. Com efeito, outro caminho nÃ£o hÃ¡ senÃ£o o da extinÃ§Ã£o do processo sem apreciaÃ§Ã£o de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, DECLARO extinto o processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, por falta de interesse superveniente da vÃ-tima, nos termos do artigo 485, inciso VI, do CPC e, por consequÃªncia lÃ³gica, REVOGO as medidas protetivas outrora decretadas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 24 de marÃ§o de 2022. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00048705720198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 24/03/2022 REQUERENTE:MARIA DA SILVA AMORIM Representante(s): OAB 15847 - MARCOS SOARES BARROSO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG Representante(s): OAB 30359 - NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0004870-57.2019.8.14.0002 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â INTIME-SE a Requerente para informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, bem como manifestar-se no que entender cabÃ-vel. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s,

CONCLUSOS. 3.Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 24 de marÃ§o de 2022. Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00048714220198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 24/03/2022 REQUERENTE:MARIA DA SILVA AMORIM Representante(s): OAB 15847 - MARCOS SOARES BARROSO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG Representante(s): OAB 60359 - NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0004871-42.2019.8.14.0002 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â INTIME-SE a Requerente para informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, bem como manifestar-se no que entender cabÃ-vel. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, CONCLUSOS. 3.Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 24 de marÃ§o de 2022. Â - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00065281920198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 DENUNCIADO:ERNANIS CONCEICAO DE SOUZA VITIMA:A. P. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0006528-19.2019.8.14.0002 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o acusado ERNANIS CONCEIÃÃO DE SOUZA, citado por edital (fl. 11), nÃ£o compareceu em juÃ-zo nem constituiu advogado, DECRETO a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de determinar a produÃ§Ã£o antecipada de provas e de decretar a prisÃ£o preventiva do acusado, por nÃ£o vislumbrar a necessidade de tais medidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÂncias, DETERMINO que os autos fiquem acautelados na Secretaria Judicial, atÃ© a efetiva apresentaÃ§Ã£o do acusado ou pelo prazo correspondente ao lapso temporal de prescriÃ§Ã£o do crime em tela, capitulado no artigo 250, Â§1Âº, II, Â¿aÂ¿, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Localizado o acusado, CERTIFIQUE-SE e RETORNEM-ME os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o localizado o acusado atÃ© o dia correspondente ao lapso temporal de prescriÃ§Ã£o do crime em tela, e independentemente de nova conclusÃ£o, retomar-se-Ã¡ a contagem do prazo prescricional, devendo ser deduzido o lapso temporal decorrido entre o recebimento da denÃºncia e a data da suspensÃ£o, para fins de prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 09 de marÃ§o de 2022. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00071491620198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 24/03/2022 DENUNCIADO:LEANDRO GONCALVES SERRAO VITIMA:J. C. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0007149-16.2019.8.14.0002 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o acusado LEANDRO GONÃALVES SERRÃO, citado por edital (fl. 12), nÃ£o compareceu em juÃ-zo nem constituiu advogado, DECRETO a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de determinar a produÃ§Ã£o antecipada de provas e de decretar a prisÃ£o preventiva do acusado, por nÃ£o vislumbrar a necessidade de tais medidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÂncias, DETERMINO que os autos fiquem acautelados na Secretaria Judicial, atÃ© a efetiva apresentaÃ§Ã£o do acusado ou pelo prazo de 08 (oito) anos, a contar da data da suspensÃ£o (24/03/2022), correspondente ao lapso temporal de prescriÃ§Ã£o do crime em tela, capitulado no artigo 155 do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Localizado o acusado, CERTIFIQUE-SE e RETORNEM-ME os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o localizado o acusado atÃ© o dia 24/03/2030, e independentemente de nova conclusÃ£o, retomar-se-Ã¡ a contagem do prazo prescricional, devendo ser deduzido o lapso temporal decorrido entre o recebimento da denÃºncia e a data da suspensÃ£o, para fins de prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 24 de marÃ§o de 2022. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00071650420188140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 24/03/2022 DENUNCIADO:TAYLON SANTOS DA SILVA Representante(s): OAB 0846 - JORDEL FARIAS DE MELO (ADVOGADO) VITIMA:E. P. C. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0007165-04.2018.8.14.0002 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o acusado TAYLON SANTOS DA SILVA, citado por edital (fl.

12), nÃ£o compareceu em juÃ-zo nem constituiu advogado, DECRETO a suspensÃ£o do processo e do curso do prazo prescricional, nos termos do art. 366 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de determinar a produÃ§Ã£o antecipada de provas e de decretar a prisÃ£o preventiva do acusado, por nÃ£o vislumbrar a necessidade de tais medidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, DETERMINO que os autos fiquem acautelados na Secretaria Judicial, atÃ© a efetiva apresentaÃ§Ã£o do acusado ou pelo prazo de 04 (quatro) anos, a contar da data da suspensÃ£o (24/03/2022), correspondente ao lapso temporal de prescriÃ§Ã£o do crime em tela, capitulado no artigo 129 do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Localizado o acusado, CERTIFIQUE-SE e RETORNEM-ME os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o localizado o acusado atÃ© o dia 24/03/2026, e independentemente de nova conclusÃ£o, retomar-se-Ã¡ a contagem do prazo prescricional, devendo ser deduzido o lapso temporal decorrido entre o recebimento da denÃºncia e a data da suspensÃ£o, para fins de prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 24 de marÃ§o de 2022. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00421933820158140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Procedimentos Investigatórios em: 24/03/2022 ENCARREGADO:PAULO SERGIIO DE BRAGA FERNANDES INDICIADO:RAIMUNDO DO SOCORRO GONCALVES DA CRUZ VITIMA:E. A. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE AFUÃ Processo 0042193-38.2015.8.14.0002 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RAIMUNDO DO SOCORRO GONÃALVES CRUZ foi denunciado por supostamente infringir a norma penal do artigo 129, Â§ 1Âº, incisos I e II do CP, fato ocorrido no dia 16/02/2014. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em DecisÃ£o datada de 22/02/2016, este juÃ-zo recebeu a denÃºncia (fl. 05).Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sÃ-ntese, os autos estavam tramitando normalmente, em fase instrutÃ³ria, quando sobreveio certidÃ£o de Ã³bito informando o falecimento do acusado (fl. 18). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado, o MinistÃ©rio PÃºblico pugnou pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do acusado, em decorrÃªncia de seu falecimento (fl. 20). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, constato que o acusado faleceu no dia 19/11/2018, conforme consta da certidÃ£o de Ã³bito de fl. 18, restando comprovado o Ã³bito do agente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, dado que mors ominia solvit, DECLARO extinta a punibilidade de RAIMUNDO DO SOCORRO GONÃALVES CRUZ, na forma do artigo 107, inciso I, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. IntimaÃ§Ã£o dispensada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIÃNCIA ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â TRASLADE-SE cÃ³pia desta sentenÃ§a aos autos em apenso 0042193-38.2015.8.14.0002. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos com as baixas no sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE, promovendo os atos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AfuÃ¡ (PA), 24 de marÃ§o de 2022. - Assinado Digitalmente - ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de AfuÃ¡ PROCESSO: 00001491420098140002 PROCESSO ANTIGO: 200910001706 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Cumprimento de sentença em: REQUERENTE: P. K. F. C. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERENTE: J. S. C. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: F. D. F. C. PROCESSO: 00014045520198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: DENUNCIADO: Z. S. F. VITIMA: L. S. L. AUTOR: M. P. E. P. PROCESSO: 00021063520188140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Título Extrajudicial em: AUTOR: M. P. E. P. REQUERENTE: P. C. S. REQUERIDO: J. A. G. S. PROCESSO: 00025056420188140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: REQUERENTE: A. C. S. REQUERIDO: R. A. S. S. PROCESSO: 00043284920138140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Alimentos em: REQUERENTE: L. G. C. REQUERENTE: A. G. C. REQUERIDO: C. A. C. C. REPRESENTANTE: A. M. G. PROCESSO: 00045250420138140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Perda ou Suspensão do Poder Familiar em: AUTOR: M. P. E. P. REQUERIDO: R. B. S. REQUERIDO: M. B. V. VITIMA: R. B. S.

COMARCA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

PROCESSO: 00009103020108140125 PROCESSO ANTIGO: 201020010679 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 25/03/2022---VITIMA:O. E. AUTOR:MPE/PA Representante(s): OAB 31051-A - JOSÉ RAIMUNDO NUNES FILHO (ADVOGADO) ACUSADO:JESSICA ARCANGELA LIMA Representante(s): OAB 15237 - DANIEL SOARES DA SILVA (ADVOGADO) DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)
DECISÃO 1. Trata-se de pedido de revogação de prisão cautelar; (f. 254) 2. Ocorre que a sentença de mérito que condenou a requerente Jessica Arcangela Lima transitou em julgado em 16.07.2014, estando a mesma em local incerto e ignorado; (f. 196) 3. Assim, trata-se de prisão com força de trânsito em julgado, com expedição de guia de recolhimento definitiva para cumprimento de pena em regime semi-aberto; (f. 202) 4. Considerando que ao transitar em julgado, exauriu-se o trabalho do juízo de conhecimento penal, devendo os incidentes na execução ficar a cargo do Juízo de Execução Penal de Marabá, competente para análise do feito; 5. Pela impossibilidade jurídica do pedido, indefiro o pedido e determino o arquivamento destes autos. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 25 de março de 2022. ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia

PROCESSO: 00074288920178140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: Procedimento Sumário em: 03/02/2022 ¿ REQUERENTE: ESTELITA LUIZ DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 19129 ¿ NORDENSKIOLD JOSÉ DA SILVA (ADVOGADO)REQUERIDO: CREFISA SA Representante(s): OAB 8125 ¿ LAZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (ADVOGADO) OAB 24925 ¿ MATHEUS REBELO GIROTTO (ADVOGADO) SENTENÇA I. Relatório: Dispensado o relatório, conforme discricionariedade prevista no artigo 38, da Lei n. 9099/95. II. Fundamentação: Preliminar A reclamada tem relação com a relação jurídica e do direito discutido no processo e a tese de que inexiste dano é mérito e assim será analisado. Assim indefiro essas preliminares. Vencida as questões iniciais passa-se ao mérito. Mérito Os documentos juntados pelo autor comprovam os empréstimos supostamente contraídos, fato não contraditado pelo réu, sendo que na demanda discute-se a existência ou não da relação jurídica. A relação é regulada pelo Código de Defesa do Consumidor, devendo a parte hipossuficiente ser protegida contra possível abusos na concessão de empréstimo que por sinal vulnera a parte mais frágil da relação, que é o aposentado, devendo o ônus da aprova recair sobre o ente financeiro, coo risco de sua atividade, já que sua responsabilidade é objetiva: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. EMPRÉSTIMO CONSIGNÁVEL NÃO CONTRATADO PELO APOSENTADO. DESCONTO INDEVIDO NA APOSENTADORIA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CONFIGURAÇÃO. DANO MORAL CARACTERIZADO. DESCONTO MENSAL APOSENTADORIA TRANSTORNOS E COMPROMETIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS QUE SE PRESUMEM. VALOR FIXADO MANTIDO. JUROS DE MORA EVENTO DANOSO SÚMULA 54 STJ MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE DETERMINOU QUE OS JUROS MORATÓRIOS FOSSEM FIXADOS A PARTIR DA CITAÇÃO PARA NÃO CARACTERIZAR "REFORMATIO IN PEJUS". HONORARIOS ADVOCATICIOS MANTIDOS. RECURSO DESPROVIDO. (Processo:5731217 PR 573121-7 (Acórdão). Relator(a): Roberto Portugal Bacellar). A reclamada alega que tomou todas as providências cabíveis para a concessão do crédito, agindo de forma diligente e que de fato o autor realizou o empréstimo, sem, no entanto, demonstrar que houve o pedido de renovação, ou mesmo o saque na conta do autor, a disponibilização do próprio dinheiro e principalmente os documentos pessoais do autor ao contrair os empréstimos. Os documentos juntados e a própria insurgência do autor, nota-se a fraude e que o serviço não foi bem prestado, e a responsabilidade não pode ser da pessoa com pouca instrução, justamente da parte mais vulnerável, pessoa idosa e de pouca instrução. Na realidade o autor juntou nos autos a provas que lhe cabiam, ou seja, sua insurgência contra o empréstimo que não contraiu. Poderia a

ré adotar uma medida simples para evitar os problemas que agora enfrenta, exigindo dos seus clientes cópias de comprovantes de residência, inclusive de contas telefônicas, a fim de realizar uma ligação e verificar a veracidade das alegações dos eventuais clientes, sendo esta uma medida razoável de se exigir de uma empresa do porte da ré que atua no setor de concessão de créditos. Descontos indevidos, por si só, enseja o dano a direitos personalíssimos do autor, que devem ser reparados pela ré, presumindo-se o dano. No sentido: DANO MORAL. APOSENTADO. DESCONTO INDEVIDO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CONTRATO INEXISTENTE. O DESCONTO CONSIGNADO EM PAGAMENTO DE APOSENTADO JUNTO AO INSS LEVADO A EFEITO POR INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, SEM A AUTORIZAÇÃO DAQUELE E SEM CONTRATO DE EMPRÉSTIMO QUE LHE DÊ SUPORTE, CAUSA GRANDE ABALO EMOCIONAL, ANGÚSTIA E APREENSÃO AO LESADO, VINDO A JUSTIFICAR A FIXAÇÃO DA REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS EM VALOR MAIS ELEVADO. (Processo: ACJ 55706420068070008 DF 0005570-64.2006.807.0008. Relator (a): CARLOS PIRES SOARES NETO). Utilizando os parâmetros relacionados ao arbitramento do dano moral, como o fator educativo, o poder econômico dos evolvidos e a própria reparação do prejuízo moral, entende-se que o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) atende aos requisitos citados. Para condenação em danos materiais deve ter prova hábil dos valores descontados, sendo considerado assim o depoimento pessoal da parte autora que não foi contraditado pelo requerido tornando-se incontroverso, ou seja, todas as parcelas descontadas indevidamente, os quais devem ser ressarcidos em dobro, na forma do parágrafo único do art. 42 do CDC, eis que houve cobrança indevida e assim vem entendendo o Egrégio Tribunal de Justiça, senão vejamos: ACÓRDÃO: 187261 COMARCA: SÃO GERALDO DO ARAGUAIA DATA DE JULGAMENTO: 19/03/2018 PROCESSO: 00000678920158140125 PROCESSO ANTIGO:MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LEONARDO DE NORONHA TAVARES CÂMARA: 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO Ação: Apelação em: APELANTE/APELADO:ANTONIO FRANCISCO GOMES Representante(s): OAB 19129 - NORDENSKIOLD JOSE DA SILVA (ADVOGADO) APELADO/APELANTE:BRADESCO FINANCIAMENTO SA Representante(s): OAB 119.859 - RUBENS GASPAR SERRA (ADVOGADO) EMENTA: . EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS E MATERIAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NÃO CONTRATADO. DANO MORAL CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. DANO MATERIAL DEVIDO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO DAS PARCELAS COBRADAS INDEVIDAMENTE. RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO E DESPROVIDO O APELO DO RÉU. 1. A fraude, ao integrar o risco da atividade exercida pelo banco, não possui o condão de configurar a excludente de responsabilidade civil por culpa de terceiro, estabelecida no artigo 14, § 3º, II, do CDC. 2. Desconto indevido realizado em contracheque de aposentado, por empréstimo consignado não contratado, atinge verba de natureza alimentar, comprometendo, portanto, o sustento do consumidor, o que, por si só, ultrapassa o mero aborrecimento decorrente dos embates da vida cotidiana, configurando os danos morais reclamados. 3. O dano moral, no caso em apreço, configura-se,in re ipsa, decorrendo de toda a série de frustrações e incômodos a que foi submetida a parte autora, que sofreu descontos indevidos em sua verba salarial por conta de empréstimo não contratado. A conduta da parte demandada configura evidente abuso de direito, a qual causa mais que dano material. 4. Na fixação do dano deve-se ponderar sobre as condições socioculturais e econômicas dos envolvidos, o grau de reprovabilidade da conduta ilícita, a gravidade do dano, bem como o caráter punitivo-pedagógico e as finalidades reparatório-retributivas da condenação, de tal forma que a quantia arbitrada não seja tão irrisória que sirva de desestímulo ao ofensor, nem tampouco exacerbada a ponto de implicar enriquecimento sem causa para a parte autora. ?Quantum? arbitrado que não merece majoração, considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente os valores descontados indevidamente e observado o valor arbitrado em casos análogos pela jurisprudência pátria. 5. Dano material. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à restituição dobrada do que pagou, ressalvados os casos de engano justificável, conforme disposto no art. 42, parágrafo único, do CDC. 6. À unanimidade, nos termos do voto do Desembargador Relator, recursos das partes conhecidos, sendo parcialmente provido o do autor para tão somente acolher o pedido de restituição em dobro dos valores indevidamente descontados; e desprovido o apelo do banco requerido, mantendo in totum os demais termos da sentença recorrida. III. Dispositivo: Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO AUTOR para declarar a inexistência da relação jurídica entre as partes, relativamente ao débito discutido nos autos, contratos n.041240008120, condenar a requerida ao pagamento de indenização por danos materiais no valor descontados de forma irregular a serem apurados em execução simples e em dobro, na forma do art. 42, parágrafo único do CDC, corrigidos pelo INPC e mais juros de 1% ao mês a partir da citação; e a danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), que deverá ser acrescido de atualização monetária e juros de 1% ao mês a partir da publicação desta sentença. Sem custas e

honorários, na forma da lei n. 9.099/2005. Concedo a tutela antecipada para determinar que o reclamado se abstenha de cobrar ou inserir o nome do autor nos cadastros de maus pagadores, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 3 de fevereiro de 2022. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

PROCESSO: 00074288920178140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HUGO FERNANDO ALVES NOGUEIRA Ação: Procedimento Sumário em: 24/03/2022 ¿ REQUERENTE: ESTELITA LUIZ DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 19129 ¿ NORDENSKIOLD JOSÉ DA SILVA (ADVOGADO)REQUERIDO: CREFISA SA Representante(s): OAB 8125 ¿ LAZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (ADVOGADO) OAB 24925 ¿ MATHEUS REBELO GIROTTO (ADVOGADO) ATO ORDINATÓRIO De ordem do Excelentíssimo Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia/PA, o Dr. ANTONIO JOSE DOS SANTOS, e com fulcro no Provimento 006/2006-CJCI, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, § 2º da Lei nº 9.099/95. São Geraldo do Araguaia/PA, 24 de março de 2022. Hugo Fernando Alves Nogueira Auxiliar Judiciário.

PROCESSO: 00003623920098140125 PROCESSO ANTIGO: 200910003801 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HUGO FERNANDO ALVES NOGUEIRA Ação: Cumprimento de sentença em: 15/03/2022 ¿ EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL EXECUTADO: M R DA SILVA COMERCIO E TRANSPORTE ¿ ME. Processo nº 0000362-39.2009.8.14.0125 / EXECUÇÃO FISCAL EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL EXECUTADA: M R DA SILVA COMERCIO E TRANSPORTE ¿ ME EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Exmo. Dr. Antônio José dos Santos, MM. Juiz de Direito desta Comarca de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, na forma da lei etc. FAÇO SABER a todos quantos o presente edital de citação, com prazo determinado de trinta (30) dias, virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectivo Cartório Judicial Cível desta comarca, tramitam os autos cíveis acima. Desta forma, estando a parte executada atualmente em lugar incerto e não sabido, fica a(o) mesma(o) INTIMADA para, no prazo de 30 (trinta) dias, pagar as custas processuais finais a que foi condenada, atualmente atualizadas no montante de R$ 1.818,34 (um mil, oitocentos e dezoito reais e trinta e quatro centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa. O presente edital foi expedido para que ninguém possa alegar ignorância no presente e no futuro, e será publicado na forma lei e afixado nos lugares públicos na sede desta Comarca. NADA MAIS. Dado e passado nesta Cidade de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, aos 15/03/2022. Hugo Fernando A. Nogueira Auxiliar Judiciário Provimento nº. 006/2006, autorizado pelo 006/2009-CJCI de 26/05/2009.

PROCESSO: 00009094020138140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HUGO FERNANDO ALVES NOGUEIRA Ação: Processo de Execução em: 15/03/2022 ¿ REQUERENTE: DLEON JÚNIOR FERREIRA PEREIRA Representante(s): OAB XLR8 ¿ DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) REQUERIDO: DENIS COUTINHO PEREIRA. Processo nº 0000909-40.2013.8.14.0125 / PROCESSO DE EXECUÇÃO EXEQUENTE: DLEON JÚNIOR FERREIRA PEREIRA EXECUTADO: DENIS COUTINHO PEREIRA Processo nº 0000909-40.2013.8.14.0125 / PROCESSO DE EXECUÇÃO EXEQUENTE: DLEON JUNIOR FERREIRA PEREIRA EXECUTADO: DENIS COUTINHO PEREIRA EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Exmo. Dr. Antônio José dos Santos, MM. Juiz de Direito desta Comarca de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, na forma da lei etc. FAÇO SABER a todos quantos o presente edital de citação, com prazo determinado de trinta (30) dias, virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectivo Cartório Judicial Cível desta comarca, tramitam os autos cíveis acima. Desta forma, estando a parte executada atualmente em lugar incerto e não sabido, fica a(o) mesma(o) INTIMADO para, no prazo de 30 (trinta) dias, pagar as custas processuais finais a que foi condenado, atualmente atualizadas no montante de R$ 532,60 (quinhentos e trinta e dois reais, e sessenta centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa. O presente edital foi expedido para que ninguém possa alegar ignorância no presente e no futuro, e será publicado na forma lei e afixado nos lugares públicos na sede desta Comarca. NADA MAIS. Dado e passado nesta Cidade de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, aos 15/03/2022. Hugo Fernando A. Nogueira Auxiliar Judiciário Provimento nº. 006/2006, autorizado pelo 006/2009-CJCI de 26/05/2009.

PROCESSO: 00024627420148140065 PROCESSO ANTIGO: ---

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HUGO FERNANDO ALVES NOGUEIRA Ação: Execução Fiscal em: 15/03/2022 ¿ EXECUTADO: LUIZ FERREIRA DA SILVA PIAUIENSE EXEQUENTE: A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA. Processo nº 0002462-74.2014.8.14.0065 / EXECUÇÃO FISCAL EXEQUENTE: ESTADO DO PARÁ EXECUTADO: LUIZ FERREIRA DA SILVA PIAUIENSE Processo nº 0002462-74.2014.8.14.0065 / EXECUÇÃO FISCAL EXEQUENTE: ESTADO DO PARÁ EXECUTADO: LUIZ FERREIRA DA SILVA PIAUIENSE EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Exmo. Dr. Antônio José dos Santos, MM. Juiz de Direito desta Comarca de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, na forma da lei etc. FAÇO SABER a todos quantos o presente edital de citação, com prazo determinado de trinta (30) dias, virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectivo Cartório Judicial Cível desta comarca, tramitam os autos cíveis acima. Desta forma, estando a parte executada atualmente em lugar incerto e não sabido, fica a(o) mesma(o) INTIMADO para, no prazo de 30 (trinta) dias, pagar as custas processuais finais a que foi condenado, atualmente atualizadas no montante de R$ 955,42 (novecentos e cinquenta e cinco reais, e quarenta e dois centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa. O presente edital foi expedido para que ninguém possa alegar ignorância no presente e no futuro, e será publicado na forma lei e afixado nos lugares públicos na sede desta Comarca. NADA MAIS. Dado e passado nesta Cidade de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, aos 15/03/2022. Hugo Fernando A. Nogueira Auxiliar Judiciário Provimento nº. 006/2006, autorizado pelo 006/2009-CJCI de 26/05/2009.

P R O C E S S O : 0 0 0 1 9 7 3 8 5 2 0 1 3 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HUGO FERNANDO ALVES NOGUEIRA Ação: Cumprimento de sentença em: 15/03/2022 ¿ REQUERENTE: MARIA APARECIDA CÂNDIDO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 11582-B ¿ ANTÔNIO CÉSAR SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO: ELETROPREMIOS REQUERIDO: AGNALDO PEREIRA DE CARVALHO JUNIOR REQUERIDO: ANTONIA LEYLA FELIPE DA SILVA Processo nº 0001973-85.2013.8.14.0125 / PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REQUERENTE: MARIA APARECIDA CANDIDO DE OLIVEIRA REQUERIDO: ELETROPREMIOS, rep. por AGNALDO PEREIRA DE CARVALHO JUNIOR e ANTONIA LEYLLA FELIPE DA SILVA EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Exmo. Dr. Antônio José dos Santos, MM. Juiz de Direito desta Comarca de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, na forma da lei etc. FAÇO SABER a todos quantos o presente edital de citação, com prazo determinado de trinta (30) dias, virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectivo Cartório Judicial Cível desta comarca, tramitam os autos cíveis acima. Desta forma, estando a parte executada AGNALDO PEREIRA DE CARVALHO JUNIOR atualmente em lugar incerto e não sabido, fica a(o) mesma(o) INTIMADO para, no prazo de 30 (trinta) dias, pagar as custas processuais finais a que foi condenado, atualmente atualizadas no montante de R$ 1.065,75 (um mil, sessenta e cinco reais, e setenta e cinco centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa. O presente edital foi expedido para que ninguém possa alegar ignorância no presente e no futuro, e será publicado na forma lei e afixado nos lugares públicos na sede desta Comarca. NADA MAIS. Dado e passado nesta Cidade de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, aos 15/03/2022. Hugo Fernando A. Nogueira Auxiliar Judiciário Provimento nº. 006/2006, autorizado pelo 006/2009-CJCI de 26/05/2009.

P R O C E S S O : 0 0 0 7 3 2 3 8 3 2 0 1 5 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HUGO FERNANDO ALVES NOGUEIRA Ação: Embargos de Terceiro Cível em: 23/03/2022 ¿ EMBARGANTE: FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES MACIEL Representante(s): OAB 320439 ¿ HELBERT LUCAS RUIZ DOS SANTOS (ADVOGADO) EMBARGADO: FÁBIO JÚNIOR DE ARAÚJO. ATO ORDINATÓRIO Por este ato fica a parte embargante FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES MACIEL intimada, por meio de seu patrono, para recolher as custas pendentes referentes aos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do valor em Dívida Ativa do Estado (art. 46, §4º da Lei 8.328/2015). São Geraldo do Araguaia, 23 de março de 2022. Hugo Fernando A. Nogueira Auxiliar Judiciário Vara Única de São Geraldo do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 0 5 8 4 5 7 4 2 0 1 4 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HUGO FERNANDO ALVES NOGUEIRA Ação: Embargos de Terceiro Cível em: 23/03/2022 ¿ EMBARGADO: FÁBIO JÚNIOR DE ARAÚJO Representante(s): FÁBIO FIOROTTO ASTOLFI (ADVOGADO) DR. ORLANDO RODRIGUES PINTO (ADVOGADO) EMBARGANTE: FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES MACIEL Representante(s): OAB 4598 ¿ MARIA DO SOCORRO MILHOMEM ABBADE (ADVOGADO) OAB 320.439 ¿ HELBERT LUCAS RUIZ DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 21001-A ¿ MARIA CRISTINA DE SA PEREIRA

(ADVOGADO) ATO ORDINATÓRIO Por este ato fica a parte embargante FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES MACIEL intimada, por meio de seu patrono, para recolher as custas pendentes referentes aos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do valor em Dívida Ativa do Estado (art. 46, §4º da Lei 8.328/2015). São Geraldo do Araguaia, 23 de março de 2022. Hugo Fernando A. Nogueira Auxiliar Judiciário Vara Única de São Geraldo do Araguaia.

PROCESSO: 00005194120118140125 PROCESSO ANTIGO: 201110004558 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HUGO FERNANDO ALVES NOGUEIRA Ação: Cumprimento de sentença em: 23/03/2022 ¿ EXEQUENTE: A UNIÃO EXECUTADO: EVALDO SILVA. Processo nº 0000519-41.2011.8.14.0125 / EXECUÇÃO FISCAL EXEQUENTE: A UNIÃO EXECUTADO: EVALDO SILVA EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Exmo. Dr. Antônio José dos Santos, MM. Juiz de Direito desta Comarca de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, na forma da lei etc. FAÇO SABER a todos quantos o presente edital de citação, com prazo determinado de trinta (30) dias, virem, ou dele conhecimentos tiverem, que por este Juízo e respectivo Cartório Judicial Cível desta comarca, tramitam os autos cíveis acima. Desta forma, estando a parte executada, EVALDO SILVA, atualmente em lugar incerto e não sabido, fica a(o) mesma(o) INTIMADA para, no prazo de 30 (trinta) dias, pagar as custas processuais finais a que foi condenada, atualmente atualizadas no montante de R$ 2.505,75 (dois mil, quinhentos e cinco reais, e setenta e cinco 3centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa. O presente edital foi expedido para que ninguém possa alegar ignorância no presente e no futuro, e será publicado na forma lei e afixado nos lugares públicos na sede desta Comarca. NADA MAIS. Dado e passado nesta Cidade de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, aos 23/03/2022. Hugo Fernando A. Nogueira Auxiliar Judiciário Provimento nº. 006/2006, autorizado pelo 006/2009-CJCI de 26/05/2009.

PROCESSO: 00025424720178140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HUGO FERNANDO ALVES NOGUEIRA Ação: Alimentos ¿ Lei Especial Nº 5.478/68 em: 22/03/2022 ¿ REQUERENTE: W. A. A. M. Representante(s): OAB 4.602 ¿ FERNANDA SOUZA BONTEMPO (ADVOGADO) REPRESENTANTE: DIVINA ETERNA ALVES CORREA REQUERIDO: VALDO DA SILVA MERCEDES Representante(s): OAB 24052 ¿ ALINE FERREIRA SILVA VELOSO (ADVOGADO) ATO ORDINATÓRIO Por este ato fica a PARTE REQUERIDA intimada, por meio de seu patrono, para recolher as custas pendentes referentes aos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do valor em Dívida Ativa do Estado (art. 46, §4º da Lei 8.328/2015). São Geraldo do Araguaia, 22 de março de 2022. Hugo Fernando A. Nogueira Auxiliar Judiciário Vara Única de São Geraldo do Araguaia.

PROCESSO: 00037489620178140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: Procedimento Sumário em: 07/11/2019 ¿ REQUERENTE: SERAFIM CARNEIRO DE SOUSA. Representante(s): OAB 7.774 ¿ SILAS DURÃES FERRAZ (ADVOGADO) REQUERIDO: BANCO BONSUCESSO S/A Representante(s): OAB 96.864 ¿ FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (ADVOGADO) TERMO DE AUDIÊNCIA DE UNA. 1 1166 PROCESSO: 0003748-96.2017.8.14.0125 AÇÃO: INDENIZATÓRIA REQUERENTE: SERAFIM CARNEIRO DE SOUSA REQUERIDO: BANCO BONSUCESSO DATA: 07/11/2019 HORÁRIO: 10:00hrs LOCAL: Sala de audiências do Fórum ¿ Comarca de São Geraldo-PA. PRESENTES: MM. Juiz de Direito, Antônio José dos Santos, da Comarca de São Geraldo do Araguaia, comigo assessora judicial ao final assinado, a advogada do 2° requerido Banco Bonsucesso Dra. Gisele Noleto Marfins OAB/PA 25382, acompanhada de preposto Sr. José Eustáquio Martins, CPF 486.453.701-15, juntou substabelecimento e Carta de Preposto. AUSENTE: o requerente. OCORRÊNCIA: 1) Aberta audiência, realizado o pregão foi constado a ausência da parte requere.3. 2) Dada a palavra a advogada da parte ré que requereu: Que os pedidos exordiais sejam julgados totalmente improcedentes, vez que no momento da assinatura do contrato a parte requerente apresentou todos os seus documentos pessoais e também pelo fato de valor contratado a titulo de empréstimo consignado ter sido depositado diretamente em conta bancaria de titularidade daquele. Por fim, solicita o julgamento antecipada da lide. SENTENÇA: Adoto como relatório o que consta dos autos. Diante Gio ausência injustificada da parte autor julgo extinto o processo sem resolver o mérito, na forma do art. 51, 1, da lei 9099/95. Defiro o pedido de desentranhamento e após as publicações determino o arquivamento. Sem custas e honorários. Nada mais havendo a registrar, mandou o MM. Juiz lavrar o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado por todos, Eu Geisiane àos Reis Filho, assessora judicial, que o digitei e subscrevi.

PROCESSO: 00092666720178140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HUGO FERNANDO ALVES NOGUEIRA Ação: Cumprimento de sentença em: 22/03/2022 ¿ REQUERENTE: BANCO MERCEDES BENS DO BRASIL SA Representante(s): OAB 22.104 ¿ MÁRCIA MARIA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 102427 ¿ ALINE DA SILVA TEIXEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO: E B DE ALENCAR COMERCIAL ME. ATO ORDINATÓRIO Por este ato fica a PARTE AUTORA intimada, por meio de seu patrono, para recolher as custas pendentes referentes aos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do valor em Dívida Ativa do Estado (art. 46, §4º da Lei 8.328/2015). São Geraldo do Araguaia, 22 de março de 2022. Hugo Fernando A. Nogueira Auxiliar Judiciário Vara Única de São Geraldo do Araguaia.

PROCESSO: 00052839420168140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HUGO FERNANDO ALVES NOGUEIRA Ação: Cumprimento de sentença em: 22/03/2022 ¿ REQUERENTE: BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 21573 ¿ SYDNEY SOUSA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: G.M. SILVA & MARTINS LTDA M-E INTERESSADO: GERVÁSIO MONTEIRO DA SILVA. ATO ORDINATÓRIO Por este ato fica a PARTE AUTORA intimada, por meio de seu patrono, para recolher as custas pendentes referentes aos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do valor em Dívida Ativa do Estado (art. 46, §4º da Lei 8.328/2015). São Geraldo do Araguaia, 22 de março de 2022. Hugo Fernando A. Nogueira Auxiliar Judiciário Vara Única de São Geraldo do Araguaia.

PROCESSO: 00001906820078140125 PROCESSO ANTIGO: 200710002855 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: AÇÃO CIVIL PUBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA em: 12/01/2022---REQUERENTE: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO: CELPA REDE ENERGIA CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 7784 ¿ LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES (ADVOGADO) OAB 3210 ¿ PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO (ADVOGADO) DECISÃO 1. A secretaria para certificar se o Ministério Público apresentou pedido e cumprimento de sentença; 2. Caso negativo, intime-se o Ministério Público para dar andamento com o pedido de cumprimento de sentença; e 3. Com o pedido, intime-se o executado para apresentar a impugnação ou ratificar a apresentada fora do prazo. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 12 de janeiro de 2022 ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

PROCESSO: 00001906820078140125 PROCESSO ANTIGO: 200710002855 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: AÇÃO CIVIL PUBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA em: 12/01/2022---REQUERENTE: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO: CELPA REDE ENERGIA CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 7784 ¿ LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNES (ADVOGADO) OAB 3210 ¿ PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO (ADVOGADO) ATO ORDINATÓRIO De ordem do Excelentíssimo Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia/PA, o Dr. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS, e com fulcro no Provimento 006/2006-CJCI, intime-se a parte EXECUTADA para apresentar impugnação ao cumprimento de sentença ou ratificar a já apresentada. Publique-se. São Geraldo do Araguaia/PA, 21 de março de 2022. Hugo Fernando A. Nogueira Auxiliar Judiciário

PROCESSO: 00015831320168140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HUGO FERNANDO ALVES NOGUEIRA Ação: Cumprimento de sentença em: 14/03/2022 ¿ REQUERENTE: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 84206 ¿ MARIA LUCILIA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO: LENIEL DA SILVA BATISTA. ATO ORDINATÓRIO Por este ato fica a parte autora intimada, por meio de seu patrono, para recolher as custas pendentes referentes aos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do valor em Dívida Ativa do Estado (art. 46, §4º da Lei 8.328/2015). São Geraldo do Araguaia, 14 de março de 2022. Hugo Fernando A. Nogueira Auxiliar Judiciário Vara Única de São Geraldo do Araguaia.

PROCESSO: 00015529020168140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HUGO FERNANDO ALVES NOGUEIRA Ação: Cumprimento de sentença em: 14/03/2022 ¿ REQUERENTE: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 84206 ¿ MARIA LUCÍLIA GOMES (ADVOGADO)

REQUERIDO: IVO DE SOUZA LIMA. ATO ORDINATÓRIO Por este ato fica a parte autora intimada, por meio de seu patrono, para recolher as custas pendentes referentes aos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do valor em Dívida Ativa do Estado (art. 46, §4º da Lei 8.328/2015). São Geraldo do Araguaia, 14 de março de 2022. Hugo Fernando A. Nogueira Auxiliar Judiciário Vara Única de São Geraldo do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 0 1 3 0 2 8 6 2 0 1 8 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HUGO FERNANDO ALVES NOGUEIRA Ação: Procedimento Sumário em: 14/03/2022 ¿ REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES EXTRATIVISTA E PRODUTORES DO VALE DA SUCUPIRA DA SERRA DAS ANDORINHAS AMEPV REPRESENTANTE: ELIOMAR RODRIGUES DE SOUSA Representante(s): OAB 5.061 - EMITERIO RODRIGUES DA ROCHA NETO (ADVOGADO) REQUERIDO: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA IDEFLORBIO. ATO ORDINATÓRIO De ordem do Excelentíssimo Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia/PA, o Dr. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS, e com fulcro no Provimento 006/2006-CJCI, intime-se a parte requerente para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da contestação. Publique-se. São Geraldo do Araguaia/PA, 14 de março de 2022. Hugo Fernando A. Nogueira Auxiliar Judiciário.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 1 8 4 1 7 2 0 1 4 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 07/10/2021 ¿ EXEQUENTE: HANNA MIRELLY OLIVEIRA PINTO REPRESENTANTE: VALDECINA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 13471-A ¿ ROGÉRIO SIQUEIRA DOS SANTOS (DEFENSOR) EXECUTADO: ANTÔNIO CÉSAR PINTO FILHO Representante(s): OAB 13216-A ¿ ANTÔNIO CÉSAR PINTO FILHO (ADVOGADO) DECISÃO 1. Diante Certidão retro e tratando-se de equívoco, condeno o requerido em custas processuais, conforme já determinado as fls. 51. 2. Cite-se a parte executada para recolhimento das custas. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 07 de outubro de 2021. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia

P R O C E S S O : 0 0 0 0 1 8 4 1 7 2 0 1 4 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HUGO FERNANDO ALVES NOGUEIRA Ação: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 17/03/2022 ¿ EXEQUENTE: HANNA MIRELLY OLIVEIRA PINTO REPRESENTANTE: VALDECINA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 13471-A ¿ ROGÉRIO SIQUEIRA DOS SANTOS (DEFENSOR) EXECUTADO: ANTÔNIO CÉSAR PINTO FILHO Representante(s): OAB 13216-A ¿ ANTÔNIO CÉSAR PINTO FILHO (ADVOGADO)
ATO ORDINATÓRIO Por este ato fica a PARTE EXECUTADA intimada, por meio de seu patrono, para recolher as custas pendentes referentes aos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do valor em Dívida Ativa do Estado (art. 46, §4º da Lei 8.328/2015). São Geraldo do Araguaia, 17 de março de 2022. Hugo Fernando A. Nogueira Auxiliar Judiciário Vara Única de São Geraldo do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 0 1 7 5 0 3 0 2 0 1 6 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HUGO FERNANDO ALVES NOGUEIRA Ação: Separação Litigiosa em: 03/02/2022 ¿ REQUERENTE: EDNA APARECIDA DOS SANTOS VIANA Representante(s): OAB 5573 ¿ TEREZA CRISTINA SANTANA DE SOUSA CUNHA (ADVOGADO) REQUERIDO: VALDIER GREGORIO VIANA Representante(s): OAB 19839 ¿ LETÍCIA DA COSTA BARROS (ADVOGADO)ATO ORDINATÓRIO Por este ato ficam as partes intimadas, por meio de seus patronos, para recolherem as custas pendentes referentes aos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição do valor em Dívida Ativa do Estado (art. 46, §4º da Lei 8.328/2015). São Geraldo do Araguaia, 3 de fevereiro de 2022. Hugo Fernando A. Nogueira Auxiliar Judiciário Vara Única de São Geraldo do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 0 7 4 2 7 0 7 2 0 1 7 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: Procedimento Sumário em: 03/02/2022 ¿ REQUERENTE: NÍLSON LACERDA DA COSTA Representante(s): OAB 19129 ¿ NORDENSKIOLD JOSE DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: BANCO ITAU BMG Representante(s): OAB 29442 ¿ ENY BITTENCOURT (ADVOGADO) TERCEIRO: BANCO ITAU CONSIGNADO SA SENTENÇA I. Relatório: Dispensado o relatório, conforme discricionariedade

prevista no artigo 38, da Lei n. 9099/95. II. Fundamentação: Preliminar Defiro o pedido de regularização do polo passivo para Banco Itau Consignados S.A. A falta de documentos indispensáveis por si não impede a análise da demanda, até porque as provas podem ser juntadas até a audiência de instrução e julgamento, conforme art. 33 da lei de referência: Art. 33. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias. Assim indefiro essas preliminares. Decreto a revelia do réu pois não compareceu à audiência UNA, como determina a lei n. 9.099/95, mesmo em caso de adiamento, pois não é suficiente a apresentação de defesa escrita, na forma do art. 20 da Lei 9099/95 rege a matéria estabelecendo que não comparecendo o demandado à sessão de ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DÍVIDA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. NO JUIZADO ESPECIAL, É O NÃO COMPARECIMENTO DA PARTE-RÉ QUE IMPORTA NA REVELIA, E NÃO A AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DO CONSUMIDOR COM A COBRANÇA, PELA PRESTADORA DE SERVIÇOS, DE VALORES RELATIVOS A LIGAÇÕES TELEFÔNICAS SUPOSTAMENTE NÃO EFETUADAS. BLOQUEIO DA LINHA TELEFÔNICA MÓVEL CAUSADO PELA INADIMPLÊNCIA DO AUTOR. INDEMONSTRADO QUE A INTERRUPÇÃO DOS SERVIÇOS PELA COMPANHIA TELEFÔNICA TENHA DESENCADEADO LESÃO DE CUNHO EXTRAPATRIMONIAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, PARA SUPRIR OMISSÃO DO JULGADO. (Recurso Cível Nº 71000606327, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Mylene Maria Michel, Julgado em 23/02/2005) Vencida as questões iniciais passa-se ao mérito. Mérito Os documentos juntados pelo autor comprovam os empréstimos supostamente contraídos, fato não contraditado pelo réu, sendo que na demanda discute-se a existência ou não da relação jurídica. A relação é regulada pelo Código de Defesa do Consumidor, devendo a parte hipossuficiente ser protegida contra possível abusos na concessão de empréstimo que por sinal vulnera a parte mais frágil da relação, que é o aposentado, devendo o ônus da aprova recair sobre o ente financeiro, coo risco de sua atividade, já que sua responsabilidade é objetiva: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. EMPRÉSTIMO CONSIGNÁVEL NÃO CONTRATADO PELO APOSENTADO. DESCONTO INDEVIDO NA APOSENTADORIA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CONFIGURAÇÃO. DANO MORAL CARACTERIZADO. DESCONTO MENSAL APOSENTADORIA TRANSTORNOS E COMPROMETIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS QUE SE PRESUMEM. VALOR FIXADO MANTIDO. JUROS DE MORA EVENTO DANOSO SÚMULA 54 STJ MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE DETERMINOU QUE OS JUROS MORATÓRIOS FOSSEM FIXADOS A PARTIR DA CITAÇÃO PARA NÃO CARACTERIZAR "REFORMATIO IN PEJUS". HONORARIOS ADVOCATICIOS MANTIDOS. RECURSO DESPROVIDO. (Processo:5731217 PR 573121-7 (Acórdão). Relator(a): Roberto Portugal Bacellar). A reclamada alega que tomou todas as providências cabíveis para a concessão do crédito, agindo de forma diligente e que de fato o autor realizou o empréstimo, sem, no entanto, demonstrar que houve o pedido de renovação, ou mesmo o saque na conta do autor, a disponibilização do próprio dinheiro e principalmente os documentos pessoais do autor ao contrair os empréstimos. Os documentos juntados e a própria insurgência do autor, nota-se a fraude e que o serviço não foi bem prestado, e a responsabilidade não pode ser da pessoa com pouca instrução, justamente da parte mais vulnerável, pessoa idosa e de pouca instrução. Na realidade o autor juntou nos autos a provas que lhe cabiam, ou seja, sua insurgência contra o empréstimo que não contraiu. Poderia a ré adotar uma medida simples para evitar os problemas que agora enfrenta, exigindo dos seus clientes cópias de comprovantes de residência, inclusive de contas telefônicas, a fim de realizar uma ligação e verificar a veracidade das alegações dos eventuais clientes, sendo esta uma medida razoável de se exigir de uma empresa do porte da ré que atua no setor de concessão de créditos. Descontos indevidos, por si só, enseja o dano a direitos personalíssimos do autor, que devem ser reparados pela ré, presumindo-se o dano. No sentido: DANO MORAL. APOSENTADO. DESCONTO INDEVIDO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CONTRATO INEXISTENTE. O DESCONTO CONSIGNADO EM PAGAMENTO DE APOSENTADO JUNTO AO INSS LEVADO A EFEITO POR INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, SEM A AUTORIZAÇÃO DAQUELE E SEM CONTRATO DE EMPRÉSTIMO QUE LHE DÊ SUPORTE, CAUSA GRANDE ABALO EMOCIONAL, ANGÚSTIA E APREENSÃO AO LESADO, VINDO A JUSTIFICAR A FIXAÇÃO DA REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS EM VALOR MAIS ELEVADO. (Processo: ACJ 55706420068070008 DF 0005570-64.2006.807.0008. Relator (a): CARLOS PIRES SOARES NETO). Utilizando os parâmetros relacionados ao arbitramento do dano moral, como o fator educativo, o poder econômico dos evolvidos e a própria reparação do prejuízo moral, entende-se que o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) atende aos requisitos citados. Para condenação em danos materiais deve ter prova hábil dos valores descontados, sendo considerado assim o depoimento pessoal da parte autora que não foi contraditado pelo requerido

tornando-se incontroverso, ou seja, todas as parcelas descontadas indevidamente, os quais devem ser ressarcidos em dobro, na forma do parágrafo único do art. 42 do CDC, eis que houve cobrança indevida e assim vem entendendo o Egrégio Tribunal de Justiça, senão vejamos: ACÓRDÃO: 187261 COMARCA: SÃO GERALDO DO ARAGUAIA DATA DE JULGAMENTO: 19/03/2018 PROCESSO: 00000678920158140125 PROCESSO ANTIGO:MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LEONARDO DE NORONHA TAVARES CÂMARA: 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO Ação: Apelação em: APELANTE/APELADO:ANTÔNIO FRANCISCO GOMES Representante(s): OAB 19129 - NORDENSKIOLD JOSÉ DA SILVA (ADVOGADO) APELADO/APELANTE:BRADESCO FINANCIAMENTO SA Representante(s): OAB 119.859 - RUBENS GASPAR SERRA (ADVOGADO) EMENTA: . EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS E MATERIAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NÃO CONTRATADO. DANO MORAL CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. DANO MATERIAL DEVIDO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO DAS PARCELAS COBRADAS INDEVIDAMENTE. RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO E DESPROVIDO O APELO DO RÉU. 1. A fraude, ao integrar o risco da atividade exercida pelo banco, não possui o condão de configurar a excludente de responsabilidade civil por culpa de terceiro, estabelecida no artigo 14, § 3º, II, do CDC. 2. Desconto indevido realizado em contracheque de aposentado, por empréstimo consignado não contratado, atinge verba de natureza alimentar, comprometendo, portanto, o sustento do consumidor, o que, por si só, ultrapassa o mero aborrecimento decorrente dos embates da vida cotidiana, configurando os danos morais reclamados. 3. O dano moral, no caso em apreço, configura-se,in re ipsa, decorrendo de toda a série de frustrações e incômodos a que foi submetida a parte autora, que sofreu descontos indevidos em sua verba salarial por conta de empréstimo não contratado. A conduta da parte demandada configura evidente abuso de direito, a qual causa mais que dano material. 4. Na fixação do dano deve-se ponderar sobre as condições socioculturais e econômicas dos envolvidos, o grau de reprovabilidade da conduta ilícita, a gravidade do dano, bem como o caráter punitivo-pedagógico e as finalidades reparatório-retributivas da condenação, de tal forma que a quantia arbitrada não seja tão irrisória que sirva de desestímulo ao ofensor, nem tampouco exacerbada a ponto de implicar enriquecimento sem causa para a parte autora. ?Quantum? arbitrado que não merece majoração, considerando as peculiaridades do caso concreto, mormente os valores descontados indevidamente e observado o valor arbitrado em casos análogos pela jurisprudência pátria. 5. Dano material. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à restituição dobrada do que pagou, ressalvados os casos de engano justificável, conforme disposto no art. 42, parágrafo único, do CDC. 6. À unanimidade, nos termos do voto do Desembargador Relator, recursos das partes conhecidos, sendo parcialmente provido o do autor para tão somente acolher o pedido de restituição em dobro dos valores indevidamente descontados; e desprovido o apelo do banco requerido, mantendo in totum os demais termos da sentença recorrida. III. Dispositivo: Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO AUTOR para declarar a inexistência da relação jurídica entre as partes, relativamente ao débito discutido nos autos, contratos n. 572004309, condenar a requerida ao pagamento de indenização por danos materiais no valor descontados de forma irregular a serem apurados em execução simples e em dobro, na forma do art. 42, parágrafo único do CDC, corrigidos pelo INPC e mais juros de 1% ao mês a partir da citação; e a danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), que deverá ser acrescido de atualização monetária e juros de 1% ao mês a partir da publicação desta sentença. Sem custas e honorários, na forma da lei n. 9.099/2005. Concedo a tutela antecipada para determinar que o reclamado se abstenha de cobrar ou inserir o nome do autor nos cadastros de maus pagadores, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 3 de fevereiro de 2022. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

PROCESSO: 00020034720188140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: Procedimento Sumário em: 15/03/2022 ¿ REQUERENTE: DJALMA PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 18.175 ¿ RAFAEL DA SILVA NERY (ADVOGADO) REQUERIDO: BANCO BMG CARD SA Representante(s): OAB 23255 ¿ ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) SENTENÇA Trata-se de embargos de declaração apresentado por Banco BMG S/A, representada por seu Advogado. Inicialmente esclarece-se que existe a possibilidade de se rever a sentença de mérito após ser publicada, na forma do art. 494 do NCPC: Art. 494. Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la: I - para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo; II - por meio de embargos de declaração. O dispositivo legal acerca dos embargos, explicitamente prescreve:

CAPÍTULO VDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Assim prescreve a doutrina de Ovídio Batista da Silva demonstrando o conceito de Embargos de Declaração : É o instrumento de que a parte se vale para pedir ao magistrado prolator de uma dada sentença que a complete em seus pontos obscuros, ou a complete quando omissa ou, finalmente que lhe repare ou elimine eventuais contradições que porventura contenha. Os embargos de declaração oferecem o exemplo mais concreto e rigoroso do recurso com efeito apenas de retratação, sem qualquer devolução a um órgão de jurisdição superior. Os embargos são apenas um meio formal de integração do ato decisório, pelo qual se exige do seu prolator uma sentença ou acórdão complementar que opere a dita integração. Para corroborar a corrente que sustenta que os embargos declaratórios não têm natureza recursal, argumentam que não há necessidade, para a oposição dos embargos, da existência de prejuízo ou gravame; bastando que a decisão embargada contenha qualquer ponto que enseje declaração ou complementação. A discussão que o requerido quer trazer em sede de embargos é sobre possível erro na fundamentação, requerendo efeitos infringentes aos embargos para que este Juízo conceda reveja seu entendimento, no caso sobre o possível cumprimento da obrigação por parte do Requerido dentro do prazo determinado. O embargante não trouxe a baila elementos que apontem a contradição, omissão ou erro, pois a sentença foi integra e analisou o caso conforme apresentado podendo o interessado apresentar recurso ao Tribunal de Justiça, buscando decisão favorável. Percebe-se claramente que o embargante não logrou êxito em apontar onde há contradição, obscuridade e omissão na sentença de mérito, visa tão somente dar efeito modificativo ao recurso de embargos, que somente poderá ser aceito em caso excepcionais, não para simplesmente atacar sentença, a qual de forma correta analisou os pontos apresentados e deu seu veredicto, sendo integra, não poderia ser atacada com os embargos, que tem seus requisitos para ser aceito. Considerando a sentença integra e perfeita não havendo a omissão, duvida, obscuridade, contradição não se pode dar efeitos infringentes aos embargos de declaração para reformar a decisão de mérito. Pelas razões expostas, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos da fundamentação. Após as publicações arquivem-se. São Geraldo do Araguaia, 15 de março de 2022 ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 8 3 8 0 6 2 0 1 6 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: Procedimento Comum em: 15/03/2022 ¿ REQUERENTE: LINDOMAR CASTILHO DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 18.175 ¿ RAFAEL DA SILVA NERY (ADVOGADO) REQUERENTE: CLEIDE LÚCIA DA SILVA MIRANDA Representante(s): OAB 18.175 ¿ RAFAEL DA SILVA NERY (ADVOGADO) REQUERIDO: TRASPORTER SPIERING E FRANKEN LTDA ME Representante(s): OAB 8466 ¿ ATHAIDES AFRONDES LIMA DA SILVA (ADVOGADO) DESPACHO 1. Intime-se o Requerido para manifestar-se sobre o julgamento antecipado da lide, conforme requerido pelo autor as fls. 310. 2. Após conclusos SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, datado e assinado digitalmente ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 2 5 3 7 2 0 1 0 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: Procedimento Comum Cível em: 15/03/2022 ¿ REQUERENTE: VALTER RESPLANDES DOS SANTOS Representante(s): DEFENSORIA PÚBLICA REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DE CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT SA Representante(s): OAB 11307-A ¿ ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) DESPACHO R.H 1. Intime-se para a Seguradora Lider para recolher as custas de desarquivamento, no prazo de 10 dias. 2. Após, retornem os autos conclusos. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, datado e assinado digitalmente ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 0 3 6 2 3 3 1 2 0 1 7 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: Procedimento Comum Cível em: 15/03/2022 ¿ REQUERENTE: MARIA DOS ANJOS PEREIRA Representante(s): OAB 11.951 ¿ ENIO AUGUSTO DE MENEZES MONTE (ADVOGADO) REQUERIDO: BANCO CETELEM S/A Representante(s): OAB 24.532-A ¿ DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (ADVOGADO) DESPACHO R.H 1. Torno sem efeito o despacho as fls. 182. 2. Arquive-se

SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, datado e assinado digitalmente ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia/PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 5 2 6 8 6 2 0 1 8 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: Procedimento Comum Cível em: 15/03/2022 ¿ REQUERENTE: D. F. R. REPRESENTANTE: ZÉLIA DOS SANTOS FREITAS Representante(s): OAB 7908 ¿ LUSILEA DA SILVA TORQUATO (ADVOGADO) REQUERIDO: DEUSIVA DA SILVA RIBEIRO Representante(s): OAB 5.061 - EMITERIO RODRIGUES DA ROCHA NETO (ADVOGADO) SENTENÇA Trata-se de Ação de Execução de Alimentos em desfavor de DEUSIVA DA SILVA RIBEIRO, e Requerente DANIELE FREITAS RIBEIRO, menor, representada por sua genitora ZELIA DOS SANTOS. Isto posto, analisando os autos verifica-se que a Defensoria Pública já encaminhou a nova conta para recebimento da pensão alimentícia ao Comando da PMPA, e considerando que a liminar que fixou os alimentos tornou-se estável, não havendo mais providências a serem adotadas por este Juízo. Intime-se, Publique-se e Arquivem-se. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, datado e assinado digitalmente ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 0 4 6 4 9 6 9 2 0 1 4 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: Procedimento Sumário Cível em: 15/03/2022 ¿ REQUERENTE: EDIMAR PINHEIRO DA SILVA Representante(s): OAB 19.129 ¿ NORDENSKIOLD JOSÉ DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DE CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT SA Representante(s): OAB 16.292 ¿ LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) Representante(s): OAB 14.351 ¿ MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) DESPACHO R.H 1. Diante certidão as fls. 151, intime-se a Seguradora Lider dos Consórcios para informar conta bancária para devolução dos valores mencionados, após determino a expedição de alvará para levantamento dos valores. 2. Posteriormente, arquive-se. P.R.I.C. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. São Geraldo, datado e assinado digitalmente. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 0 1 8 0 4 8 8 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 01/02/2022---AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA/PA ACUSADO:JOAO FILHO DANIEL DA SILVA VITIMA:M. J. L. SENTENÇA Trata-se de pedido de medida protetiva de DAIANE DE JESUS LIBORIO em face do opressor DANGELO RODRIGUES OLIVEIRA Apresentado o pedido este Juízo determinou medidas em favor da ofendida. A vítima foi devidamente intimada; O ofensor foi devidamente intimado; È o relatório, DECIDO. Medidas protetivas é uma espécie de tutela de urgência e como tal tem sua aplicabilidade regulada pela lei processual civil. Sendo assim, após a decretação de sua vigência só poderá ser revogado por outra decisão ou recurso, senão vejamos: Art. 304. A tutela antecipada, concedida nos termos do , torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso. § 1o No caso previsto no caput, o processo será extinto. Assim não havendo recurso em sentido estrito ou revogação da medida, esta tornou-se estável. Determino o arquivamento dos autos mantendo as medidas protetivas em vigor até ulterior deliberação deste Juízo, na forma do art. 304, §1º, do NCPC, que aplico subsidiariamente. Fixo o prazo de 02 (dois) anos de vigência das medidas protetivas a contar da publicação Ciência ao Ministério Público. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. São Geraldo do Araguaia, 25 de novembro de 2021. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 2 6 1 1 6 2 0 2 0 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 22/03/2022 ¿ AUTORIDADE POLICIAL: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA ACUSADO: ISAQUE APOLINÁRIO DO VALE VITIMA: S. K. V. L. EDITAL DE CITAÇÃO O Exmo. Dr. Antônio José dos Santos, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, na forma da lei etc. PROCESSO Nº 0000261-16.2020.8.14.0125 /MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA AGRESSOR: ISAQUE APOLINÁRIO DO VALE, brasileiro, (sem qualificação), atualmente em local incerto e não sabido; VÍTIMA: SUELLEN KELLEN VITOR LEITÃO, brasileira, natural de Bom Jardim, nascida em 06/07/1191, filha de

Sônia Maria Vitor Leitão e Antônio Carlos Leitão. PRAZO DO EDITAL: 20 (vinte) dias FINALIDADE: 1) CITE-SE o agressor acima descrito para que cumpra as medidas protetivas estabelecidas, cientificando que o descumprimento de qualquer das medidas impostas acarretará a decretação da Prisão Preventiva do indiciado por desobediência à ordem judicial. 1. Para que o agressor não se aproxime da vítima, mantendo à distância de 500 (quinhentos) metros desta; 2. Para que o agressor não mantenha qualquer tipo de contato com a vítima, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação, incluindo telefônico; 3. Para que o agressor não frequente os lugares que a vítima frequenta, buscando assim resguardar a incolumidade psicológica. Publique-se ¿ Intimem-se. São Geraldo do Araguaia/PA, 22 de março de 2022. O presente EDITAL foi expedido para que ninguém possa alegar ignorância no presente e no futuro e será publicado na forma da lei no Diário de Justiça Eletrônica ¿DJE) do TJE/PA e afixado no átrio do Fórum desta Comarca. São Geraldo do Araguaia. ANTÔNIO MARQUES DA SILVA Servidor de Secretaria Mat.158674 (assina conforme Provimento nº 06/2009-CJCI, § 1º,IX)

PROCESSO: 00018017020188140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: Procedimento Comum em: 27/01/2022 ¿ REQUERENTE: ANTONIEL ALVES DE SOUSA Representante(s): OAB 5.061 ¿ EMITÉRIO RODRIGUES DA ROCHA NETO (ADVOGADO) REQUERIDO: EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A. Representante(s): OAB 12.358 ¿ FLÁVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES (ADVOGADO) SENTENÇA I. Relatório: Dispensado o relatório, conforme está previsto no artigo 38, da Lei n. 9099/95. II. Fundamentação 1. Preliminares A tese jurídica discutida nos autos é a possibilidade de a prestadora de serviços de energia EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A,, utilizar de sua inspeção realizada por seus funcionários, constatando o consumo não contabilizado, cobrar por expectativa três anos antes. A questão paradigma gerou um IRDR que fora julgado pelo TJPA e fixou as seguintes teses de que é necessário prévio processo administrativo com defesa do consumidor para validar a cobrança, no IRDR Nº 0801251-63.2017.8.14.0000 (Tema 04) INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. DIREITO DO CONSUMIDOR, DIREITO ADMINISTRATIVOREGULATÓRIO E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONSUMO NÃO REGISTRADO (CNR) DE ENERGIA ELÉTRICA. ATUAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RESOLUÇÃO Nº. 414/2010 ¿ ANEEL. IMPERATIVIDADE DO ATO REGULATÓRIO. VALIDADE DA COBRANÇA. NECESSIDADE DE PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. GARANTIA DE CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. TEORIA DA DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS PROBATÓRIO. INVERSÃO EM PROL DO CONSUMIDOR. 1. DELIMITAÇÃO DA CONTROVÉRSIA: A determinação das balizas referentes a atuação das concessionárias de energia na inspeção para apuração de consumo não registrado (CNR) de energia elétrica e, consequentemente, a validade das cobranças de débito realizadas a partir dessas inspeções. 2. PRELIMINARES: 2.1. Os embargos de declaração não ultrapassam o juízo de admissibilidade próprio dos recursos, eis que não está atendido o requisito objetivo da tempestividade recursal. 2.2. A ANEEL apenas participa do IRDR na condição preconizada pelo art. 983, do CPC, vale dizer, como órgão interessado na resolução controvérsia de direito, e não como parte ou terceiro interveniente na demanda ajuizada. O amigo da corte não constitui parte no feito e, mesmo que possua poucas feições relacionadas à intervenção de terceiro, a este efetivamente não corresponde, de modo que não pode ser caracterizado como assistente ou oponente, na forma disciplinada pelo art. 109, I, do texto constitucional. 2.3. Depreende-se que o objeto do IRDR não corresponde à pretensão de invalidação de normas regulatórias, mas tão somente se as formas de atuação da CELPA atendem às determinações concretas inseridas naquele ato normativo editado pela autarquia. 2.4. Embora haja semelhanças entre a função plúrima do IRDR e os efeitos decorrentes das sentenças proferidas em ações (demandas) coletivas, não parece adequado conceituar o IRDR como um tipo de demanda (ação). Ademais, as ações civis públicas propostas perante a subseção judiciária paraense da Justiça Federal não apresentam causas de pedir e pedidos precisamente idênticos aos que se discute neste incidente processual. 2.5. Não há qualquer exigência legal de que o julgamento de admissibilidade do IRDR seja precedido de intimação pessoal da parte para se manifestar nos autos, até mesmo porque o juízo de admissibilidade do IRDR se restringe a verificação dos requisitos do art. 976, do CPC, sem implicar prejuízo efetivo. 3. Em relação às demandas que discutem a apuração de consumo de energia não registrado e, consequentemente, a validade das cobranças realizadas a partir dessas inspeções, fixa-se as seguintes teses: a) A formalização do Termo de Ocorrência de Inspeção (TOI) será realizada na presença do consumidor contratante ou de seu representante legal, bem como de qualquer pessoa ocupante do imóvel no momento da fiscalização, desde que plenamente capaz e devidamente identificada; b) Para fins de comprovação de consumo não registrado (CNR) de energia elétrica e para validade da cobrança daí decorrente a concessionária de energia está obrigada a realizar prévio

procedimento administrativo, conforme os arts. 115, 129, 130 e 133, da Resolução nº. 414/2010, da ANEEL, assegurando ao consumidor usuário o efetivo contraditório e a ampla defesa; e, c) Nas demandas relativas ao consumo não registrado (CNR) de energia elétrica, a prova da efetivação e regularidade do procedimento administrativo disciplinado na Resolução nº. 414/2010, incumbirá à concessionária de energia elétrica. Trata-se de demanda de massa, onde vários procuradores apresentaram ações sobre o mesmo tema de fundo, cabe a este Juízo acompanhar a tese fixada pelo órgão julgador superior, na forma do art 927 do CPC Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão: I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; II - os enunciados de súmula vinculante; III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos; IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional; V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados. § 1o Os juízes e os tribunais observarão o disposto no e no , quando decidirem com fundamento neste artigo. Da mesma forma, a norma coagente determina que todos os processos fixados na questão de fundo, deverão ser julgados conforme art. 985, I, do CPC: Art. 985. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada: I - a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região; II - aos casos futuros que versem idêntica questão de direito e que venham a tramitar no território de competência do tribunal, salvo revisão na forma do . § 1o Não observada a tese adotada no incidente, caberá reclamação. § 2o Se o incidente tiver por objeto questão relativa a prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado, o resultado do julgamento será comunicado ao órgão, ao ente ou à agência reguladora competente para fiscalização da efetiva aplicação, por parte dos entes sujeitos a regulação, da tese adotada. 2. Mérito O que se discute nos presentes autos seria a constituição da prova da existência do consumo de energia na residência da autora, já que existem duas opiniões diferentes acerca da controvérsia, uma do consumidor, que não concorda com os valores apresentados e da empresa, que entende estar certa a cobrança dos valores apresentados, que no caso refere-se a consumo não registrado. Observa-se que a parte reclamante, Antoniel Alves de Sousa, apresentou na inicial as provas que lhe cabiam, ou seja, as faturas médias, citando as incongruências da imposição de consumo não registrado. Para se chegar ao consumo correto, tendo em mente que quem controla esses dados é a empresa, e havendo consumo não registrado deverá ser precedido procedimento administrativo ao consumidor, na forma do no IRDR Nº 0801251-63.2017.8.14.0000, o que não foi feito nos autos. Diante destes fatos controversos, a prova da existência deste consumo, pelas razões expostas, cabe a prestadora de serviço, já que possui maior grau de informação acerca dos dados e características dos serviços prestados. Analisando detidamente os autos percebe-se que a ré não se desincumbiu do ônus da prova de apresentar as provas do consumo realizado pelo consumidor, como era ônus seu, já que é detentora de toda informação dos consumos de seus clientes, preferiu, no entanto, alegar a regularidade do consumo cobrado a maior, que na realidade está acima do que pagava a anos. Pelas razões expostas a procedência do pedido se impõe, porque não foi garantido o contraditório efetivo e muito menos a prestadora provou o consumo, supostamente, não registrado como era ônus seu. Percebe-se que houve a conduta abusiva da ré em cobrar a fatura de forma errônea, sem garantir o contraditório e a ampla defesa, e muito além do que a consumidora vinha pagando nas faturas anteriores, demonstrando que o serviço foi defeituoso. O nexo restou comprovado para caracterização do dano, que no caso dos autos de seu deu de forma moral, ante o constrangimento passado pela autora diante dos familiares e vizinhos, tanto da cobrança abusiva, como na ameaça de corte no fornecimento. Diante deste quadro cometeu a ré ato ilícito devendo, pois, indenizar a autora pelo constrangimento sofrido: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. DISSÍDIO PRETORIANO NÃODEMONSTRADO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. SUSPENSÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 186 E 188, I, DO CC. NÃO-OCORRÊNCIA. ABUSO DE DIREITO. CONFIGURAÇÃO DE ATO ILÍCITO (CC, ART. 187). RESSARCIMENTO DEVIDO. DOUTRINA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO. (...) 2. A questão controvertida neste recurso especial não se restringe à possibilidade/impossibilidade do corte no fornecimento de energia elétrica em face de inadimplemento do usuário. O que se discute é a existência ou não de ato ilícito praticado pela concessionária de serviço público, cujo reconhecimento implica a responsabilidade civil de indenizar os transtornos sofridos pela consumidora. 3. Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos costumes (art. 187 do Código Civil). 4. A recorrente, ao suspender o fornecimento de energia elétrica em razão de um débito de R$ 0,85, não agiu no exercício regular de direito, e sim com flagrante abuso de direito. Aplicação dos princípios da

razoabilidade e proporcionalidade. 5. A indenização por danos morais foi fixada em valor razoável pelo Tribunal a quo (R$ 1.000,00), e atendeu sua finalidade sem implicar enriquecimento ilícito à indenizada. 6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido. (STJ. REsp 811.690/RR, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/05/2006, DJ 19/06/2006 p. 123) E, assim sendo, o constrangimento passado pela consumidora tanto na cobrança das faturas exorbitantes como a suspensão do serviço, causou abalo de ordem moral, uma vez que a atitude da ré é abusiva, o que enseja a indenização por danos morais notadamente com a função pedagógica e dissuasória. O fato basta, por si só, para ensejar o dano moral, diante da responsabilidade objetiva da fornecedora (art. 14, caput, do CDC). A finalidade da reparação do dano moral é oferecer compensação ao lesado atenuando seu sofrimento e quanto ao causador do dano tem caráter dissuasório para que não pratique mais ato lesivo a personalidade das pessoas. Assim, inegável o direito à indenização pretendida. No que diz respeito à fixação do quantum, deve-se analisar as circunstâncias que compõem o fato concreto. Além disso, perante vizinhos e clientes manifestos é o prejuízo moral sofrido. Diante disso arbitro o valor do dano moral em R$ 10.000,00 (dez mil reais). Incabível o pedido contraposto, pois o requerido não comprova o consumo, como era ônus seu, seno improcedente o pedido. Incabível o pedido de repetição de indébito, eis que não houve prova de má fé da empresa. III. Dispositivo Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO AUTOR para DECLARAR a inexistência da relação jurídica entre as partes relativamente ao débito discutido nos autos da unidade consumidora n. 106143544, referente a conta de valor R$ 275,69, fatura 11/2016, CANCELAR a anotação feita em nome do autor nos cadastros de proteção ao crédito em decorrência dos fatos noticiados na inicial, com a devida devolução do que a autora pagou no parcelamento a ser apurado em liquidação da execução e CONDENAR a ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), que deverá ser acrescido de atualização monetária pelo INPC e juros de 1% ao mês a partir da publicação desta sentença. CONCEDO A TUTELA ANTECIPADA para que a empresa, ora condenada, se abstenha de manter ou inserir o nome da autora nos cadastros de proteção ao crédito, bem como de suspender o fornecimento, no prazo de 5 dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Sem custas e honorários devido ao rito do juizado. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 27 de janeiro de 2022. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 0 1 3 4 1 3 5 2 0 0 8 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: Procedimento Comum em: 15/03/2022 ¿ REQUERENTE: KEILA CUNHA BORGES Representante(s): OAB 11.761 ¿ WALDECLÉCIA MARCOS MELO (ADVOGADO) REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A. Representante(s): OAB 15.201-A ¿ NELSON WILLIANS F. RODRIGUES (ADVOGADO) DESPACHO R.H 1. A secretaria para providenciar a juntada do histórico dos depósitos, conforme requerido as fls. 139, após intime-se a parte para ciência e para requerer o que entender pertinente. P.R.I.C. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. São Geraldo, datado e assinado digitalmente. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS. Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

COMARCA DE BONITO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BONITO

EDITAL DE CITAÇÃO

A Dra. **CYNTHIA B. ZANLOCHI VIEIRA**, MMª. Juíza de Direito Titular desta Comarca de Bonito, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER publicamente, que se encontra em trâmite, neste juízo, os autos de Roubo Majorado, processo n.º 0004431-06.2019.814.0080, movida pelo Ministério Público, em face de ELIONALDO CAMPOS SILVA, filho de Eremita Campos da Silva, residente na Rua São Pedro, bairro Cesarlândia, Bonito/PA, que atualmente, encontra-se em lugar incerto e não sabido, o que vem impedido sua regular citação, e, em razão da impossibilidade de localização pessoal para tal, expediu-se o presente, expediu-se o presente **EDITAL DE CITAÇÃO** para que os mesmos tomem conhecimento da denúncia contra eles oferecida, bem como, para que responda à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias. E para que chegue ao conhecimento do denunciado, a fim de que este seja considerado regularmente CITADO, assim como de todos os interessados, e futuramente ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário de Justiça do Estado, bem como afixado no lugar público de costume, no átrio deste Fórum, pelo prazo de 15 (quinze). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Bonito aos 06 dias do mês de dezembro do ano de 2021. Eu, Danielle Oliveira de Sá, Diretora de Secretaria Judicial, nos termos do art. 1º, § 1º, XI, do Provimento 006/2009, subscrevo. **DANIELLE OLIVEIRA DE SÁ,** Diretora de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO

A Dra. **CYNTHIA B. ZANLOCHI VIEIRA**, MMª. Juíza de Direito Titular desta Comarca de Bonito, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER publicamente, que se encontra em trâmite, neste juízo, os autos da Ação Penal tipificada no art. 29, § 1º, III da Lei nº 9.605/98, processo n.º 0800148-33.2021.814.0080, movida pelo Ministério Público, em face de BRENDO KAENY DE SOUZA NEVES, brasileiro, paraense, natural de Belém/PA, nascido em 05/03/2001, portador de documento de identidade (RG) n.º 9496394 ¿ PC/PA, filho de Solange Kaeny de Souza, que atualmente, encontra-se em lugar incerto e não sabido, o que vem impedido sua regular citação, e, em razão da impossibilidade de localização pessoal para tal, expediu-se o presente, expediu-se o presente **EDITAL DE CITAÇÃO** para que os mesmos tomem conhecimento da denúncia contra eles oferecida, bem como, para que responda à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias. E para que chegue ao conhecimento do denunciado, a fim de que este seja considerado regularmente CITADO, assim como de todos os interessados, e futuramente ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário de Justiça do Estado, bem como afixado no lugar público de costume, no átrio deste Fórum, pelo prazo de 15 (quinze). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Bonito aos 06 dias do mês de dezembro do ano de 2021. Eu, Danielle Oliveira de Sá, Diretora de Secretaria Judicial, nos termos do art. 1º, § 1º, XI, do Provimento 006/2009, subscrevo. **DANIELLE OLIVEIRA DE SÁ,** Diretora de Secretaria.

Processo de execução: 0003771-80.2017.814.0080

Executado: ANTONIO FERNANDO CORDEIRO MONTEIRO

EDITAL 03/2022

A MMA. Juíza de Direito, **CYNTHIA BEATRIZ ZANLOCHI VIEIRA**, Respondendo pela Vara Única da Comarca de Bonito, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER publicamente que em decorrência de condenação criminal transitada em julgado nos autos de conhecimento nº 0001021-81.2012.814.0009 foi inciada a execução penal nº 00003771-80.2017.814.0080 em face de ANTONIO FERNANDO CORDEIRO MONTEIRO, conhecido como ET, atualmente em local incerto e não sabido. Assim, em razão da impossibilidade de sua localização pessoal, que vem impedido EXPEDE-SE O PRESENTE EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA DE JUSTIFICATIVA para o dia 12 de abril de 2022, às 10:00h a ser realizada no fórum da Comarca de Bonito, Avenida Charles Assad, Centro, Bonito -PA.

Assim, para que o executado tome ciência da audiência; para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e, de futuro, ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado no lugar público de costume pelo prazo de 15 (quinze) dias e publicado no DJE. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Bonito aos 24 dias do mês de março do ano de 2022. Eu, _____ (Antonio Carlos dos Santos Monteiro), analita judiciário, digitei.

Bela. Danielle Oliveira de Sá

Diretora de Secretaria

COMARCA DE PRIMAVERA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRIMAVERA

PROCESSO nº. 0004666-81.2019.8.14.0044 - Ação Penal. - Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. Denunciado: MILAS MESQUITA DA SILVA. O Excelentíssimo Senhor JOSÉ JOCELINO ROCHA, Juiz de Direito Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc. FAZ SABER a quem o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e respectiva Secretaria Judicial tramita os Autos Penais nº 0004666-81.2019.8.14.0044. em atendimento ao despacho de fl. 31, ficam o denunciado MILAS MESQUITA DA SILVA nascido em 24/05/1994, natural de Capanema RG nº. 7485756-8 PC/PA, com endereço na Rua Eustáquio Teixeira, s/nº ¿ Bairro Leitelândia no Município de Primavera-Pará, e por encontrar-se em local incerto e não sabido, fica CITADO, por edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias (CPP, arts. 396, 361, 363, § 1º), atentando-se para o disposto no parágrafo único, do art. 396, do CPP, segundo o qual, no caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído. Atente-se, igualmente, para o que dispõe o art. 366, do CPP, pelo qual se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional. Transcorrido o prazo do edital, sem comparecimento do(a) acusado(a), nem constituição de advogado, certifique-se e imediatamente dê-se vista dos autos ao Ministério Público, para manifestação. ¿ E, para que chegue ao conhecimento de todos e não possam no futuro alegar ignorância, mandou-se expedir o presente EDITAL que será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para os devidos fins. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru, Estado do Pará, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2022. Eu, Elkana Carvalho Reis, matrícula 10.810-3 auxiliar Judiciário da vara única da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru, de ordem da Portaria nº 008/2021GJP, digitei e subscrevi. Elkana Carvalho Reis ¿ Matrícula 108.10-3 Auxiliar Judiciário da vara única da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru, de ordem da Portaria nº 008/2021GJP. (Assino de acordo com o Provimento nº 006/2009-CJCI, Provimento nº 08/2014-CJRMB, o qual alterou dispositivos do Provimento nº 006/2006-CJRMB).

Processo n.: 0004928-31.2019.8.14.0044. Advogados: Dr. MÁRCIO FERNANDES LOPES FILHO-OAB/PA-26.948-B ¿ Parte Requerente. Dr. ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO-OAB/PE-23.255 e OAB/PA-29.147-A ¿ Parte Requerido. Processo n.: 0004928-31.2019.8.14.0044 Requerente: OZIAS DA CONCEIÇÃO SILVA Requerido: BANCO BMG S/A TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 09h50, **NA COMARCA DE PRIMAVERA-PA**, no Fórum Desembargador Arnaldo Valente, feito o pregão, registrou-se a presença e ausências das pessoas acima nominadas. **PRESENTES: - Juiz de Direito**: JOSÉ JOCELINO ROCHA **- Requerente:** OZIAS DA CONCEIÇÃO SILVA **- Advogado do Requerente:** MARCIO FERNANDES LOPES FILHO (OAB/PA 26.948-B) **- Preposto:** EVANDRO DE MELO SANTA BRIGIDA (CPF: 939.502.502-63) **-**

Advogado: VANUSA DE OLIVEIRA MELO (OAB/PA 30.220) O MM. Juiz esclareceu às partes o benefício da autocomposição e as questionou se havia alguma proposta de acordo (CPC, art. 139, inc. V), ao que recebeu respostas negativas de ambos os litigantes. Passou-se, em seguida, à colheita do DEPOIMENTO PESSOAL da parte autora, conforme requerimento formulado pelo patrono da ré**: OZIAS DA CONCEIÇÃO SILVA** (CPF: **254.933.292-04**), colhido por meio da Plataforma Microsoft Teams e gravado em mídia audiovisual anexada aos autos. Pela ordem, a patrona da requerida requereu: a) intimação exclusiva em nome de **Antônio de Moraes Dourado Neto, OAB/PE 23.255**. As partes informaram que não possuem outras provas a produzir e requereram o julgamento antecipado da lide. O MM. Juiz assim **DELIBEROU**: a) **DEFIRO** o requerimento de intimação exclusiva, devendo a Secretaria realizar as anotações necessária; b) declaro encerrada a instrução processual; c) conclusos os autos para prolação de sentença; d) cientes os presentes. Nada mais, o MM. Juiz encerrou o presente termo, que lido e achado conforme vai devidamente assinado pelas partes. Eu, ___, **Jonas P. B. Júnior**, Assessor de Juiz, matrícula 194.778, auxiliando em gabinete, que digitei de ordem. A presente ata serve como ATESTADO DE COMPARECIMENTO a todas as pessoas que estiveram aqui presentes, para todos os efeitos legais, não podendo sofrer penalidades ou descontos em seus salários pela ausência ao serviço, nos termos do art. 463, parágrafo único, do CPC. **- Juiz de Direito: - Advogado do Requerente: - Preposto: - Advogada do Requerido:**

Processo nº 0005684-45.2016.8.14.0044. Advogado (a) dativo (a): Dr (a). VANUSA DE OLIVEIRA MELO-OAB/PA-30.220 ¿ Parte Requerente. Dra. SAMAYA SILVA BARGAXIA-OAB/PA-24.979 ¿ Procuradora Jurídica Municipal ¿ Parte Requerida. Processo nº 0005684-45.2016.8.14.0044 RREQUERENTE: MANOEL JUSCELINO SILVA SANTA BRIGIDA REQUERIDO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 22 (vinte e dois) do mês de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 09h, na sala de audiências da **COMARCA DE PRIMAVERA-PA,** no Fórum Arnaldo Valentino Lobo. Feito o pregão, registrou-se a presença e das pessoas abaixo nominadas. **PRESENTES: - Juiz de Direito**: José Jocelino Rocha **- Requerente**: Manoel Juscelino Silva Santa Brígida **- Advogado dativo:** Marcio Fernandes Lopes Filho (OAB/PA 26.948-B) **- Procuradora do Município**: Samaya Silva Bargaxia (OAB/PA 24.979) Aberta a audiência, feito o pregão, registrou-se a presença e a ausência das pessoas acima nominadas. Em seguida, passou-se à oitiva da primeira testemunha: **SELSO LUIZ DOS SANTOS GOMES**, inscrito no CPF/MF sob o n. 174.106.812-68, compromissada nos termos da lei. As declarações seguem gravadas em áudio e vídeo pela plataforma Microsoft Teams. Ato contínuo, o MM. Juiz passou à colheita do interrogatório do autor, **MANOEL JUSCELINO SILVA SANTA BRÍGIDA**. As declarações seguem gravadas em áudio e vídeo pela plataforma Microsoft Teams. Pela ordem, o advogado nomeado para o autor requereu seja oficiado o Banco do Estado do Pará ¿ BANPARÁ para que informe se existia, entre os anos de 1997 a 2009, conta m nome do autor (**MANOEL JUSCELINO SILVA SANTA BRÍGIDA ¿ CPF 687.758.812-68**), bem como se foram realizados depósitos na conta e a origem dos depósitos (fonte depositante). As partes informaram que não possuem outras provas a produzir. O MM. Juiz assim **DELIBEROU**: a) **OFICIE-SE** o BANPARÁ para que informe a este Juízo se existia, entre os anos de 1997 a 2009, conta m nome do autor (**MANOEL JUSCELINO SILVA SANTA BRÍGIDA ¿ CPF 687.758.812-68**), bem como se foram realizados depósitos na conta e a origem dos depósitos (fonte depositante); b) após, nos termos do art. 364, § 2º, do CPC, concedo prazo sucessivo de 15 (quinze) dias para que as partes apresentem suas razões finais, assegurada vista dos autos; c) nomeio o Dr.(a) **VANUSA DE OLIVEIRA MELO (OAB/PA 30.220)** como defensor dativo do autor, para fins do item ¿b¿ desta decisão. Considerando a inexistência de Defensoria Pública nesta Comarca, e a nomeação do Dr. **MARCIO FERNANDES LOPES FILHO (OAB/PA 26.948-B)** para atuar como dativo no ato, fixo a título de honorários advocatícios o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), que deverá ser pago pelo Estado do Pará. O patrono acima fica nomeado para acompanhar o processo até o final, considerando que não há Defensoria Pública nesta Comarca, e para não prejudicar o direito ao contraditório e à ampla defesa do autor. Nada mais sendo dito, mandou o magistrado encerrar o presente termo, que lido, assinam. Eu, _____, **Jonas P. B. Júnior**, Assessor de Juiz (Mat. 194.778), de ordem, que digitei e subscrevi. **- Juiz de Direito**: **- Requerente**: **- Advogada do Requerente**: **- Requerido: - Procuradora do Município**: **- Testemunha:**

Processo: 0000782-49.2016.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: JOEL DIAS - Advogado dativo Dr. ARINALDO DAS MERCÊS COSTA-OAB/PA-26.968. TERMO DE AUDIÊNCIA DADOS DO PROCESSO: Processo: 0000782-49.2016.8.14.0044 Data da Audiência: 23 de março de 2022 Horário: 09h Magistrado: JOSÉ JOCELINO ROCHA Promotora

de Justiça: FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ Acusado: JOEL DIAS Presentes, na sala de audiência: - Juíza de Direito: **José Jocelino Rocha** - Promotora de Justiça: **Francisca Suênia Fernandes de Sá**, virtualmente pela Plataforma Microsoft Teams - Advogado Dativo: **Arinaldo das Mercês Costa (OAB/PA n. 26.968)** - Apenado: **Joel Dias** - Testemunha**: Denio Oliveira dos Santos** - Testemunha: **José Carlos Monteiro Dias** Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 09h, **NA COMARCA DE PRIMAVERA-PA**, no Fórum Desembargador Arnaldo Valente, feito o pregão, registrou-se a presença e ausências das pessoas acima nominadas. O Ministério Público verificou a possibilidade de oferecimento de Acordo de Não Persecução Penal ¿ ANPP, nos termos do art. 28-A, do Código Penal, quanto ao crime do art. 306, § 1º, da Lei 9.503/97, sob os seguintes fundamentos: ¿MM. Juiz, analisando os autos, verifico a passobilidade de oferecimento do ANPP, uma vez que a lei penal favorável deve retroagir para beneficiar o réu, bem como presentes os requisitos legais para oferecimento da proposta. Nesse sentido, prescreve o Enunciado n. 98 da 2ª CCR do Ministério Público Federal, cujo entendimento adoto: ¿É cabível o oferecimento de acordo de não persecução penal no curso da ação penal, isto é, antes do trânsito em julgado, desde que preenchidos os requisitos legais, devendo o integrante do MPF oficiante assegurar seja oferecida ao acusado a oportunidade de confessar formal e circunstancialmente a prática da infração penal [¿]¿. Nesse sentido, em que pese haver outro procedimento em curso, verifica-se que o acusado é tecnicamente primário, não ostenta nenhuma sentença condenatória e o presente acordo se mostra medida adequada para a repreensão e prevenção do delito, o MPE oferece a presente proposta. São os termos¿. A proposta foi oferecida nos seguintes termos: **CLÁUSULA 1ª**: O ACORDANTE, acompanhado de seu defensor, confessa circunstanciadamente a prática do delito narrado na denúncia. **CLÁUSULA 2ª**: O ACORDANTE obriga-se a pagar prestação pecuniária correspondente a um salário-mínimo vigente, equivalente a quantia de **R$ 1.212,00 (mil e duzentos e doze reais)**, parcelado em 04 (quatro) prestações iguais e sucessivas de R$ 303,00 (trezentos e três reais), a serem pagas na forma de Cestas Básicas destinadas à Paróquia da Igreja Católica do Município. Os pagamentos devem ser realizados em cada mês, com início em abril de 2022, e as demais sucessivamente, devendo ser pago até o final de cada mês. **CLÁUSULA 3ª**: O ACORDANTE obriga-se, de imediato, a renunciar voluntariamente ao valor pago a título de fiança, se houver (art. 28-A, inciso V, do CPP), em benefício de entidade indicada pelo Juízo, bem como a renunciar voluntariamente a bens e direitos, por serem instrumentos, produto ou proveito do crime (art. 28-A, II, do CPP). Em se tratando de arma de fogo, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, a renúncia será feita em favor do Comando do Exército (art. 25 do Estatuto do Desarmamento). **CLÁUSULA 4ª**: Comunicar imediata e comprovadamente ao Juízo eventual mudança de endereço, número de telefone ou e-mail, e comprovar até o fim de cada mês o cumprimento das obrigações, independentemente de notificação ou aviso prévio, devendo ele, quando for o caso, por iniciativa própria, apresentar imediatamente e de forma documentada eventual justificativa para o não cumprimento do acordo (art. 18, § 8º, da Resolução n.º 181/2017 do CNMP). **CLÁUSULA 5ª:** Intimado do descumprimento de quaisquer das condições estipuladas neste acordo, o INVESTIGADO se compromete a apresentar justificativa no prazo de 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA 6ª: Cumpridas integralmente as obrigações e deveres previstos neste termo, o MINISTÉRIO PÚBLICO obriga-se a promover a extinção da punibilidade do ACORDANTE. **CLÁUSULA 7ª**: Descumpridas injustificadamente quaisquer das obrigações e deveres previstos no capítulo 3 (¿DAS OBRIGAÇÕES E DEVERES DO ACORDANTE¿), no prazo estabelecido, o MINISTÉRIO PÚBLICO comunicará ao Juízo, para fins de sua rescisão e posterior oferecimento de denúncia/prosseguimento do feito (art. 28-A, § 10, do CPP). **CLÁUSULA 8ª**: Se a rescisão do acordo for imputável ao ACORDANTE, o MINISTÉRIO PÚBLICO, se for o caso, poderá imediatamente requerer o prosseguimento da persecução criminal Ato contínuo, o MM. Juiz passou a proferir **SENTENÇA: 1.** "HOMOLOGO por sentença a proposta formulada pelo Ministério Público, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e, por consequência, **DECLARO SUSPENSO** o presente feito, até o cumprimento final das condições impostas, uma vez comprovada o cumprimento das condições acordadas entre as partes **JULGO EXTINTO** o presente feito, dê-se baixa nos arquivos com as cautelas de praxe. Em caso de descumprimento, dê-se vistas ao Ministério Público, nos termos do artigo 28-A do Código de Processo Penal. Determino que os valores recolhidos na fiança sejam destinados ao pagamento das custas e, em havendo saldo, à instituição/entidade cadastrada neste Fórum, na forma do art. 336 do Código de Processo Penal. Dada e publicada em audiência, ficam os presentes intimados". **2**. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado. **SERVE ESTE TERMO COMO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL**. Nada mais sendo dito, mandou o magistrado encerrar o presente termo, que lido, assinam. Eu, _____, **Jonas P. B. Júnior**, Assessor de Juiz (Mat. 194.778), de ordem,

que digitei e subscrevi. A presente ata serve como ATESTADO DE COMPARECIMENTO a todas as pessoas que estiveram aqui presentes, para todos os efeitos legais, não podendo sofrer penalidades ou descontos em seus salários pela ausência ao serviço, nos termos do art. 463 do CPC. **Juiz de Direito: Promotor(a) de Justiça:** virtualmente **Advogado: Acusado: Testemunha: Testemunha:**

Processo nº. 0000121-31.2020.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. Denunciados: GILVANE DOS SANTOS OLIVEIRA e LEANDRO SANTOS SALES - Advogado Dativo: RINALDO DAS MERCÊS COSTA -OAB/PA n. 26.968. TERMO DE AUDIÊNCIA DADOS DO PROCESSO: Processo: 0000121-31.2020.8.14.0044 Data da Audiência: 23 de março de 2022 Horário: 09h20Magistrado: JOSÉ JOCELINO ROCHA Promotora de Justiça: FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ Acusado: GILVANE DOS SANTOS OLIVEIRA e LEANDRO SANTOS SALES Presentes, na sala de audiência: - Juíza de Direito: **José Jocelino Rocha** - Promotora de Justiça: **Francisca Suênia Fernandes de Sá**, virtualmente pela Plataforma Microsoft Teams - Advogado Dativo: **Arinaldo das Mercês Costa (OAB/PA n. 26.968)** - Apenado: **Gilvane dos Santos Oliveira e Leandro Santos Sales** - Testemunha**: Manoel de Souza Viana Filho**- Testemunha: **José Salgueiro Teixeira Junior** - Testemunha: **Railton Gomes dos Reis** Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 09h20, **NA COMARCA DE PRIMAVERA-PA**, no Fórum Desembargador Arnaldo Valente, feito o pregão, registrou-se a presença e ausências das pessoas acima nominadas. Em seguida, passou-se à QUALIFICAÇÃO E OITIVA DA TESTEMUNHA ARROLADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO: **JOSÉ SALGUEIRO TEIXEIRA JUNIOR**, policial militar, compromissado(a) e advertido na forma da Lei. Depoimento colhido nos termos do art. 212, do CPP, e gravado em áudio e vídeo disponibilizado no sistema TEAMS aos participantes. Em seguida, passou-se à QUALIFICAÇÃO E OITIVA DO INFORMANTE ARROLADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO: **RAILTON GOMES DOS REIS**, ouvido na condição de informante em razão do parentesco com o acusado Gilvane. Depoimento colhido nos termos do art. 212, do CPP, e gravado em áudio e vídeo disponibilizado no sistema TEAMS aos participantes. O Ministério Público, diante da ausência da testemunha **MANOEL DE SOUZA VIANA FILHO**, requereu a desistência de sua oitiva, o que foi homologado pelo Juízo. Passou-se à QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO DO ACUSADO: **GILVANE DOS SANTOS OLIVEIRA**, ao qual foi garantido o direito a prévia e reservada entrevista com sua defesa, e, após o MM. Juiz cientificou o réu das imputações e do seu constitucional direito ao silêncio, consoante interrogatório gravado em áudio e vídeo disponibilizado no sistema TEAMS aos participantes. O acusado **GILVANE DOS SANTOS OLIVEIRA** atualizou o seu endereço: Rua da Torre, s/n, casa de barro na última rua, Bairro Brasilândia, Primavera/PA. **EM DILIGÊNCIA DO ART. 402, DO CPP:** nada requerido. Encerrada a instrução processual, o Ministério Público e a defesa apresentaram, sucessivamente, suas alegações finais orais, que seguem gravadas em áudio e vídeo por meio da Plataforma Microsoft Teams.

Em seguida, assim o MM. Juiz assim **DELIBEROU**: a) **DECRETO** a revelia do acusado **LEANDRO SANTOS SALES**, uma vez que mudou de endereço, conforme Certidão do Sr. Oficial de Justiça de fl. 47, e não comunicou a este Juízo, o que faço com fulcro no art. 367, do CPP; b) conclusos os autos para prolação da sentença; c) cientes os presentes. Considerando a inexistência de Defensoria Pública nesta Comarca, e a nomeação do Dr. **Arinaldo das Mercês Costa (OAB/PA n. 26.968)** para atuar como dativo no ato, fixo a título de honorários advocatícios o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), que deverá ser pago pelo Estado do Pará. Façam os autos conclusos para sentença. Nada mais sendo dito, mandou o magistrado encerrar o presente termo, que lido, assinam. Eu, _____, **Jonas P. B. Júnior**, Assessor de Juiz (Mat. 194.778), de ordem, que digitei e subscrevi. A presente ata serve como ATESTADO DE COMPARECIMENTO a todas as pessoas que estiveram aqui presentes, para todos os efeitos legais, não podendo sofrer penalidades ou descontos em seus salários pela ausência ao serviço, nos termos do art. 463 do CPC. **JUIZ: PROMOTORA:** virtualmente **ACUSADO:**--------- **ADVOGADO: TESTEMUNHA: TESTEMUNHA:**

Processo: 0003326-10.2016.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: NILSON DA SILVA ALVES - Advogado Dativo: RINALDO DAS MERCÊS COSTA -OAB/PA n. 26.968. TERMO DE AUDIÊNCIA DADOS DO PROCESSO: Processo: 0003326-10.2016.8.14.0044 Data da Audiência: 23 de março de 2022 Horário: 09h40 Magistrado: JOSÉ JOCELINO ROCHA Promotora de Justiça: FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ Acusado: NILSON DA SILVA ALVES Presentes, na sala de audiência: - Juíza de Direito: **José Jocelino Rocha** - Promotora de Justiça: **Francisca Suênia Fernandes de Sá**, virtualmente pela Plataforma Microsoft Teams - Advogado Dativo:

Arinaldo das Mercês Costa (OAB/PA n. 26.968) - Testemunha**: PM Cícero Tavares Duarte** Ausentes, na - Acusado: **Nilson da Silva Alves** Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 09h40, **NA COMARCA DE PRIMAVERA-PA**, no Fórum Desembargador Arnaldo Valente, feito o pregão, registrou-se a presença e ausências das pessoas acima nominadas. Em seguida, passou-se à QUALIFICAÇÃO E OITIVA DA TESTEMUNHA ARROLADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO: **CÍCERO TAVARES DUARTE**, policial militar, compromissado e advertido na forma da Lei. Depoimento colhido nos termos do art. 212, do CPP, e gravado em áudio e vídeo disponibilizado no sistema TEAMS aos participantes. Em seguida, assim o MM. Juiz assim **DELIBEROU**: considerando que o acusado é revel, conforme decisão de fl. XX, fica prejudicado o seu interrogatório. Não havendo mais testemunhas a serem ouvidas, atualize-se os antecedentes criminais e, após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público e, sucessivamente, intime-se a defesa para que apresente memoriais no prazo legal. Após, faça-se conclusão dos autos para prolação de sentença. Considerando a inexistência de Defensoria Pública nesta Comarca, e a nomeação do Dr. **Arinaldo das Mercês Costa (OAB/PA n. 26.968)** para atuar como dativo no ato, fixo a título de honorários advocatícios o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), que deverá ser pago pelo Estado do Pará. Façam os autos conclusos para sentença. Nada mais sendo dito, mandou o magistrado encerrar o presente termo, que lido, assinam. Eu, _____, **Jonas P. B. Júnior**, Assessor de Juiz (Mat. 194.778), de ordem, que digitei e subscrevi. A presente ata serve como ATESTADO DE COMPARECIMENTO a todas as pessoas que estiveram aqui presentes, para todos os efeitos legais, não podendo sofrer penalidades ou descontos em seus salários pela ausência ao serviço, nos termos do art. 463 do CPC. **JUIZ: PROMOTORA: ADVOGADO:** virtualmente **TESTEMUNHA:**

Processo nº:0001542-81.2019.8.14.0144. Representação. Representante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Representando: D.X.D.A. TERMO DE AUDIÊNCIA DADOS DO PROCESSO: Processo: 0001542-81.2019.8.14.0144 Data da Audiência: 22 de março de 2022 Horário: 08h15Magistrado: JOSÉ JOCELINO ROCHA Promotora de Justiça: FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ Representado: DANIEL XAVIER DE ARAÚJO Presentes, na sala de audiência: - Juíza de Direito: **José Jocelino Rocha** Ausentes, na sala de audiência: - Promotora de Justiça: **Francisca Suênia Fernandes de Sá**, justificadamente em razão da cumulação com a Promotoria da qual é titular - Representado: **Daniel Xavier de Araújo** - Representante Legal: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 08h15, **NA CAMARA MUNICIPAL DE QUATIPURU**, no Termo Judiciário de Quatipuru-PA, feito o pregão, registrou-se a presença e ausências das pessoas abaixo nominadas. Audiência prejudicada em razão da ausência do adolescente **DANIEL XAVIER DE ARAÚJO**, o qual foi intimado, conforme Certidão de fl. retro. Em seguida, assim o MM. Juiz assim **DELIBEROU**: considerando a ausência injustificada do adolescente e de sua representante legal, **APRAZE-SE** audiência de apresentação, conforme pauta de Secretaria, expedindo-se **mandado de condução coercitiva**. Nada mais, o MM. Juiz encerrou o presente termo, que lido e achado conforme vai devidamente assinado pelas partes. Eu, ___, **Jonas P. B. Júnior**, Assessor de Juiz, matrícula 194.778, auxiliando em gabinete, que digitei de ordem. A presente ata serve como ATESTADO DE COMPARECIMENTO a todas as pessoas que estiveram aqui presentes, para todos os efeitos legais, não podendo sofrer penalidades ou descontos em seus salários pela ausência ao serviço, nos termos do art. 463, parágrafo único, do CPC. **JUIZ:**

Processo nº. 0003528-07.2018.8.14.0144 Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Repetição de Indébito e Indenização Por Danos Morais Com Pedido de Tutela Antecipada. Requerente: ANA DOS SANTOS SANTA BRÍGIDA - Advogado: Dr. MÁRCIO FERNANDES LOPES FILHO-OAB/PA-26.948-B. Requerido: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Advogado: Dr. NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO-OAB/RJ-60.359. PROCESSO N.: 0003528-07.2018.8.14.0144 SENTENÇA I ¿ RELATÓRIO Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei n. 9.099/95. IV ¿ DISPOSITIVO Diante de todo o exposto, **JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos formulados pela parte autora, resolvendo o mérito nos termos do art. 487, I, do CPC, revogando a tutela antecipada de fl. 15. Sem custas e honorários de sucumbência, nos termos do art. 55, caput, da Lei n. 9.099/095. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimentos, certifique-se e arquive-se. P.R.I.C. Primavera, Pará, 18 de março de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru**

Processo n. 00024660420198140044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: DENIS FARIAS FERREIRA - Advogado (a) dativo (a): Dr (a). VANUSA DE

OLIVEIRA MELO-OAB/PA-30.220. TERMO DE AUDIÊNCIA DADOS DO PROCESSO: Processo: 0002466-04.2019.8.14.0044 Data da Audiência: 24 de março de 2022 Horário: 09h20 Magistrado: JOSÉ JOCELINO ROCHA Promotora de Justiça: FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ Acusado: DENIS FARIAS FERREIRA Presentes, na sala de audiência: - Juíza de Direito: **José Jocelino Rocha** - Promotora de Justiça: **Francisca Suênia Fernandes de Sá**, virtualmente pela Plataforma Microsoft Teams - Advogado dativo: **Geovano Honório Silva da Silva (OAB/PA 15.927)** Ausentes, na sala de audiência: - Acusado: **Denis Farias Ferreira** - Testemunha**: Augusto da Silva Leme** - Testemunha: **Marcela Conde Brilhante Cardoso** Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 09h20, **NA COMARCA DE PRIMAVERA-PA**, no Fórum Desembargador Arnaldo Valente, feito o pregão, registrou-se a presença e ausências das pessoas acima nominadas. Considerando a ausência das testemunhas e do acusado, a audiência restou prejudicada. O Ministério Público manifestou pela juntada de Certidão de Antecedentes Criminais para fins de verificar a viabilidade de ANPP. Em seguida, assim o MM. Juiz assim **DELIBEROU**: a) **APRAZE-SE** audiência de instrução e julgamento conforme pauta de Secretaria; b) **OFICIE-SE** a Polícia Civil para que justifique a ausência das testemunhas policiais acima, devendo fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de oficiar a Corregedoria para intervir no caso; c) **REQUISITE-SE** a presença das testemunhas policiais civis e intime-se o acusado; d) **JUNTE-SE** a Certidão de Antecedentes Criminais do acusado Considerando a inexistência de Defensoria Pública nesta Comarca, e a nomeação do Dr. **Geovano Honório Silva da Silva (OAB/PA 15.927)** para atuar como dativo no ato, fixo a título de honorários advocatícios o valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), que deverá ser pago pelo Estado do Pará. Façam os autos conclusos para sentença. Nada mais sendo dito, mandou o magistrado encerrar o presente termo, que lido, assinam. Eu, _____, **Jonas P. B. Júnior**, Assessor de Juiz (Mat. 194.778), de ordem, que digitei e subscrevi. A presente ata serve como ATESTADO DE COMPARECIMENTO a todas as pessoas que estiveram aqui presentes, para todos os efeitos legais, não podendo sofrer penalidades ou descontos em seus salários pela ausência ao serviço, nos termos do art. 463 do CPC. **JUIZ: PROMOTORA:** virtualmente **ADVOGADO:**

PROCESSO N°: 00009625120198140144. Ação de Investigação de Paternidade c/c Alimentos. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Requerente: A.V.R.C. Rep. Legal: MARIA SELMA MARTINS DOS REIS. Requerido: ANTONIO MÁRCIO DOS SANTOS FIGUEIREDO ¿ Advogado: Dr. GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA-OAB/PA-15.927. PROCESSO N°: 00009625120198140144 SENTENÇA Trata-se de AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIEMNTOS ajuizada por **A.V.R.S.,** filha de Letícia dos Reis Costa, representadas por Maria Selma Martins dos Reis**,** em face de **Antônio Marcio dos Santos Figueiredo,** todos devidamente qualificados nos autos. Em fl. 54, consta mandado de intimação pessoal da parte requerente, para se manifestar sobre interesse no prosseguimento do feito. À fl. 55, certidão do oficial de justiça, informando que a requerente se mudou para a cidade de Parauapebas/PA. Instado a se manifestar, fl. 61, o Ministério Público pugnou pela extinção do feito, em razão do abandono da causa. É o relatório. **DECIDO.** O desenvolvimento e prosseguimento válido e regular dos atos processuais depende, essencialmente, do impulso processual efetivado pelas partes ou interessados. A inercia das partes diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que é condição para o regular exercício do direito de ação. No caso dos autos, fora determinada a intimação pessoal da requerente para informar se possui interesse no prosseguimento do feito, fl. 54, contudo, não fora encontrada, tendo sido informado por domiciliados do local que a requerente se mudou para a cidade de Parauapebas/PA. Por esse prisma, a meu juízo, tais condutas configuram o abandono da causa por ausência superveniente de interesse na resolução da demanda. Nesse contexto, penso que a insistência no prolongamento deste feito, só iria reforçar a nova tendência de crítica, por ausência de gestão processual, arcada, no sistema de justiça, apenas pelo Poder Judiciário e, ao final, não se alcançaria o fim último que é a resolução do mérito, já que a falta de interesse, como visto, é o que impera no caso. Ora, para o processo ser efetivo e eficaz, o impulso processual depende do interesse da parte e, se o interessado não demonstra vontade e interesse em prosseguir com o feito, resta ao juízo, em homenagem aos princípios da razoável duração da demanda e da racional gestão de processos, após as providencias legais, determinar a extinção e o arquivamento dos autos. Ante o exposto, determino a EXTINÇÃO DO PROCESSO, sem resolução do mérito, diante do abandono da causa, com fundamento no artigo 485, inciso III do CPC. Intimações necessárias. Expeça-se o necessário. **SERVE O PRESENTE DESPACHO/DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 002/2009-GJ1VCIV.** Primavera, Pará, 18 de março de 2022 **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito Titular da Comarca de Primavera/PA e do Termo Judiciário de Quatipuru/PA

Processo nº 00011045520198140144. Advogados: Dr. DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA-OAB/PA-12.614 ¿ Parte Requerente. Dra. ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT ARAÚJO-OAB/BA-29.442 ¿ Parte Requerido. PROCESSO N.: 0001104-55.2019.8.14.0144 **SENTENÇA I ¿ RELATÓRIO** Trata-se de AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO c/c INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS ajuizada por JOÃO VITO DOS SANTOS em face de BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A., ambos devidamente qualificados nos autos. **IV ¿ DISPOSITIVO** Diante de todo o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido autoral, extinguindo o processo, com resolução do mérito, à luz do art. 487, I, do CPC, para: **a) DECLARAR** a inexistência de débito com o banco réu relativo ao contrato de empréstimo consignado n. 562110057 e, consequentemente, a nulidade do negócio jurídico; **b) CONDENAR** o banco demandado a restituir, em dobro, todos os valores que houver indevidamente descontado da conta bancária da parte demandante relativo ao contrato acima, devendo tal quantia ser corrigida monetariamente pelo INPC a partir de cada desconto (Súmula 43, do STJ) e acrescida de juros de 1% (um por cento), a contar da citação;

c) CONDENAR o banco réu a pagar à parte autora, a título de indenização por danos morais, o montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de correção monetária pelo INPC a contar desta data (Súmula 362, do STJ) e de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, a incidir desde a citação; **d) CONFIRMAR** a tutela de urgência deferida. Na forma do art. 34, da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, **DETERMINO**, ainda, que seja oficiada a Agência da Previdência Social ¿ APS desta Comarca a fim de que seja realizado o bloqueio do benefício da parte autora para novas averbações de empréstimos consignados ou cartões de créditos consignados, somente devendo promover o desbloqueio mediante comparecimento pessoal da parte autora. Instrua o ofício com o número do benefício informado na petição inicial e/ou peças que o acompanham. Condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios de sucumbência, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação. Com o trânsito em julgado, nada sendo requerido, certifique-se e arquivem-se os autos físicos e via LIBRA, com as cautelas e anotações de praxe. P.R.I.C. **SERVE A PRESENTE SENTENÇA, por cópia digitada, COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA**, nos termos do Provimento n. 003/2009 da CJRMB (alterado pelos Provimentos n. 011/2009 e n. 014/2009), aplicável às Comarcas do Interior por força do Provimento n. 003/2009, da CJCI. Primavera, Pará, 24 de março de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru

PROCESSO N.: 0004727-73.2018.8.14.0044. Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Repetição de Indébito e Indenização Por Danos Morais Com Pedido de Tutela Antecipada. Requerente: PETROLINO FERREIRA MORAES - Advogado: Dr. MÁRCIO FERNANDES LOPES FILHO-OAB/PA-26.948-B. Requerido: BANCO BRADESCO S.A - Advogado: Dr. GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI-OPAB/RO-5.546 e OAB/PA-28.178-A. PROCESSO N.: 0004727-73.2018.8.14.0044 **SENTENÇA I ¿ RELATÓRIO** Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei n. 9.099/95. **II ¿ FUNDAMENTAÇÃO IV ¿ DISPOSITIVO** Diante de todo o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido autoral, extinguindo o processo, com resolução do mérito, à luz do art. 487, I, do CPC, para: **a) DECLARAR** a inexistência de relação contratual com o banco réu relativo ao contrato de empréstimo consignado n. 0123346435476 e, consequentemente, a nulidade do negócio jurídico; **b) CONDENAR** o banco demandado a restituir, em dobro, todos os valores que houver indevidamente descontado da conta bancária da parte demandante relativo ao contrato acima, devendo tal quantia ser corrigida monetariamente pelo INPC a partir de cada desconto (Súmula 43, do STJ) e acrescida de juros de 1% (um por cento), a contar da citação; **c) CONDENAR** o banco réu a pagar à parte autora, a título de indenização por danos morais, o montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de correção monetária pelo INPC a contar desta data (Súmula 362, do STJ) e de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, a incidir desde a citação; **c) CONFIRMAR** a tutela de urgência deferida. Na forma do art. 34 da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008 DETERMINO ainda que seja oficiada à Agência da Previdência Social ¿ APS desta Comarca a fim de que seja realizado o bloqueio do benefício da parte autora para novas averbações de empréstimos consignados ou cartões de créditos consignados, somente devendo promover o desbloqueio mediante comparecimento pessoal da parte autora. Instrua o ofício

com o número do benefício informado na petição inicial e/ou peças que o acompanham. Sem custas, não sendo também cabível condenação em honorários advocatícios, nos termos dos arts. 54 e 55, da Lei n. 9.099/95. Ficam as partes advertidas que, em caso de inexistir cumprimento voluntário da obrigação, eventual execução seguirá o rito previsto no art. 52, da Lei n. 9.099/95, sendo dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do dispositivo legal retro mencionado. Fica a parte vencedora ciente que, transitada em julgado a presente decisão, deverá requerer sua execução em trinta dias. Após 30 (trinta) dias do trânsito em julgado sem manifestação da parte autora, nada sendo requerido, certifique-se e arquivem-se os autos físicos e via LIBRA, com as cautelas e anotações de praxe. P.R.I.C. Primavera, Pará, 24 de março de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru

PROCESSO N.: 0002425-08.2017.8.14.0044. Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Repetição de Indébito e Indenização Por Danos Morais Com Pedido de Tutela Antecipada. Requerente: NÉDIA DE OLIVEIRA PEIXOTO - Advogado: Dr. GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA-OAB/PA-15.927. Requerido: EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A ¿ EQUATORIAL PARÁ ¿ Advogado: Dr. FLÁVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES-OAB/PA-12.358. PROCESSO N.: 0002425-08.2017.8.14.0044 **SENTENÇA I ¿ RELATÓRIO** Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei n. 9.099/95. **II ¿ FUNDAMENTAÇÃO IV ¿ DISPOSITIVO** Diante de todo o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido autoral, extinguindo o processo, com resolução do mérito, à luz do art. 487, I, do CPC, para: **a) DECLARAR** a inexistência de débito da autora com a requerida em relação à fatura de R$ 770,57 (setecentos e setenta reais e cinquenta e sete centavos), mês de 06/2016, vinculada à conta contrato 10019788; **b) CONDENAR** o réu a pagar à parte autora, a título de indenização por danos morais, o montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), acrescido de correção monetária pelo INPC a contar desta data (Súmula 362, do STJ) e de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, a incidir desde a citação;

c) CONFIRMAR a tutela de urgência deferida. Sem custas, não sendo também cabível condenação em honorários advocatícios, nos termos dos arts. 54 e 55, da Lei n. 9.099/95. Ficam as partes advertidas que, em caso de inexistir cumprimento voluntário da obrigação, eventual execução seguirá o rito previsto no art. 52, da Lei n. 9.099/95, sendo dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do dispositivo legal retro mencionado. Fica a parte vencedora ciente que, transitada em julgado a presente decisão, deverá requerer sua execução em trinta dias. Após 30 (trinta) dias do trânsito em julgado sem manifestação da parte autora, nada sendo requerido, certifique-se e arquivem-se os autos físicos e via LIBRA, com as cautelas e anotações de praxe. P.R.I.C. Primavera, Pará, 23 de março de 2022. **JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Primavera e do Termo Judiciário de Quatipuru**

TERMO DE AUDIÊNCIA DADOS DO PROCESSO: Processo: 0002629-18.2018.8.14.0044 Data da Audiência: 24 de março de 2022 Horário:10h Magistrado: JOSÉ JOCELINO ROCHA Promotora de Justiça: FRANCISCA SUÊNIA FERNANDES DE SÁ Acusado: ANTONIO GENICIO DOS REIS GOMES Presentes, na sala de audiência: - Juiz de Direito: **José Jocelino Rocha** - Promotora de Justiça: **Francisca Suênia Fernandes de Sá**, virtualmente pela Plataforma Microsoft Teams Ausentes: - Autor do fato: **Luiz Carlos de Oliveira Reis** Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 10h, **NA COMARCA DE PRIMAVERA-PA**, no Fórum Desembargador Arnaldo Valente, feito o pregão, registrou-se a presença e ausências das pessoas acima nominadas. A audiência de justificação quanto ao descumprimento do sursis processual restou infrutífera, porquanto ausente o autor do fato, não intimado (fl. 34). Dada a palavra ao Ministério Público: ¿Considerando a ausência do autor do fato, prejudicando a audiência, requer seja comunicado o Juízo Deprecante sobre o descumprimento¿. O MM. Juiz assim **DECIDIU**: Trata-se de Carta Precatória oriunda do dd. Juízo do JECrim do Meio Ambiente da Comarca de Castanhal/PA a fim de que fosse fiscalizado o cumprimento dos termos da suspensão condicional do processo em face de **LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA REIS**. Certidão informando que duas das quatro parcelas do acordo foram inadimplidas (fl. 26). Instado a se manifestar, o Ministério Público requereu audiência de justificação (fl. 30). É o relatório. **DECIDO**. Considerando que não foi possível a realização da audiência, porquanto, nos termos da Certidão Negativa de Intimação lavrada pelo Sr. Oficial de

Justiça, o beneficiado foi embora ¿sem deixar pistas, assim informaram vizinhos e moradores da travessa onde o acusado residia¿, determino seja devolvida a presente carta ao Juízo Deprecante para os devidos fins processuais, considerando o seu exaurimento. Após as providências necessárias, dê-se baixa e arquive-se. Cientes os presentes. Nada mais, o MM. Juiz encerrou o presente termo, que lido e achado conforme vai devidamente assinado pelas partes. Eu, ___, **Jonas P. B. Júnior**, Assessor de Juiz, matrícula 194.778, auxiliando em gabinete, que digitei de ordem. A presente ata serve como ATESTADO DE COMPARECIMENTO a todas as pessoas que estiveram aqui presentes, para todos os efeitos legais, não podendo sofrer penalidades ou descontos em seus salários pela ausência ao serviço, nos termos do art. 463, parágrafo único, do CPC. **JUIZ: PROMOTORA: virtualmente**

Processo n.: 0001623-30.2019.8.14.0144. Advogados: Dr. DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA-OAB/PA-12.614 - Parte Requerente. Dra. ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT ARAÚJO-OAB/BA-29.442 - Parte Requerido. Processo n.: 0001623-30.2019.8.14.0144 Requerente: HELENA MARIA ROSÁRIO PEREIRA Requerido: BANCO ITAU CONSIGNADO S/A TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 08h10, **NA CAMARA MUNICIPAL DE QUATIPURU**, no Termo Judiciário de Quatipuru-PA, feito o pregão, registrou-se a presença e ausências das pessoas abaixo nominadas. **PRESENTES: - Juiz de Direito**: JOSÉ JOCELINO ROCHA **- Preposto:** EVANDRO DE MELO SANTA BRIGIDA (CPF: 939.502.502-63) **- Advogado:** VANUSA DE OLIVEIRA MELO (OAB/PA 30.220) **AUSENTES: - Requerente:** HELENA MARIA ROSÁRIO PEREIRA **- Advogado do Requerente:** O MM. Juiz esclareceu às partes o benefício da autocomposição e as questionou se havia alguma proposta de acordo (CPC, art. 139, inc. V), ao que recebeu respostas negativas de ambos os litigantes. Audiência de instrução para colheita do depoimento pessoal da parte autora restou prejudicada em razão da ausência desta e de seu advogado, sendo que o Sr. Oficial de Justiça não a localizou no endereço indicado na exordial. Dada a palavra à patrona do requerido, pugnou pela juntada de carta de preposição e de substabelecimento. O MM. Juiz assim **SENTENÇA**: Trata-se de ação de REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C DANOS MORAIS E MATERIAIS E TUTELA DE URGÊNCIA movida pela parte acima em face da requerida acima identificada, ambos qualificados. Foi determinada a realização desta audiência para colheita do depoimento pessoal, conforme requerido pela parte ré. Houve expedição de mandado, que restou infrutífera. Relatado, **DECIDO** . O desenvolvimento e o prosseguimento válido e regular dos atos processuais dependem, essencialmente, do impulso processual efetivado pelas partes ou interessados. A inércia das partes diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que é pressuposto para o regular exercício do direito de ação. No caso dos autos, a autora foi intimada para a audiência, por intermédio de seu advogado, entretanto nem a requerente e seu patrono compareceram. Ademais, a intimação pessoal restou infrutífera, pois o senhor Oficial de Justiça não encontrou o endereço indicado na exordial. Incumbe à parte indicar corretamente o seu endereço e o da parte requerida, conforme art. 319, II, do CPC. A consequência pela indicação de endereço com informações erradas, não sendo possível intimar a autora, deve ser o arquivamento. Nesse sentido: ¿EMENTA: APELAÇÃO CIVIL. ALVARÁ JUDICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. ENDEREÇO INCORRETO. DEVER DE ATUALIZAÇÃO. INOBSERVÂNCIA. ¿ Nos termos do art. 485, § 1º, do CPC, a extinção do feito por abandono de causa pressupõe a intimação pessoal da parte, em especial quando deve ser reputada válida a intimação realizada no endereço declinado pelo autor na petição inicial, quando este, sem justificativa, deixa de cumprir seu dever de informar ao juízo a mudança temporária ou definitiva ¿ Não impulsionando o processo, após regular intimação pessoal, deve ser mantida a sentença que extinguiu o feito sem resolução de mérito. (TJMG ¿ AC 10301090503618001, 3ª Câmara Cível, Rel. Des. ELIAS CAMILO, julgado em: 27/09/2017, publicado em: 20/10/2017)¿. Nesse contexto, penso que a insistência no prolongamento deste feito só iria reforçar a nova tendência de crítica, por ausência de gestão processual, arcada, no sistema de justiça, apenas pelo Poder Judiciário e, ao final, não se alcançaria o fim último que é a resolução do mérito, já que a falta de interesse, como visto, é o que impera no caso. Ora, para o processo ser efetivo e eficaz, o impulso processual depende do interesse da parte e, se o interessado não demonstra vontade e interesse em prosseguir com o feito, resta ao juízo, em homenagem aos princípios da razoável duração da demanda e racional gestão de processos, após as providencias legais, determinar a extinção e o arquivamento dos autos. Diante do exposto e considerando o parecer ministerial, **JULGO EXTINTO O PROCESSO**, sem resolução do mérito, diante do abandono da

causa, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CPC. Nada mais dito, nem impugnado, foi encerrado o presente termo, que vai devidamente assinado pelas partes presentes. Eu, _____, **Jonas P. B. Júnior** , Assessor de Juiz (Mat. 194.778), de ordem, que digitei e subscrevi. A presente ata serve como ATESTADO DE COMPARECIMENTO a todas as pessoas que estiveram aqui presentes, para todos os efeitos legais, não podendo sofrer penalidades ou descontos em seus salários pela ausência ao serviço, nos termos do art. 463, parágrafo único, do CPC. **- Juiz de Direito: - Preposto: - Advogada do Requerido:**

COMARCA DE BREU BRANCO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BREU BRANCO

0003108-88.2019.8.14.0104 Data de Assinatura REQUERENTE: F. N. C. A. Representante(s): OAB 14468 - RAFAEL ROLLA SIQUEIRA (ADVOGADO) MENOR: A. S. M. REQUERIDO: M. S. M. e outros...

Processo: 0003108-88.2019.8.14.0104 DECISÃO Vistos etc. 01. Tendo em vista a necessidade de readequação de pauta por este Juízo, REDESIGNO a audiência designada na decisão de fl. 104, para o dia 29 de março de 2022, as 10h20min, a qual será realizada por videoconferência. 02. A audiência será realizada dentro do ambiente Microsoft Teams, na qual as partes receberão um e-mail com o link de acesso à audiência acima designada. Não é obrigatório baixar o aplicativo Microsoft Teams, contudo, recomenda-se que seja baixado com o fim de melhorar a qualidade na conexão e transmissão. Dessa forma, os participantes da audiência podem fazer o download e instalação do programa/aplicativo nos seguintes links: Para Computador: https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/microsoft-teams/downloadapp#desktopAppDownloadregion ; Para Celular: . 03. Intimem-se as partes. P.R.I.C. Breu Branco/PA, 21 de março 2022. . ANDREY MAGALHÃES BARBOSA JUIZ DE DIREITO

OAB 14468 - RAFAEL ROLLA SIQUEIRA (ADVOGADO) MENOR: A. S. M. REQUERIDO: M. S. M.

Processo: 0003108-88.2019.8.14.0104 DECISÃO Vistos etc. 01. Tendo em vista a necessidade de readequação de pauta por este Juízo, REDESIGNO a audiência designada na decisão de fl. 104, para o dia 29 de março de 2022, as 10h20min, a qual será realizada por videoconferência. 02. A audiência será realizada dentro do ambiente Microsoft Teams, na qual as partes receberão um e-mail com o link de acesso à audiência acima designada. Não é obrigatório baixar o aplicativo Microsoft Teams, contudo, recomenda-se que seja baixado com o fim de melhorar a qualidade na conexão e transmissão. Dessa forma, os participantes da audiência podem fazer o download e instalação do programa/aplicativo nos seguintes links: Para Computador: https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/microsoft-teams/downloadapp#desktopAppDownloadregion ; Para Celular: . 03. Intimem-se as partes.

COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

Processo nº	:	**0000483-31.2019.8.14.0056**
Demandante (s)	:	**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**
Demandado (a-s)	:	**SILVANA ALVES PAIX¿O**
Advogada Dativa	:	**Dra. RISIA CELENE FARIAS DOS SANTOS OAB/PA 20.414**
Tipificaç¿o	:	**ART. 333, DO CÓDIGO PENAL**

SENTENÇA

Vistos os autos.

I ¿ RELATÓRIO:

O acusado acima referido e já qualificado na inicial foi denunciado pelo Ministério Público em raz¿o de ter, em tese, praticado o delito previsto no artigo em referência, conforme imputaç¿o constante da aç¿o penal pública incondicionada ajuizada pelo representante ministerial atuante neste Juízo.

Consta da denúncia (fls. 02/03), em resumo, que ¿no dia 23/01/2019, por volta das 16h, nas dependências da Delegacia de Polícia desta cidade, a denunciada foi presa em flagrante delito, em raz¿o de ter oferecido vantagem indevida ao delegado de polícia, com o objetivo de finalizar o procedimento policial instaurado contra seu companheiro Benedito Drago Castilho vulgo ¿Pingo¿, e ainda conseguir a liberaç¿o dos seus bens apreendidos pela polícia¿.

Decis¿o de **recebimento de denúncia**, fl. 5.

Decis¿o nomeando defensora dativa, fl. 9.

Resposta à acusaç¿o apresentada às fls. 10/11.

Audiência de instruç¿o realizada, conforme se depreende da fl. 29.

Em **alegaç¿es finais orais**, o Ministério Público opinou pela **condenaç¿o** do acusado pela prática do crime descrito no art. 333, CP.

Já as **alegaç¿es finais** da Defesa Técnica foram no sentido da improcedência da denúncia, n¿o estando provado as acusaç¿es.

É o necessário a relatar.

II ¿ FUNDAMENTAÇ¿O:

De início, em perfunctório vislumbre, n¿o reconheço a presença de nulidades a serem analisadas em sede preliminar, já que o processo teve sua regular tramitaç¿o, sem qualquer irregularidade que o maculasse, vez que foi assegurado ao acusado, na forma da lei, os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Inexistindo vícios, passo ao exame do mérito.

Ao acusado, imputou o órg¿o ministerial a prática de **1 (um) fato** criminoso, cuja conduta encontra-se descrita no artigo 333, do CP.

Delimitada a imputaç¿o, passo à análise da prova constante dos autos para verificaç¿o da ocorrência, ou n¿o, do delito acima aduzido.

O **objeto jurídico** do tipo penal é o bom e regular funcionamento da administraç¿o pública.

A **materialidade** do delito é caracterizada com o oferecimento de vantagem indevida à funcionário público, n¿o necessitando que o agente tenha no local, os valores para de imediato entregar à vítima, por se tratar de crime de mera conduta.

Quanto à **autoria**, resta a este Juízo analisar se o Ministério Público se desincumbiu e seu ônus, analisando, pois, a conduta do acusado de per si, o qual, por sua vez, em seu interrogatório, n¿o confessou a pátria do crime em apuraç¿o, sen¿o vejamos:

¿(...) QUE n¿o foi assim que aconteceu; QUE estava só ela e ele na sala; QUE falou com ele pelo celular pra ela vir até a delegacia; (...); QUE informou que tem os documentos do que foi trazido de lá; QUE o delegado falou que ia entrega o moto; QUE nessa hora perguntou se para tirar os objeto é preciso; QUE nessa hora o delegado bateu na mesa e falou se ela estava lhe subornando; QUE na hora deu voz de pris¿o dela; QUE se desesperou; QUE entrou em pânico; QUE ele n¿o deixou ela terminar de falar o que ela ia falar; QUE entrou em pânico; QUE ao sair perguntou ao seu irm¿o quem era; QUE ao seu irm¿o ao lhe perguntar o que tinha acontecido, falou que n¿o tinha feito isso; QUE ia perguntar se precisava trocar de advogado; QUE n¿o fez nada disso; QUE n¿o ofereceu nada; QUE o seu objetivo era pegar os seus bens; QUE o seu marido fugiu, porque sen¿o ela fica na frente, o quebra osso ia atirar; QUE o seu marido tinha arma; QUE n¿o atirou contra a guarniç¿o; QUE a denúncia que tinha sido feito era sobre uma briga de casal; QUE foi até a delegacia no dia 24 de janeiro; QUE durante esse tempo o seu marido n¿o voltou; QUE se separaram; QUE ela falou que queria resolver o problema dela, e o seu marido que é de maior pode resolver o seu; QUE n¿o falou o que tá na delegacia; QUE n¿o aconteceu de confirmar que estava oferecendo dinheiro; QUE n¿o tem nenhum problema com o delegado; QUE foi ela que conseguiu o número do delegado e entrou em contato; QUE ele falou que ela podia ir que iria resolver o problema; QUE no momento fizeram uma abordagem pessoal nela; QUE quem fez a abordagem pessoal foi a Daniele; QUE no momento que foi dado voz de pris¿o, tentou explicar o que tinha acontecido; QUE em outro momento conseguiu reaver o seu motor; QUE quando ela saiu o delegado devolveu o motor; QUE para receber o moto foi acompanhada com o Dr. Gilson; QUE n¿o fiz nenhum gesto positivo pro Delegado; (...)¿.

(Interrogatório em sede judicial de SILVANA ALVES PAIX¿O, fl. 29).

Ao seu turno, os depoimentos, colhidos em juízo, da testemunha arrolada pela acusaç¿o, vejamos:

¿(...) QUE era o delegado titular na época; QUE se recorda dos fatos; QUE tentou por alguns dias que a denunciado fosse prestar depoimento contra o pingo, o companheiro dele; QUE estavam conversando sobre o pingo, em sua sala; QUE em determinado momento ela perguntou se teria como encerrar aquela situaç¿o; QUE perguntou de que forma encerrar; QUE falou algo do tipo ¿se n¿o tinha como fazer um acerto¿; QUE perguntou como seria esse acerto; QUE ela fez um gesto e entendeu ser um benefício financeiro; QUE perguntou que benefício financeiro, vindo ela fazer um gestual positivo; QUE teve uma intervenç¿o policial e foi apreendido alguns pertences do Pingo; QUE Pingo e a Silvana moravam juntos; QUE acha que n¿o havia drogas; QUE fizeram a abordagem pois tinha a informaç¿o que o Pingo fazia muita pirataria; QUE nessa intervenç¿o o Pingo deu um tiro; QUE foi dado voz de pris¿o contra Silvana; QUE no mesmo momento foi chamado a investigadora Daniele, para fazer a abordagem nela; QUE no momento do fato, só estava o depoente e a Silvana; QUE Dinael é irm¿o dela; QUE n¿o se recorda se Silvana chegou acompanhada; QUE Silvana estava sozinha na sala; QUE teve uma conversa tranquila e foi bem educada; QUE dos bens apreendidos tinha coisas dela também; QUE n¿o recorda qual gesto foi

feito; QUE perguntou que forma queria encerrar aquilo; QUE pela express¿o corporal, identificou que era positiva; (...)¿.

(Depoimento do DPC ARTHUR SILVA VIEIRA, fl. 29).

O Ministério Público desistiu da testemunha ADINAEL ALVES PAIX¿O.

Neste diapas¿o, após a transcriç¿o dos pontos fulcrais do interrogatório e depoimento da testemunha, ouvidas em Juízo, pouco ajudaram ao deslinde do caso, já que cabe ao Ministério Público provar quem foi o responsável pela realizaç¿o da conduta ilícita, e os elementos subjetivos, o que n¿o correu.

Ora, observo que houve a abordagem pessoal da denunciada, n¿o sendo em encontrada consigo valores monetários, o que n¿o descaracteriza a consumaç¿o do delito, por ser a corrupç¿o ativa crime formal de mera conduta.

É cediço, que o crime em estudo é praticado na clandestinidade, sendo presenciado apenas pelos sujeitos ativo e passivo, gozando as declaraç¿es do sujeito passivo (vítima) de presunç¿o de veracidade, sendo consideradas como provas idôneas e suficientes à condenaç¿o, desde que seja prestado de forma uníssona e harmônica, o que n¿o observo neste caso.

A testemunha DPC Arthur Silva Vieira, afirma que a denunciada teria praticado gesto que o levou a crer, que se tratava de benefício econômico, no entanto, em nenhum momento a testemunha conseguiu explicitar de qual gesto se trata, ou que ela tenha oferecido ou prometido, por meio de palavras, vantagem indevida.

Por sua vez, a acusada em seu interrogatório n¿o confessou o crime, esclarecendo que quando recebeu voz de pris¿o, por ter praticado o crime de corrupç¿o ativa, estava buscando informaç¿es do que era preciso para receber os seus bens que haviam sido apreendidos, o que n¿o foi oportunizado pelo DPC que ela terminasse de se explicar, vindo de imediato ser presa em flagrante.

Destarte, o elemento subjetivo exigido pelo tipo penal é doloso, precisando ser demonstrado que o agente teve a intenç¿o de oferecer a vantagem indevida, o que pelo conjunto probatório ministerial n¿o restou comprovado, de modo que n¿o se sabe, se a acusada teve a intenç¿o de forma dolosa.

Como se percebe, a prova da autoria delitiva e seus elementos, praticamente inexistente. Diante do arcabouço probatório produzido durante o curso da instruç¿o criminal, n¿o há como vincular à praticada do crime a acusada, de forma que, nesse caso, a absolviç¿o é medida que apresenta como mais justa.

Pois bem, no que atine à imputaç¿o ministerial, é de se observar que a prova semeada nos autos é incapaz de ensejar o nascimento da árvore da certeza jurídica, cujos frutos seriam capazes de sufragar a acusaç¿o primígena.

Como cediço, a ciência penal busca se aproximar ao máximo da verdade real dos fatos, já que a inocência do acusado é presumida no sistema processual penal vigente, de modo que cabe ao Estado provar indubitavelmente a culpabilidade do indivíduo submetido ao seu julgo, e n¿o o contrário; daí a máxima forense do in dubio pro reo.

Nesta senda, o conjunto probatório deve levar o julgador à formaç¿o de um juízo de certeza quanto à autoria do crime e sua materialidade e n¿o ao arenoso e tortuoso caminho da especulaç¿o fática.

As incertezas quanto a autoria e seu aspecto doloso é tamanha que fornecem apenas presunç¿es de como o evento ocorreu, sendo o material probatório dúbio, tênue e pueril, impondo-se, pois, a absolviç¿o da acusada.

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, e por tudo que consta dos autos, inexistentes provas suficientes para uma condenaç¿o, **julgo improcedente o pedido formulado na denúncia do Ministério Público e, em consonância,** absolvo **SILVANA ALVES PAIX¿O** da imputaç¿o formulada da peça de ingresso, do delito previsto no art. 333 do Código Penal.

Intime-se as partes.

Transitado em julgado, arquive-se.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

S¿o Sebasti¿o da Boa Vista (PA), 24 de março de 2021.

LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO

Juiz de Direito Titular

Processo nº:	**0001963-78.2018.8.14.0056**
Demandante:	MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Réu:	**ANDERSON LEONARDO BARARUA RODRIGUES**

Advogada Dativa: Dra. RISIA CELENE FARIAS DOS SANTOS OAB/PA 20.414

Vitima: A. C. O. E.

SENTENÇA

Vistos os autos.

I - RELATÓRIO

O acusado acima referido e já qualificado na inicial foi denunciado pelo Ministério Público em raz¿o de ter, em tese, praticado o delito previsto no **art. 33, da Lei nº 11.343/2006**.

Consta da **denúncia**, fls. 02/03, em resumo, que ¿(...) no dia 11/04/2018, por volta das 11h30min, a guarniç¿o da polícia militar recebeu informaç¿es anônimas de que o denunciado estaria numa residência localizada no final da Rua Guaraci Fraz¿o limite da zona rural e urbana, comercializando drogas. Ao chegarem no local, encontram o denunciado portando a substância tipo maconha, para fins de comercializaç¿o, além de uma bolsa contendo diversos objeto: relógios, cord¿o, anel, pulseiras e brincos.¿

Alega o Ministério Público, ainda, que ¿(...) o denunciado ao receber voz de pris¿o, empreendeu fuga, sendo perseguido, e no momento em que foi alcançado pela guarniç¿o apresentou resistência, vindo a cair no ch¿o.¿

Foi apreendido, conforme auto de apreens¿o ¿ fl. 11: 01 involucro da suposta droga conhecimento como ¿maconha¿, 02 relógios, 01 colar dourado com pingente, 02 pulseiras douradas, 03 brincos dourados, 01 anel dourado e 01 bolsa infantil.

Foi recebida a denúncia, fl. 39.

O réu foi devidamente citado, fl. 77-verso.

Resposta à acusaç¿o, fls. 78/80.

Laudo toxicológico definitivo, fl. 102.

Foi realizado audiência de instruç¿o e julgamento, fls. 91/92 e fls. 142/143.

Em alegaç¿es finais orais, o Ministério Público opinou pela condenaç¿o do acusado nos termos da denúncia.

Já as alegaç¿es finais da defesa técnica - fl. 45, em resumo, requereu que a pena seja fixada no mínimo legal, em virtude de o réu ter confessado o delito.

É o necessário a relatar. Decido.

II ¿ FUNDAMENTAÇ¿O

Após compulsar os autos, n¿o reconheço a presença de nulidades a serem analisadas em sede preliminar, já que o processo teve sua regular tramitaç¿o, sem qualquer irregularidade que o maculasse, vez que foi assegurado ao acusado, na forma da lei, os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Inexistindo vícios, passo ao exame do mérito.

Ao denunciado, imputou o órg¿o ministerial a prática de **1 (um) fato criminoso**, cuja conduta encontra-se descrita no **art. 33**, **da Lei nº 11.343/2006**, com núcleo em ¿trazer consigo¿, in verbis:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, **vender,** expor à venda, oferecer, ter em depósito**,** transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorizaç¿o ou em desacordo com determinaç¿o legal ou regulamentar:

Pena - reclus¿o de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Destarte, uma vez descrito o tipo penal imputado ao(a) acusado(a), passo à análise da prova constante dos autos para verificaç¿o da ocorrência, ou n¿o, do delito acima aduzido.

A **materialidade** do delito encontra-se comprovada por meio do auto de pris¿o em flagrante delito, auto de apreens¿o das substâncias (fl. 11) e o laudo toxicológico definitivo (fl. 102) com resultado positivo para a substância cannabis sativa L., popularmente conhecida como ¿maconha¿.

Quanto à **autoria**, resta a este Juízo analisar se o Ministério Público se desincumbiu de seu ônus, analisando, pois, a conduta do acusado de per si, o qual, por sua vez, em seu **interrogatório**, **n¿o confessou** a prática do crime em apuraç¿o, sen¿o vejamos:

¿(...) QUE n¿o é verdade; QUE veio de Belém e n¿o trouxe droga alguma; QUE em nenhum momento foi

encontrado com maconha; QUE os bens apreendidos foi retirado do seu corpo; QUE era sua as coisas apreendidas; QUE na hora, acharam maconha na casa e lhe levaram preso; QUE chegou de madrugada de viagem; QUE tinha acabado de chegar de viagem; QUE n¿o têm parentes; QUE as pessoas que estavam na casa, s¿o usuários; QUE é usuário; QUE fuma (...)¿.

(Interrogatório em sede judicial de **ANDERSON LEONARDO BARARUA RODRIGUES**).

Ao seu turno, os depoimentos, colhidos em juízo, das **testemunhas arroladas pela acusaç¿o**, sen¿o vejamos:

¿(...) QUE participou da guarniç¿o que efetuou a pris¿o do denunciado; QUE recebeu a denúncia via telefone; QUE se diligenciaram até o local; QUE tinha outras pessoas no local, que conseguiram fugir, permanecendo só o denunciado; QUE encontraram o denunciado e ao pedir para ele encostar, ele tentou correr pelo quintal; QUE agarram ele no quintal, pulando a ponte; QUE a droga apreendida estava dentro da casa; QUE era um pedaço de maconha; QUE tinha outras coisas de uso pessoal; QUE ofereceu resistência; QUE n¿o sabe se é consumidor; QUE estava comercializando; QUE a droga foi encontrada dentro da casa; QUE a casa é só um cômodo; QUE fizeram perseguiç¿o, mas conseguiram alcançar apenas o denunciado; QUE estava ele e mais dois soldados; QUE n¿o lembra quem achou a droga; QUE n¿o presenciou alguém comprando droga; QUE tinha um casal lá; QUE a denúncia era que tinha três vendendo drogas; QUE n¿o sabe definir a quantidade (...).¿

(Depoimento PM **HUGO LEANDRO LOUREIRO CORREA**).

¿(...) QUE fazia parte da guarniç¿o que fez a abordagem; QUE a denúncia foi anônima, sendo recebida pelo PM Hugo; QUE ao chegar no local ficou na parte da frente com o Fábio na residência; QUE estavam na residência; QUE tentou correr e o cabo Hugo alcançou ele; QUE foi encontra entorpecente com ele; QUE acredita que era maconha; QUE acredita que o denunciado estava há pouco tempo na regi¿o; QUE viu a substância, mas n¿o sabe a quantidade; QUE estava com uma bolsa, contendo outros objeto; QUE n¿o questionou ele; QUE essa foi a primeira fez da abordagem dele; QUE tentou fugir; QUE resistiu a pris¿o (...).¿

(Depoimento do PM **IWISSON BRUNO DA SILVA DE OLIVEIRA**).

O Ministério Público desistiu da oitiva da testemunha PM Fabio Vieira Freitas.

N¿o foram arroladas testemunhas de defesa.

Como se percebe, o acusado alega em sua autodefesa que a droga contida na denúncia n¿o lhe pertencia, n¿o sabendo precisar as testemunhas de acusaç¿o onde se encontravam as substâncias, cingindo-se apenas, que estavam na casa que o denunciado se encontrava.

Ante a inexistência de confiss¿o do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, merece redobrada atenç¿o a análise do(s) depoimento(s) da(s) testemunha(s) arrolada(s) pelo Parquet**,** colhido(s) em Juízo, o(s) qual(is) n¿o corrobora(m), suficientemente, os fatos descritos na denúncia, já que, nos pontos essenciais, apresentam vers¿es insuficientes para configuraç¿o do crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

Isso porque, as duas testemunhas ouvidas em Juízo PM HUGO LEANDRO LOUREIRO CORREA e PM IWISSON BRUNO DA SILVA DE OLIVEIRA, confirmaram apenas a apreens¿o de uma substância que, sequer, foi apreendida com o denunciado.

Nas circunstâncias em que o imputado foi flagrado n¿o se pode deduzir que, efetivamente, a droga seria comercializada, tampouco destinada a quaisquer dos outros verbos caracterizadores do crime em verificaç¿o, já que n¿o há depoimento de qualquer pessoa que tenha visto o acusado vendendo, ou mesmo comprando droga ao imputado, de forma que a simples posse pode configurar o crime de uso.

Nesses casos, tanto a doutrina como a jurisprudência têm assentado que a dúvida quanto à condiç¿o de traficante ou usuário, ou quanto à finalidade de traficância ou uso próprio, deve ser resolvida em favor do agente,

Sobre o tema, trago à baila entendimento jurisprudencial:

APELAÇ¿O CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. ABSOLVIÇ¿O. INVIABILIDADE. DESCLASSIFICAÇ¿O. POSSE PARA USO PRÓPRIO. DE OFÍCIO. 1 - Comprovada a materialidade delitiva, diante da apreens¿o de drogas na posse do acusado n¿o há espaço para a absolviç¿o por ausência de provas. 2 - Contudo, diante da inexistência de prova judicial que demonstre que a droga apreendida destinava-se à difus¿o ilícita, o benefício da dúvida deve favorecer o acusado, tornando imperiosa a desclassificaç¿o de ofício da conduta de tráfico de drogas (art. 33 da Lei 11.343/06) para a prevista no art. 28, do mesmo diploma legal. 3 - Apelaç¿o conhecida e desprovida. Desclassificaç¿o promovida de ofício.

(TJ-GO - APR: 273360720168090029, Relator: DR(A). SIVAL GUERRA PIRES, Data de Julgamento: 15/08/2017, 1A CAMARA CRIMINAL, Data de Publicaç¿o: DJ 2345 de 11/09/2017).

EMENTA APELAÇ¿O CRIMINAL ¿ TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇ¿O PARA TAL FINALIDADE ¿ ABSOLVIÇ¿O POR FRAGILIDADE PROBATÓRIA ¿ PARCIAL PROCEDÊNCIA ¿ CIRCUNSTÂNCIAS QUE INDICAM O PORTE DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL ¿ DESCLASSIFICAÇ¿O PARA USO OPERADA DE OFÍCIO, COM REMESSA AO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL ¿ DELITO REMANESCENTE DO ART. 35 DA LEI N. 11.343/06 ¿ CONJUNTO PROBATÓRIO INSUFICIENTE ACERCA DO VÍNCULO ESTÁVEL E PERMANENTE DOS AGENTES PARA A CONSECUÇ¿O DESSE FIM COMUM ¿ ABSOLVIÇ¿O QUE SE IMP¿E. Quando o conjunto probatório n¿o demonstra, com eficiência, a prática do crime de tráfico ilícito de drogas, sugerindo a condiç¿o de dependente químico do agente, a desclassificaç¿o para uso próprio é medida que se imp¿e, de ofício. Se a acusaç¿o n¿o conseguiu comprovar, por meio das provas colhidas ao longo da instruç¿o processual, o vínculo associativo existente entre os réus para a prática do comércio ilegal de entorpecentes, imperiosa a absolviç¿o, em homenagem ao princípio do in dubio pro reo.

(TJ-MT - APR: 00225163620188110055 MT, Relator: PEDRO SAKAMOTO, Data de Julgamento: 19/08/2020, Segunda Câmara Criminal, Data de Publicaç¿o: 22/08/2020)

Ora, é certo que o depoimento dos policiais, nos casos de crime por tráfico ilícito de entorpecentes ¿ o qual, como regra, ocorre na clandestinidade -, goza de especial valor, também é certo que só devem eles ser levados em consideraç¿o, para efeito de um juízo de procedência do pedido contido na peça de abertura, quando forem suficientes a ensejar a árvore da certeza jurídica.

Deste modo, n¿o existindo provas insofismáveis quando à autoria delitiva do crime de tráfico de drogas, n¿o deve florescer a acusaç¿o ministerial, sob pena de frutificar a injustiça e a insegurança jurídica. N¿o obstante esteja comprovada a materialidade do delito.

De mais a mais, o imputado n¿o registra outros antecedentes criminais pelo crime em alus¿o, de modo que n¿o há como fazer juízo indiciário positivo (art. 156, do CPP) quanto à destinaç¿o do entorpecente, devendo, assim, a imputaç¿o ministerial ser rechaçada, já que se trata de imputaç¿o gravíssima, que n¿o pode ser atribuída a alguém sem que exista prova firme e convincente a ensejar um decreto condenatório.

Nessa esteira, a desclassificaç¿o para o delito do art. 28, da Lei 11.343/2006, é medida de justiça.

De acordo com o artigo em referência, quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorizaç¿o ou em desacordo com determinaç¿o legal ou regulamentar será submetido a pena de advertência, prestaç¿o de serviços à comunidade ou medida educativa de comparecimento à programa ou curso educativo, pelo período máximo de 05 (cinco) meses, quando primário, ou 10 (dez) meses, quando reincidente.

Ora, o acusado ficou preso, provisoriamente, por mais de **11 (onze) meses**!

N¿o restam dúvidas de que a pris¿o é medida mais gravosa do que qualquer sanç¿o prevista no art. 28, da Lei de Drogas.

Assim, n¿o há mais necessidade do prosseguimento do feito, a fim de aplicar as sanç¿es impostas pelo art. 28, da Lei nº 11.343/2006, ante a falta de razoabilidade e homogeneidade entre as sanç¿es.

Com efeito, uma vez demonstrada a sua responsabilidade penal, n¿o há outra saída sen¿o, diante do tempo de pris¿o do acusado, reconhecer extinta a sua punibilidade.

Vejamos o seguinte julgado do Tribunal de Justiça de S¿o Paulo:

Apelaç¿o. Tráfico de drogas. Recurso da defesa. Pleito absolutório invocando a insuficiência probatória. Pleito subsidiário de desclassificaç¿o do delito para o art. 28 ou 33, § 3º, da Lei n. 11.343/2006. Pedidos quanto à dosimetria da pena da ré Sandra: a) afastamento do reconhecimento da agravante da reincidência; b) aplicaç¿o da causa de diminuiç¿o prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006 no patamar máximo; c) fixaç¿o do regime aberto; d) substituiç¿o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. 1.Materialidade comprovada. Dúvidas sobre a destinaç¿o comercial das substâncias. Ausência de prática de atos de mercancia. Apreens¿o de pequena quantidade de drogas, desacompanhada de outros elementos indicativos da destinaç¿o comercial. Negativas dos réus. Necessidade de readequaç¿o penal típica para o delito previsto no art. 28 da Lei de Drogas. 2.Dosimetria. Imposiç¿o da pena de prestaç¿o de serviços à comunidade. Detraç¿o do tempo da custódia cautelar que autoriza a declaraç¿o da extinç¿o da punibilidade pelo integral cumprimento da pena. 3.Recurso parcialmente provido.

(TJ-SP - APR: 00002694520168260530 SP 0000269-45.2016.8.26.0530, Relator: Marcos Alexandre Coelho Zilli, Data de Julgamento: 15/09/2020, 16ª Câmara de Direito Criminal, Data de Publicaç¿o: 15/09/2020)

Nesta quadra, sendo o conjunto probatório assimétrico e n¿o esclarecedor, é de se impor a desclassificaç¿o da imputaç¿o ministerial para o delito previsto no art. 28, da Lei de Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes, com a sua consequente, extinç¿o de punibilidade, tendo em conta o tempo que o denunciado permaneceu segregado.

III - DISPOSITIVO

Ex positis, **julgo improcedente o pedido contido na denúncia** e, por decorrência, **desclassifico a imputaç¿o** inicialmente feita em desfavor de **ANDERSON LEONARDO BARARUA RODRIGUES** para o fim de ajustá-la ao comando do art. 28, caput, da Lei nº 11.343/2006, o que faço com arrimo no art. 383, do CPP, **absolvendo-o**, assim, da imputaç¿o formulada na peça de ingresso, o que faço à luz do inciso **VII**, do artigo 386, do Código de Ritos, e, diante do tempo de pris¿o (cautelar) efetivamente cumprido pelo réu, **declarando, pois, extinta a sua punibilidade,** o que faço com espeque nos princípios da razoabilidade, da razoável duraç¿o do processo e da economia processual, e, principalmente, em virtude do cumprimento efetivo de eventual pena que viesse a ser aplicada por aquele Juízo.

Certifique-se os autos, quanto a existência de bens apreendidos, em caso positivo, especifique-se quais sejam, em seguida, remeta-se ao Ministério Público, para ciência e manifestaç¿o quanto a destinaç¿o dos objetos apreendidos.

Com a manifestaç¿o do Parquet, conforme determinaç¿o acima, retornem os autos conclusos.

Uma vez certificado o **trânsito em julgado** desta sentença, providenciem-se:

1 - Remessa do Boletim Individual;

2 - Baixa na Distribuiç¿o e arquivamento dos autos.

Publique-se, registre-se e intimem-se.

LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO

Juiz de Direito

Processo nº 0001762-86.2018.8.14.0056 ¿ ação penal Denunciante: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL Denunciante: REINALDO DE OLIVEIRA RODRIGUES Advogada dativa: Dra. GIOVANA AUGUSTA DOS SANTOS GONÇALVES OAB/PA 7767. Vítima: S. M. O. SENTENÇA Vistos os autos. **I - RELATÓRIO** O Ministério Público denunciou a este Juízo o acusado **REINALDO DE OLIVEIRA RODRIGUES**, já qualificado(a-s) nos autos, como incurso(a-s) nas penas do **art. 155, caput, do CP,** alegando ¿(...) que no dia 20/01/2018, por volta das 02h30min, a vítima Salom¿o Martins Oliveira trafegava em via pública se encaminhando à residência de sua irm¿, falando ao celular, quando o denunciado se aproximou por trás da vítima e puxou seu aparelho celular, em seguida saiu correndo¿. A denúncia foi recebida fl. 24. Foi nomeada defensora dativa, fl. 29. Resposta à acusaç¿o, fls. 30/33. Audiência de instruç¿o de julgamento realizada, fl. 56, sendo decretada a revelia do denunciado. Em alegaç¿es finais orais (fl. 56), o Ministério Público pugnou pela condenaç¿o do acusado nas iras do caput, do art. 155, do CP. A defesa, ao seu turno, nesta mesma fase, à fl. 56, pugnou pela improcedência da denúncia, e consequente absolviç¿o do réu. É o que de importante há a relatar, passo a fundamentar (art. 93, IX, CF), para, ao final decidir. **II - FUNDAMENTAÇ¿O** Pelo compulsar dos autos, em perfunctório vislumbre, n¿o reconheço a presença de nulidades a serem analisadas em sede preliminar, já que o processo teve regular tramitaç¿o, sem qualquer irregularidade que o macule, vez que foram assegurados ao(a-s) acusado(a-s), na forma da lei, os princípios do contraditório e da ampla defesa. Inexistindo vícios, passo ao exame do mérito. A **materialidade** do crime foi comprovada por meio dos documentos carreados ao inquérito policial, e, em especial, pelos depoimentos colhidos em Juízo, onde se confirma a subtraç¿o do(s) bem(ns) descrito(s) na inicial, de forma que o conjunto probatório converge para a efetiva prática e existência do crime. Quanto à **autoria**, resta a este Juízo analisar a prova produzida no sumário da culpa, com vistas à individualizaç¿o efetiva da culpababilidade do(a-s) denunciado(a-s). Foi decretada a revelia do acusado, apesar de devidamente intimado para à audiência de instruç¿o e julgamento ¿ fl. 53/verso, deixou de comparecer injustificadamente, nos termos do art. 367, do CPP. Ao seu turno colheu-se o depoimento da vítima **SALOM¿O MARTINS OLIVEIRA**, por sua vez, pontuou que: **¿**(...) QUE se recorda dos fatos; QUE foi pro hospital entregar um lanche à sua esposa; QUE na volta ligou pra avisar que deixou o lanche; QUE nesse momento, passou um rapaz e tomou o telefone; QUE no momento passou ¿Teco¿ e o ¿Jack¿; QUE procurou o rapaz pela rua; QUE viu os dois rapazes na mesma rua que furtaram o aparelho; QUE abordou os rapazes e pediu para entregarem o aparelho; QUE reconheço ambos pelas roupas; QUE reconheceu Reinaldo através das roupas; QUE no momento em que lhe assaltou, estava com uma camisa branca cobrindo o rosto; QUE no mesmo local em que foi assaltado, Reinaldo estava com a mesma roupa; QUE Reinaldo estava com uma bermuda diz da pitbull, uma sandália da kenner e uma camisa; QUE n¿o tem dúvida nenhuma que foi Reinaldo que furtou o seu celular; QUE depois do fato, correu atrás do acusado; (...).¿ Como se extrata do depoimento acima, dúvida n¿o há quanto à autoria do delito em apuraç¿o, já que os elementos colacionados aos autos s¿o concludentes nesse sentido. Pois, apesar do acusado estar com uma camisa da cor branca cobrindo o rosto na hora do fato, a vítima a reconheceu por suas vestimentas, apontando com clareza, e sem dúvidas, se tratar de Reinaldo de Oliveira Rodrigues. Com efeito, atento ao princípio que rege a distribuiç¿o do ônus da prova no processo penal, bem como ao da presunç¿o da inocência, observo que o órg¿o acusador provou a existência do fato constante da exordial e a respectiva autoria, podendo-se afirmar que o fato é típico, ilícito e culpável. Ademais, n¿o se dispensa, porém, aos acusados em geral, o ônus da comprovaç¿o de suas alegaç¿es, especialmente acerca da existência de excludentes de ilicitude ou de culpabilidade, bem como de fatos impeditivos ou modificativos da pretens¿o punitiva, caso se pretenda desconstituir algum dos elementos sobreditos, seja para negar a autoria, a ocorrência do delito ou promover sua desclassificaç¿o. Digna de registro, ainda, a perfeita subsunç¿o realizada pelo órg¿o do Ministério Público em sua acusaç¿o, ao

caracterizar a subtraç¿o por arrebatamento como crime de furto simples. Ora, as circunstâncias objetivamente conhecidas e provadas no caso em desate, a par da fundamentaç¿o supra, levam à convicç¿o de certeza de ter(em) sido o acusado o autor do delito em quest¿o, raz¿o pela qual a condenaç¿o é um caminho sem volta. **III - DISPOSITIVO** Ex positis, reputando plenamente comprovado o fato narrado na inicial, ante às provas produzidas nos presentes autos, bem como por toda a fundamentaç¿o expendida, **julgo procedente a pretens¿o punitiva estatal** e, em consequência, **condeno** o acusado **REINALDO DE OLIVEIRA RODRIGUES**, nas penas do **art. 155, caput, do Código Penal**, o que faço com arrimo no art. 387 do Código de Processo Penal. Com efeito, passo à apreciaç¿o das circunstâncias judiciais enunciadas no art. 59, do CP, a fim de aquilatar o grau de culpabilidade do réu, com observância do art. 68, caput, do mencionado CP. **1. DOSIMETRIA DA PENA: A) Circunstâncias Judiciais (art.59, CP):** a.1) culpabilidade: normal ao próprio tipo criminoso, sendo a circunstância favorável. a.2) antecedentes: consoante certid¿o anexa (fl. 58), n¿o há registros de maus antecedentes do réu, fato que constitui circunstância favorável. a.3) conduta social: n¿o há informaç¿o segura de que o réu mantenha má conduta social na comunidade onde vive, de forma que considero favorável esta circunstância. a.4) personalidade: n¿o observo presentes elementos suficientes para ensejar ao réu valoraç¿o negativa quanto a esta circunstância, ante a inexistência de elementos mínimos de convicç¿o, de modo que n¿o pode esta circunstância ser valorada em seu desfavor. Favorável. a.5) motivos do crime: essa circunstância já é valorada pelo próprio tipo penal, sendo a circunstância favorável. a.6) circunstâncias do crime: inerente ao próprio tipo penal e sem qualquer aspecto adicionar que possa ser considerada em desfavor do acusado, sendo favorável. a.7) consequências do crime: n¿o ultrapassou a moldura normal do tipo, sendo, pois, favorável a circunstância. a.8) comportamento da vítima: n¿o há informaç¿o nos autos que possa definir se o comportamento da vítima estimulou ou desestimulou a prática do crime em estudo. Assim, seguindo corrente jurisprudencial majoritária, conclui-se que está circunstância seja desinfluente na valoraç¿o da pena-base. **B) Pena-base**: À vista das circunstâncias acima analisadas, tendo em conta que todas as circunstâncias foram favoráveis ao réu, fixo a pena-base em **1 (um) ano de reclus¿o. C) Atenuantes e Agravantes:** N¿o observo a presença de circunstâncias agravantes e atenuantes a serem consideradas nesta fase. **D) Causas de Diminuiç¿o e Aumento (art. 68, CP):** No caso vertente observo a inexistência de causas de aumento e diminuiç¿o a serem consideradas. **E) Pena Definitiva:** Fica o réu condenado à pena definitiva de **1 (um) ano de reclus¿o. 2. REGIME PRISIONAL (art. 33, CP e art. 387, § 2º, CPP):** Fixo inicialmente, após levar em consideraç¿o o total de pela aplicada e o período de pris¿o cautelar do réu, o regime aberto, conforme § 2º letra ¿c¿ e § 3º do art. 33 do CP. **3. ESTABELECIMENTOS PARA CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE:** A ser indicada pelo Juiz de Execuç¿o Penal. **4. CUSTAS PROCESSUAIS:** Fica o réu isento do pagamento das custas processuais em raz¿o de gozar da assistência judiciária gratuita. **5. SUBSTITUIÇ¿O POR PENA RESTRITIVA (ART. 44, DO CP):** Considerando o que prevê o artigo 44, incisos I, II e III, em conjugaç¿o com o § 2º, do supracitado dispositivo legal do Código Penal, que ¿ nos casos de pena inferior a um ano permite a substituiç¿o por multa ou por pena restritiva de direito -, entendo que a pena privativa de liberdade deve ser substituída por **uma pena restritiva de direito**, qual seja: **prestaç¿o de serviços à comunidade,** a ser executada em estabelecimento a ser definido em audiência admonitória designada por este Juízo, conforme as suas aptid¿es, devendo ser cumprida à raz¿o de uma hora de tarefa por dia de condenaç¿o, de modo a n¿o prejudicar a jornada normal de trabalho, sendo facultado ao beneficiário da substituiç¿o cumprir a pena substitutiva em menor tempo, nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada. **6. SUSPENS¿O CONDICIONAL DA PENA (ART. 77, DO CP):** Incabível, ante a substituiç¿o acima. **7. LIBERDADE PARA RECORRER:** O réu permaneceu todo o processo em liberdade e até o presente momento n¿o vislumbro a existência de quaisquer dos requisitos e pressupostos constantes do art. 312, do CPP, raz¿o pela qual, concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade. **8. REPARAÇ¿O DOS DANOS CIVIS:** Inexistem elementos concretos que possibilitem a fixaç¿o inicial do valor mínimo para indenizaç¿o por eventuais prejuízos suportados pela vítima, raz¿o pela qual, sem prejuízo de eventual e futura aç¿o de reparaç¿o, deixo de fixar valor indenizatório nos moldes do art. 387, IV, do Código de Processo Penal. **9. PROVIMENTOS FINAIS:** Uma vez certificado o **trânsito em julgado** desta sentença, providenciem-se: 1. Lançamento do nome do condenado no rol dos culpados; 2. Remessa do Boletim Individual ao setor de estatísticas criminais (art. 809, CPP); 3. Expediç¿o de ofício(s) ao TRE/PA para suspens¿o dos direitos políticos do condenado durante a execuç¿o da pena (art. 71, § 2º, do Código Eleitoral c/c o art.15, III, CF/88); 4. Expediç¿o, após o trânsito em julgado, da respectiva carta de guia; 5. Arbitro os honorários da defensora dativa ¿ fl. 29, em R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), conforme os trabalhos até aqui realizados. Publique-se, registre-se e intimem-se. S¿o Sebasti¿o da Boa Vista (PA), 17 de março de 2022. **LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO** Juiz de Direito Titular

Processo: 0000166-77.2012.8.14.0056 Autor: BENILZA DOS SANTOS DO NASCIMENTO Menor: A. D. N. D. S. Advogada: Dra. GIOVANA AUGUSTA DOS SANTOS GONÇALVES OAB/PA 7767. **DECIS¿O** Vistos os autos. Tendo em conta que o processo é de 2012, **intime-se a parte demandante**, **através do seu causídico** para que manifeste seu interesse no feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinç¿o. Esvaído o prazo delineado, com ou sem manifestaç¿o, conclusos. Intimaç¿es e expedientes de praxe. S¿o Sebasti¿o da Boa Vista (PA), 23 de março de 2022. **LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO** Juiz de Direito

Processo: 0000061-90.2018.8.14.0056 ¿ AÇÃO PENAL Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ Réu: LINDOLFO BATISTA DO AMARAL Advogada dativa: Dra. RISIA CELENE FARIAS DOS SANTOS OAB/PA OAB/PA 20.414 Vítima: A. K. D. G. SENTENÇA Vistos. Trata-se de Embargos de Declaraç¿o opostos pela Defensora Dativa Dra. Risia Celene Farias dos Santos, nomeada nos autos do processo epigrafado, objetivando sanar omiss¿o na Sentença que n¿o arbitrou os honorários advocatícios em raz¿o de sua atuaç¿o no processo criminal em tela. Relata que a R. Sentença foi omissa, pois deveria condenar o Estado do Pará no pagamento de honorários por sua atuaç¿o como defensora dativa. Requer o acolhimento dos embargos. É o relatório. Decido. FUNDAMENTAÇ¿O. Disp¿e o artigo 1022, do CPC/15: Art. 1.022. Cabem embargos de declaraç¿o contra qualquer decis¿o judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradiç¿o; II - suprir omiss¿o de ponto ou quest¿o sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decis¿o que: I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunç¿o de competência aplicável ao caso sob julgamento; II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1o. No caso em tela vislumbro presente hipótese constante do artigo 1.022 do CPC/15. Os Embargos de Declaraç¿o s¿o hábeis para esse fim. No caso em apreço é necessária a condenaç¿o do Estado do Pará no pagamento dos honorários advocatícios, considerando que a advogada atuou como defensora dativa. Assim, reconheço que a r. Sentença está omissa. DISPOSITIVO Isso posto, ancorado no discorrido, CONHEÇO dos EMBARGOS DE DECLARAÇ¿O ofertados e no mérito os ACOLHO na forma da fundamentaç¿o acima delineada para condenar o Estado do Pará no pagamento de verba honorária que fixo no valor de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), o que faço de forma equitativa e razoavelmente, considerando o tempo despendido e o trabalho executado. Cumpra-se na integra a sentença de fls. 64/65. Publique-se. Registre-se. Intime-se. S¿o Sebasti¿o da Boa Vista/PA, 16 de março de 2022. **LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO Juiz de Direito**

Processo nº 0004866-52.2019.8.14.0056 Autoridade Policial: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA. Indiciado: EVERTON LUIS DOS SANTOS PANTOJA Advogada: Dra. MILENE SERRT BRITO DOS SANTOS MARINHO OAB/PA 24.629
Vtima: E. C. R. D. R.

DECISÃO Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apuração do crime de Roubo Majorado (art. 157, §2º, I c/c art. 14, inciso II do Código Penal), praticado contra a vítima ELLEN CHRISTIE RODRIGUES DOS REIS. Consta do precitado inquérito policial, instaurado mediante portaria, que a vítima ELLEN teve um relacionamento com Everton (suspeito). Relatou que Everton, por volta das 05h:00min no dia dos fatos, apareceu na janela da casa onde a vítima residia, mandando passar o celular. Informa, ainda que naquela oportunidade, ele teria acionado a tecla do gatilho da arma, porém, esta não teria disparado. Ana Maria Borges Rodrigues, genitora de ELLEN, relatou que viu alguém tentando abrir o vidro e chamou sua filha. Que ELLEN chamou FELIPE e ninguém respondeu; Que sua filha tentou fechar a janela quando a pessoa desapareceu e ela foi tentar dormir; Que em seguida ouviu a filha novamente gritando dizendo ¿mãe olha aquela arma¿; Quando olhou viu alguém apontando uma arma para ELLEN; Que a pessoa dizia passa o aparelho celular; Que a pessoa puxou o gatilho, porém a arma falhou. O irmão da vítima EULLER CRISTIANO RODRIGUES DOS REIS em seu depoimento perante a autoridade policial disse que após ouvir os gritos da irmã correu para janela superior da casa, de onde avistou MAPARÁ, FELIPE e um indivíduo desconhecido e viu que FELIPE estava armado; Que pegou um terçado e voltou para a janela, porém FELIPE não estava mais lá; Que gritou com Felipe dizendo que não era otário, que teria visto tudo. Que FELIPE subiu na moto junto com MAPARÁ e foram embora. Que antes disso FELIPE já teria

ameaçado sua irmã. Que durante a relação deles descobriram que este se chamava EVERTON. JEFERSON RODRIGUES MATOS, vulgo MAPARÁ, relatou que estava bebendo com EVERTON no dia do ocorrido e que ELLEN não teria gostado e que FELIPE disse que iria pegar um dinheiro em casa; Que ao chegarem na casa de FELIPE viu um sujeito desconhecido descendo de cima da casa; Que pulou da garupa da moto e correu atrás do mesmo; Que escutou EULLER gritando de cima da casa que não era otário; Que foram embora pois FELIPE ia lhe deixar em casa. EVERTON LUIS DOS SANTOS PANTOJA relatou que quando chegava em casa viu um sujeito estranho forçando a porta ocasião em que seu amigo MAPARÁ perseguiu o ladrão. Que o perseguiram até a casa da ALDA e não o alcançaram. Que para não brigar com ELLEN deixou seu amigo em sua casa e foi dormir na lanchonete; Que acredita que ELLEN o acusou por estar se deixando levar pela mãe e pelo irmão; Que já tiveram brigas com qualquer casal. Ouvida novamente, ELLEN relatou que no dia do ocorrido momentos antes do fato havia se desentendido com EVERTON com rispidez, que a levou a acreditar que ele queria lhe matar; Que realmente existiu o fato de lhe apontarem uma arma pela janela; Que não imaginava que EVERTON teria perseguido o criminoso; Que após conversar com a família e com vizinhos e ao ver ele detido percebeu que não tinha sido ele. Encaminhados os autos ao Ministério Público, este pugnou pelo arquivamento do inquérito, ante a inexistência de provas quanto à autoria delitiva (fls. 71/72). É o relatório. Passo à fundamentação. Compulsando os autos, verifica-se que o Ministério Público, enquanto titular da ação penal, não encontrou subsídios suficientes para oferecimento da denúncia, uma vez que não se tendo identificado o (s) autor (es) dos crimes, resta inviável a instauração da ação penal. Com acerto agiu o órgão ministerial. Em verdade, e isto decorre de um simples raciocínio lógico-dedutivo, não se pode ingressar com uma eventual ação penal sem que se tenha bem definido contra quem se faz. Em outras palavras, tanto quanto é necessário que se ocupe o pólo ativo da ação (Ministério Público ou particular, nos casos de ação penal privada), é mister que o seja também em relação ao pólo passivo. Neste passo, para que se instaure a ação penal, é necessário que estejam presentes aquilo que doutrina e jurisprudência intitula condições da ação penal, quais sejam: i) legitimidade de partes, ii) interesse de agir, iii) possibilidade jurídica do pedido e iv) justa causa. In casu, não havendo contra quem exercer o direito de ação, não há como esta ser instaurada, notadamente porque desconhecido aquele que, em tese, deveria ser punido pela prática do ilícito penal. Sob esse aspecto, resta prejudicada, neste momento, qualquer tentativa do Estado em exercer seu jus puniendi, uma vez que, ainda que se instaurasse a competente ação penal, não haveria quem se punir. Assim, não havendo autor, não há que se falar em eventual ação penal, razão pela qual o arquivamento do presente feito é medida mais que acertada. Decido. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, HOMOLOGO a promoção feita pelo Ministério Público e, ato contínuo, determino o ARQUIVAMENTO do inquérito em epígrafe, ante a inexistência de provas quanto à autoria delitiva. Ressalte-se, por oportuno, que é dada à autoridade policial a faculdade de proceder, acaso entenda necessário e adequado, com novas investigações e, em se revelando outros fatos que modifiquem as atuais circunstâncias, poderá o presente inquérito ser desarquivado, conforme preceitua o art. 18, do Código de Processo Penal. Intimem-se. Notifique-se o Ministério Público São Sebastião da Boa Vista (PA), 15 de março de 2022. **LEANDRO VICENZO SILVA CONSENTINO** Juiz de Direito Titular da Comarca de São Sebastião da Boa Vista

COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

RESENHA: 01/03/2022 A 30/03/2022 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE CANAA DOS CARAJAS - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE CANAA DOS CARAJAS PROCESSO: 00002876420098140136 PROCESSO ANTIGO: 20091000189 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Procedimento de Conhecimento em: 17/03/2022---REQUERIDO:JOSEILTON DO NASCIMENTO OLIVEIRA Representante(s): OAB 7655 - MARCUS VINICIUS SAAVEDRA GUIMARAES DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERENTE:PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAA DOS CARAJAS - PA REPRESENTADO:MUNICIPIO DE CANAA DOS CARAJAS Representante(s): OAB 7698 - ROBERIO ABDON D OLIVEIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00006447820088140136 PROCESSO ANTIGO: 200810005999 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 17/03/2022---EXEQUENTE:FAZENDA NACIONAL EXECUTADO:OSVALDO SALDANHA ALMEIDA Representante(s): PROTOGENES ELIAS DA SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00008575020098140136 PROCESSO ANTIGO: 200910006425 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Cautelar Inominada Infância e Juventude em: 17/03/2022---EXECUTADO:RAIMUNDO NONATO CAMELO DA SILVA Representante(s): OAB 15428-B - CLEUBER MENDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) ARNALDO SAVERINO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) EXEQUENTE:MUNICIPIO DE CANAA DOS CARAJAS. ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00016545020148140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Cumprimento de sentença em: 17/03/2022---RECLAMANTE:ALZILEIDE MATOS BATISTA Representante(s): OAB 18665-B - BRUNO CARDOSO DA CUNHA (ADVOGADO)

RECLAMADO:MUNICIPIO DE CANAA DOS CARAJAS Representante(s): OAB 11063-B - HUGO LEONARDO DE FARIA (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00022278320178140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/03/2022---REQUERENTE:JOAO BATISTA FERNANDES Representante(s): OAB 14538 - PATRICIA ALVES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00022485920178140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/03/2022---REQUERENTE:RAIMUNDA SILVA CARREIRO SOUSA Representante(s): OAB 14538 - PATRICIA ALVES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 24479 - LUCIANO SATURNINO DA MOTA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00024492220158140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/03/2022---REQUERENTE:JENIVALDO ANDRADE VIEIRA Representante(s): OAB 20950-A - DIOGO CAETANO PADILHA (ADVOGADO) OAB 19629-B - EDERSON SOUZA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL S A Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00039143220168140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o:

Execução Fiscal em: 17/03/2022---EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:VALE SA Representante(s): OAB 20110 - IGOR DINIZ KLAUTAU DE AMORIM FERREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00044496320138140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Homologação de Transação Extrajudicial em: 17/03/2022---REQUERENTE:MARIA RODRIGUES CASTRO Representante(s): OAB 15198-B - ELIENE HELENA DE MORAIS (ADVOGADO) REQUERENTE:BEIJAMIM RODRIGUES DE CASTRO REQUERENTE:DIMAS RODRIGUES DE CASTRO REQUERENTE:DORCAS RODRIGUES DE CASTRO REQUERENTE:DAVI RODRIGUES DE CASTRO REQUERENTE:ESTER RODRIGUES DE CASTRO REQUERENTE:FRANCISCA RODRIGUES DE CASTRO SOARES REQUERENTE:GIDEON RODRIGUES DE CASTRO REQUERENTE:ILDA RODRIGUES DE CASTRO REQUERENTE:JOSUE RODRIGUES DE CASTRO REQUERENTE:LEONIDAS RODRIGUES DE CASTRO REQUERENTE:LEVI RODRIGUES DE CASTRO REQUERENTE:ROGERIO RODRIGUES DE CASTRO REQUERENTE:FRANCISCO DE CASTRO NETO REQUERENTE:LUCAS OLIVEIRA DE CASTRO ENVOLVIDO:FRANCISCO NECRETO DE CASTRO. ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00054932020138140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 17/03/2022---REQUERENTE:MAURICIO MARTINS LOBO Representante(s): OAB 16131 - HENRIQUE BONA BRANDAO MOUSINHO NETO (ADVOGADO) OAB 26817 - LAYLA DANIELLY COSTA PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:LUIZ BATISTA MARIANO Representante(s): OAB 20965 - GLAUCIA RODRIGUES BRASIL OLIVEIRA (ADVOGADO) AUTOR:ILZA MARTINS LOBO Representante(s): OAB 27604 - SAMARA DE JESUS SOUSA BEZERRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00066993020178140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Alvará Judicial em: 17/03/2022---REQUERENTE:VANETE DOS SANTOS NASCIMENTO DA SILVA Representante(s): OAB 25494-A - MANACÉS MOREIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERENTE:DULCE MACHADO JARDIM Representante(s): OAB 25494-A - MANACÉS MOREIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior

celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00092703720188140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/03/2022---REQUERENTE:DIVANI BISPO DE BARROS Representante(s): OAB 20950-A - DIOGO CAETANO PADILHA (ADVOGADO) REQUERENTE:CAIO BARROS DA SILVA REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA Representante(s): ROBERTA MENZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00101142120178140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/03/2022---REQUERENTE:ZUMIRA ALVES BARRETO BARBOSA Representante(s): OAB 19629-A - EDERSON SOUZA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS. ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00102262420168140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Monitória em: 17/03/2022---REQUERENTE:COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUDOESTE PARAENSE - SICREDI CARAJAS PA Representante(s): OAB 20916-A - ANDRE DE ASSIS ROSA (ADVOGADO) REQUERIDO:R M COMERCIO DE FERRAGENS LTDA ME REQUERIDO:RAIMUNDO RIBEIRO DA SILVA. ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00102582920168140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/03/2022---REQUERENTE:MARIA PEREIRA DOS ANJOS DE SOUSA Representante(s): OAB 14538 - PATRICIA ALVES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a

ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 01114573120158140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 17/03/2022--- REQUERENTE:AGOSTINHO FERREIRA LIMA Representante(s): PATRICIA ALVES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 24479 - LUCIANO SATURNINO DA MOTA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

RESENHA: 21/03/2022 A 25/03/2022 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE CANAA DOS CARAJAS - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE CANAA DOS CARAJAS PROCESSO: 00100519320178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE ARIELE AZEVEDO SIMOES A??o: Cumprimento de sentença em: 21/03/2022 REQUERENTE:TRANSPORTADORA SAO LOURENCO LTDA Representante(s): OAB 20950-A - DIOGO CAETANO PADILHA (ADVOGADO) OAB 25636-B - VINICIUS FERRAZ LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:BRADESCO SAÚDE S/A Representante(s): OAB 15674-A - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (ADVOGADO) OAB 32546 - MARCO ANTONIO MOREIRA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE) LUCIANA SANTOS COSTA ESPINDOLA (REPRESENTANTE/NOTICIANTE) . ATO ORDINATÃRIO Intime-se a parte autora, por seu advogado, para que no prazo de 5 (cinco) dias, requeira o que entender de direito. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, 21 de marÃ§o de 2022. ALINE ARIELE AZEVEDO SIMÃES Diretora de Secretaria PROCESSO: 00053984820178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANIEL GOMES COELHO A??o: Ação de Alimentos de Infância e Juventude em: 22/03/2022 REQUERENTE:JAQUELINE GOMES DE MELO LIMA Representante(s): OAB 14583-B - MARCELO TEODORO DOS REIS (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCISCO SANDES LIMA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ 2Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÃS Processo: 0005398-48.2017.8.14.0136 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Converto o julgamento em diligÃªncia, uma vez que o pedido tambÃ©m versa sobre partilha de bens, todavia, nÃ£o hÃ¡ nos autos qualquer documento probatÃ³rio da propriedade ou posse dos bens. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, intime-se a parte autora, por seu Advogado, para no prazo de 10(dez) dias promover a juntada dos referidos documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DANIEL GOMES COÃLHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s

COMARCA DE AUGUSTO CORREA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORREA

PROCESSO: 0005776.14.2017.814.0068
Autora: MARIA ALDICEIA CARDOSO
Advogado: Josué Dutra Moraes OAB/PA 10.465
Requerido: Município de Augusto Corrêa/PA

SENTENÇA

Cuida-se de ação que tem como objeto a Reintegração ao cargo público da autora, pois houve o seu desligamento no ano de 2005.

Narra a inicial que a autora era professora ocupante de cargo efetivo aprovada no concurso público de 01/2002, nomeada para o exercício em 02/05/2003. Contudo, no ano de 2005, obteve uma licença concedida de fora verbal, do então gestor Secretário de Educação a época, para se afastar de seu cargo com objetivo de cursar Pedagogia em outro município.

Após 1 anos, retornou ao Município de Augusto Corrêa/PA, se apresentando ao seu ofício, entretanto, a gestão municipal entendeu pela não reintegração ao exercício de sua função, diante do abandono de suas atividades.

Foi requerida a Liminar, entretanto, mesmo com a audiência de conciliação, não houve questionamento quanto a decisão liminar, fls.102.

Instado a apresentar a contestação, o Município mesmo citado pessoalmente, se manteve inerte.

O Juízo determinou a intimação das partes a fim de se pronunciarem quanto a prescrição da ação, fls.87.

Aditamento da inicial, fls. 95/98.

DECIDO

O prazo para propositura da ação objetivando a reintegração do servidor no cargo é de 5 (cinco) anos, a contar do ato ou fato de seu desligamento ¿ Decreto 20.910/1932.

A ação foi ajuizada no ano de 2017. O ato de desligamento da autora ocorreu no ano de 2005, quando ela se desvinculou do cargo, com a dita licença verbal, incidindo assim, a prescrição da pretensão desde o ano de 2010.

Ressalto aqui, as fls. 60/61, há manifestação da Administração datada de 22/02/2006, quanto ao afastamento indevido de suas funções pela autora e a impossibilidade do retorno ao cargo.

Logo, não impugnada a manifestação, podendo ser implícita ou explicita, da negação de Direitos pela Administração, no prazo quinquenal, a prescrição atinge o próprio fundo do direito.

Dessa forma, julgo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, II do CPC, a fim de reconhecer a prescrição da pretensão da ação.

Intime-se a Autora, por meio de seu advogado via Dje.

Intime-se pessoalmente o representante legal do Município de Augusto Corrêa/PA, ou quem lhe faça as vezes.

Após o prazo recursal arquive-se o processo dando baixa no sistema.
P.R.I

Augusto Corrêa/PA, 23 de março de 2022

Angela Graziela Zottis
Juíza de Direito Titular da Comarca de Augusto Corrêa/PA

PROCESSO: 0003562.89.2013.814.0068

SENTENÇA

Considerando o falecimento do autor, conforme certificado pelo oficial de justiça e busca no sistema INFOSEG, o qual confirma o fato, nos termos do art. 485, IX do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito.

Intime-se o Ministério Público.

Após o prazo recursal arquive-se dando baixa no sistema.

P.R.I

Augusto Corrêa/PA 24 de março de 2022

Angela Graziela Zottis
Juíza de Direito Titular da Comarca de Augusto Corrêa

PROCESSO: 0001268.88.2012.814.0068

SENTENÇA

Considerando a manifestação da parte autora, Homologo a desistência da ação.
Dessa forma, julgo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII do CPC.
Intime-se o Ministério Público.

Após o prazo recursal arquive-se dando baixa no sistema.

P.R.I

Augusto Corrêa/PA 24 de março de 2022

Angela Graziela Zottis
Juíza de Direito Titular da Comarca de Augusto Corrê

PROCESSO: 0007232.62.2018.814.0068
DUPLICIDADE REGISTRO NASCIMENTO
Autora: MARIA DE NAZARÉ FERREIRA AMORIM

SENTENÇA

VITOS Etc...

Defiro a Justiça Gratuita.

Cuida-se do Ação de Anulação Registro Nascimento em Duplicidade proposta por MARIA DE NAZARE FERREIRA AMORIM, através do Ministério Público Estadual, aduzindo em síntese, que seu genitor registrou seu nascimento em duas datas distintas, ocasionando a duplicidade do registro.
Dessa forma, requer a anulação do segundo registro existente.
Dessa forma, requer o cancelamento do segundo registro com a devida anulação em cartório.

DECIDO
Compulsando os autos, verifica-se a duplicidade dos registros de nascimentos, realizados no Cartório de Nova Olinda ¿ Augusto Corrêa/PA, um com data de registro em 04/10/1982 e outro com data em 08/10/1982. Dessa forma, se faz necessário o cancelamento do segundo registro e sua anulação.
Considerando toda a documentação apresentada nos autos, constato a desnecessidade demais provas, e nos termos do art. 109, §2º da Lei 6.015/73, decido pelo deferimento do pedido.
Isso posto, julgo Procedente o Pedido de Anulação do Registro de Nascimento da Sra. MARIA DE NAZARE FERREIRA AMORIM, MATRÍCULA 068221 01 55 1982 1 00021 245 0000245 84, diante da duplicidade com o registro existente datado de 04/10/1982, julgando o mérito da ação, nos termos do art. 487, I do CPC.
Dispensa do prazo recursal.
Sem custas.
Oficie-se o Cartório de Nova Olinda ¿ o qual atualmente se encontra na sede ¿ via mandado, para que faça o cancelamento do registro conforme decido nesta sentença, em razão da duplicidade.

Intime-se o Ministério Público.

Após, arquive-se dando baixa no sistema.

Decisão Servindo Mandado.

P.R.I

Augusto Corrêa/PA, 24 março de 2022

Angela Graziela Zottis
Juíza de Direito Titular da Comarca de Augusto Corrêa

Cumprimento de Sentença - Débito Alimentar
Processo nº 0003607-83.2019.814.0068
Substituto processual: Ministério Público do Estado do Pará
Requerente: Y. N. F. F.
Representante legal: Neiva de Jesus Fernandes Ferreira
Requerido: Claudeci dos Santos Rei

SENTENÇA

Vistos etc.
Observa-se a existência de litispendência destes autos com o processo cível nº 0001912-31.2018.814.0068, que tramita nesta comarca, que tratam sobre o mesmo objeto com identidade de partes, de causa de pedir e de pedido.
Note-se que em ambos os autos o executado já fora citado, mas o processo nº 0001912-31.2018.814.0068 despachado primeiro e o pedido de cumprimento se sentença ocorreu na própria Ação de Alimentos, tendo sido certificado que não houve o pagamento do débito alimentar.
Dessa forma, diante da repetição de ações, caracterizando a litispendência, julgo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, V do CPC.

Ciência ao Ministério Público.

Após o prazo recursal, arquivem-se os autos, dando baixa no sistema.

P. R. I. Cumpra-se.

Augusto Corrêa, 23 de março de 2022

ANGELA GRAZIELA ZOTTIS
Juíza de Direito Titular da
Vara Única da Comarca de Augusto Corrêa

Processo: 0001446.03.2019.8.14.0068
Réu: EDSON JOSÉ MONTEIRO RIBEIRO
Advogada Nomeada: Dra Ana Maria Barbosa Bichara, OAB/PA nº 26.646
Capitulação Provisória: art. 33, caput da Lei 11.343/06, c/c art. 244-B do Eca

SENTENÇA - MÉRITO

Vistos etc.
O Ministério Público do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, com base no incluso Inquérito Policial ofereceu denúncia contra EDSON JOSE MONTEIRO RIBEIRO, nascido 22/11/1997, RG 8076741, filho de Jose Edson Ribeiro e Maria Raimunda Monteiro, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06 c/c art. 244-B do Eca ocorrido no dia 13/03/2019, na cidade de Augusto Corrêa.
A denúncia ofertada foi devidamente recebida.
Defesa prévia foi apresentada.
O acusado não apresenta antecedentes criminais.
Audiência de Instrução e Julgamento findou-se no dia 24.10.2019.
O Ministério Público apresentou memorias finais, requerendo a condenação nos termos da denúncia, já a defesa pede pela absolvição por ausência de provas para condenação e subsidiariamente a desclassificação do crime, para o uso.

DECIDO
Diante das provas colacionadas nos autos, não ficou comprovado que a droga encontrada com o Acusado

¿ visavam a venda, outrossim, inexiste outros elementos a evidenciar o tráfico de entorpecentes e a corrupção de menores.
O acusado tanto em sede policial quanto em juízo, relata de forma cabal que a droga era para consumo, ademais não houve indicação pelos policiais ouvidos em juízo que o acusado era conhecido com traficante na região.

Diante dessas circunstâncias, constato que a droga era destinada ao consumo do acusado, adquirida no dia que foi preso, assim, desclassificando o crime ora imputado para o previsto no art. 28 da Lei 11.343/06.

Considerando o entendimento do STF no RE 430.105/Rj, que a posse de droga para consumo pessoal mantém a natureza criminosa, diferenciando-se apenas das demais figuras delituosas apenas quanto às consequências, já que não se aplica pena de Liberdade, Condeno-o à pratica do delito previsto no art. 28 da Lei 11.343/06, deixando de aplicar as medidas previstas no artigo, na medida em que já em audiência foi feita a advertência sobre os efeitos da drogas e o acusado permaneceu segregado por mais de 3 meses, cumprindo assim as medidas previstas na lei.
Condeno o Estado do Pará ao pagamento dos honorários advocatícios a Dra Ana Maria Barbosa Bichara, OAB/PA nº 26.646, no valor de R$ 8.000,00, pois atuou em todo processo como defensora dativa, diante da ausência da defensoria pública na comarca de Augusto Corrêa/PA.

Intime-se o Ministério Público.

Intime-se a Defesa.

Intime-se o réu, via e-mail fornecido nos autos

Sem custas.

Expeça-se o necessário.

Decisão servindo de mandado/Oficio.

P. R. I. Cumpra-se.

Após o prazo recursal arquive-se, dando baixa no sistema, incluindo no arquivamento o processo em apenso.

Augusto Corrêa(PA), 18 de março de 2022

ÂNGELA GRAZIELA ZOTTIS
Juíza de Direito titular da Comarca de Augusto Corrêa/PA

Processo: 0800437-02.2021.8.14.0068.

Réu: ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA

Capitulação Provisória: Art. 147 do CP, nos moldes do artigo 7º, II, da Lei nº 11.340/06.

DECISÃO

Vistos,

1 - **RECEBO A DENÚNCIA** de id. 34878742, pág. 01/03 ofertada pelo Representante do Ministério Público com atribuições nesta Comarca, em todos os seus termos, em virtude da admissibilidade da peça acusatória, visto que preenchido os requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal ¿ trazendo a narrativa de um fato delituoso com suas circunstâncias - não sendo caso de rejeição da peça acusatória - atribuindo ao acusado **ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA,** como incurso provisoriamente no tipo penal previsto no Art. 147 do CP, nos moldes do artigo 7º, II, da Lei nº 11.340/06.

2 - **Cite-se o denunciado, para responder à acusação**, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessa a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunha, e deverá indicar um advogado ou se deseja a nomeação de defensor público, pois nesta comarca não há representante da Defensoria Pública.

3 - Caso o acusado manifeste interesse em ser representado pela Defensoria Pública ou a resposta não for apresentada no prazo, nomeio como defensora dativa a Dra. MARIA EDUARDA MORAES DE SÃO MARCOS, OAB/PA nº 27.729, que assistirá o réu durante todo o processo criminal, diante da ausência da Defensoria Pública na Comarca, para que apresente a defesa do acusado, desde já fixando os Honorários Advocatícios no valor de R$ 8.169,61 e condenando o Estado do Pará ao pagamento do valor assentado.

Expeça-se o necessário.

P. R. I. Cumpra-se.

DECISÃO SERVINDO DE MANDADO.

Data assinada digitalmente.

ANGELA GRAZIELA ZOTTIS

Juíza de Direito Titular da

Vara Única da Comarca de Augusto Corrêa

Processo: 0800279-44.2021.8.14.0068

Réu: ANTONIO ROBERTO DOS SANTOS NASCIMENTO

Capitulação Provisória: Art. 147 do CP, nos moldes do artigo 7º, II, da Lei nº 11.340/06.

DECISÃO

Vistos,

1 - **RECEBO A DENÚNCIA** de id. 34958114, pág. 1/3 ofertada pelo Representante do Ministério Público com atribuições nesta Comarca, em todos os seus termos, em virtude da admissibilidade da peça acusatória, visto que preenchido os requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal ¿ trazendo a narrativa de um fato delituoso com suas circunstâncias - não sendo caso de rejeição da peça acusatória -

atribuindo ao acusado **ANTONIO ROBERTO DOS SANTOS NASCIMENTO,** como incurso provisoriamente no tipo penal previsto no art. 140 e art. 147 do Código Penal c/c as disposições da Lei nº 11.340/06 e art. 129, § 9º do Código Penal.

2 - **Cite-se o denunciado, para responder à acusação**, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessa a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunha, e deverá indicar um advogado ou se deseja a nomeação de defensor público, pois nesta comarca não há representante da Defensoria Pública.

3 - Caso o acusado manifeste interesse em ser representado pela Defensoria Pública ou a resposta não for apresentada no prazo, nomeio como defensora dativa a a Dra. MARIA EDUARDA MORAES DE SÃO MARCOS, OAB/PA nº 27.729, que assistirá o réu durante todo o processo criminal, diante da ausência da Defensoria Pública na Comarca, para que apresente a defesa do acusado, desde já fixando os Honorários Advocatícios no valor de R$ 8.169,61 e condenando o Estado do Pará ao pagamento do valor assentado.

Expeça-se o necessário.

P. R. I. Cumpra-se.

DECISÃO SERVINDO DE MANDADO.

Data assinada digitalmente.

ANGELA GRAZIELA ZOTTIS

Juíza de Direito Titular da

Vara Única da Comarca de Augusto Corrêa

Processo: 0800115-79.2021.8.14.0068.

Réu: MESSIAS DA COSTA SOUSA

Capitulação Provisória: art. 129, § 9º e art. 147 do Código Penal, com as repercussões da Lei 11.340/2006.

DECISÃO

Vistos,

1 - **RECEBO A DENÚNCIA** de id. 36135247, pág. 01/03 ofertada pelo Representante do Ministério Público com atribuições nesta Comarca, em todos os seus termos, em virtude da admissibilidade da peça acusatória, visto que preenchido os requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal ¿ trazendo a narrativa de um fato delituoso com suas circunstâncias - não sendo caso de rejeição da peça acusatória - atribuindo ao acusado **MESSIAS DA COSTA SOUSA,** como incurso provisoriamente no tipo penal previsto no Art. 147 do CP, nos moldes do artigo 7º, II, da Lei nº 11.340/06.

2 - **Cite-se o denunciado, para responder à acusação**, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessa a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunha, e deverá indicar um advogado ou se deseja a nomeação de defensor público, pois nesta comarca não há representante da Defensoria Pública.

3 - Caso o acusado manifeste interesse em ser representado pela Defensoria Pública ou a resposta não for apresentada no prazo, nomeio como defensora dativa a Dra. ANA MARIA BARBOSA BICHARA, OAB/PA nº 26.646, que assistirá o réu durante todo o processo criminal, diante da ausência da Defensoria Pública na Comarca, para que apresente a defesa do acusado, desde já fixando os Honorários Advocatícios no valor de R$ 8.169,61 e condenando o Estado do Pará ao pagamento do valor assentado.

Expeça-se o necessário.

P. R. I. Cumpra-se.

DECISÃO SERVINDO DE MANDADO.

Data assinada digitalmente.

ANGELA GRAZIELA ZOTTIS

Juíza de Direito Titular da

Vara Única da Comarca de Augusto Corrêa

Processo: 0800486-43.2021.8.14.0068.

Réu: GEFERSON ALLAN FERREIRA DA TRINDADE

Capitulação Provisória: art. 129, § 9º e art. 147-B ambos do Código Penal, com as repercussões da Lei 11.340/2006.

DECISÃO

Vistos,

1 - **RECEBO A DENÚNCIA** de id. 36135247, pág. 01/03 ofertada pelo Representante do Ministério Público com atribuições nesta Comarca, em todos os seus termos, em virtude da admissibilidade da peça acusatória, visto que preenchido os requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal ¿ trazendo a narrativa de um fato delituoso com suas circunstâncias - não sendo caso de rejeição da peça acusatória - atribuindo ao acusado **GEFERSON ALLAN FERREIRA DA TRINDADE,** como incurso provisoriamente no tipo penal previsto no Art. 147 do CP, nos moldes do artigo 7º, II, da Lei nº 11.340/06.

2 - **Cite-se o denunciado, para responder à acusação**, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessa a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunha, e deverá indicar um advogado ou se deseja a nomeação de defensor público, pois nesta comarca não há representante da Defensoria Pública.

3 - Caso o acusado manifeste interesse em ser representado pela Defensoria Pública ou a resposta não for apresentada no prazo, nomeio como defensora dativa a Dra. ANA MARIA BARBOSA BICHARA, OAB/PA nº 26.646, que assistirá o réu durante todo o processo criminal, diante da ausência da Defensoria Pública na Comarca, para que apresente a defesa do acusado, desde já fixando os Honorários Advocatícios no valor de R$ 8.169,61 e condenando o Estado do Pará ao pagamento do valor assentado.

Expeça-se o necessário.

P. R. I. Cumpra-se.

DECISÃO SERVINDO DE MANDADO.

Data assinada digitalmente.

ANGELA GRAZIELA ZOTTIS

Juíza de Direito Titular da

Vara Única da Comarca de Augusto Corrêa

Processo: 0800217-38.2020.8.14.0068.

Réu: DAMIÃO LUCAS

Capitulação Provisória: art. 147 do Código Penal c/c as disposições da Lei nº 11.340/06

DECISÃO

Vistos,

1 - **RECEBO A DENÚNCIA** de id. 34878742, pág. 01/03 ofertada pelo Representante do Ministério Público com atribuições nesta Comarca, em todos os seus termos, em virtude da admissibilidade da peça acusatória, visto que preenchido os requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal ¿ trazendo a narrativa de um fato delituoso com suas circunstâncias - não sendo caso de rejeição da peça acusatória - atribuindo ao acusado **DAMIÃO LUCAS,** como incurso provisoriamente no tipo penal previsto no Art. 147 do CP, nos moldes do artigo 7º, II, da Lei nº 11.340/06.

2 - **Cite-se o denunciado, para responder à acusação**, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessa a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunha, e deverá indicar um advogado ou se deseja a nomeação de defensor público, pois nesta comarca não há representante da Defensoria Pública.

3 - Caso o acusado manifeste interesse em ser representado pela Defensoria Pública ou a resposta não for apresentada no prazo, nomeio como defensora dativa a Dra. MARIA EDUARDA MORAES DE SÃO MARCOS, OAB/PA nº 27.729, que assistirá o réu durante todo o processo criminal, diante da ausência da Defensoria Pública na Comarca, para que apresente a defesa do acusado, desde já fixando os Honorários Advocatícios no valor de R$ 8.169,61 e condenando o Estado do Pará ao pagamento do valor assentado.

Expeça-se o necessário.

P. R. I. Cumpra-se.

DECISÃO SERVINDO DE MANDADO.

Data assinada digitalmente.

ANGELA GRAZIELA ZOTTIS

Juíza de Direito Titular da

Vara Única da Comarca de Augusto Corrêa

COMARCA DE MÃE DO RIO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO

PROCESSO Nº 00011842620128140027

AÇÃO INDENIZAÇÃO POR DANO

REQ. MARIA MARINHO DOS SANTOS

ADV. DR. JULIO DE OLIVEIRA BASTOS OAB/PA 6510

REQDO. INSTITUTO SUPERIOR DE FILOSOFIA EDUCAÇÃO CIENCIAS HUMANAS E RELIGIOSAS DO PARA ¿ ISEFECHR

DESPACHO

Vistos etc.

N¿o foi possível efetuar o bloqueio de valores porque o Sisbajud informou que a Executada n¿o possui relacionamento com nenhuma instituiç¿o financeira, conforme espelho da tela de consulta.

Face ao exposto, intime-se a Exequente, para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 dias.

M¿e do Rio ¿ PA., 22 de fevereiro de 2022.

Helena de Oliveira Manfroi

Juíza de Direito

COMARCA DE SALVATERRA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALVATERRA

P R O C E S S O : 0 0 0 3 3 5 1 7 1 2 0 1 9 8 1 4 0 0 9 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NATASHA VELOSO DE PAULA AMARAL DE ALMEIDA A??o: Ação Civil Pública em: 18/03/2022---AUTOR:MIINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:KARLENO DOS REIS RIBEIRO Representante(s): OAB 11546 - PABLO TIAGO SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:EDER JOSE BRITO GOMES Representante(s): OAB 6616 - ANGELO PEDRO NUNES DE MIRANDA (ADVOGADO) . Vistos, etc, Considerando que o Ministério Público é o autor desta ação civil pública, remetam-se os autos ao referido órgão ministerial para apresentação do parecer final. Em seguida, conclusos. Salvaterra, PA, 18 de março de 2022. NATASHA VELOSO DE PAULA AMARAL DE ALMEIDA Juíza de Direito.

COMARCA DE TOME - AÇU

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE TOMÉ - AÇU

RESENHA: 22/03/2022 A 24/03/2022 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE TOME ACU - VARA: VARA UNICA DE TOME ACU PROCESSO: 00000099220128140060 PROCESSO ANTIGO: 201220000115 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/03/2022 VITIMA:R. S. T. DENUNCIADO:ERNANDI FERREIRA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 7543-A - LUIZ GONZAGA BARRETO FILHO (ADVOGADO) OAB 15972 - LUCIANA ALVES CATRINQUE (ADVOGADO) . I)Â Â Â Â Â DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1. INTIMEM-SE AS PARTES PARA APRESENTAÃÃO DAS ALEGAÃÃES FINAIS, NO PRAZO SUCESSIVO DE 05 DIAS, COMEÃANDO PELO MP. 2. APÃS, CONCLUSOS PARA SENTENÃA. TomÃ©-AÃ§u/Pa, 22.03.2022 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito PROCESSO: 00003658220158140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/03/2022 VITIMA:V. M. P. G. REU:ALEXANDRO OLIVEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 11.586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 17899 - MARGARETH CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1.INTIMEM-SE AS PARTES PARA APRESENTAÃÃO DE ALEGAÃÃES FINAIS, NO PRAZO SUCESSIVO DE 05 (CINCO) DIAS, COMEÃANDO PELO MP. 2. APÃS, CONCLUSOS PARA SENTENÃA. TomÃ©-AÃ§u/PA, 23.03.2022 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00005626120208140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/03/2022 INDICIADO:NEWTON JOSE DA SILVA VITIMA:J. V. P. REPRESENTANTE:A REPRESENTANTE DO MINISTERIO PUBLICO. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1. CITE-SE POR EDITAL NO PRAZO DE 15 DIAS, PARA OFERECIMENTO DE RESPOSTA POR MEIO DE ADVOGADO, DECORRIDO O PRAZO E SEM MANIFESTAÃÃO, VISTA AO MP. TomÃ©-AÃ§u/PA, 22.03.2022 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00012784020108140060 PROCESSO ANTIGO: 201010012015 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 22/03/2022 REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REQUERENTE:DOMINGOS DO NASCIMENTO RODRIGUES Representante(s): OAB 15718-A - RODRIGO RAFAEL CABRELLI SILVA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Redesigno a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 24.08.2022, Ã s 12h00m. 2.Â Â Â Â Â Renovem-se as diligÃªncias de fl. 056. 3.Â Â Â Â Â Proceda-se Ã intimaÃ§Ã£o pessoal do requerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 22 de marÃ§o de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00013816620188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/03/2022 VITIMA:R. P. S. DENUNCIADO:HELIO SILVA DA SILVA. ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1. INTIMEM-SE A DEFESA PARA APRESENTAÃÃO DAS ALEGAÃÃES FINAIS, NO PRAZO SUCESSIVO DE 05 DIAS. 2. APÃS, CONCLUSOS PARA SENTENÃA. TomÃ©-AÃ§u/PA, 22.03.2022 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00020318920138140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução Fiscal em: 22/03/2022 EXEQUENTE:FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): JAIR SA MAROCCO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:R DA SILVA TRANSPORTES ME EXECUTADO:RAUL DA SILVA RAMOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Defiro o pedido de fl. 028 para o redirecionamento da execuÃ§Ã£o contra o sÃ³cio administrador RAUL DA SILVA RAMOS. 2.Â Â Â Â Â Vistas novamente ao exequente, considerando que o sÃ³cio proprietÃ¡rio nÃ£o foi encontrado no endereÃ§o apontado nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 22 de marÃ§o de 2022. JOSÃ

RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00029942420188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Civil Pública em: 22/03/2022 IMPETRANTE:MUNICIPIO DE TOME ACU Representante(s): OAB 18816 - MARCIO MARTIRES CORDEIRO DA CRUZ (ADVOGADO) IMPETRADO:CARLOS VINICIOS DE MELO VIEIRA IMPETRADO:JOSEHILDO TAKETA BEZERRA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Reitere-se a notificaÃ§Ã£o de CARLOS VINICIUS DE MELO VIEIRA, pois se trata de figura notÃ³ria no MunicÃ-pio de TomÃ© AÃ§u, uma vez que jÃ¡ exerceu o mandato de prefeito e Ã© filho do atual prefeito do municÃ-pio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 22 de marÃ§o de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00041638520148140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 22/03/2022 REQUERENTE:SEVERINA TENORIO LOPES Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) REQUERIDO:OTO DE ALMEIDA TEXEIRA Representante(s): OAB 19577 - VALERIA NOGUCHI DA SILVA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Defiro o pedido de fls. 106/109 para a realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, a qual designo para o dia 14.07.22 Ã s 14h00m, devendo ser feita na forma presencial. 2.Â Â Â Â Â Intimem-se, devendo as partes apresentarem suas testemunhas independentemente de intimaÃ§Ã£o, sem prejuÃ-zo do depÃ³sito do rol, no prazo legal, ressalvados em casos em que a parte Ã© assistida pela Defensoria PÃºblica ou por defensor dativo 3.Â Â Â Â Â Prestigiando o Provimento 003/2009 - CJ e em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio constitucional da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo, bem como os princÃ-pios da eficiÃªncia, economia e celeridade processual, servirÃ¡ cÃ³pia digitalizada do presente como mandado. TomÃ©-AÃ§u, 22 de marÃ§o de 2022. JOSE RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00048294720188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Interdição/Curatela em: 22/03/2022 REQUERENTE:JOSE AUGUSTO DA SILVA TEIXEIRA ENVOLVIDO:ANTONIO JOSE ALVES DA SILVA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ AÃU SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de InterdiÃ§Ã£o proposta por JOSÃ AUGUSTO DA SILVA TEIXEIRA, em relaÃ§Ã£o ao seu tio ANTÃNIO JOSÃ ALVES DA SILVA, ambos devidamente qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com a exordial, o requerido sofre de patologia identificada pelo CID: f29 (psicose) e H90.2 (perda de audiÃ§Ã£o), ficando impossibilitado de exercer os atos da vida civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A audiÃªncia de interrogatÃ³rio do interditando e de oitiva do requerente foi realizada em 17.09.2019. Tendo em vista a recusa do interditando em comparecer em audiÃªncia e, tambÃ©m, em atendimento mÃ©dico, inclusive de forma agressiva, este juÃ-zo determinou a avaliaÃ§Ã£o mÃ©dica do requerido, fazendo-se necessÃ¡rio o deslocamento do profissional mÃ©dico atÃ© o local onde o interditando reside. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O laudo mÃ©dico de fl. 024, por sua vez, aponta a incapacidade do interditando para exercer os atos da vida civil, em razÃ£o da patologia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em manifestaÃ§Ã£o de fl. 025-v, o MinistÃ©rio PÃºblico se mostrou favorÃ¡vel ao pleito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatados, decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O requerente Ã© sobrinho do interditando e, tendo em vista que qualquer pessoa que se enquadre no conceito de parente do CÃ³digo Civil Ã© parte legÃ-tima para propor aÃ§Ã£o de interdiÃ§Ã£o, estÃ¡, portanto, legitimado ao pedido de interdiÃ§Ã£o e a assumir o encargo de curador. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao mÃ©rito, de acordo com o art. 1.767, I, do CÃ³digo Civil, estÃ£o sujeitos Ã curatela aqueles que, por enfermidade ou deficiÃªncia mental, nÃ£o tiverem o necessÃ¡rio discernimento para os atos da vida civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O laudo mÃ©dico juntado Ã fl. 024, atesta que o interditando apresenta quadro clÃ-nico psicopatolÃ³gico CID f29 e H90.2, caracterizados por psicose e perda da audiÃ§Ã£o, estando incapacitado para o trabalho. O requerido tambÃ©m nÃ£o apresenta condiÃ§Ãµes de praticar, por si sÃ³, os atos da vida civil, fato este que foi comprovado nos elementos colhidos nos autos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face do exposto, julgo procedente o pedido inicial para DECRETAR a interdiÃ§Ã£o de ANTÃNIO JOSÃ ALVES DA SILVA, qualificado nos autos, declarando-a relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 4Âº, III, do CÃ³digo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nomeio-lhe curador, para todos os efeitos, o requerente, JOSÃ AUGUSTO DA SILVA TEIXEIRA, que deverÃ¡ firmar termo de compromisso, dispensada a especializaÃ§Ã£o de hipoteca, jÃ¡ que o interditando nÃ£o possui bens a administrar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em obediÃªncia ao disposto no art. 755, Â§3Â°, do CPC e art. 9Â°, III, do CÃ³digo Civil, inscreva-se a presente decisÃ£o no Registro Civil e publique-se, por 3 (trÃªs) vezes, com intervalo de 10 dias entre cada publicaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Uma via da presente aÃ§Ã£o servirÃ¡ de Mandado de AverbaÃ§Ã£o da curatela. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios, em face da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u (PA), 22 de marÃ§o de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00060968820178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Mandado de Segurança Cível em: 22/03/2022 IMPETRANTE:CLIDENOR GUEDES DE OLIVEIRA IMPETRADO:PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE TOMEACU IMPETRADO:PRESIDENTE DA COMISSAO PROCESSANTE DA CAMARA MUNICIPAL. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Chamo o processo Ã ordem para revogar o item 02 do despacho de fl. 125. 2.Â Â Â Â Â Cumpra-se o item 01 do aludido documento. 3.Â Â Â Â Â ApÃ³s, encaminhem-se os autos ao TJPA para reexame necessÃ¡rio (fls. 115/117). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 22 de marÃ§o de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00079999520168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Representação Criminal em: 22/03/2022 DENUNCIADO:ANTONIO DA SILVA E SILVA Representante(s): OAB 21837 - OSMAR RAFAEL DE LIMA FREIRE (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU / VARA ÃNICA Av. 03 Poderes, nÂº 800, Centro, CEP.: 68.680-000, Fone (0xx91) 3727-1290 AÃÃO PENAL N.: 0007999-95.2016.8.14.0060 DECISÃO Vistos, etc. Conclusos os autos para julgamento, foram juntadas em 22/11/2021 as petiÃ§Ãµes n. 2021.02482124-36 1 e n. 2021.02482191-29 2 . Ocorre que tais documentos, ao que aparentam, referem-se Ã OperaÃ§Ã£o Dirceu fase II, enquanto a presente aÃ§Ã£o penal tem por base o inquÃ©rito penal n. 00577/2016.100006-7, denominada OperaÃ§Ã£o Dirceu fase I. Assim, cabe ao MinistÃ©rio Publico do Estado do ParÃ¡, na condiÃ§Ã£o de custos legis e titular da aÃ§Ã£o penal, analisar os fatos do inquÃ©rito n. 00577/2016.100008-6 (OperaÃ§Ã£o Dirceu fase II) e, sendo iguais ao que consta no IPL n. 00577/2016.100006-7, proceder ao arquivamento - uma vez que o IPL n. 00577/2016.100006-7 deu inÃ-cio Ã esta aÃ§Ã£o penal, cuja instruÃ§Ã£o processual jÃ¡ se encontra, inclusive, finalizada - ou, tratando-se de fatos novos, promover o que achar necessÃ¡rio, distribuindo, para tanto, o procedimento no sistema PJE. Promova-se o desentranhamento das petiÃ§Ãµes acima mencionadas, remetendo-as ao MP. Na oportunidade, considerando a matÃ©ria do presente feito, remeta-se ao GAR-TJ/PA-META 4, com nossos cumprimentos. Cumpra-se. TomÃ©-aÃ§u-PA, 22/03/2022 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de direito 1 fls. 1053/1089; 2 fls. 1090 - com 05 volumes: volume I IPL 00577/2016.100008-6 com 265 fls.; volume II IPL 00577/2016.100008-6 com 153 fls.; vol. III anexo I do IPL 00577/2016.100008-6 com 263 fls.; vol. IV auto apartado do IPL 00577/2016.100008-6 com 26 fls.; e vol. V auto apartado do IPL 00577/2016.100008-6 com 16 fls. JOSE RONALDO PEREIRA SALES:55735 Assinado de forma digital por JOSE RONALDO PEREIRA SALES:55735 Dados: 2022.03.22 15:52:11 -03'00' PROCESSO: 00089360820168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Cumprimento de sentença em: 22/03/2022 REQUERENTE:MARIA DO LIVRAMENTO PEREIRA SIMOES Representante(s): OAB 17523 - MARCIO DE OLIVEIRA LANDIN (ADVOGADO) REQUERIDO:BAANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 19792A - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (ADVOGADO) . PROCESSO 0008936-08.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, XI, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c com o art. 1Âº, Â§2Âº, XI, do Provimento de nÂº 006/2009-CJCI, encaminhe-se os autos nÂº 0008936-08.2016.8.14.0060 Ã UNAJ para certificar se hÃ¡ custas pendentes de recolhimento. Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 22 de marÃ§o de 2022. Yurika Tokuhashi Ota Diretora de Secretaria PROCESSO: 00089379020168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 22/03/2022 REPRESENTADO:JACKSON DE ALMEIDA DOS SANTOS REPRESENTADO:JULIANA DE ALMEIDA DOS SANTOS REPRESENTADO:JAISSA DE ALMEIDA DOS SANTOS REPRESENTADO:JAMILY CRISTINA DE ALMEIDA DOS SANTOS REPRESENTANTE:CRISTIANE DIAS DE ALMEIDA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (REP LEGAL) REQUERIDO:JAILSON DANTAS DOS SANTOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de alimentos proposta por J D A D S, J D A D S, J D A D S e J C D A D S, representados por CRISTIANE DIAS DE ALMEIDA, em face de JAILSON DANTAS DOS SANTOS. 2.Â Â Â Â Â A parte autora apontou como endereÃ§o do requerido a Ramal Maranhense, SÃ-tio da Dona Maria, TropicÃ¡lia, zona rural, TomÃ© AÃ§u/PA. No entanto, em certidÃ£o de fl. 017, a parte autora informou novo endereÃ§o do demandado, a saber, Rua Uberaba Resende 2, nÂº 236, UlianÃ³polis/PA. 3.Â Â Â Â Â De acordo com a certidÃ£o de fl. 24, o requerido nÃ£o citado. A audiÃªncia foi redesignada (fl. 026), sendo novamente frustrada a citaÃ§Ã£o do requerido (fl. 037-v) em

novo endereÃ§o indicado por ela. 4.Â Â Â Â Â Sobrevindo entÃ£o a sentenÃ§a, proferida em audiÃªncia, ocorrida em 26.02.2018 (fl. 032), o demandado foi condenado a pagar alimentos aos requerentes. 5.Â Â Â Â Â Em marÃ§o de 2018, a parte autora informou novo endereÃ§o do requerido (fl. 033), a saber, Residencial Jardim AÃ©reo Porto, casa 353, lote 24, Jaciara - MT. Dessa forma, foi enviada Carta PrecatÃ³ria de intimaÃ§Ã£o da sentenÃ§a. Ocorre que foi acostado aos autos a petiÃ§Ã£o de fls. 048/049, em nome de JAILSON DANTAS DOS SANTOS, informando que ele nunca esteve no Estado do ParÃ¡, tampouco teve filhos com qualquer paraense, razÃ£o pela qual acredita se tratar de um homÃ´nimo. 6.Â Â Â Â Â Tendo em vista que o peticionÃ¡rio se limitou a negar que se trata da pessoa demandada nos autos, intime-se, por sua advogada, para formalizaÃ§Ã£o do pedido adequado, para eventual desconstituiÃ§Ã£o ou anulaÃ§Ã£o do julgado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de nÃ£o conhecimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 22 de marÃ§o de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito P R O C E S S O : 0 0 0 9 3 7 8 7 1 2 0 1 6 8 1 4 0 0 6 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 22/03/2022 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:D SANTOS PEREIRA COMERCIO LTDA ME Representante(s): OAB 9436 - KARLA CRISTINA MARTINS DA SILVA NAGAI (ADVOGADO) REQUERIDO:SIONE MENDES DE SOUZA Representante(s): OAB 9436 - KARLA CRISTINA MARTINS DA SILVA NAGAI (ADVOGADO) REQUERIDO:IDALICIO LEANDRO DOS SANTOS REQUERIDO:DERISVALDO SANTOS PEREIRA Representante(s): OAB 9436 - KARLA CRISTINA MARTINS DA SILVA NAGAI (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Indefiro o pedido de fl. 162. Considerando o valor do imÃ³vel (R$ 300.000,00, segundo a certidÃ£o de fl. 141), nÃ£o basta o contrato de compra e venda para que se configure a transferÃªncia da propriedade, sendo necessÃ¡rio o seu registro no CartÃ³rio de Registro de ImÃ³veis. 2.Â Â Â Â Â Assim, intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar o registro de penhora no Cadastro de Registro de ImÃ³veis, Ã´nus que compete ao requerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 22 de marÃ§o de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 6 3 0 6 2 0 1 7 8 1 4 0 0 6 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VANESSA MUNHOZ A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 VITIMA:M. F. P. FLAGRANTEADO:SEBASTIAO MIRANDA PAIVA. EDITAL DE INTIMAÃÂ¿O - PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS PROCESSO NÂº 0000663-06.2017.8.14.0060 SENTENCIADO: SEBASTIÃO MIRANDA PAIVA LEI NÂº 11.340/2006, ART. 129, Â§9Âº, do CPB, C/C ART. 7Âº, IÂ O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃÂ¿O PENAL distribuÃ-dos sob o nÂº 0000663-06.2017.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de SEBASTIÃO MIRANDA PAIVA, brasileiro, paraense, filho de Raimundo da GraÃ§a Paiva e Maria Miranda Paiva, residente no Ramal Mariano Melo (ou Av. Mariano Melo), nÂº 35, MunicÃ-pio de TomÃ©-AÃ§u/PA, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 129, Â§9Âº, do CPB, c/c art. 7Âº, I, da Lei n. 11.340/06 e como consta dos autos que o referido acusado encontra-se em local incerto e nÃ£o sabido para ser intimado pessoalmente, e por ser de origem desconhecida o paradeiro deste, pelo presente fica legalmente INTIMADO,Â do inteiro teor da r. SentenÃ§a condenatÃ³ria proferida nos autos acima mencionados, em seu desfavor, a qual possui como dispositivo: Â¿ JULGO PROCEDENTE a denÃºncia para CONDENAR o acusado, SEBASTIÃO MIRANDA PAIVA, pelo delito do art. 129,Â§9Âº, ambos do CP, c/c o art. 7Âº, I, da Lei nÂº 11.340/2006, dando-o como incurso nas penas respectivas. Bem como, da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua IntimaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 392, VI, Â§1Âº, do CPP, para eventual interposiÃ§Ã£o recurso no prazo de 5 (cinco) dias, conforme o disposto do art. 593 do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-PA, aos 23 de marÃ§o de 2022. Eu,.....Geizielly Evangelista de Oliveira, Auxiliar Administrativo, digitei, subscrevi e assino de ordem do MM. Juiz de Direito. Geizielly Evangelista de Oliveira Auxiliar Administrativo Mat: 189936-TJE/PA PROCESSO: 00037128420198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Busca e Apreensão em: 23/03/2022 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:IRINEU DOS SANTOS VIEGAS PEREIRA. PROCESSO 0003712-84.2019.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, XI, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c com o art. 1Âº, Â§2Âº, XI, do Provimento

de nÂº 006/2009-CJCI, encaminhe-se os autos nÂº 0003712-84.2019.8.14.0060 Ã UNAJ para certificar se hÃ¡ custas finais pendentes de recolhimento, tendo em vista o Acordo realizado pelas partes, conforme documento de fls. 65 e 66 dos autos. Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 22 de marÃ§o de 2022. Yurika Tokuhashi Ota Diretora de Secretaria PROCESSO: 00041103120198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 23/03/2022 REQUERENTE:COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO NORDESTE DO PARA Representante(s): OAB 23211-A - GIANPAOLO ZAMBIAZI BERTOL ROCHA (ADVOGADO) OAB 27838 - LUCAS DE MELLO LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:CHARLES SARAIVA HESPANHOL Representante(s): OAB 27376 - IGOR DOURO CARVALHO GAIA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Em face da certidÃ£o supra e nÃ£o sendo os autos localizados no Gabinete, proceda-se Ã restauraÃ§Ã£o, com a juntada das peÃ§as constantes do sistema informatizado e do termo de acordo protocolado sob o nÂº 202101626267-17, em 12.08.21, intimando-se as partes para manifestaÃ§Ã£o, no prazo de 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 22 de marÃ§o de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00043387420178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 23/03/2022 REPRESENTADO:JOAO VICTOR LOPES ZANE REPRESENTADO:MARIANA LOLITA LOPES ZANI REQUERENTE:JESSIKA MONIQUE TENORIO LOPES Representante(s): OAB 15972 - LUCIANA ALVES CATRINQUE (ADVOGADO) REQUERIDO:MURILLO FARIAS ZANI Representante(s): OAB 16004 - CANDIDO HENRIQUE NEVES SILVA (ADVOGADO) . PROCESSO 0004338-74.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, X, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c com o art. 1Âº, do Provimento de nÂº. 006/2009-CJCI, vistas do processo ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, conforme DeliberaÃ§Ã£o de fls. 86 dos autos nÂº 0004338-74.2017.8.14.0060. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 23 de marÃ§o de 2022. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria da Comarca de TomÃ©-AÃ§u PROCESSO: 00046100520168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 23/03/2022 REQUERENTE:AURILENE BARROSO FERREIRA Representante(s): OAB 12598 - PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE TOME ACU PROCURADORIA GERAL. PROCESSO 0004610-05.2016.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encaminhem-se os autos para o EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, apÃ³s migraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u/PA, 23 de marÃ§o de 2022. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00072914020198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 23/03/2022 REQUERENTE:SEVERINA JANAINA DOS SANTOS GOIS Representante(s): OAB 9436 - KARLA CRISTINA MARTINS DA SILVA NAGAI (ADVOGADO) REQUERENTE:ISAAC TEIXEIRA DA SILVA REQUERENTE:I. T. S. J. REQUERIDO:PORTAL TAILANDIA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Indefiro o pedido de gratuidade da justiÃ§a em favor do requerido. Em anÃ¡lise dos documentos que instruem o processo, verifico que se trata de pessoa jurÃdica que exerce atividade empresÃ¡ria, o que leva a presumir a possibilidade de arcar com as custas do processo. O escopo do benefÃcio da gratuidade de justiÃ§a Ã© propiciar o acesso Ã justiÃ§a daqueles que nÃ£o tÃªm condiÃ§Ãµes de pagar as despesas do processo sem prejuÃzo prÃ³prio ou de sua famÃlia, condiÃ§Ã£o na qual o demandado nÃ£o se enquadra, ante a ausÃªncia de outras informaÃ§Ãµes acerca das suas condiÃ§Ãµes econÃ´mico-financeiras. 2.Â Â Â Â Â Afasto a alegaÃ§Ã£o de incompetÃªncia territorial. Ainda que a publicaÃ§Ã£o mencionada na inicial tenha sido feita em site cuja sede Ã© localizada na comarca de TailÃ¢ndia, a aÃ§Ã£o de indenizaÃ§Ã£o por dano moral tem por fundamento a veiculaÃ§Ã£o, em abrangÃªncia nacional, de programa ofensivo a direitos personalÃssimos do autor. Segundo a InteligÃªncia do art. 53, IV, a, do CPC, Ã© competente o foro do lugar do ato ou fato para a aÃ§Ã£o de reparaÃ§Ã£o de dano. Considerando que a publicaÃ§Ã£o foi veiculada nacionalmente, a alegada repercussÃ£o do fato teria ocorrido na cidade de TomÃ© AÃ§u, onde estÃ£o situados os requerentes, razÃ£o pela qual este foro pode ser considerado como o competente para a propositura da demanda. 3.Â Â Â Â Â Intime-se a requerente para, querendo, apresentar rÃ©plica, no prazo legal. 4.Â Â Â Â Â Designo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 09.03.2023 Ã s 09h00m. 5.Â Â Â Â Â Intimem-se, devendo as partes apresentarem suas testemunhas, independentemente de intimaÃ§Ã£o, sem prejuÃzo do depÃ³sito do rol no prazo legal. 6.Â Â Â Â Â Prestigiando o Provimento 003/2009 - CJ e em atenÃ§Ã£o ao princÃpio constitucional da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo, bem como os princÃpios

da eficiÃªncia, economia e celeridade processual, servirÃ¡ cÃ³pia digitalizada do presente como mandado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 23 de marÃ§o de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00073722320188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Civil Pública em: 23/03/2022 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA SEGUNDA VARA CIVIL FEDERAL JUIZO DEPRECADO:JUIZO DA COMARCA DE TOME - ACU REQUERENTE:MUNICIPIO DE TOME ACU REQUERIDO:JOSEHILDO TAKETA BEZERRA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA AÃÃO CIVIL PÃBLICA DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se deÂ AÃÃO CIVIL PÃBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COM PEDIDO LIMINAR EM TUTELA DE URGÃNCIA DE INDISPONIBILIDADE DE BENS, formulada pelo MUNICÃPIO DE TOMÃ AÃU em face deÂ JOSEHILDO TAKETA BEZERRA. Â Â Â Â Â Â Â Â O requerente narra que o Requerido esteve no cargo de chefe do Poder Executivo de TomÃ©-AÃ§u no perÃ-odo de 2013 a 2016, em razÃ£o da vacÃ¢ncia do prefeito municipal Ã epoca. Durante esse perÃ-odo, teria celebrado o ConvÃªnio SINCOV 797305 junto ao INCRA, tendo como objeto a construÃ§Ã£o/complementaÃ§Ã£o de 13,4 km de estradas vicinais na PA Miritipitanga. O valor do convÃªnio seria de R$ 1.038.724,39, sendo R$ 41.548,98 repassado pelo INCRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Ocorre que o gestor nÃ£o teria prestado contas em relaÃ§Ã£o Ã verba federal repassada ao municÃ-pio. Diante da omissÃ£o, o INCRA teria incluÃ-do no sistema Siconv a situaÃ§Ã£o de inadimplente. Â Â Â Â Â Â Â Â Informa, ainda, que foi verificada a ausÃªncia de inÃºmeros documentos pÃºblicos, que teriam sido retirados do Poder PÃºblico a mando do demandado, prejudicando a AdministraÃ§Ã£o PÃºblica e a continuidade dos serviÃ§os. Â Â Â Â Â Â Â Â Requer a antecipaÃ§Ã£o de tutela para determinar que o requerido apresente, no prazo de 24 horas, os documentos arrolados na exordial. Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido.Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei 7.347/85, em seu art. 12, possibilita ao juÃ-zo a concessÃ£o de liminar em sede de AÃ§Ã£o Civil PÃºblica. No entanto, trata-se de decisÃ£o a ser tomada tomando como parÃ¢metroÂ os requisitos inscritos no art. 300 do CPC, a saber, a existÃªncia de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ao resultado Ãºtil do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Na liÃ§Ã£o de Marinoni, Arenhart e Mitidiero, aÂ probabilidade que autoriza o emprego da tutela antecipatÃ³ria Ã© a probabilidade lÃ³gica - que Ã© aquela que surge da confrontaÃ§Ã£o das alegaÃ§Ãµes e das provas com os elementos disponÃ-veis nos autos (...). O juiz tem que se convencer de que o direito Ã© provÃ¡vel para a concessÃ£o da tutela provisÃ³riaÂ (Novo CÃ³digo de Processo Civil Comentado. SÃ£o Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 312). Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, nÃ£o hÃ¡ indÃ-cios de que os documentos pleiteados se encontram em posse do demandado, o que impossibilita, em exame preliminar, a concessÃ£o da medida.Â Para fins de liminar, nÃ£o se dispensa o inÃ-cio de prova capaz de ministrar,Â in initio litis, a convicÃ§Ã£o judicial da plausibilidade do alegado, o que nÃ£o foi verificado nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â A ausÃªncia de um dos pressupostos da liminar pleiteada, desautoriza o seu deferimento. Sendo assim,Â INDEFIROÂ o pedido de liminar. Â Â Â Â Â Â Â Â Cite-se o requerido no endereÃ§o informado na inicial, para, querendo, apresentar contestaÃ§Ã£o, sob pena de revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos apontados na inicial.Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MP. TomÃ©-AÃ§u, 23 de marÃ§o de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito Titular da Comarca de TomÃ©-AÃ§u/PA PROCESSO: 00076493920188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 23/03/2022 DENUNCIADO:CARLOS JOSE GOMES JUNIOR Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOANA DARC PIRES DIAS Representante(s): OAB 7543-A - LUIZ GONZAGA BARRETO FILHO (ADVOGADO) VITIMA:E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU Â PROCESSO NÂº 00076493920188140060 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Chamo o processo Ã ordem para que o advogado nomeado seja intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais em nome do acuado CARLOS JOSÃ GOMES JUNIOR, conforme despacho de fls. 229. TomÃ©-AÃ§u, 23 de marÃ§o de 2022 JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00078327320198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 23/03/2022 REQUERENTE:MARIA DO SOCORRO PANTOJA Representante(s): OAB 27902 - LUANA PANCIERE DONADIA (ADVOGADO) REQUERIDO:INNS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU / VARA ÃNICA DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1. ENTENDO NECESSÃRIA A REALIZAÃÃO DE PERÃCIA MÃDICA, POR MEIO DE PERITO CONSTANTE DO CADASTRO DO TRIBUNAL, QUE DEVE SER INTIMADO PARA REALIZAÃÃO DA PERÃCIA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, INDICANDO PREVIAMENTE A DATA DA PERÃCIA. OS HONORÃRIOS PERICIAIS CORRERAM POR CONTA DO TRIBUNAL POR

MEIO DE VERBA RESERVADA A ESSE TIPO DE DILIGENCIA, EM VIRTUDE DA JUSTIÃA GRATUITA CONFERIDA Ã REQUERENTE. 2. INDICADA A DATA, INTIME-SE A REQUERENTE, POR SUA ADVOGADA, PARA COMPARECER AO LOCAL DA PERÃCIA E INTIMEM-SE TAMBÃM O INSS PARA QUERENDO ACOMPANHAR O ATO. AS PARTES TAMBÃM DEVEM SER INTIMADAS PARA, SE QUISEREM, INDICAR PERITOS ASSISTENTES. 3. JUNTADO O LAUDO PERICIAL, INTIMEM-SE AS PARTES PARA APRESENTAREM ALEGAÃOES FINAIS, NO PRAZO SUCESSIVO DE 15 DIAS, COMEÃANDO PELA PARTE REQUERNETE E, O INSS, COM VISTAS DOS AUTOS. 2. APÃS, CONCLUSOS PARA SENTENÃA. TomÃ©-AÃ§u/PA, 23.03.2022 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00081421620188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Execução Fiscal em: 23/03/2022 EXEQUENTE:ESTADO DE PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:CCM MADEIRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Reitere-se o pedido de devoluÃ§Ã£o dos autos do processo 0006530-43.2018.8.14.0060, no prazo de 05 dias. 2.Â Â Â Â Â Em caso de nÃ£o devoluÃ§Ã£o, adote-se as providÃªncias da Nota TÃ©cnica nÂº 01/2022 SDV - Sistema de DigitalizaÃ§Ã£o e VirtualizaÃ§Ã£o de processos, sem prejuÃ-zo das demais providÃªncias que se fizerem necessÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 23 de marÃ§o de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00087922920198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Mandado de Segurança Cível em: 23/03/2022 REQUERENTE:CASSIO FARIAS BRAGA Representante(s): OAB 27007 - LUIZA ALVES DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:PREFEITURA MUNICIPAL DE TOME ACU. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Mandado de SeguranÃ§a impetrado por CASSIO FARIAS BRAGA, devidamente identificado nos autos, em face do Prefeito do MunicÃ-pio de TomÃ© AÃ§u. Â Â Â Â Â Â Â Â Alega o Impetrante que foi aprovado e convocado para apresentar a documentaÃ§Â¿o necessÃ¡ria para a investidura no Cargo de Professor de EducaÃ§Â¿o FÃ-sica, no perÃ-odo de 14 a 18 de outubro d 2019, dentre eles o diploma de conclusÂ¿o do curso superior. Â Â Â Â Â Â Â Â No entanto, o impetrante sÃ³ teria o diploma a partir de dezembro de 2019 e sua posse sÃ³ seria realizada em marÃ§o de 2020. Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou os documentos de fls. 012/027. Â Â Â Â Â Â Â Â Liminar parcialmente concedida em DecisÂ¿o de fl. 028, apenas para determinar a extensÂ¿o do prazo para a entrega do diploma de curso superior, pelo impetrante, atÃ© a data de sua posse, independente do momento em que seria realizada. Â Â Â Â Â Â Â Â Em informaÃ§Â¿es de fls. 031/032, a autoridade coatora sustentou que a determinaÃ§Â¿o seria atendida para que o impetrante pudesse entregar o seu diploma atÃ© a data de sua posse. Â Â Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Â¿o do MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 043/044 pela extinÃ§Â¿o do processo pela perda superveniente do objeto ante a natureza satisfativa da liminar. Â Â Â Â Â Â Â Â Relatados. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, nÂ¿o partilho da tese de perda do objeto suscitada pelo MinistÃ©rio PÃºblico, pois a impetrante ocupa atualmente a vaga pretendida em razÂ¿o de DecisÂ¿o proferida por este juÃ-zo. A permanÃªncia do cargo sub judice nÂ¿o caracteriza a perda do objeto. Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando o mÃ©rito da questÂ¿o, dispÂ¿e o art. 113, XXXIII, da ConstituiÃ§Â¿o Federal, que cabe mandado de seguranÃ§a para defesa do direito lÃ-quido e certo, ameaÃ§ado ou violado por ato manifestamente inconstitucional ou ilegal de qualquer autoridade. Trata-se do direito que se pode demonstrar de plano, sem a necessidade de dilaÃ§Â¿o probatÃ³ria, pois detÃ©m em sua essÃªncia a certeza e liquidez. Â Â Â Â Â Â Â Â Como explanado na decisÂ¿o que concedeu parcialmente a liminar, a sÃºmula 266 do STJ Ã© clara ao dispor que a comprovaÃ§Â¿o da escolaridade necessÃ¡ria para o exercÃ-cio do cargo deve ser feita no momento da posse do candidato. Â Â Â Â Â Â Â Â Em outros termos, quando se trata de concurso pÃºblico, a exigÃªncia de diploma ou de documento anÃ¡logo comprovando que o interessado efetivamente possui a escolaridade prevista no instrumento convocatÃ³rio nÂ¿o pode ser realizada em momento anterior Ã sua posse, como requer a impetrada. Â Â Â Â Â Â Â Â Por outro lado, o edital do respectivo concurso pÃºblico dispÂ¿e que a comprovaÃ§Â¿o do preenchimento desses requisitos deve ser realizada no momento da investidura, que se perfaz com a posse. Â Â Â Â Â Â Â Â NÂ¿o se pode esquecer que dentre os princÃ-pios que regem o concurso pÃºblico destaca-se o da vinculaÃ§Â¿o ao instrumento convocatÃ³rio, o qual dispÂ¿e que todos os atos que regem o certame devem obediÃªncia ao edital. A competÃªncia discricionÃ¡ria da AdministraÃ§Â¿o exaure no momento que ela se vincula a seus termos. Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, a autoridade coatora exigiu do candidato que apresentasse o diploma de conclusÂ¿o do curso superior em momento anterior Ã posse, sem, no entanto, haver norma - legal ou editalÃ-cia - que amparasse a exigÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Em face do exposto, ratifico os termos da liminar e CONCEDO EM PARTE a seguranÃ§a postulada apenas para determinar a

extensÂ¿o do prazo para a entrega do diploma de curso superior, pelo impetrante CASSIO FARIAS BRAGA, atÃ© a data de sua posse, independente do momento em que serÃ¡ realizada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Julgo extinto o processo em conformidade com o disposto no art. 487, I, do NCPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo Impetrado, estando isento de seu pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem honorÃ¡rios advocatÃcios, nos termos do art. 25 da Lei 12.016/2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SentenÃ§a sujeita Ã reexame necessÃ¡rio (art. 14, Â§ 1Âº, da Lei 12.016/2009). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo de recurso voluntÃ¡rio, subam os autos ao egrÃ©gio TJ/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ© AÃ§u/PA, 23 de marÃ§o de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 3Â FÃ³rum de: TOME AÃUÂ Â Email: 1tomeacu@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Av. TrÃªs Poderes, nÂº 800Â CEP: 68.680-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3727-1290 PROCESSO: 00104932520198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Mandado de Segurança Cível em: 23/03/2022 REQUERENTE:ALDALENA MARIA GOMES DE MATOS Representante(s): OAB 29190 - RENATO CARDOSO PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE TOME ACU. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Mandado de SeguranÃ§a, com pedido de liminar, interposto por ALDALEDA MARIA GOMES DE MATOS, devidamente qualificada nos autos, contra ato atribuÃdo ao Presidente da ComissÂ¿o do Concurso PÃºblico nÂ° 001/2019 de TomÃ© AÃ§u/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega a impetrante que foi aprovada e classificada em 13Âº lugar para o cargo de Professor NS/EducaÃ§Â¿o infantil e Anos Iniciais, cargo 110. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informa que houve a convocaÃ§Â¿o dos aprovados, por meio do Decreto Municipal nÂº 028/2019, publicado no DiÃ¡rio Oficial, para apresentarem a documentaÃ§Â¿o exigida no instrumento convocatÃ³rio no perÃodo de 14 a 18 de outubro. No entanto, por desconhecimento do aludido Decreto, a impetrante apenas apresentou sua documentaÃ§Â¿o em 30.10.2019, sendo recusado o seu recebimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Argumenta que o edital determinou em seu subitem 10.4.2 que a convocaÃ§Â¿o dos candidatos seria feita via DJE e via correspondÃªncia oficial endereÃ§ada ao domicÃlio do candidato, no entanto, a autoridade coatora nÂ¿o teria cumprido a norma. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou os documentos de fls. 018/032. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente notificada, a autoridade coatora nÂ¿o apresentou informaÃ§Â¿es, conforme certidÂ¿o de fl. 038. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Â¿o do MinistÃ©rio PÃºblico Ã fl. 039-v, mostrando-se favorÃ¡vel ao pleito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatados. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DispÂ¿e o art. 113, XXXIII, da ConstituiÃ§Â¿o Federal, que cabe mandado de seguranÃ§a para defesa do direito lÃquido e certo, ameaÃ§ado ou violado por ato manifestamente inconstitucional ou ilegal de qualquer autoridade. Trata-se do direito que se pode demonstrar de plano, sem a necessidade de dilaÃ§Â¿o probatÃ³ria, pois detÃ©m em sua essÃªncia a certeza e liquidez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como explanado na decisÂ¿o que concedeu a liminar, o edital Ã© a lei do concurso pÃºblico e, como tal, estabelece regras a serem obedecidas em todas as etapas do certame, criando um vÃnculo entre a AdministraÃ§Â¿o PÃºblica e o candidato. Trata-se do PrincÃpio da VinculaÃ§Â¿o ao Instrumento ConvocatÃ³rio, que limita os atos da AdministraÃ§Â¿o PÃºblica Ã s disposiÃ§Â¿es que ela mesma traÃ§ou. Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, a impetrante anexou comprovaÃ§Â¿o de sua posiÃ§Â¿o na lista de aprovados para o cargo pretendido, bem como cÃ³pia da publicaÃ§Â¿o do Decreto nÂº 28/2019 no DiÃ¡rio Oficial e comprovante da entrada do requerimento na via administrativa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acostou, ainda, a cÃ³pia do edital do concurso, que estabelece em seu subitem 10.4.2 que a convocaÃ§Â¿o dos classificados para o preenchimento das vagas disponÃveis serÃ¡ feita pelo DiÃ¡rio Oficial do Estado do ParÃ¡ que estabelecerÃ¡ o horÃ¡rio, dia e local para a apresentaÃ§Â¿o do candidato bem como por meio de correspondÃªncia oficial endereÃ§ada ao domicÃlio do mesmo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face do exposto, ratifico os termos da liminar e CONCEDO a seguranÃ§a postulada autoridade coatora proceda Ã reabertura do prazo para que a impetrante ALDALEDA MARIA GOMES DE MATOS apresente documentaÃ§Â¿o necessÃ¡ria Ã nomeaÃ§Â¿o documentaÃ§Â¿o necessÃ¡ria Ã nomeaÃ§Â¿o no cargo pÃºblico a que se habilitou, convocando-a por meio do DiÃ¡rio Oficial do Estado do ParÃ¡ e por meio de correspondÃªncia endereÃ§ada ao seu domicÃlio, na forma do subitem 10.4.2 do edital do concurso, procedendo, ainda, ao processamento e devida anÃ¡lise da documentaÃ§Â¿o apresentada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Julgo extinto o processo em conformidade com o disposto no art. 487, I, do NCPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo Impetrado, estando isento de seu pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem honorÃ¡rios advocatÃcios, nos termos do art. 25 da Lei 12.016/2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SentenÃ§a sujeita Ã reexame necessÃ¡rio (art. 14, Â§ 1Âº, da Lei 12.016/2009). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo de recurso voluntÃ¡rio, subam os autos ao egrÃ©gio TJ/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ© AÃ§u/PA, 23 de marÃ§o de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Â PÃ¡gina de 3Â FÃ³rum de: TOME AÃU Â Â Email: 1tomeacu@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Av. TrÃªs Poderes, nÂº 800Â CEP: 68.680-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3727-1290 PROCESSO: 00115524820198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Mandado de Segurança Cível em: 23/03/2022 REQUERENTE:TAMARA SOUSA COSTA Representante(s): OAB 28607 - HANNA DE ASSIS MACEDO (ADVOGADO) REQUERIDO:PREFEITA DO MUNICIPIO DE TOME ACU REQUERIDO:MUNICIPIO DE TOME ACU PREFEITURA MUNICIPAL. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Mandado de SeguranÃ§a, com pedido de liminar, interposto por TAMARA SOUSA COSTA, devidamente qualificado nos autos, contra ato omissivo atribuÃ-do Ã Prefeita do MunicÃ-pio de TomÃ©-AÃ§u, AURENICE CORREA RIBEIRO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega a impetrante que foi aprovada em 4Âº lugar para o cargo 109-PROF NS/EDUCAÃÃO INFANTIL, ofertado no Concurso PÃºblico nÂº001/2019 - Prefeitura Municipal de TomÃ© AÃ§u, cujo Edital de Abertura previu cinco vagas, mais o cadastro de reserva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informa que houve a convocaÃ§Ã£o dos aprovados, por meio do Decreto Municipal nÂº 028/2019, publicado no DiÃ¡rio Oficial, para apresentarem a documentaÃ§Ã£o exigida no instrumento convocatÃ³rio no perÃ-odo de 14 a 18 de outubro. No entanto, por desconhecimento do aludido Decreto, a impetrante nÃ£o apresentou sua documentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informa que em 05.12.2019, houve a publicaÃ§Ã£o da Lista de candidatos aptos Ã nomeaÃ§Ã£o para o cargo, da qual 45 (quarenta e cinco) pessoas foram consideradas aptas para nomeaÃ§Ã£o no mesmo cargo pretendido pela impetrante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Argumenta que o edital determinou em seu subitem 10.4.2 que a convocaÃ§Ã£o dos candidatos seria feita via DJE e via correspondÃªncia oficial endereÃ§ada ao domicÃ-lio do candidato, no entanto, a autoridade coatora nÃ£o cumpriu a norma. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou os documentos de fls. 09/91. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Liminar deferida em DecisÃ£o de fls. 092/093. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em informaÃ§Ãµes de fls. 098/099, a autoridade coatora sustentou que nÃ£o houve violaÃ§Ã£o princÃ-pio da vinculaÃ§Ã£o ao edital, uma vez que a comunicaÃ§Ã£o pessoal sÃ³ seria necessÃ¡ria em caso de vagas supervenientes, apÃ³s um perÃ-odo muito longo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. 108/109 pela extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatados. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, nÃ£o partilho da tese de perda do objeto suscitada pelo MinistÃ©rio PÃºblico, pois a impetrante ocupa atualmente a vaga pretendida em razÃ£o de DecisÃ£o proferida por este juÃ-zo. A permanÃªncia do cargo sub judice nÃ£o caracteriza a perda do objeto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao mÃ©rito, dispÃµe o art. 113, XXXIII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, que cabe mandado de seguranÃ§a para defesa do direito lÃ-quido e certo, ameaÃ§ado ou violado por ato manifestamente inconstitucional ou ilegal de qualquer autoridade. Trata-se do direito que se pode demonstrar de plano, sem a necessidade de dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria, pois detÃ©m em sua essÃªncia a certeza e liquidez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como explanado na decisÃ£o que concedeu a liminar, o edital Ã© a lei do concurso pÃºblico e, como tal, estabelece regras a serem obedecidas em todas as etapas do certame, criando um vÃ-nculo entre a AdministraÃ§Ã£o PÃºblica e o candidato. Trata-se do PrincÃ-pio da VinculaÃ§Ã£o ao Instrumento ConvocatÃ³rio, que limita os atos da AdministraÃ§Ã£o PÃºblica Ã s disposiÃ§Ãµes que ela mesma traÃ§ou. Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, a impetrante anexou comprovaÃ§Ã£o de sua posiÃ§Ã£o na lista de aprovados para o cargo pretendido, bem como cÃ³pia da publicaÃ§Ã£o do Decreto nÂº 28/2019 no DiÃ¡rio Oficial e comprovante da entrada do requerimento na via administrativa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acostou, ainda, a cÃ³pia do edital do concurso, que estabelece em seu subitem 10.4.2 que a convocaÃ§Ã£o dos classificados para o preenchimento das vagas disponÃ-veis serÃ¡ feita pelo DiÃ¡rio Oficial do Estado do ParÃ¡ que estabelecerÃ¡ o horÃ¡rio, dia e local para a apresentaÃ§Ã£o do candidato bem como por meio de correspondÃªncia oficial endereÃ§ada ao domicÃ-lio do mesmo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face do exposto, ratifico os termos da liminar e CONCEDO a seguranÃ§a postulada autoridade coatora proceda Ã reabertura do prazo para que a impetrante TAMARA SOUSA COSTA apresente documentaÃ§Ã£o necessÃ¡ria Ã nomeaÃ§Ã£o documentaÃ§Ã£o necessÃ¡ria Ã nomeaÃ§Ã£o no cargo pÃºblico a que se habilitou, convocando-a por meio do DiÃ¡rio Oficial do Estado do ParÃ¡ e por meio de correspondÃªncia endereÃ§ada ao seu domicÃ-lio, na forma do subitem 10.4.2 do edital do concurso, procedendo, ainda, ao processamento e devida anÃ¡lise da documentaÃ§Ã£o apresentada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Julgo extinto o processo em conformidade com o disposto no art. 487, I, do NCPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo Impetrado, estando isento de seu pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem honorÃ¡rios advocatÃ-cios, nos termos do art. 25 da Lei 12.016/2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SentenÃ§a sujeita Ã reexame necessÃ¡rio (art. 14, Â§ 1Âº, da Lei 12.016/2009). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo de recurso voluntÃ¡rio, subam os autos ao egrÃ©gio TJ/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ© AÃ§u/PA, 23 de marÃ§o de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito

PROCESSO: 00122309720188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Interdito Proibitório em: 23/03/2022 REQUERENTE:BIOPALMA DA AMAZONIA SA REFLORESTAMENTO INDUSTRIA E COMERCI Representante(s): OAB 13889 - ANIZIO GALLI JUNIOR (ADVOGADO) OAB 3210 - PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO (ADVOGADO) OAB 7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:SAPUCAYA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA Representante(s): OAB 19803 - TAYANA KATRINE PEREIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 26562 - MAURICIO DAIBES MARQUES DA CONCEICAO (ADVOGADO) OAB 29332 - MARCELLY CAROLINE DO NASCIMENTO DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARCUS VINICIUS NERY DA COSTA Representante(s): OAB 13974 - JOSE DE SOUZA PINTO FILHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU - VARA ÃNICA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Intime-se a requerida SAPUCAYA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA, via DJE, para manifestaÃ§Ã£o sobre os Embargos de fls. 1030/1032 e documentos, no prazo de 05 (cinco) dias. 2.Â Â Â Â Â Proceda Ã renumeraÃ§Ã£o dos autos a partir da fl. 1058. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 23 de marÃ§o de 2022. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito PROCESSO: 00000421420148140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VANESSA MUNHOZ A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:J. F. C. REU:NAMOR DUARTE GONVALVES. EDITAL DE INTIMAÃÂ¿O - PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS PROCESSO NÂº 0000042-14.2014.8.14.0060 SENTENCIADO: NAMOR DUARTE GONÃALVES LEI NÂº 11.340/2006, ART. 129, Â§9Âº, do CPB, C/C ART. 7Âº, IÂ O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃÂ¿O PENAL distribuÃ-dos sob o nÂº 0000042-14.2014.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de NAMOR DUARTE GONÃALVES, brasileiro, paraense, filho de Ester Duarte GonÃ§alves, residente na Rua Doutor JosÃ© Gama Malcher, nÂº 401, Bairro Pedreira, MunicÃ-pio de TomÃ©-AÃ§u/PA, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 129, Â§9Âº, do CPB, c/c art. 7Âº, I, da Lei n. 11.340/06 e como consta dos autos que o referido acusado encontra-se em local incerto e nÃ£o sabido para ser intimado pessoalmente, e por ser de origem desconhecida o paradeiro deste, pelo presente fica legalmente INTIMADO,Â do inteiro teor da r. SentenÃ§a condenatÃ³ria proferida nos autos acima mencionados, em seu desfavor, a qual possui como dispositivo: Â¿ JULGO PROCEDENTE a denÃºncia para CONDENAR o acusado, NAMOR DUARTE GONÃALVES, pelo delito do art. 129,Â§9Âº, ambos do CP, c/c o art. 7Âº, inciso II, da Lei nÂº 11.340/2006. Bem como, da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua IntimaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 392, VI, Â§1Âº, do CPP, para eventual interposiÃ§Ã£o recurso no prazo de 5 (cinco) dias, conforme o disposto do art. 593 do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-PA, aos 24 de marÃ§o de 2022. Eu,.....Geizielly Evangelista de Oliveira, Auxiliar Administrativo, digitei, subscrevi e assino de ordem do MM. Juiz de Direito. Geizielly Evangelista de Oliveira Auxiliar Administrativo Mat: 189936-TJE/PA PROCESSO: 00005058220168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VANESSA MUNHOZ A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 AUTOR:JOSIAS DA SILVA SANTOS VITIMA:M. S. M. A. . EDITAL DE INTIMAÃÂ¿O - PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS PROCESSO NÂº 000505-82.2016.8.14.0060 SENTENCIADO: JOSIAS DA SILVA SANTOS LEI NÂº 11.340/2006, ART. 129, Â§9Âº, do CPB, C/C ART. 7Âº, IÂ O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃÂ¿O PENAL distribuÃ-dos sob o nÂº 000505-82.2016.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de JOSIAS DA SILVA SANTOS, brasileiro, paraense, filho de Oscarino dos Santos e Rosa da Silva Santos, residente na Rua Nova , nÂº 157, Bairro Novo, prÃ³ximo ao ponto comercial Â¿Disk CervejaÂ¿, Distrito de Quatro Bocas, MunicÃ-pio de TomÃ©-AÃ§u/PA, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 129, Â§9Âº, do CPB, c/c art. 7Âº, I, da Lei n. 11.340/06 e como consta dos autos que o referido acusado encontra-se em local incerto e nÃ£o sabido para ser intimado pessoalmente, e por ser de origem desconhecida o paradeiro deste, pelo presente fica legalmente INTIMADO,Â do inteiro teor da r. SentenÃ§a condenatÃ³ria proferida nos autos acima mencionados, em seu desfavor, a qual possui como dispositivo: Â¿ JULGO PROCEDENTE a denÃºncia para CONDENAR o acusado, JOSIAS DA SILVA SANTOS, pelo delito do art. 129,Â§9Âº, ambos do CP, c/c o art. 7Âº, inciso I e II, da Lei nÂº 11.340/2006, e ABSOLVÃ-LO do delito do art. 147 do CP, com base no art. 386, III, do CP. Bem como, da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua IntimaÃ§Ã£o

EditalÃ-cia, nos termos do Art. 392, VI, Â§1Âº, do CPP, para eventual interposiÃ§Ã£o recurso no prazo de 5 (cinco) dias, conforme o disposto do art. 593 do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-PA, aos 24 de marÃ§o de 2022. Eu,.....Geizielly Evangelista de Oliveira, Auxiliar Administrativo, digitei, subscrevi e assino de ordem do MM. Juiz de Direito. Geizielly Evangelista de Oliveira Auxiliar Administrativo Mat: 189936-TJE/PA PROCESSO: 00008435120198140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 24/03/2022 AUTOR:MARCELO DA SILVA E SILVA. PROC. 0000843-51.2019.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 24 de marÃÂ§o de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00012234520178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VANESSA MUNHOZ A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 VITIMA:S. A. DENUNCIADO:DIONES ALEX DA COSTA OLIVEIRA. EDITAL DE INTIMAÃÂ¿O - PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS PROCESSO NÂº 0001223-45.2017.8.14.0060 SENTENCIADO: DIONES ALEX DA COSTA OLIVEIRA LEI NÂº 11.340/2006, ART. 129, Â§9Âº, do CPB, C/C ART. 7Âº, IÂ O Dr. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES, MMÂº. Juiz de Direito Titular desta Comarca, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, etc. Â FAZ SABER aos que o presente EDITAL lerem ou dele tomarem conhecimento, que se processam perante este JuÃ-zo, os autos da AÃÂ¿O PENAL distribuÃ-dos sob o nÂº 0001223-45.2017.8.14.0060, que a JustiÃ§a PÃºblica representada pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual move em face de DIONES ALEX DA COSTA OLIVEIRA, brasileiro, paraense, filho de Claudio Ribeiro de Oliveira e Dulcilene Alves da Costa, residente na Av. Saburoshiba, prÃ³ximo ao Hospital AmazÃ´nia, em frente Ã casa do Sr. Matsuzaki, Bairro AlveslÃ¢ndia, Distrito de Quatro Bocas, MunicÃ-pio de TomÃ©-AÃ§u/PA, pela prÃ¡tica de infraÃ§Ã£o penal tipificada no artigo 129, Â§9Âº, do CPB, c/c art. 7Âº, I, da Lei n. 11.340/06 e como consta dos autos que o referido acusado encontra-se em local incerto e nÃ£o sabido para ser intimado pessoalmente, e por ser de origem desconhecida o paradeiro deste, pelo presente fica legalmente INTIMADO,Â do inteiro teor da r. SentenÃ§a condenatÃ³ria proferida nos autos acima mencionados, em seu desfavor, a qual possui como dispositivo: Â¿ JULGO PROCEDENTE a denÃºncia para CONDENAR o acusado, DIONES ALEX DA COSTA OLIVEIRA, pelo delito do art. 129,Â§9Âº, ambos do CP, c/c o art. 7Âº, I, da Lei nÂº 11.340/2006, por duas vezes, contra a vÃ-tima Suelen de Almeida e contra sua filha, SÃ¢ndela de Almeida Malcher, em curso material. Bem como, da deliberaÃ§Ã£o exarada pelo MMÂº Juiz desta Comarca, determinando sua IntimaÃ§Ã£o EditalÃ-cia, nos termos do Art. 392, VI, Â§1Âº, do CPP, para eventual interposiÃ§Ã£o recurso no prazo de 5 (cinco) dias, conforme o disposto do art. 593 do CPP, contados da data da publicaÃ§Ã£o do presente. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TomÃ©-AÃ§u-PA, aos 24 de marÃ§o de 2022. Eu,.....Geizielly Evangelista de Oliveira, Auxiliar Administrativo, digitei, subscrevi e assino de ordem do MM. Juiz de Direito. Geizielly Evangelista de Oliveira Auxiliar Administrativo Mat: 189936-TJE/PA PROCESSO: 00020084120168140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REQUERENTE:WENISON JOSE DE PAIVA DOS SANTOS Representante(s): OAB 17899 - MARGARETH CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 11586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:LOJAS AVENIDA LTDA Representante(s): OAB 22311 - HASSEN SALES RAMOS FILHO (ADVOGADO) OAB 4676 - VALERIA BAGGIO RICHTER (ADVOGADO) REQUERIDO:A VISTA ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA Representante(s): OAB 222219 - ALEXANDRE FONSECA DE MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCARD C A MASTERCARD SA Representante(s): OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL Representante(s): OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:PAG SA MEIOS DE PAGAMENTOS Representante(s): OAB 222219 - ALEXANDRE FONSECA DE MELO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU PROCESSO NÂº 0002008-41.2016.8.14.0060 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â WENISON JOSÃ DE PAIVA DOS SANTOS, qualificado nos termos da inicial, ingressou com aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de nulidade contratual c/c danos morais contra LOJAS AVENIDA LTDA, AVISTA S.A. ADMINISTRADORA DE CARTÃES DE CRÃDITO (PAG S.A. MEIOS DE PAGAMENTOS), BANCO BRADESCO S.A e BANCO DO BRASIL S.A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Declara na exordial que compareceu no dia 10.12.2015 a uma agÃªncia do BANCO SICREDI para abrir uma conta corrente, mas foi informado da inviabilidade do pedido em razÃ£o de vÃ¡rias pendÃªncias financeiras em seu nome, inscritas no ServiÃ§o de ProteÃ§Ã£o ao CrÃ©dito - SPC

pelas requeridas. No entanto, nÃ£o teria realizado nenhum dos negÃ³cios jurÃ-dicos que fundamentaram tais inscriÃ§Ãµes, sendo mais provÃ¡vel que o demandante tenha sido vÃ-tima de fraude. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu que fosse declarada a nulidade dos contratos firmado com as demandadas, bem como a retirada de seu nome do SPC e a condenaÃ§Ã£o das empresas para pagamento de danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Apresentou os documentos de fls. 019/028. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sede de contestaÃ§Ã£o, a empresa LOJAS AVENIDA LTDA alegou que os documentos apresentados pelo requerente nÃ£o tÃªm o condÃ£o de comprovar as assertivas da inicial. Ademais, sustentou que, no momento a contrataÃ§Ã£o, foram apresentados documentos pessoais e colhidas as respectivas referÃªncias, nÃ£o havendo como a reclamada desconfiar da suposta fraude. Por fim, informou que tÃ£o logo foi citada e tomou conhecimento da suposta fraude, procedeu Ã baixa da restriÃ§Ã£o do reclamante, conforme apontou a fl. 066. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou os documentos de fls. 072/101. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O BANCO BRADESCO S/A, por sua vez, afirmou que o contrato celebrado entre o banco e o correntista requer a apresentaÃ§Ã£o dos documentos pessoais, e, se alguÃ©m fez uso indevido deles, a culpa teria sido do prÃ³prio autor, que nÃ£o teve diligÃªncia necessÃ¡ria para proteger seus dados. Declarou que, ao inscrever o nome do autor na dÃ-vida ativa, estava apenas exercendo o seu direito e, por fim, defende que nÃ£o Ã© cabÃ-vel a inversÃ£o do Ã´nus da prova, pois, nesse caso, configuraria um privilÃ©gio para vencer mais facilmente a demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou os documentos de fls. 147/199. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O BANCO DO BRASIL S/A, em sede de preliminar, declarou indevida a concessÃ£o da gratuidade da justiÃ§a, pois nÃ£o haveria provas da hipossuficiÃªncia financeira do demandante. No mÃ©rito, informou que incluiu quatro cheques supostamente expedidos pelo autor no CCF por ausÃªncia de fundos na conta. TambÃ©m declara que o autor celebrou o negÃ³cio jurÃ-dico por vontade prÃ³pria, inexistindo quaisquer vÃ-cios. Sendo assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em nulidade do negÃ³cio jurÃ-dico, tampouco em indenizaÃ§Ã£o por danos morais. Por fim sustentou a inviabilidade da inversÃ£o do Ã´nus da prova, pois se trata de conduta excepcional, cabendo ao requerente provar a verossimilhanÃ§a de suas alegaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acostou os documentos de fls. 221/254. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JÃ¡ a demandada PAG S.A. MEIOS DE PAGAMENTOS sustentou a necessidade de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para ouvir o depoimento pessoal do autor, pois a inicial estaria deficiente quanto aos argumentos que teriam gerado a suposta falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acostou os documentos de fls. 275/300. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica acostada em fls. 302/307. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A inversÃ£o do Ã´nus da prova foi deferida em DecisÃ£o de fl. 308, ocasiÃ£o em que as partes foram intimadas para indicar as provas que pretendem produzir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em petiÃ§Ãµes de fls. 309/310 e 317/320, as partes que se manifestaram, afirmaram que inexistem provas a serem produzidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Documentos anexados Ã s fls. 321/348. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relato. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preliminarmente, convÃ©m esclarecer que o pedido de gratuidade da justiÃ§a nÃ£o foi deferido por este juÃ-zo (fls. 024/03), sendo que as custas iniciais se presumem pagas de acordo om o comprovante de fl. 108. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã inversÃ£o do Ã´nus da prova, nÃ£o se trata de regalia concedida a uma das partes, mas sim de uma garantia legal para assegurar Ã parte hipossuficiente da lide, no caso, o consumidor, a defesa de seus direitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o art. 6Âº, VIII, do CÃ³digo de Defesa do Consumidor dispÃµe que sÃ£o direitos bÃ¡sicos do consumidor a facilitaÃ§Ã£o da defesa de seus direitos, inclusive com a inversÃ£o do Ã´nus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critÃ©rio do juiz, for verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinÃ¡rias de experiÃªncias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso in comento, os demandados gozam de mais facilidade para comprovarem a existÃªncia de negÃ³cio jurÃ-dico com o demandante do que o contrÃ¡rio, pois Ã© de senso comum que provar a inexistÃªncia de algo Ã© mais difÃ-cil do que provar a sua existÃªncia, mormente quando se trata dos vÃ-nculos com sociedades empresÃ¡rias e instituiÃ§Ãµes financeiras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outo lado, verossÃ-mil a alegaÃ§Ã£o, a parte Ã© tecnicamente hipossuficiente em relaÃ§Ã£o Ã s demandadas e a relaÃ§Ã£o entre aquele e estes Ã© regida pelo CÃ³digo de Defesa do Consumidor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mÃ©rito, o postulante argumenta que nÃ£o possui qualquer vÃ-nculo contratual com as demandadas, o que torna ilegal a inclusÃ£o de seu nome no cadastro de inadimplentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os requeridos BANCO BRADESCO S/A, BANCO DO BRASIL S/A e PAG S.A. MEIOS DE PAGAMENTOS sustentam que firmaram acordo com o requerente, e as inscriÃ§Ãµes negativas em seu nome se deram em razÃ£o do exercÃ-cio regular de um direito, uma vez que o autor nÃ£o adimpliu com suas obrigaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JÃ¡ a requerida LOJAS AVENIDA LTDA afirmou que ao tomar conhecimento do suposto falsÃ¡rio (por meio da presente aÃ§Ã£o), tratou de retirar a inscriÃ§Ã£o do dÃ©bito em nome do autor, mas no momento da contrataÃ§Ã£o, foram apresentados documentos pessoais e colhidas as respectivas referÃªncias, nÃ£o havendo como desconfiar da suposta fraude. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, a controvÃ©rsia gira em torno da existÃªncia ou nÃ£o de negÃ³cio jurÃ-dico

entre requerente e requeridos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise dos autos, verifico que a foto da identidade do demandante acostada a fl. 020 nÃ£o coincide com aquelas apresentadas pelas requeridas (fls. 064 e 241). O mesmo pode se dizer das assinaturas dos cheques de fl. 205/206 e do contrato de fl. 244-v, que nÃ£o se assemelham a da identidade apresentada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outro lado, as requeridas sequer demonstraram interesse na produÃ§Ã£o de prova pericial para fins de comprovarem que a assinatura aposta no contrato pertenceria, de fato, ao autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em razÃ£o da responsabilidade objetiva, que Ã© imputada Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras em decorrÃªncia dos fortuitos internos ocasionados pela prestaÃ§Ã£o de seus serviÃ§os, bem como pela prÃ³pria regra ordinÃ¡ria do Ã´nus da prova, competia aos demandados demonstrar a completa regularidade da relaÃ§Ã£o jurÃ-dica estabelecida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, nÃ£o hÃ¡ comprovaÃ§Ã£o de que os negÃ³cios com o requerente tenham sido validamente celebrados, cuja inadimplÃªncia justificaria as inscriÃ§Ãµes do nome do autor no cadastro de restriÃ§Ã£o ao crÃ©dito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A inscriÃ§Ã£o indevida do nome do autor no serviÃ§o de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito gera dano moral indenizÃ¡vel mediante pecÃºnia, independente de dolo ou culpa da instituiÃ§Ã£o financeira. Em outras palavras, como se trata de responsabilidade objetiva da empresa, basta haver o nexo causal entre a aÃ§Ã£o (ou omissÃ£o) e o resultado para ser configurado o dano. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O dano, por sua vez, gera o dever de indenizar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Essa Ã©, inclusive, a determinaÃ§Ã£o da sÃºmula 479 do STJ. SÃºmula 479 - STJ As instituiÃ§Ãµes financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no Ã¢mbito de operaÃ§Ãµes bancÃ¡rias. Acerca do assunto, colaciono, ainda, as seguintes jurisprudÃªncias: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â STJ: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RESSARCIMENTO POR PERDAS E DANOS. PAGAMENTO DE CHEQUES FRAUDULENTOS PELA INSTITUIÃÃO FINANCEIRA. ALEGAÃÃO DE ILEGITIMIDADE ATIVA. QUESTÃO PRECLUSA. INTERPRETAÃÃO DE CLÃUSULA CONTRATUAL. SÃMULA 5/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÃNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL CONFIGURADA. TESE DECIDIDA EM JULGAMENTO REPRESENTATIVO DE CONTROVÃRSIA. HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. VALOR RAZOÃVEL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 5. "As instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de emprÃ©stimos mediante fraude ou utilizaÃ§Ã£o de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno." (STJ - AgInt no AREsp 820846 / MA, Relator Ministro RAUL ARAÃJO, publicado no DJe em 02/10/2017) TJPA: EMENTA: APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO DE REPETIÃÃO DE INDÃBITO COM DANOS MORAIS E MATERIAIS PELO RITO SUMÃRIO. COBRANÃA INDEVIDA. EMPRÃSTIMO FRAUDULENTO. FALHA ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÃÃO FINANCEIRA. RISCO DA ATIVIDADE ECONÃMICA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DOS BANCOS POR DANOS GERADOS POR FORTUITO INTERNO RELATIVO A FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS NO ÃMBITO DE OPERAÃÃES BANCÃRIAS. SÃMULA 479 DO STJ. DANOS MORAIS. COMPROVADOS. SITUAÃÃO QUE TRANSBORDOU OS LIMITES DO MERO ABORRECIMENTO. QUANTUM INDENIZATÃRIO. VALORAÃÃO DA INTENSIDADE DO DANO NA ESFERA PSÃQUICA DO AUTOR. OBEDIÃNCIA AOS PRINCÃPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. DANOS MORAIS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (...) Sem delongas, acerca da particularidade do caso, destaco que as instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo Ã fraude praticada por terceiros, conforme reconhecido em recurso repetitivo por esta Corte (SÃºmula 479/STJ). Tal entendimento, por certo, acaba por repercutir, em alguma medida, na caracterizaÃ§Ã£o do dano moral que, em determinadas situaÃ§Ãµes, pode ser considerado in re ipsa, como por exemplo nas hipÃ³teses em que acarrete a inscriÃ§Ã£o indevida do nome do consumidor nos Ã³rgÃ£os de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito (AgInt nos EDcl no AREsp 987.274 SP, Relator o Ministro Raul AraÃºjo, DJe de1Âº/8/2017). (...) Isto posto, analisando os documentos acostados aos autos, em sede de contestaÃ§Ã£o, bem como da anÃ¡lise da audiÃªncia de fls. 27, verifico que o Banco RÃ©u nÃ£o se desincumbiu do Ã´nus de comprovar que o emprÃ©stimo impugnado pelo Autor (fls. 14/17), seria legÃ-timo. Â (TJPA AC 0003409-70.2011.8.14.0040 Rel. Des. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO. 16.07.2020) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com esses fundamentos, JULGO PROCEDENTE a pretensÃ£o inicial para DECLARAR a nulidade dos negÃ³cios jurÃ-dicos objetos dessa aÃ§Ã£o (Contrato 1727427 - LOJAS AVENIDA LTDA, FAT3258101 - AVISTA S. A. ADMINISTRADORA DE CARTÃES DE CRÃDITO, 4282671939786000 - BRADESCARD e CHEQUE NÂ° 850012, AG 3500 - BANCO DO BRASIL), e CONDENAR as requeridas LOJAS AVENIDA LTDA, AVISTA S. A. ADMINISTRADORA DE CARTÃES DE CRÃDITO (PAG S.A. MEIOS DE PAGAMENTOS), BANCO BRADESCO S.A e BANCO DO BRASIL S.A. a indenizarem o requerente, a tÃ-tulo de dano moral, na importÃ¢ncia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em relaÃ§Ã£o a cada requerido, com correÃ§Ã£o

monetÃ¡ria pelo INPC a contar da data desta sentenÃ§a e juros de mora de 1% (um por cento) ao mÃªs, a partir da citaÃ§Ã£o (art. 398 do CC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno as demandadas em custas e honorÃ¡rios sucumbenciais, no montante correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o, assim entendido o valor da indenizaÃ§Ã£o por dano moral relativo a cada requerido.. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Declaro extinto o processo, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito (art. 487, I, do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â TomÃ©-AÃ§u, 17 de novembro de 2021. JOSÃ RONALDO PEREIRA SALES Juiz de Direito Titular da Comarca de TomÃ©-AÃ§u PROCESSO: 00052584820178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 24/03/2022 DENUNCIADO:HENDRIW SAYMON DOS SANTOS RIBEIRO DENUNCIADO:DAYANE MENDES DOS SANTOS VITIMA:M. G. D. . PROC. 0005258-48.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Â°, Â§ 2Â°, IV, do Provimento nÂ° 006/2006-CJMB, c/c com o art. 1Â° do Provimento de nÂ° 0006/2009- CJCI, de ordem do MM juiz de Direito Titular desta Comarca, vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o. TomÃ©-AÃ§u/Pa., 24 de marÃÂ§o de 2022. BelÂª YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria PROCESSO: 00064761420178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REQUERENTE:ALEX DA SILVA SANTOS Representante(s): OAB 17899 - MARGARETH CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 11586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:RAIANA CARDOSO BRICIO Representante(s): OAB 15229 - JOSE FRANCISCO CORREA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . Â SENTENÃA HOMOLOGAÃÃO DE ACORDO: 1. CELEBRADA A PARTILHA EXTRAJUDICAL DOS BENS AMEALHADOS, HOMOLOGO O ACORDO CELEBRADO NOS AUTOS PARA DECLARAR DISSOLVIDA A UNIÃO HAVIDA ENTRE AS PARTES E RELATIVAMENTE AOS ALIMENTOS DEVIDOS Ã FILHA DE AMBOS, PARA QUE PRODUZA SEUS EFEITOS JURÃDICOS. JULGO EXTINTO O PROCESSO, NOS TERMOS DO ARTIGO 487, III, Â¿BÂ¿, DO CPC. P.R.I.C. SEM CUSTAS E HONORÃRIOS, EM VIRTUDE DA JUSTIÃA GRATUITA. SENTENÃA PROFERIDA EM AUDIÃNCIA, SAINDO OS PRESENTES INTIMADOS. 2. OFICIE-SE A EMPRESA IMERYS PARA DEDUÃÃO DA PENSÃO ALIMENTÃCIA, NOS TERMOS ACIMA. 3. REGISTRE-SE. APÃS O TRÃNSITO EM JULGADO, ARQUIVEM-SE. TomÃ©-AÃ§u/Pa, 23.03.2022 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito PROCESSO: 00114904220188140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/03/2022 DENUNCIADO:MARCOS ANTONIO OLIVEIRA VIEIRA Representante(s): OAB 8269 - PAULO DE TARSO DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:RAIMUNDO MARCIO PINHEIRO DOS SANTOS MAXIXE Representante(s): OAB 17899 - MARGARETH CARVALHO MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 11586 - LUIS CARLOS PEREIRA BARBOSA (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSE TELMO ZANI Representante(s): OAB 1705 - OSVALDO JESUS SERRAO DE AQUINO (ADVOGADO) OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) VITIMA:N. S. B. . Â PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE TOMÃ-AÃU / VARA ÃNICA Â IÂ Â Â Â Â 1. EM FACE DA CERTIDÃO DE FLS. 586V E ANTE O COMPROMISSO DO ADVOGADO DO ACUSADO JOSÃ TELMO ZANI, DE TENTAR VIABILIZAR O NOVO ENDEREÃO DA TESTEMUNHA, REDESIGNO A AUDIÃNCIA PARA O DIA 04.05.2022, ÃS 13H30, SAINDO INTIMADOS OS PRESENTES. 2. INFORMADO O NOVO ENDEREÃO, INTIME-SE A TESTEMUNHA POR CARTA PRECATÃRIA, COM URGÃNCIA, PARA SUA OITIVA POR VIDEOCONFERÃNCIA, SEM PREJUÃZO DA OITIVA DAS TESTEMUNHAS A SEREM APRESENTADAS PELA DEFESA, INDEPENDENTEMENTE DE INTIMAÃÃO OU NÃO DA REFERIDA TESTEMUNHA, ANTE A MANIFESTAÃÃO JÃ EXPRESSA PELO MP QUANTO Ã DESISTÃNCIA DE SUA OITIVA, PERSISTINDO, PORÃM, O INTERESSE DA DEFESA E DO JUÃZO, POR SE ENTENDER SER IMPRESCINDÃVEL AO EVENTUAL ESCLARECIMENTO DOS FATOS. TomÃ©-AÃ§u/PA, 24.03.2022 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito AV. 03 PODERES, S/N, CENTRO, CEP. 68680-000, FONE 3727-1290 PROCESSO: 00115530420178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): YURIKA TOKUHASHI OTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 24/03/2022 REQUERENTE:MARIA SONIA SOARES Representante(s): OAB 23319 - ISIS MENDONCA COVRE (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS. Processo 0011553-04.2017.8.14.0060 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento nÂº. 006/2006-CJRMB, c/c com o art. 1Âº, Â§2Âº, I, do Provimento de nÂº. 006/2009-CJCI, intime-se a requerente, atravÃ©s de sua advogada, via publicaÃ§Ã£o no DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico, para, no prazo de 15 (quinze) dias, tomar ciÃªncia do teor da certidÃ£o 20220038717898 de fls. 98 dos autos, bem como apresentar a RetificaÃ§Ã£o da Planilha de DÃ©bito de forma que a data base da RPV nÃ£o seja menor que a data da distribuiÃ§Ã£o dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Â TomÃ©-aÃ§u/PA, 24 de marÃ§o de 2022. YURIKA TOKUHASHI OTA Diretora de Secretaria da Comarca de TomÃ©-AÃ§u PROCESSO: 01353975920158140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE RONALDO PEREIRA SALES A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 24/03/2022 REQUERENTE:AGROPECUARIA CURIMA SA Representante(s): OAB 13356 - JORDANO JUNIOR FALSONI (ADVOGADO) OAB 288552 - MARCUS VINICIUS RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:AGROPALMA SA Representante(s): OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 17682 - FELIPE FADUL LIMA (ADVOGADO) . Â Â IÂ Â Â Â DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1. INTIMEM-SE AS PARTES PARA APRESENTAÃÃO DAS ALEGAÃÃES FINAIS, NO PRAZO SUCESSIVO DE 30 DIAS, COMEÃANDO PELO REQUERENTE, TENDO EM VISTA O VOLUME DOS AUTOS E A JUNTADA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO ÃS FLS 679 E SS. 2. APÃS, CONCLUSOS PARA SENTENÃA. TomÃ©-AÃ§u/Pa, 23.03.2022 JosÃ© Ronaldo Pereira Sales Juiz de Direito PROCESSO: 00025251220178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: REQUERENTE: W. S. S. REQUERIDO: A. S. M. MENOR: W. R. M. S. PROCESSO: 00025251220178140060 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: REQUERENTE: W. S. S. REQUERIDO: A. S. M. MENOR: W. R. M. S.

COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, , FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que tramita por este Juízo a Ação Penal de Competência do Júri ¿ Processo nº 0000036-18.2011.8.14.0058, em que figura, como autor(a), o(a) MINISTERIO PUBLICO e, como réu, JENIAS PEREIRA BATISTA, brasileiro, garimpeiro, filho de Vera Lúcia Inácio Pereira e de Gersonias Coelho Batista. E diante da impossibilidade de a este intimar pessoalmente, porquanto residente e domiciliado em local incerto e não sabido, promove a sua INTIMAÇÃO da sentença prolatada, à(s) fl(s). 502/503, consoante transcrição a seguir: ¿Processo nº 0000036-18.2011.8.14.0058. SENTENÇA Vistos. O réu JENIAS PEREIRA BATISTA, devidamente qualificado nos autos foi pronunciado como incurso nas sanções do art. 121 do Código Penal. Adoto como relatório o que consta nos autos. Após a votação dos quesitos, entendeu o Conselho de Sentença, por maioria de votos, por condenar o réu JENIAS PEREIRA BATISTA como incurso nas sanções do art. 121 do CP, rejeitando as teses defensivas da clemência, falta de provas e de ausência de autoria. Ante a decisão do Conselho de Sentença, passo a dosimetria da pena: DA DOSIMETRIA DE JENIAS PEREIRA BATISTA Quanto à culpabilidade, entendo por ser típica à espécie. O réu não registra antecedentes. Não há elementos nos autos para se aferir a conduta social e a personalidade do agente, pelo que deixo de valorá-las. Os motivos são reprováveis, vez que o réu agiu impelido por motivo fútil, contudo deixo de valorá-lo por não constar a qualificadora na decisão de pronúncia. As circunstâncias do crime se deram sem dar chance de defesa à vítima, entretanto, por não haver constado na pronúncia, entendo por não valorar. As consequências foram próprias do tipo, nada havendo a valorá-lo. Comportamento da vítima: me filio a corrente de que o comportamento da vítima nunca pode ser valorado em desfavor do acusado. Diante das circunstâncias judiciais encontradas, fixo a pena base em 6 (seis) anos de reclusão. Inexiste atenuante ou agravante. Não restam presentes causa de diminuição ou aumento de pena, pelo que estabeleço a pena definitiva em 6 (seis) anos de reclusão. O condenado cumprirá a pena em regime inicial semiaberto, nos termos do artigo 33, § 2º, alínea b do Código Penal. DA DETRAÇÃO Não há detração a ser considerada. DO SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO Não é possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito ou a concessão de sursis, diante do quantum fixado e da ausência dos requisitos subjetivos previstos nos incisos III, do artigo 44 e II, do artigo 77, ambos do Código Penal Brasileiro. DA INDENIZAÇÃO Ademais, descabe falar na indenização do art. 387, IV do CPP em razão da ausência de pedido expresso ou quantificação. Entendo que os motivos que justificaram a prisão cautelar do condenado JENIAS PEREIRA BATISTA ainda perduram, pelo que INDEFIRO a liberdade a este. Condeno o Estado do Pará ao pagamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais) a título de honorários advocatícios à Dra. RUTILEIA E. F. TOZETTI, OAB/PA 25.676, que patrocinou a defesa do réu JENIAS PEREIRA BATISTA na condição de defensora dativa em razão da inexistência de órgão da Defensoria Pública nesta Comarca. Custas pelo Estado. Após o trânsito em julgado: - Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; - Comunique o TRE. - Expeça-se Guia de Execução. - Expeça-se mandado de prisão. Publicada em Plenário, às 14h35min, saindo os presentes intimados. Registre-se, cumpra-se e comunique-se. Senador José Porfírio/PA, 09 de dezembro de 2021. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito¿. Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional GILBERTO VENITES GONÇALVES, nascido no ano de 1977 (mil novecentos e setenta e sete), filho de Benta L. Venites Gonçalves e de Seno Gonçalves, com endereço declarado nos autos como sendo Rua 14 de Abril, bairro Centro, Senador José Porfírio-PA, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, estando o mesmo em lugar incerto e não sabido, que determinou a expedição do presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença extintiva de punibilidade prolatada por este Juízo em 02/02/2022, nos autos do inquérito policial nº 0800132-48.2021.8.14.0058, a qual, na íntegra, diz: ¿SENTENÇA. Vistos, etc... Compulsando os autos, reconheço a prescrição da pretensão punitiva. Explico. Verifica-se que há questão prejudicial que impede o seguimento do feito, consistente na extinção da pretensão punitiva estatal pela ocorrência da prescrição da pena em abstrato, vez que os fatos delitivos se deram em 16.01.2000, passando-se mais de 22 anos de sua ocorrência. O(s) crime(s) em apreço, previsto(s) no(s) art. 213 ¿caput¿ do CPB prescreve(m) em 16 (dezesseis) anos (CP, art. 109, II). Não incide(m) circunstância(s) modificadora(s) ou interruptiva(s) do prazo prescricional. Logo, a pretensão punitiva estatal deveria ter sido exercida no lapso temporal máximo de 16 (dezesseis) anos. Com efeito, em 16.01.2016 houve a perda de pretensão punitiva, razão pela qual deve ser declarada a prescrição relativamente ao delito imputado ao(s) autor(es) do fato. Considerando que sequer existe denúncia, entendo dispensável a movimentação da máquina judiciária a fim de que se reconhecer situação claramente vantajosa aos interesses do requerido. Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade de GILBERTO VENITES GONÇALVES, pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva relativamente ao(s) delito(s) previsto(s) no(s) art(s). art. 213 ¿caput¿ do CPB detalhado nos termos do processo, com fundamento nos arts. 107, IV e 109, II do Código Penal. Oficie-se a Corregedoria da Polícia Civil do Pará fins de conhecimento e tomada das providências cabíveis vez que o feito repousou na Delegacia de Polícia local por mais de 20 anos sem qualquer impulso. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intime-se o autor do fato via Edital. Feitas as necessárias comunicações e transitada em julgado, arquivem-se os autos. Serve a presente decisão/despacho/sentença de ofício/mandado/carta precatória, aos fins a que se destina, tudo nos termos dos Provimentos nº 003/2009 CJCI. Senador José Porfírio, datado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva. Juiz de Direito.¿. Aos 04 (quatro) dias do mês de março do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª entrância, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional LUIS SÉRGIO RIBEIRO, brasileiro, paraense, nascido em 19/07/1970, filho de Maria Mary Barbosa da Silva e de Raimundo Nonato da silva, sem endereço nos autos, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, estando o mesmo em lugar incerto e não sabido, que determinou a expedição do presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença extintiva de punibilidade prolatada por este Juízo em 02/02/2022, nos autos do inquérito policial nº 0800130-78.2021.8.14.0058, a qual, na íntegra, diz: ¿SENTENÇA. Vistos, etc... Compulsando os autos, reconheço a prescrição da pretensão punitiva. Explico. Verifica-se que há questão prejudicial que impede o seguimento do feito, consistente na extinção da pretensão punitiva estatal pela ocorrência da prescrição da pena em abstrato, vez que os fatos delitivos se deram em 23.07.2000, passando-se mais de 21 anos de sua ocorrência. O(s) crime(s) em apreço, previsto(s) no(s) art. 351 ¿caput¿ do CPB prescreve(m) em 04 (quatro) anos (CP, art. 109, V). Não incide(m) circunstância(s) modificadora(s) ou interruptiva(s) do prazo prescricional. Logo, a pretensão punitiva estatal deveria ter sido exercida no lapso temporal máximo de 04 (quatro) anos. Com efeito, em 23.07.2004 houve a perda de pretensão punitiva, razão pela qual deve ser declarada a prescrição relativamente ao delito imputado ao(s) autor(es) do fato. Considerando que sequer existe denúncia, entendo dispensável a movimentação da máquina judiciária a fim de que se reconhecer situação claramente vantajosa aos interesses do requerido. Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade de LUIZ SERGIO RIBEIRO, pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva relativamente ao(s) delito(s) previsto(s) no(s) art(s). art. 351 ¿caput¿ do CPB detalhado

nos termos do processo, com fundamento nos arts. 107, IV e 109, V do Código Penal. Oficie-se a Corregedoria da Polícia Civil do Pará fins de conhecimento e tomada das providências cabíveis vez que o feito repousou na Delegacia de Polícia local por mais de 20 anos sem qualquer impulso. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intime-se o autor do fato via Edital. Feitas as necessárias comunicações e transitada em julgado, arquivem-se os autos. Serve a presente decisão/despacho/sentença de ofício/mandado/carta precatória, aos fins a que se destina, tudo nos termos dos Provimentos nº 003/2009 CJCI. Senador José Porfírio, datado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva. Juiz de Direito.¿. Aos 04 (quatro) dias do mês de março do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª entrância, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional JOSEAN DE CASTRO MARQUES, brasileiro, paraense de Jacundá, nascido aos 03/05/1996, filho de Janete da Silva e de Jonas de Castro, com endereço declarado nos autos como sendo Rua Jean de Melo, s/nº, bairro Novo, Senador José Porfírio-PA, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 24/02/2022, às fls. 84/86 dos autos da Ação Penal nº 0098663-18.2015.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ¿Processo n. 0098663-18.2015.8.14.0058. SENTENÇA. Vistos, O Ministério Público do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais ofereceu denúncia contra JOSEAN DE CASTRO MARQUES, pela prática do delito previsto no artigo 155, §4º, I c/c Art. 14, II, ambos do CPB, em face da conduta a seguir exposta: Narra o Boletim de Ocorrência que no dia 22/12/2015, por volta das 1:15, JOSEAN DE CASTRO MARQUES, após o consumo de bebidas alcóolicas, com vontade livre e consciente, destruiu a vidraça que dá acesso ao mercadinho Deus Proverá, adentrou aquele estabelecimento comercial, de lá subtraindo dinheiro e diversos itens que estavam à venda, além de uma faca de cozinha. Ao tentar se evadir do local de posse dos referidos bens, foi surpreendido por populares que o contiveram e chamaram a polícia militar, impedindo assim, por razões alheias a sua vontade, a plena consumação do delito. A denúncia foi recebida em 31.03.2016 (fl. 32). O réu foi regularmente citado (fl. 34). Resposta à Acusação apresentada às fls. 41/46, por meio de defensora dativa. Oitiva da testemunha Edgar Chaves de Sousa à fl. 73. A vítima, o réu e as testemunhas não foram localizadas para as suas oitivas e o interrogatório, respectivamente (fl. 63). Alegações finais do Ministério Público requerendo a absolvição por ausência de provas (fls. 76/77). A defesa do acusado, em sede de alegações finais às fls. 79/83, aderiu ao pedido da acusação e sustentou a absolvição por ausência de provas. É a síntese dos autos. A justiça ao sustentar numa das mãos a Balança em que pesa o direito, refere especificamente que a outra está a segurar a Espada para fazer valer este mesmo direito assegurado. Com esta premissa conduzirei este julgamento dentro do mais estrito cumprimento e a ordem sagrada da Magistratura a que fiz juramento. Imputa-se ao(s) acusado(s) JOSEAN DE CASTRO MARQUES devidamente qualificado(s) nos autos, a prática do crime previsto no 155, §4º, I c/c Art. 14, II, ambos do CPB. Observa-se que em nosso ordenamento jurídico vigora o princípio do livre convencimento, não estando o julgador adstrito a preconceitos legais na aferição das provas. E na livre apreciação destas, afirma-o a Exposição de Motivos do Código de Processo Penal, que o Juiz formará, honesta e lealmente, a sua convicção. No Processo Penal de hoje, vigora o Princípio da Verdade Real. Tudo o que nele se faz tem a alta finalidade de obter, através dele, a representação mais fiel e mais segura da verdade objetiva. Daí a lição do consagrado mestre Espíndola Filho, ao considerar o valor dos elementos do Inquérito Policial na aferição da prova. Diz ele que: Se, pelas falhas das pessoas, a cuja colaboração tiver que recorrer, não vir coroado de êxito os seus mais denotados esforços, no sentido de alcançar, produzida no sumário, a prova de que necessita, para proclamar a boa vazão da defesa ou a procedência da acusação, nada obsta, que antes de tudo, aconselha a que, sem a menor reserva, se valha da prova existente no inquérito, com o convencimento de ser ela a verdadeira, e que não foi anulada por fatos ou circunstâncias mais fidedignas na instrução criminal. (Código de Processo Penal Brasileiro Anotado Furtado, I/258¿).

Constata-se que na presente Ação Penal, durante sua instrução, não foram produzidas provas suficientes ao decreto condenatório, suscitando sérias dúvidas neste julgador acerca da autoria. A única testemunha ouvida na instrução se tratou do policial EDGAR CHAVES DE SOUSA (fl. 73), que nada recordou acerca do ocorrido. Vislumbro ainda que, na fase instrutória a defesa não conseguiu lograr êxito em localizar a vítima e a testemunha A.N.D.S.. Dessa forma, a única testemunha trazida pela acusação não trouxe qualquer fato que pudesse corroborar com as alegações da denúncia. Registre-se que sequer o réu foi encontrado para fins de seu interrogatório. Em síntese, as provas produzidas em juízo são insuficientes a evidenciarem a autoria delitiva. Nesse sentido, a acusação não foi capaz de atribuir a autoria do delito ao(s) denunciado(s), sendo nebulosas as provas produzidas. O papel do juiz é examinar todas as provas carreadas para os autos e que responsabilize o autor do crime para que se possa concluir pela solução mais justa e acertada. Portanto, por tudo o que foi trazido até aqui, entendo que o acusado deve ser absolvido das acusações contra si imputada, por absoluta falta de elementos probatórios que possam ensejar em uma condenação. É como entendo. Com esses fundamentos, JULGO IMPROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO, para, com fulcro no art. 386, V do CPP, ABSOLVER JOSEAN DE CASTRO MARQUES, devidamente qualificado nos autos, da imputação que lhe foi feita na exordial acusatória. Transitada em julgado esta decisão e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se os autos. Adotem-se todos os procedimentos de praxe em casos desta natureza. Condeno o Estado do Pará ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de honorários advocatícios à Dra. RUTILÉIA EMILIANO FREITAS TOZETTI, OAB/PA 25.676-A, que patrocinou a defesa acusado na condição de defensora dativa em razão da inexistência de órgão da Defensoria Pública nesta Comarca, desde a Resposta à Acusação. Dê-se ciência ao Ministério Público e Defesa. Isento de custas. Publique-se, Registre-se. Intime-se o réu via Edital. Senador José Porfírio/PA, datado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito.¿. Aos 08 (oito) dias do mês de março do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª entrância, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Doutor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, aos vinte e dois dias do mês de Março de 2022, República Federativa do Brasil, faz saber ao nacional FREDERICO LUIZ TEIXEIRA MARTIN , brasileiro, filho de Adilson Luiz Martin, com endereço declarado nos autos como estrada do Jutaí, km 02, bairro industrial, nesta cidade de Senador José Porfírio-PA, que devido não ter sido localizado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias, a fim de tomar ciência da SENTENÇA prolatada por este Juízo em 11/12/2019, nos autos da Ação Civil Pública nº 0000103-46.2012.8.14.0058. SENTENÇA. Vistos, etc. Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Pará em face de PORBRÁS MADEIRAS LTDA., ADILSON LUIZ MARTIN, JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA PINHO, FREDERICO LUIZ TEIXEIRA MARTIN e FELIPE ANDRÉ TEIXEIRA MARTIN, visando, no mérito, a responsabilização civil ambiental para que os promovidos sejam condenados ao pagamento de indenização de danos morais coletivos e patrimoniais ou, alternativamente, à determinação para que os réus promovam o reflorestamento da área degradada ou outra região indicada pelo Ibama. Aduz a inicial que, conforme apuração no Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000116/2009-13 (fls. 19), em 2008 os réus infringiram norma prevista no art. 60 da Lei 9.605/98, bem como no art. 66, II e VII, do Decreto Federal 6.514/08, como indicado no auto de infração 527264-D (fls. 03). Relata o requerente que a Operação Arco Fogo, do Ibama, constatou funcionamento de porto de embarque e desembarque de produtos e subprodutos florestais em área de preservação permanente, na margem direita do rio Xingu, sem licença ou autorização, aplicando à ré Porbrás multa administrativa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Afirma, ainda, que diante da constatação administrativa, coube ao órgão ministerial demandar em busca da responsabilização civil dos requeridos, pelos danos à sociedade decorrentes de lesão ao meio ambiente. Inicial com documentos às fls. 02/113-V. Petição inicial recebida em despacho às fls. 114.

Contestação apresentada às fls. 127/133 pela advogada (dra.) Dominique de Nazaré dos S. Silva, em defesa dos réus Porbrás, Felipe André, Frederico Luiz, José Maria de Oliveira e Adilson Luiz, defendendo a ilegitimidade passiva e a ocorrência de decadência quanto aos requeridos Felipe André, Frederico Luiz e José Maria, além da defesa de mérito. Contudo, nos instrumentos de representação às fls. 134/138 não consta procuração legítima pelo promovido José Maria de Oliveira. Requerimento do Ministério Público às fls. 165, para fim de oficiar o Ibama a apresentar cópia integral dos procedimentos oriundos dos autos de infrações administrativas constantes às fls. 21/24. Audiência de conciliação realizada às fls. 179/180, na qual o Ministério Público requereu ofício à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo ¿ SEMAT almejando esclarecer se houve desmatamento na área que funcionava o porto de embarque e desembarque, bem como para que haja indicação do prejuízo. Cópia digitalizada do Processo Administrativo do Ibama (fls. 183). Laudo Técnico Ambiental apresentado às fls. 185/189 pela SEMAT, indicando a existência de um caminho aberto na área da Porbrás até o rio Xingu, para embarque e desembarque de madeira, bem como a presença de resíduos de madeira e regeneração da vegetação no local, de modo a concluir que houve supressão da mata há muito tempo. Por fim, atesta o laudo que diante dos fatos provocados pelo fator humano, houve prejuízo ao curso d¿água, risco de impermeabilização do solo pelo contato direto com as chuvas e de erosão. Audiência de instrução e julgamento realizada (fls. 191/193), ocasião em que foi colhido o depoimento pessoal do promovido Adilson Luiz. Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade ¿ SEMAS (fls. 198), indicando que a Licença de Operação ¿ LO nº 724/2008 não abrangia autorização para instalações portuárias, e que a Porbrás foi autorizada à atividade portuária somente por meio da Autorização de Funcionamento ¿ AF nº 166/2012, vencida em 18/06/2013, e posteriormente, com a emissão da Licença de Operação ¿ LO nº 8358/2014, cuja autorização ocorreu até 20/03/2017. Ante a não representação processual do réu José Maria, o Ministério Público pleiteou (fls. 199-V) sua citação por edital, o que foi realizado em 25/05/2016 (fls. 208), e na mesma manifestação requereu nova intimação à SEMAT para que indique o cálculo do dano ambiental alegado, afirmando que no laudo apresentado nos autos não há como dimensionar o valor dos danos. Novo laudo emitido pela SEMAT às fls. 215/223, no qual restou atestado que a área de preservação permanente, desmatada na década de 90, foi vegetada novamente ou houve regeneração natural, conforme imagens obtidas nos anos de 2012 e 2015. Contestação apresentada às fls. 226 pelo curador especial do requerido José Maria, o dr. José Carlos Melém. Renúncia ao mandato (fls. 227) apresentada pela advogada do réu Porbrás (fls. 227/231). Renúncia ao mandato dos requeridos Adilson Luiz, Frederico Luiz e Felipe André (fls. 245/251). Alegações finais pelo Ministério Público às fls. 235/237, ratificando o pedido de condenação dos requeridos ao pagamento de danos morais e materiais. Razões finais apresentadas às fls. 263/266 pela curadora especial do réu José Maria, aduzindo, em síntese, que este deixou de fazer parte da sociedade em 15/09/2011, pugnando pelo reconhecimento de decadência. O réu Felipe André foi intimado pessoalmente (fls. 307-V), mas não constituiu novo procurador nem apresentou memoriais finais, conforme certidão às fls. 308. O promovido Frederico Luiz foi intimado por edital (fls. 311), porém, não apresentou razões finais nem constituiu novo advogado, conforme certidão às fls. 314. Os réus Porbrás e Adilson Luiz foram intimados às fls. 256, mas não constituíram novo causídico nem apresentaram memoriais finais, conforme certidão às fls. 316. Os autos vieram-me conclusos para sentença. É o relato. Decido. O art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, atribui ao Ministério Público a legitimidade para promover ações que visam a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos, justificando, assim, a propositura da presente demanda. De antemão, tenho por bem registrar que reconheço a contestação dos réus Porbrás, Adilson Luiz, Frederico Luiz e Felipe André na peça juntada às fls. 127/133 pela advogada (dra.) Dominique de Nazaré dos S. Silva, uma vez que às fls. 134/138 constam as respectivas procurações. Quanto ao requerido José Maria, considerando que a advogada acima o englobou na peça contestatória, mas sem apresentar instrumento procuratório do réu em questão, tenho que a contestação deste foi apresentada pelo curador especial (dr.) José Carlos Melém, às fls. 226. Antes de me apreciar o mérito, passo a analisar as preliminares arguidas. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA Em ambas as peças contestatórias, os defensores técnicos arguiram a ilegitimidade passiva dos réus José Maria, Frederico Luiz e Felipe André, sob a alegação de decadência pelo fato destes terem se desligado do quadro societário da ré Porbrás há mais de 03 (três) anos. Tal preliminar não merece guarida, vez que a atuação do Ibama, constatando os danos, ocorreu no ano de 2008, quando os requeridos supraindicados ainda faziam parte do quadro societário da ré Porbrás, os quais se retiraram apenas no ano de 2011. Nesse aspecto, o art. 1.032 do CC determina a responsabilização dos sócios retirantes em até 02 (dois) anos, após a averbação da retirada da sociedade. Transcrevo: ¿Art. 1.032. A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não

se requerer a averbação¿. Ademais, a presente ação foi distribuída no ano de 2012, de modo que, pelo exposto, resta clarividente a legitimidade passiva de todos os réus indicados na inicial. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL De igual forma, não merece acolhida a pretensa preliminar de inépcia da inicial (fls. 128/129), eis que o autor indicou corretamente os alegados danos ao meio ambiente, fazendo menção inicialmente e diligenciando acerca da complementação da apuração dos prejuízos ao meio ambiente, de modo que os réus tiveram amplas condições de apresentarem suas defesas, inclusive, pelos dados apontados pelos procedimentos administrativos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ¿ IBAMA. Ademais, a jurisprudência pátria é uníssona ao definir que os danos causados ao meio ambiente não necessitam de valor específico indicado pelo autor, podendo, pois, ser arbitrado pelo julgador, respeitando-se a razoabilidade e proporcionalidade, a exemplo dos entendimentos a seguir: ¿ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS AMBIENTAIS. DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO MAR. INDENIZAÇÃO. VALOR ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL SEGUNDO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUAO. REVISÃO. INVIABILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 1. É assente nesta Corte que somente é possível a reavaliação do quantum arbitrado a título de danos causados ao meio ambiente nos casos em que se afigure exorbitante ou irrisório, o que evidentemente não se configura no caso dos autos. Portanto, incide na espécie, o óbice da Súmula 7/STJ. 2. Agravo regimental não provido¿. (STJ - AgRg no AREsp: 222483 SP 2012/0180576-7, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 18/11/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/11/2014) ¿EMENTA: ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. DESMATAMENTO DE ÁREA DE FORMAÇÃO CAMPESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DE ÓRGÃO AMBIENTAL. ÁREA RECUPERADA NATURALMENTE. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. PERTINÊNCIA. REPARAÇÃO INTEGRAL. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. - O desmatamento de área de formação campestre sem autorização de órgão ambiental e que causa danos significativos à vegetação deve ser sancionado, também, com a obrigação de pagar quantia em dinheiro. Precedente do STJ - A reparação do patrimônio ambiental deve ser a mais completa possível, abrangendo obrigações de indenizar e de não fazer, para além da recuperação natural da área ao longo dos anos, circunstância que supriu tão somente a obrigação de fazer - O valor da indenização deve ser arbitrado de modo razoável e proporcional à extensão do dano¿. (TJ-MG - AC: 10400130022322001 MG, Relator: Alberto Vilas Boas, Data de Julgamento: 08/10/2019, Data de Publicação: 15/10/2019) No mérito, vislumbro que o Processo Administrativo nº 1.23.003.000116/2009-13, originado pelo auto de infração expedido pelo IBAMA, acostado às fls. 19/69, e apresentado integralmente em mídia digital às fls. 183, constatou que a ré Porbrás estava com quantidade de madeira condizente à comprovada documentalmente, mas autuou a mesma por fazer funcionar atividade de porto de embarque e desembarque de produtos e subprodutos florestais, em área de preservação permanente, sem a devida licença legal. Por ocasião, foi-lhe aplicada multa administrativa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Considero, pois, que o procedimento administrativo é prova inequívoca da ocorrência do dano causado pelo funcionamento de atividade portuária na sede da requerida Porbrás em área de preservação permanente, uma vez que está revestido de fé pública do agente de fiscalização ambiental do IBAMA. Outrossim, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade ¿ SEMAS informou às fls. 198 que à época da Operação Arco de Fogo a ré Porbrás não obtinha autorização para instalações portuárias, uma vez que a LO nº 724/2008 não abrangia tais atividades, as quais foram autorizadas somente em 2012. Nesse sentido, a própria ré Porbrás admitiu, em defesa junto ao IBAMA (fls. 87/88), o funcionamento irregular do local de embarque e desembarque de produtos, sustentando que não tinha conhecimento da necessidade de obter licença específica para funcionamento de porto de embarque e desembarque de madeiras e seus derivados. São os termos da promovida às fls. 87: ¿[...] se falhamos, não foi por desrespeito à legislação vigente, mas sim porque ao longo destes anos todos não tínhamos a menor idéia de que fosse necessário ter uma autorização especial para um local que não é um porto e que está colocado nos documentos que enviamos a cada ano para renovação da LO, e, portanto pensávamos que a licença seria válida também para embarque e desembarque de produtos¿. Tal argumento não merece acolhida, vez que o art. 3º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro é enfático ao dispor que ninguém poderá se eximir de obedecer a legislação, em sentido amplo, sob o fundamento de desconhecimento legal. In verbis: ¿Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece¿. Portanto, os réus violaram flagrantemente o disposto no art. 66 do Decreto nº 6.514/2008, a seguir transcrito: ¿Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: Multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)¿. Ato contínuo, a legislação atual preconiza que a

responsabilidade do infrator/poluidor pelo dano ambiental é objetiva, como assevera o art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81, uma vez que o meio ambiente é um bem amplamente protegido pela Carta Magna/88, conforme art. 225, sendo essencial à qualidade de vida da presente e futuras gerações. A jurisprudência já é pacífica nesse mesmo sentido, tendo o Supremo Tribunal Federal já assinalado o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como a consagração constitucional de um direito de terceira dimensão. Portanto, sendo desnecessária a apuração de culpa, uma vez que apurada sob a modalidade do risco integral. Vejamos como é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará acerca do assunto: ¿APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA E SOBRESTAMENTO DO FEITO. REJEITADAS - RESPONSABILIDADE OBJETIVA PELOS DANOS CAUSADOS. COMPROVAÇÃO - DANO MATERIAL E REFLORESTAMENTO. PEDIDOS ALTERNATIVOS. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO - PRAZO DE SEIS MESES. APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO AO IBAMA. PRAZO PARA EXECUÇÃO DO REFLORESTAMENTO. DETERMINADO PELO IBAMA. (...) 2- Há independência entre as esferas administrativa, civil e penal. Portanto, as decisões do Poder Judiciário não estão vinculadas às conclusões adotadas em procedimento administrativo. Preliminar de sobrestamento do feito rejeitada; 3- A responsabilidade por violação do meio ambiente é objetiva, fundamentada na Teoria do Risco Integral, bastando a comprovação do nexo causal da ação ou atividade desenvolvida pelo agente com o dano provocado, independentemente da existência de culpa; 4- De acordo com a extensão do dano, é possível subdividir o gênero dano ambiental, em duas espécies: dano patrimonial e dano extrapatrimonial ou moral. Há total independência entre a reparação do dano extrapatrimonial e do dano patrimonial; (...)¿ (TJPA 2017.04205724-17, 182.104, Rel. Celia Regina de Lima Pinheiro, Órgão Julgador 1ª Turma de Direito Público, Julgado em 2017-09-25, publicado em 2017-10-24) A conduta direta da empresa requerida, e a conduta, no mínimo indireta, dos sócios daquela à época, os quais não agiram para impedir a prática ilegal, tornam todos legitimados a comporem o polo passivo da presente demanda, consoante arts. 2º e 3º, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98, c/c art. 3º da Lei nº 6.938/81, os quais indicam como infratores todos aqueles que, direta ou indiretamente, tenham praticado atividade causadora de degradação ambiental. Embora nos autos haja comprovação de regeneração natural ou revegetação da área de preservação permanente desmatada para funcionamento do porto irregular, a ação dos réus causou danos ambientais amplamente indicados pela SEMAT (fls. 185/189), dentre os quais: prejuízo ao curso d¿água, risco de impermeabilização do solo pelo contato direto com as chuvas e de erosão, não podendo, portanto, os ilícitos serem relevados pelo Poder Público, sobretudo pelo Judiciário. Assim, estando configurado o prejuízo, bem como o evidente nexo causal pela conduta dos requeridos, a reparação deve ser condizente com o dano provocado, já que não se trata de simples reparação pessoal ou privada, mas de interesse coletivo ou mesmo geracional, impondo, dessa forma, a reparação pelos danos materiais e morais coletivos causados. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: A) condenar os requeridos, solidariamente, a título de danos materiais coletivos, ao pagamento de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), valor este que será revertido ao Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Comarca; B) condenar os requeridos, solidariamente, ao pagamento de dano moral coletivo ao meio ambiente e à coletividade no importe de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), devendo ser revestido ao Fundo Estadual dos Direitos Difusos, nos termos do art. 13, da Lei nº 7.347/85. Intime-se o Ministério Público, inclusive para informar acerca dos dados da conta corrente do Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Comarca, bem como do Fundo Estadual dos Direitos Difusos. Intime-se o requerido José Maria de Oliveira Pinho, por meio de sua curadora especial, de forma pessoal. Intimem-se os demais requeridos nos últimos endereços cujas comunicações restaram frutíferas, expedindo-se cartas precatórias e/ou editais, se necessário. Custas pelos requeridos. Sem honorários (art. 128, § 5º, II, ¿a¿, da CF/88). Após o trânsito em julgado, proceda-se o necessário, arquivando-se ao final. Publique-se. Registre-se. Senador José Porfírio-PA, 11 de dezembro de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa.¿. Senador José Porfírio, 22 de março de 2022. Eu, ____ (Natália Franklin Silva e Carvalho), Analista Judiciária, digitei, subscrevo e assino com fulcro no inciso IX do parágrafo 1º do artigo 1º do Provimento nº 006/2006-CJRMB com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0011927-35.2017.814.0055

AÇÃO PENAL: CRIME DE FURTO

ACUSADO: **ALDO AUREO NUNES DA COSTA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se: **ALDO AUREO NUNES DA COSTA,** filho Carlos Alberto da Costa e Darci Alves Nunes atualmente em lugar incerto e não sabido, para que tome ciência do termo de audiência: Aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de 2019, às 09:00 horas, na Sala de Audiências da Vara Única da Comarca de São Miguel do Guamá, Estado do Pará, presentes o M.M. Juiz de Direito desta Comarca, Dr. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO. Presente a Promotora de Justiça Dra. CRISTINA MARIA DE QUEIROZ COLARES. ABERTA A AUDIÊNCIA, feito o pregão, verificou-se a ausência do Réu ALDO AUREO NUNES DA COSTA. DELIBERAÇÃO EM AUDIENCIA: considerando a certidão de fls. 42, bem como a manifestação ministerial de fls. 48, cite-se o réu por edital, com prazo de publicação de 20 dias, para responder à acusação, no prazo de 10 dias, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. Caso o réu não ofereça a defesa no prazo acima indicado e nem constitua advogado, voltem-me conclusos. Ciente os presentes. Nada mais havendo, encerrou-se o presente termo, que lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu, _____, (Helton Jones Rocha, auxiliar judiciário), digitei e subscrevi. Juiz de Direito Promotora de Justiça

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 25 de fevereiro de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0001864-48.2017.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **ANDERSON MAURÍCIO DE OLIVEIRA PINTO**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, ANDERSON MAURÍCIO DE OLIVEIRA PINTO** filho de Edemilval Gomes Pinto e Adeiana de Nazaré Dias Gomes atualmente em lugar incerto e não sabido, para que tome ciência do DESPACHO 1. Defiro o pedido de fls. 63; 2. Determino a citação por edital do Denunciado Anderson Mauricio de Oliveira Pinto nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, § 1º, ambos do CPP. 3. Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. Expeça-se o necessário. São Miguel do Guamá/PA, 08/01/2020 HORACIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá,16 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0011199-91.2017.814.0055

AÇÃO PENAL: Furto

ACUSADO: **ANTONIO MARCOS DE LIMA FERREIRA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, ANTONIO MARCOS DE LIMA FERREIRA** filho de Ariston Brasilino da Costa e Maria de Lima Ferreira atualmente em lugar incerto e não sabido, para que tome ciência do DESPACHO 1. Defiro o pedido de fl 38; 2. Determino a citação por edital do Denunciado ANTONIO MARCOS DE LIMA FERREIRA nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, § 1º, ambos do CPP. 3. Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. Expeça-se o necessário. São Miguel do Guamá/PA, 15/01/2020 HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá,16 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0012793-77.2016.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **JOELSON TEXEIRA DE LIMA**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, JOELSON TEXEIRA DE LIMA** filho de Antônio Alfredo de Lima e Maria de Jesus Texeira de Lima atualmente em lugar incerto e não sabido.

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá,25 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 004578-74.2015.814.0055

AÇÃO PENAL: FURTO

ACUSADO: **CLEUSON DA FONSECA CARDOSO**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, CLEUSON DA FONSECA CARDOSO** filho de Domingos Gentil Cardoso e Maria Trindade da Fonseca atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1. Defiro o pedido formulado pelo RMP; 2. Determino a citação por edital do Denunciado, nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, § 1º, ambos do CPP. 3. Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. Expeça-se o necessário. São Miguel do Guamá/PA, _____/_____/_____ HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO Juiz de Direito

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá,25 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO 0000703-66.2018.814.0055

AÇÃO PENAL: ROUBO

ACUSADO: **JOEL PORTAL SODRÉ**

Exmo. Senhor Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Cidade de São Miguel Guamá, Estado do Para, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual intima-se**, JOEL PORTAL SODRÉ** filho de Ana Maria Portal Sodré atualmente em lugar incerto e não sabido. para que tome ciência do despacho 1) Defiro o pedido de fls. 73; 2) Determino a citação por edital do Denunciado JOEL PORTAL SODRÉ nos termos do que dispõem os artigos 361 e 363, ambos do CPP. 3) Após o prazo, com ou sem apresentação de resposta a acusação, conclusos. 4) Expeça-se o necessário. São Miguel do Guamá, 21 de outubro de 2019. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO JUIZ DE DIREITO

Expedido e Subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Sávio José de Amorim Santos, nos termos da portaria n.020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da Lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá, 25 de março de 2022

SÁVIO JOSE DE AMORIM SANTOS

Juiz de Direito

COMARCA DE VISEU

SECRETARIA DA VARA UNICA DE VISEU

SENTENÇA

Processo n°. 0000942-77.2017.8.14.0064

Ação de Alimentos

Autor: M. C. L. P., por meio de sua representante KLÉBER DARIS PINHEIRO.

Advogado: ANDERSON MOURA CUNHA OAB/PA 23.019

Réu: ANTÔNIA ELIELMA LISBOA DA SILVA.

O autor ingressou com Ação de fixação de Pensão Alimentícia c/c Regulamentação de Visitas contra a ré.

Despacho inicial determinando que o autor emendasse a inicial no prazo de quinze dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC.

O prazo decorreu sem nenhuma manifestação da parte autora, mesmo intimado através de seu patrono via Diário de Justiça (Certidão de fl. 43).

Assim, diante do patente descumprimento à determinação judicial, indefiro a inicial e extingo o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, I, CPC[1]. Sem custas processuais.

P.R.I.C. Após, observadas as cautelas de estilo, arquivem-se os autos.

Viseu-PA, 22 de Fevereiro de 2021.

Charles Claudino Fernandes
Juiz de Direito

1 Dispõe o art. 485, I do CPC ¿O juiz não resolverá o mérito quando:

I ¿ indeferir a petição inicial;

COMARCA DE ULIANÓPOLIS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS

P R O C E S S O : 0 0 0 0 5 8 1 8 5 2 0 1 9 8 1 4 0 1 3 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NILSON BRITO TRINDADE A??o: Outras medidas provisionais em: 25/03/2022---REQUERENTE:GILDA PANTALIAO SOARES Representante(s): OAB 27107-A - DIONEI ALCHAAR COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG ITAU CONSIGNADO SA Representante(s): OAB 16330 - LARISSA SENTOSE ROSSI (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO ATO ORDINATÃ¿RIO Com fundamento no Art. 1Âº, Â§2Âº, XXIV, do Provimento 006/2009 da CJCI, INTIMO A DRA THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (OAB/PA 27106A) a restituir os autos do processo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de, no caso de nÃ£o atendimento, o fato ser levado ao conhecimento do MMÂº Juiz para as medidas pertinentes, sem prejuÃ-zo das sanÃ§Ãµes insertas no NCPC. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. UlianÃ³polis, 25 de marÃ§o de 2022. NILSON BRITO TRINDADE - Analista JudiciÃ¡rio - Mat 144118 - Vara Ã¿nica da Comarca de UlianÃ³polis-PA

P R O C E S S O : 0 0 0 4 1 9 5 0 6 2 0 1 6 8 1 4 0 1 3 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NILSON BRITO TRINDADE A??o: Monitória em: 25/03/2022---REQUERENTE:EDSON PEZZIN Representante(s): OAB 12399 - MAXIELY SCARAMUSSA BERGAMIN (ADVOGADO) OAB 8599 - MARY NADJA MOURA GUALBERTO (ADVOGADO) REQUERIDO:ICMM - IND. COM. DE MADEIRAS MEDEIROS LTDA - ME. ATO ORDINATÃ¿RIO ATO ORDINATÃ¿RIO Com fundamento no Art. 1Âº, Â§2Âº, XXIV, do Provimento 006/2009 da CJCI, INTIMO O DR MAXIELLY SCARAMUSSA BERGAMIM (OAB/PA 12399) a restituir os autos do processo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de, no caso de nÃ£o atendimento, o fato ser levado ao conhecimento do MMÂº Juiz para as medidas pertinentes, sem prejuÃ-zo das sanÃ§Ãµes insertas no NCPC. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. UlianÃ³polis, 25 de marÃ§o de 2022. NILSON BRITO TRINDADE - Analista JudiciÃ¡rio - Mat 144118 - Vara Ã¿nica da Comarca de UlianÃ³polis-PA

P R O C E S S O : 0 0 0 4 8 7 2 0 7 2 0 1 4 8 1 4 0 1 3 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NILSON BRITO TRINDADE A??o: Recursos em: 25/03/2022---REQUERENTE:MARIA ESTELA ALMEIDA LOPES Representante(s): OAB 4091 - SILVIO AUGUSTO GOMES COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 109730 - FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (ADVOGADO) OAB 63440 - MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO ATO ORDINATÃ¿RIO Com fundamento no Art. 1Âº, Â§2Âº, XXIV, do Provimento 006/2009 da CJCI, INTIMO O DR SILVIO AUGUSTO GOMES COSTA (OAB/MA 4091) a restituir os autos do processo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de, no caso de nÃ£o atendimento, o fato ser levado ao conhecimento do MMÂº Juiz para as medidas pertinentes, sem prejuÃ-zo das sanÃ§Ãµes insertas no NCPC. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. UlianÃ³polis, 25 de marÃ§o de 2022. NILSON BRITO TRINDADE - Analista JudiciÃ¡rio - Mat 144118 - Vara Ã¿nica da Comarca de UlianÃ³polis-PA

P R O C E S S O : 0 0 0 9 0 0 4 0 5 2 0 1 7 8 1 4 0 1 3 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): NILSON BRITO TRINDADE A??o: Inventário em: 25/03/2022---REQUERENTE:LUCAS STEFANELLO FACCO Representante(s): OAB 18777 - RAFAEL MENEGON GONCALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:CELESTINO ALECIO FUCHINA FACCO TERCEIRO:JUPARAN COMERCIAL AGRCOLA LTDAJUPARAN. ATO ORDINATÃ¿RIO ATO ORDINATÃ¿RIO Com fundamento no Art. 1Âº, Â§2Âº, XXIV, do Provimento 006/2009 da CJCI, INTIMO O DR ALTHENIR DA SILVA DOS SANTOS (OAB/PA 28750) a restituir os autos do processo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de, no caso de nÃ£o atendimento, o fato ser levado ao conhecimento do MMÂº Juiz para as medidas pertinentes, sem prejuÃ-zo das sanÃ§Ãµes insertas no NCPC. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. UlianÃ³polis, 25 de marÃ§o de 2022. NILSON BRITO TRINDADE - Analista JudiciÃ¡rio - Mat 144118 - Vara Ã¿nica da Comarca de UlianÃ³polis-PA